ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CXLVIII Nº 54

Brasília - DF, segunda-feira, 21 de março de 2011

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 2
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 2
Ministério da Ciência e Tecnologia 6
Ministério da Cultura 6
Ministério da Defesa 10
Ministério da Educação 15
Ministério da Fazenda 25
Ministério da Integração Nacional 46
Ministério da Justiça 46
Ministério da Previdência Social 50
Ministério da Saúde 53
Ministério das Cidades 75
Ministério das Comunicações 75
Ministério de Minas e Energia 78
Ministério do Desenvolvimento Agrário 89
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior ... 89
Ministério do Meio Ambiente 181
Ministério do Trabalho e Emprego 181
Ministério dos Transportes 182
Conselho Nacional do Ministério Público 183
Ministério Público da União 183
Tribunal de Contas da União 205
Poder Judiciário 222

Atos do Poder Executivo

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DECRETO DE 18 DE MARÇO DE 2011

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grã-Mestra das Ordens brasileiras, e tendo em vista o disposto no art. 6º do Regulamento da Ordem Nacional do Mérito, aprovado pelo Decreto nº 203, de 30 de agosto de 1991, resolve

A D M I T I R

na Ordem Nacional do Mérito, no Grau de Cavaleiro, DIOMAR DAS GRAÇAS MOTTA, em reconhecimento de sua contribuição à educação no Brasil.

Brasília, 18 de março de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
José Eduardo Cardozo

DECRETO DE 18 DE MARÇO DE 2011

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grã-Mestra das Ordens brasileiras, e tendo em vista o disposto no art. 6º do Regulamento da Ordem Nacional do Mérito, aprovado pelo Decreto nº 203, de 30 de agosto de 1991, resolve

A D M I T I R

na Ordem Nacional do Mérito, no Grau de Cavaleiro, AURINA OLIVEIRA SANTANA, em reconhecimento de sua contribuição à educação no Brasil.

Brasília, 18 de março de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
José Eduardo Cardozo

DECRETO DE 18 DE MARÇO DE 2011

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grã-Mestra das Ordens brasileiras, e tendo em vista o disposto no art. 6º do Regulamento da Ordem Nacional do Mérito, aprovado pelo Decreto nº 203, de 30 de agosto de 1991, resolve

A D M I T I R

na Ordem Nacional do Mérito, no Grau de Cavaleiro, PETRONILHA BEATRIZ GONÇALVES E SILVA, em reconhecimento de sua contribuição à educação no Brasil.

Brasília, 18 de março de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
José Eduardo Cardozo

DECRETO DE 18 DE MARÇO DE 2011

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grã-Mestra das Ordens brasileiras, e tendo em vista o disposto no art. 6º do Regulamento da Ordem Nacional do Mérito, aprovado pelo Decreto nº 203, de 30 de agosto de 1991, resolve

A D M I T I R

na Ordem Nacional do Mérito, no Grau de Cavaleiro, GILDA KUITÁ, em reconhecimento de sua contribuição à educação no Brasil.

Brasília, 18 de março de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
José Eduardo Cardozo

DECRETO DE 18 DE MARÇO DE 2011

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grã-Mestra das Ordens brasileiras, e tendo em vista o disposto no art. 6º do Regulamento da Ordem Nacional do Mérito, aprovado pelo Decreto nº 203, de 30 de agosto de 1991, resolve

A D M I T I R

na Ordem Nacional do Mérito, no Grau de Cavaleiro, MARIA AUXILIADORA DE OLIVEIRA, em reconhecimento de sua contribuição à educação no Brasil.

Brasília, 18 de março de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
José Eduardo Cardozo

DECRETO DE 18 DE MARÇO DE 2011

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grã-Mestra das Ordens brasileiras, e tendo em vista o disposto no art. 6º do Regulamento da Ordem Nacional do Mérito, aprovado pelo Decreto nº 203, de 30 de agosto de 1991, resolve

A D M I T I R

na Ordem Nacional do Mérito, no Grau de Cavaleiro, MARIA DE FÁTIMA LIBANIO DA SILVA, em reconhecimento de sua contribuição à educação no Brasil.

Brasília, 18 de março de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
José Eduardo Cardozo

DECRETO DE 18 DE MARÇO DE 2011

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grã-Mestra das Ordens brasileiras, e tendo em vista o disposto no art. 6º do Regulamento da Ordem Nacional do Mérito, aprovado pelo Decreto nº 203, de 30 de agosto de 1991, resolve

A D M I T I R

na Ordem Nacional do Mérito, no Grau de Cavaleiro, MARIA TEREZA EGLER MANTOAN, em reconhecimento de sua contribuição à educação no Brasil.

Brasília, 18 de março de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
José Eduardo Cardozo

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS		
Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

AVISO

CIRCULOU EM 18/3/2011 A EDIÇÃO EXTRA Nº 53 -A

Também disponível no endereço: www.in.gov.br - Publicações Especiais

DECRETO DE 18 DE MARÇO DE 2011

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grã-Mestra das Ordens brasileiras, e tendo em vista o disposto no art. 6º do Regulamento da Ordem Nacional do Mérito, aprovado pelo Decreto nº 203, de 30 de agosto de 1991, resolve

A D M I T I R

na Ordem Nacional do Mérito, no Grau de Cavaleiro, MARTA CARNEIRO DA SILVA, em reconhecimento de sua contribuição à educação no Brasil.

Brasília, 18 de março de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
José Eduardo Cardozo

DECRETO DE 18 DE MARÇO DE 2011

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grã-Mestra das Ordens brasileiras, e tendo em vista o disposto no art. 6º do Regulamento da Ordem Nacional do Mérito, aprovado pelo Decreto nº 203, de 30 de agosto de 1991, resolve

A D M I T I R

na Ordem Nacional do Mérito, no Grau de Cavaleiro, OSANA SANTOS MORAIS, em reconhecimento de sua contribuição à educação no Brasil.

Brasília, 18 de março de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
José Eduardo Cardozo

DECRETO DE 18 DE MARÇO DE 2011

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grã-Mestra das Ordens brasileiras, e tendo em vista o disposto no art. 6º do Regulamento da Ordem Nacional do Mérito, aprovado pelo Decreto nº 203, de 30 de agosto de 1991, resolve

A D M I T I R

na Ordem Nacional do Mérito, no Grau de Cavaleiro, RITA DE CASSIA FARIA FARRET, em reconhecimento de sua contribuição à educação no Brasil.

Brasília, 18 de março de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
José Eduardo Cardozo

DECRETO DE 18 DE MARÇO DE 2011

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grã-Mestra das Ordens brasileiras, e tendo em vista o disposto no art. 6º do Regulamento da Ordem Nacional do Mérito, aprovado pelo Decreto nº 203, de 30 de agosto de 1991, resolve

A D M I T I R

na Ordem Nacional do Mérito, no Grau de Cavaleiro, RUTHNEIA VIEIRA LIMA COSTA, em reconhecimento de sua contribuição à educação no Brasil.

Brasília, 18 de março de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
José Eduardo Cardozo

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

ANTONIO PALOCCI FILHO
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS
Secretário Executivo da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de
Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

Presidência da República

DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 76, de 18 de março de 2011. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor MARCOS PAULO VERISSIMO, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça, na vaga do Senhor Fernando de Magalhães Furlan.

Nº 77, de 18 de março de 2011. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor ELVINO DE CARVALHO MENDONÇA, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça, na vaga do Senhor César Costa Alves de Mattos.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 11, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 10 e 42 do Anexo I do Decreto nº 7.127, de 4 de março de 2010, tendo em vista o disposto no Decreto Legislativo nº 885, de 30 de agosto de 2005, no Decreto nº 5.759, de 17 de abril de 2006, no Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, no Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934, na Instrução Normativa nº 23, de 2 de agosto de 2004, na Instrução Normativa nº 6, de 16 de maio de 2005 e, considerando ainda o que consta do Processo nº 21024.001485/2006-54, resolve:

Art. 1º Aprovar os requisitos fitossanitários para importação de mudas in vitro (Categoria 4, Classe 1) de teca (*Tectona grandis* Linn.*)*, produzidas na Malásia.

Art. 2º As partidas de teca, de que trata o art. 1º desta Instrução Normativa, devem ser produzidas in vitro e comercializadas em meio de cultura estéril, em embalagens hermeticamente fechadas e estar acompanhadas de Certificado Fitossanitário - CF, emitido pela Organização Nacional de Proteção Fitossanitária - ONPF da Malásia.

Art. 3º As partidas importadas especificadas no art. 1º, desta Instrução Normativa, serão inspecionadas no ponto de ingresso (Inspeção Fitossanitária - IF) e terão amostras coletadas e enviadas para análise fitossanitária, em laboratório oficial ou credenciado.

Parágrafo único . Os custos do envio das amostras, bem como os custos da análise, serão com ônus para o interessado, que ficará depositário do restante da partida, não podendo ser fragmentada, plantada, distribuída ou comercializada até a conclusão das análises e emissão dos respectivos laudos de liberação.

Art. 4º Caso seja interceptada praga quarentenária ou praga sem registro de ocorrência no Brasil, nas partidas importadas citadas no art. 3º desta Instrução Normativa, deverão ser adotados os procedimentos constantes do Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934.

Parágrafo único Ocorrendo a interceptação de que trata o caput deste artigo, a ONPF do país de origem será notificada e a ONPF do Brasil poderá suspender as importações até a revisão da Análise de Risco de Pragas.

Art. 5º A ONPF da Malásia deverá comunicar à ONPF do Brasil quaisquer alterações na condição fitossanitária relacionada à *Tectona grandis*, nas regiões de produção do País.

Art. 6º No caso de não cumprimento das exigências estabelecidas no art. 2º desta Instrução Normativa, o produto não será internalizado.

Art. 7º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO SÉRGIO FERREIRA JARDIM

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO
SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

ATO Nº 2, DE 17 DE MARÇO DE 2011

Em cumprimento ao disposto no § 2°, do art. 4º, da Lei n° 9.456, de 25 de abril de 1997, e no inciso III, do art. 3°, do Decreto nº 2.366, de 5 de novembro de 1997, e o que consta do Processo nº 21000.003007/2011-14, o Serviço Nacional de Proteção de Cultivares divulga, para fins de abertura de pedidos de proteção de cultivares de lírio-da-paz (Spathiphyllum Schott.), os descritores mínimos definidos na forma do Anexo I. O formulário estará disponível aos interessados pela internet no endereço http://www.agricultura.gov.br/portal/page/portal/Internet-MAPA/pagina-inicial/vegetal/registros-autorizacoes/protecao-cultivares/formularios-protecao-cultivares

DANIELA DE MORAES AVIANI
Coordenadora

ANEXO I

INSTRUÇÕES PARA EXECUÇÃO DOS ENSAIOS DE DISTINGUIBILIDADE, HOMOGENEIDADE E ESTABILIDADE DE CULTIVARES DE LÍRIO-DA-PAZ (Spathiphyllum Schott.)

I. OBJETIVO

Estas instruções visam estabelecer diretrizes para as avaliações de distinguibilidade, homogeneidade e estabilidade (DHE) uniformizando o procedimento técnico de comprovação de que a cultivar apresentada é distinta de outra(s) cujos descritores sejam conhecidos, que seja homogênea quanto às suas características em cada ciclo reprodutivo e estável quanto à repetição das mesmas características ao longo de gerações sucessivas. Aplicam-se às cultivares de Lírio-da-paz (Spathiphyllum Schott.)

II. AMOSTRA VIVA

1. Para atender ao disposto no art. 22 e seu parágrafo único, da Lei 9.456 de 25 de abril de 1997, o requerente do pedido de proteção obrigar-se-á a disponibilizar ao SNPC, quando solicitado, no mínimo 20 plantas, com 5 a 6 centímetros de altura.

2. O material propagativo deve estar em boas condições sanitárias, com vigor e não afetadas por doenças ou pragas importantes.

3. O material propagativo não pode ter sofrido nenhum tipo de tratamento que possa influenciar na manifestação de características da cultivar que sejam relevantes para o exame de DHE, a menos que autorizado ou recomendado pelo SNPC. Em caso de tratamento já realizado, o mesmo deve ser informado com detalhes ao SNPC.

4. A amostra deverá ser disponibilizada ao SNPC após a obtenção do Certificado de Proteção. Entretanto, sempre que durante a análise do pedido for necessária a apresentação da amostra para confirmação de informações o solicitante deverá disponibilizá-la.

III. EXECUÇÃO DOS ENSAIOS DE DISTINGUIBILIDADE, HOMOGENEIDADE E ESTABILIDADE - DHE

1. Os ensaios deverão ser realizados por, no mínimo, um ciclo de crescimento. Caso a Distinguibilidade, a Homogeneidade e a Estabilidade não possam ser comprovadas em um ciclo, os testes deverão ser estendidos por mais um ciclo de crescimento.

2. Os ensaios deverão ser conduzidos em um único local. Caso neste local não seja possível a visualização de todas as características da cultivar, a mesma poderá ser avaliada em um local adicional.

3. Os ensaios deverão ser conduzidos em casa de vegetação sob condições que assegurem o desenvolvimento normal das plantas e a expressão de suas características.

4. O tamanho das parcelas deverá possibilitar que plantas, ou suas partes, possam ser removidas para avaliações sem que isso prejudique as observações que venham a ser feitas até o final do ciclo vegetativo. Cada teste deve incluir no mínimo 20 plantas úteis. Podem ser usadas parcelas separadas para avaliações, desde que estejam em condições ambientais similares.

5. As observações deverão ser feitas em 10 plantas ou partes de 10 plantas quando estiverem em pleno florescimento, que deve ser considerado como o estádio de antese da primeira espata.

6. Todas as observações nos limbos foliares e no pecíolo devem ser feitas na folha da primeira inflorescência.

7. As avaliações para descrição da cultivar deverão ser realizadas nas plantas com expressões típicas, sendo desconsideradas aquelas com expressões atípicas.

8. Para a avaliação de Homogeneidade devem ser levadas em consideração todas as plantas do ensaio. Deve-se aplicar a população padrão de 1% e a probabilidade de aceitação de, pelo menos, 95%. No caso de uma amostra com 20 plantas, será permitida, no máximo, 1 planta atípica.

9. Poderão ser estabelecidos testes adicionais para propósitos especiais.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

IV. SINAIS CONVENCIONAIS
(+): Ver item "OBSERVAÇÕES E FIGURAS"
QN: Característica quantitativa
PQ: Característica pseudoqualitativa
QL: Característica qualitativa
V. CARACTERÍSTICAS AGRUPADORAS
1. Para a escolha das cultivares similares a serem plantadas no ensaio de DHE, deve-se utilizar as características agrupadoras.
2. Características agrupadoras são aquelas nas quais os níveis de expressão observados, mesmo quando obtidos em diferentes locais, podem ser usados para a organização do ensaio de DHE, individualmente ou em conjunto com outras características, de forma que cultivares similares sejam plantadas agrupadas.
3. A seguinte característica é considerada útil como característica agrupadora:
(a) Característica 1. Planta: número de hastes
VI. INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO DA TABELA DE DESCRITORES
1. Ver formulário na Internet.
2. Para solicitação de proteção de cultivar, o interessado deverá apresentar, além deste, os demais formulários disponibilizados pelo Serviço Nacional de Proteção de Cultivares.
3. Todas as páginas deverão ser rubricadas pelo Representante Legal e pelo Responsável Técnico.
VII. TABELA DE DESCRITORES DE LÍRIO-DA-PAZ (Spathiphyllum Schott.)
Nome proposto para a cultivar

Característica	Identificação da característica	Código de cada descrição
1. Planta: quantidade de hastes QN	baixa média alta	3 5 7
2. Lâmina foliar: comprimento QN	curto médio longo	3 5 7
3. Lâmina foliar: largura QN	estreita média larga	3 5 7
4. Lâmina foliar: intensidade de cor verde QN	clara média escura	3 5 7
5. Lâmina foliar: saliência entre as veias QN	fraca média forte	3 5 7
6. Pecíolo: comprimento da bainha QN (+)	curto médio longo	3 5 7
7. Pecíolo: comprimento da bainha à lâmina foliar QN (+)	curto médio longo	3 5 7
8. Pecíolo: cor da parte superior em relação à lâmina foliar QL	similar mais clara	1 2
9. Pecíolo: comprimento até a base da espata QN	curto médio longo	3 5 7
10. Espata: comprimento da junção QN (+)	curto médio longo	3 5 7
11. Espata: comprimento QN (+)	curto médio longo	3 5 7
12. Espata: largura QN (+)	estreita média larga	3 5 7
13. Espata: profundidade QN (+)	rasa média profunda	3 5 7
14. Espata: forma predominante da base PQ (+)	truncada atenuada assimétrica	1 2 3
15. Espata: extensão da área com coloração verde na face interna, a partir da ponta QN	ausente ou muito pequena pequena média grande muito grande	1 3 5 7 9
16. Espata: extensão da área com coloração verde na face externa, a partir da ponta QN	ausente ou muito pequena pequena média grande muito grande	1 3 5 7 9
17. Espádice: comprimento do pedúnculo QN (+)	curto médio longo	3 5 7
18. Espádice: comprimento QN (+)	curto médio longo	3 5 7
19. Espádice: diâmetro QN (+)	pequeno médio grande	3 5 7
20. Espádice: posição do pedúnculo da espádice em relação à junção da espata QL (+)	não alinhada alinhada	1 2
21. Ovário: forma da ponta QL (+)	pontiaguda arredondada	1 2
22. Ciclo até o florescimento QN	precoce médio tardio	3 5 7

VIII. OBSERVAÇÕES E FIGURAS
1. Ver formulário na internet.

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RISCO RURAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE ZONEAMENTO AGROPECUÁRIO

PORTARIA Nº 82, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE ZONEAMENTO AGROPECUÁRIO, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelas Portarias n° 440, de 24 de outubro de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 25 de outubro de 2005, e nº 17, de 6 de janeiro de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 9 de janeiro de 2006, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola para a cultura de Palme de Óleo (dendê) no Estado de Bahia, conforme anexo.

Art. 2º. Revogar a portaria nº 418 de 16 de novembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 18 de novembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

GUSTAVO BRACALE

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

A Palma de Óleo é cultivada no Brasil desde o século XVII, sendo atualmente utilizadas nos plantios as espécies Elaeis guineensis Jacq, de origem africana e a Elaeis oleifera (kunth) Cartés, de origem americana, conhecida como Dendê da Bahia e híbridos dessas espécies.

Os elementos climáticos que mais afetam a produção do dendezeiro são a temperatura do ar, a insolação e a precipitação pluvial.

Deficiência hídrica elevada, baixas temperaturas e má distribuição das chuvas são prejudiciais ao desenvolvimento e a produtividade da cultura.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola, identificar os municípios aptos e os períodos de plantio para o cultivo da Palma de Óleo no Estado da Bahia, com baixo risco climático.

Para essa identificação, foi realizada uma caracterização térmica dos municípios e calculada a deficiência hídrica anual a partir de um balanço hídrico da cultura, utilizando-se médias mensais de temperatura e precipitação pluvial obtidas de séries históricas superiores a 15 anos de registros diários de 156 estações pluviométricas e 40 climatológicas disponíveis no Estado. Considerou-se uma capacidade de armazenamento de água no solo de 125 mm para os solos tipo 2 e 3.

Foram adotados os seguintes critérios hídricos e térmicos para o cultivo do dendezeiro:

- Temperatura média anual do ar entre 25°C e 28°C;
- Temperatura mínima do ar entre 21°C e 23°C;
- Deficiência hídrica média anual de até 250 mm e com, no máximo, três meses consecutivos, com precipitação média mensal inferior a 50 mm.

Foram considerados aptos ao cultivo da Palma de Óleo, em condições de baixo risco climático, os municípios que apresentaram, pelo menos, 20% de sua superfície com condições térmicas e hídricas dentro dos critérios estabelecidos em, no mínimo, 80% dos anos avaliados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo da Palma de Óleo no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação obrigatória, de acordo com a Lei 4.771/65 (Código Florestal) e alterações;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE PLANTIO

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Ficam indicadas no Zoneamento Agrícola de Risco Climático, do Estado da Bahia, as cultivares de Palma de Óleo (dendê) registradas no Registro Nacional de Cultivares (RNC) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atendidas as indicações das regiões de adaptação, em conformidade com as recomendações dos respectivos obtentores/detentores (mantenedores).

Nota: Devem ser utilizadas no plantio mudas produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA PLANTIO

As áreas de cultivo de cada município deverão restringir-se às áreas antropizadas do Estado, das classes de aptidão preferencial e regular nos níveis de manejo B e C, estabelecidas no Zoneamento Agroecológico da Palma de Óleo aprovado pelo Decreto nº 7.172, de 7 de maio de 2010.

MUNICIPIOS	PERÍODOS DE PLANTIO
Alcobaca	28 a 36
Almadina	28 a 36
Araças	10 a 18
Arataca	28 a 36
Aratuípe	10 a 18
Aurelino Leal	4 a 15
Barra do Rocha	13 a 18
Barro Preto	28 a 36
Belmonte	30 a 6
Buerarema	10 a 21
Cachoeira	10 a 18
Camacan	28 a 36
Camacari	10 a 18
Camamu	13 a 21
Canavieiras	28 a 3
Candeias	10 a 18
Cardeal da Silva	10 a 18
Caravelas	28 a 36
Coaraci	28 a 36
Conde	10 a 18
Dias d'Avila	10 a 18
Entre Rios	10 a 18
Esplanada	10 a 18
Eunápolis	28 a 36
Floresta Azul	28 a 36
Gandu	4 a 15
Gongogi	7 a 15
Guaratinga	29 a 36
Ibicaraí	28 a 36
Ibirapitanga	10 a 21
Ibirapuã	28 a 36
Ibirataia	28 a 36
Igrapiúna	13 a 21
Ilhéus	34 a 9
Ipiaú	7 a 15
Itabela	28 a 36

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Itabuna	34 a 09
Itacaré	7 a 15
Itagibá	07 a 17
Itagimirim	29 a 36
Itaju do Colânia	28 a 36
Itajuípe	34 a 9
Itamaraju	28 a 36
Itamari	13 a 24
Itanagra	10 a 18
Itapebi	29 a 36
Itapé	28 a 36
Itapitanga	34 a 9
Itubera	13 a 21
Jaguaripe	10 a 18
Jandaíra	10 a 18
Jiquiriçá	1 a 9
Jucuruçu	29 a 36
Jussari	28 a 36
Laje	34 a 9
Lauro de Freitas	10 a 18
Maragogipe	10 a 21
Maraú	7 a 18
Mascote	28 a 36
Mata de São João	10 a 18
Medeiros Neto	29 a 36
Mucuri	28 a 36
Muniz Ferreira	10 a 18
Mutuipe	1 a 9
Nazaré	10 a 18
Nilo Peçanha	13 a 24
Nova Ibiá	4 a 15
Nova Viçosa	28 a 36
Prado	30 a 6
Pirai do Norte	7 a 18
Pojuca	10 a 21
Porto Seguro	28 a 3
Potiraguá	30 a 36
Presidente Tancredo Neves	1 a 9
Salvador	10 a 18
Santa Cruz Cabrália	30 a 6
Santa Luzia	28 a 36
Santo Amaro	10 a 21
Santo Antônio de Jesus	10 a 18
São Francisco do Conde	10 a 18
São José da Vitória	28 a 3
Simões Filho	10 a 18
Taperoa	10 a 21
Teixeira de Freitas	28 a 36
Teolandia	1 a 9
Ubaitaba	7 a 15
Ubatã	13 a 18
Una	28 a 3
Uruçuca	4 a 15
Valença	10 a 21
Vereda	28 a 36
Wenceslau Guimarães	1 a 12

PORTARIA Nº 83, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE ZONEAMENTO AGROPECUÁRIO, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelas Portarias n° 440, de 24 de outubro de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 25 de outubro de 2005, e nº 17, de 6 de janeiro de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 9 de janeiro de 2006, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola para a cultura de Palma de Óleo (dendê) no Estado do Pará, conforme anexo.

Art. 2º. Revogar a portaria nº 416 de 16 de novembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 18 de novembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

GUSTAVO BRACALE

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

A Palma de Óleo é cultivada no Brasil desde o século XVII, sendo atualmente utilizadas nos plantios as espécies Elaeis guineensis Jacq, de origem africana e a Elaeis oleifera (kunth) Cartés, de origem americana, conhecida como Dendê do Pará e híbridos dessas espécies.

Os elementos climáticos que mais afetam a produção do dendezeiro são a temperatura do ar, a insolação e a precipitação pluvial.

Deficiência hídrica elevada, baixas temperaturas e má distribuição das chuvas são prejudiciais ao desenvolvimento e a produtividade da cultura.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola, identificar os municípios aptos e os períodos de plantio para o cultivo da Palma de Óleo no Estado do Pará, com baixo risco climático.

Para essa identificação, foi realizada uma caracterização térmica dos municípios e calculada a deficiência hídrica anual a partir de um balanço hídrico da cultura, utilizando-se médias mensais de temperatura e precipitação pluvial obtidas de séries históricas superiores a 15 anos de registros diários de 83 estações pluviométricas e 17 climatológicas disponíveis no Estado. Considerou-se uma capacidade de armazenamento de água no solo de 125 mm para os solos tipo 1,2 e 3.

Foram adotados os seguintes critérios hídricos e térmicos para o cultivo do dendezeiro:

- Temperatura média anual do ar entre 25°C e 28°C;
- Temperatura mínima do ar entre 21°C e 23°C;
- Deficiência hídrica média anual de até 250 mm e com, no máximo, três meses consecutivos, com precipitação média mensal inferior a 50 mm.

Foram considerados aptos ao cultivo da Palma de Óleo, em condições de baixo risco climático, os municípios que apresentaram, pelo menos, 20% de sua superfície com condições térmicas e hídricas dentro dos critérios estabelecidos em, no mínimo, 80% dos anos avaliados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo da Palma de Óleo no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação obrigatória, de acordo com a Lei 4.771/65 (Código Florestal) e alterações;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. PERÍODOS DE PLANTIO

De 1º de outubro a 31 de dezembro

4. CULTIVARES INDICADAS

Ficam indicadas no Zoneamento Agrícola de Risco Climático, do Estado do Pará, as cultivares de Palma de Óleo (dendê) registradas no Registro Nacional de Cultivares (RNC) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atendidas as indicações das regiões de adaptação, em conformidade com as recomendações dos respectivos obtentores/detentores (mantenedores).

Nota: Devem ser utilizadas no plantio mudas produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO

As áreas de cultivo de cada município deverão restringir-se:

- às áreas de Usos Consolidados, delimitadas pelo Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Pará, instituído pela Lei nº 7.243/2009 que dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico-ZEE da Área de Influência das Rodovias BR-163 (Cuiabá-Santarém) e BR-230 (Transamazônica) no Estado do Pará - Zona Oeste;
- às áreas antropizadas do Estado, das classes de aptidão preferencial e regular nos níveis de manejo B e C, estabelecidas no Zoneamento Agroecológico da Palma de Óleo aprovado pelo Decreto nº 7.172, de 7 de maio de 2010.

MUNICÍPIOS: Abaetetuba, Acará, Afuá, Água Azul do Norte, Altamira, Alenquer, Almeirim, Anapu, Anajás, Ananindeua, Augusto Corrêa, Aurora do Pará, Aveiro, Bagre, Baião, Bannach, Barcarena, Belém, Belterra, Benevides, Bonito, Bragança, Breu Branco, Breves, Bujaru, Cachoeira do Arari, Cachoeira do Piriá, Cametá, Canaã dos Carajás, Capanema, Capitão Poço, Castanhal, Chaves, Colares, Conceição do Araguaia, Concórdia do Pará, Cumaru do Norte, Curionópolis, Curralinho, Curuçá, Eldorado dos Carajás, Faro, Floresta do Araguaia, Garrafão do Norte, Goianésia do Pará, Gurupá, Igarapé-Açu, Igarapé-Miri, Inhangapi, Ipixuna do Pará, Itaituba, Irituia, Itupiranga, Jacareacanga, Jacundá, Juruti, Limoeiro do Ajuru, Mãe do Rio, Magalhães Barata, Marabá, Maracanã, Marapanim, Marituba, Melgaço, Mocajuba, Moju, Monte Alegre, Muaná, Nova Esperança do Piriá, Novo Progresso, Nova Timboteua, Novo Repartimento, Óbidos, Oeiras do Pará, Oriximiná, Ourém, Ourilândia do Norte, Pacajá, Paragominas, Parauapebas, Pau D'Arco, Peixe-Boi, Piçarra, Placas, Ponta de Pedras, Portel, Porto de Moz, Primavera, Quatipuru, Redenção, Rio Maria, Rurópolis, Salinópolis, Santarem, Salvaterra, Santa Bárbara do Pará, Santa Isabel do Pará, Santa Luzia do Pará, Santa Maria das Barreiras, Santa Maria do Pará, Santana do Araguaia, Santarém Novo, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, São Félix do Xingu, São Francisco do Pará, São Geraldo do Araguaia, São João da Ponta, São João de Pirabas, São Miguel do Guamá, São Sebastião da Boa Vista, Sapucaia, Senador José Porfírio, Soure, Tailândia, Terra Alta, Terra Santa, Tomé-Açu, Trairão, Tracuateua, Tucumã, Tucuruí, Vigia, Viseu e Xinguara.

PORTARIA Nº 84, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE ZONEAMENTO AGROPECUÁRIO, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelas Portarias n° 440, de 24 de outubro de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 25 de outubro de 2005, e nº 17, de 6 de janeiro de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 9 de janeiro de 2006, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola para a cultura de Palma de Óleo (dendê) no Estado de Roraima, conforme anexo.

Art. 2º. Revogar a portaria nº 417 de 16 de novembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 18 de novembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

GUSTAVO BRACALE

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

A Palma de Óleo é cultivada no Brasil desde o século XVII, sendo atualmente utilizadas nos plantios as espécies Elaeis guineensis Jacq, de origem africana e a Elaeis oleifera (kunth) Cartés, de origem americana, conhecida como Dendê de Roraima e híbridos dessas espécies.

Os elementos climáticos que mais afetam a produção do dendezeiro são a temperatura do ar, a insolação e a precipitação pluvial.

Deficiência hídrica elevada, baixas temperaturas e má distribuição das chuvas são prejudiciais ao desenvolvimento e a produtividade da cultura.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola, identificar os municípios aptos e os períodos de plantio para o cultivo da Palma de Óleo no Estado de Roraima, com baixo risco climático.

Para essa identificação, foi realizada uma caracterização térmica dos municípios e calculada a deficiência hídrica anual a partir de um balanço hídrico da cultura, utilizando-se médias mensais de temperatura e precipitação pluvias obtidas de séries históricas superiores a 15 anos de registros diários de 83 estações pluviométricas e 17 climatológicas disponíveis no Estado. Considerou-se uma capacidade de armazenamento de água no solo de 125 mm para os solos tipo 1,2 e 3.

Foram adotados os seguintes critérios hídricos e térmicos para o cultivo do dendezeiro:

- Temperatura média anual do ar entre 25°C e 28°C;
- Temperatura mínima do ar entre 21°C e 23°C;
- Deficiência hídrica média anual de até 250 mm e com, no máximo, três meses consecutivos, com precipitação média mensal inferior a 50 mm.

Foram considerados aptos ao cultivo da Palma de Óleo, em condições de baixo risco climático, os municípios que apresentaram, pelo menos, 20% de sua superfície com condições térmicas e hídricas dentro dos critérios estabelecidos em, no mínimo, 80% dos anos avaliados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo da Palma de Óleo no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação obrigatória, de acordo com a Lei 4.771/65 (Código Florestal) e alterações;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. PERÍODOS DE PLANTIO

De 1º de outubro a 31 de dezembro

4. CULTIVARES INDICADAS

Ficam indicadas no Zoneamento Agrícola de Risco Climático, do Estado de Roraima, as cultivares de Palma de Óleo (dendê) registradas no Registro Nacional de Cultivares (RNC) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atendidas as indicações das regiões de adaptação, em conformidade com as recomendações dos respectivos obtentores/detentores (mantenedores).

Nota: Devem ser utilizadas no plantio mudas produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO

As áreas de cultivo de cada município deverão restringir-se às áreas antropizadas do Estado, das classes de aptidão preferencial e regular nos níveis de manejo B e C, estabelecidas no Zoneamento Agroecológico da Palma de óleo aprovado pelo Decreto nº 7.172, de 7 de maio de 2010.

MUNICIPIOS: Alto Alegre, Amajari, Bonfim, Cantá, Caracaraí, Caroebe, Iracema, Mucajaí, Pacaraima, Rorainópolis, São João da Baliza, São Luiz e Uiramutã.

PORTARIA Nº 85, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE ZONEAMENTO AGROPECUÁRIO, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelas Portarias n° 440, de 24 de outubro de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 25 de outubro de 2005, e nº 17, de 6 de janeiro de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 9 de janeiro de 2006, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola para a cultura da Palma de Óleo (dendê) no Estado do Acre, conforme anexo.

Art. 2º. Revogar a portaria nº 316 de 17 de setembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

GUSTAVO BRACALE

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

A Palma de Óleo é cultivada no Brasil desde o século XVII, sendo atualmente utilizadas nos plantios as espécies Elaeis guineensis Jacq, de origem africana e a Elaeis oleifera (kunth) Cartés, de origem americana, conhecida como Dendê do Pará e híbridos dessas espécies.

Os elementos climáticos que mais afetam a produção do dendezeiro são a temperatura do ar, a insolação e a precipitação pluvial.

Deficiência hídrica elevada, baixas temperaturas e má distribuição das chuvas são prejudiciais ao desenvolvimento e a produtividade da cultura.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola, identificar os municípios aptos e os períodos de plantio para o cultivo da Palma de Óleo no Estado do Acre, com baixo risco climático.

Para essa identificação, foi realizada uma caracterização térmica dos municípios e calculada a deficiência hídrica anual a partir de um balanço hídrico da cultura, utilizando-se médias mensais de temperaturas obtidas de séries históricas superiores a 15 anos de registros diários de 17 estações pluviométricas e 5 climatológicas

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

disponíveis no Estado. Considerou-se uma capacidade de armazenamento de água no solo de 125 mm para os solos tipo 1,2 e 3.

Foram adotados os seguintes critérios hídricos e térmicos para o cultivo do dendezeiro:

- Temperatura média anual do ar entre 25°C e 28°C;
- Temperatura mínima do ar entre 21°C e 23°C;
- Deficiência hídrica média anual de até 250 mm e com, no máximo, três meses consecutivos com precipitação média mensal inferior a 50 mm.

Foram considerados aptos ao cultivo da Palma de Óleo, em condições de baixo risco climático, os municípios que apresentaram, pelo menos, 20% de sua superfície condições térmicas e hídricas dentro dos critérios estabelecidos em, no mínimo, 80% dos anos avaliados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de Palma de Óleo no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo áreas de preservação obrigatória, de acordo com a Lei 4.771/65 (Código Florestal) e alterações.

3. PERÍODOS DE PLANTIO

De 1º de novembro a 31 de janeiro.

4. CULTIVARES INDICADAS

Ficam indicadas no Zoneamento Agrícola de Risco Climático, do Estado do Acre, as cultivares de Palma de Óleo (dendê) registradas no Registro Nacional de Cultivares (RNC) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atendidas as indicações das regiões de adaptação, em conformidade com as recomendações dos respectivos obtentores/detentores (mantenedores).

Nota: Devem ser utilizadas no plantio mudas produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO

Às áreas de cultivo de cada município deverão restringir-se:

- às Áreas de Usos Consolidados, delimitadas pelo Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre, instituído pelo Decreto Estadual nº 1.904 de 5 de junho de 2007, publicado no DOE nº 9.571 de 15 de junho de 2007;
- às áreas antropizadas do Estado, das classes de aptidão preferencial e regular nos níveis de manejo B e C, estabelecidas no Zoneamento Agroecológico da Palma de óleo aprovado pelo Decreto nº 7.172, de 7 de maio de 2010.

MUNICÍPIOS: Acrelândia, Assis Brasil, Brasiléia, Bujari, Capixaba, Cruzeiro do Sul, Epitaciolândia, Feijó, Jordão, Manoel Urbano, Marechal Thaumaturgo, Mancio Lima, Plácido de Castro, Porto Acre, Porto Walter, Rio Branco, Rodrigues Alves, Santa Rosa do Purus, Sena Madureira, Senador Guiomard, Taruacá (Tarauacá) e Xapuri.

PORTARIA Nº 86, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE ZONEAMENTO AGROPECUÁRIO, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelas Portarias n° 440, de 24 de outubro de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 25 de outubro de 2005, e nº 17, de 6 de janeiro de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 9 de janeiro de 2006, e observado, no que couber, o contido na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola para a cultura de Palma de Óleo (dendê) no Estado de Rondônia, conforme anexo.

Art. 2º. Revogar a portaria nº 317 de 17 de setembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO BRACALE

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

Palma de Óleo é cultivada no Brasil desde o século XVII, sendo atualmente utilizadas nos plantios as espécies Elaeis guineensis Jacq, de origem africana e a Elaeis oleifera (kunth) Cartés, de origem americana, conhecida como Dendê do Pará e híbridos dessas espécies.

Os elementos climáticos que mais afetam a produção do dendezeiro são a temperatura do ar, a insolação e a precipitação pluvial.

Deficiência hídrica elevada, baixas temperaturas e má distribuição das chuvas são prejudiciais ao desenvolvimento e a produtividade da cultura.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola, identificar os municípios aptos e os períodos de plantio para o cultivo da Palma de Óleo no Estado do Rondônia, com baixo risco climático.

Para essa identificação, foi realizada uma caracterização térmica dos municípios e calculada a deficiência hídrica anual a partir de um balanço hídrico da cultura, utilizando-se médias mensais de temperaturas obtidas de séries históricas superiores a 15 anos de registros diários de 19 estações pluviométricas e 2 climatológicas disponíveis no Estado. Considerou-se uma capacidade de armazenamento de água no solo de 125 mm para os solos tipo 1,2 e 3.

Foram adotados os seguintes critérios hídricos e térmicos para o cultivo do dendezeiro:

- Temperatura média anual do ar entre 25°C e 28°C;
- Temperatura mínima do ar entre 21°C e 23°C;
- Deficiência hídrica média anual de até 250 mm e com, no máximo, três meses consecutivos, com precipitação média mensal inferior a 50 mm.

Foram considerados aptos ao cultivo da Palma de Óleo, em condições de baixo risco climático, os municípios que apresentaram, pelo menos, 20% de sua superfície condições térmicas e hídricas dentro dos critérios estabelecidos em, no mínimo, 80% dos anos avaliados.

Para essa identificação, foi realizada uma caracterização

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de Palma de Óleo no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo áreas de preservação obrigatória, de acordo com a Lei 4.771/65 (Código Florestal) e alterações.

3. PERÍODOS DE PLANTIO

De 1º de novembro a 31 de janeiro.

4. CULTIVARES INDICADAS

Ficam indicadas no Zoneamento Agrícola de Risco Climático, do Estado de Rondônia, as cultivares de Palma de Óleo (dendê) registradas no Registro Nacional de Cultivares (RNC) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atendidas as indicações das regiões de adaptação, em conformidade com as recomendações dos respectivos obtentores/detentores (mantenedores).

Nota: Devem ser utilizadas no plantio mudas produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO

As áreas de cultivo de cada município deverão restringir-se:

- às áreas antropizadas do Estado, das classes de aptidão preferencial e regular nos níveis de manejo B e C, estabelecidas no Zoneamento Agroecológico da Palma de óleo aprovado pelo Decreto nº 7.172, de 7 de maio de 2010;
- às áreas de usos consolidados estabelecidas no ZONEAMENTO SÓCIO - ECONÔMICO - ECOLÓGICO DO ESTADO DE RONDÔNIA - ZSEE (Lei Complementar Estadual nº 312/2005 e Decreto nº 5875 de 15 de agosto de 2006), aprovado pela Comissão do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional e pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente.

MUNICIPIOS: Alta Floresta D'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Alto Paraíso, Alvorada D'Oeste, Ariquemes, Buritis, Cabixi, Cacaulândia, Cacoal, Campo Novo de Rondônia, Candeias do Jamari, Castanheiras, Cerejeiras, Chupinguaia, Colorado do Oeste, Corumbiara, Costa Marques, Cujubim, Espigão D'Oeste, Governador Jorge Teixeira, Guajará-Mirim, Itapuã do Oeste, Jaru, Ji-Paraná, Machadinho D'Oeste, Ministro Andreazza, Mirante da Serra, Monte Negro, Nova Brasilândia D'Oeste, Nova Mamoré, Nova União, Novo Horizonte do Oeste, Ouro Preto do Oeste, Parecis, Pimenta Bueno, Pimenteiras do Oeste, Porto Velho, Presidente Médici, Primavera de Rondônia, Rio Crespo, Rolim de Moura, Santa Luzia D'Oeste, São Felipe D'Oeste, São Francisco do Guaporé, São Miguel do Guaporé, Seringueiras, Teixeirópolis, Theobroma, Urupá, Vale do Anari, Vale do Paraíso e Vilhena.

PORTARIA Nº 87, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE ZONEAMENTO AGROPECUÁRIO, do Departamento de Gestão de Risco Rural da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no uso da atribuição que lhe confere a Instrução Normativa nº 4, de 30 de março de 2009, da Secretária de Política Agrícola, publicada no D.O.U de 31 de março de 2009, resolve:

Art. 1º No Anexo III, da Portaria nº 53, de 03 de abril de 2009, publicada no D.O.U de 06 de abril de 2009, FORMULÁRIOS DE INDICAÇÃO DE CULTIVARES NO ZONEAMENTO AGRÍCOLA, substituir as Fichas de Inclusão de Cultivares /Alteração de Dados e Informações, das culturas de Soja e Trigo, conforme formulários abaixo especificados.

SOJA

Nº RNC	Obtentor/ Mantenedor	Cultivar	Potencial Produtivo (kg/ha)	UF Indicada	Nº Médio de Dias da Emergência (ao/à)		Grupo de Maturidade Relativa
					Inicio do Florescimento	Maturação Plena	

TRIGO

Nº RNC	Obtentor/ Mantenedor	Cultivar	Sistema de Cultivo	Potencial Produtivo Experimental	UF Indicada	Região de Adaptação	Germinação Natural na Espiga	Nº Médio de Dias da Emergência (ao/à)	
								Espigamento	Maturação (Ponto de Colheita)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO BRACALE

RETIFICAÇÕES

No Anexo da Portaria nº 446, de 15 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 17 de dezembro de 2010, que aprovou o Zoneamento Agrícola para a cultura de trigo de sequeiro no Estado do Paraná, ano safra 2010/2011, no item 5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA, onde se lê:

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO I
	SOLOS TIPOS 2 e 3
Diamante D'Oeste	9 a 16
Foz do Iguaçu	15 a 17
Itaipulândia	15 a 17
Ramilândia	15 a 17
Santa Terezinha de Itaipu	15 a 17
São José das Palmeiras	9 a 16
Serranópolis do Iguaçu	15 a 17

leia-se:

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO I
	SOLOS TIPOS 2 e 3
Diamante D'Oeste	9 a 15
Foz do Iguaçu	9 a 15
Itaipulândia	9 a 15
Ramilândia	9 a 15
Santa Terezinha de Itaipu	9 a 15
São José das Palmeiras	9 a 15
Serranópolis do Iguaçu	9 a 15

onde se lê;

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DOS GRUPOS II e III
	SOLOS TIPOS 2 e 3
Diamante D'Oeste	8 a 16
Foz do Iguaçu	13 a 16
Itaipulândia	13 a 16
Ramilândia	13 a 16
Santa Terezinha de Itaipu	13 a 16
São José das Palmeiras	15 a 19
Serranópolis do Iguaçu	13 a 16

leia-se:

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DOS GRUPOS II e III
	SOLOS TIPOS 2 e 3
Diamante D'Oeste	8 a 15
Foz do Iguaçu	8 a 15
Itaipulândia	8 a 15
Ramilândia	8 a 15
Santa Terezinha de Itaipu	8 a 15
São José das Palmeiras	8 a 15
Serranópolis do Iguaçu	8 a 15

No Anexo da Portaria nº 425, de 18 de novembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 22 de novembro de 2010, que aprovou o Zoneamento Agrícola para a cultura de milho 2ª safra no Estado de São Paulo, ano-safra 2010/2011, no item 5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA, alterar os períodos de semeadura das cultivares do GRUPO I, Solos Tipos 2 e 3, nos municípios abaixo relacionados, conforme a seguinte especificação:

Período de Plantio de 1 a 7, Solos Tipo 2 - Municípios: Canitar, Chavantes, Ibirarema, Ipaussu, Ourinhos, Palmital, Ribeirão do Sul, Salto Grande e Santa Cruz do Rio Pardo.

Período de Plantio de 1 a 9, Solos Tipo 3 - Municípios: Águas de Santa Bárbara, Angatuba, Arandu, Assis, Barão de Antonina, Bernardino de Campos, Buri, Campina do Monte Alegre, Campos Novos Paulista, Cândido Mota, Canitar, Cerqueira César, Chavantes, Coronel Macedo, Cruzália, Echaporã, Fartura, Florínia, Iaras, Ibirarema, Iepê, Ipaussu, Itaberá, Itaí, Itapetininga, Itaporanga, Lutécia, Manduri, Maracaí, Nantes, Narandiba, Óleo, Ourinhos, Palmital, Paraguaçu Paulista, Paranapanema, Pedrinhas Paulista, Piraju, Platina, Ribeirão do Sul, Salto Grande, Santa Cruz do Rio Pardo, São Pedro do Turvo, Sarutaiá, Taciba, Taguaí, Taquarituba, Tarumã, Tejupá e Timburi.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Ciência e Tecnologia

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS DO DIRETOR
Em 14 de março de 2011

396ª Relação de Revalidação de Credenciamento - Lei 8.010/90.

ENTIDADE	CREDENCIAMENTO	CNPJ
Fundação Museu do Homem Americano - FUMDHAM	900.0217/1991	07.682.107/0001-06

Em 18 de março de 2011

176ª Relação Pesquisadores Credenciados Importação - Lei 10.964/2004.

Nº REGISTRO	CPF	NOME	VENCIMENTO
920.004596/2011	072.380.962-34	CANDIDO AUGUSTO VELOSO MOURA	10/03/2016
920.004597/2011	384.635.550-04	CYRO KETZER SAUL	11/03/2016
920.004598/2011	486.522.964-72	IAN CARNEIRO DA CUNHA NOBREGA	11/03/2016
920.004599/2011	202.870.203-63	VICENTE JOSE DE FIGUEIREDO FREITAS	11/03/2016
920.004600/2011	004.895.490-04	CLAUDIO BAPTISTA DE CARVALHO	14/03/2016
920.004601/2011	163.813.688-29	CRISTIANE LOPES	14/03/2016
920.004602/2011	484.598.369-91	MARCIA MESSIAS DA SILVA	14/03/2016
920.004603/2011	470.392.059-04	ZULEICA CARMEN CASTILHOS	14/03/2016
920.004604/2011	325.180.214-34	MARIA DE FATIMA PEREIRA ALBERTO	14/03/2016
920.004605/2011	698.062.179-34	ALEXANDRE HIDEKI OKANO	16/03/2016
920.004606/2011	102.105.378-33	CARLOS FREDERICO DE OLIVEIRA GRAEFF	16/03/2016
920.004607/2011	209.685.666-34	TEODORICO ALVES SOBRINHO	16/03/2016
920.004608/2011	788.415.424-20	JOACIO DE ARAUJO MORAIS JUNIOR	16/03/2016
920.004609/2011	022.259.269-99	MOACIR ROSSI FORIM	17/03/2016
920.004610/2011	205.236.024-72	SHIVA PRASAD	17/03/2016
920.004611/2011	138.338.578-54	ELIDIANE CIPRIANO RANGEL	18/03/2016
920.004612/2011	598.934.430-91	JACIR LUIZ BORDIM	18/03/2016

ERNESTO COSTA DE PAULA

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DELIBERAÇÃO Nº 49, DE 18 DE MARÇO DE 2011

O DIRETOR-PRESIDENTE da ANCINE, no uso das atribuições legais elencadas pela Resolução de Diretoria Colegiada nº. 22/2009, e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23/12/1991, Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06/09/2001, e Decreto nº. 4.456, de 04/11/2002, resolve:

Art. 1 Prorrogar o prazo de captação do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93.

05-0250 - Nervos de Aço
Processo: 01580.034274/2005-02
Proponente: Saturna Produções Artísticas Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 31.447.584/0001-71
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 387, realizada em 16/03/2011.
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011

Art. 2º Prorrogar o prazo de captação dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento, mediante patrocínio e através da formalização de contratos de co-produção e nos termos dos arts. 1º, 1º-A e 3º da Lei nº. 8.685/93, respectivamente.

03-0057 - Família Vende Tudo
Processo: 52800.000792/2003-51
Proponente: A. F. Cinema e Vídeo Ltda.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 69.126.670/0001-55
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 387, realizada em 16/03/2011.
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
06-0100 - Hoje
Processo: 01580.012037/2006-63
Proponente: Tangerina Entretenimento Ltda.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 07.860.494/0001-23
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 387, realizada em 16/03/2011.
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DELIBERAÇÃO Nº 47, DE 17 DE MARÇO DE 2011

A SUPERINTENDENTE DE FOMENTO SUBSTITUTA da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 101 de 17 de março de 2008 e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, e Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, delibera:

Art. 1º Prorrogar o prazo de captação dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93.

08-0008 - A História da Economia do Brasil 1930/2005
Processo: 01580.001021/2008-97
Proponente: Andaluz Produções Cinematográficas Ltda.
Cidade/RJ: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 28.330.561/0001-78
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
08-0394 - Setor 2.5
Processo: 01580.040321/2008-91
Proponente: P. G. C. Martoni - Produção Cinematográfica
Cidade/RJ: São Paulo/SP
CNPJ: 09.165.924/0001-12
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
08-0423 - O Ermitão
Processo: 01580.042330/2008-17
Proponente: DW Produções Ltda.
Cidade/RJ: Belo Horizonte/MG
CNPJ: 08.912.722/0001-24
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
10-0144 - Todo Mundo Pode Mudar o Mundo - Distribuição
Processo: 01580.016296/2010-40
Proponente: Reserva Nacional Distribuidora de Filmes Ltda.
Cidade/RJ: São Paulo/SP
CNPJ: 08.346.733/0001-94
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
10-0146 - Galáxias
Processo: 01580.016158/2010-61
Proponente: República Pureza Filmes Ltda.
Cidade/RJ: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 01.369.211/0001-69
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
10-0168 - Amazonas, O Maior Rio do Mundo
Processo: 01580.017377/2010-67
Proponente: Roberto Werneck Produções Cinematográficas Ltda.
Cidade/RJ: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 30.022.073/0001-45
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
10-0244 - Cinco Estrelas
Processo: 01580.025897/2010-43
Proponente: Arte Lux Produções Cinematográficas Ltda.
Cidade/RJ: Curitiba/PR
CNPJ: 05.145.815/0001-82
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
10-0257 - Love Film Festival
Processo: 01580.027159/2010-31
Proponente: República Pureza Filmes Ltda.
Cidade/RJ: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 01.369.211/0001-69
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
10-0261 - Dunas do Barato
Processo: 01580.027916/2010-76
Proponente: Massangana Produções Artísticas Ltda.
Cidade/RJ: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 72.047.608/0001-82
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
10-0440 - Continente Invisível - A AIDS na África
Processo: 01580.041668/2010-76
Proponente: Mello & Piagge Produções Audiovisuais Ltda. - ME
Cidade/RJ: São Paulo/SP
CNPJ: 09.412.317/0001-00
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
10-0471 - Innatu
Processo: 01580.044182/2010-90
Proponente: Valmorbida Entertainment Produções Artísticas Ltda.
Cidade/RJ: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 08.885.578/0001-84
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
10-0488 - São Luis Singular Plural
Processo: 01580.046151/2010-73
Proponente: Giros Interativa Ltda.
Cidade/RJ: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 04.661.796/0001-84
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
10-0517 - A Jaula
Processo: 01580.049253/2010-41
Proponente: Filmatorium Produções Cinematográficas e Publicitárias Ltda.
Cidade/RJ: São Paulo/SP
CNPJ: 12.626.572/0001-60
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
10-0527 - A Galinha Que Burlou o Sistema
Processo: 01580.049924/2010-73
Proponente: Filmatorium Produções Cinematográficas e Publicitárias Ltda.
Cidade/RJ: São Paulo/SP
CNPJ: 12.626.572/0001-60
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
10-0530 - Chocolatão - O Filme
Processo: 01580.049893/2010-51
Proponente: Signi - Estratégias em Responsabilidade Social Ltda.
Cidade/RJ: Porto Alegre/RS
CNPJ: 07.947.793/0001-08
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RENATA DEL GIUDICE

DELIBERAÇÃO Nº 48, DE 17 DE MARÇO DE 2011

A SUPERINTENDENTE DE FOMENTO SUBSTITUTA da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 101 de 17 de março de 2008 e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, e Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, delibera:

Art. 1º Prorrogar o prazo de captação do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento nos termos do art. 1º da Lei nº. 8.685/93.

10-0096 - Margaret Mee e a Flor da Lua
Processo: 01580.013028/2010-76
Proponente: E. H. Filmes Ltda.
Cidade/RJ: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 00.338.948/0001-51
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011

Art. 2º Prorrogar o prazo de captação do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da formalização de contratos de co-produção nos termos do art. 3º da Lei nº. 8.685/93.

09-0481 - Os Mensageiros - Desenvolvimento
Processo: 01580.045998/2009-05
Proponente: Cinética Filmes e Produções Ltda.
Cidade/RJ: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 01.946.155/0001-88
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento e mediante patrocínio nos termos dos arts. 1º e 1º-A da Lei nº. 8.685/93, respectivamente.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

07-0475 - Era Uma Vez... Um Duende
Processo: 01580.043094/2007-75
Proponente: Estação Mídia Et Imagem Ltda.
Cidade/RJ: Rio Acima/MG
CNPJ: 05.270.469/0001-64
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
08-0136 - O Vizinho
Processo: 01580.013372/2008-41
Proponente: Abuzza Filmes Ltda.
Cidade/RJ: Belo Horizonte/MG
CNPJ: 08.291.497/0001-56
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
08-0656 - Atlântida
Processo: 01580.056086/2008-70
Proponente: Octávio Bezerra Produções Cinematográficas Ltda.
Cidade/RJ: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 01.138.975/0001-43
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
10-0174 - O Homem Que Matou a Minha Amada Morta
Processo: 01580.017908/2010-11
Proponente: Grafo Audiovisual Ltda. ME
Cidade/RJ: Curitiba/PR
CNPJ: 09.437.566/0001-50
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
10-0269 - Confiscados
Processo: 01580.028753/2010-49
Proponente: Mello & Piagge Produções Audiovisuais Ltda. - ME
Cidade/RJ: São Paulo/SP
CNPJ: 09.412.317/0001-00
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
10-0409 - Bela Vista, Palco da Dramaturgia Brasileira
Processo: 01580.037650/2010-70
Proponente: Plateau Marketing e Produções Culturais Ltda.
Cidade/RJ: São Paulo/SP
CNPJ: 74.425.067/0001-04
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011

Art. 4º Prorrogar o prazo de captação do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento e através da formalização de contratos de co-produção nos termos dos arts. 1º e 3º-A da Lei nº. 8.685/93, respectivamente.

10-0186 - A Lei e o Crime - O Rastro da Serpente
Processo: 01580.019105/2010-00
Proponente: Magia Filmes Produções Ltda.
Cidade/RJ: São Paulo/SP
CNPJ: 58.064.189/0001-66
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011

Art. 5º Prorrogar o prazo de captação dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos mediante patrocínio e através da formalização de contratos de co-produção nos termos dos arts. 1º-A e 3º da Lei nº. 8.685/93, respectivamente.

08-0105 - O Trabalho do Galinha Preta
Processo: 01580.010574/2008-31
Proponente: 34 Filmes Ltda.
Cidade/RJ: Brasília/DF
CNPJ: 04.852.671/0001-31
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
08-0124 - A Vida Secreta das Estrelas
Processo: 01580.012069/2008-21
Proponente: Politheama e Filmes Ltda.
Cidade/RJ: São Paulo/SP
CNPJ: 05.078.128/0001-91
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
10-0331 - Dores de Amores
Processo: 01580.032862/2010-61
Proponente: Kinotv Ltda.
Cidade/RJ: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 02.298.682/0001-96
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
10-0393 - Maracanã
Processo: 01580.034159/2010-97
Proponente: Kinotv Ltda.
Cidade/RJ: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 02.298.682/0001-96
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
10-0505 - Thomas Tristonho
Processo: 01580.047826/2010-00
Proponente: Vitrine Filmes Ltda.
Cidade/RJ: São Paulo/SP
CNPJ: 11.620.976/0001-83
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011

Art. 6º Prorrogar o prazo de captação do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos mediante patrocínio e através da formalização de contratos de co-produção nos termos dos arts. 1º-A e 3º-A da Lei nº. 8.685/93, respectivamente.

08-0217 - O Caminho do Meio
Processo: 01580.020694/2008-46
Proponente: Gullane Entretenimento S.A.
Cidade/RJ: São Paulo/SP
CNPJ: 01.378.559/0001-12
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011

Art. 7º Prorrogar o prazo de captação dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento, mediante patrocínio e através da formalização de contratos de co-produção e nos termos dos arts. 1º, 1º-A e 3º da Lei nº. 8.685/93, respectivamente.

08-0308 - Saara
Processo: 01580.031296/2008-55
Proponente: Pindorama Filmes Ltda.
Cidade/RJ: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 04.453.786/0001-53
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
08-0338 - Terapia do Medo
Processo: 01580.033797/2008-76
Proponente: Coração da Selva Transmídia Ltda.
Cidade/RJ: São Paulo/SP
CNPJ: 05.508.188/0001-05
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
08-0490 - Made In Brazil
Processo: 01580.048521/2008-92
Proponente: Focus Films Ltda.
Cidade/RJ: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 05.167.381/0001-11
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
09-0086 - Subúrbio
Processo: 01580.009641/2009-55
Proponente: Flora Filmes & Vídeos Produções Artísticas Ltda ME
Cidade/RJ: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 02.759.786/0001-50
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
10-0155 - Brazilian Model
Processo: 01580.016447/2010-60
Proponente: Bossa Nova Films Criações e Produções Ltda.
Cidade/RJ: Osasco/SP
CNPJ: 07.477.471/0001-34
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
10-0160 - Como Seqüestrar Um Pop Star
Processo: 01580.016820/2010-82
Proponente: Raccord Produções Artísticas e Cinematográficas Ltda.
Cidade/RJ: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 72.062.029/0001-09
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
10-0170 - Amada Amante
Processo: 01580.017517/2010-05
Proponente: Claudio Francisco Cunha
Cidade/RJ: São Paulo/SP
CNPJ: 72.934.508/0001-78
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
10-0208 - Alugam-se Moças
Processo: 01580.023097/2010-98
Proponente: Madial Filmes Publicidade e Marketing Ltda.
Cidade/RJ: São Paulo/SP
CNPJ: 46.383.873/0001-21
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
10-0217 - Faces da Alma
Processo: 01580.023373/2010-18
Proponente: E. H. Filmes Ltda.
Cidade/RJ: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 00.338.948/0001-51
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
10-0565 - Mato Sem Cachorro
Processo: 01580.053345/2010-25
Proponente: RT2A Produções Cinematográficas Ltda.
Cidade/RJ: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 06.998.046/0001-28
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011

Art. 8º Prorrogar o prazo de captação do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos mediante patrocínio nos termos do art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93, e através do Art. 39, inciso X, da Medida Provisória nº 2.228-1/01.

09-0370 - As Novas Missões do Peixonauta
Processo: 01580.036755/2009-78
Proponente: PG Produções de Cinema, Vídeo e TV Ltda.
Cidade/RJ: São Paulo/SP
CNPJ: 01.161.933/0001-23
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011

Art. 9º Prorrogar o prazo de captação do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento, mediante patrocínio e através da formalização de contratos de co-produção e nos termos dos arts. 1º, 1º-A, 3º e 3º-A da Lei nº. 8.685/93, respectivamente.

07-0365 - Nautilus
Processo: 01580.034386/2007-17
Proponente: Indiana Produções Cinematográficas Ltda.
Cidade/RJ: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 07.060.648/0001-00
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
10-0450 - Pátria Mutter
Processo: 01580.042378/2010-40
Proponente: Ginga Eleven Produções Ltda.
Cidade/RJ: São Paulo/SP
CNPJ: 02.625.405/0001-40
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011

Art. 10º Prorrogar o prazo de captação dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos através do Art. 39, inciso X, da Medida Provisória nº 2.228-1/01.

08-0109 - Sobrevivemos
Processo: 01580.010938/2008-82
Proponente: Conspiração Filmes S.A.
Cidade/RJ: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 02.020.661/0001-04
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
10-0332 - Extremos - Limites Humanos
Processo: 01580.032866/2010-49
Proponente: Verdesign Comunicação Ltda.
Cidade/RJ: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 04.098.427/0001-25
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011

Art. 11º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RENATA DEL GIUDICE

DELIBERAÇÃO Nº 50, DE 18 DE MARÇO DE 2011

A SUPERINTENDENTE DE FOMENTO SUBSTITUTA da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 101 de 17 de março de 2008 e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, e Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, delibera:

Art. 1º Prorrogar o prazo de captação do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento, mediante patrocínio e através da formalização de contratos de co-produção e nos termos dos arts. 1º, 1º-A e 3º-A da Lei nº. 8.685/93, respectivamente.

07-0267 - Não Se Preocupe, Nada Vai Dar Certo
Processo: 01580.025567/2007-52
Proponente: MAC Comunicação e Produção Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 40.426.918/0001-11
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RENATA DEL GIUDICE

RETIFICAÇÕES

Na Deliberação nº. 197 de 19/10/2010, publicada no DOU nº. 200 de 19/10/2010, Seção 1, página 13, em relação ao projeto "Amazônia - A Última Fronteira", para considerar o seguinte:

onde se lê:

Art. 1º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento nos termos do art. 1º da Lei nº. 8.685/93 e

mediante patrocínios na forma prevista nos arts. 25 e 26 da Lei nº. 8.313/91.

Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 523.633,24 para R$ 263.633,24

leia-se:

Art. 1º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos mediante patrocínio nos termos do art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93 e na forma prevista nos arts. 25 e 26 da Lei nº. 8.313/91.

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 523.633,24 para R$ 263.633,24

Na Deliberação nº. 33, de 28/02/2011, publicada no DOU nº. 43 de 02/03/2011, Seção 1, página 2, em relação ao projeto "Margem", para considerar o seguinte:

onde se lê: "valor total do orçamento aprovado: R$ 4.203.269,77"

leia-se: "valor total do orçamento aprovado: R$ 4.203.239,77"

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 139, DE 18 DE MARÇO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA-SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 45, de 08 de fevereiro de 2011 e o inciso I do art. 3º da Portaria nº 1.088, de 18 de setembro de 2009, resolve:

Art. 1.o - Aprovar projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.o - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE ALAN PINHEIRO GUIMARÃES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
10 5410 - A Vida é um Morango Internacional
Lobo Music Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 01.513.495/0001-15
Processo: 01400.012498/20-10
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 743.671,50
Prazo de Captação: 21/03/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Serão realizadas 14 apresentações internacionais da peça infantil A Vida é um Morango com a atriz e cantora Úrsula Corona, nos seguintes países: Argentina, Colômbia, Espanha, EUA, Portugal, Itália e França. A direção musical será de Bena Lobo e Daniel Gonzaga, tendo referência discos que fizeram parte da infância da atriz, como Saltimbancos e Arca de Noé.

10 10261 - X EncontrArte Encontro de Artes Cênicas da Baixada Fluminense - 10 Anos de Encontrarte!
Encontrarte - Encontro de Artes Cênicas Ltda.
CNPJ/CPF: 08.208.410/0001-34
Processo: 01400.020480/20-10
RJ - Nova Iguaçu
Valor do Apoio R$: 368.650,00
Prazo de Captação: 21/03/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Realizar a X edição do Projeto ENCONTRARTE - Encontro de Artes Cênicas da Baixada Fluminense. O projeto dará acesso de forma gratuita a Mostra de 16 espetáculos teatrais produzidos pelo Brasil e em especial na Baixada Fluminense.

10 11252 - Forever
Arteria Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 06.015.397/0001-71
Processo: 01400.022174/20-10
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 596.170,00
Prazo de Captação: 21/03/2011 a 30/11/2011
Resumo do Projeto:
Forever é um espetáculo de dança contemporânea inspirada por canções dos Beatles e apresentada por sete bailarinos de sólida experiência profissional. O projeto consiste na montagem do espetáculo e temporada de 2 meses, sendo 24 apresentações no RJ, com preços populares, ações de acessibilidade e democratização de acesso. Na contramarcha das tendências da atual "dança contemporânea", Forever é uma coreografia voltada para a produção de um impacto estético sobre as emoções da audiência.

10 11058 - TECNÓPOLIS
Eder da Costa Paulo
CNPJ/CPF: 036.277.499-44
Processo: 01400.021696/20-10
SC - Florianópolis
Valor do Apoio R$: 179.055,00
Prazo de Captação: 21/03/2011 a 31/10/2011
Resumo do Projeto:
O presente projeto objetiva a montagem e a circulação de um espetáculo de teatro infantil . A montagem, intitulada "Tecnópolis", será realizada pelo grupo "Teatrando Por Aí..." de Florianópolis e percorrerá 06 cidades da região sul, totalizando 16 apresentações.

10 11218 - Os Monstros da Ilha
Lígia Jalantonio Hsu
CNPJ/CPF: 294.491.878-86
Processo: 01400.022095/20-10
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 153.000,00
Prazo de Captação: 21/03/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Realizar um espetáculo teatral infantil com duas opções de idioma, português e inglês, para atender a demanda de escolas bilingües da cidade de São Paulo e oferecer uma opção de entretenimento em língua estrangeira aos falantes de português. Serão realizadas o total de 58 apresentações do espetáculo.

10 11622 - OS DIFAMANTES SÃO PAULO E TURNÊ
Primeira Página - Jornalismo e Comunicação Ltda
CNPJ/CPF: 01.886.526/0001-83
Processo: 01400.022612/20-10
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 708.020,00
Prazo de Captação: 21/03/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
REMONTAGEM DO ESPETÁCULO OS DIFAMANTES - TEMPORADA DE 3 MESES NA CIDADE DE SÃO PAULO E CIRCULAÇÃO POR 10 CIDADES BRASILEIRAS (CURITIBA, FLORIANÓPOLIS, BELO HORIZONTE, RECIFE, SALVADOR, PALÍNIA, GUARULHOS, SANTO ANDRÉ, SANTOS E RIBEIRÃO PRETO). TEXTO DOS AUTORES MARTHA MENDONÇA E NELITO FERNANDES, PROTAGONIZADO PELOS ATORES EMÍLIO ORCIOLLO NETTO E FERNANDA SOUZA, COM A DIREÇÃO DE ERNESTO PICOLLO. SERÃO 36 APRESENTAÇÕES NA CIDADE DE SÃO PAULO E 20 APRESENTAÇÕES AO LONGO DA TURNÊ, TOTALIZANDO 56.

10 3914 - Comédia Futebol Clube
Dueto Produções e Publicidade Ltda.
CNPJ/CPF: 27.872.415/0001-01
Processo: 01400.010000/20-10
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 3.418.550,00
Prazo de Captação: 21/03/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Realização de um espetáculo de teatro inédito intitulado "Comédia Futebol Clube", com estréia prevista para outubro de 2010 na cidade de São Paulo, e turnê pelas cidades do Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre. Com Supervisão de dramaturgia e direção de Monique Gardenberg e um elenco de onze comediantes brasileiros.

10 11633 - DNA - TUNÊ INVERNO
CRB Produções Culturais Ltda Me
CNPJ/CPF: 09.631.915/0001-70
Processo: 01400.022624/20-10
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 1.257.560,00
Prazo de Captação: 21/03/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Este projeto pretende realizar a circulação do espetáculo DNA do Circo Roda, cumprindo inicialmente temporada de dois meses na cidade de São Paulo e em seguida, curtas temporadas nas cidades de Sorocaba (SP), Ponta Grossa (PR) e Curitiba (PR). Ao todo, serão realizadas 70 apresentações.

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
10 12496 - Concerto Europeu 2011
MUSICABILE Produções e Projetos Musicais Ltda.
CNPJ/CPF: 10.969.736/0001-26
Processo: 01400.023697/20-10
DF - Brasília
Valor do Apoio R$: 549.995,63
Prazo de Captação: 21/03/2011 a 30/11/2011
Resumo do Projeto:
Captar recursos incentivados para custeio integral de orquestra sinfônica com 76 músicos; coro sinfônico com 80 vozes; e 2 solistas instrumentistas; que juntos integrarão a programação de 3 concertos gratuitos em sala de espetáculos para público em geral e 1 concerto voltado para escola pública de ensino fundamental, com caráter didático. Os recursos cobrirão ainda a gravação dos espetáculos para memória e disponibilização no site do evento, com acessibilidade pública mundial.

10 11463 - MUNDO LATINO
D+3 Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 05.320.143/0001-02
Processo: 01400.022424/20-10
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 3.975.100,00
Prazo de Captação: 21/03/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
A segunda edição do projeto Mundo Latino tem por objetivo principal a realização de 02 grandes festivais: Música e Cinema, a fim de integrar as diversas culturas que encontramos na América Latina.

10 4366 - Concertos Didaticos Orquestra Sinfonica Jovem de Goias
Associação de Amigos da Orquestra Sinfônica Jovem
CNPJ/CPF: 09.332.618/0001-23
Processo: 01400.010775/20-10
GO - Goiânia
Valor do Apoio R$: 292.116,00
Prazo de Captação: 21/03/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Tendo em vista a boa receptividade e ampla repercussao da serie de Concertos Didaticos realizada pela Orquestra Sinfonica Jovem de Goias, em parceria com sua instituicao de apoio, em 10 municipios do interior do Estado de Goias no ano de 2009, propomos a continuacao desses espetaculos itinerantes no ano de 2010. Planejamos visitar novamente 10 outras cidades realizando concertos em escolas, teatros ou igrejas, com foco principal nos estudantes de escolas publicas.

10 12101 - Academia Jovem Concertante
ArteMatriz Soluções Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 07.506.882/0001-00
Processo: 01400.023234/20-10
SP - Mairiporã
Valor do Apoio R$: 609.793,75
Prazo de Captação: 21/03/2011 a 30/09/2011
Resumo do Projeto:
Camerata formada por 20 jovens de escolas de música e projetos de inclusão social. Os selecionados ensaiarão por 10 dias em SP.Farão uma turnê com 6 apresentações em cidades que possuem pouca opção cultural. Além disso farão concertos didáticos gratuitos durante o dia em escolas públicas, hospitais, presídios, projetos sociais em cada cidade visitada a serem definidos;

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)
10 11062 - Mostra da Coleção Astrup Fearnleys Museum - OSLO -
Projeto Educativo e Publicações
Fundação Bienal de São Paulo
CNPJ/CPF: 60.991.585/0001-80
Processo: 01400.021700/20-10
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 6.325.250,00
Prazo de Captação: 21/03/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Realizar a Ação Educativa e Publicações da Mostra da coleção Astrup Fearnleys Museum (OSLO), uma retrospectiva de arte contemporânea dos últimos 50 anos, que será representado por Warhol, Bacon e Hocknery até Matthew Barney e Damien Hisrt, que ocuparão um espaço de aprox. 20 Mil m2 que será realizado no prédio da Bienal de São Paulo. A exposição será composta por em torno de 250 a 300 obras, por um período de 3 meses, de setembro a dezembro de 2011.

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 18)
10 10227 - Projeto Catalogação do Acervo Roberto Magalhães (obras do artista)
TNT ESCRITÓRIO DE ARTE E ANTIGUIDADE LTDA
CNPJ/CPF: 11.709.994/0001-36
Processo: 01400.020440/20-10
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 351.920,00
Prazo de Captação: 21/03/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Roberto Magalhães é artista pintor, desenhista e gravador. Hoje, com 70 anos de idade, possui cerca de 3.000 obras em seu acervo, composta por desenhos, pinturas com as técnicas óleo sobre tela, aquarela, pastel, nanquim; gravuras e xilogravuras; objetos tridimensionais, além de documentos fotográficos e jornalísticos acerca de sua obra. O presente projeto visa inventariar, catalogar e divulgar este rico acervo.

10 12799 - TODO SIMONAL - PRESERVAÇÃO E MEMÓRIA
S de Samba Editora Ltda.
CNPJ/CPF: 04.278.734/0001-98
Processo: 01400.024057/20-10
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 343.188,00
Prazo de Captação: 21/03/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Projeto de website que irá organizar e disponibilizar ao público o trabalho do cantor Wilson Simonal. Funcionará como um banco de dados reunindo os discos, filmes, vídeos, fotos e informações e, ao mesmo tempo, uma grande comunidade 2.0, com diversas opções de comentários e discussão sobre o artista e os universos artísticos que percorreu em mais de 30 anos de carreira. O internauta poderá contribuir com textos e uploads de fotos, documentos, vídeos etc., licenciados pelo Criative Commons.

ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
10 8944 - Vamos ver a banda passar
AMIC - Associação Amigos da Cultura
CNPJ/CPF: 02.992.837/0001-90
Processo: 01400.018363/20-10
MG - Nova Lima
Valor do Apoio R$: 140.083,25
Prazo de Captação: 21/03/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
A proposta do projeto é promover o resgate da história das três corporações de músicais de Nova Lima, através da edição de um livro contanto a história das mesmas, além da gravação de CD, com parte do repertório tocado por elas.

10 12272 - 100 anos da cidade de Cláudio/MG
INSTITUTO SOCIO CULTURAL E ECOLÓGICO DO BRASIL
CNPJ/CPF: 08.710.708/0001-48
Processo: 01400.023460/20-10
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 248.910,00
Prazo de Captação: 21/03/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O projeto pretende a edição de um livro que contará a história da cidade de Cláudio, Minas Gerais, desde a sua fundação aos tempos atuais. O livro trará depoimentos de personalidades, artistas, intelectuais entre outros formadores de opinião, que pertencem a história da cidade.

10 6593 - Caixinha da memória de Brasília - Versão Português e Espanhol
ENSINAMENTO EDITORA LTDA.
CNPJ/CPF: 36.373.959/0001-10
Processo: 01400.014402/20-10
DF - Brasília
Valor do Apoio R$: 196.636,00
Prazo de Captação: 21/03/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Com intuito de contribuir democraticamente para o incentivo à leitura e a formação de novos leitores fiéis e contínuos, o projeto Caixinha da Memória de Brasília - Versão em Português e Espanhol, propõe a edição e prensagem de 3.000 exemplares do livro infantil, redigido em formato de literatura de cordel, contando as cinco décadas da historia de Brasília, para serem distribuídos gratuitamente nas escolas publicas da rede de ensino fundamental do DF.

10 12382 - Os Cavaleiros da Cultura
Associação Cavaleiros da Cultura
CNPJ/CPF: 10.428.388/0001-80
Processo: 01400.023578/20-10
MG - Rio Novo
Valor do Apoio R$: 271.066,26
Prazo de Captação: 21/03/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O projeto pretende a edição e publicação de 3 mil exemplares do livro: "Os Cavaleiros da Cultura", contando a história da Cavalgada Cultural, com o objetivo promover o hábito da leitura de crianças e jovens. O livro registrará por meio de fotos e textos um pouco das ações de distribuição de livros, de forma a divulgar o trabalho desenvolvido, de forma a despertar outras iniciativas como esta.

10 12454 - Traços da Festa de São Benedito de Machado
Mirela Luz do Amarante
CNPJ/CPF: 790.506.466-20

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo: 01400.023653/20-10
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 202.610,50
Prazo de Captação: 21/03/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O objetivo do projeto é divulgar a Festa de São Benedito ocorrida anualmente na cidade de Machado, sul de Minas Gerais, no intuito de valorizar a cultura popular brasileira dando visibilidade às suas tradicionais danças folclóricas tais como as Congadas bem como a relação dos Congos e das festividades mundanas com o ritos sagrados da Igreja Católica. Para tal o projeto visa a produzir 2000 unid. de um catálogo e vídeo através de registros visuais e orais colhidos durante a realização do evento

10 11408 - Homem Elefante, a história de Joseph Merrick
Rafaela Menegoti Tasca
CNPJ/CPF: 030.212.889-10
Processo: 01400.022364/20-10
PR - Curitiba
Valor do Apoio R$: 44.500,00
Prazo de Captação: 21/03/2011 a 30/09/2011
Resumo do Projeto:
Edição de 1.000 exemplares de livro contendo a restrospectiva do processo de criação, circunstâncias da montagem e considerações do autor Luiz Roberto Meira sobre sua obra teatral: HOMEM ELEFANTE, a história de Joseph Merrick. Na montagem de estréia em 2003, a peça obteve boa recepção de público e crítica em Curitiba, PR., e foi vista por mais de 11.000 pessoas. A montagem recebeu ainda o Prêmio Gralha Azul de Melhor Atriz Coadjuvante. Inclue-se nesta publicação o texto teatral em sua íntegra.

10 6818 - O PORTO DE PARANAGUÁ: NAVEGANDO PELA HISTÓRIA
(título provisório)
Editora Neotropica Ltda. - ME
CNPJ/CPF: 05.632.599/0001-08
Processo: 01400.014723/20-10
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 264.363,00
Prazo de Captação: 21/03/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Produção de um livro com textos e fotos, sobre a história do conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de Paranaguá/PR, através das instalações portuárias construídas ao longo da história. Este permitirá compreender a relação entre o ambiente natural da Baía de Paranaguá e a forma de implantação da cidade, definida pela sua função portuária, e o significado desse acervo arquitetônico, urbanístico e paisagístico, tombado em 2009 pelo IPHAN como Patrimônio Nacional, para a história do Brasil

10 10621 - Total
Sofia Martins da Costa Rodrigues
CNPJ/CPF: 038.473.976-80
Processo: 01400.021048/20-10
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 44.000,00
Prazo de Captação: 21/03/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Este projeto prevê a criação de um livro de experimentação poética "Total", que se dividirá em dois capítulos: "Tão" e "Tao". A estimativa é que "Total" tenha de 90 a 130 páginas. O livro já está sendo desenvolvido pela autora e proponente da presente proposta: Sofia Martins da Costa Rodrigues - Sofia Fada. O patrocínio irá permitir que ela se dedique ao projeto durante 10 meses e lance o livro ao findar do processo.

ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 18)
10 8358 - FestNatalViçosa
Amar Produções Artísticas Ltda - ME
CNPJ/CPF: 06.143.941/0001-60
Processo: 01400.017315/20-10
MG - Viçosa
Valor do Apoio R$: 45.772,43
Prazo de Captação: 21/03/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O presente projeto pretende realizar uma noite com programação de música instrumental, dança e artes cênicas no mês de Natal, em Viçosa, MG, no intuito de gerar fluxo turístico, fomentar o trabalho de profissionais locais que trabalham com a cultura, formar platéias, e se consolidar no calendário de eventos culturais da cidade.

10 12404 - GUARANTÃ COMUNIDADE
Associação Cultural e Teatral Guarantã
CNPJ/CPF: 01.177.199/0001-90
Processo: 01400.023601/20-10
SP - Piracicaba
Valor do Apoio R$: 127.050,00
Prazo de Captação: 21/03/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Realização de um ciclo de oficinas em 03 diferentes comunidades da cidade de Piracicaba-SP, com jovens de baixa renda. Serão oferecidas um total de 60 vagas, para as três oficinas, com resultado de 03 espetáculos teatrais. Também será realizado uma pesquisa com integrantes e ex-integrantes da "Paixão de Cristo de Piracicaba", que existe desde 1990 na cidade, para montagem de um Livro de Memórias sobre esse espetáculo que ao logo dos anos, tornou-se referência e uma manifestação cultural.

10 11227 - CARAVANA DA CULTURA
J.A. OLIVEIRA
CNPJ/CPF: 89.312.037/0001-69
Processo: 01400.022107/20-10
RS - Cachoeira do Sul
Valor do Apoio R$: 887.940,00
Prazo de Captação: 21/03/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
"Caravana da Cultura" será uma mostra da cultura, com apresentações artísticas de grupos de danças folclóricas e musica instrumental gaúcha e contemporânea com espaços para o resgate da identidade do homem e a valorização dos símbolos que compõem a tradição do Rio Grande do Sul e do Brasil, proporcionando um grande espetáculo em 8 cidades do Estado. A história cultural em um dos mais belos espetáculos de dança e música resgatando o espírito cultural no coração das pessoas.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
10 11291 - MISSA LEIGA - ZIZI POSSI
Super Amigos Produções Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 09.061.311/0001-35
Processo: 01400.022234/20-10
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 1.596.260,00
Prazo de Captação: 21/03/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O projeto Missa Leiga, pretende cumprir o objetivo fundamental do templo religioso, reunir o público sem discriminação religiosa, étnica ou de classes sociais. Congregará os amantes da música e das artes para participar de uma celebração da vida através da linguagem sublime da música. Teremos apresentações gratuitas em igrejas históricas e apresentações pagantes em casas de espetáculos (ver plano de distribuição)

10 7723 - SHOW DAS ORQUESTRAS
BRILHO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA ME
CNPJ/CPF: 08.785.951/0001-25
Processo: 01400.016400/20-10
BA - Salvador
Valor do Apoio R$: 709.510,75
Prazo de Captação: 21/03/2011 a 31/05/2011
Resumo do Projeto:
Criar em Salvador e simultaneamente na Ilha de Itaparica (Cacha Pregos), a oportunidade de apresentações GRATUITAS de Orquestras no Palco na Praça Aginoel Aquilino (em Cacha Pregos) e na Casa de Eventos Katendê em Salvador, proporcionando novos espaços e contribuindo para a diversificação da Cultura musical da Bahia, de modo a oferecer à população ter mais diversão e lazer com qualidade.

10 8517 - BANDA R4 - DVD (Show ao Vivo), VIDEO CLIPE E TURNÊ DE LANÇAMENTO
FX STUDIOS LTDA
CNPJ/CPF: 03.531.044/0001-36
Processo: 01400.017487/20-10
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 559.376,00
Prazo de Captação: 21/03/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O projeto consiste na gravação de um DVD ao vivo, um video clipe e uma turnê de 5 apresentações de lançamento da jovem banda paulista de rock, "R4" nas principais cidades do estado de São Paulo, incentivando a cultura e a inclusão musical dos jovens. O video clipe virá como faixa bônus neste DVD ao vivo, gravado em uma apresentação em SP. Este novo produto poderá adicionar um CD bônus (áudio) com o 1o disco oficial da Banda, já gravado por eles próprios.

10 11042 - Projeto Ecarta Musical Cultura Itinerante 2011
Fundação Cultural e Assistencial Ecarta
CNPJ/CPF: 06.180.230/0001-66
Processo: 01400.021680/20-10
RS - Porto Alegre
Valor do Apoio R$: 316.364,00
Prazo de Captação: 21/03/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Realizar um circuito musical pelo interior do Estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2011. Serão dez artistas realizando shows em cidades gauchas, totalizando trinta shows, nas cidades de: Canoas, Capão da Canoa, Santo Ângelo, Santa Rosa, Santa Maria, Bento Gonçalves, Uruguaiana, Rio Grande, Erechim, Passo Fundo. Cada artista/banda realizará três shows em cidades diferentes. A abertura de cada evento será realizada por um artista local.

10 10729 - Grávidos
Rogério Ferreira Santos
CNPJ/CPF: 311.265.468-44
Processo: 01400.021227/20-10
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 127.907,00
Prazo de Captação: 21/03/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Gravação de um cd musical (instrumental)
independente (1.000 cópia), inédito com composições próprias e inéditas. A principal idéia é apresentar músicas instrumentais baseadas no tema: Gravidez. O projeto consiste apenas na gravação e divulgação do cd e portanto não haverá apresentações.

10 12104 - FERNANDO DELUQUI AO VIVO
CARVALHO DELUQUI PRODUÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA.
CNPJ/CPF: 57.831.331/0001-90
Processo: 01400.023240/20-10
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 207.800,00
Prazo de Captação: 21/03/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
FERNANDO DELUQUI AO VIVO é um projeto de registro de show musical do guitarrista, compositor e intérprete Fernando Deluqui que resultará em um álbum com aproximadamente 22 músicas. O registro acontecerá a partir da gravação ao vivo de áudio e imagem de show do músico e banda, interpretando músicas próprias e releituras de sucessos do pop rock nacional dos anos 1970 e 1980. Serão produzidas 1.000 unidades de DVD.

ÁREA : 6 HUMANIDADES - (ART26)
10 10719 - Revista Como Vai
INSTITUTO CULTURAL BIBLIOTECA DO O
CNPJ/CPF: 07.470.233/0001-05
Processo: 01400.021216/20-10
MG - Tiradentes
Valor do Apoio R$: 223.029,90
Prazo de Captação: 21/03/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Este projeto prevê a continuação da revista Como Vai, uma publicação trimestral que nasceu do sonho de contribuir para uma sociedade mais humana, mais questionadora e transformadora, através da cultura. A revista traz artigos e entrevistas sobre artes, música, cinema, literatura, poesia, entretenimento e gastronomia, sem esquecer os diálogos desta área com o turismo e o meio ambiente. Além da publicação, o projeto também prevê a realização de oficinas de educomunicação e de leitura.

PORTARIA Nº 140, DE 18 DE MARÇO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA-SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 45, de 08 de fevereiro de 2011 e o inciso I do art. 3º da Portaria nº 1.088, de 18 de setembro de 2009, resolve:

Art.1.º - Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos culturais, relacionados nos anexos I e II a esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE ALAN PINHEIRO GUIMARÃES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
08 5218 - Circo Social - Formação de Educadores e Oficinas
Pedagógicas
Casa de Cultura Centro de Formação Artística e Cultural da
Baixada Fluminense
CNPJ/CPF: 36.446.029/0001-49
RJ - São João de Meriti
Período de captação: 01/01/2011 a 31/07/2011
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 18)
08 5569 - Programa de Apoio à Difusão do Conhecimento Arqueológico.
Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB
CNPJ/CPF: 40.290.546/0001-49
PA - Belém
Período de captação: 01/01/2011 a 31/12/2011
06 7408 - Restauro e Revitalização do Complexo Arquitetônico do Morro de Convento de Santo Antônio - 400 Anos
Provincia Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil
CNPJ/CPF: 62.340.203/0001-84
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2011 a 31/12/2011
07 6084 - Museu da Justiça Eleitoral-Antiga Sede do Tribunal Regional Eleitoral - RJ Fase II-Obras Básicas de R
Instituto Herbert Levy
CNPJ/CPF: 40.345.282/0001-83
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2011 a 31/12/2011
06 7378 - Memórias Franciscanas no Antigo Convento de Santa Maria Madalena, Alagoas.
Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa - FUNDEPES
CNPJ/CPF: 12.449.880/0001-67
AL - Maceió
Período de captação: 01/01/2011 a 30/06/2011
ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
06 6025 - Imagens da Maturidade
3S Desenvolvimento de Projeto Empresarial Ltda.
CNPJ/CPF: 06.223.731/0001-82
SP - Campinas
Período de captação: 01/01/2011 a 30/06/2011
ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 18)
09 7343 - A Construção de um País
3S Desenvolvimento de Projeto Empresarial Ltda.
CNPJ/CPF: 06.223.731/0001-82
SP - Campinas
Período de captação: 01/01/2011 a 31/12/2011

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
08 5109 - Batuque de Bamba
Casa de Cultura Centro de Formação Artística e Cultural da
Baixada Fluminense
CNPJ/CPF: 36.446.029/0001-49
RJ - São João de Meriti
Período de captação: 01/01/2011 a 31/07/2011

MEMBRAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 141, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA-Substituto, no uso da delegação de competência estipulada na Portaria GM-MinC n. 13/2007, constante na seção 1 do Diário Oficial da União de 9 de abril de 2007, Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:

Art.1º - Tornar pública a relação do (s) projeto (s) incentivado (s) por meio da Lei 8.313/91 que tiveram sua (s) prestação (es) de contas aprovada (s) no âmbito deste Ministério , conforme anexo abaixo:

Art.2º - Informar da determinação contida no parágrafo 2º do artigo 73 da Instrução Normativa/ MinC nº 01 de 05.10.10, publicada no Diário a Oficial União de 06.10.10, a saber: "O proponente deve manter os documentos fiscais originais e cópias de todos os cheques emitidos, frente e verso, de forma que os beneficiários possam ser identificados, pelo prazo mínimo de dez anos".

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE ALAN PINHEIRO GUIMARÃES

ANEXO

Pronac	Nome do Projeto	Proponente	Objeto	Área	Valor Proposto (R$)	Valor Aprovado/Redução (R$)	Valor Captado (R$)
02-0900	Banda Marcial da APMI	Associação de Proteção a Maternidade e Infância de Ibiporã - PR	Manter as atividades da Banda Marcial da APMI, da cidade de Ibiporã/PR, por meio de pagamento de cachê para regente e músicos, locação de espaço e aquisição de estantes, partituras e instrumentos. Trata-se de um trabalho voltado para a iniciação e aperfeiçoamento musical do município e dos integrantes da banda, através de uma programação pedagógica que envolva prática e teoria musical.	Música	108.923,10	113.923,10/ 38.833,30	22.463,22

RETIFICAÇÃO

Na portaria de aprovação, publicada no DOU n.º 53, de 18 de março de 2011, Seção 1, página 6.

Onde se lê: PORTARIA N.º136, DE 17 DE MARÇO DE 2011.

Leia-se: PORTARIA N.º138, DE 17 DE MARÇO DE 2011.

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 31, DE 18 DE MARÇO DE 2011

A SECRETÁRIA DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso das atribuições legais que lhe confere a Portaria n° 446, de 02 de fevereiro de 2011, e em cumprimento ao disposto na Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, alterada pela Lei nº 10.454 de 13 de maio de 2002, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de captação dos projetos audiovisuais, relacionados no anexo I a esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos temos do Art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com redação dada pelo Art. 53, alínea f, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001.

Art. 2º Prorrogar o prazo de captação dos projetos audiovisuais, relacionados no anexo II a esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA DOURADO SANTANA

ANEXO I

09 1859 - Simplesmente Florbela Espanca
Cleber Victor Franceschi
CNPJ/CPF: 089.195.548-89
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2011 a 31/12/2011
10 6203 - I FESTIVAL DE CINEMA DE IPIABAS
Bossa Produções Ltda
CNPJ/CPF: 04.876.666/0001-69
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2011 a 31/12/2011
10 6640 - Mostra de Cinema Árabe 2010
Formata Cultural
CNPJ/CPF: 12.063.207/0001-94
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 01/01/2011 a 30/06/2011
09 4516 - Oficinas - Curta meu mundo
3S Produções, Edições Culturais e Com. Liv. Ltda.
CNPJ/CPF: 08.390.847/0001-31
SP - Campinas
Período de captação: 01/01/2011 a 31/10/2011
09 7502 - Série Pensar Música - Cinema e Reflexão
Instituto Auditório Ibirapuera
CNPJ/CPF: 06.340.891/0001-01
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2011 a 30/11/2011
09 6998 - Mostra de Cinema Brasileiro na Semana Ticket Cultura (Art. 18)
Entre Atos Agência Cultural Ltda.
CNPJ/CPF: 08.668.639/0001-51
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2011 a 13/12/2011

ANEXO II

08 6872 - Virando o Jogo
Agência Baiana Peixinhos & Tartarinha Maruga
CNPJ/CPF: 05.728.116/0001-65
BA - Salvador
Período de captação: 01/01/2011 a 31/12/2011
07 4062 - Nossas Memórias
Luis Claret Ferreira
CNPJ/CPF: 865.116.028-34
SP - Batatais
Período de captação: 01/01/2011 a 31/12/2011
10 0942 - Radiolas Curitibanas
Universidade Livre da Cultura
CNPJ/CPF: 10.505.300/0001-86
PR - Curitiba
Período de captação: 01/01/2011 a 31/12/2011
10 0394 - Música DOC
Universidade Livre da Cultura
CNPJ/CPF: 10.505.300/0001-86
PR - Curitiba
Período de captação: 01/01/2011 a 31/12/2011

Ministério da Defesa

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

RESOLUÇÃO Nº 186, DE 18 DE MARÇO DE 2011

Altera requisitos do Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica nº 91 - RBHA 91.

O DIRETOR-PRESIDENTE INTERINO DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da prerrogativa de que trata o art. 6º do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, e no uso da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e considerando o parecer constante do processo nº 60800.006987/2011-43, resolve, ad referendum da Diretoria:

Art. 1º Dar a seguinte redação ao parágrafo (c) da seção 91.221 do Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica nº 91 - RBHA 91 (Regras Gerais de Operações para Aeronaves Civis):

"91.221 - .....

(c) [Espaço aéreo RVSM (Reduced Vertical Separation Minimum). Não obstante o previsto no parágrafo (b) desta seção, quando operando uma aeronave em espaço aéreo RVSM, nenhuma pessoa pode manter um sistema ACAS II ligado e em funcionamento a menos que esse sistema seja do tipo ACAS II (TCAS II, versão 7.0 ou superior).

....."

Art. 2º Incluir, na seção 91.409 do mencionado RBHA 91, parágrafos (i) e (j) com a seguinte redação:

"91.409 - .....

(i) Exceto como previsto no parágrafo (j) desta seção, nenhuma pessoa pode operar uma aeronave que possua um programa de manutenção recomendado pelo detentor do certificado de tipo (ou certificado suplementar de tipo) a menos que os tempos para revisão geral, os intervalos de inspeção e os procedimentos específicos contidos no programa sejam cumpridos.

(j) Os intervalos entre as revisões gerais previstos nos programas de manutenção de acordo com o parágrafo (i) desta seção não se aplicam para aeronaves com motor convencional operando segundo as regras do RBHA 91."

Art. 3º Revogar a Portaria DAC nº 161/STE, de 08 de março de 2002, que aprovou a Instrução de Aviação Civil nº 3108 - IAC 3108 "Instruções para o Controle Geral de Aeronavegabilidade das Aeronaves Civis Brasileiras", publicada no Diário Oficial da União de 17 de abril de 2002, Seção 1, página 8.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DA SILVEIRA PELLEGRINO

COMANDO DA MARINHA
TRIBUNAL MARÍTIMO
SECRETARIA-GERAL
DIVISÃO JUDICIÁRIA
SEÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO E PROCESSAMENTO DE FEITOS

EXPEDIENTE DOS EXMOS. SRS. JUÍZES RELATORES

Proc. nº 23.365/08 - EMB "ANGÁ V" e outra EMB
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Drª Aline Gonzalez Rocha
Representados : Valdinei Oliveira Gomes (Timoneiro)
Advogado : Dr. Arcênio Brauner Júnior (DPU/RJ)
: Raurysson Alves Ramos (Piloto)
Advogado : Dr. Alessander Lopes Pinto
Despacho : "Considerando certidão de fls. 157v, decorrendo, portanto o prazo para cumprimento do despacho de fls. 157, torno deserto o pedido de produção de provas por Raurysson Alves Ramos, para encerrar a Instrução."

Proc. nº 24.826/10 - Rb "TQ-31" e outras EMB
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Paulo Rogério dos Santos (Comandante) - Revel
Despacho : "Declaro a revelia do Representado Paulo Rogério dos Santos por ter apresentado defesa em desacordo com o art. 31 da Lei nº 2.180/54 c/c art. 21 do Regimento Interno deste Tribunal: "o patrocínio das causas é Privativo dos Advogados inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil."

Proc. nº 23.877/09 - Saveiro "ANJO GABRIEL" e outra EMB
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representados : Ivanildo Santana Souza (Condutor) - Revel
: Carlos Vitor da Conceição (Condutor)
Advogado : Dr. Pablo Luiz Mello Ribeiro
Despacho : "Aos Representados para Provas."
Prazo : "05 (cinco) dias."

Proc. nº 23.633/08 - NT "KASCO"
Relator : Juiz Sergio Cezar Bokel
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Salvador Siqueira (Prático)
Advogado : Dr. Luís André Beckhauser
Assist. Defesa: Kasco Navigation Limited (Proprietária)
Advogada : Drª Flávia Rezende Guerra
Despacho : "À Divisão Administrativa para efetuar pagamento ao Perito Sr. Manoel Luiz Carneiro Busnardo da quantia de R$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais).

Ao Representado Salvador Siqueira e ao Assistente de Defesa Kasco Navigation Limited para conhecer do laudo pericial de fls. 401 a 446 e querendo apresentar parecer técnico. Prazo de 05 (cinco) dias."

Proc. nº 24.205/09 - BP "RAMOS"
Relator : Juiz Sergio Cezar Bokel
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representados : João Maria Siqueira da Silva (Mergulhador inab.) - Revel
: Raimundo Ramos (Proprietário) - Revel
: Silvério Miranda Soares (Mestre) - Revel
: João Paulo Bandeira da Silva (Mangueirista) - Revel
Despacho : "Aos Representados para Provas."
Prazo : "05 (cinco) dias."

Proc. nº 24.683/10 - Canoa Sem Nome
Relator : Juiz Sergio Cezar Bokel
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representado : Justino Lourenço das Neves (Condutor/Proprietário)
Advogado : Dr. Adari Guilherme da Silva
Despacho : "Ao Representado para Alegações Finais."
Prazo : "10 (dez) dias."

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Proc. nº 24.819/10 - EMB "SOFIA C"
Relator : Juiz Sergio Cezar Bokel
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Paulo Damião Ferreira (Comandante)
Advogado : Dr. Edvaldo Sebastião Bandeira Leite
Despacho : "Ao Representado para Alegações Finais."
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 24.848/10 - EMB "LEONARDO VI"
Relator : Juiz Sergio Cezar Bokel
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Miguel da Silveira (Pescador Profissional)
Advogado : Dr. Aldano José Vieira Neto (Defensor Dativo)
Despacho : "Indefiro as prerrogativas de Defensor Público requeridas pelo Representado Miguel da Silveira, tendo em vista a existência de Procuração de fls. 93, devendo o I. Advogado acompanhar todos os atos do processo através do Diário Oficial da União.

Defiro a Gratuidade de Justiça requerida à fl. 93, ressalvando o art. 12 da Lei 1060/50."
Proc. nº 24.902/10 - Ponte
Relator : Juiz Sergio Cezar Bokel
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representado : Estaleiro Mauá S/A
Advogado : Dr. Valmar Souza Paes
Despacho : "Ao Representado para Alegações Finais."
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 24.975/10 - NM "BULK LEHER"
Relator : Juiz Sergio Cezar Bokel
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representado : Waldir Alves de Jesus (Prático)
Advogado : Dr. Caio César da Silva Carvalho
Despacho : "Ao Representado para Provas."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 25.038/10 - EMB "ESTRELA DE LUZ I"
Relator : Juiz Sergio Cezar Bokel
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Com pedido de Arquivamento de autoria da PEM.
Despacho : "Defiro o requerido pela PEM às fls. 108/109.
Declaro este Processo nº 25.038/2010 conexo com os Processos nºs 25.039/2010 e 25.040/2010."
Proc. nº 25.039/10 - EMB "PEDRO JÚNIOR II"
Relator : Juiz Sergio Cezar Bokel
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Com pedido de Arquivamento de autoria da PEM.
Despacho : "Defiro o requerido pela PEM às fls. 122/123.
Declaro este Processo nº 25.039/2010 conexo com os Processos nºs 25.038/2010 e 25.040/2010."
Proc. nº 25.040/10 - EMB "PEDRO JÚNIOR III"
Relator : Juiz Sergio Cezar Bokel
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Com pedido de Arquivamento de autoria da PEM.
Despacho : "Defiro o requerido pela PEM às fls. 120/121.
Declaro este Processo nº 25.040/2010 conexo com os Processos nºs 25.038/2010 e 25.039/2010."
Proc. nº 24.523/09 - Bote/baleeira "ASTRO I"
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Rui dos Santos Alves Júnior (Condutor) - Revel
Despacho : "Ao Representado (Revel) para Provas."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 24.590/10 - Rb "FELIPE ARTHUR"
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Liconave Comércio e Navegação Ltda.(Proprietário) - Revel
Despacho : "Ao Representado (Revel) para Provas."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 24.487/09 - NM "NORSUL CAMOCIM"
Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Antonio Ferreira Leal (Prático)
Advogado : Dr. Ferdinando Gabriel Domingues
Despacho : "Ao Representado para Alegações Finais."
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 24.630/10 - Traineira "PATRICIAMAR 2001"
Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representados : Michel dos Santos Abreu (Mestre),
: Marcio de Aguiar Ribeiro (Tripulante),
: Romúlo Silveira de Souza e
: Elson Lima Ribeiro
Advogado : Dr. José Washington Castro Freire
Despacho : "Aos Representados para Alegações Finais."
Prazo : "10 (dez) dias."
Secretaria do Tribunal Marítimo, em 18 de março de 2011.

ATA DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS DE 10/03/2011

Nº do Processo: 25638/2011
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 0011/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO (C P R J)
Data do Acidente: 12/06/2010
Hora: 10:27
Local do Acidente: ENSEADA DE BÚZIOS / ARMAÇÃO DOS BÚZIOS - RJ
Acidente / Fato: EXPOR A RISCO A INCOLUMIDADE / SEGURANÇA DA EMBARCAÇÃO OU A VIDA
Lista de Embarcações:
SARAGASSA

Nº do Processo: 25639/2011
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 0012/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO (C P R J)
Data do Acidente: 25/07/2010
Hora: 09:37
Local do Acidente: PORTO DO RIO DE JANEIRO / TERMINAL DE CONTEINERES MULTIRIO - RIO DE JANEIRO - RJ
Acidente / Fato: AVARIA OU DEFEITO NAS MÁQUINAS, MOTORES, CALDEIRAS E APARELHOS AUXILIARES
Lista de Embarcações:
MSC FLÓRIDA

Nº do Processo: 25640/2011
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Nº do Ofício: 0013/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO (C P R J)
Data do Acidente: 30/05/2010
Hora: 04:00
Local do Acidente: BAÍA DE GUANABARA / ÁREA DE FUNDEIO Nº 06 - RIO DE JANEIRO - RJ
Acidente / Fato: EXPOR A RISCO A INCOLUMIDADE / SEGURANÇA DA EMBARCAÇÃO OU A VIDA
Lista de Embarcações:
HAVILA PRINCESS

Nº do Processo: 25641/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 0036/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO (C P R J)
Data do Acidente: 13/08/2010
Hora: 18:00
Local do Acidente: BAÍA DE GUANABARA / CAIS FLUTUANTE - TERMINAL DA PRAÇA XV - RIO DE JANEIRO - RJ
Acidente / Fato: QUEDA DE PESSOA NA ÁGUA
Lista de Embarcações:
MARTIM AFONSO

Nº do Processo: 25642/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0083/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO (C P R J)
Data do Acidente: 15/08/2010
Hora: 12:05
Local do Acidente: ILHA BRANCA / ARMAÇÃO DOS BÚZIOS - RJ
Acidente / Fato: DESAPARECIMENTO DE PESSOA
Lista de Embarcações:
KAIAQUE

Nº do Processo: 25643/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0007/2011
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM ANGRA DOS REIS (DEL A REIS)
Data do Acidente: 04/09/2010
Hora: 14:00
Local do Acidente: PRAIA DAS AMENDOEIRAS / ILHA DA GIPÓIA - ANGRA DOS REIS - RJ
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO, DERIVA DA EMBARCAÇÃO
Lista de Embarcações:
SEA LIFE STYLE

Nº do Processo: 25644/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0008/2011
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM ANGRA DOS REIS (DEL A REIS)
Data do Acidente: 09/08/2010
Hora: 11:30
Local do Acidente: ÁREA DE APROXIMAÇÃO ILHA DE IMBOASSICA / ANGRA DOS REIS - RJ
Acidente / Fato: AVARIA DE MÁQUINAS
Lista de Embarcações:
CAPITÃO FAUSTO

Nº do Processo: 25645/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0048/2011
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM ANGRA DOS REIS (DEL A REIS)
Data do Acidente: 15/02/2010
Hora: 15:30
Local do Acidente: BAÍA DA ILHA GRANDE / CERCA DE 7 MILHAS DO PORTO DE ANGRA DOS REIS - RJ
Acidente / Fato: ABALROAÇÃO OU ABALROAMENTO
Lista de Embarcações:
PÉROLA DO MAR
COPACABANA

Nº do Processo: 25646/2011
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 0049/2011
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM ANGRA DOS REIS (DEL A REIS)
Data do Acidente: 11/08/2010
Hora: 22:00
Local do Acidente: ILHA GRANDE / IATE CLUBE AQUIDABÃ - ANGRA DOS REIS - RJ
Acidente / Fato: ÁGUA ABERTA , NAUFRÁGIO
Lista de Embarcações:
SEMDEC IV

Nº do Processo: 25647/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 757-A/2010
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO ESPÍRITO SANTO (C P E S)
Data do Acidente: 12/12/2009
Hora:
Local do Acidente: BACIA DE CAMPOS / CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ
Acidente / Fato: ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO
Lista de Embarcações:
ASTRO ENCHOVA

Nº do Processo: 25648/2011
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 0511/2010
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DO SÃO FRANCISCO (C F S F)
Data do Acidente: 28/12/2008
Hora:
Local do Acidente: REPRESA DE TRÊS MARIAS / MORADA NOVA DE MINAS - MG
Acidente / Fato: QUEDA DE PESSOA NA ÁGUA, MORTE DE PESSOA
Lista de Embarcações:
GARÇA

Nº do Processo: 25649/2011
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0512/2010
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DO SÃO FRANCISCO (C F S F)
Data do Acidente: 12/09/2010
Hora: 15:00
Local do Acidente: ILHA DO BOM GOSTO / TRAVESSIA DA ILHA PARA O POVOADO DE SANTA CLARA - PILÃO ARCADO - BA
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO, MORTE DE PESSOA
Lista de Embarcações:
EMBARCAÇÃO SEM NOME - TIPO CANOA

Nº do Processo: 25650/2011
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 0018/2011
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DO SÃO FRANCISCO (C F S F)
Data do Acidente: 05/09/2010
Hora: 17:00
Local do Acidente: RIO SÃO FRANCISCO / TRAVESSIA ENTRE AS CIDADES DE BURIRIZEIRO E IBIAÍ - MG
Acidente / Fato: ABALROAÇÃO OU ABALROAMENTO, DERIVA DA EMBARCAÇÃO
Lista de Embarcações:
CC-15-69-01
GREEN PEACE I
OS COYOTES
EMBARCAÇÃO SEM NOME - TIPO CANOA
EMBARCAÇÃO SEM NOME - TIPO CHATA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº do Processo: 25651/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0714/2010
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO CEARÁ (C P C E)
Data do Acidente: 19/05/2010
Hora:
Local do Acidente: ÁGUAS COSTEIRAS DO ESTADO DO CEARÁ / ÁREA MARÍTIMA CONTÍGUA À LOCALIDADE DE MAJORLÂNDIA - CE
Acidente / Fato: EMPREGO DA EMBARCAÇÃO EM ILÍCITO PENAL OU FAZENDÁRIO
Lista de Embarcações:
CELEBRIDADE

Nº do Processo: 25652/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0024/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO GRANDE DO NORTE (C P R N)
Data do Acidente: 24/04/2010
Hora: 15:30
Local do Acidente: PRAIA DE GENIPABU / GENIPABU - RN
Acidente / Fato: QUEDA DE PESSOA NA ÁGUA, MORTE DE PESSOA
Lista de Embarcações:
ELIUDE I

Nº do Processo: 25653/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 0026/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO GRANDE DO NORTE (C P R N)
Data do Acidente: 24/03/2010
Hora: 10:00
Local do Acidente: ÁGUAS COSTEIRAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE / CERCA DE 1,5 MILHAS DA COSTA DE ENXU QUEIMADO - MUNICÍPIO DE PEDRA GRANDE - RN
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Lista de Embarcações:
NEVERA

Nº do Processo: 25654/2011
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 20-464/2010
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DE PERNAMBUCO (C P P E)
Data do Acidente: 30/12/2010
Hora: 21:30
Local do Acidente: PORTO DE SANTO ANTÔNIO / ARQUIPÉLAGO DE FERNANDO DE NORONHA
Acidente / Fato: COLISÃO
Lista de Embarcações:
TROVÃO DOS MARES

Nº do Processo: 25655/2011
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Nº do Ofício: 20-465/2010
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DE PERNAMBUCO (C P P E)
Data do Acidente: 06/08/2010
Hora:
Local do Acidente: PORTO DE RECIFE / CAIS DO ARMAZÉM Nº 14 - RECIFE - PE
Acidente / Fato: EXPLOSÃO
Lista de Embarcações:
PRAIA DO SANCHO

Nº do Processo: 25656/2011
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 1056/2010
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO AMAPÁ (C P A P)
Data do Acidente: 09/03/2010
Hora: 13:10
Local do Acidente: EM VIAGEM DO PORTO DE TEMA - GANA X BRASIL / FUNDEADOURO DE FAZENDINHA - AP
Acidente / Fato: TRANSPORTE DE CLANDESTINOS, TÓXICOS, CONTRABANDO E OUTRAS MERCADORIAS ILEGAIS
Lista de Embarcações:
NORD EXPRESS

Nº do Processo: 25657/2011
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 1057/2010
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO AMAPÁ (C P A P)
Data do Acidente: 31/10/2009
Hora: 06:30
Local do Acidente: IGARAPÉ DA FORTALEZA / RIO AMAZONAS - MACAPÁ - AP
Acidente / Fato: ABALROAÇÃO OU ABALROAMENTO
Lista de Embarcações:
COMTE BATISTA
IEMANJAR

Nº do Processo: 25658/2011
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Nº do Ofício: 1058/2010
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO AMAPÁ (C P A P)
Data do Acidente: 15/06/2010
Hora:
Local do Acidente: RIO AMAZONAS / PERCURSO ENTRE AS CIDADES DE MACAPÁ E OIAPOQUE - AP
Acidente / Fato: AVARIA OU DEFEITO NAS MÁQUINAS - MOTORES - CALDEIRAS E APARELHOS AUXILIARES
Lista de Embarcações:
YURY EMANUEL

Nº do Processo: 25659/2011
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 1059/2010
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO AMAPÁ (C P A P)
Data do Acidente: 02/09/2010
Hora: 16:00
Local do Acidente: CANAL DO CURUÁ GRANDE / PRÓXIMO À BOIA Nº 02 - MANAUS - AM
Acidente / Fato: ENCALHE
Lista de Embarcações:
ELKA ELEFTHERIA

Nº do Processo: 25660/2011
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 0040/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO AMAPÁ (C P A P)
Data do Acidente: 12/07/1998
Hora:
Local do Acidente: RIO FURTAFENIX / ILHA DO PARÁ - AFUÁ - PA
Acidente / Fato: ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO (ESCALPELAMENTO)
Lista de Embarcações:
VIRGEM DE NAZARÉ

Nº do Processo: 25661/2011
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 0041/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO AMAPÁ (C P A P)
Data do Acidente: 17/11/2010
Hora: 17:00
Local do Acidente: ÁREA DE APROXIMAÇÃO ILHA JIPIÓCA / AMAPÁ
Acidente / Fato: ENCALHE
Lista de Embarcações:
SINCERO

Nº do Processo: 25662/2011
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 0800/2010
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO MARANHÃO (C P M A)
Data do Acidente: 15/07/2010
Hora: 13:40
Local do Acidente: BARRA DO CAIUAUA / ALCÂNTARA - MA
Acidente / Fato: ENCALHE
Lista de Embarcações:
IATE BOM JESUS

Nº do Processo: 25663/2011
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0044/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO PARANÁ (C P P R)
Data do Acidente: 14/08/2010
Hora:
Local do Acidente: ILHA DAS PALMAS / PARANAGUÁ - PR
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO, MORTE DE PESSOA
Lista de Embarcações:
ANJO GABRIEL

Nº do Processo: 25664/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 0650/2010
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DE SANTA CATARINA (C P S C)
Data do Acidente: 12/01/2010
Hora:
Local do Acidente: PRAIA DE FORA / PALHOÇA - SC
Acidente / Fato: QUEDA DE PESSOA A BORDO
Lista de Embarcações:
EMBARCAÇÃO SEM NOME - TIPO BOTE

Nº do Processo: 25665/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 667/2010
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DE SANTA CATARINA (C P S C)
Data do Acidente: 19/05/2010
Hora: 05:10
Local do Acidente: PRAIA JURERÊ / FLORIANÓPOLIS - SC
Acidente / Fato: ENCALHE
Lista de Embarcações:
AYSSO

Nº do Processo: 25666/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0009/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DE SANTA CATARINA (C P S C)
Data do Acidente: 04/08/2010
Hora:
Local do Acidente: BAIA DA ILHA DE SANTA CATARINA / FLORIANÓPOLIS - SC
Acidente / Fato: ÁGUA ABERTA, ENCALHE
Lista de Embarcações:
FANTASIA

Nº do Processo: 25667/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 0060/2011
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM ITAJAÍ (DEL ITAJAI)
Data do Acidente: 03/11/2010
Hora: 08:00
Local do Acidente: TERMINAL DOS TROCADEIROS / ITAJAÍ - SC
Acidente / Fato: INCÊNDIO
Lista de Embarcações:
HAM 309

Nº do Processo: 25668/2011
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 0032/2011
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM SÃO FRANCISCO DO SUL (DEL S F SUL)
Data do Acidente: 10/09/2010
Hora: 05:00
Local do Acidente: BARRA DO CANAL DE ACESSO AO BALNEÁRIO DE BARRA DO SUL / BALNEÁRIO BARRA DO SUL - SC
Acidente / Fato: ALAGAMENTO, AVARIA NO APARELHO DE GOVERNO E NO LEME, ENCALHE
Lista de Embarcações:
A. J. J.

Nº do Processo: 25669/2011
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 0090/2011
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM PORTO ALEGRE (DEL P ALEGRE)
Data do Acidente: 18/09/2010
Hora:
Local do Acidente: RIO GUAÍBA / PORTO ALEGRE - RS
Acidente / Fato: ABALROAÇÃO OU ABALROAMENTO
Lista de Embarcações:
BARBA NEGRA
TERAPIA

Nº do Processo: 25670/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0011/2011
Origem: DELEGACIA FLUVIAL DE URUGUAIANA (DEL URUGUAIANA)
Data do Acidente: 26/09/2010
Hora:
Local do Acidente: RIO URUGUAI / PORTO MAUÁ - RS
Acidente / Fato: EMBORCAMENTO
Lista de Embarcações:
EMBARCAÇÃO SEM NOME - TIPO LANCHA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nº do Processo: 25671/2011
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Nº do Ofício: 0006/2011
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DO ARAGUAIA TOCANTINS (C F A T)
Data do Acidente: 14/06/2010
Hora: 02:30
Local do Acidente: RIO TOCANTINS / PORTO DA CAEMA - IMPERATRIZ - MA
Acidente / Fato: ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO
Lista de Embarcações:
VITÓRIA I

Nº do Processo: 25672/2011
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 0018/2011
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DO ARAGUAIA TOCANTINS (C F A T)
Data do Acidente: 28/08/2010
Hora:
Local do Acidente: RIO ARAGUAIA / PROXIMIDADES DO PORTO JARBAS PASSARINHO - MUNICÍPIO DE PALESTINA DO PARÁ - PA
Acidente / Fato: AVARIA OU DEFEITO NAS MÁQUINAS, MOTORES, CALDEIRAS E APARELHOS AUXILIARES , COLISÃO
Lista de Embarcações:
PIPES 114
PIPES 110

Nº do Processo: 25673/2011
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Nº do Ofício: 368/2010
Origem: DELEGACIA FLUVIAL DE PRES. EPITÁCIO (DEL P EPITACIO)
Data do Acidente: 07/10/2010
Hora: 14:30
Local do Acidente: RIO PARANÁ / PORTO MARINGÁ - MARILENA - PR
Acidente / Fato: QUEDA DE PESSOA NA ÁGUA
Lista de Embarcações:
ALINNE

TOTALIZAÇÃO:

JUIZ(A)	DISTRIBUÍDOS	REDISTRIBUÍDOS	TOTAL
MARIA CRISTINA DE O. PADILHA	6		6
MARCELO DAVID GONÇALVES	5		5
SERGIO CEZAR BOKEL	10		10
FERNANDO ALVES LADEIRAS	5		5
SERGIO BEZERRA DE MATOS	4		4
NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO	6		6
Total:	36		36

TERMO DE ENCERRAMENTO
CONTÉM A PRESENTE ATA 36 INQUÉRITO(S)/RECURSO(S) DISTRIBUÍDO(S) POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO DE DADOS.

Rio de Janeiro, 10 de Março de 2011
LUIZ AUGUSTO CORREIA
Vice-Almirante (RM1) Juiz-Presidente

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS

Proc. nº 23.046/2007
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
EMENTA : NM "EVER GENERAL". Embarque de clandestinos a bordo de navio estrangeiro, em portos estrangeiros, encontrados durante viagem com destino aos portos de Montevidéu (Uruguai), Buenos Aires (Argentina) e ao porto nacional de Santos, SP, onde foram encaminhados às autoridades locais. Sem registros de danos ao navio, acidentes pessoais ou poluição ao meio ambiente hídrico. Indeferida preliminar de incompetência do Tribunal Marítimo para apreciar transporte de clandestinos a bordo de navios estrangeiros. Falha nos procedimentos de controle de entrada de pessoas estranhas a bordo, durante a operação nos portos sul africanos de Cape Town e Durban, assim como falha na inspeção para verificação de presença de clandestinos a bordo. Negligencia. Condenação.
Autora : A Procuradoria.
Representado: Kae-Hwa Joan (Comandante) (Adv. Dr. Luciano Penna Luz).
A C O R D A M os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: embarque de clandestinos a bordo de navio estrangeiro, em portos estrangeiros, encontrados durante viagem com destino aos portos de Montevidéu (Uruguai), Buenos Aires (Argentina e ao porto nacional de Santos, SP, onde foram encaminhados às autoridades locais. Sem registros de danos ao navio, acidentes pessoais ou poluição ao meio ambiente hídrico; b) quanto à causa determinante: falha nos procedimentos de controle de entrada de pessoas estranhas a bordo, durante a operação nos portos sul africanos, de Durban e Cape Town, assim como falha na inspeção para verificação de presença de clandestinos a bordo; c) decisão: preliminar indeferida - julgar procedente a Representação da Douta Procuradoria em sua promoção de fls. 118/122, considerando o fato da navegação, previsto no artigo 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54 como consequência da conduta negligente do CLC Kae Hwa Joan, na ocasião comandante do NM "EVER GENERAL", condenando-o a pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais), prevista no art. 121, inciso VII, da mesma lei, com redação dada pela Lei nº 8.969/94, acrescida de custas processuais. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 19 de agosto de 2010.

Proc. nº 22.778/2007
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos
EMENTA : Jet-ski "JET CRAZY". Acidente da Navegação. Colisão de embarcação brasileira com vegetação de mangue em águas interiores, sem registro de danos ambientais. São Vicente, São Paulo. Infração ao RLESTA. Condenação.
Autora : A Procuradoria.
Representado: Fabiano Sousa Santos (Condutor) - Revel.
A C O R D A M os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: colisão do jet-ski "JET CRAZY" com a vegetação do mangue quando navegava na baía de São Vicente, São Vicente, SP, sem registro de danos ambientais; b) quanto à causa determinante: falha do condutor no controle da embarcação; e c) decisão: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de imprudência do Representado, responsabilizando Fabiano Souza Santos, condenando-o à pena de repreensão, com fundamento no art. 121, I. Custas na forma da lei. Oficiar à DPC a infração ao art. 23, inciso VIII, do RLESTA, cometida por Marina Baía de São Vicente Iate Clube. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 19 de outubro de 2010.

Proc. nº 24.375/2009
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
EMENTA : L/M "OHANA". Incêndio de pequenas proporções no salão de lancha a motor, enquanto estacionada em garagem de barcos, em residência particular, nas proximidades do canal do Frade, baía da Ribeira, Angra dos Reis, RJ. Sem registros de acidentes pessoais ou de poluição ao meio ambiente hídrico. Danos à embarcação,·cuja causa determinante não apurada com a devida precisão face à retirada da embarcação sem o conhecimento do Representante local da Autoridade Marítima. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.
A C O R D A M os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: incêndio de pequenas proporções no salão de lancha a motor, enquanto estacionada em garagem de barcos, em residência particular, nas proximidades do canal do Frade, baía da Ribeira, Angra dos Reis, RJ. Sem registros de acidentes pessoais ou de poluição ao meio ambiente hídrico. Danos à embarcação não apurados; b) quanto à causa determinante: não apurada com a devida precisão face à retirada da embarcação sem o conhecimento do representante local da Autoridade Marítima; c) decisão: arquivar os autos, considerando o acidente da navegação previsto no art. 14, letra "a", da Lei nº 2.180/54, e suas consequências, como de origem indeterminada, tudo conforme requerido pela Douta Procuradoria em sua promoção de fls. 49 a 51. Deve-se ainda oficiar à Diretoria de Portos e Costas quanto à infração ao artigo 23, inciso VIII, do RLESTA, cometida pelo Mestre da LM "OHANA", Sr. Wladimir da Cruz Cerqueira, por descumprir o contido no art. 8º, inciso V, alínea "b", da LESTA (Lei nº 9.537/97). Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 14 de setembro de 2010.

Proc. nº 24.738/2010
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
EMENTA : Bote de madeira sem nome. Provável queda na água, seguida de morte, por afogamento de condutor de bote de madeira sem nome. Rio Itajaí-Açu, Itajaí, SC. Não houve danos à embarcação ou registro de poluição ao meio ambiente hídrico. Reais circunstâncias não apuradas acima de qualquer dúvida. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.
A C O R D A M os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: provável queda na água, seguida de morte, por afogamento, de condutor de bote de madeira, sem nome. Rio Itajaí-Açu, Itajaí, SC, sem registro de danos a embarcação ou de poluição ao meio ambiente hídrico; b) quanto à causa determinante: reais circunstâncias não apuradas acima de qualquer dúvida; c) decisão: determinamos o arquivamento dos autos, considerando o fato da navegação, previsto no art. 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54, como de origem indeterminada, conforme requerido pela Douta Procuradoria em sua promoção de fls. 33/35. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 14 de outubro de 2010.

Proc. nº 24.578/2010
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
EMENTA : L/M "SENZA FINE". Incêndio irrompido a bordo, resultando na destruição da embarcação quando navegava nas proximidades da ponta do Sino, ilha da Marambaia, município de Mangaratiba, RJ. Sem ocorrências de acidentes pessoais ou registro de poluição ao meio ambiente hídrico. Causa não apurada com a devida precisão face à destruição da embarcação. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.
A C O R D A M os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: incêndio irrompido a bordo, resultando na destruição da embarcação, quando navegava nas proximidades da ponta do Sino, ilha da Marambaia, município de Mangaratiba, RJ, sem ocorrências de acidentes pessoais ou registro de poluição ao meio ambiente hídrico; b) quanto à causa determinante: não apurada com a devida precisão face a destruição da embarcação; c) decisão: arquivar os autos, considerando o acidente da navegação, previsto no art. 14, letra "a", da Lei nº 2.180/54, e suas consequências, como de origem indeterminada, tudo conforme requerido pela Douta Procuradoria em sua promoção de fls. 106/110. Deve-se ainda, oficiar à Diretoria de Portos e Costas, comunicando a infração ao art. 11, do RLESTA por parte do proprietário da embarcação "SENZA FINE" ao permitir que a mesma fosse conduzida por aquaviário (MAC) sem a necessária habilitação para navegação em mar aberto, de acordo com Anexo 2-A da NORMAM 13/DPC), conforme restou apurado no decorrer do inquérito (v. fls. 100 dos autos). Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 19 de outubro de 2010.

Proc. nº 22.647/2007
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
EMENTA : N/M "CALA PINAR DEL RIO". Queda de cinco contêineres vazios no mar, durante operação de descarregamento, de bordo de navio estrangeiro, atracado ao cais de Saboo, CODESP - Porto de Santos, SP, com posterior resgate. Danos materiais sem, no entanto resultar acidentes pessoais ou registro de poluição ao meio ambiente hídrico. Desprendimento incorreto de uma das castanhas (trava) do contêiner para içamento, fazendo com que o guindaste ao executar o movimento de subida, carregasse um dos lados do referido contêiner, forçando o mesmo a ir de encontro a uma pilha de contêineres. Imprudência. Negligência. Condenação.
Autora : A Procuradoria.
Representados: Ronaldo do Espírito Santo Rodrigues (Guincheiro) e Edson Santos Alves (Contramestre) (Advª. Drª. Ivette Apparecida Bäurich).
A C O R D A M os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: queda de cinco contêineres vazios no mar, durante operação de descarregamento, de bordo de navio estrangeiro, atracado ao cais de Saboo, CODESP, porto de Santos, SP, com posterior resgate. Danos materiais sem, no entanto, resultar acidentes pessoais ou registro de poluição ao meio ambiente hídrico; b) quanto à causa determinante: desprendimento incorreto de uma das castanhas (trava) do contêiner para içamento, fazendo com que o guindaste ao executar o movimento de subida carregasse um dos lados do referido contêiner, forçando o mesmo a ir de encontro a uma pilha de contêineres. Imprudência. Negligência; c) decisão: julgar procedente a representação da Douta Procuradoria, fls. 160/162, e considerando o fato da navegação, previsto no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54 e suas consequências, como decorrente das condutas imprudente de Ronaldo do Espírito Santo Rodrigues, e negligente de Edson Santos Alves, condenando cada um à pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais), prevista no art. 121, inciso VII, da mesma lei. Custas divididas. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 24 de agosto de 2010.

Proc. nº 24.671/2010
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
EMENTA : N/M "CLARE". Morte natural do comandante. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.
A C O R D A M os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: morte natural do comandante em N/M; b) quanto à causa determinante: infarto no miocárdio; c) decisão: arquivar os autos considerando o fato da navegação, como previsto no art. 15 letra "e" da Lei nº 2.180/54. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 28 de outubro de 2010.

Proc. nº 24.710/2010
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
EMENTA : N/M "ALHANDRA". Arribada forçada e justificada. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.
A C O R D A M os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: arribada de N/M a porto nacional com o intuito de prestar socorro médico a tripulante; b) quanto à causa determinante: forçada e justificada; c) decisão: arquivar os autos, considerando o acidente da navegação, como previsto no art. 14 letra "a" da Lei nº 2.180/54. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 28 de outubro de 2010.

Proc. nº 22.634/2007
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
EMENTA : N/M "NEDLLOYD MAXIMA". Encalhe de navio estrangeiro, nas proximidades da extremidade do cais Norte do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, quando demandava a saída da barra, navegando no canal entre a ilha das Cobras e a ilha das Enxadas, baía de Guanabara, RJ. Não houve danos ao navio, acidentes pessoais ou registro de poluição ao meio ambiente hídrico. Erro de manobra por parte do Prático, Condenação.
Autora : A Procuradoria.
Representado: Gilzio Greco Moreira (Prático) (Advª Drª Maria Cecília Lessa da Rocha, Defensora Pública da União).
A C O R D A M os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: encalhe de navio estrangeiro, nas proximidades da extremidade do cais norte do Arsenal de Marinha do Rio Janeiro, quando demandava a saída da barra, navegando no canal entre a ilha das Cobras e a ilha das Enxadas, baía de Guanabara, RJ. Não houve danos ao navio, acidentes pessoais ou registro de poluição ao meio ambiente hídrico; b) quanto à causa determinante: erro de manobra por parte do Prático; c) decisão: julgar procedente a Representação da Douta Procuradoria (fls. 79/83), e considerando o acidente da navegação, previsto no artigo 14, letra "a", da Lei nº 2.180/54, e suas consequências como decorrente da conduta imprudente de Gilzio Greco Moreira, condená-lo à pena de multa de R$ 600,00 (seiscentos reais), prevista no art. 121, inciso VII, c/c o art. 127 e art. 139, inciso II, todos da Lei nº 2.180/54, com redação dada pela Lei nº 8.969/94. Custas na forma da lei. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 17 de agosto de 2010.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Proc. nº 24.659/2010
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
EMENTA : N/M "BLUARROW". Óbito de tripulante, a bordo de mercante estrangeiro, fundeado na baía de São Marcos, São Luís, MA. Sem registros de danos ao navio ou poluição ao meio ambiente hídrico. Causa natural (infarto agudo do miocárdio). Caso Fortuito. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.
A C O R D A M os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: óbito de tripulante estrangeiro, a bordo de mercante estrangeiro, fundeado na baía de São Marcos, São Luís, MA sem registro de danos ao navio ou poluição ao meio ambiente hídrico; b) quanto à causa determinante: causa natural (infarto agudo do miocárdio). Caso fortuito; c) decisão: arquivar os autos como requerido pela Douta Procuradoria (fls. 95/96), considerando o fato da navegação em apreço, previsto no art. 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54, como de origem fortuita. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 21 de outubro de 2010.
Proc. nº 24.642/2010
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
EMENTA : N/M "KING ALFRED". Óbito de tripulante, a bordo de mercante estrangeiro, no curso da viagem do porto de Vitória, ES para o porto de Salvador BA. Sem registros de danos ao navio ou poluição ao meio ambiente hídrico. Causa natural (broncopneumonia bilateral, edema pulmonar bilateral e cardiomegalia). Caso Fortuito. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.
A C O R D A M os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: óbito de tripulante, a bordo de mercante estrangeiro, no curso da viagem de Vitória, ES para o porto de Salvador, BA, sem registros de danos ao navio ou poluição ao meio ambiente hídrico; b) quanto à causa determinante: causa natural (broncopneumonia bilateral, edema pulmonar bilateral e cardiomegalia); c) decisão: arquivar os autos como requerido pela Douta Procuradoria (fls. 82/83), equiparando o fato da navegação em apreço, previsto no art. 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54, como de origem fortuita. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 21 de outubro de 2010.
Proc. nº 23.494/2008
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
EMENTA : Canoa "TREZE IRMÃOS". Naufrágio. Excesso de pessoas e de peso a bordo, conduzida por pessoa não habilitada e com falta de material de salvatagem. Imperícia. Atenuantes. Infrações ao RLESTA. Proposta de recompensa. Condenação.
Autora : A Procuradoria.
Representado: Milton Miranda Carvalho (Condutor Inabilitado) (Advª Drª Margaux Guerreiro de Castro, Defensora Pública do Estado do Amazonas).
A C O R D A M os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: naufrágio de canoa, com danos materiais, sem vítima e sem registro de poluição ao meio ambiente; b) quanto às causas determinantes: excesso de pessoas sendo transportadas em pequena embarcação, conduzida por pessoa não habilitada e falta de material de salvatagem; c) decisão: julgar o acidente da navegação, tipificado no artigo 14, letra "a" (naufrágio), da Lei nº 2.180/54, como decorrente de imperícia do Representado, Milton Miranda Carvalho, acolhendo os termos da exordial da Douta Procuradoria Especial da Marinha, e, com fulcro nos artigos 121, 127, 128, 139 e 143, aplicar-lhe a pena de repreensão, isentando-o do pagamento das custas processuais, conforme requerido por sua defesa. Oficiar à Diretoria de Portos e Costas as infrações ao RLESTA não absorvidas pela condenação do Representado, proprietário da canoa "TREZE IRMÃOS", Milton Miranda Carvalho: art. 16 e art. 19, c/c o art. 15, da Lei nº 8.374/91. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 11 de novembro de 2010.
Proc. nº 24.485/2009
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
EMENT : B/P "HERMANOS TOUZA". Arribada forçada e justificada de pesqueiro estrangeiro a porto nacional, durante trajeto Uruguai/Espanha. Necessidade de atendimento médico adequado a tripulante ferido quando executava serviço de reparo na praça de máquinas, fora do mar territorial brasileiro. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.
A C O R D A M os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: arribada de pesqueiro de bandeira espanhola quando realizava o trajeto Uruguai x Espanha ao porto de Recife, PE, sem ocorrências de danos ao navio ou registro de acidente ao meio ambiente hídrico; b) quanto à causa determinante: necessidade de atendimento médico adequado a tripulante acidentado quando executava serviço de reparo na praça de máquinas, fora do mar territorial brasileiro; c) decisão: mandar arquivar os Autos como requerido pela D. Procuradoria Especial da Marinha - PEM (118/120), considerando o acidente da navegação, previsto no artigo 14, letra "a" (arribada) da Lei nº 2.180/54, como arribada forçada e justificada, conforme previsto no artigo 741, item 2 do Código Comercial c/c artigo 1.218, XVI do CPC. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 30 de setembro de 2010.
Proc. nº 23.336/2008
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos
EMENTA : B/P "LEIXÕES". Acidente da Navegação. Colisão de embarcação brasileira com pedras em águas brasileiras, seguida de água aberta e naufrágio, sem registro de danos pessoais e nem ambientais. Imbituba, Santa Catarina. Condenação.
Autora : A Procuradoria.
Representados: Miguel Joaquim Floriano (Mestre) (Adv. Dr. Sidney de Souza) e Alfredo Mafra Neto (Condutor/Timoneiro) (Adv. Dr. Edilson Teodoro da Costa).

A C O R D A M os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão dos acidentes da navegação: colisão do B/P "LEIXÕES" com pedras, seguindo-se água aberta e naufrágio da embarcação, quando navegava nas proximidades da ilha de Tacami, Imbituba, SC, sem registro de danos pessoais e nem ambientais; b) quanto à causa determinante: erro de navegação; e c) decisão: julgar os acidentes da navegação capitulados no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrentes de imprudência do 1º Representado e imperícia do 2º Representado, responsabilizando Miguel Joaquim Floriano, condenando-o à pena de multa de R$ 400,00 (quatrocentos reais) e Alfredo Mafra Neto, condenando-o à pena de multa de R$ 300,00 (trezentos reais), ambos com fundamento no art. 121, VII e §5º, todos da mesma lei. Custas na forma da lei para o 1º Representado e sem custas para o 2º Representado, em razão da hipossuficiência econômica reportada. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em18 de novembro de 2010.
Proc. nº 22.763/2007
Relatora :Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
EMENTA : N/M "JIN NIU LING". Encalhe de navio estrangeiro nas proximidades e a jusante da ponte Forte-Redinha, em construção, no centro do canal, durante manobra de atracação, porto de Natal, RN. Danos materiais. Não houve acidentes pessoais ou registro de poluição ao meio ambiente hídrico. Existência de um alto fundo, não cartografado e não conhecido pelos de bordo, no meio do canal de acesso ao porto de Natal, nas proximidades e a jusante do vão central da ponte em construção, resultante do assoreamento existente naquele canal de acesso, assim como a bacia de evolução, de conhecimento da Autoridade Portuária, a quem cabia a responsabilidade pela execução das obras de conservação da infra-estrutura de acesso aquaviário ao porto, nos termos do que estabelece a Lei nº 8.630, de 25/02/93 (Lei dos Portos), em seu art. 33, § 1º, item VI). Condenação.
Autora : A Procuradoria.
Representado : Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN (Autoridade Portuária) (Adv. Dr. Clawzio Ademar Vasconcelos Gurgel).
A C O R D A M os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: encalhe de navio estrangeiro, no meio do canal de acesso ao porto de Natal. Danos materiais de pequena monta. Não houve risco à navegação, acidentes pessoais ou registro de poluição ao meio ambiente hídrico; b) quanto à causa determinante: existência de um alto fundo, não cartografado e não conhecido pelos de bordo, no meio do canal de acesso ao porto de Natal, nas proximidades e a jusante do vão central da ponte em construção, resultante do assoreamento existente há bastante tempo naquele canal de acesso, assim como na bacia de evolução, e de conhecimento da Autoridade Portuária, a quem cabia a responsabilidade pela execução das obras de conservação da infraestrutura de acesso aquaviário ao porto, nos termos do que estabelece a Lei nº 8.5630, de 25/02/93 (Lei dos Portos), em seu art. 33, § 1º, item VI; c) decisão: julgar procedente a Representação da Douta Procuradoria (fls.158/165), e considerando o acidente da navegação, previsto no artigo 14, letra "a" da Lei nº 2.180/54 e suas consequências, como decorrente da conduta negligente de Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN, condenando-a a pena de multa de R$ 1.000,00 (mil reais), prevista no artigo 121, inciso VII, c/c art. 128 e art. 139, inciso II, todos da mesma Lei nº 2.180/54. Custas na forma da lei. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 12 de agosto de 2010.
Proc. nº 24.004/2009
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
EMENTA : Comboio formado pelo E/M "PIPES 79" e a balsa "PIPES 110". Pane no motor do rebocador. Comboio desgovernado, a deriva. Falha na manutenção e não fundeio. Negligência e imprudência. Condenação.
Autora : A Procuradoria.
Representados: Pedro Iran Pereira Espírito Santo (Proprietário) e Edimar Dias Frazão (Condutor) (Adv. Dr. Antonio Teixeira Resende).
A C O R D A M os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente e do fato da navegação: pane no motor do rebocador, que deixou o comboio a deriva, expondo a risco as embarcações, vidas e fazendas de bordo; b) quanto à causa determinante: falha na manutenção do rebocador e não fundeio do comboio, deixando-o a deriva, descendo o rio Tocantins, desgovernado; c) decisão: julgar o acidente da navegação, tipificado no art. 14, letra "b" (avaria ou defeito), e art. 15, letra "e" (exposição a risco), ambos da Lei nº 2.180/54, como decorrentes de negligência e imprudência dos Representados, acolhendo os termos da Representação da D. Procuradoria Especial da Marinha, e, considerando os antecedentes do primeiro Representado, as circunstâncias e as consequências das infrações, aplicar a pena de multa de R$ 2.000,00 (dois mil reais) ao primeiro Representado, Pedro Ivan Pereira Espírito Santo, proprietário das embarcações, e a pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) ao segundo Representado, Edimar Dias Frazão, condutor do comboio composto pelo R/E "PIPES 79" e a balsa "PIPES 110". Custas processuais para o primeiro Representado. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 23 de novembro de 2010.
Proc. nº 24.268/2009
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
EMENTA : Comboio formado pelo E/M "MIGUEL ARCANJO e a balsa "MARIANNA". Queda de caminhão e reboque, nas águas do rio São Francisco, durante travessia. Excesso de peso, em operação realizada sob condições inseguras. Imprudência. Condenação.
Autora : A Procuradoria.
Representados : Nordeste Navegações Ltda. (Proprietária) - Revel e Antonio Campos Medeiros (Manobrista) - Revel.

A C O R D A M os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: queda de caminhão e reboque, nas águas do rio São Francisco, durante travessia da balsa "MARIANNA", atrelada ao E/M "MIGUEL ARCANJO", com danos materiais, sem vítima e sem registro de poluição ao meio ambiente; b) quanto às causas determinantes: excesso de peso, em operação realizada sob condições inseguras, movimentando a carreta sobre o convés da balsa, sem piso antiderrapante, e descumprindo normas de tráfego; c) decisão: julgar o fato da navegação, tipificado no art. 15, letra "e" (todos os fatos), da Lei nº 2.180/54, como decorrente de imprudência dos Representado, Nordeste Navegações Ltda., na qualidade de proprietária da balsa "MARIANNA", e de Antônio Campos Medeiros, na qualidade de manobrista, acolhendo os termos da Representação da Douta Procuradoria Especial da Marinha, e, considerando as circunstâncias e consequências dos fatos apurados, com fulcro nos artigos 121 e 127, ambos da Lei nº 2.180/54, aplicar a pena de multa de R$ 1.000,00 (mil reais) à primeira Representada e a pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) ao segundo Representado. Custas processuais proporcionais. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 25 de novembro de 2010.
Proc. nº 24.649/2010
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
EMENTA : N/M "ORHAN EKINCI". Arribada forçada e justificada. Necessidade de atendimento médico-cirúrgico a tripulante acidentado em alto mar, em viagem. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.
A C O R D A M os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: arribada de navio estrangeiro, para atendimento médico de tripulante acidentado em viagem, em alto mar, sem registro de poluição ao meio ambiente; b) quanto à causa determinante: necessidade de atendimento médico-cirúrgico a tripulante que fraturou sua perna direita, durante faina de retirada de chapas de aço que caíram sobre ele, devido balanço do navio, causa fortuita; c) decisão: julgar o acidente da navegação, tipificado no art. 14, letra "a" (arribada), da Lei nº 2.180/54, como arribada forçada e justificada, acolhendo os termos da promoção por arquivamento da Douta Procuradoria Especial da Marinha. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 25 de novembro de 2010.
Proc. nº 24.139/2009
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos
EMENTA : Embarcação "DESLIZES". Fato da Navegação. Ferimento em tripulante a bordo de embarcação brasileira em águas interiores, sem registro de danos materiais e nem ambientais. Ilha Grande, Angra dos Reis, Rio de Janeiro. Caso fortuito. Arquivamento.
Autora : A Procuradoria.
Representado : Paulo César Rodrigues de Mello (Pescador) (Adv. Dr. Eduardo Duilio Pitagibe, Defensor Público da União).
A C O R D A M os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: ferimento na mão direita do tripulante Paulo César Rodrigues Mello a bordo da embarcação "DESLIZES", durante a faina de atracação na enseada do Abraão, ilha Grande, Angra dos Reis, RJ, sem registro de danos materiais e nem ambientais; b) quanto à causa determinante: fortuidade; e c) decisão: julgar o fato da navegação capitulado no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como de origem fortuita, exculpar o Representado e mandar arquivar os Autos. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 25 de novembro de 2010.
Proc. nº 24.810/2010
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
EMENTA : Canoa a motor sem nome e sem inscrição. Naufrágio, com danos materiais e três vítimas fatais. Provável imprudência do condutor, vítima fatal. Infrações ao RLESTA. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.
A C O R D A M os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: naufrágio de embarcação sem nome, não inscrita, com danos materiais e três vítimas fatais, mas sem registro de poluição ao meio ambiente; b) quanto às causas determinantes: navegação à noite, em trecho perigoso, com muitas pedras e forte correnteza, e sem portar coletes salva-vidas; c) decisão: julgar o acidente da navegação, tipificado no art. 14, letra "a" (naufrágio), da Lei nº 2.180/54, do qual resultou o óbito de três pessoas, como decorrente de provável imprudência do proprietário e condutor da embarcação sem nome e sem registro, vítima fatal, acolhendo a promoção por arquivamento da Douta Procuradoria Especial da Marinha. Oficiar à Diretoria de Portos e Costas as infrações ao RLESTA da responsabilidade do proprietário da embarcação sinistrada: art. 15 (falta de material de salvatagem); art. 16 (falta de inscrição) e art. 19 (falta de seguro obrigatório DPEM). Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 30 de novembro de 2010.
Proc. nº 24.768/2010
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
EMENTA : B/P "FRANZESE V". Alagamento parcial. Rompimento de braçadeira. Causa não apurada com a devida precisão. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.
A C O R D A M os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: alagamento de barco de pesca, com danos materiais, sem vítima e sem registro de poluição ao meio ambiente; b) quanto à causa determinante: rompimento de braçadeira por causa não determinada; c) decisão: julgar o acidente da navegação, tipificado no art. 14, letra "b" (avaria ou defeito na embarcação), da Lei nº 2.180/54, como decorrente de causa indeterminada, acolhendo a promoção por arquivamento da Douta Procuradoria Especial da Marinha.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Oficiar à Diretoria de Portos e Costas as infrações ao RLESTA cometidas pelo proprietário do B/P "FRANZESE V", Empresa Franzese Indústria e Comércio da Pesca Ltda.: art. 14, inciso III (não portar a bordo do rol de equipagem) e art. 19 (não apresentar cópia do seguro DPEM válido para a época do acidente em pauta). Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 30 de novembro de 2010.

Proc. nº 24.882/2010

Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras

EMENTA : Embarcação a motor, não inscrita e sem nome. Alagamento e naufrágio de embarcação tipo voadeira. Mudança das condições do rio. Caso fortuito. Infrações ao RLESTA. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

A C O R D A M os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: alagamento e naufrágio de embarcação tipo voadeira, lançando seus ocupantes nas águas, com danos materiais, sem vítima e sem registro de poluição ao meio ambiente; b) quanto à causa determinante: mudança do comportamento do rio provocando agitação das águas e o alagamento da embarcação; c) decisão: julgar o acidente da navegação, tipificado no art. 14, letra "a" (alagamento e naufrágio), da Lei nº 2.180/54, como equiparado aos casos de origem fortuita, acolhendo a promoção por arquivamento da Douta Procuradoria Especial da Marinha. Oficiar à Diretoria de Portos e Costas as infrações apontadas nos Autos, que não guardam relação causal com o acidente em pauta, da responsabilidade da proprietária da embarcação sem nome, Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (ELETRONORTE): art. 16, do RLESTA (não inscrever a embarcação) e art. 19, do RLESTA, c/c a Lei nº 8.374/91, por não apresentar o seguro obrigatório DPEM. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 30 de novembro de 2010.

Proc. nº 24.911/2010

Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras

EMENTA : Bote inflável do Corpo de Bombeiros do Estado de Alagoas. Queda de um dos ocupantes na água, que sofreu lesões corporais, vítima não fatal. Movimento brusco provocado pelo mar. Caso fortuito. Infrações ao RLESTA. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

A C O R D A M os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: queda na água de um ocupante de bote inflável, que sofreu lesões provocadas pela hélice da embarcação, sem danos materiais e sem registro de poluição ao meio ambiente; b) quanto à causa determinante: movimento brusco provocado por forte onda que atingiu a pequena embarcação; c) decisão: julgar o fato da navegação, tipificado no art. 15, letra "e" (todos os fatos), da Lei nº 2.180/54, como decorrente de um caso fortuito, acolhendo a promoção por arquivamento da Douta Procuradoria Especial da Marinha. Oficiar à Diretoria de Portos e Costas as infrações ao RLESTA apontados nos Autos do IAFN, da responsabilidade da Corporação do Corpo de Bombeiros, proprietária da embarcação: art. 11 (tripulante não habilitado); art. 15 (material de salvatagem fora dos padrões aprovados), art. 16 (embarcação não inscrita na Capitania dos Portos), e art. 19 (falta do Seguro Obrigatório DPEM). Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 30 de novembro de 2010.

Proc. nº 24.813/2010

Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves

EMENTA : B/M "CAPITÃO GABRIEL". Deriva e naufrágio parcial. Força maior. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

A C O R D A M os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: deriva e naufrágio parcial de B/M com danos materiais; b) quanto à causa determinante: força maior; c) decisão: arquivar os autos considerando o acidente da navegação, como previsto no art. 14, letra "a" da Lei nº 2.180/54. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 16 de dezembro de 2010.

Proc. nº 24.892/2010

Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves

EMENTA : L/M "CINQUE TERRE". Explosão, incêndio e naufrágio. Causa não apurada. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

A C O R D A M os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: explosão, incêndio e naufrágio de lancha, com perda total; b) quanto à causa determinante: não apurada; c) decisão: Arquivar os autos considerando o acidente da navegação, como previsto no art. 14, letra "a" da Lei nº 2.180/54. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 14 de dezembro de 2010.

Proc. nº 24.667/2010

Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras

EMENTA : Jet-ski "VICTOR" e jet-ski "DOLPHIN". Abalroamento envolvendo duas embarcações miúdas nacionais, durante o 22º Campeonato Brasileiro de Jet-Ski (2009), com danos materiais e lesões corporais, sem registro de poluição ao meio ambiente. Causa fortuita. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

A C O R D A M os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: abalroamento envolvendo duas embarcações miúdas nacionais, com danos materiais e uma vítima não fatal, sem registro de poluição ao meio ambiente; b) quanto à causa determinante: fortuita; c) decisão: julgar o acidente da navegação, tipificado no art. 14, letra "a" (abalroamento), da Lei nº 2.180/54, como decorrente de caso fortuito, mandando arquivar os presentes autos, conforme promoção da Douta Procuradoria Especial da Marinha. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 14 de dezembro de 2010.

Proc. nº 24.777/2010

Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha

EMENTA : L/M "CANOPUS". Avaria de máquinas de embarcação nacional, durante navegação em alto mar, obrigando a embarcação a interromper a viagem e atracar na Base Naval de Aratu, BA, para reparos. Danos materiais, sem ocorrências de acidentes pessoais ou registro de poluição hídrica. Causa não apurada com a devida precisão. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

A C O R D A M os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: avaria de máquinas de embarcação nacional, durante navegação em alto mar, obrigando a embarcação a interromper a viagem e atracar na Base Naval de Aratu, BA, para reparos. Danos materiais, sem ocorrências de acidentes pessoais ou registro de poluição hídrica; b) quanto à causa determinante: não apurada com a devida precisão; c) decisão: arquivar os autos como requerido pela PEM, em sua promoção de fls. 48/50, considerando o acidente da navegação, previsto no art. 14, letra "b" da Lei nº 2.180/54, e suas consequências como de origem indeterminada. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 9 de novembro de 2010.

Proc. nº 24.828/2010

Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves

EMENTA : Escuna "LABARCA I". Avaria e deriva. Causa não apurada. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

A C O R D A M os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: avaria e deriva de escuna; b) quanto à causa determinante: não apurada; c) decisão: Arquivar os autos considerando o acidente da navegação, como previsto no art. 14, letra "a" da Lei nº 2.180/54. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 14 de dezembro de 2010.

Proc. nº 24.880/2010

Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves

EMENTA : N/M "BOW OCEANIC". Encalhe. Assoreamento. Força maior. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

A C O R D A M os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: encalhe de N/M com danos materiais; b) quanto à causa determinante: assoreamento, força maior; c) decisão: arquivar os autos considerando o acidente da navegação, como previsto no art. 14 letra "a" da Lei nº 2.180/54. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 14 de dezembro de 2010.

Proc. nº 25.102/2010

Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos

EMENTA : B/P "MAURÍCIO LAMAS". Fato da Navegação. Ferimento em tripulante a bordo de embarcação brasileira navegando em águas brasileiras, sem registro de danos materiais e nem ambientais. Litoral do Amapá. Fortuna do mar. Infrações ao RLESTA. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

A C O R D A M os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: ferimento em tripulante a bordo do B/P "MAURÍCIO LAMAS" quando navegava no litoral do Amapá, sem registro de danos materiais e nem ambientais; b) quanto à causa determinante: fortuna do mar; e c) decisão: julgar o fato da navegação capitulado no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como de origem fortuita, mandando arquivar os Autos, conforme a promoção da PEM. Oficiar à DPC as infrações aos art. 14, inciso III, art. 23, VIII e art. 24, todos do RLESTA, combinado com o art. 34, da LESTA, cometidas por Maurício Damasceno Lamas, proprietário da embarcação. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 16 de dezembro de 2010.

Proc. nº 25.149/2010

Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos

EMENTA : Balsa "FB 21" e o B/P "FILHO DE SIÃO III". Acidente da Navegação. Abalroamento entre embarcações brasileiras em águas interiores, sem registro de danos pessoais e nem ambientais. Guarujá, São Paulo. Causa não apurada. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

A C O R D A M os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: abalroamento entre o B/P "FILHO DE SIÃO III" e a balsa "FB-21" no atracadouro da DERSA, Guarujá, SP, sem registro de danos pessoais e nem ambientais; b) quanto à causa determinante: não apurada acima de qualquer dúvida; e c) decisão: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como de origem não determinada, mandando arquivar os Autos, conforme a promoção da PEM. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 16 de dezembro de 2010.

Proc. nº 25.181/2010

Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos

EMENTA : Embarcação sem nome. Fato da Navegação. Queda na água e morte de tripulante de embarcação brasileira em águas interiores, sem registro de danos materiais e nem ambientais. Rio Araguaia, Araguanã, Tocantins. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

A C O R D A M os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: queda na água seguida de morte de tripulante da embarcação sem nome, não inscrita, quando navegava no rio Araguaia, Araguanã, TO, sem registro de danos materiais e nem ambientais; b) quanto à causa determinante: provável consumo de bebida alcoólica pelo tripulante; e c) decisão: julgar o fato da navegação capitulado no art. 15, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de provável imprudência da própria vítima fatal, mandando arquivar os Autos, conforme a promoção da PEM. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 16 de dezembro de 2010.

Tribunal Marítimo, em 18 de março de 2011.

Ministério da Educação

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PORTARIA Nº 575, DE 18 DE MARÇO DE 2011

O VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, NO EXERCÍCIO DA REITORIA, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo nº. 23113.018505/10-59/Departamento de Ciências Contábeis/Campus Universitário Prof. Alberto Carvalho; resolve:

Art. 1º - Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos, objetivando o preenchimento de vagas para o Cargo de Professor Efetivo, Nível I, conforme Edital nº. 26/2010, publicado no D.O.U. em 06/12/2010, para o Departamento de Ciências Contábeis do Campus Universitário Prof. Alberto Carvalho, cuja Matéria de Ensino, Cargo, Regime de Trabalho, candidato aprovado e média final estão relacionados na ordem que se segue:

Matéria de Ensino: Contabilidade

Cargo: Assistente

RT: Dedicação Exclusiva

1º lugar: Elcimar de Oliveira Lima - 61,79

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

PORTARIA Nº 232, DE 18 DE MARÇO DE 2011

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, usando da competência que lhe foi outorgada pelo Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, tendo em vista a Portaria Normativa MEC nº 40, de 12/12/2007, republicada em 29/12/2010, considerando o Despacho nº 08/2011 da Diretoria de Regulação e Supervisão da Educação Profissional e Tecnológica da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, resolve:

Art. 1º - Autorizar o funcionamento dos Cursos Superiores de Tecnologia abaixo relacionados, a serem ofertados pelas instituições de ensino superior listadas, nos endereços especificados.

Processo e-MEC nº	IES mantida / Instituição mantenedora	Curso Superior de Tecnologia em	Eixo Tecnológico	Vagas totais anuais / Turno	Endereço de funcionamento do curso
201012123	Faculdades Integradas Claretianas / EDUCLAR - Ação Educacional Claretiana	Comércio Exterior	Gestão e Negócios	120 / Noturno	Avenida Santo Antônio Maria Claret, nº 1724, Cidade Claret, Município de Rio Claro, Estado de São Paulo

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

201008161	Centro Universitário do Espírito Santo / União de Educação e Cultura Gildásio Amado	Logística	Gestão e Negócios	100 / Diurno 100 / Noturno	Avenida Talma Rodrigues Ribeiro, nº 41, Portal de Jacaraíbe, Município de Serra, Estado do Espírito Santo
201013440	Faculdade Santa Terezinha / Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Luis	Gestão Ambiental	Ambiente e Saúde	120 / Noturno	Avenida Casemiro Júnior, nº 12, Anil, Município de São Luís, Estado do Maranhão
201014234	Universidade Federal de Campina Grande / União	Gestão Pública	Gestão e Negócios	50 / Noturno	Rua Luiz Grande, s/nº, Frei Damião, Município de Sumé, Estado da Paraíba
201012207	Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação de Sorocaba/ Escola Superior de Gestão de Negócios Ltda.	Comércio Exterior	Gestão e Negócios	100 / Noturno	Rua Artur Gomes, nº 51, Centro, Município de Sorocaba, Estado de São Paulo
201012209	Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação de Sorocaba/ Escola Superior de Gestão de Negócios Ltda.	Gestão da Qualidade	Gestão e Negócios	100 / Noturno	Rua Artur Gomes, nº 51, Centro, Município de Sorocaba, Estado de São Paulo
201010930	Universidade de Caxias do Sul / Fundação Universidade de Caxias do Sul	Eventos	Hospitalidade e Lazer	80 / Noturno	Rua Rodolfo Schilieper, nº 222, Centro, Município de Canela, Estado do Rio Grande do Sul
201011915	Universidade de Caxias do Sul / Fundação Universidade de Caxias do Sul	Processos Gerenciais	Gestão e Negócios	80 / Noturno	Rua Rodolfo Schilieper, nº 222, Centro, Município de Canela, Estado do Rio Grande do Sul
201100311	Faculdade Maurício de Nassau de Salvador / Associação Baiana de Ensino Superior	Gestão Financeira	Gestão e Negócios	120 / Diurno 120 / Noturno	Avenida Tamburugy, nº 88, Patamares, Município de Salvador, Estado da Bahia
201100649	Faculdade Maurício de Nassau de Salvador / Associação Baiana de Ensino Superior	Logística	Gestão e Negócios	120 / Diurno 120 / Noturno	Avenida Tamburugy, nº 88, Patamares, Município de Salvador, Estado da Bahia
201014328	Faculdade Maurício de Nassau / Ensino Superior Bureau Jurídico S.A. - ESBJ	Gestão Portuária	Infraestrutura	120 / Diurno 120 / Noturno	Rua João Fernandes Vieira, nº 130, Boa Vista, Município de Recife, Estado de Pernambuco
201014891	Faculdade Maurício de Nassau / Ensino Superior Bureau Jurídico S.A. - ESBJ	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Informação e Comunicação	120 / Diurno 120 / Noturno	Rua João Fernandes Vieira, nº 130, Boa Vista, Município de Recife, Estado de Pernambuco
201100343	Faculdade Maurício de Nassau / Ensino Superior Bureau Jurídico S.A. - ESBJ	Gestão de Recursos Humanos	Gestão e Negócios	120 / Diurno 120 / Noturno	Rua João Fernandes Vieira, nº 130, Boa Vista, Município de Recife, Estado de Pernambuco
201013660	Faculdade ENIAC / EDVAC Serviços Educacionais S/C Ltda	Gestão da Tecnologia da Informação	Informação e Comunicação	60 / Diurno 60 / Noturno	Rua Força Pública, nº 89, Centro, Município de Guarulhos, Estado de São Paulo
201013661	Faculdade ENIAC / EDVAC Serviços Educacionais S/C Ltda	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Informação e Comunicação	60 / Diurno 60/ Noturno	Rua Força Pública, nº 89, Centro, Município de Guarulhos, Estado de São Paulo
201014446	Faculdade Educacional de Araucária / Assenar Ensino de Araucária S/C Ltda.	Mecatrônica Industrial	Controle e Processos Industriais	100 / Noturno	Avenida das Araucárias, 3803, Thomas Coelho, Município de Araucária, Estado do Paraná
201014558	Faculdade Ateneu / Sociedade Educacional Edice Portela Ltda.	Logística	Gestão e Negócios	100 / diurno 100 / noturno	Avenida Coletor Antonio Gadelha, nº 621, Messejana, Município de Fortaleza, Estado do Ceará
201014577	Faculdade Ateneu / Sociedade Educacional Edice Portela Ltda.	Gestão de Recursos Humanos	Gestão e Negócios	100 / diurno 100 / noturno	Rua São Vicente de Paulo, nº 300, Antonio Bezerra, Município de Fortaleza, Estado do Ceará
201012618	Faculdade Anhanguera de São Caetano / Anhanguera Educacional Ltda.	Marketing	Gestão e Negócios	60 / Diurno 120 / Noturno	Rua Conceição, nº 321, Santo Antônio, Muncípio de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo
201013574	Faculdade Integrada do Recife / Sociedade de Ensino Superior de Pernambuco	Logística	Gestão e Negócios	100 / Diurno 100 / Noturno	Avenida Engenheiro Abdias de Carvalho, nº 1678, Madalena, Município de Recife, Estado de Pernambuco

Parágrafo Único - As instituições de ensino superior deverão solicitar o reconhecimento dos cursos neste ato autorizados nos termos do art. 35 do mesmo Decreto nº 5.773/2006, observadas as ocorrências de cursos com duração de dois anos, cuja solicitação de reconhecimento deverá ser protocolada até a metade do prazo para sua integralização.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELIEZER PACHECO

PORTARIA Nº 233, DE 18 DE MARÇO DE 2011

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, e a Portaria Normativa MEC nº 40, de 12/12/2007, republicada em 29/12/2010, considerando a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta do Processo e-MEC nº 20079004, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º - Autorizar o funcionamento, com base no art. 81 da Lei n° 9.394/1996, no art. 14 da Resolução CNE/CP n° 03/2002 e no art. 32, inc. II, do referido Decreto n° 5.773/2006, do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, constante do Eixo Tecnológico de Gestão e Negócios, conforme Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, com cem vagas totais anuais, distribuídas nos períodos diurno e noturno, a ser ofertado pela Faculdade União, estabelecida na Avenida Conde de Frontin nº 1.154, Radial Leste, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, mantida pela União de Docentes do Brasil S/C Ltda.

Parágrafo Único - A instituição deverá solicitar reconhecimento do curso neste ato autorizado nos termos do art. 35 do mesmo Decreto nº 5.773/2006.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELIEZER PACHECO

PORTARIA Nº 234, DE 18 DE MARÇO DE 2011

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, e a Portaria Normativa MEC nº 40, de 12/12/2007, republicada em 29/12/2010, considerando a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta do Processo e-MEC nº 200812179, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º - Autorizar o funcionamento, com base no art. 81 da Lei n° 9.394/1996, no art. 14 da Resolução CNE/CP n° 03/2002 e no art. 32, inc. II, do referido Decreto n° 5.773/2006, do Curso Superior de Tecnologia em Logística, constante do Eixo Tecnológico de Gestão e Negócios, conforme Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, com cento e vinte vagas totais anuais, no período noturno, a ser ofertado pela Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas Santa Rita de Cássia, estabelecida na Avenida Jaçanã, nº 648, Jaçanã, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, mantida pela Associação de Educação Santa Rita de Cássia.

Parágrafo Único - A instituição deverá solicitar reconhecimento do curso neste ato autorizado nos termos do art. 35 do mesmo Decreto nº 5.773/2006.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELIEZER PACHECO

PORTARIA Nº 235, DE 18 DE MARÇO DE 2011

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, e a Portaria Normativa MEC nº 40, de 12/12/2007, republicada em 29/12/2010, considerando a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta do Processo e-MEC nº 200904021, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º - Autorizar o funcionamento, com base no art. 81 da Lei n° 9.394/1996, no art. 14 da Resolução CNE/CP n° 03/2002 e no art. 32, inc. II, do referido Decreto n° 5.773/2006, do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Segurança Privada, constante do Eixo Tecnológico de Segurança, conforme Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, com cento e vinte vagas totais anuais, no período noturno, a ser ofertado pelo Instituto de Ensino Superior Integrado, estabelecido à Rua Teodolindo Pereira, nº 111, Grão Pará, no Município de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais, mantido pela Fundação Educacional Nordeste Mineiro.

Parágrafo Único - A instituição deverá solicitar reconhecimento do curso neste ato autorizado nos termos do art. 35 do mesmo Decreto nº 5.773/2006.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELIEZER PACHECO

PORTARIA Nº 236, DE 18 DE MARÇO DE 2011

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, e a Portaria Normativa MEC nº 40, de 12/12/2007, republicada em 29/12/2010, considerando a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta do Processo e-MEC nº 201004324, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º - Autorizar o funcionamento, em caráter experimental, com base no art. 81 da Lei n° 9.394/1996, no art. 14 da Resolução CNE/CP n° 03/2002 e no art. 32, inc. II, do referido Decreto n° 5.773/2006, o Curso Superior de Tecnologia em Estética e Cosmética, com classificação no Eixo Tecnológico de Ambiente e Saúde, com carga horária mínima de duas mil quatrocentas horas, com duzentas vagas totais anuais, nos períodos diurno e noturno, a ser ofertado pela Faculdade Metropolitana de Blumenau, estabelecida à Rua Engenheiro Udo Deeke, nº 531, Salto do Norte, no Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, mantida pela Sociedade Educacional Leonardo Da Vinci S/S Ltda.

Parágrafo Único - A instituição deverá solicitar reconhecimento do curso neste ato autorizado nos termos do art. 35 do mesmo Decreto nº 5.773/2006.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELIEZER PACHECO

PORTARIA Nº 237, DE 18 DE MARÇO DE 2011

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, e a Portaria Normativa MEC nº 40, de 12/12/2007, republicada em 29/12/2010, considerando a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta do Processo e-MEC nº 201006362, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º - Autorizar o funcionamento, com base no art. 81 da Lei n° 9.394/1996, no art. 14 da Resolução CNE/CP n° 03/2002 e no art. 32, inc. II, do referido Decreto n° 5.773/2006, do Curso Superior de Tecnologia em Logística, constante do Eixo Tecnológico de Gestão e Negócios, conforme Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, com cento e oitenta vagas totais anuais, distribuídas nos períodos diurno e noturno, a ser ofertado pela Faculdade Anhanguera de Piracicaba, estabelecida à Rua Santa Catarina, Sítio Santa Neuza I, s/nº , Piracicamirim, no Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, mantida pela Anhanguera Educacional Ltda.

Parágrafo Único - A instituição deverá solicitar reconhecimento do curso neste ato autorizado nos termos do art. 35 do mesmo Decreto nº 5.773/2006.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELIEZER PACHECO

PORTARIA Nº 238, DE 18 DE MARÇO DE 2011

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, e a Portaria Normativa MEC nº 40, de 12/12/2007, republicada em 29/12/2010, considerando a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta do Processo e-MEC nº 201006379, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º - Autorizar o funcionamento, com base no art. 81 da Lei n° 9.394/1996, no art. 14 da Resolução CNE/CP n° 03/2002 e no art. 32, inc. II, do referido Decreto n° 5.773/2006, do Curso Superior de Tecnologia em Logística, constante do Eixo Tecnológico de Gestão e Negócios, conforme Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, com cento e oitenta vagas totais anuais, distribuídas nos períodos diurno e noturno, a ser ofertado pela Faculdade Anhanguera de Sorocaba, estabelecida na Avenida Dr. Armando Pannunzio, s/nº, Itanguá, no Município de Sorocaba, Estado de São Paulo, mantida pela Anhanguera Educacional Ltda.

Parágrafo Único - A instituição deverá solicitar reconhecimento do curso neste ato autorizado nos termos do art. 35 do mesmo Decreto nº 5.773/2006.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELIEZER PACHECO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 239, DE 18 DE MARÇO DE 2011

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, e a Portaria Normativa MEC nº 40, de 12/12/2007, republicada em 29/12/2010, considerando a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta do Processo e-MEC nº 201007390, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º - Autorizar o funcionamento, com base no art. 81 da Lei n° 9.394/1996, no art. 14 da Resolução CNE/CP n° 03/2002 e no art. 32, inc. II, do referido Decreto n° 5.773/2006, do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, constante do Eixo Tecnológico de Gestão e Negócios, conforme Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, com cento e oitenta vagas totais anuais, distribuídas nos períodos diurno e noturno, a ser ofertado pela Faculdade Anhanguera de Valparaíso, estabelecida na Quadra 05, Lotes 1 e 3, Parque Rio Branco, no Município de Valparaíso, Estado de Goiás, mantida pela Anhanguera Educacional Ltda.

Parágrafo Único - A instituição deverá solicitar reconhecimento do curso neste ato autorizado nos termos do art. 35 do mesmo Decreto nº 5.773/2006.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELIEZER PACHECO

PORTARIA Nº 240, DE 18 DE MARÇO DE 2011

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, e a Portaria Normativa MEC nº 40, de 12/12/2007, republicada em 29/12/2010, considerando a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta do Processo e-MEC nº 201007761, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º - Autorizar o funcionamento, com base no art. 81 da Lei n° 9.394/1996, no art. 14 da Resolução CNE/CP n° 03/2002 e no art. 32, inc. II, do referido Decreto n° 5.773/2006, do Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários, constante do Eixo Tecnológico de Gestão e Negócios, conforme Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, com cem vagas totais anuais, no período noturno, a ser ofertado pela Faculdade Porto das Águas, estabelecida na Avenida SC 412 Km 02, nº 1.409, Perequê, no Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, mantida pela Sociedade Educacional Porto das Águas S/S Ltda.

Parágrafo Único - A instituição deverá solicitar reconhecimento do curso neste ato autorizado nos termos do art. 35 do mesmo Decreto nº 5.773/2006.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELIEZER PACHECO

PORTARIA Nº 241, DE 18 DE MARÇO DE 2011

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, usando da competência que lhe foi outorgada pelo Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, tendo em vista a Portaria Normativa MEC nº 40, de 12/12/2007, republicada em 29/12/2010, observado o Índice Geral de Cursos da Instituição - IGC igual a "3", considerando a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta do Processo e-MEC nº 201100497, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º - Autorizar o funcionamento, com oferta específica para profissionais da carreira de segurança pública, do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública, constante do Eixo Tecnológico de Segurança, conforme Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, com duzentas e quarenta vagas totais anuais, distribuídas nos períodos diurno e noturno, a ser ofertado pela Faculdade Maurício de Nassau, estabelecida à Rua João Fernandes Vieira, nº 130, Boa Vista, no Município de Recife, Estado de Pernambuco, mantida pelo Ensino Superior Bureau Juridico S.A. - ESBJ.

Parágrafo Único - A instituição deverá solicitar reconhecimento do curso neste ato autorizado nos termos do art. 35 do mesmo Decreto nº 5.773/2006

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELIEZER PACHECO

PORTARIA Nº 242, DE 18 DE MARÇO DE 2011

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, usando da competência que lhe foi outorgada pelo Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, tendo em vista a Portaria Normativa MEC nº 40, de 12/12/2007, republicada em 29/12/2010, observado o Índice Geral de Cursos da Instituição - IGC igual a "3", considerando a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta do Processo e-MEC nº 201014020, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º - Autorizar o funcionamento, com oferta específica para profissionais da carreira de segurança pública, do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública, constante do Eixo Tecnológico de Segurança, conforme Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, com oitenta vagas totais anuais, no períodos noturno, a ser ofertado pela Faculdade Dinâmica das Cataratas, estabelecida à Rua Castelo Branco, nº 349, Centro, no Municipio de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, mantida pela União Dinâmica de Faculdades Cataratas - UDC.

Parágrafo Único - A instituição deverá solicitar reconhecimento do curso neste ato autorizado nos termos do art. 35 do mesmo Decreto nº 5.773/2006

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELIEZER PACHECO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 559, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40 de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200816233, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Serviço Social, bacharelado, com 200 (duzentas) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, ministrado pela Faculdade Integrada Tiradentes, na Avenida Gustavo Paiva, nº 5.017, bairro Cruz das Almas, no município de Maceió, no Estado de Alagoas, mantida pela Sociedade de Educação Tiradentes S/S Ltda., com sede no município de Aracajú, no Estado de Sergipe, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 560, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200811699, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Ciências Biológicas, licenciatura, com 200 (duzentas) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, ministrado pela Faculdade de Macapá, no âmbito do Instituto Superior de Educação, na Rodovia Duque de Caxias, s/n, bairro Cabralzinho, no município de Macapá, no Estado do Amapá, mantida pela União de Faculdades do Amapá Ltda., com sede no município de Macapá, no Estado do Amapá, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 561, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 20077756, do Ministério da Educação, resolve:

Art.1º Reconhecer o curso Serviço Social, bacharelado, com 200 (duzentas) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, ministrado pela Faculdade de Ciências Aplicadas Doutor Leão Sampaio, na Avenida Padre Cícero, nº 2830, bairro Triângulo, no município de Juazeiro do Norte, no Estado do Ceará, mantida pelo Instituto Leão Sampaio de Ensino Universitário Ltda., com sede no município de Juazeiro do Norte, no Estado do Ceará, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 562, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40 de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200904197, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Ciências Contábeis, bacharelado, com 200 (duzentas) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, ministrado pela Faculdade de Ciências Sociais e Tecnológicas FACITEC, na CSG 09, nº 15/16, Taguatinga, no Distrito Federal, mantida pelo IESST - Instituto de Ensino Superior Social e Tecnológico, com sede em Taguatinga, no Distrito Federal, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 563, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de Dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40 de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010 conforme consta do Registro e-MEC nº 20075325, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Fisioterapia, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, todas no turno diurno, ministrado pela Faculdade Anhanguera de Anápolis, na Avenida Universitária, n° 683, Centro, no município de Anápolis, no Estado de Goiás, mantida pela Anhanguera Educacional Ltda., com sede no município de Valinhos, no Estado de São Paulo, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 564, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de Dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40 de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200808289, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Biomedicina, bacharelado, com 200 (duzentas) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, ministrado pela Faculdade Cidade de Patos de Minas, na Rua Major Gote, nº 1.408, Centro, no município de Patos de Minas, no Estado de Minas Gerais, mantida pela Associação Educacional de Patos de Minas - AEPM, com sede no município de Patos de Minas, no Estado de Minas Gerais, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 565, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200812181, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Matemática, licenciatura, com 100 (cem) vagas totais anuais, no turno noturno, ministrado pela Faculdade Pedro II, no âmbito do Instituto de Educação Superior, na Rua Areado, nº 437, bairro Carlos Prates, no município de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, mantida pela Sociedade Educadora Pedro II Ltda., com sede no município de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 566, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 20077952, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Secretariado Executivo, bacharelado, com 50 (cinquenta) vagas totais anuais no turno noturno, ministrado pela Faculdade Sant Ana, na Rua Senador Pinheiro Machado, nº 189, Centro, no município de Ponta Grossa, no Estado do Paraná, mantida pela Associação Missionária de Beneficência, com sede no município de Ponta Grossa, no Estado do Paraná, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 567, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200814843, do Ministério da Educação, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Reconhecer o curso de Educação Física, bacharelado, com 200 (duzentas) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, ministrado pelas Faculdades Integradas do Brasil, na Rua Konrad Adenauer, nº 442, bairro Tarumã, no município de Curitiba, no Estado do Paraná, mantidas pelo Complexo de Ensino Superior do Brasil Ltda., com sede no município de Curitiba, no Estado do Paraná, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 568, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro, de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200906674, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Administração, bacharelado, com 200 (duzentas) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, ministrado pela Faculdade Maurício de Nassau de Natal, na Avenida Engenheiro Roberto Freire, nº 1.514, bairro Capim Macio, no município de Natal no Estado do Rio Grande do Norte, mantida pela Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda., com sede no município de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 569, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200807151, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Educação Física, bacharelado, com 60 (sessenta) vagas totais anuais, no turno diurno, ministrado pela Universidade Federal de Santa Maria, na Cidade Universitária Professor José Mariano da Rocha Filho, Avenida Roraima, nº 1.000, bairro Camobi, no município de Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul, mantida pelo Ministério da Educação, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 570, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200812251, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Engenharia Ambiental, bacharelado, com 120 (cento e vinte) vagas totais anuais, no turno noturno, ministrado pelo Centro Universitário La Salle, na Avenida Victor Barreto, nº 2.288, Centro, no município de Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul, mantido pela Sociedade Porvir Científico, com sede no município de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 571, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200800691, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Pedagogia, licenciatura, com 270 (duzentas e setenta) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, ministrado pela Universidade Bandeirante de São Paulo, no campus fora de sede, na Avenida dos Autonomistas, nº 1.325, bairro Vila Campesina, no município de Osasco, no Estado de São Paulo, mantida pela Academia Paulista Anchieta Ltda., com sede no município de São Paulo, no Estado de São Paulo, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 572, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200901361, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Autorizar o curso de Fisioterapia, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, no turno noturno, a ser ministrado pela Faculdade Meta, na Rua Rubens Carneiro, nº 536, no bairro Abrahão Alab, no município de Rio Branco, no Estado do Acre, mantida pela União Educacional Meta Ltda., com sede no município de Rio Branco, no Estado do Acre.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 573, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40 de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200901393, do Ministério da Educação, resolve:

Art.1º Autorizar o curso de Farmácia, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, no turno noturno, a ser ministrado pela Faculdade Meta, na Rua Rubens Carneiro, nº 536, bairro Abrahão Alab, no município de Rio Branco, no Estado do Acre, mantida pela União Educacional Meta Ltda., com sede no município de Rio Branco, no Estado do Acre.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 574, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 201005695, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Autorizar o curso de Engenharia Elétrica, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, a ser ministrado pelo Instituto de Ensino Superior do Acre, na BR 364, Km 2, Alameda Hungria, nº 200, bairro Jardim Europa II, no município de Rio Branco, no Estado do Acre, mantido pela Sociedade de Ensino Superior do Acre Ltda., com sede no município de Rio Branco, no Estado do Acre.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 575, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200907033, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Autorizar o curso de Ciências Biológicas, licenciatura, com 160 (cento e sessenta) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, a ser ministrado pela Faculdade São Vicente, no âmbito do Instituto Superior de Educação, na Rua Padre José Soares Pinto, nº 314, Centro, no município de Pão de Açúcar, no Estado de Alagoas, mantida pela Sociedade Educacional e Assistencial Paróquia Pão de Açúcar, com sede no município de Pão de Açúcar, no Estado de Alagoas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 576, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2011, conforme consta do Registro e-MEC nº 200810760, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Autorizar o curso de Engenharia Civil, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, a ser ministrado pela Faculdade Pitágoras de Teixeira de Freitas, na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 3.000, bairro Bela Vista, no município de Teixeira de Freitas, no Estado da Bahia, mantida pela Editora e Distribuidora Educacional S/A, com sede no município de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 577, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200914168, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Autorizar o curso de Sistemas de Informação, bacharelado, com 240 (duzentas e quarenta) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, a ser ministrado pela Faculdade Baiana de Ciências, na Estrada do Coco, Km 4,5, s/n, Centro, no município de Lauro de Freitas, no Estado da Bahia, mantida pelo CETEBA - Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda., com sede no município de Lauro de Freitas, no Estado da Bahia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 578, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200810562, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Autorizar o curso de Administração, bacharelado, com 240 (duzentas e quarenta) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, a ser ministrado pela Faculdade Una de Contagem, na Avenida João Cesar de Oliveira, nº 6.620, bairro Beatriz, no município de Contagem, no Estado de Minas Gerais, mantida pela Minas Gerais Educação S.A., com sede no município de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 579, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 201008486, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Autorizar o curso de Engenharia de Materiais, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, a ser ministrado pela Faculdade Santa Rita, na Estrada Real Km 2, s/nº, bairro Rodovia, no município de Conselheiro Lafaiete, no Estado de Minas Gerais, mantida pela Entidade Mantenedora de Ensino - Santa Rita Ltda., com sede no município de Conselheiro Lafaiete, no Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 580, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200912480, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Autorizar o curso de Matemática, licenciatura, com 100 (cem) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, a ser ministrado pelas Faculdades Integradas Ipiranga, no âmbito do Instituto Superior de Educação, na Avenida Almirante Barroso, nº 777, bairro Marco, no município de Belém, no Estado do Pará, mantidas pela Associação para o Desenvolvimento Educacional do Pará - ADEPA, com sede no município de Belém, no Estado do Pará.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 581, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200800740, do Ministério da Educação, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Autorizar o curso de Engenharia de Produção, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, no turno diurno, a ser ministrado pela Faculdade de Ampére, na Rua dos Andradas, nº 144, bairro Colônia das Missões, no município de Ampére, no Estado do Paraná, mantida pelo CAES - Centro Amperense de Ensino Superior Ltda., com sede no município de Ampére, no Estado do Paraná.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 582, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200805455, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Autorizar o curso de Fisioterapia, bacharelado, com 50 (cinquenta) vagas totais anuais, no turno noturno, a ser ministrado pela Faculdade Educacional de Francisco Beltrão, na Avenida União da Vitória, nº 14, bairro Miniguaçu, no município de Francisco Beltrão, no Estado do Paraná, mantida pela UNISÉP - União de Ensino do Sudoeste do Paraná S/C Ltda., com sede no município de Dois Vizinhos, no Estado da Paraná.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 583, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200912392, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Autorizar o curso de Letras - Português e Inglês e Respectivas Literaturas, licenciatura, com 240 (duzentas e quarenta) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, a ser ministrado pela Universidade Estácio de Sá, no campus fora de sede, na Rua Eduardo Luiz Gomes, nº 134, Centro, no município de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, mantida pela Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda., com sede no município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 584, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200814387, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Autorizar o curso de Música, licenciatura, com 60 (sessenta) vagas totais anuais, no turno noturno, a ser ministrado pela Escola Superior de Teologia, no âmbito do Instituto Superior de Educação, na Rua Amadeo Rossi, nº 467, bairro Morro do Espelho, no município de São Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul, mantida pela Instituição Sinodal de Assistência, Educação e Cultura, com sede no município de São Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 585, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 201008723, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Autorizar o curso de Jornalismo, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, no turno noturno, ministrado pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, no campus fora de sede, na Avenida Luiz Manoel Gonzaga, nº 744, bairro Três Figueiras, no município de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, mantida pela Associação Antônio Vieira, com sede no município de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 586, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40 de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200910825, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização do curso de Psicologia, bacharelado, pleiteado pela Faculdade Teológica e Filosófica, na Avenida Visconde do Rio Branco, nº 2.801, bairro Joaquim Távora, no município de Fortaleza, no Estado do Ceará, mantida pelo Centro de Ensino Superior Ratio Ltda., com sede no município de Fortaleza, no Estado do Ceará.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 587, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 20074373, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Ciências Contábeis, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, no turno noturno, ministrado pela Faculdade Brasil Norte, na Avenida Almirante Barroso, n° 861, bairro Central, no município de Macapá, no Estado do Amapá, mantida pela Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo - ASSUPERO, com sede no município de São Paulo, no Estado de São Paulo, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 588, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200808676, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Psicologia, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, no turno diurno, ministrado pela Faculdade Seama, na Avenida Nações Unidas, n° 1.223, bairro Jesus de Nazaré, no município de Macapá, no Estado do Amapá, mantida pela Associação Educacional da Amazônia, com sede no município de Macapá, no Estado do Amapá, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º do Decreto nº 5.773 de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 589, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200801706, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Nutrição, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, no turno diurno, ministrado pela Faculdade Nobre de Ferira de Santana, na Avenida Maria Quitéria, nº 2.116, bairro Kalilândia, no município de Feira de Santana, no Estado da Bahia, mantida pelo Grupo Nobre de Ensino Ltda., com sede no município de Feira de Santana, no Estado da Bahia, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 590, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200807824, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Letras - Português e Inglês e Respectivas Literaturas, licenciatura, com 100 (cem) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, ministrado pela Faculdade Santa Terezinha, no âmbito do Instituto Superior de Educação, na QI 20, s/n, Taguatinga, no Distrito Federal, mantida pela Anhanguera Educacional Ltda., com sede no município de Valinhos, no Estado de São Paulo, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º do Decreto nº 5.773 de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 591, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200814661, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Direito, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, ministrado pela Faculdade Estácio de Sá de Vila Velha, na Rua Cabo Aylson Simões, Lote 01 a 06, Esquina com a Rua Charles Darwin, nº 67, Centro, no município de Vila Velha, no Estado do Espírito Santo, mantida pela Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda., com sede no município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º do Decreto nº 5.773 de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 592, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200807259, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Direito, bacharelado, com 120 (cento e vinte) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, ministrado pela Faculdade Anhanguera de Anápolis, na Avenida Universitária, nº 1683, Centro, no município de Anápolis, no Estado de Goiás, mantida pela Anhanguera Educacional Ltda., com sede no município de Valinhos, no Estado de São Paulo, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º do Decreto nº 5.773 de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 593, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200902948, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Engenharia Química, bacharelado, com 60 (sessenta) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, ministrado pela Universidade Federal do Maranhão, na Avenida dos Portugueses, s/n, bairro Bancanga, no município de São Luís, no Estado do Maranhão, mantida pelo Ministério da Educação, com sede na Esplanada dos Ministérios, na cidade de Brasília, no Distrito Federal, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º do Decreto nº 5.773 de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 594, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº. 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº. 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200810901, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Educação Física, licenciatura, com 100 (cem) vagas totais anuais, no turno noturno, ministrado pela Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas de Diamantino, no âmbito do Instituto Superior de Educação, na Rua Rui Barbosa, nº 535, bairro Jardim Eldorado, no município de Diamantino, no Estado do Mato Grosso, mantida pela União de Ensino Superior de Diamantino Ltda. - UNED, com sede no município de Diamantino, no Estado do Mato Grosso, nos termos do disposto no artigo 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 595, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 201000982, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Matemática, licenciatura, com 100 (cem) vagas totais anuais, no turno noturno, ministrado pelo Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena, na Avenida Gabriel Muller, s/nº, bairro Módulo 01, no município de Juína, no Estado do Mato Grosso, mantido pela Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena - AJES, com sede no município de Juína, no Estado do Mato Grosso, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 596, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200810798, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Enfermagem, bacharelado, com 80 (oitenta) vagas totais anuais, no turno diurno, ministrado pela Faculdade Vale do Aporé, na Avenida Presidente Dutra, nº 1.500, Centro, no município de Cassilândia, no Estado do Mato Grosso do Sul, mantida pela Sociedade Educacional Vale do Aporé Ltda., com sede no município de Cassilândia, no Estado do Mato Grosso do Sul, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 597, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200810355, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Sistemas de Informação, bacharelado, com 50 (cinquenta) vagas totais anuais, no turno noturno, ministrado pela Faculdade Presbiteriana Gammon, na Praça Dr. Augusto Silva, nº 616, no município de Lavras, no Estado de Minas Gerais, mantida pelo Instituto Presbiteriano Gammon, com sede no município de Lavras, no Estado de Minas Gerais, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º do Decreto nº 5.773 de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 598, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200811443, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Física, licenciatura, com 100 (cem) vagas totais anuais, no turno noturno, ministrado pela Faculdade Verde Norte, no âmbito do Instituto Superior de Educação, na Avenida José Alves Miranda, nº 500, bairro Alto São João, no município de Mato Verde, no Estado de Minas Gerais, mantida pela Sociedade Educacional Oscar Lisandro Teixeira Ltda., com sede no município de Mato Verde, no Estado de Minas Gerais, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 599, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200812919, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Engenharia de Produção, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, no turno noturno, ministrado pela Faculdade Itabirana de Desenvolvimento das Ciências e Tecnologias, na Rua Venâncio Augusto Gomes, nº 50, bairro Major Lage de Cima, no município de Itabira, no Estado de Minas Gerais, mantida pela Fundação Comunitária de Ensino Superior de Itabira, com sede no município de Itabira, no Estado de Minas Gerais, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º do Decreto nº 5.773 de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 600, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200800410, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer, para fins de expedição e registro de diploma dos ingressantes até o ano de 2006, o curso de Teologia, bacharelado, com 200 (duzentas) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, ministrado pela Faculdade Pan Americana, na Avenida João Paulo II, nº 801, bairro Fatima, no município de Capanema, no Estado do Pará, mantida pelo Instituto Missionário de Educação Superior, com sede no município de Capanema, no Estado do Pará.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Encerra-se a oferta do curso a novos alunos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 601, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200713034, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Direito, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, no turno noturno, ministrado pelas Faculdades Integradas de Patos, na Rua Horácio Nóbrega, s/n, bairro Belo Horizonte, no município de Patos, no Estado da Paraíba, mantidas pela Fundação Francisco Mascarenhas, com sede no município de Patos, no Estado da Paraíba, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 602, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200710361, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Pedagogia, licenciatura, com 150 (cento e cinquenta) vagas totais anuais, no turno noturno, ministrado pelo Instituto Superior do Litoral do Paraná, no âmbito do Instituto de Educação Superior, na Rua Coronel José Lobo, nº 800, bairro Costeira, no município de Paranaguá, no Estado do Paraná, mantido pela CAEDRHS - Associação de Ensino, com sede no município de Paranaguá, no Estado do Paraná, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 603, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200812366, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer do curso de Pedagogia, licenciatura, com 300 (trezentas) vagas totais anuais, no turno diurno e noturno, ministrado pelas Faculdades Opet, no âmbito do Instituto Superior de Educação, na Rua Nilo Peçanha, nº 1.635, bairro Bom Retiro, no município de Curitiba, no Estado do Paraná, mantida pela OPET - Organização Paranaense de Ensino Técnico Ltda., com sede no município de Curitiba, no Estado do Paraná, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 604, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 20075022, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Direito, bacharelado, com 120 (cento e vinte) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, ministrado pela Faculdade Escritor Osman da Costa Lins, na Rua do Estudante, nº 85, bairro Universitário, no município de Vitória de Santo Antão, no Estado de Pernambuco, mantida pela Associação Vitoriense de Educação, Ciências e Cultura - AVEC, com sede no município de Vitória de Santo Antão, no Estado de Pernambuco, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º do Decreto nº 5.773 de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 605, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200901830, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecimento do curso de Filosofia, bacharelado, com 120 (centro e vinte) vagas totais anuais, no turno diurno, ministrado pela Faculdade São Bento do Rio de Janeiro, na Rua Dom Gerardo, nº 68, Centro, no município do Rio de Janeiro, mantida pelo Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, com sede no município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio Janeiro, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 606, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 20071303, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Enfermagem, bacharelado, com 80 (oitenta) vagas totais anuais, no turno diurno, ministrado pela Universidade Católica de Pelotas, na Rua Félix da Cunha, nº 412, Centro, no município de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul, mantida pela Sociedade Pelotense de Assistência e Cultura - SPAC, com sede no município de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 607, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200900030, do Ministério da Educação, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Reconhecer o curso de Medicina, bacharelado, com 60 (sessenta) vagas totais anuais, no turno diurno, ministrado pela Universidade de Santa Cruz do Sul, na Avenida Independência nº 2.293, bairro Universitário, na cidade de Santa Cruz do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, mantida pela Associação Pró Ensino em Santa Cruz do Sul, com sede no município de Santa Cruz do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º do Decreto nº 5.773 de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 608, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200901662, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Educação Física, bacharelado, com 85 (oitenta e cinco) vagas totais anuais, no turno noturno, ministrado pela Universidade Feevale, na RS 239, nº 2.755, bairro Vila Nova, no município de Novo Hamburgo, no Estado do Rio Grande do Sul, mantida pela Associação Pró Ensino Superior em Novo Hamburgo, com sede no município de Novo Hamburgo, no Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 609, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200812131, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Sistemas de Informação, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, ministrado pela Faculdade Avantis, na Avenida Marginal Leste, nº 3.600, bairro dos Estados, no município de Balneário Camboriú, no Estado de Santa Catarina, mantida pela Sociedade Civil Avantis de Ensino Ltda., com sede no município de Balneário Camboriú, no Estado de Santa Catarina, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º do Decreto nº 5.773 de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 610, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200805861, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Educação Física, bacharelado, com 120 (cento e vinte) vagas totais anuais, no turno noturno, ministrado pelo Centro Universitário Padre Anchieta, na Avenida Dr. Adoniro Ladeira, nº 94, bairro Vila Jundiainópolis, no município de Jundiaí, no Estado de São Paulo, mantido pela Sociedade Padre Anchieta de Ensino Ltda., com sede no município de Jundiaí, no Estado de São Paulo, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 611, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200808245, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Psicologia, bacharelado, com 80 (oitenta) vagas totais anuais, no turno noturno, ministrado pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo, na Avenida de Cillo nº 3.500, bairro Parque Novo Mundo, no município de Americana, no Estado de São Paulo, mantido pelo Liceu Coração de Jesus, com sede no município de São Paulo, no Estado de São Paulo, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º do Decreto nº 5.773 de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 612, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200809119, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Direito, bacharelado, com 80 (oitenta) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, ministrado pelo Centro Universitário Central Paulista, na Rua Miguel Petroni, nº 5.111, bairro Jardim Centenário, no município de São Carlos, no Estado de São Paulo, mantido pela Associação de Escolas Reunidas Ltda., com sede no município de São Carlos, no Estado de São Paulo, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º do Decreto nº 5.773 de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 613, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200809376, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Ciências Contábeis, bacharelado, com 150 (cento e cinquenta) vagas totais anuais, no turno noturno, ministrado pela Faculdade Anhanguera de Taubaté, na Avenida José Olegário de Barros, nº 46/58, bairro Vila Nossa Senhora das Graças, no município de Taubaté, no Estado de São Paulo, mantida pela Anhanguera Educacional Ltda., com sede no município de Valinhos, no Estado de São Paulo, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 614, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200813322, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Matemática, licenciatura, com 180 (cento e oitenta) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, ministrado pela Faculdade Interlagos de Educação e Cultura, no âmbito do Instituto Superior de Educação, na Avenida Jangadeiro, nº 111 e 445, bairro Interlagos, no município de São Paulo, Estado de São Paulo, mantida pela Associação Interlagos de Educação e Cultura S/S Ltda., com sede no município de São Paulo, no Estado de São Paulo, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º do Decreto nº 5.773 de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 615, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200815022, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Química, licenciatura, com 120 (cento e vinte) vagas totais anuais, no turno noturno, ministrado pela Faculdade Uirapuru, no âmbito do Instituto Superior de Educação, na Rua Professor Arthur Fonseca, nº 633, bairro Jardim Panorama, no município de Sorocaba, no Estado de São Paulo, mantida pelo Grupo Ibmec Educacional S.A., com sede no município de São Paulo, no Estado de São Paulo, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º do Decreto nº 5.773 de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 616, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200913677, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Arquitetura e Urbanismo, bacharelado, com 90 (noventa) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, ministrado pela Faculdade da Amazônia Ocidental, na Estrada Dias Martins, nº 894, bairro Jardim Primavera, no município de Rio Branco, no Estado do Acre, mantida pela Sociedade Acreana de Educação e Cultura Ltda., com sede no município de Rio Branco, no Estado do Acre, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 617, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 201006292, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Arquitetura e Urbanismo, bacharelado, com 120 (cento e vinte) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, ministrado pela Faculdade Barão do Rio Branco, na Br 364, Km 02, nº 200, bairro Jardim Europa II, no município de Rio Branco, no Estado do Acre, mantida pela União Educacional do Norte Ltda., com sede no município de Rio Branco, no Estado do Acre, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 618, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 20074706, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Pedagogia, licenciatura, com 100 (cem) vagas totais anuais, no turno noturno, ministrado pelo Instituto de Ensino Superior Santa Cecília, no âmbito do Instituto Superior de Educação, na Rua Floraci da Silva Barros, nº 288, bairro Alto do Cruzeiro, no município de Arapiraca, no Estado de Alagoas, mantido pelo Instituto Superior de Ensino Santa Cecília Ltda., com sede no município de Arapiraca, no Estado de Alagoas nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 619, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 20075157, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Educação Física, bacharelado, com 80 (oitenta) vagas totais anuais, no turno diurno, ministrado pela Universidade Federal de Uberlândia, na Avenida Benjamin Constant, nº 1.286, bairro Aparecida, no município de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais, mantida pelo Ministério da Educação, com sede na Esplanada dos Ministérios, na cidade de Brasília, no Distrito Federal, nos termos do disposto no artigo 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 620, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200801910, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Administração, bacharelado, com 200 (duzentas) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, ministrado pela Faculdade do Espírito Santo, na Rua Moreira, nº 23, bairro Independência, no município de Cachoeiro de Itapemirim, no Estado do Espírito Santo, mantida pelo Instituto de Ensino Superior do Espírito Santo - IESES, com sede no município de Castelo, no Estado do Espírito Santo, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 621, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200901835, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Ciências Contábeis, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, no turno noturno, ministrado pela Faculdade de Ensino Superior de Catalão, na Avenida Presidente Médici, s/n, bairro Santa Cruz, no município de Catalão, no Estado de Goiás, mantida pela Sociedade Catalana de Educação S/C Ltda., com sede no município de Catalão, no Estado do Goiás, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 622, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200805066, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Química, bacharelado, com 30 (trinta) vagas totais anuais, no turno diurno, ministrado pela Fundação Universidade Federal da Grande Dourados, na Rodovia Dourados-Itahum, Km 12, s/n°, no município de Dourados, no Estado do Mato Grosso do Sul, mantida pelo Ministério da Educação, com sede na Esplanada dos Ministérios, na cidade de Brasília, no Distrito Federal, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 623, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200902355, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Arquitetura e Urbanismo, bacharelado, com 90 (noventa) vagas totais anuais, no turno diurno, ministrado pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, na Avenida Luz Interior, nº 345, bairro Estrela do Sul, no município de Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais, mantida pela Associação Propagadora Esdeva, com sede no município de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 624, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200908361, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Farmácia, bacharelado, com 200 (duzentas) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, ministrado pela Faculdade de Saúde e Desenvolvimento Humano Santo Agostinho, na Avenida Osmane Barbosa, nº 937, bairro JK, no município de Montes Claros, no Estado de Minas Gerais, mantida pelo Instituto Educacional Santo Agostinho Ltda., com sede no município de Montes Claros, no Estado de Minas Gerais, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 625, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200912250, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Teologia, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, no turno noturno, ministrado pela Faculdade Batista de Minas Gerais, na Rua Ponte Nova, nº 665, bairro Floresta, no município de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, mantida pela Junta de Educação da Convenção Batista Mineira, com sede no município de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 626, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200912840, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Enfermagem, bacharelado, com 200 (duzentas) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, ministrado pela Faculdade de Saúde e Desenvolvimento Humano Santo Agostinho, na Avenida Osmane Barbosa, nº 937, bairro JK, no município de Montes Claros, no Estado de Minas Gerais, mantida pelo Instituto Educacional Santo Agostinho Ltda., com sede no município de Montes Claros, no Estado de Minas Gerais, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 627, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200900846, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Ciências Contábeis, bacharelado, com 200 (duzentas) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, ministrado pela Faculdade da Amazônia, na Rodovia Br 316, Km 07, nº 590, Centro, no município de Ananindeua, no Estado do Pará, mantida pela AA. Rocha Sociedade Civil Ltda., com sede no município de Belém, no Estado do Pará, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 628, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200912855, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Ciências Contábeis, bacharelado, com 200 (duzentas) vagas totais anuais, no turno noturno, ministrado pela Faculdade Sul Brasil, na Avenida Ministro Cirne Lima, nº 2.565, bairro Jardim Coopagro, no município de Toledo, no Estado do Paraná, mantida pela Fasul Ensino Superior Ltda., com sede no município de Toledo, no Estado do Paraná, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 629, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 20075060, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Ciências Contábeis, bacharelado, com 200 (duzentas) vagas totais anuais, no turno noturno, ministrado pela Faculdade Luso-Brasileira, na Avenida Congresso Eucarístico Internacional, nº 01, bairro São José, no município de Carpina, no Estado de Pernambuco, mantida pela Organização Pernambucana de Educação, Ciência e Cultura, com sede no município de Recife, no Estado de Pernambuco, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 630, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200907718, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Turismo, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, no turno noturno, ministrado pela Faculdade do Seridó, na Rua Prefeito Alcindo Gomes, nº 679, bairro Manoel Salustino, no município de Currais Novos, no Estado do Rio Grande do Norte, mantida pela Sociedade Seridoense de Educação e Cultura S/C Ltda., com sede no município de Currais Novos, no Estado de Rio Grande do Norte, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 631, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200814903, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Ciências Contábeis, bacharelado, com 120 (cento e vinte) vagas totais anuais, no turno noturno, ministrado pela Faculdade da Serra Gaúcha, na Rua Os Dezoito do Forte, nº 2.366, bairro São Peregrino, no município de Caxias do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, mantida pela Sociedade Educacional Santa Rita Ltda., com sede no município de Caxias do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do disposto no artigo 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 632, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200903641, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Matemática, licenciatura, com 100 (cem) vagas totais anuais, no turno noturno, ministrado pela Faculdade Inedi, no âmbito do Instituto Superior de Educação, na Rua Silvério Manoel da Silva, nº 160, bairro Colinas, no município de Cachoeirinha, no Estado do Rio Grande do Sul, mantida pela CESUCA - Complexo de Ensino Superior de Cachoeirinha Ltda., com sede no município de Cachoeirinha, no Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 633, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200908250, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Fisioterapia, bacharelado com 100 (cem) vagas totais anuais, no turno diurno, ministrado pelas Faculdades Integradas Aparício Carvalho, na Rua Araras, nº 241, bairro Jardim Eldorado, no município de Porto Velho, no Estado de Rondônia, mantidas pela Sociedade Mantenedora de Pesq. Educ. Assic. C. e Maria C Aguiar, com sede no município de Porto Velho, no Estado de Rondônia, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 634, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200712108, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Engenharia de Produção, bacharelado, com 200 (duzentas) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, ministrado pela ETEP - Faculdade de Tecnologia de São José dos Campos, na Avenida Barão do Rio Branco, nº 882, bairro Jardim Esplanada, no município de São José dos Campos, no Estado de São Paulo, mantida pelo Centro de Desenvolvimento de Tecnologia e Recurso Humanos, com sede no município de São José dos Campos, no Estado de São Paulo, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 635, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200815163, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Educação Física, bacharelado, com 120 (cento e vinte) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, ministrado pelo Centro Universitário Central Paulista, na Rua Miguel Petroni, nº 5.111, bairro Jardim Centenário, no município de São Carlos, no Estado de São Paulo, mantido pela Associação de Escolas Reunidas Ltda., com sede no município de São Carlos, no Estado de São Paulo, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 636, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200902629, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Ciências Contábeis, bacharelado, com 70 (setenta) vagas totais anuais, no turno noturno, ministrado pela Universidade São Francisco, na Avenida São Francisco de Assis, nº 218, bairro Jardim São José, no município de Bragança Paulista, no Estado de São Paulo, mantida pela Casa de Nossa Senhora da Paz Ação Social Franciscana, com sede no município de Bragança Paulista, no Estado de São Paulo, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 637, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200911907, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Biomedicina, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, no turno noturno, ministrado pelo Centro Universitário Amparense, na Rodovia SP 95, Km 46,5, s/n, bairro Martírio, no município de Amparo, no Estado de São Paulo, mantido pela UNISEP - União das Instituições de Serviço, Ensino e Pesquisa Ltda., com sede no município de Amparo, no Estado de São Paulo, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 638, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200801032, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do curso de Geografia, licenciatura, com 80 (oitenta) vagas totais anuais, no turno diurno, ministrado pela Universidade Federal do Espírito Santo, na Avenida Fernando Ferrari, nº 514, Campus Universitário, bairro Goiabeiras, no município de Vitória, no Estado do Espírito Santo, mantida pelo Ministério da Educação, com sede na Esplanada dos Ministérios, na cidade de Brasília, no Distrito Federal, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. A renovação do reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 639, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200801042, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do curso de Engenharia Mecânica, bacharelado, com 80 (oitenta) vagas totais anuais, no turno diurno, ministrado pela Universidade Federal do Espírito Santo, na Avenida Fernando Ferrari, n° 514, bairro Goiabeiras, no município de Vitória, no Estado do Espírito Santo, mantida pelo Ministério da Educação com sede na Esplanada dos Ministérios, na cidade de Brasília, no Distrito Federal, nos termos do disposto no artigo 10, § 7o, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. A renovação do reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 640, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº nº 200802024, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do curso de Geografia, licenciatura, com 30 (trinta) vagas totais anuais, no turno noturno, ministrado pelo Centro Universitário La Salle, na Avenida Victor Barreto, n° 2.288, Centro, no município de Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul, mantido pela Sociedade Porvir Científico, com sede no município de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. A renovação do reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 641, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200802025, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do curso de História, licenciatura, com 30 (trinta) vagas totais anuais, no turno noturno, ministrado pelo Centro Universitário La Salle, na Avenida Victor Barreto, n° 2.288, Centro, no município de Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul, mantido pela Sociedade Porvir Científico, com sede no município de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. A renovação do reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 642, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200802600, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do curso de Geografia, bacharelado, com 30 (trinta) vagas totais anuais, no turno noturno, ministrado pelo Centro Universitário La Salle, na Avenida Victor Barreto, n° 2.288, Centro, no município de Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul, mantido pela Sociedade Porvir Científico, com sede no município de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. A renovação do reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 643, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200911953, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do curso de Sistemas de Informação, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, no turno noturno, ministrado pela Universidade Estácio de Sá, no campus fora de sede, na Rodovia General Alfredo Bruno Gomes Martins, Estrada Cabo Frio-Arraial do Cabo, Lote 18, bairro Braga, no município de Cabo Frio, no Estado do Rio de Janeiro, mantida pela Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda., com sede no município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. A renovação do reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 644, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200911986, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do curso de Pedagogia, licenciatura, com 200 (duzentas) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, ministrado pela Universidade Estácio de Sá, no campus fora de sede, na Rua Doutor Plínio Casado, nº 1.466, Centro, no município de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro, mantida pela Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda., com sede no município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. A renovação do reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 645, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200912083, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do curso de Pedagogia, licenciatura, com 80 (oitenta) vagas totais anuais, no turno noturno, ministrado pela Universidade Estácio de Sá, no campus fora de sede, na Rua Professor Sampaio, nº 19, bairro Camarim, no município de Queimados, no Estado do Rio de Janeiro, mantida pela Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda., com sede no município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. A renovação do reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 646, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200912210, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do curso de Ciências Biológicas, licenciatura, com 100 (cem) vagas totais anuais, no turno noturno, ministrado pela Faculdade Anhanguera de Brasília, na QS 01, Rua 212, Lotes nºs 11, 13 e 15, na Região Administrativa XX, Águas Claras, no Distrito Federal, mantida pela Anhanguera Educacional S.A., com sede no município de Valinhos, no Estado de São Paulo, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. A renovação do reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 647, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200912509, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do curso de Filosofia, licenciatura, com 50 (cinquenta) vagas totais anuais, no turno noturno, ministrado pela Universidade Católica de Santos, na Avenida Conselheiro Nébias, n° 300, bairro Vila Mathias, no município de Santos, no Estado de São Paulo, mantida pela Sociedade Visconde de São Leopoldo, com sede no município de Santos, no Estado de São Paulo, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. A renovação do reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 648, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200903292, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do curso de Ciências Biológicas, licenciatura, com 120 (cento e vinte) vagas totais anuais, no turno noturno, ministrado pela Universidade de Itaúna, na Rodovia MG 431, Km 45, s/n, bairro Campus Verde, no município de Itaúna, no Estado de Minas Gerais, mantida pela Fundação Universidade de Itaúna, com sede no município de Itaúna, no Estado de Minas Gerais, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. A renovação do reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 649, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200911977, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do curso de Engenharia Civil, bacharelado, com 160 (cento e sessenta) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, ministrado pela Universidade do Oeste Paulista, na Rodovia Raposo Tavares, Km 572, bairro Limoeiro, no município de Presidente Prudente, no Estado de São Paulo, mantida pela Associação Prudentina de Educação e Cultura, com sede no município de Presidente Prudente, no Estado de São Paulo, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. A renovação do reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 650, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Renovar o reconhecimento dos cursos superiores de graduação, conforme planilha anexa(*), ministrados pelas instituições de ensino superior, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. A renovação do reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

ANEXO I - CPC - 3

Nº de ordem	Registro SAPIEnS Nº Processo SIDOC	Curso, Modalidade, Habilitação	Nº de Vagas Totais Anuais	Turno(s)	Instituição (Mantida) Endereço (local de oferta do curso)	Mantenedora (Sede)
01	20050012076 23000.001040/2006-78	Engenharia da Computação Bacharelado	50 (cinquenta)	Diurno	Centro Universitário de Votuporanga Rua Pernambuco, nº 4.196, Centro, Votuporanga/SP	Fundação Educacional de Votuporanga Votuporanga/SP
02	20050012181 23000.001101/2006-05	Matemática Licenciatura	70 (setenta)	Noturno	Universidade Sorocaba Avenida General Osório, nº 53, Trujillo, Sorocaba/SP	Fundação Dom Aguirre Sorocaba/SP
03	20050012306 23000.001197/2006-01	Ciências Biológicas Licenciatura	300 (trezentas)	Diurno e Noturno	Centro Universitário Metodista Izabela Hendriz Rua da Bahia, nº 2.020, bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG	Instituto Metodista Izabela Hendriz Belo Horizonte/MG
04	20050012314 23000.001204/2006-67	Arquitetura e Urbanismo Bacharelado	180 (cento e oitenta)	Noturno	Centro Universitário Metodista Izabela Hendriz Rua da Bahia, nº 2.020, bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG	Instituto Metodista Izabela Hendriz Belo Horizonte/MG

(*) Estão dispostos nesta portaria os cursos que obtiveram Conceito Preliminar de Curso (CPC) "3" para os quais existem processos de renovação de reconhecimento tramitando no Sistema SAPIEnS/MEC, até a presente data.

RETIFICAÇÕES

No Artigo 1º das Portarias da Secretaria de Educação Superior nºs 19, 20, 21, de 12 de janeiro de 2010, publicadas no Diário Oficial da União de 13 de janeiro de 2010, Seção 1, páginas 8 e 9, e a Portaria nº 243, de 18 de março de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 22 de março de 2010, Seção 1, página 22, onde se lê: "...mantido pela Fundação Cultural de Belo Horizonte...", leia-se: "... mantido pelo Instituto Mineiro de Educação e Cultura UniBH S.A...."

(Registro e-MEC nºs 200712178, 200712020, 200711954 e 200712186)

No Artigo 1º da Portaria nº 202, de 12 de março de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 16 de março de 2010, Seção 1, página 10, onde se lê: "...Reconhecer o curso de Nutrição, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, no turno noturno, ministrado pela Faculdade do Litoral Sul, na Rua Oscar Yoshiaki Magário, s/n, Jardim das Palmeiras, na cidade de Registro,no Estado de São Paulo, mantida pela União das Instituições de Serviços, Ensino e Pesquisa, com sede na cidade de Amparo, no Estado de São Paulo...", leia-se: "...Reconhecer o curso de Nutrição, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, no turno noturno, ministrado pelas Faculdades Integradas do Vale do Ribeira, na Rua Oscar Yashiaki Magário,s/n, bairro Jardim das Palmeiras, no município de Registro, no Estado de São Paulo, mantida pela União das Instituições de Serviços, Ensino e Pesquisa Ltda., com sede no município de Amparo, no Estado de São Paulo..."

(Registro SAPIEnS nº 20060014146)

No Artigo 1º da Portaria nº 329, de 1º de abril de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 6 de abril de 2010, Seção 1, página 18, onde se lê: "...ministrado pela Fundação Universidade Federal da Grande Dourados, na Rua João Rosa Góes, nº 1.761, bairro Vila Progresso, na cidade de Dourados, no Estado de Mato Grosso do Sul...", leia-se: "...na Rodovia Dourados-Itahum, Km 12, bairro Cidade Universitária, no município de Dourados, no Estado de Mato Grosso do Sul..."

(Registro e-MEC 20072434)

No Artigo 1º da Portaria nº 408, de 20 de abril de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 23 de abril 2010, Seção 1, página 12, onde se lê: "...ministrado pela Fundação Universidade Federal da Grande Dourados, na Rua João Rosa Góes, nº 1.761, bairro Vila Progresso, na cidade de Dourados, no Estado de Mato Grosso do Sul...", leia-se: "...na Rodovia Dourados-Itahum, Km 12, bairro Cidade Universitária, no município de Dourados, no Estado de Mato Grosso do Sul..."

(Registro e-MEC 20074857)

No Artigo 1º da Portaria nº 682, de 4 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 7 de junho de 2010, Seção 1, página 19, onde se lê: "...Renovar o reconhecimento do curso de Sistemas de Informação, bacharelado, com 60 (sessenta) vagas totais anuais...", leia-se: "...Renovar o reconhecimento do curso de Sistemas de Informação, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais..."

(Registro e-MEC 200802839)

No Artigo 1º da Portaria nº 1.107, de 19 de agosto de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 20 de agosto de 2010, Seção 1, página 20, onde se lê: "...Renovar o reconhecimento do curso Letras, licenciatura, com habilitação em Língua Portuguesa e Língua Inglesa e respectivas Literaturas, com 120 (cento e vinte) vagas totais anuais, no turno noturno, ministrado pela Faculdade Taboão da Serra, na Rodovia Régis Bitencourt, nº 199, Centro, no âmbito do Instituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Superior de Educação, na cidade de Taboão da Serra, no Estado de São Paulo, mantida pela Pioneira Educacional S/C Ltda., com sede na cidade de Taboão da Serra, no Estado de São Paulo...", leia-se: "...Renovar o reconhecimento do curso de Letras - Português e Inglês e respectivas Literaturas, licenciatura, com 120 (cento e vinte) vagas totais anuais, no turno noturno, ministrado pela Faculdade Anhanguera de Taboão da Serra, no âmbito do Instituto Superior de Educação, na Rodovia Régis Bittencourt, nº 199, Centro, no município de Taboão da Serra, no Estado de São Paulo, mantida pela Anhanguera Educacional Ltda., com sede no município de Valinhos, no Estado de São Paulo..."

(Registro e-MEC 200710678)

No Artigo 1º da Portaria nº 1.363, de 9 de setembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 13 de setembro de 2010, Seção 1, página 12, onde se lê:"... Reconhecer o curso de Educação Física, bacharelado, com 120 (cento e vinte) vagas totais anuais...", leia-se: "...Reconhecer o curso de Educação Física, bacharelado com 100 (cem) vagas totais anuais..."

(Registro e-MEC 200801838)

No Artigo 1º da Portaria nº 1.364, de 9 de setembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 13 de setembro de 2010, Seção 1, página 12, onde se lê: "...Reconhecer o curso de Administração, bacharelado, com 60 (sessenta) vagas totais anuais...", leia-se: "...Reconhecer o curso de Administração, bacharelado com 150 (cento e cinqüenta) vagas totais anuais..."

(Registro e-MEC 200800653)

No Artigo 1º da Portaria nº 1.707, de 18 de outubro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 20 de outubro de 2010, Seção 1, página 44, onde se lê: "...Reconhecer do curso de Física, bacharelado,...", leia-se: "...Reconhecer o curso de Física, licenciatura,..."

(Registro e-MEC 200710732)

No Artigo 1º da Portaria nº 2.062, de 1º de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 2 de dezembro de 2010, Seção 1, página 62, onde se lê: "...Renovar o reconhecimento do curso de Biologia, bacharelado...", leia-se: "...Renovar o reconhecimento do curso de Biologia, licenciatura...", e onde se lê: "Art.2º O curso passará a denominar-se Ciências Biológicas, bacharelado.", leia-se: "Art.2º O curso passará a denominar-se Ciências Biológicas, licenciatura."

(Registro e-MEC 200711586)

No Artigo 1º da Portaria nº 2.162, de 6 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 7 de dezembro de 2010, Seção 1, página 21, onde se lê: "...com sede na cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul...", leia-se: "...com sede no município de Franca, no Estado de São Paulo..."

(Registro e-MEC 200802129)

No Artigo 1º da Portaria nº 2.163, de 6 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 7 de dezembro de 2010, Seção 1, página 22, onde se lê: "...com sede na cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul...", leia-se: "...com sede no município de Franca, no Estado de São Paulo..."

(Registro e-MEC 200802133)

No Artigo 1º da Portaria nº 90, de 11 de janeiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 13 de janeiro de 2011, Seção 1, página 11, onde se lê: "...ministrado pelo Centro Universitário Unites...", leia-se: "...ministrado pelo Centro Universitário UNIVATES..."

(Registro e-MEC 20070800)

No Artigo 1º da Portaria nº 209, de 19 de janeiro de 2011, 329, publicada no Diário Oficial da União de 21 de janeiro de 2011, Seção 1, página 40, onde se lê: "...Reconhecer o curso de Enfermagem, bacharelado, com 160 (cento e sessenta) vagas totais anuais, no turno diurno, ministrado pela Faculdade de Montes Claros, na Avenida Hermógenes Coelho, nº 340, bairro Setor Universitário, na cidade de São Luís de Montes Belos, no Estado de Goiás, mantida pela Associação de Educação e Cultura Centro Oeste Ltda., com sede na cidade de São Luís de Montes Belos, no Estado de Goiás,...", leia-se: "... Reconhecer o curso de Enfermagem, bacharelado, com 160 (cento e sessenta) vagas totais anuais, no turno diurno, ministrado pela Faculdade de Montes Belos, na Avenida Hermógenes Coelho, nº 340, bairro Setor Universitário, na cidade de São Luís de Montes Belos, no Estado de Goiás, mantida pela Associação de Educação e Cultura Centro Oeste Ltda., com sede na cidade de São Luís de Montes Belos, no Estado de Goiás,..."

(Registro e-MEC 200902774)

No Artigo 1º da Portaria nº 373, de 4 de fevereiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 7 de fevereiro de 2011, seção1, página 17, onde se lê: "...com sede na cidade de Niterói, no Estado de Minas Gerais...", leia-se: " ...com sede na cidade de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro..."

(Registro e-MEC nº 200913319)

No item nº 5 da Portaria da Secretaria de Educação Superior nº 383, de 8 de fevereiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União, de 9 de fevereiro de 2011, Seção 1, página 7, onde se lê: "...FACS Serviços Educacionais de Garça", leia-se: "...FACS Serviços Educacionais S/A."

(Registro SAPIEnS nº 20050008450)

A Portaria SESu nº 463, de 15 de fevereiro de 2011, Registro e-MEC nº 201000723, deverá tornar-se sem efeito, em virtude da publicação em duplicidade no Diário Oficial da União de 18 de fevereiro de 2011, Seção 1, página 33.

(Registro e-MEC nº 200913319)

No Artigo 1º da Portaria nº 508, de 25 de fevereiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 28 de fevereiro de 2011, Seção 1, página 29, onde se lê: "...Renovar o reconhecimento do curso de Ciência da Computação, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, ministrado pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo, na Estrada de Itapecerica, nº 5.859, bairro Jardim IAE, no município de São Paulo, no Estado de São Paulo,...", leia-se: "...Renovar o reconhecimento do curso de Ciência da Computação, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, ministrado pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo, na Estrada Municipal Pastor Walter Boger, s/n, bairro Fazenda Lagoa Bonita, no município de Engenheiro Coelho, no Estado de São Paulo,..."

(Registro e-MEC 200801219)

No Artigo 1º da Portaria nº 516, de 25 de fevereiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 28 de fevereiro de 2011, Seção 1, página 29, onde se lê: "... Renovar o reconhecimento do curso de Odontologia, bacharelado, com 120 (cento e vinte) vagas totais anuais, no turno noturno...", leia-se: "...Renovar o reconhecimento do curso de Odontologia, bacharelado, com 120 (cento e vinte) vagas totais anuais, no turno diurno..."

(Registro e-MEC 200911216)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

PORTARIA Nº 278, DE 18 DE MARÇO DE 2011

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e considerando o constante no Decreto nº 6.944, de 24 de agosto de 2009, resolve:

Prorrogar por 01 (um) ano, o prazo legal do Concurso Público para Docente da Carreira do Magistério Superior, realizado por esta Universidade, objeto do Edital nº 07/2009, de 22/10/2009, DOU de 30/10/2009, com retificação nos DOU nº 220, de 18/11/2009, nº 237, de 11/12/2009, cujas homologações foram publicadas conforme Portarias nº 172, DOU de 12/04/2010, nº 252, DOU de 12/05/2010, nº 381, DOU de 09/06/2010 e nº 58, DOU de 13/01/2011. A prorrogação do prazo de validade é contada a partir do vencimento do primeiro ano da homologação dos concursos.

DORA LEAL ROSA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE POTENCIALIZAÇÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 191, DE 17 DE MARÇO DE 2011

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.045658/2010-83, resolve:

Anular a Portaria nº 179/DDPP/2011, de 16 março de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 52 de 17 de março 2011, Seção 1, página 14, do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Expressão Gráfica - EGR/CCE, instituído pelo Edital nº 003/DDPP/2011, de 28 de janeiro de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 31/01/2011, Campo de Conhecimento: Métodos de Representação.

Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

N° de Vagas: 01 (uma).

CARLA CRISTINA DUTRA BÚRIGO

PORTARIA Nº 192, DE 18 DE MARÇO DE 2011

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.000739/2011-35, resolve:

Anular a Portaria nº 184/DDPP/2011, de 17 março de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 53 de 18 de março 2011, Seção 1, página 23, do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Filosofia - FIL/CFH, instituído pelo Edital nº 003/DDPP/2011, de 28 de janeiro de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 31/01/2011.

Campo de Conhecimento: História da Filosofia Antiga.

Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais.

N° de Vagas: 01 (uma).

CARLA CRISTINA DUTRA BÚRIGO

PORTARIA Nº 193, DE 18 DE MARÇO DE 2011

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.000739/2011-35 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Filosofia - FIL/CFH, instituído pelo Edital nº 003/DDPP/2011, de 28 de janeiro de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 31/01/2011.

Campo de Conhecimento: História da Filosofia Antiga

Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais.

N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Fernando Maurício da Silva	9,36
2º	Gleisson Roberto Schmidt	8,99
3º	Maicon Reus Engler	8,78
4º	Flávio Miguel de Oliveira Zimmermann	8,78
5º	Vinicius Bertoncini Vicenzi	8,58
6º	Dante Carvalho Targa	7,88
7º	Alessandro Zir	7,60

CARLA CRISTINA DUTRA BÚRIGO

PORTARIA Nº 196, DE 18 DE MARÇO DE 2011

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.001725/2011-39 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Campus Joinville, instituído pelo Edital nº 007/DDPP/2011, de 21 de fevereiro de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 22/02/2011.

Campo de Conhecimento: Ergonomia e Segurança/ Cálculo 1/ Geometria Analítica

Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Derce de Oliveira Souza Recouvrex	8,0

CARLA CRISTINA DUTRA BÚRIGO

PORTARIA Nº 197, DE 18 DE MARÇO DE 2011

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.001728/2011-72 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Campus Joinville, instituído pelo Edital nº 007/DDPP/2011, de 21 de fevereiro de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 22/02/2011.

Campo de Conhecimento: Representação Gráfica/ Geometria Analítica

Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	João Carlos Vela	9,0

CARLA CRISTINA DUTRA BÚRIGO

Ministério da Fazenda

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS, DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO

PAUTA DE JULGAMENTO DA 146ª SESSÃO

Pauta de Julgamento de Recursos da 146ª Sessão, que será realizada na data a seguir mencionada, na Sede da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, localizada na Av. Presidente Vargas, 730, 24º andar - sala 2 - Centro - Rio de Janeiro.

DIA 31 DE MARÇO 2011, ÀS 10h.

01)RECURSO Nº 0823 - Processo SUSEP nº 15414.001425/98-47 - Recorrente: Pecúlio União Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida.

02)RECURSO Nº 0946 - Processo SUSEP nº 005-00490/99 - Recorrente: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida; Revisor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco.

03)RECURSO Nº 1081 - Processo SUSEP nº 005-00761/99 - Recorrente: Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

04)RECURSO Nº 1153 - Processo SUSEP nº 10.002008/99-87 - Recorrente: Trevo Banorte Seguradora S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Pedro Lúcio Lyra; Revisor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

05)RECURSO Nº 1180 - Processo SUSEP nº 10.004841/01-86 - Recorrente: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Pedro Lúcio Lyra; Revisor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco.

06)RECURSO Nº 1331 - Processo SUSEP nº 10.003490/99-81 - II volumes - Recorrente: Vera Cruz Seguradora S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisora: Conselheira Maria da Glória Faria.

07)RECURSO Nº 1508 - Processo SUSEP nº 15414.200172/2002-67 - Recorrente: Generali do Brasil Companhia Nacional de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida; Revisor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco.

08)RECURSO Nº 1564 - Processo SUSEP nº 10.004202/01-57 - II volumes - Recorrente: Bemge Seguradora S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida; Revisor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco.

09)RECURSO Nº 2011 - Processo SUSEP nº 10.005621/01-15 - Recorrente: Creficap Capitalização S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisora: Conselheira Maria da Glória Faria.

10)RECURSO Nº 2031 - Processo SUSEP nº 15414.006112/2002-50 - Recorrente: Companhia de Seguros Minas Brasil; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida; Revisor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco.

11)RECURSO Nº 2226 - Processo SUSEP nº 006-00371/00 - Recorrente: Marítima Seguros S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida; Revisor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco.

12)RECURSO Nº 2589 - Processo SUSEP nº 006-00215/99 - Recorrente: Companhia de Seguros Aliança do Brasil; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida; Revisor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco.

13)RECURSO Nº 2615 - Processo SUSEP nº 010-000126/99 - Recorrente: Federal de Seguros S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha; Revisor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco.

14)RECURSO Nº 3050 - Processo SUSEP nº 15414.002471/2004-08 - Recorrente: Caixa Seguradora S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha; Revisor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco.

15)RECURSO Nº 3089 - Processo SUSEP nº 15414.003087/2003-33 - Recorrente: Global Capitalização S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida; Revisor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco.

16)RECURSO Nº 3167 - Processo SUSEP nº 15414.005558/2002-67 - Recorrente: Vera Cruz Seguradora S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida; Revisor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco.

17)RECURSO Nº 3173 - Processo SUSEP nº 15414.002003/97-81 - Recorrente: Bradesco Seguros S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha; Revisor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida.

18)RECURSO Nº 3188 - Processo SUSEP nº 15414.002433/2002-85 - Apenso Processo SUSEP nº 005-00024/00 - Recorrente: UNIPREV - União Previdenciária; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Maria da Glória Faria; Revisor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida.

19)RECURSO Nº 3454 - Processo SUSEP nº 005-00709/01 - Recorrente: Itaú Previdência S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida.

20)RECURSO Nº 3478 - Processo SUSEP nº 15414.100232/2004-12 - Recorrente: Unibanco AIG Seguros S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha; Revisora: Conselheira Maria da Glória Faria.

21)RECURSO Nº 3516 - Processo SUSEP nº 005-00274/98 - V volumes - Recorrentes: Hoyt Corretora de Seguros S/C Ltda., Simão Lazar Zalcberg, Milton Zalcberg e Dirceu Eugênio Sposito Júnior - corretores de seguro; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisora: Conselheira Maria da Glória Faria.

22)RECURSO Nº 3547 - Processo SUSEP nº 15414.200133/2003-41 - Recorrente: Extra Club Administração e Serviços S/C Ltda; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Maria da Glória Faria; Revisor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida.

23)RECURSO Nº 3711 - Processo SUSEP nº 15414.000790/2004-71 - II volumes - Recorrente: Companhia Mutual de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Maria da Glória Faria; Revisor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida.

24)RECURSO Nº 3795 - Processo SUSEP nº 10.003203/01-84 - Recorrente: Bradesco Seguros S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida; Revisor: Conselheiro Pedro Lúcio Lyra.

25)RECURSO Nº 3811 - Processo SUSEP nº 005-00426/01 - Recorrente: Pecúlio União Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida.

26)RECURSO Nº 3845 - Processo SUSEP nº 005-00634/01 - II volumes - Recorrente: Marco Antônio Prieto Wruck - corretor de seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida.

27)RECURSO Nº 3899 - Processo SUSEP nº 15414.003036/2005-73 - Recorrente: Previcorp Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Maria da Glória Faria; Revisor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco.

28)RECURSO Nº 3920 - Processo SUSEP nº 15414.002768/2005-46 - Recorrente: Newprev Previdência Privada S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Maria da Glória Faria; Revisor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco.

29)RECURSO Nº 4003 - Processo SUSEP nº 006-00032/00 - Recorrente: Pecúlio União Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Maria da Glória Faria; Revisor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida.

30)RECURSO Nº 4022 - Processo SUSEP nº 15414.003152/2003-21 - Recorrente: Icatu Hartford Seguros S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Maria da Glória Faria; Revisor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida.

31)RECURSO Nº 4050 - Processo SUSEP nº 15414.100534/2004-82 - Recorrente: Sul América Companhia Nacional de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha; Revisor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida.

32)RECURSO Nº 4175 - Processo SUSEP nº 15414.000964/2006-67 - Recorrente: Pecúlio Abraham Lincoln - AMAL; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha; Revisor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida.

33)RECURSO Nº 4294 - Processo SUSEP nº 10.000739/01-48 - Recorrente: Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil - APLUB; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Maria da Glória Faria; Revisor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida.

34)RECURSO Nº 4306 - Processo SUSEP nº 15414.003867/2004-64 - Apensos Processos SUSEP nºs 15414.001615/2004-09 - recurso nº 4311, 15414.002558/2004-77 - recurso nº 4341, 15414.003516/2004-53 - recurso nº 4342, 15414002955/2003-68 - recurso nº 4348, 15414001276/2004-52 - recurso nº 4349, 15414.001369/2004-87 - recurso nº 4351, 15414.001365/2004-07 - recurso nº 4353, 15414.002555/2004-33 - recurso nº 4355, 15414.002967/2004-73 - recurso nº 4356, 15414.002546/2004-42 - recurso nº 4358, 15414002550/2004-19 - recurso nº 4359, 15414.001155/2004-19 - recurso nº 4360, 15414.003358/2004-31 - recurso nº 4361, 15414.001367/2004-98 - recurso nº 4362, 15414.002021/2004-15 - recurso nº 4363, 15414.002125/2004-11 - recurso 4364, 15414.002556/2004-88 - recurso nº 4365, 15414.002559/2004-11 - recurso nº 4366, 15414.002531/2004-84 - recurso nº 4367, 15414.003853/2004-41 - recurso nº 4370, 15414.003862/2004-31 - recurso nº 4371, 15414.003850/2004-15 - recurso nº 4372, 15414.002023/2004-04 - recurso nº 4373, 15414.001645/2004-15 - recurso nº 4374, 15414.002523/2004-38 - recurso nº 4375, 15414.001163/2004-57 - recurso nº 4391, 15414.001370/2004-10 - recurso nº 4392, 15414.002530/2004-30 - recurso nº 4393, 15414.004081/2004-64 - recurso nº 4394; 15414.001156/2004-55 - recurso nº 4402; 15414.004136/2004-36 - recurso nº 4409, 15414.002605/2004-82 - recurso nº 4410, 15414.002476/2004-22 - recurso nº 4411, 15414.002557/2004-22 - recurso nº 4412, 15414.002478/2004-11 - recurso nº 4501, 15414.002124/2004-77 - recurso nº 4584, 15414.002452/2004-73 - recurso nº 4585, 15414.002240/2004-96 - recurso nº 4586, 15414.002022/2004-51 - recurso nº 4604, 15414.002549/2004-86 - recurso nº 4606, 15414.002524/2004-82 - recurso nº 4607, 15414.002548/2004-31 - recurso nº 4608, 15414.003547/2004-12 - recurso nº 4609, 15414.001364/2004-54 - recurso nº 4635, 15414.002529/2004-13 - recurso nº 4651. - Recorrente: Sul América Capitalização S.A. - SULACAP; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Maria da Glória Faria; Revisor: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira.

35)RECURSO Nº 4325 - Processo SUSEP nº 15414.200270/2004-66 - Recorrente: Vida Seguradora S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Maria da Glória Faria; Revisor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida.

36)RECURSO Nº 4470 - Processo SUSEP nº 15414.100749/2004-01 - Recorrente: AGF Brasil Seguros S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Maria da Glória Faria; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

37)RECURSO Nº 4480 - Processo SUSEP nº 15414.003339/2006-77 - Recorrente: Metlife Vida e Previdência S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Maria da Glória Faria; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

38)RECURSO Nº 4487 - Processo SUSEP nº 15414.004148/2006-22 - II volumes - Recorrente: Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil - APLUB; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Maria da Glória Faria; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

39)RECURSO Nº 4531 - Processo SUSEP nº 15414.200098/2002-89 - Recorrente: Caixa Seguradora S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Maria da Glória Faria; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

40)RECURSO Nº 4683 - Processo SUSEP nº 15414.100680/2004-16 - IV volumes - Recorrente: Brasilprev Seguros e Previdência S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

Observação:

1) Segundo o disposto no § 3º, do artigo 18 do Regimento Interno do CRSNSP, aprovado pelo Decreto Nº 2.824, de 27 de outubro de 1998, "nos casos em que se tornar impossível julgar todos os processos da pauta, fica facultado ao Presidente suspender a sessão e reiniciá-la no dia útil subseqüente, independentemente de nova convocação e publicação".

2) Em relação aos processos incluídos na pauta de julgamento acima, o Senhor Conselheiro Presidente do CRSNSP proferiu o seguinte despacho: "Para melhor planejamento dos trabalhos a serem realizados durante a sessão de julgamento designada para o dia 31 de março de 2011, e tendo em vista o expressivo número de processos incluídos em pauta, DETERMINO, nos termos do art. 7º, incisos I, II e XII do Regimento Interno do CRSNSP, aprovado pelo Decreto Nº 2.824, de 27 de outubro de 1998, que os recorrentes ou representantes legais que desejarem fazer sustentação oral durante a sessão de julgamento encaminhem o correspondente pedido de inscrição à Secretaria-Executiva do CRSNSP até o dia 30 de março de 2011".

Rio de Janeiro, 18 de março de 2011.
FRANCISCO TEIXEIRA DE ALMEIDA
Presidente do Conselho

THERESA CHRISTINA CUNHA MARTINS
Secretária Executiva

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM MINAS GERAIS
PROCURADORIA SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM POUSO ALEGRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 18 DE MARÇO DE 2011

Exclui pessoas físicas e/ou jurídicas do Parcelamento Especial - PAES, de que trata o art. 1º da Lei n° 10.684, de 30 de maio de 2003.

O PROCURADOR SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM POUSO ALEGRE/MG, abaixo identificado, no uso da competência outorgada pelo art. 79 c/c art. 81 do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria nº 257, de 23 de junho de 2009, publicada no D.O.U de 25 de junho de 2009, tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei n° 10.684, de 30 de maio de 2003, c/c o art. 7º, I, da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Fica rescindido o Parcelamento Especial (PAES) de que trata o art. 1º da Lei 10.684/2003, com fundamento no art. 7º, das pessoas físicas e/ou jurídicas relacionadas no Anexo Único deste Ato Declaratório, tendo em vista que foi constatada a inadimplência por 3 (três) meses consecutivos ou alternados, relativos às prestações mensais.

Art. 2º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contados da data da publicação deste Ato Declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo dirigido ao Procurador Seccional da Fazenda Nacional em Pouso Alegre/MG, no endereço Rua João Basílio, 420, Centro, Pouso Alegre, Minas Gerais, CEP 37550-000.

Art. 3º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 2º, a exclusão do PAES será definitiva.

Art. 4º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE CARNEIRO SPÍNDOLA

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial previsto na Lei n° 10.684, de 30 de maio de 2003 (PAES), com base no número do CNPJ, nome/razão social, processo administrativo:

CPF/CNPJ	Nome/Razão Social	Processo Administrativo
17.684.259/0001-00	FRANCISCO DE ASSIS GRILLO	13320.000095/2011-51

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCURADORIA SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM UBERABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 24, DE 3 DE MARÇO DE 2011

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art.1º da Lei 10.684, de 30 de maio de 2003.

O(A) PROCURADOR(A)-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM UBERABA, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 79, inciso II c/c artigo 81 do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria n° 257, de 23 de junho de 2009, publicada no D.O.U. de 25 de junho de 2009, tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, no art. 12 da Lei. nº 11.033/2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro, de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídos do parcelamento Especial(Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684/2003, de acordo com seu artigo 7º, os contribuintes relacionados no Anexo Único a este Ato Declaratório, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de inadimplência de três meses consecutivos ou seis alternados de tributos e exações com vencimento posterior a 28/02/03 e/ou das prestações do parcelamento, ou que tenham sido efetuados os pagamentos em valor inferior ao fixado nos incisos I, II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art.1º da Lei nº 10.684/2003, além dos artigos 2º e 3º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25/08/2004.

Art. 2º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de dez dias, contados da data de publicação deste Ato, apresentar recurso administrativo dirigido, nos termos do art.14 e § 2º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3/2004, ao(à) Procurador(a)-Seccional da Fazenda Nacional em UBERABA-MG com endereço na Rua Aluízio de Melo Teixeira, nº 378, CEP 38.065-290, Bairro Fabrício, Uberaba/MG. O Recurso terá efeito suspensivo e o sujeito passivo deverá continuar recolhendo as parcelas devidas enquanto não houver decisão definitiva do recurso.

Art. 3º A exclusão do PAES produzirá seus efeitos a partir do décimo primeiro dia, contando da data da ciência do ato de exclusão pelo sujeito passivo, exceto quando houver a apresentação de recurso. Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto, a conta PAES será rescindida.

Art..4º Este Ato Declaratório entra em vigor na data da publicação.

MARIA DO SOCORRO SANTOS DE CASTRO

ANEXO ÚNICO

Relação do(s) nomes e CNPJ/CPF da(s) pessoa(s) físicas e jurídicas excluídas e nº dos Processos Administrativos

NOME/CNPJ/CPF	Nº PROCESSO ADM.
A Nossa Casa Ltda CNPJ 17.838.343/0001-22	11239.000283/2011-83
Allyrio Furtado Nunes CPF 004.761.296-72	11239.000279/2011-15
Álvaro Antonio Cardoso CPF 008.403.946-91	11239.000273/2011-48
Andrezza Modas Ltda CNPJ 23.219.637/0001-79	11239.000278/2011-71
Barreto Produtos Veterinários Ltda CNPJ 22.010.219/0001-04	11239.000272/2011-01
Emilio Carlos Borges & Cia Ltda CNPJ 23.760.861/0001-73	11239.000275/2011-37
Haerton Alves Soares CPF 365.444.266-87	11239.000280/2011-40
Maria Ivone da Cunha Mota CNPJ 01.467.423/0001-89	11239.000277/2011-26
Roberval Ribeiro Dias CNPJ 00.371.608/0001-22	11239.000274/2011-92
Supermercado Roda Viva Ltda CNPJ 25.272.071/0001-74	11239.000282/2011-39
Tornearia Mec Geral Industria e Com Ltda CNPJ 18.141.820/0001-69	11239.000276/2011-81
Trans Oliveira Sacramento Ltda CNPJ 66.362.815/0001-29	11239.000271/2011-59

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.135, DE 18 DE MARÇO DE 2011

Altera a Instrução Normativa SRF nº 504, de 3 de fevereiro de 2005, que dispõe sobre o registro especial a que estão sujeitos os produtores, engarrafadores, as cooperativas de produtores, os estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de bebidas alcoólicas e sobre o selo de controle a que estão sujeitos esses produtos.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 273 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 46 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, e nos arts. 284 e 308 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (Ripi), resolve:

Art. 1º Os arts. 55 e 60 da Instrução Normativa SRF nº 504, de 3 de fevereiro de 2005, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 55. .....

.....

Parágrafo único. O disposto no caput poderá ser aplicado aos produtos classificados no código 2204 da TIPI, acondicionados em recipiente de capacidade superior a 180 ml (cento e oitenta mililitros), no interesse do estabelecimento importador, condicionado a observância às disposições contidas nos arts. 56 a 61 desta Instrução Normativa." (NR)

"Art. 60. Para a apuração do valor tributável a ser utilizado no cálculo do IPI devido no desembaraço aduaneiro das bebidas importadas, deverá ser adotada a classe de enquadramento de acordo com o disposto no art. 211 do RIPI.

.....

.(NR)

Art. 2º Os Anexos II e III da Instrução Normativa SRF nº 504, de 2005, ficam substituídos pelos Anexos II e III constantes desta Instrução Normativa.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de junho de 2011.

Art. 4º Fica revogado o inciso III do art. 30 da Instrução Normativa SRF nº 504, de 3 de fevereiro de 2005.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

ANEXO II

I - Selo "AGUARDENTE":

a) formato e desenho: formato retangular horizontal, tendo, como motivo principal, desenhos alegóricos, em conjunto com os textos impresssos em calcografia "AGUARDENTE", "BRASIL", "SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL" e "IPI", microtextos "RFB" e "ORDEM E PROGRESSO", além de dispositivo opticamente variável, em forma de faixa, metalizado com alumínio, tendo, como motivo gráfico principal, a figura da Bandeira Brasileira;

b) dimensão: comprimento - 110,0 + 0,2 mm
largura - 15,0 + 0,2 mm;

c) cores: violeta, laranja e azul, combinados com o marrom;

II - Selo "UÍSQUE":

a) formato e desenho: formato retangular horizontal, tendo, como motivo principal, desenhos alegóricos, em conjunto com os textos impresssos em calcografia "UÍSQUE", "BRASIL", "SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL" e "IPI", microtextos "RFB" e "Selo Uísque", além de dispositivo opticamente variável, em forma de faixa, metalizado com alumínio, tendo, como motivo gráfico principal, a figura da Bandeira Brasileira;

b) dimensão: comprimento - 110,0 + 0,2 mm
largura - 15,0 + 0,2 mm;

c) cores: verde, azul, vermelha e amarela, combinados com o marrom;

III - Selo "UÍSQUE-MINIATURA":

a) formato e desenho: formato retangular horizontal, tendo como motivo principal desenhos em guilhochê e textos impressos em calcografia "UÍSQUE", "MINIATURA", "BRASIL", "SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL" e "IPI" inscrito em retângulo no lado esquerdo do selo, logomarca CMB mais microtexto "CASA DA MOEDA DO BRASIL", sobre fundo em ofsete seco;

b) dimensão: comprimento - 84,0 + 0,2 mm
largura - 10,0 + 0,2 mm;

c) cores: verde, azul, vermelha e amarelo, combinados com o marrom;

IV - Selo "BEBIDAS ALCOÓLICAS":

a) formato e desenho: formato retangular horizontal, tendo, como motivo principal, desenhos alegóricos, em conjunto com os textos impresssos em calcografia "BEBIDAS ALCOÓLICAS", "BRASIL", "RFB" e "IPI", microtexto "RFB", além de dispositivo opticamente variável, em forma de faixa, metalizado com alumínio, tendo, como motivo gráfico principal, a figura da Bandeira Brasileira;

b) dimensão: comprimento - 110,0 + 0,2 mm
largura - 15,0 + 0,2 mm;

c) cores: verde, cinza, laranja, marrom e vermelha, combinados com marrom;

V - Selo "BEBIDAS ALCOÓLICAS - Produto Exportação":

a) formato e desenho: formato retangular horizontal, tendo, como motivo principal, desenhos alegóricos, em conjunto com os textos impresssos em calcografia "BEBIDAS ALCOÓLICAS", "BRASIL", "EXPORT", "RFB" e "IPI", microtexto "RFB", além de dispositivo opticamente variável, em forma de faixa, metalizado com alumínio, tendo, como motivo gráfico principal, a figura da Bandeira Brasileira;

b) dimensão: comprimento - 110,0 + 0,2 mm
largura - 15,0 + 0,2 mm;

c) cor: azul-marinho, combinado com marrom;

VI - Selo "BEBIDAS ALCOÓLICAS - MINIATURA - Produto Nacional e Importação":

a) formato e desenho: formato retangular horizontal, tendo, como motivo principal o desenho estilizado de garrafas de bebida alcoólica e textos impressos em calcografia "BEBIDAS ALCOÓLICAS", "BRASIL", "MINIATURA", "IPI" inscrito em retângulo no lado esquerdo do selo, logomarca CMB mais microtexto "CASA DA MOEDA DO BRASIL", sobre fundo em ofsete seco;

b) dimensão: comprimento - 84,0 + 0,2 mm
largura - 10,0 + 0,2 mm;

c) cores: verde, vermelha e amarelo, combinados com marrom;

VII - Selo "BEBIDAS ALCOÓLICAS - MINIATURA - Exportação":

a) formato e desenho: formato retangular horizontal, tendo, como motivo principal o desenho estilizado de garrafas de bebida alcoólica e textos impressos em calcografia "BEBIDAS ALCOÓLICAS", "BRASIL", "MINIATURA", "EXPORT", "IPI" inscrito em retângulo no lado esquerdo do selo, logomarca CMB mais microtexto "CASA DA MOEDA DO BRASIL", sobre fundo em ofsete seco;

b) dimensão: comprimento - 84,0 + 0,2 mm
largura - 10,0 + 0,2 mm;

c) cor: azul-marinho, combinado com marrom;

VIII - Selo VINHO - Importação:

a) formato e desenho: formato retangular horizontal, tendo como motivo principal o desenho estilizado de folhas de UVA e taça com textos e figuras impressos em calcografia com os dizeres "VINHO", "BRASIL", "IMPORTADO", "IPI", logomarca CMB inscritos em retângulo no lado esquerdo do selo mais microtextos "RFB" positivos e negativos, texto "SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL", do lado direito além de dispositivo opticamente variável, em forma de faixa, metalizada com alumínio ao centro dividindo o selo, tendo, como motivo gráfico principal, a figura da Bandeira Brasileira;

b) dimensão: comprimento - 110,0 ± 0,2 mm
largura - 15,0 ±0,2 mm;

c) cores: vermelha combinado com marrom;

d) numeração: Impressão tipográfica composta por conjunto alfanumérico contendo 8 (oito) algarismos e 2 (duas) letras, representando a numeração e a série, respectivamente, do selo;

IX - Selo VINHO - Importação - Selagem no exterior:

a) formato e desenho: formato retangular horizontal, tendo como motivo principal o desenho estilizado de folhas de UVA e taça com textos e figuras impressos em calcografia com os dizeres "VINHO", "BRASIL", "Selado no Exterior", "IPI", logomarca CMB inscritos em retângulo no lado esquerdo do selo mais microtextos "RFB" positivos e negativos, texto "SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL", do lado direito além de dispositivo opticamente variável, em forma de faixa, metalizada com alumínio ao centro dividindo o selo, tendo, como motivo gráfico principal, a figura da Bandeira Brasileira;

b) dimensão: comprimento - 110,0 ± 0,2 mm
largura - 15,0 ±0,2 mm;

c) cores: amarelo combinado com marrom;

d) numeração: Impressão tipográfica composta por conjunto alfanumérico contendo 8 (oito) algarismos e 2 (duas) letras, representando a numeração e a série, respectivamente, do selo.

X - Selo VINHO - Nacional:

a) formato e desenho: formato retangular horizontal, tendo como motivo principal o desenho estilizado de folhas de UVA e taça com textos e figuras impressos em calcografia com os dizeres "VINHO", "BRASIL", "IPI", logomarca CMB inscritos em retângulo no lado esquerdo do selo mais microtextos "RFB" positivos e negativos, texto "SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL", do lado direito além de dispositivo opticamente variável, em forma de faixa, metalizada com alumínio ao centro dividindo o selo, tendo, como motivo gráfico principal, a figura da Bandeira Brasileira;

b) dimensão: comprimento - 110,0 ± 0,2 mm
largura - 15,0 ± 0,2 mm;

c) cores: verde combinado com marrom;

d) numeração: Impressão tipográfica contendo numeração composta por conjunto alfanumérico contendo 8 (oito) algarismos e 2 (duas) letras, representando a numeração e a série, respectivamente, do selo.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO III

I - Aguardente de cana ou caninha e aguardente de melaço ou cachaça (Código TIPI 2208.40.00)		
a) Produto nacional		
CAPACIDADE (ml)	CLASSE	SELO DE CONTROLE (TIPO/COR)
Até 180 ml	Qualquer	BEBIDAS ALCOÓLICAS-MINIATURA/Verde
Mais de 180 ml	A e B	AGUARDENTE/violeta
	C, D e E	AGUARDENTE/laranja
	Demais Classes	AGUARDENTE/azul
b) Produto Estrangeiro		
CAPACIDADE (ml)	CLASSE	SELO DE CONTROLE (TIPO/COR)
Até 180 ml	Qualquer	BEBIDAS ALCOÓLICAS-MINIATURA/Vermelha
Mais de 180 ml		BEBIDAS ALCOÓLICAS/Vermelha

II - Uísque (Código TIPI 2208.30)		
a) Produto Nacional		
CAPACIDADE (ml)	CLASSE	SELO DE CONTROLE (TIPO/COR)
Até 180 ml	Qualquer	UÍSQUE-MINIATURA/Verde
Mais de 180 ml		UÍSQUE/Verde
b) Produto de que trata a Portaria MF nº 108/78		
CAPACIDADE (ml)	CLASSE	SELO DE CONTROLE (TIPO/COR)
Até 180 ml	Qualquer	UÍSQUE-MINIATURA/Azul
Mais de 180 ml		UÍSQUE/Azul
c) Produto Estrangeiro - Licitação		
CAPACIDADE (ml)	CLASSE	SELO DE CONTROLE (TIPO/COR)
Até 180 ml	Qualquer	UÍSQUE-MINIATURA/Vermelho
Mais de 180 ml		UÍSQUE/Vermelho
d) Produto Estrangeiro Selado no Exterior		
CAPACIDADE (ml)	CLASSE	SELO DE CONTROLE (TIPO/COR)
Até 180 ml	Qualquer	UÍSQUE-MINIATURA/Amarelo
Mais de 180 ml		UÍSQUE/Amarelo

III - Vinhos de uvas frescas, incluídos os vinhos enriquecidos com álcool; mostos de uvas, excluídos os da posição 20.09 (Código TIPI 2204)		
a) Produto Nacional		
CAPACIDADE (ml)	CLASSE	SELO DE CONTROLE (TIPO/COR)
Até 180 ml	Qualquer	BEBIDAS ALCOÓLICAS-MINIATURA/Verde
Mais de 180 ml		VINHO/Verde
b) Produto Estrangeiro		
CAPACIDADE (ml)	CLASSE	SELO DE CONTROLE (TIPO/COR)
Até 180 ml	Qualquer	BEBIDAS ALCOÓLICAS-MINIATURA/Vermelho
Mais de 180 ml		VINHO/Vermelho
c) Produto Estrangeiro - Licitação		
CAPACIDADE (ml)	CLASSE	SELO DE CONTROLE (TIPO/COR)
Até 180 ml	Qualquer	BEBIDAS ALCOÓLICAS-MINIATURA/Vermelho
Mais de 180 ml		VINHO/Vermelho
d) Produto Estrangeiro Selado no Exterior		
CAPACIDADE (ml)	CLASSE	SELO DE CONTROLE (TIPO/COR)
Mais de 180 ml	Qualquer	VINHO/Amarelo

IV - Demais bebidas alcoólicas relacionadas no Anexo I		
a) Produto Nacional		
CAPACIDADE (ml)	CLASSE	SELO DE CONTROLE (TIPO/COR)
Até 180 ml	Qualquer	BEBIDAS ALCOÓLICAS-MINIATURA/Verde
Mais de 180 ml	A, B, C, D, E, F, G	BEBIDAS ALCOÓLICAS/Verde
	H, I, J	BEBIDAS ALCOÓLICAS/Cinza
	K, L, M	BEBIDAS ALCOÓLICAS/Laranja
	N, O, P, Q, R, S, T, U, V, X, Z	BEBIDAS ALCOÓLICAS/Marrom
b) Produto Estrangeiro		
CAPACIDADE (ml)	CLASSE	SELO DE CONTROLE (TIPO/COR)
Até 180 ml	Qualquer	BEBIDAS ALCOÓLICAS-MINIATURA/Vermelho
Mais de 180 ml		BEBIDAS ALCOÓLICAS/Vermelho

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.136, DE 18 DE MARÇO DE 2011

Altera a Instrução Normativa RFB nº 985, de 22 de dezembro de 2009, que institui a Declaração de Serviços Médicos e de Saúde (Dmed).

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 273 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º O art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 985, de 22 de dezembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.4º.....

§ 7º Estão dispensadas de apresentar a Dmed, as pessoas jurídicas ou equiparadas, prestadoras de serviços de saúde:

I - inativas;

II - ativas que não tenham prestado os serviços de que trata esta Instrução Normativa; ou

III - que, tendo prestado os serviços de que trata esta Instrução Normativa, tenham recebido pagamento exclusivamente de pessoas jurídicas." (NR)

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ
INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 103, DE 16 DE MARÇO DE 2011

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, e no item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, e artigo 105, inciso X, do Decreto-Lei nº 37/66, art. 23, inciso IV, e § único e art. 24 do Decreto-Lei n 1.455/76, regulamentado pelo art. 689, inciso X, do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759/2009, publicado no D.O.U. de 06 de fevereiro de 2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, arts. 111 e 113 do Decreto-Lei nº 37/66 com as alterações dos artigos 23, 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 688 a 700 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000078/2011-13.

Declara perdidas em favor da Fazenda Pública Federal, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130151/CAE00039/2011, folhas 01 a 02 do processo em referência, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 100, de 22 de abril de 2002.

SÍLVIA MARIA PÁDOVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 104, DE 16 DE MARÇO DE 2011

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, e no item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, e artigo 105, inciso X, do Decreto-Lei nº 37/66, art. 23, inciso IV, e § único e art. 24 do Decreto-Lei n 1.455/76, regulamentado pelo art. 689, inciso X, do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759/2009, publicado no D.O.U. de 06 de fevereiro de 2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, arts. 111 e 113 do Decreto-Lei nº 37/66 com as alterações dos artigos 23, 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 688 a 700 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000080/2011-92.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130151/CAE00040/2010, folhas 01 a 02 do processo em referência, 1tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 100, de 22 de abril de 2002.

SÍLVIA MARIA PÁDOVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 105, DE 16 DE MARÇO DE 2011

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, e no item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, e artigo 105, inciso X, do Decreto-Lei nº 37/66, art. 23, inciso IV, e § único e art. 24 do Decreto-Lei n 1.455/76, regulamentado pelo art. 689, inciso X, do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759/2009, publicado no D.O.U. de 06 de fevereiro de 2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, arts. 111 e 113 do Decreto-Lei nº 37/66 com as alterações dos artigos 23, 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 688 a 700 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000070/2011-57.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130151/CAE00033/2011, folhas 01 a 02 do processo em referência, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 100, de 22 de abril de 2002.

SÍLVIA MARIA PÁDOVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 106, DE 16 DE MARÇO DE 2011

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, e no item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, e artigo 105, inciso X, do Decreto-Lei nº 37/66, art. 23, inciso IV, e § único e art. 24 do Decreto-Lei n 1.455/76, regulamentado pelo art. 689, inciso X, do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759/2009, publicado no D.O.U. de 06 de fevereiro de 2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, arts. 111 e 113 do Decreto-Lei nº 37/66 com as alterações dos artigos 23, 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 688 a 700 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000074/2011-35.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130151/CAE00038/2011, folhas 01 a 02 do processo em referência, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 100, de 22 de abril de 2002.

SÍLVIA MARIA PÁDOVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 107, DE 16 DE MARÇO DE 2011

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, e no item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, e artigo 105, inciso X, do Decreto-Lei nº 37/66, art. 23, inciso IV, e § único e art. 24 do Decreto-Lei n 1.455/76, regulamentado pelo art. 689, inciso X, do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759/2009, publicado no D.O.U. de 06 de fevereiro de 2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, arts. 111 e 113 do Decreto-Lei nº 37/66 com as alterações dos artigos 23, 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 688 a 700 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000056/2011-53.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130151/CAE00027/2011, folhas 01 a 02 do processo em referência, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 100, de 22 de abril de 2002.

SÍLVIA MARIA PÁDOVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 108, DE 16 DE MARÇO DE 2011

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, e no item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, e artigo 105, inciso X, do Decreto-Lei nº 37/66, art. 23, inciso IV, e § único e art. 24 do Decreto-Lei n 1.455/76, regulamentado pelo art. 689, inciso X, do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759/2009, publicado no D.O.U. de 06 de fevereiro de 2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, arts. 111 e 113 do Decreto-Lei nº 37/66 com as alterações dos artigos 23, 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 688 a 700 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000052/2011-75.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130151/CAE00031/2011, folhas 01 a 02 do processo em referência, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 100, de 22 de abril de 2002.

SÍLVIA MARIA PADOVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 109, DE 16 DE MARÇO DE 2011

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, e no item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, e artigo 105, inciso X, do Decreto-Lei nº 37/66, art. 23, inciso IV, e § único e art. 24 do Decreto-Lei n 1.455/76, regulamentado pelo art. 689, inciso X, do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759/2009, publicado no D.O.U. de 06 de fevereiro de 2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, arts. 111 e 113 do Decreto-Lei nº 37/66 com as alterações dos artigos 23, 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 688 a 700 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000068/2011-88.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130151/CAE00032/2011, folhas 01 a 02 do processo em referência, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 100, de 22 de abril de 2002.

SÍLVIA MARIA PÁDOVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 110, DE 16 DE MARÇO DE 2011

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, e no item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, e artigo 105, inciso X, do Decreto-Lei nº 37/66, art. 23, inciso IV, e § único e art. 24 do Decreto-Lei n 1.455/76, regulamentado pelo art. 689, inciso X, do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759/2009, publicado no D.O.U. de 06 de fevereiro de 2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, arts. 111 e 113 do Decreto-Lei nº 37/66 com as alterações dos artigos 23, 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 688 a 700 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000072/2011-46.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130151/CAE00037/2011, folhas 01 a 03 do processo em referência, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 100, de 22 de abril de 2002.

SÍLVIA MARIA PÁDOVA

2ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE MANAUS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 19, DE 17 DE MARÇO DE 2011

Habilita a empresa que menciona ao procedimento simplificado de internação

O INSPETOR-CHEFE SUBSTITUTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE MANAUS/AM, de acordo com a Portaria RFB nº 177, de 04/02/2010, publicada no DOU de 05/02/2010, no uso da competência estabelecida pelo § 3º do art. 810, do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), com a redação dada pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, e atendendo ao que consta nos autos dos processos administrativos em referência, declara:

I - Habilitada ao procedimento simplificado de internação a Empresa PHILCO ELETRONICOS LTDA, CNPJ nº 11.283.356/0001-87, Processo nº 10283.000778/2011-12, nos termos do artigo 13 da Instrução Normativa SRF nº 242, de 06/11/2002.

II - A habilitação terá validade por prazo indeterminado, observada a validação mensal prevista no §2º do art. 6º da Instrução Normativa SRF nº 242 de 06/11/2002.

III - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE FERREIRA DO VALE

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BOA VISTA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 17 DE MARÇO DE 2011

Cancelamento de inscrição no Registro de Despachantes Aduaneiros.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BOA VISTA - RR, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto No- 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto No- 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Cancelar a inscrição de WISLEY ALBERES BABORA n.º 2D/00.279 no Registro de Despachantes Aduaneiros, com base no art. 76, III da Lei 10.833 de 29 de dezembro de 2003 e em razão do que consta no processo administrativo n.° 10245.000178/2011-01.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUIZ SPAGNUOLO ANDRADE

3ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 175, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE-SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 3ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 293 e §1º, do artigo 307, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Estabelecer que, durante o período de estruturação da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Pecém (ALF/PEC), as seguintes atividades continuarão a ser desenvolvidas pela Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Fortaleza (ALF/FOR):

I - informar sobre interpretação e aplicação da legislação tributária e aduaneira;

II - realizar o arrolamento de bens e a propositura de medida cautelar fiscal;

III - desenvolver as atividades relativas à cobrança, recolhimento de créditos tributários e direitos comerciais, parcelamento de débitos, retificação e correção de documentos de arrecadação;

IV - realizar as atividades relacionadas à restituição, compensação, reembolso e ressarcimento, inclusive decorrentes de crédito judicial;

V - controlar os valores relativos à constituição, suspensão, extinção e exclusão de créditos tributários;

VI - habilitar e desabilitar intervenientes para operar os sistemas relacionados ao controle de carga, trânsito e despacho aduaneiro;

VII - credenciar e descredenciar representantes de pessoas físicas e jurídicas para o despacho aduaneiro;

VIII - apreciar matéria relativa a parcelamentos;

IX - realizar diligências e perícias fiscais, inclusive as de instrução processual;

X - prestar ao Juízo solicitante, ao Ministério Público e aos demais órgãos, informações sobre a situação fiscal e cadastral dos contribuintes jurisdicionados, respeitadas as limitações impostas pela legislação vigente;

XI - apreciar os pedidos de habilitação de crédito decorrente de decisão judicial transitada em julgado;

XII - efetuar a revisão de ofício dos créditos tributários lançados, inscritos ou não em Dívida Ativa da União;

XIII - executar atividades relacionadas a processos de inscrição de débitos em Dívida Ativa da União, na área de sua competência, em especial o encaminhamento de processos à PFN;

XIV - preparar, instruir, acompanhar e controlar os processos de consulta de interpretação da legislação tributária, aduaneira e correlata, e recursos de divergências em processos de consulta;

XV - analisar e acompanhar administrativamente as ações judiciais, respeitadas as competências da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN;

XVI - executar os procedimentos necessários à atualização de ofício dos cadastros da RFB;

XVII - administrar e distribuir selos de controle e outros instrumentos de controle fiscal, e fiscalizar a sua utilização; e

XVIII - prestar informações em mandados de segurança e demais ações judiciais.

Art. 2º No período a que se refere o caput do art. 1º, a ALF/FOR deverá prestar auxílio à ALF/PEC no desenvolvimento das atividades de programação e execução orçamentária e financeira, logística, gestão de documentos, apoio administrativo, gestões patrimonial e de pessoas, administração de mercadorias apreendidas, bem assim as atividades de tecnologia e segurança da informação.

Art. 3º Os processos administrativos relativos a questões originárias da extinta Inspetoria da Receita Federal do Brasil de Pecém (IRF/PCE) que se encontram com carga para a ALF/FOR deverão permanecer naquela Unidade e ser decididos por seu Inspetor-Chefe.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor no dia 21 de fevereiro de 2011 e produzirá efeitos pelo prazo de cento e oitenta dias, ressalvados os casos previstos no artigo anterior.

MARCELLUS RIBEIRO ALVES

4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 35, DE 16 DE MARÇO DE 2011

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE - PE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministro da Fazenda n.º 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, e tendo em vista o inciso I do artigo 57 da Instrução Normativa SRF n.º 504/2005, e o que consta do processo nº 19647.001676/2011-12, resolve:

1. Autorizar o fornecimento de 79.650 (setenta e nove mil, seiscentos e cinqüenta) selos de controle, tipo Uísque, cor amarela, para selagem no exterior, à empresa PERNOD RICARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ n.º 33.856.394/0001-33, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob o n.º 04101/055, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados:

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidades
ROYAL SALUTE	Caixas de 6 garrafas de 700 ml, 40GL, idade 21 anos	810
BALLANTINES 12 YO	Caixas de 12 garrafas de 1 litro, 40GL, idade 12 anos	27.000
BALLANTINES FINEST	Caixas de 12 garrafas de 1 litro, 40GL, idade até 8 anos	34.560
CHIVAS REGAL	Caixas de 12 garrafas de 1 litro, 40GL, idade 12 anos	17.280

JOÃO WANDERLEY REGUEIRA FILHO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

5ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SALVADOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 11 DE MARÇO DE 2011

Concede habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SALVADOR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 295, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União em 23 de dezembro de 2010, com fundamento nos arts. 1º ao 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, bem como o disposto nos arts. 11 e 12, da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, alterada pelas Instruções Normativas RFB nº 778, de 19 de outubro de 2007, e nº 955, de 09 de julho de 2009, e tendo em vista o que consta no processo nº 10580.733191/2010-40, declara:

Art. 1º - Reconhecer à pessoa jurídica TECON SALVADOR S/A, CNPJ: 03.642.342/0001-01, a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007.

Art. 2º - - Vincular o presente ADE ao projeto constante no Anexo da Portaria nº 329, de 17 de dezembro de 2010, da Secretaria de Portos da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União em 20 de dezembro de 2010, de acordo com o disposto no art. 8º da IN RFB nº 758, de 25 de julho de 2007.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

MÁRCIA MARIA FONSECA

6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CONTAGEM

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 15 DE MARÇO DE 2011

Divulga enquadramento de bebidas, segundo o regime de tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CONTAGEM - MG, no uso da competência de que trata o artigo 5º, § 3º, da Instrução Normativa da RFB nº 866, de 06 de agosto de 2008, e tendo em vista o disposto nos arts. 149 e 150 do Decreto nº 4.544, de 26 de dezembro de 2002 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (Ripi), alterado pelo Decreto nº 6.158, de 16 de julho de 2007, pelo Decreto nº 6.501, de 02 de Julho de 2008, e pelo Decreto nº 6.520, de 30 de julho de 2008, resolve declarar:

Art. 1º Os produtos relacionados neste Ato Declaratório Executivo (ADE), para efeito de cálculo e pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, passam a ser classificados ou a ter sua classificação alterada conforme Anexo Único.

Art. 2º As classes de enquadramento previstas neste ADE aplicam-se aos produtos fabricados no País, exceto quanto aos produtos do código 2208.30 da Tabela de Incidência do IPI que observarem o disposto no § 2º do art. 152 do Ripi.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO HERMES SOARES CAMPOS

ANEXO ÚNICO

Enquadramento de produtos para efeito de cálculo e pagamento do IPI

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
07.334.443/0001-68	VIRA COPOS PRATA (RECIPIENTE. NAO-RETORNAVEL)	De 376ml até 670ml	2208.40.00	N
07.334.443/0001-68	VIRA COPOS PRATA (RECIPIENTE NAO-RETORNAVEL)	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	Q

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CORONEL FABRICIANO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 18 DE MARÇO DE 2011

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CORONEL FABRICIANO-MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo nº 227 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria nº 259, de 24/08/2001, publicada no DOU de 29/08/2001, e face ao disposto no artigo 3º da Instrução Normativa SRF nº 504 de 03 de fevereiro de 2005 e nos artigos 267 a 272 do Decreto nº 4.544, de 26 de dezembro de 2002, e ainda tendo em vista o que consta do processo administrativo nº 15504.002056/2011-66, resolve declarar:

1. Inscrito no Registro Especial sob o nº 06111/024 como engarrafador, o estabelecimento da empresa FAZENDA FLORIANA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 23.112.238/0001-04, situado na Fazenda Floriana, S/N, Bairro: Juiraçu, zona rural do município de São Domingos do Prata/MG, não alcançando este registro qualquer outro estabelecimento da mesma empresa. O estabelecimento supra identificado está autorizado a produzir/engarrafar/comercializar aguardente de cana, das seguintes marcas e capacidade dos recipientes:

1- marca Floriana, que será vendida em recipientes de 300 (trezentos) ml, 600 (seiscentos) ml, 700 (setecentos) ml e 900 (novecentos) ml.

2- marca Pratinha, que será vendida em recipientes de 300 (trezentos) ml, 600 (seiscentos) ml e 900 (novecentos) ml.

3- marca Da Roça, que será vendida em recipientes de 300 (trezentos) ml, 600 (seiscentos) ml e 900 (novecentos) ml.

4- marca Qualquer Uma, que será vendida em recipientes de 300 (trezentos) ml, 600 (seiscentos) ml e 900 (novecentos) ml.

2. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na IN/SRF nº 504/05, e nas IN's/SRF nº 728/2007 e 824/2008, sob pena de suspensão ou cancelamento desta inscrição.

3. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ARILTON DE PAULA FARIA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 17 DE MARÇO DE 2011

Renova e atualiza a empresa abaixo no Registro Especial dos estabelecimentos Produtores de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 281 e 285 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), aprovado pela Portaria MF nº 125, de 04 de março de 2009, e de acordo com o disposto no artigo 3º da Instrução Normativa SRF nº 504, de 3 de fevereiro de 2005, declara:

Art. 1º Renova e atualiza Registro Especial, sob o nº 06112/003 a empresa Sociedade Vinícola Marcon Ltda. CNPJ n. 16.730.137/0001-31, Processo nº 13656.720202/2010-99, estabelecida na Rua Olyntho Trevisan, 60, CEP 37.795-000, Município de Andradas, Produtor de bebidas alcoólicas das marcas comerciais ALBA, CAVE D' MARC, CHALANA DO NORTE, MARCON, MARCOZANO, NORTINI, TCHU TCHUCA, VALE DA SERRA e VINHAS DE ANDRADAS a saber: Alba: Vinho tinto composto com plantas amargas - seco, a ser comercializado em recipientes de 900 ml; Cave D' Marc: Vinho fino de mesa branco demi-sec - Moscato e Vinho fino de mesa tinto seco Cabernet Sauvignon, a serem comercializados em recipientes de 740 ml; Chalana do Norte: Fermentado composto de cana de açúcar e jurubeba, a ser comercializado em recipientes de 600 ml; Marcon: Vinho branco de mesa seco, a ser comercializado em recipientes de 880 ml, 2 litros e 4,500 litros, Vinho branco de mesa suave e vinho branco licoroso doce, a serem comercializados em recipientes de 740 ml, 880 ml, 2 litros e 4,500 litros, Vinho rosado licoroso doce, a ser comercializado em recipiente de 880 ml, Vinho tinto de mesa seco e vinho tinto de mesa suave, a serem comercializados em recipientes de 740 ml, 750 ml, 880 ml, 2 litros e 4,500 litros, Vinho tinto de mesa seco - folha de figo, a serem comercializados em recipientes de 880 ml, 2 litros e 4,500 litros, Vinho tinto de mesa suave - folha de figo, a ser comercializado em recipiente de 880 ml, Vinho tinto composto com canela - doce, Vinho tinto composto com jurubeba - seco, Fermentado composto de cana de açúcar e jurubeba e Bebida alcoólica composta de canela, a serem comercializados em recipientes de 900 ml, cooler de vinho com suco natural de pêssego a ser comercializados em recipientes de 750 ml e 880 ml; Marcozano: Vinho tinto composto - vermute doce, a ser comercializado em recipientes de 900 ml; Nortini: Fermentado composto de cana de açúcar e losna, a ser comercializadas em recipiente de 900 ml; Tchu tchuca: Fermentado composto de cana de açúcar e catuaba, a ser comercializados em recipientes de 900 ml; Vale da Serra: Coquetel de suco de uva e fermentado de cana de açúcar, a ser comercializado em recipientes de 880 ml e 4 litros; Vinhas de Andradas: Vinho branco de mesa demi-sec - Niagara, vinho de mesa branco seco - Niagara, Vinho de mesa tinto seco Cabernet Sauvignon, Vinho de mesa tinto demisec - Jacquez, Vinho de mesa tinto seco - bordô, Vinho de mesa tinto seco - Jacquez, Vinho de mesa tinto seco - Merlot, Vinho de mesa tinto suave - bordô e Vinho tinto de mesa suave - Jacquez, a serem comercializados em recipientes de 740 ml.

Parágrafo único. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa SRF nº 504 de 03 de fevereiro de 2005, alterada pelas IN nº 782 de 9/11/2007 e IN nº 824 de 20/02/2008 sob pena de suspensão ou cancelamento desta inscrição. Esclareça-se que o registro acima concedido não alcança qualquer outro estabelecimento da empresa descrita.

Art. 2º Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 3º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo nº 40 de 23 de dezembro de 2010

LUIZ GONZAGA VENTURA LEITE JUNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 17 DE MARÇO DE 2011

Renova e atualiza a empresa abaixo no Registro Especial dos estabelecimentos engarrafadores de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 281 e 285 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), aprovado pela Portaria MF nº 125, de 04 de março de 2009, e de acordo com o disposto no artigo 3º da Instrução Normativa SRF nº 504, de 3 de fevereiro de 2005, declara:

Art. 1º Renova e atualiza Registro Especial, sob o nº 06112/036 a empresa Sociedade Vinícola Marcon Ltda. CNPJ n. 16.730.137/0001-31, Processo nº 13656.720202/2010-99, estabelecida na Rua Olyntho Trevisan, 60, CEP 37.795-000, Município de Andradas, Engarrafador de bebidas alcoólicas das marcas comerciais ALBA, CAVE D' MARC, CHALANA DO NORTE, MARCON, MARCOZANO, NORTINI, TCHU TCHUCA, VALE DA SERRA e VINHAS DE ANDRADAS a saber: Alba: Vinho tinto composto com plantas amargas - seco, a ser comercializado em recipientes de 900 ml; Cave D' Marc: Vinho fino de mesa branco demi-sec - Moscato e Vinho fino de mesa tinto seco Cabernet Sauvignon, a serem comercializados em recipientes de 740 ml; Chalana do Norte: Fermentado composto de cana de açúcar e jurubeba, a ser comercializado em recipientes de 600 ml; Marcon: Vinho branco de mesa seco, a ser comercializado em recipientes de 880 ml, 2 litros e 4,500 litros, Vinho branco de mesa suave e vinho branco licoroso doce, a serem comercializados em recipientes de 740 ml, 880 ml, 2 litros e 4,500 litros, Vinho rosado licoroso doce, a ser comercializado em recipiente de 880 ml, Vinho tinto de mesa seco e vinho tinto de mesa suave, a serem comercializados em recipientes de 740 ml, 750 ml, 880 ml, 2 litros e 4,500 litros, Vinho tinto de mesa seco - folha de figo, a serem comercializados em recipientes de 880 ml, 2 litros e 4,500 litros, Vinho tinto de mesa suave - folha de figo, a ser comercializado em recipiente de 880 ml, Vinho tinto composto com canela - doce, Vinho tinto composto com jurubeba - seco, Fermentado composto de cana de açúcar e jurubeba e Bebida alcoólica composta de canela, a serem comercializados em recipientes de 900 ml, cooler de vinho com suco natural de pêssego a ser comercializados em recipientes de 750 ml e 880 ml; Marcozano: Vinho tinto composto - vermute doce, a ser comercializado em recipientes de 900 ml; Nortini: Fermentado composto de cana de açúcar e losna, a ser comercializadas em recipiente de 900 ml; Tchu tchuca: Fermentado composto de cana de açúcar e catuaba, a ser comercializados em recipientes de 900 ml; Vale da Serra: Coquetel de suco de uva e fermentado de cana de açúcar, a ser comercializado em recipientes de 880 ml e 4 litros; Vinhas de Andradas: Vinho branco de mesa demi-sec - Niagara, vinho de mesa branco seco - Niagara, Vinho de mesa tinto seco Cabernet Sauvignon, Vinho de mesa tinto demisec - Jacquez, Vinho de mesa tinto seco - bordô, Vinho de mesa tinto seco - Jacquez, Vinho de mesa tinto seco - Merlot, Vinho de mesa tinto suave - bordô e Vinho tinto de mesa suave - Jacquez, a serem comercializados em recipientes de 740 ml.

Parágrafo único. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa SRF nº 504 de 03 de fevereiro de 2005, alterada pelas IN nº 782 de 9/11/2007 e IN nº 824 de 20/02/2008 sob pena de suspensão ou cancelamento desta inscrição. Esclareça-se que o registro acima concedido não alcança qualquer outro estabelecimento da empresa descrita.

Art. 2º Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 3º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo nº 41 de 23 de dezembro de 2010

LUIZ GONZAGA VENTURA LEITE JUNIOR

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

7ª REGIÃO FISCAL

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo nº 38, de 07 de fevereiro de 2011 da Superintendência da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal, publicado no DOU de 08/02/2011, seção nº 1, página 14:

Onde se lê:

"Art. 4º: Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União".

Leia-se:

"Art. 4º: Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e revoga o Ato Declaratório Executivo SRRF07 nº 11, de 19 de janeiro de 2007, publicado no DOU de 21 de janeiro de 2007".

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 29, DE 16 DE MARÇO DE 2011

Declara excluído do Sistema Integrado de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples) o contribuinte que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI, no uso da competência que lhe confere o parágrafo 3.º do artigo 15 da Lei n.º 9.317, de 5 de dezembro de 1996, incluído pelo artigo 3.º da Lei n.º 9.732, de 11/12/1998, e tendo em vista o disposto nos artigos 9.º, 12, 14, inciso I, e 15 da Lei n.º 9.317/96, com suas alterações posteriores, declara:

Art. 1.º - Fica o contribuinte L S CAPPE - VEÍCULOS - ME, inscrito no CNPJ sob nº 03.482.069/0001-97, excluído do SIMPLES pela ocorrência das situações excludentes indicadas abaixo:

- Evento 304: Exclusão do SIMPLES por ultrapassar os limites de receita bruta.
- Data da ocorrência: 31/12/2006
- Data de opção pelo Simples: 01/01/2005
- Fundamentação legal: Lei n.º 9.317, de 05/12/1996: Art. 9.º, inciso I, art. 14, inciso I e art. 15, inciso IV da mesma lei, conforme apurado em procedimento de fiscalização externa e formalizado na Representação para Exclusão do Simples, devidamente acostada no processo administrativo-fiscal nº. 15540.720001/2011-03.

Art. 2.º - A exclusão do Simples surtirá os efeitos, a partir de 01 de janeiro de 2007, conforme previstos nos artigos 15 e 16 da Lei n.º 9.317, de 1996.

Art. 3.º - Poderá o contribuinte, dentro do prazo de trinta dias contados a partir da data da ciência deste Ato, manifestar sua inconformidade, por escrito, nos termos do Decreto n.º 70.235, de 7 de março de 1972, e suas alterações posteriores, relativamente à exclusão do Simples, à Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento no Rio de Janeiro, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

DIRCEU RESENDE PINHEIRO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 28, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2011

Declara anulada a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas.

A DELEGADA ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, usando de suas atribuições e de acordo com o disposto no art.32 da Instrução Normativa SRF nº 1042, de 10 de junho de 2010, DOU 14/06/2010, declara :

Art. 1º - A NULIDADE da inscrição abaixo relacionada, no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, em virtude de ter sido inscrita com vício. CPF Nome Processo

144.361.937- 05 CARLOS LOBO GUIMARÃES 10768.007632/2010-66

Art. 2º - Este ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO entrará em vigor na data de sua publicação.

FERNANDA FREIRE VIRGENS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 33, DE 15 DE MARÇO DE 2011

Declara e Comunica a Inaptidão de empresa no CNPJ, nos termos da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010 (publicada no D.O.U. de 09/02/2010).

A Delegada Adjunta da Receita Federal do Brasil no Rio de Janeiro I, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2010, e considerando o estabelecido nos arts. 9º; 39, inciso II; 41, inciso II e § 2º, da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010, tendo em vista ainda o que consta do Processo Administrativo Fiscal Nº 12897.000121/2010-73, resolve:

Art. 1º - Declarar INAPTA perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica a sociedade empresária QUAITE CORRETORA DE SEGUROS DE VIDA S/A, CNPJ nº 40.363.095/0001-22, por não ter sido localizada no endereço constante do cadastro CNPJ, e por não terem seus sócios atendido intimações para regularização da situação cadastral, na forma prevista em lei.

Art. 2º - Este ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos constantes do art. 44, da supracitada Instrução Normativa.

FERNANDA FREIRE VIRGENS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 34, DE 15 DE MARÇO DE 2011

Declara a inaptidão da inscrição da sociedade perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

A DELEGADA ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2010, com base nos artigos 81 e 82 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e nas disposições contidas na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 1005, de 08 de fevereiro de 2010, resolve:

Art. 1º - Tornar inapta a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da sociedade FIRST DO BRASIL PETRÓLEO LTDA, CNPJ nº 01.951.918/0001-89, conforme artigo 39, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1005, de 2010.

A presente declaração de inaptidão baseia-se na falta de regularização cadastral e no não atendimento à intimação constante do Edital nº 355, de 07 Dezembro de 2009, publicado no Diário Oficial da União nº 235, de 09 de Dezembro de 2009, página 80/81, Seção 3, constatando-se a inexistência de fato do contribuinte, e a sua não localização no endereço constante do cadastro de CNPJ desta RFB, de acordo com o art. 39, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1005, de 2010, e em conformidade com os registros contidos no processo administrativo nº. 12898.001211/2009-38.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDA FREIRE VIRGENS

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 2 DE MARÇO DE 2011

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições, estabelecidas no artigo 295, inciso IX, da Portaria MF nº 587, de 21/12/2010, e tendo em vista o que consta no processo nº 10074.001751/2010-13, declara a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por um prazo de 02 (dois) anos da empresa ALESSANDRA DE AZEVEDO - ME, CNPJ nº 12.419.781/0001-32, por descumprimento do item 9.1 do Edital de Leilão nº 002/2010, publicado no DOU nº 216, de 11 de novembro de 2010, com fundamento no artigo 87, inciso III, da Lei 8.666/93.

RICARDO TRAVESEDO NETO

8ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 23, DE 14 DE MARÇO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições regimentais e da competência estabelecida no art. 25 da Portaria RFB nº 2.438, de 21 de dezembro de 2010, nos termos e condições desta mesma norma e à vista do que consta do processo nº 10880.020525/97-44, declara:

1. Fica alterado o item 1 do Ato Declaratório SRRF/8ªRF nº 04, de 17 de janeiro de 2000, publicado no D.O.U. de 19 de janeiro de 2000 e retificado no D.O.U. de 03 de janeiro de 2003 - Seção 1 - pág. 9, que passa a viger com a seguinte redação:

"1. Alfandegada, até 08 de março de 2018, a área de 47.451,00 m² do imóvel situado à Rodovia Senador José Ermírio de Moraes, km 10,2 - Sorocaba/SP, compreendendo 14.466,00 m² de área coberta de armazém e 32.985,00 m² de área de pátio, tráfego e administração, local autorizado a operar como Porto Seco, cuja prestação de serviços foi permitida à empresa AURORA TERMINAIS E SERVIÇOS LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.777.936/0001-96, conforme o procedimento licitatório contido no processo em epígrafe e com o Contrato de Permissão firmado em 20 de fevereiro de 1998 e seu terceiro Termo Aditivo firmado em 14 de maio de 2008".

2. Permanecerem inalterados e em vigor os demais itens do referido Ato Declaratório SRRF/8ªRF nº 04/2000.

3. Fica revogado o Ato Declaratório Executivo SRRF08 nº 63, de 06 de agosto de 2007, publicado no D.O.U. de 13 de agosto de 2007.

4. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCELO BARRETO DE ARAÚJO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINAS SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 18 DE MARÇO DE 2011

Declara a empresa que menciona excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES NACIONAL, instituído pela Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

O CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 3º da Portaria de Atribuições dos Setores nº 09 de 09 de Janeiro de 2.009, da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campinas, publicada no Diário Oficial da União de 13 de janeiro de 2009, declara:

Art. 1º - Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES NACIONAL - (Lei Complementar 123/2006), no período de 01/07/2007 a 31/12/2008, a empresa abaixo identificada, pela ocorrência da situação excludente conforme a seguir:

Razão Social:	AFLA CAMP COMÉRCIO E SERVIÇOS DE DESPACHOS LTDA - EPP
CNPJ:	05.166.364/0001-60
Endereço:	RUA BARÃO DE PARANAPANEMA, 499, BOSQUE, CAMPINAS/SP
Descrição da situação excludente:	Falta de escrituração do livro-caixa ou não permitir a identificação da movimentação financeira, inclusive bancária.
Período Excluído:	No período de 01/07/2007 a 31/12/2008.
Fundamentação legal da exclusão:	inciso VIII do art 29 da Lei Complementar 123, de 14/12/2006.

Art. 2º - Poderá o contribuinte, dentro do prazo de trinta dias deste Ato Declaratório Executivo, manifestar sua inconformidade, por escrito, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos do Artigo 196, parágrafo único do RIR/99, relativamente ao procedimento acima, à Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Campinas.

Art. 4º. - Não havendo manifestação no prazo previsto no artigo anterior, a exclusão do SIMPLES NACIONAL tornar-se-á definitiva.

AMILCAR PIERONI JUNIOR

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUNDIAÍ

RETIFICAÇÃO

No ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 3 DE MARÇO DE 2011, publicado no Diário Oficial da União de 11 de março de 2011, Seção 1, página 15:

Onde se lê, "CNPJ nº 60.387.925/0001-40",

Leia-se, "CNPJ nº 60.387.925/0002-40".

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIBEIRÃO PRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 50, DE 17 DE MARÇO DE 2011

Divulga enquadramento de bebidas, segundo o regime de tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados de que trata o art. 1o da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIBEIRÃO PRETO-SP, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 5o da Instrução Normativa RFB nº 866, de 06 de agosto de 2008, publicada no D.O.U. de 07/08/2008, e tendo em vista o disposto nos arts. 149 e 150 do Decreto nº 4.544, de 26 de dezembro de 2002 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (RIPI, alterados pelo Decreto nº 4.859, de 14 de outubro de 2003, pelo Decreto nº 6.158, de 16 de julho de 2007, e pelo Decreto nº 6.501, de 2 de julho de 2008), no Decreto nº 6.520, de 30 de julho de 2008, e no Decreto nº 6.588, de 1º de outubro de 2008, declara:

Art. 1º -Os produtos relacionados neste Ato Declaratório Executivo (ADE), para efeito de cálculo e pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), de que trata o art. 1o da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, passam a ser classificados ou ter sua classificação alterada conforme Anexo Único.

Art. 2º - Os produtos referidos no art. 1o, acondicionados em recipientes de capacidade superior a 1.000 ml (um mil mililitros), estão sujeitos à incidência do IPI, proporcionalmente ao que for estabelecido no enquadramento para o recipiente de capacidade de 1.000 ml (um mil mililitros), arredondando-se para 1.000 ml (um mil mililitros) a fração residual, se houver, conforme disposto no §7o do art. 150 do Decreto nº 4.544, de 26 de dezembro de 2002 (RIPI).

Art. 3º - As classes de enquadramento previstas neste ADE, salvo nos casos expressamente definidos, referem-se a produtos comercializados em qualquer tipo de vasilhame.

Parágrafo Único. Para as marcas de vinho comum ou de consumo corrente, comercializadas em vasilhame retornável, o enquadramento do produto dar-se-á em classe imediatamente inferior à constante deste ADE, observada a classe mínima a que se refere o inciso I do §2o do art. 150 do RIPI.

Art. 4º - As classes de enquadramento previstas neste ADE aplicam-se aos produtos fabricados no País, exceto quanto aos produtos do código 2208.30 da TIPI que observarem o disposto no §2o do art. 152 do RIPI.

Art. 5º - Este ADE entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 18 de março de 2011.

JOSÉ CÉSAR AGOSTINHO COSTA

ANEXO ÚNICO

Classificação de produtos para efeito de cálculo e pagamento de IPI

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
46.938.510/0001-05	COQUETEL DE FERMENTADO DE CANA E MARACUJA	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	I
46.938.510/0001-05	RECORD - COQUETEL DE FERMENTADO DE CANA E MARACUJA	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	I
46.938.510/0001-05	RECORD - COQUETEL DE FERMENTADO DE CANA E MARACUJA	De 376ml até 670ml	2206.00.90 Ex 01	G
46.938.510/0001-05	RECORD - COQUETEL DE FERMENTADO DE CANA E ABACAXI	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	I
46.938.510/0001-05	RECORD - COQUETEL DE FERMENTADO DE CANA E ABACAXI	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	I
46.938.510/0001-05	RECORD - COQUETEL DE FERMENTADO DE CANA E ABACAXI	De 376ml até 670ml	2206.00.90 Ex 01	G
46.938.510/0001-05	RECORD - COQUETEL DE FERMENTADO DE CANA E PESSEGO	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	I
46.938.510/0001-05	RECORD - COQUETEL FERMENTADO DE CANA E PESSEGO	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	I
46.938.510/0001-05	RECORD - COQUETEL FERMENTADO DE CANA E PESSEGO	De 376ml até 670ml	2206.00.90 Ex 01	E
46.938.510/0001-05	RECORD - COQUETEL DE FERMENTADO DE CANA E MILHO	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	H
46.938.510/0001-05	RECORD - COQUETEL DE FERMENTADO DE CANA E MILHO	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	H
46.938.510/0001-05	RECORD - COQUETEL FERMENTADO DE CANA E MILHO	De 376ml até 670ml	2206.00.90 Ex 01	E
46.938.510/0001-05	RECORD - COQUETEL DE FERMENTADO DE CANA E MENTA	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	H
46.938.510/0001-05	RECORD - COQUETEL DE FERMENTADO DE CANA E MENTE	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	H
46.938.510/0001-05	RECORD - COQUETEL DE FERMENTADO DE CANA E MENTA	De 376ml até 670ml	2206.00.90 Ex 01	E
46.938.510/0001-05	RECORD - COQUETEL DE FERMENTADO DE CANA E CANELA	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	H
46.938.510/0001-05	RECORD - COQUETEL DE FERMENTADO DE CANA E CANELA	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	H
46.938.510/0001-05	RECORD - COQUETEL DE FERMENTADO DE CANA E CANELA	De 376ml até 670ml	2206.00.90 Ex 01	E
46.938.510/0001-05	RECORD - COQUETEL DE FERMENTADO DE CANA E CACAU	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	H
46.938.510/0001-05	RECORD - COQUETEL DE FERMENTADO DE CANA E CACAU	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	H
46.938.510/0001-05	RECORD - COQUETEL DE FERMENTADO DE CANA E CACAU	De 376ml até 670ml	2206.00.90 Ex 01	E
46.938.510/0001-05	RECORD - COQUETEL FERMENTADO DE CANA E MEL	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	H
46.938.510/0001-05	RECORD - COQUETEL DE FERMENTADO DE CANA E MEL	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	H
46.938.510/0001-05	RECORD - COQUETEL FERMENTADO DE CANA E MEL	De 376ml até 670ml	2206.00.90 Ex 01	E
49.235.583/0001-29	JURUBIKA	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	H
49.235.583/0001-29	COQUETEL JURUBIKA	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	H
49.235.583/0001-29	COQUETEL JURUBICA	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	H
56.925.019/0001-01	FELINA	De 376ml até 670ml	2206.00.90	C
56.925.019/0001-01	YAKOV	De 671ml até 1000ml	2208.60.00	L
56.925.019/0001-01	YAKOV	De 671ml até 1000ml	2208.60.00	L

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 18 DE MARÇO DE 2011

Restabelece a inscrição no Registro de Despachantes Aduaneiros

O INSPETOR - CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO, no uso das atribuições pelo art. 295 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010 e tendo em vista o disposto no art. 810, § 3ºdo Decreto 6.759 de 2009, resolve:

Restabelecer no Registro de Despachantes Aduaneiros, em razão de decisão proferida pela Justiça Federal de 1º Grau, 1ª Subseção Judiciária em São Paulo, 16ª Vara Cível, no Mandato de Citação e Intimação nº 0016.2011.00425, Processo nº 0003487-06.2011.403.6100, que deferiu parcialmente a antecipação da tutela para suspender os efeitos da portaria nº08 da Superintendência da 8ª Região Fiscal da Receita Federal do Brasil, publicada no Diário Oficial da União no dia 04/03/2011, seção 2, página 29, a seguinte inscrição:

Despachante: ADERBAL MENDES DOS SANTOS
CPF nº: 129.700.448-54
Inscrição nº 8D.02.988
Processo nº: 10314.001297/99-45

JOSÉ PAULO BALAGUER

9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 46, DE 17 DE MARÇO DE 2011

Concede, à pessoa jurídica diretamente contratada por titular de projeto aprovado para implantação de obras de infra-estrutura no setor de energia, co-habilitação para aderir ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488 de 15 de junho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA-PR, no uso da atribuição que lhe confere o art. 11 da Instrução Normativa RFB no 758, de 25 de julho de 2007, e tendo em vista que a interessada é contratada diretamente por titular do projeto aprovado pela Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 880, de 4 de novembro 2010, e ainda o que consta do processo administrativo no 10980.004454/2010-05, declara:

Art. 1º Declarar co-habilitada no Regime Especial (Reidi) a pessoa jurídica CR ALMEIDA S/A ENGENHARIA DE OBRAS, inscrita no CNPJ sob o no 33.059.908/0001-20, para utilização da suspensão do PIS/Pasep e da COFINS nas aquisições no mercado interno ou nas importações, de que trata o art. 2º do Decreto nº 6.144, de 2007, destinadas a construção da Usina Hidrelétrica UHE Colíder, a ser construída nos municípios de Cláudia, Colíder, Itaúba e Nova Canaã do Norte, no Estado do Mato Grosso.

Art. 2º Nos casos de aquisição com suspensão do PIS e da COFINS, a pessoa jurídica vendedora ou prestadora de serviços deve fazer constar na nota fiscal, conforme determina o art. 11 do Decreto nº 6.144, de 2007:

1) O número da portaria ministerial que aprovou o projeto;

2) O número do ato declaratório que concedeu a co-habilitação ao REIDI à empresa adquirente; e,

3) Conforme o caso, a expressão:

a) "Venda de bens com suspensão do PIS/Pasep e da COFINS - Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, art. 2º, inciso I"; ou,

b) "Venda de serviços com suspensão do PIS/Pasep e da COFINS - Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, art. 2º, inciso I".

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

ARTHUR CEZAR ROCHA CAZELLA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 46, DE 15 DE MARÇO DE 2011

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU-PR, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo artigo 26, inciso II e §§, da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 200, de 13 de setembro de 2002, resolve:

Artigo único. Declarar nula a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) abaixo identificada, desde a data de sua abertura, tendo em vista a constatação de vício para essa inscrição conforme apurado no respectivo processo administrativo fiscal.

CONTRIBUINTE	CNPJ	PROCESSO	DATA DE ABERTURA
V J SANTOS ELETRONICA ME	01.106.018/0001-35	10945.001496/2008-98	25/03/1996

RAFAEL RODRIGUES DOLZAN

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PONTA GROSSA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 16 DE MARÇO DE 2011

Divulga enquadramento de bebidas, segundo o regime de tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE PONTA GROSSA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 307 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010 e da competência delegada pela Portaria RFB nº 1.069, de 04 de julho de 2008, e tendo em vista o disposto nos artigos 209 e 210 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (RIPI) e no artigo 5º da IN RFB nº 866, de 06 de agosto de 2008, declara:

Art. 1º - Os produtos relacionados neste Ato Declaratório Executivo (ADE), para efeito de cálculo e pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, passam a ser classificados ou a ter sua classificação alterada conforme Anexo Único.

Art. 2º - Os produtos referidos no art. 1º, acondicionados em recipientes de capacidade superior a mil mililitros, desde que autorizada a sua comercialização nessas embalagens, estão sujeitos ao imposto proporcionalmente ao que for estabelecido no enquadramento para o recipiente de capacidade de mil mililitros, arredondando-se para mil mililitros a fração residual, se houver, conforme disposto no § 9º do art. 210 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (RIPI).

Art. 3º - As classes de enquadramento previstas neste ADE, salvo nos casos expressamente definidos, referem-se a produtos comercializados em qualquer tipo de vasilhame.

Art. 4º - As classes de enquadramento previstas neste ADE aplicam-se apenas aos produtos fabricados no País, exceto quanto aos produtos do código 2208.30 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006, que observarem o disposto no § 2º do art. 211 do RIPI.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO LUIS HORN

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO ÚNICO

Enquadramento de produtos para efeito de cálculo e pagamento do IPI

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
09.162.866/0001-73	PORTO BRAZOS (Fermentado)	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	J
09.162.866/0001-73	PORTO BRAZOS (Licor)	De 376ml até 670ml	2208.70.00	P
09.162.866/0001-73	PORTO BRAZOS (Licor)	De 181ml até 375ml	2208.70.00	M
09.162.866/0001-73	PORTO BRAZOS (Aguardente)	De 376ml até 670ml	2208.90.00	Q
09.162.866/0001-73	PORTO BRAZOS (Aguardente)	De 181ml até 375ml	2208.90.00	N

10ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DO RIO GRANDE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DO RIO GRANDE, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 810, § 3º do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, resolve:

1. INCLUIR no Registro de Despachantes Aduaneiros as seguintes pessoas:

Nº REGISTRO	NOME	CPF
10D.02.014	Marcelo Batista Holz	994.132.640-15
10D.02.015	Marcel Veleda Bernardes	000.620.640-96

2. CANCELAR a inscrição no Registro de Ajudante de Despachantes Aduaneiros, em razão da inclusão no Registro de Despachantes Aduaneiros, das seguintes pessoas

Nº REGISTRO	NOME	CPF
10A.03.485	Marcelo Batista Holz	994.132.640-15
10A.03.829	Marcel Veleda Bernardes	000.620.640-96

Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

MARCO ANTÔNIO DE ALMEIDA MEDEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DO RIO GRANDE, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 810, § 4º do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, resolve:

INCLUIR no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro as seguintes pessoas:

Nº REGISTRO	NOME	CPF
10A.04.400	Priscila de Souza Alves	025.868.790-82
10A.04.401	Richard Aquino Machado	019.267.220-78
10A.04.402	Rafael de Avila Dasso	027.532.650-03

Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

MARCO ANTÔNIO DE ALMEIDA MEDEIROS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL

RETIFICAÇÕES

No Ato Declaratório Executivo nº 31, publicado no DOU de 18/03/2011, seção 1, página 32:
Onde se lê: "ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 31 DE 17 DE JANEIRO DE 2011"
Leia-se: "ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 31 DE 17 DE MARÇO DE 2011".

No Ato Declaratório Executivo nº 30, publicado no DOU de 18/03/2011, seção 1, página 32:
Onde se lê: "ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 30 DE 17 DE JANEIRO DE 2011"
Leia-se: "ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 30 DE 17 DE MARÇO DE 2011".

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 18 DE MARÇO DE 2011

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 810, § 4º do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, resolve:

INCLUIR no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro as seguintes pessoas:

Nº REGISTRO	NOME	CPF
10A.04.398	Olga de Vargas Veiga	293.320.100-30
10A.04.403	Samanta Schmidt Mendes	017.022.440-67
10A.04.404	Marcio Silveira Pereira	688.958.870-34
10A.04.405	Catia Susana dos Santos	933.880.200-00
10A.04.410	Daniel Ivanowski da Silva	000.209.440-12

Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

ARNALDO DIEFENTHAELLER DORNELLES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 18 DE MARÇO DE 2011

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 810, § 3º do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, resolve:

1. INCLUIR no Registro de Despachantes Aduaneiros as seguintes pessoas:

Nº REGISTRO	NOME	CPF
10D.02.011	Rudinei de Souza	565.622.170-91
10D.02.016	Júlio César dos Santos Silva	001.652.840-99
10D.02.024	Roseli Rodrigues Pagano	754.805.570-68
10D.02.026	Alexandre Basso Leites	819.424.270-34

2. CANCELAR a inscrição no Registro de Ajudante de Despachantes Aduaneiros, em razão da inclusão no Registro de Despachantes Aduaneiros, das seguintes pessoas

Nº REGISTRO	NOME	CPF
10A.03.486	Rudinei de Souza	565.622.170-91
10A.01.953	Júlio César dos Santos Silva	001.652.840-99
10A.03.602	Roseli Rodrigues Pagano	754.805.570-68
10A.03.864	Alexandre Basso Leites	819.424.270-34

Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

ARNALDO DIEFENTHAELLER DORNELLES

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 18 DE MARÇO DE 2011

Divulga o valor do dólar dos Estados Unidos da América para efeito da apuração da base de cálculo do imposto sobre a renda, no caso de rendimentos recebidos de fontes situadas no exterior, no mês de abril de 2011.

O COORDENADOR-GERAL DE TRIBUTAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso V do art. 286 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto nos arts. 5º e 6º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, declara:

Artigo único. Para efeito da apuração da base de cálculo do imposto sobre a renda, no caso de rendimentos recebidos de fontes situadas no exterior:

I - os rendimentos em moeda estrangeira que forem recebidos no mês de abril de 2011, bem assim o imposto pago no exterior, serão convertidos em reais mediante a utilização do valor do dólar dos Estados Unidos da América fixado para compra no dia 15/03/2011, cujo valor corresponde a R$ 1,6684;

II - as deduções que serão permitidas no mês de abril de 2011 (incisos II, IV e V do art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995) serão convertidas em reais mediante a utilização do valor do dólar dos Estados Unidos da América fixado para venda no dia 15/03/2011, cujo valor corresponde a R$ 1,6692.

FERNANDO MOMBELLI

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS CONTÁBEIS E DE AUDITORIA

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.589, DE 18 DE MARÇO DE 2011

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM Nº 176, de 03 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do artigo 12 das Normas contidas na Instrução CVM Nº 308, de 14 de maio de 1999, declara REGISTRADO na Comissão de Valores Mobiliários, a partir de 28/12/2010, com a nova denominação social e autorizado a exercer a atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, de acordo com as Leis Nºs 6385/76 e 6404/76, o Auditor Independente a seguir referido:

Auditor Independente - Pessoa Jurídica
Nova Denominação Social
CONSULTING NEWS - AUDITORES INDEPENDENTES
CNPJ: 03.191.208/0001-23
Anterior Denominação Social
CONSULTING NEWS AUDITORES INDEPENDENTES S/C
CNPJ: 03.191.208/0001-23

JOSÉ CARLOS BEZERRA DA SILVA
Em exercício

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

RETIFICAÇÃO

Na Circular SUSEP nº 420, de 15 de março de 2011, publicada no DOU de 16 de março de 2011, seção 1, páginas 30 e 31, no art. 2º, onde se lê:

"Art. 2º Alterar o inciso I do artigo 1º do anexo I à Circular SUSEP nº 376, de 25 de novembro de 2008, que passa a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 1º ...

.....

I - empresa promotora do evento: a pessoa jurídica que adquire títulos de capitalização para utilização em promoções comerciais individuais ou coletivas a título de propaganda para alavancar atividades que integrem seu objeto social ou propósito institucional.

....."'

Leia-se:

"Art. 2º Alterar o inciso I do artigo 1º do anexo I à Circular SUSEP nº 376, de 25 de novembro de 2008, que passa a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 1º ...

.....

I - empresa promotora do evento: a pessoa jurídica que adquire títulos de capitalização para utilização em promoções comerciais individuais ou coletivas a título de propaganda para alavancar as vendas de seus produtos ou aquisição de seus serviços.

....."'

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
1ª SEÇÃO

EMENTÁRIO

Processo nº 10320.000415/2005-37
Recurso nº 150.760 Voluntário
Acórdão nº 1201-00.006 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 11 de março de 2009
Matéria IRPJ E OUTRO - Ex(s): 2001 a 2004
Recorrente LOJAS PLANALTO LTDA
Recorrida 3° TURMA DA DRJ-FORTALEZA/CE
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ
Ano-calendário: 2001, 2002, 2003, 2004
NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO. REQUISITOS ESSENCIAIS.
Tendo sido regularmente oferecida a ampla oportunidade de defesa, com a devida ciência do auto de infração, e não provada violação das disposições previstas na legislação de regência, restam insubsistentes as alegações de nulidade do auto de infração e do procedimento Fiscal.
LUCRO ARBITRADO. RECEITA BRUTA NÃO CONHECIDA.
Constatado que os valores tidos como receitas não refletem a efetiva receita, o lucro arbitrado pode ser mensurado por outros critérios, entre os quais está o valor das compras efetuadas no mês.
MULTA DE OFICIO QUALIFICADA.
A prática reiterada de omissão de receitas aliada a declaração falsa de inatividade conduz necessariamente ao preenchimento automático das condições previstas nos arts. 71 72 e 73 da Lei n° 4.502, de 1964, sendo cabível a duplicação do percentual da multa de que trata o inciso I do art.44 da Lei n°9.430/96, com nova redação dada pela Medida Provisória n°351, de 22 de janeiro de 2007.
TRIBUTAÇÃO REFLEXA. Estende-se aos lançamentos decorrentes, no que couber, a decisão prolatada no lançamento matriz, em razão da intima relação de causa e efeito que os vincula.
Preliminar Rejeitada
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os Membros do colegiado, por unanimidade de votos, rejeitarem a preliminar de nulidade. Por maioria de votos, negar provimento ao recurso, vencido o Conselheiro Carlos Pelá que dava provimento apenas para desqualificar a multa, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.
--
Processo nº 13971.001705/2007-93
Recurso nº 164.730 Voluntário
Acórdão nº 1201-00.007 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 11 de março de 2009
Matéria SIMPLES - Ex(s): 2002
Recorrente AMARILDO FERRARI - ME
Recorrida 3ª TURMA/DAI-FLORIANÓPOLIS/SC
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ
Ano-calendário: 2001
PRAZO DECADENCIAL. DOLO FRAUDE OU SIMULAÇÃO.
A existência de dolo, fraude ou simulação na conduta do contribuinte impõe que o termo inicial do prazo decadencial de 5 anos para constituição de créditos referentes ao IRPJ e Contribuições, submetido a lançamento por homologação, seja deslocado da ocorrência do fato gerador para o primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento já poderia ter sido efetuado.
QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO VIA ADMINISTRATIVA - ACESSO AS INFORMAÇÕES BANCÁRIAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - É lícito ao fisco, mormente após a edição da Lei Complementar no. 105, de 2001, examinarmos informações relativas ao contribuinte, constantes de documentos, livros e registros de instituições financeiras e de entidades a elas equiparadas, inclusive os referentes a contas de depósitos e de aplicações financeiras, quando houver procedimento de fiscalização em curso e tais exames forem considerados indispensáveis, independentemente de autorização judicial. O teor do que dispõe o art. 144, § 1° do Código Tributário Nacional, as leis tributárias procedimentais ou formais têm aplicação imediata, ao passo que as leis de natureza material só alcançam fatos geradores ocorridos durante a sua vigência. Norma que permite a utilização de informações bancárias para fins de apuração e constituição de crédito tributário, por envergar natureza procedimental, tem aplicação imediata, alcançando mesmo fatos pretéritos.
DEPÓSITOS BANCÁRIOS. ORIGEM. COMPROVAÇÃO. PRESUNÇÃO DE OMISSÃO DE RECEITA. Para os fatos geradores ocorridos a partir de 01/01/97, a Lei n° 9.430/96, em seu art. 42, autoriza a presunção de omissão de receitas com base nos valores depositados em conta bancária para os quais o titular, regularmente intimado, não comprove, mediante documentação A hábil e idônea, a origem dos recursos utilizados nessas operações.
ARBITRAMENTO DO LUCRO. Cabe o arbitramento do lucro, com fundamento no art. 47, inciso III, da Lei n° 8.981/95, na situação em que a contribuinte regularmente intimada a apresentar os livros e documentos de sua escrituração, deixa de apresentá-los.
INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI-0 Primeiro Conselho de Contribuintes não é competente para se pronunciar sobre a inconstitucionalidade de lei tributária. (Súmula 1° CC n° 2)
TRIBUTAÇÃO REFLEXA. Estende-se aos lançamentos decorrentes, no que couber, a decisão prolatada no lançamento matriz, em razão da intima relação de causa e efeito que os vincula.
Preliminar Afastada.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto pela AMARILDO FERRARI - ME.
ACORDAM os Membros da 2ª câmara / 1ª turma ordinária da primeira
SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, AFASTAR as preliminares de nulidade e decadência e, no mérito, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.
--
Processo nº 19515.000059/2005-49
Recurso nº 156.897 Voluntário
Acórdão n° 1201-00.018 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 12 de março de 2009
Matéria IRPJ E OUTROS - Ex(s): 2003
Recorrente ROCA CALÇADOS LTDA.
Recorrida 1ª TUR1VIA/DRJ-SÃO PAULO/SP I
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ
Ano-calendário: 2003
NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO. REQUISITOS ESSENCIAIS.
Tendo sido regularmente oferecida a ampla oportunidade de defesa, com a devida ciência do auto de infração, e não provada violação das disposições previstas na legislação de regência, restam insubsistentes as alegações de nulidade do auto de infração e do procedimento Fiscal.
MULTA DE LANÇAMENTO DE OFICIO - MULTA QUALIFICADA - A multa qualificada de 150% só tem lugar quando comprovado o evidente intuito de fraude ou dolo.
MULTA DE OFICIO. AGRAVAMENTO.
O agravamento da multa de oficio pelo atraso ou não atendimento de intimações e pedidos de esclarecimentos só tem aplicação quanta efetivamente demonstrada a recusa ou efetivo prejuízo ao procedimento fiscal.
OMISSÃO DE RECEITAS. RECEITAS NÃO ESCRITURADAS.
As receitas não escrituradas, omitidas na declaração simplificada e não oferecidas à tributação devem ser computadas na base de cálculo dos tributos a que estiverem sujeitas.
JUROS DE MORA- SELIC - A partir de 1° de abril de 1995, os juros moratórios incidentes sobre débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal são devidos, no período de inadimplência, à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC para títulos federais (Súmula 1° CC n° 4).
TRIBUTAÇÃO REFLEXA. Estende-se aos lançamentos decorrentes, no que couber, a decisão prolatada no lançamento matriz, em razão da íntima relação de causa e efeito que os vincula.
Recurso Voluntário Provido em Parte.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por maioria de votos, darem provimento ao recurso para afastar o agravamento e a qualificação da multa, vencido a Conselheira Adriana Gomes Rego que mantinha a qualificação, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.
--
Processo nº 11020.002095/98-52
Recurso nº 150.273 Voluntário
Acórdão n° 1201-00. 019 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 12 de março de 2009
Matéria IRPJ - Ex(s): 1998
Recorrente PLÁSTICOS PISANI S.A.
Recorrida 5ª TURMA/DRJ-PORTO ALEGRE/RS
ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL
Ano-calendário: 1997
NULIDADE. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. FALTA DE
DEMONSTRATIVOS. Inexiste o alegado cerceamento de direito de defesa uma vez que constam no processo os demonstrativos das compensações homologadas e não-homologadas, tendo deles a interessada tomado ciência; bem assim constam no despacho decisório as razões de fato e a fundamentação legal para a não-homologação da compensação.
PEDIDO DE SUSPENSÃO DE EXIGIBILIDADE. DESCONHECIMENTO.
Desconhece-se do pedido de suspensão de exigibilidade por se tratar de matéria estranha à lide.
PERÍCIA. PRESCINDIBILIDADE. INDEFERIMENTO. Indefere-se a perícia, por tratar-se de matéria para cuja apreciação os julgadores deste Colegiado têm competência técnica, sendo, portanto, prescindível, mormente quando todos os itens são respondidos no presente Voto.
ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO
Ano-calendário: 1997
SALDO NEGATIVO DE IRPJ. DIREITO CREDITÓRIO. VALOR. Atendeis em parte a solicitação, para reconhecer à interessada um direito creditório derivado do saldo negativo de 1RPJ, no valor de R$ 403.688,76, apurado na declaração de rendimentos do ano-calendário de 1997.
COMPENSAÇÃO. HOMOLOGAÇÃO. Atende-se a solicitação da interessada, uma que vez que ficou caracterizada a existência de direito creditório suficiente para dar cobertura aos pedidos de compensação objeto deste processo.
Preliminar Rejeitada.
Recurso Voluntário Provido em Parte.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por PLÁSTICOS PISANI S.A.
ACORDAM os Membros da 2ª câmara /1ª turma ordinária da primeira SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, REJEITAREM o pedido de perícia e os preliminares suscitados, NÃO CONHECER do pedido de suspensão de exigibilidade de débitos e, no mérito, DAR provimento PARCIAL ao recurso para reconhecer o crédito tributário, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.
--
Processo n° 10925.001569/99-09
Recurso n° 157.829 Voluntário
Acórdão n° 1201-00.020 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 12 de março de 2009
, Matéria IRPJ
Recorrente PITOL CALÇADOS E CONFECÇÕES LTDA.
Recorrida 4ª TURMA DA DRJ-FORTALEZA-CE
Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário
Ano-calendário: 1995, 1996, 1997
Ementa: NULIDADE. INÉRCIA. 60 (SESSENTA) DIAS.
DESCONTINUIDADE DA AÇÃO FISCAL. ESPONTANEIDADE. Rejeitasse
a preliminar que se consubstancia extrapolação do prazo de 60 (sessenta) dias previsto no parágrafo 2° do art. 7°, do Decreto n° 70.235/72 quando se evidencia nos autos que essa descontinuidade não existiu.
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ
Ano-calendário: 1995, 1996, 1997
Ementa: INVENTÁRIO FINAL. A falta de mercadorias apurada em inventário final, caracteriza omissão de receitas.
TRIBUTAÇÃO REFLEXA. Estende-se aos lançamentos decorrentes, no que couber, a decisão prolatada no lançamento matriz, em razão da íntima relação de causa e efeito que os vincula.
Recurso Voluntário Negado
Crédito Tributário Mantido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, rejeitarem a preliminar de nulidade e, no mérito, negar provimento ao recurso voluntário, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.
--
Processo nº 10825.002067/00-01
Recurso nº 148.548 Embargos
Acórdão nº 1201-00.028 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 13 de março de 2009
Matéria IRPJ E OUTROS - Ex(s): 1999
Embargante 5ª TURMA/DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP
Interessado J.M. LUBRIFICANTES E PEÇAS PARA VEÍCULOS LTDA.
ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO
Ano-calendário: 1998
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO. EXISTÊNCIA.
Havendo contradição no julgado, cabível a apresentação de embargos de declaração de forma a saneá-lo.
OMISSÃO DE RECEITAS. SALDO CREDOR DE CAIXA - Mantida a omissão de receitas oriundas da não contabilização de aluguel recebido esta mesma receita deve integrar a recomposição do caixa, reduzindo o saldo credor, de forma a evitar a cobrança em duplicidade oriunda da mesma receita.
LANÇAMENTO DECORRENTE. PIS-COFINS-. CSLL - Pela relação de causa e efeito, aplica-se ao lançamento decorrente o mesmo decidido quanto àquele do qual decorre, se não houver elemento de prova novo ou argüição de matéria específica.
Embargos Acolhidos.
Vistos, relatados e discutidos os presentes embargos de declaração.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, acolherem os embargos de declaração para re-ratificar o Acórdão n° 103-23. 484, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.
--
Processo nº 19647.012597/2005-81
Recurso nº 158.300 Voluntário
Acórdão nº 1201-00.029 - 2ª Câmara /1ª Turma Ordinária
Sessão de 13 de março de 2009
Matéria IRPJ E OUTROS - Ex(s): 2001
Recorrente COMERCIAL ALDEIA LTDA.
Recorrida 4ª TURMA/DRI-RECEFE/PE
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ
Período de apuração: 31/08/2000 a 31/12/2000
DIFERENÇA DE BASE DE CÁLCULO.
Tendo a contribuinte declarado valores de receita bruta inferiores aos constantes do livro de apuração do ICMS, procede a cobrança dos impostos e contribuições componentes do SIMPLES calculados sobre a diferença não declarada.
INSUFICIÊNCIA DE RECOLHIMENTO.
Cobra-se através de lançamento de ofício as diferenças apuradas relativas a recolhimentos ou valores declarados a menor em face de utilização de alíquota inferior.
EXTRAVIO DOCUMENTOS. PROVIDÊNCIAS LEGAIS. Ocorrendo extravio, deterioração ou destruição de livros, fichas, documentos ou papéis de interesse da escrituração, a pessoa jurídica fará publicar, em jornal de grande circulação do local de seu estabelecimento, aviso concernente ao fato e deste dará minuciosa informação, dentro de quarenta e oito horas, ao órgão competente do Registro do Comércio, remetendo cópia da comunicação ao órgão da Secretaria da Receita Federal de sua jurisdição.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

JUROS DE MORA- SELIC - A partir de 1° de abril de 1995, os juros moratórios incidentes sobre débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal são devidos, no período e inadimplência, à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC para títulos federais (Súmula 1° CC n° 4).

TRIBUTAÇÃO REFLEXA. SIMPLES - PIS - COFINS - CSLL. Estende-se aos lançamentos decorrentes, no que couber, a decisão prolatada no lançamento matriz, em razão da íntima relação de causa e efeito.

Recurso Voluntário Negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto pela COMERCIAL ALDEIA LTDA.

ACORDAM os Membros da 2ª câmara / 1ª turma ordinária da primeira

SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, NEGAREM provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

--

Processo nº 10283.006944/2004-57
Recurso nº 162.062 Embargos
Acórdão nº 1201-00.035 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 12 de maio de 2009
Matéria CSLL
Embargante PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL
Interessado AMAPOLY INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
Assunto: Processo Administrativo Fiscal
Ano-calendário: 1999, 2000, 2001

Ementa:.EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - OMISSÃO - RECURSO DE OFICIO Caracterizada a omissão no acórdão que não examinou o recurso de oficio, devem ser acolhidos os embargos interpostos.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Liquida - CSLL

Ano-calendário: 1999

CSLL. DIFERENÇA DE ALIQUOTAS - É de cancelar o lançamento com erro na aplicação de alíquota sobre a base de cálculo Nos termos do disposto no artigo 3° da IN/SRF n° 81, de 1999, o contribuinte, em se tratando de apuração anual, só deveria calcular a CSLL por estimativa com a alíquota de 12% a partir de maio de 1999 e não durante todo o ano-calendário.

(RECURSO VOLUNTÁRIO E DE OFICIO)

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LIQUIDA - CSLL

Ano-calendário: 1999, 2000, 2001

CSLL. FALTA DE RECOLHIMENTO.

É improcedente o lançamento referente à falta de recolhimento da CSLL quando os sistemas informatizados da Receita Federal comprovam que o sujeito passivo recolheu os valores que lhe estão sendo cobrados de oficio, mas que por lapso não foram informados em DCTF.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em acolher os embargos de declaração para ratificar o Acórdão 103-23.596 de 15/10/2008, no sentido de em negar provimento ao recurso de oficio, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo nº 10860.002143/2001-79
Recurso nº 146.321 Voluntário
Acórdão nº 1201-00.042 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 13 de maio de 2009
Matéria IRPJ
Recorrente LIMA & SILVA S/C LTDA
Recorrida 4ª TURMA DA DRJ CAMPINAS/SP
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPI
Ano-calendário: 1996, 1997, 1998

Ementa: OMISSÃO DE RECEITAS. DIVERGÊNCIA ENTRE DIRF E

DIPJ.

Tributam-se os rendimentos omitidos pela contribuinte, comprovados mediante DIRF apresentadas pelas fontes pagadoras, mormente quando se tratou de um ponto de partida para uma maior investigação por parte da fiscalização e sem que o interessado lograsse colaborar nesse aprofundamento investigativo.

COFINS. PIS. PIS/REPIQUE. CSLL. Estende-se aos lançamentos reflexos a decisão prolatada no lançamento matriz, em razão da intima relação de causa e efeito que os vincula.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo nº 10835.00127112001-11
Recurso nº 152.290 Voluntário
Acórdão nº 1201-00.043 - 2ª Câmara /1ª Colegiado único
Sessão de 13 de maio de 2009
Matéria RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO
Recorrente INDÚSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS FUNADA LTDA.
Recorrida 3ª TURMA DA DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP
Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Liquida - CSLL

Ano-calendário: 1988

Ementa: CSLL. INCONSTITUCIONALIDADE. RESTITUIÇÃO.

DECADÊNCIA. PRAZO.

A decadência do direito de pleitear a compensação/restituição é de 5 (cinco) anos, tendo como termo inicial, na hipótese dos autos, a data da publicação da Resolução do Senado Federal que retira a eficácia da lei declarada inconstitucional. Assim, no caso da CSLL do ano de 1988, cuja norma legal foi suspensa pela Resolução n° 11/95, o prazo extintivo do direito tem inicio na data de sua publicação, 4 de abril de 1995.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por maioria de votos, em dar provimento ao recurso para não reconhecer a prescrição do pedido de compensação e determinar a remessa dos autos à Delegacia de origem para apreciar o mérito, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado. Vencidos os Conselheiros Leonardo de Andrade Couto e Guilherme Adolfo dos Santos Mendes. Os Conselheiros Carlos Pelá e Regis Magalhães Soares Queiroz votaram pelas conclusões.

--

Processo nº 13808.001176/00-72
Recurso nº 145.192 Embargos
Acórdão nº 1201-00.053 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 13 de maio de 2009
Matéria IRPJ
Embargante ASCOBRAS COMERCIAL E INCOMPORADORA LTDA.
Interessado PRIMEIRA TURMA ORDINARIA DA PRIMEIRA SEÇÃO DO CARF ANTIGA TERCEIRA CÂMARA DO PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRBUINTES.
Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário
Ano-calendário: 1996

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. EXISTÊNCIA.

Não havendo omissão do julgado, descabível o acolhimento de embargos de declaração.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. MANIFESTAÇÃO EXPRESSA. DESNECESSIDADE. INSATISFAÇÃO COM O JULGADO. NÃO CORRESPONDÊNCIA COM AS HIPÓTESES LEGAIS (INCISOS DO ART. 535 DO CPC). OMISSÃO. INEXISTÊNCIA.

1. O julgador não está obrigado a se manifestar ponto por ponto sobre todos os argumentos expostos pela parte, nem a fazer menção expressa sobre artigo de lei salientado por ela, sendo suficiente que exponha as razões de seu convencimento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em rejeitar os embargos interpostos pelo sujeito passivo, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo nº 18088.000225/2007-93
Recurso nº 167.568 Voluntário
Acórdão nº 1201-00.054 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 13 de maio de 2009
Matéria IRPJ
Recorrente MARIA ANTONIA GENARI CARDINALI
Recorrida 5ª TURMA DA DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ
Ano-calendário: 2001, 2002, 2003, 2004

Ementa: NULIDADE. IMPROCEDÊNCIA.

Não procedem as argüições de nulidade quando não se vislumbra nos autos qualquer das hipóteses previstas no art. 59 do Decreto n° 70.235/72.

PRAZO DECADENCIAL. DOLO FRAUDE OU SIMULAÇÃO.

A existência de dolo, fraude ou simulação na conduta do contribuinte impõe que o termo inicial do prazo decadencial de 5 anos para constituição de créditos referentes ao IRPJ, submetido a lançamento por homologação, seja deslocado da ocorrência do fato gerador para o primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento já poderia ter sido efetuado.

ARBITRAMENTO. OMISSÃO DE RECEITA. ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS. CUSTOS NÃO COMPROVADOS.

Apurada omissão de receitas por pessoa jurídica que se dedique à compra e venda de imóveis, e descumpridos os requisitos atinentes à regular escrituração contábil, nos termos da legislação comercial e fiscal, cabe arbitramento do lucro tributável do imposto, com base na receita bruta conhecida deduzida o custo, devidamente comprovado, dos imóveis vendidos, nos termos do art. 534 do RIR/99, sem aplicação de qualquer tipo de percentual de presunção sobre a receita. Caso o contribuinte não comprove seus custos, a regra específica para essas pessoas jurídicas permanece incólume, não havendo deslocamento para as regras de arbitramento utilizadas para as demais empresas em que o percentual de presunção é acionado.

MULTA DE OFICIO. INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI-0 Primeiro

Conselho de Contribuintes não é competente para se pronunciar sobre a inconstitucionalidade de lei tributária. (Súmula 1° CC nº 2)

MULTA DE OFICIO QUALIFICADA.

A prática reiterada de omissão de receitas conduz necessariamente ao preenchimento automático das condições previstas nos arts. 71,72 e 73 da Lei n° 4.502, de 1964, sendo cabível a duplicação do percentual da multa de que trata o inciso I do art.44 da Lei n° 9.430/96, com nova redação dada pela Medida Provisória n° 351, de 22 de janeiro de 2007.

TRIBUTAÇÃO REFLEXA. PIS - COFINS - CSLL. Estende-se aos lançamentos decorrentes, no que couber, a decisão prolatada no lançamento matriz, em razão da Intima relação de causa e efeito que os vincula.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em rejeitar a preliminar de nulidade suscitada, afastar a decadência para o IRPJ, acolher a decadência relativa aos 3 (três) primeiros trimestres de 2001 para a CSLL; em relação às demais contribuições reflexas (PIS e COFINS), cujos fatos geradores são mensais, acolher a decadência relativa aos fatos geradores ocorridos até junho de 2001 (inclusive) e, no mérito, por maioria de votos, em negar provimento ao recurso voluntário, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado. Vencidos os Conselheiros Alexandre Barbosa Jaguaribe, Carlos Pela e Regis Magalhães Soares Queiroz, que reduziam o percentual da multa de oficio ao patamar de 75%.

--

Processo nº 11618.001495/2003-11
Recurso nº 148.857 Voluntário
Acórdão nº 1201-00.061 - 2ª Câmara /1ª Turma Ordinária
Sessão de 14 de maio de 2009
Matéria IRPJ
Recorrente DICARNE COMERCIAL DE ALIMENTOS DERIVADOS DE CARNES LTDA.
Recorrida 3ª TURMA DA DRJ-RECIFE/PE
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ
Ano-calendário: 1998, 1999, 2000

Ementa: RESPONSABILIDADE PASSIVA SOLIDÁRIA. COMPROVAÇÃO DO INTERESSE DE TERCEIRO NOS FATOS QUE GERARAM A EXIGÊNCIA FISCAL. INTERPOSIÇÃO DE TERCEIROS.

Segundo o art. 124, I, do CTN, são solidariamente obrigadas as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal. Comprovado nos autos que os obrigados efetivamente conduziram os negócios da empresa, acobertados pela interposição de terceiros sem capacidade econômica para garantir as obrigações da pessoa jurídica, deve ser mantida a sujeição passiva solidária daqueles com base no art. 124,1 e 135, III, do CTN.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo nº 13808.000299/2002-29
Recurso nº 155.321 Voluntário
Acórdão nº 1201-00.062 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 14 de maio de 2009
Matéria CSLL
Recorrente RYDER LOGÍSTICA LTDA
Recorrida 10ª Turma/DRJ-SÃO PAULO-SP
Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Liquido - CSLL

Ano-calendário: 1996

Ementa: DECADÊNCIA. Independentemente de haver ou não pagamento, excetuando-se os casos de dolo, fraude ou simulação, a Fazenda Pública dispõe de 5 (cinco) anos, contados a partir do fato gerador, para promover o lançamento de tributos e contribuições sociais enquadrados na modalidade de lançamento por homologação.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso para acolher a decadência, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo nº 13802.001379/95-61
Recurso nº 163.491 Voluntário
Acórdão nº 1201-00.063 - 2ª Câmara /1ª Turma Ordinária
Sessão de 14 de maio de 2009
Matéria BENEFÍCIO FISCAL
Recorrente Indústria Matarazzo de Papéis S/A
Recorrida 11 Turma/DRJ-SALVADOR-BA
Ementa: Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - 1RPJ

Data do fato gerador: 22/02/1995

Ementa: IMPOSTO DE RENDA - PESSOA JURÍDICA - REAVALIAÇÃO

DO ATIVO IMOBILIZADO NOS TERMOS DOS DECRETOS-LEI

N°1.346/74 E 1.532/77 - O beneficio isencional previsto nos Decretos-lei n°1.346/74 e 1.532/77 é concedido sob condição suspensiva. O não cumprimento dos objetivos propostos no projeto aprovado pela COFIE implica na obrigação de recolher o Imposto de Renda suspenso, com juros e correção monetária.

COMPETÊNCIA COFIE - TRANSFERÊNCIA - SECRETÁRIO-GERAL.

VALIDADE DECISÃO SINGULAR.

São válidos os atos praticados pelo Secretário-Geral, em decisão singular, em substituição atribuições da COFIE (Comissão de Fusão e Incorporação de Empresas),Inteligência do Decreto n° 93.612, de 21/11/1986, publicado no Diário Oficial da União de 24/11/86, que determina a extinção dentre outros Órgãos, da COFIE e transfere à Secretaria Geral do Ministério da Fazenda as atribuições e competências legais que lhe foram conferidas pelos Decretos- Lei nºs 1.346/74 e 1532/77:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso voluntário, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo nº 10510.001565/2006-10
Recurso nº 158.369 Voluntário
Acórdão nº 1201-00.075 - 2ª Câmara /1ª Turma Ordinária
Sessão de 14 de maio de 2009
Matéria IRPJ
Recorrente Araforte Transporte e Serviços Ltda.
Recorrida 1ª Turma/DRJ-SALVADOR-BA
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ. Ano-calendário:

Ementa: AUTO DE INFRAÇÃO. NULIDADE.

Tendo o auto de infração preenchido os requisitos legais e o processo administrativo proporcionado plenas condições à interessada de impugnar o lançamento, descabe a alegação de nulidade.

ARBITRAMENTO. RECEITA BRUTA CONHECIDA.

Cabe o arbitramento do lucro com base na receita bruta conhecida quando o contribuinte intimado reiteradas vezes, deixar de apresentar os livros e documentos de sua escrituração contábil.

MULTA QUALIFICADA. INTUITO DE FRAUDE.

Comprovado o evidente intuito de fraude, cabe a aplicação da multa qualificada de 150% (cento e cinqüenta por cento) sobre o valor dos tributos e contribuições apurados sobre a omissão de receitas.

TRIBUTAÇÃO REFLEXA. Estende-se aos lançamentos decorrentes, no que couber, a decisão prolatada no lançamento matriz, em razão da íntima relação de causa e efeito que os vincula.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em rejeitar os preliminares suscitadas e, no mérito, negar provimento ao recurso voluntário, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo nº 13807.013029/99-21
Recurso n° 165.154 Voluntário
Acórdão n° 1201-00.076 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 14 de maio de 2009
Matéria IRPJ
Recorrente METALCAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
Recorrida 3ª TURMA DA DRJ-SÃO PAULO I-SP
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ
Ano-calendário: 1995

Ementa: OMISSÃO DE RECEITA. SUPRIMENTO DE NUMERÁRIO

NÃO COMPROVADO. SALDO CREDOR DE CAIXA. Os suprimentos de caixa ou empréstimos lançados sem respaldo em documentação que demonstre inequivocamente a origem e a efetiva entrada de recursos e que a conta caixa sem esse aporte gere saldo credor de caixa são considerados omissão de receitas.

OMISSÃO DE RECEITA. LUCRO PRESUMIDO. O art. 43, § 2°, da Lei n° 8.541/1992, com a redação dada pela Medida Provisória n° 492/1994, convalidada pela Lei 9.064/1995, estabelece que o valor da receita omitida não compõe a determinação do lucro presumido, sendo definitivo o imposto incidente sobre a omissão, cuja base de cálculo é o total da receita omitida.

MULTA DE OFÍCIO. INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI - O Primeiro Conselho de Contribuintes não é competente para se pronunciar sobre a inconstitucionalidade de lei tributária. (Súmula 1° CC n° 2)

JUROS DE MORA- SELIC - A partir de 1° de abril de 1995, os juros moratórios incidentes sobre débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal são devidos, no período de inadimplência, à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC para títulos federais (Súmula 1° CC n°4)

TRIBUTAÇÃO REFLEXA Estende-se aos lançamentos decorrentes, no que couber, a decisão prolatada no lançamento matriz, em razão da íntima relação de causa e efeito que os vincula.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso de voluntário, nos termos do relatório e voto que entregam o presente julgado.

--

Processo nº 10880.036101/96-66
Recurso nº 154.790 Voluntário
Acórdão nº 1201-00.083 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 15 de maio de 2009
Matéria IRPJ
Recorrente SABRICO S.A
Recorrida 2ª TURMA DA DRJ SALVADOR/BA
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ
Ano-calendário: 1992

Ementa: IRPJ. TRIBUTO OBJETO DE RESTITUIÇÃO AUTOMÁTICA.

COMPENSAÇÃO - POSSIBILIDADE. O fato de o crédito de IRPJ estar em processamento de restituição automática não obsta a sua compensação com débito de IRPJ. (Inteligência do art. 66 da Lei n°8.383/91).

INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI-0 Primeiro Conselho de Contribuintes não é competente para se pronunciar sobre a inconstitucionalidade de lei tributária. (Súmula 1° CC n°2).

DENÚNCIA ESPONTÂNEA. MULTA DE MORA CABÍVEL A denúncia espontânea da infração acompanhada do pagamento do tributo, em nenhum caso, afasta a aplicação de multa de mora e dos juros de mora, mas tão somente a multa de oficio.

DESPESA INDEVIDA DE CORREÇÃO MONETÁRIA.

O saldo devedor de correção monetária maior que o devido gera uma diminuição do lucro líquido do exercício devendo ser adicionado para efeito de tributação.

INSUFICIÊNCIA DE RECEITA DE CORREÇÃO MONETÁRIA.

Cabível a tributação por insuficiência de receita de correção monetária sobre a conta de mútuo.

TRIBUTAÇÃO REFLEXA Estende-se aos lançamentos decorrentes, no que couber, a decisão prolatada no lançamento matriz, em razão da íntima relação de causa e efeito que os vincula.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso voluntário para reconhecer o direito à compensação do valor de 104.101,72 UFIR.

--

Processo nº 10680.018168/2002-93
Recurso nº 155.272 Voluntário
Acórdão nº 1201-00.084 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 15 de maio de 2009
Matéria RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO
Recorrente USINAS SIDERÚRGICAS MINAS GERAIS S A - USIMINAS
Recorrida 3ª Turma/ DRJ-Belo Horizonte-MG
Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Liquido - CSLL
Ano-calendário: 1996

Ementa: RESTITUIÇÃO. DECADÊNCIA.

O direito de pleitear a restituição de pagamentos indevidos decai inexoravelmente no prazo de cinco anos contados da data de extinção do crédito tributário.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo nº 10880.036102/96-29
Recurso nº 156.808 Voluntário
Acórdão nº 1201-00.085 - 2ª Câmara /1ª Turma Ordinária
Sessão de 15 de maio de 2009
Matéria CSLL
Recorrente SABRICO S.A
Recorrida 2ª TURMA DA DRJ-SALVADOR-BA
Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Liquido - CSLL
Ano-calendário: 1992

Ementa: TRIBUTO OBJETO DE RESTITUIÇÃO AUTOMÁTICA. - COMPENSAÇÃO - POSSIBILIDADE. O fato de o crédito da CSLL estar em processamento de restituição automática não obsta a sua compensação com débito de CSLL. (Inteligência do art. 66 da Lei n° 8.383/91).

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo nº 10680.006260/2002-19
Recurso nº 142109 Voluntário
Acórdão nº 1201-00.093 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 17 de junho de 2009
Matéria PERC
Recorrente Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Minas Gerais S/A (Diminas)
Recorrida 2ª Turma/DRJ-BELO HORIZONTE-MG
Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário
Ano-calendário: 1998

Ementa: PERC. REGULARIDADE. QUESTÃO PREJUDICIAL DECIDIDA EM OUTRO PROCESSO. A questão prejudicial solucionada definitivamente em outro processo administrativo, atinente à existência ou não de débitos para fins de concessão do beneficio fiscal do artigo 60 da Lei 9.069/95, não pode ser modificada por decisão superveniente, em respeito à imutabilidade das decisões administrativas, nos termos do artigo 42, II, do Decreto n° 70.235, de 1972; bem assim do primado da segurança jurídica e razoabilidade.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo nº 10120.006762/2002-87
Recurso nº 152.745 Voluntário
Acórdão nº 1201-00.099 - 2ª Câmara /1ª Turma Ordinária
Sessão de 18 de junho de 2009
Matéria IRPJ - Ex(s): 1999
Recorrente WALTER BITTAR CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES
Recorrida 4ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF
Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário
Ano-calendário: 1998

Ementa: IRPJ - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO - PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA - A lei pode nas condições que estipular autorizar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, não se admitindo, portanto, o desrespeito ao princípio da competência positivado na legislação de regência do imposto de renda que garante que as retenções inclusas no cálculo do saldo negativo do IRPJ devam se referir a receitas auferidas no próprio ano-calendário correspondente às retenções.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso voluntário, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo n° 16327.002057/00-00
Recurso n° 158.102 Embargos
Acórdão n° 1201-00.109 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 18 de junho de 2009
Matéria IRPJ - Ex(s): 1998
Embargante FAZENDA NACIONAL
Interessado SANTANDER BRASIL SEGUROS SÃ.
Assunto. Normas Gerais de Direito Tributário
Ano-calendário: 2001

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - CONTRADIÇÃO SANADA COM MODIFICAÇÃO DO RESULTADO DE JULGAMENTO - Constatada a contradição no resultado de julgamento este deve ser sanado: "Acordam os Membros da Terceira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por maioria de votos, DAR provimento ao recurso, vencidos os Conselheiros Alexandre Barbosa Jaguaribe, Leonardo de Andrade Couto e Nelson Kichel (Suplente Convocado), nos termo do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado."

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, ACOLHEREM os embargos de declaração para ratificar o Acórdão n°103-23. 589, nos termos do voto do relator. O Conselheiro Carlos Pela declarou-se impedido de participar do julgamento, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo n° 10120.004208/2002-65
Recurso n° 152.716 Voluntário
Acórdão n° 1201-00.118 - 2ª Câmara /1ª Turma Ordinária
Sessão de 18 de junho de 2009
Matéria IRPJ
Recorrente Govesa Indústria Comércio e Serviços Ltda.
Recorrida 4ª Turma/DRJ-BRASÍLIA-DF
Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário
Ano-calendário: 1999

Ementa: INTEMPESTIVIDADE. Por intempestivo, não se conhece do Recurso Voluntário protocolizado após o prazo de trinta dias, a contar da ciência da decisão de primeira instância, nos termos do art. 33 do Decreto n° 70.235/72.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acorda os membros do colegiado, por unanimidade de votos, não conhecer do recurso, por ser intempestivo, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo nº 10580.008975/2002-26
Recurso nº 151.553 Voluntário
Acórdão nº 1201-00.127 - 2ª Câmara /1ª Turma Ordinária
Sessão de 19 de junho de 2009
Matéria IRPJ/Reflexos
Recorrente Boni Alimentos S.A
Recorrida 1ª Turma/DRJ-Salvador-BA
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ
Ano-calendário: 1998

Ementa: OMISSÃO DE RECEITAS. SUPRIMENTO DE CAIXA. Somente infirmam a presunção de omissão de receitas do suprimento de caixa efetuado por sócios as provas concomitantes da origem dos recursos utilizados e da efetividade de sua entrega à pessoa jurídica. A ausência tão-somente de apenas uma delas já é o bastante suficiente para autorizar a presunção legal de omissão de receias. Não elide tão-somente essa omissão de receitas se o supridor comprovar apenas a efetiva entrega do dinheiro e não comprovar a origem externa à empresa destes mesmos valores.

OMISSÃO DE RECEITAS. SALDO CREDOR DE CAIXA.

A ocorrência de saldo credor de caixa na escrituração autoriza a presunção de omissão no registro de receitas se o sujeito passivo não apresenta provas para elidir a respectiva imputação.

TRIBUTAÇÃO REFLEXA. Estende-se aos lançamentos decorrentes, no que couber, a decisão prolatada no lançamento matriz, em razão da íntima relação de causa e efeito que os vincula.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso voluntário, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo nº 11543.000128/2003-11
Recurso nº 159.780 Embargos
Acórdão nº 1201-00.128 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 19 de junho de 2009
Matéria IRPJ - Ex(s): 2002 2003.
Embargante FERTILIZANTE HERINGER LTDA.
Interessado PRIMEIRA TURA ORDINÁRIA DA SEGUNDA CÂMARA DA PRIMEIRA SEÇÃO DO CARF (ANTIGA TERCEIRA CÂMARA DO PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES)
Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário
Ano-calendário: 2001

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA - Não havendo omissão do julgado, descabível o acolhimento de embargos de declaração.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - MANIFESTAÇÃO EXPRESSA -DESNECESSIDADE - INSATISFAÇÃO COM O JULGADO. NÃO CORRESPONDÊNCIA COM AS HIPÓTESES LEGAIS (INCISOS DO ART. 535 DO CPC). OMISSÃO. INEXISTÊNCIA - O julgador não está obrigado a se manifestar ponto por ponto sobre todos os argumentos expostos pela parte, nem a fazer

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

menção expressa sobre artigo de lei salientado por ela, sendo suficiente que exponha as razões de seu convencimento.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - OMISSÃO SANADA COM

MODIFICAÇÃO DA DECISÃO - Constatada a contradição no julgado esta deve ser sanada.

DIPJ - SALDO NEGATIVO - IRPJ - PROVAS - DOCUMENTAÇÃO HÁBIL. INEXISTÊNCIA - O saldo negativo de IR apurado na DIPJ só constitui direito creditório líquido e certo a ser reconhecido para fins de restituição/compensação caso as informações constantes da referida declaração sejam comprovadas mediante escrituração contábil e documentação hábil e idônea.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, ACOLHEREM PARCIALMENTE os embargos de declaração para ratificar o Acórdão n° 103 23.350, no sentido de sanear a contradição de sua fundamentação, sem efeitos infringentes, mantendo-se todos os demais termos do acórdão embargado, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo nº 11543.000014/2001-00
Recurso nº 155.305 Voluntário
Acórdão nº 1802-00.063 - 2ª Câmara / Colegiado único
Sessão de 27 de julho de 2009
Matéria IRF
Recorrente UNICAFÉ COMPANHIA DE COMÉRCIO EXTERIOR
Recorrida 4a. TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I
Assunto: Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF
Ano-calendário: 2000

IRRF SOBRE JUROS REMUNERATÓRIOS DO CAPITAL PRÓPRIO -

COMPENSAÇÃO COM DÉBITOS DE MESMA ESPÉCIE

As pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real que tenham sido beneficiárias de pagamento de juros remuneratórios do capital próprio podem compensar o imposto de renda que lhes foi retido pela fonte pagadora com o imposto de renda que venham a reter de seus sócios ou acionistas em razão de pagamento de juros de igual natureza (art. 9°, § 6°, da Lei 9.249/1995). Foi demonstrado pela contribuinte que o imposto retido não estava englobado nas deduções realizadas na DIPJ/2001. Mas ainda que a compensação ou dedução do crédito tivesse se dado em duplicidade, o que tudo indica não ter ocorrido, a primeira delas, autorizada pelo art. 9° da Lei 9.249/1995, é que deveria ser convalidada, cabendo, se fosse o caso, a glosa nas deduções da DIPJ, fato que é completamente estranho aos autos.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos em dar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo nº 10166.011120/2001-92
Recurso nº 158.974 Voluntário
Acórdão nº 1802-00.064 - 2ª Turma Especial
Sessão de 27 de julho de 2009
Matéria PIS
Recorrente DISCOTECA 2001 LTDA.
Recorrida 2a. TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF
Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep
Ano-calendário: 1996, 1999, 2000

BASE DE CÁLCULO - BONIFICAÇÃO EM MERCADORIAS

A bonificação em mercadoria recebida pela pessoa jurídica deve ser excluída da base de cálculo, conforme entendimento exarado no processo relativo ao lançamento do IRPJ/Lucro Presumido, do qual este foi considerado decorrente. A tributação ocorre no momento da venda da mercadoria recebida a título de bonificação.

DECADÊNCIA - JANEIRO E FEVEREIRO DE 1996

A partir da Súmula 8 do STF, a contagem do prazo decadencial para o lançamento do PIS deve orientar-se pelos dispositivos do Código Tributário Nacional - CTN, e não mais pelo art. 45 da Lei 8.212/1991. Não sendo imputada à contribuinte a prática de dolo, fraude ou simulação, o recolhimento, ainda que parcial, enseja a aplicação da regra contida no art. 150, § 4°, do CTN, para efeito de reconhecimento da decadência. Esse é o entendimento exarado no Parecer PGFN/CAT n°1617/2008.

JUROS DE MORA - TAXA SELIC

A cobrança de juros de mora com base no valor acumulado mensal da taxa Referencial SELIC tem previsão legal.

INCONSTITUCIONALIDADE - ARGÜIÇÃO

É competência exclusiva do Poder Judiciário manifestar-se sobre a constitucionalidade das leis, cabendo à esfera administrativa zelar pelo seu cumprimento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em rejeitar a preliminar de nulidade suscitada, dar provimento parcial ao recurso para, reconhecer a decadência relativa aos meses de janeiro e fevereiro de 1996, e, no mérito, excluir da base de calculo do PIS, nos meses de junho e agosto de 2000, os valores de R$22.120,22 e R$38.164,76 respectivamente, incluídos a titulo de bonificação, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

Processo nº 10166.011121/2001-37
Recurso nº 158.975 Voluntário
Acórdão nº 1802-00.065 - 2ª Turma Especial
Sessão de 27 de julho de 2009
Matéria COFINS
Recorrente DISCOTECA 2001 LTDA.
Recorrida 2a. TURMAJDRJ-BRASILIA/DF
Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins.
Ano-calendário: 1998, 1999, 2000

BASE DE CÁLCULO - BONIFICAÇÃO EM MERCADORIAS

A bonificação em mercadoria recebida pela pessoa jurídica deve ser excluída da base de cálculo, conforme entendimento exarado no processo relativo ao lançamento do IRPJ/Lucro Presumido, do qual este foi considerado decorrente. A tributação ocorre no momento da venda da mercadoria recebida a título de bonificação.

JUROS DE MORA - TAXA SELIC.

A cobrança de juros de mora com base no valor acumulado mensal da taxa referencial SELIC tem previsão legal.

INCONSTITUCIONALIDADE - ARGÜIÇÃO

É competência exclusiva do Poder Judiciário manifestar-se sobre a constitucionalidade das leis, cabendo à esfera administrativa zelar pelo seu cumprimento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, rejeitarem a preliminar de nulidade, e, no mérito, dar provimento parcial ao recurso para, excluir da base de calculo da Cofins, nos meses de abril a agosto de 2000, os valores incluídos a titulo de bonificação, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo nº 10830.004925/2001-08
Recurso nº 159.197 Voluntário
Acórdão nº 1802-00.066 - 2ª Turma Especial
Sessão de 27 de julho de 2009
Matéria PIS e COFINS
Recorrente FERREIRA PIRES ADVOGADOS S/C
Recorrida 3a. TURMA/DRJ-CAMPINAS/SP
Assunto: Processo Administrativo Fiscal
Data do fato gerador: 29/02/1996, 31/03/1996, 31/05/1996, 31/07/1996, 30/11/1996, 31/12/1996, 30/09/1997, 31/12/1997.

SUSPENSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO - EXIGIBILIDADE DOS DÉBITOS DE PIS E COFINS

Nem um eventual pedido de parcelamento, nem uma ação judicial, por si só, independentemente do conteúdo da decisão nela proferida, justificam a suspensão do processo administrativo.

No primeiro caso, ocorre a mera transferência dos débitos parcelados para controle em outro processo, a serem exigidos na forma e no tempo do parcelamento. Já na ação judicial, é a decisão lá proferida que define a condição atual dos débitos, se são devidos ou não, se podem ser exigidos ou não. A suspensão da cobrança por parte da Administração Tributária, nesse caso, configura mero ato de execução e cumprimento da decisão judicial atualmente válida, procedimento que está a cargo da Delegacia da Receita Federal de origem, e não do órgão administrativo de julgamento, encarregado da apreciação dos recursos administrativos.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

Data do fato gerador: 29/02/1996, 31/03/1996, 31/05/1996, 31/07/1996, 30/11/1996, 31/12/1996, 30/09/1997, 31/12/1997.

CONCOMITÂNCIA ENTRE PROCESSO ADMINISTRATIVO E JUDICIAL.

Importa renúncia às instâncias administrativas a propositura pelo sujeito passivo de ação judicial por qualquer modalidade processual, antes ou depois do lançamento de oficio, com o mesmo objeto do processo administrativo, sendo cabível apenas a apreciação, pelo órgão de julgamento administrativo, de matéria distinta da constante do processo judicial (Súmula 1°CC n° 1).

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, não conhecer do recurso, em relação à Cofins, diante da concomitância de processo judicial, e, negar provimento ao recurso quanto ao PIS, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo nº 13009.000424/2004-78
Recurso nº 159.736 Voluntário
Acórdão nº 1802-00.067 - 2ª Turma Especial
Sessão de 27 de julho de 2009
Matéria IRRF
Recorrente AGILIZA CONSTRUÇÕES LTDA.
Recorrida 7a. TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I
Assunto: Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF
Data do fato gerador: 31/12/1999 31/12/2000

PAGAMENTO A BENEFICIÁRIO NÃO IDENTIFICADO OU SEM CAUSA

A falta de identificação do beneficiário ou a não comprovação da causa dos pagamentos efetuados pela empresa enseja a tributação do Imposto de Renda exclusivamente na fonte, à alíquota de 35%, conforme dispõe o art. 61 da Lei 8.981/95.

ERRO NA IDENTIFICAÇÃO DA DATA DO FATO GERADOR

O fato gerador do IR-fonte ocorre na data em que é realizado o pagamento a beneficiário não identificado ou sem causa, conforme o caput e o § 2° do art. 61 da Lei 8.981/95, e não em 31 de dezembro dos respectivos anos em que os pagamentos ocorreram. O erro cometido em relação à data do fato gerador não pode ser sanado pelos órgãos de julgamento, restando comprometido o lançamento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo nº 10580.009611/2003-44
Recurso nº 160.478 Voluntário
Acórdão nº 1802-00.068 - 2ª Turma Especial
Sessão de 27 de julho de 2009
Matéria IRPJ E OUTROS
Recorrente CAMALEÃO COMÉRCIO E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.
Recorrida 2ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ
ANO-CALENDÁRIO: 1999 2000

BASE DE CÁLCULO DO IRPJ - PATROCÍNIOS DA LEI ROUANET.

O beneficio fiscal da Lei 8.313/1991 (Lei Rouanet) é destinado ao patrocinador. A receita auferida pelo patrocinado deve integrar a base de cálculo de seu IRPJ.

Perante o Estado, os valores não são recebidos a titulo gratuito e definitivo. A beneficiária dos recursos fica obrigada à realização do evento aprovado pelo Ministério da Cultura, devendo devolver os recursos não utilizados, conforme detalhamento do projeto.

TRIBUTAÇÃO REFLEXA

Tratando-se da mesma matéria fática, e não havendo questões de direito especificas a serem apreciadas, o decidido quanto ao lançamento de IRPJ deve ser estendido à CSLL, PIS e COFINS.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, em relação ao IRPJ e CSLL, e, por maioria de votos, em negar provimento ao recurso, em relação ao PIS e Cofins, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado. Vencidos os Conselheiros Leonardo Lobo de Almeida, Edwal Casoni de Paula Fernandes Júnior e João Francisco Bianco, que davam provimento ao recurso, em relação ao PIS e Cofins.

--

Processo n° 13971.002388/2004-80
Recurso n° 162.263 Voluntário
Acórdão n° 1802-00.069 - 2ª Turma Especial
Sessão de 27 de julho de 2009
Matéria CSLL
Recorrente UNIODONTO DE SANTA CATARINA COOPERATIVA DE TRABALHO ODONTOLOGICO LTDA.
Recorrida 3ª TURMA/DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC
Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL
Ano-calendário: 2000, 2002, 2003

SOCIEDADES COOPERATIVAS - SOBRAS LÍQUIDAS DA PRÁTICA DE ATOS COOPERATIVOS - NÃO INCIDÊNCIA DA CSLL

A simples intermediação realizada pelas sociedades cooperativas, com a finalidade de facilitar a comercialização de produtos ou a prestação de serviços pelos seus cooperados, não desfigura o ato cooperativo, e as sobras desta atividade de intermediação não se confunde com o lucro das empresas, como definido na legislação tributária e comercial. Em relação aos atos cooperativos, os resultados positivos da entidade não se subsumem a norma de incidência da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros do colegiado, por maioria de votos em dar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado. Vencido o Conselheiro Décio Lima Jardim (Suplente Convocada) que negava provimento ao recuso.

--

Processo nº 13830.001904/2004-63
Recurso nº 162.272 Voluntário
Acórdão nº 1802-00.084 - 2ª Turma Especial
Sessão de 28 de julho de 2009
Matéria CSLL
Recorrente AGROPASTORIL JOSÉ ÁLVARO LTDA.
Recorrida 3ª TURMA/DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP
Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Liquido - CSLL
ANO-CALENDÁRIO: 1999

COMPENSAÇÃO DE BASE NEGATIVA - ATIVIDADE RURAL

Na atividade rural, as bases de cálculo negativas da CSLL apuradas em períodos anteriores podem ser integralmente compensadas com o resultado do período - base de apuração, não se aplicando o limite máximo de 30%, conforme precedentes da Câmara Superior de Recursos Fiscais.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos em dar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo nº 13830.001901/2004-20
Recurso nº 162.274 Voluntário
Acórdão nº 1802-00.085 - 2ª Turma Especial
Sessão de 28 de julho de 2009
Matéria CSLL
Recorrente AGROPASTORIL JOAQUIM ÁLVARO LTDA.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Recorrida 3ª TURMA/DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP
Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Liquido - CSLL
ANO-CALENDÁRIO: 1999
COMPENSAÇÃO DE BASE NEGATIVA - ATIVIDADE RURAL
Na atividade rural, as bases de cálculo negativas da CSLL apuradas em períodos anteriores podem ser integralmente compensadas com o resultado do período - base de apuração, não se aplicando o limite máximo de 30%, conforme precedentes da Câmara Superior de Recursos Fiscais.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos em dar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.
--
Processo nº 13830.001895/2004-19
Recurso nº 162.275 Voluntário
Acórdão nº 1802-00.086 - 2ª Turma Especial
Sessão de 28 de julho de 2009
Matéria CSLL
Recorrente AGROPASTORIL JOSÉ AUGUSTO LTDA.
Recorrida 3ª TURMA/DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP
Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL
ANO-CALENDÁRIO: 1999
COMPENSAÇÃO DE BASE NEGATIVA - ATIVIDADE RURAL
Na atividade rural, as bases de cálculo negativas da CSLL apuradas em períodos anteriores podem ser integralmente compensadas com o resultado do período-base de apuração, não se aplicando o limite máximo de 30%, conforme precedentes da Câmara Superior de Recursos Fiscais.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos em dar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.
--
Processo nº 13830.001892/2004-77
Recurso nº 162.276 Voluntário
Acórdão nº 1802-00.087 - 2ª Turma Especial
Sessão de 28 de julho de 2009
Matéria CSLL
Recorrente AGROPASTORIL SÃO JOÃO DO INHEMA LTDA.
Recorrida 3ª TURMA/DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP
Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Liquido - CSLL
ANO-CALENDÁRIO: 1999
COMPENSAÇÃO DE BASE NEGATIVA - ATIVIDADE RURAL
Na atividade rural, as bases de cálculo negativas da CSLL apuradas em períodos anteriores podem ser integralmente compensadas com o resultado do período-base de apuração, não se aplicando o limite máximo de 30%, conforme precedentes da Câmara Superior de Recursos Fiscais.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos em dar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.
--
Processo nº 14041.000364/2005-31
Recurso nº 162.293 Voluntário
Acórdão nº 1802-00.088 - 2ª Turma Especial
Sessão de 28 de julho de 2009
Matéria IRPJ
Recorrente CONSTRUTORA BRILHANTE LTDA.
Recorrida 2ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ
Período de apuração: 01/01/2001 a 31/03/2001
PEDIDO DE DILIGÊNCIA
Indefere-se o pedido de diligência quando esta se revela desnecessária para o deslinde da matéria em julgamento. Não há dúvidas de que o debito objeto do lançamento não foi incluído no PAES.
PAES - INCLUSÃO AUTOMÁTICA DE DÉBITOS JÁ DECLARADOS OU CONFESSADOS - DISPENSA DE NOVA CONFISSÃO
A inclusão automática de débitos no PAES abrangia apenas aqueles já declarados ou confessados anteriormente à Lei 10.684/2003. Não havendo confissão do débito, nem antes da Lei 10.684/2003, e nem durante o prazo estabelecido no art. 1° da Portaria PGFN/SRF n° 3/2003, é cabível o lançamento de oficio, inclusive com a multa de oficio.
MULTA DE OFÍCIO DE 75% - DESPROPORCIONALIDADE E CONFISCO - INCONSTITUCIONALIDADE
O controle de constitucionalidade dos atos legais é matéria afeta ao Poder Judiciário. Descabe às autoridades administrativas de qualquer instância examinar a constitucionalidade das normas inseridas no ordenamento jurídico nacional.
PEDIDO DE COMPENSAÇÃO
O procedimento para o aproveitamento de eventuais créditos em favor do contribuinte possui regras específicas. O pedido de compensação realizado dentro de um recurso voluntário e dirigido diretamente a este colegiado, sem que seja submetido à apreciação do órgão de origem, ou, ainda que submetido, mas trazido a este Conselho antes da manifestação daquele órgão, foge totalmente às regras e é completamente ineficaz, não podendo ser apreciado nestes termos.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.
--
Processo nº 16327.001471/2004-24
Recurso nº 162.295 Voluntário
Acórdão nº 1802-00.089 - 2ª Turma Especial
Sessão de 28 de julho de 2009
Matéria IRPJ
Recorrente LEASING BMC S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL.
Recorrida 8ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ
Ano-calendário: 1999
JUROS DE MORA - TAXA SELIC
O acolhimento das alegações sobre a taxa SELIC implicaria no afastamento de norma legal vigente (art. 61 da Lei 9.430/96), e falece a esse órgão de julgamento administrativo competência para provimento dessa natureza, que está a cargo do Poder Judiciário, exclusivamente.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.
--
Processo nº 11516.002860/2002-64
Recurso nº 162.621 Voluntário
Acórdão nº 1802-00.090 - 2ª Turma Especial
Sessão de 28 de julho de 2009
Matéria IRPJ
Recorrente SONDOMINAS SONDAGEM E PESQUISAS MINERAIS LTDA
Recorrida 4ª TURMA/DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ
Ano-calendário: 1997, 1998, 1999
LUCRO INFLACIONÁRIO - REALIZAÇÃO NOS PERCENTUAIS LEGAIS MÍNIMOS - COMPENSAÇÃO COM PREJUÍZOS FISCAIS - PRECLUSÃO - ART. 17 DO DECRETO 70.235/1972
O lançamento consolida-se administrativamente no que se refere à matéria não impugnada na primeira instância.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.
--
Processo nº 16327.003759/2003-52
Recurso nº 162.662 Voluntário
Acórdão nº 1802-00.091 - 2ª Turma Especial
Sessão de 28 de julho de 2009
Matéria IRPJ
Recorrente JP MORGAN CORRETORA DE CÂMBIO E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
Recorrida 10a. TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ
ANO-CALENDÁRIO: 2000
INCENTIVO FISCAL - FINAM E FINOR. REQUISITOS - ART. 60 DA LEI 9.069/1995. PEDIDO DE REVISÃO DE ORDEM DE EMISSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS - PERC.
A regularidade fiscal do sujeito passivo, com vistas ao gozo do incentivo, deve ser averiguada em relação à data da apresentação da DIPJ, onde o contribuinte manifestou sua opção pela aplicação nos Fundos de Investimentos. Não havendo nos autos comprovação da existência de pendências fiscais nesta data, descabe o indeferimento do PERC.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por maioria de votos em dar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.
Vencida a Conselheira Ester Marques Lins de Sousa e negava provimento ao recurso.
--
Processo nº 10480.015487/2002-01
Recurso nº 162.793 Voluntário
Acórdão nº 1802-00.092 - 2' Turma Especial
Sessão de 28 de julho de 2009
Matéria CSLL
Recorrente MÓDULO LIVRARIA E PAPELARIA LTDA.
Recorrida 3ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE
Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL
Ano-calendário: 1999, 2000, 2001, 2002
DUPLICIDADE DE COBRANÇA - DÉBITO INCLUÍDO EM PROCESSO DE PARCELAMENTO - Os débitos do processo de parcelamento já foram devidamente excluídos pela decisão de primeira instância, e esta não merece qualquer reexame ou reparo.
ACRÉSCIMOS MORATÓRIOS - TAXA SELIC - Perfeitamente cabíveis a exigência dos juros de mora calculados à taxa referencial do sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, para títulos federais, acumulada mensalmente, conforme os ditames do art. 61, § 3°, e art. 5°, § 3 0, ambos da Lei n° 9.430/96, uma vez que se coadunam com a norma hierarquicamente superior e reguladora da matéria - Código Tributário Nacional, art. 161, § 10.
ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE - TAXA SELIC
O controle de constitucionalidade dos atos legais é matéria afeta ao Poder Judiciário. Descabe às autoridades administrativas de qualquer instância examinar a constitucionalidade das normas inseridas no ordenamento jurídico nacional.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.
--
Processo nº 10735.003367/2004-86
Recurso nº 163.041 Voluntário
Acórdão nº 1802-00.106 - 2ª Turma Especial
Sessão de 28 de julho de 2009
Matéria IRPJ E OUTROS
Recorrente VILA NOVA TERESÓPOLIS AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA
Recorrida 1ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I
Assunto: Outros Tributos ou Contribuições
Ano-calendário: 1999
PIS, COFINS E CSLL - LANÇAMENTO REALIZADO JUNTAMENTE COM O IRPJ - DECADÊNCIA.
A partir da Súmula 8 do STF, a contagem do prazo decadencial para o lançamento das contribuições sociais deve orientar-se pelos dispositivos do Código Tributário Nacional - CTN, e não mais pelo art. 45 da Lei 8.212/1991. Não sendo imputada à contribuinte a prática de dolo, fraude ou simulação, o recolhimento, ainda que parcial, enseja a aplicação da regra contida no art. 150, § 4°, do CTN, para efeito de reconhecimento da decadência. Esse é o entendimento exarado no Parecer PGFN/CAT n°1617/2008.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado por unanimidade de votos em dar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.
--
Processo nº 11080.007872/2005-95
Recurso nº 163.124 Voluntário
Acórdão nº 1802-00.107 - 2ª Turma Especial
Sessão de 28 de julho de 2009
Matéria CSLL
Recorrente TEVAH VESTUÁRIO MASCULINO LTDA.
Recorrida 5ª TURMA/DRJ-PORTO ALEGRE/RS
Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário
Ano-calendário: 1997
SALDO NEGATIVO DE CSLL - DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO - PRAZO PARA A REPETIÇÃO DE INDÉBITOS
O art. 168, I, do Código Tributário Nacional - CTN assegura ao contribuinte o direito de pleitear a restituição de indébitos no prazo de cinco anos, contados da data da extinção do crédito tributário. Ultrapassado esse prazo de cinco anos, tais créditos não podem mais ser restituídos ou compensados, uma vez que o direito à restituição encontra-se fulminado pela prescrição.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.
--
Processo nº 10670.000581/2003-00
Recurso nº 163.228 Voluntário
Acórdão nº 1802-00.108 - 2ª Turma Especial
Sessão de 28 de julho de 2009
Matéria CSLL
Recorrente FARPAL AGROPASTORIL E PARTICIPAÇÕES LTDA.
Recorrida 1ª TURMAJDRJ-JUIZ DE FORA/MG
Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário
Ano-calendário: 1997
SALDO NEGATIVO DE CSLL - PEDIDO DE RESTITUIÇÃO CUMULADO COM DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO - PRAZO PARA A REPETIÇÃO DE INDÉBITOS
O art. 168, I, do Código Tributário Nacional - CTN assegura ao contribuinte o direito de pleitear a restituição de indébitos no prazo de cinco anos, contados da data da extinção do crédito tributário. No caso de tributo sujeito o lançamento por homologação, à extinção ocorre no momento do pagamento antecipado de que trata o § 1° do art. 150 da referida Lei. Ultrapassado esse prazo de cinco anos, tais créditos não podem mais ser restituídos ou compensados, uma vez que o direito à restituição encontra-se fulminado pela prescrição.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.
--
Processo nº 10675.001234/2003-46
Recurso nº 163.286 Voluntário
Acórdão nº 1802-00.109 - 2ª Turma Especial
Sessão de 28 de julho de 2009
Matéria CSLL
Recorrente CONSÓRCIO NACIONAL ABC S/C LTDA. (RAZÃO SOCIAL ATUAL: ABC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA).
Recorrida 9ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I
Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL
Ano-calendário: 1997
DECADÊNCIA
A partir da Súmula 8 do STF, a contagem do prazo decadencial para o lançamento das contribuições sociais deve orientar-se pelos dispositivos do Código Tributário Nacional - CTN, e não mais pelo art. 45 da Lei 8.212/1991. A Câmara Superior de Recursos Fiscais, para os casos em que não foi imputada ao contribuinte a prática de fraude, tem reiteradamente adotado a teoria objetiva, também designada como teoria do regime jurídico, segundo a qual a análise da subsunção ao art. 150 do CTN, bem como da decadência

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

prevista em seu § 4°, prescinde da apuração de tributo devido por parte do contribuinte e da existência de pagamento deste tributo. Este é o caso dos autos.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos em dar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo nº 14041.000347/2007-65
Recurso nº 163.925 Voluntário
Acórdão nº 1802-00.110 - 2ª Turma Especial
Sessão de 28 de julho de 2009
Matéria IRPJ E OUTRO
Recorrente PREMIUM DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA LTDA.
Recorrida 2ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ
Período de apuração: 01/09/2003 a 30/09/2003
MULTA ABUSIVA E JUROS DE MORA - TAXA SELIC

O acolhimento das alegações sobre o percentual da multa de oficio e sobre a taxa SELIC implicaria no afastamento de normas legais vigentes (artigos 44 e 61 da Lei 9.430/96), por suposto vício de inconstitucionalidade ou afronta ao Código Tributário Nacional - CTN, e falece a esse órgão de julgamento administrativo competência para provimento dessa natureza, que está a cargo do Poder Judiciário, exclusivamente.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

Período de apuração: 01/09/2003 a 30/09/2003
PRELIMINAR DE NULIDADE - EXTRAPOLAÇÃO DO MPF

A fiscalização da CSLL estava perfeitamente autorizada em MPF complementar, não merecendo qualquer reparo a decisão de primeira instância.

MULTA ABUSIVA E JUROS DE MORA - TAXA SELIC

O acolhimento das alegações sobre o percentual da multa de oficio e sobre a taxa SELIC implicaria no afastamento de normas legais vigentes (artigos 44 e 61 da Lei 9.430/96), por suposto vício de inconstitucionalidade ou afronta ao Código Tributário Nacional - CTN, e falece a esse órgão de julgamento administrativo competência para provimento dessa natureza, que está a cargo do Poder Judiciário, exclusivamente.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, rejeitarem a preliminar de nulidade suscitada, e no mérito em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo nº 11070.001807/2007-37
Recurso nº 166.625 Voluntário
Acórdão nº 1802-00.111 - 2ª Turma Especial
Sessão de 28 de julho de 2009
Matéria IRPJ E OUTROS
Recorrente IRENE SCHER (FIRMA INDIVIDUAL)
Recorrida 1ª TURMA/DRJ-SANTA MARIA/RS
Assunto: Processo Administrativo Fiscal
ANO-CALENDÁRIO: 2003
PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO

Não se conhece do recurso voluntário cujo protocolo ocorra posteriormente a 30 dias contados da ciência da decisão da Delegacia da Receita Federal de Julgamento, conforme art. 33 do Decreto 70.235/72 c/c art. 210 do Código Tributário Nacional - CTN.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acorda os membros do colegiado, por unanimidade de votos, não conhecer do recurso, por intempestivo, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo nº 11065.003296/2006-86
Recurso nº 167.208 Voluntário
Acórdão nº 1802-00.112 - 2ª Turma Especial
Sessão de 28 de julho de 2009
Matéria IRPJ E OUTROS
Recorrente ASA ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.
Recorrida 1ª TURMA/DRJ-PORTO ALEGRE/RS
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ
Ano-calendário: 2003
QUALIFICAÇÃO DA MULTA DE OFÍCIO

A multa qualificada de 150% é cabível nos casos de sonegação, fraude ou conluio, conforme definidos na Lei 4.502/1964. Não havendo um volume de fatos que possa caracterizar a reiteração de conduta, e nem um fato especifico a evidenciar o dolo de omissão, deve ser afastada a hipótese da qualificadora.

CSLL, PIS E COFINS - LANÇAMENTOS DECORRENTES.

Tratando-se da mesma matéria fática, e não havendo questões de direito específicas a serem apreciadas, o decidido quanto ao lançamento de IRPJ deve ser estendido aos lançamentos reflexos.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos em dar provimento ao recurso, para reduzir a multa de oficio de 150% (cento e cinqüenta por cento) para 75 % (setenta e cinco por cento) nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo nº 10840.000043/2006-51
Recurso nº 167.353 Voluntário
Acórdão nº 1802-00.113 - 2ª Turma Especial
Sessão de 28 de julho de 2009
Matéria IRPJ
Recorrente SANTA EMÍLIA DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS E AUTOPEÇAS
LTDA.
Recorrida 5a. TURMA/DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ
Data do fato gerador: 31/10/2002, 30/11/2002.
ESTIMATIVAS MENSAIS QUITADAS POR COMPENSAÇÃO COM CRÉDITOS DE MESMA NATUREZA - 4° TRIMESTRE DE 2002 - INFORMAÇÃO EM DCTF

A partir de 1° de outubro de 2002 todos os procedimentos de compensação junto à Receita Federal deveriam seguir as regras da Lei 9.430/1996, especificamente aquela prevista no § 1° de seu art. 74, que exigia a apresentação de Declaração de Compensação, inclusive para compensação entre tributos de mesma espécie. No entanto, para o 4° trimestre de 2002, o programa gerador da DCTF (versão 2.0) continuou admitindo que se informasse compensação sem vinculação com DCOMP ou processo, no caso de tributos de mesma espécie, da mesma forma que era feito até o mês de setembro de 2002, e este fato contribuiu para que a contribuinte informasse a pretendida compensação apenas na DCTF. Deste modo, tendo a contribuinte utilizado o programa gerador de DCTF que estava disponível na data em que enviou a declaração comunicando as compensações (10/02/2003), não pode o fisco rejeitá-las, sob a alegação de terem sido realizadas de forma incorreta.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos em dar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo nº 10425.001879/200240
Recurso nº 156.722 Voluntário
Acórdão nº 1805-00.060 - 5ª Turma Especial
Sessão de 27 de maio de 2009
Matéria IRPJ E OUTRO
Recorrente UNIMED CAJAZEIRAS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
Recorrida 3ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ
Exercício: 1999, 2000, 2001, 2002, 2003
ATO COOPERATIVO. ISENÇÃO DO IRPJ. Somente são alcançados pela isenção do IRPJ os resultados apurados pelas cooperativas com a realização de atos com cooperados.

VENDA DE PLANOS DE SAÚDE. Não são considerados atos com cooperados aqueles decorrentes de relação jurídica negocia advinda da venda de planos de saúde a terceiros.

ATO COOPERATIVO. CSLL. Em razão do peculiar regime jurídico aplicável às cooperativas, a CSLL não incide sobre as sobras líquidas apuradas por elas, mas incide sobre os resultados apurados com a realização de atos não cooperativos.

Recurso Voluntário provido em parte.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento parcial ao recurso para excluir da incidência da CSLL os resultados auferidos nas operações realizadas por meio da Câmara de Compensação Regional, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo nº 10880.012280/2001-83
Recurso nº 160.591 Voluntário
Acórdão nº 1802-00.062 - 2ª Turma Especial
Sessão de 29 de maio de 2009
Matéria IRPJ
Recorrente RLM COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA
Recorrida 10ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I
IRPJ - IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DO MÉRITO DA QUESTÃO EM RAZÃO DA 1NTEMPESTIVIDADE DO RECURSO.

Recurso não conhecido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros da colegiada por unanimidade de votos, não conhecer do recurso voluntário, por ser intempestivo, nos termos do relatório e voto que a integram o presente julgado.

--

Processo nº 10510.002591/2007-38
Recurso nº 163.760 Voluntário
Acórdão nº 1202-00.003 - 2ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 11 de março de 2009
Matéria IRPJ E OUTROS - Ex(s): 2003
Recorrente UNIÃO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.
Recorrida 2ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ
Ano-calendário: 2003
PRELIMINAR - DECADÊNCIA - Nos tributos e contribuições sujeitos o lançamento por homologação, o direito de a Fazenda Pública da União de constituir créditos tributários extingue-se com o decurso do prazo de cinco anos contados da data da ocorrência do fato gerador, independentemente de ter pagou ou não os tributos e contribuições que tem vencimento fixado em lei (Súmula 08 do STF).

IRPJ - LANÇAMENTO DE OFÍCIO - Sujeitam-se ao lançamento de oficio os valores tributáveis contabilizados e informados em DIPJ que não tenham sido espontaneamente oferecidos à tributação, por meio da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF, formalmente prevista pela Secretaria da Receita Federal do Brasil como instrumento hábil para a confissão de divida tributária, válida para a inscrição na Dívida Ativa da União. LANÇAMENTOS DECORRENTES - Subsistindo o lançamento principal, igual sorte colhe os lançamentos que tenham sido formalizados por mera decorrência de parcela daquele, na medida em que inexistem fatos ou argumentos novos a ensejarem conclusões diversas. MULTA DE OFICIO - A exigência da multa é de aplicação obrigatória nos casos de exigência de tributos decorrentes de lançamentos de oficio (Lei n° 9.430/96, art. 44). NORMAS PROCESSUAIS - PRECLUSÃO - Não se conhecem, na fase recursal, de matéria não agitada na fase impugnatória pena de supressão de instância.

Preliminar Acolhida.

Recurso Voluntário Provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, acolherem a preliminar de decadência do IRPJ, da CSLL, do PIS e da COFINS para os fatos geradores acontecidos até 30/06/2002, REJEITAR as demais preliminares e, quanto ao mérito, negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

--

Processo nº 10680.014648/2005-28
Recurso nº 153.564 Voluntário
Acórdão nº 1202-00.020 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 12 de março de 2009
Matéria IRPJ E OUTROS - Ex(s): 2000 a 2003
Recorrente INVICTA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS
Recorrida 2ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ
Ano-calendário: 2000 2003
PRELIMINAR - EXCLUSÃO DA ESPONTANEIDADE - APRESENTAÇA0 DA DIPJ/DCTF E CONFISSÃO NO PAES APÓS O INÍCIO DO PROCEDIMENTO FISCAL - A apresentação da DIPJ e DCTF (retificadora) e confissão do débito retificado no PAES após o inicio do procedimento fiscal não constitui espontaneidade e não elide o lançamento de oficio e nem a aplicação da multa de lançamento de oficio.

PRELIMINAR - DECADÊNCIA - Nos tributos e contribuições sujeitos o lançamento por homologação, o direito de a Fazenda Pública da União de constituir créditos tributários extingue-se com o decurso do prazo de cinco anos contados da data da ocorrência do fato gerador, independentemente de ter pagou ou não os tributos e contribuições que tem vencimento fixado em lei (Súmula 08 do STF).

IRPJ - CSLL - ARBITRAMENTO DE LUCRO - Quando o próprio contribuinte apresenta declaração retificadora, ainda que sob procedimento fiscal, com auto-arbitramento de lucro, a autoridade lançadora deve arbitrar o lucro com base na receita bruta conhecida.

MULTA DE LANÇAMENTO DE OFICIO - MULTA QUALIFICADA - Quando o lançamento foi fundado na receita bruta conhecida escriturada pelo sujeito passivo nos livros fiscais e declarada na DIPJ e DCTF retificadora, o percentual de lançamento de oficio deve ser reduzido de 150% para 75% vez que se trata de infração prescrita no artigo 44, inciso II, da Lei n° 9.430/96.

JUROS DE MORA - TAXA SELIC - Na forma Súmula 04 do Primeiro Conselho de Contribuintes, os juros de mora devem ser calculados pela taxa Selic, a partir de 1° de abril de 1995 (Súmula n° 04, d 1° CC).

Preliminar acolhida.

Recurso Voluntário Provido em Parte.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto pela HYETTE DO BRASIL S.A.

Acordam os Membros da 2ª câmara / 2ª turma ordinária da primeira SEÇÃO DE JULGAMENTO, por maioria de votos, DAREM provimento PARCIAL ao recurso, para reduzir a multa de oficio ao percentual de 75% e, por conseqüência, ACOLHER a preliminar de decadência para o IRPJ e CSLL para fatos geradores ocorridos até o terceiro trimestre do ano de 2000 e para o PIS e a COFINS para fatos geradores acontecidos até setembro de 2000. Nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Vencidos os Conselheiros Mário Sérgio Fernandes Barroso, José de Oliveira Ferraz Correa e Nelson Lósso Filho que negavam provimento ao recurso. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros José. Carlos Teixeira da Fonseca e Karem Jureidini Dias.

--

Processo nº 10630.720205/2006-46
Recurso nº 163.231 Voluntário
Acórdão nº 1202-00.030 - 2ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 12 de maio de 2009
Matéria IRPJ e Outros
Recorrente MONTE ALEGRE PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO DE BENS S/C
LTDA.
Recorrida 1ª TURMA/DRJ-JUIZ DE FORA/MG
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ
Ano-calendário: 2002,2003
CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. Não existe cerceamento do direito de defesa a não entrega da totalidade do processo quando da notificação, uma vez que o contribuinte tem acesso às cópias do processo na repartição fiscal.

Se o Recurso Voluntário denota plena compreensão dos fundamentos de fato e de direito da autuação e da decisão recorrida, rejeita-se a preliminar de cerceamento do direito de defesa.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. A responsabilidade solidária pressupõe o interesse jurídico que surge a partir da existência de direito e/ou deveres comuns de pessoas situadas do mesmo lado de uma mesma relação jurídica privada que constitua o fato jurídico tributário. A utilização em beneficio próprio e o manuseio, por pessoas físicas ou jurídicas, de recursos movimentados em conta corrente de pessoa jurídica para tanto utilizada é prova do interesse comum das pessoas físicas e jurídicas que movimentaram os recursos omitidos em beneficio próprio.

LANÇAMENTO COM BASE EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS. PRESUNÇÃO DE OMISSÃO DE RENDIMENTOS. Para os fatos geradores ocorridos a partir de 1° de janeiro de 1997,0 art. 42 da Lei n°9.430, de 1996, autoriza a presunção legal de omissão de rendimentos com base em depósitos bancários de origem não comprovada pelo sujeito passivo.

ARBITRAMENTO. É de se manter o arbitramento do lucro da empresa que, regularmente intimada, não apresentou os livros e documentos fiscais à fiscalização. Correto o arbitramento com base em 100% das receitas, quando impossível identificar a atividade que deu origem aos recursos, objeto de lançamento.

MULTA QUALIFICADA DE 150%. EVIDENTE INTUITO DE FRAUDE.

No caso de lançamento de oficio será aplicada multa calculada sobre o crédito tributário apurado, no percentual de 150%, quando caracterizado o evidente intuito de fraude por parte do autuado, em face dos levantamentos realizados pela autoridade atuante e fatos revelados nos autos do processo.

IRPJ. DECADÊNCIA. Ainda que se trate de lançamento por homologação, deve ser aplicado prazo previsto no artigo 173, inciso I, do Código Tributário Nacional, em razão da constatação dos elementos de dolo, fraude e simulação.

Preliminar Rejeitada.

Recurso Voluntário Negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, rejeitarem os preliminares suscitadas e, no mérito, negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.

--

Processo nº 10280.001697/00-18
Recurso nº 146.896 Voluntário
Acórdão nº 1202-00.035 - 2ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 13 de maio de 2009
Matéria IRPJ
Recorrente VIAÇÃO RIO GUAMÁ LTDA.
Recorrida 1ª TURMA/DRJ-BELEM/PA
Assunto: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ
Ano-calendário: 1998

IMPUTAÇÃO DE PAGAMENTO. A imputação de pagamento é prerrogativa da Fazenda Pública que apenas pode ser exercida caso não haja anterior manifestação do contribuinte pleiteando o pagamento de determinado débito.

Recurso Voluntário Provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.

--

Processo nº 10580.004643/2007-87
Recurso nº 164.872 Voluntário
Acórdão nº 1202-00.037 - 2ª Câmara/2ªTurma Ordinária
Sessão de 13 de maio de 2009
Matéria TRPJ e Outros
Recorrente VALDO WILSON MORAIS MANHAES
Recorrida 2ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ
Ano-calendário: 2004 2005

QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO. LIMITES. A utilização das informações sobre as movimentações financeiras para efetuar lançamento de oficio, relativo a fatos geradores ocorridos antes da vigência da Lei n° 10.174/2001, é legitimada pelo § 1° do art. 144 do CTN, por se tratar de mero procedimento que ampliou os poderes de investigação das autoridades fiscais.

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. A responsabilidade solidária pressupõe o interesse jurídico que surge a partir -da existência de direito e/ou deveres comuns de pessoas situadas do mesmo lido. de uma mesma relação jurídica privada que constitua o fato jurídico tributário. A existência de sócios de fato que movimentavam recursos em conta corrente de pessoa jurídica é prova do interesse comum das pessoas físicas que movimentaram os recursos omitidos em beneficio próprio.

MULTA QUALIFICADA. EVIDENTE INTUITO DE FRAUDE. No caso de lançamento de oficio será aplicada multa calculada sobre o crédito tributário apurado, no percentual de 150%, quando caracterizado o evidente intuito de fraude por parte do autuado, uma vez constata a existência de grupo econômico que ocultava não só o real sujeito passivo da obrigação tributária, mas toda a obrigação tributária, repetidamente.

Recurso Voluntário Negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acorda os membros do colegiado, por unanimidade de votos, não conhecer do recurso apresentado pela empresa, e, quanto aos recursos apresentados pelas pessoas físicas em negar provimento aos recursos, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.

--

Processo nº 18471.000633/2003-98
Recurso nº 151.834 De Oficio
Acórdão nº 1202-00.046 - 2ª Câmara /2ª Turma Ordinária
Sessão de 13 de maio de 2009
Matéria IRPJ
Recorrente GPC QUÍMICA S/A. (SUCESSORA POR INCORPORAÇÃO DE PROSINT QUIMICA S/A.).
Interessado 3ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURIDICA - IRPJ
Ano-calendário: 1998

RECURSO DE OFÍCIO - NÃO CONHECIMENTO - CRÉDITO EXONERADO ABAIXO DO LIMITE DE ALÇADA - PORTARIA MF N° 03/2008. Tendo em vista que o crédito exonerado pela decisão de Primeira Instância está abaixo do limite de alçada do recurso de oficio previsto pela Portaria n° 03, do Sr. Ministro da Fazenda, de 03 de janeiro de 2008 (D.O.U. de 07/01/2008), não deve ser conhecido o presente recurso de oficio.

Recurso de Oficio Não Conhecido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, não conhecer do recurso de oficio por ser abaixo do limite de alçada, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.

--

Processo nº 11618.002710/2001-21
Recurso nº 159.820 Voluntário
Acórdão nº 1202-00.047 - 2ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 13 de maio de 2009
Matéria IRPJ
Recorrente COMPANHIA DE TECIDOS RIO TINTO
Recorrida 5ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ
Ano-calendário: 1998

DESAPROPRIAÇÃO. INDENIZAÇÃO. NÃO INCIDÊNCIA. Não incide o tributo sobre valores recebidos em decorrência de desapropriação, sob pena de descaracterizar o conceito de "justa indenização em dinheiro", que condiciona o ato do poder expropriante.

Recurso Voluntário Provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por maioria de votos, darem provimento ao recurso, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado. Vencidos os Conselheiros Mário Sérgio Fernandes Barroso e Nelson Lósso Filho que negavam.

--

Processo nº 10580.002344/2007-16
Recurso nº 162.235 Voluntário
Acórdão nº 1201-00.048 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 13 de maio de 2009
Matéria SIMPLES
Recorrente TOP OFICE - ADMINISTRAÇÃO DE NEGÓCIOS LTDA.
Recorrida 4ª TURMA DA DRJ SALVADOR/BA
Assunto: Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das
Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - Simples
Ano-calendário: 2004
Ementa: PRESUNÇÃO LEGAL. ÔNUS DA PROVA.

O artigo 42, da Lei n° 9.430/96, estabeleceu a hipótese da caracterização de omissão de receita com base em movimentação financeira não comprovada. A presunção legal trazida ao mundo jurídico pelo dispositivo em comento toma legítima a exigência das informações bancárias e transfere o ônus da prova ao sujeito passivo, cabendo a este prestar os devidos esclarecimentos quanto aos valores movimentados.

VALORES DECLARADOS E PAGOS. EXCLUSÃO.

Demonstrado que a autoridade lançadora incluiu no lançamento de oficio os valores declarados pelo sujeito passivo a título de SIMPLES o montante de tributo correspondente deve ser expurgado da exigência, por caracterizar dupla tributação.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acorda os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso para excluir do lançamento o montante recolhido pelo sujeito passivo nos meses de maio a dezembro do ano-calendário de 2004, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo nº 10510.001537/2004-22
Recurso nº 152.102 Voluntário
Acórdão nº 1201-00.055 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 13 de maio de 2009
Matéria IRPJ E CSLL
Recorrente SULNORTE E SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA.
Recorrida 2ª Turma/DRJ - Salvador/BA
Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário
Ano-calendário: 1998
Ementa: DECADÊNCIA. PRAZO.

O prazo para a Fazenda Pública constituir o crédito tributário referente aos tributos sujeitos ao lançamento por homologação extingue-se em 5 (cinco) anos contados da ocorrência do fato gerador, conforme disposto no art. 150, § 4º, do CTN. Essa regra aplica-se também à CSLL por força da Súmula n° 8 do STF
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ
Ano-calendário: 1998, 1999, 2000, 2001, 2002

CUSTOS OU DESPESAS ATIVADOS INDEVIDAMENTE. EXCESSO DE DEPRECIAÇÃO.

Correta a glosa de despesas com depreciação referentes a valores lançados indevidamente no ativo imobilizado, por se referirem os custos ou despesas que não se incorporam ao bem adquirido.

MULTA DE OFÍCIO QUALIFICADA. INEXISTÊNCIA DE RAZÕES. INAPLICABILIDADE.

Descabe a imputação da multa no percentual qualificado se a autoridade lançadora não especifica nos autos a conduta que teria caracterizado o evidente intuito de fraude.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por maioria de votos, em acatar a preliminar de decadência para o IRPJ e a CSLL, em relação aos anos-calendário de 1998 e reduzir a multa de oficio ao patamar de 75%,nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado. Vencidos os Conselheiros Carlos Pela e Regis Magalhães Soares Queiroz, que propunham converter o julgamento em diligência.

--

Processo nº 11051.000495/2006-91
Recurso nº 157.153 Voluntário
Acórdão nº 1201-00.056 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 13 de maio de 2009
Matéria IRPJ E OUTROS
Recorrente KIC COMÉRCIO IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO LTDA.
Recorrida 1ª TURMA/ DRJ PORTO ALEGRE/RS

ARBITRAMENTO DO LUCRO. RECUSA NA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO CONTÁBIL. PROCEDÊNCIA

Cabível o arbitramento do lucro quando o contribuinte, regularmente intimado, mesmo após concessão de dilação de prazo, não apresenta os documentos contábeis obrigatórios.

OMISSÃO DE RECEITAS. DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE ORIGEM NÃO COMPROVADA. PROCEDÊNCIA,

Configura omissão de receitas a existência de depósitos bancários de origem não comprovada quando o contribuinte não logra provar ou justificar referidos ingressos.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo nº 10530.002252/2003-90
Recurso nº 159.673 Voluntário
Acórdão nº 1202-00.064 - 2ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 14 de maio de 2009
Matéria IRPJ
Recorrente POSTO 2001 DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES LTDA.
Recorrida 2ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURIDICA - IRPJ
Ano-calendário: 2000 2001

OMISSÃO DE RECEITAS. LIVRO DE MOVIMENTAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (LMC). As divergências apuradas entre as receitas de venda de combustíveis lançadas nos Livros de Movimentação de Combustíveis - LMC e as mesmas receitas lançadas em outros registros contábeis, constituem indício suficiente para a configuração de omissão de receitas.

Recurso Voluntário Negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.

--

Processo nº 10530.002251/2003-45
Recurso nº 159.659 Voluntário
Acórdão nº 1202-00.065 - 2ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 14 de maio de 2009
Matéria CSLL
Recorrente POSTO 2001 DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES LTDA.
Recorrida 2ª TURMA/DRJ-SALVADORMA
ASSUNTO: CONTRMUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LIQUIDO-CSLL
Ano-calendário: 2000 2001

OMISSÃO DE RECEITAS. LIVRO DE MOVIMENTAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (LMC). As divergências apuradas entre as receitas de venda de combustíveis lançadas nos Livros de Movimentação de Combustíveis - LMC e as mesmas receitas lançadas em outros registros contábeis, constituem indício suficiente para a configuração de omissão de receitas.

Recurso Voluntário Negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.

--

Processo nº 13827.000628/2005-56
Recurso nº 153.519 Voluntário

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Acórdão nº 1202-00.077 - 2ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 17 de junho de 2009
Matéria CSLL
Recorrente COMERCIAL E IMPORTADORA JAUENSE DE SOLDA LTDA.
Recorrida 1ª TIJRMA/DRI-RIBELRÃO PRETO/SP
Assunto: C0NTRII3UIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL
Ano-calendário: 2001, 2002, 2003, 2004
NULIDADE. A mera discordância dos fundamentos da decisão recorrida pelo contribuinte não é causa de nulidade, que apenas ocorre se demonstrada qualquer das hipóteses do artigo 59 do Decreto-lei n° 70.235/72.
CSLL. DECADÊNCIA. Em razão da natureza e modalidade originária de apuração, aplica-se a regra decadencial prevista no § 4° do artigo 150 do Código Tributário Nacional, exceto para os casos em que constatado dolo, fraude ou simulação, quando a contagem do prazo decadencial desloca-se para o artigo 173, incido I, do Código Tributário Nacional.
Preliminar Acolhida.
Recurso Voluntário Provido em Parte.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em rejeitar a preliminar de nulidade suscitada, e, no mérito, por maioria de votos, DAR provimento parcial ao recurso para acolher a preliminar de decadência para a CSLL exigida nos primeiro, segundo e terceiro trimestres do ano de 2000, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado. Vencidos os Conselheiros Carmen Ferreira Saraiva (Suplente Convocada) e Nelson Lósso Filho que negavam provimento ao recurso.
--
Processo nº 13830.001509/2002-19
Recurso nº 136.168 Embargos
Acórdão nº 1202-00.095 - 2ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 18 de junho de 2009
Matéria IRPJ e Outros
Embargante CONSTRUTORA MENIN LTDA.
Interessado 1ª TURMA/DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IFPJ
Ano-calendário: 1998e 1999
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Embargos acolhidos para sanar omissão e esclarecer dúvida em relação aos fundamentos do acórdão embargado, sem, contudo, alterar o resultado do julgamento.
Embargos Acolhidos.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, acolherem os embargos opostos para sanar as dúvidas e esclarecer a omissão apontada, sem, contudo, alterar a decisão consubstanciada no Acórdão n°108-09.585 de 16/04/2008, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.
--
Processo nº 13227.000700/2004-23
Recurso nº 158.500 Embargos
Acórdão nº 1202-00.099 - 2ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 18 de junho de 2009
Matéria IRPJ E OUTROS
Embargante FAZENDA NACIONAL
Interessado ODILON & RIBEIRO LTDA.
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - PRESSUPOSTOS - As obscuridades, dúvidas, omissões, contradições e inexatidões materiais contidas no acórdão podem ser saneadas através de Embargos de Declaração, conforme previsão no artigo 57 do Regimento Interno dos Conselhos de Contribuintes.
SIMULAÇÃO - MULTA QUALIFICADA - A tentativa de simulação não chega a produzir efeitos e, portanto, não se encontra prevista nas condutas descritas nos arts. 71, 72 e 73, da Lei n° 4.502/64, que exigem do sujeito passivo a prática de dolo, com a obtenção de resultado a seu favor.
DEPÓSITOS BANCÁRIOS - MULTA QUALIFICADA - A omissão de receitas caracterizada pela existência de depósitos bancários cuja origem não restou comprovada, por se tratar de presunção legal, por si só, não autoriza a imposição da multa qualificada.
IRPJ - CSLL - PIS - COFINS - LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO - A natureza do lançamento, se por homologação ou não, não se identifica com o pagamento, pois o objeto da homologação engloba toda a cadeia de atos interligado tais como a escrituração de lançamentos, apresentação de declarações e, se apurado resultado, o recolhimento de tributos. Considerando que o lançamento do IRPJ, CSLL, PIS e COFINS se dá por homologação, o prazo para o fisco efetuá-lo, quando não ficar comprovado o evidente intuito de fraude, é de 5 anos a contar da ocorrência do fato gerador, sob pena de decadência nos termos do art. 150, § 4°, do CTN. Recurso especial (PFN) negado. (Ac. CSRF/01-05.644, de 27/03/2007).
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, acolher os embargos opostos para retificar o acórdão n°108-19.811 de 19/12/2008, no sentido de prolatar a seguinte decisão: dar provimento parcial ao recurso para rejeitar a preliminar de nulidade suscitada, desqualificar a multa de oficio para reduzi-la ao percentual de 75% e, por conseqüência, acolher a preliminar de decadência para o IRPJ e CSLL para os atos geradores acontecidos até o terceiro trimestre de 1999 e para o Pis e a COFINS para os fatos geradores ocorridos até o mês de novembro de 1999, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado. Ausente, momentaneamente, a Conselheira Karem Jureidini Dias.
--
Processo nº 16327.001249/2004-21
Recurso nº 163.103 De Oficio e Voluntário
Acórdão nº 1202-00.014 - 2ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 12 de março de 2009
Matéria IRPJ E OUTRO - Ex(s): 2001
Recorrentes 10ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I e BBA-CREDITANSTALT FINANÇAS E REPRESENTAÇÕES LTDA.
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ
Ano-calendário: 2001
RECURSO DE OFÍCIO - CSLL - LANÇAMENTO - LUCROS AUFERIDOS POR CONTROLADA NO EXTERIOR - Os lucros auferidos por pessoas jurídicas controladas no exterior passaram a ser tributáveis na controladora no Brasil, a partir de 1° de outubro de 1998, com o artigo 19 da Medida Provisória n° 1.858, de 29 de junho de 1999. Recurso negado.
RECURSO VOLUNTÁRIO - IRPJ - CSLL - AÇÃO JUDICIAL CONCOMITANTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - A pronúncia sobre o mérito de auto de infração, objeto de contraditório administrativo, fica inibida quando, simultaneamente, a mesma matéria foi submetida ao crivo do Poder Judiciário. A decisão soberana e superior do Poder Judiciário é que determinará o destino da exigência tributária em litígio. Súmula n°01 do 1° Conselho de Contribuintes.
PRELIMINAR - DECADENCIA - Nos tributos e contribuições submetidos à modalidade de lançamento por homologação, os fatos geradores ocorridos e declarados mediante o cumprimento das obrigações acessórias correspondentes são considerados homologados com o decurso do prazo de cinco anos contados da ocorrência do fato gerador e a Fazenda Pública da União só pode revisar e alterar o lançamento naquele prazo face ao disposto no artigo 150, § 4° do Código Tributário Nacional.
1RPJ - CSLL - LUCROS AUFERIDOS NO EXTERIOR - ANOSCALENDÁRIO DE 1996 E 1997 - MÉTODO DE EQUIVALENCIA
PATRIMONIAL - Durante a vigência do artigo 25 da Lei n° 9.249/95, os resultados da avaliação dos investimentos no exterior, pelo método de equivalência patrimonial, tinham o tratamento previsto na legislação vigente, em conformidade com o disposto no § 6° do mesmo artigo, ou seja, não estava sujeita às regras estabelecidas no art. 1°, da Lei n° 9.532, de10 de dezembro de 1997 que entrou em vigor no dia 1° de janeiro1998.
Preliminar Acolhida.
RO Negado e RV Não Conhecido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto pela 10ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I e BBA-CREDITANSTALT FINANÇAS E REPRESENTAÇÕES LTDA.
ACORDAM os Membros da 2ª câmara / 2ª turma ordinária da primeira SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso de oficio e, quanto ao recurso voluntário, também por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do recurso quanto à matéria levada ao crivo do Poder Judiciário e ACOLHER a preliminar de decadência do IRN e CSLL nos anos-calendário de 1996 e 1997, item Reserva Legal, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.
--
Processo nº 18471.000183/2005-03
Recurso nº 162.156 Voluntário
Acórdão nº 1202-00.027 - 2ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 12 de maio de 2009
Matéria SIMPLES
Recorrente JUICE & JUICE SUMOS LTDA.
Recorrida 2ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I
Assunto: Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das
Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES
Ano-calendário: 2004
OMISSÃO DE RECEITA. REGIME DE TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL. IRPJ E REFLEXOS. Por força de obrigatoriedade legal, à luz do disposto no art. 24 da Lei n° 9.249/95, verificada a omissão de receita em empresa optaste do regime SIMPLES, a autoridade tributária determinará o valor do imposto a ser lançado de acordo com o regime de tributação a que estiver submetido à pessoa jurídica no período - base a que corresponder à omissão. Por relação conexa de causa e efeito, aplicam-se aos demais tributos e contribuições incidentes sobre a receita omitidas a decisão prolatada em relação à exigência do principal.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.
--
Processo nº 10380.011051/2006-97
Recurso nº 160.898 Voluntário
Acórdão nº 1202-00.031 - 2ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 13 de maio de 2009
Matéria CSLL
Recorrente NACIONAL GÁS BUTANO DISTRIBUIDORA LTDA.
Recorrida 3ª TURMA/DRJ-FORTALEZA/CE
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL
Ano-calendário: 2002, 2003, 2004, 2005
LIMITES DA COISA JULGADA. Nas relações tributárias de natureza continuativa, não é cabível a alegação da coisa julgada em relação a fatos geradores ocorridos após alterações legislativas, posto que, a imutabilidade diz respeito, apenas, aos fatos concretos declinados no pedido, ficando sua eficácia restrita ao período de incidência que fundamentou a busca da tutela jurisdicional. Assim não se perpetuam os efeitos da decisão transitada em julgado, que afasta a incidência da Lei n° 7.689/88, sob o fundamento de sua inconstitucionalidade, principalmente, considerando o pronunciamento posterior ao definitivo do STF, em sentido contrário, cuja eficácia tomou-se "erga omnes" pela edição de Resolução do Senado Federal.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.
--
Processo nº 11020.000801/2003-12
Recurso nº 156.561 Voluntário
Acórdão nº 1202-00.050 - 2ªCâmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 14 de maio de 2009
Matéria IRPJ
Recorrente RANDON S.A IMPLEMENTOS E SISTEMAS AUTOMOTIVOS
Recorrida 5ª TURMAJDRJ-PORTO ALEGRE/RS
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ
Ano-calendário: 2003
EMENTA - NÃO CONHECIMENTO. PRECLUSÃO DO DIREITO DE DEFESA INICIAL. Uma vez intempestiva a impugnação inicial, confessadamente, a matéria é considerada não impugnada e revel o sujeito passivo, razão pela qual não se conhece as razões de seu inconformismo perante esta instância recursal.
Recurso Voluntário Não Conhecido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acorda os membros do colegiado, por unanimidade de voto, não conhecer do recurso, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.
--
Processo nº 19740.000117/2007-32
Recurso nº 162.069 Voluntário
Acórdão nº 1202-00.061 - 2ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 14 de maio de 2009
Matéria IRPJ e Outro
Recorrente LETRA S.A. CRÉDITO IMOBILIÁRIO.
Recorrida 2ª TURMA/DIU-RIO DE JANEIRO/RJ I
ASSUNTO' IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ
Ano-calendário: 2003 2004
GLOSAS DE CRÉDITOS COM GARANTIAS REAIS. GLOSAS DE RECEITAS FINANCEIRAS DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS (FCVS). LUCRO INFLACIONÁRIO DIFERIDO. Não atendido o requisito legal, obrigatório, do inciso III do art. 9° da Lei n° 9.430/96 a demonstrar, com documentação hábil e idônea, início de procedimento judicial para créditos com garantia real, não se pode considerar a dedutibilidade como realizada, cabendo a glosa fiscal.
O reconhecimento de receitas, como despesas, deve observar o regime de competência, nos termos da legislação tributária vigente, não cabendo excluir receitas sob condição suspensiva de seu efetivo recebimento, devendo ser mantida a exigência.
O prazo decadencial da realização do saldo acumulado do lucro inflacionário começa a fluir a partir de cada período em que sua tributação é imposta pela legislação, e, não realizando o mínimo obrigatório, deve ser lançado o crédito tributário.
Aplicam-se a CSLL os mesmos efeitos da decisão para o IRPJ.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.
--
Processo nº 10840.00418612002-16
Recurso nº 154.600 Voluntário
Acórdão nº 1202-00.067 - 2ª Câmara / 2ªTurma Ordinária
Sessão de 15 de maio de 2009
Matéria IRPJ
Recorrente USINA AÇUCAREIRA DE JABOTICABAL S.A.
Recorrida 1ª TURMA/DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURIDICA - IRPJ
Ano-calendário: 1998
COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS FISCAIS - POSTERGAÇÃO DE IMPOSTO - JUROS DE MORA.
Não se sustenta à tese da ocorrência da postergação por absoluta insubsistência de demonstração probatória, uma vez não existentes nos autos comprovação de que houve tributação diferida, com o respectivo pagamento. Incidem os juros de mora determinados pelas disposições da Lei n° 9.430/96, uma vez que plenamente em vigor no ordenamento jurídico, deixando a tese do sujeito passivo de fundar-se em competente decisão judicial, única legítima e autorizada legalmente para suspender o lançamento como efetuado.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.
--
Processo nº 13502.000419/99-01
Recurso nº 156.119 Voluntário

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Acórdão nº 1202-00.068 - 2ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 15 de maio de 2009
Matéria IRPJ e Outros
Recorrente CATA NORDESTE S.A.
Recorrida 2ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ
Ano-calendário: 2000, 2001, 2002
ERRO DE FATO NÃO DEMONSTRADO. RESTITUIÇÃO. PEDIDO
IMPROCEDENTE. Uma vez dada oportunidade para demonstrar, mediante comprovação de informe de rendimentos das fontes pagadoras, erro no preenchimento de INRI retificadora, e não se comprovando, pelo sujeito passivo, as diferenças apuradas no procedimento administrativo, uma vez ausentes documentos necessários de suas aplicações financeiras e respectivas retenções tributárias, não há como reexaminar a matéria, devendo-se manter a decisão que reconheceu, parcialmente, o direito creditório, como prolatado pela autoridade julgadora de primeira instância.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.
--
Processo nº 11065.000041/2006-61
Recurso nº 154.332 Voluntário
Acórdão nº 1202-00.073 - 2ª Câmara / 2ªTurma Ordinária
Sessão de 17 de junho de 2009
Matéria IRPJ E OUTRO
Recorrente CORDOARIA SÃO LEOPOLDO S.A.
Recorrida 1ª TURMA DA DRJ-PORTO ALEGRE/RS
CONSTITUCIONALIDADE - O Primeiro Conselho de Contribuintes não é competente para se pronunciar sobre a inconstitucionalidade de lei tributária. (Súmula n° 2, 1° CC).
PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL - NORMAS PROCESSUAIS - NULIDADE - Não devem se pronunciadas nulidades quando não ficar demonstrada nos autos qualquer ofensa ao princípio do contraditório e da ampla defesa.
IRPJ - CRÉDITO-PRÊMIO DE IPI - LUCRO REAL - REGIME DE
COMPETÊNCIA - As receitas decorrentes do crédito-prêmio do IPI integram a base de cálculo do imposto. Para fins de apuração do resultado tributável, somente podem ser excluídas do lucro líquido (contábil) os valores autorizados pela legislação tributária.
LANÇAMENTOS DECORRENTES - Subsistindo o lançamento principal, igual sorte colhe os lançamentos que tenham sido formalizados por mera decorrência de parcela daquele, na medida em que inexistem fatos ou argumentos novos a ensejarem conclusões diversas.
MULTA DE OFÍCIO - A exigência da multa é de aplicação obrigatória nos casos de exigência de tributos decorrentes de lançamentos de oficio (Lei n° 9.430/96, art. 44).
JUROS DE MORA - SELIC - A partir de 1° de abril de 1995, os juros moratórios incidentes sobre débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal são devidos, no período de na inadimplência, à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC para títulos federais (Súmula n°4, do 1° CC).
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, rejeitarem a preliminar de nulidade suscitada, e, no mérito, negar Provimento ao recurso, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.
--
Processo nº 10280.004309/2004-65
Recurso nº 159.023 Voluntário
Acórdão nº 1202-00.082 - 2ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 17 de junho de 2009
Matéria IRPJ E OUTROS
Recorrente CESTA BÁSICA COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA.
Recorrida P TURMA DA DRJ BELÉM/PA NULIDADE - Não é nulo o procedimento fiscal que se inicia a partir de informações prestadas pela Secretaria da Fazenda estadual, cujo conteúdo o sujeito passivo não contestou apesar de intimado para tanto.
ARBITRAMENTO DE LUCRO - Se sujeita ao arbitramento o contribuinte que deixar de apresentar à autoridade tributária os livros e documentos da escrituração comercial e fiscal, ou o livro Caixa, quando optante pela apuração do lucro presumido.
LANÇAMENTOS DECORRENTES - Subsistindo o lançamento principal, igual sorte colhe os lançamentos que tenham sido formalizados por mera decorrência de parcela daquele, na medida em que inexistem fatos ou argumentos novos a ensejarem conclusões diversas.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em rejeitar a preliminar de nulidade do lançamento suscitada, e, no mérito, negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado. Ausente, momentaneamente, o conselheiro Mário Sérgio Fernandes Barroso.
--
Processo nº 13802.004243/95-86
Recurso nº 159.567 Voluntário
Acórdão nº 1202-00.088 - 2ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 18 de junho de 2009
Matéria IRPJ e outros
Recorrente NAVE GUIA EMPREENDIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO LTDA.
Recorrida 1ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ
Ano-calendário: 1991, 1992
OMISSÃO DE RECEITAS. SUPRIMENTO DE NUMERÁRIO. PROVA. DEPÓSITOS BANCÁRIOS. TRIBUTAÇÃO. Uma vez não comprovado pelo sujeito passivo a origem do suprimento de numerário aditado pela autoridade fiscal, deve ser mantida a presunção de omissão de receitas. Por outro lado, o arbitramento de lucro sobre simples depósitos bancários, isoladamente, não pode subsistir, mormente antes da Lei n° 9.430/96, posto que tal procedimento somente se aplica se apurado conjunto de fortes indícios que conduzam a sustentação de omissão de receitas.
Uma vez válida no ordenamento jurídico, com base na Lei n° 8.383/91, deve-se manter a UFIR.
Recurso Voluntário Provido em Parte.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento parcial ao recurso para cancelar a exigência contida no Termo de Constatação n° 02 - Omissão de receitas por falta de origem de depósitos bancários, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.
--
Processo nº 13808.000850/2002-34
Recurso nº 154.109 Voluntário
Acórdão nº 1202-00.089 - 2ª Câmara / 2ªTurma Ordinária
Sessão de 18 de junho de 2009
Matéria IRPJ
Recorrente LIX EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA.
Recorrida 2ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP
IRPJ - DECADÊNCIA - LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO - Nos tributos e contribuições submetidos à modalidade de lançamento por homologação, os fatos geradores ocorridos e declarados mediante o cumprimento ºas obrigações acessórias correspondentes são consideradas homologados com o decurso do prazo de cinco anos contados da ocorrência do fato gerador e a Fazenda Pública da União só pode revisar e alterar o lançamento naquele prazo face ao disposto no artigo 150, § 4° do Código Tributário Nacional.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.
--
Processo nº 19515.001893/2002-17
Recurso nº 153.887 Voluntário
Acórdão nº 1202-00.091 - 2ª Câmara /2ª Turma Ordinária
Sessão de 18 de junho de 2009
Matéria CSLL
Recorrente GERAL DE CONCRETO S.A.
Recorrida 5ª TURMA DA DRJ SÃO PAULO/SP
JUROS DE MORA - SELIC - A partir de 1° de abril de 1995, os juros moratórios incidentes sobre débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal são devidos, no período de inadimplência, à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC para títulos federais (Súmula n° 4, do 1° CC).
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.
--
Processo nº 10680.008638/2006-34
Recurso nº 157.479 Voluntário
Acórdão nº 1202-00.106 - 2ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 19 de junho de 2009
Matéria IRPJ E OUTROS
Recorrente 2ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG
Recorrida MM CONSULTORIA LTDA.
RECURSO DE OFÍCIO - Decisão de primeira instância pautada dentro das normais legais que regem a matéria e de conformidade com o que consta nos autos não merece qualquer reparo. Recurso de oficio a que se nega provimento.
CONSTITUCIONALIDADE - O Primeiro Conselho de Contribuintes não é competente para se pronunciar sobre a inconstitucionalidade de lei tributária. (Súmula n° 2, 1° CC).
IRRF - PAGAMENTO SEM IDENTIFICAÇÃO DE BENEFICIÁRIA E RESPECTIVA CAUSA DA OPERAÇÃO - É cabível a tributação exclusiva de fonte, à alíquota de 35%, para alcançar todo pagamento efetuado pelas pessoas jurídicas a beneficiário não identificado. Essa tributação alcança também os pagamentos efetuados ou os recursos entregues o terceiro ou sócios, acionistas ou titular, contabilizados ou não, quando não for comprovada a operação ou sua causa.
MULTA QUALIFICADA - As condutas descritas nos arts. 71, 72 e 73, da
Lei n° 4.502/64 exige do sujeito passivo a prática de dolo, ou seja, a deliberada intenção de obter o resultado que seria o impedimento ou retardamento da ocorrência do fato gerador, ou a exclusão ou modificação das suas características essenciais, de modo a reduzir o montante do imposto devido, ou a evitar ou diferir o seu pagamento. A multa aplicável é aquela a ser imposta pelo não pagamento do tributo devido, cujo débito fiscal for apurado em procedimento de fiscalização, com esteio no art. 44, 1, §1° da Lei n° 9.430/96.
NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO - DECADÊNCIA - Nas hipóteses de ocorrência do evidente intuito ou da inexistência de pagamento, inicia-se a contagem do prazo de decadência do direito de a Fazenda Nacional formalizar a exigência tributária no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
JUROS DE MORA - SELIC - A partir de 1° de abril de 1995, os juros moratórios incidentes sobre débitos tributários adi ministrados pela Secretaria da Receita Federal são devidos, no período de inadimplência, à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC para títulos federais (Súmula n° 4, do I° CC).
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso de oficio e, quanto ao recurso voluntário, também por unanimidade de votos, rejeitarem os preliminares suscitadas e, no mérito, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado. Ausente, momentaneamente, a Conselheira Karem Jureidini Dias.
--
Processo nº 19740.000650/2003-71
Recurso nº 160.203 Voluntário
Acórdão nº 1202-00.107 - 2ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 19 de junho de 2009
Matéria IRPJ E OUTRO
Recorrente BANCO SANTANDER S.A.
Recorrida 3ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I
IRPJ - GLOSA DE DESPESAS - Administrativo de Lançamento requer seja produzida a prova da ocorrência de fato que, inequivocamente, se subsuma a hipótese descrita pela norma jurídica.
LANÇAMENTOS REFLEXOS - Quando não há matéria especifica, de fato ou de direito, a ser apreciada, aplica-se às exigências reflexas o mesmo tratamento dispensado ao lançamento matriz, em razão da intima relação de causa e efeito.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado. Ausente, momentaneamente, a Conselheira Karem Jureidini Dias.
--
Processo nº 15374.001302/99-92
Recurso nº 163.449 Voluntário
Acórdão nº 1202-00.122 - 2ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 28 de julho de 2009
Matéria IRPJ E OUTROS
Recorrente INERGRANIT MINERAÇÃO LTDA.
Recorrida 2ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ
Exercício: 1996
Ementa: IRPJ E REFLEXOS - OBRIGAÇÃO NÃO COMPROVADA - PRESUNÇÃO LEGAL - NECESSIDADE DE PROVA PELO SUJEITO PASSIVO - IRRF/95- IRRETROATIVIDADE - INAPLICABILIDADE DO ART. 106/CTN.
Constatado pela autoridade fiscal a existência de obrigações com fornecedores, ainda que intimado o sujeito passivo, que não apresenta elementos probatórios sobre a existência e permanência das mesmas, registradas no passivo, prevalece a presunção legal de omissão de receitas, pois cabia ao interessado elidir tal presunção com base na documentação que, necessariamente, embasa sua escrituração comercial e contábil, mormente em optando pelo regime de tributação com base no lucro real. No que se refere ao IRRF do ano de 1995, em que pese a revogação do artigo 44 da Lei n° 8.541/92 pelo artigo 36 da Lei n° 9.249/95, entendo não se tratar de regra com efeito penal, não se aplicando, portanto, o disposto no artigo 106 do Código Tributário Nacional.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em rejeitar os preliminares suscitadas e, no mérito, negar provimento ao recurso voluntário, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.
--
Processo nº 13808.005792/97-71
Recurso nº 163.557 Voluntário
Acórdão nº 1202-00.123 - 2ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 28 de julho de 2009
Matéria IRRF
Recorrente STROMAG FRICÇÕES E ACOPLAMENTOS LTDA.
Recorrida 2ª TURMA DA DRJ SÃO PAULO/SP I
Ementa-Imposto de Renda Retido na Fonte - INCENTIVOS FISCAIS
A auditoria em documentos e informações fornecidas pelo sujeito passivo, inclusive societário, que denotem a distribuição aos sócios de montante que deixou de ser pago em virtude de incentivos fiscais importa na perda da isenção e obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a pessoa jurídica tiver deixado de pagar, posto que não invalidado, por prova hábil em contrário, os elementos probatórios que fundamentaram as conclusões do trabalho fiscaliza tório.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em rejeitar os preliminares suscitadas, indeferir o pedido de perícia e, no mérito, negar provimento ao recurso voluntário, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.
--
Processo nº 13805.004049/98-41
Recurso nº 163.632 Voluntário

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Acórdão nº 1202-00.129 - 2ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 28 de julho de 2009
Matéria CSLL
Recorrente ENCIBRA S.A ESTUDOS E PROJETOS DE ENGENHARIA
Recorrida 7ª TURMA DA DRJ SÃO PAULO/SP
Ementa: TRIBUTO SUJEITOS AO LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO - CSLL - DECADÊNCIA - SÚMULA VINCULANTE N°08 DO STF - EFEITO Com a edição da Súmula Vinculante n° 08, do STF, que declarou inconstitucional o artigo 45 da Lei n° 8.212/91, as contribuições sociais, em específico a CSLL, tiveram confirmado a natureza tributária, regendo-se pela contagem do prazo decadencial fixado no CTN, qual seja, 05 (cinco) anos a contar do fato gerador, o que, no presente caso, ultrapassado o prazo acima pelo lançamento, é necessário se reconhecer, de oficio, a caducidade do mesmo para tal exigência.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso para acolher a preliminar de decadência suscitada, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.
--
Processo nº 10380.011190/2002-97
Recurso nº 152.353 Voluntário
Acórdão nº 1802-00.001 - 2ª Turma Especial
Sessão de 18 de março de 2009
Matéria IRPJ - Ex(s): 1998 e 2000
Recorrente JG EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
Recorrida 3ª TURMA/DRJ-FORTALEZA/CE
Assunto: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - 1RPJ
Ano-calendário: 1997,1999
RENÚNCIA À INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA - Súmula 1°CC n° 1: Importa renúncia às instâncias administrativas a propositura pelo sujeito passivo de ação judicial por qualquer modalidade, antes ou depois do lançamento de oficio com o mesmo objeto do processo administrativo, sendo cabível apenas a apreciação, pelo órgão de julgamento administrativo, de matéria distinta da constante do processo judicial.
MATÉRIA PRECLUSA. NÃO CONHECIMENTO - JUROS DE MORA - Nos termos das normas aplicáveis ao processo administrativo fiscal, na impugnação deve ser apresentado toda a matéria de defesa, ficando prejudicada a análise de questões novas que sejam trazidas tão somente no recurso.
Recurso Voluntário Não Conhecido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto pela JG EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
ACORDAM os Membros da 2ª turma especial da primeira SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do recurso voluntário, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.
--
Processo nº 10380.011191/2002-31
Recurso nº 152.343 Voluntário
Acórdão nº 1802-00.002 - 2' Turma Especial
Sessão de 18 de março de 2009
Matéria CSLL - Ex(s): 1998 e 2000
Recorrente JG EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
Recorrida 3° TURMA/DRI-FORTALEZA/CE
ASSUNTO: OUTROS TRIBUTOS OU CONTRIBUIÇÕES
Ano-calendário: 1997, 1999
Súmula 1°Ce n° 1: Importa renúncia às instâncias administrativas a propositura pelo sujeito passivo de ação judicial por qualquer modalidade, antes ou depois do lançamento de oficio com o mesmo objeto do processo administrativo, sendo cabível apenas a apreciação, pelo órgão de julgamento administrativo, de matéria distinta da constante do processo judicial.
MATÉRIA PRECLUSA. NÃO CONHECIMENTO - JUROS DE MORA - Nos termos das normas aplicáveis ao processo administrativo fiscal, na impugnação deve ser apresentado toda a matéria de defesa, ficando prejudicada a análise de questões novas que sejam trazidos tão somente no recurso.
Recurso Voluntário Não Conhecido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto pela JG EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
ACORDAM os Membros da 2ª turma especial da primeira SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do recurso voluntário, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.
--
Processo nº 10768.015853/2002-06
Recurso nº 152.198 Voluntário
Acórdão nº 1802-00.003 - 2ª Turma Especial
Sessão de 18 de março de 2009
Matéria CSLL - Ex(s): 1994
Recorrente BANCO NACIONAL DE INVESTIMENTOS S.A.
Recorrida 3ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I
ASSUNTO: OUTROS TRIBUTOS OU CONTRIBUIÇOES
Exercício: 1993
NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO - DECADÊNCIA - Sendo a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL, tributo sujeito ao lançamento pela modalidade homologação, o início da contagem do prazo é o da ocorrência do fato gerador do tributo, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto pelo BANCO NACIONAL DE INVESTIMENTOS S.A.
ACORDAM os Membros da 2ª turma especial da primeira SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, DAR provimento integral ao recurso voluntário, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.
--
Processo nº 13884.003915/2002-91
Recurso nº 162.549 Voluntário
Acórdão nº 1802-00.010 - 2ª Turma Especial
Sessão de 19 de março de 2009
Matéria TRPJ - Ex(s): 1998
Recorrente EMH - EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
Recorrida 4ª TURMA/DRJ-CAMPINAS/SP
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ
Ano-calendário: 1997
SALDO DA CONTA DE CORREÇÃO MONETÁRIA DIFERENÇA IPC/BTNF. ERRO NO PREENCHIMENTO DA DECLARAÇÃO. PROVA
- Cumpre ao contribuinte o ônus de demonstrar o erro incorrido na declaração de rendimentos, o que deve ser efetuado mediante apresentação de documentação hábil e idônea mantida nos termos da legislação pertinente.
No caso, a interessada teve a oportunidade de se manifestar quando questionada acerca da falta de tributação do lucro inflacionário a realizar constante dos registros da Receita Federal, oportunidade desperdiçada, mediante o não atendimento da intimação para apresentação dos respectivos esclarecimentos por ocasião da realização de diligência.
NULIDADES PRESSUPOSTOS
Ensejam a nulidade apenas os atos e termos lavrados por pessoa incompetente e os despachos e decisões proferidos por autoridade incompetente ou com preterição ao direito de defesa.
LANÇAMENTO - Estando a infração perfeitamente identificada, correto é o procedimento da fiscalização de efetuar o lançamento com base nos elementos disponíveis, fornecidos pela própria pessoa jurídica em sua declaração de rendimentos e balanço patrimonial.
CONTRADITÓRIO - O momento de formação da discordância com as provas colhidas em procedimento de auditoria se dá na impugnação e no recurso, quando então é oferecida a oportunidade de apresentação do contraditório e da ampla defesa, a teor do disposto no art. 16, do Decreto n° 70.235, de 1972.
ASSUNTO: NORMAS DE I MINIST1FtAÇÃO TRIBUTÁRIA
Ano-calendário: 1997
MULTA DE OFICIO E JUROS À TAXA SELIC - INCONSTITUCIONALIDADE DE LEIS. INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVAS. COMPETÊNCIA.
Súmula 1ªCC nº 2: O Primeiro Conselho de Contribuintes não é competente para se pronunciar sobre a inconstitucionalidade de lei tributária. (DOU Seção 1, dos dias 26, 27 e 28/0612006, vigorando a partir de 28/07/2006).
Súmula 1º CC nº 4: A partir de I° de abril de 1995, os juros moratórios incidentes sobre débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal são devidos, no período de inadimplência, à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC para títulos federais. (DOU Seção 1, dos dias 26, 27 e 28/06/2006, vigorando a partir de 28/07/2006).
Preliminar Rejeitada.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto pela EMH - EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
ACORDAM os Membros da 2ª turma especial da primeira SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, REJEITAR a preliminar de nulidade suscitada pela Recorrente e, no mérito, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.
--
Processo nº 13805.004463198-50
Recurso nº 161.514 Voluntário
Acórdão nº 1802-00.011 - 2ª Turma Especial
Sessão de 19 de março de 2009
Matéria 1RPJ - Ex(s): 1994
Recorrente GEBARA CURY LTDA.
Recorrida 3ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ
Data do fato gerador: 31/07/1993 e 30/09/1993
Ementa: IRPJ - COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS - AÇÃO FISCAL - A ação fiscal deve levar em conta, ao proceder o lançamento de oficio, os prejuízos declarados pelo contribuinte, compensando-os, independentemente de opção na declaração de rendimentos.
NULIDADE PROCESSUAL - Descabe falar em nulidade da decisão de primeira instância ou eivas de ilegalidade no ato administrativo executado quando não se encontram presentes nos autos nenhuma das hipóteses de nulidades previstas no Processo Administrativo Fiscal.
DILIGÊNCIA - A admissibilidade de diligência depende do livre convencimento da autoridade julgadora como meio de melhor apurar os fatos, podendo como tal dispensar quando entender desnecessária ao deslinde da questão.
MATÉRIA PRECLUSA. NÃO CONHECIMENTO - MULTA DE OFÍCIO E JUROS SELIC - Nos termos das normas aplicáveis ao processo administrativo fiscal, na impugnação deve ser apresentada toda a matéria de defesa, ficando prejudicada a análise de questões novas que sejam trazidas tão somente no recurso.
Preliminar Rejeitada.
Recurso Voluntário Provido em Parte.
Vistos, atados e discutidos os presentes autos de recurso interposto pela GERARA CURY LTDA.
ACORDAM os Membros da 2ª turma especial da primeira SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, em REJEITAR os preliminares de nulidade suscitadas pela Recorrente e, no mérito, DAR provimento PARCIAL ao recurso para admitir a compensação do lucro real de julho de 1993, com o saldo de prejuízo remanescente dos anos de 1990 e 1991, e NÃO CONHECER da matéria preclusa, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.
--
Processo nº 13605.000296/2003-52
Recurso nº 151.961 Voluntário
Acórdão nº 1802-00.012 - 2ª Turma Especial
Sessão de 19 de março de 2009
Matéria CSLL - Ex(s): 1999
Recorrente BELMONT LTDA.
Recorrida 1ª TURMA/DRJ-JUIZ DE FORA/MG
ASSUNTO: OUTROS TRIBUTOS OU CONTRIBUIÇÕES
Ano-calendário: 1998
COMPROVAÇÃO DA QUITAÇÃO DA CSLL POR PAGAMENTO OU COMPENSAÇÃO. INFORMAÇÕES EM DCTF. Torna-se improcedente o lançamento tributário com base em DCTF, quando comprovado mediante a escrituração contábil a efetividade da quitação dos débitos, seja por pagamento ou por compensação de crédito registrado com o débito da mesma espécie declarado na DEPJ.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto pela BELMONT LTDA.
ACORDAM os Membros da 2ª turma especial da primeira SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.
--
Processo nº 10875.004089/2003-07
Recurso nº 152.085 Voluntário
Acórdão nº 1802-00.017 - 2ª Turma Especial
Sessão de 19 de março de 2009
Matéria IRPJ - Ex(s): 1999
Recorrente ADIPLAN INCORPORADORA LTDA.
Recorrida 4ª TURMA/DRJ-CAMPINAS/SP
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ
Ano-calendário: 1998
NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO - DECADÊNCIA - Sendo o Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ, tributo sujeito ao lançamento pela modalidade homologação, o início da contagem do prazo é o da ocorrência do fato gerador do tributo, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação. Considerando-se ocorrido o fato gerador em 31/12/1998, tem-se como não consumada a decadência, pois o lançamento foi cientificado em 11/08/2003, dentro do prazo de 5 (cinco) anos.
DECADÊNCIA. LUCRO INFLACIONÁRIO DIFERIDO. O prazo decadencial para constituição do crédito relativo ao lucro inflacionário diferido é contado do período de apuração de sua efetiva realização ou do período em que, em face da legislação, deveria ter sido realizado, ainda que em percentuais mínimos. (Súmula 1ª CC n° 10)
LUCRO INFLACIONÁRIO. REALIZAÇÃO LINEAR.
A partir de 1° de janeiro de 1996, a pessoa jurídica deverá realizar no mínirno 10% ao ano do lucro inflacionário acumulado existente em 31 de dezembro de 1995 ou o percentual efetivo, quando maior, calculado em função da realização do ativo.
A cada período de apuração deve ser reconhecida a parcela de realização do lucro inflacionário acumulado, na forma legalmente prevista.
INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI - O Primeiro Conselho de Contribuintes não é competente para se pronunciar sobre a inconstitucionalidade de lei tributária. (Súmula 1° CC nº 2).
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto pela ADIPLAN INCORPORADORA LTDA.
ACORDAM os Membros da 2ª turma especial da primeira SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.
--
Processo nº 10875.001492/2003-76
Recurso nº 152.086 Voluntário
Acórdão nº 1802-00.018 - 2ª Turma Especial
Sessão de 19 de março de 2009
Matéria IRPJ - Ex(s): 1998
Recorrente ADIPLAN INCORPORADORA LTDA.
Recorrida 4ª TURMA/DRJ-CAMPINAS/SP
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IREJ
Ano-calendário: 1997
NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO - DECADÊNCIA - Sendo o Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ, tributo sujeito ao lançamento pela modalidade homologação, o inicio da contagem do prazo é o da ocorrência do fato gerador do tributo, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto pela ADIPLAN NCORPORADORA LTDA, ACORDAM os Membros da 2ª turma especial da primeira SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.
--
Processo nº 10920.001035/98-24
Recurso nº 166.430 Voluntário
Acórdão nº 1802-00.042 - 2ª Turma Especial
Sessão de 28 de maio de 2009
Matéria IRPJ - Ex(s): 1998
Recorrente PGS - SOFTWARE LTDA.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Recorrida 3ª TURMA/DRJ-FORTALEZA/CE
Assunto: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ
Ano-calendário: 1997
PEDIDO DE RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO. Constatado que os recolhimentos efetuados a título de estimativa não foram computados na formação do saldo credor do IRPJ apurado em 31 de dezembro do ano calendário, mas comprovado o efetivo pagamento, cabível a restituição da diferença para a compensação de débitos no limite do direito creditório reconhecido.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto pela PGS - SOFTWARE LTDA.
ACORDAM os Membros da 2ª turma especial da primeira SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso voluntário, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.
--
Processo nº 13808.001547/98-66
Recurso nº 163.792 Voluntário
Acórdão nº 1802-00.043 - 2ª Turma Especial
Sessão de 28 de maio de 2009
Matéria CSLL - Ex(s): 1994
Recorrente MARQUES GODOI CONSTRUTORA LTDA.
Recorrida 7ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I
ASSUNTO: OUTROS TRIBUTOS OU CONTRIBUIÇÕES
Exercício: 1994
NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO - DECADÊNCIA - Sendo o Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ, tributo sujeito ao lançamento pela modalidade homologação, o início da contagem do prazo é o da ocorrência do fato gerador do tributo, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.
PRECLUSÃO - Nos termos das normas aplicáveis ao processo administrativo fiscal, na impugnação deve ser apresentada toda a matéria de defesa, ficando prejudicada a análise de questões que sejam trazidas tão somente no recurso. Matéria preclusa. Não conhecimento.
Não se conhece de matéria, somente contestada pelo contribuinte na fase recursal.
Preliminar Acolhida.
Recurso Voluntário Provido em Parte.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto pela MARQUES GODOI CONSTRUTORA LTDA.
ACORDAM os Membros da 2ª turma especial da primeira SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, DAR provimento PARCIAL ao recurso para ACOLHER a preliminar de decadência em relação ao fato gerador ocorrido no mês de janeiro de 1993, e, não conhecer da matéria relativa ao mês de maio em razão da declarada preclusão Os Conselheiros Rogério Garcia Peres e Adriana Gomes Rego votaram pelas conclusões, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.
--
Processo nº 13805.004329/98-77
Recurso nº 165.130 Voluntário
Acórdão nº 1802-00.049 - 2ª Turma Especial
Sessão de 28 de maio de 2009
Matéria CSLL - Ex(s): 1994
Recorrente DRM ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.
Recorrida 4ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I
ASSUNTO: OUTROS TRIBUTOS OU CONTRIBUIÇÕES
Ano-calendário: 1993
Descabe a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido quando resta configurado nos autos a inexistência de Lucro Líquido e base de cálculo negativa para fins de apuração da referida CSLL.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto pela DRM ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.
ACORDAM os Membros da 2ª turma especial da primeira SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, DAR provimento voluntário, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.
--
Processo nº 10768.023366/00-01
Recurso nº 165.355 Voluntário
Acórdão nº 1802-00.050 - 2ª Turma Especial
Sessão de 28 de maio de 2009
Matéria CSLL - Ex(s): 1993,1994.
Recorrente NORA LAGE S.A. SERVIÇOS TÉCNICOS, EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES.
Recorrida 4ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I
ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO
Ano-calendário: 1992,1993
RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO DO SALDO NEGATIVO DE CSLL - O prazo para pleitear a restituição de valor pago indevidamente ou em valor maior que o devido, relativo a tributo ou contribuição, extingue-se após o transcurso de cinco anos, contado da data da extinção do crédito tributário, nos termos dos artigos, 165 e 168, do Código Tributário Nacional. Em casos , de apuração de saldo negativo de CSLL, a contagem inicial do prazo se da no primeiro dia do mês seguinte ao encerramento do período de apuração, e, se a interessada comprovar que o crédito relativo ao saldo negativo de CSLL não foi utilizado para compensar a contribuição devida em períodos posteriores.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto pela NORA LAGE S.A. SERVIÇOS TÉCNICOS, EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES.
ACORDAM os Membros da 2ª turma especial da primeira SEÇÃO DE JULGAMENTO, por maioria de votos, em NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório, vencida a Conselheira Cheryl Remo que dava provimento, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.
--
Processo nº 10825.001410/2002-06
Recurso nº 154.459 Voluntário
Acórdão nº 1802-00.079 - 2ª Turma Especial
Sessão de 27 de julho de 2009
Matéria CSLL
Recorrente MEZZANI MASSAS ALIMENTÍCIAS LTDA
Recorrida lª. Turma/DRJ/Ribeirão Preto/SP
Assunto: Outros Tributos ou Contribuições
Ano calendário: 2000,2001
Ementa: INSUFICIÊNCIA DO RECOLHIMENTO POR ESTIMATIVA. MULTA DE OFÍCIO ISOLADA. INCIDÊNCIA. A falta ou o recolhimento a menor de Contribuição Social sobre o Lucro Liquido calculada sobre a base de cálculo estimada, acarreta a exigência de multa de oficio isolada sobre as diferenças verificadas.
Súmula 1°CC nº 2: O Primeiro Conselho de Contribuintes não é competente para se pronunciar sobre a inconstitucionalidade de lei tributária. (DOU, Seção 1, dos dias 26, 27 e 28/06/2006, vigorando a partir de 28/07/2006).
APLICAÇÃO RETROATIVA DA MULTA MENOS GRAVOSA. A multa por falta de recolhimento da estimativa mensal, no percentual de 50%, de que trata o artigo 44, II, da Lei n° 9.430/96, com redação dada pela Lei n° 11.488/2007, sendo menos gravosa que a vigente ao tempo da ocorrência do fato gerador, aplica-se retroativamente, tendo em vista o disposto no artigo 106, II, "c" do Código Tributário Nacional.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por maioria de votos em dar provimento parcial ao recurso, para reduzir a multa isolada de 75 % (setenta e cinco por cento) para 50% (cinqüenta por cento), nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado. Vencido os conselheiros Leonardo Lobo de Almeida, Edwal Casoni de Paula Fernandes Júnior e João Francisco Bianco, que davam provimento integral ao recurso.
--
Processo nº 10830.003707/2001-48
Recurso nº 155.125 Voluntário
Acórdão nº 1802-00.080 - 2ª Turma Especial
Sessão de 27 de julho de 2009
Matéria IRPJ e Outros
Recorrente AUDICON SERVIÇOS EMPRESARIAIS S/C LTDA
Recorrida 2ª TURMA DADRJ-CAMPINAS/SP
Assunto: Outros Tributos ou Contribuições
Data do fato gerador: 30/05/1997, 30/11/1998, 31/12/1998.
Ementa: COFINS - O artigo 56 da Lei n° 9.430/96, prescreve que as sociedades civis de prestação de serviços de profissão legalmente regulamentada passam a contribuir para a seguridade social com base na receita bruta da prestação de serviços.
INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI - O Primeiro Conselho de Contribuintes não é competente para se pronunciar sobre a inconstitucionalidade de lei tributária. (Súmula 1° CC n° 2)
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.
--
Processo nº 15374.001639/2002-10
Recurso nº 155.489 Voluntário
Acórdão nº 1802-00.081 - 2ª Turma Especial
Sessão de 27 de julho de 2009
Matéria IRPJ
Recorrente COMPANHIA MODERNOS HOTÉIS DO BRASIL S/A
Recorrida 4ª. TURMA DA DRJ RIO DE JANEIRO/RJ I
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ
Fato Gerador: 31/03/1997 e 30/09/1997
Ementa: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO. DECADÊNCIA - Sendo o IRPJ, sujeito ao lançamento por homologação, o inicia da contagem do prazo é o da ocorrência do fato gerador do tributo, segundo regra do artigo 150, § 4°, do CTN, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos em dar provimento integral ao recurso para reconhecer a decadência da exigência tributaria, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.
--
Processo nº 10730.003067/2002-85
Recurso nº 156.712 Voluntário
Acórdão nº 1802-00.082 - 2ª Turma Especial
Sessão de 27 de julho de 2009
Matéria IRPJ
Recorrente TRANSPORTADORA RIO TINTO LTDA
Recorrida 6ª TURMA DADRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ
Fato Gerador 30/06/1997 e 30/09/1997
Ementa: NORMAS PROCESSUAIS. INTEMPESTIVIDADE. Por intempestivo, não se conhece do recurso voluntário protocolizado após o prazo dos trinta dias seguintes à ciência da decisão de primeira instância, nos termos do art.33 do Decreto n° 70.235/72.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos em não conhecer do recurso por intempestivo, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.
--
Processo nº 16327.003529/2002-11
Recurso nº 155.945 Voluntário
Acórdão nº 1802-00.083 - 2ª Turma Especial
Sessão de 27 de julho de 2009
Matéria CSLL
Recorrente CAPITALIZA EMPRESA DE CAPITALIZAÇÃO S/A
Recorrida 8ª TURMA DADRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I
Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Liquido - CSLL
Data do fato gerador: 31/10/1999
Ementa: COMPETÊNCIA PARA JULGAR RECURSO EM PROCESSO
DE COMPENSAÇÃO - A competência para julgamento de recurso em processo administrativo de compensação é definida pelo crédito alegado, inclusive quando houver lançamento de crédito tributário de matéria que se inclua na especialização de outra Câmara ou Seção.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos em declinar da competência em razão de pedido de compensação, cujo credito de Cofins se encontra sob análise na 3ª Seção do CARF, no termos do relatório e voto que integram o presente julgado.
--
Processo nº 11543.004280/2001-01
Recurso nº 158.567 Voluntário
Acórdão nº 1802-00.101 - 2ª Turma Especial
Sessão de 28 de julho de 2009
Matéria SIMPLES
Recorrente PAULIGRAN MÁRMORES E GRANITOS LTDA
Recorrida 4ª TURMA DADRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I
Assunto: Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das
Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - Simples
Ano-calendário: 1997, 1998, 1999, 2000
Ementa: NORMAS PROCESSUAIS. INTEMPESTIVIDADE. Por intempestivo, não se conhece do recurso voluntário protocolizado após o prazo dos trinta dias seguintes à ciência da decisão de primeira instância, nos termos do art.33 do Decreto nº 70.235/72.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos em não conhecer do recurso por intempestivo, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.
--
Processo nº 18471.001329/2002-87
Recurso nº 158.652 Voluntário
Acórdão nº 1802-00.102 - 5ª Turma Especial
Sessão de 28 de julho de 2009
Matéria IRPJ
Recorrente DISTAC - DISTRIBUIDORA DE AUTOMÓVEIS E COMÉRCIO LTDA
Recorrida 5ª TURMA DADRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ
Ano-calendário: 1992
Ementa: PROVA. Alegações quanto ao fato, desacompanhadas de documentos comprobatórios, não invalidam a autuação fiscal, mormente quando o interessado alega decisão judicial a seu favor, mas não comprova ser parte processual, nem tampouco a liquidez do direito alegado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos em negar provimento ao recurso, nos termos do tório e voto que integram o presente julgado.
--
Processo nº 15374.000063/2001-84
Recurso nº 159.822 Voluntário
Acórdão nº 1802-00.105 - 2ª Turma Especial
Sessão de 28 de julho de 2009
Matéria IRPJ e Outros
Recorrente POSTO DE ABASTECIMENTO DE GASOLINA REAL ENGENHO LTDA
Recorrida 4ª TURMA DADRJ/RIO DE JANEIRO/RJO I
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ
Ano-calendário: 1997
Ementa: SALDO CREDOR DE CAIXA - PROCEDÊNCIA DA PRESUNÇÃO DE OMISSÃO DE RECEITA. Se o contribuinte não logra comprovar a inexistência do saldo credor da conta caixa, há de se tributar, em montante equivalente, por presunção, como omissão de receitas o valor apurado na ação fiscal.
TRIBUTAÇÃO REFLEXA. CSLL. PIS. COFINS. Aplica-se aos lançamentos das Contribuições Sociais o mesmo tratamento dispensado ao IRPJ, em razão da intima relação de causa e efeito que os vincula.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.
--
Processo nº 13727.000475/2002-22
Recurso nº 160.179 Voluntário
Acórdão nº 1802-00.122 - 2ª Turma Especial
Sessão de 28 de julho de 2009
Matéria CSLL
Recorrente ETT FIRST RH ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA
Recorrida 1ª TURMA DADRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I
Assunto: Outros Tributos ou Contribuições
Ano calendário: 1999
Ementa: IRRF - COMPENSAÇÃO - Em decorrência da sistemática de tributação adotada, o imposto de renda retido na fonte incidente sobre as receitas que integram o lucro tributável e constitui antecipação do IRPJ é passível de dedução na apuração do valor a pagar ou para compor o saldo negativo do imposto do período de apuração em que houve a retenção.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado. Ausente, momentaneamente o conselheiro Leonardo Lobo de Almeida.
--
Processo nº 13889.000651/2002-73
Recurso nº 162.991 Voluntário
Acórdão nº 1802-00.124 - 2ª Turma Especial
Sessão de 28 de julho de 2009
Matéria IRPJ
Recorrente RENOVADORA DE PNEUS ROSIM LTDA.
Recorrida 5ª. TURMA DA DRJRIBEIRÃO PRETO/SP
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ
Ano-calendário: 2001
Ementa: A DIPJ retificadora sem a comprovação dos pagamentos efetuados não faz prova suficiente do direito creditório. Cabe ao interessado comprovar a liquidez e certeza do alegado indébito tributário para fins de restituição/compensação.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.
--
Processo nº 10768.011254/2002-13
Recurso nº 153.426 De Oficio e Voluntário
Acórdão nº 1202-00.004 - 2ª Câmara /2ª Turma Ordinária
Sessão de 11 de março de 2009
Matéria CSLL - Ex(s): 1998.
Recorrentes 6ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I e BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A- BANERJ EM LIQUIDAÇÃO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LIQUIDO - CSLL

Ano-calendário: 1999

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL - RECURSO DE OFÍCIO - LIMITE DE ALÇADA - Não se conhece de recurso de ofício interposto em decisão que exonera o sujeito passivo de crédito tributário (tributo e multa) inferior ao limite de alçada previsto no artigo 34, I, do Decreto n° 70.235/72, com as alterações introduzidas por meio da Lei n° 9.532/97 e Portaria MF n° 03/2008.

CSLL - RETIFICAÇÃO DA DCTF - ESPONTANEIDADE - AUSÊNCIA DE ERRO DE FATO - Não provada nos autos a ocorrência de erro de fato no preenchimento da DCTF, incabível a pretensão da contribuinte de ver considerada as alterações em sua declaração retificadora apresentada após a lavratura do auto de infração e da impugnação.

Recurso de Ofício Não Conhecido.

Recurso Voluntário Negado.

Vistos, relatados. E discutidos os presentes autos interpostos por 6ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I e BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.ABANERJ EM LIQUIDAÇÃO. ACORDAM os Membros da 2ª câmara / 2' turma ordinária da primeira SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do recurso de ofício e, quanto ao recurso voluntário, NEGAR provimento, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

--

Processo nº 10580.013138/2004-81

Recurso nº 158.987 De Ofício e Voluntário

Acórdão nº 1202-00.005 - 2ª Câmara / 2ª Turma Ordinária

Sessão de 11 de março de 2009

Matéria IRPJ - Ex(s): 2000 a 2005

Recorrentes 1ª Turma/DRJ-Salvador e Engepack Embalagens S.A.

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

Exercício: 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005

Ementa: IRPJ - MULTA ISOLADA - FALTA DE TRANSCRIÇÃO DE BALANÇOS/BALANCETES - PREJUÍZO FISCAL DEMONSTRADO - A falta de transcrição no livro Diário de balanços ou balanceies, em época prevista, mas apresentado sem contrariedade em suas substâncias, aliado as declarações entregues e escrituração na Parte A do LALUR de prejuízos fiscais, não autoriza, considerando o regime de tributação sobre o lucro real anual, a exigência da multa isolada sobre as supostas estimativas mensais.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso de ofício e,quanto ao recurso voluntário, por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar de decadência e, no mérito, por maioria de votos, em dar provimento ao recurso para cancelar a exigência da multa isolada, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Vencido o Conselheiro Mário Sérgio Fernandes Barroso. O Conselheiro José de Oliveira Ferraz Corrêa acompanhou o relator pelas suas conclusões. Ausentes, Justificadamente, Os Conselheiros José Carlos Teixeira da Fonseca e Karem Jureidini Dias.

--

Processo nº 10380.002966/2003-69

Recurso nº 145.668 Embargos

Acórdão nº 1202-00.007 - 2ª Câmara / 2ª Turma Ordinária

Sessão de 11 de março de 2009

Matéria IRPJ E OUTRO - Ex(s): 1998 a 2003

Embargante FAZENDA NACIONAL

Interessado MASIL TORRES PESSOA, ALEXANDRE GONTIJO GUERRA & CIA ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ.

Ano-calendário: 2003

IRPJ - CSLL - DECADÊNCIA - Em função da fraude apontada pela fiscalização a contagem do prazo decadencial deve seguir o disposto no art. 173, I, do CTN, ou seja, do 1° dia do exercício seguinte àquele que poderia ter sido efetuado o lançamento.

Embargos Acolhidos em Parte.

Vistos, relatados e discutidos os presentes embargos de declaração interposto pela MASIL TORRES PESSOA, ALEXANDRE GONTIJO GUERRA & CIA.

ACORDAM os Membros da 2ª câmara / 2ª turma ordinária da primeira SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, em ACOLHER em parte os embargos para esclarecer a contradição apontada, sem, contudo, alterar a decisão consubstanciada no Acórdão n°108-08.831, de 24/05/2006, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

--

Processo nº 10935.005125/2006-32

Recurso nº 159.977 Voluntário

Acórdão nº 1202-00.009 - 2ª Câmara / 2ª Turma Ordinária

Sessão de 11 de março de 2009

Matéria IRPJ E OUTROS

Recorrente A.R. RECICLAGEM E COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA.

Recorrida 2ª.TURMA/DRJ-CURITIBA/PR

NULIDADE - EXCLUSÃO DO SIMPLES - AUTORIDADE COMPETENTE - DELEGAÇÃO AO CHEFE DE SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE ADUANEIRO - É perfeitamente válido o ATO DECLARATÓRIO de EXCLUSÃO expedido pelo chefe da Seção de Fiscalização e Controle Aduaneiro, com expressa delegação de competência para tanto.

NULIDADE - EXCLUSÃO DO SIMPLES - NECESSIDADE DE - PROCESSO ADMINISTRATIVO PRÓPRIO - É improcedente o pleito de nulidade da exclusão do Simples por inexistência de processo administrativo próprio, eis que a legislação tributária não prevê tal providência, exigindo apenas a garantia do contraditório e da ampla defesa, assim como a observância da legislação que disciplina o processo administrativo fiscal.

NULIDADE - EXCLUSÃO DO SIMPLES - ALTERAÇÃO DE LIMITE DE RECEITA BRUTA - IRRETROATIVIDADE - O limite de receita bruta se afere por lei vigente ao tempo do fato gerador, eis que a legislação tributária aplica-se a fatos geradores futuros e pendentes, somente retroagindo quando for interpretativa, deixar de definir ato como infração, ou contrário à exigência de ação ou omissão, ou cominar penalidade menos severa.

NULIDADE - NECESSIDADE DE CIÊNCIA PELO CONTRIBUINTE DE TODOS OS ATOS DO PROCESSO - FALTA DE PREVISÃO LEGAL - Em atenção ao princípio da instrumentalidade das formas, não cabe declarar nulidade sem que a parte demonstre o efetivo prejuízo sofrido, sendo, portanto, insubsistente o pleito de nulidade do auto de infração por falta de ciência, pelo contribuinte, de todos os atos do processo, e sequer existe, ademais, disposição legal a amparar essa pretensão.

EXCLUSÃO DO SIMPLES - EXCESSO DE RECEITA BRUTA - EFEITOS - A exclusão do Simples motivada por excesso de receita bruta surte efeitos a partir do exercício seguinte ao que foi ultrapassado o limite, inexistindo previsão de suspensão da exclusão até decisão administrativa definitiva.

CONSTITUCIONALIDADE - O Primeiro Conselho de Contribuintes não é competente para se pronunciar sobre a inconstitucionalidade de lei tributária. (Súmula n° 2, 1° CC).

MULTA DE LANÇAMENTO DE OFÍCIO - Havendo falta ou insuficiência no recolhimento do tributo, impõe-se a aplicação da multa de lançamento de ofício sobre o valor do imposto ou contribuição devido, nos termos do artigo 44, I, da Lei n° 9.430/96,

JUROS DE MORA - SELIC - A partir de 1º de abril de 1995, os juros moratórios incidentes sobre débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal são devidos, no período de inadimplência, à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC para títulos federais (Súmula n° 4, do 1º CC).

JUROS DE MORA - MULTA DE OFÍCIO - BIS IN IDEM - NÃO OCORRÊNCIA - Não há falar-se em bis in idem na incidência de juros de mora e multa de ofício, eis que possuem natureza jurídica diversa, tendo esta natureza punitiva, destinado a punir o contribuinte pela infração cometida, e aquele natureza indenizatória, vocacionada a indenizar o credor pela não disponibilizarão do pagamento inadimplido.

NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA - PROVA TESTEMUNHAL - FALTA DE PREVISÃO LEGAL - JUNTADA DE NOVOS DOCUMENTOS - PRECLUSÃO - PEDIDO DE PERÍCIA - PEDIDO GENÉRICO NÃO FORMULADO - Nos termos da legislação do PAF, não há previsão para produção de prova testemunhal, toda prova documental deve ser apresentada na impugnação, sob pena de preclusão, salvo exceções previstas, e os pedidos de perícia sem indicação de perito e quesitos são considerados como não formulados,

IRPJ - RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA - FALTA DE ENVIO DE DIPJ COM VALORES DEVIDOS - RESPONSABILIDADE DO CONTADOR - INOPONIBILIDADE DE CONVENÇÕES PARTICULARES - Não pode o contribuinte eximir-se de sua responsabilidade pelos tributos devidos, atribuindo-a ao contador pelo envio incorreto da DIN. , por falta de previsão legal, e pela impossibilidade de oposição contra o fisco de convenções particulares tendentes à alterar a responsabilidade pelo pagamento de tributos.

LUCRO ARBITRADO - Tendo sido o contribuinte excluído do Simples, inexistindo opção, mediante pagamento, pelo lucro presumido, nem escrituração que possibilite a apuração pelo lucro real, impõe-se o arbitramento do lucro.

PIS/PASEP - PRODUTOS DE HIGIENE - ALÍQUOTA ZERO - FALTA DE COMPROVAÇÃO DA VENDA - Descabe alegar alíquota zero do PIS tão-somente pelo fato de a empresa ter como objeto social a comercialização de produto de higiene, sem comprovação de efetiva operação da venda desse tipo de produto, sendo que o contribuinte comercializa diversos outros itens tributáveis.

PIS NÃO CUMULATIVO - LUCRO ARBITRADO - DESCABIMENTO - Por disposição legal, o regime não cumulativo do,PIS não se aplica aos casos de lucro presumido e lucro arbitrado, independentemente se o arbitramento foi espontâneo ou de oficio.

CSLL - DECORRÊNCIA - LANÇAMENTO REFLEXO - Versando sobre as mesmas ocorrências fáticas, aplica-se ao lançamento reflexo alusivo à CSLL o que restar decidido no lançamento do IRPJ.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros do Colegiado, por maioria de votos, rejeitarem a preliminar de nulidade do Ato Declaratório de exclusão do SIMPLES, vencidos os Conselheiros Irineu Bianchi (Relator), Orlando José Gonçalves Bueno e Valéria Cabral Géo Verçoza, por unanimidade de votos, rejeitar as demais preliminares e, no mérito, em negar provimento ao recurso, Designado o Conselheiro Mário Sérgio Fernandes Barroso para redigir o voto vencedor. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros José Carlos Teixeira da Fonseca e Karem Jureidini Dias.

--

Processo nº 15374.000590/00-19

Recurso nº 154.030 De Ofício e Voluntário

Acórdão nº 1202-00.010 - 2ª Câmara / 2ª Turma Ordinária

Sessão de 11 de março de 2009

Matéria IRPJ

Recorrentes 6ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I e LIBERAL ASSET MANAGEMENT ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONSULTORIA LTDA.

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

Ano-calendário: 1996

GLOSA DE DESPESAS. FALTA DE COMPROVAÇÃO DA DESNECESSIDADE. Incabível o lançamento apoiado apenas em indícios, quando não comprovada a desnecessidade da despesa financeira e do resultado negativo na alienação de participação societárias contabilizadas, sem suporte em procedimentos de auditoria que caracterizem o fato detectado como infração à legislação tributária.

Recurso de Oficio Negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso de oficio, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.

--

Processo nº 11618.001634/2004-80

Recurso nº 143.020 Voluntário

Acórdão nº 1202-00.011 - 2ª Câmara / 2ªTurma Ordinária

Sessão de 12 de março de 2009

Matéria IRPJ E OUTROS - Ex(s): 2000, 2001.

Recorrente ADALBERTO ROCHA (FIRMA INDIVIDUAL)

Recorrida 3ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

Exercício. 1999, 2000

SIGILO BANCÁRIO - QUEBRA - INOCORRENCIA - Havendo processo fiscal instaurado e sendo considerado indispensável pela autoridade administrativa competente o exame das operações financeiras realizadas pelo contribuinte, não constitui quebra de sigilo bancário a requisição de informações sobre as referidas operações.

DEPÓSITOS BANCÁRIOS - OMISSÃO DE RENDIMENTOS - INTERPOSTA PESSOA - Presume-se a omissão de rendimentos quando o titular de conta bancária, regularmente intimada, não prova, mediante documentação hábil e idônea, a origem dos recursos creditados. Comprovando-se que os valores dos depósitos pertencem a terceiro, evidenciando interposição de pessoa, inclusive mediante falsificação de assinaturas e rubricas, os rendimentos devem ser atribuídos ao terceiro, na condição de efetivo titular da conta (art. 42, caput e § 5°, da Lei n°. 9.430, de 1996, com a redação da Lei n°. 10.637, de 2002).

EVIDENTE INTUITO DE FRAUDE. MULTA QUALIFICADA. PROCEDÊNCIA. Firma individual criada sem conhecimento da pessoa interposta, exclusivamente com o intuito de abertura de contas bancárias para movimentar recursos financeiros, sob desconhecimento do FISCO, escondendo-se os reais possuidores dos recursos, é legítima a imposição da multa qualificada de 150%.

TRIBUTAÇÃO REFLEXA PIS, COFINS E CSLL. Estende-se aos lançamentos decorrentes a decisão prolatada ao lançamento principal, em razão da íntima relação de causa e efeito que os vincula.

Preliminar Rejeitada.

Recurso Voluntário Negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por ADALBERTO ROCHA (FIRMA INDIVIDUAL).

ACORDAM os Membros da 2ª câmara / 2ª turma ordinária da primeira SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, em REJEITAR os preliminares suscitadas e, no mérito, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

--

Processo nº 13116.000758/2004-24

Recurso nº 157.227 Voluntário

Acórdão nº 1805-00.002 - 5ª Turma Especial

Sessão de 19 de março de 2009

Matéria IRPJ E OUTROS/SIMPLES - Ex(s): 2001

Recorrente DISTRIBUIDORA MACEDINHO DE SECOS E MOLHADOS LTDA.

Recorrida 4ª TURMA/DRJ-BRASILIA/DF

ASSINTO: SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO

PORTE - SIMPLES

PERÍODO DE APURAÇÃO: 01/01/2000 a 31/12/2000

OMISSÃO DE RECEITAS - DEPÓSITOS BANCÁRIOS NÃO ESCRITURADOS E COM ORIGEM NÃO COMPROVADA

Caracterizam omissão de receita os valores creditados em conta de depósito mantida junto à instituição financeira, em relação aos quais o titular, regularmente intimado, não comprove, mediante documentação hábil e idônea, a origem dos recursos utilizados nessas operações.

PROCEDIMENTO FISCAL INICIADO COM BASE EM DADOS DA CPMF - APLICAÇÃO RETROATIVA DA LEI N°10.174, DE 2001 A Lei 10.174/2001, ao suprimir a vedação existente no art. 11 da Lei 9.311/1996, instituiu novo processo de fiscalização e ampliou os poderes de investigação das autoridades administrativas, nos termos do art. 144, § 1°, do CTN.

Por isso, pode ser aplicada retroativamente. Não há qualquer nulidade em procedimento fiscal que tenha sido iniciado com base em dados da CPMF, mesmo quando envolva fatos geradores ocorridos antes da referida lei.

Recurso Voluntário Negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto pela DISTRIBUIDORA MACEDINHO DE SECOS E MOLHADOS LTD.

ACORDAM os Membros da 5ª turma especial da primeira SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

--

Processo nº 13603.001855/2004-42

Recurso nº 157.701 Voluntário

Acórdão nº 1805-00.003 - 5ª Turma Especial

Sessão de 19 de março de 2009

Matéria IRPJ - Ex(s): 2004,2005

Recorrente SÃO SEBASTIÃO COMERCIAL LTDA.

Recorrida 2ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

ANO-CALENDÁRIO: 2003,2004

COMPRA E VENDA DE VEÍCULOS USADOS - EQUIPARAÇÃO A OPERAÇÕES DE CONSIGNAÇÃO - EFEITOS TRIBUTÁRIOS

Na determinação da base de cálculo presumida do Imposto de Renda devido pelas pessoas jurídicas que tenham como objeto social a compra e venda de veículos automotores, a receita bruta das operações de venda de veículos usados, adquiridos para revenda, bem assim dos recebidos como parte do preço da venda de veículos novos ou usados, é a diferença entre o valor de alienação e o custo de aquisição do citado veículo.

Sobre a receita bruta definida nos termos acima, auferida no período de apuração, deve ser aplicado o percentual de 32%, que é o coeficiente de presunção de lucro da consignação por comissão. A consignação por venda, tipificada no atual Código Civil Brasileiro como contrato estima tório, implica em duas operações de venda, e não pode servir como parâmetro para a equiparação do art. 5° da Lei 9.716/1998, porque possui a mesma natureza da operação a ser equiparada, com idêntico tratamento tributário.

Recurso Voluntário Negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto pela SÃO SEBASTIÃO COMERCIAL LTDA.

ACORDAM os Membros da 5ª turma especial da primeira SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 157, DE 18 DE MARÇO DE 2011

Autoriza transferência de recursos para Ações de Defesa Civil para o Estado do Mato Grosso / MT.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar a transferência de recursos para ações de reconstrução, recuperação e restabelecimento no Estado do Mato Grosso / MT, conforme Plano de Trabalho, no Processo nº 59050.000390/2011-36.

Art. 2º Considerando a natureza e a intensidade dos efeitos do desastre na área afetada, o prazo de execução de obras e serviços é de 365 dias, a contar da liberação dos recursos.

Art. 3º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art.1º desta Portaria.

Art. 4º Os recursos financeiros, relativos ao presente exercício, no valor de R$ 5.000.000.00 (cinco milhões de reais), estão autorizados por crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração Nacional, conforme Nota de Empenho nº 2011NE000052, Programa de Trabalho 06.182.1029.22BO.0101, Natureza da Despesa 44.30.42, Fonte 100, na UG 530012.

Art. 5º O repasse dos valores referidos não está condicionado à apresentação de contrapartida, por se tratar de transferência obrigatória de recursos.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, com efeitos retroativos a 18 de março de 2011.

FERNANDO BEZERRA COELHO

SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 160, DE 18 DE MARÇO DE 2011

Reconhece situação de emergência no Município de Aripuanã - MT - NE.HIG - 12.301.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto Municipal nº 1.792/2011, de 04 de março de 2011, de Aripuanã, e demais informações constantes no processo nº 59050.000421/2011-59, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de enchentes ou inundações graduais- NE.HIG - 12.301, a situação de emergência no Município supracitado.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

PORTARIA Nº 161, DE 18 DE MARÇO DE 2011

Reconhece situação de emergência no Município de Pombal - PB - NE.HIG - 12.301.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto Municipal nº 1.438, de 23 de outubro de 2010, de Pombal, e demais informações constantes no processo nº 59050.002943/2010-12, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de enchentes ou inundações graduais - NE.HIG - 12.301, a situação de emergência no Município supracitado.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIAS DE 18 DE MARÇO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pelo Plenário da Comissão de Anistia, na 15ª Sessão realizada no dia 16 de junho de 2010, no Requerimento de Anistia nº 2001.01.00138, resolve:

Nº 278 - Declarar ARNO BRICHTA, portador do CPF nº 035.616.905-72, anistiado político, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 7.182,28 (sete mil, cento e oitenta e dois reais e vinte e oito centavos), com efeitos retroativos a partir de 20.02.2001 até a data do julgamento, perfazendo um total retroativo de R$ 870.731,75 (oitocentos e setenta mil, setecentos e trinta e um reais e setenta e cinco centavos), e contagem do tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 09.06.1973 a 01.10.1979, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III da Lei nº 10.559, de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 37, caput, da Constituição Federal, arts. 5°, 11, 13, III, 53 e 54 da Lei n° 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e nos arts. 10 e 12 da Lei 10.559, de 13 de novembro de 2002, que regulamenta o art. 8° do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, considerando os fundamentos constantes no parecer conclusivo, aprovado por unanimidade, na sessão plenária do dia 10 de dezembro de 2010, referente ao requerimento de anistia nº 2001.01.04781, resolve:

Nº 279 - Art. 1º - Instaurar processo de revisão da Portaria nº 1267, de 08 de outubro de 2002, publicada no D.O.U. no dia 17 de outubro de 2010 em que foi reconhecida a condição de anistiado político de Wilson da Silva Dias e concedida reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada.

Art. 2º - Fixar o prazo de 10 (dez) dias para apresentação das alegações de defesa, junto ao protocolo da Comissão de Anistia, a contar da ciência ou divulgação oficial da presente Portaria Ministerial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, conforme preceituam os arts. 26, 59 e 66, da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e art. 12 da Lei n° 10.559, de 13 de novembro de 2002.

Art. 3º - Delegar à Comissão de Anistia a competência para deflagração do procedimento contraditório, expedindo-se notificação para apresentação de defesa, bem como análise e pronunciamento após a manifestação do Interessado.

Art. 4° - Autue-se. Publique-se. Intime-se.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 78ª Sessão realizada no dia 27 de outubro de 2010, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.36043, resolve:

Nº 280 - Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por EDISON JOSÉ PICCOLI, portador do CPF nº 102.537.189-53.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 24ª Sessão realizada no dia 10 de março de 2010, no Requerimento de Anistia nº 2003.21.36344, resolve:

Nº 281 - Ratificar a condição de anistiado político "post mortem" de JOÃO GUALBERTO DE NORONHA MARTINS, filho de MARIA DE LOURDES NORONHA MARTINS, e conceder a DELSA PEREIRA MOURA MARTINS, portadora do CPF nº 046.261.091-87, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 2.651,38 (dois mil, seiscentos e cinqüenta e um reais e trinta e oito centavos), em substituição da pensão por morte de anistiado que recebe no valor de R$ 473,03 (quatrocentos e setenta e três reais e três centavos), referente ao benefício do INSS nº 58/084.557.374-8, o que perfaz a diferença de R$ 1.556,88 (um mil, quinhentos e cinqüenta e seis reais e oitenta e oito centavos), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 10.03.2010 a 01.12.1998, perfazendo um total de R$ 319.237,19 (trezentos e dezenove mil, duzentos e trinta e sete reais e dezenove centavos), calculado sobre a diferença de R$ 2.178,35 (dois mil, cento e setenta e oito reais e trinta e cinco centavos), nos termos do art. 1º, incisos I e II c/c art. 19 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 27ª Sessão realizada no dia 11 de março de 2010, e despacho proferido em 24 de novembro de 2010, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.42394, resolve:

Nº 282 - Ratificar a Portaria nº. 3550, de 27 de outubro de 2010, publicada no Diário Oficial da União em 28 de outubro de 2010, para declarar JAIR ZOANON, portador do CPF nº 513.748.978-68, anistiado político, e conceder a reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única no valor correspondente a 180 (cento e oitenta) salários mínimos, equivalente nesta data a R$ 97.200,00 (noventa e sete mil e duzentos reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II c/c artigo 4º, § 1º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 73ª Sessão realizada no dia 23 de setembro de 2010, no Requerimento de Anistia nº 2005.01.51452, resolve:

Nº 283 - Declarar anistiado político "post mortem" AMÉRICO DA SILVA, filho de DORALINA TRINDADE DA SILVA, anistiado político, e conceder em favor dos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única no valor correspondente a 30 (trinta) salários mínimos, equivalente nesta data a R$ 16.200,00 (dezesseis mil e duzentos reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II c/c artigo 4º, § 1º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 72ª Sessão realizada no dia 21 de setembro de 2010, no Requerimento de Anistia nº 2005.01.51627, resolve:

Nº 284 - Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por HÉLIO SPINOLA COSTA, portador do CPF nº 045.128.558-15.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 73ª Sessão realizada no dia 23 de setembro de 2010, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.52317, resolve:

Nº 285 - Declarar MARIA ALICE CAMPOS FREIRE, portadora do CPF nº 664.151.287-87, anistiada política, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II c/c artigo 4º, § 1º e § 2º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 72ª Sessão realizada no dia 21 de setembro de 2010, no Requerimento de Anistia nº 2007.01.58413, resolve:

Nº 286 - Ratificar a condição de anistiado político de MANOEL LIVINO RIBEIRO LEAL, portador do CPF nº 282.690.044-72, e indeferir o pedido de reparação econômica, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 18 de março de 2011

Nº 85 - Ref.: Processo nº 08026.011712/2005-91. Interessado: Círculo Operário Caxiense. Assunto: Recurso Administrativo.

Conheço do recurso, para no mérito, negar-lhe provimento, nos termos da NOTA nº 50/2011/CEP/CGLEG/CONJUR/MJ, da Consultoria Jurídica, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado.

Nº 86 - Ref.: Processo nº 08270.022823/2005-31. Interessado: Francisco Cláudio Melo Fontenelle. Assunto: Pedido de Reconsideração.

Não conheço do recurso, em razão de sua intempestividade, nos termos da NOTA CEP/CGLEG/CONJUR/MJ nº 54/2011, da Consultoria Jurídica, cujas razões de fato e fundamentos de direito passam a integrar esta decisão. Dê-se ciência ao interessado.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 430, DE 18 DE MARÇO DE 2011

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 145, de 26 de janeiro de 2004, resolve:

TORNAR SEM EFEITO o registro inserido na Portaria nº 1613, de 21 de dezembro de 2009, publicada no Diário Oficial de 22 de dezembro de 2009, que concedeu naturalização a HUANG FEI SHUANG, RNE Y259336-D, natural da China (Taiwan), nascida em 16 de fevereiro de 1984, filha de Huang Lan Hong e de Chiu Yu Pao, nos termos do § 3º, do artigo 119, da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, tendo em vista que o certificado não foi solicitado pela interessada no prazo de doze meses contados da data de publicação do ato. (08505.035301/2007-60).

LUIZ PAULO BARRETO

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 259, DE 9 DE MARÇO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

a decisão prolatada no Processo nº 08389.041383/2009-17-DPF/FIG/PR, declara revista a autorização de funcionamento de serviços ORGÂNICOS de VIGILÂNCIA PATRIMONIAL, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TRÊS FRONTEIRAS ARTESANATOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.765.148/0001-89, para exercer suas atividades no Estado no Paraná, com Certificado de Segurança nº38348, expedido pelo DREX/SR/DPF/PR.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 266, DE 11 DE MARÇO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08255.014181/2009-18-DELESP/SR/DPF/BA, declara revista a autorização de funcionamento de serviços especializados de VIGILÂNCIA PATRIMONIAL, estando habilitada a exercer as atividades de ESCOLTA ARMADA e SEGURANÇA PESSOAL, válida por 1 (um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GPS PREDIAL SISTEMA DE SEGURANÇA LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.328.205/0001-30, para exercer suas atividades no Estado da Bahia.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 10.816, DE 2 DE MARÇO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2010/6650/DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve: CONCEDER autorização à empresa LISERVE VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 08.165.946/0001-10, sediada em PERNAMBUCO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:25 (vinte e cinco) Revólver(es) calibre 38,2964 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro) Cartuchos de Munição calibre 38.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

RODRIGO DE ANDRADE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 10.818, DE 2 DE MARÇO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2010/7552/DPF/CAC/PR, resolve: CONCEDER autorização à empresa PROFORTE SA TRANSPORTE DE VALORES, CNPJ nº 00.116.506/0006-75, sediada no PARANA, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:15 (quinze) Revólver(es) calibre 38,270 (duzentos e setenta) Cartuchos de Munição calibre 38.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

RODRIGO DE ANDRADE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 10.830, DE 3 DE MARÇO DE 2011

O COORDENADOR GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, alterada pela Lei nº 9.017/95, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, alterado pelo Decreto nº 1.592/95, atendendo a requerimento da parte interessada, bem como decisão prolatada no Processo nº 2011/679/DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa KETHUS SISTEMAS EM GERENCIAMENTO DE SEGURANÇA S/S LTDA, CNPJ/MF: 05.148.088/0001-07, para exercer a atividade de Escolta Armada em SÃO PAULO.

RODRIGO DE ANDRADE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 10.846, DE 4 DE MARÇO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL,SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/322/DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CENTURIÃO SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA,, CNPJ nº 07.283.885/0001-22, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial,Segurança Pessoal, para atuar em SÃO PAULO , com Certificado de Segurança nº 262/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

RODRIGO DE ANDRADE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 10.852, DE 4 DE MARÇO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/174/DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa V.MAVE SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 02.662.168/0001-98, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar em SÃO PAULO , com Certificado de Segurança nº 261/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

RODRIGO DE ANDRADE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 10.853, DE 4 DE MARÇO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/761/DPF/SCS/RS, resolve: CONCEDER autorização à empresa EMPRESA DE VIGILÂNCIA CINDAPA DO BRASIL LTDA., CNPJ nº 05.454.403/0001-24, sediada no RIO GRANDE DO SUL, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

6 (seis) Pistola(s) calibre .380,

270 (duzentos e setenta) Cartuchos de Munição calibre .380.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

RODRIGO DE ANDRADE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 10.858, DE 4 DE MARÇO DE 2011

O COORDENADOR GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, alterada pela Lei nº 9.017/95, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, alterado pelo Decreto nº 1.592/95, atendendo a requerimento da parte interessada, bem como decisão prolatada no Processo nº 2010/6451/DPF/SOD/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa BERBEL VIGILANCIA E SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ/MF: 03.178.919/0001-68, para exercer a atividade de Escolta Armada em SÃO PAULO.

RODRIGO DE ANDRADE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 10.865, DE 4 DE MARÇO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/77/DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SSWAT SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA,, CNPJ nº 07.960.659/0001-39, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, Escolta Armada, para atuar em SÃO PAULO , com Certificado de Segurança nº 180/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

RODRIGO DE ANDRADE OLIVEIRA

SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO

DESPACHOS DA SECRETÁRIA

Em 18 de março de 2011

A SECRETÁRIA DE DIREITO ECONÔMICO INTERINA, no uso das competências que lhe foram atribuídas pela Lei nº 8.884, de 11 de Junho de 1994, e com base no disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, opina pela:

Nº 226 - Aprovação do Ato de Concentração nº 08012.002248/2011-49 em que são Requerentes: TC Group Cayman, L.P. e AlpInvest Partners N.V. Advs.: Marcio Dias Soares e Stefanie Schmitt.

Nº 227 - Aprovação do Ato de Concentração nº 08012.002572/2011-67 em que são Requerentes: Danaher Corporation e Beckman Coulter, Inc. Advs.: Amadeu Carvalhaes Ribeiro e Ana Bátia Glenk Ferreira.

Nº 228 - Aprovação do Ato de Concentração nº 08012.002581/2011-58 em que são Requerentes: Ensco PLC. e Pride International, Inc. Advs.: Francisco Ribeiro Todorov e outros.

Nº 229 - Ref.: Averiguação Preliminar nº 08012.009611/2008-51. Representante: SDE ex-oficio. Representados: IECO Desenvolvimento e Indústria de Máquinas e Aparelhos Ltda.; Mineoro Indústria Eletrônica Ltda.; MPCI - Metal Protector Ltda.; Preserv Manutenção Eletrônica Ltda.. Advs.: Não consta dos autos.

Acolho a Nota Técnica de fls. , aprovada pela Coordenadora-Geral de Análise de Infrações no Setor de Compras Públicas, Dra. Fernanda Garcia Machado, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei n. 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido, pois, pela instauração de Processo Administrativo em face de ATTO Indústria e Comércio de Equipamentos de Segurança Ltda., Beringhs Indústria e Comércio, IECO Desenvolvimento e Indústria de Máquinas e Aparelhos Ltda., Mineoro Indústria Eletrônica Ltda., MPCI Metal Protector Ltda., Preserv Manutenção Eletrônica Ltda., SDM Sistemas de Detectores de Metais Ltda., Carlos Alberto Kapper Damásio, Cléber Francisco Rizzo, José Diogo Fernandes Damásio, Juliano Paviani, Ledair Malheiro Bogado, Luiz Moacir Zermiani, Michel Joseph Stephanne Simon, Nathalie Simon, Patrícia Alves de Jesus e Rochele Rhoden Maldonado, para apurar possíveis condutas infringentes à ordem econômica passíveis de enquadramento no art. 20, incisos I, II, III e IV c/c art. 21, incisos I, II, III e VIII, da Lei nº 8.884/94. Notifiquem-se as Representadas, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 33 do mesmo diploma legal e no art. 47 da Portaria MJ nº 456/2010, para que apresentem defesa no prazo de 15 (quinze) dias.

ANA MARIA MELO NETTO

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DA DIRETORA

Tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato ou de direito capazes de modificar a decisão recorrida, INDEFIRO o presente pedido, bem assim mantenho o ato denegatório publicado no Diário Oficial da União de 19/02/2009, pág. 35, Seção I. Processo N° 08505.032287/2005-81 - Richard Ikechukwu Ofor.

Tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato ou de direito capazes de modificar a decisão recorrida, INDEFIRO o presente pedido, bem assim mantenho o ato denegatório publicado no Diário Oficial da União de 11/12/2009, pág. 58, Seção I. Processo N° 08444.007111/2006-33 - Ana Carolina López Diaz da Jornada.

Tendo em vista a tempestividade da peça recorrente, conheço do Recurso e, no mérito, INDEFIRO o presente pedido, bem assim mantenho o ato indeferitório publicado no Diário Oficial de 09/02/2009, página 41, uma vez que o estrangeiro não cumpriu a(s) exigência(s) formulada(s) por esta Divisão. Processo N° 08505.009436/2008-51 - Haiping Jiang e Yueling Ye.

Tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato ou de direito capazes de modificar a decisão recorrida, INDEFIRO o pedido, bem assim mantenho o ato denegatório publicado no Diário Oficial da União de 05/10/2010, pág. 47, Seção I. Processo N° 08505.013254/2010-07 - Tsai Jou Lee.

Tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato ou de direito capazes de modificar a decisão recorrida, INDEFIRO o presente pedido, bem assim mantenho o ato denegatório publicado no Diário Oficial da União de 28/01/2011, pág. 70, Seção I. Processo N° 08505.039701/2006-63 - Felix Ariel Ortega Mesa.

INDEFIRO o pedido de reconsideração e mantenho o ato denegatório publicado no DOU de 11/11/2005. Processo N° 08400.045117/2004-53 - Gerard Willem Anthony Toonstra.

IZAURA MARIA SOARES MIRANDA

DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO CHEFE

Diante dos novos elementos constantes dos autos, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no Diário Oficial União de 24/12/2010, Seção 1, Página 91, para conceder transformação de Visto Temporário item VII em permanente, nos termos da legislação vigente. Processo N° 08391.008598/2010-11 - Sami B. Abdullah.

FERNANDA R. SALDANHA DE AZEVEDO

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08097.003066/2009-88 - Silvia Cordeu e Claudio David Raed

Processo Nº 08339.001408/2009-35 - Isabel Ramoa de Centurion

Processo Nº 08375.002010/2010-13 - Roberto Citrolo

Processo Nº 08475.022174/2010-39 - Kevin Nejad

Processo Nº 08492.014585/2009-17 - Gil Benitez Irala

Processo Nº 08460.024536/2008-71 - Abel Silu, Alberta Vetu, Kilolo Liliana e Metinho Silu

Processo Nº 08491.000528/2011-77 - Sulema Gonzalez

Processo Nº 08491.000793/2010-74 - Marta Gonzalez.

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08495.004590/2010-17 - Liubov Olegouvna Zhavoronkova

Processo Nº 08485.013209/2010-20 - Carmem Virginia Sequera de Machado

Processo Nº 08391.008694/2010-69 - Lizzie Esmeralda Mendez Gonzalez.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência por reunião familiar, amparados pela Resolução Normativa nº 36/99 do Conselho Nacional de Imigração c/c a Portaria MJ nº 606/91, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08270.009970/2009-49 - Antonio Agresti e Lucia Baselice

Processo Nº 08280.010934/2010-42 - Kunio Goto

Processo Nº 08280.038322/2010-14 - Azam Mirtayebi

Processo Nº 08339.002494/2009-01 - Evelia Chavez de Millan

Processo Nº 08386.007107/2010-93 - Noelle Nicole Routon

Processo Nº 08389.010027/2010-95 - Mariam Roslou El Abd e Toufic Hussein El Safadi

Processo Nº 08390.000219/2010-54 - Timmy Zhou

Processo Nº 08444.001534/2008-10 - Julio Machacca Mamani, Elsa Rodriguez Lavado de Machacca e Kent Mavhacca Rodriguez

Processo Nº 08460.000266/2010-27 - Yusi Lin

Processo Nº 08461.004070/2005-34 - Cristina Stoica Foster

Processo Nº 08492.004351/2009-53 - Caroline Milenka Ethielle Bravo Cofre

Processo Nº 08492.010136/2010-25 - Ola Hesham Mahmoud Mahmoud Eugendy

Processo Nº 08709.004673/2010-53 - Francesca Sacchi.

Nos termos do Parecer CJ nº 066/85, constante do Processo MJ n.º 021339/83, determino a REPUBLICAÇÃO do despacho deferitório, para que surta seus jurídicos e legais efeitos .

Processo Nº 08389.000898/2009-67 - Liliana Jaquelina Iboldi

Processo Nº 08460.023581/2009-99 - Sofy Alexandra Vargas Guerra

Processo Nº 08505.061458/2009-11 - Maria Manuela Inacio

Processo Nº 08505.067597/2009-40 - Ghada Sami Rahem

Processo Nº 08501.003310/2008-11 - Jaime José Rodrigues Pinto

Processo Nº 08505.004449/2009-14 - Adolfo Villca Condori e Segundina Choque Vargas

Processo Nº 08420.005296/2009-62 - Analia Soledad Gonzalez

Processo Nº 08505.089197/2009-95 - Wang Rubao e Chen Xiangmei

Processo Nº 08389.035964/2009-10 - Catalino Benitez Santacruz

Processo Nº 08505.044328/2009-13 - Warren Duncan Mcfadden

Processo Nº 08505.034673/2009-31 - Rodolfo Guerrero Leal, Liliana Maria Navarro Gonzalez e Maria Ines Guerrero Navarro

Processo Nº 08389.013818/2009-33 - Salim Mohamad Abou Arabi.

À vista de novos elementos constantes dos autos e da nova diligência procedida pelo Departamento de Polícia Federal, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no DOU de 05/01/2011, página 46, para conceder a permanência nos termos da Resolução Normativa nº 36/99 do Conselho Nacional de Imigração e Portaria MJ nº 606/91.

Processo Nº 08505.049292/2008-75 - Wenbai Weng.

À vista de novos elementos constantes dos autos e da nova diligência procedida pelo Departamento de Polícia Federal, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no DOU de 05/01/2011, página 46, para conceder a permanência nos termos da Resolução Normativa nº 36/99 do Conselho Nacional de Imigração e Portaria MJ nº 606/91.

Processo Nº 08270.001907/2006-11 - FELIX PIFRADER.

À vista de novos elementos constantes dos autos e da nova diligência procedida pelo Departamento de Polícia Federal, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no DOU de 10/08/2010, página 134, para conceder a permanência nos termos da Resolução Normativa nº 36/99.

Processo Nº 08387.002245/2009-32 - Raul Eduardo Carrillo.

Determino o Arquivamento do pedido de permanência, tendo em vista o Estrangeiro deter a condição de residente provisório com base na Lei 11.961/09. Processo N° 08505.039863/2006-00 - Paulo Panzo Tandu.

À vista de novos elementos constantes dos autos e da nova diligência procedida pelo Departamento de Polícia Federal, torno insubsistente o ato Deferitório publicado no D.O.U. 15/08/1988, Pág. 15212, tendo em vista não mais persistirem as condições que deram origem ao ato. Processo N° 08505.000094/88-44 - Huo Chang Yang, Sun Xiaoyong e Fu Yinying.

À vista dos novos elementos constantes dos autos e da nova diligência procedida pelo departamento de Polícia Federal, torno insubsistente o ato Deferitório publicado no D.O.U. 21/01/2004, Pág. 22, tendo em vista que não mais persistem as condições que deram origem ao ato. Processo N° 08505.020032/2003-11 - Zhang Huafeng.

À vista dos novos elementos constantes dos autos e da nova diligência procedida pelo Departamento de Polícia Federal, torno insubsistente o ato Deferitório publicado no D.O.U. 08/03/2005, Pág. 36, tendo em vista não mais persistirem as condições que deram origem ao ato. Processo N° 08505.028931/2004-35 - Zhang Xianran e Zheng Heyin.

INDEFIRO os pedidos de permanência, abaixo relacionados, tendo em vista, que o(s) estrangeiro(s) não preenche(m) os requisitos da Resolução Normativa nº 36/99 do Conselho Nacional de Imigração.

Processo Nº 08280.011735/2010-51 - Santiago Javier Gonzalez Genes

Processo Nº 08310.004406/2010-50 - Vittoria Fiori

Processo Nº 08352.000351/2010-12 - Christophe Marie Ghislain Pirmez

Processo Nº 08494.000329/2011-39 - Salwa Khoury

Processo Nº 08505.017019/2010-04 - Tomasa Escobar

Processo Nº 08792.002067/2007-04 - Lan Ying Meng e Liz Rossana Lin.

INDEFIRO os pedidos de permanência, abaixo relacionados, tendo em vista o não cumprimento da (s) exigência(s) formulada(s) por esta Divisão.

Processo Nº 08240.018225/2009-48 - Cesar Andres Alfonso Loredo Gariza e Diana Paola Sanchez Hilario

Processo Nº 08400.033740/2006-25 - Monica Bolengo

Processo Nº 08502.010096/2009-11 - Petrolina Del Carmen Pérez mardones

Processo Nº 08505.026266/2009-50 - Isabel Garcia Villegas

Processo Nº 08506.008139/2008-88 - Fresia Berta Nunez Nuez.

INDEFIRO o pedido de republicação, tendo em vista a inobservância do prazo à que alude o art. 2º, da Portaria nº 3 de 5 de fevereiro de 2009 da SNJ. Processo N° 08495.001718/00-93 - Ernesto Felipe Roig Techera, Alexandra Cristina Hewlett Benvenuto, Federico Javier Arciniegas Hewlett, Paula Alexandra Arciniegas Hewlett e Santiago German Arciniegas Hewlett.

FERNANDO LOPES DA FONSECA
p/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, do(s) temporário(s) item V, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.003241/2010-01 - Ionel Bobirnac, até 08/05/2012

Processo Nº 08000.010270/2010-11 - Robert Leslie Todd, até 13/09/2011

Processo Nº 08000.010271/2010-65 - John Richard Collins, até 11/10/2011

Processo Nº 08000.011020/2010-06 - Ulrich Wilhelm Boltendahl, até 13/09/2011

Processo Nº 08000.012028/2010-81 - Weiwen Hou, até 24/10/2012

Processo Nº 08000.012031/2010-03 - Bonifacio Bautista Jose, até 06/10/2011

Processo Nº 08000.012210/2010-32 - Emmanuelito Bacha Greñel, até 08/01/2012

Processo Nº 08000.012267/2010-31 - Juan Ramon Lezcano Benitez, até 05/11/2012

Processo Nº 08000.012272/2010-44 - Andreas Johannes Knauss, até 01/11/2012

Processo Nº 08000.012286/2010-68 - James Lindsay Dixon, até 12/12/2012

Processo Nº 08000.012291/2010-71 - Cristian David Sepulveda Donoso, até 25/10/2012

Processo Nº 08000.012299/2010-37 - Claudie Marie Christine Celine Duvivier, até 31/10/2012

Processo Nº 08000.012304/2010-10 - Emilio Gomez Carrillo e Ximena Gabriela Garcia Martinez, até 03/11/2012

Processo Nº 08000.012367/2010-68 - Lamar Randy de Sean Jones, até 02/07/2013

Processo Nº 08000.012380/2010-17 - James George Anderson Tombazis, até 15/11/2012

Processo Nº 08000.012765/2010-84 - Purushottam Shashikant Korhale, até 10/12/2011

Processo Nº 08000.012836/2010-49 - Frank Karsai Junior, até 20/12/2011

Processo Nº 08000.012946/2010-19 - Gil Alconera Isulat, até 23/11/2012

Processo Nº 08000.013027/2010-54 - Otto Joseph Leone Jr, até 31/12/2011

Processo Nº 08000.013031/2010-12 - Amauri Collado Pulido, até 30/03/2011

Processo Nº 08000.013033/2010-10 - Bjorn Inge Nordbotn, até 22/10/2012

Processo Nº 08000.013048/2010-70 - Nazir Mahamood Fakir, até 14/11/2011

Processo Nº 08000.013360/2010-63 - Andrew William Pinegar, até 06/03/2013

Processo Nº 08000.013361/2010-16 - Robert Anthony Kusek, até 30/01/2013

Processo Nº 08000.013362/2010-52 - Jerry Earl Turlington, até 30/01/2013

Processo Nº 08000.013379/2010-18 - David Leo Stover, até 08/11/2011

Processo Nº 08000.013430/2010-83 - Timothy Lee Wisneski, até 14/03/2013

Processo Nº 08000.013566/2010-93 - Ray Deaun Espey Sr, até 18/12/2011

Processo Nº 08000.013568/2010-82 - Narcisse John Gaines, até 18/12/2011

Processo Nº 08460.030455/2010-24 - Jose Luis Garcia Soto, até 16/10/2012.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, temporário item V, abaixo relacionado(s), ressaltando a necessidade de autuação na forma do disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3° do Decreto 86.715/81.

Processo N° 08000.009354/2010-10 - Roberto Rosas Guzman, até 04/08/2012

Processo N° 08000.010450/2010-01 - Glyn Melvyn Hall, até 04/08/2011

Processo N° 08000.012398/2010-19 - Nelson Rui da Silva Vaz, até 21/09/2011

Processo N° 08000.013412/2010-00 - Marlon Navarro Vinuya, até 19/02/2012

Processo N° 08000.011426/2010-81 - Diosdado Jr Alim Soratos, até 28/10/2011

Processo N° 08460.032867/2009-65 - Felipe Christopher Robles Cordero, até 10/11/2011

Processo N° 08000.012913/2010-61 - Jose Nido Mateo Umali, até 22/10/2012

Processo N° 08000.012401/2010-02 - João Palinhas Duarte, até 21/09/2011

Processo N° 08000.010291/2010-36 - Duane Joseph Davidson, até 06/08/2012.

Diante da solicitação de cancelamento efetuada pelo representante legal da empresa, determino o ARQUIVAMENTO do(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.003213/2010-85 - Arnaldo Ramon Dominguez Hurtado

Processo Nº 08000.012225/2010-09 - Alain Clot

Processo Nº 08000.012382/2010-14 - Daniel Perdomo.

Determino o arquivamento do(s) pedido(s) de prorrogação, abaixo relacionado(s), por já ter decorrido prazo(s) superior (es) ao da(s) estada(s) solicitada(s).

Processo Nº 08000.012457/2010-59 - Hamed Hamood Said Alismaaili

Processo Nº 08000.012458/2010-01 - Salwa Sulaiman Ali Al Ismaili

Processo Nº 08000.012459/2010-48 - Saud Dhahi Mas Oud Al Hattali

Processo Nº 08000.012460/2010-72 - Khalifa Khamis Said Al Hosni

Processo Nº 08000.012461/2010-17 - Khalil Ibrahim Salim Al Adawi

Processo Nº 08000.012462/2010-61 - Mariya Ahmed Mohammed Al Jabri

Processo Nº 08000.012463/2010-14 - Amna Ali Said Al Badi

Processo Nº 08000.012465/2010-03 - Adil Murad Abdul Rahman Al Balushi

Processo Nº 08000.012466/2010-40 - Ali Salim Ali Al Mahrezi

Processo Nº 08000.013194/2010-03 - Sostenes Jesus Gallardo

Processo Nº 08000.013385/2010-67 - Eissa Hamed Mohammeda Al Naabi

Processo Nº 08000.013386/2010-10 - Rashad Khamis Said Al Shukaili

Processo Nº 08000.013408/2010-33 - Waleed Ali Ahmed Al Kahan

Processo Nº 08000.013435/2010-14 - Humaid Mubarak Saif Al Shekaili

Processo Nº 08000.013436/2010-51 - Khalid Mohammed Sulaiman Al Hinai

Processo Nº 08000.013437/2010-03 - Ibrahim Salim Abdullah Al Busaidi

Processo Nº 08000.013441/2010-63 - Saeid Salim Khamis Juma Al Sha`Aibi

Processo Nº 08000.013444/2010-05 - Fahad Salim Hamood Al Jahdhami

Processo Nº 08000.013801/2010-27 - Brian Paul Obiol

Processo Nº 08102.006308/2010-11 - Tingjin Wei

Processo Nº 08102.006311/2010-26 - Yajun Xu

Processo Nº 08102.006314/2010-60 - Ziman Huang

Processo Nº 08460.039166/2010-91 - Julio Octavio Perez Flores.

Diante dos novos elementos constantes dos autos, torno insubsistente o Indeferimento publicado no Diário Oficial de 11 de agosto de 2010, Seção 1, pág. 27, para Arquivar o presente pedido, considerando a perda do objeto por já ter decorrido prazo superior ao da estada solicitada. Processo N° 08457.000043/2010-19 - Melissa Auxiliadora Soares Tilman.

INDEFIRO o pedido de prorrogação do prazo de estada no país, temporário item V, tendo em vista, a falta de cumprimento da(s) exigência(s) formulada(s) por esta Divisão. Processo Nº 08000.009257/2010-19 - Pavlo Papkov.

INDEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação, temporário(s) item V, abaixo relacionado(s), considerando o disposto no art. 4º, Parágrafo Único, da Resolução Normativa nº 61/2004 do Conselho Nacional de Imigração, tendo em vista que o(s) estrangeiro(s) já foi (foram) agraciado(s) com uma prorrogação.

Processo N° 08000.012379/2010-92 - Gilberto Mendez Romero

Processo N° 08000.012942/2010-22 - Kevin Paul Waggitt.

INDEFIRO o pedido de prorrogação do prazo de estada no país, temporário item V, considerando que não há previsão legal para a prorrogação do visto temporário com amparo no Art. 6º da RN nº 61/2004 do Conselho Nacional de Imigração.

Processo N° 08460.039575/2010-97 - Simon David James Allan

INDEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação, temporário(s) item V, nos termos do art. 4º, Parágrafo Único, c/c art. 5º da Resolução Normativa nº 61/2004 do Conselho Nacional de Imigração, tendo em vista que o(s) estrangeiro(s) já foi(foram) agraciado(s) com uma prorrogação e não se trata de contrato com cláusula de garantia. Processo N° 08000.009766/2010-41 - Aracelly Maritza Reyes Callender.

JOSÉ AUGUSTO TOMÉ BORGES
p/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item I, abaixo relacionados:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo Nº 08520.014294/2010-70 - William Ethan Rigdon, até 05/11/2012.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionados:

Processo Nº 08212.011509/2010-84 - Damila Patricia D` Oliveira Assunção, até 16/12/2011

Processo Nº 08354.000651/2011-62 - Jose Ramon Martinez Aranzales, Juan Esteban Martinez Herran e Mariella Herran Silva, até 04/03/2012

Processo Nº 08354.000663/2011-97 - Rensso Victor Hugo Mora Colque, até 25/02/2012

Processo Nº 08354.000714/2011-81 - Liceth Yoana Rincon Bacca, até 11/03/2012

Processo Nº 08354.000761/2011-24 - Jorge Luis Lopez Carrasco, até 08/03/2012

Processo Nº 08354.000843/2011-79 - Luis Augusto Dario Tomas Herrera Rodriguez, até 24/03/2012

Processo Nº 08354.007187/2010-54 - Paulina de Hildebranda Teodomiro Saul Guente, até 21/01/2012

Processo Nº 08364.000242/2011-47 - Jaquelina Mando Paulo, até 03/03/2012

Processo Nº 08364.000246/2011-25 - John Alexander Sandoval Romero, até 10/03/2012

Processo Nº 08364.000260/2011-29 - Laerth Laserino Pinto Monteiro, até 08/03/2012

Processo Nº 08386.019659/2010-44 - Viviana Letizia Gonzalez Neumann, até 23/02/2012

Processo Nº 08391.000248/2011-97 - Lina Maria Penuela Sierra, até 28/01/2012

Processo Nº 08391.000253/2011-08 - Marlon Julian Castaneda Serrano, até 11/03/2012

Processo Nº 08391.000260/2011-00 - Maribel Velandia Valero, até 04/03/2012

Processo Nº 08391.000262/2011-91 - Marco Agnelo Vinhas Gomes Ferreira, até 15/02/2012

Processo Nº 08391.000268/2011-68 - Adriana Gomez Gallego, até 18/03/2012

Processo Nº 08391.000269/2011-11 - Ivan Camilo Ospina Rojas, até 11/03/2012

Processo Nº 08420.015113/2010-51 - Giuliana Giovene, até 06/07/2011

Processo Nº 08444.006347/2010-39 - Emily Anne Galvin, até 07/08/2012

Processo Nº 08444.006419/2010-48 - Azenate do Nascimento Florença de Gonga, até 12/01/2012

Processo Nº 08458.010911/2010-69 - Avelino Mendes Pombal, até 28/01/2012

Processo Nº 08494.000095/2011-20 - Yanira Patricia Fuertes Ceballos, até 07/02/2012

Processo Nº 08495.000244/2011-41 - Senen Hermida Candara, até 31/07/2011

Processo Nº 08502.001067/2011-83 - Neidy Liliana Rodriguez Linares, até 16/04/2012

Processo Nº 08506.010818/2010-31 - Gina Andrea Quelal Quelal, até 25/02/2012

Processo Nº 08707.014810/2010-88 - Willy Enrique Chavez Mareco, até 08/02/2012

Processo Nº 08796.004325/2010-44 - John Fredy Franco Baquero, até 24/02/2012.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item VII, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.000007/2011-02 - Mason Oliver Carroll, até 09/02/2012

Processo Nº 08000.000198/2011-02 - Jeremy Alan Hobbs, até 03/02/2012

Processo Nº 08000.000203/2011-79 - Jefferson Scott Canann, até 04/02/2012

Processo Nº 08000.014496/2010-91 - Austin Michael Facer, até 19/12/2011

Processo Nº 08000.014511/2010-09 - Michael Adam Way, até 22/12/2011

Processo Nº 08000.014526/2010-69 - Michael Aaron Cox, até 16/12/2011

Processo Nº 08000.014527/2010-11 - Colton Robert Cubbedge, até 02/12/2011

Processo Nº 08000.020676/2010-10 - Justin Nikoli Epperson, até 15/01/2012

Processo Nº 08000.020677/2010-56 - Samuel Hisashi Chiba, até 15/01/2012

Processo Nº 08000.020679/2010-45 - James Roland Jackson Tayson, até 14/01/2012

Processo Nº 08000.020680/2010-70 - Hunter Lamont Paramore, até 15/01/2012

Processo Nº 08000.020689/2010-81 - Samuel Donald Trent, até 15/01/2012

Processo Nº 08000.020692/2010-02 - Jayson Michael Taylor, até 27/01/2012

Processo Nº 08000.020694/2010-93 - Jens Scott Karren, até 27/01/2012.

FÁBIO GONSALVES FERREIRA
p/Delegação de Competência

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

PORTARIA Nº 73, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, na Portaria MJ nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006, na Portaria nº 1.220 de 11 de Julho de 2007, publicada no DOU de 13 de julho de 2007, resolve classificar:

Filme: AVÓS (Brasil - 2009)
Produtor(es): Tali Capozzi
Diretor(es): Michel Wahrmann
Distribuidor(es):
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Linguagem Depreciativa e Linguagem de Conteúdo Sexual
Tema: Família Judaica
Processo: 08017.000461/2011-76
Requerente: Sociedade Amigos da Cinemateca / Programadora Brasil

Filme: CÃO GUIA (Brasil - 1999)
Produtor(es): Lara Pozzobon
Diretor(es): Gustavo Acioli
Distribuidor(es):
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Agressão Verbal e Linguagem Chula
Tema: Deficiência Visual, Relacionamento
Processo: 08017.000462/2011-11
Requerente: Sociedade Amigos da Cinemateca / Programadora Brasil

Filme: NADA A DECLARAR (Brasil - 2003)
Produtor(es): Lara Pozzobon
Diretor(es): Gustavo Acioli
Distribuidor(es):
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Comédia
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Consumo de Drogas Lícitas e Linguagem Chula
Tema: Arte
Processo: 08017.000467/2011-43
Requerente: Sociedade Amigos da Cinemateca / Programadora Brasil

Filme: NA SENDA DO CRIME (Brasil - 1954)
Produtor(es): Pio Piccini
Diretor(es): Flamínio Bollini Cerri
Distribuidor(es):
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Policial
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Tema: Crimes
Processo: 08017.000474/2011-45
Requerente: Sociedade Amigos da Cinemateca / Programadora Brasil

Filme: ARQUIVO KANE (THE KANE FILES, Estados Unidos da América - 2010)
Produtor(es): Jonathan Downs
Diretor(es): Benjamin Gourley
Distribuidor(es): Playarte Pictures
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Policial
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência e Insinuação Sexual
Tema: Policial
Processo: 08017.000532/2011-31
Requerente: Playarte Pictures

Filme: ANIMAIS UNIDOS JAMAIS SERÃO VENCIDOS (ANIMALS UNITED, Alemanha - 2010)
Produtor(es): Reinhard Klooss
Diretor(es): Reinhard Klooss
Distribuidor(es): Playarte Pictures
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Desenho Animado
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Animais
Processo: 08017.000591/2011-17
Requerente: Playarte Pictures

Programa: BIG BROTHER BRASIL 11 (PROGRAMA AO VIVO) (Brasil - 2010)
Produtor(es): Central Globo de Produção
Diretor(es): Boninho
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 anos: inadequada para exibição antes das 20 horas
Gênero: Reality Show
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Consumo de Drogas Lícitas e Agressão Verbal
Tema: Convivência entre Desconhecidos
Processo: 08017.007292/2010-14
Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

PORTARIA Nº 74, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, na Portaria MJ nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006, na Portaria nº 1.220 de 11 de Julho de 2007, publicada no DOU de 13 de julho de 2007, resolve classificar os jogos:

Título: EA SPORTS FIFA 10 (Canadá - 2009)
Titular dos Direitos Autorais: ELECTRONIC ARTS LTDA
Distribuidor(es): Electronic Arts Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Esportes
Plataforma: Telefone Celular
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Processo: 08017.004070/2011-21
Requerente: Electronic Arts Ltda.

Título: NEED FOR SPEED SHIFT (Canadá - 2009)
Titular dos Direitos Autorais: ELECTRONIC ARTS LTDA
Distribuidor(es): Electronic Arts Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Corrida
Plataforma: Telefone Celular
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Processo: 08017.004071/2011-75
Requerente: Electronic Arts Ltda.

Título: MONOPOLY (Estados Unidos da América - 2008)
Titular dos Direitos Autorais: ELECTRONIC ARTS LTDA
Distribuidor(es): Electronic Arts Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Tabuleiro
Plataforma: Telefone Celular
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Processo: 08017.004072/2011-10
Requerente: Electronic Arts Ltda.

Título: TETRIS (Canadá - 2009)
Titular dos Direitos Autorais: ELECTRONIC ARTS LTDA
Distribuidor(es): Electronic Arts Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Puzzle
Plataforma: Telefone Celular
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Processo: 08017.004073/2011-64
Requerente: Electronic Arts Ltda.

Título: JOGO DA VIDA (Canadá - 2009)
Titular dos Direitos Autorais: ELECTRONIC ARTS LTDA
Distribuidor(es): Electronic Arts Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Tabuleiro
Plataforma: Telefone Celular
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Processo: 08017.004074/2011-17
Requerente: Electronic Arts Ltda.

Título: THE SIMS 3 (Estados Unidos da América - 2010)
Titular dos Direitos Autorais: ELECTRONIC ARTS LTDA.
Distribuidor(es): Electronic Arts Ltda.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Categoria: Simulação
Plataforma: Telefone Celular
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Insinuação Sexual
Processo: 08017.004075/2011-53
Requerente: Electronic Arts Ltda.

Título: TOM CLANCY`S GHOST RECON PREDATOR (Estados Unidos da América - 2010)
Titular dos Direitos Autorais: UBISOFT
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Categoria: Ação, Aventura, Luta e Tiro em Primeira Pessoa
Plataforma: PSP
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.004221/2010-60
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

DESPACHO DO DIRETOR
Em 18 de março de 2010

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, na Portaria nº 1.220 de 11 de Julho de 2007, publicada no DOU de 13 de julho de 2007 e na Portaria SNJ nº 14, publicada no DOU de 17 de junho de 2009, resolve:
Processo MJ nº 08017.000041/2011-90
Filme: "VALEMONT"
Requerente: Abril Radiodifusão S/A. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Tema: Suspense
Contém: Assassinato e Presença de Sangue.
Indeferir o pedido de solicitação de autoclassificação, do filme, classificando-o pelo monitoramento como: "Não recomendada para menores de 12 (doze) anos".
Processo MJ nº: 08017.000220/2007-41
Série: "V.I.P. - 1ª TEMPORADA"
Episódio(s): 03 (105) - PAIXÃO PERIGOSA
Requerente: Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).
Tema: Investigação
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: agressão física.
Série: "V.I.P. - 1ª TEMPORADA"
Episódio(s): 04 (102) - UM CASAMENTO E O FUNERAL DA VAL
Requerente: Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).
Tema: Investigação
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: agressão física e consumo de drogas lícitas.
Série: "V.I.P. - 1ª TEMPORADA"
Episódio(s): 05 (108) - EFICIÊNCIA E SENSIBILIDADE
Requerente: Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).
Tema: Investigação
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: agressão física
Série: "V.I.P. - 1ª TEMPORADA"
Episódio(s): 06 (106) - DIAMANTES SÃO OS MELHORES AMIGOS DA VAL
Requerente: Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).
Tema: Investigação
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: agressão física e consumo de drogas lícitas.
Série: "V.I.P. - 1ª TEMPORADA"
Episódio(s): 08 (110) - VAL ENTROU NO JOGO
Requerente: Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).
Tema: Investigação
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: agressão física e consumo de drogas lícitas.
Indeferir os pedidos de reclassificação, versão editada, dos episódios da série, classificando-os como "Não recomendada para menores de 12 (doze) anos".

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

Ministério da Previdência Social

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 52, DE 14 DE MARÇO DE 2011

Disciplina o pagamento da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso - GECC no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006; e
Decreto nº 6.114, de 15 de maio de 2007.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.934, de 11 de agosto de 2009 e, considerando o disposto no Decreto nº 6.114, de 15 de maio de 2007, que regulamenta o pagamento da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso de que trata o art. 76-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, bem como a necessidade de rever os critérios e procedimentos para o pagamento da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso - GECC para os servidores do INSS, resolve:

Art. 1º Será paga ao servidor a Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso - GECC em função do desempenho eventual das atividades de:

I - instrutoria em ações educacionais de formação, de desenvolvimento ou de treinamento para servidores, regularmente instituídas no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS; e

II - logística de preparação e de realização de curso ou concurso, envolvendo atividades de planejamento, coordenação, supervisão e execução, quando tais atividades não estiverem incluídas entre as competências regimentais de sua unidade de lotação ou exercício.

§ 1º Considera-se como atividade de instrutoria, para fins do disposto no inciso I do caput, ministrar aulas, realizar atividades de coordenação pedagógica e técnica não enquadráveis no inciso II, elaborar material didático e atuar em atividades similares ou equivalentes em outros eventos de capacitação, presenciais ou a distância.

§ 2º Define-se para fins do parágrafo anterior:

I - elaboração de material didático para cursos presenciais - compreende a elaboração de textos didáticos, apostilas, exercícios, avaliação de aprendizagem e outros recursos educacionais que serão utilizados em eventos de capacitação;

II - elaboração de material didático para cursos a distância - compreende a elaboração de textos, exercícios e avaliação de aprendizagem, por servidores conteudistas, para serem utilizados no desenvolvimento de ações educativas; e

III - elaboração de material multimídia - consiste na elaboração de material de apoio didático que envolva no mínimo um tipo de mídia estática (texto, fotografia, gráfico) e um tipo de mídia dinâmica (vídeo, áudio, animação), para utilização no desenvolvimento de ações educativas, com o objetivo de ampliar o acesso e a manipulação das informações e de facilitar o processo de aprendizagem. Neste item se enquadra a confecção de tele aula, vídeo educativo, texto, imagem, áudio e animação para inserção no e-learning e apresentação em flash.

§ 3º As atividades mencionadas nos incisos I e II do caput, deverão estar detalhadas em projeto de ação de capacitação específico, aprovado previamente pelo Superintendente Regional, em se tratando de ações de capacitação das Gerências-Executivas de sua abrangência e pela Coordenação-Geral de Educação Continuada - CGEC, em se tratando de ações de capacitação das Superintendências Regionais e da Administração Central.

§ 4º A GECC decorrente do desempenho das atividades descritas no inciso II do art. 1º não será devida aos servidores que exercem suas atividades na Diretoria de Recursos Humanos, nos Serviços e Seções de Recursos Humanos das Superintendências Regionais e nas Gerências-Executivas, por tratar-se de atividades incluídas entre suas atribuições permanentes.

§ 5º A GECC não será devida pela realização de treinamento em serviço ou por eventos de disseminação de conteúdos relativos às competências das unidades organizacionais, de acordo com o § 2º do art. 2º do Decreto nº 6.114, de 2007.

§ 6º Para fins do parágrafo anterior, conceitua-se disseminação de conteúdos relativos às competências das unidades organizacionais, como um evento de caráter informativo que visa apresentar políticas, projetos, ações desenvolvidas e outros temas correlatos à competência da unidade organizacional, realizado por meio de reuniões técnicas, teleconferências, videoconferências, entre outros, nos quais o objeto da informação repassada está vinculado ao cargo exercido pelo servidor ou área a qual está representando.

§ 7º A GECC não será devida ao servidor que ministrar aulas, palestras, conferências ou outras atividades congêneres aos demais servidores, em decorrência de compromisso formal assumido ao participar de eventos externos de capacitação patrocinados pelo INSS, como disseminador de informações técnicas e práticas profissionais adquiridos nos referidos eventos.

§ 8º O pagamento da GECC para a atividade de logística de preparação e de realização de curso ou concurso está condicionado à formalização da participação do servidor por meio de portaria e à apresentação de Relatório de Atividades conforme Anexo VIII.

§ 9º O pagamento da GECC a que se refere o parágrafo anterior será devido somente quando se tratar de eventos de grandes dimensões de caráter nacional ou regional, na modalidade presencial, com mínimo de cento e cinquenta participantes, não podendo o número de horas pagas ultrapassar a totalidade da carga horária da ação.

§ 10º O pagamento da GECC pelo desempenho de atividade de tutoria em curso a distância dar-se-á por turma ou por comunidade virtual, de acordo com a carga horária aprovada para o curso. Para efeitos de pagamento da GECC a carga horária de tutoria fica limitada à uma hora diária.

§ 11º O servidor só poderá exercer as atividades de tutoria em no máximo duas turmas simultaneamente.

§ 12º Havendo suspensão do curso ou interrupção das atividades de que tratam os incisos I e II do caput, o cálculo para efeito de pagamento da GECC será realizado considerando a carga horária efetivamente trabalhada.

Art. 2º A atuação do servidor nas atividades descritas no Art. 1º está condicionada à autorização da chefia imediata.

Parágrafo único. A autorização pela chefia imediata a que se refere o caput está condicionada a aprovação da ação de capacitação prevista no § 2º do art. 1º.

Art. 3º A atuação de servidor de outro órgão ou entidade pública nas atividades descritas nos incisos I e II do Art. 1º, estará condicionada à anuência de seu órgão de origem, solicitada mediante ofício, conforme Anexo IX. A emissão do oficio caberá:

I - ao Gerente-Executivo quando tratar-se de ações demandadas pela Gerência-Executiva;

II - ao Superintendente Regional quando tratar-se de ações demandadas pela Superintendência Regional ou Gerências-Executivas de sua área de abrangência; ou

III - aos Diretores, Coordenadores-Gerais, Auditor-Geral, Corregedor-Geral, Chefe da Procuradoria Federal Especializada ou Chefe de Gabinete da Presidência quando tratar-se de ações demandadas pela Administração Central.

Art. 4º As atividades descritas no art. 1º serão remuneradas por hora trabalhada e fração, quando necessário, mediante a aplicação dos percentuais constantes do Anexo I, que incidirão sobre o maior vencimento básico da Administração Pública Federal, divulgado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG.

§ 1º Para o cálculo final do pagamento ao servidor será considerado apenas um único percentual de acordo com a formação acadêmica compatível ou comprovada experiência profissional na área de atuação, vedada a soma de percentuais.

§ 2º A atuação simultânea de instrutores em uma mesma turma deve estar prevista e justificada no projeto da ação de capacitação, respeitado o limite de dois instrutores por turma.

§ 3º No caso de atuação simultânea nas atividades previstas nos incisos I e II do Art. 1º, os servidores serão remunerados relativamente à totalidade da carga horária de sua atuação, estabelecida e aprovada no planejamento educacional da ação ou no projeto da ação educacional, conforme o caso.

§ 4º O pagamento da GECC relativo à elaboração do material didático e multimídia para cursos presenciais e a distância está condicionado à apresentação do material produzido, do Relatório de Atividades, conforme Anexo VIII, e ao limite da carga horária do curso.

§ 5º O pagamento da GECC relativo à atuação do servidor em ação educacional em cursos presenciais e a distância está condicionado à apresentação de Relatório de Instrutoria conforme Anexo VII ou Relatório de Tutoria, no modelo definido para o ambiente virtual de aprendizagem em vigor.

Art. 5º Para fins de desempenho das atividades de que trata o Art.1º, deverá o servidor possuir formação acadêmica compatível ou comprovada experiência profissional na área de atuação a que se propuser.

§ 1º Para comprovar a formação acadêmica o servidor deverá apresentar diploma, certificado de conclusão de curso ou registro no conselho profissional.

§ 2º Para comprovar a experiência profissional servidor deverá apresentar um dos seguintes documentos:

I - declaração expedida pela chefia imediata ou responsável pela área de conhecimento do objeto da ação, acerca da experiência profissional, conforme Anexo III;

II - certificado ou documento equivalente acerca da atuação como instrutor na modalidade presencial e a distância em matéria correlata a do evento, com carga horária de no mínimo vinte e quatro horas, expedido pelo órgão ou instituição onde atuou; ou

III - portaria de designação para participar de grupos de trabalho de elaboração de atos normativos ou novos procedimentos, objeto da ação educacional.

§ 3º Os cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização, têm duração mínima de trezentos e sessenta horas, não sendo computado o tempo de estudo individual ou em grupo, sem assistência docente, e o reservado, obrigatoriamente para elaboração individual de monografia ou trabalho de conclusão de curso, conforme Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização.

Art. 6º É de responsabilidade da unidade de recursos humanos onde o servidor está lotado verificar sua qualificação, seu enquadramento nos percentuais de que trata esta Instrução Normativa - IN e o cálculo do valor da GECC, ainda que o curso tenha sido ministrado em outro local.

§ 1º Para atender ao disposto no caput, a unidade responsável pela ação educacional repassará as informações relativas à atuação do servidor ao Serviço/Seção de Recursos Humanos de sua unidade de lotação.

§ 2º No caso de servidor público de outro órgão ou entidade, a comprovação da formação acadêmica dar-se-á mediante a apresentação, ao setor responsável pela ação educacional, de diploma, certificado de conclusão do curso ou registro no conselho profissional.

§ 3º Caberá à Seção/Serviço de Recursos Humanos da unidade de lotação do servidor realizar o cálculo e as providências necessárias ao pagamento da GECC ao servidor, em conformidade com o art. 9º do Decreto nº 6.114, de 2007, nas formas de pagamento abaixo descritas:

I - servidor integrante do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE: pagamento por meio de processamento de folha de pagamento;

II - servidor não integrante do SIAPE: pagamento por meio de emissão de Ordem Bancária Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI; e

III - exercícios anteriores de GECC: pagamento por meio de emissão de Ordem Bancária SIAFI.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§ 4º O valor da GECC será apurado no mês de realização da atividade e informado até o quinto dia útil do mês seguinte, para inclusão na folha de pagamento.

Art. 7º O servidor do quadro do INSS ou de outro órgão ou entidade pública que se dispuser a atuar nas atividades a que se refere o art. 1º deverá apresentar, previamente, na unidade de recursos humanos responsável pela ação, a Declaração de Execução das Atividades, Anexo II, preenchida e assinada, para o controle do pagamento da GECC.

§ 1º A Declaração de Execução de Atividades deverá ser anexada ao documento de encaminhamento, Anexo V ou VI, conforme o caso, e arquivada na pasta funcional do servidor, até que seja implantado o Sistema de Controle de Horas pelo órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC.

§ 2º O Serviço/Seção de Recursos Humanos das Superintendências Regionais e das Gerências-Executivas de lotação do servidor e o Serviço de Recursos Humanos da Administração Central providenciarão a guarda da Declaração referida no caput.

§ 3º Quando se tratar de servidor público de outro órgão ou entidade, a Unidade de Recursos Humanos responsável pela ação educacional encaminhará cópia da Declaração referida no caput ao órgão ou entidade de origem.

Art. 8º Para fins de pagamento da GECC, as turmas dos cursos presenciais de desenvolvimento e aperfeiçoamento deverão ser constituídas, no planejamento inicial, por no mínimo dez servidores, salvo quando se tratar de Ambientação Institucional para novos servidores, em que serão admitidas turmas com até seis participantes.

§ 1º A constituição das turmas deve ser comprovada pelos respectivos documentos de convocação dos participantes.

§ 2º A ausência de servidor convocado ou inscrito para curso presencial ou a distância, não obstará o pagamento da GECC, ainda que signifique redução da turma para patamar abaixo dos limites fixados no caput.

Art. 9º Para efeito de pagamento da GECC, as turmas de curso a distância serão constituídas de acordo com as especificidades de cada oferta, observando os seguintes limites mínimos de participantes:

I - cursos com avaliação objetiva, mínimo de setenta servidores;

II - cursos com avaliação subjetiva, mínimo de cinquenta servidores quando ocorrer um fórum de aprendizagem e mínimo de vinte servidores quando ocorrer uma ou mais atividades de elaboração de trabalhos ou dois ou mais fóruns de aprendizagem; e

III - as turmas, compostas exclusivamente por tutores, observarão o limite mínimo de dez participantes.

Art. 10. As horas trabalhadas nas atividades descritas no art. 1º, quando desempenhadas durante a jornada de trabalho, deverão ser compensadas no prazo de até um ano, conforme o disposto no art. 8º do Decreto nº 6.114, de 2007.

Art. 11. Deverá o servidor que executou atividades que ensejam o pagamento da GECC apresentar o Planejamento de Compensação de Horas, conforme modelo constante no Anexo IV, ao Serviço/Seção de Recursos Humanos de sua lotação, devidamente assinado pela sua chefia imediata.

Parágrafo único. Caberá à chefia imediata do servidor o controle da compensação das horas referida no caput.

Art. 12. A retribuição do servidor que executar atividades inerentes a curso ou concurso, não poderá ser superior a cento e vinte horas de trabalho anual, observado o disposto no art. 76-A, § 1°, inciso II, da Lei n° 8.112, de 1990, ressalvada situação de excepcionalidade, devidamente justificada e previamente aprovada pelo Diretor de Recursos Humanos do INSS, que poderá autorizar o acréscimo de até cento e vinte horas de trabalhos anuais.

Art. 13. Compete ao Coordenador-Geral de Administração de Recursos Humanos, da Administração Central, ao Superintendente Regional e ao Gerente-Executivo, no âmbito de sua atuação, autorizar o pagamento da GECC até o limite máximo de cento e vinte horas de trabalho anuais por servidor;

Art. 14. A solicitação de acréscimo de até cento e vinte horas deverá ser formalizada por memorando assinado pelo dirigente máximo da área demandante e encaminhada ao Diretor de Recursos Humanos com no mínimo trinta dias de antecedência da data de início da realização do evento.

Parágrafo único. O memorando de solicitação de acréscimo de até cento e vinte horas deverá conter a justificativa quanto à necessidade, à importância da ação para a Instituição e à impossibilidade de substituição do servidor.

Art. 15. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria de Recursos Humanos - DRH.

Art. 16. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação e revoga a Instrução Normativa INSS/PRES nº 19, de 17 de agosto de 2007.

MAURO LUCIANO HAUSCHILD

ANEXO I

TABELA DE PERCENTUAIS E QUALIFICAÇÃO

a) QUADRO DE VALORES - GECC/ INSS INSTRUTORIA

%	Qualificação do Servidor
1,35	Doutorado
1,30	Mestrado
1,25	Pós-Graduação
1,20	Licenciatura Curta ou Plena
1,15	Graduação (Bacharel)
1,10	Curso de Formação de Educador para atuação em educação presencial, ou de Formação de Tutor para atuação em educação a distância, ministrados dentro do Programa de Educação Continuada para Formação de Educadores do INSS.
1,0	Experiência técnica comprovada compatível com a área a que se propuser atuar.

b) LOGÍSTICA DE PREPARAÇÃO E REALIZAÇÃO DE CURSO, CONCURSO, SELEÇÃO E EVENTOS EDUCACIONAIS - inciso II do art. 1º

Quantitativo de Participantes	%	Qualificação do servidor
De 150 a 300	0,40	Independe da qualificação do servidor
De 301 a 500	0,50	Independe da qualificação do servidor
A partir de 501	0,75	Independe da qualificação do servidor

ANEXO II

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 52/PRES/INSS, DE 14 DE MARÇO DE 2011
DECLARAÇÃO DE EXECUÇÃO DE ATIVIDADES

Pela presente DECLARAÇÃO DE EXECUÇÃO DE ATIVIDADES, eu _____, matrícula SIAPE _____, ocupante do cargo de _____, do Quadro de Pessoal do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, em exercício na (o) _____, declaro ter participado, no ano em curso, das seguintes atividades relacionadas a curso, concurso público ou exame vestibular, previstas no art. 76-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no Decreto nº 6.114, de 15 de maio de 2007:

Atividades	Instituição	Horas trabalhadas
TOTAL DE HORAS TRABALHADAS NO ANO EM CURSO		

Declaro, sob minha inteira responsabilidade, serem exatas e verdadeiras as informações aqui prestadas, sob pena de responsabilidades administrativa, civil e penal.

Local e data:_____

_____
Assinatura do servidor

ANEXO III

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 52/PRES/INSS, DE 14 DE MARÇO DE 2011

DECLARAÇÃO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA COMPROVADA

Ao Serviço/Seção de Recursos Humanos _____

Para fins de atendimento ao art. 3º, § 2º do Decreto nº 6.114, de 15 de maio de 2007 e § 2º do art. 5º da Instrução Normativa nº 52/PRES/INSS, de 14 de março de 2011, declaramos que o servidor _____, matrícula nº _____ lotado na _____, possui experiência técnica nas atividades _____, com conhecimentos na legislação compatível, uma vez que:

( )	Atua ou já atuou na área no mínimo por dois anos, mostrando competência e bom desempenho de suas atribuições.
( )	Atua ou já atuou como chefe de _____ (área compatível a da ação) ou como substituto por no mínimo um ano.
( )	Atuou como educador/palestrante em mais de dez eventos, tendo sido avaliado com os indicativos de bom e ótimo.
( )	Contribuiu com a elaboração de atos normativos relacionados à matéria a ser ministrada.
( )	Outras situações:

Local, _____ Data: _____/_____/_____

_____
(Chefia Imediata)

ANEXO IV

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 52/PRES/INSS, DE 14 DE MARÇO DE 2011
PLANEJAMENTO DE COMPENSAÇÃO DE HORAS

IDENTIFICAÇÃO		
Servidor		
Matrícula		
Unidade de Lotação		
Chefia Imediata		
Ação Educacional		
Período da Ação	Total de horas a compensar	

CRONOGRAMA DE COMPENSAÇÃO
(incluir apenas as informações sobre as horas a serem compensadas)

Período/Data	Horário	Nº de Horas
TOTAL DE HORAS		

( ) Não foi informado a compensação de horas, face o servidor ter executado a atividade integralmente fora da jornada de trabalho.

( ) Foi informado somente a compensação de _____ horas, face a atividade de ter sido executada parcialmente fora da jornada de trabalho.

( ) Em atendimento ao § 2º do art. 76-A da Lei nº. 8.112/1990 e ao art. 8º do Decreto nº. 6.114/2007, apresentamos acima o cronograma de compensação de _____ horas que foram desempenhadas em ação educacional pelo servidor durante a jornada de trabalho.

Ao Serviço/Seção de Recursos Humanos
Local: _____ Data: ____/_____/_____

_____ _____
Servidor Chefia Imediata

ANEXO V

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 52/PRES/INSS, DE 14 DE MARÇO DE 2011
INFORMATIVO DE HORAS PARA PAGAMENTO DA
GRATIFICAÇÃO POR ENCARGO DE CURSO OU CONCURSO

GER/GEX: _____
INFORMATIVO Nº _____ DATA: _____
AÇÃO EDUCACIONAL:

NOME DO EDUCADOR:			MATRÍCULA:	
Atividades conforme Anexo I do Decreto nº 6.114, de 2007	Carga Horária Devida	Dias/ Período	Carga Horária a ser paga	Valor a ser pago

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ENCAMINHAMENTO:

Encaminhe-se ao Chefe do Serviço/Seção de Recursos Humanos, para providências decorrentes, ressaltando a necessidade de observar o limite de 120 horas, conforme art. 6º do Decreto nº 6.114, de 2007. Data: ____/____/_____ _____ Equipe de Educação

PROPOSIÇÃO:

1. Propomos o pagamento da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso. 2. Ao Gerente Regional/Executivo, para autorização. Data: ____/____/_____ _____ Chefe do Serviço/Seção de Recursos Humanos

AUTORIZAÇÃO:

1 Autorizo o pagamento na forma proposta. 2 Ao Serviço/Seção de Recursos Humanos, em devolução, para as providências cabíveis, inclusive o encaminhamento de cópia deste à Equipe de Educação depois de efetivado o pagamento. Data: ____/____/_____ _____ Superintendente Regional/Gerente Executivo

PAGAMENTO:

1 Providenciada a inclusão na Folha de Pagamento _____/_____. 2 Arquive-se e encaminhe-se cópia à Equipe de Educação. Data: ____/____/_____ _____ Chefe do Serviço/Seção de Recursos Humanos

Observação: O Informativo de Horas para Pagamento da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso é utilizado para o encaminhamento de informações dentro da mesma Unidade Pagadora e o Memorando, entre Unidades Pagadoras diferentes.

ANEXO VI

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 52/PRES/INSS, DE 14 DE MARÇO DE 2011

MEMORANDO DE ENCAMINHAMENTO

Memorando nº INSS/_____/_____ (código)

_____, ____ de _____ de _____.

Ao: (Coordenador-Geral de Educação Continuada ou Superintendente Regional ou Gerente-Executivo de Lotação do servidor)

Assunto: Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso.

Prezado Senhor

1 tendendo ao disposto no Decreto nº 6.114, de 15 de maio de 2007 e na Instrução Normativa nº 52/PRES/INSS, de 14 de março de 2011, que disciplina o pagamento da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso, informamos que o(s) servidor(es) relacionado(s) a seguir atuou/atuaram em ação educacional, conforme dados abaixo:

AÇÃO EDUCACIONAL:			MODALIDADE (presencial ou a distância):		
LOCAL DE REALIZAÇÃO:					
NOME	MATR.	LOTAÇÃO	ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA DEVIDA	DIAS/ PERÍODO

2 clarecemos que, para o cálculo do valor a ser pago deverá ser observada a qualificação do servidor, conforme tabela de percentuais do Anexo I da Instrução Normativa nº 52/PRES/INSS, de 2011.

3 caminhamos em anexo a(s) declaração/declarações de execução de atividade(s) do(s) servidor(es) acima citado(s).

4 embramos que o pagamento da Gratificação está condicionado ao limite de cento e vinte horas de trabalho anuais e à apresentação, pelo(s) servidor (es), ao Serviço/Seção de Recursos Humanos, do planejamento de compensação de horas, devidamente assinado.

Atenciosamente,

_____

Coordenador-Geral de Educação Continuada ou
Superintendente Regional ou Gerente-Executivo

ANEXO VII

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 52/PRES/INSS, DE 14 DE MARÇO DE 2011

RELATÓRIO DE INSTRUTORIA

IDENTIFICAÇÃO

Ação Educacional:		
Local de Realização:		
Nº da Turma:	Período:	Carga Horária:
Educador:		

1. AVALIAÇÃO GERAL DO EVENTO:

1.1 Local e infra-estrutura

ITENS	SIM	NÃO	OBSERVAÇÕES
O local atendeu às necessidades da ação educacional?			
Os equipamentos foram adequados?			
Os recursos educacionais facilitaram o desenvolvimento da ação educacional?			

1.2 Conteúdo programático, metodologia e carga horária

ITENS	SIM	NÃO	OBSERVAÇÕES
O planejamento das aulas foi adequado?			
O conteúdo foi todo ministrado?			
O conteúdo foi suficiente para atender aos objetivos propostos?			
A metodologia utilizada favoreceu a participação dos educandos?			
A carga horária foi adequada?			

1.3 Participação dos educandos

ITENS	SIM	NÃO	OBSERVAÇÕES
Os educandos se mostraram interessados, participativos?			
Apresentaram dificuldades na absorção do conteúdo?			
Consideraram que os conteúdos ministrados facilitarão a execução de suas atividades?			
Foram solucionados os casos/dificuldades apresentados durante a ação educacional?			
Foram apresentadas sugestões para melhoria da ação educacional?			

1.4 Avaliação da aprendizagem

ITENS	SIM	NÃO	RESULTADO MÉDIO
Foram aplicados exercícios para verificação de aprendizagem?			
Foi aplicada avaliação final de aprendizagem?			
Os servidores atingiram os objetivos de aprendizagem propostos?			

1.5 Comentários e observações

ITENS	SIM	NÃO	COMENTÁRIOS/ OBSERVAÇÕES
Há necessidade de novas ações de educação para aprofundamento de conteúdos?			
Houve comentários e reivindicações dos educandos?			
Houve contratempos diversos?			
Houve a necessidade de flexibilização de tempo, em face das necessidades/dificuldades dos educandos?			
Outros comentários e recomendações:			

2. AUTOAVALIAÇÃO DO INSTRUTOR

Este questionário de autoavaliação visa promover uma oportunidade para que você reflita sobre sua atuação como instrutor, sobre seu amadurecimento como educador, bem como, sobre os aspectos que podem ser melhorados para contribuir com a educação continuada dos servidores efetivamente.
Quanto maior sua percepção sobre como você atua, melhor você reconhecerá sua importância nesse processo de aprendizagem colaborativa e melhor poderá utilizar as estratégias que favoreçam à aprendizagem em futuros cursos.
Os itens abaixo enfocam aspectos relativos à instrutoria considerados essenciais para a realização de ações de educação continuada de qualidade, considerando o atual grau de amadurecimento dos processos educacionais no INSS.
Sua autoavaliação será considerada na avaliação final de seu desempenho nessa Instrutoria.

Leia atentamente cada item e faça sua AUTOAVALIAÇÃO atribuindo nota numa escala de 0(zero) a 10(dez), sendo zero a menor nota e dez a maior	Nota
Objetividade (Resposta concisa e adequada às circunstâncias)	
Resolubilidade (Resposta que apresenta prontamente a solução do problema)	
Prontidão (Presteza, agilidade e disponibilidade de buscar respostas)	
Cordialidade (Comunicação afetiva e amenidade no trato)	
Comunicação com clareza (Facilidade de compreensão, concisa e coerente)	
Favorecimento à formação continuada do aluno (Incentiva a autonomia do participante, acrescenta informação relevante ao tema e promove a aprendizagem a partir da troca de informações)	
Proatividade (Antecipa-se às situações, necessidades e problemas)	
Comentários	
Aspectos facilitadores	
Aspectos restritivos	

3.AVALIAÇÃO DA COORDENAÇÃO DO EVENTO

Este questionário de avaliação da coordenação do evento visa promover melhorias na qualidade da gestão de cursos e o suporte adequado a você, instrutor. Os itens abaixo enfocam aspectos relativos à atuação do coordenador do evento considerados essenciais para suporte aos

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

instrutores durante a realização de ações de educação continuada de qualidade e processos educacionais no INSS.
Leia atentamente cada item e faça uma avaliação da coordenação do evento atribuindo Nota nota numa escala de 0(zero) a 10(dez), sendo zero a menor nota e dez a maior
Objetividade (Resposta concisa e adequada às circunstâncias)
Resolubilidade (Resposta que apresenta prontamente a solução do problema)
Prontidão (Presteza, agilidade e disponibilidade de buscar respostas)
Cordialidade (Comunicação afetiva e amenidade no trato)
Comunicação com clareza (Facilidade de compreensão, concisa e coerente)
Favorecimento à formação continuada do instrutor (Incentivo a autonomia do instrutor a partir da troca de informações)
Comentários
Aspectos facilitadores
Aspectos restritivos
SUGESTOES

Local : Data: / / .

_____

Nome do Instrutor

Matricula

ANEXO VIII

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 52/PRES/INSS, DE 14 DE MARÇO DE 2011

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Coordenação de Educação Continuada / Serviço / Seção de Recursos Humanos			
IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO			
Servidor:	Matrícula	Unidade de Lotação	Código SRH
Atividade Realizada		Data	Período/ Hora
			Manhã
			Tarde
			Manhã
			Tarde
			Manhã
			Tarde
			Manhã
			Tarde
			Manhã
			Tarde
			Manhã
			Tarde
			Manhã
			Tarde
			Manhã
			Tarde
			Manhã
			Tarde
			Manhã
			Tarde
Assinatura do Servidor / Matrícula			

ANEXO IX

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 52/PRES/INSS, DE 14 DE MARÇO DE 2011

MODELO DE OFÍCIO SOLICITANDO LIBERAÇÃO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL DE OUTRO ÓRGÃO

Ofício nº DRH/INSS

Brasília-DF, de de 20 .

Ao Senhor (nome)

(cargo)

(endereço)

Assunto: Liberação de servidor público federal para atuar em atividade de instrutoria.

Esta Autarquia, no intuito de trabalhar o desenvolvimento de competências de seus servidores para melhor desempenharem suas atribuições, realizará (NOME DA AÇÃO DE EDUCAÇÃO) no período de _____, em _____/UF, com carga horária de _____ horas para cada turma.

2. Para tanto, em cumprimento ao disposto no inciso III do artigo 7º do Decreto nº 6.114, de 15 de maio de 2007, vem solicitar a esta (NOME DO ÓRGÃO/ENTIDADE DO INSTRUTOR) a liberação do(s) servidor(s) listado(s) abaixo para atuar(em) como instrutor(es) nesta ação de educação, conforme descrito no quadro.

NOME	MATRICULA	CPF	LOCAL DE REALIZAÇÃO	Carga Horária	PERÍODO

3. Na oportunidade, esclarecemos que pela atuação em atividades de instrutoria, conforme Decreto 6.114, de 2007, é devido ao servidor o pagamento da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso - GECC0. Assim, informamos que o pagamento da gratificação será feito por meio de processamento da folha de pagamento de pessoal na forma do artigo 9º do referido decreto.

4. Lembramos ainda que as horas trabalhadas nesta atividade, quando desempenhadas durante a jornada de trabalho, deverão ser compensadas no prazo de até um ano, em cumprimento ao artigo 8º do mesmo decreto.

5. Agradecemos antecipadamente pela valiosa colaboração prestada às atividades educacionais do INSS.

Atenciosamente,

NOME

(CARGO)

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

PORTARIA Nº 127, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 e o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alíneas "a" e "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e tendo em vista a Resolução CGPC nº 14 de 1º de outubro de 2004, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPS nº 44000.000211/2005-31, comando nº 345002308 e juntada nº 345422109, resolve:

Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a Fundação Sicoob de Previdência Privada - SICOOB PREVI e a Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda, na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios Previdenciários Sicoob Multi Instituído - CNPB nº 2007.0023-29.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 483, DE 18 DE MARÇO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentados pelo Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, e

Considerando o disposto no art. 6º do Decreto nº 7.336, de 19 de outubro de 2010, o qual dispõe que o Ministério da Saúde e a Fundação Nacional de Saúde terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para efetivar a transição da gestão do Subsistema de Atenção a Saúde Indígena, incluindo as ações de saneamento ambiental;

Considerando que o orçamento da Secretaria Especial de Saúde Indígena para o ano de 2011 contempla todas as ações destinadas à atenção à saúde indígena;

Considerando que os Distritos Sanitários Especiais Indígenas ainda não se constituem Unidades Gestoras;

Considerando que o Ministério da Saúde dispõe de Núcleos Estaduais em todas as 26 (vinte e seis) Unidades da Federação, e

Considerando que não pode haver prejuízo na execução das ações e dos serviços prestados aos povos indígenas, resolve:

Art 1º Delegar competência aos Núcleos Estaduais do Ministério da Saúde, da Secretaria-Executiva, para a prática dos seguintes atos de responsabilidade dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas:

I - autorizar a concessão de diárias e passagens para deslocamento dos servidores, contratados e colaboradores eventuais dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, inclusive dos pacientes indígenas e seus acompanhantes;

II - atuar como ordenador de despesas, inclusive no que se refere ao pagamento de passagens e diárias, desde que receba dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas os recursos financeiros necessários para esta ação;

III - instruir processos licitatórios de responsabilidade dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, inclusive de dispensa de licitação e inexigibilidade, conforme legislação em vigor aplicável à espécie; e

IV - conceder, pagar suprimentos de fundos e aprovar a respectiva prestação de contas.

§ 1º A delegação de que trata este artigo terá efeitos apenas até a constituição definitiva dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas em Unidades Gestoras.

§ 2º Para os fins do disposto neste artigo, a execução das atividades será atribuída aos Chefes das Divisões de Convênios e Gestão - DICON/NE/SE/MS.

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 990, DE 18 DE MARÇO DE 2011

Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal na operadora Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso II, alínea "c" do Regimento Interno, aprovado pela RN n.º 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 16 de março de 2011, considerando os elementos constantes dos processos administrativos n.º 33902.159465/2009-16 e 33902.265892/2010-68, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente, na forma do disposto no inciso I e III, do art. 82, da RN 197, de 16 de julho de 2009, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica encerrado o Regime de Direção Fiscal na operadora Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico, registro ANS nº 30133-7 e inscrita no CNPJ sob o n.º 43.202.472/0001-30.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

MAURICIO CESCHIN
Diretor-Presidente

DECISÕES DE 17 DE MARÇO DE 2011

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 287ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 25785.000099/2005-11

Operadora: Sociedade Beneficente de Igrejinha Mantenedora do Hospital Bom Pastor

Registro ANS: Sem registro

Auto de Infração n. º 9.847 de 06/10/2005.

Decisão: Aprovado à unanimidade dos votantes o voto da DIOPE, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIFIS de primeira instância que fixou penalidade pecuniária diária no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando como termo final da multa o dia 22/10/2002, totalizando o montante de R$ 900.000,00 (novecentos mil reais) nos termos do inciso I do artigo 9º c/c parágrafo 2º e 6º do artigo 19, ambos da Lei 9656/98 c/c parágrafo 4º do artigo 12 da RN 124/2006, com redação dada pela RN n. º 161/2007.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 285ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 23 de fevereiro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo nº: 33902.156605/2005-62
Operadora:Serviço Social das Estradas de Ferro - SESEF
Registro na ANS nº: 312304
Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 285ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 23 de fevereiro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.157776/2007-71
Operadora: Unimed Noroeste do Paraná Cooperativa de Trabalhos Médicos
Registro na ANS nº: 365777
Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 285ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 23 de fevereiro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.172162/2002-12
Operadora: Unimed Ponta Grossa Cooperativa de Trabalhos Médico
Registro na ANS nº: 349712
Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

MAURICIO CESCHIN
Diretor-Presidente

DECISÃO DE 18 DE MARÇO DE 2011

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 287ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Prot. ANS nº: 33902.189603/2002-15
Operadora: SEMEG - Serviços Médicos Guanabara Ltda
Registro ANS: 313041
Auto de Infração n. º 10.869 de 27/11/2003.
Decisão: Aprovado à unanimidade dos votantes o voto da DIOPE, pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão da DIFIS de primeira instância que aplicou a sanção de advertência por infração ao disposto no artigo 20 da Lei 9656/98 c/c artigo 34 da RN 124/2006.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

MAURICIO CESCHIN
Diretor-Presidente

RETIFICAÇÃO

Na Decisão de 06 de janeiro de 2010, processo n.° 33902.296123/2001-12, publicada no DOU nº 07, em 11 de janeiro de 2011, seção 1, página 53: onde se lê: "Operadora: Providência Saúde Ltda... ". leia-se: Unimed São Carlos - Cooperativa de Trabalho Médico.

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
NÚCLEO NA BAHIA

DECISÃO DE 16 DE MARÇO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS Bahia, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 40, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 34, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25772.006869/2009-02	AMED - ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA - ME	364916.	00.637.500/0001-39	Negar Cobertura ao procedimento "Ecocardiograma com Doppler", previsto em lei, conforme solicitação médica, violando as regras previstas no art. 12 da Lei 9656 de 1998 e sua regulamentação para os planos privados de assistência à saúde, incluindo a inscrição de filhos naturais e adotivos prevista nos seus incisos III e VII. (Art.12, I da Lei 9.656)	32.000,00 (TRINTA E DOIS MIL REAIS)

JAILTON AZEVEDO CANCIO

NÚCLEO NO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO DE 16 DE MARÇO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 49, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25785.003054/2009-14	COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA SÃO PAULO	375918.	88.332.580/0001-65	Reduzir a capacidade da rede hospitalar própria ou credenciada sem prévia autorização da ANS, nos termos do disposto no parágrafo 4o e incisos, do art. 17 da Lei 9656, de 1998. (Art.17, §4º da Lei 9.656)	R$ 123.858,95 (CENTO E VINTE E TRES MIL, OITOCENTOS E CINQUENTA E OITO REAIS E NOVENTA E CINCO CENTAVOS)
25785.012499/2009-95	GOLDEN CROSS ASSISTENCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE LTDA	403911.	01.518.211/0001-83	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas no art. 12 da Lei 9656 de 1998 e sua regulamentação para os planos privados de assistência à saúde, incluindo a inscrição de filhos naturais e adotivos prevista nos seus incisos III e VII. (Art.12, I da Lei 9.656)	R$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25785.011941/2009-66	GOLDEN CROSS ASSISTENCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE LTDA	403911.	01.518.211/0001-83	suspender a assistência à saúde ao consumidor, face a doenças ou lesões pre-existentes, em descumprimento ao parágrafo único do art. 11 da Lei 9656/98 e sua regulamentação posterior. (Art.11, parágrafo único, c/c Art.12, da Lei 9.656, c/c Art.7º da CONSU 02)	R$ 88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25785.012497/2009-04	GOLDEN CROSS ASSISTENCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE LTDA	403911.	01.518.211/0001-83	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas no art. 12 da Lei 9656 de 1998 e sua regulamentação para os planos privados de assistência à saúde, incluindo a inscrição de filhos naturais e adotivos prevista nos seus incisos III e VII. (Art.12, II da Lei 9.656)	R$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25785.001122/2010-44	GOLDEN CROSS ASSISTENCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE LTDA	403911.	01.518.211/0001-83	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas no art. 12 da Lei 9656 de 1998 e sua regulamentação para os planos privados de assistência à saúde, incluindo a inscrição de filhos naturais e adotivos prevista nos seus incisos III e VII. (Art.12, II da Lei 9.656)	R$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)

MARCELO ISSAO UTIME

DECISÃO DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 49, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25785.011066/2009-12	GOLDEN CROSS ASSISTENCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE LTDA	403911.	01.518.211/0001-83	Deixar de cumprir a regulamentação referente a doença ou lesão preexistente. (Art.11 da Lei 9.656 c/c Art.4º da CONSU 02 e Art.1º, §2º da CONSU 17)	Advertência.

MARCELO ISSAO UTIME

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO REGULATÓRIA

DECISÃO DE 15 DE MARÇO DE 2011

A Gerente Geral de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 3, de 04/07/2007, publicada no DO de 11/07/2007, seção 2, fl. 24, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no artigo 53, IX, e no artigo 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009 e no artigo 13 da Resolução Normativa nº 48/2003, dá ciência às operadoras de planos de saúde, relacionadas a seguir, das decisões proferidas em processos administrativos:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.208376/2003-15	AFUSIP - ASSOC. DOS FUNCIONÁRIOS DO SIST. PENITENCIÁRIO DE CAMPINAS E REGIÃO	410918.	02.842.732/0001-54	Omissão de envio tempestivo do DIOPS. Obrigação prevista no art. 20, da Lei 9656/98 e no art. 3º, da RE DIOPE 1/01. Infração configurada.	5.000,00 (CINCO MIL REAIS)

MERCEDES SCHUMACHER

DECISÃO DE 16 DE MARÇO DE 2011

A Gerente Geral de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 3, de 04/07/2007, publicada no DO de 11/07/2007, seção 2, fl. 24, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no artigo 53, IX, e no artigo 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009 e no artigo 13 da Resolução Normativa nº 48/2003, dá ciência às operadoras de planos de saúde, relacionadas a seguir, das decisões proferidas em processos administrativos:

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.224253/2008-28	FED. DAS SOC COOP. DE TRAB MÉD DO ACRE, AMAPÁ, AMAZONAS, PARÁ, RONDONIA E RORAIMA	313971.	84.112.481/0001-17	Não envio da declaração de ausência de reajuste. Art. 3º, da RN nº 171/08. Infração configurada.	10.000,00 (DEZ MIL REAIS)
33902.083871/2001-35	DOCTOR CARD LTDA	404543.	25.462.698/0001-98	Omissão de envio tempestivo do DIOPS. Obrigação prevista no art. 20, da Lei 9656/98 e no art. 3º, da RE DIOPE 1/01. Infração configurada.	5.000,00 (CINCO MIL REAIS)

MERCEDES SCHUMACHER

DECISÃO DE 17 DE MARÇO DE 2011

A Gerente Geral de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 3, de 04/07/2007, publicada no DO de 11/07/2007, seção 2, fl. 24, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no artigo 53, IX, e no artigo 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009 e no artigo 13 da Resolução Normativa nº 48/2003, dá ciência às operadoras de planos de saúde, relacionadas a seguir, das decisões proferidas em processos administrativos:

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.114679/2004-41	ACESITA S.A.	316814.	33.390.170/0001-89	Descumprimento da obrigação de envio do SIP, prevista no art 20 da Lei 9656/98 c/c o art 4º da RDC 85/01. Infração configurada.	Arquivamento

MERCEDES SCHUMACHER

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.104, DE 16 DE MARÇO DE 2011

A Diretora-Presidente Substituta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, do Presidente da República, publicado no DOU de 26 de março de 2009, (recondução) e a Portaria GM/MS n° 402, de 11 de março de 2011, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º. Tornar insubsistente a RESOLUÇÃO - RE Nº 687 de 15 de Fevereiro de 2011, única e exclusivamente quanto ao Cancelamento de Registro ou Cadastramento (isenção) de MATERIAL DE USO MÉDICO, referente à empresa PLASTSIL INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP - 06.068.172/0001-83, PROCESSO 25351-319923/2007-68, publicada no Diário Oficial da União nº. 37 de 22 de Fevereiro de 2011, Seção 1, página 68 e m Suplemento página 16.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.105, DE 16 DE MARÇO DE 2011

A Diretora-Presidente Substituta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, do Presidente da República, publicado no DOU de 26 de março de 2009, (recondução) e a Portaria GM/MS n° 402, de 11 de março de 2011, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º. Tornar insubsistente a RESOLUÇÃO - RE Nº 78 de 07 de Janeiro de 2011, única e exclusivamente quanto ao Cadastramento de Família de EQUIPAMENTOS para saúde Importado, referente à empresa H STRATTNER E CIA LTDA - 33.250.713/0001-62, PROCESSO 25351-573091/2010-42, publicada no Diário Oficial da União nº. 6 de 10 de Janeiro de 2011, Seção 1, página 64 e em Suplemento página 123.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.163, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

A Diretora-Presidente Substituta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, do Presidente da República, publicado no DOU de 26 de março de 2009, (recondução) e a Portaria GM/MS n° 402, de 11 de março de 2011, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e

considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Conceder o Registro, Cadastro e o Cadastramento dos processos dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.170, DE 18 DE MARÇO DE 2011(*)

A Diretora-Presidente Substituta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, do Presidente da República, publicado no DOU de 26 de março de 2009, (recondução) e a Portaria GM/MS n° 402, de 11 de março de 2011, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Indeferir Registro, Cadastro, Alteração, Revalidação, Retificação e o Arquivamento Temporário dos processos dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.171, DE 18 DE MARÇO DE 2011(*)

A Diretora-Presidente Substituta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, do Presidente da República, publicado no DOU de 26 de março de 2009, (recondução) e a Portaria GM/MS n° 402, de 11 de março de 2011, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Conceder a Revalidação, dos processos dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

As Revalidações indicadas na relação anexa foram concedidas nos termos da RDC n.º 185/2001, apenas os documentos exigidos para fins de revalidação indicados na referida resolução foram considerados. O registro/cadastro foi revalidado tal qual como concedido originalmente, qualquer alteração que eventualmente tenha sido encaminhada na petição de revalidação, foi desconsiderada.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.172, DE 18 DE MARÇO DE 2011(*)

A Diretora-Presidente Substituta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, do Presidente da República, publicado no DOU de 26 de março de 2009, (recondução) e a Portaria GM/MS n° 402, de 11 de março de 2011, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Conceder o Arquivamento Temporário dos Processos de Registro e de Petição, dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.173, DE 18 DE MARÇO DE 2011

A Diretora-Presidente Substituta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, do Presidente da República, publicado no DOU de 26 de março de 2009, (recondução) e a Portaria GM/MS n° 402, de 11 de março de 2011, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Reconsiderar os termos da decisão recorrida a fim de tornar insubsistentes as Resoluções-REs, a seguir relacionadas, no tocante às Petições especificadas, determinando o retorno para análise técnica.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

ANEXO

Resolução: n.º 5482 26 de Novembro de 2010, publicado no D.O.U n.º 227 de 29 de Novembro de 2010 seção 1, pág 52 e em Suplemento pág. 58.
Expediente do Pedido de Reconsideração: 966595/10-1
Processo: 25351.330512/2010-42
Empresa: VR MEDICAL IMPORTADORA E DIST. DE PRODUTOS MEDICOS LTDA EPP
8052-Registro de família de Equipamento IMPORTADO de Médio e Pequeno Porte

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.174, DE 18 DE MARÇO DE 2011

A Diretora-Presidente Substituta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, do Presidente da República, publicado no DOU de 26 de março de 2009, (recondução) e a Portaria GM/MS n° 402, de 11 de março de 2011, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Reconsiderar os termos da decisão recorrida a fim de tornar insubsistentes as Resoluções-REs, a seguir relacionadas, no tocante às Petições especificadas, determinando o retorno para análise técnica.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

ANEXO

Resolução: n.º 495 de 04 de Fevereiro de 2011, publicado no D.O.U n.º 26 de 07 de Fevereiro de 2011 seção 1, pág 65 e em Suplemento pág. 40.
Expediente do Pedido de Reconsideração: 141053/11-9
Processo: 25351.334169/2010-44
Empresa: Diagmaster Científica ltda
8049 - Registro de Equipamento IMPORTADO, de Médio e Pequeno Porte
Resolução: n.º 495 de 04 de Fevereiro de 2011, publicado no D.O.U n.º 26 de 07 de Fevereiro de 2011 seção 1, pág 65 e em Suplemento pág. 40.
Expediente do Pedido de Reconsideração: 141071/11-7
Processo: 25351.334211/2010-99
Empresa: Diagmaster Científica ltda
8049 - Registro de Equipamento IMPORTADO, de Médio e Pequeno Porte
Resolução: n.º 495 de 04 de Fevereiro de 2011, publicado no D.O.U n.º 26 de 07 de Fevereiro de 2011 seção 1, pág 65 e em Suplemento pág. 40.
Expediente do Pedido de Reconsideração: 141091/11-1
Processo: 25351.334183/2010-65
Empresa: Diagmaster Científica ltda
8049 - Registro de Equipamento IMPORTADO, de Médio e Pequeno Porte

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.178, DE 18 DE MARÇO DE 2011

A Diretora-Presidente Substituta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, do Presidente da República, publicado no DOU de 26 de março de 2009, (recondução) e a Portaria GM/MS n° 402, de 11 de março de 2011, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Deferir solicitação de transferência de titularidade de registro e cancelamento do medicamento por transferência de titularidade, conforme relação a seguir:

LABORATÓRIO AMERICANO DE FARMACOTERAPIA S/A 1.00394-0

racemetionina + CITRATO DE COLINA + BETAÍNA + CIANOCOBALAMINA
COLAGOGOS E COLERETICOS
METIOCOLIN COMPOSTO 25992.076614/75 10/2010
COMERCIAL 1.0394.0480.001-8 24 Meses
10MG + 50 MG + 10 MG+ 0,5MCG SOL OR CX 12 FLAC X 10 ML
METIOCOLIN COMPOSTO
1990 SIMILAR - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
COMERCIAL 1.0394.0480.002-6 24 Meses
10MG + 50MG + 10 MG + 0,5MCG SOL OR CX 100 FLAC X 10 ML
METIOCOLIN COMPOSTO
1990 SIMILAR - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
HYPERMARCAS S.A. 1.07287-6

racemetionina + CITRATO DE COLINA + BETAÍNA + CIANOCOBALAMINA
COLAGOGOS E COLERETICOS
METIOCOLIN COMPOSTO 25351.331834/2009-88 10/2010
COMERCIAL 1.7287.0369.001-9 24 Meses
10MG + 50 MG + 10 MG + 0,5 MCG SOL OR CX 12 FLAC X 10 ML
METIOCOLIN COMPOSTO
1990 SIMILAR - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
COMERCIAL 1.7287.0369.002-7 24 Meses
10MG + 50MG + 10 MG + 0,5MCG SOL OR CX 100 FLAC X 10 ML
METIOCOLIN COMPOSTO
1990 SIMILAR - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS S.A. 1.07817-7

racemetionina + CITRATO DE COLINA + BETAÍNA + CIANOCOBALAMINA
COLAGOGOS E COLERETICOS
METIOCOLIN COMPOSTO 25351.649358/2009-11 10/2010
COMERCIAL 1.7817.0088.001-8 24 Meses
10MG + 50 MG + 10 MG + 0,5MCG SOL OR CX 12 FLAC X 10 ML
METIOCOLIN COMPOSTO
1999 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.7817.0088.002-6 24 Meses
10MG + 50MG + 10 MG + 0,5MCG SOL OR CX 100 FLAC X 10 ML
METIOCOLIN COMPOSTO
1999 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)

Art. 2º Indeferir renovação de registro de medicamento similar, reativação de fabricação do medicamento e exclusão do local de fabricação do fármaco, ou local de embalagem primária, ou local de embalagem secundária, ou local de fabricação do produto, conforme relação a seguir:

COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS S.A. 1.07817-7

racemetionina + CITRATO DE COLINA + BETAÍNA + CIANOCOBALAMINA
COLAGOGOS E COLERETICOS
METIOCOLIN COMPOSTO 25351.649358/2009-11 10/2010
COMERCIAL 1.7817.0088.001-8 24 Meses
10MG + 50 MG + 10 MG + 0,5MCG SOL OR CX 12 FLAC X 10 ML
METIOCOLIN COMPOSTO
10239 SIMILAR - EXCLUSÃO DO LOCAL DE FABRICAÇÃO DO FÁRMACO, OU LOCAL DE EMBALAGEM PRIMÁRIA, OU LOCAL DE EMBALAGEM SECUNDÁRIA OU LOCAL DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO
01 - Em desacordo com a Legislação vigente
142 SIMILAR - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
01 - Em desacordo com a Legislação vigente
1983 SIMILAR - REATIVAÇÃO DE FABRICAÇÃO DO MEDICAMENTO
01 - Em desacordo com a Legislação vigente
COMERCIAL 1.7817.0088.002-6 24 Meses
10MG + 50MG + 10 MG + 0,5MCG SOL OR CX 100 FLAC X 10 ML
METIOCOLIN COMPOSTO
10239 SIMILAR - EXCLUSÃO DO LOCAL DE FABRICAÇÃO DO FÁRMACO, OU LOCAL DE EMBALAGEM PRIMÁRIA, OU LOCAL DE EMBALAGEM SECUNDÁRIA OU LOCAL DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO
01 - Em desacordo com a Legislação vigente
142 SIMILAR - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
01 - Em desacordo com a Legislação vigente
1983 SIMILAR - REATIVAÇÃO DE FABRICAÇÃO DO MEDICAMENTO
01 - Em desacordo com a Legislação vigente

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.179, DE 18 DE MARÇO DE 2011(*)

A Diretora-Presidente Substituta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, do Presidente da República, publicado no DOU de 26 de março de 2009, (recondução) e a Portaria GM/MS n° 402, de 11 de março de 2011, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Deferir solicitação de transferência de titularidade de registro e cancelamento de registro de medicamento por transferência de titularidade, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.180, DE 18 DE MARÇO DE 2011(*)

A Diretora-Presidente Substituta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, do Presidente da República, publicado no DOU de 26 de março de 2009, (recondução) e a Portaria GM/MS n° 402, de 11 de março de 2011, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Deferir solicitação de transferência de titularidade de registro e cancelamento de registro do medicamento por transferência de titularidade, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.181, DE 18 DE MARÇO DE 2011(*)

A Diretora-Presidente Substituta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, do Presidente da República, publicado no DOU de 26 de março de 2009, (recondução) e a Portaria GM/MS n° 402, de 11 de março de 2011, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Deferir solicitação de transferência de titularidade de registro e cancelamento de registro do medicamento por transferência de titularidade, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.182, DE 18 DE MARÇO DE 2011(*)

A Diretora-Presidente Substituta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, do Presidente da República, publicado no DOU de 26 de março de 2009, (recondução) e a Portaria GM/MS n° 402, de 11 de março de 2011, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir renovação de registro de produto novo e inclusão de nova indicação terapêutica no país, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.183, DE 18 DE MARÇO DE 2011(*)

A Diretora-Presidente Substituta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, do Presidente da República, publicado no DOU de 26 de março de 2009, (recondução) e a Portaria GM/MS n° 402, de 11 de março de 2011, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Deferir suspensão temporária de fabricação, cancelamento de registro do medicamento, inclusão de nova apresentação comercial, renovação de registro de produto novo, revalidação de registro e transferência de titularidade do registro, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.184, DE 18 DE MARÇO DE 2011(*)

A Diretora-Presidente Substituta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, do Presidente da República, publicado no DOU de 26 de março de 2009, (recondução) e a Portaria GM/MS n° 402, de 11 de março de 2011, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Deferir suspensão temporária de fabricação, inclusão de nova apresentação comercial, renovação de registro de medicamento novo, inclusão de nova concentração no país, registro de nova associação no país, cancelamento de registro do medicamento e reativação de fabricação de medicamento, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.185, DE 18 DE MARÇO DE 2011(*)

A Diretora-Presidente Substituta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, do Presidente da República, publicado no DOU de 26 de março de 2009, (recondução) e a Portaria GM/MS n° 402, de 11 de março de 2011, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir registro de nova associação no país, inclusão de local de embalagem secundária, alteração de posologia, inclusão de nova apresentação comercial, inclusão de nova concentração no país e inclusão de indicação terapêutica nova no país, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.186, DE 18 DE MARÇO DE 2011(*)

A Diretora-Presidente Substituta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, do Presidente da República, publicado no DOU de 26 de março de 2009, (recondução) e a Portaria GM/MS n° 402, de 11 de março de 2011, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Deferir retificação de publicação, suspensão temporária de fabricação de medicamento e registro de medicamento similar, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.187, DE 18 DE MARÇO DE 2011(*)

A Diretora-Presidente Substituta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, do Presidente da República, publicado no DOU de 26 de março de 2009, (recondução) e a Portaria GM/MS n° 402, de 11 de março de 2011, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Deferir cancelamento de registro da apresentação, alteração de local de fabricação do medicamento de liberação convencional, renovação de registro de medicamento novo e inclusão de nova forma farmacêutica no país, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.188, DE 18 DE MARÇO DE 2011(*)

A Diretora-Presidente Substituta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, do Presidente da República, publicado no DOU de 26 de março de 2009, (recondução) e a Portaria GM/MS n° 402, de 11 de março de 2011, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir registro de medicamento, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.198, DE 18 DE MARÇO DE 2011(*)

A Diretora-Presidente Substituta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, do Presidente da República, publicado no DOU de 26 de março de 2009, (recondução) e a Portaria GM/MS n° 402, de 11 de março de 2011, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Indeferir Registro, Cadastro, Cadastramento, Alteração, Revalidação, Retificação, Cancelamento e o Arquivamento Temporário dos processos dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.199, DE 18 DE MARÇO DE 2011(*)

A Diretora-Presidente Substituta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, do Presidente da República, publicado no DOU de 26 de março de 2009, (recondução) e a Portaria GM/MS n° 402, de 11 de março de 2011, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Indeferir Registro, Alteração, Revalidação, Retificação e o Arquivamento Temporário dos processos dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.200, DE 18 DE MARÇO DE 2011

A Diretora-Presidente Substituta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, do Presidente da República, publicado no DOU de 26 de março de 2009, (recondução) e a Portaria GM/MS n° 402, de 11 de março de 2011, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º. Tornar insubsistente a RESOLUÇÃO - RE Nº 528 de 09 de Fevereiro de 2011, única e exclusivamente quanto ao Cancelamento de Registro/Cadastro de Produtos para Diagnóstico de uso in vitro, referente à empresa LABORATORIO NEO QUIMICA COMERCIO E INDÚSTRIA LTDA - 29.785.870/0001-03, PROCESSO 25351-475779/2005-87, publicada no Diário Oficial da União nº. 31 de 14 de Fevereiro de 2011, Seção 1, página 92 e m Suplemento página 9.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.201, DE 18 DE MARÇO DE 2011(*)

A Diretora-Presidente Substituta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, do Presidente da República, publicado no DOU de 26 de março de 2009, (recondução) e a Portaria GM/MS n° 402, de 11 de março de 2011, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e

considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Conceder a Alteração e a Revalidação dos processos dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.202, DE 18 DE MARÇO DE 2011(*)

A Diretora-Presidente Substituta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, do Presidente da República, publicado no DOU de 26 de março de 2009, (recondução) e a Portaria GM/MS n° 402, de 11 de março de 2011, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e

considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Conceder a Revalidação, dos processos dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

As Revalidações indicadas na relação anexa foram concedidas nos termos da RDC n.º 185/2001, apenas os documentos exigidos para fins de revalidação indicados na referida resolução foram considerados. O registro/cadastro foi revalidado tal qual como concedido originalmente, qualquer alteração que eventualmente tenha sido encaminhada na petição de revalidação, foi desconsiderada.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.203, DE 18 DE MARÇO DE 2011(*)

A Diretora-Presidente Substituta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, do Presidente da República, publicado no DOU de 26 de março de 2009, (recondução) e a Portaria GM/MS n° 402, de 11 de março de 2011, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e

considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Conceder a Alteração, Inclusão, Revalidação, Retificação e o Desarquivamento dos processos dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.204, DE 18 DE MARÇO DE 2011(*)

A Diretora-Presidente Substituta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, do Presidente da República, publicado no DOU de 26 de março de 2009,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

(recondução) e a Portaria GM/MS n° 402, de 11 de março de 2011, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e

considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Conceder o Registro, Cadastro, Cadastramento e o Desarquivamento dos processos dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.205, DE 18 DE MARÇO DE 2011(*)

A Diretora-Presidente Substituta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, do Presidente da República, publicado no DOU de 26 de março de 2009, (recondução) e a Portaria GM/MS n° 402, de 11 de março de 2011, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e

considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Conceder o Arquivamento Temporário dos Processos de Registro e de Petição, dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.206, DE 18 DE MARÇO DE 2011(*)

A Diretora-Presidente Substituta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, do Presidente da República, publicado no DOU de 26 de março de 2009, (recondução) e a Portaria GM/MS n° 402, de 11 de março de 2011, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Conceder a Alteração, Inclusão, Retificação, Revalidação, Cancelamento e o Desarquivamento dos processos dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.207, DE 18 DE MARÇO DE 2011(*)

A Diretora-Presidente Substituta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, do Presidente da República, publicado no DOU de 26 de março de 2009, (recondução) e a Portaria GM/MS n° 402, de 11 de março de 2011, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve: e considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Conceder o Cadastro do Produto para a Saúde decorrente de Transferência de Titularidade, e por conseqüente, cancelar o Registro dos Produtos para Saúde por Alteração de Titular na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.208, DE 18 DE MARÇO DE 2011(*)

A Diretora-Presidente Substituta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, do Presidente da República, publicado no DOU de 26 de março de 2009, (recondução) e a Portaria GM/MS n° 402, de 11 de março de 2011, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Conceder a Revalidação, dos processos dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

As Revalidações indicadas na relação anexa foram concedidas nos termos da RDC n.º 185/2001, apenas os documentos exigidos para fins de revalidação indicados na referida resolução foram considerados. O registro/cadastro foi revalidado tal qual como concedido originalmente, qualquer alteração que eventualmente tenha sido encaminhada na petição de revalidação, foi desconsiderada.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.209, DE 18 DE MARÇO DE 2011(*)

A Diretora-Presidente Substituta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, do Presidente da República, publicado no DOU de 26 de março de 2009, (recondução) e a Portaria GM/MS n° 402, de 11 de março de 2011, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Conceder a Alteração, Retificação, Revalidação e o Desarquivamento dos processos dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.210, DE 18 DE MARÇO DE 2011(*)

A Diretora-Presidente Substituta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 25 de março de 2009, do Presidente da República, publicado no DOU de 26 de março de 2009 (recondução), e a Portaria GM/MS n° 402 de 11 de março de 2011, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o art. 7º, inciso X da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando, ainda, a Resolução RDC nº 103, de 8 de maio de 2003, e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas em Biodisponibilidade/Bioequivalência, resolve:

Art. 1º Conceder ao Centro, na forma do ANEXO, a Certificação Primária em Boas Práticas em Biodisponibilidade/Bioequivalência de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

DESPACHOS DA DIRETORA-PRESIDENTE
Em 17 de março de 2011

Nº 25 - A Diretora-Presidente Substituta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 25 de março de 2009 do Presidente da República e a Portaria GM/MS n. 402, de 11 de março de 2011, tendo em vista o disposto nos incisos X e XI do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n.º 3.029, de 16 de abril de 1999, com fundamento no art. 6º e no § 2º do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, combinado com o art. 61 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no § 2º do art. 11 e inciso VI do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, CONHECE E NÃO CONFERE efeito suspensivo aos recursos a seguir especificados, determinando o normal prosseguimento das análises para posterior julgamento do mérito pela Diretoria Colegiada.

ANEXO

Empresa: M.A.C SANTOS SANCHEZ
CNPJ: 01.651.135/0001-80
Processo nº: 25351.010114/2010-34
Expediente Recurso nº: 141265/11-5
Expediente Indeferido n.º: 013433/10-3
Empresa: M.A.C SANTOS SANCHEZ
CNPJ: 01.651.135/0001-80
Processo nº: 25351.010120/2010-40
Expediente Recurso nº: 141230/11-2
Expediente Indeferido n.º: 013440/10-6

Nº 26 - A Diretora Presidente Substituta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 25 de março de 2009 do Presidente da República e a Portaria GM/MS n. 402, de 11 de março de 2011, tendo em vista o disposto nos incisos X e XI do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n.º 3.029, de 16 de abril de 1999, com fundamento no art. 6º e no § 2º do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, combinado com o art. 61 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no § 2º do art. 11 e inciso VI do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, não conhece dos recursos a seguir especificados, por intempestividade, determinando a extinção do recurso, sem julgamento do mérito, mantendo os termos da decisão recorrida.

ANEXO

Empresa: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA FONOAUDIOLOGIA HCP LTDA
CNPJ: 01.462.814/0001-00
Processo nº: 25000-049194/99-86
Expediente Recurso nº: 388821/09-5
Expediente Indeferido n.º: 789780/09-4

Nº 27 - A Diretora-Presidente Substituta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 25 de março de 2009 do Presidente da República e a Portaria GM/MS n. 402 de 11 de março de 2011, tendo em vista o disposto nos incisos X e XI do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n.º 3.029, de 16 de abril de 1999, com fundamento no art. 6º e no § 2º do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, combinado com o art. 61 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no § 2º do art. 11 e inciso VI do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, CONHECE E NÃO CONFERE efeito suspensivo aos recursos a seguir especificados, determinando o normal prosseguimento das análises para posterior julgamento do mérito pela Diretoria Colegiada.

ANEXO

Empresa: PHILIPS DO BRASIL LTDA
CNPJ: 61.086.336/0001-03
Processo nº: 25351.198656/2010-13
Expediente Recurso nº: 134368/11-8
Expediente Indeferido n.º: 262624/10-1
Empresa: PHILIPS DO BRASIL LTDA
CNPJ: 61.086.336/0001-03
Processo nº: 25351.199235/2010-10
Expediente Recurso nº: 134357/11-2
Expediente Indeferido n.º: 263430/10-9

Nº 28 - A Diretora-Presidente Substituta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 25 de março de 2009 do Presidente da República e a Portaria GM/MS n. 402, de 11 de março de 2011, tendo em vista o disposto nos incisos X e XI do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n.º 3.029, de 16 de abril de 1999, com fundamento no art. 6º e no § 2º do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, combinado com o art. 61 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no § 2º do art. 11 e inciso VI do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, CONHECE E NÃO CONFERE efeito suspensivo aos recursos a seguir especificados, determinando o normal prosseguimento das análises para posterior julgamento do mérito pela Diretoria Colegiada.

ANEXO

Empresa: NEW FLEXI COM. E SERVIÇOS DE PROD. MEDICOS HOSPITALARES LTDA EPP
CNPJ: 08.669.009/0001-00
Processo nº: 25351.339013/2010-24
Expediente Recurso nº: 814163/10-1
Expediente Indeferido n.º: 441106/10-4

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nº 29 - A Diretora-Presidente Substituta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, do Presidente da República, publicado no DOU de 26 de março de 2009, (recondução) e a Portaria GM/MS n° 402, de 11 de março de 2011, os incisos X e XI do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n.º 3.029, de 16 de abril de 1999, com fundamento no art. 6º e no § 2º do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, combinado com o art. 61 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no § 2º do art. 11 e inciso VI do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, CONHECE E NÃO CONFERE efeito suspensivo aos recursos a seguir especificados, determinando o normal prosseguimento das análises para posterior julgamento do mérito pela Diretoria Colegiada.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

ANEXO

Empresa: EXTERA IMP. E EXP. LTDA
CNPJ: 07.021.336/0001-80
Processo nº: 25351.293634/2010-14
Expediente Recurso nº: 176041/11-6
Expediente Indeferido n.º: 383944/10-3

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.102, DE 16 DE MARÇO DE 2011(*)

A Diretora da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, publicado no DOU de 26/3/2009 (recondução), do Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12, do Decreto nº. 3.029/1999, c/c arts. 15 e 55, I, § 1º, do Anexo I, da Portaria nº. 354, de 11 de agosto de 2006, republicada em 21 de agosto de 2006 e, ainda, a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, considerando o art. 3.º do Decreto-Lei n.º 986, de 21 de outubro de 1969, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Indeferir revalidação de registro, registro de alimentos e bebidas, na conformidade da relação anexa.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.106, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Abbott Laboratórios do Brasil Ltda., CNPJ n.º 56.998.701/0001-16, Autorização de Funcionamento n.º: 1.00.553-1;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.107, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Abbott Laboratórios do Brasil Ltda., CNPJ n.º 56.998.701/0001-16, Autorização de Funcionamento n.º: 1.00.553-1 e Autorização Especial n.º: 1.20.003-4;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.108, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011,

considerando o disposto no inciso X do art. 7º, da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o disposto no inciso IV do art. 41, da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006;

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Laboratórios B. Braun S/A., CNPJ n.º 31.673.254/0001-02 e Autorização de Funcionamento n.º: 1.00.085-3;

considerando o relatório de inspeção e o parecer da área técnica competente, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Concessão Certificado de Boas Práticas de Fabricação da empresa constante no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.109, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011,

considerando, ainda, a Portaria nº 802, de 08 de outubro de 1998 e que a empresa foi inspecionada, cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem de Produtos Farmacêuticos, pela Vigilância Sanitária de Goiás, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.110, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011,

considerando o disposto no inciso X do art. 7º, da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o disposto no inciso IV do art. 41, da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006;

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Intendis do Brasil Farmacêutica Ltda., CNPJ n.º 07.116.997/0001-99 e Autorização de Funcionamento n.º: 1.06.204-2;

considerando o relatório de inspeção e o parecer da área técnica competente, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Concessão Certificado de Boas Práticas de Fabricação da empresa constante no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.111, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Merck Sharp & Dohme Farmaceutica Ltda., CNPJ n.º 45.987.013/0001-34 e Autorização de Funcionamento n.º: 1.00.029-0;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.112, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Unichem Farmacêutica do Brasil Ltda., CNPJ n.º 05.399.786/0001-85; Autorização de Funcionamento n.º: 1.05.649-4 e Autorização Especial n.º:1.21.292-9;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.113, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Wyeth Indústria Farmacêutica Ltda., CNPJ n.º 61.072.393/0001-33, Autorização de Funcionamento n.º: 1.02.110-1;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.114, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Wyeth Indústria Farmacêutica Ltda., CNPJ n.º, 61.072.393/0001-33 Autorização de Funcionamento n.º: 1.02.110-1;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.115, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Zydus Healthcare Brasil Ltda, CNPJ n.º 05.254.971/0001-81, Autorização de Funcionamento n.º: 1.05.651-0;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.116, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15 e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011,

considerando o art. 12 e o art. 26 e seguintes da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Indeferir os pedidos de registros, inclusão de tonalidade e a revalidação dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, grau de risco 2, na conformidade da relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.117, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15 e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011,

considerando o art. 12 e o art. 26 e seguintes da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Conceder os registros, as revalidações, reconsideração de indeferimento e as inclusões de tonalidades dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, grau de risco 2, na conformidade da relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.118, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização de Funcionamento para Empresa de Produtos para a Saúde, constante no anexo desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.119, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração na Autorização de Funcionamento de Empresas de Cosméticos constantes no anexo desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.120, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração na Autorização de Funcionamento de Empresas de Produtos para a Saúde, constantes no anexo desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.121, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração na Autorização de Funcionamento de Empresas de Saneantes Domissanitários, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.122, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Cosméticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.123, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Produtos para a Saúde, constantes no anexo desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.124, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Saneantes Domissanitários, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.125, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Alteração na Autorização de Funcionamento de Empresa de Cosméticos, constante no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.126, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização de Funcionamento para Empresas de Cosméticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.127, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.128, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.129, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Cancelar Autorização de Funcionamento para Empresa de Medicamentos, constante do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.130, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Cancelar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.131, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.132, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.133, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento para Empresa de Medicamentos, constante do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.134, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.135, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.136, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Renovação de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.137, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Renovação de Autorização de Funcionamento para Empresa de Medicamentos, constante do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.138, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Conceder Renovação de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.139, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º. Conceder Renovação de Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.140, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011,

considerando o disposto no inciso X do art. 7º, da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o disposto no Decreto 79.094, de 05 de janeiro de 1977;

considerando o disposto no inciso V do art. 41, da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006;

considerando o relatório de inspeção e o parecer da área técnica competente, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Concessão de Certificado de Boas Práticas de Fabricação da empresa constante no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.141, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 08 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.142, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 08 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.143, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 354, de 23 de dezembro de 2002 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.144, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 354, de 23 de dezembro de 2002 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.145, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 354, de 23 de dezembro de 2002 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.146, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 08 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.147, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 08 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.148, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 08 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.149, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011,

considerando o disposto no inciso X do art. 7º, da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o disposto no Decreto 79.094, de 05 de janeiro de 1977;

considerando o disposto no inciso V do art. 41, da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006;

considerando o relatório de inspeção e o parecer da área técnica competente, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Concessão de Certificado de Boas Práticas de Fabricação da empresa constante no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.150, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 08 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.151, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 08 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.152, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 08 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.153, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 354, de 23 de dezembro de 2002 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.154, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 354, de 23 de dezembro de 2002 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.155, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 08 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.156, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 08 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.157, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 08 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.158, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 08 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.159, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

A Diretora da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, publicado no DOU de 26/3/2009 (recondução), do Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12, do Decreto nº. 3.029/1999, c/c arts. 15 e 55, I, § 1º, do Anexo I, da Portaria nº. 354, de 11 de agosto de 2006, republicada em 21 de agosto de 2006 e, ainda, a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011,

considerando o art. 3.º do Decreto-Lei n.º 986, de 21 de outubro de 1969, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Conceder revalidação de registro, registro de alimentos e bebidas, inclusão de marca, alteração de fórmula do produto, alteração de rotulagem, reconsideração de indeferimento - alimentos, na conformidade da relação anexa.

Art.2 º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.160, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

A Diretora da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, publicado no DOU de 26/3/2009 (recondução), do Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12, do Decreto nº. 3.029/1999, c/c arts. 15 e 55, I, § 1º, do Anexo I, da Portaria nº. 354, de 11 de agosto de 2006, republicada em 21 de agosto de 2006 e, ainda, a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011,

considerando o art. 3.º do Decreto-Lei n.º 986, de 21 de outubro de 1969, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Indeferir registro de alimentos e bebidas - importados.

Art.2 º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.161, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

A Diretora da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, publicado no DOU de 26/3/2009 (recondução), do Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12, do Decreto nº. 3.029/1999, c/c arts. 15 e 55, I, § 1º, do Anexo I, da Portaria nº. 354, de 11 de agosto de 2006, republicada em 21 de agosto de 2006 e, ainda, a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011,

considerando o art. 3.º do Decreto-Lei n.º 986, de 21 de outubro de 1969, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Conceder revalidação de registro, inclusão de nova embalagem, retificação de publicação de extensão para registro único - nacional, inclusão de marca, extensão para registro único - nacional, registro de alimentos e bebidas, alteração de rotulagem, na conformidade da relação anexa.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.162, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

A Diretora da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, publicado no DOU de 26/3/2009 (recondução), do Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12, do Decreto nº. 3.029/1999, c/c arts. 15 e 55, I, § 1º, do Anexo I, da Portaria nº. 354, de 11 de agosto de 2006, republicada em 21 de agosto de 2006 e, ainda, a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011,

considerando o art. 3.º do Decreto-Lei n.º 986, de 21 de outubro de 1969, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Indeferir extensão para registro único - importado, registro de alimentos e bebidas, na conformidade da relação anexa.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.164, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder o pedido de Alteração Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias: em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.165, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.166, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Renovar Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias: em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.167, DE 17 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Renovação Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias: em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.168, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Tornar insubsistente o indeferimento da Renovação de Autorização de Funcionamento para a Empresa de Medicamentos constante do anexo desta Resolução, publicado pela Resolução - RE N° 5.975, de 23 de dezembro de 2010, no Diário Oficial da União nº 247, de 27 de dezembro de 2010, Seção 1, página 92, e Suplemento pág. 14.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

ANEXO

EMPRESA: BENTES & SOUSA LTDA
ENDEREÇO: RUA PAULO FRONTIN, 217
BAIRRO: CEP: 65031360 - SÃO LUÍS/MA
CNPJ: 63.424.121/0001-80
PROCESSO: 25014.001280/99-59
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: Indeferimos a petição de renovação
de AFE da empresa supracitada, em razão da não apresentação
da documentação de Cópia da Autorização de Funcionamento, concedida
pela ANVISA, publicada em D.O.U. do ano anterior.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.169, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Tornar insubsistente a Retificação de Publicação para o estabelecimento de comercialização de medicamentos constante do anexo desta Resolução, publicada no Diário Oficial da União nº 196, de 13 de outubro de 2010, Seção 1, página 26.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

ANEXO

Na Resolução - RE Nº- 3.015, de 1º de julho de 2010, publicada no Diário Oficial da União n° 126, de 05 de julho de 2010, Seção 1 Pag. 35 e Suplemento Pág. 27 e 36.

Onde se lê:

EMPRESA: CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS
DE SÃO PAULO
ENDEREÇO: RUA ALICE ALEM SAAD Nº 1256 2º ANDAR
SALA 17
BAIRRO: NOVA RIBEIRANIA CEP: 14096570 - RIBEIRÃO
PRETO/SP
CNPJ: 44.692.168/0005-04
PROCESSO: 25351.199918/2002-18 AUTORIZ/MS: 0.06020.8
ATIVIDADE/ CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/
COSMÉTICOS/
PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL: -

Leia-se:

EMPRESA: CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS
DE SÃO PAULO
ENDEREÇO: RUA ALICE ALEM SAAD Nº 1256 2º ANDAR
SALA 17
BAIRRO: NOVA RIBEIRANIA CEP: 14096570 - RIBEIRÃO
PRETO/SP
CNPJ: 44.692.168/0005-04
PROCESSO: 25351.199918/2002-18 AUTORIZ/MS: 0.06020.8
ATIVIDADE/ CLASSE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL: -

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.175, DE 18 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Cancelamento da Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.176, DE 18 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011, resolve: considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.177, DE 18 DE MARÇO DE 2011(*)

A Diretora da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, publicado no DOU de 26/3/2009 (recondução), do Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12, do Decreto nº. 3.029/1999, c/c arts. 15 e 55, I, § 1º, do Anexo I, da Portaria nº. 354, de 11 de agosto de 2006, republicada em 21 de agosto de 2006 e, ainda, a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, considerando o art. 3.º do Decreto-Lei n.º 986, de 21 de outubro de 1969, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art.1º Conceder o Cancelamento de Registro por Transferência de Titularidade e Transferência de Titularidade e Transferência de Titularidade.

Art.2 º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.189, DE 18 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 61, de 19 de março de 2004, resolve:

Art. 1º Cancelar a Autorização de Funcionamento de Empresa prestadora de serviço de importação por conta e ordem de terceiro detentor de registro na ANVISA, por descumprimento do Art. 3º da RDC nº 61 de 19 de março de 2004 alterado pela RDC nº 11 de 16 de fevereiro de 2007.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.190, DE 18 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 61, de 19 de março de 2004, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.191, DE 18 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar por expiração de prazo a Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviço de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.192, DE 18 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar por expiração de prazo a Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviço de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.193, DE 18 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº. 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar por expiração de prazo a Autorização de Funcionamento de Empresa Prestadora de Serviço de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.194, DE 18 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº. 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação de Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.195, DE 18 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, e ainda amparado pela Resolução nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.196, DE 18 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, e ainda amparado pela Resolução nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar por expiração de prazo a Autorização de Funcionamento de Empresa Prestadora de Serviço de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.197, DE 18 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com os dispostos nos anexos.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.211, DE 18 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº. 29 de 11 de janeiro de 2011, considerando que a empresa citada no anexo não atendeu os preceitos legais contidos no §1º do Art. 4º da Resolução RDC nº. 90, de 28 de dezembro de 2007 e suas alterações, por não apresentar exemplar da embalagem e laudo analítico; considerando o disposto no §3º do Art. 18 e inciso I do Art. 23 da Resolução RDC nº. 90, de 28 de dezembro de 2007 e suas alterações e no Art. 2º, §2º da RDC 204, de 6 de julho de 2005, resolve:

Art.1º Indeferir a petição de Registro de Produtos Fumígenos - Dados Cadastrais, conforme relação anexa.

Art.2 º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUCÃO-RE Nº 1.212, DE 18 DE MARÇO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n°. 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº. 29 de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no Art. 19 da Resolução RDC nº. 90, de 28 de dezembro de 2007 e suas alterações; considerando que a empresa citada no anexo atendeu os preceitos legais contidos na legislação acima citada, resolve:

Art.1º Deferir as petições de Registro de Produtos Fumígenos - Dados Cadastrais, conforme relação anexa.

Art.2 º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

CONSULTA PÚBLICA Nº 13, DE 16 DE MARÇO DE 2011

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV do art. 11 e o art. 35 do Regulamento da ANVISA aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, e tendo em vista o disposto no inciso V e nos §§ 1º e 3º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, em reunião realizada em 3 de março de 2011,

Adota a seguinte Consulta Pública e eu, Diretora-Presidente Substituta, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Resolução que dispõe sobre a realização de alterações, inclusões, suspensão, reativação e cancelamentos pós-registro de medicamentos dinamizados e dá outras providências.

Art. 2º Informar que a proposta de Resolução está disponível na íntegra no sítio da ANVISA na internet e que as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para um dos seguintes endereços: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Gerência Geral de Medicamentos/Coordenação de Medicamentos Fitoterápicos, Dinamizados e Notificados, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília- DF, CEP 71.205-050; ou para o Fax: (61) 3462-5540; ou para o e-mail: medicamento.homeopatico@anvisa.gov.br.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§1° A documentação objeto dessa Consulta Pública e o formulário para envio de contribuições permanecerão à disposição dos interessados no endereço http://www.anvisa.gov.br/divulga/consulta/index.htm.

§2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no sítio da ANVISA na internet.

§3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final do regulamento.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º a Agência Nacional de Vigilância Sanitária poderá articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria, para que indiquem representantes nas discussões posteriores, visando à consolidação do texto final.

Parágrafo único. A consolidação do texto final do regulamento e o Relatório de Análise de Contribuições serão disponibilizados no sítio da ANVISA na internet após a deliberação da Diretoria Colegiada.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

CONSULTA PÚBLICA Nº 14, DE 16 DE MARÇO DE 2011

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV do art. 11 e o art. 35 do Regulamento da ANVISA aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, e tendo em vista o disposto no inciso V e nos §§ 1º e 3º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, em reunião realizada em 3 de março de 2011,

Adota a seguinte Consulta Pública e eu, Diretora-Presidente Substituta, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Resolução que dispõe sobre a realização de alterações, inclusões, suspensão, reativação e cancelamentos pós-registro de medicamentos fitoterápicos e dá outras providências.

Art. 2º Informar que a proposta de Resolução está disponível na íntegra no sítio da Anvisa na internet e que as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para um dos seguintes endereços: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Gerência Geral de Medicamentos/Coordenação de Medicamentos Fitoterápicos, Dinamizados e Notificados, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília- DF, CEP 71.205-050; ou para o Fax: (61) 3462-5540; ou para o e-mail: medicamento.fitoterapico@anvisa.gov.br.

§1° A documentação objeto dessa Consulta Pública e o formulário para envio de contribuições permanecerão à disposição dos interessados no endereço http://www.anvisa.gov.br/divulga/consulta/index.htm.

§2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no sítio da ANVISA na internet.

§3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final do regulamento.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º a Agência Nacional de Vigilância Sanitária poderá articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria, para que indiquem representantes nas discussões posteriores, visando à consolidação do texto final.

Parágrafo único. A consolidação do texto final do regulamento e o Relatório de Análise de Contribuições serão disponibilizados no sítio da Anvisa na internet após a deliberação da Diretoria Colegiada.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

RETIFICAÇÕES

No Aresto nº 249, de 17 de dezembro de 2010, publicado no Diário Oficial da União n° 244, de 22 de dezembro de 2010, Seção 1 e Pág. 94.

Onde se lê:

Empresa: Germed Farmacêutica Ltda.

Medicamento: Muscoril (tiocolchicosídeo)

Forma Farmacêutica: creme, solução injetável e comprimido.

Processo nº: 25000003063/97-18

Expediente nº: 420602/06-9

Empresa: EMS Sigma Pharma Ltda

Assunto: Indeferimento de Petição de Renovação de Registro de Medicamento Similar

Parecer: 316/2010

DECISÃO: POR UNANIMIDADE NEGAR PROVIMENTO AO PRESENTE RECURSO E CANCELAR O REGISTRO.

Leia-se:

Empresa: Germed Farmacêutica Ltda.

Medicamento: Muscoril (tiocolchicosídeo)

Forma Farmacêutica: creme, solução injetável e comprimido.

Processo nº: 25000.003063/97-18

Expediente nº: 420602/06-9

Assunto: Indeferimento de Petição de Renovação de Registro de Medicamento Similar

Parecer: 316/2010

DECISÃO: POR UNANIMIDADE NEGAR PROVIMENTO AO PRESENTE RECURSO E CANCELAR O REGISTRO.

Na Resolução - RE n° 3.673, de 6 de agosto de 2010, publicada no Diário Oficial da União n° 151, de 9 de agosto de 2010, Seção 1 pág. 58, Suplemento pág. 44.

Onde se lê:

EMPRESA: TRANSPORTADORA LAGOINHA LTDA

ENDEREÇO: VIA DE ACESSO 08, QD. G LT. 10

BAIRRO: CHÁCARA MARIVÂNIA CEP: 74923170 - APARECIDA DE GOIÂNIA/GO

CNPJ: 01.434.257/0001-14

PROCESSO: 25351.752106/2009-27 AUTORIZ/MS: 1.22483.5

ATIVIDADE/CLASSE

TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

Leia-se:

EMPRESA: TRANSPORTADORA LAGOINHA LTDA

ENDEREÇO: VIA DE ACESSO 08, QD. G LT. 10

BAIRRO: CHÁCARA MARIVÂNIA CEP: 74923170 - APARECIDA DE GOIÂNIA/GO

CNPJ: 01.434.257/0001-14

PROCESSO: 25351.752106/2009-27 AUTORIZ/MS: 1.22483.5

ATIVIDADE/CLASSE

TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

Nas Resoluções - REs Nºs 81,82,83,84,85,86 e 87, de 7 de janeiro de 2011, publicadas no Diário Oficial da União n° 6, de 10 de janeiro de 2011, Seção 1 Pag. 58

Onde se lê:

"... DE 2010"

Leia-se:

"... DE 2011"

GERÊNCIA DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE PROPAGANDA, DE PUBLICIDADE, DE PROMOÇÃO E DE INFORMAÇÃO DE PRODUTOS SUJEITOS À VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DESPACHOS DO GERENTE-GERAL

Em 18 de março de 2011

A Gerente-Geral da Gerência de Monitoramento e Fiscalização de Propaganda, de Publicidade, de Promoção e de Informação de Produtos Sujeitos a Vigilância da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 50-A, XII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009, resolve arquivar os processos abaixo:

ÂMBITO EDITORES LTDA

25351.080892/2008-21 - AIS:106756/08-7 (0019/2008) - GPROP/ANVISA

EDITORA ABRIL S/A

25351.042521/2007-60 - AIS:054723/07-9 (009/2007) - GPROP/ANVISA

EDITORA ABRIL S/A

25351.285186/2005-21 - AIS:337962/05-1(1234/2005 - GPROP/ANVISA

EDITORA CARAS SA

25351.310714/2007-59 - AIS:400674/07-7 (0282/2007) - GPROP/ANVISA

FAMFER COMERCIAL LTDA EPP

25351.237093/2007-51 - AIS:302978/07-6 (174/2007) - GPROP/ANVISA

JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA

25351.412792/2005-25 - AIS:493730/05-9 (895/2005) - GPROP/ANVISA

JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA

25351.412721/2005-22 - AIS:493634/05-5 (1010/2005) - GPROP/ANVISA

PAGUE MENOS COMERCIO E IMPORTACAO LTDA

25351.293874/2004-83 - AIS:413583/04-1(519/2004) - GPROP/ANVISA

RÁDIO UNIÃO DE TOLEDO

25351.799075/2010-64 - AIS:950871/10-6 (1331/2010) - GGPRO/ANVISA

SIMBOLO EDITORA E COMUNICAÇÃO INTEGRADA S/A

25351.310732/2007-31 - AIS:400698/07-4 (0281/2007) - GPROP/ANVISA

SOCIAP SERVIÇOS LTDA

25351.015434/2006-59 - AIS:020573/06-7 (1611/2005) - GPROP/ANVISA

MARIA JOSÉ DELGADO FAGUNDES

A Gerencia-Geral da de Monitoramento e Fiscalização de Propaganda, de Publicidade, de Promoção e de Informação de Produtos Sujeitos a Vigilância Sanitária da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 50-A, XVIII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009, e com fundamento na delegação de competência conferida pela Portaria nº 05, de 05 de outubro de 2010, resolve arquivar os processos abaixo:

CARLOS HENRIQUE MOREIRA COSTA ME

25351.387086/2009-19 - AIS:499967/09-3 (0340/2009) - GPROP/ANVISA

DEBITO FÁCIL SERVIÇOS LTDA

25351.430310/2005-19 - AIS:515886/05-9 (1545/2005) - GPROP/ANVISA

DIMED S/A DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS

25351.418371/2005-16 - AIS:500735/05-6 (1563/2005) - GPROP/ANVISA

EDITORA ABRIL S/A

25351.310058/2010-51 - AIS:404987/10-0 (0390/2010) - GGPRO/ANVISA

EDITORA ABRIL S/A

25351.311060/2006-08 - AIS:414332/06-9 (117/2006) - GPROP/ANVISA

EDITORA ABRIL S/A

25351.323721/2010-66 - AIS:421225/10-8 (0420/2010) - GGPRO/ANVISA

EDITORA ABRIL S/A

25351.193156/2007-51 - AIS:245713/07-0 (0126/2007) - GPROP/ANVISA

EDITORA CARAS SA

25351.530236/2008-82 - AIS:691683/08-0 (0444/2008) - GPROP/ANVISA

EDITORA GLOBO S/A

25351.323829/2010-93 - AIS:421373/10-4 (0424/2010) - GGPRO/ANVISA

MERCADOLIVRE.COM ATIVIDADES DE INTERNET LTDA

25351.384666/2005-73 - AIS:458144/05-0 (1337/2005) - GPROP/ANVISA

RADIO E TELEVISAO RECORD S/A

25351.339650/2005-14 - AIS:402157/05-6(1181/2005) - GPROP/ANVISA

RADIO GLOBO DE SAO PAULO LTDA

25351.872821/2008-91 - AIS:448466/08-5 (0650/2008) - GPROP/ANVISA

RÁDIO GLOBO SOCIEDADE ANÔNIMA

25351.250921/2010-71 - AIS:329925/10-2 (0272/2010) - GGPRO/ANVISA

RÁDIO JK FM LTDA

25351.222654/2008-07 - AIS:282164/08-8 (0126/2008) - GPROP/ANVISA

RÁDIO TRANSAMERICA DE SÃO PAULO LTDA

25351.250940/2010-85 - AIS:329950/10-3 (0273/2010) - GGPRO/ANVISA

TV OMEGA LTDA

25351.290374/2005-71 - AIS:343796/05-5 (1146/2005) - GPROP/ANVISA

SÍMBOLO EDITORA E COMUNICAÇÃO INTEGRADA S/A

25351.359006/2005-54 - AIS:426288/05-3 (1211/2005) - GPROP/ANVISA

SÍMBOLO EDITORA E COMUNICAÇÃO INTEGRADA S/A

25351.365298/2005-64 - AIS:434244/05-5 (1461/2005) - GPROP/ANVISA

SÍMBOLO EDITORA E COMUNICAÇÃO INTEGRADA S/A

25351.383765/2005-38 - AIS:456934/05-2 (789/2005) - GPROP/ANVISA

SÍMBOLO EDITORA E COMUNICAÇÃO INTEGRADA S/A

25351.104537/2005-10 - AIS:124169/05-9 (572/2005) - GPROP/ANVISA

SOCIEDADE ANÔNIMA RÁDIO TUPI

25351.041578/2007-41 - AIS:053520/07-6 (020/2007) - GPROP/ANVISA

TELEVISÃO CABO BRANCO LTDA

25351.311642/2005-03 - AIS:368974/05-3 (770/2005) - GPROP/ANVISA

TV GLOBO LTDA

25351.383615/2005-24 - AIS:456739/05-1 (1494/2005) - GPROP/ANVISA

TV SBT CANAL 04 DE SÃO PAULO S/A

25351.405682/2007-79 - AIS:523796/07-3 (0321/2007) - GPROP/ANVISA

PATRICIA DOMINGUES MASERA TOKARSKI

A Gerente-Geral da Gerência de Monitoramento e Fiscalização de Propaganda, de Publicidade, de Promoção e de Informação de Produtos Sujeitos a Vigilância da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 50-A, XII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009, vem tornar públicas as Decisões Administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA

25351.074068/2005-99 - AIS:087980/05-1 (704/04) - GPROP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), além de Proibição de Propaganda,

ASSOCIACAO BRASILEIRA DE MEDICINA EM GRUPO ABRAMGE

25351.277704/2008-85 - AIS:352608/08-9 (252/08) - GPROP/ANVISA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Penalidade de Advertência
BRISTOL-MYERS SQUIBB FARMACÊUTICA S.A.
25351.014243/2005-99 - AIS:017693/05-1 (527/04) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Advertência, além de Proibição de Propaganda,
CILAG FARMACEUTICA LTDA
25351.032261/2005-52 - AIS:039080/05-1 (830/04) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 80.000.00 (Oitenta mil reais), além de Proibição de Propaganda,
CLARIS PRODUTOS FARMACÊUTICOS DO BRASIL LTDA
25351.058826/2003-60 - AIS:218090/03-1 (776/03) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais), além de Proibição de Propaganda,
HEIK ROSA DE ALMEIDA - ME
25351.277569/2007-97 - AIS:356654/07-4 (0228/07) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 10.000,00 (Dez mil reais), além de Proibição de Propaganda,
LABORATÓRIO MUSA LTDA
25351.290064/2004-75 - AIS:409173/04-6 (400/04) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 30.000,00 (Trinta mil reais), além de Proibição de Propaganda,
LABORATÓRIOS SERVIER DO BRASIL LTDA
25351.014112/2005-10 - AIS:017536/05-6 (534/04) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 10.000,00 (Dez mil reais), além de Proibição de Propaganda,
MANTECORP INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA
25351.002939/2005-72 - AIS:003658/05-7 (1119/04) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 26.000,00 (Vinte e seis mil reais), além de Proibição de Propaganda,
NOVARTIS BIOCIÊNCIAS S.A
25351.087614/2007-13 - AIS:112077/07-8 (044/07) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), além de Proibição de Propaganda,
PORTONET ASSESSORIA E MARKETING ON LINE LTDA
25351.505129/2006-54 - AIS:676950/06-1 (0206/06) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 13.000,00 (Treze mil reais), além de Proibição de Propaganda,
SANDRA DE CARVALHO PINTO FARMACIA - ME
25351.561596/2008-26 - AIS:730481/08-1 (0494/08) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 15.000,00 (Quinze mil reais), além de Proibição de Propaganda,
THERASKIN FARMACEUTICA LTDA.
25351.200930/2004-44 - AIS:303722/04-3 (898/04) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais), além de Proibição de Propaganda,
VARGINHA ONLINE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA
25351.504936/2006-50 - AIS:676695/06-1 (202/06) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 13.000,00 (Treze mil reais), além de Proibição de Propaganda,
VIAMED DISTRIBUIDORA FARMACÊUTICA LTDA
25351.290217/2004-84 - AIS:409361/04-5 (887/04) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 7.000,00 (Sete mil reais), além de Proibição de Propaganda,
WRS PRODUTOS GRAFICOS LTDA
25351.504053/2006-40 - AIS:675559/06-3 (0214/06) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 10.000,00 (Dez mil reais), além de Proibição de Propaganda,

DUNALVO ALVES RABELO JUNIOR

GERÊNCIA DE PRODUTOS DERIVADOS DO TABACO

DESPACHO DO GERENTE
Em 15 de março de 2011

O Gerente de Produtos Derivados do Tabaco da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 72, V, da Portaria nº. 355, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº. 784/ANVISA, de 13 de julho de 2009, vem tornar públicas as Decisões Administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:
SOUZA CRUZ S.A.
25351.672134/2009-21 - AIS: 003/2009/GPDTA
Penalidade de Multa no valor de R$ 160.000,00 (Cento e sessenta mil reais)
CHRIS E STEPH COMERCIAL IMPORTADORA LTDA.
25351.732461/2009-46 - AIS: 008/2009/GPDTA
Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais)
INDÚSTRIA E COMÉRCIO REI LTDA.
25351.694877/2009-22 - AIS: 006/2009/GPDTA
Penalidade de Multa no valor de R$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais)
AGUIAR E AGUIAR IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
25351.646526/2009-25 - AIS: 005/2009/GPDTA
Penalidade de Advertência
ELBARAKA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
25351.694827/2009-33 - AIS: 007/2009/GPDTA
Penalidade de Multa no valor de R$ 60.000,00 (Sessenta mil reais)
EL MASTABA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
25351. 726889/2009-40 - AIS: 010/2009/GPDTA
Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais)
MOUSSA IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA.
25351. 726974/2009-03 - AIS: 011/2009/GPDTA
Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais)
EL MASTABA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
25351.727022/2009-76 - AIS: 012/2009/GPDTA
Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais)
CABOFRIENSE IND. E COM. DE CIGARROS LTDA.
25351.760242/2009-98 - AIS: 017/2009/GPDTA
Penalidade de Multa no valor de R$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais)
SOUZA CRUZ S.A.
25351.727041/2009-81- AIS: 013/2009/GPDTA
Penalidade de Multa no valor de R$ 160.000,00 (Cento e sessenta mil reais)
SOUZA CRUZ S.A.
25351.727059/2009-15- AIS: 014/2009/GPDTA
Penalidade de Multa no valor de R$ 160.000,00 (Cento e sessenta mil reais)
SOUZA CRUZ S.A.
25351.727067/2009-89- AIS: 015/2009/GPDTA
Penalidade de Multa no valor de R$ 160.000,00 (Cento e sessenta mil reais)

HUMBERTO JOSÉ COELHO MARTINS

GERÊNCIA-GERAL DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

DESPACHOS DO GERENTE-GERAL
Em 18 de março de 2011

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos e Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 42, XII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009, resolve: Arquivar os processos abaixo relacionados:
BIC BRASIL S.A.
25759.439874/2007-04 - AIS:565398/07-3 (712/06) - GGPAF/ANVISA
BRASMARINE TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA
25741.046811/2008-70 - AIS:059411/08-3 (37/07) - GGPAF/ANVISA
DATAMED LTDA
25759.510098/2007-51 - AIS:642276/07-4 (275/06) - GGPAF/ANVISA
GAMBRO DO BRASIL LTDA
25759.109244/2007-08 - AIS:139336/07-7 (171/05) - GGPAF/ANVISA
GOL TRANSPORTES AÉREOS S.A
25351.127877/2008-53 - AIS:163143/08-8 (021/07) - GGPAF/ANVISA
MAM DO BRASIL DEFENSIVOS E APLICAÇÕES LTDA
25759.135828/2006-40 - AIS:182321/06-3 (51/06) - GGPAF/ANVISA
PEPSI-COLA INDUSTRIAL DA AMAZÔNIA LTDA
25759.276345/2006-02 - AIS:367316/06-2 (284/06) - GGPAF/ANVISA
TAM LINHAS AÉREAS S/A
25351.124859/2006-58 - AIS:167337/06-8 (19/06) - GGPAF/ANVISA
VB FERRARI TRANSPORTES
25759.422207/2006-01 - AIS:564745/06-2 (262/06) - GGPAF/ANVISA
WYETH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA
25759.438570/2006-31 - AIS:586496/06-8 (379/06) - GGPAF/ANVISA

PAULO BIANCARDI COURY

A Gerente-Geral Substituta da Gerência de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, usando de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo art. 42, XII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, incluída pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009 - publicada no Diário Oficial da União de 14.07.2009, resolve:
COMERCIAL LOUIS LTDA
25761.000032/2006-28 - AIS:413981/06-0 (011/06) CV-PAF/MG
Penalidade de Multa no valor de R$ 3.000,00 (Três mil reais)
GR SA
25761.005004/2006-05 - AIS:700141/06-0 (026/06) CV-PAF/MG
Penalidade de Multa no valor de R$ 2.000,00 (Dois mil reais)
HIPOLABOR FARMACEUTICA LTDA
25761.000030/2006-39 - AIS:413895/06-3 (008/06) CV-PAF/MG
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
IN VITRO DIAGNOSTICA LTDA
25761.000015/2006-91 - AIS:120197/06-2 (005/06) CV-PAF/MG
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
LIDER SIGNATURE S/A
25761.003003/2006-18 - AIS:688437/06-7 (008/06) CV-PAF/MG
Penalidade de Multa no valor de R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais)
LIMPADORA CALIFORNIA LTDA
25761.003007/2006-04 - AIS:694575/06-9 (006/06) CV-PAF/MG
Penalidade de Multa no valor de R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais)
MEIZLER BIOPHARMA S.A.
25759.733857/2009-21 - AIS:912376/09-8 (006/06) CV-PAF/SP
Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais)
MERCK SHARP E DOHME FARMACÊUTICA LTDA
25759.468088/2006-25 - AIS:625905/06-7 (223/04) CV-PAF/SP
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
PIER MAUA S/A
25752.731448/2010-40 - AIS:331707/10-2 (042/10) CV-PAF/RJ apenso
25752.731733/2010-16 - AIS:403496/10-1 (043/10) CV-PAF/RJ
Penalidade de Multa no valor de R$ 30.000,00 (Trinta mil reais)
SISMED - SISTEMAS MÉDICOS COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA
25761.000019/2006-79 - AIS:296730/06-8 (006/06) CV-PAF/MG
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)

IVETE FASSHEBER
Substituta

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 97, DE 16 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,
Considerando a Portaria nº 1.169/GM/MS, de 15 de junho de 2004, que institui a Política Nacional de Atenção Cardiovascular de Alta Complexidade;
Considerando a Portaria SAS/MS nº 210, de 15 de junho de 2004, que define as Unidades de Assistência em Alta Complexidade Cardiovascular e os Centros de Referência em Alta Complexidade Cardiovascular;
Considerando a Portaria SAS/MS nº. 725, de 28 de setembro de 2006, que habilitou em Alta Complexidade Cardiovascular o estabelecimento de que trata esta Portaria;
Considerando a manifestação favorável da Secretaria de Estado da Saúde da Bahia e a aprovação da habilitação pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado, conforme a Resolução nº 337, de 1º de dezembro de 2010; e
Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção à Saúde - Departamento de Atenção Especializada - Coordenação-Geral de Média e Alta Complexidade, resolve:
Art. 1º Alterar habilitação do Hospital Ana Nery/Universidade Federal da Bahia, inscrito no CNES sob o nº. 0003875, CNPJ nº. 02.466.144/0001-63, para Centro de Referência em Alta Complexidade Cardiovascular.
Art. 2º - Estabelecer que o custeio do impacto financeiro gerado por esta alteração correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, sendo que os recursos serão alocados ao teto de Média e Alta Complexidade do Estado ou do Município de acordo com o vínculo do estabelecimento e a modalidade de gestão.
Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 106, DE 18 DE MARÇO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições

Considerando a Portaria nº 1097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento; e

Considerando as planilhas encaminhadas pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, por meio do Ofício CIB n°. 012/11, de 24 de fevereiro de 2011, resolve:

Art. 1º Remanejar o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial sob gestão estadual, conforme descrito no anexo I desta Portaria, e sob gestão dos municípios habilitados à Gestão Plena do Sistema Municipal e aderidos ao Pacto pela Saúde 2006, conforme detalhado nos anexos II, III e IV.

§ 1º O total de recurso financeiro anual do estado de SÃO PAULO, referente ao bloco de financiamento da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, corresponde a R$ 5.691.348.653,06, assim distribuído:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES	2.785.562.197,55	Anexo I
Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS	2.780.747.374,81	Anexo II
Total dos recursos retidos no Fundo Nacional de Saúde	125.039.080,70	Anexo III

§ 2º Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 15.892.800,00 e do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, no valor de R$ 64.356.000,00.

§ 3º O estado e os municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos anexos desta Portaria.

Art. 2º Instruir que o remanejamento de recurso concedido por meio desta Portaria não acarretará impacto no teto financeiro global do Estado.

Art. 3º Estabelecer que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde, correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa de Trabalho: 10.302.1220.8585-0035 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir de 1° de março de 2011.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SÃO PAULO - MARÇO/2011

ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Limites referentes aos recursos programados na SES	76.807.405,52
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	2.381.001.103,22
Valores a receber referentes a TCEP com transferências diretas ao FES	452.792.769,51
Valores a serem RETIRADOS pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	125.039.080,70
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	2.785.562.197,55

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SÃO PAULO - MARÇO/2011

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE (valores anuais)										
IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivos permanentes de custeio *	Ajustes	Valores de TCEP com transferências realizadas ao FES	Valores de Estabelecimentos sob gestão estadual	Valores retidos no Fundo Nacional de Saúde	Valores recebidos de outras UFs	Total
		Próprio	Referenciado							
350010	ADAMANTINA	4.021.413,32	1.400.253,86	329.189,53	1.701.624,66	0,00	2.837.357,28	0,00	0,00	4.615.124,09
350020	ADOLFO	72.676,58	4,29	0,00	2.522,04	0,00	0,00	0,00	0,00	75.202,91
350030	AGUAI	1.798.929,59	719,24	0,00	81.588,83	0,00	0,00	0,00	0,00	1.881.237,66
350040	AGUAS DA PRATA	149.805,48	14.340,00	0,00	7.577,98	0,00	0,00	0,00	0,00	171.723,46
350050	AGUAS DE LINDOIA	782.100,93	149.194,91	0,00	221.342,54	0,00	0,00	0,00	0,00	1.152.638,38
350055	AGUAS DE SANTA BARBARA	79.006,43	0,00	0,00	1.058,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.064,43
350060	AGUAS DE SAO PEDRO	61.396,50	380,20	0,00	2.349,33	0,00	0,00	0,00	0,00	64.126,03
350070	AGUDOS	1.381.137,05	703.684,42	0,00	365.809,63	0,00	2.318.740,63	0,00	0,00	131.890,47
350075	ALAMBARI	9.663,24	450,00	150.000,00	40.589,71	0,00	0,00	0,00	0,00	200.702,95
350080	ALFREDO MARCONDES	20.685,38	0,00	0,00	2.711,07	0,00	0,00	0,00	0,00	23.396,45
350090	ALTAIR	32.128,72	0,00	0,00	4.484,22	0,00	0,00	0,00	0,00	36.612,94
350100	ALTINOPOLIS	1.076.952,77	62.614,02	0,00	213.702,34	0,00	0,00	0,00	0,00	1.353.269,13
350110	ALTO ALEGRE	186.598,29	0,00	0,00	8.990,61	0,00	0,00	0,00	0,00	195.588,91
350115	ALUMINIO	294.858,03	4.766,97	0,00	9.234,98	0,00	0,00	0,00	0,00	308.859,98
350120	ALVARES FLORENCE	17.829,20	0,00	0,00	2.928,22	0,00	0,00	0,00	0,00	20.757,42
350130	ALVARES MACHADO	716.532,75	55.874,16	0,00	308.133,94	0,00	1.027.409,94	0,00	0,00	53.130,91
350140	ALVARO DE CARVALHO	5.565,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.565,66
350150	ALVINLANDIA	1.210,68	0,00	0,00	727,20	0,00	0,00	0,00	0,00	1.937,88
350160	AMERICANA	10.780.575,98	2.020.232,62	10.007,75	3.603.554,95	0,00	0,00	0,00	0,00	16.414.371,30
350170	AMERICO BRASILIENSE	704.891,94	715.469,21	79.200,00	151.195,85	0,00	814.475,75	0,00	0,00	836.281,25
350180	AMERICO DE CAMPOS	73.424,35	0,00	0,00	1.847,92	0,00	0,00	0,00	0,00	75.272,27
350190	AMPARO	4.476.795,90	3.792.938,82	411.158,67	2.365.786,63	0,00	0,00	0,00	0,00	11.046.680,02
350200	ANALANDIA	50.299,43	0,00	0,00	4.317,67	0,00	0,00	0,00	0,00	54.617,10
350210	ANDRADINA	2.421.840,39	617.471,46	358.056,48	260.189,29	0,00	3.018.836,47	0,00	0,00	638.721,15
350220	ANGATUBA	1.358.639,97	206.211,27	0,00	538.840,88	0,00	0,00	0,00	0,00	2.103.692,12
350230	ANHEMBI	22.533,96	0,00	0,00	4.194,15	0,00	0,00	0,00	0,00	26.728,11
350240	ANHUMAS	20.466,65	0,00	0,00	2.562,86	0,00	0,00	0,00	0,00	23.029,51
350250	APARECIDA	2.151.751,91	1.222.993,37	388.454,10	190.105,41	0,00	3.510.108,26	0,00	0,00	443.196,53
350260	APARECIDA D'OESTE	169.223,49	5.243,72	0,00	15.770,27	0,00	170.051,54	0,00	0,00	20.185,94
350270	APIAI	1.255.132,32	616.397,09	392.920,24	315.076,50	0,00	12.552,96	0,00	0,00	2.566.973,19
350275	ARACARIGUAMA	190.720,63	0,00	0,00	15.307,08	0,00	0,00	0,00	0,00	206.027,71
350280	ARACATUBA	17.430.617,34	11.343.505,60	5.395.540,85	5.319.281,46	0,00	26.555.423,90	0,00	0,00	12.933.521,35
350290	ARACOIABA DA SERRA	394.313,66	0,00	0,00	14.928,86	0,00	0,00	0,00	0,00	409.242,52
350300	ARAMINA	82.352,41	0,00	0,00	1.948,19	0,00	0,00	0,00	0,00	84.300,60
350310	ARANDU	299.281,62	4.361,86	0,00	10.060,65	0,00	0,00	0,00	0,00	313.704,13
350315	ARAPEI	32.285,02	0,00	0,00	1.380,44	0,00	0,00	0,00	0,00	33.665,46
350320	ARARAQUARA	13.895.230,67	7.373.300,61	2.301.600,00	7.268.702,10	0,00	2.898.752,84	0,00	0,00	27.940.080,54
350330	ARARAS	10.581.640,47	11.381.165,85	1.373.112,14	2.342.730,11	0,00	10.337.688,41	0,00	0,00	15.340.960,16
350335	ARCO-IRIS	13.355,81	0,00	0,00	510,96	0,00	0,00	0,00	0,00	13.866,77
350340	AREALVA	283.429,33	16.341,02	0,00	9.131,10	0,00	0,00	0,00	0,00	308.901,45
350350	AREIAS	33.080,81	24.204,59	0,00	7.562,32	0,00	0,00	0,00	0,00	64.847,72
350360	AREIOPOLIS	102.081,25	0,00	0,00	3.022,68	0,00	0,00	0,00	0,00	105.103,93
350370	ARIRANHA	197.196,38	2.022,38	79.200,00	20.276,92	0,00	99.059,70	0,00	0,00	199.635,98
350380	ARTUR NOGUEIRA	771.424,68	0,00	0,00	63.830,31	0,00	0,00	0,00	0,00	835.254,99
350390	ARUJA	1.334.166,19	0,00	0,00	250.724,95	0,00	0,00	0,00	0,00	1.584.891,14
350395	ASPASIA	14.954,16	0,00	0,00	1.043,65	0,00	0,00	0,00	0,00	15.997,81
350400	ASSIS	7.829.716,52	4.655.471,82	444.837,64	2.545.053,14	0,00	6.482.091,89	0,00	0,00	8.992.987,23
350410	ATIBAIA	3.558.016,58	240.751,67	416.354,99	314.152,16	0,00	118,23	0,00	0,00	4.529.157,17
350420	AURIFLAMA	595.279,94	298.945,97	0,00	68.332,62	0,00	849.912,80	0,00	0,00	112.645,73
350430	AVAI	25.985,96	0,00	0,00	7.140,33	0,00	0,00	0,00	0,00	33.126,29
350440	AVANHANDAVA	288.683,07	0,00	0,00	-64.766,73	0,00	0,00	0,00	0,00	223.916,34
350450	AVARE	5.517.175,97	3.416.728,58	933.904,85	1.552.746,31	0,00	335.823,67	0,00	0,00	11.084.732,04
350460	BADY BASSITT	134.231,15	0,00	0,00	8.221,83	0,00	0,00	0,00	0,00	142.452,98
350470	BALBINOS	48,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48,30

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

350480	BALSAMO	46.349,98	0,00	0,00	3.411,58	0,00	0,00	0,00	0,00	49.761,56
350490	BANANAL	1.092.486,06	63.814,85	0,00	24.938,81	0,00	0,00	0,00	0,00	1.181.239,72
350500	BARAO DE ANTONINA	25.725,74	1.654,05	0,00	2.098,80	0,00	0,00	0,00	0,00	29.478,59
350510	BARBOSA	28.781,04	0,00	0,00	3.785,61	0,00	0,00	0,00	0,00	32.566,65
350520	BARIRI	1.507.715,73	212.874,20	262.645,46	94.443,24	0,00	1.701.184,18	0,00	0,00	376.494,45
350530	BARRA BONITA	1.094.726,94	443.848,79	310.783,51	41.528,87	0,00	1.826.659,83	0,00	0,00	64.228,28
350535	BARRA DO CHAPEU	6.169,30	582,40	0,00	1.489,93	0,00	0,00	0,00	0,00	8.241,63
350540	BARRA DO TURVO	77.979,36	0,00	0,00	1.445,16	0,00	0,00	0,00	0,00	79.424,52
350550	BARRETOS	17.318.131,15	54.217.001,84	3.828.969,77	21.234.512,72	0,00	74.967.127,33	0,00	0,00	21.631.488,15
350560	BARRINHA	1.144.127,10	0,00	0,00	47.596,02	0,00	0,00	0,00	0,00	1.191.723,12
350570	BARUERI	14.670.831,70	945.525,70	0,00	2.012.561,05	0,00	0,00	0,00	0,00	17.628.918,45
350580	BASTOS	1.231.938,72	23.361,93	79.200,00	113.473,81	0,00	0,00	0,00	0,00	1.447.974,46
350590	BATATAIS	3.665.086,31	672.521,16	319.440,60	1.532.236,32	0,00	0,00	0,00	0,00	6.189.284,39
350600	BAURU	30.936.065,51	23.885.662,56	7.461.785,79	40.837.302,38	0,00	98.580.842,62	0,00	0,00	4.539.973,62
350610	BEBEDOURO	4.205.127,99	1.225.218,24	0,00	1.692.545,94	0,00	91.682,58	0,00	0,00	7.031.209,59
350620	BENTO DE ABREU	5.627,76	0,00	0,00	1.901,40	0,00	0,00	0,00	0,00	7.529,16
350630	BERNARDINO DE CAMPOS	536.526,48	151.004,22	0,00	78.349,92	0,00	612.792,14	0,00	0,00	153.088,48
350635	BERTIOGA	2.385.116,25	19.544,32	0,00	302.390,16	0,00	0,00	0,00	0,00	2.707.050,73
350640	BILAC	278.218,31	98.525,51	0,00	54.076,87	0,00	389.768,28	0,00	0,00	41.052,41
350650	BIRIGUI	4.500.645,97	1.534.660,54	403.339,56	559.661,40	0,00	5.555.550,45	0,00	0,00	1.442.757,02
350660	BIRITIBA-MIRIM	1.309.223,22	0,00	0,00	16.659,34	0,00	0,00	0,00	0,00	1.325.882,56
350670	BOA ESPERANCA DO SUL	682.087,99	15.059,25	150.000,00	32.687,50	0,00	615.483,74	0,00	0,00	264.351,00
350680	BOCAINA	382.222,99	169,19	0,00	58.876,43	0,00	0,00	0,00	0,00	441.268,61
350690	BOFETE	17.894,84	0,00	0,00	21.249,17	0,00	0,00	0,00	0,00	39.144,01
350700	BOITUVA	1.714.002,79	304.714,26	134.764,30	68.216,23	0,00	0,00	0,00	0,00	2.221.697,58
350710	BOM JESUS DOS PERDOES	520.533,21	0,00	0,00	24.908,17	0,00	0,00	0,00	0,00	545.441,38
350715	BOM SUCESSO DE ITARARE	3.971,77	0,00	0,00	39.684,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43.655,77
350720	BORA	8.158,98	140,70	0,00	36.625,12	0,00	0,00	0,00	0,00	44.924,80
350730	BORACEIA	19.491,60	0,00	0,00	970,18	0,00	0,00	0,00	0,00	20.461,78
350740	BORBOREMA	653.671,97	4.036,58	0,00	33.180,78	0,00	526.636,77	0,00	0,00	164.252,56
350745	BOREBI	3.103,38	0,00	0,00	37.500,88	0,00	0,00	0,00	0,00	40.604,26
350750	BOTUCATU	25.216.901,99	33.964.557,19	4.925.892,10	11.587.383,40	0,00	74.928.755,23	0,00	0,00	765.979,45
350760	BRAGANCA PAULISTA	13.909.258,06	9.999.966,79	1.441.612,80	1.671.738,24	0,00	21.106.212,87	0,00	0,00	5.916.363,02
350770	BRAUNA	4.439,26	0,00	0,00	11.203,33	0,00	0,00	0,00	0,00	15.642,59
350775	BREJO ALEGRE	5.427,59	0,00	0,00	1.700,31	0,00	0,00	0,00	0,00	7.127,90
350780	BRODOSQUI	458.329,60	0,00	0,00	114.915,13	0,00	0,00	0,00	0,00	573.244,73
350790	BROTAS	738.280,59	5.993,96	0,00	55.441,66	0,00	707.148,71	0,00	0,00	92.567,50
350800	BURI	901.685,95	37.117,29	0,00	-242.849,99	0,00	0,00	0,00	0,00	695.953,25
350810	BURITAMA	755.219,37	1.202.115,48	0,00	115.796,90	0,00	0,00	0,00	0,00	2.073.131,75
350820	BURITIZAL	22.239,80	0,00	0,00	2.962,45	0,00	0,00	0,00	0,00	25.202,25
350830	CABRALIA PAULISTA	6.204,84	0,00	0,00	229,23	0,00	0,00	0,00	0,00	6.434,07
350840	CABREUVA	1.223.494,46	15.656,46	0,00	37.937,59	0,00	0,00	0,00	0,00	1.277.088,51
350850	CACAPAVA	4.834.811,64	315.847,54	105.600,00	846.086,17	0,00	0,00	0,00	0,00	6.102.345,35
350860	CACHOEIRA PAULISTA	1.613.857,25	43.710,12	0,00	372.149,49	0,00	0,00	0,00	0,00	2.029.716,86
350870	CACONDE	968.089,84	846.889,65	0,00	102.616,43	0,00	1.705.544,44	0,00	0,00	212.051,48
350880	CAFELANDIA	829.631,34	223.582,72	0,00	43.691,02	0,00	1.085.890,86	0,00	0,00	11.014,22
350890	CAIABU	0,00	0,00	0,00	1.082,94	0,00	0,00	0,00	0,00	1.082,94
350900	CAIEIRAS	3.029.610,97	48.141,59	0,00	161.801,70	0,00	0,00	0,00	0,00	3.239.554,26
350910	CAIUA	382,39	0,00	0,00	889,77	0,00	0,00	0,00	0,00	1.272,16
350920	CAJAMAR	5.505.715,53	228.306,54	0,00	269.673,14	0,00	0,00	0,00	0,00	6.003.695,21
350925	CAJATI	952.816,52	0,00	0,00	55.841,63	0,00	0,00	0,00	0,00	1.008.658,15
350930	CAJOBI	554.932,95	43.240,33	0,00	25.710,32	0,00	0,00	0,00	0,00	623.883,60
350940	CAJURU	1.874.499,91	170.727,74	79.200,00	119.499,42	0,00	0,00	0,00	0,00	2.243.927,07
350945	CAMPINA DO MONTE ALEGRE	11.528,61	0,00	0,00	5.239,43	0,00	0,00	0,00	0,00	16.768,04
350950	CAMPINAS	125.753.406,17	71.991.514,09	18.636.528,47	73.484.588,94	0,00	133.923.236,35	0,00	0,00	155.942.801,32
350960	CAMPO LIMPO PAULISTA	2.585.294,05	178.212,89	0,00	671.969,12	0,00	0,00	0,00	0,00	3.435.476,06
350970	CAMPOS DO JORDAO	2.654.179,91	5.433.997,56	1.354.437,14	320.694,63	0,00	8.978.697,19	0,00	0,00	784.612,05
350980	CAMPOS NOVOS PAULISTA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
350990	CANANEIA	293.577,89	0,00	0,00	14.467,26	0,00	0,00	0,00	0,00	308.045,15
350995	CANAS	2.470,21	0,00	0,00	333,48	0,00	0,00	0,00	0,00	2.803,69
351000	CANDIDO MOTA	1.876.245,34	20.735,07	0,00	383.189,59	0,00	0,00	0,00	0,00	2.280.170,00
351010	CANDIDO RODRIGUES	71.568,13	2.710,60	0,00	695,34	0,00	0,00	0,00	0,00	74.974,07
351015	CANITAR	1.204,59	0,00	0,00	36.228,02	0,00	0,00	0,00	0,00	37.432,61
351020	CAPAO BONITO	2.519.104,62	247.815,38	301.379,41	467.557,15	0,00	0,00	0,00	0,00	3.535.856,56
351030	CAPELA DO ALTO	257.243,80	0,00	0,00	9.400,92	0,00	0,00	0,00	0,00	266.644,72
351040	CAPIVARI	2.819.785,54	686.319,71	638.402,64	961.946,09	0,00	0,00	0,00	0,00	5.106.453,98
351050	CARAGUATATUBA	4.930.421,24	845.149,49	79.200,00	944.814,16	0,00	856.010,71	0,00	0,00	5.943.574,18
351060	CARAPICUIBA	14.042.082,93	2.689.533,56	705.600,00	2.694.046,22	0,00	14.061.178,83	0,00	0,00	6.070.083,88
351070	CARDOSO	919.183,44	374.975,44	0,00	81.806,45	0,00	1.174.277,67	0,00	0,00	201.687,66
351080	CASA BRANCA	4.770.746,30	2.437.693,73	0,00	1.342.630,87	0,00	8.111.321,79	0,00	0,00	439.749,11
351090	CASSIA DOS COQUEIROS	22.069,70	0,00	0,00	2.285,19	0,00	0,00	0,00	0,00	24.354,89
351100	CASTILHO	862.773,05	30.619,67	0,00	50.747,67	0,00	781.204,44	0,00	0,00	162.935,95
351110	CATANDUVA	17.522.524,37	15.803.777,57	3.518.686,33	6.896.616,32	0,00	36.193.133,99	0,00	0,00	7.548.470,60
351120	CATIGUA	67.638,87	0,00	0,00	2.765,01	0,00	0,00	0,00	0,00	70.403,88
351130	CEDRAL	63.809,16	0,00	0,00	88.395,48	0,00	0,00	0,00	0,00	152.204,64
351140	CERQUEIRA CESAR	721.073,07	498.356,04	0,00	51.639,31	0,00	1.178.694,87	0,00	0,00	92.373,55
351150	CERQUILHO	1.618.264,89	2.428,32	105.600,00	173.844,87	0,00	0,00	0,00	0,00	1.900.138,08
351160	CESARIO LANGE	704.213,77	30.385,43	0,00	-14.662,83	0,00	0,00	0,00	0,00	719.936,37
351170	CHARQUEADA	642.607,76	71.121,97	0,00	26.461,60	0,00	0,00	0,00	0,00	740.191,33
351190	CLEMENTINA	211.510,77	0,00	0,00	4.959,18	0,00	196.200,46	0,00	0,00	20.269,49
351200	COLINA	901.949,53	768,10	0,00	61.484,93	0,00	0,00	0,00	0,00	964.202,56
351210	COLOMBIA	177.749,62	1.877,51	0,00	23.095,20	0,00	0,00	0,00	0,00	202.722,33
351220	CONCHAL	1.542.463,23	23.340,42	0,00	71.673,60	0,00	0,00	0,00	0,00	1.637.477,25
351230	CONCHAS	887.970,25	208.816,37	0,00	70.297,51	0,00	0,00	0,00	0,00	1.167.084,13
351240	CORDEIROPOLIS	693.350,64	5.392,68	79.200,00	340.119,50	0,00	0,00	0,00	0,00	1.118.062,82
351250	COROADOS	1.520,40	0,00	0,00	36.836,67	0,00	0,00	0,00	0,00	38.357,07
351260	CORONEL MACEDO	81.279,86	6.003,98	0,00	1.868,31	0,00	0,00	0,00	0,00	89.152,15
351270	CORUMBATAI	47.215,49	0,00	0,00	2.435,18	0,00	0,00	0,00	0,00	49.650,67
351280	COSMOPOLIS	2.535.629,54	30.420,67	149.439,53	454.658,42	0,00	0,00	0,00	0,00	3.170.148,16
351290	COSMORAMA	104.531,00	0,00	0,00	2.220,88	0,00	0,00	0,00	0,00	106.751,88
351300	COTIA	9.042.387,05	2.777.384,86	308.400,00	250.674,75	0,00	9.122.630,12	0,00	0,00	3.256.216,54
351310	CRAVINHOS	597.366,67	10.332,53	0,00	17.838,71	0,00	0,00	0,00	0,00	625.537,91
351320	CRISTAIS PAULISTA	39.558,96	0,00	0,00	14.827,17	0,00	0,00	0,00	0,00	54.386,13
351330	CRUZALIA	34.791,65	0,00	0,00	961,81	0,00	0,00	0,00	0,00	35.753,46
351340	CRUZEIRO	4.913.822,18	851.034,84	1.064.762,89	783.027,35	0,00	48.252,75	0,00	0,00	7.564.394,51
351350	CUBATAO	10.221.577,37	122.613,22	892.800,00	1.779.488,29	0,00	0,00	0,00	0,00	13.016.478,88
351360	CUNHA	961.259,87	4.784,10	0,00	100.839,08	0,00	998.346,59	0,00	0,00	68.536,46
351370	DESCALVADO	875.235,48	969,71	0,00	195.289,61	0,00	514.554,58	0,00	0,00	556.940,22
351380	DIADEMA	32.260.099,38	8.999.185,00	1.342.800,00	7.417.885,38	0,00	14.895.267,24	0,00	0,00	35.124.702,52
351385	DIRCE REIS	3.000,24	0,00	0,00	501,90	0,00	0,00	0,00	0,00	3.502,14
351390	DIVINOLANDIA	2.258.787,31	4.967.822,28	1.357.437,19	2.800.384,99	0,00	11.316.809,73	0,00	0,00	67.622,04
351400	DOBRADA	16.210,44	0,00	0,00	37.042,43	0,00	0,00	0,00	0,00	53.252,87
351410	DOIS CORREGOS	1.186.468,86	10.400,97	0,00	82.943,07	0,00	1.259.644,61	0,00	0,00	20.168,29
351420	DOLCINOPOLIS	6.078,43	0,00	0,00	2.023,54	0,00	0,00	0,00	0,00	8.101,97
351430	DOURADO	308.016,33	993,74	0,00	17.908,29	0,00	191.566,12	0,00	0,00	135.352,24
351440	DRACENA	2.843.554,48	1.465.146,74	695.285,32	1.654.109,99	0,00	0,00	0,00	0,00	6.658.096,53
351450	DUARTINA	991.903,14	225.696,77	0,00	241.623,17	0,00	1.419.185,91	0,00	0,00	40.037,17
351460	DUMONT	300.736,20	0,00	0,00	3.536,77	0,00	0,00	0,00	0,00	304.272,97

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

351470	ECHAPORA	123.091,29	22.891,31	0,00	40.970,13	0,00	0,00	0,00	0,00	186.952,73
351480	ELDORADO	391.460,19	0,00	0,00	11.688,72	0,00	0,00	0,00	0,00	403.148,91
351490	ELIAS FAUSTO	476.367,89	730,20	0,00	11.330,79	0,00	0,00	0,00	0,00	488.428,88
351492	ELISIARIO	20.667,18	0,00	0,00	3.846,83	0,00	0,00	0,00	0,00	24.514,01
351495	EMBAUBA	8.608,30	0,00	0,00	420,91	0,00	0,00	0,00	0,00	9.029,21
351500	EMBU	7.259.749,68	46.389,16	158.400,00	929.994,29	0,00	0,00	0,00	0,00	8.394.533,13
351510	EMBU-GUACU	1.490.647,62	0,00	79.200,00	280.501,15	0,00	0,00	0,00	0,00	1.850.348,77
351512	EMILIANOPOLIS	11.766,00	0,00	0,00	4.023,81	0,00	0,00	0,00	0,00	15.789,81
351515	ENGENHEIRO COELHO	73.805,70	0,00	0,00	106.649,06	0,00	0,00	0,00	0,00	180.454,76
351518	ESPIRITO SANTO DO PINHAL	4.104.461,10	2.155.774,29	195.991,67	1.401.158,40	0,00	5.047.049,47	0,00	0,00	2.810.335,99
351519	ESPIRITO SANTO DO TURVO	929,89	0,00	0,00	38.481,54	0,00	0,00	0,00	0,00	39.411,43
351520	ESTRELA D'OESTE	466.273,68	140.440,65	0,00	38.115,98	0,00	566.411,05	0,00	0,00	78.419,26
351530	ESTRELA DO NORTE	10.140,41	0,00	0,00	13.155,62	0,00	0,00	0,00	0,00	23.296,03
351535	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	262.511,63	0,00	0,00	21.915,90	0,00	98.058,28	0,00	0,00	186.369,25
351540	FARTURA	975.971,83	44.009,06	0,00	39.996,09	0,00	0,00	0,00	0,00	1.059.976,98
351550	FERNANDOPOLIS	5.420.533,63	2.081.965,55	1.687.197,44	1.578.207,64	0,00	9.395.558,88	0,00	0,00	1.372.345,38
351560	FERNANDO PRESTES	52.378,30	0,00	0,00	6.222,66	0,00	0,00	0,00	0,00	58.600,96
351565	FERNAO	1.293,98	0,00	0,00	37.835,29	0,00	0,00	0,00	0,00	39.129,27
351570	FERRAZ DE VASCONCELOS	9.876.422,05	4.108.566,75	858.000,00	1.654.131,23	0,00	14.112.197,27	0,00	0,00	2.384.922,76
351580	FLORA RICA	487,76	0,00	0,00	1.666,14	0,00	0,00	0,00	0,00	2.153,90
351590	FLOREAL	2.868,84	0,00	0,00	20.916,74	0,00	0,00	0,00	0,00	23.785,58
351600	FLORIDA PAULISTA	569.886,55	8.909,36	0,00	33.578,03	0,00	582.943,37	0,00	0,00	29.430,57
351610	FLORINIA	77.601,70	0,00	0,00	1.430,25	0,00	0,00	0,00	0,00	79.031,95
351620	FRANCA	31.301.745,02	9.179.449,52	3.946.576,12	7.549.507,01	0,00	40.586.903,12	0,00	0,00	11.390.374,55
351630	FRANCISCO MORATO	10.308.081,58	2.597.791,54	465.346,84	2.188.449,57	0,00	6.751.270,95	0,00	0,00	8.808.398,58
351640	FRANCO DA ROCHA	9.104.299,72	4.997.649,38	0,00	1.518.386,40	0,00	13.361.578,25	0,00	0,00	2.258.757,25
351650	GABRIEL MONTEIRO	5.773,36	0,00	0,00	2.743,67	0,00	0,00	0,00	0,00	8.517,03
351660	GALIA	355.608,89	54.414,21	0,00	58.958,72	0,00	420.859,26	0,00	0,00	48.122,56
351670	GARCA	5.764.190,42	299.719,34	338.086,02	994.667,80	0,00	2.802.432,26	0,00	0,00	4.594.231,32
351680	GASTAO VIDIGAL	33.038,20	0,00	0,00	2.635,43	0,00	0,00	0,00	0,00	35.673,63
351685	GAVIAO PEIXOTO	35.594,54	881,49	0,00	768,47	0,00	0,00	0,00	0,00	37.244,50
351690	GENERAL SALGADO	472.279,56	42.682,58	79.200,00	31.378,88	0,00	452.638,73	0,00	0,00	172.902,29
351700	GETULINA	405.429,83	2.055,26	0,00	21.835,97	0,00	0,00	0,00	0,00	429.321,06
351710	GLICERIO	66.958,82	0,00	0,00	3.376,83	0,00	0,00	0,00	0,00	70.335,65
351720	GUAICARA	5.456,07	0,00	0,00	2.329,53	0,00	0,00	0,00	0,00	7.785,60
351730	GUAIMBE	110.309,27	0,00	0,00	37.184,88	0,00	0,00	0,00	0,00	147.494,15
351740	GUAIRA	1.658.085,11	8.168,55	405.600,00	410.735,45	0,00	0,00	0,00	0,00	2.482.589,11
351750	GUAPIACU	281.069,86	0,00	0,00	427.427,91	0,00	0,00	0,00	0,00	708.497,77
351760	GUAPIARA	864.245,44	70.080,86	0,00	31.616,14	0,00	0,00	0,00	0,00	965.942,44
351770	GUARA	1.050.146,59	0,00	79.200,00	198.160,22	0,00	0,00	0,00	0,00	1.327.506,81
351780	GUARACAI	345.916,93	1.680,81	0,00	15.850,65	0,00	262.755,22	0,00	0,00	100.693,17
351790	GUARACI	220.772,69	0,00	0,00	2.624,57	0,00	0,00	0,00	0,00	223.397,26
351800	GUARANI D'OESTE	32.830,93	0,00	0,00	3.662,02	0,00	0,00	0,00	0,00	36.492,95
351810	GUARANTA	213.537,59	0,00	0,00	-110.755,78	0,00	0,00	0,00	0,00	102.781,81
351820	GUARARAPES	1.419.562,83	74.970,31	128.146,92	104.791,31	0,00	1.519.665,92	0,00	0,00	207.805,45
351830	GUARAREMA	1.054.210,06	10.369,51	0,00	67.187,04	0,00	0,00	0,00	0,00	1.131.766,61
351840	GUARATINGUETA	9.923.124,69	3.357.825,75	1.201.507,25	5.061.799,41	0,00	0,00	0,00	0,00	19.544.257,10
351850	GUAREI	210.321,00	23,08	150.000,00	23.238,71	0,00	0,00	0,00	0,00	383.582,79
351860	GUARIBA	1.652.298,73	671.866,63	256.286,86	204.338,88	0,00	0,00	0,00	0,00	2.784.791,10
351870	GUARUJA	19.985.325,98	1.500.411,94	1.735.173,19	5.011.414,73	0,00	0,00	0,00	0,00	28.232.325,84
351880	GUARULHOS	93.827.414,38	7.084.611,27	7.144.644,13	13.332.630,34	0,00	43.561.245,92	0,00	0,00	77.828.054,20
351885	GUATAPARA	52.441,85	1.147,07	0,00	5.428,81	0,00	0,00	0,00	0,00	59.017,73
351890	GUZOLANDIA	9.505,08	0,00	0,00	3.445,35	0,00	0,00	0,00	0,00	12.950,43
351900	HERCULANDIA	426.131,27	1.697,76	0,00	64.854,83	0,00	433.051,62	0,00	0,00	59.632,24
351905	HOLAMBRA	269.238,39	0,00	0,00	10.028,41	0,00	0,00	0,00	0,00	279.266,80
351907	HORTOLANDIA	8.367.552,16	121.761,59	1.593.600,00	981.445,04	0,00	0,00	0,00	0,00	11.064.358,79
351910	IACANGA	300.224,55	6.597,61	0,00	17.185,69	0,00	0,00	0,00	0,00	324.007,85
351920	IACRI	338.992,31	323,95	0,00	33.007,39	0,00	0,00	0,00	0,00	372.323,65
351925	IARAS	17.063,40	11.526,46	0,00	4.911,75	0,00	0,00	0,00	0,00	33.501,61
351930	IBATE	1.302.295,63	12.628,05	0,00	94.758,15	0,00	0,00	0,00	0,00	1.409.681,83
351940	IBIRA	335.293,16	3.354,76	0,00	17.512,38	0,00	326.694,46	0,00	0,00	29.465,84
351950	IBIRAREMA	82.279,07	0,00	0,00	1.901,12	0,00	0,00	0,00	0,00	84.180,19
351960	IBITINGA	3.009.763,98	218.940,71	216.603,62	476.833,88	0,00	0,00	0,00	0,00	3.922.142,19
351970	IBIUNA	3.350.083,75	7.973,55	0,00	-1.081.240,96	0,00	0,00	0,00	0,00	2.276.816,34
351980	ICEM	147.949,89	0,00	0,00	7.299,39	0,00	0,00	0,00	0,00	155.249,28
351990	IEPE	412.329,96	683.468,29	0,00	34.322,46	0,00	64.476,88	0,00	0,00	1.065.643,83
352000	IGARACU DO TIETE	820.667,56	15.872,04	0,00	52.536,20	0,00	850.487,41	0,00	0,00	38.588,39
352010	IGARAPAVA	1.389.393,72	3.364,64	0,00	82.783,48	0,00	1.253.169,15	0,00	0,00	222.372,69
352020	IGARATA	55.163,07	426,36	0,00	17.452,28	0,00	0,00	0,00	0,00	73.041,72
352030	IGUAPE	811.116,75	2.900,18	0,00	40.763,48	0,00	0,00	0,00	0,00	854.780,41
352040	ILHABELA	1.334.407,43	70.499,13	0,00	110.824,23	0,00	0,00	0,00	0,00	1.515.730,79
352042	ILHA COMPRIDA	200.637,28	6.951,66	0,00	3.804,28	0,00	0,00	0,00	0,00	211.393,22
352044	ILHA SOLTEIRA	1.462.408,19	753.586,10	0,00	119.279,40	0,00	2.086.429,30	0,00	0,00	248.844,39
352050	INDAIATUBA	11.076.986,93	1.987.594,09	727.310,98	3.134.160,45	0,00	152.402,28	0,00	0,00	16.773.650,17
352060	INDIANA	0,00	0,00	0,00	1.807,59	0,00	0,00	0,00	0,00	1.807,59
352070	INDIAPORA	357.850,47	56.215,81	0,00	19.685,17	0,00	405.230,33	0,00	0,00	28.521,12
352080	INUBIA PAULISTA	43.462,77	783,40	0,00	4.675,69	0,00	0,00	0,00	0,00	48.921,86
352090	IPAUCU	718.559,70	10.219,39	0,00	57.400,99	0,00	662.059,03	0,00	0,00	124.121,05
352100	IPERO	69.588,83	0,00	0,00	208.628,02	0,00	0,00	0,00	0,00	278.216,85
352110	IPEUNA	56.730,32	5.915,57	0,00	4.438,82	0,00	0,00	0,00	0,00	67.084,71
352115	IPIGUA	16.820,40	0,00	0,00	1.376,73	0,00	0,00	0,00	0,00	18.197,13
352120	IPORANGA	35.958,36	0,00	0,00	3.351,75	0,00	0,00	0,00	0,00	39.310,11
352130	IPUA	627.441,47	400,46	0,00	69.130,97	0,00	559.957,38	0,00	0,00	137.015,52
352140	IRACEMAPOLIS	185.455,18	1.434,53	0,00	23.797,84	0,00	0,00	0,00	0,00	210.687,55
352150	IRAPUA	78.518,37	0,00	0,00	14.903,00	0,00	0,00	0,00	0,00	93.421,37
352160	IRAPURU	16.178,94	0,00	0,00	4.865,76	0,00	0,00	0,00	0,00	21.044,70
352170	ITABERA	717.141,22	99.602,29	0,00	45.724,62	0,00	0,00	0,00	0,00	862.468,13
352180	ITAI	990.374,09	35.079,32	0,00	63.354,93	0,00	0,00	0,00	0,00	1.088.808,34
352190	ITAJOBI	528.617,38	48.487,07	0,00	43.613,83	0,00	444.291,12	0,00	0,00	176.427,16
352200	ITAJU	23.800,94	0,00	0,00	3.319,77	0,00	0,00	0,00	0,00	27.120,71
352210	ITANHAEM	5.009.811,43	8.882,67	858.000,00	593.361,16	0,00	2.090.430,83	0,00	0,00	4.379.624,43
352215	ITAOCA	3.893,90	0,00	0,00	918,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.811,90
352220	ITAPECERICA DA SERRA	11.693.564,40	8.656.008,20	184.800,00	3.759.242,58	0,00	17.144.155,21	0,00	0,00	7.149.459,97
352230	ITAPETININGA	7.312.748,89	2.878.821,42	765.600,00	3.707.523,57	0,00	2.097.948,11	0,00	0,00	12.566.745,77
352240	ITAPEVA	6.469.249,47	4.042.684,59	1.463.678,89	2.647.277,12	0,00	0,00	0,00	0,00	14.622.890,07
352250	ITAPEVI	10.814.377,06	6.358.868,51	1.008.000,00	1.622.837,50	0,00	13.021.378,77	0,00	0,00	6.782.704,30
352260	ITAPIRA	8.557.624,10	4.892.140,47	120.163,14	3.012.925,95	0,00	9.916.635,28	0,00	0,00	6.666.218,38
352265	ITAPIRAPUA PAULISTA	2.336,33	0,00	0,00	1.462,53	0,00	0,00	0,00	0,00	3.798,86
352270	ITAPOLIS	2.343.213,61	156.423,79	203.103,61	371.331,28	0,00	0,00	0,00	0,00	3.074.072,29
352280	ITAPORANGA	792.328,25	196.239,23	0,00	72.682,87	0,00	0,00	0,00	0,00	1.061.250,35
352290	ITAPUI	603.502,12	0,00	0,00	23.050,38	0,00	0,00	0,00	0,00	626.552,50
352300	ITAPURA	26.776,02	0,00	0,00	545,38	0,00	0,00	0,00	0,00	27.321,40
352310	ITAQUAQUECETUBA	11.337.558,25	2.821.715,94	1.158.000,00	2.294.100,97	0,00	13.969.489,81	0,00	0,00	3.641.885,35
352320	ITARARE	2.652.656,30	159.488,92	258.753,05	618.986,85	0,00	0,00	0,00	0,00	3.689.885,12
352330	ITARIRI	224.033,09	0,00	0,00	10.197,81	0,00	0,00	0,00	0,00	234.230,90
352340	ITATIBA	5.475.290,28	282.660,88	567.489,71	781.876,99	0,00	0,00	0,00	0,00	7.107.317,86
352350	ITATINGA	497.836,21	418,58	0,00	27.697,13	0,00	0,00	0,00	0,00	525.951,92

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

352360	ITIRAPINA	569.483,33	290,12	0,00	30.257,23	0,00	0,00	0,00	0,00	600.030,68
352370	ITIRAPUA	23.411,40	0,00	0,00	843,05	0,00	0,00	0,00	0,00	24.254,45
352380	ITOBI	64.216,66	1.570,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.787,16
352390	ITU	13.067.175,16	1.787.374,94	683.233,92	3.673.437,44	0,00	16.315.913,11	0,00	0,00	2.895.308,35
352400	ITUPEVA	1.487.694,75	196.173,63	0,00	640.856,11	0,00	0,00	0,00	0,00	2.324.724,49
352410	ITUVERAVA	2.861.807,91	792.947,47	372.567,97	398.214,99	0,00	0,00	0,00	0,00	4.425.538,34
352420	JABORANDI	244.273,22	0,00	0,00	3.682,00	0,00	0,00	0,00	0,00	247.955,22
352430	JABOTICABAL	2.982.062,30	873.413,77	251.763,26	374.955,22	0,00	0,00	0,00	0,00	4.482.194,55
352440	JACAREI	14.484.873,86	1.870.533,52	643.306,37	3.750.312,08	0,00	110.781,01	0,00	0,00	20.638.244,82
352450	JACI	3.793.598,76	291.963,92	0,00	144.318,73	0,00	4.226.212,06	0,00	0,00	3.669,35
352460	JACUPIRANGA	511.330,61	0,00	0,00	13.089,15	0,00	0,00	0,00	0,00	524.419,76
352470	JAGUARIUNA	2.391.907,91	40.774,67	0,00	231.796,92	0,00	0,00	0,00	0,00	2.664.479,50
352480	JALES	3.179.203,85	2.653.922,73	1.896.240,77	823.049,19	0,00	7.270.642,35	0,00	0,00	1.281.774,19
352490	JAMBEIRO	1.600,26	0,00	0,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.603,26
352500	JANDIRA	6.545.289,27	57.424,06	0,00	479.588,13	0,00	0,00	0,00	0,00	7.082.301,46
352510	JARDINOPOLIS	775.973,25	456,31	0,00	81.781,85	0,00	0,00	0,00	0,00	858.211,41
352520	JARINU	331.089,65	0,00	0,00	10.857,18	0,00	0,00	0,00	0,00	341.946,83
352530	JAU	15.531.722,28	41.529.249,64	2.842.321,41	20.360.988,96	0,00	78.881.112,73	0,00	0,00	1.383.169,56
352540	JERIQUARA	12.430,77	0,00	0,00	866,01	0,00	0,00	0,00	0,00	13.296,78
352550	JOANOPOLIS	371.816,68	0,00	0,00	15.199,83	0,00	0,00	0,00	0,00	387.016,51
352560	JOAO RAMALHO	16.659,85	0,00	0,00	3.072,99	0,00	0,00	0,00	0,00	19.732,84
352570	JOSE BONIFACIO	1.468.467,60	281.339,07	169.045,56	120.664,41	0,00	1.746.902,41	0,00	0,00	292.614,23
352580	JULIO MESQUITA	31.395,79	0,00	0,00	479,35	0,00	0,00	0,00	0,00	31.875,14
352585	JUMIRIM	3.231,72	0,00	0,00	10.570,48	0,00	0,00	0,00	0,00	13.802,20
352590	JUNDIAI	33.287.279,62	12.906.635,76	1.008.000,00	8.787.211,61	0,00	614.446,63	0,00	0,00	55.374.680,36
352600	JUNQUEIROPOLIS	839.025,42	316.716,12	0,00	336.452,31	0,00	1.075.862,36	0,00	0,00	416.331,49
352610	JUQUIA	925.441,03	2.050,66	0,00	74.398,26	0,00	0,00	0,00	0,00	1.001.889,95
352620	JUQUITIBA	651.898,70	0,00	0,00	54.676,84	0,00	0,00	0,00	0,00	706.575,54
352630	LAGOINHA	94.484,76	0,00	0,00	2.635,98	0,00	0,00	0,00	0,00	97.120,74
352640	LARANJAL PAULISTA	1.375.370,66	12.640,25	0,00	103.736,22	0,00	0,00	0,00	0,00	1.491.747,13
352650	LAVINIA	33.872,17	0,00	0,00	4.460,47	0,00	0,00	0,00	0,00	38.332,64
352660	LAVRINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
352670	LEME	5.270.568,11	272.420,52	515.761,94	933.700,57	0,00	0,00	0,00	0,00	6.992.451,14
352680	LENCOIS PAULISTA	3.035.272,41	136.955,73	202.310,68	599.039,94	0,00	0,00	0,00	0,00	3.973.578,76
352690	LIMEIRA	26.469.958,11	6.441.447,63	2.569.455,92	8.813.256,22	0,00	892.523,67	0,00	0,00	43.401.594,21
352700	LINDOIA	278.837,29	1.573.654,78	105.600,00	215.786,32	0,00	1.929.648,07	0,00	0,00	244.230,32
352710	LINS	4.405.900,96	6.145.912,49	470.580,76	2.389.319,99	0,00	5.518.215,49	0,00	0,00	7.893.498,71
352720	LORENA	5.335.092,52	823.254,10	690.889,18	1.667.150,63	0,00	0,00	0,00	0,00	8.516.386,43
352725	LOURDES	12.521,27	1.357,13	0,00	38.100,12	0,00	0,00	0,00	0,00	51.978,52
352730	LOUVEIRA	1.321.848,46	318.541,04	0,00	72.607,72	0,00	0,00	0,00	0,00	1.712.997,22
352740	LUCELIA	945.257,78	49.265,94	0,00	53.762,42	0,00	0,00	0,00	0,00	1.048.286,14
352750	LUCIANOPOLIS	31.667,68	0,00	0,00	165,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.832,68
352760	LUIS ANTONIO	250.119,65	0,00	0,00	18.595,39	0,00	0,00	0,00	0,00	268.715,04
352770	LUIZIANIA	154.467,27	4.562,90	0,00	5.401,39	0,00	0,00	0,00	0,00	164.431,56
352780	LUPERCIO	105.760,89	117.529,85	0,00	720,06	0,00	0,00	0,00	0,00	224.010,80
352790	LUTECIA	22.979,54	0,00	0,00	36.668,04	0,00	0,00	0,00	0,00	59.647,58
352800	MACATUBA	985.837,24	6.766,15	79.200,00	285.116,17	0,00	1.124.746,85	0,00	0,00	232.172,71
352810	MACAUBAL	229.525,21	0,00	0,00	11.865,64	0,00	235.626,01	0,00	0,00	5.764,84
352820	MACEDONIA	13.929,61	0,00	0,00	750,69	0,00	0,00	0,00	0,00	14.680,30
352830	MAGDA	10.394,64	0,00	0,00	20.044,81	0,00	0,00	0,00	0,00	30.439,45
352840	MAIRINQUE	893.315,97	120.322,95	105.600,00	22.464,02	0,00	0,00	0,00	0,00	1.141.702,94
352850	MAIRIPORA	3.355.070,59	38.972,02	225.797,44	484.150,37	0,00	0,00	0,00	0,00	4.103.990,42
352860	MANDURI	9.792,03	6.341,17	0,00	1.226,87	0,00	0,00	0,00	0,00	17.360,07
352870	MARABA PAULISTA	112,95	0,00	0,00	1.005,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.117,95
352880	MARACAI	743.950,22	12.833,67	0,00	297.431,21	0,00	611.113,31	0,00	0,00	443.101,79
352885	MARAPOAMA	17.079,60	0,00	0,00	41.636,84	0,00	0,00	0,00	0,00	58.716,44
352890	MARIAPOLIS	25.036,32	13,18	0,00	38.291,82	0,00	0,00	0,00	0,00	63.341,32
352900	MARILIA	27.754.093,08	18.954.807,54	4.876.208,50	13.818.335,02	0,00	38.698.518,66	0,00	0,00	26.704.925,48
352910	MARINOPOLIS	13.536,98	0,00	0,00	1.398,12	0,00	0,00	0,00	0,00	14.935,10
352920	MARTINOPOLIS	1.379.727,62	325.908,34	0,00	1.173.884,13	0,00	1.635.408,35	0,00	0,00	1.244.111,74
352930	MATAO	4.240.617,96	468.435,17	838.906,40	1.195.314,51	0,00	5.592.506,59	0,00	0,00	1.150.767,45
352940	MAUA	18.539.293,25	936.346,41	1.852.355,83	9.197.898,35	0,00	127.323,68	0,00	0,00	30.398.570,16
352950	MENDONCA	12.619,23	0,00	0,00	13.229,55	0,00	0,00	0,00	0,00	25.848,78
352960	MERIDIANO	21.313,58	0,00	0,00	5.808,69	0,00	0,00	0,00	0,00	27.122,27
352965	MESOPOLIS	23.509,88	5,27	0,00	5.172,66	0,00	0,00	0,00	0,00	28.687,81
352970	MIGUELOPOLIS	881.325,63	0,00	0,00	86.423,37	0,00	0,00	0,00	0,00	967.749,00
352980	MINEIROS DO TIETE	83.247,70	0,00	0,00	3.748,02	0,00	37.779,75	0,00	0,00	49.215,97
352990	MIRACATU	678.575,05	0,00	0,00	20.481,50	0,00	0,00	0,00	0,00	699.056,55
353000	MIRA ESTRELA	13.416,67	0,00	0,00	2.594,11	0,00	0,00	0,00	0,00	16.010,78
353010	MIRANDOPOLIS	1.506.246,98	573.490,40	0,00	184.938,78	0,00	2.047.165,99	0,00	0,00	217.510,17
353020	MIRANTE DO PARANAPANEMA	441.488,20	0,00	0,00	15.497,13	0,00	0,00	0,00	0,00	456.985,33
353030	MIRASSOL	1.245.950,67	144.811,52	229.798,03	354.480,00	0,00	110.785,12	0,00	0,00	1.864.255,10
353040	MIRASSOLANDIA	16.072,81	0,00	0,00	3.269,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.341,81
353050	MOCOCA	4.276.551,24	388.241,05	477.709,00	1.568.234,21	0,00	0,00	0,00	0,00	6.710.735,50
353060	MOJI DAS CRUZES	28.240.082,50	19.252.610,92	3.059.860,66	8.465.843,59	0,00	27.345.215,80	0,00	0,00	31.673.181,87
353070	MOJI-GUACU	9.517.573,95	2.090.997,79	1.464.646,84	3.607.860,57	0,00	0,00	0,00	0,00	16.681.079,15
353080	MOJI-MIRIM	7.113.996,79	323.735,46	563.258,05	3.551.356,97	0,00	1.496.885,22	0,00	0,00	10.055.462,05
353090	MOMBUCA	45.477,36	0,00	0,00	5.049,57	0,00	0,00	0,00	0,00	50.526,93
353100	MONCOES	17.725,58	0,00	0,00	4.388,34	0,00	0,00	0,00	0,00	22.113,92
353110	MONGAGUA	2.510.280,79	12.823,12	0,00	20.761,30	0,00	0,00	0,00	0,00	2.543.865,21
353120	MONTE ALEGRE DO SUL	44.187,08	0,00	0,00	1.953,84	0,00	0,00	0,00	0,00	46.140,92
353130	MONTE ALTO	3.025.929,29	185.601,51	200.161,32	310.477,51	0,00	0,00	0,00	0,00	3.722.169,63
353140	MONTE APRAZIVEL	1.099.448,53	355.973,85	0,00	89.059,98	0,00	1.482.530,55	0,00	0,00	61.951,81
353150	MONTE AZUL PAULISTA	1.254.140,75	0,00	0,00	76.210,08	0,00	0,00	0,00	0,00	1.330.350,83
353160	MONTE CASTELO	3.916,51	0,00	0,00	1.225,66	0,00	0,00	0,00	0,00	5.142,17
353170	MONTEIRO LOBATO	4.674,58	0,00	0,00	1.832,95	0,00	0,00	0,00	0,00	6.507,53
353180	MONTE MOR	2.207.648,24	5.309,82	79.200,00	419.639,31	0,00	0,00	0,00	0,00	2.711.797,37
353190	MORRO AGUDO	1.369.575,75	699,73	0,00	178.597,81	0,00	0,00	0,00	0,00	1.548.873,29
353200	MORUNGABA	734.934,62	0,00	0,00	36.036,55	0,00	0,00	0,00	0,00	770.971,17
353205	MOTUCA	39.370,86	2.827,60	0,00	38.434,73	0,00	0,00	0,00	0,00	80.633,19
353210	MURUTINGA DO SUL	178.175,46	204,06	0,00	10.214,89	0,00	151.039,85	0,00	0,00	37.554,56
353215	NANTES	16.500,17	0,00	0,00	1.215,96	0,00	0,00	0,00	0,00	17.716,13
353220	NARANDIBA	17.893,21	0,00	0,00	3.928,92	0,00	0,00	0,00	0,00	21.822,13
353230	NATIVIDADE DA SERRA	41.998,70	0,00	0,00	15,15	0,00	0,00	0,00	0,00	42.013,85
353240	NAZARE PAULISTA	614.177,36	0,00	0,00	26.878,73	0,00	0,00	0,00	0,00	641.056,09
353250	NEVES PAULISTA	377.751,64	385,22	0,00	23.799,90	0,00	391.059,27	0,00	0,00	10.877,50
353260	NHANDEARA	736.667,73	668.927,09	0,00	92.037,17	0,00	1.445.269,99	0,00	0,00	52.362,00
353270	NIPOA	5.535,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.535,84
353280	NOVA ALIANCA	18.788,95	0,00	0,00	13.347,89	0,00	0,00	0,00	0,00	32.136,84
353282	NOVA CAMPINA	19.829,05	0,00	0,00	1.032,60	0,00	0,00	0,00	0,00	20.861,65
353284	NOVA CANAA PAULISTA	10.911,21	0,00	0,00	1.136,04	0,00	0,00	0,00	0,00	12.047,25
353286	NOVA CASTILHO	607,32	0,00	0,00	3.663,66	0,00	0,00	0,00	0,00	4.270,98
353290	NOVA EUROPA	272.627,62	6.614,52	0,00	54.432,82	0,00	211.042,11	0,00	0,00	122.632,85
353300	NOVA GRANADA	1.320.095,92	1.540.110,49	0,00	205.504,75	0,00	2.933.213,79	0,00	0,00	132.497,37
353310	NOVA GUATAPORANGA	5.185,95	0,00	0,00	560,43	0,00	0,00	0,00	0,00	5.746,38
353320	NOVA INDEPENDENCIA	17.648,92	0,00	0,00	2.458,18	0,00	0,00	0,00	0,00	20.107,10
353325	NOVAIS	43.637,45	0,00	0,00	1.507,18	0,00	0,00	0,00	0,00	45.144,63
353330	NOVA LUZITANIA	3.774,32	0,00	0,00	8.585,94	0,00	0,00	0,00	0,00	12.360,26

EXEMPLAR DISPONIBILIZADO PELA IMPRENSA NACIONAL

353340	NOVA ODESSA	1.918.483,29	1.562,91	0,00	153.676,72	0,00	0,00	0,00	0,00	2.073.722,92
353350	NOVO HORIZONTE	2.368.602,08	2.568,97	335.176,74	150.447,25	0,00	2.121.336,52	0,00	0,00	735.458,52
353360	NUPORANGA	138.570,28	0,00	0,00	16.700,59	0,00	0,00	0,00	0,00	155.270,87
353370	OCAUCU	0,00	0,00	0,00	3.672,08	0,00	0,00	0,00	0,00	3.672,08
353380	OLEO	21.401,77	9.175,59	0,00	6.030,33	0,00	0,00	0,00	0,00	36.607,69
353390	OLIMPIA	2.619.829,23	682.880,90	730.499,66	297.478,22	0,00	0,00	0,00	0,00	4.330.688,01
353400	ONDA VERDE	38.410,58	0,00	0,00	5.221,58	0,00	0,00	0,00	0,00	43.632,16
353410	ORIENTE	45.445,81	0,00	0,00	38.644,02	0,00	0,00	0,00	0,00	84.089,83
353420	ORINDIUVA	72.259,70	0,00	0,00	2.060,46	0,00	0,00	0,00	0,00	74.320,16
353430	ORLANDIA	2.078.231,83	47.930,76	188.017,72	213.396,17	0,00	0,00	0,00	0,00	2.527.576,48
353440	OSASCO	35.135.077,81	3.742.075,32	1.492.800,00	5.066.618,14	0,00	9.726.496,96	0,00	0,00	35.710.074,31
353450	OSCAR BRESSANE	13.808,40	0,00	0,00	37.425,03	0,00	0,00	0,00	0,00	51.233,43
353460	OSVALDO CRUZ	1.429.896,07	283.821,73	302.944,98	153.248,16	0,00	0,00	0,00	0,00	2.169.910,94
353470	OURINHOS	10.068.408,23	2.641.893,37	1.137.168,84	3.126.539,06	0,00	0,00	0,00	0,00	16.974.009,50
353475	OUROESTE	280.738,87	0,00	0,00	10.104,73	0,00	0,00	0,00	0,00	290.843,60
353480	OURO VERDE	50.577,31	0,00	0,00	4.119,29	0,00	0,00	0,00	0,00	54.696,60

353490	PACAEMBU	555.376,46	12.147,80	0,00	30.559,04	0,00	0,00	0,00	0,00	598.083,30
353500	PALESTINA	47.391,13	0,00	0,00	12.622,33	0,00	0,00	0,00	0,00	60.013,46
353510	PALMARES PAULISTA	25.877,07	0,00	0,00	1.026,60	0,00	0,00	0,00	0,00	26.903,67
353520	PALMEIRA D'OESTE	489.699,56	229.600,66	0,00	42.425,98	0,00	675.636,57	0,00	0,00	86.089,63
353530	PALMITAL	1.349.347,95	168.688,88	130.605,25	147.009,45	0,00	0,00	0,00	0,00	1.795.651,53
353540	PANORAMA	510.277,03	74.795,27	0,00	19.187,41	0,00	0,00	0,00	0,00	604.259,71
353550	PARAGUACU PAULISTA	3.088.827,72	230.957,84	308.859,14	491.044,76	0,00	0,00	0,00	0,00	4.119.689,46
353560	PARAIBUNA	201.938,13	0,00	0,00	55.631,35	0,00	164.907,51	0,00	0,00	92.661,97
353570	PARAISO	60.550,50	0,00	0,00	3.426,52	0,00	0,00	0,00	0,00	63.977,02
353580	PARANAPANEMA	538.379,19	1.571,98	0,00	21.003,43	0,00	0,00	0,00	0,00	560.954,60
353590	PARANAPUA	3.267,00	0,00	0,00	465,99	0,00	0,00	0,00	0,00	3.732,99
353600	PARAPUA	469.069,74	224,03	0,00	58.064,79	0,00	0,00	0,00	0,00	527.358,56
353610	PARDINHO	102.086,62	0,00	0,00	1.854,45	0,00	0,00	0,00	0,00	103.941,07
353620	PARIQUERA-ACU	2.006.172,42	6.536.112,64	0,00	1.401.836,20	0,00	9.740.298,56	0,00	0,00	203.822,70
353625	PARISI	7.778,24	0,00	0,00	2.776,14	0,00	0,00	0,00	0,00	10.554,38
353630	PATROCINIO PAULISTA	686.680,00	124.615,51	0,00	81.907,06	0,00	738.305,54	0,00	0,00	154.897,03
353640	PAULICEIA	83,20	0,00	0,00	1.802,13	0,00	0,00	0,00	0,00	1.885,33
353650	PAULINIA	4.938.171,70	382.701,27	0,00	995.821,76	0,00	0,00	0,00	0,00	6.316.694,73
353657	PAULISTANIA	2.764,44	0,00	0,00	437,07	0,00	0,00	0,00	0,00	3.201,51
353660	PAULO DE FARIA	274.218,12	15.933,57	0,00	12.779,10	0,00	274.809,64	0,00	0,00	28.121,16
353670	PEDERNEIRAS	1.993.893,27	14.469,92	294.933,80	795.641,02	0,00	2.689.515,00	0,00	0,00	409.423,01
353680	PEDRA BELA	3.418,32	0,00	0,00	5.057,76	0,00	0,00	0,00	0,00	8.476,08
353690	PEDRANOPOLIS	6.307,73	0,00	0,00	1.426,46	0,00	0,00	0,00	0,00	7.734,19
353700	PEDREGULHO	783.553,49	168.977,88	0,00	75.532,94	0,00	919.359,50	0,00	0,00	108.704,81
353710	PEDREIRA	1.849.202,02	575.469,57	0,00	62.095,26	0,00	1.257.879,75	0,00	0,00	1.228.887,10
353715	PEDRINHAS PAULISTA	77.091,14	390,95	0,00	4.419,21	0,00	0,00	0,00	0,00	81.901,30
353720	PEDRO DE TOLEDO	207.346,44	0,00	0,00	8.232,35	0,00	0,00	0,00	0,00	215.578,79
353730	PENAPOLIS	4.620.719,94	2.184.577,75	763.485,89	1.429.005,64	0,00	0,00	0,00	0,00	8.997.789,22
353740	PEREIRA BARRETO	1.320.602,96	61.819,72	0,00	115.225,25	0,00	1.142.526,50	0,00	0,00	355.121,43
353750	PEREIRAS	40.274,89	0,00	0,00	2.453,31	0,00	0,00	0,00	0,00	42.728,20
353760	PERUIBE	4.081.094,55	25.129,89	105.600,00	276.519,34	0,00	0,00	0,00	0,00	4.488.343,78
353770	PIACATU	25.334,63	0,00	0,00	2.451,03	0,00	0,00	0,00	0,00	27.785,66
353780	PIEDADE	5.002.586,08	2.571.126,07	291.845,26	1.130.694,10	0,00	6.690.047,29	0,00	0,00	2.306.204,22
353790	PILAR DO SUL	1.174.864,93	3.959,54	129.033,83	70.773,08	0,00	0,00	0,00	0,00	1.378.631,38
353800	PINDAMONHANGABA	8.999.053,84	807.563,77	105.600,00	1.098.625,23	0,00	0,00	0,00	0,00	11.010.842,84
353810	PINDORAMA	202.612,75	0,00	0,00	39.814,47	0,00	0,00	0,00	0,00	242.427,22
353820	PINHALZINHO	152.908,96	0,00	0,00	5.828,82	0,00	0,00	0,00	0,00	158.737,78
353830	PIQUEROBI	9,51	0,00	0,00	630,00	0,00	0,00	0,00	0,00	639,51
353850	PIQUETE	347.771,39	0,00	0,00	13.093,66	0,00	0,00	0,00	0,00	360.865,05
353860	PIRACAIA	1.201.839,66	0,00	0,00	53.828,38	0,00	0,00	0,00	0,00	1.255.668,04
353870	PIRACICABA	33.151.995,02	9.198.312,26	5.240.061,08	13.483.471,21	0,00	0,00	0,00	0,00	61.073.839,57
353880	PIRAJU	1.627.259,24	450.560,16	404.098,04	172.282,53	0,00	2.270.997,59	0,00	0,00	383.202,38
353890	PIRAJUI	1.954.442,32	128.734,93	0,00	95.109,48	0,00	2.109.928,47	0,00	0,00	68.358,26
353900	PIRANGI	322.300,33	42.550,90	0,00	144.194,40	0,00	276.297,30	0,00	0,00	232.748,33
353910	PIRAPORA DO BOM JESUS	894.203,12	0,00	150.000,00	20.274,88	0,00	0,00	0,00	0,00	1.064.478,00
353920	PIRAPOZINHO	464.823,24	831.872,29	0,00	349.117,26	0,00	1.476.551,31	0,00	0,00	169.261,48
353930	PIRASSUNUNGA	2.950.923,64	25.326,44	208.356,40	1.823.918,61	0,00	0,00	0,00	0,00	5.008.525,09
353940	PIRATININGA	261.564,74	5.906,61	0,00	15.563,09	0,00	0,00	0,00	0,00	283.034,44
353950	PITANGUEIRAS	1.419.453,25	303,81	0,00	319.515,67	0,00	0,00	0,00	0,00	1.739.272,73
353960	PLANALTO	20.103,43	0,00	0,00	300,66	0,00	0,00	0,00	0,00	20.404,09
353970	PLATINA	20.813,20	0,00	0,00	483,60	0,00	0,00	0,00	0,00	21.296,80
353980	POA	3.394.062,93	0,00	105.600,00	399.588,30	0,00	0,00	0,00	0,00	3.899.251,23
353990	POLONI	47.148,84	0,00	0,00	1.498,45	0,00	0,00	0,00	0,00	48.647,29
354000	POMPEIA	1.017.736,42	165.485,32	79.200,00	763.716,22	0,00	0,00	0,00	0,00	2.026.137,96
354010	PONGAI	0,00	0,00	0,00	1.805,55	0,00	0,00	0,00	0,00	1.805,55
354020	PONTAL	1.717.946,23	0,00	0,00	101.269,63	0,00	0,00	0,00	0,00	1.819.215,86
354025	PONTALINDA	14.354,93	0,00	0,00	2.389,78	0,00	0,00	0,00	0,00	16.744,71
354030	PONTES GESTAL	65.018,69	0,00	0,00	38.046,05	0,00	0,00	0,00	0,00	103.064,74
354040	POPULINA	297.384,59	34.382,07	0,00	24.660,99	0,00	335.107,25	0,00	0,00	21.320,40
354050	PORANGABA	11.892,95	0,00	0,00	1.178,52	0,00	0,00	0,00	0,00	13.071,47
354060	PORTO FELIZ	2.846.844,58	285.122,97	325.177,63	193.363,31	0,00	0,00	0,00	0,00	3.650.508,49
354070	PORTO FERREIRA	2.072.707,38	2.698,89	138.703,81	126.214,61	0,00	1.751.210,76	0,00	0,00	589.113,93
354075	POTIM	112.661,23	4.817,57	0,00	117.057,24	0,00	0,00	0,00	0,00	234.536,04
354080	POTIRENDABA	508.629,04	1.557,92	0,00	32.534,90	0,00	0,00	0,00	0,00	542.721,86
354085	PRACINHA	961,76	0,00	0,00	2.272,89	0,00	0,00	0,00	0,00	3.234,65
354090	PRADOPOLIS	485.276,80	0,00	0,00	611,44	0,00	0,00	0,00	0,00	485.888,24
354100	PRAIA GRANDE	22.544.194,54	510.047,63	0,00	1.520.421,83	0,00	64,91	0,00	0,00	24.574.599,09
354105	PRATANIA	15.274,20	0,00	0,00	32,45	0,00	0,00	0,00	0,00	15.306,65
354110	PRESIDENTE ALVES	16.420,32	0,00	0,00	502,94	0,00	0,00	0,00	0,00	16.923,26
354120	PRESIDENTE BERNARDES	796.905,95	224.964,28	0,00	29.898,85	0,00	0,00	0,00	0,00	1.051.769,08
354130	PRESIDENTE EPITACIO	2.591.596,60	222.285,94	214.576,74	133.551,83	0,00	3.052.241,87	0,00	0,00	109.769,24
354140	PRESIDENTE PRUDENTE	25.562.403,93	19.631.200,11	3.481.188,99	10.223.583,70	0,00	58.207.602,30	0,00	0,00	690.774,43
354150	PRESIDENTE VENCESLAU	2.104.477,23	705.560,99	461.186,44	978.512,12	0,00	0,00	0,00	0,00	4.249.736,78
354160	PROMISSAO	1.738.891,53	705.240,94	0,00	228.931,19	0,00	2.436.701,49	0,00	0,00	236.362,17
354165	QUADRA	1.786,64	0,00	0,00	1.014,30	0,00	0,00	0,00	0,00	2.800,94
354170	QUATA	152.270,13	0,00	0,00	5.726,81	0,00	0,00	0,00	0,00	157.996,94
354180	QUEIROZ	3.506,95	0,00	0,00	40,35	0,00	0,00	0,00	0,00	3.547,30
354190	QUELUZ	917.217,54	56.822,01	0,00	33.216,32	0,00	0,00	0,00	0,00	1.007.255,87
354200	QUINTANA	24.790,40	0,00	79.200,00	45.378,10	0,00	0,00	0,00	0,00	149.368,50
354210	RAFARD	149.790,17	0,00	0,00	10.355,25	0,00	0,00	0,00	0,00	160.145,42
354220	RANCHARIA	2.144.905,90	1.202.828,34	327.259,93	978.601,44	0,00	4.195.079,70	0,00	0,00	458.515,91
354230	REDENCAO DA SERRA	18.583,32	0,00	0,00	1.479,30	0,00	0,00	0,00	0,00	20.062,62
354240	REGENTE FEIJO	697.366,16	194.033,53	0,00	34.778,76	0,00	875.648,59	0,00	0,00	50.529,86
354250	REGINOPOLIS	14.363,14	0,00	0,00	1.656,17	0,00	0,00	0,00	0,00	16.019,31
354260	REGISTRO	2.311.101,23	3.232.293,74	358.490,48	769.205,61	0,00	5.764.945,28	0,00	0,00	906.145,78
354270	RESTINGA	29.261,74	0,00	0,00	3.159,50	0,00	0,00	0,00	0,00	32.421,24
354280	RIBEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
354290	RIBEIRAO BONITO	344.234,07	110.179,16	0,00	42.226,98	0,00	406.017,88	0,00	0,00	90.622,33
354300	RIBEIRAO BRANCO	932.027,77	38,39	0,00	-81.337,69	0,00	0,00	0,00	0,00	850.728,47
354310	RIBEIRAO CORRENTE	45.641,08	0,00	0,00	12.862,35	0,00	0,00	0,00	0,00	58.503,43

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

354320	RIBEIRAO DO SUL	26.012,16	1.141,15	0,00	38.711,10	0,00	0,00	0,00	0,00	65.864,41
354323	RIBEIRAO DOS INDIOS	150,40	0,00	0,00	1.285,92	0,00	0,00	0,00	0,00	1.436,32
354325	RIBEIRAO GRANDE	0,00	0,00	0,00	14.764,34	0,00	0,00	0,00	0,00	14.764,34
354330	RIBEIRAO PIRES	4.962.316,84	248.394,91	105.600,00	6.109.742,94	0,00	0,00	0,00	0,00	11.426.054,69
354340	RIBEIRAO PRETO	65.270.378,64	51.665.013,01	9.983.717,92	32.327.858,31	0,00	112.471.883,01	0,00	0,00	46.775.084,87
354350	RIVERSUL	47.558,60	0,00	0,00	1.406,15	0,00	0,00	0,00	0,00	48.964,75
354360	RIFAINA	62.837,00	0,00	0,00	37.028,71	0,00	0,00	0,00	0,00	99.865,71
354370	RINCAO	90.111,04	5.313,40	0,00	544,80	0,00	0,00	0,00	0,00	95.969,24
354380	RINOPOLIS	530.897,71	18.925,82	0,00	71.915,80	0,00	551.504,83	0,00	0,00	70.234,50
354390	RIO CLARO	9.362.792,98	4.034.139,28	846.351,08	3.090.274,60	0,00	3.231.138,35	0,00	0,00	14.102.419,59
354400	RIO DAS PEDRAS	960.212,21	54.907,53	0,00	319.289,91	0,00	0,00	0,00	0,00	1.334.409,65
354410	RIO GRANDE DA SERRA	417.009,74	0,00	0,00	22.569,57	0,00	0,00	0,00	0,00	439.579,31
354420	RIOLANDIA	360.829,02	3.299,46	79.200,00	48.615,36	0,00	335.082,64	0,00	0,00	156.861,20
354425	ROSANA	1.427.905,06	553.745,90	0,00	165.714,77	0,00	1.518.754,81	0,00	0,00	628.610,92
354430	ROSEIRA	57.585,31	1.001,83	0,00	6.398,22	0,00	0,00	0,00	0,00	64.985,36
354440	RUBIACEA	413,64	0,00	0,00	36.315,60	0,00	0,00	0,00	0,00	36.729,24
354450	RUBINEIA	43.424,00	0,00	0,00	20.904,66	0,00	0,00	0,00	0,00	64.328,66
354460	SABINO	676,40	0,00	0,00	1.826,71	0,00	0,00	0,00	0,00	2.503,11
354470	SAGRES	406,40	0,00	0,00	36.193,59	0,00	0,00	0,00	0,00	36.599,99
354480	SALES	53.769,80	0,00	0,00	18.717,18	0,00	0,00	0,00	0,00	72.486,98
354490	SALES OLIVEIRA	366.157,84	0,00	0,00	51.623,98	0,00	0,00	0,00	0,00	417.781,82
354500	SALESOPOLIS	1.258.369,39	2.569,43	0,00	39.273,79	0,00	0,00	0,00	0,00	1.300.212,61
354510	SALMOURAO	23.113,90	0,00	0,00	2.476,35	0,00	0,00	0,00	0,00	25.590,25
354515	SALTINHO	88.333,39	114,49	0,00	19.514,64	0,00	0,00	0,00	0,00	107.962,52
354520	SALTO	5.802.576,83	62.580,43	0,00	148.879,86	0,00	0,00	0,00	0,00	6.014.037,12
354530	SALTO DE PIRAPORA	6.122.880,69	6.379.150,48	112.919,20	2.137.684,00	0,00	12.179.303,86	0,00	0,00	2.573.330,51
354540	SALTO GRANDE	507.641,43	472.829,67	0,00	252.933,06	0,00	1.141.490,96	0,00	0,00	91.913,20
354550	SANDOVALINA	7.161,96	0,00	0,00	24.322,20	0,00	0,00	0,00	0,00	31.484,16
354560	SANTA ADELIA	406.866,00	7.081,69	0,00	30.533,96	0,00	355.490,66	0,00	0,00	88.990,99
354570	SANTA ALBERTINA	54.229,73	413,57	0,00	23.696,72	0,00	20.740,92	0,00	0,00	57.599,10
354580	SANTA BARBARA D'OESTE	6.981.529,10	243.394,79	720.368,16	2.534.330,05	0,00	118.751,45	0,00	0,00	10.360.870,65
354600	SANTA BRANCA	457.333,34	7.347,64	0,00	14.594,97	0,00	401.770,81	0,00	0,00	77.505,14
354610	SANTA CLARA D'OESTE	9.211,44	0,00	0,00	1.992,38	0,00	0,00	0,00	0,00	11.203,82
354620	SANTA CRUZ DA CONCEICAO	30.130,10	985,13	0,00	274,11	0,00	0,00	0,00	0,00	31.389,34
354625	SANTA CRUZ DA ESPERANCA	19.114,18	0,00	0,00	544,38	0,00	0,00	0,00	0,00	19.658,56
354630	SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS	1.255.887,59	16.934,81	0,00	94.805,15	0,00	962.861,89	0,00	0,00	404.765,66
354640	SANTA CRUZ DO RIO PARDO	2.898.608,01	290.454,67	284.351,03	792.505,36	0,00	0,00	0,00	0,00	4.265.919,07
354650	SANTA ERNESTINA	81.206,88	0,00	0,00	979,20	0,00	0,00	0,00	0,00	82.186,08
354660	SANTA FE DO SUL	2.013.103,96	1.050.362,51	504.332,65	571.839,45	0,00	3.262.429,09	0,00	0,00	877.209,48
354670	SANTA GERTRUDES	287.889,18	8.519,58	0,00	259.143,99	0,00	0,00	0,00	0,00	555.552,75
354680	SANTA ISABEL	3.876.156,95	794.227,44	782.729,10	447.204,80	0,00	0,00	0,00	0,00	5.900.318,29
354690	SANTA LUCIA	90.400,65	4.200,45	0,00	39.167,44	0,00	0,00	0,00	0,00	133.768,54
354700	SANTA MARIA DA SERRA	156.405,37	0,00	0,00	1.692,52	0,00	0,00	0,00	0,00	158.097,89
354710	SANTA MERCEDES	2.360,76	0,00	0,00	41,13	0,00	0,00	0,00	0,00	2.401,89
354720	SANTANA DA PONTE PENSA	14.999,76	0,00	0,00	2.098,53	0,00	0,00	0,00	0,00	17.098,29
354730	SANTANA DE PARNAIBA	3.198.542,13	24.536,78	79.200,00	678.243,51	0,00	0,00	0,00	0,00	3.980.522,42
354740	SANTA RITA D'OESTE	12.092,43	0,00	0,00	2.148,44	0,00	0,00	0,00	0,00	14.240,87
354750	SANTA RITA DO PASSA QUATRO	4.882.972,34	103.852,08	105.408,12	963.065,63	0,00	5.870.335,90	0,00	0,00	184.962,27
354760	SANTA ROSA DE VITERBO	667.917,77	357,08	0,00	38.153,16	0,00	0,00	0,00	0,00	706.428,01
354765	SANTA SALETE	20.550,55	0,00	0,00	3.296,84	0,00	0,00	0,00	0,00	23.847,39
354770	SANTO ANASTACIO	1.289.582,14	93.264,38	0,00	81.974,25	0,00	1.446.375,51	0,00	0,00	18.445,26
354780	SANTO ANDRE	40.042.934,26	12.317.129,84	3.551.851,83	15.466.959,70	0,00	24.364.811,56	0,00	0,00	47.014.064,07
354790	SANTO ANTONIO DA ALEGRIA	199.839,45	0,00	0,00	11.209,03	0,00	0,00	0,00	0,00	211.048,47
354800	SANTO ANTONIO DE POSSE	524.285,55	0,00	0,00	24.176,47	0,00	0,00	0,00	0,00	548.462,02
354805	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	2.728,30	0,00	0,00	3.178,37	0,00	0,00	0,00	0,00	5.906,67
354810	SANTO ANTONIO DO JARDIM	91.194,17	8.624,54	0,00	11.263,93	0,00	0,00	0,00	0,00	111.082,64
354820	SANTO ANTONIO DO PINHAL	17.812,20	0,00	0,00	40.566,89	0,00	0,00	0,00	0,00	58.379,09
354830	SANTO EXPEDITO	0,00	0,00	0,00	8.898,39	0,00	0,00	0,00	0,00	8.898,39
354840	SANTOPOLIS DO AGUAPEI	6.103,21	0,00	0,00	2.409,54	0,00	0,00	0,00	0,00	8.512,75
354850	SANTOS	49.477.295,81	21.329.251,80	282.504,98	13.312.386,45	0,00	15.792.256,92	0,00	0,00	68.609.182,12
354860	SAO BENTO DO SAPUCAI	516.623,18	234.760,62	0,00	58.902,33	0,00	792.895,21	0,00	0,00	17.390,92
354870	SAO BERNARDO DO CAMPO	37.661.455,39	2.942.808,24	15.546.344,76	67.639.525,85	0,00	0,00	0,00	0,00	123.790.134,24
354880	SAO CAETANO DO SUL	12.260.447,42	1.628.206,06	184.800,00	3.220.673,43	0,00	152.245,94	0,00	0,00	17.141.880,97
354890	SAO CARLOS	20.951.525,26	5.084.578,80	2.920.160,00	7.379.673,22	0,00	52.186,96	0,00	0,00	36.283.750,32
354900	SAO FRANCISCO	10.028,61	0,00	0,00	1.538,62	0,00	0,00	0,00	0,00	11.567,23
354910	SAO JOAO DA BOA VISTA	5.337.503,39	1.783.377,45	534.174,52	3.765.976,66	0,00	1.092.460,18	0,00	0,00	10.328.571,84
354920	SAO JOAO DAS DUAS PONTES	10.364,07	0,00	0,00	1.428,70	0,00	0,00	0,00	0,00	11.792,77
354925	SAO JOAO DE IRACEMA	9.816,05	0,00	0,00	38.063,65	0,00	0,00	0,00	0,00	47.879,70
354930	SAO JOAO DO PAU D'ALHO	9.313,54	0,00	0,00	1.423,33	0,00	0,00	0,00	0,00	10.736,87
354940	SAO JOAQUIM DA BARRA	2.738.810,29	510.498,82	245.561,81	591.416,25	0,00	3.616.945,77	0,00	0,00	469.341,40
354950	SAO JOSE DA BELA VISTA	112.890,23	0,00	0,00	1.572,78	0,00	0,00	0,00	0,00	114.463,01
354960	SAO JOSE DO BARREIRO	314.567,33	0,00	0,00	6.486,31	0,00	0,00	0,00	0,00	321.053,64
354970	SAO JOSE DO RIO PARDO	3.429.405,25	729.662,40	477.090,60	956.881,98	0,00	0,00	0,00	0,00	5.593.040,23
354980	SAO JOSE DO RIO PRETO	54.798.587,47	53.216.797,05	8.861.018,58	29.739.077,15	0,00	93.273.891,64	0,00	0,00	53.341.588,61
354990	SAO JOSE DOS CAMPOS	55.938.716,14	7.255.001,80	0,00	13.912.294,19	0,00	4.496.073,75	0,00	0,00	72.609.938,38
354995	SAO LOURENCO DA SERRA	190.609,70	0,00	0,00	18.940,53	0,00	0,00	0,00	0,00	209.550,23
355000	SAO LUIS DO PARAITINGA	579.433,14	37.128,76	0,00	19.378,53	0,00	622.223,87	0,00	0,00	13.716,56
355010	SAO MANUEL	2.180.904,17	589.034,94	337.134,76	164.694,83	0,00	0,00	0,00	0,00	3.271.768,70
355020	SAO MIGUEL ARCANJO	393.128,38	165,66	0,00	277.926,13	0,00	0,00	0,00	0,00	671.220,17
355030	SAO PAULO	1.114.381.118,00	247.700.629,07	107.192.091,69	400.782.641,07	452.792.769,51	790.395.640,12	0,00	0,00	626.868.070,20
355040	SAO PEDRO	1.242.541,21	28.245,17	0,00	43.900,63	0,00	0,00	0,00	0,00	1.314.687,01
355050	SAO PEDRO DO TURVO	98.176,07	650,65	0,00	49.492,54	0,00	0,00	0,00	0,00	148.319,26
355060	SAO ROQUE	3.394.567,33	947.667,26	592.063,36	720.865,34	0,00	0,00	0,00	0,00	5.655.163,29
355070	SAO SEBASTIAO	4.639.081,26	405.086,90	637.804,33	845.895,29	0,00	41.687,83	0,00	0,00	6.486.179,95
355080	SAO SEBASTIAO DA GRAMA	938.744,83	3.299,51	0,00	118.027,20	0,00	835.579,96	0,00	0,00	224.491,58
355090	SAO SIMAO	752.931,82	3.333,59	0,00	48.216,12	0,00	0,00	0,00	0,00	804.481,53
355100	SAO VICENTE	17.939.313,95	19.947,58	1.113.600,00	5.107.339,65	0,00	0,00	0,00	0,00	24.180.201,18
355110	SARAPUI	7.495,44	0,00	0,00	4.120,09	0,00	0,00	0,00	0,00	11.615,53
355120	SARUTAIA	20.253,84	0,00	0,00	2.800,56	0,00	0,00	0,00	0,00	23.054,40
355130	SEBASTIANOPOLIS DO SUL	11.621,76	0,00	0,00	4.651,97	0,00	0,00	0,00	0,00	16.273,73
355140	SERRA AZUL	266.595,30	0,00	0,00	11.990,67	0,00	0,00	0,00	0,00	278.585,97
355150	SERRANA	1.611.060,48	93.267,65	79.200,00	226.852,44	0,00	0,00	0,00	0,00	2.010.380,57
355160	SERRA NEGRA	1.276.273,49	54.436,75	0,00	478.886,05	0,00	1.200.486,53	0,00	0,00	609.109,76
355170	SERTAOZINHO	5.517.502,45	855.878,27	708.536,16	1.516.006,90	0,00	0,00	0,00	0,00	8.597.923,78
355180	SETE BARRAS	204.498,07	0,00	0,00	7.097,97	0,00	0,00	0,00	0,00	211.596,04
355190	SEVERINIA	273.196,05	1.671,78	0,00	8.843,76	0,00	0,00	0,00	0,00	283.711,59
355200	SILVEIRAS	92.327,81	189,25	0,00	4.165,66	0,00	0,00	0,00	0,00	96.682,72
355210	SOCORRO	1.852.038,59	60.526,22	0,00	154.671,74	0,00	0,00	0,00	0,00	2.067.236,55
355220	SOROCABA	57.128.439,12	41.259.394,11	8.222.789,25	23.730.702,64	0,00	47.377.328,05	0,00	0,00	82.963.997,07
355230	SUD MENNUCCI	378.338,58	0,00	0,00	34.143,17	0,00	360.357,09	0,00	0,00	52.124,66
355240	SUMARE	13.030.802,00	7.803.472,93	1.092.950,84	3.264.651,55	0,00	20.235.032,73	0,00	0,00	4.956.844,59
355250	SUZANO	11.130.126,95	481.657,40	1.918.718,18	2.814.973,99	0,00	144.180,57	0,00	0,00	16.201.295,95
355255	SUZANAPOLIS	22.422,36	0,00	0,00	4.533,17	0,00	0,00	0,00	0,00	26.955,53
355260	TABAPUA	279.064,19	46.543,55	79.200,00	49.395,19	0,00	317.267,82	0,00	0,00	136.935,11
355270	TABATINGA	586.760,97	0,00	0,00	34.238,73	0,00	0,00	0,00	0,00	620.999,70
355280	TABOAO DA SERRA	16.458.066,26	10.498.666,38	1.042.800,00	4.326.547,32	0,00	22.188.705,83	0,00	0,00	10.137.374,13
355290	TACIBA	24.962,03	0,00	0,00	4.761,88	0,00	0,00	0,00	0,00	29.723,91
355300	TAGUAI	552.449,82	0,00	0,00	31.390,41	0,00	0,00	0,00	0,00	583.840,23

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

355310	TAIACU	99.091,94	0,00	0,00	4.911,39	0,00	0,00	0,00	0,00	104.003,33
355320	TAIUVA	117.314,01	0,00	0,00	1.072,97	0,00	0,00	0,00	0,00	118.386,98
355330	TAMBAU	869.758,11	575,37	0,00	58.444,40	0,00	0,00	0,00	0,00	928.777,88
355340	TANABI	921.198,33	1.075,95	0,00	45.066,26	0,00	830.641,98	0,00	0,00	136.698,56
355350	TAPIRAI	32.872,87	0,00	0,00	4.823,49	0,00	0,00	0,00	0,00	37.696,36
355360	TAPIRATIBA	703.574,19	3.343,72	0,00	49.958,93	0,00	0,00	0,00	0,00	756.876,84
355365	TAQUARAL	26.788,60	0,00	0,00	2.610,48	0,00	0,00	0,00	0,00	29.399,08
355370	TAQUARITINGA	3.551.752,06	644.253,30	79.200,00	408.991,70	0,00	0,00	0,00	0,00	4.684.197,06
355380	TAQUARITUBA	1.144.934,85	102.763,50	0,00	43.801,96	0,00	1.075.138,79	0,00	0,00	216.361,52
355385	TAQUARIVAI	4.361,16	0,00	0,00	1.616,14	0,00	0,00	0,00	0,00	5.977,30
355390	TARABAI	28.621,11	0,00	0,00	4.115,49	0,00	0,00	0,00	0,00	32.736,60
355395	TARUMA	288.899,46	484,80	0,00	371.087,95	0,00	0,00	0,00	0,00	660.472,21
355400	TATUI	6.525.964,85	545.108,93	603.401,28	1.101.513,29	0,00	0,00	0,00	0,00	8.775.988,35
355410	TAUBATE	23.200.639,52	17.630.652,89	1.573.338,96	7.752.288,31	0,00	45.279.393,84	0,00	0,00	4.877.525,84
355420	TEJUPA	8.893,80	0,00	0,00	2.045,38	0,00	0,00	0,00	0,00	10.939,18
355430	TEODORO SAMPAIO	1.969.487,84	172.353,16	0,00	77.493,36	0,00	0,00	0,00	0,00	2.219.334,36
355440	TERRA ROXA	266.650,81	0,00	0,00	38.541,23	0,00	0,00	0,00	0,00	305.192,04
355450	TIETE	1.964.761,29	98.375,72	188.929,97	160.067,83	0,00	0,00	0,00	0,00	2.412.134,81
355460	TIMBURI	600,00	0,00	0,00	36.471,54	0,00	0,00	0,00	0,00	37.071,54
355465	TORRE DE PEDRA	847,41	0,00	0,00	115,70	0,00	0,00	0,00	0,00	963,11
355470	TORRINHA	210.722,21	92,99	0,00	4.187,93	0,00	0,00	0,00	0,00	215.003,13
355475	TRABIJU	5.277,06	0,00	0,00	36.895,95	0,00	0,00	0,00	0,00	42.173,01
355480	TREMEMBE	1.184.260,48	163.085,46	74.078,35	30.927,54	0,00	394.452,03	0,00	0,00	1.057.899,80
355490	TRES FRONTEIRAS	21.050,84	0,00	0,00	1.273,45	0,00	0,00	0,00	0,00	22.324,29
355495	TUIUTI	0,00	0,00	0,00	459,00	0,00	0,00	0,00	0,00	459,00
355500	TUPA	10.276.737,71	8.997.708,35	2.425.742,90	2.925.787,84	0,00	23.412.033,46	0,00	0,00	1.213.943,34
355510	TUPI PAULISTA	630.984,26	400.839,72	0,00	61.176,36	0,00	977.699,46	0,00	0,00	115.300,88
355520	TURIUBA	4.375,80	0,00	0,00	36.226,62	0,00	0,00	0,00	0,00	40.602,42
355530	TURMALINA	7.528,90	0,00	0,00	804,26	0,00	0,00	0,00	0,00	8.333,16
355535	UBARANA	43.693,13	0,00	0,00	4.681,48	0,00	0,00	0,00	0,00	48.374,61
355540	UBATUBA	3.842.463,28	107.513,18	0,00	251.660,37	0,00	0,00	0,00	0,00	4.201.636,83
355550	UBIRAJARA	11.023,90	0,00	0,00	1.432,47	0,00	0,00	0,00	0,00	12.456,37
355560	UCHOA	217.101,64	0,00	0,00	2.295,33	0,00	0,00	0,00	0,00	219.396,97
355570	UNIAO PAULISTA	13.593,48	0,00	0,00	1.748,26	0,00	0,00	0,00	0,00	15.341,74
355580	URANIA	402.570,42	11.283,99	0,00	24.295,58	0,00	382.214,73	0,00	0,00	55.935,26
355590	URU	4.085,26	0,00	0,00	23.466,59	0,00	0,00	0,00	0,00	27.551,85
355600	URUPES	584.215,92	112.469,62	0,00	42.163,21	0,00	569.614,32	0,00	0,00	169.234,43
355610	VALENTIM GENTIL	298.308,55	0,00	0,00	8.300,55	0,00	0,00	0,00	0,00	306.609,10
355620	VALINHOS	3.949.624,60	28.331,40	630.911,99	161.132,29	0,00	0,00	0,00	0,00	4.770.000,28
355630	VALPARAISO	699.185,81	18.330,03	79.200,00	60.769,76	0,00	717.019,31	0,00	0,00	140.466,29
355635	VARGEM	12.069,29	0,00	0,00	313,74	0,00	0,00	0,00	0,00	12.383,03
355640	VARGEM GRANDE DO SUL	1.865.067,45	24.302,42	288.948,85	117.629,47	0,00	1.779.668,88	0,00	0,00	516.279,31
355645	VARGEM GRANDE PAULISTA	1.117.196,03	0,00	150.000,00	245.421,83	0,00	0,00	0,00	0,00	1.512.617,86
355650	VARZEA PAULISTA	3.579.348,81	9.492,63	105.600,00	1.312.401,10	0,00	0,00	0,00	0,00	5.006.842,54
355660	VERA CRUZ	26.337,50	0,00	0,00	2.560,74	0,00	0,00	0,00	0,00	28.898,24
355670	VINHEDO	3.356.522,86	99.784,26	243.130,16	505.574,59	0,00	0,00	0,00	0,00	4.205.011,87
355680	VIRADOURO	735.686,69	404,30	105.600,00	53.068,47	0,00	0,00	0,00	0,00	894.759,46
355690	VISTA ALEGRE DO ALTO	196.804,95	0,00	0,00	39.613,87	0,00	0,00	0,00	0,00	236.418,82
355695	VITORIA BRASIL	4.385,66	0,00	0,00	1.633,84	0,00	0,00	0,00	0,00	6.019,50
355700	VOTORANTIM	5.272.948,93	177.508,37	105.600,00	556.584,83	0,00	0,00	0,00	0,00	6.112.642,13
355710	VOTUPORANGA	6.777.320,24	4.113.117,37	1.027.010,54	2.732.786,27	0,00	13.852.751,64	0,00	0,00	797.482,78
355715	ZACARIAS	10.271,16	0,00	0,00	1.134,63	0,00	0,00	0,00	0,00	11.405,79
355720	CHAVANTES	720.374,88	347.061,51	0,00	62.057,86	0,00	1.061.543,77	0,00	0,00	67.950,48
355730	ESTIVA GERBI	90.031,17	0,00	0,00	2.943,80	0,00	0,00	0,00	0,00	92.974,97
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										2.780.747.374,81

ANEXO III

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SÃO PAULO - MARÇO/2011

PPI ASSISTENCIAL - DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS PARA RETENÇÃO DOS RECURSOS PELO FNS E TRANSFERÊNCIA DIRETA ÀS UNIDADES PRESTADORAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS (valores anuais)						
Gestão	Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Contrato	Data de Publicação do Extrato do Contrato	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
Estadual	355030 - SAO PAULO	HOSPITAL SÃO PAULO - EPM	207748	001/0101/09477/2002	12-06-2003	125.039.080,70
TOTAL						125.039.080,70

ANEXO IV

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SÃO PAULO - MARÇO/2011

DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS EM FUNÇÃO DE TCEP ENTRE OS GESTORES ESTADUAL E MUNICIPAL (VALORES ANUAIS)						
Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Termo	Data de Publicação do Extrato do Termo	Fundo para o qual serão realizadas as transferências	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
355030 - SAO PAULO	SES - INSTITUTO DE INFECTOLOGIA EMILIO RIBAS	202884	0	17-06-2010	FES	12.096.450,93
355030 - SAO PAULO	INSTITUTO CLEMENTE FERREIRA	205722	0	17-06-2010	FES	377.527,55
355030 - SAO PAULO	SES - HOSPITAL MATERNIDADE INTERLAGOS	206566	0	17-06-2010	FES	8.808.190,15
355030 - SAO PAULO	OSS HOSPITAL GERAL DE PEDREIRA - A C STA CATARINA	206609	0	17-06-2010	FES	20.995.271,95
355030 - SAO PAULO	SES - HOSPITAL HELIOPOLIS	206657	0	17-06-2010	FES	10.140.851,09
355030 - SAO PAULO	CRATOD - CENTRO DE REFERENCIA TABACO E DROGAS	206891	0	17-06-2010	FES	1.316.724,89
355030 - SAO PAULO	CAPS ITAPEVA	206892	0	17-06-2010	FES	637.552,15
355030 - SAO PAULO	NGA 50- LAPA	206893	0	17-06-2010	FES	821.931,19
355030 - SAO PAULO	CSI DR VICTOR A.H. MELLO (PINHEIROS)	206896	0	17-06-2010	FES	861.048,33
355030 - SAO PAULO	NGA 63 PAM VARZEA DO CARMO	206897	0	17-06-2010	FES	13.623.056,35
355030 - SAO PAULO	AMB. SAUDE MENTAL CENTRO	206898	0	17-06-2010	FES	69.673,32
355030 - SAO PAULO	AME GERALDO BORROUL - NGA CONSOLAÇÃO	206900	0	17-06-2010	FES	4.035.273,01
355030 - SAO PAULO	DIV. DE HANSENOLOGIA E DERMATOLOGIA SANITÁRIA	206902	0	17-06-2010	FES	42.812,86
355030 - SAO PAULO	SES - HOSPITAL PSIQUIATRICO DA AGUA FUNDA - DAVID CAPISTRANO	207076	0	17-06-2010	FES	2.200.273,67
355030 - SAO PAULO	SES - HOSPITAL INFANTIL DARCY VARGAS	207137	0	17-06-2010	FES	11.341.641,04
355030 - SAO PAULO	SES - HOSPITAL PSIQUIATRICO PINEL	207741	0	17-06-2010	FES	2.028.262,77
355030 - SAO PAULO	OSS - HOSPITAL ESTADUAL DE VILA ALPINA	207742	0	17-06-2010	FES	27.787.899,31
355030 - SAO PAULO	SES - HOSPITAL GERAL DE SAO MATEUS	207749	0	17-06-2010	FES	12.645.651,10
355030 - SAO PAULO	SES - HOSPITAL IPIRANGA	207752	0	17-06-2010	FES	15.483.337,26
355030 - SAO PAULO	SES - CONJUNTO HOSPITALAR DO MANDAQUI	207757	0	17-06-2010	FES	38.256.947,28
355030 - SAO PAULO	OSS HOSPITAL GERAL ITAIM PAULISTA - STA MARCELINA	207762	0	17-06-2010	FES	22.760.665,42
355030 - SAO PAULO	OSS HOSPITAL GERAL DO GRAJAU	207767	0	17-06-2010	FES	33.847.726,72
355030 - SAO PAULO	SES - HOSPITAL E MATERNIDADE LEONOR MENDES DE BARROS	207770	0	17-06-2010	FES	8.436.849,49
355030 - SAO PAULO	SES - CRT DST/AIDS	207795	0	17-06-2010	FES	4.856.334,63
355030 - SAO PAULO	SES - CENTRO DE REFERENCIA DA MULHER	207828	0	17-06-2010	FES	22.394.273,44
355030 - SAO PAULO	SES - HOSPITAL GERAL DE GUAIANAZES	207924	0	17-06-2010	FES	17.487.469,68
355030 - SAO PAULO	SES - HOSPITAL GERAL DE TAIPAS	208222	0	17-06-2010	FES	10.476.255,37
355030 - SAO PAULO	CSI CEL M. SYLVIO E.J. MARINO	208835	0	17-06-2010	FES	261.559,68
355030 - SAO PAULO	SES - HOSPITAL INFANTIL CANDIDO FONTOURA	208851	0	17-06-2010	FES	7.926.725,10
355030 - SAO PAULO	SES - HOSPITAL BRIGADEIRO	208857	0	17-06-2010	FES	11.891.644,72

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

355030 - SAO PAULO	SES - HOSPITAL REGIONAL SUL	209131	0	17-06-2010	FES	19.967.750,37
355030 - SAO PAULO	CSI DR LIVIO AMATO VILA MARIANA	209146	0	17-06-2010	FES	766.468,63
355030 - SAO PAULO	NGA 08 PAM BELEM	209151	0	17-06-2010	FES	481.138,28
355030 - SAO PAULO	PAM SANTA CRUZ	209152	0	17-06-2010	FES	437.707,34
355030 - SAO PAULO	AME - NGA 62 - PAM MARIA ZELIA	209154	0	17-06-2010	FES	5.262.858,73
355030 - SAO PAULO	OSS HOSPITAL DE SAPOPEMBA	209158	0	17-06-2010	FES	12.274.776,38
355030 - SAO PAULO	CENTRO DE REABILITAÇÃO DA SAUDE UMARIZAL	209169	0	17-06-2010	FES	641.712,12
355030 - SAO PAULO	SES - HOSPITAL GERAL DE VILA PENTEADO	209175	0	17-06-2010	FES	11.341.208,95
355030 - SAO PAULO	INSTITUTO PAULISTA GERIATRIA E GERONTOLOGIA - IPGG	209234	0	17-06-2010	FES	696.784,92
355030 - SAO PAULO	SES - HOSPITAL GERAL DE VILA NOVA CACHOEIRINHA	268857	0	17-06-2010	FES	14.682.479,98
355030 - SAO PAULO	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	268866	0	17-06-2010	FES	5.954.106,85
355030 - SAO PAULO	SES CENTRO HOSPITALAR DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	300146	0	17-06-2010	FES	5.280.081,95
355030 - SAO PAULO	CRI - CENTRO DE REFENCIA DO IDOSO ZONA NORTE	344453	0	17-06-2010	FES	3.130.673,00
355030 - SAO PAULO	SES INSTITUTO DE REABILITAÇÃO LUCY MONTORO	545161	0	17-06-2010	FES	0,00
355030 - SAO PAULO	OSS - INSTITUTO DO CANCER DO ESTADO DE SAO PAULO	612374	0	17-06-2010	FES	42.002.131,14
355030 - SAO PAULO	AME JARDIM DOS PRADOS	642302	0	17-06-2010	FES	3.300.051,22
355030 - SAO PAULO	AME INTERLAGOS	643253	0	17-06-2010	FES	2.640.040,98
355030 - SAO PAULO	AME HELIÓPOLIS	647920	0	17-06-2010	FES	22.918,22
TOTAL						452.792.769,51

Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 282, DE 18 DE MARÇO DE 2011

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 19, inciso I, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro.

Considerando o disposto na Resolução nº 245, de 27 de julho de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, que dispõe sobre a instalação de equipamento obrigatório, denominado antifurto, nos veículos novos produzidos e saídos de fábrica, nacionais e importados;

Considerando a Portaria n° 129, de 18 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN que definiu as características do processo de certificação e homologação para o sistema antifurto obrigatório, a ser instalado em veículos novos que sejam licenciados no Brasil, e para os provedores de serviço de monitoramento e localização;

Considerando o disposto nas Portarias n°47, de 20 de agosto de 2007, n° 102, de 30 de outubro de 2008 e n° 253, de 22 de julho de 2009, todas do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN;

Considerando o que consta no Processo administrativo n° 80000.007835/2011-91, resolve:

Art. 1º Homologar as soluções da empresa VOLVO DO BRASIL VEÍCULOS LTDA. conforme tabela constante do Anexo desta Portaria, para a instalação do Sistema Antifurto Obrigatório de que trata a Resolução CONTRAN nº 245/07.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ORLANDO MOREIRA DA SILVA

ANEXO

TABELA DAS SOLUÇÕES HOMOLOGADAS
VOLVO DO BRASIL VEÍCULOS LTDA.

Código do Equipamento	Espécie/Tipo	Marca	Modelo	Versão
21614926	Caminhão Pesado	VOLVO	FH400	4x2R
21614926	Caminhão Pesado	VOLVO	FH400	4x2T
21614926	Caminhão Pesado	VOLVO	FH400	6x2T
21614926	Caminhão Pesado	VOLVO	FH400	6x4R
21614926	Caminhão Pesado	VOLVO	FH400	6x4T
21614926	Caminhão Pesado	VOLVO	FH440	4x2R
21614926	Caminhão Pesado	VOLVO	FH440	4x2T
21614926	Caminhão Pesado	VOLVO	FH440	6x2T
21614926	Caminhão Pesado	VOLVO	FH440	6x4R
21614926	Caminhão Pesado	VOLVO	FH440	6x4T
21614926	Caminhão Pesado	VOLVO	FH480	4x2R
21614926	Caminhão Pesado	VOLVO	FH480	4x2T
21614926	Caminhão Pesado	VOLVO	FH480	6x2T
21614926	Caminhão Pesado	VOLVO	FH480	6x4R
21614926	Caminhão Pesado	VOLVO	FH480	6x4T
21614926	Caminhão Pesado	VOLVO	FH520	4x2R
21614926	Caminhão Pesado	VOLVO	FH520	4x2T
21614926	Caminhão Pesado	VOLVO	FH520	6x2T
21614926	Caminhão Pesado	VOLVO	FH520	6x4R
21614926	Caminhão Pesado	VOLVO	FH520	6x4T
21614926	Caminhão Pesado	VOLVO	FM370	4x2R
21614926	Caminhão Pesado	VOLVO	FM370	4x2T
21614926	Caminhão Pesado	VOLVO	FM370	6x2T
21614926	Caminhão Pesado	VOLVO	FM370	6x4R
21614926	Caminhão Pesado	VOLVO	FM400	4x2R
21614926	Caminhão Pesado	VOLVO	FM400	4x2T
21614926	Caminhão Pesado	VOLVO	FM400	6x2T
21614926	Caminhão Pesado	VOLVO	FM400	6x4R
21614926	Caminhão Pesado	VOLVO	FM400	6x4T
21614926	Caminhão Pesado	VOLVO	FM400	8x4R
21614926	Caminhão Pesado	VOLVO	FM440	4x2R
21614926	Caminhão Pesado	VOLVO	FM440	4x2T
21614926	Caminhão Pesado	VOLVO	FM440	6x4R
21614926	Caminhão Pesado	VOLVO	FM440	6x4T
21614926	Caminhão Pesado	VOLVO	FM440	8x4R
21614926	Caminhão Pesado	VOLVO	FM480	4x2R
21614926	Caminhão Pesado	VOLVO	FM480	4x2T
21614926	Caminhão Pesado	VOLVO	FM480	6x4R
21614926	Caminhão Pesado	VOLVO	FM480	6x4T
21614926	Caminhão Pesado	VOLVO	FM480	8x4R
21614926	Caminhão Médio	VOLVO	VM210	4x2R
21614926	Caminhão Médio	VOLVO	VM210	6x2R
21614926	Caminhão Médio	VOLVO	VM260	4x2R
21614926	Caminhão Médio	VOLVO	VM260	6x2R
21614926	Caminhão Médio	VOLVO	VM260	6X4R
21614926	Caminhão Médio	VOLVO	VM310	4x2T
21614926	Caminhão Médio	VOLVO	VM310	6x4R

PORTARIA Nº 283, DE 18 DE MARÇO DE 2011

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 19, inciso I, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro.

Considerando o disposto na Resolução nº 245, de 27 de julho de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, que dispõe sobre a instalação de equipamento obrigatório, denominado antifurto, nos veículos novos produzidos e saídos de fábrica, nacionais e importados;

Considerando a Portaria n° 129, de 18 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN que definiu as características do processo de certificação e homologação para o sistema antifurto obrigatório, a ser instalado em veículos novos que sejam licenciados no Brasil, e para os provedores de serviço de monitoramento e localização;

Considerando o disposto nas Portarias n°47, de 20 de agosto de 2007, n° 102, de 30 de outubro de 2008 e n° 253, de 22 de julho de 2009, todas do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN;

Considerando o que consta no Processo administrativo n° 80000.009490/2011-18, resolve:

Art. 1º Homologar as soluções da empresa VOLVO DO BRASIL VEÍCULOS LTDA. conforme tabela constante do Anexo desta Portaria, para a instalação do Sistema Antifurto Obrigatório de que trata a Resolução CONTRAN nº 245/07.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ORLANDO MOREIRA DA SILVA

ANEXO

TABELA DAS SOLUÇÕES HOMOLOGADAS
VOLVO DO BRASIL VEÍCULOS LTDA.

Código do Equipamento	Espécie/Tipo	Marca	Modelo	Versão	Código
21614926	Chassi de Ônibus	VOLVO	B12R 380	6x2	903534
21614926	Chassi de Ônibus	VOLVO	B12R 380	8x2	903547
21614926	Chassi de Ônibus	VOLVO	B12R 420	6x2	903536
21614926	Chassi de Ônibus	VOLVO	B12R 420	8x2	903546
21614926	Chassi de Ônibus	VOLVO	B9R 340	4x2	903539
21614926	Chassi de Ônibus	VOLVO	B9R 380	4x2	903540
21614926	Chassi de Ônibus	VOLVO	B12M 340	ARTIC	903538
21614926	Chassi de Ônibus	VOLVO	B12M 340	BIART	903537
21614926	Chassi de Ônibus	VOLVO	B9 SALF 360	ARTIC	903542
21614926	Chassi de Ônibus	VOLVO	B9 SALF 360	BIART	903543
21614926	Chassi de Ônibus	VOLVO	B9S 360	4x2	903541
21614926	Chassi de Ônibus	VOLVO	B7R 290	4x2	903804
21614926	Chassi de Ônibus	VOLVO	B270F	4x2	903545

Ministério das Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

ATO Nº 1.622, DE 18 DE MARÇO DE 2011

Autorizar LG RACING, CNPJ nº 94.743.945/0001-47 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Pinhais/PR, , no período de 18/03/2011 a 29/03/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

ATO Nº 1.623, DE 18 DE MARÇO DE 2011

Autorizar LG RACING, CNPJ nº 94.743.945/0001-47 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Pinhais/PR, , no período de 18/03/2011 a 29/03/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

ATO Nº 1.624, DE 18 DE MARÇO DE 2011

Autorizar LG RACING, CNPJ nº 94.743.945/0001-47 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Pinhais/PR, , no período de 18/03/2011 a 29/03/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

ATO Nº 1.625, DE 18 DE MARÇO DE 2011

Autorizar LG RACING, CNPJ nº 94.743.945/0001-47 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Pinhais/PR, , no período de 18/03/2011 a 29/03/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

ATO Nº 1.626, DE 18 DE MARÇO DE 2011

Autorizar LG RACING, CNPJ nº 94.743.945/0001-47 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Pinhais/PR, , no período de 18/03/2011 a 29/03/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO Nº 1.627, DE 18 DE MARÇO DE 2011

Autorizar LG RACING, CNPJ nº 94.743.945/0001-47 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Pinhais/PR, , no período de 18/03/2011 a 29/03/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

ATO Nº 1.628, DE 18 DE MARÇO DE 2011

Autorizar LG RACING, CNPJ nº 94.743.945/0001-47 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Pinhais/PR, , no período de 18/03/2011 a 29/03/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

ATO Nº 1.629, DE 18 DE MARÇO DE 2011

Autorizar TELEVISAO CENTRO AMERICA LTDA, CNPJ nº 03.476.876/0001-05 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Cuiabá/MT, , no período de 22/03/2011 a 23/03/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

ATO Nº 1.630, DE 18 DE MARÇO DE 2011

Autorizar APEA - ASSOCIACAO PRO ESPORTE E AVENTURA, CNPJ nº 07.759.773/0001-03 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Barretos/SP, , no período de 22/03/2011 a 27/03/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

DESPACHO DO GERENTE-GERAL
Em 20 de janeiro 2006

Processo n.° 535480003732003. Despacho s/n, aplica a TELEMS CELULAR S/A, CNPJ nº 02.331.492/0001-23, a sanção de MULTA no valor de R$ 2.123,85 (dois mil, cento e vinte e três reais e oitenta e cinco centavos), por estar incursa no preceito do Item 8.7, "c", da Norma nº. 20/96.

ANTONIO ROBERTO ZANONI

ESCRITÓRIO REGIONAL EM GOIÁS

DESPACHOS DO GERENTE
Em 14 de dezembro de 2007

Processo n.° 535420032242006. Despacho s/n - ER07/Anatel, aplica a ALAENE MARTINS FIGUEREIDO DE SOUSA, CPF nº 228.931.211-87, a sanção de MULTA no valor de R$ 250,00 (duzentos e cinqüenta reais), em infringência aos itens 5º e 20, "e" da Norma 01A/80 c/c Art. 44, I do anexo á Resolução 242/2000.

Em 24 de março de 2009

Processo n.° 535510003542005. Despacho n.º 1963/2010-ER07SP/Anatel, aplica a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE PRAIA NORTE/TO, CNPJ nº 06.241.874/0001-17, a sanção de MULTA no valor de R$ 1.752,93 (um mil, setecentos e cinquenta e dois reis e noventa e três centavos), em infringência ao artigo 163 da Lei nº 9.472/97.

Em 15 de abril de 2010

Processo n.° 535480000442010. Despacho n.º 2762/2010-UO072/Anatel, aplica a LUIZ AUGUSTO DA SILVA OLIVEIRA, CPF nº 859.296.201-30, a sanção de MULTA no valor de 3.010,08 (três mil, dez reais e oito centavos), por infração ao disposto no art. 131 da Lei nº 9.472/97.

Em 25 de outubro de 2010

Processo n.° 535450018532009. Despacho n.º 10945/2010-UO071/ER07/Anatel, aplica a FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - MT , CNPJ nº 26.989.350/0022-40, a sanção de MULTA no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), por infração ao item 9.8 da Norma MC nº 13/97.

Em 26 de outubro de 2010

Processo n.° 535510006742009. Despacho n.º 10602/2010-UO071/ER07/Anatel, aplica a LEOCÂNDIDO SILVA SANTOS, CPF nº 019.851.381-07, a sanção de MULTA no valor de R$ 4.350,00 (quatro mil, trezentos e cinquenta reais), por infração ao disposto no art. 163 da Lei nº 9.472/97 e ao artigo 55, inciso V, alínea "b" da Resolução nº 242/2000.

Em 29 de outubro de 2010

Processo n.° 535510005832008. Despacho n.º 10455/2010-UO071/ER07/Anatel, aplica a MARINETE FERREIRA SOUZA, CPF nº 365.544.723-04 , a sanção de MULTA no valor de R$ 275,25 (duzentos e setenta e cinco reais e vinte e cinco centavos), por infração ao disposto no art. 163 da Lei nº 9.742/97 e ao artigo 55, inciso V, alínea "b" da Resolução nº 242/2000.

Em 8 de dezembro de 2010

Processo n.° 535420023742010. Despacho n.º 11989/2010-UO071/ER07SP/Anatel, aplica a CENTRAL ITUMBIARA DE BIOENERGIA E ALIMENTOS S/A, CNPJ nº 08.517.600/0001-33, a sanção de MULTA no valor de R$ 1.200,00 (mil e duzentos reais), por infração aos itens 9.4 e 10.1 da Norma 13/97, bem como ao artigo 28, X do anexo à Resolução nº 441/2006.

CÉLIO JOSÉ DA COSTA
Substituto

Em 9 de março de 2009

Processo n.° 535420031232005. Despacho n.º 1550/2009-ER07SP/Anatel, aplica a UNIÃO COMUNITÁRIA RECREATIVA PONTALINENSE, CNPJ nº 06.094.362/0001-75, a sanção de MULTA no valor de R$ 1.752,93 (um mil, setecentos e cinquenta e dois reais e noventa e três centavos), por infringência ao artigo 163 da Lei 9472/97.

Em 17 de março 2010

Processo n.° 535420034842005. Despacho n.º 1778/2010-ER07SP/Anatel, aplica a AMERICEL S/A, CNPJ nº 01.685.903/0001-16, a sanção de MULTA no valor de R$ 37.662,59 (trinta e sete mil, seiscentos e sessenta e dois reais e cinqüenta e nove centavos), por infringência ao artigo 39 do Regulamento dos serviços de Telecomunicações aprovado pela Resolução nº 73/1998 c/c o artigo 162 da Lei nº 9.472/97 (Lei Geral de Telecomunicações).

Em 22 de março de 2010

Processo n.° 535510002042006. Despacho n.º 1904/2010-ER07SP/Anatel, aplica a KIDASEN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ANTENAS LTDA, CNPJ nº 84.978.485/0001-82, a sanção de MULTA no valor de R$ 15.730,75(quinze mil, setecentos e trinta reais e setenta e cinco centavos), por infringência ao disposto no artigo 55, inciso IV, alínea "c" da Resolução nº 242/2000.

Em 6 de abril de 2010

Processo n.° 535480007832009. Despacho n.º 2455/2010-UO072/Anatel, aplica a DIEGO BOAVENTURA MADEIRA-ME, CNPJ nº 05.871.228/0001-70 a sanção de MULTA no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), por infração ao artigo 55, IV "c", da Resolução nº 242/2000.

Em 12 de maio de 2010

Processo n.° 535420014432010. Despacho n.º 3589/2010-ER07/Anatel, aplica a CENTRAL ITUMBIARA DE BIOENERGIA E ALIMENTOS S/A, CNPJ nº 08.517.600/0001-33, a sanção de MULTA no valor de R$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais), por infringência ao item 9.8 c/c item 13.5, II, "a", ao item 9.4 c/c item 13.5, II, "c" todos da Norma 13/97, e ao artigo 18 da Resolução 303/2002.

Em 16 de junho 2010

Processo n.° 535450017232007. Despacho n.º 4850/2010-ER07SP/Anatel, aplica a ALESSANDRO MOTA DO NASCIMENTO, CPF nº 022.645.851-29, a sanção de MULTA no valor de R$ 2.850,00 (dois mil, oitocentos e cinquenta reais), por infringência ao artigo 163 da Lei nº 9.472/97.

Em 17 de junho 2010

Processo n.° 535480035232008. Despacho n.º 4903/2010-UO072/Anatel, aplica a MIGUEL ÂNGELO CARDOSO - ME , CNPJ nº 02.679.168/0001-09, a sanção de MULTA no valor de R$ 8.725,64 (oito mil, setecentos e vinte e cinco reais e sessenta e quatro centavos), por infração aos artigos 131 e 163 da Lei nº 9.472/97, e ao artigo 55, V, "b", da Resolução nº 242/2000, com redução do artigo 16 da resolução nº 344/2003.

Em 3 de agosto 2010

Processo n.° 535420024242010. Despacho n.º 6807/2010-ER07SP/Anatel, aplica a CÍCERO ALVES DE AQUINO, CPF nº 985.988.641-53, a sanção de MULTA no valor de R$ 5.850,00 (cinco mil, oitocentos e cinqüenta reais), em infração ao artigo 163 da Lei nº 9.472/97 c/c artigo 17 do Anexo à Resolução nº 259/2011 e ao artigo 55, inciso V, alínea "a" do Anexo à Resolução nº 242/2000.

Em 27 de agosto de 2010

Processo n.° 535420034542008. Despacho n.º 7586/2010-ER07SP/Anatel, aplica a S.D MEDEIROS E CIA LTDA, CNPJ nº 06.267.227/0001-84, a sanção de MULTA no valor de R$ 2.850,00 (dois mil, oitocentos e cinqüenta reais), por infração ao artigo 27 do anexo à Resolução nº 272/2001 c/c artigo 162 da Lei nº 9.472/97.

Em 2 de setembro de 2010

Processo n.° 535420041342008. Despacho n.º 7819/2010-ER07SP/Anatel, aplica a NEUBER MODESTO FONTOURA ME, CNPJ nº 06.111.200/0001-06, a sanção de MULTA no valor de R$ 2.850,00 (dois mil, oitocentos e cinquenta reais), por infração aos artigos 27 e 28 do anexo à Resolução nº 272/2001.

Em 8 de setembro de 2010

Processo n.° 535510005942008. Despacho n.º 8141/2010-ER07SP/Anatel, aplica a CARLOS HUMBERTO DA COSTA, CPF nº 262.680.866-00, a sanção de MULTA no valor de R$ 75,25 (setenta e cinco reais e vinte e cinco centavos), por infração ao artigo 163 da Lei nº 9.74/97 c/c artigo 80 do anexo à Resolução nº 259/2001.

Em 20 de outubro de 2010

Processo n.° 535450006932009. Despacho n.º 10953/2010-UO071/ER07/Anatel, aplica a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA QUATROMARQUENSE, CNPJ nº 05.907.527/0001-18, a sanção de MULTA no valor de R$ 3.990,00 (três mil, novecentos e noventa reais), em infringência ao artigo 163 da Lei nº 9.472/97.

Em 21 de outubro de 2010

Processo n.° 535450008532009. Despacho n.º 10961/2010-UO071/ER07/Anatel, aplica a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA - RÁDIO BERI-POCONÉ/FM, CNPJ nº 02.818.576/0001-96, a sanção de MULTA no valor de R$ 3.363,00 (três mil, trezentos e sessenta e três reais), em infringência ao artigo 163 da Lei nº 9.472/97.

Em 26 de outubro de 2010

Processo n.° 535510005142009. Despacho n.º 10607/2010-UO071/ER07/Anatel, aplica a PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA DO TABOCÃO , CNPJ nº 37.421.112/0001-26, a sanção de MULTA no valor de R$ 2.850,00 (dois mil, oitocentos e cinqüenta reais), em infringência ao art. 163 da Lei nº 9.472/97.

Em 29 de outubro de 2010

Processo n.° 535420041742009. Despacho n.º 11033/2010-UO071/ER07/Anatel, aplica a LUIZ CARLOS GOMES DE MACEDO, CNPJ nº 01.387.775/0001-24, a sanção de MULTA no valor de R$ 3.181,50 (três mil, cento e oitenta e um reais e cinqüenta centavos), em infringência ao art. 27 do Regulamento do SCM, anexo à Resolução nº 272/01.

Em 11 de novembro de 2010

Processo n.° 535420041732009. Despacho n.º 10795/2010-UO071/ER07/Anatel, aplica a COMETA.NET LTDA, CNPJ nº 09.648.857/0001-97, a sanção de MULTA no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), em infringência ao art. 27 do Regulamento do SCM, anexo à Resolução nº 272/01.

Em 19 de novembro de 2010

Processo n.° 535450006532009. Despacho n.º 11010/2010-UO071/ER07/Anatel, aplica a ADENILSON VIEIRA DE CARVALHO, CPF nº 550.939.731-49 , a sanção de MULTA no valor de R$ 3.021,00 (três mil e vinte e um reais), em infringência ao artigo 163 da Lei nº 9.472/97.

Em 22 de novembro de 2010

Processo n.° 535420045632009. Despacho n.º 11160/2010-UO071/ER07/Anatel, aplica a ALBERTO ALVES DE ÁVILA, CPF nº 767.261.771-00 , a sanção de MULTA no valor de R$ 3.010,08 (três mil, dez reais e oito centavos), em infringência ao art. 10 do Regulamento do SCM, anexo à Resolução nº 272/01.

Em 23 de novembro de 2010

Processo n.° 535450016232008. Despacho n.º 11233/2010-UO071SP/ER07/Anatel, aplica a CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSES SA, CNPJ nº 03.467.321/0001-99, a sanção de MULTA no valor de R$ 2.730,00 (dois mil setecentos e trinta reais), ao disposto do Item 9.8 da Norma do Serviço Limitado Privado, MC nº 13, de 23 de setembro de 1997.

Em 24 de novembro 2010

Processo n.° 535420050542009. Despacho n.º 11238/2010-UO071/ER07/Anatel, aplica a EMERSON LUIZ DE MIRANDA, CPF nº 036.194.536-16, a sanção de MULTA no valor de R$ 1.081,01 (mil e oitenta e um reais e um centavo), em infração ao art. 55, inciso V, alínea "b", da Resolução nº 242/2000.

Em 26 de novembro de 2010

Processo n.° 535510006832009. Despacho n.º 11675/2010-UO071/ER07/Anatel, aplica a RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES LTDA, CNPJ nº 60.509.239/0001-13, a sanção de MULTA no valor de R$ 2.850,00 (dois mil, oitocentos e cinqüenta reais), em infringência ao artigo 163 da Lei nº 9.472/97.

RUIMAR DIAS DOS SANTOS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ESCRITÓRIO REGIONAL EM SÃO PAULO

DESPACHOS DO GERENTE

Aplica as entidades, abaixo relacionadas, sanção de MULTA, em conformidade com o artigo 173, inciso II, da Lei 9.472/97, pela infração aos dispositivos normativos abaixo relacionados:

N.º do Processo	Entidade	Cidade/UF	CPF/CNPJ	Valor da multa (R$)	Enquadramento Legal	Data do Despacho
53504.021334/2010	LIONS LAN HOUSE LTDA - ME	Mauá/SP	09.404.503/0001-05	3010,08	Artigo 131 da Lei nº 9472/97, c/c artigo 10 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 272/2001, c/c artigo 52 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 73/1998	18/11/2010
53504.023382/2010	EVANDRO HENRIQUE DE OLIVEIRA - ME	Palmares Paulista/SP	07.423.409/0001-60	2709,07	Artigo 131 da Lei nº 9472/97	24/11/2010
53504.023211/2010	JOÃO BERGAMINI	Francisco Morato/SP	259.137.568-27	2992,50	Artigo 163 da Lei nº 9472/97	22/11/2010
53504.010895/2010	ELISEU FERREIRA DE SOUZA	Jales/SP	225.754.968-61	3510,08	Artigo 131 da Lei nº 9472/97 e artigo 4º do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	28/10/2010
53504.006322/2008	PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIAS	Areias/SP	45.195.963/0001-26	2392,50	Artigo 163 da Lei nº 9472/97	19/07/2010
53504.021633/2010	JOSÉ RUBERLANDIO LOPES ISHIDA	Itanhaém/SP	062.256.968-65	3010,08	Artigo 131 da Lei nº 9472/97, c/c artigo 10 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 272/2001, c/c artigo 52 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 73/1998	05/11/2010
53504.002433/2010	FERNANDA DA SILVA MOURA - ME	Icém/SP	06.018.021/0001-10	3010,08	Artigos 131 e 163 da Lei nº 9472/97, c/c artigo 10 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 272/2001, c/c artigo 52 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 73/1998	27/10/2010
53504.003375/2008	TELEVISÃO BANDEIRANTES DE PRESIDENTE PRUDENTE LTDA	Adamantina/SP	50.609.973/0001-09	2175,00	Artigo 163 da Lei nº 9472/97, artigo 63, parágrafo 2º, artigo 79 e artigo 80 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 259/2001 e artigo 63 do Regulamento aprovado pela Resolução nº242/2000	16/09/2010
53504.015196/2010	CONTROLSAT INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA	São Paulo/SP	07.107.146/0001-75	9843,02	Artigo 131 da Lei nº 9472/97, item 8.1 da Norma 13/97, c/c artigo 52 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 73/1998	30/09/2010
53504.020548/2009	GRUPO LIVRE DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA LTDA	Hortolândia/SP	10.392.847/0001-12	3010,08	Artigo 131 da Lei nº 9472/97	13/04/2010
53504.001158/2006	EDISON CABRAL CUGLER	Registro/SP	192.214.108-97	901,12	Artigo 163 da Lei nº 9472/97	17/12/2009
53504.018913/2007	KÁTIA MOREIRA IBRAHIM	Nazaré Paulista/SP	188.709.598/56	3040,00	Artigo 163 da Lei nº 9472/97 e artigo 55 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	24/03/2010
53504.015939/2007	GLOINFO 500 SOLUÇÕES EM TELEMÁTICA LTDA	Salto/SP	03.721.699/0001-71	4110,00	Artigos 37 e 39 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 73/1998 e artigos 20, 27, 28, 30 e 55 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 272/2001	16/07/2010
53504.025197/2010	JOSÉ MAURÍCIO DA SILVA	Capão Bonito/SP	750.203.788-87	3850,00	Artigo 163 da Lei nº 9472/97 e artigos 4º e 55 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	05/01/2011
53504.009418/2010	TIM CELULAR S.A.	São Paulo/SP	04.206.050/0001-80	10080,00	Artigo 37 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 73/1998, artigos 26 e 33 do Regulamento aprovado pela Resolução 259/2001, artigo 86 do Regulamento aprovado pela Resolução 316/2002	17/09/2010
53504.020817/2010	CDT NETWORK LTDA	Santos/SP	07.861.033/0001-75	3000,00	Artigos 27 e 28 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 272/2001 e artigo 39 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 73/98	23/11/2010
53504.004819/2008	TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA	Amparo/SP	61.413.092/0001-26	2175,00	Artigo 163 da Lei nº 9472/97	31/01/2011
53504.009649/2009	MIRAX INDÚSTRIA DE COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA	São Paulo/SP	04.718.124/0001-68	1200,00	Artigos 39 e 55, inciso IV, alínea "c" do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	14/10/2011
53504.024021/2009	COMPUER TELECOMUNICAÇÕES LTDA	Batatais/SP	09.199.075/0001-18	3000,00	Artigo 131 da Lei nº 9472/97	18/11/2010
53504.007618/2007	MARCELA MAXIMIANO BORGES	São Paulo/SP	305.286.058-52	3850,00	Artigo 163 da Lei nº 9472/97 e artigo 55 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	08/03/2010
53504.018909/2010	TOMAZ BOAVENTURA	Mogi-Guaçu/SP	061.923.708-26	3010,08	Artigo 131 da Lei nº 9472/97, c/c artigo 10 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 272/2001, c/c artigo 52 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 73/1998	14/10/2010
53504.016585/2010	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E EDUCATIVA SAT	Mogi das Cruzes/SP	05.635.649/0001-00	800,00	Artigo 18 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 303/2002	31/01/2011
53504.024789/2010	JORGE LUÍS DA SILVA BIACHINI	Ribeirão Preto/SP	219.355.198-75	665,25	Artigo 163 da Lei nº 9472/97, artigo 55, inciso V, alínea "b" do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000 e artigo 17 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 259/2001	03/01/2011
53504.013060/2009	PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS	Agudos/SP	46.137.444/0001-74	1673,92	Artigo 163 da Lei nº 9472/97	04/01/2011
53504.024567/2010	NELSON DORTEN	Cajamar/SP	900.228.408-00	6135,00	Artigo 163 da Lei nº 9472/97, artigo 55, inciso V, alínea "b" do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000 e artigo 17 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 259/2001	04/01/2011
53504.024787/2010	TIAGO MARQUES DE SOUZA	Taboão da Serra/SP	074.012.708-03	7192,50	Artigo 163 da Lei nº 9472/97, artigo 55, inciso V, alínea "b" do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000 e artigo 17 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 259/2001	03/01/2011
53504.000615/2009	CLARK'S MOTEL LTDA	São Paulo/SP	44.253.151/0001-27	1081,01	Artigo 163 da Lei nº 9472/97 e artigo 55, inciso V, alínea "b" do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	04/01/2011
53504.011692/2009	OSCIMAR SEBASTIÃO VERRI	Presidente Bernardes/SP	03.490.107/0001-53	10827,33	Artigo 163 da Lei nº 9472/97	17/01/2011

EVERALDO GOMES FERREIRA

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS

ATO Nº 1.021, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2011

Processo n° 535000006012002. Outorga autorização de uso de radiofreqüências à WKVE ASSESSORIA EM SERVICOS DE INFORMATICA E TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ nº 00.989.304/0001-23, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, referente ao(s) radioenlace(s) ancilare(s).

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 1.406, DE 10 DE MARÇO DE 2011

Processo no 53700.000213/1996. Autoriza o uso de radiofrequência à(ao) DOURATEL DOURADOS TELECOMUNICACOES LTDA ME, CNPJ no 33.193.491/0001-93, em caráter secundário, associada à autorização para exploração do Serviço de Radiotáxi Especializado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 1.404, DE 10 DE MARÇO DE 2011

Processo n.° 29000.009178/1982. Outorga autorização para uso de radiofreqüência à(ao) COOPERATIVA DOS CONDUTORES AUTONOMOS DE BRASILIA LTDA, CNPJ nº 00.521.294/0001-05, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado, submodalidade Serviço de Radiotáxi Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 1.419, DE 11 DE MARÇO DE 2011

Processo no 53504.026989/2009. Declara extinta, por renúncia, a partir de 3 de setembro de 2010, a autorização outorgada à GOLDMAN SACHS DO BRASIL BANCO MÚLTIPLO S.A., CNPJ n.° 04.332.281/0001-30, por intermédio do Ato n.° 3.231, de 18 de maio de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 27 de maio de 2010, para explorar o Serviço Limitado Privado, submodalidade Serviço de Rede Privado com o uso de Fibra Óptica, tendo como área de prestação do serviço todo o território nacional.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 1.428, DE 11 DE MARÇO DE 2011

Processo no 53500.003901/2009. Outorga autorização de uso de radiofrequências à TELGO TELECOMUNICAÇÕES GOIÁS LTDA., CNPJ no 09.262.561/0001-33, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, referente ao(s) radioenlace(s) ancilare(s).

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 1.488, DE 14 DE MARÇO DE 2011

Processo n° 53500.010039/2010. Outorga autorização de uso de radiofreqüências à INTERCOL TELECOMUNICAÇÕES LTDA EPP, CNPJ nº 03.879.067/0001-36, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, referente ao(s) radioenlace(s) ancilare(s).

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 10 de março de 2011

Nº 1.913 -
Ref.: Processo nº 53500.008237/2010.

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o pedido de prorrogação de prazo formulado pela HIT TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ/MF nº 09.446.842/0001-46, autorizada a prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral (STFC), em regime privado, por prazo indeterminado, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI), nas Áreas de Prestação equivalentes às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas (PGO), por meio do Ato nº 1.403/2009, de 19 de março de 2009 e correspondentes Termos de Autorização n. 515, 516 e 517/2009/SPB-ANATEL, publicados no Diário Oficial da União (DOU) de 8 de junho de 2009, DECIDE prorrogar, por 12 (doze) meses, contados a

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

partir da data de publicação deste Despacho no DOU, o prazo para início da prestação do STFC, pelas razões e fundamentos constantes do Informe nº 30/2011-PBOAO/PBOA, de 22 de fevereiro de 2011.

Nº 1.914 -
Ref.: Processo nº 53500.000127/2010.

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o pedido de prorrogação de prazo formulado pela SDW TECNOLOGIA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ/MF nº 03.041.675/0001-77, autorizada a prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral (STFC), em regime privado, por prazo indeterminado, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI), nas Áreas de Prestação equivalentes às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas (PGO), por meio do Ato nº 63.710/2007, de 22 de fevereiro de 2007 e correspondentes Termos de Autorização n. 431, 432 e 433/2007/SPB-ANATEL, publicados no Diário Oficial da União (DOU) de 25 de abril de 2007, DECIDE prorrogar, por 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação deste Despacho no DOU, o prazo para início da prestação do STFC, pelas razões e fundamentos constantes do Informe nº 29/2011-PBOAO/PBOA, de 22 de fevereiro de 2011.

Nº 1.915 -
Ref.: Processo nº 53500.009798/2010.

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o pedido de prorrogação de prazo formulado pela COMPANHIA ITABIRANA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ/MF nº 05.684.180/0001-91, autorizada a prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral (STFC), em regime privado, por prazo indeterminado, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI), nas Áreas de Prestação equivalentes às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas (PGO), por meio do Ato nº 6.570/2008, de 29 de outubro de 2008 e correspondentes Termos de Autorização n. 506, 507 e 508/2008/SPB-ANATEL, publicados no Diário Oficial da União (DOU) de 26 de março de 2009, DECIDE prorrogar, por 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação deste Despacho no DOU, o prazo para início da prestação do STFC, pelas razões e fundamentos constantes do Informe nº 32/2011-PBOAO/PBOA, de 22 de fevereiro de 2011.

Nº 1.917 -
Ref.: Processo nº 53500.012084/2009.

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o pedido de prorrogação de prazo formulado pela DIÓGENES BAYDE IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA., CNPJ/MF nº 41.644.220/0001-35, autorizada a prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral (STFC), em regime privado, por prazo indeterminado, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI), nas Áreas de Prestação equivalentes às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas (PGO), por meio do Ato nº 4.093/2008, de 9 de julho de 2008 e correspondentes Termos de Autorização n. 494, 495 e 496/2008/SPB-ANATEL, publicados no Diário Oficial da União (DOU) de 12 de novembro de 2008, DECIDE prorrogar, por 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação deste Despacho no DOU, o prazo para início da prestação do STFC, pelas razões e fundamentos constantes do Informe nº 31/2011-PBOAO/PBOA, de 22 de fevereiro de 2011.

Nº 1.918 -
Ref.: Processo nº 53500.000004/2011.

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o pedido de prorrogação de prazo formulado pela LIGUE TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ/MF nº 10.442.435/0001-40, autorizada a prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral (STFC), em regime privado, por prazo indeterminado, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI), nas Áreas de Prestação equivalentes às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas (PGO), por meio do Ato nº 6.373/2009, de 5 de novembro de 2009 e correspondentes Termos de Autorização n. 533, 534 e 535/2009/SPB-ANATEL, publicados no Diário Oficial da União (DOU) de 10 de dezembro de 2009, DECIDE prorrogar, por 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação deste Despacho no DOU, o prazo para início da prestação do STFC, pelas razões e fundamentos constantes do Informe nº 34/2011-PBOAO/PBOA, de 24 de fevereiro de 2011.

ROBERTO PINTO MARTINS

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 51, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 187, Inciso XIX, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria n° 401, publicada em 24 de agosto de 2006, com a alteração introduzida pela Portaria n° 711, de 13 de novembro de 2008, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.02323/2009, e, em especial, da Informação nº 57/2011/CORAT/GTPO/SCE, de 07 de fevereiro de 2011, resolve:

Art. 1º Homologar a 2ª Alteração Contratual efetuada pela RÁDIO CULTURA DE MARIALVA LTDA, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, na localidade de Marialva, Estado do Paraná, ficando seus quadros societário e diretivo constituídos da forma que consta nesta Portaria.

Art. 2º Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 54, DE 14 DE MARÇO DE 2011

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53000.052620/2009, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da GOMES COMUNICAÇÕES LTDA, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, no município de Ladário, Estado do Mato Grosso do Sul, utilizando o canal 203 (duzentos e três), classe C.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 56, DE 14 DE MARÇO DE 2011

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53000.065756/2009, resolve:

Autorizar a GOMES COMUNICAÇÕES LTDA, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, no município de Ladário, Estado do Mato Grosso do Sul, canal 203 (duzentos e três), Classe C, a executar o Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas (LINK), no município de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul, e aprovar seus locais de instalação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 161, DE 18 DE MARÇO DE 2011

Autoriza a empresa Centrais Eólicas Ventos do Nordeste Ltda. a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Ventos do Nordeste, localizada no Município de Pindaí, Estado da Bahia, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nos termos do Edital do Leilão nº 05/2010-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.004222/2008-52, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Centrais Eólicas Ventos do Nordeste Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.204.086/0001-90, com sede na Avenida Paulo VI, nº 1.498, bairro Pituba, Município de Salvador, Estado da Bahia, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Ventos do Nordeste, constituída de treze Unidades Geradoras de 1.500 kW, totalizando 19.500 kW de capacidade instalada e 10.100 kW médios de garantia física de energia, localizada às coordenadas 14º30'30,9" S e 42º35'17,1" W, no Município de Pindaí, Estado da Bahia.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o Sistema de Transmissão de interesse restrito da EOL Ventos do Nordeste, constituído de uma Subestação Elevadora de 34,5/230 kV, junto à Usina, e uma Linha de Transmissão em 230 kV, com cerca de cem quilômetros de extensão, em circuito simples, interligando a Subestação Elevadora ao Barramento de 230 kV da Subestação Brumado II, de propriedade da Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A., em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Eólica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) obtenção da Licença de Instalação: até 30 de outubro de 2011;

b) início da Montagem do Canteiro de Obras: até 15 de novembro de 2011;

c) início das Obras Civis das Estruturas: até 30 de novembro de 2011;

d) início da Concretagem das Bases das Unidades Geradoras: até 15 de dezembro de 2011;

e) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 30 de janeiro de 2012;

f) início da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 30 de junho de 2012;

g) início da Operação em Teste da 1ª à 13ª Unidade Geradora: até 1º de agosto de 2013; e

h) início da Operação Comercial da 1ª à 13ª Unidade Geradora: até 1º de setembro de 2013;

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 05/2010, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 3.753.752,50 (três milhões, setecentos e cinquenta e três mil, setecentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos), que vigorará até três meses após o início da operação da última Unidade Geradora da EOL Ventos do Nordeste;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Energia de Reserva - CER, nos termos do Edital, por um prazo de vinte anos; e

VII - encaminhar à ANEEL, ao término da construção ou quando solicitado, informações relativas aos custos com a implantação do Empreendimento, na forma e periodicidade a serem definidas em regulamento próprio.

Parágrafo único. Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da legislação de regência de produção e comercialização de energia elétrica e do disposto nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas normas legais vigentes.

Art. 4º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, § 1º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 2006, o percentual de redução a ser aplicado às tarifas de uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela EOL Ventos do Nordeste, enquanto a potência injetada nos Sistemas de Transmissão ou Distribuição for menor ou igual a 30.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 5º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

PORTARIA Nº 162, DE 18 DE MARÇO DE 2011

Autoriza a empresa REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL REB Cassino II, localizada no Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nos termos do Edital do Leilão nº 07/2010-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.005557/2010-11, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.092.023/0001-48, com sede na Rua Amador Bueno, nº 474, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL REB Cassino II, constituída de sete Unidades Geradoras de 3.000 kW, totalizando 21.000 kW de capacidade instalada e 8.000 kW médios de garantia física de energia, localizada às coordenadas 32º12'36,997" S e 52º12'43,974" W, no Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o Sistema de Transmissão de interesse restrito da EOL REB Cassino II, constituído de uma Subestação Elevadora de 34,5/69 kV, junto à Usina, e uma Linha de Transmissão em 69 kV, com cerca de dezoito quilômetros de extensão, em circuito simples, interligando a Subestação Elevadora ao Barramento de 69 kV da Subestação Quinta, de propriedade da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

II - implantar a Central Geradora Eólica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) obtenção da Licença de Instalação: até 28 de junho de 2011;

b) início da Montagem do Canteiro de Obras: até 28 de julho de 2011;

c) início das Obras Civis das Estruturas: até 26 de outubro de 2011;

d) início da Concretagem das Bases das Unidades Geradoras: até 24 de março de 2012;

e) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 24 de março de 2012;

f) início da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 5 de outubro de 2012;

g) início da Operação em Teste da 1ª Unidade Geradora à 4ª Unidade Geradora: até 4 de novembro de 2012;

h) início da Operação em Teste da 5ª Unidade Geradora à 7ª Unidade Geradora: até 14 de novembro de 2012;

i) início da Operação Comercial da 1ª Unidade Geradora à 4ª Unidade Geradora: até 25 de novembro de 2012; e

j) início da Operação Comercial da 5ª Unidade Geradora à 7ª Unidade Geradora: até 5 de dezembro de 2012;

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 07/2010, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 4.488.824,50 (quatro milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, oitocentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos), que vigorará até três meses após o início da operação da última Unidade Geradora da EOL REB Cassino II;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital, por um prazo de vinte anos; e

VII - encaminhar à ANEEL, ao término da construção ou quando solicitado, informações relativas aos custos com a implantação do Empreendimento, na forma e periodicidade a serem definidas em regulamento próprio.

Parágrafo único. Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da legislação de regência de produção e comercialização de energia elétrica e do disposto nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas normas legais vigentes.

Art. 4º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, § 1º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 2006, o percentual de redução a ser aplicado às tarifas de uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela EOL REB Cassino II, enquanto a potência injetada nos Sistemas de Transmissão ou Distribuição for menor ou igual a 30.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 5º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

PORTARIA Nº 163, DE 18 DE MARÇO DE 2011

Autoriza a empresa São Fernando Energia I Ltda. a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Termelétrica denominada UTE São Fernando Energia I, localizada no Município de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nos termos do Edital do Leilão nº 05/2010-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.005415/2010-45, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa São Fernando Energia I Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.618.210/0002-45, situada na Rodovia MS-379, sentido Laguna - Carapã, Bloco A, Sala 01, Município de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Termelétrica denominada UTE São Fernando Energia I, constituída de uma Unidade Geradora, totalizando 50.000 kW de capacidade instalada e 36.000 kW médios de garantia física de energia, em ciclo simples, utilizando bagaço de cana-de-açúcar como combustível, localizada às coordenadas 22º18'40" S e 54º56'8,3" W, no Município de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o Sistema de Transmissão de interesse restrito da UTE São Fernando Energia I, constituído de uma Subestação Elevadora de 13,8/138 kV, junto à Usina, e uma Linha de Transmissão em 138 kV, com cerca de 9,5 km de extensão, em circuito simples e torres para circuito duplo, compartilhada com a UTE Caarapó e UTE São Fernando, interligando a Subestação Elevadora à Subestação Dourados Santa Cruz, de propriedade da Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Termelétrica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) conclusão da Montagem Eletromecânica da Unidade Geradora: até 8 de fevereiro de 2011;

b) início da Operação em Teste da Unidade Geradora: até 1º de junho de 2011; e

c) início da Operação Comercial da Unidade Geradora: até 1º de julho de 2011;

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 05/2010, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 5.299.225,00 (cinco milhões, duzentos e noventa e nove mil, duzentos e vinte e cinco reais), que vigorará até três meses após o início da operação da Unidade Geradora da UTE São Fernando Energia I;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Energia de Reserva - CER, nos termos do Edital, por um prazo de quinze anos; e

VII - encaminhar à ANEEL, ao término da construção ou quando solicitado, informações relativas aos custos com a implantação do Empreendimento, na forma e periodicidade a serem definidas em regulamento próprio.

Parágrafo único. Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da legislação de regência de produção e comercialização de energia elétrica e do disposto nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas normas legais vigentes.

Art. 4º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, § 1º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 2006, o percentual de redução a ser aplicado às tarifas de uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela UTE São Fernando Energia I, enquanto a potência injetada nos Sistemas de Transmissão ou Distribuição for menor ou igual a 30.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 5º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

PORTARIA Nº 164, DE 18 DE MARÇO DE 2011

Autoriza a empresa Parques Eólicos Palmares S.A. a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Fazenda Rosário 2, localizada no Município de Palmares do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nos termos do Edital do Leilão nº 05/2010-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.005413/2010-56, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Parques Eólicos Palmares S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.754.152/0001-33, com sede na Avenida Carlos Gomes, nº 111, sala 501, Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Fazenda Rosário 2, constituída de dez Unidades Geradoras de 2.000 kW, totalizando 20.000 kW de capacidade instalada e 8.000 kW médios de garantia física de energia, localizada às coordenadas 30º26'53,12" S e 50º24'20,82" W, no Município de Palmares do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o Sistema de Transmissão de interesse restrito da EOL Fazenda Rosário 2, constituído de uma Subestação Elevadora de 34,5/230 kV, junto à Usina, e uma Linha de Transmissão em 230 kV, com cerca de setenta quilômetros de extensão, em circuito simples, interligando a Subestação Elevadora ao Barramento de 230 kV da Subestação Osório 2, de propriedade da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Eólica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) início da Montagem do Canteiro de Obras: até 1º de março de 2012;

b) início das Obras Civis das Estruturas: até 15 de março de 2012;

c) início da Concretagem das Bases das Unidades Geradoras: até 1º de junho de 2012;

d) início da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 1º de julho de 2012;

e) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 1º de julho de 2012;

f) início da Operação em Teste da 1ª à 10ª Unidade Geradora: até 15 de novembro de 2012; e

g) início da Operação Comercial da 1ª à 10ª Unidade Geradora: até 1º de dezembro de 2012;

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 05/2010, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 5.091.513,00 (cinco milhões, noventa e um mil, quinhentos e treze reais), que vigorará até três meses após o início da operação da última Unidade Geradora da EOL Fazenda Rosário 2;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Energia de Reserva - CER, nos termos do Edital, por um prazo de vinte anos; e

VII - encaminhar à ANEEL, ao término da construção ou quando solicitado, informações relativas aos custos com a implantação do Empreendimento, na forma e periodicidade a serem definidas em regulamento próprio.

Parágrafo único. Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da legislação de regência de produção e comercialização de energia elétrica e do disposto nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas normas legais vigentes.

Art. 4º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, § 1º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 2006, o percentual de redução a ser aplicado às tarifas de uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela EOL Fazenda Rosário 2, enquanto a potência injetada nos Sistemas de Transmissão ou Distribuição for menor ou igual a 30.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 5º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL

Em 16 de março de 2011

Nº 1.166 - O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 1.681, de 25 de janeiro de 2011e de acordo com o disposto no art. 47 da Norma de Organização ANEEL nº 001, revisada pela Resolução Normativa ANEEL nº 273, de 10 de julho de 2007, resolve não conceder o efeito suspensivo requerido pela ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA S.A - EAPSA. no Processo nº 48500.004184/2007-57, por não se encontrar presente o requisito de lesão grave e de difícil reparação ensejador da suspensividade.

Em 18 de março de 2011

Nº 1.223 - O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 1.681, de 25 de janeiro de 2011e de acordo com o disposto no art. 47 da Norma de Organização ANEEL nº 001, revisada pela Resolução Normativa ANEEL nº 273, de 10 de julho de 2007, resolve não conhecer do novo pedido de efeito suspensivo requerido pela Cosan Centroeste S.A Açúcar e Álcool - COSAN CENTROESTE, no Processo nº 48500.004273/2010-07, por não haver previsão regulamentar para reexame da suspensividade.

ROMEU DONIZETE RUFINO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 17 de março de 2011

Nº 1.195 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, considerando o disposto na Resolução Normativa - REN n° 391, de 15 de dezembro de 2009, e o que consta do Processo nº 48500.000753/2011-71, resolve registrar o recebimento do requerimento de outorga da Eólica Marco dos Ventos 9 e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, com 28.800 kW de potência instalada, com a finalidade de produção independente de energia elétrica, localizada no Município de Tutóia, Estado do Maranhão, em favor da empresa Bioenergy Geradora de Energia Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.395.422/0001-27 conferindo-lhe as prerrogativas estabelecidas no §1º do artigo 6º da REN 391/09, observadas as condições dispostas no §2º desse dispositivo.

Nº 1.196 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, considerando o disposto na Resolução Normativa - REN n° 391, de 15 de dezembro de 2009, e o que consta do Processo nº 48500.000752/2011-27, resolve registrar o recebimento do requerimento de outorga da Eólica Marco dos Ventos 8 e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, com 28.800 kW de potência instalada, com a finalidade de produção independente de energia elétrica, localizada no Município de Tutóia, Estado do Maranhão, em favor da empresa Bioenergy Geradora de Energia Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.395.422/0001-27 conferindo-lhe as prerrogativas estabelecidas no §1º do artigo 6º da REN 391/09, observadas as condições dispostas no §2º desse dispositivo.

Nº 1.997 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a delegação de competências estabelecida pela Resolução Autorizativa nº. 251, de 27 de junho de 2005, e no que consta do Processo nº 48500.005855/2008-88 referente à Usina Eólica Macaúbas, localizada no Município de Brotas de Macaúbas, Estado da Bahia, outorgada por meio da Portaria MME nº 580, de 17 de junho de 2010, à empresa Macaúbas Energética S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.194.393/0001-96, estabelecida no Município de Barueri, Estado de São Paulo, resolve: I - Autorizar a alteração da configuração das unidades geradoras da Usina que passa a ser constituída de 21 unidades geradoras de 1.670 kW, totalizando 35.070 kW de potência instalada.

Nº 1.198 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a delegação de competências estabelecida pela Resolução Autorizativa nº. 251, de 27 de junho de 2005, e no que consta do Processo nº 48500.005853/2008-99 referente à Usina Eólica Seabra, localizada no Município de Brotas de Macaúbas, Estado da Bahia, outorgada por meio da Portaria MME nº 671, de 29 de julho de 2010, à empresa Seabra Energética S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.196.341/0001-59, estabelecida no Município de Barueri, Estado de São Paulo, resolve: I - Autorizar a alteração da configuração das unidades geradoras da Usina que passa a ser constituída de 18 unidades geradoras de 1.670 kW, totalizando 30.060 kW de potência instalada.

Nº 1.199 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a delegação de competências estabelecida pela Resolução Autorizativa nº. 251, de 27 de junho de 2005, e no que consta do Processo nº 48500.005852/2008-44 referente à Usina Eólica Novo Horizonte, localizada no Município de Brotas de Macaúbas, Estado da Bahia, outorgada por meio da Portaria MME nº 673, de 29 de julho de 2010, à empresa Novo Horizonte Energética S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.214.349/0001-09, estabelecida no Município de Barueri, Estado de São Paulo, resolve: I - Autorizar a alteração da configuração das unidades geradoras da Usina que passa a ser constituída de 18 unidades geradoras de 1.670 kW, totalizando 30.060 kW de potência instalada.

Nº 1.200 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, considerando o disposto na Resolução Normativa n°. 391, de 15 de dezembro de 2009, e o que consta do Processo nº. 48500.000898/2011-72, resolve registrar o recebimento do requerimento de outorga da EOL Parque Eólico República Juliana e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, com 30.000 kW de potência instalada, com a finalidade de produção independente de energia elétrica, localizada no Município de Laguna, Estado de Santa Catarina, em favor da empresa RDS Soluções em Engenharia Industrial Ltda., conferindo-lhe as prerrogativas estabelecidas no §1º do artigo 6º da referida REN 391/09, observadas as condições dispostas no §2º desse dispositivo.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 17 de março de 2011

Nº 1.201 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria nº 1.113, de 18 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial de 26 de novembro de 2008, art. 1º, inciso II, e considerando os documentos constantes no Processo nº 48500.001209/2011-47, resolve: I - autorizar a empresa Nova Energética Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.851.155/0001-10, com sede na Rua Carvalho Monteiro nº 234/504 - Petrópolis, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; II - que a empresa Nova Energética Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda. fica obrigada a atender as determinações estabelecidas da Resolução nº 265, de 13 de agosto de 1998, a legislação de regência da atividade de comercializador de energia elétrica, inclusive as supervenientes que venham a ser estabelecidas pelo Poder Concedente.

Em 18 de março de 2011

Nº 1.209 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria nº 1.113, de 18 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial de 26 de novembro de 2008, art. 1º, inciso II, e considerando os documentos constantes no Processo nº 48500.007436/2009-61, resolve: I - Revogar o Despacho do Superintendente de Concessões e Autorizações de Transmissão e Distribuição da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nº 4.715 de 17 de dezembro de 2009, publicada no Diário Oficial de 18 de dezembro de 2009, que autorizou a Empresa ERSA Comercializadora de Energia Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.312.664/0001-02, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima nº 1.309, 4º andar, sala A, Jardim Paulistano, na cidade do São Paulo, estado de São Paulo, atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, em virtude de sua incorporação pela Empresa de Investimento em Energias Renováveis S.A. - ERSA, autorizada a atuar como Agente Comercializador de Energia por força do Despacho nº 108, de 17 de janeiro de 2011, publicado no D.O. de 18 de janeiro de 2011.

JANDIR AMORIM NASCIMENTO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 17 de março de 2011

Nº 1.194 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o que estabelece a Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, tendo em vista o que consta no Processo nº 48500.000229/2011-09, considerando o recurso interposto pelo Departamento Municipal de Energia de Ijuí - DEMEI contra o Auto de Infração nº 1.003/2011-SFG, de 13 de janeiro de 2011, resolve: (i) não conhecer, por intempestivo, o recurso interposto pelo Departamento Municipal de Energia de Ijuí - DEMEI em face do Auto de Infração nº 1.003/2011-SFG/ANEEL; (ii) manter na integralidade a decisão constante no Auto de Infração nº 1.003/2011-SFG, qual seja, a aplicação da penalidade de multa no valor de R$ 6.612,18 (seis mil e seiscentos e doze reais e dezoito centavos), adotando como fundamento, aqueles constantes na Análise do Pedido de Reconsideração, com fulcro no disposto nos arts. 33 e 34 da Resolução Normativa nº 63/2004. Para efeitos de atualização e recolhimento da multa devem ser observadas as disposições legais em vigor.

RÔMULO DE VASCONCELOS FEIJÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 17 de março de 2011

Nº 1.181 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores e no artigo 17 da Resolução ANEEL n° 393, de 4 de dezembro de 1998 e o que consta do Processo nº 48500.005905/2005-21, resolve: I - Aprovar os Estudos de Inventário Hidrelétrico do ribeirão Santa Cruz, localizado na sub-bacia 43, bacia hidrográfica do rio São Francisco, no Estado de Minas Gerais, apresentado pela Orteng Equipamentos e Sistemas Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 19.884.626/0001-36. II - Este estudo identificou um potencial total de 16,3 MW, correspondente a 4 aproveitamentos, em conformidade com o quadro abaixo:

Aproveita-mento	Coordenadas Geográficas do Eixo do Barramento	Posição (Dist. da Foz) [km]	Área de Drenagem [km²]	N.A máximo normal de montante [m]	N.A normal de jusante [m]	Potência Instalada [MW]	Área do Reservatório [km²]
Cedrinho Baixo	16°29'49"S 45°48'47"O	6,12	1419,7	523,0	507,0	2,5	0,96
Ipê	16°30'13"S 45°50'46"O	10,41	1254,9	542,0	523,0	2,6	0,66
Jatobá	16°31'49"S 45°54'32"O	18,73	1198,8	630,0	542,0	9,8	0,76
Almas	16°34'34"S 45°57'41"O	32,15	1087,1	664,0	630,0	1,4	2,18

III - As recomendações contidas na Nota Técnica que subsidiou a aprovação do inventário hidrelétrico em tela devem obrigatoriamente ser atendidas na etapa subseqüente de estudo. IV - A presente aprovação não exime a Orteng Equipamentos e Sistemas Ltda de suas responsabilidades pelos estudos e seu registro perante o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, e não assegura qualquer direito quanto à obtenção da concessão ou autorização do aproveitamento do potencial hidráulico, devendo a mesma atender as disposições da legislação vigente.

Nº 1.182 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na resolução ANEEL nº 395, de 4 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.008372/2008-35, resolve: I - Aceitar o Projeto Básico da PCH Turvo 13, com potência estimada nos estudos de inventário de 7,40 MW, , situada no rio Turvo, subbacia 74, bacia hidrográfica do rio Uruguai, no Estado do Rio Grande do Sul, às coordenadas às coordenadas 27º24´06" de Latitude Sul e 53º48´57" de Longitude Oeste, apresentado pela empresa Energias Complementares do Brasil Geração de Energia Elétrica S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 09.663.142/0001-03. II - Os titulares de registro ativo para elaboração de projeto básico sobre o mesmo aproveitamento terão o prazo de 90 (noventa) dias para entregar o projeto em questão, a contar da data da publicação deste ato. Caso o prazo estipulado no cronograma entregue pelos titulares de registro ativo seja inferior aos 90 dias, prevalecerá a data do cronograma, nos termos do artigo 17 da Resolução nº 395/98. III - Ficam insubsistentes os requerimentos para elaboração de estudos sobre o mesmo aproveitamento que forem protocolados a partir da data de publicação deste ato.

Nº 1.183 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores e nos artigos 10 e 11 da Resolução ANEEL nº 343, de 9 de dezembro de 2008 e o que consta do Processo no 48500.005051/2010-01 resolve: I - Não aceitar o projeto básico da PCH Córrego Alto, com potência estimada de 6 MW, às coordenadas 20º38'12,8" de Latitude Sul e 41º00'45,1" de Longitude Oeste, localizada no rio Fruteiras, sub-bacia 57, bacia hidrográfica do Atlântico Leste, no Estado de Espírito Santo, apresentado pela empresa GS Extração e Comércio Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 82.096.314/0001-02, pelo não atendimento do artigo 9 da Resolução ANEEL nº 343, de 9 de dezembro de 2008. II - Informar que, em decorrência da decisão explicitada no item I, o registro foi transferido para a condição de inativo. III - Revogar o Despacho nº. 2.808 de 23 de setembro de 2010.

Nº 1.184 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores e nos artigos 10 e 11 da Resolução ANEEL n° 343, de 9 de dezembro de 2008 e o que consta do Processo nº 48500.006320/2009-13, resolve: I - Aceitar o Projeto Básico da PCH Palmeiras, com potência estimada nos estudos de inventário de 4,88 MW, localizada no rio Palmeiras, sub-bacia 75, bacia hidrográfica do rio Uruguai, no Estado do Rio Grande do Sul, às coordenadas 28º14'46" de Latitude Sul e 53º33'54" de Longitude Oeste, para fins de análise, apresentando pela empresa Hidropan Geração de Energia Elétrica S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 08.438.804/0001-89.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 1.185 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução ANEEL nº 395, de 4 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.004334/2009-94, resolve: I - Prorrogar o prazo, estabelecido no Despacho n° 2.329, de 16 de agosto de 2010, para entrega dos Estudos de Viabilidade da UHE São Luiz do Tapajós, com potência estimada de 6.133 MW, localizada no rio Tapajós, sub-bacia 17, bacia hidrográfica do rio Amazonas, no Estado do Amazonas, solicitado pelas empresas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. e EDF Consultoria em Projetos de Geração de Energia Ltda. II - Os estudos deverão ser entregues ao protocolo da ANEEL até a data de 15/5/2012.

Nº 1.186 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução ANEEL nº 395, de 4 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.007460/2008-10, resolve: I - Prorrogar o prazo, estabelecido no Despacho nº 2.128, de 26 de julho de 2010, para as reapresentação do Projeto Básico da PCH Forquilha II, com potência estimada de 6,5 MW, localizada no rio Forquilha, sub-bacia 72, bacia hidrográfica do rio Uruguai, no Estado do Rio Grande do Sul, conforme solicitado pela empresa Boca do Monte Energia Ltda. II - O projeto básico em tela deverá ser entregue ao protocolo da ANEEL até a data de 4/5/2011.

Nº 1.187 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução ANEEL nº 395, de 4 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.001159/2009-83, resolve: I - Prorrogar o prazo, estabelecido no Despacho nº 1.277, de 10 de maio de 2010, para entrega do Projeto Básico da PCH Verde 6, com potência estimada de 11 MW, situada no rio Verde, sub-bacia 61, bacia hidrográfica do rio Paraná, no Estado do Mato Grosso do Sul, solicitado pelas empresas Enermil Energia e Participações Ltda. e MSUL Energia e Participações Ltda. II - O projeto básico em tela deverá ser entregue ao protocolo da ANEEL até a data de 7/6/2011.

Nº 1.188 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução ANEEL nº 395, de 4 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.001640/2009-79, resolve: I - Prorrogar o prazo, estabelecido no Despacho nº 3.096, de 18 de agosto de 2009, para entrega do Projeto Básico da PCH Vermelho I, com potência estimada de 7,8 MW, situada no rio Corrente, sub-bacia 21, bacia hidrográfica do rio Tocantins, no Estado de Goiás, solicitado pela empresa HP Energética S.A. II - O projeto básico em tela deverá ser entregue ao protocolo da ANEEL até a data de 5/5/2011.

Nº 1.189 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução ANEEL nº 395, de 4 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta dos Processos nºs 48500.008166/2008-25, 48500.008167/2008-70, 48500.008239/2008-89, 48500.008168/2008-14, 48500.008171/2008-38, 48500.008205/2008-94, 48500.008245/2008-36, 48500.008277/2008-31 e 48500.008278/2008-86, resolve: I - Anuir com o pedido de transferência de titularidade dos Processos nºs 48500.008166/2008-25, 48500.008167/2008-70, 48500.008239/2008-89, 48500.008168/2008-14, 48500.008171/2008-38, 48500.008205/2008-94, 48500.008245/2008-36, 48500.008277/2008-31 e 48500.008278/2008-86, referentes aos Projetos Básicos das PCHs Paraíso, Estiva e Malta, localizadas no Estado de Minas Gerais; das PCHs Fazenda da Onça, Cachoeira e Água Tranqüila, localizadas no Estado do Paraná; das PCHs Aperibé, Cachoeira Alegre e Paraoquena, localizadas no Estado do Rio de Janeiro, solicitado pela empresa Seawest do Brasil - Projetos e Participações Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 03.918.545/0001-70, para a empresa Gamma Energia S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 12.353.242/0001-48. II - Todos os atos referentes aos processos em tela e subseqüentes à publicação do presente Despacho devem ser expedidos em nome da empresa Gamma Energia S.A. III - A presente transferência não exime as mencionadas empresas de suas responsabilidades pelos projetos e estudos e pelos seus registros perante o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA.

Nº 1.190 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução ANEEL nº 393, de 4 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.001636/2010-44, resolve: I - Prorrogar o prazo, estabelecido no Despacho nº 2.352, de 16 de agosto de 2010, para entrega dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do ribeirão Borá, localizado na sub-bacia 61, bacia hidrográfica do rio Paraná, no Estado de Minas Gerais, solicitado pela empresa Sacramento Energias Ltda. II - Os estudos deverão ser entregues ao protocolo da ANEEL até a data de 20/5/2011.

Nº 1.191 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução ANEEL nº 393, de 4 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.001313/2009-17, resolve: I - Prorrogar o prazo, estabelecido no Despacho nº 2.713, de 14 de setembro de 2010, para entrega dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Carreiro, no trecho da nascente ao remanso do reservatório da PCH Caçador, e seu afluente São Domingos, localizado na sub-bacia 86, bacia hidrográfica do Atlântico Sudeste, no Estado do Rio Grande do Sul, solicitado pela empresa Bourscheid Engenharia e Meio Ambiente S.A. II - Os estudos deverão ser entregues ao protocolo da ANEEL até a data de 19/8/2011.

Nº 1.192 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução ANEEL nº 393, de 4 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.005300/2009-17, resolve: I - Prorrogar o prazo, estabelecido no Despacho n° 4.018, de 22 de dezembro de 2010, para entrega dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Jauquara, localizado na sub-bacia 66, bacia hidrográfica do rio Paraná, no Estado de Mato Grosso, solicitado pela empresa Prospecto Participações e Negócios Ltda. II - Os estudos deverão ser entregues ao protocolo da ANEEL até a data de 24/3/2011.

Nº 1.193 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução ANEEL nº 393, de 4 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.004837/2008-89, resolve: I - Prorrogar o prazo, estabelecido no Despacho nº 2.609, de 31 de agosto de 2010, para entrega dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio das Pedras, localizado na sub-bacia 21, bacia hidrográfica do rio Tocantins, no Estado de Goiás, solicitado pela empresa Triton Energia Ltda. II - Os estudos deverão ser entregues ao protocolo da ANEEL até a data de 12/10/2011.

Em 18 de março de 2011

Nº 1.202 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de Dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução ANEEL nº 395, de 4 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.001886/2009-41, resolve: I - Transferir para a condição de inativo o registro para a realização do Projeto Básico da PCH Barra do Ariranha, com potência estimada de 13 MW, localizada no rio Taquari, sub-bacia 66, bacia hidrográfica do rio Paraná, no Estado de Mato Grosso, concedido à empresa Maxpar Participações e Negócios Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 37.490.018/0001-29, devido o não atendimento ao disposto no parágrafo 1º do artigo 8º da Resolução ANEEL nº 395/98. II - Revogar o Despacho nº 3.174, de 21 de agosto de 2009.

Nº 1.203 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de Dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução ANEEL nº 395, de 4 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.002656/2009-07, resolve: I - Transferir para a condição de inativo o registro para a realização do Projeto Básico da PCH Santa Rita, com potência estimada de 13,6 MW, localizada no rio Sapucaí, sub-bacia 61, bacia hidrográfica do rio Paraná, no Estado de São Paulo, concedido à empresa HP Energética S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 09.245.902/0001-62, devido o não atendimento ao disposto no parágrafo 1º do artigo 8º da Resolução ANEEL nº 395/98. II - Revogar o Despacho nº 3.385, de 08 de setembro de 2009.

Nº 1.204 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de Dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução ANEEL nº 395, de 4 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.000593/2009-46, resolve: I - Transferir para a condição de inativo o registro para a realização do Projeto Básico da PCH Santa Paula, com potência estimada de 5,2 MW, localizada no rio Correntes, sub-bacia 66, bacia hidrográfica do rio Paraná, nos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, concedido à empresa Solotécnica Engenharia e Sondagens Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 03.482.391/0001-16, devido o não atendimento ao disposto no parágrafo 1º do artigo 8º da Resolução ANEEL nº 395/98. II - Revogar o Despacho nº 2.118, de 04 de junho de 2009.

Nº 1.205 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de Dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, e na Resolução nº 395, de 4 de dezembro de 1998 e o que consta do Processo no 48500.001089/2009-63, resolve: I - Revogar o Despacho nº 810, de 06 de março de 2009, que efetivou como ativo o registro para desenvolver o Projeto Básico da PCH Matilde, com potência estimada de 8 MW, situada no rio Benevente, sub-bacia 57, bacia hidrográfica do Atlântico Leste, no Estado do Espírito Santo, tendo em vista a manifestação da empresa Welt Participações Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 08.518.402/0002-75, da desistência em continuar elaborando o aludido projeto, conforme artigo 9° da Resolução nº 395, de 4 de dezembro de 1998. II - Informar que a empresa Welt Participações Ltda. poderá retirar as informações porventura apresentadas, concernentes ao referido projeto.

Nº 1.206 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de Dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, e na Resolução nº 395, de 4 de dezembro de 1998 e o que consta do

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo no 48500.000072/2009-99, resolve: I - Revogar o Despacho nº 807, de 06 de março de 2009, que efetivou como ativo o registro para desenvolver o Projeto Básico da PCH Arraial, com potência estimada de 5,4 MW, situada no rio Arraial, sub-bacia 82, bacia hidrográfica do Atlântico Sudeste, no Estado do Paraná, tendo em vista a manifestação da empresa Welt Participações Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 08.518.402/0002-75, da desistência em continuar elaborando o aludido projeto, conforme artigo 9° da Resolução nº 395, de 4 de dezembro de 1998. II - Informar que a empresa Welt Participações Ltda. poderá retirar as informações porventura apresentadas, concernentes ao referido projeto.

Nº 1.207 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de Dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução ANEEL nº 343, de 9 de dezembro de 2008, tendo em vista o que consta do Processo no 48500.000025/2011-60, resolve: I - Efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH Vermelho, com potência estimada de 2,80 MW, às coordenadas 26°35'50" de Latitude Sul e 52°06'31" de Longitude Oeste, situada no rio Vermelho, sub-bacia 73, bacia hidrográfica do rio Uruguai, no Estado de Santa Catarina, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 22/02/2010 pela empresa Vermelho Energética Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 08.962.460/0001-02, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 2º da Resolução ANEEL nº 343/2008. II - Estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo-geral da ANEEL até a data de 18/05/2012, conforme art. 3, § 4º, da Resolução ANEEL nº 343/2008. III - Informar que o registro ora efetivado não gera direito de preferência para a obtenção de outorga. IV - Ficam insubsistentes os pedidos de registro protocolados após sessenta dias da data de publicação deste despacho, conforme art. 3°, §3°, da Resolução 343/2008.

Nº 1.208 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de Dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução ANEEL nº 343, de 9 de dezembro de 2008, tendo em vista o que consta do Processo no 48500.000958/2011-57, resolve: I - Efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH Usina Velha, com potência estimada de 2 MW, às coordenadas 27º48'17" de Latitude Sul e 53º01'00" de Longitude Oeste, situada no rio Caturetê, sub-bacia 74, bacia hidrográfica do rio Uruguai, no Estado do Rio Grande do Sul, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 15/02/2011 pela empresa Construbrás Construtora de Obras Rodoviárias Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 95.257.945/0001-08, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 2º da Resolução ANEEL nº 343/2008. II - Estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo-geral da ANEEL até a data de 18/05/2012, conforme art. 3, § 4º, da Resolução ANEEL nº 343/2008. III - Informar que o registro ora efetivado não gera direito de preferência para a obtenção de outorga. IV - Ficam insubsistentes os pedidos de registro protocolados após sessenta dias da data de publicação deste despacho, conforme art. 3°, §3°, da Resolução 343/2008.

Nº 1.210 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução Normativa ANEEL nº 412, de 5 de outubro de 2010, e o que consta do Processo nº 48500.006592/2008-24, resolve: I - Transferir para a condição de inativo o registro para a realização do Projeto Básico da UHE Borges, com potência estimada de 12 MW, às coordenadas 19°11'57" de Latitude Sul e 41°40'40" de Longitude Oeste, localizada no rio Caratinga, sub-bacia 56, bacia hidrográfica do Atlântico Leste, no Estado de Minas Gerais, concedido à empresa EMPA S.A. - Serviços de Engenharia, inscrita no CNPJ sob o nº 17.159.856/0001-07. II - Revogar o Despacho nº 3.697, de 10 de outubro de 2008, em conformidade com o disposto no inciso II, do art. 3°, da Resolução Normativa ANEEL nº 412/2010.

Nº 1.211 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução Normativa ANEEL nº 412, de 5 de outubro de 2010, e o que consta do Processo nº 48500.008062/2008-11, resolve: I - Transferir para a condição de inativo o registro para a realização do Projeto Básico da UHE Borges, com potência estimada de 12 MW, às coordenadas 19°11'57" de Latitude Sul e 41°40'40" de Longitude Oeste, localizada no rio Caratinga, sub-bacia 56, bacia hidrográfica do Atlântico Leste, no Estado de Minas Gerais, concedido à empresa Guarany Energia S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 09.580.584/0001-96. II - Revogar o Despacho nº 4.670, de 16 de dezembro de 2008, em conformidade com o disposto no inciso II, do art. 3°, da Resolução Normativa ANEEL nº 412/2010.

Nº 1.212 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução Normativa ANEEL nº 412, de 5 de outubro de 2010, e o que consta do Processo nº 48500.002972/2008-90, resolve: I - Transferir para a condição de inativo o registro para a realização do Projeto Básico da UHE Cachoeirinha, com potência estimada de 30,26 MW, às coordenadas 19°29'03" de Latitude Sul e 52°28'27" de Longitude Oeste, localizada no rio Indaiá Grande, sub-bacia 63, bacia hidrográfica do rio Paraná, no Estado do Mato Grosso do Sul, concedido à empresa AP Participações Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 02.194.658/0001-07. II - Revogar o Despacho nº 2.094, de 30 de maio de 2008, em conformidade com o disposto no inciso II, do art. 3°, da Resolução Normativa ANEEL nº 412/2010.

Nº 1.213 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução Normativa ANEEL nº 412, de 5 de outubro de 2010, e o que consta do Processo nº 48500.007436/2008-81, resolve: I - Transferir para a condição de inativo o registro para a realização do Projeto Básico da UHE Cachoeirinha, com potência estimada de 30,26 MW, às coordenadas 19°29'03" de Latitude Sul e 52°28'27" de Longitude Oeste, localizada no rio Indaiá Grande, sub-bacia 63, bacia hidrográfica do rio Paraná, no Estado do Mato Grosso do Sul, concedido à empresa EMPA S.A. - Serviços de Engenharia, inscrita no CNPJ sob o nº 17.159.856/0001-07. II - Revogar o Despacho nº 359, de 19 de janeiro de 2009, em conformidade com o disposto no inciso II, do art. 3°, da Resolução Normativa ANEEL nº 412/2010.

Nº 1.214 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução Normativa ANEEL nº 412, de 5 de outubro de 2010, e o que consta do Processo nº 48500.006474/2008-16, resolve: I - Transferir para a condição de inativo o registro para a realização do Projeto Básico da UHE Jacá, com potência estimada de 10,55 MW, às coordenadas 19°08'49" de Latitude Sul e 52°22'03" de Longitude Oeste, localizada no rio Indaiá Grande, sub-bacia 63, bacia hidrográfica do rio Paraná, no Estado do Mato Grosso do Sul, concedido à empresa EMPA S.A. - Serviços de Engenharia, inscrita no CNPJ sob o nº 17.159.856/0001-07. II - Revogar o Despacho nº 3.698, de 10 de outubro de 2008, em conformidade com o disposto no inciso II, do art. 3°, da Resolução Normativa ANEEL nº 412/2010.

Nº 1.215 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução Normativa ANEEL nº 412, de 5 de outubro de 2010, e o que consta do Processo nº 48500.006387/2008-69, resolve: I - Transferir para a condição de inativo o registro para a realização do Projeto Básico da UHE Mainart, com potência estimada de 8 MW, às coordenadas 20°28'28" de Latitude Sul e 43°20'44" de Longitude Oeste, localizada no rio Gualaxo do Sul, sub-bacia 56, bacia hidrográfica do Atlântico Leste, no Estado de Minas Gerais, concedido à empresa CEI - Energética Integrada Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 07.096.841/0001-93. II - Revogar o Despacho nº 3.696, de 10 de outubro de 2008, em conformidade com o disposto no inciso II, do art. 3°, da Resolução Normativa ANEEL nº 412/2010.

Nº 1.216 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução Normativa ANEEL nº 412, de 5 de outubro de 2010, e o que consta do Processo nº 48500.004834/2008-45, resolve: I - Transferir para a condição de inativo o registro para a realização do Projeto Básico da UHE Morrinhos, com potência estimada de 8,5 MW, às coordenadas 17°35'07" de Latitude Sul e 45°45'41" de Longitude Oeste, localizada no rio Sono, sub-bacia 42, bacia hidrográfica do rio São Francisco, no Estado de Minas Gerais, concedido à empresa EMPA S.A. - Serviços de Engenharia, inscrita no CNPJ sob o nº 17.159.856/0001-07. II - Revogar o Despacho nº 2.985, de 12 de outubro de 2008, em conformidade com o disposto no inciso II, do art. 3°, da Resolução Normativa ANEEL nº 412/2010.

Nº 1.217 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução Normativa ANEEL nº 412, de 5 de outubro de 2010, e o que consta do Processo nº 48500.000211/2008-01, resolve: I - Transferir para a condição de inativo o registro para a realização do Projeto Básico da UHE Normandes, com potência estimada de 17 MW, às coordenadas 20°47'31" de Latitude Sul e 43°07'12" de Longitude Oeste, localizada no rio Xopotó, sub-bacia 56, bacia hidrográfica do Atlântico Leste, no Estado de Minas Gerais, concedido à empresa Eletroriver S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 01.968.293/0001-68. II - Revogar o Despacho nº 141, de 21 de janeiro de 2008, em conformidade com o disposto no inciso II, do art. 3°, da Resolução Normativa ANEEL nº 412/2010.

Nº 1.218 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução Normativa ANEEL nº 412, de 5 de outubro de 2010, e o que consta do Processo nº 48500.005500/2008-99, resolve: I - Transferir para a condição de inativo o registro para a realização do Projeto Básico da UHE Peixe Bravo, com potência estimada de 45,96 MW, às coordenadas 19°36'37" de Latitude Sul e 44°31'27" de Longitude Oeste, localizada no rio Paraopeba, sub-bacia 40, bacia hidrográfica do rio São Francisco, no Estado de Minas Gerais, concedido às empresas Construtora Adrande Gutierrez S.A., Concremat Engenharia e Tecnologia S.A., CEMIG Geração e Transmissão S.A e EDP Energias do Brasil S.A, inscritas com os respectivos CNPJs nºs 17.262.213/0001-94, 33.146.648/0001-20, 06.981.176/0001-58 e 03.983.431/0001-03. II - Revogar o Despacho nº 3.140, de 25 de agosto de 2008, em conformidade com o disposto no inciso II, do art. 3°, da Resolução Normativa ANEEL nº 412/2010.

Nº 1.219 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução Normativa ANEEL nº 412, de 5 de outubro de 2010, e o que consta do Processo nº 48500.003594/2007-81, resolve: I - Transferir para a condição de inativo o registro para a realização do Projeto Básico da UHE Perdida 1, com potência estimada de 24 MW, às coordenadas 09°14'06" de Latitude Sul e 47°24'56" de Longitude Oeste, localizada no rio Perdida, sub-bacia 22, bacia hidrográfica do rio Tocantins, no Estado do Tocantins, concedido à empresa Agrícola Sete Campos Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 07.806.622/0001-50. II - Revogar o Despacho nº 1.831, de 12 de maio de 2008, em conformidade com o disposto no inciso II, do art. 3°, da Resolução Normativa ANEEL nº 412/2010.

Nº 1.220 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução Normativa ANEEL nº 412, de 5 de outubro de 2010, e o que consta do Processo nº 48500.000212/2008-48, resolve: I - Transferir para a condição de inativo o registro para a realização do Projeto Básico da UHE Perdida 2, com potência estimada de 48 MW, às coordenadas 09°20'48" de Latitude Sul e 47°51'57" de Longitude Oeste, localizada no rio Perdida, sub-bacia 22, bacia hidrográfica do rio Tocantins, no Estado do Tocantins, concedido à empresa Agrícola Sete Campos Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 07.806.622/0001-50. II - Revogar o Despacho nº 1.875, de 12 de maio de 2008, em conformidade com o disposto no inciso II, do art. 3°, da Resolução Normativa ANEEL nº 412/2010.

Nº 1.221 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução Normativa ANEEL nº 412, de 5 de outubro de 2010, e o que consta do Processo nº 48500.006632/2005-04, resolve: I - Transferir para a condição de inativo o registro para a realização do Projeto Básico da UHE Trindade, com potência estimada de 36,5 MW, às coordenadas 26°17'09" de Latitude Sul e 52°17'34" de Longitude Oeste, localizada no rio Chopim, sub-bacia 65, bacia hidrográfica do rio Paraná, no Estado do Paraná, concedido à empresa Brascan Energética S/A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.808.298/0001-96. II - Revogar o Despacho nº 2.982, de 12 de agosto de 2008, em conformidade com o disposto no inciso II, do art. 3°, da Resolução Normativa ANEEL nº 412/2010.

Nº 1.222 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução Normativa ANEEL nº 412, de 5 de outubro de 2010, e o que consta do Processo nº 48500.008655/2008-87, resolve: I - Transferir para a condição de inativo o registro para a realização do Projeto Básico da UHE Trindade, com potência estimada de 36,5 MW, às coordenadas 26°17'09" de Latitude Sul e 52°17'34" de Longitude Oeste, localizada no rio Chopim, sub-bacia 65, bacia hidrográfica do rio Paraná, no Estado do Paraná, concedido à empresa SOMA - Serviços, Organização e Meio Ambiente Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 03.743.732/0001-60. II - Revogar o Despacho nº 360, de 29 de janeiro de 2009, em conformidade com o disposto no inciso II, do art. 3°, da Resolução Normativa ANEEL nº 412/2010.

Nº 1.224 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução ANEEL nº 395, de 4 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.001305/2009-71, resolve: I - Transferir para a condição de inativo o registro para a realização do Projeto Básico da PCH Matão, com potência estimada de 5,5 MW, às coordenadas 25°43'30" de Latitude Sul e 51°13'23" de Longitude Oeste, localizada no rio da Areia, sub-bacia 65, bacia hidrográfica do rio Paraná, no Estado do Paraná, concedido à empresa Engenheiros Associados Estudos e Projetos Ltda., inscrita no CNPJ sob o n° 08.488.996/0001-38, devido o não atendimento ao disposto no § 1º, do art. 8º, da Resolução ANEEL nº 395/1998. II - Revogar o Despacho nº 3.066, de 17 de agosto de 2009.

Nº 1.225 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução ANEEL nº 395, de 4 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.007932/2008-34, resolve: I - Transferir para a condição de inativo o registro para a realização do Projeto Básico da PCH Forquilha II, com potência estimada de 6,5 MW, às coordenadas 27°37'49" de Latitude Sul e 51°44'16" de Longitude Oeste, localizada no rio Forquilha, sub-bacia 72, bacia hidrográfica do rio Uruguai, no Estado do Rio Grande do Sul, concedido à empresa Hidrotérmica S.A., inscrita no CNPJ sob o n° 02.281.472/0001-95, devido o não atendimento ao disposto no § 1º, do art. 8º, da Resolução ANEEL nº 395/1998. II - Revogar o Despacho nº 48, de 9 de janeiro de 2009.

Nº 1.226 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução ANEEL nº 395, de 4 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.001156/2009-40, resolve: I - Transferir para a condição de inativo o registro para a realização do Projeto Básico da PCH Forquilha II, com potência estimada de 6,5 MW, às coordenadas 27°37'49" de Latitude Sul e 51°44'16" de Longitude Oeste, localizada no rio Forquilha, sub-bacia 72, bacia hidrográfica do rio Uruguai, no Estado do Rio Grande do Sul, concedido à empresa ABM Informática Ltda., inscrita no CNPJ sob o n° 06.212.269/0001-18, devido o não atendimento ao disposto no § 1º, do art. 8º, da Resolução ANEEL nº 395/1998. II - Revogar o Despacho nº 1.393, de 8 de abril de 2009.

Nº 1.227 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução ANEEL nº 395, de 4 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.007822/2008-72, resolve: I - Transferir para a condição de inativo o registro para a realização do Projeto Básico da PCH Coqueiro, com potência estimada de 6 MW, às coordenadas 18°21'00" de Latitude Sul e 42°37'23" de Longitude Oeste, situada no rio Suaçuí Grande, sub-bacia 56, bacia hidrográfica do Atlântico Leste, no Estado de Minas Gerais, concedido à empresa Welt Participações Ltda., inscrita no CNPJ sob o n° 08.518.402/0002-75, devido o não atendimento ao disposto no § 1º, do art. 8º, da Resolução ANEEL nº 395/1998. II - Revogar o Despacho nº 537, de 12 de fevereiro de 2009.

Nº 1.228 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução ANEEL nº 393, de 4 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.007018/2008-93, resolve: I - Transferir para a condição de inativo o registro para a realização dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Arroio Vieira, localizado na sub-bacia 86, bacia hidrográfica do Atlântico Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, concedido à empresa Electra Power Geração de Energia S/A., inscrita no CNPJ sob o nº 07.356.196/0001-09, devido o não atendimento ao disposto no parágrafo 1º, do artigo 10, da Resolução ANEEL nº 393/1998. II - Revogar o Despacho nº 4.346, de 24 de novembro de 2009.

Nº 1.229 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução ANEEL nº 393, de 4 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.001699/2006-71, resolve: I - Prorrogar o prazo, estabelecido no Despacho n° 3.830, de 14 de dezembro de 2010, para entrega dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Sucunduri, sub-bacia 17, bacia hidrográfica do rio Amazonas, no Estado do Amazonas, solicitado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE. II - Os estudos deverão ser entregues ao protocolo da ANEEL até a data de 30/6/2011.

Nº 1.230 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução ANEEL nº 395, de 4 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.002472/2010-72, resolve: I - Efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Viabilidade da UHE Jardim de Ouro, com potência estimada de 227 MW, às coordenadas 06°15'49" de Latitude Sul e 55°45'53" de Longitude Oeste, localizada no rio Jamanxim, sub-bacia 17, bacia hidrográfica do rio Amazonas, no Estado do Pará, solicitado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE, inscrita no CNPJ sob o nº 06.977.747/0001-80, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 7º da Resolução ANEEL nº 395/1998. II - Estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo da ANEEL até a data de 4/3/2013, conforme cronograma apresentado pelo interessado. III - Informar que o registro não gera direito de preferência para a obtenção de concessão para serviço público ou uso de bem público.

Nº 1.231 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores e no artigo 17 da Resolução ANEEL n° 393, de 4 de dezembro de 1998 e o que consta do Processo nº 48500.004160/2010-01, resolve: I - Aceitar os Estudos de Inventário Hidrelétrico do córrego do Lajeado, localizado na sub-bacia 60, bacia hidrográfica do rio Paraná, no Estado de Goiás, desenvolvidos pela empresa Construnível Construtora Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 09.329.344/0001-13. II - Ficam insubsistentes os requerimentos para elaboração de estudos sobre o mesmo curso d'água que forem protocolados a partir da data de publicação deste ato.

Nº 1.232 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - SUBSTITUTO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores e o que consta do Processo no 48500.000012/2004-18, resolve: I - Aprovar o Projeto Básico da PCH Linha Aparecida, de titularidade da Cooperativa Central de Geração de Energia Rio da Várzea LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 05.301.547/0001-40, situada no rio da Várzea, sub-bacia 74, bacia hidrográfica do rio Uruguai, localizada nos Municípios de Novo Tiradentes e Liberato Salzano, Estado do Rio Grande do Sul, com as características dadas pela tabela abaixo:

PCH Linha Aparecida	Características Básicas	
	Casa de Força Principal	Casa deForça Mini-Central
Coordenadas de referência do Eixo do Barramento	27º32'07"S e 53º07'45"W	27º32'07"S e 53º07'45"W
Coordenadas de referência da Casa de Força	27º31'55"S e 53º08'08"W	27º32'07"S e 53º07'45"W
Potência Mínima Instalada [MW]	24,00	0,92
Número de unidades	03	01
N. A. máximo normal de montante [m]	296,45	296,45
N. A. normal de jusante [m]	272,45	282,15
Queda Bruta [m]	24,0	14,3
Perdas Hidráulicas [m]	1,30	0,43
Rendimento do Conjunto Turbina-Gerador [%]	91,14	88,32
Indisponibilidade Forçada [%]	3,0	3,0
Indisponibilidade Programada [%]	2,0	2,0
Tipo de turbina	Kaplan	Kaplan Submerssível
Vazão de projeto do vertedouro (m3/s)	7640	
Vazão Remanescente+Usos Consuntivos [m³/s]	7,69	
Área do Reservatório no N.A. máx. normal [km2]	3,0	
Série de Vazões Médias Mensais	ANEXO IPeríodo de Jun/1940 a Dez/2006	
Descarga média de longo termo (m3/s)	114,98	

II - Informar que a Série de Vazões Médias Mensais (ANEXO I) encontra-se disponível na versão digital deste Despacho, no endereço eletrônico www.aneel.gov.br, bem como no processo supracitado. III - Esclarecer que a presente aprovação do projeto básico está limitada à sua adequação ao uso do potencial hidráulico com ênfase nas disciplinas definidoras desse potencial e que a aprovação do projeto básico não exime o titular e eventuais subcontratados de suas responsabilidades integral e exclusiva, nas esferas civil, penal, administrativa e técnica, inclusive perante o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, tanto pela elaboração quanto pela execução do projeto, compreendendo, também, os aspectos de segurança relacionados à barragem e demais estruturas do empreendimento. IV - Informar que, uma vez implantado o empreendimento, o interessado deverá deixar disponível, no prazo de noventa dias após a liberação para operação comercial da última unidade geradora do empreendimento, cópia do relatório "como construído", com a consolidação das alterações efetivamente executadas na obra, o qual poderá ser solicitado a qualquer tempo pela Superintendência responsável pela fiscalização dos serviços de geração da ANEEL. V - Ressaltar que, na hipótese do empreendimento ser implementado com modificações que afetem o potencial hidráulico considerado adequado, ou com outras modificações consideradas relevantes, imotivadamente e sem prévia anuência da ANEEL, o interessado estará sujeito às penalidades previstas em regulamento específico. VI - Informar que a Nota Técnica que subsidiou esta aprovação será encaminhada ao titular da PCH contendo eventuais ressalvas e recomendações para as etapas posteriores. VII - Esclarecer que o direito de explorar este potencial hidráulico deverá atender às disposições da legislação vigente.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 1.233 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - SUBSTITUTO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores e o que consta do Processo no 48500.000013/2004-81, resolve: I - Aprovar o Projeto Básico da PCH Linha Jacinto, de titularidade da Cooperativa Central de Geração de Energia Rio da Várzea LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 05.301.547/0001-40, situada no rio da Várzea, sub-bacia 74, bacia hidrográfica do rio Uruguai, localizada nos Municípios de Rodeio Bonito e Liberato Salzano, Estado do Rio Grande do Sul, com as características dadas pela tabela abaixo:

PCH Linha Jacinto	Características Básicas	
	Casa de Força Principal	Casa deForça Mini-Central
Coordenadas de referência do Eixo do Barramento	27º30'00"S e 53º09'18"W	27º30'00"S e 53º09'18"W
Coordenadas de referência da Casa de Força	27º29'42"S e 53º09'18"W	27º30'00"S e 53º09'18"W
Potência Mínima Instalada [MW]	17,00	0,613
Número de unidades	03	01
N. A. máximo normal de montante [m]	271,95	271,95
N. A. normal de jusante [m]	255,95	263,05
Queda Bruta [m]	16,0	8,9
Perdas Hidráulicas [m]	0,64	0,55
Rendimento do Conjunto Turbina-Gerador [%]	91,14	88,32
Indisponibilidade Forçada [%]	3,0	3,0
Indisponibilidade Programada [%]	2,0	2,0
Tipo de turbina	Kaplan	Kaplan Submerssível
Vazão de projeto do vertedouro (m3/s)	8387	
Vazão Remanescente+Usos Consuntivos [m³/s]	8,48	
Área do Reservatório no N.A. máx. normal [km2]	0,97	
Série de Vazões Médias Mensais	ANEXO IPeríodo de Jun/1940 a Dez/2006	
Descarga média de longo termo (m3/s)	126,88	

II - Informar que a Série de Vazões Médias Mensais (ANEXO I) encontra-se disponível na versão digital deste Despacho, no endereço eletrônico www.aneel.gov.br, bem como no processo supracitado. III - Esclarecer que a presente aprovação do projeto básico está limitada à sua adequação ao uso do potencial hidráulico com ênfase nas disciplinas definidoras desse potencial e que a aprovação do projeto básico não exime o titular e eventuais subcontratados de suas responsabilidades integral e exclusiva, nas esferas civil, penal, administrativa e técnica, inclusive perante o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, tanto pela elaboração quanto pela execução do projeto, compreendendo, também, os aspectos de segurança relacionados à barragem e demais estruturas do empreendimento. IV - Informar que, uma vez implantado o empreendimento, o interessado deverá deixar disponível, no prazo de noventa dias após a liberação para operação comercial da última unidade geradora do empreendimento, cópia do relatório "como construído", com a consolidação das alterações efetivamente executadas na obra, o qual poderá ser solicitado a qualquer tempo pela Superintendência responsável pela fiscalização dos serviços de geração da ANEEL. V - Ressaltar que, na hipótese do empreendimento ser implementado com modificações que afetem o potencial hidráulico considerado adequado, ou com outras modificações consideradas relevantes, imotivadamente e sem prévia anuência da ANEEL, o interessado estará sujeito às penalidades previstas em regulamento específico. VI - Informar que a Nota Técnica que subsidiou esta aprovação será encaminhada ao titular da PCH contendo eventuais ressalvas e recomendações para as etapas posteriores. VII - Esclarecer que o direito de explorar este potencial hidráulico deverá atender às disposições da legislação vigente.

ANDRÉ RAMON SILVA MARTINS

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 18 de março de 2011

Nº 1.122 - O Superintendente de PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas por meio da Resolução ANEEL nº 249, de 30 de janeiro de 2007, e o que consta dos Processos nºs 48500.001297/2011-87, 48500.001296/2011-32, 48500.001278/2011-51, 48500.001276/2011-61 e 48500.001277/2011-14 resolve:

I - Aprovar, nos termos da Nota Técnica 0030/2011-SPE/ANEEL, de 17 de março de 2011, o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento, Ciclo 2008/2009, das empresas Investco S.A., Lajeado Energia S.A., EDP Lajeado Energia S.A., CEB Lajeado S.A. e Paulista Lajeado Energia S.A., que devem aplicar recursos conforme tabela a seguir:

Empresa	0669-001/2007 R$	0669-002/2007 R$	0669-004/2007 R$	0669-006/2007 R$	Total Apropriado R$
Investco S.A.	3.030,91	0,00	3.377,79	2.295,29	8.703,99
Lajeado Energia S.A.	119.035,28	116.163,13	132.658,30	90.144,60	458.001,31
EDP Lajeado Energia S.A.	78.107,79	0,00	87.046,85	59.150,49	224.305,13
CEB Lajeado S.A.	54.375,89	0,00	60.598,96	41.178,49	156.153,34
Paulista Lajeado Energia S.A.	22.080,13	0,00	24.607,10	16.721,13	63.408,36

II - O primeiro ano do projeto deverá ser iniciado até 01 de maio de 2011 e finalizado até 30 de abril de 2012.

MÁXIMO LUIZ POMPERMAYER

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

AUTORIZAÇÃO Nº 135, DE 18 DE MARÇO DE 2011

O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, de acordo com o disposto no inciso III do art. 9º do Anexo I ao Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, com base na Resolução de Diretoria nº 209, de 15 de março de 2011, nos termos da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e da Resolução ANP nº 25, de 02 de setembro de 2008, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.001534/2010-81, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a etapa de construção da planta produtora de biodiesel da empresa Jataí Agroindústria de Bio-Combustível Ltda, CNPJ nº 07.445.656/0001-67, com capacidade nominal de 50 m³/d, utilizando rota metílica e etílica, nas suas instalações situadas na Rua 3, nº 454, Quadra 05, Lotes 01 a 14, Distrito Agroindustrial, no Município de Jataí, no Estado de Goiás.

Art. 2º Esta Autorização não desobriga a empresa Jataí Agroindústria de Bio-Combustível Ltda a solicitar a esta Agência a Autorização para Operação de sua planta industrial, de acordo o art. 10 da Resolução ANP nº 25/2008.

Art. 3º O objeto da presente Autorização deverá ser executado em conformidade com as normas técnicas apresentadas pela referida empresa na sua solicitação de Autorização, de acordo com o item 5.3 do Regulamento ANP nº 03/2008.

Art. 4º Esta Autorização terá validade vinculada à data de término das obras constante no cronograma apresentado pela empresa no Processo ANP nº 48610.001534/2010-81. No caso de modificação nas datas apresentadas, a empresa Jataí Agroindústria de Bio-Combustível Ltda fica obrigada ao atendimento ao art. 9º da Resolução ANP nº 25/2008.

Art. 5º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA

DIRETORIA III
SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

AUTORIZAÇÃO Nº 136, DE 18 DE MARÇO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando o disposto na Portaria ANP n.º 07, de 13 de janeiro de 1999 e tendo em vista o que consta do processo n.º 48610.003756/2011-10, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Shell Brasil Petróleo Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.º 10.456.016/0001-67, situada na Avenida das Américas, n.º 4.200, Bloco 6, Andar 1, Parte - Bairro Barra da Tijuca, no município do Rio de Janeiro - RJ, autorizada a exercer a atividade de exportação de petróleo.

Art. 2º Os efeitos da presente autorização ficam condicionados à manutenção das condições, comprovadas pela empresa, para o exercício da atividade de exportação acima mencionada, à época de sua outorga.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data da sua publicação.

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

AUTORIZAÇÃO Nº 137, DE 18 DE MARÇO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pela Portaria ANP n.° 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.° 17, de 18 de junho de 2009, torna público o seguinte ato:

Art. 1º - Fica a empresa Promax Produtos Máximos S/A Indústria e Comércio, situada na Rua Promax, n.º 01, Sala 01, Bairro Jordanésia, no município de Cajamar - SP, inscrita no CNPJ n.º 61.531.620/0001-41, autorizada a exercer a atividade de importação de óleo lubrificante acabado automotivo e industrial, conforme Processo n.º 48600.001293/2001-15.

Art. 2º - Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições para o exercício da atividade de importação de óleo lubrificante acabado automotivo e industrial.

Art. 3º - Esta Autorização entra em vigor na data da sua publicação.

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

AUTORIZAÇÃO Nº 138, DE 18 DE MARÇO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Portaria ANP n.º 202, de 30 de dezembro de 1999, e o que consta do processo n.º 48610.001992/1998-73, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a DISMAX DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA., responsável pela base compartilhada "POOL MORRO AZUL", CNPJ n.º 06.030.243/0001-59, registrada na ANP sob o n.º 3213, como distribuidora de combustíveis líquidos derivados de petróleo, etanol combustível, Biodiesel, óleo Diesel B, autorizada a operar as instalações localizadas na Avenida Sidney Cardon de Oliveira n.º 1569, Sala 03 - Cascata. CEP: 13140-000.

Integram a base compartilhada as seguintes empresas:

EMPRESAS	CNPJ N.º
DISMAX DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	06.030.243/0001-59
B & V DISTRIBUIDORA LTDA.	10.780.506/0001-14

O parque de tancagem compreende os tanques verticais listados a seguir, com seus respectivos produtos, perfazendo o total de 8.520 m³:

Tanque n.º	Diâmetro (m)	Altura (m)	Capacidade (m³)	Produto
01	13,34	15,02	2.100	ÓLEO DIESEL B
02	11,44	10,49	1.080	ÓLEO DIESEL B
03	11,44	10,53	1.080	EHC
05	13,34	15,01	2.100	GASOLINA A
06	11,44	10,43	1.080	GASOLINA A
07	11,43	10,43	1.080	EAC

Art. 2º O objeto da presente Autorização deve ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.
Art. 3º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

AUTORIZAÇÃO Nº 139, DE 18 DE MARÇO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.° 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Portaria ANP n.° 202, de 30 de dezembro de 1999, o que consta do processo n.º 48610.017314/2010-70, torna público o seguinte ato:

Art. 1º - Fica a FIX DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º 07.716.588/0001-23, sediada na Rodovia BR 101, s/n.º, Km 172, Sala 01, Bairro Humildes - no município de Feira de Santana - BA, e registrada na ANP sob o n.º 3332, autorizada a exercer a atividade de distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo, etanol combustível, biodiesel, óleo diesel B especificado ou autorizado pela ANP e outros combustíveis automotivos.

Art. 2º - Esta autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo, etanol combustível, biodiesel, óleo diesel B especificado ou autorizado pela ANP e outros combustíveis automotivos.

Art. 3º - Esta autorização entra em vigor na data da sua publicação.

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 18 de março de 2011

Nº 350 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela Resolução ANP nº 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/AP0206276	ADEMAR M ARAUJO COMERCIO E REPRESENTAÇÕES	63.406.367/0002-00	OIAPOQUE	AP	48610.001576/2011-01
GLP/MG0206277	CLAUDINEY DOS SANTOS CAPUTO	12.837.824/0001-08	BELMIRO BRAGA	MG	48610.003386/2011-11
GLP/PR0206278	COMÉRCIO E GÁS IZABELA LTDA	10.758.633/0001-17	APUCARANA	PR	48610.003393/2011-12
GLP/RN0206279	CONFIANÇA GÁS LTDA.	05.744.791/0006-92	NATAL	RN	48610.003050/2011-58
GLP/MA0206280	D. E. COMÉRCIO DE GLP LTDA	13.152.283/0001-39	SAO LUIS	MA	48610.003439/2011-01
GLP/SE0206281	DISON COMERCIAL LTDA - ME	32.862.583/0001-56	CARMOPOLIS	SE	48610.003470/2011-34
GLP/RJ0206282	FALCÃO DE MANGARATIBA COMÉRCIO DE GÁS LTDA	10.640.079/0001-79	MANGARATIBA	RJ	48610.003465/2011-21
GLP/CE0206283	FRANCISCO IRAMAR BATISTA - ME	12.520.984/0001-10	LAVRAS DA MANGABEIRA	CE	48610.003440/2011-28
GLP/MA0206284	FT DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA	12.509.736/0001-79	FORTALEZA DOS NOGUEIRAS	MA	48610.003459/2011-74
GLP/MG0206285	HÉLIO PEREIRA GÁS COMÉRCIO E TRANSPORTE LTDA - ME	12.471.612/0001-41	RIBEIRAO DAS NEVES	MG	48610.003447/2011-40
GLP/MG0206286	IVONE VIEIRA DA SILVA - ME	12.314.853/0001-87	JECEABA	MG	48610.003469/2011-18
GLP/AC0206287	J. N. COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	34.705.087/0002-03	SENA MADUREIRA	AC	48610.003235/2011-62
GLP/SC0206288	JANETE IRANI VOOS ME	12.892.300/0001-01	TUNAPOLIS	SC	48610.001965/2011-29
GLP/SC0206289	JOÃO CALEGÁRIO - ME	03.189.649/0001-90	TREZE DE MAIO	SC	48610.003649/2011-91
GLP/SC0206290	LEONIR PEDRO CORBARI	95.846.333/0001-42	SAO CARLOS	SC	48610.003391/2011-23
GLP/SC0206291	LU COMERCIO VAREJISTA DE GAS E BEBIDAS LTDA ME.	13.094.273/0001-94	MARAVILHA	SC	48610.003332/2011-55
GLP/MG0206292	LUCIMARA APARECIDA FERREIRA	03.172.206/0001-97	NOVA RESENDE	MG	48610.003474/2011-12
GLP/SC0206293	MARCOS ANTONIO MORONI - ME	06.347.903/0001-20	CHAPECO	SC	48610.003530/2011-19
GLP/MG0206294	MARIA ANTONIA RIBEIRO	11.978.211/0001-10	LAMBARI	MG	48610.003387/2011-65
GLP/SC0206295	MARIA APARECIDA POLEZA - ME	09.475.072/0001-60	ARAQUARI	SC	48610.003438/2011-59
GLP/SC0206296	MERCADO BATUCA ALIMENTOS LTDA EPP	01.243.447/0001-54	SALTO VELOSO	SC	48610.002590/2011-14
GLP/MG0206297	MERCADO BIA LTDA	10.247.502/0002-56	SANTA BARBARA DO MONTE VERDE	MG	48610.003457/2011-85
GLP/MT0206298	MOACYR S FILHO - ME	15.009.400/0001-35	DIAMANTINO	MT	48610.000680/2011-71
GLP/RJ0206299	NATÁLIA GARCIA ALVES CURTY - ME	11.024.953/0001-06	CARMO	RJ	48610.003468/2011-65
GLP/PB0206300	NIELE RODRIGUES DOS SANTOS	12.221.538/0001-05	CUBATI	PB	48610.003473/2011-78
GLP/MG0206301	ORSOLIN & GOBIRA LTDA - ME	13.055.101/0001-01	CHAPADA GAUCHA	MG	48610.003399/2011-90
GLP/SC0206302	OSNI FERREIRA DE MORAES 40109925904	12.538.279/0001-40	CACADOR	SC	48610.000666/2011-77
GLP/SP0206303	RENATA DE OLIVEIRA DIAS GÁS ME.	10.982.435/0001-32	SAO JOSE DO RIO PRETO	SP	48610.003645/2011-11
GLP/SC0206304	SUPER ÚTIL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA EPP	82.117.144/0001-97	SAO CARLOS	SC	48610.003456/2011-31
GLP/AM0206305	T TAKAHASHI - ME	01.052.863/0001-75	MANAUS	AM	48610.003398/2011-45
GLP/RJ0206306	TELLES E SCOTT COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE GAS LTDA	04.823.970/0004-90	ITAOCARA	RJ	48610.003466/2011-76
GLP/ES0206307	V. SECCON DE ALMEIDA - ME	07.995.625/0001-80	PRESIDENTE KENNEDY	ES	48610.003372/2011-05

Nº 351 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 116, de 05 de julho de 2000, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PR/GO0093182	AUTO POSTO COIMBRA LTDA.	11.094.412/0001-54	GOIANIA	GO	48610.003707/2011-87
PR/SE0093030	AUTO POSTO DANTAS & LIMA LTDA.	13.200.369/0001-90	PINHAO	SE	48610.003499/2011-16
PR/MT0092864	AUTO POSTO FILÉ - EPP	11.089.181/0001-90	SAPEZAL	MT	48610.002908/2011-67
PR/PA0093083	AUTO POSTO SPEED KM 06 LTDA.	12.933.200/0001-86	MARABA	PA	48610.003635/2011-78
PR/DF0093142	AUTO SHOPPING DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.	37.063.328/0029-68	BRASILIA	DF	48610.001392/2011-33
PR/RS0093163	DITRENTO POSTOS E LOGÍSTICA LTDA.	07.473.735/0044-11	NOVO HAMBURGO	RS	48610.003698/2011-24
PR/RS0093162	DITRENTO POSTOS E LOGÍSTICA LTDA.	07.473.735/0045-00	NOVO HAMBURGO	RS	48610.003696/2011-35
PR/RS0093084	DITRENTO POSTOS E LOGÍSTICA LTDA.	07.473.735/0046-83	NOVO HAMBURGO	RS	48610.003633/2011-89
PR/MA0092009	E A GUIMARÃES	01.660.321/0001-85	CANDIDO MENDES	MA	48610.001917/2010-50
PR/PI0093082	FREIRE & TORRES LTDA.	11.692.047/0001-80	SAO JOAO DA SERRA	PI	48610.003634/2011-23
PR/RS0090710	MARCIANO V. MARQUES ME	05.674.319/0001-16	DOM FELICIANO	RS	48610.000763/2011-60
PR/RN0093164	P S DE OLIVEIRA ME	04.744.357/0001-35	CEARA-MIRIM	RN	48610.003699/2011-79
PR/SC0092329	POSTO CAMBIRELA ARIRIU LTDA.	12.094.373/0001-58	PALHOCA	SC	48610.002265/2011-51
PR/BA0092064	POSTO DE COMBUSTÍVEL GOMES & SOARES LTDA.	13.080.384/0001-41	QUEIMADAS	BA	48610.002014/2011-77
PR/MA0092423	POSTO J S NOGUEIRA LTDA.	12.771.485/0001-04	SAO JOSE DE RIBAMAR	MA	48610.002423/2011-73
PR/RO0092347	ROVEMA AUTO POSTO LTDA.	11.523.829/0001-95	PORTO VELHO	RO	48610.002216/2011-19
PR/BA0093183	SANTANA COMERCIAL DE COMBUSTÍVEL E DERIVADOS DO PETRÓLEO LTDA.	11.465.550/0002-83	SANTA MARIA DA VITORIA	BA	48610.003706/2011-32
PR/PE0093184	W F J COMBUSTÍVEIS LTDA. - ME.	12.384.609/0001-90	IPUBI	PE	48610.003705/2011-98

Nº 352 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a revogação das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
001/GLP/DF0015815	AF COMERCIO DE GÁS LTDA	05.063.498/0001-55	BRASILIA	DF	48610.008740/2007-17
001/GLP/SP0011273	BENEDITO RAIMUNDO DE OLIVEIRA ME.	08.225.505/0001-66	SAO JOSE DOS CAMPOS	SP	48610.000843/2007-39
001/GLP/SP0002483	DEISY LUCI ZACARIAS AFFONSO ME	03.362.871/0001-43	ARACATUBA	SP	48610.010065/2004-43
001/GLP/RS0016488	ENIO ROBERTO GUIMARAES AUGE	07.969.267/0001-30	PELOTAS	RS	48610.009672/2007-11

Nº 353 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela Resolução ANP nº 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/RN0206308	ALESSANDRO DE CASTRO	07.190.816/0001-74	NATAL	RN	48610.003733/2011-13
GLP/PR0206309	AMANDA RAQUEL DE OLIVEIRA	12.756.705/0001-12	LONDRINA	PR	48610.003558/2011-56
GLP/PR0206310	APARECIDO PEDRO	07.806.799/0001-57	CURITIBA	PR	48610.003418/2011-88
GLP/SC0206311	BAR E MERCADO RUPREST LTDA - ME	05.129.943/0001-32	ITUPORANGA	SC	48610.003729/2011-47
GLP/PR0206312	BATISTA E IZEPE LTDA	81.900.227/0009-42	SARANDI	PR	48610.003429/2011-68
GLP/SC0206313	BRASILIA GÁS LTDA	11.150.940/0001-83	IMBITUBA	SC	48610.003578/2011-27
GLP/RJ0206314	CAMINHO REAL DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA - ME	12.367.534/0001-30	DUQUE DE CAXIAS	RJ	48610.003745/2011-30
GLP/SP0206315	CCRS AUTO POSTO LTDA - EPP.	10.361.182/0001-80	SAO VICENTE	SP	48610.003718/2011-67
GLP/MG0206316	COMERCIAL DAMASCENO E COSTA LTDA	11.029.013/0001-00	SANTA LUZIA	MG	48610.003385/2011-76
GLP/MT0206317	COMERCIO DE GÁS CAMPO VERDE LTDA.	00.152.160/0001-56	CAMPO VERDE	MT	48610.003732/2011-61
GLP/PB0206318	DEPOSITO DE GÁS DOIS IRMÃOS LTDA	12.071.145/0001-62	SERRARIA	PB	48610.000564/2011-51
GLP/RN0206319	DEPOSITO DE GÁS SÃO TOMÉ LTDA.	03.954.830/0024-32	MACAIBA	RN	48610.003565/2011-58
GLP/SE0206320	DISTRIBUIDORA GÁS E ÁGUA TABOSA LTDA - ME	03.040.074/0001-40	TOBIAS BARRETO	SE	48610.003719/2011-10
GLP/MG0206321	DISTRIBUIDORA SOM DAS AGUAS LTDA	01.058.105/0002-45	BARROSO	MG	48610.003358/2011-01
GLP/RS0206322	DORIS ADRIANE DA S.BRUTTI COMÉRCIO DE GÁS LTDA.	08.657.155/0002-98	SANTA MARIA	RS	48610.003424/2011-35
GLP/AC0206323	E. V. DOS REIS - ME	09.148.777/0001-72	BRASILEIA	AC	48610.003621/2011-54

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

GLP/PR0206324	ELIANE LIMA GOLON	12.891.853/0001-40	SAO JOAO DO TRIUNFO	PR	48610.003602/2011-28
GLP/SP0206325	ESTAÇÃO DO GÁ ARARAQUARA LTDA - ME	02.485.177/0001-50	ARARAQUARA	SP	48610.003737/2011-93
GLP/RJ0206326	ESTRELA GÁS COMERCIO DE GÁS LTDA EPP	12.441.866/0001-17	DUQUE DE CAXIAS	RJ	48610.003746/2011-84
GLP/MG0206327	FLORÊNCIO FRANCISCO DE SOUZA - ME	65.298.515/0002-46	CAPELA NOVA	MG	48610.000823/2011-44
GLP/SP0206328	G.G. MOURA GÁS - ME	11.509.843/0001-34	SANTO EXPEDITO	SP	48610.003575/2011-93
GLP/PB0206329	IDEAL COMERCIO DE GÁS LTDA	13.199.066/0001-02	ALAGOA GRANDE	PB	48610.003748/2011-73
GLP/MG0206330	ILDA ROCHA DO NASCIMENTO	18.503.052/0001-46	MANTENA	MG	48610.003739/2011-82
GLP/AM0206331	ISMAEL BARROS DE ARAUJO - ME	10.642.496/0001-50	CAREIRO DA VARZEA	AM	48610.003617/2011-96
GLP/BA0206332	JI COMERCIO DE GÁS LTDA	13.217.244/0001-72	JEQUIE	BA	48610.003330/2011-66
GLP/PE0206333	JOSE RONALDO DA SILVA ME	12.162.197/0001-44	RECIFE	PE	48610.003278/2011-48
GLP/PE0206334	LUIZ GONZAGA COELHO EPP	10.269.074/0001-81	PETROLINA	PE	48610.003730/2011-71
GLP/TO0206335	M. F. DE SOUZA	08.582.883/0001-05	PALMAS	TO	48610.003609/2011-40
GLP/ES0206336	M. P. DA SILVA PASSON	11.180.579/0001-38	VILA VELHA	ES	48610.018007/2010-14
GLP/SC0206337	MARIA JACIRA DOS SANTOS ME	07.983.666/0001-56	ITAJAI	SC	48610.003542/2011-43
GLP/DF0206338	MERCADO SOARES & PAIVA LTDA. - ME.	72.574.908/0001-10	BRASILIA	DF	48610.000895/2011-91
GLP/RN0206339	MOSSORO GÁS LTDA.	24.200.958/0009-41	AFONSO BEZERRA	RN	48610.003350/2011-37
GLP/RN0206340	MOSSORO GÁS LTDA.	24.200.958/0011-66	LAJES	RN	48610.003293/2011-96
GLP/DF0206341	OUROGÁS COMÉRCIO VAREJISTA DE GÁS LTDA.	08.676.315/0001-65	BRASILIA	DF	48610.003713/2011-34
GLP/SC0206342	PANIFICADORA E CONFEITARIA FRITZEN LTDA - ME	05.063.142/0001-11	TROMBUDO CENTRAL	SC	48610.003741/2011-51
GLP/RJ0206343	PRAÇA GÁS DISTRIBUIDORA LTDA	09.350.199/0001-52	RIO BONITO	RJ	48610.003747/2011-29
GLP/BA0206344	QUERO GÁS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA - ME	13.111.556/0001-05	SALVADOR	BA	48610.003407/2011-06
GLP/MT0206345	R. TEIXEIRA DE OLIVEIRA - ME	11.236.291/0001-38	DIAMANTINO	MT	48610.003537/2011-31
GLP/SP0206346	RENATO RODRIGUES DE OLIVEIRA 40669447870	12.224.650/0001-08	FRANCA	SP	48610.016963/2010-53
GLP/PA0206347	RIBEIRO & PICANÇO LTDA - EPP	10.742.292/0001-91	ORIXIMINA	PA	48610.003614/2011-52
GLP/GO0206348	RIBEIRO E MIRANDA LTDA	12.713.487/0001-39	DIORAMA	GO	48610.003576/2011-38
GLP/RN0206349	RUDYSON RIC DA SILVA SANTOS - ME	12.595.246/0001-32	CRUZETA	RN	48610.003726/2011-11
GLP/PR0206350	SEBASTIÃO GOMES DA SILVA NETTO	12.963.788/0001-10	TAMARANA	PR	48610.003577/2011-82
GLP/SP0206351	SERGIO GARCIA MINGORANSE - ME	01.106.845/0001-29	RANCHARIA	SP	48610.003743/2011-41
GLP/RJ0206352	SERRA GÁS DE MACAE LTDA	11.948.768/0001-08	MACAE	RJ	48610.003562/2011-14
GLP/SP0206353	SEVERINO JOSE DE OMENA	11.613.268/0001-15	LEME	SP	48610.000373/2011-90
GLP/MS0206354	SHV GÁS BRASIL LTDA.	19.791.896/0086-91	CAMPO GRANDE	MS	48610.003236/2011-15
GLP/SC0206355	SILVANA HOPFNER - ME	01.532.967/0001-87	TRES BARRAS	SC	48610.003728/2011-01
GLP/SC0206356	SUPERMERCADO PAPUAN LTDA ME	83.005.090/0001-30	TREZE TILIAS	SC	48610.003315/2011-18
GLP/SC0206357	TIAGO PIRES DE MELO - ME	12.782.188/0001-56	JOACABA	SC	48610.003563/2011-69
GLP/SC0206358	TRANSPORTES EDEMAR RUSSI LTDA	80.451.289/0001-02	LONTRAS	SC	48610.003744/2011-95
GLP/MG0206359	VALDECINA ALVES SILVA	05.797.502/0001-09	ITACARAMBI	MG	48610.003727/2011-58
GLP/BA0206360	VALDETE FERREIRA DO NASCIMENTO	12.996.541/0001-09	MORTUGABA	BA	48610.003560/2011-25
GLP/MG0206361	VILMAR MAY - ME	41.668.153/0001-99	ARAPORA	MG	48610.003735/2011-02
GLP/PA0206362	W. DE OLIVEIRA COMERCIO DE GÁS - ME	12.884.195/0001-69	BRAGANCA	PA	48610.003714/2011-89
GLP/PA0206363	W. PEREIRA BIA - ME	83.671.057/0001-40	ORIXIMINA	PA	48610.003616/2011-41
GLP/TO0206364	WE COMÉRCIO & TRANSPORTE DE GÁS LTDA EPP	03.438.032/0001-61	ARAGUAINA	TO	48610.003301/2011-02
GLP/PA0206365	WL FERREIRA CARNEIRO COMERCIO E SERVIÇO - ME	12.152.553/0001-49	SANTAREM	PA	48610.003618/2011-31

Nº 354 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Portaria ANP n.º 202, de 30 de dezembro de 1999, torna pública a homologação dos contratos de cessão de espaço listados a seguir:

INSTALAÇÃO	UF	CEDENTE / REGISTRO	CESSIONÁRIA/ REGISTRO	CARTÓRIO N.º	OBS.	PRAZO	PROCESSO
Guaramirim Itajaí Araucária	SC SC PR	PETRÓLEO Brasileiro S/A TRANSPETRO	MIME Distribuidora de Petróleo Ltda. - 3124 01.799.935/0001-42 01.799.935/0001-42 01.799.935/0004-95	AB-MC/RSP/Nº 430.2.011/10-9 Termo Aditivo nº 02 Reg. 3403578	-	31/05/2011	48610.008191/2010-86
Itabuna Jequié	BA BA	PETRÓLEO Brasileiro S/A TRANSPETRO	PETROBAHIA S/A - 0385 01.125.282/0003-88 01.125.282/0004-69	AB-MC/RNN - Nº 411.2.167/10-2 Reg. 827503	-	01/01/2013	48610.009902/2010-30
Itabuna	BA	PETRÓLEO Brasileiro S/A TRANSPETRO	ATLÂNTICA Produtos de Petróleo Ltda. - 3220 05.552.292/0003-50	AB-MC/RNN - Nº 411.2.161/10-6 Reg. 827504	-	01/01/2013	48610.006067/2009-42
Itabuna	BA	PETRÓLEO Brasileiro S/A TRANSPETRO	FEDERAL Distribuidora de Petróleo Ltda. - 3012 02.909.530/0016-69	AB-MC/RNN - Nº 411.2.163/10-1 Reg. 827510	-	01/01/2013	48610.006063/2009-64
Itabuna	BA	PETRÓLEO Brasileiro S/A TRANSPETRO	ELLO-PUMA Distribuidora de Combustíveis Ltda. - 3165 04.654.590/0009-84	AB-MC/RNN - Nº 411.2.162/10-9 Reg. 827506	-	01/01/2013	48610.006066/2009-06
Itabuna	BA	PETRÓLEO Brasileiro S/A TRANSPETRO	SETTA Combustíveis Ltda. 0480 55.483.564/0006-29	AB-MC/RNN - Nº 411.2.169/10-8 Reg. 827505	-	01/01/2013	48610.006057/2009-15
Itabuna Jequié	BA BA	PETRÓLEO Brasileiro S/A TRANSPETRO	TOTAL Distribuidora S/A - 0410 01.241.994/0008-77 01.241.994/0002-81	AB-MC/RNN - Nº 411.2.173/10-7 Reg. 827501	-	01/01/2013	48610.009905/2010-73
Jequié	BA	PETRÓLEO Brasileiro S/A TRANSPETRO	GLOBAL Distribuidora de Combustíveis Ltda. - 3120 02.337.275/0002-21	AB-MC/RNN - Nº 411.2.164/10-4 Reg. 827502	-	01/01/2013	48610.005507/2010-88
Itabuna Jequié	BA BA	PETRÓLEO Brasileiro S/A TRANSPETRO	SOLL Distribuidora de Petróleo Ltda. - 0489 01.683.557/0003-07 01.683.557/0005-60	AB-MC/RNN - Nº 411.2.170/10-9 Reg. 827507	-	01/01/2013	48610.006064/2009-17
Itabuna	BA	PETRÓLEO Brasileiro S/A TRANSPETRO	TEMAPE Terminais Marítimos de Pernambuco S/A - 3011 02.639.582/0004-29	AB-MC/RNN - Nº 411.2.172/10-4 Reg. 827498	-	01/02/2013	48610.003463/2011-32
Itabuna	BA	PETRÓLEO Brasileiro S/A TRANSPETRO	PETROX Distribuidora Ltda. 3182 05.482.271/0009-00	AB-MC/RNN - Nº 411.2.168/10-5 Reg. 827509	-	01/01/2013	48610.006059/2009-04
Itabuna Jequié	BA BA	PETRÓLEO Brasileiro S/A TRANSPETRO	SP Indústria e Distribuidora de Petróleo Ltda. - 0437 01.387.400/0018-02 01.387.400/0008-30	AB-MC/RNN - Nº 411.2.171/10-1 Reg. 827499	-	01/01/2013	48610.006056/2009-62
Itabuna Jequié	BA BA	PETRÓLEO Brasileiro S/A TRANSPETRO	ROYAL FIC Distribuidora de Derivados de Petróleo Ltda. 0425 01.349.764/0010-40 01.349.764/0023-65	AB-MC/RNN - Nº 411.2.174/10-1 Reg. 827500	-	01/01/2013	48610.007506/2009-34
Guarulhos	SP	ALE Combustíveis S/A - 0391 01.136.598/0029-04	TOBRAS Distribuidora de Combustíveis Ltda. 3228 05.759.383/0007-95	Reg. 722	-	21/12/2011	48610.018552/2010-01
Teresina	PI	GRANEL Química Ltda. 44.983.435/0006-83	ALESAT Combustíveis S/A 0352 23.314.594/0048-74	Reg. 717	-	Indeterminado	48610.001388/2011-75
São Caetano do Sul	SP	IPIRANGA Produtos de Petróleo S/A TA03 33.337.122/0020-90	ALESAT Combustíveis S/A 0352 23.314.594/0009-68	Reg. 721	-	Indeterminado	00610.018013/2011
Paulínia	SP	MILLENIUM Petróleo Ltda. - 0388 01.136.595/0001-70	REDE SOL FUEL Distribuidora Ltda. - 3171 02.913.444/0001-43	Reg. 01125323	-	Indeterminado	00620.000817/2011
Belém	PA	Petróleo SABBÁ S/A - TA11 04.169.215/0024-88	PETROBRAS Distribuidora S/A TA01 34.274.233/0255-12	Reg. 851029	-	Indeterminado	00610.014905/2011

Nº 355 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Portaria ANP n.º 202, de 30 de dezembro de 1999, torna público o indeferimento dos contratos de cessão de espaço listados a seguir:

INSTALAÇÃO	UF	CEDENTE / REGISTRO	CESSIONÁRIA/ REGISTRO	Nº CONTRATO / CARTORIO N.º	Razão Indeferimento	Processo n.º
Campo Largo	SP	PETROPAR Petróleo e Participações Ltda. 0345 00.289.515/0001-53	TUBE TOY'S Comércio de Lubrificantes e Combustíveis Ltda. 3296 73.806.762/0005-87	S/Reg.	O contrato encontra-se sem o registro no Cartório de Títulos e Documentos e a Petropar Petróleo não possui tancagem excedente p/ cessão de espaço.	00610.020426/2011
Conchal	SP	SERCOM Distribuidora de Combustíveis Ltda. 95.954.681/0001-33	ELDORADO Combustíveis Ltda. 3217 05.680.810/0002-30	S/Reg.	O contrato encontra-se sem o registro no Cartório de Títulos e Documentos e o registro da Sercom encontra-se Cancelado mediante o Despacho do Superintendente nº 1439, publicado no DOU em 26/11/2008.	00610.017089/2011

Nº 356 - Com base nas disposições da Portaria ANP n.º 202, de 30 de dezembro de 1999, considerando as atribuições conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, fica a FIX DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º 07.716.588/0001-23, sediada na Rodovia BR 101, s/n.º, Km 172, Sala 01, Bairro Humildes - no município de Feira de Santana - BA, registrada como distribuidora de combustíveis líquidos derivados de petróleo, etanol combustível, biodiesel, óleo diesel B especificado ou autorizado pela ANP e outros combustíveis automotivos, sob o n.º 3332, conforme o Processo n.º 48610.017314/2010-70.

Nº 357 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 116, de 05 de julho de 2000, resolve tornar sem efeito a autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos, constante do Despacho nº 342, publicado no DOU de 18 de março de 2011, Seção 1, Pág. 88, a partir da data de sua publicação:

PR/RN0092942	POSTO MACACO LTDA.	13.086.316/0001-90	SAO GONCALO DO AMARANTE	RN	48610.003374/2011-96

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JÚNIOR

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

PORTARIA Nº 106, DE 18 DE MARÇO DE 2011

Altera o texto do art. 16 do Manual de Procedimentos para Parcelamento de Créditos do DNPM, aprovado pela Portaria nº 366, de 26 de outubro de 2010, publicada no DOU de 26 de outubro de 2010.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL-DNPM no uso da competência que lhe confere o Decreto nº 7.092, de 2 de fevereiro de 2010, publicado no D.O.U. de 3 de fevereiro de 2010 e a Portaria MME nº 385, de 13 de agosto de 2003, publicada no DOU de 14 de agosto de 2003, resolve:

Art. 1º O § 2º do art. 16 do Manual de Procedimentos para Parcelamento de Créditos do DNPM, aprovado pela Portaria nº 366, de 26 de outubro de 2010, publicada no DOU de 26 de outubro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º Serão permitidos novos parcelamentos de outros débitos da mesma espécie, caso o titular esteja adimplente com parcelamentos anteriormente concedidos."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL ANTONIO CEDRAZ NERY

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 12/2011 - AL

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

2522/2011-844.010/2011-AMORIM BARRETO ENGENHARIA LTDA

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

2523/2011-844.011/2011-MINERAÇÃO BARRETO SA

2524/2011-844.012/2011-MINERAÇÃO BARRETO SA

RELAÇÃO Nº 47/2011 - DF

Fase de Autorização de Pesquisa

Despacho de retificação do alvará de pesquisa(327)

873.512/2005-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA-ALVARÁ N° Publicado DOU de - Retificar Resumidamente texto do Alvará de Pesquisa 1.245, de 09/02/2006, publicado no DOU de 23/02/2006. Onde se lê: "...no Município de Teofilândia, Estado da Bahia, numa área de 200,56 ha, delimitada por um polígono que tem um vértice a 20.226m, no rumo verdadeiro de 71º11"SE, do ponto de Coordenadas Geográficas: Lat. 11º20"30,6"S e Long. 39º13"08,6"W e os lados a partir desse vértice, como os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 525,20 E...", Leia-se: no(s) Municípios de Araci e Teofilândia, Estado da Bahia, numa área de 192,68 ha, delimitada por polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritas a seguir (Lat/Long): 11º24"02"723 S / 39º02"19"761 W..."

873.514/2005-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA-ALVARÁ N° Publicado DOU de - Retificar Resumidamente texto do Alvará de Pesquisa 1.246, de 09/02/2006, publicado no DOU de 23/02/2006. Onde se lê: "...numa área de 117,73 ha, delimitada por um polígono que tem um vértice a 19.831m, no rumo verdadeiro de 58º08"SE, do ponto de Coordenadas Geográficas: Lat. 11º20"30,6"S e Long. 39º13"28,6"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 1,90 E...", Leia-se: "... numa área de 69,94 ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritas a seguir (Lat/Long): 11º26"11"184 S / 39º04"12"919 W..."

RELAÇÃO Nº 49/2011 - DF

Fase de Concessão de Lavra

Concede prévia anuência e autoriza averbação da transferência da Concessão de Lavra(451)

002.318/1959-CARBOMIL S/A MINERAÇÃO E INDÚSTRIA- Portaria de Lavra nº 948/83- Cessionário:Globest Participações Ltda- CNPJ 08.638.102/0001-49

812.361/1968-MAGNESITA REFRATÁRIOS SA- Decreto de Lavra nº 71.640/73- Cessionário:M.B.M - Minas Brasil Mineração Ltda- CNPJ 04.776.796/0001-20

840.141/1999-DIAMANTINA MINERACAO INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA ME- Portaria de Lavra nº 255/01- Cessionário:Gênesis Mineração Indústria e Comércio Ltda- CNPJ 12.823.906/0001-95

896.565/2002-MINERAÇÃO RIO CLARO LTDA. - ME.- Portaria de Lavra nº 404/05- Cessionário:Compermac Granitos Ltda-ME- CNPJ 00.383.963/0001-11

850.903/2006-IARA PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA-Portaria de Lavra nº 357/2008- Cessionário:KELVIA ÁGUIA LTDA- CNPJ 12.159.691/0001-50

Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(557)

006.046/1948-PLACO DO BRASIL LTDA-Portaria de Lavra nº 166/89- Cessionário:840.144/2008-Royal Gipso Ltda- CNPJ 03.090.118/0001-46

Aprova atos de Incorporação de Empresa/ Direitos minerários e determina sua averbação(1571)

Incorporadora:Votorantim Cimento N/NE S/A - CNPJ10.656.452/0001-80 - Direitos incorporados:007.976/1959-CIMENTO POTY S/A-Decreto de Lavra nº 258/61

Incorporadora:Votorantim Cimento N/NE S/A - CNPJ10.656.452/0001-80 - Direitos incorporados:007.977/1959-CIMENTO POTY S/A-Decreto de Lavra nº 57.110/65

Incorporadora:Votorantim Cimento N/NE S/A - CNPJ10.656.452/0001-80 - Direitos incorporados:007.978/1959-CIMENTO POTY S/A-Decreto de Lavra nº 332/61

Incorporadora:Votorantim Cimento N/NE S/A - CNPJ10.656.452/0001-80 - Direitos incorporados:808.636/1971-CIMENTO POTY S/A-Decreto de Lavra nº 78.685/76

Incorporadora:Votorantim Cimento N/NE S/A - CNPJ10.656.452/0001-80 - Direitos incorporados:805.011/1975-CIMENTO POTY S/A-Decreto de Lavra nº 1.258/85

Incorporadora:Votorantim Cimento N/NE S/A - CNPJ10.656.452/0001-80 - Direitos incorporados:805.013/1975-CIMENTO POTY S/A-Portaria de Lavra nº 323/85

Incorporadora:Votorantim Cimento N/NE S/A - CNPJ10.656.452/0001-80 - Direitos incorporados:805.015/1975-CIMENTO POTY S/A-Portaria de Lavra nº 1.007/85

Incorporadora:Votorantim Cimento N/NE S/A - CNPJ10.656.452/0001-80 - Direitos incorporados:805.197/1975-CIMENTO POTY S/A-Portaria de Lavra nº 1.268/85

Incorporadora:Votorantim Cimento N/NE S/A - CNPJ10.656.452/0001-80 - Direitos incorporados:805.583/1975-CIMENTO POTY S/A-Portaria de Lavra nº 1.139/85

Incorporadora:Votorantim Cimento N/NE S/A - CNPJ10.656.452/0001-80 - Direitos incorporados:805.584/1975-CIMENTO POTY S/A-Portaria de Lavra nº 1.140/85

Incorporadora:Votorantim Cimento N/NE S/A - CNPJ10.656.452/0001-80 - Direitos incorporados:940.081/1990-CIA. CEARENSE DE CIMENTO PORTLAND-Grupamento Mineiro 1/94

MIGUEL ANTONIO CEDRAZ NERY

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 107/2011

Fase de Autorização de Pesquisa

Torna sem efeito Auto de Infração - REL PESQ(639)

870.898/2003-WILSON MACHADO CORREIA- AI N°2656/2010

871.173/2003-WILSON MACHADO CORREIA- AI N°2660/2010

871.214/2003-WILSON MACHADO CORREIA- AI N°2662/2010

871.217/2003-WILSON MACHADO CORREIA- AI N°2650/2010

871.218/2003-WILSON MACHADO CORREIA- AI N°2649/2010

871.222/2003-WILSON MACHADO CORREIA- AI N°2648/2010

871.223/2003-WILSON MACHADO CORREIA- AI N°2647/2010

871.224/2003-WILSON MACHADO CORREIA- AI N°2646/2010

871.225/2003-WILSON MACHADO CORREIA- AI N°2645/2010

871.432/2003-WILSON MACHADO CORREIA- AI N°2661/2010

871.592/2003-WILSON MACHADO CORREIA- AI N°2654/2010

871.626/2003-WILSON MACHADO CORREIA- AI N°2653/2010

871.627/2003-WILSON MACHADO CORREIA- AI N°2652/2010

871.630/2003-WILSON MACHADO CORREIA- AI N°2651/2010

872.070/2003-WILSON MACHADO CORREIA- AI N°2658/2010

872.076/2003-WILSON MACHADO CORREIA- AI N°2659/2010

872.079/2003-WILSON MACHADO CORREIA- AI N°2657/2010

TEOBALDO RODRIGUES DE OLIVEIRA JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 43/2011

Fase de Autorização de Pesquisa

Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)

890.263/2008-RIOUNA 10 MINERADORA LTDA.

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

891.121/1989-MARCOS MONTEIRO LOBATO LEMOS-OF. N°723/2011/DNPM/RJ-DFAM

890.298/2002-ZETEXA COMÉRCIO, EXP.DE GRANITOS E MÁRMORES LTDA-OF. N°892/2011/DNPM/RJ-DFAM

890.061/2004-GRANITOS RETIRO LTDA.-OF. N°752/2011/DNPM/RJ-DFAM

890.217/2004-ZANEL MÁRMORES E GRANITOS LTDA. - ME.-OF. N°753/2011/DNPM/RJ-DFAM

890.236/2004-CRISPIM AUGUSTO LOURENÇO GOMES-OF. N°868/2011/DNPM/RJ-DFAM

890.209/2005-ALDINÉLIO NASCIMENTO E SILVA ME-OF. N°742/2011/DNPM/RJ-DFAM

890.583/2006-GRANFER GRANITOS FERREIRA LTDA.-ME-OF. N°730/2011/DNPM/RJ-DFAM

890.584/2006-GRANFER GRANITOS FERREIRA LTDA.-ME-OF. N°735/2011/DNPM/RJ-DFAM

Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)

890.063/2004-JÕAO VICENTE CARLETI-OF. N°0755/2011-FZ

890.218/2004-ZANEL MÁRMORES E GRANITOS LTDA. - ME.-OF. N°0760/2011-FZ

890.178/2005-CONSTRUTORA E MINERADORA COPENHAGUE LTDA-OF. N°869/2011/DNPM/RJ-DFAM

890.076/2007-GRANIGEO CONSULTORIA LTDA-OF. N°870/2011/DNPM/RJ-DFAM

890.239/2007-GRANFER GRANITOS FERREIRA LTDA.-ME-OF. N°726/2011/DNPM/RJ-DFAM

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)

802.315/1978-J.M.Z INDUSTRIA DE PEDRAS E MAT. DE CONSTR. LTDA-PETRÓPOLIS/RJ - Guia n° 001/2011-50.000TONELADAS-GRANITO- Validade:10/03/2012

Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)

890.711/1998-ANTONIO DE FRANCA CARDOSO

890.263/2008-RIOUNA 10 MINERADORA LTDA.

Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)

890.059/2008-CRISPIM AUGUSTO LOURENÇO GOMES-ALVARÁ N°5.444/2009

890.060/2008-CRISPIM AUGUSTO LOURENÇO GOMES-ALVARÁ N°5.445/2009

Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)

890.048/2010-AREAL SÃO BENEDITO DE SEROPÉDICA LTDA ME-AI N°159/2011

Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento 30 dias(644)

890.664/2006-DALVA DE OLIVEIRA LOPES

890.115/2007-TELMO DE OLIVEIRA E PAULA

890.316/2007-AREAL MADRESSILVA LTDA

890.341/2007-JOAQUIM DE OLIVEIRA NOVAES

890.587/2007-ARNALDO EDUARDO GUINLE

890.109/2008-MÁRIO DA SILVA REIS

Fase de Concessão de Lavra

Prorroga o prazo para o início dos trabalhos de lavra(402)

890.206/1998-ANTARES AGUA MINERAL SERRA DE JACONÉ LTDA- Prazo:799/2011/DNPM/RJ-DFAM

Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)

005.314/1940-ÁGUAS NAZARETH INDUSTRIA E COMERCIO LTDA- AI N° 163/2011 , 164/2011 E 165/2011

890.206/1998-ANTARES AGUA MINERAL SERRA DE JACONÉ LTDA- AI N° 161/2011

890.226/2002-ÁGUA MINERAL NATURAL SERRA DE FLORES LTDA- AI N° 1.111/2008

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

003.529/1940-ÁGUAS MINERAIS SANTA CRUZ-OF. N°494/2011/DNPM/RJ-DFAM

005.314/1940-ÁGUAS NAZARETH INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°495/2011/DNPM/RJ-DFAM

004.561/1952-DAMIL EMPRESA DE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°492/2011/DNPM/RJ-DFAM

001.661/1967-FONTE SÃO FRANCISCO LTDA-OF. N°459/2011/DNPM/RJ-DFAM

890.098/1984-ITAMA AGROPECUARIA COMERCIAL E INDUSTRIALLTDA-OF. N°449/2011/DNPM/RJ-DFAM

890.302/1988-PEDRA BRANCA VIÇOSA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°460/2011/DNPM/RJ-DFAM

890.223/1991-EMPRESA PETROPOLITANA DE AGUAS MINERAIS LTDA-OF. N°452/2011/DNPM/RJ-DFAM

890.256/1991-MINERAÇÃO ACQUAFINE LTDA-OF. N°453/2011/DNPM/RJ-DFAM

890.413/2000-CLIMA 3 ÁGUAS MINERAIS LTDA-OF. N°451/2011/DNPM/RJ-DFAM

890.057/2001-IMOBILIÁRIA ARBOR LTDA-OF. N°493/2011/DNPM/RJ-DFAM

Auto de Infração multa - RAL /prazo para defesa ou pagamento: 30 dias(1693)

005.314/1940-ÁGUAS NAZARETH INDUSTRIA E COMERCIO LTDA- AI N°162/2011

RUI ELIAS JOSÉ

SUPERINTENDÊNCIA EM RONDÔNIA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 22/2011

Fase de Requerimento de Lavra

Torna sem efeito exigência(560)

886.207/2001-CORREA & REZENDE LTDA. ME-OF. N°2.679/2010-DOU de 06/10/2010, rel 141/10, pg. 98, com base no PARECER TECNICO exarado pela Procuradoria Jurídica.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

886.558/2004-GOMES & TOLEDO LTDA.-OF. N°1.162/2010-DOU de 27/08/2010,pg 89, rel. 122/10, com base no parecer tecnico nº 025/2011/DNPM/RO-AC, exarado pela Procuradoria Jurídica, torno sem efeito.

Fase de Autorização de Pesquisa

Torna sem efeito a caducidade do alvará de pesquisa-TAH(651)

886.352/2005-CLOVES BORBA FILHO- Publicado DOU de 08/06/2010, pg 58, rel. 80/10, Tendo em vista o PARECER TECNICO Nº 022/10/DNPM/RO-AC exarado pela Procuradoria Jurídica.

886.169/2009-SAMPAIO & CORTÊS MINERAÇÃO COM. ATACADISTA E EXP. D PEDRAS PRECIOSAS LTDA ME- Publicado DOU de de 21.10.2010, Rel. 149/10, pg. 85,tendo em vista o parecer tecnico nº 023/2011/DNPM/RO-AC exarado pela Procuradoria Jurídica.

RELAÇÃO Nº 23/2011

Fase de Autorização de Pesquisa

Torna sem efeito anuência da Cessão Total de Direitos(103)

886.552/2007-DAVI FERNANDES DE MORAIS- DOU de 17/03/2011,Pg. 69,Relação: 16/2011.

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

886.013/2001-BRITA NORTE MINERAÇÃO ENGENHARIA E TERRAPLANAGEM LTDA-OF. N°357/11 - SUP/DNPM/RO-AC

Determina o arquivamento definitivo do processo(279)

886.047/2006-PEGASUS LTDA ME

Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)

886.045/2009-EDILSON ALVES DE HUNGRIA -Alvará N°9.871/2009

Fase de Requerimento de Pesquisa

Determina arquivamento definitivo do processo(155)

886.222/2004-GUTEMBERG FRANCISCO DE SOUZA - F.I

Fase de Disponibilidade

Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)

886.274/2008-Mineração Santa Elina Ltda

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

886.356/2010-PEGASUS LTDA ME-Registro de Licença n°15/2011 de 17/03/2011-Vencimento em 12/02/2013; com base no cumprimento da decisão exarada nos autos do mandado de Segurança Individual nº 1078-97.2011.4.01.4100 acato a Mudança de Regime

AIRTON NOGUEIRA DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA EM MATO GROSSO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 59/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa

Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)

867.326/2010-JOSE EMERSON LEANDRO MASSON

Fase de Autorização de Pesquisa

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)

866.765/2004-BRASIL CENTRAL ENGENHARIA LTDA-Cessionário:Poconé Gold Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 12.932.467/0001-59- Alvará n°11931/2005

866.024/2005-BRASIL CENTRAL ENGENHARIA LTDA-Cessionário:Poconé Gold Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 12.932.467/0001-59- Alvará n°11946/2005

866.887/2005-BRASIL CENTRAL ENGENHARIA LTDA-Cessionário:Poconé Gold Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 12.932.467/0001-59- Alvará n°11949/2005

866.888/2005-BRASIL CENTRAL ENGENHARIA LTDA-Cessionário:Poconé Gold Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 12.932.467/0001-59- Alvará n°11950/2005

866.574/2006-BRASIL CENTRAL ENGENHARIA LTDA-Cessionário:Poconé Gold Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 12.932.467/0001-59- Alvará n°12163/2006

866.581/2006-BRASIL CENTRAL ENGENHARIA LTDA-Cessionário:Poconé Gold Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 12.932.467/0001-59- Alvará n°12165/2006

866.582/2006-BRASIL CENTRAL ENGENHARIA LTDA-Cessionário:Poconé Gold Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 12.932.467/0001-59- Alvará n°12166/2006

866.750/2006-BRASIL CENTRAL ENGENHARIA LTDA-Cessionário:Poconé Gold Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 12.932.467/0001-59- Alvará n°3598/2007

866.792/2006-BRASIL CENTRAL ENGENHARIA LTDA-Cessionário:Poconé Gold Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 12.932.467/0001-59- Alvará n°12300/2006

866.841/2006-BRASIL CENTRAL ENGENHARIA LTDA-Cessionário:Poconé Gold Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 12.932.467/0001-59- Alvará n°3606/2007

866.842/2006-BRASIL CENTRAL ENGENHARIA LTDA-Cessionário:Poconé Gold Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 12.932.467/0001-59- Alvará n°3464/2007

866.843/2006-BRASIL CENTRAL ENGENHARIA LTDA-Cessionário:Poconé Gold Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 12.932.467/0001-59- Alvará n°3465/2007

866.018/2007-BRASIL CENTRAL ENGENHARIA LTDA-Cessionário:Poconé Gold Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 12.932.467/0001-59- Alvará n°4018/2007

866.019/2007-BRASIL CENTRAL ENGENHARIA LTDA-Cessionário:Poconé Gold Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 12.932.467/0001-59- Alvará n°4019/2007

866.150/2007-BRASIL CENTRAL ENGENHARIA LTDA-Cessionário:Poconé Gold Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 12.932.467/0001-59- Alvará n°4631/2007

866.151/2007-BRASIL CENTRAL ENGENHARIA LTDA-Cessionário:Poconé Gold Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 12.932.467/0001-59- Alvará n°3994/2007

866.126/2008-BRASIL CENTRAL ENGENHARIA LTDA-Cessionário:Poconé Gold Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 12.932.467/0001-59- Alvará n°887/2009

866.616/2008-BRASIL CENTRAL ENGENHARIA LTDA-Cessionário:Poconé Gold Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 12.932.467/0001-59- Alvará n°11131/2008

866.698/2008-BRASIL CENTRAL ENGENHARIA LTDA-Cessionário:Poconé Gold Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 12.932.467/0001-59- Alvará n°6133/2009

866.699/2008-BRASIL CENTRAL ENGENHARIA LTDA-Cessionário:Poconé Gold Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 12.932.467/0001-59- Alvará n°3970/2009

866.700/2008-BRASIL CENTRAL ENGENHARIA LTDA-Cessionário:Poconé Gold Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 12.932.467/0001-59- Alvará n°6135/2009

867.331/2008-BRASIL CENTRAL ENGENHARIA LTDA-Cessionário:Poconé Gold Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 12.932.467/0001-59- Alvará n°3056/2009

866.405/2009-ANDREIA REIS ROBERTO- Cessionário:Liderança Materiais de Construção Ltda-ME- CPF ou CNPJ 03.888.200/0001-10- Alvará n°8084/2010

866.406/2009-RICARDO JACINTO DA SILVA- Cessionário:Liderança Materiais de Construção Ltda-ME- CPF ou CNPJ 03.888.200/0001-10- Alvará n°8085/2010

866.407/2009-MARIA GONÇALVES DE SANTANA- Cessionário:Liderança Materiais de Construção Ltda-ME- CPF ou CNPJ 03.888.200/0001-10- Alvará n°8080/2010

866.409/2009-RICARDO JACINTO DA SILVA- Cessionário:Liderança Materiais de Construção Ltda-ME- CPF ou CNPJ 03.888.200/0001-10- Alvará n°12110/2009

866.411/2009-ANDREIA REIS ROBERTO- Cessionário:Liderança Materiais de Construção Ltda-ME- CPF ou CNPJ 03.888.200/0001-10- Alvará n°12111/2009

866.412/2009-ELYS NAYARA REIS ROBERTO- Cessionário:Liderança Materiais de Construção Ltda-ME- CPF ou CNPJ 03.888.200/0001-10- Alvará n°8088/2010

866.413/2009-ELYS NAYARA REIS ROBERTO- Cessionário:Liderança Materiais de Construção Ltda-ME- CPF ou CNPJ 03.888.200/0001-10- Alvará n°12112/2009

866.414/2009-DIVINO GOMES ROBERTO- Cessionário:Liderança Materiais de Construção Ltda-ME- CPF ou CNPJ 03.888.200/0001-10- Alvará n°8089/2010

Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)

866.270/2009-CONSTIL CONSTRUÇÕES E TERAPLENAGEM LTDA -Alvará N°9798/2009

866.747/2009-MINAPAR EXPLORADORA DE MINÉRIOS LTDA -Alvará N°1919/2010

866.749/2009-MINAPAR EXPLORADORA DE MINÉRIOS LTDA -Alvará N°1920/2010

866.750/2009-MINAPAR EXPLORADORA DE MINÉRIOS LTDA -Alvará N°1926/2010

866.751/2009-MINAPAR EXPLORADORA DE MINÉRIOS LTDA -Alvará N°1601/2010

866.752/2009-MINAPAR EXPLORADORA DE MINÉRIOS LTDA -Alvará N°1927/2010

866.763/2009-MINAPAR EXPLORADORA DE MINÉRIOS LTDA -Alvará N°1928/2010

866.764/2009-MINAPAR EXPLORADORA DE MINÉRIOS LTDA -Alvará N°1610/2010

866.765/2009-MINAPAR EXPLORADORA DE MINÉRIOS LTDA -Alvará N°1611/2010

866.766/2009-MINAPAR EXPLORADORA DE MINÉRIOS LTDA -Alvará N°1612/2010

866.767/2009-MINAPAR EXPLORADORA DE MINÉRIOS LTDA -Alvará N°1921/2010

866.768/2009-MINAPAR EXPLORADORA DE MINÉRIOS LTDA -Alvará N°1922/2010

866.769/2009-MINAPAR EXPLORADORA DE MINÉRIOS LTDA -Alvará N°1923/2010

866.805/2009-MINAPAR EXPLORADORA DE MINÉRIOS LTDA -Alvará N°1616/2010

866.816/2009-MINAPAR EXPLORADORA DE MINÉRIOS LTDA -Alvará N°1625/2010

JOCY GONÇALO DE MIRANDA

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 87/2011

Fase de Autorização de Pesquisa

Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)

850.524/2000-AGROPALMA S A- AI N°198/2011

850.558/2007-OCTA FERRO S.A- AI N°0161/2011

Nega provimento ao recurso apresentado(244)

851.042/1991-JOÃO CARLOS MALINSKI

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)

850.017/1996-VALE S A- Cessionário:IMERYS RIO CAPIM CAULIM S/A.- CPF ou CNPJ 16.532.798/0001-52- Alvará n°5.457/1998

854.004/1996-VALE S A- Cessionário:IMERYS RIO CAPIM CAULIM S/A.- CPF ou CNPJ 16.532.798/0001-52- Alvará n°1.600/2000

850.507/2001-TECKCOMINCO BRASIL S.A.- Cessionário:CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA.- CPF ou CNPJ 04.667.009/0001-01- Alvará n°10.892/2003

850.672/2004-VALE S A- Cessionário:MINERAÇÃO PARAGOMINAS S/A.- CPF ou CNPJ 12.094.570/0001-77- Alvará n°11.320/2005

850.404/2007-PAN BRAZILIAN MINERAÇÃO LTDA.- Cessionário:CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA.- CPF ou CNPJ 04.667.009/0001-01- Alvará n°12.710/2010

851.090/2008-NATANAEL RODRIGUES DA SILVA- Cessionário:ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA.- CPF ou CNPJ 05.919.578/0001-60- Alvará n°11.370/2010

850.049/2009-LUIS FELIPE ZEENNI YOUNES- Cessionário:WTORRE MINERADORA LTDA.- CPF ou CNPJ 12.654.932/0001-37- Alvará n°11.098/2009

Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)

851.095/2008-ANIBAL PESSOA PICANÇO -Alvará N°3.535/2009

Aprova o relatório de Pesquisa(317)

850.243/2002-ALCOA WORLD ALUMINA BRASIL LTDA.-Bauxita

Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)

850.606/2003-VALE S A

850.610/2003-VALE S A

850.611/2003-VALE S A

Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)

850.607/2003-VALE S A-AI N°211/2011

850.608/2003-VALE S A-AI N°212/2011

850.609/2003-VALE S A-AI N°154/2011

850.612/2003-VALE S A-AI N°155/2011

850.632/2003-VALE S A-AI N°213/2011

Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento 30 dias(644)

850.724/1992-BRASILCA - MINERAÇÃO BRASILEIRA LTDA

850.725/1992-BRASILCA - MINERAÇÃO BRASILEIRA LTDA

850.726/1992-BRASILCA - MINERAÇÃO BRASILEIRA LTDA

850.727/1992-BRASILCA - MINERAÇÃO BRASILEIRA LTDA

850.729/1992-BRASILCA - MINERAÇÃO BRASILEIRA LTDA

850.820/1992-BRASILCA - MINERAÇÃO BRASILEIRA LTDA

853.250/1996-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

850.015/2006-MINERAÇÃO VILA PORTO RICO LTDA.

850.017/2006-MINERAÇÃO VILA PORTO RICO LTDA.

850.256/2006-PAULO DE ARAUJO MACHADO

850.257/2006-PAULO DE ARAUJO MACHADO

850.328/2006-TAMIN MINERAÇÃO LTDA

850.831/2006-XSTRATA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA.

850.835/2006-ST - SOUTO & TOLEDO MINERAÇÃO LIMITADA

850.836/2006-ST - SOUTO & TOLEDO MINERAÇÃO LIMITADA

850.837/2006-ST - SOUTO & TOLEDO MINERAÇÃO LIMITADA

850.325/2007-TOGRAN MINERACAO LTDA.

850.775/2007-MINERAÇÃO CARAJÁS LTDA.

Não conhece solicitação protocolizada por falta de previsão legal.(1865)

850.134/2006-ALCOA WORLD ALUMINA BRASIL LTDA.

Fase de Disponibilidade

Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)

300.642/2010-COOPERATIVA AGROMINERAL DOS GARIMPEIROS DO SERRADO

Indefere proposta de habilitação à área colocada em disponibilidade(359)

300.642/2010-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS SÃO JOSÉ -COOPERGARIMPEIROS

Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(1842)

850.145/2007-VALDEIR NICOLODI- AI N°67/2011

Multa aplicada/ prazo para pagamento 30 dias.(1843)

850.264/2001-BRASILCA - MINERAÇÃO BRASILEIRA LTDA -AI N°810/2010

850.316/2003-SEBASTIÃO DOMINGOS DOS REIS -AI N°044/2009

850.769/2006-ADILSON PEREIRA NUNES -AI N°1.173/2010

Fase de Concessão de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

800.040/1970-MINERAÇÃO GUANAMBI LTDA.-OF. N°293/2011

850.110/1999-CRISTAL COMERCIO INDUSTRIA AMAZONIA LTDA-OF. N°294/2011

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
850.043/2011-CONCEPAR CONSTRUTORA & COMÉRCIO DO PARÁ LTDA-Registro de Licença n°008/2011 de 24/02/2011-Vencimento em 29/11/2011
850.044/2011-CONCEPAR CONSTRUTORA & COMÉRCIO DO PARÁ LTDA-Registro de Licença n°009/2011 de 24/02/2011-Vencimento em 29/11/2011
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
850.419/2010-M Z S CHAVES ME
850.580/2010-ANTONIO VERIANO TRALDE
850.591/2010-CONSTRUTORA SANCHES TRIPOLONI LTDA
850.599/2010-CONSTRUTORA SANCHES TRIPOLONI LTDA
850.611/2010-CONSTRUTORA SANCHES TRIPOLONI LTDA
850.618/2010-SEMENGE S.A ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS
850.742/2010-JUSCELINO MARTINS DA CUNHA
850.857/2010-JUSCELINO MARTINS DA CUNHA
850.926/2010-FRANCISCO EVÊNCIO DA SILVA
850.979/2010-HELIO MARTINS CUNHA
Fase de Requerimento de Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
851.373/1991-VALE S A- Alvará n°1.207/1995 - Cessionário: IMERYS RIO CAPIM CAULIM S/A.- CNPJ 16.532.798/0001-52

RELAÇÃO Nº 98/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
850.827/2009-WALTER DE OLIVEIRA
850.847/2009-VALE S A
850.204/2010-RECURSOS MINERAIS DO BRASIL S.A
850.280/2010-METALMIG MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
850.367/2010-SERRA PELADA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO MINERAL
850.458/2010-CALTINS CALCÁRIO TOCANTINS LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
851.154/1992-VALE S A- AI N°0227/2011
851.155/1992-VALE S A- AI N°0228/2011
851.214/1992-VALE S A- AI N°0227/2011
850.319/2002-GOLD FIELDS DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA- AI N°976/2010
850.082/2003-MINERAÇÃO IRAJA LTDA.- AI N°1.069/2010
850.663/2006-CRISTIANO PAMPLONA DAIBES- AI N°1.112/2010
Multa aplicada/ prazo para pagamento 30 dias(225)
850.386/2004-SERABI MINERAÇÃO S.A. -AI N°14/2011
850.747/2006-IMPEX IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO COMÉRCIO REPRESENTAÇÃO LTDA -AI N°1.114/2010
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
850.418/2004-PAN BRAZILIAN MINERAÇÃO LTDA.- Cessionário:CURIONÓPOLIS MINERAÇÃO LTDA.- CPF ou CNPJ 09.413722/0001-42- Alvará n°1.459/2006
850.419/2004-PAN BRAZILIAN MINERAÇÃO LTDA.- Cessionário:CURIONÓPOLIS MINERAÇÃO LTDA.- CPF ou CNPJ 09.413722/0001-42- Alvará n°1.460/2006
850.420/2004-PAN BRAZILIAN MINERAÇÃO LTDA.- Cessionário:CURIONÓPOLIS MINERAÇÃO LTDA.- CPF ou CNPJ 09.413722/0001-42- Alvará n°1.461/2006
850.421/2004-PAN BRAZILIAN MINERAÇÃO LTDA.- Cessionário:CURIONÓPOLIS MINERAÇÃO LTDA.- CPF ou CNPJ 09.413722/0001-42- Alvará n°1.462/2006
850.259/2006-ITAMAR GOMES SILVA- Cessionário:SERRA NOVA MINERAÇÃO LTDA.- CPF ou CNPJ 11.892.330/0001-55- Alvará n°2.210/2007
850.301/2006-BRASIL MINERAL LTDA.- Cessionário:ABIMAEL BARBOSA DA ROCHA- CPF ou CNPJ 616.210.642-04- Alvará n°3.582/2009
850.555/2008-VALDIR DAL MORO- Cessionário:MULTICOMMERCE COM. IMP. EXP. LTDA.- CPF ou CNPJ 64.386.196/0001-87- Alvará n°13.786/2009
850.173/2010-JONAS FERREIRA DA SILVA- Cessionário:CMG MINERAÇÃO LTDA.- CPF ou CNPJ 09.293.908/0001-05- Alvará n°15.195/2010
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
850.282/2004-XSTRATA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA.
850.871/2007-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento 30 dias(644)
850.766/2006-LOGUIMINAS SERVIÇOS E MINERAÇÃO LTDA
850.083/2007-DIRCEU SANTOS FREDERICO SOBRINHO
850.268/2007-ANTARES MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-EPP
850.319/2007-ALEXANDRE SANTOS FREDERICO
850.654/2007-ARNALDO MACHADO PASSARINHO
850.704/2007-EURIPEDES JOSE DO CARMO
850.826/2007-LOGUIMINAS SERVIÇOS E MINERAÇÃO LTDA
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
850.260/2006-MARABÁ ÁGUAS EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA- Fonte: Tocantins e Castanheira, Marca: Nossa Água, Embalagem: 20 Litros- MARABÁ/PA
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento Auto Infração - TAH(637)
850.266/2003-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A-AI N°987, 1.042 e 1.048/2006
850.267/2003-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A-AI N°988, 1.043 e 1.049/2006
850.270/2003-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A-AI N°989, 1.044 e 1.050/2006
850.272/2003-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A-AI N°990, 1.045 e 1.051/2006
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
850.771/2006-FAZENDA E PEDREIRA SANTA MONICA LTDA-OF. N°2.075/2011

EVERY G. TOMAZ DE AQUINO

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 18/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Instaura processo administrativo de Declaração de Nulidade do Alvará(237)
846.226/2007-ELIZABETH PRODUTOS CERÂMICOS LTDA- OF. N° 280/2011
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
846.108/2000-MINERAÇÃO FLORENTINO LTDA-OF. N°382/2011
Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de Plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(538)
846.049/2011-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA
846.050/2011-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA
846.051/2011-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA
846.052/2011-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA
846.053/2011-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA
846.054/2011-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA
846.055/2011-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA
846.056/2011-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA

MARINA MOTTA BENEVIDES GADELHA

Ministério do Desenvolvimento Agrário

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 4, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA NO ESTADO DE SÃO PAULO - SR (08), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 132, inciso VI, da Estrutura Regimental deste Instituto, aprovada pelo Decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009, publicado no Diário Oficial do mesmo dia e de acordo com a competência que lhe foi delegada pela Portaria/MDA/Nº 20, de 08 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial do dia 09 seguinte e nos termos da delegação de competência contida na Instrução Normativa/ INCRA/Nº.43, de 29 de setembro de 2000, aprovada pela Resolução/CD/Nº 75, publicada no Diário Oficial da União do dia 05 de outubro de 2000, e:

Considerando as manifestações da Divisão de Obtenção de Terras e da Procuradoria Federal Especializada desta Superintendência Regional nos autos do PROCESSO ADMINISTRATIVO INCRA/SR(08)Nº. 54190.02729/2010-30, que decidiram pela regularidade da aquisição;

Considerando, finalmente a autorização contida na decisão do Comitê de Decisão Regional - CDR, consubstanciada na Ata da 2ª Reunião, realizada em 31 de janeiro de 2011, resolve:

I - AUTORIZAR, com base no Artigo 7º, Parágrafo 2º, do Decreto nº.74965, de 26 de novembro de 1974, o Senhor HANS JURGEN MEYER, de nacionalidade alemã, portador da Cédula de Identidade de Estrangeiro - Permanente RNE: V 0484343-X, válida até 27/12/2015, expedida pelo CGPI/DIREX/DPF E CPF Nº229.153.048-82, casado em regime de comunhão parcial de bens com Tânia Mara Carrilo Meyer, de nacionalidade brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 14.953.754-2, expedida pela SSP-SP com validade indeterminada, CPF nº 025.422.038-06, a adquirirem o imóvel rural denominado Sítio da Cachoeira, com área de 24,70 ha (vinte e quatro hectares e setenta ares), situado no Município de Itariri-SP, objeto das matrículas nº 73.649 e 73.650 da Circunscrição Imobiliária de Itanhaém, no Estado de São Paulo.

II - Que o prazo de validade desta Portaria é de 30 (trinta) dias, contados a partir de sua publicação.

RAIMUNDO PIRES SILVA

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 68, DE 18 DE MARÇO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso de suas atribuições, e com fulcro nos incisos I e II do parágrafo único do artigo 87 da Constituição Federal e no Decreto nº 7.446, de 1º de março de 2011, resolve:

Art. 1º Os limites para as despesas de diárias, passagens e locomoção de que trata o parágrafo 3º do artigo 3º do Decreto nº 7446/2011, para as unidades orçamentárias abaixo especificadas, serão os seguintes:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	LIMITE PARA EMPENHO	
	ATÉ JUNHO	ATÉ DEZEMBRO
MDIC	R$1.611.259,00	R$3.222.518,00
Fiscalização (subfunção:125)	R$16.786,00	R$33.572,00
Demais	R$1.594.473,00	R$ 3.188.946,00
INMETRO	R$3.169.511,00	R$6.339.022,00
Fiscalização(subfunção:665)	R$2.486.630,00	R$4.973.259,00
Demais	R$682.882,00	R$1.365.763,00
INPI	R$866.529,00	R$1.733.058,00
SUFRAMA	R$398.117,00	R$796.233,00
TOTAL	R$6.045.416,00	R$12.090.831,00

Art. 2º Ficam revogados os artigos 1º e 3º da Portaria nº 230, de 28 de novembro de 2007.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
BNDES E SUAS CONTROLADAS
CNPJ: Nº. 33.657.248/0001-89
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – SISTEMA BNDES
31 DE DEZEMBRO DE 2010

Senhor acionista e demais interessados:

Apresentamos o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras anuais do Sistema BNDES relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

I. AMBIENTE MACROECONÔMICO

A recente situação fiscal dos países da Zona do Euro vem se consolidando como um ponto vulnerável da recuperação da economia mundial. O expressivo crescimento dos déficits fiscais a partir de 2007-2008, cuja intenção seria combater os efeitos recessivos da crise internacional, gerou forte elevação do endividamento público como proporção do PIB na Europa, em especial de Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha. Essa combinação vem desencadeando uma aguda desconfiança nos mercados internacionais, elevando os custos não apenas de novas emissões de dívida soberana por esses países, mas também de rolagem/refinanciamento dos compromissos vigentes. Mesmo com a adoção de um pacote de financiamento à região no valor de € 750 bilhões, arquitetado pelas principais economias da Zona do Euro, os *spreads* de CDS – *Credit Default Swap* (uma medida de risco) dos países em situação fiscal mais frágil continuam em níveis elevados.

Ao longo do segundo semestre de 2010, a principal novidade na economia internacional foi o novo ciclo de quantitative easing (QE2) levado a cabo pelo FED, banco central americano. Essa política, de expansão monetária com compra de títulos visava a estimular a retomada da economia americana. Os principais efeitos, porém, fizeram-se sentir nos mercados cambiais, de commodities e financeiros. Diversos países viram suas moedas valorizarem-se perante o dólar nesse período. Em reunião do G-20, chegou-se a cunhar a expressão "Guerra Cambial" para caracterizar o momento. Outro mercado que foi profundamente afetado pelo QE2 foi o de commodities, cujos preços já recuperaram ou até mesmo ultrapassaram os recordes observados em 2007. Esse movimento levou a um aumento na inflação em diversos países, Brasil inclusive. A China, que mantém sua moeda relativamente atrelada ao dólar, e que tem um peso relevante de alimentos na composição de sua inflação, já iniciou um ciclo de aperto monetário.

No Brasil, o cenário econômico, ao final de 2010, mostrou-se benigno no que diz respeito ao crescimento econômico. O PIB a preços de mercado registrou, no terceiro trimestre de 2010, crescimento de 6,7% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Esse resultado deveu-se, basicamente, à formação bruta de capital fixo, que cresceu 21,2% no terceiro trimestre de 2010 em relação ao mesmo período do ano passado. O consumo das famílias - crescimento de 5,9% no mesmo período -, mas já apresenta sinais de desaceleração na margem enquanto o investimento mantém o crescimento marginal robusto.

Com relação ao balanço de pagamentos, as transações correntes apresentaram um déficit de US$ 11,4 bilhões (2,3% do PIB em 12 meses), saldo ligeiramente superior ao observado no mesmo período de 2009 (1,17% do PIB em 12 meses). As exportações do terceiro semestre de 2010 foram 11,3% superiores àquelas do período equivalente em 2009, ao passo que as importações sofreram aumento de 40,9%. O déficit em transações correntes pode ser explicado pela desvalorização do dólar frente ao real, resultado deficitário de serviços e rendas (US$ 50,5 bilhões acumulados de janeiro até setembro de 2010 contra US$ 35,8 bilhões no mesmo período de 2009), assim como o crescente déficit de viagens internacionais (US$ 3 bilhões no terceiro trimestre de 2010 contra US$ 1,7 bilhões no mesmo trimestre de 2009). O resultado líquido da conta de capitais avançou 52%, passando de US$ 205 milhões para US$ 312 milhões entre 2009 e 2010.

No que diz respeito à inflação, o IPCA apresentou variação de 5,9% em 12 meses. Alimentos e bebidas foram os principais responsáveis por este resultado, por apresentarem alta nos preços de itens específicos como carnes, açúcar e trigo. Para 2011, as expectativas apontam para uma inflação acima do centro da meta. No entanto, é de se esperar que o ciclo de expansão dos preços das commodities arrefeça, reduzindo, assim, as pressões inflacionárias no médio prazo.

Para 2011, espera-se que a economia brasileira siga crescendo, porém a uma taxa mais próxima de 4,5%, novamente impulsionado pela expansão da demanda doméstica. O destaque é a forte retomada dos investimentos. O crescimento do Brasil em 2011, acima da média mundial, virá acompanhado de maior déficit em transações correntes.

II. A EMPRESA

O BNDES, fundado em 1952, é uma empresa pública federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O capital do BNDES pertence inteiramente ao Governo Federal. Desde sua criação, o BNDES vem atuando como o principal instrumento do Governo Federal para execução de políticas de investimento, sendo a principal fonte de financiamento de longo prazo na economia brasileira. Suas linhas de apoio contemplam financiamentos de longo prazo a custos competitivos para o desenvolvimento de projetos de investimentos e para a comercialização de máquinas e equipamentos novos, fabricados no Brasil, bem como para o incremento das exportações brasileiras. A atuação da BNDESPAR, sua subsidiária integral, contribui ainda para o fortalecimento da estrutura de capital de empresas privadas e para o desenvolvimento do mercado de capitais.

Dentre as atividades compreendidas no objeto social do BNDES, conforme o artigo 9°, inciso VI, do seu estatuto social, está a realização, como entidade integrante do sistema financeiro nacional, de quaisquer operações nos mercados financeiro e de capitais.

O BNDES executa suas atividades diretamente ou por meio de duas de suas subsidiárias integrais. A BNDESPAR provê apoio financeiro para capitalização de empreendimentos controlados por grupos privados, enquanto a FINAME auxilia a expansão e modernização da indústria brasileira ao fornecer financiamento, usualmente por meio de agentes financeiros credenciados, para a aquisição de máquinas e equipamentos fabricados no Brasil. O BNDES oferece também, diretamente ou por meio da FINAME, financiamento às exportações de produtos e serviços, com foco especial em bens de capital e, eventualmente, bens de consumo com maior ciclo de comercialização. Adicionalmente, como parte da estratégia de ampliar o apoio à internacionalização das empresas brasileiras, o Banco inaugurou, em novembro de 2009, a sua subsidiária em Londres, a BNDES Limited, que se encontra em fase pré-operacional.

Os produtos e serviços do BNDES atendem às necessidades de investimentos de amplo espectro de empresas estabelecidas no Brasil, seja no que concerne ao porte – apoiando desde micro, pequena e médias até grandes empresas – seja no que concerne ao setor de atividade. Os produtos e serviços do BNDES (i) são acessíveis a empresas de diversos setores, tais como infraestrutura, agronegócio, produção de bens finais diversos, produção de insumos básicos, produção de bens de capital; e (ii) estão disponíveis para investimentos de cunho social. A parceria com outras instituições financeiras, com agências estabelecidas em todo Brasil, permite a disseminação do crédito, possibilitando um maior acesso aos recursos do BNDES.

A experiência do BNDES em alocar estes recursos, garantindo os maiores benefícios possíveis para o desenvolvimento nacional, tem contribuído para o crescimento da produção nacional de bens e serviços, expandido a oferta de postos de trabalho, promovido o desenvolvimento do mercado de capitais e incentivado a modernização econômica, os avanços tecnológicos e as melhores práticas de proteção ambiental e inclusão social.

PRINCIPAIS FATOS ADMINISTRATIVOS NO EXERCÍCIO DE 2010

Lançamento do programa BNDES ProCopa Turismo. O programa tem dotação orçamentária de R$ 1 bilhão e é destinado à construção, reforma e ampliação da rede hoteleira no Brasil, tendo em vista a demanda projetada pela realização, no País, da Copa do Mundo de 2014.

Reformulação das Políticas Operacionais. A proposta objetivou reorganizar os normativos, tanto nos aspectos de conteúdo, revisando conceitos e condições, quanto nos de forma, buscando facilidade e clareza no acesso à informação.

Alterações no programa microcrédito para ampliar alcance e duplicar desembolsos. Entre as mudanças, o Programa BNDES Microcrédito reduziu o valor mínimo de financiamento para agentes repassadores, o que permite credenciar maior número de instituições financeiras, e simplificou os procedimentos internos, a fim de reduzir o tempo entre o pedido de financiamento e a liberação de recursos.

Prorrogação do prazo de vigência do Programa BNDES de Sustentação do Investimento (BNDES PSI) para 31 de março de 2011.

Assinatura do Memorando de Entendimento entre os bancos de desenvolvimento dos países BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China). O documento estabelece diretrizes para cooperação técnica nas respectivas áreas de atuação e *expertise* das instituições envolvidas.

Premiação pelo Fundo da Amazônia na categoria ALIDE Verde do *Prêmio ALIDE 2010 – Buenas Praticas en las Instituiciones Financeiras de Desarrollo*.

Lançamento do Programa Cinema Perto de Você, parceria entre o BNDES, a Agência Nacional de Cinema (ANCINE) e os ministérios da Cultura e da Fazenda. A iniciativa apoiará projetos de expansão do parque exibidor cinematográfico brasileiro.

Assinatura de acordo de cooperação com o Export-Import Bank dos EUA (Ex-Im Bank). O objetivo do acordo é permitir que as duas instituições busquem oportunidades para promoverem, em conjunto, investimentos e projetos de interesse de empresas brasileiras e norte-americanas.

Criação do Programa BNDES Emergencial de Reconstrução dos Estados de Alagoas e Pernambuco (BNDES PER Alagoas e Pernambuco). O Programa destinará até R$ 1 bilhão para empresas localizadas em cidades afetadas pelas enchentes em junho de 2010.

Assinatura de memorando de entendimento com Japan Institute for Overseas Investment (JOI), entidade que busca orientar os investimentos do país asiático no exterior. O documento visa ampliar a cooperação entre as duas instituições.

(continuação)

Aprovação da criação do Programa ABC (Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura). O objetivo do programa é contribuir para a redução do desmatamento. Seus beneficiários serão produtores rurais e suas cooperativas, inclusive para repasse a cooperados.

Lançamento de projeto de estímulo à universalização do saneamento, o Saneamento em Foco. O objetivo do projeto é formar uma rede com os principais atores do setor, em busca de soluções para o desafio da universalização do serviço.

Recebimento do Selo Pró-Equidade de Gênero – 3ª edição, concedido pela Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, da Presidência da República. O programa Pró-Equidade de Gênero é uma iniciativa do Governo Federal, cujo objetivo é estimular a igualdade de condições no ambiente de trabalho, por meio da adoção de novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional.

Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica e Financeira com Instituto Votorantim para ações de inclusão socioprodutiva. O objetivo do acordo é apoiar projetos de qualificação profissional e estruturação de atividades produtivas em municípios com indicadores sociais críticos nas cinco regiões do País.

Aprovação da Política Corporativa de Arquivos do BNDES (PCA). Com a implementação das atividades previstas, será desenvolvido um conjunto de instrumentos de gestão que representem o universo documental do BNDES, subsidiando a recuperação da informação, melhorando o acesso e preservando o acervo representativo da memória institucional.

Recebimento do Prêmio TI & Governo 2010, promovido pelo Anuário TI & Governo. Na avaliação foram julgados 20 projetos, divididos em três categorias: e-Administração Pública, e-Serviços Públicos e e-Democracia.

Recebimento do Selo Amigo dos Catadores, concedido pelo Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis. A entrega foi um reconhecimento ao apoio do BNDES a projetos de coleta seletiva de lixo com inclusão social de catadores de materiais recicláveis.

CUSTOS FINANCEIROS

A taxa de juros final aos beneficiários dos empréstimos concedidos pelo BNDES varia conforme a forma de apoio, tipo de operação, natureza e região, sendo composta:

Nas Operações Diretas:	Custo Financeiro + Remuneração do BNDES + Taxa de Risco de Crédito
Na Operações Indiretas:	Custo Financeiro + Remuneração do BNDES + Taxa de Intermediação Financeira + Remuneração da Instituição Financeira Credenciada

O **custo financeiro** reflete o custo de captação de recursos pelo BNDES e varia de acordo com as fontes destes recursos (FAT, Tesouro Nacional, Organismos Multilaterais, dentre outros).

Os principais custos de captação do BNDES estão associados a TJLP, dólar e cesta de moedas. Em menor escala, ao IPCA e à Selic.

As linhas de apoio à exportação utilizam também a LIBOR acrescida da variação do dólar norte-americano ou a TJFPE – Taxa de juros fixa pré-embarque acrescida da variação do dólar norte-americano.

A **remuneração do BNDES** varia conforme cada Produto, Linha de Financiamento, Programa ou Fundo, podendo chegar a 2,5% a.a.. Tem por objetivo cobrir as despesas operacionais e garantir retorno sobre o patrimônio líquido consolidado do BNDES.

A **taxa de risco de crédito** pode chegar a 3,57% a.a*., de acordo com a classificação de risco de crédito do tomador do financiamento, e visa cobrir os riscos de perdas por inadimplência na carteira.

* Aplicáveis às empresas e grupos econômicos não financeiros até 31/12/10

Nas operações indiretas a taxa de risco de crédito é substituída pela **taxa de intermediação financeira**, que reflete o risco sistêmico das Instituições Financeiras Credenciadas, limitada a 0,5% a.a. De acordo com o tamanho da Companhia financiada e/ou com o programa de investimento ao qual o projeto está vinculado, a taxa de intermediação financeira é isentada.

A **remuneração da instituição financeira credenciada** é a taxa que reflete o risco de crédito assumido pelas Instituições Financeiras Credenciadas, e será negociada diretamente entre o beneficiário e a instituição repassadora dos recursos.

FONTES DE RECURSOS

Para dar suporte às suas atividades, o BNDES demanda recursos adequados. As particularidades da oferta doméstica de crédito no país, concentrada no curto prazo, conduziram o governo à busca de soluções alternativas de captação de recursos para apoiar projetos de investimento de longo prazo. A Constituição Federal de 1988 assegurou fonte estável de recursos para o BNDES, o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. Esta fonte resulta basicamente da unificação dos fundos constituídos com recursos do Programa de Integração Social - PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP. De acordo com a Constituição Federal, 60% da arrecadação do FAT destinam-se a custear o seguro-desemprego e o abono salarial e 40% são aplicados pelo BNDES em programas de desenvolvimento econômico.

Desde 2008 as captações do Tesouro Nacional vem se tornando uma fonte siginificativa de recursos. A lei nº 11.948/09 autorizou a concessão de créditos de até R$ 100 bilhões para o BNDES, integralmente captados em 2009. De forma a garantir recursos suficientes para atender a demanda por desembolsos em 2010, foi publicada a MP 472/09, que alterou o limite de crédito previsto na lei 11.948/09 e garantiu ao BNDES linha de crédito adicional de R$ 80 bilhões, integralmente liberados no segundo trimestre de 2010. Ainda em 2010, foi publicada a MP 505/10 que autorizou a concessão de R$ 30 bilhões ao BNDES, dos quais, R$ 24,8 bilhões, captados sob a forma de LFT (Letras Financeiras do Tesouro), foram utilizados para integralização de ações de emissão da Petrobras.

Adicionalmente, o BNDES conta com recursos provenientes de: retorno das suas operações, monetização de ativos de sua carteira, participações societárias, recursos captados no mercado internacional de capitais, seja através de organismos multilaterais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial, seja com a emissão de bonds, recursos captados no mercado interno, através da emissão de debêntures pela BNDESPAR, recursos captados via Fundos Institucionais, como FMM (Fundo da Marinha Mercante), FGI (Fundo Garantidor de Investimentos), dentre outros.

SUBSIDIÁRIAS

Em 31/12/10, o BNDES possuía três subsidiárias integrais: BNDES Participações S/A – BNDESPAR, Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME e BNDES Limited. Através da BNDESPAR, o BNDES contribui para o fortalecimento da estrutura de capital de empresas privadas brasileiras e para o desenvolvimento do mercado de capitais, mediante participações acionárias e aquisição de debêntures conversíveis. Já a FINAME concede apoio, através de agentes financeiros credenciados, à expansão e modernização da indústria brasileira, através de financiamento para a aquisição de máquinas e equipamentos fabricados no Brasil e de financiamentos a exportações e importações.

A atuação da **BNDESPAR** é direcionada a apoiar o processo de capitalização e o desenvolvimento de empresas nacionais. A BNDESPAR atua principalmente através de participações societárias de caráter minoritário e transitório, buscando oferecer apoio financeiro às empresas brasileiras sob a forma de capital de risco e, simultaneamente, estimular o fortalecimento e a modernização do mercado de valores mobiliários.

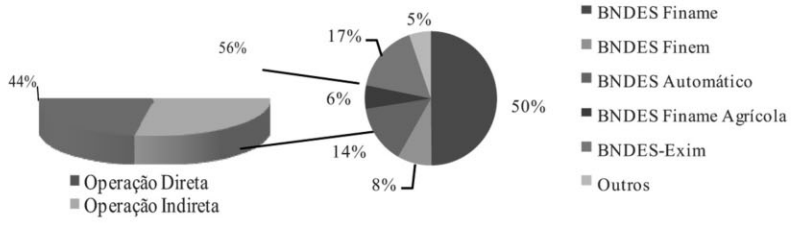
A **FINAME** tem como missão a promoção do desenvolvimento, a consolidação e a modernização do parque brasileiro produtor de bens de capital, mediante financiamento à comercialização, no Brasil e no exterior, de máquinas e equipamentos fabricados no país. Para cumprir sua missão, a FINAME atua através de repasse de recursos a uma extensa rede de instituições financeiras credenciadas, aumentando, assim, a sua capilaridade, a sua simplicidade e a sua agilidade, atendendo a clientes de praticamente todos os segmentos produtivos.

A **BNDES Limited** foi constituída no primeiro trimestre de 2009, sob as leis do Reino Unido, como uma sociedade limitada, com capital autorizado de £ 100.000.000,00 (cem milhões de libras esterlinas), tendo sido integralizados £ 3.536.301,00 até 31/12/10. Em 04 de novembro de 2009, a BNDES Limited foi inaugurada em Londres e se encontra em fase pré-operacional.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Os desembolsos do Sistema BNDES, sem incluir os desembolsos ao mercado secundário, somaram R$ 168.423 milhões em 2010, valor 23,5% superior aos R$ 136.356 milhões registrados em 2009. Abaixo segue perfil dos desembolsos realizados em 2010:

DESEMBOLSOS - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010*
(NÃO INCLUI OS DESEMBOLSOS AO MERCADO SECUNDÁRIO)



Em relação ao desembolso por porte de empresa, destaca-se o crescimento 103,9% do desembolso a micro e pequenas empresas, substancialmente superior ao crescimento de 9,2% do desembolso a grandes empresas. O desembolso a pessoas físicas e a médias empresas apresentou crescimento de 67,0% e 86,8%, respectivamente.

Em relação ao desembolso por região, as regiões Sudeste e Sul representaram 58,2% e 17,9%, respectivamente, do total, enquanto Nordeste, Norte e Centro-Oeste representaram 10,2%, 7,0% e 6,7%, respectivamente.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100091

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 2009, como parte do processo de convergência às IFRS, a CVM emitiu diversos Pronunciamentos Técnicos e interpretações para aplicação mandatória nas demonstrações contábeis do exercício de 2010 pelas Companhias por ela reguladas. A BNDESPAR, subsidiária integral do BNDES, está sujeita às normas emitidas pela CVM e, como tal, aplicou estes Pronunciamentos Técnicos e interpretações nas demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31/12/10.

A aplicação desses Pronunciamentos Técnicos e interpretações pela BNDESPAR trouxe dois efeitos relevantes para o BNDES, os quais decorrem de práticas contábeis aceitas pelo BACEN desde 2001/2002 que não eram adotadas pelo BNDES em virtude da CVM não permitir sua aplicação pela BNDESPAR. São eles:

(i) classificação das participações societárias em não coligadas na categoria "TVM - disponível para venda", seguindo as orientações contidas na Circular 3.068/01 do CMN. Como resultado desta classificação, tais participações passaram a ser registradas pelo seu valor justo, em contrapartida a uma conta de patrimônio líquido denominada "Ajuste de Avaliação Patrimonial". A diferença entre o valor justo e o valor contábil destas participações totalizou R$ 44.567 milhões em 31/12/10 (R$ 29.414 milhões líquido dos efeitos tributários); e

(ii) mensuração e registro dos instrumentos financeiros derivativos, embutidos ou isolados, contidos em operações de participações societárias ou debêntures com cláusula de opção/conversão, suportado pela Circular 3.082/02 do CMN. Por tratar-se de derivativos, seu registro é feito em contrapartida ao resultado do exercício, sendo a parcela referente ao saldo de abertura lançada em contrapartida a lucros acumulados (ajuste de exercícios anteriores). O impacto acumulado em 31/12/10, já líquido dos efeitos tributários, foi de R$ 497 milhões, dos quais R$ 265 milhões em contrapartida a lucros acumulados e R$ 232 milhões em contrapartida ao resultado do exercício de 2010.

1) Indicadores Econômico-Financeiros

R$ milhões, exceto percentuais

Resultado	2010	2009	Evolução %	4° TRIM/10	4° TRIM/09	Evolução %
Resultado com Operações Financeiras	7.039	5.821	20,9	2.480	1.424	74,2
Resultado com Participações Societárias	6.159	3.990	54,4	2.612	1.503	73,8
Provisão para Risco de Crédito	2.852	(6)	(47.633,3)	992	197	(603,6)
Outras Receitas e Despesas Líquidas	(1.851)	(833)	122,2	(647)	1.758	(136,8)
Tributação sobre o Lucro	(4.286)	(2.237)	91,6	(1.001)	816	22,7
Lucro (prejuízo) Líquido (LL)	9.913	6.735	47,2	4.436	3.672	20,8
Balanço Patrimonial	**dez/10**	**dez/09**	**Evolução %**	**dez/10**	**set/10**	**Evolução %**
Ativo Total (AT)	549.020	386.633	42,0	549.020	492.481	11,5
Disponibilidades e Aplicações Financeiras	10.130	2.012	403,5	10.130	2.311	338,3
Títulos e Valores Mobiliários	145.930	76.097	91,8	145.930	122.662	19,0
Operações de Créditos e Repasses	361.575	283.671	27,5	361.575	340.120	6,3
Outros Ativos	19.678	12.619	55,9	19.678	16.381	20,1
Investimento, Imobilizado, Intangível e Diferido	11.707	12.234	(4,3)	11.707	11.007	6,4
Empréstimos e Repasses	430.421	304.763	41,2	430.421	419.404	2,6
Captações no Mercado	-	13.741	(100,0)	-	4.035	(100,0)
Depósitos Interfinanceiros	-	3.259	(100,0)	-	-	-
Outras Obrigações	52.700	37.242	41,5	52.700	36.319	45,1
Patrimônio Líquido (PL)	65.899	27.628	138,0	65.899	32.723	101,4
Patrimônio Líquido/Ativo Total (PL/AT)	12,00%	7,15%	-	12,00%	6,64%	-
Capitalização	**dez/10**	**dez/09**		**dez/10**	**set/10**	
Requerimento de Capital	18,6%	17,6%		18,6%	16,4%	
Imobilização	0,4%	0,4%		0,4%	0,5%	
Indices Financeiros	**dez/10**	**dez/09**	**Evolução %**	**dez/10**	**set/10**	**Evolução %**
Inadimplência/Carteira T [1/]	0,15%	0,20%	(0,05)	0,15%	0,18%	(0,03)
PDD/Carteira Total [1/]	1,15%	1,61%	(0,46)	1,15%	1,50%	(0,35)
PDD/Créditos Inadimpk [1/]	7,65	8,05	(0,40)	7,65	8,31	(0,66)
	2010	**2009**	**Evolução %**	**4° TRIM/10**	**4° TRIM/09**	**Evolução %**
Retorno s/ Ativos (LL/ . médio) [2/]	2,12%	2,03%	0,09	0,85%	0,98%	(0,12)
Retorno s/ PL (LL/ médio) [3/]	21,20%	25,47%	4,27	9,00%	13,55%	(4,56)

[1/] Inclui Operações de Crédito e Repasses Interfinanceiros.
[2/] ATmédio = (ATinicial + ATfinal) / 2. [3/] PLmédio = (PLinicial + PLfinal) / 2.

2) Resultado

O Sistema BNDES encerrou o exercício de 2010 com **lucro líquido** de R$ 9.913 milhões, resultado 47,2% superior ao registrado no exercício anterior. Esse crescimento é explicado por:

i. acréscimo de R$ 2.169 milhões (54,4%) no resultado com participações societárias;
ii. acréscimo de R$ 1.218 milhões (20,9%) no produto bruto da intermediação financeira; e
iii. receita com provisão para risco de crédito no valor de R$ 2.852 milhões, em contraposição à despesa de R$ 6 milhões registrada em 2009; e

O acréscimo no resultado com participações societárias foi determinado pelo aumento no resultado com alienações de TVM, que passou de R$ 1.159 milhões em 2009 para R$ 3.239 milhões em 2010. As principais operações realizadas em 2010 envolveram ações de Telemar Participações, Banco do Brasil, Petrobras, Rio Polímeros e Light, que juntas responderam por 68,2% deste resultado (R$ 2.056 milhões).

O crescimento no produto bruto de intermediação financeira foi sustentado por: (a) receita extraordinária de R$ 522 milhões referente a prêmio recebido pela BNDESPAR em operação específica para postergação de prazo para conversão mandatória de debêntures, conforme previsto na escritura; e (b) crescimento da carteira de crédito e TVM suportado pelas recentes captações do TN.

A receita com reversão da provisão para risco de crédito foi formada basicamente por recuperações de crédito, num total de R$ 2.286 milhões.

3) Balanço Patrimonial

O crescimento do **ativo total** do Sistema BNDES nos últimos anos, deve-se, principalmente, ao aumento do volume de operações de crédito e TVM, suportado por captação de recursos de longo prazo notadamente do Tesouro Nacional. Em 2010 destaca-se ainda o ajuste a valor justo da carteira de investimentos em não coligadas que gerou um efeito de R$ 44.567 milhões em relação a 31/12/09, conforme já comentado. Em 31/12/10, o ativo total atingiu R$ 549.020 milhões, refletindo crescimento de 42,0% em relação 31/12/09, suportado substancialmente pela entrada de recursos do TN no total de R$ 107 bilhões.

O crescimento de 168,8% da **carteira de títulos e valores mobiliários** em relação a 31/12/09 reflete a reclassificação, pela BNDESPAR, dos investimentos em sociedades não coligadas para o grupo de títulos e valores mobiliários, avaliados a valor justo. No BNDES, a correspondência deste efeito foi suportada pela Circular BACEN 3.068/01.

Em 31/12/10, a **carteira de títulos e valores mobiliários** somava R$ 145.930 milhões, dos quais R$ 95.908 milhões referentes a investimentos em sociedades não coligadas, R$ 17.839 milhões à carteira de debêntures, líquida de provisão, R$ 16.745 milhões a Notas do Tesouro Nacional e R$ 5.955 milhões a Letras Financeiras do Tesouro. Os R$ 9.484 milhões restantes compreendem Fundos exclusivos de aplicação financeira (3.966 milhões), Letras do Tesouro Nacional (R$ 2.939 milhões), cotas de fundos de renda variável (R$ 2.023 milhões) e Instrumentos Financeiros Derivativos (R$ 556 milhões).

Em relação à intenção de alienação dos títulos e valores mobiliários por parte da Administração, do total da carteira líquida de R$ 145.930 milhões, 82,5% (R$ 120.422 milhões) encontravam-se classificados na categoria "Disponíveis para Venda". Foram classificados R$ 15.825 milhões (10,8%) como "Mantidos até o Vencimento", uma vez que o BNDES tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los, e R$ 9.063 milhões (6,2%) em "Títulos para Negociação". O 0,5% restante é representado por instrumentos financeiros derivativos (R$ 556 milhões) e títulos vinculados à prestação de garantias (R$ 63 milhões).

A **carteira de operações de crédito e repasses interfinanceiros**, líquida da provisão para risco de crédito, é responsável por 65,9% do ativo total em 31/12/10, tendo apresentado aumento de 27,5%, em relação a 31/12/09. Do total da carteira líquida, 50,2% estão representados por operações de crédito e 49,8%, por repasses interfinanceiros.

Conforme Resolução CMN nº 2.682/99, a **carteira de crédito** do Sistema BNDES é segregada em níveis crescentes de risco, que vão de AA a H. Em 31/12/10, 98,5% da carteira de operações de crédito e repasses estava concentrada nos níveis de risco AA a C, considerados de baixo risco. Os **créditos inadimplentes** somaram R$ 551 milhões, correspondendo a 0,15% da carteira bruta total, sendo que 94,0% desses créditos não representam riscos para o resultado do BNDES uma vez que já se encontram provisionados. O total da provisão para risco de crédito, de R$ 4.215 milhões, correspondeu a 7,7 vezes o total dos créditos inadimplentes.

QUALIDADE DA CARTEIRA DE CRÉDITO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Classificação de Risco	BNDES Consolidado	SFN	Instituições Financeiras Privadas
AA - C	98,5%	92,6%	92,0%
D - G	1,0%	4,4%	4,8%
H	0,5%	3,0%	3,2%
TOTAL	**100,0%**	**100,0**	**100,0**

Em 31/12/10 a rubrica **Investimentos é composta majoritariamente pelos investimentos em** coligadas mantidos pela BNDESPAR e não apresentou variação significativa em relação a 31/12/09.

Os empréstimos e repasses do **Tesouro Nacional** e do **FAT** são as principais fontes de recursos do BNDES, representando, respectivamente, 45,2% e 24,1% do passivo total. A partir do 3º trimestre de 2009, o Tesouro Nacional passou a ser a principal fonte de recursos do BNDES, posição historicamente ocupada pelo FAT, devido ao volume de recursos captados em 2009, que totalizou R$ 105 bilhões, e em 2010 (R$ 107 bilhões).

Em relação ao **FAT**, verifica-se crescimento de 8,0% entre 2009 e 2010 devido ao ingresso de R$ 11.380 milhões sob a rubrica **FAT Constitucional**, valor este superior ao ingresso de R$ 9.626 milhões registrado em 2009. Quanto aos recursos sob a rubrica **FAT Depósitos Especiais**, verifica-se crescimento de R$ 300 milhões no ingresso de recursos entre 2009 e 2010.

Adicionalmente ao FAT e ao Tesouro Nacional, o BNDES possui outras importantes fontes de recursos na composição de seu funding, como:

a. Fundo da Marinha Mercante (**FMM**), **Fundo PIS-PASEP, FGTS** e seu fundo de investimento, o **FI-FGTS**;
b. **captações no mercado externo,** notadamente mediante a emissão de *bonds*;
c. **emissão de debêntures** pela BNDESPAR;
d. **operações compromissadas; e**
e. **depósitos interfinanceiros**, junto a instituições financeiras privadas nacionais.

Em 31/12/10, essas fontes totalizaram R$ 75.883 milhões, o equivalente a 13,8% das fontes de recursos do BNDES.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

As **captações no mercado externo** apresentaram crescimento de 20,1% entre 2009 e 2010, reflexo basicamente de emissões de *bonds*, que totalizaram R$ 3.417 milhões em 2010, e da captação de recursos do BID, realizada em dezembro, no valor de R$ 1.697 milhões. Entre as principais instituições internacionais com as quais o BNDES mantém operações estão o Banco Japonês de Cooperação Internacional (JBIC), o *China Development Bank* (CDB), o Banco de Crédito Alemão para Reconstrução Econômica (KfW), o Banco Nórdico de Investimento (NIB), o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID).

A captação através de **depósitos interfinanceiros** teve início em janeiro de 2008, compondo a estratégia de gestão dos fluxos de recursos para suprir a demanda por desembolsos. As **operações compromissadas** referem-se às operações contratadas com o Banco do Brasil de venda de títulos públicos federais integrantes da carteira do BNDES, com compromisso de recompra e prazo de vencimento no curto prazo, remuneradas a taxa Selic. As oscilações nestes saldos estão associadas à gestão financeira dos fluxos de disponibilidades para suprir a demanda por desembolsos. Com a entrada de novos recursos do TN e a monetização de parcela de títulos públicos da carteira de TVM, a demanda por recursos de curto prazo foi reduzida, o que explica a não existência de saldo em 31/12/10.

O saldo de **outras obrigações** apresentou crescimento de 41,5% entre 2009 e 2010 devido ao reconhecimento de IR e CSLL diferidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação dos CPCs pela BNDESPAR, notadamente o registro e marcação a valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e a marcação a valor justo dos investimentos em não coligadas, que gerou impacto em torno de R$ 15 bilhões.

O **Patrimônio Líquido** apresentou crescimento de 138,5% entre 2009 e 2010, em função de: (a) capitalizações realizadas em 2010, no montante de R$ 7.200 milhões; e (b) reconhecimento de R$ 29.173 milhões, líquido de tributos, a título de ajuste de avaliação patrimonial, contra-partida das variações no valor justo dos ativos classificados como disponível para venda. As capitalizações ocorreram em duas *tranches*: a primeira, em novembro, no valor de R$ 2.700 milhões, por meio da transferência de parte dos direitos da União decorrentes de adiantamentos para futuro aumento de capital da Eletrobrás, e a segunda, em dezembro, no valor de R$ 4.500 milhões, por meio da transferência de 139.754.560 ações ON da Petrobras.

Em relação aos limites operacionais, o **índice de Basiléia** ficou em 18,6% (17,5% em 31/12/09), superior ao nível mínimo exigido pelo Banco Central, de 11%. O BNDES encerrou 2010 enquadrado em todos os limites prudenciais.

III. GESTÃO DE RISCOS

Em conformidade com os normativos internos e externos e de acordo com os objetivos estabelecidos pela Alta Administração, a Área de Gestão de Risco do BNDES é responsável por:

a) Definir e propor ao Conselho de Administração as diretrizes gerais de gestão de riscos e controles internos para o BNDES e suas subsidiárias;
b) Monitorar os níveis de exposição a riscos;
c) Analisar e monitorar os requerimentos de capital regulatório;
d) Analisar a evolução das provisões para devedores duvidosos e os seus impactos no resultado do BNDES e de suas subsidiárias;
e) Avaliar a qualidade dos controles internos existentes no Sistema BNDES, a definição de responsabilidades, a segregação de funções, os riscos envolvidos e a conformidade dos processos aos normativos internos e externos, propondo medidas para o seu aprimoramento; e
f) Disseminar cultura de controles internos e de gestão de riscos no âmbito do Sistema BNDES.

Ao longo de 2010 foram realizados diversos trabalhos de verificação de conformidade e avaliação dos controles internos nos processos do Banco. Está em andamento processo licitatório que objetiva a contratação de consultoria especializada para implantação de Sistema de Gestão da Continuidade de Negócios. Deu-se continuidade à implantação de um sistema integrado de gestão de risco de mercado e liquidez, que entrou em fase de operação assistida a partir de janeiro de 2011. Para gestão do risco de crédito destacam-se a aquisição de software específico, cuja implementação deverá ser concluída até o final do exercício de 2011, e a aprovação da Política Corporativa de Gestão de Risco de Crédito.

Controles Internos

O BNDES busca promover o contínuo aprimoramento dos controles internos, com base nos fundamentos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2554/98 e pela Política Corporativa de Controles Internos. Neste intuito, são realizadas atividades de avaliação dos riscos e dos controles internos existentes nos processos de trabalho, bem como da conformidade aos normativos internos e externos. Os relatórios contendo as conclusões dessas avaliações são submetidos ao Comitê de Gestão de Riscos e à Alta Administração.

A atividade permanente de disseminação da cultura de controles internos é baseada em um processo de comunicação, pautado na ética e na transparência. Além da divulgação da Política de Controles Internos e a disponibilização de informações relacionadas ao tema na intranet da Instituição, o BNDES realiza palestras para novos funcionários no processo corrente de renovação do quadro funcional, onde se procura destacar a importância do tema controles internos.

Risco Operacional

O Risco Operacional se refere à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos. O conceito inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. Diferentemente dos riscos de mercado e de crédito, sua gestão e mitigação envolve todas as Áreas da Instituição.

Cabe à unidade responsável pelo gerenciamento do risco operacional auxiliar as demais unidades na identificação e avaliação desses riscos. Para tanto, são seguidos os preceitos constantes da Política Corporativa de Gestão de Risco Operacional do BNDES, bem como aqueles constantes da Política Corporativa de Gestão da Continuidade de Negócios do BNDES. Ambas estabelecem o conjunto de princípios, ações, papéis e responsabilidades relativos aos temas na instituição. A estrutura de gerenciamento do risco operacional encontra-se divulgada em: http://www.bndes.gov.br/BNDES_Transparente.

Visando disseminar a cultura de riscos operacionais na instituição, consta do programa de capacitação de novos funcionários, módulo específico sobre o tema, que vem sendo regularmente ministrado aos novos empregados. Também estão disponíveis informações sobre Riscos Operacionais para o público interno, na intranet.

Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco de ocorrência de perdas financeiras resultantes da alteração nos valores de mercado de posições ativas e passivas detidas pela Instituição, dentre as quais se incluem os riscos das operações sujeitas à variação da cotação de moeda estrangeira, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços de mercadorias (commodities).

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado e a política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez do BNDES e de suas subsidiárias definem o conjunto de metodologias, procedimentos, limites, instrumentos e responsabilidades aplicáveis no controle permanente dos processos internos da instituição, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos. A estrutura completa para gerenciamento do risco de mercado do BNDES está disponível para acesso público em: http://www.bndes.gov.br/BNDES_Transparente.

Devido a sua natureza de Banco de Desenvolvimento, o BNDES possui baixa exposição em risco de mercado. Em particular, o BNDES segue uma estratégia de baixa exposição em moedas estrangeiras, sendo os limites monitorados diariamente.

Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco associado à possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas nas renegociações e aos custos de recuperação. Desse modo, a gestão do risco de crédito no BNDES permeia todo o processo de concessão, monitoramento, cobrança e recuperação de créditos, englobando a atuação de diversas áreas.

A política corporativa de gestão de risco de crédito, aprovada durante o exercício de 2010, formalizou o processo de gestão do risco de crédito do BNDES e de suas subsidiárias, estabelecendo responsabilidades, princípios, diretrizes, processos e procedimentos necessários à identificação, mensuração, monitoramento, controle e mitigação dos riscos aos quais o BNDES está exposto. A formalização da política, bem como a estrutura de gerenciamento do risco de crédito no BNDES, cumpre as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 3.721/2009.

O BNDES apura mensalmente o cálculo da parcela referente ao capital regulatório para risco de crédito (PEPR) pelo método padronizado, conforme definido pela Circular 3.360/07 do BACEN. Com a finalidade de comparar o valor atualmente apurado de acordo com a metodologia padronizada com aquele proveniente da aplicação de estimativas internas de probabilidade de inadimplência e taxas de recuperação, o BNDES realiza estimativas do Valor em Risco para a carteira de créditos, inclusive com a utilização de cenários de stress.

Na Nota Explicativa nº 34 às demonstrações financeiras do BNDES estão descritas as principais atividades relacionadas a cada qualidade de risco acima apresentada desempenhadas no exercício de 2010.

IV. GOVERNANÇA CORPORATIVA

No Sistema BNDES, a adoção das melhores práticas de governança corporativa tem por objetivo otimizar o desempenho da Instituição, protegendo seu acionista único, o Governo Federal, bem como as partes

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100093

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

interessadas (*stakeholders*), tais como empregados, credores, trabalhadores (através do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador, como principal fonte de recursos do Sistema BNDES) e a sociedade em geral, além de facilitar o acesso aos investimentos e financiamentos de capital. A análise das práticas de governança corporativa aplicadas ao Sistema BNDES deve oferecer, principalmente, transparência, equidade de tratamento dos interessados e prestação de contas.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do BNDES é composto por onze membros, entre eles o Presidente do Conselho, sendo quatro indicados, respectivamente, pelos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Trabalho e Emprego, da Fazenda e das Relações Exteriores e os demais pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O Presidente do BNDES exerce a Vice-Presidência do Conselho.

Os membros do Conselho de Administração serão nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros de notórios conhecimentos e experiência, idoneidade moral e reputação ilibada, com mandato de três anos, contados a partir da data de publicação do ato de nomeação, podendo ser reconduzidos por igual período.

O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada trimestre do ano civil e, extraordinariamente, sempre que for convocado pelo Presidente, a seu critério, ou por solicitação de, pelo menos, dois de seus membros. O Conselho somente deliberará com a presença de, pelo menos, seis de seus membros.

O Conselho de Administração tem como algumas de suas atribuições: *i)* opinar, quando solicitado pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, sobre questões relevantes pertinentes ao desenvolvimento econômico e social do País e que mais diretamente se relacionem com a ação do BNDES; *ii)* aconselhar o Presidente do BNDES sobre as linhas gerais orientadoras da ação do Banco e promover, perante as principais instituições do setor econômico e social, a divulgação dos objetivos, programas e resultados da atuação do Banco; e *iii)* examinar e aprovar, por proposta do Presidente do BNDES, políticas gerais e programas de atuação a longo prazo, em harmonia com a política econômico-financeira do Governo Federal.

COMITÊ DE AUDITORIA

Conforme previsão estatutária e em linha com o preconizado pelo Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa), o Sistema BNDES conta com um **Comitê de Auditoria** que funciona como órgão auxiliar do Conselho de Administração, a quem deve se reportar. Pode ser composto por até seis membros (atualmente são três), designados pelo Conselho de Administração. O mandato é por prazo indeterminado, cessando-se, a qualquer tempo, por deliberação do Conselho de Administração.

Dentre as atribuições do Comitê de Auditoria, encontram-se: *i)* recomendar à administração do Banco a auditoria independente a ser contratada; *ii)* revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais; *iii)* avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; *iv)* recomendar à Diretoria do BNDES correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; e v) elaborar relatório contendo informações sobre as suas atividades e a avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos.

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do BNDES é composto por três membros e três suplentes, todos com mandato de dois anos, admitida a recondução por igual período. Dois membros efetivos e seus respectivos suplentes são indicados pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e um membro efetivo e seu respectivo suplente são indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda, como representantes do Tesouro Nacional, nomeados pelo Presidente da República, em qualquer dos casos.

O Conselho Fiscal tem como atribuições examinar e emitir parecer sobre os balanços patrimoniais e demais demonstrações financeiras, bem como sobre as prestações de contas semestrais da Diretoria do BNDES, e exercer outras atribuições previstas na Lei das Sociedades por Ações.

Os órgãos de administração são obrigados a disponibilizar, por meio de comunicação formal, aos membros em exercício do Conselho Fiscal, dentro de dez dias, cópia das atas de suas reuniões e, dentro de quinze dias de sua elaboração, cópias dos balancetes e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente, bem como dos relatórios de execução do orçamento.

OUVIDORIA

Criada em 2003, a Ouvidoria do BNDES atua no pós-atendimento e na mediação de conflitos entre o cidadão e a Instituição, prestando esclarecimentos e procurando estreitar os laços entre o BNDES, seus clientes e o público em geral. Para tanto, estimula iniciativas descentralizadas, voluntárias e efetivas de aprimoramento dos serviços prestados, tornando-se instrumento de inclusão social.

Agindo de forma autônoma, imparcial e sigilosa, a Ouvidoria interpreta os anseios do cidadão perante a empresa, contribuindo para o aperfeiçoamento do processo democrático.

Nesse esforço, a Ouvidoria do BNDES tem a atribuição de atuar como canal de comunicação entre a Instituição e os públicos externo e interno (funcionários e colaboradores) recebendo sugestões, denúncias e reclamações e demais manifestações não solucionadas através dos canais de atendimento Fale Conosco ou Atendimento da Área de Operações Indiretas.

O Ouvidor é designado pelo Presidente do BNDES e tem mandato por prazo indeterminado, cessando-se a qualquer tempo por decisão do Presidente.

GESTÃO DA ÉTICA

O BNDES tem convicção de ter conquistado reconhecimento e respeito junto à sociedade brasileira por valorizar o comportamento ético no exercício das atividades de seus empregados.

O compromisso com a gestão da ética no BNDES foi formalizado com a Resolução 1.007 da Diretoria, de 26/6/02, que criou o Código de Ética Profissional dos Empregados do Sistema BNDES - 2002. Esse regulamento orientou o trabalho desenvolvido na gestão da ética no BNDES através da promoção de ações de natureza educativa, da atualização e do aperfeiçoamento de suas normas e da apuração e aplicação das penas cabíveis nos casos de infrações éticas. Em 28/4/09 foi aprovado pela Diretoria o atual Código de Ética do Sistema BNDES.

A gestão da ética no Sistema BNDES, nos termos do Código de Ética do Sistema BNDES, é conduzida pela Comissão de Ética do Sistema BNDES (CET/BNDES) e pela Secretaria Executiva da Comissão de Ética (SECET/GP), vinculadas à Presidência do BNDES. O Regimento Interno da Comissão de Ética foi aprovado em 23/9/08 pela Resolução 1.642 da Diretoria.

Anualmente, conforme dispõe o decreto nº 6.029, de 1/2/07, a Comissão de Ética do Sistema BNDES, tem um terço de sua composição renovada, devido ao término de mandato de dois de seus membros. Os membros são designados para exercer um mandato de três anos, renováveis por igual período.

O BNDES é membro do Fórum Nacional de Gestão da Ética nas Empresas Estatais desde a sua criação, em 21/5/07, participando das reuniões ordinárias, que ocorrem mensalmente, e na organização do Seminário Anual de Gestão da Ética nas Empresas Estatais. Atualmente vinte empresas compõem o referido Fórum, que se dedica a estudar e debater assuntos relacionados à ética, em seus aspectos conceituais, filosóficos, doutrinários, legais e administrativos, compartilhando experiências e fortalecendo a gestão da ética na esfera pública.

A Comissão de Ética do Sistema BNDES participa, ainda, do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, coordenado pela Comissão de Ética Pública, vinculada à Presidência da República, através da qual os membros da Comissão de Ética e da Secretaria Executiva estão em permanente capacitação e atualização.

Em 2010, a CET/BNDES procedeu a abertura de 60 (sessenta) Procedimentos Preliminares, abrangendo consultas, denúncias, aconselhamentos dentre outros. Foram realizadas 12 (doze) palestras objetivando a divulgação da gestão da ética no BNDES, com a disseminação do código de ética e seus valores, direcionadas aos novos empregados e por solicitação de algumas áreas, sempre em parceria com a Área de Recursos Humanos. Foram realizadas 34 (trinta e quatro) Reuniões Ordinárias.

Além do cumprimento das suas atribuições básicas, a CET/BNDES colaborou com os Grupos de Trabalho sobre Assédio Moral e Pró-Equidade de Gênero, além do Projeto Valores, do Projeto Responsabilidade Social e Ambiental - RSA e da Pesquisa de Clima Organizacional.

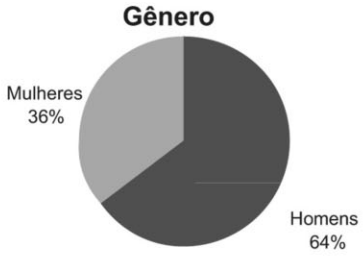
Por fim, cumpre observar que a Ética é um dos valores do BNDES, que, ao lado da Excelência, Compromisso com o Desenvolvimento e Espírito Público, foram consagrados em 2010, considerado o Ano dos Valores do BNDES.

O reconhecimento e respeito que o BNDES conquistou junto à sociedade brasileira se deve, entre outros, à longa tradição de comportamento ético predominante nas atividades exercidas.

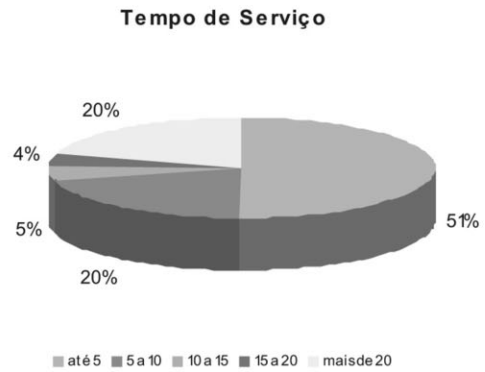
V. RECURSOS HUMANOS

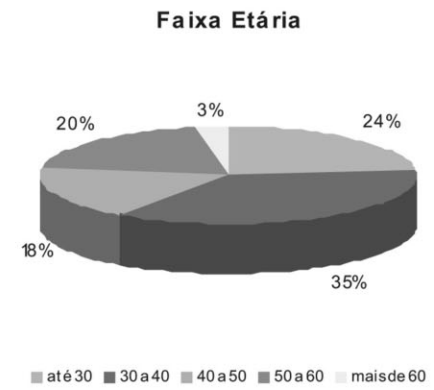
Em cumprimento à Constituição Federal, o BNDES contrata seus empregados por meio de Seleção Pública. A alteração do quantitativo de seu quadro funcional se dá por meio de Portarias do DEST. A Portaria nº 9, expedida em abril de 2010, fixou o limite de quantitativo do Sistema BNDES em 2.840 empregados.

O BNDES encerrou 2010 com 2.635 empregados, representando um aumento de 9,88% em relação ao quantitativo do ano anterior, composto por 2.398 empregados.



(continuação)





Em consonância com o momento de renovação do quadro funcional, o BNDES continua oferecendo aos empregados que irão se desligar até 2012, o Programa Novos Tempos. A iniciativa tem o objetivo de assegurar a transmissão de conhecimento entre novos e antigos empregados, além de proporcionar novas opções de vida além do trabalho.

Cabe destacar que 37% das funções executivas são ocupadas por mulheres. Esse dado corrobora o esforço do Banco em reconhecer e indicar empregados para ocuparem funções de confiança, independente de seu gênero. O indicador sugere que o Programa Pró-Equidade de Gênero, coordenado pelo Gabinete da Presidência, cujo objetivo é a promoção de igualdade entre homens e mulheres, está produzindo bons resultados.

Em 2010, o BNDES prossegue com sua estratégia de treinamento e capacitação dos empregados, considerada vital para a excelência do corpo funcional. Foram investidos aproximadamente R$ 10 milhões em capacitação, incluindo, entre outras ações, cursos de pós-graduação, de idiomas e treinamentos no exterior.

Como benefícios a seus empregados, o BNDES concede assistência educacional, vale-transporte e vale refeição e cesta alimentação. Também assegura complementação de aposentadoria, auxílio-doença, assistência médica, entre outros, através da Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES, entidade fechada de previdência privada.

No âmbito de Gestão de Pessoas, várias iniciativas estão em curso.

O Programa **Gestão por Competências** iniciou-se, em 2009, com o mapeamento e a redação das competências organizacionais e das competências executivas, reunidas no documento "Dicionário de Competências Organizacionais e Executivas". Após a primeira rodada de avaliação das competências executivas, foi iniciada a etapa de construção dos Planos de Desenvolvimento Individuais (PDIs) dos executivos, acordados entre eles e seus gestores. Além de cursos, leituras e, principalmente, atividades no ambiente de trabalho estão sendo estimuladas como importantes ferramentas de desenvolvimento dos executivos.

Dando continuidade à implantação da Gestão por Competências, foi estruturado, em 2010, o projeto **Gestão Estratégica de Pessoas - GEP.** O projeto determinará as diretrizes dos principais processos relacionados à gestão de pessoas no BNDES e tem como pilares quatro sub-projetos: mapeamento e avaliação das competências técnicas e comportamentais, gestão de carreira, educação corporativa e gestão de desempenho. Os dois primeiros sub-projetos estão avançados na etapa de estruturação e modelagem, enquanto os dois últimos serão iniciados em meados de 2011.

No âmbito do sub-projeto mapeamento e avaliação de competências, foram aprovadas pela Diretoria, no mês de outubro, as competências comportamentais, aplicáveis aos empregados que não ocupam funções executivas.

O processo de mapeamento das competências comportamentais baseou-se em metodologia participativa e contou com o envolvimento de diversos profissionais do Banco, em diferentes momentos Ao todo, participaram do mapeamento dessas competências cerca de 100 empregados de todas áreas e segmentos do BNDES, com ou sem função executiva. Ao explicitar e, futuramente, estimular a avaliação destas competências, o BNDES implanta um instrumento institucional que auxiliará o *feedback* entre o empregado e seu superior imediato, buscando identificar necessidades e oportunidades de desenvolvimento para todos.

Também em outubro, teve início o mapeamento das competências técnicas das Áreas do BNDES. Este trabalho, viabilizado por meio de *workshops* com alguns executivos e técnicos das áreas, tem por objetivo identificar as entregas técnicas estratégicas que competem a cada departamento do Banco, de modo a possibilitar a proposição futura de ações de educação corporativa estrategicamente alinhadas.

No mês de novembro foram realizadas nove turmas de treinamento para executivos, com vistas a estimular a reflexão sobre as mudanças necessárias à gestão de pessoas no BNDES, apresentar as Competências Comportamentais, bem como ajustes realizados nas Competências Executivas.

Para monitorar o clima no ambiente de trabalho e a satisfação dos empregados com relação a diversos aspectos da organização, foi implementada a **Gestão de Clima Organizacional**. Na etapa de investigação foi realizada pesquisa de clima com adesão de 70% dos empregados, seguida da realização de grupos focais. Está sendo desenvolvida a etapa de estruturação de planos de ação para melhoria do clima, que abrangerão ações focadas para cada Área e também ações gerais para todo o Banco.

A fim de preservar a excelência de seu corpo funcional e a transmissão de conhecimento e valores para os novos empregados, a ARH implementou o projeto Valores com o objetivo de declarar e disseminar os valores do BNDES: "Ética, Compromisso com o Desenvolvimento, Espírito Público e Excelência".

Dada a relevância do tema para a Instituição, o ano de 2010 foi escolhido pela Alta Administração como o "Ano dos Valores". O Grupo de Trabalho responsável pelo projeto promoveu ações tais como: Semana de Valores, Concurso Literário e Cine Valores. Em continuidade ao projeto, a ARH realizou encontros específicos para aprofundar a reflexão sobre a prática dos valores em cada uma das Áreas.

VI. RATING

Segundo a Standard & Poor's (S&P), o *rating* em escala global é BBB+ (moeda local) e BBB- (moeda estrangeira), ambos com perspectiva "estável".

Segundo a Moody´s, o *rating* em escala global é A3 (moeda local) com perspectiva "estável" e Baa2 (moeda estrangeira) com perspectiva "positiva".

VII. AUDITORIA INDEPENDENTE – INSTRUÇÃO CVM 381/03

Em conformidade à Instrução CVM nº 381/03, o Sistema BNDES vem declarar que não possui qualquer tipo de contrato de prestação de serviços de consultoria com seus auditores independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, caracterizando, assim, a inexistência de conflito de interesses ou o comprometimento da objetividade desses auditores em relação ao serviço contratado.

VIII. CIRCULAR BACEN 3.068/01

O BNDES declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento", no montante de R$ 15.891 milhões, representando 11,0% do total de títulos e valores mobiliários.

IX. AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores a dedicação e o talento, que nos permitem obter resultados consistentes e diferenciados, e ao mercado pelo indispensável apoio e confiança.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100095

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES E SUAS CONTROLADAS
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	BNDES		CONSOLIDADO	
		2010	2009	2010	2009
ATIVO CIRCULANTE		64.145.085	44.714.814	90.143.056	68.401.044
DISPONIBILIDADES		8.009	2.972	15.897	4.750
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	6	10.113.958	2.006.817	10.113.958	2.006.817
Aplicações - carteira de câmbio	6.1	1.689.615	991	1.689.615	991
Aplicações em operações compromissadas	6.2	24.343	5.826	24.343	5.826
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6.3	8.400.000	2.000.000	8.400.000	2.000.000
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	7	10.912.556	6.144.476	15.714.020	10.544.554
Cotas de fundos exclusivos	7.4	1.825.135	1.762.632	3.965.698	4.397.662
Títulos públicos		8.714.855	4.130.627	8.714.855	4.130.627
Ações e bônus de subscrição	15.1	-	-	82.144	69.159
Debêntures disponíveis para venda	8.1	369.769	44.918	370.029	44.918
Debêntures mantidas até o vencimento	8.2	1.964	64.718	1.964	182.443
Provisão para risco de crédito - Debêntures	8.2.4	-	(189)	-	(1.909)
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	7.5	-	-	2.022.829	1.579.884
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	28	833	90.976	833	90.976
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	28	-	-	555.668	-
Notas promissórias		-	50.794	-	50.794
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	9	19.334.313	13.269.450	38.493.550	30.656.338
Créditos vinculados		25	26	25	26
Repasses interfinanceiros		19.404.776	13.368.467	38.670.859	30.842.074
Recursos livres		15.701.790	13.245.161	34.967.873	30.718.768
Recursos PIS/PASEP		3.702.986	123.306	3.702.986	123.306
Provisão para risco de crédito		(70.488)	(99.043)	(177.334)	(185.762)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	9	20.213.924	19.446.603	21.442.578	20.515.022
Operações de crédito		20.518.811	19.856.330	21.835.401	20.947.349
Recursos livres		18.954.611	17.700.346	20.271.201	18.791.365
Recursos PIS/PASEP		778.353	1.150.658	778.353	1.150.658
Recursos Fundo da Marinha Mercante		785.847	1.005.326	785.847	1.005.326
Provisão para risco de crédito		(304.887)	(409.727)	(392.823)	(432.327)
OUTROS CRÉDITOS		3.277.949	3.598.809	4.077.594	4.377.066
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	10	-	5.177	225.272	227.826
Provisão para risco de crédito - venda a prazo de títulos e valores mobiliários	10	-	(155)	(1.766)	(21.978)
Direitos recebíveis	10	141.210	125.444	209.125	135.516
Provisão para risco de crédito - Direitos recebíveis	10	(306)	(2.390)	(1.798)	(5.738)
Créditos tributários	23.2	252.406	184.389	491.818	563.844
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações	23.1	160.066	4.823	422.025	453.022
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	12	997.577	965.961	725.545	727.139
Adiantamentos por depósito em garantia		139.679	136.583	471.148	151.478
Direitos a receber - Eletrobrás	13	1.443.486	875.000	1.443.486	875.000
Diversos	14	143.831	1.303.977	92.739	1.270.957
OUTROS VALORES E BENS		284.376	245.687	285.459	296.497
Outros valores e bens		10.934	11.707	10.934	11.707
Despesas antecipadas		273.442	233.980	274.525	284.790
ATIVO NÃO CIRCULANTE		456.709.081	334.565.126	458.876.906	318.232.227
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		364.845.750	290.953.187	447.169.463	284.180.919
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	7	28.245.231	35.773.182	130.215.535	43.736.323
Debêntures disponíveis para venda	8.1	1.935.075	1.356.960	13.694.731	3.622.240
Debêntures mantidas até o vencimento	8.2	2.716.905	2.711.557	3.775.348	8.592.173
Provisão para risco de crédito - Debêntures	8.2.4	(2.670)	(81.262)	(3.331)	(264.017)
Títulos públicos		16.923.324	31.785.927	16.923.324	31.785.927
Ações, certificados de ações e bônus de subscrição	15.1	6.672.597	-	95.825.463	-
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	9	173.449.247	116.347.781	141.743.688	90.964.341
Repasses interfinanceiros		174.081.600	117.216.198	142.650.190	92.014.626
Recursos livres		150.200.231	91.920.642	118.768.821	66.719.070
Recursos PIS/PASEP		23.881.369	25.295.556	23.881.369	25.295.556
Provisão para risco de crédito		(632.353)	(868.417)	(906.502)	(1.050.285)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	9	154.113.858	134.362.151	159.895.202	141.535.120
Operações de crédito		156.438.360	137.193.072	162.633.480	144.517.768
Recursos livres		148.434.315	130.261.317	154.629.435	137.586.013
Recursos PIS/PASEP		2.051.953	3.119.136	2.051.953	3.119.136
Recursos Fundo Marinha Mercante		5.952.092	3.812.619	5.952.092	3.812.619
Provisão para risco de crédito		(2.324.502)	(2.830.921)	(2.738.278)	(2.982.648)
OUTROS CRÉDITOS		9.037.414	4.470.073	15.315.038	7.945.135
Créditos tributários	23.2	415.720	353.786	870.426	939.292
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	10	-	-	1.054.650	879.699
Provisão para risco de crédito - venda a prazo de títulos e valores mobiliários	10	-	-	(8.491)	(8.852)
Direitos recebíveis	10	919.105	924.935	2.512.600	934.430
Provisão para risco de crédito - Direitos recebíveis	10	(1.988)	(17.621)	(36.987)	(20.779)
Créditos perante o Tesouro Nacional	32.1	1.784.273	409.483	3.547.589	785.813
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	12	-	-	1.183.848	1.405.138
Direitos a receber - Eletrobrás	13	5.728.708	2.625.000	5.728.708	2.625.000
Incentivos fiscais		191.596	174.490	462.695	405.394
INVESTIMENTOS	15	91.724.009	43.503.563	11.568.121	33.942.932
Participações em controladas e coligadas	15.2	91.496.545	43.376.227	11.340.657	11.999.177
Participações em outras empresas	15.2.4	184.136	84.008	184.136	21.900.427
Outros investimentos	15.2.5	43.328	43.328	43.328	43.328
IMOBILIZADO DE USO		98.488	95.756	98.488	95.756
INTANGÍVEL		40.834	12.620	40.834	12.620
TOTAL DO ATIVO		520.854.166	379.279.940	549.019.962	386.633.271

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100096

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES E SUAS CONTROLADAS
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	BNDES		CONSOLIDADO	
		2010	2009	2010	2009
PASSIVO CIRCULANTE		13.394.568	32.670.013	17.083.009	31.758.245
DEPÓSITOS		269	3.259.047	269	3.259.047
Depósitos interfinanceiros	17	-	3.258.834	-	3.258.834
Diversos		269	213	269	213
CAPTAÇÕES NO MERCADO		-	13.740.763	-	13.740.763
Obrigações por operações compromissadas	18	-	13.740.763	-	13.740.763
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		10.025	409	10.025	409
Recursos em trânsito de terceiros		10.025	409	10.025	409
OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES	21	548.183	291.698	854.407	353.710
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	20	5.126.130	6.849.597	6.693.525	4.667.048
Empréstimos no país	20.1	362.147	361.030	362.147	361.030
Empréstimos no exterior	20.1	585.571	423.849	585.571	423.849
Bônus		585.571	423.849	585.571	423.849
Repasses no país		3.342.124	5.031.878	4.909.519	2.849.329
Tesouro Nacional	20.1	1.676.679	1.743.540	4.116.754	1.812.288
Controladas	20.1	872.680	2.251.297	-	-
Fundo da Marinha Mercante	20.1	787.689	1.032.269	787.689	1.032.269
Outros		5.076	4.772	5.076	4.772
Repasses no exterior - Instituições multilaterais	20.1	836.288	1.032.840	836.288	1.032.840
OUTRAS OBRIGAÇÕES		4.041.939	5.605.176	5.856.761	6.813.945
Fundos financeiros e de desenvolvimento		2.423.581	2.375.728	2.429.549	2.375.736
Fundo PIS/PASEP	16	1.850.716	1.785.601	1.850.716	1.785.601
Outros		572.865	590.127	578.833	590.135
Impostos e contribuições sobre o lucro	23	-	462.097	551.960	1.371.711
Outros impostos e contribuições		59.676	68.535	110.111	105.258
Credores vinculados a liquidação de operação de câmbio		-	-	96.265	107.005
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		-	1.589.345	-	1.589.345
Provisões trabalhistas e cíveis	24	1.229	3.952	7.059	9.372
Contas a pagar - FAPES	29.1	21.634	18.070	28.875	24.150
Vinculadas ao Tesouro Nacional	32.2	6.523	2.366	128.862	62.241
Provisão para programa de desligamento de funcionários	31	30.535	56.404	42.690	80.690
Impostos e contribuições diferidos	23.2	41.771	26.013	58.189	38.368
Passivo atuarial - FAMS	29.2	10.839	13.285	16.308	19.258
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	28	119.223	237.273	119.223	237.273
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável		-	-	483.569	-
Obrigações por depósitos a apropriar		881.923	381.774	881.923	381.774
Diversas		445.005	370.334	902.178	411.764
INSTRUMENTOS HÍBRIDOS DE CAPITAL E DÍVIDA		682.551	200.700	682.551	200.700
Secretaria do Tesouro Nacional	22	682.551	200.700	682.551	200.700
DÍVIDAS SUBORDINADAS		2.985.471	2.722.623	2.985.471	2.722.623
FAT constitucional	19.1	2.985.471	2.722.623	2.985.471	2.722.623
Outras dívidas subordinadas		2.985.471	2.722.623	2.985.471	2.722.623
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		441.560.333	318.981.883	466.037.688	327.246.982
OBRIGAÇÕES POR DEPÓSITOS		21.573.637	22.970.880	21.573.637	22.970.880
Depósitos especiais - FAT	19.2	21.573.637	22.970.880	21.573.637	22.970.880
OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES	21	6.178.973	6.668.324	11.872.515	10.205.560
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	20	263.017.844	150.809.628	265.493.140	154.650.333
Empréstimos no país	20.1	5.112.146	5.415.826	5.112.146	5.415.826
Empréstimos no exterior	20.1	6.669.600	4.004.760	6.669.600	4.004.760
Bônus		6.669.600	4.004.760	6.669.600	4.004.760
Repasses no país		239.549.435	130.387.025	242.024.731	134.227.730
Tesouro Nacional	20.1	233.122.244	125.533.832	235.706.773	130.012.159
Controladas	20.1	109.234	637.622	-	-
Fundo da Marinha Mercante	20.1	6.288.555	4.181.493	6.288.555	4.181.493
Outros		29.402	34.078	29.403	34.078
Repasses no exterior - Instituições multilaterais	20.1	11.686.663	11.002.017	11.686.663	11.002.017
OUTRAS OBRIGAÇÕES		30.534.577	29.541.402	46.843.094	30.428.560
Fundos financeiros e de desenvolvimento		28.976.891	28.257.782	28.976.891	28.257.782
Fundo PIS/PASEP	16	28.976.891	28.257.782	28.976.891	28.257.782
Contas a pagar - FAPES	29.1	519.001	502.854	673.575	653.361
Provisões trabalhistas e cíveis	24	118.928	141.433	654.509	683.528
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	28	115.082	-	115.082	-
Passivo atuarial - FAMS	29.2	604.264	492.727	761.510	661.140
Provisão para programa de desligamento de funcionários	31	35.602	38.425	52.453	56.514
Impostos e contribuições diferidos	23.2	164.809	108.181	15.609.074	116.235
INSTRUMENTOS HÍBRIDOS DE CAPITAL E DÍVIDA		12.551.465	12.188.216	12.551.465	12.188.216
Secretaria do Tesouro Nacional	22	12.551.465	12.188.216	12.551.465	12.188.216
Outros instrumentos híbridos de capital e dívida		4.932.695	4.645.416	4.997.966	4.113.118
Elegível a capital		7.618.770	7.542.800	7.553.499	8.075.098
DÍVIDAS SUBORDINADAS		107.703.837	96.803.433	107.703.837	96.803.433
FAT Constitucional	19.1	107.703.837	96.803.433	107.703.837	96.803.433
Outras dívidas subordinadas		88.795.176	80.647.531	88.764.881	80.671.778
Elegível a capital		18.908.661	16.155.902	18.938.956	16.131.655
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25	65.899.265	27.628.044	65.899.265	27.628.044
Capital social		29.557.415	20.260.881	29.557.415	20.260.881
Reserva de capital		-	106.631	-	106.631
Reservas de lucros		7.045.298	7.135.726	7.045.298	7.135.726
Reserva legal		843.997	1.519.676	843.996	1.519.676
Reserva de incentivos fiscais		61.215	99.708	61.215	99.708
Reserva para futuro aumento de capital		1.442.602	1.701.914	1.442.602	1.701.914
Reserva para margem operacional		4.697.484	3.814.428	4.697.485	3.814.428
Ajustes de avaliação patrimonial		29.296.552	124.806	29.296.552	124.806
De ativos próprios		93.189	109.463	93.189	109.463
De ativos de coligadas e controladas		29.203.363	15.343	29.203.363	15.343
TOTAL DO PASSIVO		520.854.166	379.279.940	549.019.962	386.633.271

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100097

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES E SUAS CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	BNDES			CONSOLIDADO		
		2º semestre de 2010	Exercício 2010	Exercício 2009	2º semestre de 2010	Exercício 2010	Exercício 2009
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		11.776.469	28.028.442	9.135.164	13.991.805	31.238.858	11.164.152
Operações de crédito e repasses interfinanceiros							
. Moeda nacional		9.954.192	17.958.566	14.089.134	9.876.732	18.366.606	14.911.819
. Moeda estrangeira		(2.587.058)	1.155.291	(9.990.416)	(2.524.118)	1.232.662	(9.932.442)
Resultado com aplicações em títulos e valores mobiliários		3.291.280	7.049.941	4.128.075	4.399.962	8.373.959	5.187.147
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional		861.745	1.364.791	405.094	1.978.651	2.761.538	495.439
Rendas com administração de fundos e programas		256.310	499.853	503.277	256.298	499.813	502.189
Resultado com alienações de títulos de renda fixa		-	-	-	4.280	4.280	-
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		(7.473.502)	(18.541.303)	(3.118.507)	(8.722.561)	(21.348.134)	(5.348.941)
Captação no mercado - financiamentos e repasses							
. Moeda nacional		(10.708.079)	(19.989.806)	(13.481.186)	(12.041.832)	(22.616.022)	(15.727.006)
. Moeda estrangeira		3.303.981	(416.348)	11.097.715	3.303.981	(416.679)	11.097.216
Resultado com instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros		(873.411)	(1.148.053)	(580.872)	(873.411)	(1.148.053)	(580.872)
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional		(2.104)	(4.157)	(3.932)	(2.104)	(4.157)	(3.932)
Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito	27	831.334	3.032.062	(21.588)	916.028	2.851.778	(5.703)
Resultado da carteira de câmbio		(25.223)	(15.001)	(128.644)	(25.223)	(15.001)	(128.644)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		4.302.967	9.487.139	6.016.657	5.269.244	9.890.724	5.815.211
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		2.714.162	2.930.683	1.847.557	3.235.660	4.468.210	3.242.808
Resultado com equivalência patrimonial	15	3.153.165	4.054.643	4.155.579	301.147	439.393	778.115
Atualização monetária líquida de ativos e passivos - SELIC		35.773	(38.465)	(1.307.681)	126.488	107.386	715.500
Amortização de ágios		-	-	-	(29.793)	(29.793)	-
Reversão (constituição) de provisão para ajuste de investimentos		-	-	-	(39.975)	(144.395)	(373.549)
Receita de dividendos		-	-	137	116.006	635.639	1.307.168
Receita de juros sobre o capital próprio		74.479	74.882	-	1.033.362	1.667.902	1.119.280
Resultado com alienações de títulos de renda variável		-	-	-	2.349.786	3.238.442	1.158.801
Resultado com instrumentos financeiros derivativos - renda variável		-	-	-	351.346	351.346	-
Outras rendas sobre participações societárias		-	-	-	-	(2)	47
Reversão (constituição) de provisões trabalhistas e cíveis		16.925	22.536	642.356	5.126	26.436	584.812
Despesas tributárias		(193.120)	(381.331)	(391.296)	(336.016)	(592.512)	(546.819)
Despesas com pessoal		(358.912)	(656.436)	(695.558)	(534.579)	(976.985)	(919.464)
Despesas administrativas		(136.293)	(211.412)	(209.405)	(198.652)	(306.673)	(274.133)
Outras receitas operacionais		323.360	489.985	3.749	324.194	531.317	89.330
Outras despesas operacionais		(201.215)	(423.719)	(350.324)	(232.780)	(479.291)	(396.280)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		7.017.129	12.417.822	7.864.214	8.504.904	14.358.934	9.058.019
Imposto de renda	23	(358.248)	(1.516.709)	(574.927)	(1.237.457)	(2.622.985)	(1.683.232)
Contribuição social	23	(223.528)	(925.493)	(350.057)	(597.409)	(1.384.089)	(764.614)
Impostos e contribuição social diferidos - constituição líquida de realização	23	14.079	44.438	(138.473)	(168.035)	(279.231)	211.296
RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO SOBRE O LUCRO		6.449.432	10.020.058	6.800.757	6.502.003	10.072.629	6.821.469
Participação dos empregados no lucro		(106.736)	(106.736)	(65.588)	(159.307)	(159.307)	(86.300)
LUCRO LIQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		6.342.696	9.913.322	6.735.169	6.342.696	9.913.322	6.735.169
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO POR AÇÃO		1,010996	1,508137	1,073554			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Em milhares de reais)

		Reserva de capital	Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial			
	Capital Social	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para futuro aumento de capital	Reserva para margem operacional	De ativos próprios	De ativos de coligadas e controladas	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2010	20.260.881	106.631	1.519.676	99.708	1.701.914	3.814.428	109.463	15.343	-	27.628.044
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	231.449	231.449
Aumento de capital (Nota 25)	9.296.534	(106.631)	(1.182.918)	(58.678)	(748.307)	-	-	-	-	7.200.000
Reversão de reservas	-	-	-	-	(953.607)	(3.814.428)	-	-	4.768.035	-
Dividendos complementares (Nota 25)	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.768.035)	(4.768.035)
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 25)	-	-	-	-	-	-	(16.274)	29.188.020	-	29.171.746
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	9.913.322	9.913.322
Destinação do Resultado (Nota 25):										
. Remuneração ao Acionista										
Juros sobre o capital próprio antecipados	-	-	-	-	-	-	-	-	(738.365)	(738.365)
Juros sobre o capital próprio complementares	-	-	-	-	-	-	-	-	(771.600)	(771.600)
Dividendos pagos antecipadamente	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.967.296)	(1.967.296)
. Reserva legal	-	-	507.239	-	-	-	-	-	(507.239)	-
. Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	20.185	-	-	-	-	(20.185)	-
. Reserva para futuro aumento de capital	-	-	-	-	1.442.602	-	-	-	(1.442.602)	-
. Reserva para margem operacional	-	-	-	-	-	4.697.484	-	-	(4.697.484)	-
Em 31 de dezembro de 2010	29.557.415	-	843.997	61.215	1.442.602	4.697.484	93.189	29.203.363	-	65.899.265
Mutações no exercício	9.296.534	(106.631)	(675.679)	(38.493)	(259.312)	883.056	(16.274)	29.188.020	-	38.271.221

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100098

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Em milhares de reais)

			Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial			
	Capital Social	Aumento de capital em curso	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para futuro aumento de capital	Reserva para margem operacional	De ativos próprios	De ativos de coligadas e controladas	Lucros acumulados	Total
Em 1º julho de 2010	22.357.415	2.700.000	336.758	41.030	953.607	215.293	68.719	336.656	3.570.626	30.580.104
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	231.449	231.449
Aumento de capital (Nota 25)	7.200.000	(2.700.000)	-	-	-	-	-	-	-	4.500.000
Reversão de reservas	-	-	-	-	(953.607)	(215.293)	-	-	1.168.900	-
Dividendos complementares (Nota 25)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.168.900)	(1.168.900)
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 25)	-	-	-	-	-	-	24.470	28.866.707	-	28.891.177
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	6.342.696	6.342.696
Destinação do Resultado (Nota 25):										
. Remuneração ao Acionista										
Juros sobre o capital próprio antecipados	-	-	-	-	-	-	-	-	(738.365)	(738.365)
Juros sobre o capital próprio complementares	-	-	-	-	-	-	-	-	(771.600)	(771.600)
Dividendos pagos antecipadamente	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.967.296)	(1.967.296)
. Reserva legal	-	-	507.239	-	-	-	-	-	(507.239)	-
. Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	20.185	-	-	-	-	(20.185)	-
. Reserva para futuro aumento de capital	-	-	-	-	1.442.602	-	-	-	(1.442.602)	-
. Reserva para margem operacional	-	-	-	-	-	4.697.484	-	-	(4.697.484)	-
Em 31 de dezembro de 2010	29.557.415	-	843.997	61.215	1.442.602	4.697.484	93.189	29.203.363	-	65.899.265
Mutações no semestre	7.200.000	(2.700.000)	507.239	20.185	488.995	4.482.191	24.470	28.866.707	(3.570.626)	35.319.161

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Em milhares de reais)

		Reserva de capital	Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial			
	Capital Social	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para futuro aumento de capital	Reserva para margem operacional	De ativos próprios	De ativos de coligadas e controladas	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2009	13.879.407	106.631	1.182.918	58.678	748.307	2.920.942	156.963	4.684	6.208.091	25.266.621
Aumento de capital (Nota 25)	6.381.474	-	-	-	-	-	-	-	(2.000.000)	4.381.474
Dividendos complementares (Nota 25)	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.129.034)	(7.129.034)
Reversão de Reserva de margem operacional (Nota 25)	-	-	-	-	-	(2.920.942)	-	-	2.920.942	-
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 25)	-	-	-	-	-	-	(47.500)	10.659	-	(36.841)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	6.735.169	6.735.169
Destinação do Resultado (Nota 25):										
. Reserva legal	-	-	336.758	-	-	-	-	-	(336.758)	-
. Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	41.030	-	-	-	-	(41.030)	-
. Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.207.798)	(1.207.798)
. Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(381.547)	(381.547)
. Reserva para futuro aumento de capital	-	-	-	-	953.607	-	-	-	(953.607)	-
. Reserva para margem operacional	-	-	-	-	-	3.814.428	-	-	(3.814.428)	-
Em 31 de dezembro de 2009	20.260.881	106.631	1.519.676	99.708	1.701.914	3.814.428	109.463	15.343	-	27.628.044
Mutações no exercício	6.381.474	-	336.758	41.030	953.607	893.486	(47.500)	10.659	(6.208.091)	2.361.423

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100099

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES E SUAS CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	BNDES			CONSOLIDADO		
	2º semestre	Exercício		2º semestre	Exercício	
	de 2010	2010	2009	de 2010	2010	2009
Atividades operacionais						
Lucro líquido do semestre / exercício	6.342.696	9.913.322	6.735.169	6.342.696	9.913.322	6.735.169
Ajustes que não afetam as disponibilidades	(4.007.131)	(7.137.194)	(4.621.528)	(972.318)	(2.840.468)	(1.173.858)
Constituição (reversão) da provisão para risco de crédito	(831.334)	(3.032.062)	21.588	(916.028)	(2.851.778)	5.703
Constituição (reversão) de provisões trabalhistas e cíveis	(16.925)	(22.536)	(642.356)	(5.126)	(26.436)	(584.812)
Constituição (reversão) de provisão para ajuste de investimentos	-	-	-	(301.147)	144.395	373.549
Resultado de participações em coligadas e controladas	(3.153.165)	(4.054.643)	(4.155.579)	12.180	(439.393)	(778.115)
Depreciação e amortização	8.372	16.485	16.346	29.793	23.720	21.113
Amortização de ágios	-	-	-	168.035	29.793	-
Realização (constituição) líquida de créditos tributários	(14.079)	(44.438)	138.473	39.975	279.231	(211.296)
Variação de ativos e obrigações	14.694.707	8.875.032	12.189.153	(55.404.942)	(63.600.861)	(4.736.271)
. Aumento líquido em créditos por financiamento	(49.396.402)	(80.675.926)	(54.857.266)	(43.811.946)	(75.245.389)	(67.473.201)
. Diminuição / (aumento) líquida em títulos e valores mobiliários	49.177.550	(2.437.443)	(26.579.561)	(42.265.617)	(96.845.992)	(31.383.997)
. Diminuição / (aumento) líquida nas demais contas do ativo	(1.858.410)	(1.623.825)	(3.361.612)	(5.244.628)	(6.043.421)	(4.960.631)
. Aumento líquido nas obrigações por empréstimos e repasses	27.934.183	111.251.711	90.129.810	28.324.028	113.642.206	90.343.498
. Aumento líquido de instrumento híbrido de capital	316.060	845.100	6.364.982	316.060	845.100	6.364.982
. Aumento / (diminuição) líquido nas obrigações por operações compromissadas	(10.039.370)	(13.740.763)	5.293.780	(10.039.370)	(13.740.763)	5.293.780
. Aumento / (diminuição) líquido nas obrigações por emissões de debêntures	(131.557)	(232.866)	(43.336)	2.066.781	2.167.652	1.253.475
. Aumento / (diminuição) líquido nas demais contas do passivo	848.005	(2.355.364)	(5.215.709)	19.864.632	16.233.983	(3.107.378)
. IR e CSLL pagos	(2.155.352)	(2.155.592)	458.065	(4.614.882)	(4.614.237)	(1.066.799)
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades operacionais	17.030.273	11.651.160	14.302.794	(50.034.564)	(56.528.007)	825.040
Atividades de investimentos						
. Diminuição / (aumento) líquido do ativo permanente	(11.978.046)	(13.094.368)	(17.641.716)	54.323.222	55.172.645	(4.415.782)
. Recebimento de dividendos de coligadas	-	965.961	(840.176)	467.893	495.108	495.727
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de investimentos	(11.978.046)	(12.128.407)	(18.481.892)	54.791.115	55.667.753	(3.920.055)
Atividades de financiamentos						
. Aumento em obrigações por dívidas subordinadas	5.340.130	11.163.252	8.210.938	5.340.130	11.163.252	8.210.938
. Pagamento de dividendos	(922.862)	(2.511.324)	(8.448.494)	(1.028.212)	(2.616.674)	(8.448.494)
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de financiamentos	4.417.268	8.651.928	(237.556)	4.311.918	8.546.578	(237.556)
Aumento / redução das disponibilidades	9.469.494	8.174.681	(4.416.654)	9.068.469	7.686.324	(3.332.571)
Modificação na posição financeira						
Início do semestre / exercício	2.477.608	3.772.421	8.189.075	5.027.084	6.409.229	9.741.800
Saldo de caixa e equivalentes de caixa (1)	2.477.608	3.772.421	8.189.075	5.027.084	6.409.229	9.741.800
Final do semestre / exercício	11.947.102	11.947.102	3.772.421	14.095.553	14.095.553	6.409.229
Saldo de caixa e equivalentes de caixa (1)	11.947.102	11.947.102	3.772.421	14.095.553	14.095.553	6.409.229
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	9.469.494	8.174.681	(4.416.654)	9.068.469	7.686.324	(3.332.571)

(1) Inclui Disponibilidades, Aplicações interfinanceiras de liquidez e Cotas de fundos de investimento exclusivo do Banco do Brasil

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES E SUAS CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	BNDES						CONSOLIDADO					
	2º semestre		Exercício				2º semestre		Exercício			
	de 2010		2010		2009		de 2010		2010		2009	
RECEITAS	12.966.936		31.512.024		7.809.644		17.251.196		37.529.776		14.444.669	
Intermediação financeira	11.776.469		28.028.442		9.135.164		13.661.188		30.908.241		13.202.194	
Outras receitas operacionais	359.133		451.520		(1.303.932)		2.673.980		3.769.757		1.248.178	
Reversão (Provisão) para devedores duvidosos	831.334		3.032.062		(21.588)		916.028		2.851.778		(5.703)	
DESPESAS	8.488.483		21.972.752		2.803.640		9.086.942		23.891.415		6.475.995	
Intermediação financeira	8.304.836		21.573.365		3.096.919		8.956.626		23.517.949		5.343.238	
Outras despesas operacionais	183.647		399.387		(293.279)		130.316		373.466		1.132.757	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	107.797		166.935		176.338		197.047		386.518		604.989	
Materiais, energia e outros	14.848		25.448		31.911		21.642		37.500		41.865	
Serviços de terceiros	92.949		141.487		144.427		135.430		204.623		189.575	
Perda (recuperação) de valores ativos	-		-		-		39.975		144.395		373.549	
VALOR ADICIONADO BRUTO	4.370.656		9.372.337		4.829.666		7.967.207		13.251.843		7.363.685	
RETENÇÕES	8.372		16.485		16.346		12.179		23.720		21.113	
Depreciação, amortização e exaustão	8.372		16.485		16.346		12.179		23.720		21.113	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	4.362.284		9.355.852		4.813.320		7.955.028		13.228.123		7.342.572	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	3.227.644		4.129.525		4.155.716		1.450.515		2.742.934		3.204.563	
Resultado de equivalência patrimonial	3.153.165		4.054.643		4.155.579		301.147		439.393		778.115	
Dividendos e juros sobre capital próprio	74.479		74.882		137		1.149.368		2.303.541		2.426.448	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	7.589.928	100,0%	13.485.377	100,0%	8.969.036	100,0%	9.405.543	100,0%	15.971.057	100,0%	10.547.135	100,0%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	7.589.928	100,0%	13.485.377	100,0%	8.969.036	100,0%	9.405.543	100,0%	15.971.057	100,0%	10.547.135	100,0%
Pessoal e encargos	303.454	4,0%	567.245	4,2%	609.646	6,8%	450.855	4,8%	842.031	5,3%	805.613	7,6%
Participação dos empregados nos lucros	106.736	1,4%	106.736	0,8%	65.588	0,7%	159.307	1,7%	159.307	1,0%	86.300	0,8%
Impostos, taxas e contribuições	819.014	10,8%	2.873.617	21,3%	1.545.653	17,2%	2.425.778	25,8%	5.019.894	31,4%	2.902.974	27,5%
Aluguéis	18.028	0,2%	24.457	0,2%	12.980	0,1%	26.907	0,3%	36.503	0,2%	17.079	0,2%
Juros sobre capital próprio e dividendos	3.477.261	45,8%	3.477.261	25,8%	1.589.345	17,7%	3.477.261	37,0%	3.477.261	21,8%	1.589.345	15,1%
Lucros retidos	2.865.435	37,8%	6.436.061	47,7%	5.145.824	57,5%	2.865.435	30,4%	6.436.061	40,3%	5.145.824	48,8%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100100

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES E SUAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

1. Contexto operacional

1.1 Histórico

O BNDES foi criado em 20 de junho de 1952, pela Lei n.º 1.628, como Autarquia Federal. Posteriormente, com a Lei n.º 5.662 e o Decreto n.º 68.786, ambos de 21 de junho de 1971, foi transformado em empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio e sujeita às normas gerais orçamentárias e contábeis e à disciplina normativa do Conselho Monetário Nacional - CMN.

1.2 Objetivos e atuação

O Sistema BNDES é o principal instrumento do Governo Federal para os financiamentos de longo prazo, com ênfase no estímulo à iniciativa privada nacional.

O BNDES apresenta uma estrutura voltada para promover o desenvolvimento nacional e a geração de empregos, priorizando:

- investimentos em infra-estrutura;
- investimentos em insumos básicos, para retomada do crescimento industrial;
- exportações;
- tecnologia nacional;
- fomento a pequenas e médias empresas; e
- integração continental para a América do Sul.

Além da atuação como banco de desenvolvimento, o BNDES tem um papel importante na formulação de políticas de desenvolvimento nacional e na identificação de soluções para problemas estruturais da economia brasileira.

O BNDES atua também através das subsidiárias integrais BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, que investe em empresas nacionais através da subscrição de ações e debêntures conversíveis, Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, que apóia a expansão e modernização da indústria brasileira através do financiamento à compra de máquinas e equipamentos e à exportação de bens de capital e serviço, e BNDES Limited, empresa sediada em Londres, Inglaterra, cujo objetivo é atuar como holding para investir em títulos e valores mobiliários em qualquer país contribuindo para a internacionalização de empresas brasileiras. A BNDES Limited está em fase pré-operacional.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras – adoção das Leis n.º 11.638/07, n.º 11.941/09 e normativos emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, normas técnicas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e normas do Banco Central do Brasil - BACEN e estão sendo apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei n.º 11.638/07 e, em 27 de maio de 2009, a Lei n.º 11.941/09, que alteram, revogam e introduzem novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976), notadamente em relação ao capítulo XV que trata de matéria contábil.

Embora o Banco Central do Brasil não tenha ainda se manifestado a respeito de todas as alterações introduzidas pela referida Lei e pelos Pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, até a adequação completa das normas no COSIF, a Administração decidiu adotar pela primeira vez a Lei n.º 11.638/07 e a Lei n.º 11.941/09, optando pela data de transição em 1º de janeiro de 2008, com base no § 1º do art. 186 da Lei n.º 6.404/76 e subsidiariamente as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, não conflitantes com as regulamentações do Banco Central.

Além disso, a Administração optou pela não adoção antecipada dos Pronunciamentos Técnicos emitidos no exercício de 2009, que entrarão em vigor em 2010. Dessa forma, no exercício de 2009, foram adotadas apenas os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC até o fim do exercício de 2008 (CPC 01 a 14), não conflitantes com as regulamentações do Banco Central do Brasil. Com isso, os Pronunciamentos Técnicos CPC n.º 15 a 40 e interpretações diversas serão adotados, quando for o caso, e quando não for conflitante com as regulamentações do Banco Central. Os efeitos advindos da possível adoção antecipada não foram mensurados.

As Demonstrações financeiras da BNDESPAR, subsidiária integral do BNDES, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2010, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Os efeitos da adoção desses pronunciamentos no que diz respeito a ajuste a valor de mercado dos instrumentos financeiros foram recepcionados nas demonstrações do BNDES com base nas circulares n.ºs 3068/2001 e 3082/2002 do Banco Central do Brasil. As demonstrações financeiras estão complementadas pela adoção dos CPCs da controlada BNDESPAR.

As demonstrações financeiras do BNDES e Consolidado foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 18 de março de 2011.

3. Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem o BNDES e suas controladas integrais FINAME, BNDESPAR e BNDES Limited. O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza de cada saldo, complementada com as seguintes eliminações:

(i) participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as Instituições;
(ii) saldos das operações entre o BNDES e suas subsidiárias e outros saldos, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as Instituições;
(iii) saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, que não ocorreram no período, decorrentes de negócios entre as Instituições;
(iv) dos tributos sobre a parcela de lucro não realizado e apresentado como tributos diferidos nos balanços patrimoniais consolidados.

4. Sumário das principais práticas contábeis

4.1 Regime de apuração do resultado

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos, sendo apropriadas ao resultado do exercício a medida que incorram. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As demais receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério “pro-rata” dia para as de natureza financeira.

4.2 Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

4.3 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular n.º 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, e pela Lei n.º 11.638/07, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

a) títulos para negociação;
b) títulos disponíveis para venda; e
c) títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados como para negociação e disponíveis para venda são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como para negociação são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período, quando da efetiva realização, por meio da venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários.

As aplicações em fundos de investimentos são valorizadas diariamente e, portanto, já estão ajustadas a valor de mercado, sendo as contrapartidas registradas no resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações de *swap* e operações com mercado de futuros são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

- operações de *swap* – os valores referenciais são registrados em contas de compensação e o diferencial a receber ou a pagar, contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa “pro rata” até a data do balanço;

- operações com mercado de futuros – os valores referenciais são registrados em contas de compensação e os valores a receber e/ou a pagar referentes aos ajustes diários, são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as contas de resultado. Essas operações têm liquidação diária.

O Banco Central do Brasil, por meio da Circular n.º 3.082/2002, estabeleceu critérios de avaliação e classificação para os instrumentos financeiros derivativos.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliados, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização com instrumentos financeiros derivativos não considerados como “hedge” ou como “hedge” de risco de mercado, em conta de receita ou despesa, no resultado do exercício.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100101

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

4.4 Operações de crédito, repasses interfinanceiros, debêntures, venda a prazo de títulos e valores mobiliários, direitos recebíveis e provisão para risco de crédito.

As operações de crédito, repasses interfinanceiros, debêntures, venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução n.º 2.682 do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações (de crédito e repasses interfinanceiros) vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H", se inadimplentes, permanecem nessa classificação por até seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de créditos que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil – por meio da Resolução n.º 2.682.

4.5 Investimentos

Os investimentos em empresas coligadas, consideradas aquelas em que o Banco possui influência significativa nos termos da Lei n.º 11.941/09, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão demonstrados ao custo e, quando aplicável, ajustados para o seu valor de provável realização.

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio, declarados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial, são registrados reduzindo o valor das respectivas participações societárias. Os dividendos e os juros sobre o capital próprio dos investimentos avaliados ao custo de aquisição são creditados diretamente ao resultado do período.

Os ágios apurados na aquisição de investimentos, cujos fundamentos econômicos não são identificados, são amortizados integralmente. Os decorrentes de expectativa de resultados futuros são submetidos ao teste de recuperabilidade a que se refere à Deliberação n.º 527 da Comissão de Valores Mobiliários – CVM – de 1º de novembro de 2007.

Os deságios decorrentes de aquisição de investimentos cujo fundamento econômico não é identificado (outras razões econômicas) serão baixados quando ocorrer a alienação dos investimentos.

4.6 Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens.

4.7 Intangível

O ativo intangível está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear.

4.8 Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do período.

4.9 Benefícios a empregados

a) Plano de aposentadoria complementar

O BNDES e suas subsidiárias oferecem aos seus empregados um plano de aposentadoria complementar. O plano é financiado por pagamentos a um fundo fiduciário, determinados por cálculos atuariais periódicos. O plano é de benefício definido.

Os ativos atuariais, determinados pelos atuários consultores, não são reconhecidos como ativo do patrocinador em função da impossibilidade de compensação de tais valores com contribuições futuras, conforme determinado no regulamento do fundo de pensão.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de ganhos ou perdas atuariais e de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o Método de Crédito Unitário Projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

As dívidas contratadas entre o BNDES e o plano de pensão são consideradas na determinação de um passivo adicional referente a contribuições futuras que não serão recuperáveis.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, que excederem 10% do valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano, são debitados ou creditados ao resultado no período esperado de serviço remanescente dos funcionários.

b) Plano de assistência médica

O BNDES e suas subsidiárias oferecem um benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e à conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que usada para os planos de pensão de benefício definido.

Os ganhos e as perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e na mudança das premissas atuariais que excederem 10% do valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano, são debitados ou creditados ao resultado no período esperado de serviço remanescente dos funcionários. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

c) Benefícios de rescisão

O BNDES e suas subsidiárias reconhecem os benefícios de rescisão quando está, de forma demonstrável, comprometido com a rescisão dos atuais empregados de acordo com um plano formal detalhado, o qual não pode ser suspenso ou cancelado, ou o fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária. Os benefícios que vencem em mais de 12 meses após a data do balanço são descontados a seu valor presente.

d) Participação nos lucros

O BNDES e suas subsidiárias reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados (apresentado no item "Participação dos Empregados no Lucro" na demonstração do resultado). O BNDES reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

4.10 Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal pela alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10%, sobre bases tributáveis que excedam R$ 20 mil no mês (R$ 240 mil no exercício) de acordo com a legislação em vigor. A contribuição social, para o BNDES e FINAME, foi constituída à alíquota de 15% e 9% para a BNDESPAR.

O imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos tributários".

4.11 Estimativas contábeis

A elaboração das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas regulamentares do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários, requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem notadamente a provisão para risco de crédito, provisão para contingências, provisão para impostos e contribuições e realização de créditos tributários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

5. Caixa e equivalentes de caixa

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2010	2009	2010	2009
	BNDES		Consolidado	
Disponibilidades	8.009	2.972	15.897	4.750
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6)	10.113.958	2.006.817	10.113.958	2.006.817
Títulos e valores mobiliários				
Cotas de fundos exclusivos (Nota 7.4)	1.825.135	1.762.632	3.965.698	4.397.662
	11.947.102	**3.772.421**	**14.095.553**	**6.409.229**

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez

6.1 Aplicações em carteira de câmbio

O saldo dessas operações de curto prazo, em 31 de dezembro de 2010, monta em R$ 1.689.615 mil (R$ 991 mil em 31 de dezembro de 2009).

6.2 Aplicações em operações compromissadas

O BNDES realizou operações de compra de títulos com compromisso de revenda (mercado de balcão), de curto prazo, lastreadas em títulos públicos federais, com saldo de R$ 24.343 mil em 31 de dezembro de 2010 (R$ 5.826 mil em 31 de dezembro de 2009).

6.3 Aplicações em depósitos interfinanceiros

Em 2008, o BNDES começou a realizar aplicações de curto prazo registradas na CETIP. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de aplicações em depósitos interfinanceiros era de R$ 8.400.000 mil (R$ 2.000.000 mil em 31 de dezembro de 2009).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100102

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

7. Títulos e valores mobiliários

7.1 Composição por natureza e por emissor

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2010	2009	2010	2009
	BNDES		Consolidado	
Livres	**39.096.924**	**27.757.738**	**145.313.685**	**40.305.432**
Títulos para negociação:				
Público:				
Cotas de fundos de investimento exclusivo	1.825.135	1.762.632	3.965.698	4.397.662
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	4.992.576	2.786.327	4.992.576	2.786.327
Notas do Tesouro Nacional – NTN–B	104.299	89.776	104.299	89.776
	6.922.010	**4.638.735**	**9.062.573**	**7.273.765**
Títulos disponíveis para venda:				
Público:				
Debêntures	819.882	90.760	957.855	90.760
Ações, certificados de ações e bônus de subscrição	6.672.597	-	54.902.741	-
Letras Financeiras do Tesouro – Série A	899.563	1.088.883	899.563	1.088.883
Letras do Tesouro Nacional – LTN	2.938.695	1.841.774	2.938.695	1.841.774
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	2.384.901	3.058.249	2.384.901	3.058.249
Notas do Tesouro Nacional – NTN-F	2.203.983	5.617.167	2.203.983	5.617.167
Privado:				
Debêntures	1.484.962	1.311.118	13.106.905	3.576.398
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	-	-	2.022.829	1.579.884
Ações, certificados de ações e bônus de subscrição	-	-	41.004.866	69.159
	17.404.583	**13.007.951**	**120.422.338**	**16.922.274**
Títulos mantidos até o vencimento:				
Público:				
Debêntures	1.952.563	1.857.272	2.470.093	2.415.828
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	6.691.760	2.746.617	6.691.760	2.746.617
Notas do Tesouro Nacional Série F – NTN – F	5.359.702	4.537.366	5.359.702	4.537.366
Privado:				
Debêntures	766.306	919.003	1.307.219	6.358.788
Notas promissórias	-	50.794	-	50.794
	14.770.331	**10.111.052**	**15.828.774**	**16.109.393**
Provisão para risco de crédito – Debêntures – Setor privado	(767)	(79.820)	(1.086)	(262.439)
Provisão para risco de crédito – Debêntures – Setor público	(1903)	(1.631)	(2.245)	(3.487)
Total Provisão para risco de crédito – Debêntures	**(2.670)**	**(81.451)**	**(3.331)**	**(265.926)**
Vinculados a compromissos de recompra:	**-**	**14.075.919**	**-**	**14.075.919**
Títulos disponíveis para venda (Públicos):				
Notas do Tesouro Nacional Série F – NTN – F	-	1.780.479	-	1.780.479
Letras Financeiras do Tesouro	-	1.690.933	-	1.690.933
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN – B	-	5.065.892	-	5.065.892
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	806.546	-	806.546
Títulos mantidos até o vencimento (Públicos):				
Notas do Tesouro Nacional Série F – NTN – F	-	722.482	-	722.482
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN – B	-	4.009.587	-	4.009.587
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 28)	**833**	**90.976**	**556.501**	**90.976**
Vinculados à Prestação de Garantias:				
Títulos mantidos até o vencimento (Públicos):				
Letras Financeiras do Tesouro – Série A	**62.700**	**74.476**	**62.700**	**74.476**
Total	**39.157.787**	**41.917.658**	**145.929.555**	**54.280.877**
Curto prazo	10.912.556	6.144.476	15.714.020	10.544.554
Longo prazo	28.245.231	35.773.182	130.215.535	43.736.323
Total	**39.157.787**	**41.917.658**	**145.929.555**	**54.280.877**

Resumo por emissor (líquido de provisão):

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2010	2009	2010	2009
	BNDES		Consolidado	
Público	36.906.453	39.625.587	87.932.321	42.817.317
Privado	2.251.334	2.292.071	57.997.234	11.463.560
Total	**39.157.787**	**41.917.658**	**145.929.555**	**54.280.877**

7.2 Valor de mercado dos títulos mantidos até o vencimento

R$ mil

	Em 31 de dezembro 2010			
	BNDES		Consolidado	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Livres:				
Público:				
Debêntures	1.952.563	1.952.563	2.470.093	2.415.828
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	6.691.760	7.389.074	6.691.760	7.389.074
Notas do Tesouro Nacional Série F – NTN – F	5.359.702	5.535.285	5.359.702	5.535.285
Privado:				
Debêntures	766.306	766.306	1.307.219	1.307.219
Vinculados à Prestação de Garantias (Público):				
Letras Financeiras do Tesouro – Série A	62.700	62.700	62.700	62.700
Total	**14.833.031**	**15.705.928**	**15.891.474**	**16.710.106**

As debêntures representam uma modalidade de apoio financeiro e não de aplicação financeira, conforme descrito na nota 8.2. Por esta razão seu valor de mercado é igual ao seu custo corrigido.

Para cálculo do valor de mercado das Notas do Tesouro Nacional foram utilizados os preços divulgados pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro - ANDIMA.

7.3 Composição por prazo de vencimento:

R$ mil

	31/12/2010 BNDES							
	Sem Vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total
Livres:								
Títulos para negociação:								
Público:								
Cotas de fundos exclusivos	1.825.135	-	-	-	-	-	-	1.825.135
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	4.992.576	-	-	-	-	-	4.992.576
Notas do Tesouro Nacional / NTN-B	-	104.299	-	-	-	-	-	104.299
	1.825.135	**5.096.875**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**6.922.010**
Títulos disponíveis para venda:								
Público:								
Debêntures disponíveis para venda	-	-	135.102	321.751	363.029	-	-	819.882
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	899.563	-	-	899.563
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	1.090.852	1.847.843	-	-	-	-	2.938.695
Notas do Tesouro Nacional / NTN-B	-	10	22.884	467	1.269.173	-	1.092.367	2.384.901
Notas do Tesouro Nacional / NTN-F	-	106.501	-	853.809	1.243.673	-	-	2.203.983
Ações	6.672.597	-	-	-	-	-	-	6.672.597
Privado:								
Debêntures disponíveis para venda	-	-	234.667	512.813	375.570	361.912	-	1.484.962
	6.672.597	**1.197.363**	**2.240.496**	**1.688.840**	**4.151.008**	**361.912**	**1.092.367**	**17.404.583**
Títulos mantidos até o vencimento:								
Público:								
Debêntures	-	-	-	32.039	899.017	1.021.507	-	1.952.563
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-B	-	-	253.289	-	-	-	6.438.471	6.691.760
Notas do Tesouro Nacional Série F – NTN – F	-	277.308	-	-	-	5.082.394	-	5.359.702
Privado:								
Debêntures	-	1.964	-	153.231	-	611.111	-	766.306
	-	**279.272**	**253.289**	**185.270**	**899.017**	**6.715.012**	**6.438.471**	**14.770.331**
Vinculados à Prestação de Garantias (Público)								
Títulos mantidos até o vencimento:								
Letras Financeiras do Tesouro – Série A	-	4.823	14.470	38.584	4.823	-	-	62.700
Instrumentos financeiros derivativos	-	833	-	-	-	-	-	833
TOTAL	**8.497.732**	**6.579.166**	**2.508.255**	**1.912.694**	**5.054.848**	**7.076.924**	**7.530.838**	**39.160.457**
Provisão para risco de crédito – Debêntures – Setor Privado								(767)
Provisão para risco de crédito – Debêntures – Setor Público								(1.903)
								(2.670)
Total								**39.157.787**

(continuação)

R$ mil

	Em 31 de dezembro 2009 BNDES							
	Sem Vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total
Livres:								
Títulos para negociação:								
Público:								
Cotas de fundo de investimento exclusivo do Banco do Brasil	1.762.632	-	-	-	-	-	-	1.762.632
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	2.786.327	-	-	-	-	-	2.786.327
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-B	-	89.776	-	-	-	-	-	89.776
	1.762.632	**2.876.103**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**4.638.735**
Títulos disponíveis para venda:								
Público:								
Debêntures disponíveis para venda	-	-	-	90.760	-	-	-	90.760
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	-	-	4	1.088.879	-	1.088.883
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	-	18	1.841.756	-	-	-	1.841.774
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-B	-	12.408	19.163	609.326	-	271.752	2.145.600	3.058.249
Notas do Tesouro Nacional – Série F – NTN-F	-	271.346	-	2.423.765	2.922.056	-	-	5.617.167
Privado:								
Debêntures	-	-	44.918	736.287	411.343	118.570	-	1.311.118
	-	**283.754**	**64.099**	**5.701.894**	**3.333.403**	**1.479.201**	**2.145.600**	**13.007.951**
Títulos mantidos até o vencimento:								
Público:								
Debêntures	-	-	25.184	48.058	229.644	1.554.386	-	1.857.272
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-B	-	10.754	463.732	179.944	-	-	2.092.187	2.746.617
Notas do Tesouro Nacional – Série F – NTN-F	-	239.954	-	-	-	4.297.412	-	4.537.366
Privado:								
Debêntures	-	9.829	29.704	92.186	276.927	510.357	-	919.003
Notas Promissórias	-	-	50.794	-	-	-	-	50.794
	-	**260.537**	**569.414**	**320.188**	**506.571**	**6.362.155**	**2.092.187**	**10.111.052**
Vinculados a compromissos de recompra:								
Títulos disponíveis para venda (Público)**:**								
Notas do Tesouro Nacional – Série F – NTN-F	-	87.788	-	485.221	1.207.470	-	-	1.780.479
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	1.690.933	-	1.690.933
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-B	-	39.808	24.412	2.224.153	-	2.273.420	504.099	5.065.892
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	-	-	806.546	-	-	-	806.546
Títulos mantidos até o vencimento (Público)**:**								
Notas do Tesouro Nacional – Série F – NTN-F	-	37.355	-	-	-	685.127	-	722.482
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-B	-	-	30.263	-	-	-	3.979.324	4.009.587
	-	**164.951**	**54.675**	**3.515.920**	**1.207.470**	**4.649.480**	**4.483.423**	**14.075.919**
Vinculados à Prestação de Garantias (Público)								
Títulos mantidos até o vencimento:								
Letras Financeiras do Tesouro – Série A – LFT-A	-	4.381	13.143	35.047	21.905	-	-	74.476
Instrumentos financeiros derivativos	-	16.812	74.164	-	-	-	-	90.976
Provisão para risco de crédito – Debêntures – Setor Privado								(79.820)
Provisão para risco de crédito – Debêntures – Setor Público								(1.631)
								(81.451)
Total								**41.917.658**

R$ mil

	Em 31 de dezembro 2010 Consolidado							
	Sem Vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total
Livres:								
Títulos para negociação:								
Público:								
Cotas de fundos exclusivos	3.965.698	-	-	-	-	-	-	3.965.698
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	4.992.576	-	-	-	-	-	4.992.576
Notas do Tesouro Nacional – série B – NTN-B	-	104.299	-	-	-	-	-	104.299
	3.965.698	**5.096.875**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**9.062.573**
Títulos disponíveis para venda:								
Público:								
Ações de companhias abertas e bônus de subscrição	54.902.741	-	-	-	-	-	-	54.902.741
Debêntures	-	-	135.102	459.724	363.029	-	-	957.855
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	-	-	899.563	-	-	899.563
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	1.090.852	1.847.843	-	-	-	-	2.938.695
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-B	-	10	22.884	467	1.269.173	-	1.092.367	2.384.901
Notas do Tesouro Nacional – Série F – NTN-F	-	106.501	-	853.809	1.243.673	-	-	2.203.983
Privado:								
Debêntures	-	260	234.667	1.826.906	3.549.379	2.786.052	4.709.641	13.106.905
Ações	41.004.866	-	-	-	-	-	-	41.004.866
Cotas de fundos mútuos de investimentos e de participações	2.022.829	-	-	-	-	-	-	2.022.829
	97.930.436	**1.197.623**	**2.240.496**	**3.140.906**	**7.324.817**	**2.786.052**	**5.802.008**	**120.422.338**
Títulos mantidos até o vencimento:								
Público:								
Debêntures	-	-	-	32.039	946.571	1.491.483	-	2.470.093
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-B	-	-	253.289	-	-	-	6.438.471	6.691.760
Notas do Tesouro Nacional – Série F – NTN-F	-	277.308	-	-	-	5.082.394	-	5.359.702
Privado:								
Debêntures	-	1.964	-	153.231	540.913	611.111	-	1.307.219
	-	**279.272**	**253.289**	**185.270**	**1.487.484**	**7.184.988**	**6.438.471**	**15.828.774**
Vinculados a compromissos de recompra:								
Títulos disponíveis para venda (Público)**:**								
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-F	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos mantidos até o vencimento (Público)**:**								
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-B	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	555.668	833	-	-	-	-	-	556.501
Vinculados à Prestação de Garantias (Público)**:**								
Títulos mantidos até o vencimento:								
Letras Financeiras do Tesouro – Série A – LFT-A	-	4.823	14.469	38.585	4.823	-	-	62.700
	555.668	**5.656**	**14.469**	**38.585**	**4.823**	**-**	**-**	**619.201**
Provisão para risco de crédito – Debêntures – Setor Privado								(1.086)
Provisão para risco de crédito – Debêntures – Setor Público								(2.245)
								(3.331)
Total								**145.929.555**

(continuação)

R$ mil

	Em 31 de dezembro 2009 Consolidado							
	Sem Vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total
Livres:								
Títulos para negociação:								
Público:								
Cotas de fundo de investimento exclusivo do Banco do Brasil	4.397.662	-	-	-	-	-	-	4.397.662
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	2.786.327	-	-	-	-	-	2.786.327
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-B	-	89.776	-	-	-	-	-	89.776
	4.397.662	**2.876.103**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**7.273.765**
Títulos disponíveis para venda:								
Público:								
Debêntures	-	-	-	90.760	-	-	-	90.760
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	-	-	4	1.088.879	-	1.088.883
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	-	18	1.841.756	-	-	-	1.841.774
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-B	-	12.408	19.163	609.326	-	271.752	2.145.600	3.058.249
Notas do Tesouro Nacional – Série F – NTN-F	-	271.346	-	2.423.765	2.922.056	-	-	5.617.167
Privado:								
Debêntures	-	-	44.918	736.287	411.343	118.570	2.265.280	3.576.398
Ações de companhias abertas e bônus de subscrição	69.159	-	-	-	-	-	-	69.159
Cotas de fundos mútuos de investimentos e de participações	1.579.884	-	-	-	-	-	-	1.579.884
	1.649.043	**283.754**	**64.099**	**5.701.894**	**3.333.403**	**1.479.201**	**4.410.880**	**16.922.274**
Títulos mantidos até o vencimento:								
Público:								
Debêntures	-	-	25.184	48.058	377.910	1.964.676	-	2.415.828
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-B	-	10.754	463.732	179.944	-	-	2.092.187	2.746.617
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-F	-	239.954	-	-	-	4.297.412	-	4.537.366
Privado:								
Debêntures	-	127.554	29.704	323.575	1.660.031	3.065.070	1.152.854	6.358.788
Notas promissórias	-	-	50.794	-	-	-	-	50.794
	-	**378.262**	**569.414**	**551.577**	**2.037.941**	**9.327.158**	**3.245.041**	**16.109.393**
Vinculados a compromissos de recompra:								
Títulos disponíveis para venda (Público)**:**								
Notas do Tesouro Nacional Série F – NTN-F	-	87.788	-	485.221	1.207.470	-	-	1.780.479
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	-	-	-	1.690.933	-	1.690.933
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-B	-	39.808	24.412	2.224.153	-	2.273.420	504.099	5.065.892
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	-	-	806.546	-	-	-	806.546
Títulos mantidos até o vencimento (Público)**:**								
Notas do Tesouro Nacional – Série F – NTN-F	-	37.355	-	-	-	685.127	-	722.482
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-B	-	-	30.263	-	-	-	3.979.324	4.009.587
	-	**164.951**	**54.675**	**3.515.920**	**1.207.470**	**4.649.480**	**4.483.423**	**14.075.919**
Instrumentos financeiros derivativos	-	16.812	74.164	-	-	-	-	90.976
Vinculados à Prestação de Garantias (Público)**:**								
Títulos mantidos até o vencimento:								
Letras Financeiras do Tesouro – Série A – LFT-A	-	4.381	13.143	35.047	21.905	-	-	74.476
	6.046.705	**3.724.263**	**775.495**	**9.804.438**	**6.600.719**	**15.455.839**	**12.139.344**	**54.546.803**
Provisão para risco de crédito – Debêntures – Setor Privado								(262.439)
Provisão para risco de crédito – Debêntures – Setor Público								(3.487)
								(265.926)
Total								**54.280.877**

7.4 Fundos de investimentos exclusivos

O BNDES, em 31 de dezembro de 2010, possui investimentos em fundos exclusivos administrados pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal e estão classificados, de acordo com a Circular n.º 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, como títulos para negociação.

A carteira dos Fundos são compostas basicamente por títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional e custodiados no Sistema de Liquidação e Custódia – SELIC

Apresenta-se a seguir a composição da carteira de títulos dos Fundos:

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Fundo BB Extramercado (*)				
ATIVO				
Disponibilidades	2.012	6.017	5.067	15.045
Operações compromissadas				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	806.858	1.709.040	1.639.986	2.533.283
Títulos e valores mobiliários				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	413.098	1.647.610	81.951	1.813.866
Outros	1	2	2	5
	1.221.969	3.362.669	1.727.006	4.362.199
PASSIVO				
Valores a pagar	(84)	(221)	(363)	(526)
	(84)	(221)	(363)	(526)
Sub total	**1.221.885**	**3.362.448**	**1.726.643**	**4.361.673**
Fundo BB GAIA FI RF				
ATIVO				
Disponibilidades	4	4	5	5
Operações compromissadas				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	13.879	13.879	-	-
Letras do Tesouro Nacional- LTN	-	-	35.538	35.538
Títulos e valores mobiliários				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	64.071	64.071	451	451
	77.954	77.954	35.994	35.994
PASSIVO				
Valores a pagar	(5)	(5)	(5)	(5)
	(5)	(5)	(5)	(5)
Sub total	**77.949**	**77.949**	**35.989**	**35.989**
Fundo FI Caixa Progresso Curto Prazo				
ATIVO				
Disponibilidades	2	2	-	-
Operações compromissadas				
Notas do Tesouro Nacional – NTN	525.307	525.307	-	-
	525.309	525.309	-	-
PASSIVO				
Valores a pagar	(8)	(8)	-	-
	(8)	(8)	-	-
Sub total	**525.301**	**525.301**	**-**	**-**
TOTAL	**1.825.135**	**3.965.698**	**1.762.632**	**4.397.662**

(*) Inclui os fundos BB Urano 2 (Finame), BB Extramercado Exclusivo 23 FI RF (Bndespar) e BB Milênio 28 FI Renda Fixa (BNDES), com políticas de investimento semelhantes.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100105

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

Composição dos títulos integrantes do ativo dos Fundos por prazo de vencimento:

R$ mil

		Em 31 de dezembro de 2010							
		BNDES							
	Quantidade	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total
Fundo BB Extramercado									
Operações compromissadas									
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	179.710	-	806.858	-	-	-	-	-	806.858
Títulos e valores mobiliários									
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	91.844	-	-	-	15.743	370.368	26.987	-	413.098
		-	**806.858**	-	**15.743**	**370.368**	**26.987**	-	**1.219.956**
Fundo BB GAIA FI RF									
Operações compromissadas									
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	3.091	-	13.879	-	-	-	-	-	13.879
Títulos e valores mobiliários									
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	14.245	-	-	607	4.093	48.128	11.243	-	64.071
		-	**13.879**	**607**	**4.093**	**48.128**	**11.243**	-	**77.950**
Fundo FI Caixa Progresso Curto Prazo									
Operações compromissadas									
Notas do Tesouro Nacional - NTN	262.402	-	-	-	525.307	-	-	-	525.307
		-	-	-	**525.307**	-	-	-	**525.307**
Total		-	**820.737**	**607**	**545.143**	**418.496**	**38.230**	-	**1.823.213**

R$ mil

		Em 31 de dezembro de 2009							
		BNDES							
	Quantidade	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total
Fundo BB Extramercado									
Operações compromissadas									
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	400.788	-	1.639.986	-	-	-	-	-	1.639.986
Títulos e valores mobiliários									
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	20.000	-	81.951	-	-	-	-	-	81.951
		-	**1.721.937**	-	-	-	-	-	**1.721.937**
Fundo BB GAIA FI RF									
Operações compromissadas									
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	8.685	-	35.538	-	-	-	-	-	35.538
Títulos e valores mobiliários									
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	110	-	-	-	-	451	-	-	451
		-	**35.538**	-	-	**451**	-	-	**35.989**
Total		-	**1.757.475**	-	-	**451**	-	-	**1.757.926**

R$ mil

		Em 31 de dezembro de 2010							
		Consolidado							
	Quantidade	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total
Fundo BB Extramercado									
Operações compromissadas									
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	380.706	-	1.709.040	-	-	-	-	-	1.709.040
Títulos e valores mobiliários									
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	366.312	-	1.565	62.677	319.203	1.186.713	77.452	-	1.647.610
			1.710.605	**62.677**	**319.203**	**1.186.713**	**77.452**	-	**3.356.650**
Fundo BB GAIA FI RF									
Operações compromissadas									
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	3.091	-	13.879	-	-	-	-	-	13.879
Títulos e valores mobiliários									
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	14.245	-	-	607	4.093	48.128	11.243	-	64.071
		-	**13.879**	**607**	**4.093**	**48.128**	**11.243**	-	**77.950**
Fundo FI Caixa Progresso Curto Prazo									
Operações compromissadas									
Notas do Tesouro Nacional - NTN	262.402	-	-	-	525.307	-	-	-	525.307
		-	-	-	**525.307**	-	-	-	**525.307**
Total		-	**1.724.484**	**63.284**	**848.603**	**1.234.841**	**88.695**	-	**3.959.907**

R$ mil

		Em 31 de dezembro de 2009							
		Consolidado							
	Quantidade	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total
Fundo BB Extramercado									
Operações compromissadas									
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	1.259.076	-	2.533.283	-	-	-	-	-	2.533.283
Títulos e valores mobiliários									
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	442.669	-	375.075	-	267.688	1.011.299	159.804	-	1.813.866
		-	**2.908.358**	-	**267.688**	**1.011.299**	**159.804**	-	**4.347.149**
Fundo BB GAIA FI RF									
Operações compromissadas									
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	8.685	-	35.538	-	-	-	-	-	35.538
Títulos e valores mobiliários									
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	110	-	-	-	-	451	-	-	451
		-	**35.538**	-	-	**451**	-	-	**35.989**
		-	**2.943.896**	-	**267.688**	**1.011.750**	**159.804**	-	**4.383.138**

De acordo com a circular do BACEN n.º 3.068, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante independentemente dos seus vencimentos.

7.5 Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações

Estas aplicações são administradas por instituições financeiras privadas. As cotas destes fundos são avaliadas pelos valores das cotas divulgadas pelo respectivo administrador na data base do balanço.

R$ mil

Fundo	Administrador	31/12/2010	31/12/2009
- PROT – Fundo de Investimento em Participações	Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos Mobiliários S.A.	668.473	867.574
- Brasil Energia – Fundo de Investimentos em Participações	Banco Bradesco S.A	315.427	258.875
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	Credit Suisse Brasil	298.196	-
- InfraBrasil – Fundo de Investimentos em Participações	Banco ABN Amro Real S.A.	151.751	95.789
- AG Angra Infra-Estrutura - Fundo de Investimento em Participações	Banco Bradesco S.A	82.253	63.351
- Fundo de Investimentos Cia. Paulista Trens Metropolitanos	Banco Bradesco S.A	55.412	67.851
- Logística Brasil – Fundo de Investimento em Participações	Banco Bradesco S.A.	56.889	30.600
- Fundo de Invest. Em Partic. Governança e Gestão – FIPGG	Governança & Gestão Investimentos	38.778	38.827
- Fundo de Investimento em Participações Caixa Modal Oleo e Gas	Caixa Econômica Federal	18.502	-
-FIP Terra Viva - Fundo de Investimento em Participações	DGF Gestão de Fundos Ltda	29.494	856
- Fundo Brascan de Petróleo e Gás	Banco Brascan S.A.	16.728	16.749
- Brasil Mezanino Infra-estr fdo. Inv. em Participações	Darby Stratus Administração de Investimentos Ltda	22.550	12.731
- Fundo Mútuo Invest em Empresas Emergentes CRIATEC	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A	22.803	13.603
- Fundo de Investimento em Participações Caixa Ambiental	Caixa Econômica Federal	31.522	2.673
- BR Educacional Fundo de Investimento em Participações	BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	36.074	15.000
- CRP VI Venture Fundo Mútuo de Invest. Empr. Emergentes	CRP Companhia de Participações S.A	12.203	10.506
- RB Cinema I – Fundo Financiamento Ind. Cinematográfica Nacional	Rio Bravo Investimentos S.A.	11.413	11.802
-Fundo Brasil Agronegócio - Fundo de Investimento em Participações	Banco Bradesco S.A	6.880	-
- Fire - Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes	BrasilPrivate Consultoria e Participações Ltda.	-	7.923
- Opportunity Equity Partners – FIA	Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos Mobiliários S.A.	4.713	4.850
- Brasil 21 – Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes	Dynamo Administradora de Recursos Ltda.	2.714	5.953
- Outros		140.054	54.371
Total		**2.022.829**	**1.579.884**

Os fundos mútuos de investimento em empresas emergentes Fire – Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes e Brasil 21 – Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes – foram constituídos sob a forma de condomínios fechados, tendo somente aportes da BNDESPAR, com prazo de duração de oito anos. Esses fundos estão em fase de desinvestimentos.

As aplicações em fundos mútuos de investimento e de participações estão valorizadas pela cota de cada fundo, informada pelos respectivos administradores, designados ao resultado como atualização do investimento. Não há diferença entre o valor atualizado e o valor de mercado.

8. Debêntures

8.1 Debêntures disponíveis para venda

Tradicionalmente, o BNDES, por meio de sua subsidiária BNDESPAR, exerce a função de fomentar o desenvolvimento do mercado de ações. Faltava ao BNDES uma ação direcionada a apoiar o desenvolvimento do mercado brasileiro de dívida corporativa. Para tanto, em agosto de 2006, foram estabelecidas as normas aplicáveis à subscrição de debêntures simples, pelo BNDES, em ofertas públicas, e à negociação desses valores mobiliários no mercado secundário com o objetivo de apoiar tanto novas emissões, quanto girar os ativos adquiridos de forma a ajudar ao aumento da liquidez do mercado local.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100106

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

A subscrição de debêntures de colocação pública está limitada a operações de baixo risco de crédito e devem ter as seguintes características:

- Participação limitada a 15% da oferta;
- Setores apoiados pelo BNDES;
- Recursos captados destinados a financiar:
  - investimentos fixos;
  - capital de giro;
  - gastos em P&D ou em outros ativos intangíveis;
  - fusões e aquisições (nos casos em que os ganhos de escala são importantes para impulsionar a expansão das atividades da empresa);
  - reestruturação financeira, se for considerada passo necessário para viabilizar investimentos ou parcerias subseqüentes.
- Adoção de práticas de distribuição e negociação que privilegiem a dispersão dos títulos no mercado, a liquidez, inclusive com participação do formador de mercado, a padronização das cláusulas e as boas práticas de governança corporativa.

A atuação no mercado secundário deverá seguir os princípios de competitividade e de transparência na formação do preço, com preferência a que as operações sejam efetuadas através de plataformas eletrônicas ou, sendo operações efetuadas fora de plataforma eletrônica, que as mesmas sejam referendadas por cotações disponíveis em plataformas eletrônicas.

As debêntures que possuem derivativos embutidos, registradas na BNDESPAR foram reconhecidas no Sistema BNDES com base na circular n.º 3082/2002 que requer a separação dos derivativos do instrumento principal.

O instrumento principal foi designado como disponível para venda e o derivativo é avaliado a valor justo com o efeito reconhecido no resultado.

R$ mil

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Saldos do BNDES	2.304.844	1.401.878
Saldos da BNDESPAR	11.759.916	2.265.280
	14.064.760	3.667.158

8.2 Debêntures mantidas até o vencimento

Essas debêntures representam uma modalidade de apoio financeiro e não de aplicação financeira, sendo contratadas diretamente com os emissores e realizadas no vencimento ou convertidas/transformadas em participações societárias de acordo com cláusulas contratuais. Em função das características destes títulos, estes são avaliados de acordo com as normas definidas pela Resolução n.º 2.682 do Banco Central do Brasil – BACEN, conforme demonstrado na Nota 8.2.4.

8.2.1 Composição das debêntures mantidas até o vencimento:

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Valor bruto	2.718.869	3.777.312	2.776.275	8.774.616
Provisão para risco de crédito	(2.670)	(3.331)	(81.451)	(265.926)
Valor líquido	**2.716.199**	**3.773.981**	**2.694.824**	**8.508.690**
Curto prazo	1.964	1.964	64.529	180.534
Longo prazo	2.714.235	3.772.017	2.630.295	8.328.156
Total	**2.716.199**	**3.773.981**	**2.694.824**	**8.508.690**

8.2.2 Distribuição da carteira bruta por setor de atividade:

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Setor público	1.952.563	2.470.093	1.857.272	2.415.828
Setor privado				
Indústria	91.610	91.610	287.081	2.497.246
Outros serviços	674.696	1.215.609	631.922	3.861.542
	766.306	1.307.219	919.003	6.358.788
Total	**2.718.869**	**3.777.312**	**2.776.275**	**8.774.616**

8.2.3 Distribuição da carteira bruta por vencimento:

R$ mil

	Em 31 de dezembro	
	2010	
	BNDES	Consolidado
Vencido	-	-
A vencer:		
2011	1.964	1.964
2012	93.659	93.659
2013	91.610	91.610
2014	182.551	771.018
2015	716.466	1.186.442
Após 2015	1.632.619	1.632.619
Total	**2.718.869**	**3.777.312**

R$ mil

	Em 31 de dezembro	
	2009	
	BNDES	Consolidado
Vencido	-	1.138
A vencer:		
2010	64.718	181.305
2011	-	-
2012	140.244	371.633
2013	276.927	1.798.004
2014	229.644	239.937
Após 2014	2.064.742	6.182.599
Total	**2.776.275**	**8.774.616**

8.2.4 Composição da carteira bruta e da provisão para risco de crédito por nível de risco:

R$ mil

		Em 31 de dezembro 2010				
		Debêntures		%	Provisão	
Nível de risco	Situação	BNDES	Consolidado	Provisão	BNDES	Consolidado
AA	Adimplente	2.252.970	3.179.118	0,00	-	-
A	Adimplente	397.890	530.185	0,50	1.990	2.651
B	Adimplente	68.009	68.009	1,00	680	680
Total		**2.718.869**	**3.777.312**		**2.670**	**3.331**
Curto prazo		1.964	1.964		-	-
Longo prazo		2.716.905	3.775.348		2.670	3.331
Total		**2.718.869**	**3.777.312**		**2.670**	**3.331**

R$ mil

		Em 31 de dezembro 2009				
		Debêntures		%	Provisão	
Nível de risco	Situação	BNDES	Consolidado	Provisão	BNDES	Consolidado
AA	Adimplente	2.076.910	3.544.370	0,00	-	-
A	Adimplente	508.550	3.849.538	0,50	2.543	19.248
B	Adimplente	33.671	1.027.475	1,00	337	10.275
F	Adimplente	157.144	233.658	50,00	78.571	116.828
H	Adimplente	-	119.575	100,00	-	119.575
Total		**2.776.275**	**8.774.616**		**81.451**	**265.926**
Curto prazo		64.718	182.443		189	1.909
Longo prazo		2.711.557	8.592.173		81.262	264.017
Total		**2.776.275**	**8.774.616**		**81.451**	**265.926**

8.2.5 Movimentação da provisão sobre debêntures:

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Saldo no início do exercício	81.451	265.926	6.954	145.659
Constituição (reversão) líquida	(78.781)	(262.595)	74.497	120.267
Saldo no final do exercício	**2.670**	**3.331**	**81.451**	**265.926**

O efeito no resultado está apresentado na Nota 27.

9. Operações de crédito e repasses interfinanceiros

9.1 Composição das operações:

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Operações de crédito	176.957.171	184.468.881	157.049.402	165.465.117
Provisão para risco de crédito	(2.629.389)	(3.131.101)	(3.240.648)	(3.414.975)
	174.327.782	**181.337.780**	**153.808.754**	**162.050.142**
Repasses interfinanceiros	193.486.376	181.321.049	130.584.665	122.856.700
Provisão para risco de crédito	(702.841)	(1.083.836)	(967.460)	(1.236.047)
	192.783.535	**180.237.213**	**129.617.205**	**121.620.653**
Total	**367.111.317**	**361.574.993**	**283.425.959**	**283.670.795**
Curto prazo	39.548.212	59.936.103	32.716.027	51.171.334
Longo prazo	327.563.105	301.638.890	250.709.932	232.499.461
Total	**367.111.317**	**361.574.993**	**283.425.959**	**283.670.795**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100107

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

9.2 Distribuição da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros por moedas:

R$ mil

	Em 31 de dezembro 2010					
	BNDES			Consolidado		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
Controladas	94.047.006	7.247.643	101.294.649	-	-	-
Outras	215.959.386	53.189.512	269.148.898	302.001.174	63.788.756	365.789.930
Total	**310.006.392**	**60.437.155**	**370.443.547**	**302.001.174**	**63.788.756**	**365.789.930**

R$ mil

	Em 31 de dezembro 2009					
	BNDES			Consolidado		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
Controladas	58.785.075	8.857.863	67.642.938	-	-	-
Outras	168.300.974	51.690.155	219.991.129	223.588.058	64.733.759	288.321.817
Total	**227.086.049**	**60.548.018**	**287.634.067**	**223.588.058**	**64.733.759**	**288.321.817**

9.3 Distribuição da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros por setor de atividade:

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Setor público	182.468.632	97.104.066	131.538.768	73.347.509
Setor privado				
Rural	3.162.771	3.162.771	2.801.287	2.801.287
Indústria	74.928.726	74.928.726	64.397.785	64.397.785
Comércio	2.692.289	125.481.622	1.663.285	1.663.285
Intermediação financeira	52.282.381	2.692.289	36.447.325	87.016.514
Outros serviços	54.908.748	62.420.456	50.785.617	59.095.437
	187.974.915	268.685.864	156.095.299	214.974.308
Total	**370.443.547**	**365.789.930**	**287.634.067**	**288.321.817**

9.4 Distribuição da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros por vencimento:

R$ mil

	Em 31 de dezembro 2010	
	BNDES	Consolidado
Vencido	169.044	550.824
A vencer:		
2011	39.754.543	59.955.436
2012	32.748.070	51.066.854
2013	25.601.241	37.794.066
2014	31.722.021	27.885.319
2015	29.879.293	19.662.891
Após 2015	210.569.335	168.874.540
Total	**370.443.547**	**365.789.930**

R$ mil

	Em 31 de dezembro 2009	
	BNDES	Consolidado
Vencido	825.236	825.236
A vencer:		
2010	32.968.979	51.388.688
2011	27.531.459	41.728.874
2012	21.910.708	32.664.263
2013	17.375.581	23.115.107
2014	24.148.428	15.526.550
Após 2014	162.873.676	123.073.099
Total	**287.634.067**	**288.321.817**

9.5 Concentração da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros:

R$ mil

	Em 31 de dezembro 2010	
	BNDES	Consolidado
10 maiores clientes	187.417.474	141.617.216
50 seguintes maiores clientes	86.996.019	112.978.830
100 seguintes maiores clientes	49.371.521	55.848.110
Demais clientes	46.658.533	55.345.774
Total	**370.443.547**	**365.789.930**

R$ mil

	Em 31 de dezembro 2009	
	BNDES	Consolidado
10 maiores clientes	134.364.934	100.251.098
50 seguintes maiores clientes	75.288.019	96.222.766
100 seguintes maiores clientes	40.627.896	47.300.635
Demais clientes	37.353.218	44.547.318
Total	**287.634.067**	**288.321.817**

9.6 Composição da carteira e da provisão para risco de crédito por nível de risco

O Conselho Monetário Nacional, através da Resolução n.º 2.682, de 21 de dezembro de 1999, publicada pelo Banco Central do Brasil, estabeleceu a sistemática para a constituição da provisão para risco de crédito. A regra, estipulando classes de risco para créditos em situação de adimplência e de inadimplência e respectivos percentuais, entrou em vigor a partir de março de 2000.

Assim, as provisões para créditos adimplentes e inadimplentes relativas a operações de crédito e repasses interfinanceiros, foram as seguintes:

a) Operações de crédito

R$ mil

		Em 31 de dezembro 2010				
Nível de Risco	Situação	Operações de crédito BNDES	Operações de crédito Consolidado	% Provisão	Provisão BNDES	Provisão Consolidado
AA	Adimplente	71.676.018	74.495.024	0,00	-	-
A	Adimplente	72.025.362	72.215.828	0,50	360.127	361.079
B	Adimplente	22.303.604	22.557.161	1,00	223.036	225.572
C	Adimplente	6.491.834	10.357.804	3,00	194.756	310.734
D	Adimplente	1.810.212	1.810.212	10,00	181.021	181.021
E	Adimplente	1.000.763	1.000.763	30,00	300.229	300.229
	Inadimplente	46.684	46.684	30,00	14.005	14.005
		1.047.447	1.047.447		314.234	314.234
F	Adimplente	140.203	141.134	50,00	70.101	70.567
	Inadimplente	378	378	50,00	189	189
		140.581	141.512		70.290	70.756
G	Adimplente	587.259	587.259	70,00	411.082	411.082
	Inadimplente	36	36	70,00	25	25
		587.295	587.295		411.107	411.107
H	Adimplente	752.872	752.872	100,00	752.872	752.872
	Inadimplente	121.946	503.726	100,00	121.946	503.726
		874.818	1.256.598		874.818	1.256.598
Total		**176.957.171**	**184.468.881**		**2.629.389**	**3.131.101**
Curto prazo		20.518.811	21.835.401		304.887	392.823
Longo prazo		156.438.360	162.633.480		2.324.502	2.738.278
Total		**176.957.171**	**184.468.881**		**2.629.389**	**3.131.101**

R$ mil

		Em 31 de dezembro 2009				
Nível de Risco	Situação	Operações de crédito BNDES	Operações de crédito Consolidado	% Provisão	Provisão BNDES	Provisão Consolidado
AA	Adimplente	64.723.668	67.627.884	0,00		
A	Adimplente	60.964.222	61.230.762	0,50	304.820	306.153
B	Adimplente	21.706.184	22.438.497	1,00	217.062	224.385
C	Adimplente	4.167.489	8.247.391	3,00	125.025	247.422
D	Adimplente	1.899.147	2.331.891	10,00	189.915	233.189
	Inadimplente	852	852	10,00	85	85
		1.899.999	2.332.743		190.000	233.274
E	Adimplente	890.068	890.068	30,00	267.020	267.020
	Inadimplente	963	963	30,00	289	289
		891.031	891.031		267.309	267.309
F	Adimplente	806.433	806.433	50,00	403.217	403.217
	Inadimplente	165.712	165.712	50,00	82.856	82.856
		972.145	972.145		486.073	486.073
G	Adimplente	224.420	224.420	70,00	157.094	157.094
	Inadimplente	23.263	23.263	70,00	16.284	16.284
		247.683	247.683		173.378	173.378
H	Adimplente	1.096.169	1.096.169	100,00	1.096.169	1.096.169
	Inadimplente	380.812	380.812	100,00	380.812	380.812
		1.476.981	1.476.981		1.476.981	1.476.981
Total		**157.049.402**	**165.465.117**		**3.240.648**	**3.414.975**
Curto prazo		19.856.330	20.947.349		409.727	432.327
Longo prazo		137.193.072	144.517.768		2.830.921	2.982.648
Total		**157.049.402**	**165.465.117**		**3.240.648**	**3.414.975**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100108

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

b) Repasses interfinanceiros

R$ mil

		Em 31 de dezembro 2010				
Nível de risco	Situação	Repasses Interfinanceiros BNDES	Repasses Interfinanceiros Consolidado	% Provisão	Provisão BNDES	Provisão Consolidado
AA	Adimplente	138.417.052	59.245.620	0,00	-	-
A	Adimplente	50.041.202	110.322.846	0,50	250.206	551.614
B	Adimplente	4.501.768	11.022.551	1,00	45.017	110.225
C	Adimplente	122.409	305.570	3,00	3.673	9.167
E	Adimplente	-	16.011	30,00	-	4.804
F	Adimplente	-	850	50,00	-	425
H	Adimplente (*)	403.945	407.601	100,00	403.945	407.601
	Inadimplente	-	-	100,00	-	-
		403.945	407.601		403.945	407.601
Total		**193.486.376**	**181.321.049**		**702.841**	**1.083.836**
Curto prazo		19.404.776	38.670.859		70.488	177.334
Longo prazo		174.081.600	142.650.190		632.353	906.502
Total		**193.486.376**	**181.321.049**		**702.841**	**1.083.836**

(*) Vide nota 9.8

R$ mil

		Em 31 de dezembro 2009				
Nível de risco	Situação	Repasses Interfinanceiros BNDES	Repasses Interfinanceiros Consolidado	% Provisão	Provisão BNDES	Provisão Consolidado
AA	Adimplente	89.836.930	36.987.854	0,00	-	-
A	Adimplente	36.880.248	77.605.974	0,50	184.401	388.029
B	Adimplente	3.094.483	7.414.782	1,00	30.945	74.148
C	Adimplente	21.536	40.646	3,00	646	1.219
D	Adimplente	-	38.659	10,00	-	3.866
H	Adimplente (*)	745.342	762.659	100,00	745.342	762.659
	Inadimplente	6.126	6.126	100,00	6.126	6.126
		751.468	768.785		751.468	768.785
Total		**130.584.665**	**122.856.700**		**967.460**	**1.236.047**
Curto prazo		13.368.467	30.842.074		99.043	185.762
Longo prazo		117.216.198	92.014.626		868.417	1.050.285
Total		**130.584.665**	**122.856.700**		**967.460**	**1.236.047**

(*) Vide nota 9.8

9.7 Movimentação da provisão para risco de crédito sobre operações de crédito e repasses interfinanceiros

a) Sobre operações de crédito

R$ mil

	Em 31 de dezembro 2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Saldo no início do exercício	3.240.648	3.414.975	2.012.171	2.241.678
Constituição (reversão) líquida	(471.269)	(143.846)	1.464.020	1.408.867
Baixas contra provisão	(139.990)	(140.028)	(235.543)	(235.570)
Saldo no final do exercício	**2.629.389**	**3.131.101**	**3.240.648**	**3.414.975**

b) Sobre repasses interfinanceiros

R$ mil

	Em 31 de dezembro 2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Saldo no início do exercício	967.460	1.236.047	2.089.834	2.318.261
Constituição (reversão) líquida	(264.619)	(152.211)	(1.122.212)	(1.082.052)
Baixas contra provisão	-	-	(162)	(162)
Saldo no final do exercício	**702.841**	**1.083.836**	**967.460**	**1.236.047**

O efeito no resultado está apresentado na Nota 27.

9.8 Provisão para operações de repasse no âmbito do PRONAF

Em 31 de dezembro de 2007, as operações de repasse realizadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF – foram classificadas no nível de risco H da Resolução n.º 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional – CMN. Essa reclassificação foi feita de acordo com o art. 2º da referida Resolução porque tais operações são constantemente renegociadas, por determinação do Governo Federal, com a prorrogação dos prazos de vencimento, perdão de multas e encargos de mora, redução das taxas de juros, concessão de bônus de adimplência e devolução de parcelas amortizadas. No terceiro trimestre de 2009, houve mudanças nas classificações de risco de parte da carteira do PRONAF, retornando a classificação para o risco dos respectivos agentes financeiros. O saldo de provisão, atualizado para 31 de dezembro de 2010, monta em R$ 360.933 mil.

10. Outros créditos - venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis

10.1 Composição:

R$ mil

	Em 31 de dezembro 2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Venda a prazo de TVM	-	1.279.922	5.177	1.107.525
Provisão	-	(10.257)	(155)	(30.830)
	-	**1.269.665**	**5.022**	**1.076.695**
Direitos Recebíveis	1.060.315	2.721.725	1.050.379	1.069.946
Provisão	(2.294)	(38.785)	(20.011)	(26.517)
	1.058.021	**2.682.940**	**1.030.368**	**1.043.429**
Total	**1.058.021**	**3.952.605**	**1.035.390**	**2.120.124**
Curto prazo	140.904	430.833	128.076	335.626
Longo prazo	917.117	3.521.772	907.314	1.784.498
Total	**1.058.021**	**3.952.605**	**1.035.390**	**2.120.124**

10.2 Distribuição da carteira bruta por setor de atividade:

R$ mil

	Em 31 de dezembro 2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Setor público	958.511	958.511	890.256	893.874
Setor privado				
Indústria	-	1.264.566	5.177	1.087.676
Intermediação financeira	-	-	-	-
Outros serviços	101.804	1.778.570	160.123	195.921
	101.804	3.043.136	165.300	1.283.597
Total	**1.060.315**	**4.001.647**	**1.055.556**	**2.177.471**

10.3 Distribuição da carteira bruta por vencimento

R$ mil

	Em 31 de dezembro 2010	
	BNDES	Consolidado
A vencer:		
2011	141.210	434.397
2012	72.814	357.539
2013	61.191	365.072
2014	65.276	489.980
2015	69.641	228.615
Após 2015	650.183	2.126.044
Total	**1.060.315**	**4.001.647**

R$ mil

	Em 31 de dezembro 2009	
	BNDES	Consolidado
A vencer:		
2010	130.621	363.342
2011	132.604	328.853
2012	78.114	268.784
2013	69.781	259.969
2014	74.453	385.463
Após 2014	569.983	571.060
Total	**1.055.556**	**2.177.471**

10.4 Composição da carteira bruta por nível de risco e provisão para risco de crédito

R$ mil

		Em 31 de dezembro 2010				
Nível de Risco	Situação	Venda a prazo de TVM BNDES	Venda a prazo de TVM Consolidado	% Provisão	Provisão BNDES	Provisão Consolidado
AA	Adimplente	-	120.259	0,00	-	-
A	Adimplente	-	267.991	0,50	-	1.340
B	Adimplente	-	891.672	1,00	-	8.917
Total		-	**1.279.922**		-	**10.257**
Curto prazo		-	225.272		-	1.766
Longo prazo		-	1.054.650		-	8.491
Total		-	**1.279.922**		-	**10.257**

R$ mil

		Em 31 de dezembro 2009				
Nível de Risco	Situação	Venda a prazo de TVM BNDES	Venda a prazo de TVM Consolidado	% Provisão	Provisão BNDES	Provisão Consolidado
B	Adimplente	-	1.082.499	1,00	-	10.826
C	Adimplente	5.177	5.177	3,00	155	155
H	Adimplente	-	19.849	100,00	-	19.849
Total		**5.177**	**1.107.525**		**155**	**30.830**
Curto prazo		5.177	227.826		155	21.978
Longo prazo		-	879.699		-	8.852
Total		**5.177**	**1.107.525**		**155**	**30.830**

(continuação)

R$ mil

		Em 31 de dezembro 2010				
		Direitos Recebíveis		%	Provisão	
Nível de Risco	Situação	BNDES	Consolidado	Provisão	BNDES	Consolidado
AA	Adimplente	940.662	940.662	0,00	-	-
A	Adimplente	101.805	1.734.889	0,50	509	8.674
D	Adimplente	17.848	17.848	10,00	1.785	1.785
H	Adimplente	-	26.374	100,00	-	26.374
	Inadimplente	-	1.952	100,00	-	1.952
		-	28.326		-	28.326
Total		**1.060.315**	**2.721.725**		**2.294**	**38.785**
Curto prazo		141.210	209.125		306	1.798
Longo prazo		919.105	2.512.600		1.988	36.987
Total		**1.060.315**	**2.721.725**		**2.294**	**38.785**

R$ mil

		Em 31 de dezembro 2009				
		Direitos Recebíveis		%	Provisão	
Nível de Risco	Situação	BNDES	Consolidado	Provisão	BNDES	Consolidado
AA	Adimplente	871.045	871.045	0,00	-	-
A	Adimplente	160.123	173.250	0,50	800	866
H	Adimplente	19.211	25.651	100,00	19.211	25.651
Total		**1.050.379**	**1.069.946**		**20.011**	**26.517**
Curto prazo		125.444	135.516		2.390	5.738
Longo prazo		924.935	934.430		17.621	20.779
Total		**1.050.379**	**1.069.946**		**20.011**	**26.517**

10.5 Movimentação da provisão sobre operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Saldo no início do exercício	155	30.830	181	37.230
Constituição (reversão) líquida	(155)	(19.363)	(26)	(6.350)
Baixas contra provisão	-	(1.210)	-	(50)
Saldo no final do exercício	**-**	**10.257**	**155**	**30.830**

(*) O efeito no resultado está apresentado na Nota 27.

10.6 Movimentação da provisão sobre operações de direitos recebíveis

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Saldo no início do exercício	20.011	26.517	7.498	22.992
Constituição (reversão) líquida	(17.717)	12.268	12.513	3.525
Saldo no final do exercício	**2.294**	**38.785**	**20.011**	**26.517**

(*) O efeito no resultado está apresentado na Nota 27.

11. Créditos transferidos para o resultado e renegociados

R$ mil

			Em 31 de dezembro			
	2 º semestre de 2010		2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Créditos transferidos para prejuízo	108.123	109.337	139.990	141.238	235.705	235.732
Créditos recuperados (*)	56.088	121.189	2.199.521	2.286.031	407.204	438.552
Créditos renegociados	7.926.928	7.926.928	10.448.322	10.448.322	603.668	614.733

(*) O efeito no resultado está apresentado na Nota 27.

Créditos Renegociados:

O acordo de renegociação de dívida da empresa Southern Eletric Brasil – SEB, pertencente à americana AES Corporation – AES, junto ao BNDES, aprovado pela Diretoria do Banco em dezembro de 2009, foi homologado pela Justiça Federal do Rio de Janeiro (com execução contra a SEB desde 2004) em junho de 2010 e tornou-se eficaz.

A Andrade Gutierrez – AG, assumiu o pagamento de R$ 2.115 milhões devidos pela empresa americana AES ao BNDES, proveniente de um empréstimo feito há 12 anos à SEB. Esta operação trouxe um impacto no resultado do Banco no exercício de 2010 de cerca de R$ 1.269 milhões, líquidos de efeitos tributários.

A AG já efetuou o pagamento à vista de R$ 500 milhões, mais juros de R$ 30 milhões, conforme contratado com o BNDES. O saldo atualizado, para 31 de dezembro de 2010, de R$ 1.626 milhões será liquidado em 10 anos com pagamentos semestrais, conforme as condições estabelecidas entre as partes. O BNDES, em dezembro de 2010 cedeu esses créditos à BNDESPAR, registrados na rubrica Direitos Recebíveis.

12. Outros créditos – Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber

Do saldo de R$ 1.909.393 mil (R$ 725.545 mil no curto prazo e R$ 1.183.848 mil no longo prazo) do balanço consolidado, R$ 1.775.772 mil (R$ 591.924 mil no curto prazo e R$ 1.183.848 mil no longo prazo), líquidos de efeitos tributários e atualizados a taxa SELIC, referem-se aos dividendos a receber da Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás pela BNDESPAR. Conforme Fato Relevante divulgado em 22 de janeiro de 2010, a Eletrobrás informou ao mercado que o Conselho de Administração aprovou a quitação do saldo da reserva especial relativa a dividendos obrigatórios não distribuídos, provenientes de lucros apurados no período compreendido entre 1979 e 1998. Em fevereiro de 2010, a Eletrobrás pagou antecipadamente a primeira das quatro parcelas, que venceria em junho de 2010. Os pagamentos restantes serão efetuados em três parcelas anuais a partir de junho de 2011.

13. Outros créditos – Direitos a receber - Eletrobrás

Em 31 de dezembro 2010, os créditos que a União detinha contra a Eletrobrás, cedidos ao BNDES, totalizam R$ 7.172.194 mil. Estes créditos referem-se a:

a) R$ 4.330.460 mil de dividendos a receber referente a parte dos dividendos registrados anteriormente em Reserva Especial (R$ 1.443.486 mil no curto prazo e R$ 2.886.974 mil no longo prazo)
b) R$ 2.841.734 mil, no longo prazo, refere-se a transferência pela União de parte dos direitos decorrentes de adiantamentos para futuro aumento de capital efetuados na Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS, nos termos do Decreto n.º 7.162, de 29 de abril de 2010.

Os valores são corrigidos pela taxa SELIC e os pagamentos serão efetuados em três parcelas anuais a partir de junho de 2011.

14. Outros créditos – Diversos

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Antecipação de dividendos	-	-	1.165.804	1.165.804
Pagamentos a ressarcir	78.192	18.846	60.564	19.343
Devedores por depósitos em garantia	139.679	471.148	136.583	151.478
Outros	65.639	73.893	77.609	85.811
Total	**283.510**	**563.887**	**1.440.560**	**1.422.436**
Curto prazo	283.510	563.887	1.440.560	1.422.436
Longo prazo	-	-	-	-
Total	**283.510**	**563.887**	**1.440.560**	**1.422.436**

15. Participações Societárias

A carteira de participações societárias do Sistema BNDES é composta por empresas coligadas, sobre as quais a BNDESPAR exerce influência significativa, e por outras empresas em que não existe influência.

Até o exercício de 2009, essa carteira era apresentada no Balanço Patrimonial no subgrupo de Investimentos do Ativo Não Circulante, com exceção daqueles investimentos com manifestada intenção de realização no curto prazo, apresentados no Ativo Circulante. Com a aplicação dos Pronunciamentos Técnicos CPC pela BNDESPAR, os Investimentos naquela companhia se restringiram à carteira de coligadas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. As outras participações societárias, que passaram a ser avaliadas pelo método do valor justo, passaram a ser apresentadas no Balanço Patrimonial no subgrupo de Títulos e Valores Mobiliários do Ativo Não Circulante, na categoria definida pelo CPC 38 como "Disponível para Venda". Para fins de reconhecimento no BNDES, esse procedimento também encontra amparo na Circular nº 3.068/2001 do Banco Central do Brasil.

Os componentes da carteira de participações societárias da BNDESPAR – coligadas e instrumentos financeiros disponíveis para venda – são decorrentes de operações de apoio financeiro do Sistema BNDES, cujo foco em geral corresponde à perspectiva de longo prazo.

A fim de demonstrar esses ativos sob a mesma ótica com que são administrados, apresentamos a seguir a composição desses investimentos como uma carteira de participações societárias, segregadas em "Instrumentos Financeiros: Ações Disponíveis para Venda" e "Investimentos Permanentes". Nessa última categoria estão incluídas as participações societárias detidas pelo BNDES e depositadas no Programa Nacional de Desestatização, em conformidade com o Decreto nº 1.068/94.

15.1 Instrumentos Financeiros: Ações Disponíveis para Venda

Quando inicialmente reconhecidas, as empresas do Sistema BNDES mensuram as ações classificadas como "Disponível para Venda" pelo valor justo na data da negociação, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do instrumento. Após o reconhecimento inicial, esses investimentos são mensurados pelos seus valores justos sem nenhuma dedução dos custos de transação em que possa incorrer na venda ou em outra alienação. As mudanças no valor justo das ações são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido das empresas do Sistema BNDES, na conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial. Essas mudanças no valor justo correspondem a ganhos ou perdas econômicos ainda não realizados, registrados sob a concepção de resultado abrangente.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100110

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

Ao determinar e divulgar o valor dos investimentos em participações societárias classificadas como "Disponível para Venda", as empresas do Sistema BNDES utilizam a hierarquia a seguir:

- Nível 1: aplicado para empresas cujas ações são listadas em bolsa, para as quais o valor justo é baseado no preço médio de fechamento do último pregão em que houve negociação do título, no mês de referência, ajustado por baixa liquidez, se for o caso;
- Nível 2: aplicado para empresas de participações (*holding*) cujas ações não são listadas em bolsa, mas o principal ativo é representado por ações de empresas listadas em bolsa, para as quais o valor justo é baseado no preço médio de fechamento do último pregão em que houve negociação das ações integrantes do ativo da empresa, ajustado pelos demais ativos, passivos e por baixa liquidez, se for o caso;
- Nível 3: aplicado para empresas cujas ações não são listadas em bolsa, para as quais o valor justo é determinado, na data de referência, a partir de modelos de precificação baseados em múltiplos ou em fluxo de caixa descontado;
- Valor de custo: aplicado para empresas cujas ações não são listadas em bolsa e que apresentam um intervalo amplo de valores justos possíveis de serem aceitos para a data de referência no âmbito do esforço de avaliação estabelecido no Nível 3, sem que se possa determinar a probabilidade associada às estimativas que compõem tal intervalo, para as quais é atribuído o custo de aquisição.

R$ mil

	Quantidade (mil) de ações Possuídas		% de participação no capital	Valor Contábil Em 31 de dezembro BNDES		Consolidado	
Empresas investidas	Ordinárias	Preferenciais		2010	2009	2010	2009 (*)
NÍVEL 1 – Empresas Listadas							
AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. – ALL	83.940	-	12,18			1.270.009	1.949.287
BANCO DO BRASIL S.A.	235	-	0,01			7.352	1.834.223
BRADESCO	-	9.368	0,25			305.196	282.576
BRASIL FOODS	22.242	-	2,55			609.657	442.619
BRASKEM S.A.	-	44.317	5,53			903.633	391.089
CEG	17.944.799	-	34,56			789.571	717.792
CEMIG	-	11.147	1,70			310.601	328.200
CESP	-	18.697	5,71			505.190	445.734
CIA SIDERÚRGICA NACIONAL	31.774	-	2,14			848.988	1.069.911
CPFL	40.527	-	8,42			1.686.318	1.430.189
ELETROBRÁS	190.758	18.691	18,50			4.742.631	7.525.213
EMBRAER	39.762	-	5,37			470.390	378.141
GERDAU	35.917	14.162	3,50			923.975	1.206.173
IOCHPE	6.419	-	10,50			153.164	260.732
ITAÚ UNIBANCO HOLDING	-	11.259	0,25			445.071	435.500
KLABIN	-	108.422	11,81			634.267	979.481
LIGHT	30.632	-	15,02			780.192	1.272.295
LLX LOGÍSTICA	20.833	-	3,00			97.083	209.375
MARFRIG	48.201	-	13,89			738.919	910.996
PARANAPANEMA	54.986	-	17,23			278.230	365.108
PDG REALTY	24.718	-	2,23			251.633	213.937
PETROBRAS	392.245	1.341.349	13,29	6.672.597	-	48.538.156	25.091.175
REDE ENERGIA	-	67.643	21,00			408.564	463.714
TELE NORTE LESTE	775	5.627	0,01			161.236	241.145
TOTVS	1.658	-	5,27			281.730	238.562
TRACTEBEL	6.225	-	0,95			169.760	335.565
USIMINAS	1.005	17.544	1,83			354.521	454.474
VALE	218.386	68.276	5,34			15.434.023	13.679.910
Subtotal Nível 1						**82.100.060**	**63.153.116**
Outras empresas - Nível 1						2.365.772	2.054.175
Total Nível 1						**84.465.832**	**65.207.291**
NÍVEL 2 – Empresas *holdings* não listadas						**11.101.940**	**9.728.026**
NÍVEL 3 – Empresas não listadas (Valor Justo)						**337.807**	**141.630**
Empresas não listadas (Valor de Custo)						**2.028**	**44.333**
TOTAL				**6.672.597**	-	**95.907.607**	**75.121.280**
Classificadas no Ativo Circulante				-	-	82.144	68.479
Classificadas no Ativo Não Circulante				6.672.597	-	95.825.463	75.052.801

(*) Valores apresentados para fins de comparação. Na publicação de 31/12/2009, essas participações foram avaliadas ao custo (R$ 21.816.419 mil) e apresentadas no subgrupo de Investimento (vide item 15.2.4)

15.2 Investimentos Permanentes

15.2.1 Composição dos saldos

R$ mil

	Em 31 de dezembro 2010 BNDES	2010 Consolidado	2009 BNDES	2009 Consolidado
Em controladas - Avaliadas pelo método da equivalência patrimonial	91.496.546	-	43.376.227	-
Em coligadas - Avaliadas pelo método da equivalência patrimonial	-	11.340.657	-	11.999.177
Outras participações societárias	184.136	184.136	84.008	21.900.427
Outros investimentos	43.328	43.328	43.328	43.328
Total	**91.724.010**	**11.568.121**	**43.503.563**	**33.942.932**

15.2.2 Controladas - BNDES

R$ mil

Controladas	Data-base	Patrimônio líquido	Lucro / prejuízo líquido do período	Resultado de equivalência patrimonial Em 31 de dezembro 2010	2009	Reflexos dos ajustes no patrimônio líquido das controladas (a)	Valor contábil do investimento Em 31 de dezembro 2010	2009
.Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME	31/12/2010	6.538.583	61.178	61.178	203.373	(2.079)	6.538.583	6.489.855
.BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	31/12/2010	84.950.082	3.995.033	3.995.033	3.952.375	29.203.393	84.950.082	36.884.662
.BNDES Limited (b)	31/12/2010	7.881	(1.535)	(1.568)	(169)	-	7.881	1.710
Total				**4.054.643**	**4.155.579**	**29.201.284**	**91.496.546**	**43.376.227**

O percentual de participação no capital das sociedades controladas é de 100%.

(a) Ajuste de Avaliação Patrimonial e Ajuste de Exercícios Anteriores.

(b) Subsidiária constituída sob as leis do Reino Unido como uma sociedade limitada, com capital autorizado de £100.000.000,00 (cem milhões de libras esterlinas), parcialmente integralizado. Em 31 de dezembro de 2010, a sociedade encontra-se em fase pré-operacional.

15.2.3 Coligadas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial – consolidado

As coligadas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial integram a carteira de participações societárias da BNDESPAR. Essa carteira é composta por empresas dos diversos setores de indústria, todas sujeitas a aplicação dos Pronunciamentos Técnicos CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários, pelo Conselho Federal de Contabilidade e outros órgãos reguladores. Não existem instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) na carteira de coligadas.

Em razão disso, as demonstrações contábeis utilizadas para avaliação desses investimentos pelo método da equivalência patrimonial foram preparadas numa base contábil fundada nos Pronunciamentos Técnicos CPC, que pode diferir das práticas contábeis referendadas pelo Banco Central do Brasil. As demonstrações contábeis das coligadas foram ajustadas às práticas contábeis do BACEN até o ponto em que as diferenças puderam ser identificadas. Em 2009 e 2010, essas diferenças se resumiram à manutenção do deságio como componente do investimento e sua realização por alienação (para fins de CPC, o deságio é tratado como "ganho por compra vantajosa" e reconhecido no resultado quando da aquisição do investimento).

(continuação)

Os quadros a seguir descrevem os investimentos em coligadas.

Investimentos em Coligadas – consolidado

R$ mil

Empresas investidas	Data base	Capital Social	Quantidade (mil) de ações possuídas		% participação no capital	Resultado de equivalência patrimonial		Valor patrimonial investimento	Ágio a / Prov. Perdas b / Deságio c		Valor contábil	
			Ordinárias	Preferenciais		31/12/2010	31/12/2009				31/12/2010	31/12/2009
Brasiliana	31.10.2010	2.960.709	300.000	50.000	53,85	320.733	343.708	1.646.789	(231.948)	c	1.414.841	1.508.906
COPEL	31.10.2010	6.910.000	38.299	27.282	23,96	207.331	253.092	2.275.172	(313.525)	c	1.961.647	1.793.936
Fibria	31.10.2010	8.379.397	142.360	-	30,45	109.389	93.866	4.703.324	(1.755.244)	c	2.948.080	2.608.117
JBS	31.10.2010	18.046.067	437.102	-	17,54	22.628	-	3.235.358	848.219	a	4.083.577	3.925.573
Rio Polímeros						(231.412)	(3.936)	-	-		-	264.016
Telemar Participações						(68.782)	(50.332)	-	-		-	1.441.089
				Subtotal		**359.887**	**636.398**	**11.860.643**	**(1.452.498)**		**10.408.145**	**11.541.637**
Outras empresas						79.762	141.717	825.461	107.051		932.512	457.540
									195.966	a		
									(88.915)	b		
				Total		**439.349**	**778.115**	**12.686.104**	**(1.345.447)**		**11.340.657**	**11.999.177**

- A data-base indica a data do patrimônio líquido da investida que serviu de base para o cálculo da última equivalência efetuada. Foram reconhecidos os efeitos decorrentes de eventos relevantes subseqüentes à data-base, bem como os efeitos da aplicação da Lei n.º 11.638/07 e dos Pronunciamentos Técnicos CPC nas demonstrações financeiras das coligadas. Os efeitos de mudança relativa de participação nas coligadas foram reconhecidos no resultado; as informações sobre as coligadas descritas no item seguinte já contemplam esses efeitos.
- Os investimentos em coligadas foram objeto de teste de recuperabilidade em conformidade com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. O valor recuperável é o maior entre o valor de mercado e o valor em uso.

Informações adicionais das coligadas

Empresas Investidas	Valor Contábil - R$ mil – Data base: 31/10/2010 (*)					Valor Justo da Participação em Coligadas com Ações Listadas
	Ativos	Passivos	Patrimônio Líquido	Receitas	Resultado	31/12/2010
Brasiliana	4.143.658	1.085.334	3.058.324	969.894	800.089	-
COPEL	10.624.802	1.130.973	9.493.829	1.177.106	866.282	2.577.730
Fibria	29.061.717	13.613.355	15.448.362	8.318.417	14.400	3.700.790
JBS	36.850.071	18.399.380	18.450.691	9.771.034	(221.609)	3.134.023
Subtotal	80.680.248	34.229.042	46.451.206	20.236.451	1.459.162	9.412.543
Outras empresas	27.974.556	15.356.811	12.617.745	3.455.719	130.232	511.929
	108.654.804	**49.585.853**	**59.068.951**	**23.692.170**	**1.589.394**	**9.924.472**

(*) Valores contábeis ajustados para o cálculo da equivalência patrimonial.

15.2.4 Outras participações societárias

R$ mil

Empresas investidas		Quantidade (mil) de ações Possuídas Ordinárias	Quantidade (mil) de ações Possuídas Preferenciais	% de participação no capital	Valor Contábil (1) Em 31 de dezembro BNDES 2010	BNDES 2009	Consolidado 2010	Consolidado 2009
Cadam – Caulim da Amazônia S.A.		-	3.712	16,87	8.008	8.008	8.008	8.008
Indústrias Verolme Ishibras S.A.		1.224.784	1.224.784	12,98	2	2	2	2
Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA		-	3.956.987	1,55	73.579	73.579	73.579	73.579
Deten Química S.A.		-	300.563	0,30	901	901	901	901
Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A.		8.633	-	0,82	425	425	425	425
Vicunha Têxtil		-	19	0,03	242	114	242	114
FGI	(2)	84.383	-	12,68	100.000	-	100.000	-
Participações reclassificadas para o Realizável								21.816.419
Subtotal					183.157	83.029	183.157	21.899.448
Outras participações					979	979	979	979
Total					**184.136**	**84.008**	**184.136**	**21.900.427**

(1) Valor contábil está líquido de provisão no valor de R$ 389.570 mil em 2010 e 2009.
(2) Investimento em cotas classe A, subscritas em 01/02/2010.

15.2.5 Outros investimentos

R$ mil

	Valor contábil (*) Em 31 de dezembro BNDES 2010	BNDES 2009	Consolidado 2010	Consolidado 2009
Aplicações em incentivos fiscais	1.131	1.131	1.131	1.131
Títulos patrimoniais	295	295	295	295
Obras de arte	296	296	296	296
Participação Empreendimentos – VALE: Projeto 118	41.606	41.606	41.606	41.606
Total	**43.328**	**43.328**	**43.328**	**43.328**

(*) Valor contábil líquido de provisões no valor de R$ 3.502 mil.

16. Fundo de Participação PIS-PASEP

A partir de 1974, parcela da arrecadação das contribuições sociais para os Programas PIS e PASEP, formadora do Fundo PIS-PASEP, passou a ser transferida para o BNDES. Conforme a legislação pertinente, os recursos destinar-se-iam a aplicações em programas de desenvolvimento econômico, inclusive, no mercado de capitais. Foram transferidos, em média, 38% da arrecadação, correspondentes a cerca de R$ 700.000 mil anuais, durante o período entre 1974 e 1988.

O risco das operações contratadas até 31 de dezembro de 1982 é do Fundo PIS-PASEP. Sobre esta parcela da carteira, da ordem, de 1,6% do total, em 31 de dezembro de 2010, o BNDES recebe comissão de administração de 0,5% ao ano, paga pelo Fundo. Nas operações contratadas após aquela data (98,4% da carteira), o risco é do Banco, que está autorizado a cobrar do mutuário, embutidas na taxa de juros, comissão de administração de até 0,5% ao ano e comissão de risco de até 1,5% ao ano.

Em 31 de dezembro, os saldos dos recursos do Fundo PIS-PASEP, administrados pelo BNDES, eram de:

R$ mil

	Em 31 de dezembro 2010	2009
PIS-PASEP	30.435.222	30.021.028
FPS	392.385	22.355
Total	**30.827.607**	**30.043.383**
Curto prazo	1.850.716	1.785.601
Longo prazo	28.976.891	28.257.782
Total	**30.827.607**	**30.043.383**

O saldo das operações de crédito do Fundo PIS-PASEP contratadas até 31 de dezembro de 1982, que constituem risco do Fundo, foram reclassificados ao final do 1º semestre de 2002 para o Passivo do BNDES, retificando o valor da respectiva obrigação com o Fundo, conforme orientação do Banco Central do Brasil.

R$ mil

	Em 31 de dezembro 2010 Risco BNDES	Risco PIS-PASEP	Total
Saldo no início do exercício	30.021.028	629.490	30.650.518
Resultado	1.841.594	12.455	1.854.049
Transferências do FPS	12.600	-	12.600
Devoluções	(1.440.000)	-	(1.440.000)
Saldo no final do exercício	**30.435.222**	**641.945**	**31.077.167**

R$ mil

	Em 31 de dezembro 2009 Risco BNDES	Risco PIS-PASEP	Total
Saldo no início do exercício	29.510.021	629.503	30.139.524
Resultado	1.891.007	(13)	1.890.994
Transferências do FPS	60.000	-	60.000
Devoluções	(1.440.000)	-	(1.440.000)
Saldo no final do exercício	**30.021.028**	**629.490**	**30.650.518**

17. Depósitos Interfinanceiros

Em 31 de dezembro de 2010 o BNDES individual e consolidado não possuíam saldo, em 31 de dezembro de 2009 o saldo era de R$ 3.258.834 mil.

R$ mil

	BNDES e Consolidado Em 31 de dezembro 2010	2009
Depósitos interfinanceiros		
Com vencimentos em 2009	-	-
Com vencimentos em 2010	-	2.950.000
Juros provisionados	-	308.834
Total	**-**	**3.258.834**
Curto prazo	-	3.258.834
Longo prazo	-	-
Total	**-**	**3.258.834**

(continuação)

18. Obrigações por operações compromissadas

Em 31 de dezembro de 2010 o BNDES individual e consolidado não possuíam saldo, em 31 de dezembro de 2009 o saldo era de R$ 13.740.763 mil.

R$ mil

Títulos	Vencimentos	Em 31 de dezembro 2010	Em 31 de dezembro 2009
Notas do Tesouro Nacional F - NTN-F	29/12/2009	-	506.992
Notas do Tesouro Nacional F - NTN-F	19/01/2010	-	1.941.751
Subtotal			2.448.743
Notas do Tesouro Nacional B - NTN-B	05/01/2010	-	1.500.000
Notas do Tesouro Nacional B - NTN-B	12/01/2010	-	900.000
Notas do Tesouro Nacional B - NTN-B	19/01/2010	-	2.058.249
Notas do Tesouro Nacional B - NTN-B	04/02/2010	-	3.799.999
Notas do Tesouro Nacional B - NTN-B	04/03/2010	-	506.383
Sub total		-	8.764.631
Letra Financeira Nacional – LFT	04/03/2010	-	1.682.423
Sub total		-	1.682.423
Letra do Tesouro Nacional – LTN	04/03/2010	-	804.199
Sub total		-	804.199
Encargos			40.767
Total		-	**13.740.763**

19. FAT – Dívida subordinada e depósitos especiais

Os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, constituído basicamente pelo produto da arrecadação da contribuição PIS/PASEP e pelas receitas decorrentes de suas aplicações, destinam-se a custear o seguro desemprego e o abono salarial, bem como os programas de desenvolvimento econômico através do BNDES, em parcela de, no mínimo, 40% daquela arrecadação.

Assim, o FAT sucedeu ao Fundo de Participação PIS-PASEP, alterando significativamente o propósito da referida contribuição social. Enquanto o Fundo de Participação PIS-PASEP tinha como objetivo formar o patrimônio individual dos trabalhadores, que eram seus quotistas, o FAT atua como instrumento de combate ao desemprego em duas frentes. A primeira, de caráter emergencial, amparando o desempregado com uma remuneração provisória e com programa de treinamento e recolocação. A segunda, de característica preventiva, fomentando a criação de novos empregos por meio de programas de desenvolvimento econômico.

Os recursos do FAT transferidos ao BNDES são classificados em duas categorias:

19.1 FAT Constitucional

O FAT Constitucional compreende as transferências de recursos no âmbito do limite de 40% da arrecadação da contribuição PIS/PASEP, sendo remunerado pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP (FAT – TJLP) e por taxas de juros do mercado internacional. Para esta parcela de recursos, que integrará o programa FAT - Cambial, os saldos devedores dos financiamentos concedidos, seu contravalor em reais poderá ser determinado com base em duas moedas: i) dólar norte-americano, sendo remunerado pela Taxa de Juros para Empréstimos e Financiamentos no Mercado Interbancário de Londres – LIBOR – ou pela taxa de juros dos Títulos do Tesouro dos Estados Unidos da América – "*Treasury Bonds*"; ii) euro, sendo remunerado pela taxa de juros de oferta para empréstimo na moeda euro ou pela taxa representativa da remuneração média de títulos de governos de países da zona econômica do euro – "*euro area yield curve*".

Semestralmente, nos meses de janeiro e julho, o BNDES transfere ao FAT o valor correspondente à remuneração dos recursos indexados à TJLP e à remuneração integral do FAT-Cambial, sendo a variação da TJLP limitada a 6% ao ano. A diferença entre TJLP e o limite de 6% ao ano é capitalizada junto ao saldo devedor.

Para os recursos do FAT Constitucional, somente haverá amortizações se ocorrer insuficiência de recursos para custear o seguro-desemprego e o abono salarial, em montantes e situações previstas em lei.

O saldo devedor do FAT Constitucional encontra-se registrado na rubrica "Dívidas Subordinadas" e tem a seguinte composição:

R$ mil

	Em 31 de dezembro 2010	Em 31 de dezembro 2009
FAT – Constitucional		
FAT – TJLP – Principal	98.548.534	89.522.567
FAT - Cambial -US$ (1)	9.155.303	7.280.866
	107.703.837	**96.803.433**
Juros provisionados	2.985.471	2.722.623
Total	**110.689.308**	**99.526.056**
Curto prazo	2.985.471	2.722.623
Longo prazo	107.703.837	96.803.433
Total	**110.689.308**	**99.526.056**

(1) até 50% das transferências ordinárias; destinado ao financiamento da produção/comercialização de produtos de reconhecida demanda internacional.

A Resolução BACEN n.º 3.444, de 28 de fevereiro de 2007, que revogou a Resolução BACEN n.º 2.837, de 30 de maio de 2001, mantém o enquadramento dos Recursos repassados pelo FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador como Dívida Subordinada. Este enquadramento é possível porque a dívida do BNDES relativa a estes recursos não possui prazos de amortização definidos contratualmente, uma vez que sua exigibilidade só virá a ocorrer caso o Ministério do Trabalho não possua recursos suficientes para o pagamento do seguro-desemprego. Nesse caso, seriam amortizados em torno de 20% do saldo devedor nos primeiros dois anos, 10% nos três anos seguintes e 5% a partir do sexto ano, quando necessário, para cobrir o seguro desemprego.

Adicionalmente, com base no item III do artigo 14º da Resolução BACEN n.º 3.444, fica considerado que o valor relativo à Dívida Subordinada – Elegível a Capital será limitado a 50% do valor do Capital Nível I do Patrimônio de Referência equivalente a R$ 18.908.661 mil e R$ 18.938.956 mil em 31 de dezembro de 2010 (R$ 16.155.902 mil e R$ 16.131.655 mil em 31 de dezembro de 2009) no BNDES individual e no Consolidado, respectivamente.

19.2 FAT – Depósitos Especiais

O FAT - Depósitos Especiais, representa transferências adicionais ao FAT Constitucional. Os depósitos especiais são aplicados em programas específicos e sob condições especiais, apresentando regras diferenciadas de remuneração, amortização e pagamento de juros ao FAT.

Os Depósitos Especiais do FAT são remunerados pela TJLP a partir da liberação dos empréstimos aos beneficiários finais. Os recursos ainda não utilizados, e portanto disponíveis, são remunerados pelos mesmos critérios aplicados às disponibilidades de caixa do Tesouro Nacional, atualmente a taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, do Banco Central do Brasil, é um sistema informatizado que se destina à custódia de títulos escriturais de emissão do Tesouro Nacional e do Banco Central do Brasil, bem como ao registro e à liquidação de operações com os referidos títulos).

O saldo devedor do FAT – Depósitos especiais encontra-se registrado na rubrica "Depósitos especiais - FAT", como segue:

R$ mil

	Em 31 de dezembro 2010	Em 31 de dezembro 2009
FAT – Depósitos especiais		
Pró-emprego	208.262	261.824
FAT Exportar/Fomentar	5.833.922	6.152.206
Pronaf	726.258	760.980
Infraestrutura	14.474.254	15.413.910
Giro Rural	330.941	381.960
	21.573.637	22.970.880
Juros provisionados	-	-
Total	**21.573.637**	**22.970.880**
Curto prazo	-	-
Longo prazo	21.573.637	22.970.880
Total	**21.573.637**	**22.970.880**

A movimentação do saldo do FAT Constitucional e do FAT – Depósitos especiais durante o período findo em 31 de dezembro de 2010 foi a seguinte:

R$ mil

	Em 31 de dezembro de 2010			
	Constitucional			
	TJLP	Cambial	Depósitos Especiais	Total
Saldo em 31/12/2009	**92.141.558**	**7.384.498**	**22.970.880**	**122.496.936**
. Ingresso de Recursos	11.380.461	-	850.000	12.230.461
. Variação Cambial	-	(480.058)	-	(480.058)
. Provisão de Juros	5.541.615	257.560	-	5.799.175
. Juros s/ Depósitos Especiais	-	-	1.340.313	1.340.313
. Amortizações de Depósitos Especiais	-	-	(2.232.024)	(2.232.024)
. Pagamento de Juros	(5.310.295)	(226.031)	(1.355.532)	(6.891.858)
. Transferência p/ Cambial	(5.620.102)	5.620.102	-	-
. Retorno do Cambial	3.265.607	(3.265.607)	-	-
Saldo em 31/12/2010	**101.398.844**	**9.290.464**	**21.573.637**	**132.262.945**

20. Obrigações por empréstimos e repasses

20.1 Composição

a) Empréstimos no país – Obrigações por aquisição de títulos federais

O BNDES, para pagamento durante o ano de 2008 de dividendos e juros sobre o capital próprio referentes aos exercícios de 2006 e 2007, adquiriu títulos públicos federais junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS – mediante financiamento. Esse empréstimo, no valor, atualizado para 31 de dezembro de 2010 de R$ 5.474.293 mil – R$ 362.147 mil no curto prazo e R$ 5.112.146 mil no longo prazo – (R$ 5.776.856 mil – R$ 361.030 mil no curto prazo e R$ 5.415.826 mil no longo prazo em 31 de dezembro de 2009) foi realizado nas seguintes condições: atualização monetária com base na Taxa Referencial de Juros (TR) e taxa de juros de 4,8628% ao ano, com prazo de amortização de 18 anos, realizadas mensalmente de 1º de janeiro de 2009 a 1º de dezembro de 2026.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100113

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

b) Empréstimos no exterior – Bônus

R$ mil

Valor da emissão	Vencimento	Taxas de captação	Agente pagador	Em 31 de dezembro 2010	2009
USD 1 bilhão	16/06/2018 (1)	6,369%	Bank of New York	1.666.200	1.741.200
USD 1 bilhão	10/06/2019	6,500%	Bank of New York	1.666.200	1.741.200
USD 1 bilhão	12/07/2020	5,500%	Bank of New York	1.666.200	-
USD 300 milhões	12/12/2011	9,625%	Bank of New York	499.860	522.360
ITL 300 bilhões	28/04/2010	8,000%	Citibank	-	388.500
EUR 750 milhões	15/09/2017	4,125%	Bank of New York	1.671.000	-
Juros provisionados				85.711	35.349
Total				**7.255.171**	**4.428.609**
Curto prazo				585.571	423.849
Longo prazo				6.669.600	4.004.760
Total				**7.255.171**	**4.428.609**

(1) Em junho de 2008, foi concluído o processo de repactuação dos títulos externos emitidos em 1998, cujo vencimento se daria naquele mês. A repactuação foi realizada pelo valor original da emissão (US$ 1 bilhão), a valor de face, com taxa de juros de 6,369% a.a. e novo vencimento em 16 de junho de 2018.

c) Repasses no país – Tesouro Nacional

Em 2009 foi celebrado, ao amparo da Lei n.º 11.948/2009, contrato de financiamento entre o BNDES e a União, no valor de R$ 100 bilhões. Em 2010, para dar continuidade ao expressivo crescimento dos desembolsos, foram celebrados, ao amparo da Lei n.º 12.249/2010 e da Medida Provisória n.º 505/2010, novos contratos de financiamento entre o BNDES e a União, no valor de R$ 80 bilhões e de R$ 24,7 bilhões, respectivamente. Os créditos foram concedidos por meio de emissões pela União de títulos públicos em favor do BNDES.

R$ mil

Moeda	Vencimento médio	BNDES Em 31 de dezembro 2010	2009
TR + 6% a.a.	16,24	1.407.536	1.486.120
IPCA + 6% a.a.	20,21	2.018.574	1.807.360
IGP-DI	7,02	1.440.025	1.300.103
US$ + Juros de 4,83 a 6,00%	18,85	10.991.081	12.659.372
US$ + 6,77% a.a. (1)	18,47	14.305.676	14.949.612
US$ + 5,98% a.a. (1)	18,47	7.638.799	7.982.641
US$ + 0,8%	28,50	2.166.060	-
TJLP (1) (2) (3)	36,13	160.009.917	52.959.714
TJLP + 2,5% (1)	28,66	7.368.687	7.196.572
TJLP + 1,0% (1)	18,47	26.367.132	26.117.306
Reais		1.642	1.642
Juros provisionados		1.083.794	816.930
Total		**234.798.923**	**127.277.372**
Curto prazo		1.676.679	1.743.540
Longo prazo		233.122.244	125.533.832
Total		**234.798.923**	**127.277.372**

R$ mil

Moeda	Vencimento médio	Consolidado Em 31 de dezembro 2010	2009
TR + 6% a.a.	16,24	1.407.536	1.486.120
SELIC	7,02	2.584.528	2.354.519
IPCA + 6% a.a.	20,21	2.018.574	1.807.360
IGP-M + 10% a.a.	0,17	2.364.266	2.123.808
IGP-DI	7,02	1.440.025	1.300.103
US$ + Juros de 4,83 a 6,00%	18,85	10.991.081	12.659.372
US$ + 6,77% a.a. (1)	18,47	14.305.676	14.949.612
US$ + 5,98% a.a. (1)	18,47	7.638.799	7.982.641
US$ + 0,8%	28,50	2.166.060	-
TJLP (1) (2) (3)	36,13	160.009.917	52.959.714
TJLP + 2,5% (1)	28,66	7.368.687	7.196.572
TJLP + 1,0% (1)	18,47	26.367.132	26.117.306
Reais		1.642	1.642
Juros provisionados		1.159.604	885.678
Total		**239.823.527**	**131.824.447**
Curto prazo		4.116.754	1.812.288
Longo prazo		235.706.773	130.012.159
Total		**239.823.527**	**131.824.447**

(1) Mediante autorização da Lei n.º 11.948/2009, foi concedido crédito ao BNDES, no montante de até R$ 100 bilhões, por meio da emissão pela União, sob a forma de colocação direta, de títulos públicos em favor do BNDES. Em março de 2009, foi celebrado o primeiro contrato de financiamento, no valor de R$ 39.000.000 mil. Em julho de 2009, foram celebrados o segundo e terceiro contratos de financiamento, nos valores de R$ 8.702.419 mil, R$ 16.297.581 mil, respectivamente. Em agosto de 2009, foi celebrado o quarto contrato de financiamento, no valor de R$ 36.000.000 mil.

(2) Mediante autorização da Lei n.º 12.249/2010, que alterou a Lei n.º 11.948/2009, o crédito concedido foi ampliado em R$ 80.000.000 mil. Em abril de 2010, foi celebrado contrato de financiamento, no valor de R$ 80.000.000 mil, por meio da emissão pela União, sob a forma de colocação direta, de títulos públicos em favor do BNDES.

(3) Mediante autorização da Medida Provisória nº 505/2010, foi celebrado contrato de financiamento, no valor de R$ 24.753.535 mil, por meio da emissão pela União em setembro, sob a forma de colocação direta, de títulos públicos em favor do BNDES.

d) Repasses no Exterior – Instituições Multilaterais

R$ mil

Instituição	Moeda	Vencimento médio	Em 31 de dezembro BNDES e Consolidado 2010	2009
JBIC	YEN/US$	7,52 anos	1.866.117	2.158.317
BID	Várias	15,64 anos	8.815.966	7.864.883
NIB	US$	8,84 anos	311.817	243.768
KfW	Várias	10,58 anos	227.475	402.154
CDB	US$	12,14 anos	1.249.650	1.305.900
Juros provisionados			51.926	59.835
Total			12.522.951	12.034.857
Curto prazo			836.288	1.032.840
Longo prazo			11.686.663	11.002.017
Total			12.522.951	12.034.857

Sobre os contratos de repasses no exterior incidem taxas que variam entre 0,91 e 10,35 % a.a. em 31 de dezembro de 2010 (1,11 e 10,35 % a.a. em 31 de dezembro de 2009). A concentração por faixa de taxa de captação está demonstrada a seguir:

R$ mil

	Em 31 de dezembro BNDES e Consolidado 2010	2009
Taxas de captação:		
Até 3%	10.004.594	8.982.832
De 3,1 a 5%	225.903	138.026
De 5,1 a 7%	2.240.528	2.592.984
De 7,1 a 9%	-	-
De 9,1 a 11%	-	261.180
	12.471.025	11.975.022
Juros provisionados	51.926	59.835
Total	**12.522.951**	**12.034.857**

As fontes externas de recursos do BNDES são constituídas tanto por captações efetuadas através dos tradicionais instrumentos de mercado – empréstimos bancários e emissão de eurobônus – como por aquelas realizadas junto às instituições multilaterais de crédito e agências governamentais. Enquanto os instrumentos de mercado não demandaram garantia do Governo Federal, os empréstimos tomados junto aos organismos multilaterais – Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Nordic Investment Bank – NIB contaram com a prestação de garantia formal da União, seja por força e seus Atos Constitutivos, seja em razão de outros atos normativos internos da instituição multilateral. Empréstimos tomados junto a instituições governamentais, como Japan Bank for International Cooperation – JBIC (braço internacional do Japan Finance Corporation – JFC), Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW e China Development Bank – CDB, usualmente não demandam garantia formal da União.

e) Fundo da Marinha Mercante – FMM

A partir de janeiro de 1984, o BNDES passou a exercer a função de agente financeiro do Fundo da Marinha Mercante - FMM, com o objetivo de apoiar financeiramente as atividades de fomento à renovação, ampliação e recuperação da frota de Marinha Mercante Nacional. Em 31 de dezembro de 2010, as aplicações do FMM alcançaram R$ 7.676.892 mil (R$ 5.780.729 mil em 31 de dezembro de 2009), sendo R$ 7.076.244 mil (R$ 5.213.762 mil em 31 de dezembro de 2009) com risco BNDES. Desde junho de 2002, por orientação do Banco Central do Brasil, as operações com risco BNDES, que retificavam as respectivas origens dos recursos, foram reclassificadas para o ativo do Banco.

f) Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND

Em 3 de outubro de 1988, com o Decreto n.º 96.905, o BNDES assumiu as atribuições da Secretaria Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND, prestando apoio técnico, administrativo e de pessoal. O ativo do FND totalizou, em 31 de dezembro de 2010, R$ 8.845.553 mil; seu patrimônio líquido montava em R$ 1.154.811 mil, dividido em 1.913 milhões de cotas, no valor unitário de R$ 0,6037919. Conforme o artigo 19 da Medida Provisória n.º 517 de 31 de dezembro de 2010 o FND ficou extinto naquela data.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100114

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

20.2 As obrigações por empréstimos e repasses, por ano de vencimento, estão discriminados a seguir:

R$ mil

	Em 31 de dezembro 2010					
	BNDES			Consolidado		
	No país	No exterior	Total	No país	No exterior	Total
A vencer:						
2011	3.704.270	1.421.859	5.126.129	5.271.666	1.421.859	6.693.525
2012	2.536.300	930.118	3.466.418	2.529.089	930.118	3.459.207
2013	2.668.199	949.877	3.618.076	2.626.822	949.877	3.576.699
2014	3.773.892	970.163	4.744.055	4.238.355	970.163	5.208.518
2015	7.860.560	1.010.216	8.870.776	8.364.540	1.010.216	9.374.756
Após 2015	227.822.631	14.495.889	242.318.520	229.378.071	14.495.889	243.873.960
Total	**248.365.852**	**19.778.122**	**268.143.974**	**252.408.543**	**19.778.122**	**272.186.665**

R$ mil

	Em 31 de dezembro 2009					
	BNDES			Consolidado		
	No país	No exterior	Total	No país	No exterior	Total
A vencer:						
2010	5.392.908	1.456.689	6.849.597	3.210.359	1.456.689	4.667.048
2011	2.894.013	1.330.903	4.224.916	2.334.088	1.330.903	3.664.991
2012	2.195.061	950.499	3.145.560	2.193.163	950.499	3.143.662
2013	2.344.695	964.141	3.308.836	2.268.896	964.141	3.233.037
2014	3.601.514	978.372	4.579.886	4.072.418	978.372	5.050.790
Após 2014	124.767.568	10.782.862	135.550.430	128.774.991	10.782.862	139.557.853
Total	**141.195.759**	**16.463.466**	**157.659.225**	**142.853.915**	**16.463.466**	**159.317.381**

21. Emissões de debêntures

O sistema BNDES realizou emissões de debêntures privadas, por meio do BNDES, e públicas, por meio da BNDESPAR:

R$ mil

Emissões de debêntures:	Em 31 de dezembro 2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Emissão Privada (BNDES)	6.727.156	6.727.156	6.960.022	6.960.022
Emissão Pública (BNDESPAR)	-	5.999.766	-	3.599.248
Total	**6.727.156**	**12.726.922**	**6.960.022**	**10.559.270**
Curto prazo	548.183	854.407	291.698	353.710
Longo prazo	6.178.973	11.872.515	6.668.324	10.205.560
Total	**6.727.156**	**12.726.922**	**6.960.022**	**10.559.270**

21.1 Emissão privada - BNDES

O BNDES emitiu 700.000 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas, em cinco séries, sem garantia real ou flutuante e sem preferência, com garantia fidejussória.

O valor nominal unitário das debêntures é de R$ 10 mil reais, na data da emissão, 23 de dezembro de 2008. A colocação foi privada, mediante subscrição exclusiva pelo Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS, representado por sua administradora, a Caixa Econômica Federal – CEF.

As debêntures serão atualizadas mensalmente no dia 15 de cada mês pela Taxa Referencial – TR – e pagarão remuneração de 6% a.a. mensalmente. A data de vencimento é 15 de outubro de 2029, com parcelas de amortização mensais de 15 de janeiro de 2009 até 15 de outubro de 2029.

O montante atualizado da obrigação pela emissão de debêntures está demonstrado a seguir:

R$ mil

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
1ª série		
Principal corrigido (TR)	1.437.700	1.487.467
Juros provisionados (6% a.a.)	3.834	3.967
2ª série		
Principal corrigido (TR)	1.437.700	1.487.467
Juros provisionados (6% a.a.)	3.834	3.967
3ª série		
Principal corrigido (TR)	1.437.700	1.487.467
Juros provisionados (6% a.a.)	3.834	3.967
4ª série		
Principal corrigido (TR)	1.437.700	1.487.467
Juros provisionados (6% a.a.)	3.834	3.967
5ª série		
Principal corrigido (TR)	958.464	991.643
Juros provisionados (6% a.a.)	2.556	2.643
Total	**6.727.156**	**6.960.022**
Curto prazo	548.183	291.698
Longo prazo	6.178.973	6.668.324
Total	**6.727.156**	**6.960.022**

21.2 Emissão pública – BNDESPAR

Em dezembro de 2006, a BNDESPAR emitiu 600.000 debêntures simples, da forma nominativa, escritural, não conversíveis em ações, em série única, da espécie sem garantia e sem preferência (quirografária), com valor nominal unitário de R$ 1.000,00, na data da emissão, perfazendo o montante de R$ 600.000 mil.

Esta distribuição pública foi realizada no âmbito do Primeiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures da Emissora, arquivado na Comissão de Valores Mobiliários, em 19 de dezembro de 2006, sob o número CVM/SRE/PRO/2006/0011.

As debêntures foram subscritas e integralizadas ao preço de R$ 898,33, cada uma, correspondente ao valor nominal unitário de R$ 1.000,00 ajustado por deságio de 10,167%, apurado em processo de coleta de intenções de investimento.

As debêntures terão o seu valor nominal unitário atualizado a partir da data de subscrição e integralização, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, sendo o produto da atualização incorporado a este automaticamente, de acordo com as fórmulas previstas na escritura de emissão e pagam juros de 6% a.a., incidentes sobre o valor nominal unitário atualizado da debênture, devidos ao final de cada período de capitalização. O primeiro e o segundo pagamentos de juros foram realizados em 15 de janeiro de 2009 e 2010, respectivamente, e os demais ocorrerão em 15 de janeiro de 2011 e 15 de janeiro de 2012, conforme detalhado na escritura de emissão. A amortização será em uma única parcela, na data do vencimento, 15 de janeiro de 2012.

Na segunda distribuição do Primeiro Programa, ocorrida em julho de 2007, a BNDESPAR realizou a emissão de 1.350.000 debêntures simples, da forma nominativa, escritural, não conversíveis em ações, em duas séries, sendo 550.000 debêntures da Primeira Série e 800.000 debêntures da Segunda Série, da espécie sem garantia e sem preferência (quirografária), com valor nominal unitário de R$ 1.000,00, na data de emissão, perfazendo o montante de R$ 1.350.000 mil. As debêntures foram subscritas e integralizadas pelo valor nominal unitário.

Em dezembro de 2009, já no âmbito do Segundo Programa de Distribuição, arquivado na CVM em 29 de julho de 2008 sob o n.º CVM/SER/PRO/2008/007, foi concluída a quarta oferta pública de debêntures simples de emissão da BNDESPAR. Foram emitidas 1.250.000 debêntures simples, da mesma forma e espécie das emissões anteriores, em duas séries, sendo 640.000 debêntures da Primeira Série e 610.000 debêntures da Segunda Série, com valor nominal unitário de R$ 1.000,00, na data de emissão, perfazendo o montante de R$ 1.250.000 mil. As debêntures também foram subscritas e integralizadas pelo valor nominal unitário.

O valor nominal unitário das debêntures da Primeira Série das duas últimas distribuições não será atualizado e incidirão apenas juros prefixados, conforme indicado na tabela a seguir. A remuneração, assim como a amortização, será paga integralmente nas respectivas datas de vencimento, de acordo com a tabela a seguir.

O valor nominal unitário das debêntures da Segunda Série das emissões de 2007 e 2009 será atualizado pela variação do IPCA, divulgado pelo IBGE, sendo o produto da atualização incorporado a esta automaticamente, de acordo com a fórmula prevista no Suplemento Definitivo.

Sobre o valor nominal unitário das debêntures da Segunda Série das emissões de 2007 e 2009, atualizado monetariamente, incidem juros prefixados, desde a data de subscrição e integralização ou a data do pagamento anterior dos Juros da Segunda Série, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento. Os juros da Segunda Série de ambas as emissões serão calculados de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão.

O primeiro e o segundo pagamentos de juros da Segunda Série da emissão de 2007 ocorreu em 17 de agosto de 2009 e 16 de agosto de 2010, respectivamente e os demais serão realizados em 15 de agosto de 2011, 15 de agosto de 2012 e na data de vencimento, 15 de agosto de 2013, quando será amortizada em parcela única. Os pagamentos de juros da Segunda Série da emissão de 2009 ocorrerão anualmente a partir de 15 de janeiro de 2012 até 15 de janeiro de 2015, quando será amortizada em parcela única.

Em dezembro de 2010, foi realizada a quinta oferta pública de debêntures da BNDESPAR, sendo a primeira no âmbito do Terceiro Programa de Distribuição. Foram emitidas três séries, uma prefixada (Primeira Série), uma com taxa flutuante trimestral (Segunda Série) e outra indexada ao IPCA (Terceira Série). A primeira, segunda e terceira séries foram aprovadas e registradas na CVM em 10 de dezembro de 2010 sob os nºs CVM/SRE/DEB/2010/033, CVM/SRE/DEB/2010/034, e CVM/SRE/DEB/2010/035, respectivamente.

A oferta foi encerrada em 17 de dezembro de 2010, tendo sido distribuídas 2.025.000 debêntures simples, da forma nominativa e escritural, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor nominal total de R$ 2.025.000 mil. Foram colocadas 500.000 debêntures da Primeira Série, 1.000.000 debêntures da Segunda Série e 525.000 debêntures da Terceira Série.

O valor nominal unitário das debêntures da Primeira e da Segunda Séries não serão atualizados e incidirão apenas juros prefixados (Primeira Série) e flutuantes trimestralmente (Segunda Série). A remuneração de ambas as séries, assim como a amortização, será paga integralmente nas respectivas datas de vencimento. As taxas de juros e as datas de vencimento estão indicadas na tabela a seguir.

A Segunda Série terá remuneração flutuante, com uma taxa fixa de três meses redefinida trimestralmente com base na sobretaxa de 0,30% ao ano a ser adicionada à taxa de juros dos contratos futuros de DI (negociados na BM&FBOVESPA) aplicáveis à cada período de capitalização trimestral. Os períodos de capitalização e a fórmula de cálculo dos juros da Terceira Série estão previstos na Escritura de Emissão.

O valor nominal unitário das debêntures da Terceira Série dessa última emissão será atualizado pela variação do IPCA, sendo o produto da atualização incorporado a esta automaticamente, de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão. Sobre esse valor nominal unitário atualizado monetariamente, incidem juros prefixados, desde a data de subscrição e integralização ou a data do pagamento anterior dos juros da Terceira Série, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento. Os juros da Terceira Série serão calculados de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão.

Os pagamentos de juros da Terceira Série da emissão de 2010 ocorrerão anualmente a partir de 15 de janeiro de 2013 até 15 de janeiro de 2017, quando a série será amortizada em parcela única.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100115

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

O montante atualizado da obrigação pela emissão de debêntures, as datas de vencimento e os juros correspondentes a cada série estão demonstrados a seguir:

R$ mil

	Vencimento	Em 31 de dezembro 2010	2009
1º distribuição - Primeiro Programa	15.01.2012		
Principal corrigido (IPCA)		734.784	694.078
Juros provisionados (6% a.a)		42.109	39.606
Deságio		(61.002)	(61.002)
Amortização acumulada do deságio (1)		48.211	36.404
		764.102	709.086
2º distribuição – Primeiro Programa	01.01.2011		
1ª série			
Principal		550.000	550.000
Juros provisionados (11,2% a.a)		240.141	160.858
2ª série	15.08.2013		
Principal corrigido (IPCA)		954.766	901.872
Juros provisionados (6,8% a.a)		23.975	22.406
		1.768.882	1.635.136
1º distribuição – Segundo Programa			
1ª série	01.01.2013		
Principal		640.000	640.000
Juros provisionados (12,74% a.a)		84.288	2.747
2ª série	15.01.2015		
Principal corrigido (IPCA)		656.901	610.952
Juros provisionados (7,078% a.a)		47.833	1.328
		1.429.022	1.255.027
1º distribuição – Terceiro Programa			
1ª série	01.01.2014		
Principal		500.000	-
Juros provisionados (12,51% a.a)		3.384	-
2ª série	01.01.2014		
Principal		1.000.000	-
Juros provisionados (DI Futuro 3 meses + 0,30% a.a)		5.571	-
3ª série	15.01.2017		
Principal corrigido (IPCA)		527.269	-
Juros provisionados (6,2991% a.a)		1.536	-
		2.037.760	-
Total		**5.999.766**	**3.599.249**
Curto prazo		306.224	62.012
Longo prazo		5.693.542	3.537.237
Total		**5.999.766**	**3.599.249**

(1) A amortização do deságio é calculada linearmente pelo prazo compreendido entre dezembro de 2007 e janeiro de 2012.

22. Desestatização da Companhia Vale do Rio Doce

Conforme a Lei n.º 9.491/97, regulamentada pelo Decreto n.º 2.201/97 e pelo Contrato de Transferência de Ações, Assunção de Dívidas e Pactos Adicionais, foram transferidas ao BNDES ações da CVRD – Companhia Vale do Rio Doce, de propriedade da União (94.953.982 ações ordinárias nominativas e 4.372.154 ações preferenciais nominativas). Parte destas ações foi alienada no âmbito do processo de desestatização da CVRD, nos leilões realizados em maio de 1997, tendo sido os recursos decorrentes da venda repassados ao BNDES.

Em contrapartida dos recursos recebidos, o BNDES obrigou-se a, alternativa ou conjuntamente, a critério do Ministério da Fazenda:

a) Assumir dívidas, caracterizadas e novadas, da União relativas ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS); e

b) Transferir à União debêntures da BNDESPAR, de sua propriedade, com o mesmo perfil (datas de pagamento e condições financeiras) das dívidas da União junto ao FCVS.

Em 29 de dezembro de 2000, foi formalizada a assunção da dívida, no montante de R$ 2.593.470 mil (valor originalmente recebido, atualizado pela variação da TR acrescida de 6,17% ao ano) correspondente a 1.608.084 títulos CVSA970101, a serem pagos nas seguintes condições:

Carência para pagamento de juros:	4 anos e 1 mês a contar de 01.12.2000, com primeiro pagamento em 01.01.2005
Carência para pagamento de principal:	8 anos e 1 mês a contar de 01.12.2000, com primeiro pagamento em 01.01.2009
Prazo remanescente:	27 anos a contar de 01.12.2000, com último pagamento de principal e encargos em 01.01.2027
Taxa de juros:	Taxa Referencial (TR) + 6,17 % a.a.

Em março de 2002, por meio de oferta pública, o BNDES alienou no mercado interno e externo 39.389.193 ações ordinárias de emissão da Cia Vale do Rio Doce – CVRD, pelo valor de R$ 2.218.339 mil, sendo a liquidação financeira concluída em abril de 2002. O referido montante, também foi objeto de assunção de dívida junto a União, relativas ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), atualizadas pela variação da TR e juros de 6,17% ao ano. Em dezembro de 2005, foi alienado, em leilão conjunto com participações minoritárias, o restante das ações transferidas pela União, pelo valor de R$ 1.516 mil, cuja liquidação financeira foi concluída em janeiro de 2006.

Em agosto de 2006, o BNDES e a União celebraram Instrumento de Novação e Confissão de Dívida, no valor de R$ 5.293.537 mil, correspondente à parcela dos contratos acima mencionados, com a finalidade de alterar o perfil do endividamento do BNDES e elevar seu Patrimônio de Referência (PR), alterando suas condições para adequá-las às características de um instrumento híbrido de capital e dívida, conforme estabelecido na Resolução n.º 2.837, de 30 de maio de 2001, do Conselho Monetário Nacional – CMN, nos termos da Lei n.º 11.371, de 28 de novembro de 2006.

Em 31 de dezembro de 2010, esses contratos apresentavam os seguintes saldos:

- Instrumento Híbrido de Capital e Dívida: R$ 6.647.883 mil (R$ 12.388.916 mil em 31 de dezembro de 2009);
- Contrato de Assunção de Dívidas: R$ 1.416.215 mil (R$ 1.495.192 mil em 31 de dezembro de 2009), registrados na rubrica de Repasses no país – Tesouro Nacional.

23. Imposto de renda e contribuição social

23.1 Corrente

O BNDES adota o regime de cálculo do imposto de renda e da contribuição social na modalidade de lucro real anual, estando sujeito a pagamentos mensais sobre uma base estimada, caso não se aplique a suspensão/redução dos recolhimentos, como facultam os artigos 27 a 35 da Lei n.º 8.981/95 e demais legislações pertinentes.

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, o Banco constituiu provisões para pagamento de contribuição social à alíquota de 15% e de imposto de renda à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%.

No consolidado, apenas a BNDESPAR teve a provisão da CSLL constituída à alíquota de 9%.

A demonstração do cálculo do encargo com imposto de renda e contribuição social está evidenciada a seguir:

R$ mil

	BNDES					
			Em 31 de dezembro			
	2º semestre de 2010		2010		2009	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes da tributação	7.017.129	7.017.129	12.417.822	12.417.822	7.864.214	7.864.214
Participação dos empregados no lucro	(106.736)	(106.736)	(106.736)	(106.736)	(65.588)	(65.588)
Base para cálculo dos tributos	6.910.393	6.910.393	12.311.086	12.311.086	7.798.626	7.798.626
Encargo (crédito) total de imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e de 15%	1.727.599	1.036.559	3.077.772	1.846.663	1.949.657	1.169.794
Efeito das adições (exclusões) no cálculo dos tributos:						
• Créditos baixados como prejuízo	(14.100)	(8.460)	16.506	9.903	68.010	40.806
• Provisão para risco de crédito (Res. BACEN nº 2.682/99)	(220.842)	(132.505)	(243.133)	(145.880)	48.272	28.963
• Equivalência patrimonial	(788.291)	(472.974)	(1.013.661)	(608.196)	(1.038.895)	(623.337)
• Provisões trabalhistas e cíveis	(4.314)	(2.588)	(6.307)	(3.784)	(165.034)	(99.021)
• Juros sobre o capital próprio destinado à União - controladora	(377.491)	(226.495)	(377.491)	(226.495)	(301.949)	(181.170)
• Passivo Atuarial – FAMS	10.269	6.162	18.238	10.943	17.278	10.367
• Programa de desligamento planejado de funcionários	(4.285)	(2.571)	(7.173)	(4.304)	(3.005)	(1.803)
• Ajuste de TVM a valor de mercado	(6.264)	(3.759)	(10.406)	(6.244)	3.597	2.158
• Ajuste de *Swap* a valor de mercado	8.030	4.818	26.328	15.797	(36.377)	(21.826)
• FAPES – Reservas Técnicas	-	-	-	-	(4.936)	(2.962)
• Subvenções – Incentivos Fiscais	-	-	(5.046)	(3.028)	(10.258)	(6.155)
• Apoio financeiro não reembolsável	21.214	12.728	47.947	28.768	39.755	23.853
• Outras adições e exclusões líquidas	6.723	12.613	(6.865)	11.350	8.812	10.390
Imposto de renda e contribuição social	358.248	223.528	1.516.709	925.493	574.927	350.057

(continuação)

R$ mil

	Consolidado					
			Em 31 de dezembro			
	2º semestre de 2010		2010		2009	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes da tributação	8.504.904	8.504.904	14.358.934	14.358.934	9.058.019	9.058.019
Participação dos empregados no lucro	(159.307)	(159.307)	(159.307)	(159.307)	(86.300)	(86.300)
Base para cálculo dos tributos	8.345.597	8.345.597	14.199.627	14.199.627	8.971.719	8.971.719
Encargo (crédito) total de imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%	2.086.399	1.251.839	3.549.907	2.129.944	2.242.930	1.345.758
Efeito das adições (exclusões) no cálculo dos tributos:						
• Créditos baixados como prejuízo	(5.648)	(4.300)	24.905	13.997	67.336	40.316
• Provisão para risco de crédito (Res. BACEN nº 2.682/99)	(226.043)	(127.506)	(176.746)	(95.593)	52.119	29.447
• Equivalência patrimonial	(74.948)	(26.901)	(109.445)	(39.305)	(194.490)	(70.006)
• JSCP de coligadas e controladas	12.385	4.459	12.385	4.459	14.198	5.111
• Permuta com títulos e valores mobiliários	-	-	(11.001)	(3.960)	226.986	81.715
• Dividendos de investimentos avaliados ao custo de aquisição	(28.989)	(10.436)	(158.801)	(57.168)	(326.760)	(117.634)
• Juros s/ o capital próprio destinado à União – controladora	(377.491)	(226.495)	(377.491)	(226.495)	(301.949)	(181.170)
• Provisão para desvalorização de investimentos	5.187	1.867	20.414	7.349	86.977	31.312
• Provisões trabalhistas e cíveis	(1.376)	(1.530)	(7.833)	(4.466)	(151.615)	(94.349)
• Passivo Atuarial – FAMS	12.528	7.083	21.869	12.479	21.312	12.151
• Amortização de ágio líquida de realização	4.097	2.021	4.039	2.000	-	-
• Ajuste de TVM a valor de mercado	(6.264)	(3.759)	(10.406)	(6.244)	3.597	2.158
• Ajuste de *Swap* a valor de mercado	8.030	4.818	26.328	15.797	(36.377)	(21.826)
• FAPES - Reservas técnicas	-	-	12.105	7.263	(4.936)	(2.962)
• Programa de desligamento planejado de funcionários	(6.612)	(3.461)	(10.515)	(5.612)	(2.890)	(1.805)
• Subvenções – Incentivos Fiscais	-	-	(14.479)	(6.424)	(32.050)	(13.652)
• Apoio financeiro não reembolsável	21.214	12.728	47.947	28.768	39.755	23.853
• Resultado de controladas à alíquota de 9%	-	(212.432)	-	(309.506)	-	(299.377)
• Diferimento de tributação sobre venda do Ativo Permanente	(52.164)	-	(52.164)	-	-	-
• Realização da amortização do deságio	29.374	10.574	29.374	10.574	-	-
• Efeito ajustes CPC's (RTT)	(110.450)	(63.579)	(110.450)	(63.579)	-	-
• Outras adições e exclusões líquidas	7.608	18.057	(27.568)	6.711	4.199	10.323
Encargos antes das compensações	**1.296.837**	**633.047**	**2.682.374**	**1.420.989**	**1.708.342**	**779.363**
Compensação de prejuízos fiscais	(59.380)	(35.638)	(63.677)	(38.150)	(24.136)	(14.377)
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	**1.237.457**	**597.409**	**2.618.697**	**1.382.839**	**1.684.206**	**764.986**
Reversão de provisão para imposto de renda e contribuição social	-	-	4.288	1.250	(974)	(372)
Imposto de renda e contribuição social	**1.237.457**	**597.409**	**2.622.985**	**1.384.089**	**1.683.232**	**764.614**

23.2 Créditos tributários

Os saldos do imposto de renda e de contribuição social estão assim demonstrados:

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Impostos e contribuições sobre o lucro:				
Provisão:				
Imposto de renda	1.516.709	2.618.697	574.927	1.684.206
Contribuição social	925.493	1.382.839	350.057	764.986
	2.442.202	4.001.536	924.984	2.449.192
Antecipações:				
Imposto de renda	(1.516.709)	(2.238.787)	(310.422)	(759.836)
Contribuição social	(925.493)	(1.210.789)	(152.465)	(317.645)
	(2.442.202)	(3.449.576)	(462.887)	(1.077.481)
Imposto e contribuição a recolher	**-**	**551.960**	**462.097**	**1.371.711**

Os impostos e contribuições a recuperar e antecipações são os seguintes:

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
IR pago a maior em anos anteriores	-	-	-	33.554
IRRF sobre renda fixa	-	120.935	-	313.112
IRRF sobre renda variável	-	112	-	12.602
IRRF – Juros sobre o capital próprio	4.049	137.017	-	81.800
Antecipações – Audiovisual	6.060	12.732	4.823	10.682
Imposto de renda e Contribuição Social	149.956	149.956	-	-
Outros	-	1.273	-	1.272
Total	**160.065**	**422.025**	**4.823**	**453.022**
Curto prazo	160.065	422.025	4.823	453.022
Longo prazo	-	-	-	-
Total	**160.065**	**422.025**	**4.823**	**453.022**

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
. Composição do crédito diferido (posição ativa):				
Créditos baixados como prejuízo	371.598	414.207	369.381	414.872
Provisões trabalhistas e cíveis	47.900	231.612	55.141	239.970
Provisão para desvalorização de investimentos	29.454	231.278	29.455	256.203
Ajuste de *swap* a valor de mercado	35.022	35.022	-	-
Participação dos empregados no lucro	42.694	60.951	26.235	33.484
Programa de desligamento planejado de funcionários	26.455	36.872	37.932	52.998
Amortização de ágios, líquida de realização	-	58.044	-	76.545
Permuta de títulos e valores mobiliários	-	-	-	302.903
Provisão para desvalorização de bens	2.417	2.417	152	152
Provisão para despesas médicas – FAMS	22.952	33.491	-	-
Prejuízo fiscal	-	2.345	-	66.022
Base negativa de CSLL	-	1.958	-	40.108
Derivativos - Opções	-	164.413	-	-
Sub-total	**578.492**	**1.272.610**	**518.296**	**1.483.257**
Créditos diferidos sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda				
IRPJ e CSLL	80.299	80.299	17.809	17.809
PIS e COFINS	9.335	9.335	2.070	2.070
Sub-total	**89.634**	**89.634**	**19.879**	**19.879**
Total	**668.126**	**1.362.244**	**538.175**	**1.503.136**
Curto prazo	252.406	491.818	184.389	563.844
Longo prazo	415.720	870.426	353.786	939.292
Total	**668.126**	**1.362.244**	**538.175**	**1.503.136**

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
. Composição das obrigações diferidas (posição passiva):				
Amortização de deságio	-	(8.054)	-	(8.054)
Ajuste de SWAP a valor de mercado	-	-	(892)	(892)
Ajuste de TVM a valor de mercado	(41.771)	(41.771)	(25.121)	(25.121)
Ganho de capital sobre venda do Ativo Permanente	-	(52.164)	-	-
Ajuste a Valor de Mercado – Instrumentos Financeiros	-	(155.426)	-	-
Opções	-	(92.224)	-	-
Sub-total	**(41.771)**	**(349.639)**	**(26.013)**	**(34.067)**
Obrigações tributárias sobre títulos disponíveis para venda				
IRPJ e CSLL	(147.645)	(15.300.460)	(96.915)	(109.270)
PIS e COFINS	(17.164)	(17.164)	(11.266)	(11.266)
Sub-total	**(164.809)**	**(15.317.624)**	**(108.181)**	**(120.536)**
Total	**(206.580)**	**(15.667.263)**	**(134.194)**	**(154.603)**
Curto prazo	(41.771)	(58.189)	(26.013)	(38.368)
Longo prazo	(164.809)	(15.609.074)	(108.181)	(116.235)
Total	**(206.580)**	**(15.667.263)**	**(134.194)**	**(154.603)**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100117

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

De acordo com a Resolução BACEN n.º 3.059/02 e conforme alíquotas vigentes mencionadas na Nota 22.1, foram constituídos ativos e passivos fiscais diferidos sobre as adições e exclusões temporárias que serão futuramente dedutíveis e tributáveis nas bases de cálculo de imposto de renda e contribuição social e, sobre prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social que serão compensados com lucros tributáveis futuros. Em 31 de dezembro, a contrapartida das provisões de imposto de renda e contribuição social diferidos está demonstrada a seguir:

R$ mil

	2º semestre de 2010		Em 31 de dezembro			
			2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Imposto de renda	8.800	(129.923)	27.774	(214.392)	(86.546)	175.664
Contribuição social	5.280	(38.112)	16.664	(64.839)	(51.927)	35.632
Total	**14.080**	**(168.035)**	**44.438**	**(279.231)**	**(138.473)**	**211.296**

Basicamente, os créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, têm as seguintes origens:

a) Créditos baixados como prejuízo: relacionados com perdas em operações de crédito ou repasses interfinanceiros as quais estão inadimplentes há mais de 360 dias ou que tiveram seus contratos declarados vencidos antecipadamente por falta de atendimento às cláusulas contratuais. Tais créditos podem estar em cobrança amigável pela área de recuperação de créditos ou, em caso de insucesso, em cobrança judicial.

b) Provisões trabalhistas e cíveis: referem-se às ações trabalhistas (Nota 24.a) e cíveis (Nota 24.b).

c) Provisão para a desvalorização de investimentos: sobre participações acionárias avaliadas pelo custo de aquisição ou pelo método de equivalência patrimonial e outros investimentos.

d) Ajuste a valor de mercado de TVM e de *swap*: são os ganhos e perdas líquidos apurados com a marcação a mercado dos TVM e nas operações de *swap*, que constituem em instrumento de proteção de posições passivas.

e) Permuta de títulos e valores mobiliários: refere-se ao crédito tributário constituído para compensar o efeito do imposto de renda e contribuição social corrente pago sobre o diferencial entre o valor de mercado e o valor contábil proveniente da operação de permuta de títulos e valores mobiliários. A realização destes créditos está vinculada à alienação dos respectivos títulos.

f) Programa de desligamento planejado de funcionários: estimativa de custos com plano para incentivar a aposentadoria de funcionários ativos que atendam as condições para aposentadoria por tempo de serviço (Nota 31).

g) Derivativos – Opções: refere-se ao valor justo de opções atreladas à ações pertencentes à carteira de investimentos.

h) Provisão para despesas médicas – FAMS: refere-se à provisão para despesas com assistência médica, contabilizada conforme Deliberação CVM Nº 600/09.

Em relação às obrigações tributárias diferidas, decorrentes de diferenças temporárias, que ocorrem principalmente na controlada BNDESPAR, têm origem, basicamente, de:

a) Ajuste a valor de mercado – Instrumentos Financeiros: refere-se à marcação a mercado de debêntures e de títulos classificados como disponíveis para venda e de outros investimentos em coligadas cuja influência foi perdida;

b) Ganho por compra vantajosa: receita reconhecida na aquisição de coligadas em função dos valores justos proporcionais dos ativos líquidos dessas coligadas serem superiores às contraprestações transferidas em troca das ações dessas sociedades investidas;

c) Baixa do deságio – CPC: deságios apurados antes de 2009 e baixados em decorrência da adoção inicial dos CPCs.

Os créditos e obrigações tributárias sobre adições e exclusões temporárias são realizados quando do pagamento, utilização ou reversão das provisões relacionadas. Os créditos decorrentes da apuração de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, são compensáveis com o lucro tributável futuro, limitado a 30% em cada período. A demonstração dos valores constituídos e baixados no exercício está evidenciada a seguir:

R$ mil

	BNDES			
	31/12/2009	Constituição	Realização	31/12/2010
. Créditos tributários:				
Créditos baixados como prejuízo	369.381	190.622	(188.405)	371.598
Provisões trabalhistas e cíveis	55.141	3.414	(10.655)	47.900
Provisão para desvalorização de investimentos	29.455	-	-	29.455
Ajuste de *swap* a valor de mercado	-	42.323	(7.301)	35.022
Programa de desligamento planejado de funcionários	37.932	-	(11.477)	26.455
Provisão para participação dos empregados no lucro	26.235	42.694	(26.235)	42.694
Provisão para despesas médicas – FAMS	-	22.952	-	22.952
Provisão para desvalorização de bens	152	2.265	-	2.417
Sub-total	**518.296**	**304.270**	**(244.073)**	**578.493**
Créditos diferidos sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:				
IRPJ e CSLL	17.809	62.490	-	80.299
PIS e COFINS	2.070	7.265	-	9.335
Sub-total	**19.879**	**69.755**	**-**	**89.634**
Total de créditos tributários diferidos	**538.175**	**374.025**	**(244.073)**	**668.127**
. Obrigações tributárias :				
Ajuste de *swap* a valor de mercado	(892)	-	892	-
Ajuste de TVM a valor de mercado	(25.121)	(16.650)	-	(41.771)
Sub-total	**(26.013)**	**(16.650)**	**892**	**(41.771)**
Obrigações diferidas sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:				
IRPJ e CSLL	(96.915)	(50.730)	-	(147.645)
PIS e COFINS	(11.266)	(5.898)	-	(17.164)
Sub-total	**(108.181)**	**(56.628)**	**-**	**(164.809)**
Total de obrigações tributárias diferidas	**(134.194)**	**(73.278)**	**892**	**(206.580)**

(continuação)

R$ mil

	Consolidado				
	31/12/2009	Constituição	Realização	Ajustes de exercícios anteriores por adoção dos CPC	31/12/2010
. Créditos tributários:					
Créditos baixados como prejuízo	414.872	208.673	(209.338)	-	414.207
Provisões trabalhistas e cíveis	239.970	5.960	(14.318)	-	231.612
Provisão para desvalorização de investimentos	256.203	49.094	(55.779)	(18.240)	231.278
Ajuste de *swap* a valor de mercado	-	42.323	(7.301)	-	35.022
Participação dos empregados no lucro	33.484	60.951	(33.484)	-	60.951
Programa de desligamento planejado de funcionários	52.998	-	(16.126)	-	36.872
Provisão para despesas médicas – FAMS	-	33.491	-	-	33.491
Amortização de ágio, líquida de realização	76.545	10.130	(31.340)	2.709	58.044
Permuta de títulos e valores mobiliários	302.903	-	(302.903)	-	-
Provisão para desvalorização de bens	152	2.265	-	-	2.417
Opções	-	164.413	-	-	164.413
Prejuízo fiscal	66.022	-	(63.677)	-	2.345
Base negativa da CSLL	40.108	-	(38.150)	-	1.958
Sub-total	**1.483.257**	**577.300**	**(772.416)**	**(15.531)**	**1.272.610**
Créditos diferidos sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:					
IRPJ e CSLL	17.809	62.490	-	-	80.299
PIS e COFINS	2.070	7.265	-	-	9.335
Sub-total	**19.879**	**69.755**	**-**	**-**	**89.634**
Total	**1.503.136**	**647.055**	**(772.416)**	**(15.531)**	**1.362.244**
. Obrigações Tributárias :					
Amortização de deságio	(8.054)	-	-	-	(8.054)
Ajuste de *swap* a valor de mercado	(892)	-	892	-	-
Ajuste de TVM a valor de mercado	(25.121)	(16.650)	-	-	(41.771)
Ganho de capital sobre venda do Ativo Permanente	-	(52.164)	-	-	(52.164)
Ajuste a Valor de Mercado – Instrumentos Financeiros	-	(537.336)	596.748	(214.838)	(155.426)
Opções		(92.224)	-	-	(92.224)
Sub-total	**(34.067)**	**(698.374)**	**597.640**	**(214.838)**	**(349.639)**
Obrigações tributárias sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:					
IRPJ e CSLL	(109.270)	(50.730)	2.711.098	(17.851.558)	(15.300.460)
PIS e COFINS	(11.266)	(5.898)	-	-	(17.164)
Sub-total	**(120.536)**	**(56.628)**	**2.711.098**	**(17.851.558)**	**(15.317.624)**
Total	**(154.603)**	**(755.002)**	**3.308.738**	**(18.066.396)**	**(15.667.263)**

R$ mil

	BNDES			
	31/12/2008	Constituição	Realização	31/12/2009
. Créditos tributários :				
Créditos baixados como prejuízo	262.771	194.030	(87.420)	369.381
Provisões trabalhistas e cíveis	311.330	-	(256.189)	55.141
Provisão para desvalorização de investimentos	29.455	-	-	29.455
Ajuste de Swap a valor de mercado	4.304	53.901	(58.205)	-
Programa de desligamento planejado de funcionários	42.740	-	(4.808)	37.932
Ajuste de TVM a valor de mercado	-	20.138	(20.138)	-
Provisão para participação dos empregados no lucro	13.427	26.235	(13.427)	26.235
Provisão para desvalorização de bens	152	-	-	152
Sub-total	**664.179**	**294.304**	**(440.187)**	**518.296**
Créditos diferidos sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:				
IRPJ e CSLL	5.642	12.167	-	17.809
PIS e COFINS	656	1.414	-	2.070
Sub-total	**6.298**	**13.581**	**-**	**19.879**
Total de créditos tributários diferidos	**670.477**	**307.885**	**(440.187)**	**538.175**
. Obrigações tributárias :				
Ajuste de *swap* a valor de mercado	(2.548)	-	1.656	(892)
Ajuste de TVM a valor de mercado	(30.876)	-	5.755	(25.121)
Sub-total	**(33.424)**	**-**	**7.411**	**(26.013)**
Obrigações tributárias sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:				
IRPJ e CSLL	(119.074)	-	22.159	(96.915)
PIS e COFINS	(13.843)	-	2.577	(11.266)
Sub-total	**(132.917)**	**-**	**24.736**	**(108.181)**
Total das obrigações tributárias diferidas	**(166.341)**	**-**	**32.147**	**(134.194)**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100119

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

R$ mil

	Consolidado			
	31/12/2008	Constituição	Realização	31/12/2009
. Créditos tributários:				
Créditos baixados como prejuízo	314.346	194.555	(94.029)	414.872
Provisões trabalhistas e cíveis	477.490	4.418	(241.938)	239.970
Provisão para desvalorização de investimentos	190.254	127.007	(61.058)	256.203
Ajuste de *swap* a valor de mercado	4.304	53.901	(58.205)	-
Participação dos empregados no lucro	20.904	33.484	(20.904)	33.484
Programa de desligamento planejado de funcionários	57.693	403	(5.098)	52.998
Amortização de ágio, líquida de realização	69.366	7.179	-	76.545
Permuta de títulos e valores mobiliários	218	302.685	-	302.903
Provisão para desvalorização de bens	152	-	-	152
Prejuízo fiscal	90.159	49.632	(73.769)	66.022
Base negativa da CSLL	54.485	17.832	(32.209)	40.108
Sub-total	**1.279.371**	**791.096**	**(587.210)**	**1.483.257**
Créditos diferidos sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:				
IRPJ e CSLL	5.642	12.167	-	17.809
PIS e COFINS	656	1.414	-	2.070
Sub-total	**6.298**	**13.581**	**-**	**19.879**
Total	**1.285.669**	**804.677**	**(587.210)**	**1.503.136**
. Obrigações Tributárias:				
Amortização de deságio	(8.054)	-	-	(8.054)
Ajuste de *swap* a valor de mercado	(2.548)	-	1.656	(892)
Ajuste de TVM a valor de mercado	(30.876)	-	5.755	(25.121)
Sub-total	**(41.478)**	**-**	**7.411**	**(34.067)**
Obrigações tributárias sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:				
IRPJ e CSLL	(119.074)	(12.354)	22.158	(109.270)
PIS e COFINS	(13.843)	-	2.577	(11.266)
Sub-total	**(132.917)**	**(12.354)**	**24.735**	**(120.536)**
Total	**(174.395)**	**(12.354)**	**32.146**	**(154.603)**

O montante de créditos tributários não registrados, em 31 de dezembro 2010, no BNDES totalizou R$ 1.777.086 mil (R$ 2.134.581 mil em 31 de dezembro de 2009) e no Consolidado R$ 3.193.503 mil (R$ 3.112.505 mil em 31 de dezembro de 2009). Esses valores referem-se, basicamente, à provisão para risco de crédito (Resolução BACEN n.º 2.682/99), parte das provisões cíveis e trabalhistas, provisão sobre a desvalorização de investimentos, oriundos de incentivos fiscais – FINOR – (somente no caso de CSLL) e outros e à provisão para despesas médicas – FAMS. Após a Resolução BACEN n.º 3.059/02, somente podem ser constituídos créditos tributários sobre a parcela realizável em até 5 anos, intervalo que foi alterado para 10 anos pela Resolução BACEN n.º 3.355/06. Entretanto, até esta data, a Sociedade tem orçamentos e expectativas de geração de lucros tributáveis apenas para o futuro previsível, não existindo previsibilidade de compensação de ativos após 5 anos.

A seguir apresenta-se a expectativa de realização dos créditos tributários:

R$ mil

	BNDES						
	2011	2012	2013	2014	2015	Após 2015	Total
. Créditos tributários:							
Créditos baixados como prejuízo	163.487	44.714	31.232	78.688	53.477	-	371.598
Provisões trabalhistas e cíveis	491	6.125	38.830	1.051	1.403	-	47.900
Provisão para desv. de investimentos	-	-	-	-	-	29.455	29.455
Ajuste de SWAP a valor de mercado	26.919	-	-	-	8.103	-	35.022
Programa de desligamento planejado de funcionários	12.214	14.241	-	-	-	-	26.455
Provisão para despesas médicas – FAMS	4.336	4.482	4.618	4.692	4.824	-	22.952
Provisão para desvalorização de bens	2.265	-	-	-	-	152	2.417
Participação dos empregados no lucro	42.694	-	-	-	-	-	42.694
Sub-total	**252.406**	**69.562**	**74.680**	**84.431**	**67.807**	**29.607**	**578.493**
Créditos diferidos sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:							
IRPJ e CSLL	-	80.299	-	-	-	-	80.299
PIS e COFINS	-	9.335	-	-	-	-	9.335
Sub-total	**-**	**89.634**	**-**	**-**	**-**	**-**	**89.634**
Total dos créditos tributários	**252.406**	**159.196**	**74.680**	**84.431**	**67.807**	**29.607**	**668.127**
. Obrigações tributárias :							
Ajuste de TVM a valor de mercado	(41.771)	-	-	-	-	-	(41.771)
Sub-total	**(41.771)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(41.771)**
Obrigações diferidas sobre marcação a mercado de título disponíveis para venda:							
IRPJ e CSLL	-	(147.645)	-	-	-	-	(147.645)
PIS e COFINS	-	(17.164)	-	-	-	-	(17.164)
Sub-total	**-**	**(164.809)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(164.809)**
Total das obrigações diferidas	**(41.771)**	**(164.809)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(206.580)**

R$ mil

	Consolidado						
	2011	2012	2013	2014	2015	Após 2015	Total
. Créditos tributários:							
Créditos baixados como prejuízo	186.987	48.870	38.685	82.908	56.757	-	414.207
Provisões trabalhistas e cíveis	2.474	6.982	39.662	1.256	181.238	-	231.612
Provisão para desv. de investimentos	173.551	822	6.755	7.586	7.585	34.979	231.278
Programa de desligamento planejado de funcionários	16.624	20.248	-	-	-	-	36.872
Provisão para despesas médicas – FAMS	6.272	6.506	6.746	6.890	7.077	-	33.491
Ajuste de SWAP a valor de mercado	26.919	-	-	-	8.103	-	35.022
Provisão para desvalorização de bens	2.265	-	-	-	-	152	2.417
Amortização de ágio	11.471	814	538	1.052	9.214	34.955	58.044
Prejuízo fiscal	2.345	-	-	-	-	-	2.345
Base negativa de CSLL	1.958	-	-	-	-	-	1.958
Participação dos empregados no lucro	60.951	-	-	-	-	-	60.951
Derivativos – Opções	-	-	-	164.413	-	-	164.413
Sub-total	**491.817**	**84.242**	**92.386**	**264.105**	**269.974**	**70.086**	**1.272.610**
Créditos diferidos sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:							
IRPJ e CSLL	-	80.299	-	-	-	-	80.299
PIS e COFINS	-	9.335	-	-	-	-	9.335
Sub-total	**-**	**89.634**	**-**	**-**	**-**	**-**	**89.634**
Total dos créditos tributários	**491.817**	**173.876**	**92.386**	**264.105**	**269.974**	**70.086**	**1.362.244**
. Obrigações Tributárias :							
Amortização de deságios	-	-	-	-	-	(8.054)	(8.054)
Ajuste de TVM a valor de mercado	(41.771)	-	-	-	-	-	(41.771)
Ganho de capital sobre venda do Ativo Permanente	-	-	-	-	-	(52.164)	(52.164)
AVM (valor justo na perda de influência)	-	-	-	-	-	(21.062)	(21.062)
AVM Debêntures convertidas/permutadas (CPC)	-	-	-	-	-	(31.936)	(31.936)
AVM Debêntures (CPC)	-	-	-	-	-	(102.428)	(102.428)
Opções	-	-	-	-	-	(92.224)	(92.224)
Sub-total	**(41.771)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(307.868)**	**(349.639)**
Obrigações diferidas sobre marcação a mercado de título disponíveis para venda:							
IRPJ e CSLL	(16.418)	(147.645)	-	-	- (15.136.397)		(15.300.460)
PIS e COFINS	-	(17.164)	-	-	-	-	(17.164)
Sub-total	**(16.418)**	**(164.809)**	**-**	**-**	**- (15.136.397)**		**(15.317.624)**
Total das obrigações diferidas	**(58.189)**	**(164.809)**	**-**	**-**	**- (15.444.265)**		**(15.667.263)**

O valor presente dos créditos tributários contabilizados, calculados considerando a taxa média de captação, totaliza R$ 501.300 mil (R$ 943.276 mil no Consolidado).

O Art. 5º da Resolução n.º 3.059/02 obriga a baixa do ativo correspondente à parcela dos créditos tributários quando os valores efetivamente realizados em dois períodos consecutivos forem inferiores a 50% dos valores previstos para igual período no estudo técnico preparado pela instituição. O disposto neste artigo não se aplica aos créditos tributários constituídos anteriormente à data da entrada em vigor desta Resolução. Em 31 de dezembro de 2010, não foram realizadas baixas desta natureza. O montante de créditos tributários constituídos após a vigência desta resolução totalizou R$ 489.155 mil (R$ 1.108.612 mil no Consolidado).

24. Provisões trabalhistas e cíveis

O BNDES é parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas e cíveis decorrentes do curso normal de suas atividades.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 e na Deliberação CVM nº 594/09, as quais aprovaram o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100120

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

Basicamente, o Pronunciamento requer o seguinte com relação aos Ativos e Passivos Contingentes, bem como à Provisão para processos trabalhistas e cíveis:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, deixando o ativo de ser contingente, requerendo-se assim o seu reconhecimento.

- Passivos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, devendo ser divulgado, para cada classe de passivo contingente, uma breve descrição de sua natureza e quando praticável: (i) a estimativa do seu efeito financeiro, (ii) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de saída de recursos, e (iii) a possibilidade de qualquer desembolso. Os passivos contingentes para os quais a possibilidade de uma saída de recursos para liquidá-los seja remota não são divulgados.

- Provisão: São obrigações presentes, reconhecidas como passivo, desde que possa ser feita uma estimativa confiável e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco: máximo, médio e mínimo, levando-se em conta a possibilidade de ocorrência de perda, tendo como base a opinião de assessores jurídicos internos e externos.

Conforme a expectativa de perda, a política adotada para a classificação das ações é a seguinte:

Risco Mínimo – são classificadas nesta categoria todas as ações em primeira instância e também, de acordo com a matéria impugnada no recurso, todas as que possuem decisão favorável em primeira ou em segunda instância.

Risco Médio – são classificadas nesta categoria as ações que possuem decisão desfavorável em primeira ou em segunda instância, mas, de acordo com a matéria impugnada no recurso, existe a possibilidade de reversão do resultado.

Risco Máximo – são classificadas nesta categoria as ações que possuem decisão desfavorável, em primeira ou em segunda instancia, e outras que, de acordo com a matéria impugnada no recurso, dificilmente poderão ter sua decisão revertida.
Com a finalidade de alinhamento da política adotada pelo Banco com as normas descritas anteriormente, tem-se o seguinte:

Critérios Jurídicos	Possibilidade de Perda	Conseqüência Contábil
risco mínimo	remota	N/A
risco médio	possível	divulgar
risco máximo	provável	Provisionar 100%

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis do Banco, sendo divulgados apenas quando a Administração possui garantias de sua realização ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos ou a probabilidade da entrada de benefícios econômicos é alta.

A provisão constituída foi avaliada pela Administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas.

As provisões constituídas, segregadas por natureza, são as seguintes:

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Processos trabalhistas	32.240	43.471	57.954	70.760
Processos cíveis	87.917	618.097	87.431	622.140
Total	**120.157**	**661.568**	**145.385**	**692.900**
Curto prazo	1.229	7.059	3.952	9.372
Longo prazo	118.928	654.509	141.433	683.528
Total	**120.157**	**661.568**	**145.385**	**692.900**

a) Processos trabalhistas

As provisões trabalhistas refletem a classificação de risco de perda provável sobre 114 processos judiciais em andamento (141 no consolidado), que se referem, principalmente, a horas extras pré-contratadas. No Consolidado, há, também, processos referentes à Lei de Anistia (referente à reforma administrativa do Governo Collor).

A seguir demonstra-se a movimentação da provisão trabalhista no período:

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Saldo no início do exercício	57.954	70.760	44.425	57.284
Constituição (reversão) líquida	(23.021)	(22.392)	31.310	35.122
Pagamentos	(2.693)	(4.897)	(17.781)	(21.646)
Saldo no final do exercício	**32.240**	**43.471**	**57.954**	**70.760**

Em 31 de dezembro de 2010, existem 190 (196 no Consolidado) processos judiciais em andamento, classificados na categoria de risco possível com montante estimado de R$ 132.219 mil (R$ 241.420 mil no Consolidado).

b) Processos cíveis

As provisões cíveis refletem a classificação de risco de perda provável sobre 12 (15 no Consolidado) processos, sendo que os principais pleitos versam sobre indenizações referentes a privatizações efetuadas pelo Governo Federal e implementadas pelo BNDES enquanto gestor do PND – Programa Nacional de Desestatização, além daqueles acerca de questões contratuais. No Consolidado, os pleitos são similares, sendo o principal uma ação ajuizada em 1995, referente a um leilão de privatização ocorrido em 1989, onde a sentença de 1º grau em favor da BNDESPAR foi reformada, estando pendente o julgamento dos recursos interpostos.

A seguir demonstra-se a movimentação das provisões cíveis no período:

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Saldo no início do exercício	87.431	622.140	761.097	1.242.074
Constituição (reversão) líquida	486	(4.043)	(673.666)	(619.934)
Saldo no final do exercício	**87.917**	**618.097**	**87.431**	**622.140**

Em 31 de dezembro de 2010, existem 74 (83 no Consolidado) processos judiciais em andamento, classificados na categoria de risco possível com montante estimado de R$ 786.389 mil (R$ 1.396.800 mil no Consolidado).

25. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social subscrito do BNDES está representado por 6.273.711.452 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade da União Federal.

Em 2010 o BNDES aumentou seu capital em R$ 9.296.534 mil:

- R$ 2.096.534 mil referentes à capitalização da reserva de capital no valor de R$ 106.631 mil e de reserva de lucros no valor de R$ 1.989.903 mil, nos termos do Decreto n.º 7.152, de 09 de abril de 2010;

- R$ 2.700.000 mil, mediante a transferência pela União de parte dos direitos decorrentes de adiantamentos para futuro aumento de capital efetuados na Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS, conforme Decreto n.º 7.361, de 22 de novembro de 2010;

- - R$ 4.500.000 mil, mediante a transferência de 139.754.560 ações ON da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, excedentes a manutenção do controle acionário da União, conforme Decreto n.º 7.407, de 28 de dezembro de 2010.

Em 2009 o BNDES aumentou seu capital em R$ 6.381.474 mil:

- R$ 2.000.000 mil pela capitalização do saldo de lucros acumulados de 2007, nos termos do Decreto n.º 6.940, de 18 de agosto de 2009;

- R$ 4.381.474 mil pela transferência de ações da União, nos termos do Decreto nº 6.951, de 27 de agosto de 2009.

Destinação do Resultado

R$ mil

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Resultado do exercício	9.913.322	6.735.169
Ajuste de exercícios anteriores (1)	231.449	-
Valores destinados	10.144.771	6.735.169
Destinações		
Reserva legal - 5% (2)	507.239	336.758
Reserva de incentivos fiscais	20.185	41.030
Remuneração ao acionista	3.477.261	1.589.345
Remuneração ao acionista mínima obrigatória - 25% (3)	2.404.337	1.589.345
Remuneração ao acionista complementar	1.072.924	-
Reserva para futuro aumento de capital	1.442.602	953.607
Reserva para margem operacional	4.697.484	3.814.428

(1) Ajuste decorrente da aplicação de pronunciamentos do CPC.
(2) Limitado a 20% do capital social, ou , a critério do BNDES, quando o saldo desta reserva somado às reservas de capital atingir 30% do capital social.
(3) 25% do lucro líquido ajustado após a constituição da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais

Remuneração ao acionista proposta	3.477.261	1.589.345
Dividendos	1.967.296	381.547
Juros sobre o capital próprio	1.509.965	1.207.798

Reservas de Lucros

A partir de 2008, o estatuto social do BNDES passou a contemplar a constituição de Reserva de Lucros para Futuro Aumento de Capital, Reserva de Lucros para Margem Operacional e Reserva de Incentivos Fiscais.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100121

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

A Reserva para Futuro Aumento de Capital tem a finalidade de assegurar a formação de patrimônio líquido compatível com a expectativa de crescimento dos ativos do Banco e é constituída no percentual de 15% do lucro líquido ajustado, com saldo limitado a 30% do Capital Social. Em 2010, para esta reserva foi constituído o montante de R$ 1.442.602 mil (R$ 953.607 mil em 2009).

A Reserva para Margem Operacional tem a finalidade de garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco e é constituída no percentual de 100% do saldo remanescente do lucro líquido, até o limite de 50% do Capital Social. Em 2010, para esta reserva foi constituído o montante de R$ 4.697.484 mil (R$ 3.814.428 mil em 2009).

Os incentivos fiscais, com a edição da Lei n.º 11.638/07, passaram a transitar pelo resultado e a serem destinados como reserva de lucros. Em 2010, para esta reserva o BNDES constituiu R$ 20.185 mil (R$ 41.030 mil em 2009).

Ajustes de avaliação patrimonial

São contabilizadas as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, líquidas de efeitos tributários, em decorrência de sua avaliação a valor justo. A composição dos ajustes encontra-se a seguir:

R$ mil

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Ajuste - acumulado de conversão – reflexo de coligada	(81.281)	-
Ajuste – outros resultados abrangentes – reflexo de coligada	(129.934)	-
Mensuração a valor justo de títulos e valores mobiliários classificados como títulos disponíveis para venda	29.507.767	124.806
De títulos próprios	93.189	109.463
De ativos de empresa controlada (BNDESPAR) (1)	29.414.578	15.343
Total	**29.296.552**	**124.806**

(1) Ajuste ao valor de mercado da carteira de participações acionárias classificadas como disponível para venda conforme pronunciamento contábil n.º 38, emitido pelo CPC e recepcionado pelos normativos do Banco Central do Brasil através das Circulares n.º 3.068/2001 e 3.082/2002.

Ajustes de exercícios anteriores

São registros resultantes da adoção de pronunciamentos do CPC que afetariam o resultado de períodos anteriores compostos como a seguir:

R$ mil

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Ajuste de exercícios anteriores		
- *Próprios:*		
Plano assistencial – FAMS	(36.139)	-
- *Controladas:*		
Plano assistencial – FAMS	26.195	-
Debêntures designadas da BNDESPAR	854.849	-
Efeitos de mudanças de avaliação de investimento em coligadas	(610.619)	-
Efeitos de realização de investimento a valor justo	600.507	-
Derivativos isolados	(590.227)	-
Outros	(13.117)	-
	231.449	-

Pagamento de dividendos

Em 2010 e 2009, o BNDES efetuou o pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos, conforme descrito a seguir:

2010

Evento	Valor declarado – R$ mil	Valor pago (*)	Data do pagamento	Meio de pagamento
Juros sobre o capital próprio - 2009	41.994	42.523	fev-10	Espécie
Dividendo mínimo obrigatório - 2009	381.547	386.350	fev-10	Espécie
Dividendo complementar - 2009	875.000	886.015	fev-10	Espécie
Dividendo complementar - 2009	2.434.216	2.500.000	abr-10	Títulos públicos federais
Dividendo complementar - 2009	289.920	300.000	mai-10	Espécie
Dividendo complementar - 2009	215.293	226.467	jul-10	Espécie
Antecipação de Juros sobre o capital próprio/dividendos - 2010 (**)	707.566	707.566	jul-10	Espécie
Dividendo complementar - 2009	953.607	1.012.010	ago-10	Títulos públicos federais
Dividendos intermediários - 2010 (**)	1.987.990	1.987.990	ago-10	Títulos públicos federais
Dividendos intermediários - 2010 (**)	676.355	676.355	nov-10	Títulos públicos federais
Total	8.563.488	8.725.276		

(*) Inclui atualização pela taxa SELIC da data a que se referem os lucros até a data do efetivo pagamento.
(**) A remuneração proposta ao acionista inclui atualização pela taxa SELIC, no valor de R$ 105.350 mil. Vide o quadro acima de Destinação do resultado.

2009

Evento	Valor declarado – R$ mil	Valor pago (*)	Data do pagamento	Meio de pagamento
Dividendos Complementares - Exercício 2006	1.596.375	2.100.000	mai-09	Espécie
Dividendos Complementares - Exercício 2006	449.389	600.638	jul-09	Espécie
Dividendos Complementares - Exercício 2007	45.487	54.339	jul-09	Espécie
Dividendos Complementares - Exercício 2007	1.170.419	1.408.738	ago-09	Títulos Públicos Federais
Dividendos Complementares - Exercício 2008	497.284	528.183	jul-09	Espécie
Dividendos Complementares - Exercício 2008	16.840	16.840	jul-09	Espécie
Dividendos Complementares - Exercício 2008	2.423.658	2.591.262	ago-09	Títulos Públicos Federais
Juros sobre o capital próprio - Exercício 2008	1.319.462	1.344.736	fev-09	Espécie
Dividendos Complementares - Exercício 2007	929.580	1.146.890	dez-09	Títulos Públicos Federais
Total de pagamentos	8.448.494	9.791.626		

(*) Inclui atualização pela taxa SELIC da data a que se referem os lucros até a data do efetivo pagamento.

26. Partes Relacionadas

O BNDES e suas subsidiárias têm relacionamento e realizam transações com entidades consideradas partes relacionadas, conforme Pronunciamento Técnico n.º 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução n.º 3.750/09 do Banco Central do Brasil – BACEN.

26.1 Transações com subsidiárias

As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e foram as seguintes:

R$ mil

	Em 31 de dezembro					
	2010			2009		
	Finame	Bndespar	Total	Finame	Bndespar	Total
Ativo						
Operações de repasses						
Moeda nacional	82.405.006	11.642.000	94.047.006	51.970.968	6.814.107	58.785.075
Moeda estrangeira	7.198.212	49.431	7.247.643	8.794.287	63.576	8.857.863
	89.603.218	11.691.431	101.294.649	60.765.255	6.877.683	67.642.938
Passivo						
Obrigações por repasses						
Moeda nacional	(890.144)	(91.770)	(981.914)	(644.399)	(2.244.520)	(2.888.919)

	2º semestre de 2010								
Receitas:	Finame	Bndespar	Total						
Operações de repasses									
Moeda nacional	1.563.723	709.195	2.272.918	2.675.407	990.696	3.666.103	1.869.828	1.340.253	3.210.081
Moeda estrangeira	(408.835)	(2.667)	(411.501)	98.535	1.846	100.382	(2.582.141)	(18.942)	(2.601.083)
	1.154.888	706.528	1.861.417	2.773.942	992.542	3.766.485	(712.313)	1.321.311	608.998
Despesas:									
Operações de repasses									
Moeda nacional	(176.168)	(4.667)	(180.835)	(347.998)	(38.931)	(386.929	(52.448)	(152.129)	(204.577)

26.2 Transações com o Tesouro Nacional – acionista único do BNDES

As operações envolvendo o Tesouro Nacional estão resumidas a seguir e as condições conforme referência às notas explicativas em cada grupo de contas:

R$ mil

	BNDES		
		Em 31 de dezembro	
		2010	2009
Ativo			
Títulos públicos federais (Nota 6)		25.638.179	35.916.554
Outros créditos com o Tesouro Nacional (Nota 32)		1.784.273	409.482
Passivo			
Operações de repasses		(234.798.923)	(127.277.372)
Instrumento híbrido de capital e dívida		(13.234.016)	(12.388.916)
Outras obrigações com STN		(6.523)	(2.366)
Resultado:	2º semestre de 2010		
Resultado com títulos públicos federais	2.537.201	5.878.112	3.138.937
Receitas com outros créditos – equalização	150.789	262.077	204.608
Despesas com operações de repasses e instrumento híbrido de capital e dívida	(4.669.163)	(11.543.568)	301.260
Despesas com outras obrigações – equalização	(2.103)	(4.157)	(3.932)

R$ mil

	Consolidado		
		Em 31 de dezembro	
		2010	2009
Ativo			
Títulos públicos federais (Nota 7)		25.638.179	35.916.554
Outros créditos com o Tesouro Nacional (Nota 31)		3.547.589	785.813
Passivo			
Operações de repasses		(239.823.527)	(131.824.447)
Instrumento híbrido de capital e dívida		(13.234.016)	(12.388.916)
Outras obrigações com STN		(128.862)	(62.241)
Resultado:	2º semestre de 2010		
Resultado com títulos públicos federais	2.554.153	5.895.064	3.138.934
Receitas com outros créditos – equalização	1.267.696	1.658.825	281.329
Despesas com operações de repasses e instrumento híbrido de capital e dívida	(5.033.191)	(12.239.110)	(84.164)
Despesas com outras obrigações – equalização	(25.983)	(66.619)	(112.111)

26.3 Transações com outras Entidades Governamentais

Além das operações com o seu acionista único, o BNDES mantém transações com outras entidades governamentais, portanto sob controle comum, no curso de suas operações, como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Petrobras, Eletrobrás, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, Fundo de Participação PIS/PASEP, Fundo da Marinha Mercante – FMM e o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100122

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

Os saldos das transações significativas com estas entidades estão resumidos a seguir:

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	BNDES		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Ativos				
Fundos, debêntures, operações de crédito e repasses, dividendos e JSCP e outros créditos a receber	75.456.778	59.420.265	80.440.933	74.278.753
Provisão para risco de crédito	(121.888)	(204.603)	(122.936)	(204.803)
Passivos				
Depósitos e Repasses	(182.402.038)	(168.521.746)	(182.402.038)	(168.521.746)

26.4 Transações com a Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES

As transações com o Plano de aposentadoria e pensões e com o Fundo de Assistência Médica e Social, administrado pela FAPES, resumidas a seguir, encontram-se detalhadas na nota 29:

R$ mil

	BNDES	
	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Passivo		
Contas a pagar – FAPES – Previdência	(540.635)	(520.924)
Passivo atuarial – FAMS – Assistência	(615.103)	(506.012)

R$ mil

	Consolidado	
	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Passivo		
Contas a pagar – FAPES – Previdência	(702.450)	(677.511)
Passivo atuarial – FAMS – Assistência	(777.818)	(680.398)

R$ mil

	BNDES		
		Em 31 de dezembro	
	2º semestre de 2010	2010	2009
Despesas			
Plano de Previdência	(57.168)	(122.812)	(63.814)
Plano de Assistência	(41.075)	(72.952)	(69.114)

R$ mil

	Consolidado	
	Em 31 de dezembro	
	2º semestre de 2010	2010	2009
Despesas			
Plano de Previdência	(75.050)	(102.958)	(88.944)
Plano de Assistência	(50.109)	(87.475)	(85.250)

26.5 Transações com coligadas

O BNDES por meio de sua subsidiária BNDESPAR possui investimentos em empresas coligadas, conforme detalhado na nota 15.3. Além dos aportes de capital nas investidas e o recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio, o BNDES e suas subsidiárias têm outras operações de concessão de crédito com essas empresas, no montante de R$ 1.267.687 mil e provisão para risco de crédito de R$ 14.004 mil, em 31 de dezembro de 2010 (R$ 7.620.685 mil reais e provisão de R$ 54.173 mil em 31 de dezembro de 2009). Essas operações com essas investidas têm as mesmas condições daquelas operações realizadas com outras entidades, não produzindo efeitos diferentes, em relação às demais, nos resultados e na posição financeira da Sociedade.

26.6 Remuneração de empregados e dirigentes

O BNDES e suas subsidiárias não concedem empréstimos ao pessoal-chave da gestão – diretores, membros dos Conselhos de Administração, do Comitê de Auditoria e Conselhos Fiscais. Essa prática é proibida a todas as instituições financeiras sob regulamentação do Banco Central do Brasil.

O Sistema BNDES também não possui remuneração baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios para seu pessoal-chave da Administração. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro das empresas do sistema BNDES.

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da gestão do Sistema BNDES são apresentados como segue:

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Benefícios de curto prazo:				
Salários (*) e encargos	6.869,31	7.839,97	6.393,11	7.338,08

(*) remuneração

Estão destacadas abaixo as remunerações pagas a administradores e empregados:

R$ mil

	Em 31 de dezembro							
	2010				2009			
	BNDES		Consolidado		BNDES		Consolidado	
	Administração	Empregados	Administração	Empregados	Administração	Empregados	Administração	Empregados
Maior Salário (*)	49,45	48,46	49,45	48,46	46,00	44,53	46,00	44,53
Menor Salário (*)	5,12	1,53	4,60	1,53	4,81	2,34	4,32	2,34
Salário (*) Médio	22,37	13,10	14,59	13,65	19,62	15,02	13,16	15,46

(*) remuneração contratual

27. Resultado de provisão para risco de crédito

Composição da receita com provisão para risco de crédito:

R$ mil

	Em 31 de dezembro					
	2º semestre de 2010		2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Reversão (constituição) líquida sobre:						
Operações de crédito	(480.798)	401.523	(471.269)	143.846	(1.464.020)	(1.408.867)
Operações de repasses interfinanceiros	(232.626)	242.289	(264.619)	152.211	1.122.212	1.082.052
Debêntures	(157.586)	167.140	(78.781)	262.595	(74.497)	(120.267)
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	(286)	(65)	(155)	19.363	26	6.350
Direitos recebíveis	(18.540)	(16.048)	(17.717)	(12.268)	(12.513)	(3.524)
Recuperação de créditos baixados do ativo	(4.342.954)	121.189	(2.199.521)	2.286.031	407.204	438.553
Receita (despesa) líquida apropriada	**(5.232.790)**	**916.028**	**(3.032.062)**	**2.851.778**	**(21.588)**	**(5.703)**

28. Instrumentos financeiros derivativos

28.1 Derivativos cambiais e de taxa de juros

Os derivativos cambiais e de taxas de juros são utilizados para adequar a composição de ativos e passivos financeiros do BNDES. Em particular, os ajustes no passivo externo têm por objetivo tornar o produto de crédito "cesta de moedas", que é representativo da composição da exposição cambial externa do Banco, mais atrativo aos tomadores de recursos. Simultaneamente, tais derivativos contribuem para o gerenciamento dos ativos e passivos em moedas fortes, visando reduzir eventual descasamento entre estas moedas.

Por orientação de sua política financeira, o BNDES busca transferir a seus tomadores de recursos os riscos de natureza cambial e de taxa de juros, inclusive aqueles decorrentes de operações de derivativos, com o Banco assumindo, em última instância, o risco de crédito eventualmente derivado do efeito das volatilidades cambial e de taxa de juros sobre os seus clientes.

Por meio das operações de derivativos cambiais e de taxa de juros, busca-se aumentar o peso do dólar na cesta de moedas e minimizar o impacto desfavorável que a volatilidade das outras moedas fortes possa causar aos tomadores de recursos na unidade monetária vinculada à "cesta de moedas" do BNDES, bem como reduzir o risco associado a um eventual descasamento de moedas no balanço do BNDES.

Nas operações de balcão de taxas de juros e câmbio, o BNDES recebe integralmente o montante a ser pago no ativo-objeto protegido. Assim, o grau de proteção é próximo a 100%.

Em virtude do perfil das operações passivas do BNDES, as operações de proteção financeira têm sido realizadas no mercado de balcão, e registradas na CETIP. A fim de mitigar o risco de crédito envolvido em tais operações, a aceitabilidade das contrapartes é determinada com base na análise de crédito realizada pelo BNDES, podendo haver, inclusive, a exigência de garantias formais para a sua aceitação.

Os resultados das operações de derivativos vinculados a captações externas são integralmente repassados aos tomadores de recursos da modalidade "cesta de moedas".

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100123

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

O valor justo de cada operação de swap é definido como a diferença entre os valores presentes estimados de suas pontas ativa e passiva. A estimativa de cada ponta consiste do cálculo de seus respectivos fluxos de caixa futuros – com base na taxa contratada da operação,no caso de ponta em taxa fixa, ou em projeções extraídas das curvas de mercado, no caso de ponta em taxa flutuante – trazidos a valor presente pelas curvas de mercado aplicáveis a cada operação.

As operações de swap contratadas pelo BNDES têm por objetivo (i) administrar sua exposição aos riscos de mercado decorrentes de oscilações em taxas de câmbio e taxa juros e/ou (ii) gerenciar a composição do produto "cesta de moedas", objeto de repasse aos clientes. Portanto, perdas potenciais nesses instrumentos causadas por variação nesses fatores de risco tendem a ser compensadas por ganhos em ativos ou reduções de passivos associados a cada operação.

Os quadros seguintes descrevem as operações ativas de proteção cambial em 31 de dezembro de 2010. Todas as operações abaixo foram contabilizadas de acordo com a Circular BACEN n.º 3.082, de 30 de janeiro de 2002, e foram contratadas no mercado local com registro na CETIP.

28.1.1 Resumo das operações de *swaps* contratadas em mercado de balcão em andamento:

Valor Nocional	Moedas de referência	Vencimento	Contrapartes
EURO 750 milhões	Euro – US$	fev/2011	Deutsche Bank, HSBC e Itaú BBA
USD 300 milhões	US$ – R$	entre jan/2011 e mar/2011	Citibank e Deutsche Bank
USD 726,5 milhões	US$ (taxa de juros fixa –flutuante)	entre mar/2015 e ago/2021	Citibank, Merrill Lynch de Investimentos e HSBC

28.1.2 Carteira Administrada

Adicionalmente, de forma a gerenciar descasamentos cambiais e de taxas de juros de curto prazo, o BNDES realiza, através da Carteira Administrada, operações envolvendo derivativos na BM&F. As aplicações e resgates são orientados pelo BNDES, com execução pela BB DTVM, e os valores resultantes dos resgates de aplicações em títulos são depositados na conta do BNDES no Banco do Brasil, para serem reaplicados.

28.2 Opções e derivativos embutidos

Em razão da execução do objetivo social da BNDESPAR, são estruturadas operações de investimentos em participações societárias que resultam na geração de derivativos embutidos nos contratos de debêntures. Esses derivativos não têm finalidade de proteção patrimonial (*hedge*) e nem são instrumentos financeiros derivativos especulativos. Estes derivativos são opções de conversão ou permuta dessas debêntures em ações. Portanto esses derivativos não oferecem nenhum risco de perda a BNDESPAR. A mensuração e o registro desses derivativos são feitos pelo valor justo.

28.3 Composição dos instrumentos financeiros derivativos

R$ mil

			BNDES – Em 31 de dezembro de 2010			
			Conta de compensação		Conta patrimonial	
	Vencimentos	Custodiante	Valor referencial Ativo	Valor referencial Passivo	Valor a receber (a pagar)	Valor de mercado
Contratos *swap*						
Cambiais:						
EUR x US$	Fev/2011	CETIP	1.674.238	1.705.365	(31.127)	(31.127)
USD x R$	Jan/2011 a Mar/2011	CETIP	501.014	518.959	(17.945)	(17.945)
Taxas de juros em US$:						
Fixa x Flutuante	Mar/2015 a Ago/2021	CETIP	1.217.990	1.333.072	(115.082)	(115.082)
			3.393.242	**3.557.396**	**(164.154)**	**(164.154)**
Contratos futuro			Valores nocionais			
DI (posição vendido)	Jan/2014	BM&F	501.693		833	833
USD (posição comprado)	Fev/2011 a Abr/2011	BM&F	6.765.605		(70.151)	(70.151)
					(69.318)	**(69.318)**
Total					**(233.472)**	**(233.472)**

R$ mil

			Consolidado – Em 31 de dezembro de 2010			
			Conta de compensação		Conta patrimonial	
	Vencimentos	Custodiante	Valor referencial Ativo	Valor referencial Passivo	Valor a receber (a pagar)	Valor de mercado
Contratos *swap*						
Cambiais:						
EUR x US$	Fev/2011	CETIP	1.674.238	1.705.365	(31.127)	(31.127)
USD x R$	Jan/2011 a Mar/2011	CETIP	501.014	518.959	(17.945)	(17.945)
Taxas de juros em US$:						
Fixa x Flutuante	Mar/2015 a Ago/2021	CETIP	1.217.990	1.333.072	(115.082)	(115.082)
			3.393.242	3.557.396	(164.154)	(164.154)
Contratos futuro			Valores nocionais			
DI (posição vendido)	Jan/2014	BM&F	501.693		833	833
USD (posição comprado)	Fev/2011 a Abr/2011	BM&F	6.765.605		(70.150)	(70.150)
					(69.317)	(69.317)
Opções						
	Tipo	Metodologia de precificação				
Compra (pasivo)	Americana	Black-Scholes/ Merton			(483.569)	(483.569)
Venda (ativo)	Européia	Black-Scholes/ Merton			229.902	229.902
Venda (ativo)	Européia	Black-Scholes/ Merton			41.346	41.346
Derivativos embutidos					284.419	284.419
Total					**(161.373)**	**(161.373)**

R$ mil

			BNDES e Consolidado – Em 31 de dezembro de 2009			
			Conta de compensação		Conta patrimonial	
	Vencimentos	Custodiante	Valor referencial Ativo	Valor referencial Passivo	Valor a receber (a pagar)	Valor de mercado
Contratos *swap*						
Cambiais:						
USD x R$	Jan/2010 a Fev/2010	CETIP	349.135	345.967	3.168	3.168
USD x R$	Mar/2010	CETIP	174.531	178.542	(4.011)	(4.011)
R$ x USD	Mar/2010 a Jun/2010	CETIP	132.338	105.939	26.399	26.399
EUR x USD	Abr/2010	CETIP	410.147	349.267	60.880	60.880
USD x R$	Jan/2010	BMF	394.187	547.824	(153.637)	(153.637)
Taxas de juros em US$:						
Fixa x Flutuante	Mar/2015 a Ago/2021	CETIP	1.333.666	1.413.291	(79.625)	(79.625)
			2.794.004	2.940.830	(146.826)	(146.826)
Contratos futuro			Valores nocionais			
DI (posição vendida)	Jan/2012	BM&F	608.842		140	140
USD (posição vendida)	Fev/2010	BM&F	2.801.591		389	389
					529	529
Total					**(146.297)**	**(146.297)**

Resumo instrumentos financeiros derivativos

R$ mil

	BNDES – Valores a receber (a pagar) – Em 31 de dezembro		Consolidado – Valores a receber (a pagar) – Em 31 de dezembro	
	2010	2009	2010	2009
Posição ativa	833	90.976	556.501	90.976
Posição passiva	(234.305)	(237.273)	(717.874)	(237.273)
Total	**(233.472)**	**(146.297)**	**(161.373)**	**(146.297)**

Resultado com derivativos

R$ mil

	2º semestre de 2010	Em 31 de dezembro	
		2010	2009
Receita (despesa) com contratos de *swaps*	(52.215)	(184.755)	33.529
Receita (despesa) com contratos de futuro	(821.196)	(963.298)	(614.401)
Receita (despesa) com contratos de opções	681.963	681.963	-
Receita (despesa) com derivativos embutidos	(330.617)	(330.617)	-
Total	**(522.065)**	**(796.707)**	**(580.872)**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100124

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

29. Obrigações de benefícios de aposentadoria

As obrigações registradas nos balanços patrimoniais referentes aos planos de aposentadoria complementar e de assistência médica estão representadas a seguir:

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Contas a pagar - FAPES	540.635	702.450	520.924	677.511
Passivo atuarial - FAMS	615.103	777.818	506.012	680.398
Total	1.155.738	1.480.268	1.026.936	1.357.909
Curto prazo				
Contas a pagar - FAPES	21.634	28.875	18.070	24.150
Passivo atuarial - FAMS	10.839	16.308	13.285	19.258
Total	32.473	45.183	31.355	43.408
Longo prazo				
Contas a pagar - FAPES	519.001	673.575	502.854	653.361
Passivo atuarial - FAMS	604.264	761.510	492.727	661.140
Total	1.123.265	1.435.085	995.581	1.314.501

29.1 Plano de aposentadoria e pensões:

A FAPES (Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES) é uma entidade fechada de previdência privada. Seu principal objetivo é complementar os benefícios previdenciários, concedidos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, para os funcionários de seus patrocinadores: BNDES, FINAME, BNDESPAR e a própria FAPES.

A FAPES tem plano de benefícios definidos e no dimensionamento de suas provisões foi admitido o regime financeiro de capitalização.

Os patrocinadores devem assegurar à FAPES, quando necessário, recursos destinados à cobertura de eventuais insuficiências técnicas reveladas pela reavaliação atuarial, conforme estabelecido no estatuto da Fundação, consoante legislação vigente.

O compromisso atuarial foi avaliado por atuário independente, pelo método de Crédito Unitário Projetado – PUC. Para a atualização dos valores para as datas específicas foram usados juros atuariais equivalentes a Notas do Tesouro Nacional - série B (NTN-B).

A seguir, os resultados da avaliação atuarial do plano de aposentadoria complementar:

R$ mil

	Em 31 de dezembro	
	2010	
	BNDES	Consolidado
Valor presente da obrigação atuarial	5.601.412	7.160.601
Valor justo dos ativos do plano	**(5.124.899)**	**(6.551.448)**
Valor presente das obrigações não cobertas pelos ativos / (excesso de cobertura)	476.513	609.153
Ganhos atuariais não reconhecidos	(873.184)	(1.007.407)
Passivo (ativo) atuarial	(396.671)	(398.254)
Limite dos ativos	396.671	398.254
Passivo atuarial antes da Interpretação A (*)	-	-
Passivo adicional - Interpretação A (*)	540.635	702.450
Passivo líquido	**540.635**	**702.450**

(*) A Interpretação A (Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Fundamento Mínimo e sua Interação), que corresponde ao IFRIC 14 do IASB, é parte do integrante do Pronunciamento CPC 33 (Deliberação 600/2009).

Passivo adicional

O passivo adicional refere-se a contratos de confissão de dívida celebrados com os patrocinadores, com prazo fixo de amortização, através de pagamentos mensais, totalizando treze parcelas a cada ano, calculadas pelo Sistema Price e com incidência de juros anuais correspondentes à taxa atuarial de 6% mais a taxa de custeio administrativo e atualização monetária, que ocorre nas mesmas épocas e proporções em que é concedido o reajuste ou modificação geral dos salários dos empregados dos patrocinadores. Portanto, a divida contratada é reconhecida como um passivo adicional na apuração do passivo líquido.

O saldo dessas dívidas está assim representado:

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Contratos de 2002 (a)	425.758	544.125	403.523	515.708
Contratos de 2004 (b)	114.877	158.325	117.401	161.803
Total	**540.635**	**702.450**	**520.924**	**677.511**
Curto prazo	21.634	28.875	18.070	24.150
Longo prazo	519.001	673.575	502.854	653.361
Total	**540.635**	**702.450**	**520.924**	**677.511**

a) Refere-se ao acordo entre as empresas do sistema BNDES e seus empregados, envolvendo o reconhecimento da alteração da jornada de trabalho, em face da Lei n.º 10.556, de 13 de novembro de 2002, que resultou em um acréscimo de 16,67% nos salários de participação dos participantes, e impactou diretamente nas provisões matemáticas do plano de benefícios. Para cobertura parcial do acréscimo provocado naquelas provisões, no exercício de 2002, foram firmados contratos que prevêem a amortização da dívida em 390 parcelas. O pagamento teve início em janeiro de 2003.

b) Refere-se à conversão dos valores das provisões matemáticas a constituir (em atendimento à recomendação do Banco Central do Brasil - BACEN), que vinham sendo amortizadas mensalmente desde novembro de 1998, através de contribuições extraordinárias, em dívida reconhecida pelos patrocinadores, a vencer em novembro de 2018. O pagamento da primeira parcela foi efetuado em dezembro de 2004.

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Valor presente no início do exercício	4.620.691	5.933.161	3.988.092	5.116.449
Custo do serviço corrente	93.002	105.814	77.480	91.665
Custo de juros	456.013	585.911	471.336	605.029
Perdas (ganhos) atuariais não reconhecidos	743.554	928.687	624.576	819.255
Benefícios pagos	(311.847)	(392.972)	(294.155)	(371.700)
Ajustes do exercício anterior	-	-	(246.638)	(327.537)
Valor presente no fim do exercício (2)	**5.601.413**	**7.160.601**	**4.620.691**	**5.933.161**

As mudanças no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Valor justo no início do exercício	4.737.228	6.082.799	3.655.588	4.689.874
Retorno esperado dos ativos do plano	480.044	614.880	445.717	569.935
Ganhos (perdas) atuariais não reconhecidos	91.160	92.190	403.785	648.345
Contribuições recebidas do empregador	92.470	114.186	485.234	508.849
Contribuições recebidas dos participantes	35.845	40.365	32.631	37.496
Benefícios pagos	(311.847)	(392.972)	(294.155)	(371.700)
Ajustes do exercício anterior	-	-	8.428	-
Valor justo no fim do exercício	**5.124.900**	**6.551.448**	**4.737.228**	**6.082.799**

O BNDES espera contribuir com o plano de pensão de aposentadoria complementar, para o próximo ano, em aproximadamente R$ 111.451 mil (R$ 137.540 mil para o consolidado).

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são assim demonstrados:

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
Despesa líquida no exercício:	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Custo do serviço corrente	93.002	105.814	77.480	91.665
Custo dos juros	456.013	585.911	471.336	605.029
Retorno esperado dos ativos do plano	(480.044)	(614.880)	(445.717)	(569.936)
Ajuste do limite de ativo líquido	-	-	116.537	116.537
Total	**68.971**	**76.845**	**219.636**	**243.295**

O rendimento esperado do ativo do plano foi determinado com base nas mesmas expectativas de atualização do passivo, utilizando juros atuariais equivalentes a Notas do Tesouro Nacional, série B (NTN-B). As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

Em (%)

	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Fundos multimercados	5,7	5,7	5,6	5,6
Ações	80,6	80,6	81,7	81,7
Investimentos imobiliários	5,7	5,7	6,2	6,2
Empréstimos e financiamentos	4,3	4,3	4,4	4,4
Outros	3,7	3,7	2,1	2,1
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

A resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC – n.º 28/2009, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, aprovou anexos que tratam da planificação contábil padrão, modelos e instruções de preenchimento das demonstrações contábeis. Tais modificações afetaram a forma de apresentação dos ativos do plano, e por essa razão, as principais categorias de ativos do plano foram apresentadas dessa forma. A resolução CGPC n.º 28/2009 entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2010 .

O retorno real sobre os ativos do plano acumulado em 31 de dezembro de 2010 foi de R$ 571.204 mil e R$ 707.069 mil no BNDES e Consolidado, respectivamente (R$ 849.502 mil e R$ 1.218.281 mil em 31 de dezembro de 2009, no BNDES e Consolidado, respectivamente).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100125

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar em 31 de dezembro de 2010 para os próximos três anos:

R$ mil

	BNDES	Consolidado
2011	394.846	497.981
2012	412.614	520.808
2013	431.182	543.808

29.2 Plano de assistência médica

O BNDES e suas subsidiárias patrocinam o FAMS (Fundo de Assistência Médica e Social), criado com a finalidade precípua de oferecer aos seus participantes e dependentes benefícios complementares ou similares aos do INSS. Tais benefícios, que incluem assistência médico-hospitalar e odontológica nos sistemas de escolha dirigida ou livre escolha, são assegurados aos empregados desde 1976 e amparados pela Resolução n.º 933/98 da Diretoria do BNDES, extensiva às suas subsidiárias.

Os participantes beneficiários do FAMS são empregados ativos e aposentados do BNDES e de suas subsidiárias, e seus respectivos dependentes; tendo ainda, o dependente, após o falecimento do participante, direito ao benefício por um período de até 24 meses.

O FAMS recebe dotação de recursos do BNDES e de suas controladas para a consecução dos seus objetivos. Estes recursos são administrados pela FAPES – Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES, que também é responsável pela elaboração do orçamento anual e detalhamento dos custos operacionais necessários ao FAMS.

O FAMS não está coberto por ativos garantidores. A antecipação do pagamento dos benefícios é efetuada pelo BNDES com base nos orçamentos apresentados pela FAPES que presta contas dos custos incorridos mensalmente, através de Demonstrativo de Prestação de Contas.

Em 31 de dezembro de 2010, com base na atualização da avaliação atuarial efetuada por atuário independente em 30 de setembro de 2010, foi contabilizado o valor da obrigação atuarial com participantes assistidos, bem como dos participantes ativos pelo prazo médio de tempo laborativo futuro.

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Valor presente das obrigações não fundeadas	824.164	1.040.531	664.675	851.327
Perdas atuariais não reconhecidas	(209.061)	(262.713)	(158.663)	(170.929)
Passivo atuarial líquido	**615.103**	**777.818**	**506.012**	**680.398**

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Saldo no início do período	682.586	858.729	487.167	622.524
Custo do serviço corrente	24.448	26.630	17.556	19.646
Custo de juros	68.490	86.090	58.463	74.726
Perdas (ganhos) atuariais não reconhecidos	72.092	100.078	140.435	168.387
Benefícios pagos	(23.452)	(30.996)	(21.035)	(26.554)
Saldo no final do período	824.164	1.040.531	682.586	858.729

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
Despesa líquida no período:	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Custo do serviço corrente	24.448	26.630	24.306	26.884
Custo dos juros	68.490	86.090	60.457	78.127
Ganhos (Perdas) atuariais líquidas não reconhecidas	3.465	5.751	4.530	5.442
Total	**96.403**	**118.471**	**89.293**	**110.453**

O BNDES espera contribuir com o plano de assistência médica, para o próximo ano, em aproximadamente R$ 27.674 mil e R$ 39.996 mil, BNDES e Consolidado, respectivamente.

A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

R$ mil

	Aumento de um ponto percentual	Redução de um ponto percentual
Efeito sobre o agregado do custo do serviço corrente e do custo de juros	23.648	(18.154)
Efeito sobre a obrigação de benefício definido	189.943	(149.895)

29.3 Hipóteses atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, entre outros. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Benefícios considerados	Todos os benefícios regulamentares	Todos os benefícios regulamentares
Método de avaliação atuarial	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Tábua de mortalidade de válidos	AT 2000	AT 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 agravada em 100%	AT 49 agravada em 100%
Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Índice de aumento real esperado para os salários dos ativos	Grupo técnico (2,9546%a.a.) e Grupo de apoio (2,4426%a.a.)	Grupo técnico (2,9546%a.a.) e Grupo de apoio (2,4426%a.a.)
Taxa de desconto nominal	10,4909% a.a	11,1828% a.a
Taxa de inflação	4,5% a.a.	4,5% a.a.
Retorno esperado sobre os ativos do plano de aposentadoria complementar	10,4909% a.a	11,1828% a.a
Taxa real de tendência dos custos médicos	5% a.a.	5% a.a.

30. Outros benefícios concedidos aos empregados

O BNDES e suas controladas concedem aos seus empregados ativos os seguintes benefícios:

R$ mil

	2º semestre de 2010		Em 31 de dezembro			
			2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Vale-transporte	96	143	184	275	209	249
Vale-refeição	9.665	14.425	16.687	24.906	16.310	17.995
Assistência Educacional	2.694	4.021	5.071	7.568	5.562	6.183
Total	**12.455**	**18.589**	**21.942**	**32.749**	**22.081**	**24.427**

31. Programa de desligamento planejado de funcionários

Após a decisão do STF, que determinou que a aposentadoria espontânea do empregado não extingue automaticamente o contrato de trabalho, verificou-se que um grande contingente de empregados permaneceu no Banco mesmo em percepção do benefício de aposentadoria, comprometendo, assim, a esperada renovação do quadro funcional.

Objetivando esta renovação do quadro de pessoal, sem prejuízo da transmissão de suas experiências para os demais, foi aprovado no âmbito do Acordo Coletivo de Trabalho, o Programa de Desligamento Planejado que incentiva a saída dos empregados que atendem as condições para a aposentadoria por tempo de serviço, integral ou antecipada.

Segundo estimativa da FAPES, até dezembro de 2012, 230 empregados estarão aptos a aderir ao Programa, o que corresponde, aproximadamente, a 7,8% do efetivo de pessoal próprio do Sistema BNDES, atual.

O desembolso estimado restante, em 31 de dezembro de 2010, como consequência da implementação do programa é de R$ 95.143 mil, sendo R$ 66.137 mil no BNDES, R$ 19.757 mil na BNDESPAR e R$ 9.249 mil na FINAME. Para os próximos 12 meses estima-se um desembolso de R$ 42.690 mil, sendo R$ 30.535 mil no BNDES, R$ 7.531 mil na BNDESPAR e R$ 4.624 mil na FINAME.

32. Operações vinculadas ao Tesouro Nacional

32.1. Operações Ativas

São valores a receber do Tesouro Nacional a título de equalização da remuneração de programas incentivados pelo Governo Federal (Pronaf, Revitaliza e Agrícolas) com taxa fixa menor que a TJLP, para TJLP + 1%. Em 31 de dezembro de 2010, apresentava saldos de R$ 1.784.273 mil (R$ 409.483 mil em 31 de dezembro de 2009) e R$ 3.547.589 mil (R$ 785.813 mil em 31 de dezembro de 2009), no BNDES e Consolidado, respectivamente.

32.2. Operações Passivas

São valores a pagar ao Tesouro Nacional a título de equalização da remuneração de programas incentivados pelo Governo Federal (Modermaq e Moderfrota) com taxa fixa superior à TJLP, para TJLP. Isto é, programas cuja taxa fixa seja superior a TJLP, deverá ter o excesso à TJLP devolvido ao Tesouro Nacional. Em 31 de dezembro de 2010, apresentava saldos de R$ 6.523 mil (R$ 2.366 mil em 31 de dezembro de 2009) e R$ 128.862 mil (R$ 62.241 mil em 31 de dezembro de 2009), no BNDES e Consolidado, respectivamente.

33. Limites operacionais (Acordo da Basiléia)

De acordo com a Resolução n.º 2.283, de 5 de junho de 1996, do Banco Central do Brasil, os limites mínimos de capital do Banco e do Consolidado são calculados com base nos ativos dos mesmos, ponderados por fatores de risco. A seguir são apresentados os principais indicadores, em 31 de dezembro de 2010, obtidos conforme regulamentação em vigor:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100126

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

R$ mil, exceto percentuais

	BNDES	Consolidado
Patrimônio de Referência - PR - (1)	**83.201.218**	**83.108.116**
Nível I	41.816.173	41.769.622
Nível II	41.816.173	41.769.622
Deduções do PR (2)	(431.128)	(431.128)
Patrimônio de Referência Exigido - PRE - (3)	**45.407.035**	**49.048.808**
Índice de Basiléia - %	**20,16%**	**18,64%**
Limite de Imobilização	41.600.609	41.554.058
Imobilização (4)	339.432	340.112
Margem (excesso) de Imobilização	**41.261.176**	**41.213.946**
Índice de Imobilização - %	**0,41%**	**0,41%**

(1) A Resolução n.º 3.444/07, do BACEN, define o Patrimônio de Referência -PR, para fins de apuração dos limites operacionais, como o somatório de níveis, cada qual composto por itens integrantes do Patrimônio Líquido, além de dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida.
(2) Ações emitidas por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
(3) Mínimo valor exigido para o PR – 11%.
(4) A Resolução n.º 3.105/03, do BACEN, que dispõe sobre a concessão de prazo ao BNDES para enquadramento no limite de aplicação de recursos no ativo permanente, alterada pela Resolução n.º 3.761/09, permite a exclusão de ações adquiridas de forma direta ou indireta em decorrência de: medidas ou programas instituídos por Lei federal, execução de garantias de operações de crédito posteriores à entrada em vigor dessa resolução e os investimentos compatíveis com o objeto social da instituição.

34. Outras informações

34.1 Responsabilidade subsidiária da União

Em conformidade com o Parecer n.º 1.124/96 do Ministério do Planejamento e Orçamento, o BNDES, por sua condição de empresa integralmente controlada pelo Governo Federal, não está sujeito à decretação de falência, cabendo à União a responsabilidade subsidiária pelas obrigações contraídas pelo BNDES.

34.2 Contragarantias prestadas

O BNDES concedeu em contragarantia ao Tesouro Nacional por conta de aval e empréstimos captados no exterior, no montante equivalente a US$ 600 milhões, com caução de 7.744.038 ações preferenciais nominativas de emissão da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS (posteriormente desdobradas em 61.952.304 ações preferenciais), e 28.083.251.230 ações ordinárias nominativas de emissão da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS (posteriormente grupadas em 56.166.502 ações ordinárias) de propriedade de sua controlada integral BNDES Participações S.A. – BNDESPAR. Do montante dessas ações, 61.952.304 ações preferenciais de emissão da Petrobras e 1.510.070 ações ordinárias de emissão da Eletrobrás continuam bloqueadas nas entidades de custódia.

34.3 Gestão de programas

Fundo Amazônia

O Fundo Amazônia, criado pela Resolução BNDES nº 1.640, de 3 de setembro de 2008, tem por finalidade captar doações para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas no bioma amazônico, nos termos do Decreto nº 6.527, de 1º de agosto de 2008.

Em 31 de dezembro, os saldos dos recursos oriundos de doações ao Fundo Amazônia, administrados pelo BNDES, eram de:

R$ mil

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Doações recebidas (*)	98.426	37.106
Aplicação em operações não reembolsáveis	(11.106)	-
Ressarcimento de despesas administrativas	(1.350)	(9)
Total	**85.970**	**37.097**

(*) inclui os rendimentos auferidos pela aplicação dos saldos disponíveis

Fundo de Garantia à Exportação – FGE

Através da Lei n.º 9.818/99, foi criado o Fundo de Garantia à Exportação – FGE, de natureza contábil, vinculado ao Ministério da Fazenda e administrado pelo BNDES, destinado a dar cobertura às garantias prestadas pela União nas operações de seguro de crédito à exportação. Em 31 de dezembro de 2010, os valores das garantias prestadas totalizavam R$ 13.413.609 mil.

Fundo de Garantia para a Promoção de Competitividade – FGPC

O Fundo de Garantia para a Promoção de Competitividade – FGPC, instituído pela Lei n.º 9.531/97, regulamentado pelo Decreto n.º 3.113/99, é um fundo de natureza contábil, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e gerido pelo BNDES. Tem por finalidade prover recursos para garantir o risco das operações de financiamento realizadas pelo BNDES e pela FINAME, diretamente ou por intermédio de instituições repassadoras, a microempresas, empresas de pequeno porte e médias empresas exportadoras ou fabricantes de insumos que integrem o processo produtivo, ou de montagem e de embalagem de mercadorias destinadas à exportação. Em 31 de dezembro de 2010, os valores das garantias prestadas totalizavam R$ 442.662 mil.

Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização - FRD

O Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização – FRD, criado em 17 de dezembro de 1997 através da Resolução – BNDES n.º 918, é um fundo de natureza contábil destinado a prestar colaboração financeira, em projetos de desenvolvimento regional e social, a municípios situados nas áreas geográficas de influência da Companhia Vale do Rio Doce – CVRD. O patrimônio inicial foi de R$ 85.900 mil, oriundo de doação realizada nos termos da Resolução CND n.º 02/97 (Conselho Nacional de Desestatização). Em 2010, foram realizadas liberações que totalizaram R$ 6.292 mil.

Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Fundo da Terra

O Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra, instituído pela Lei Complementar n.o 93/98, regulamentado pelo Decreto n.º 3.475/2000, é um fundo de natureza contábil, cujo objetivo é financiar programas de reordenação fundiária e de assentamento rural, tendo o BNDES como gestor financeiro.

34.4 Gerenciamento de Riscos e Controles Internos

Em conformidade com os normativos internos e externos e de acordo com os objetivos estabelecidos pela Alta Administração, a Área de Gestão de Risco do BNDES é responsável por:

a) Definir e propor ao Conselho de Administração as diretrizes gerais de gestão de riscos e controles internos para o BNDES e suas subsidiárias;

b) Monitorar os níveis de exposição a riscos;

c) Analisar e monitorar os requerimentos de capital regulatório;

d) Analisar a evolução das provisões para devedores duvidosos e os seus impactos no resultado do BNDES e de suas subsidiárias;

e) Avaliar a qualidade dos controles internos existentes no Sistema BNDES, a definição de responsabilidades, a segregação de funções, os riscos envolvidos e a conformidade dos processos aos normativos internos e externos, propondo medidas para o seu aprimoramento; e

f) Disseminar cultura de controles internos e de gestão de riscos no âmbito do Sistema BNDES.

Ao longo de 2010 foram realizados diversos trabalhos de verificação de conformidade e avaliação dos controles internos nos processos do Banco. Está em andamento processo licitatório que objetiva a contratação de consultoria especializada para implantação de Sistema de Gestão da Continuidade de Negócios. Deu-se continuidade à implantação de um sistema integrado de gestão de risco de mercado e liquidez, que entrou em fase de operação assistida a partir de janeiro de 2011. Para gestão do risco de crédito destacam-se a aquisição de software específico, cuja implementação deverá ser concluída até o final do exercício de 2011, e a aprovação da Política Corporativa de Gestão de Risco de Crédito.

- **Controles Internos**

Controles Internos são procedimentos presentes em todos os níveis da Instituição que visam proporcionar adequada segurança quanto ao alcance dos objetivos, contribuir para a exatidão das informações financeiras e proteger os ativos, sempre em conformidade às normas externas e internas.

O BNDES busca promover o contínuo aprimoramento dos controles internos com base nos fundamentos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2554/98 e pela Política Corporativa de Controles Internos. Neste contexto, são realizadas atividades de verificação de conformidade aos normativos internos e externos, bem como a avaliação dos riscos e controles internos dos processos de trabalho.

Os relatórios contendo as conclusões das avaliações realizadas são submetidos ao Comitê de Gestão de Riscos e à Alta Administração e as recomendações feitas às unidades envolvidas têm sido diligentemente acompanhadas.

A atividade permanente de disseminação da cultura de controles internos é baseada em um processo de comunicação, pautado pela ética e transparência. Além da divulgação da Política Corporativa de Controles Internos e a disponibilização de informações relacionadas ao tema na intranet, são realizadas palestras para novos funcionários no processo corrente de renovação do quadro funcional, com o objetivo de destacar a importância do tema controles internos.

Durante o exercício de 2010, podem ser destacados:

- Os trabalhos de verificação de conformidade e avaliação dos controles internos nos processos, conforme previsto no planejamento anual da Unidade de Controles Internos;
- A aprovação de normativos internos para disciplinar a relação da Área de Gestão de Riscos – AGR com as demais Unidades Fundamentais e o estabelecimento de procedimentos para encaminhamento das recomendações do CGR;
- As atividades do Grupo de Trabalho criado para estabelecer os critérios e procedimentos para a classificação e tratamento de informações no BNDES;
- A estruturação de um plano para aprimorar a comunicação e promover maior disseminação e fortalecimento da cultura de controles internos; e
- A elaboração e submissão ao Conselho de Administração dos Relatórios de Controles Internos previstos na Resolução CMN nº 2554/98.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100127

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

- **Risco Operacional**

O Risco Operacional se refere à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos. O conceito inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. Diferentemente dos riscos de mercado e de crédito, sua gestão e mitigação envolve todas as Áreas da Instituição.

Cabe à unidade responsável pelo gerenciamento do risco operacional auxiliar as demais unidades na identificação e avaliação desses riscos. Para tanto, são seguidos os preceitos constantes da Política Corporativa de Gestão de Risco Operacional do BNDES, bem como aqueles constantes da Política Corporativa de Gestão da Continuidade de Negócios do BNDES. Ambas estabelecem o conjunto de princípios, ações, papéis e responsabilidades relativos aos temas na instituição. A estrutura de gerenciamento do risco operacional encontra-se divulgada em: http://www.bndes.gov.br/BNDES_Transparente.

No que se refere ao capital regulamentar, o BNDES utiliza atualmente a Abordagem do Indicador Básico como a metodologia de cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente ao risco operacional (POPR). Essa parcela vem sendo apurada periodicamente e informada ao BACEN como parte integrante do Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO).

Visando disseminar a cultura de riscos operacionais na instituição, consta do programa de capacitação de novos funcionários, módulo específico sobre o tema, que vem sendo regularmente ministrado aos novos empregados. Também estão disponíveis informações sobre Riscos Operacionais para o público interno, na intranet.

Ao longo de 2010, destacaram-se trabalhos, envolvendo distintas áreas do Banco, para avaliação contínua e ações de mitigação do risco operacional em processos chaves de risco. Dedicou-se especial atenção ao aprimoramento da metodologia de avaliação de riscos e do banco de dados de perdas operacionais. Adicionalmente, destacam-se as ações para o desenvolvimento e implementação de um Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios para o BNDES. O tema em questão ensejou a realização de um processo licitatório que está em andamento desde o terceiro trimestre, com expectativa de conclusão no primeiro semestre de 2011. Paralelamente, foi elaborado um Plano de Gerenciamento de Incidente (PGI), em fase final de construção.

- **Risco de Mercado**

O risco de mercado é o risco de ocorrência de perdas financeiras resultantes da alteração nos valores de mercado de posições ativas e passivas detidas pela Instituição, dentre as quais se incluem os riscos das operações sujeitas à variação da cotação de moeda estrangeira, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços de mercadorias (commodities).

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado e a política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez do BNDES e de suas subsidiárias definem o conjunto de metodologias, procedimentos, limites, instrumentos e responsabilidades aplicáveis no controle permanente dos processos internos da instituição, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado do BNDES está composta pela Diretoria, pelo Comitê de Gestão de Riscos, pelo Conselho de Administração e pela Área de Gestão de Riscos. A estrutura completa para gerenciamento do risco de mercado do BNDES está disponível para acesso público em: http://www.bndes.gov.br/BNDES_Transparente.

A gestão de risco de mercado monitora a parcela de requerimento de capital resultante da carteira de negociação e de não negociação, de modo a garantir a adequação dos riscos inerentes a essas operações em níveis consistentes com o padrão de risco desejável a ser assumido pela instituição.

A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com a intenção de negociação ativa e freqüente ou destinadas a hedge de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à (i) revenda; (ii) obtenção de benefício dos movimentos de preços, efetivos ou esperados; ou (iii) realização de arbitragem. A carteira não designada para negociação corresponde, basicamente, às operações de crédito realizadas pela instituição, suas captações, títulos públicos e títulos privados. Essa carteira inclui riscos de taxa de juros, índice de preços e câmbio.

Devido a sua natureza de Banco de Desenvolvimento, o BNDES possui uma carteira de negociação relativamente pequena quando comparada ao total dos ativos detidos pela Instituição. Assim, como parte da gestão do risco de mercado, o BNDES utiliza a metodologia regulamentar de VaR Paramétrico, para risco pré-fixado, e de Maturity Ladder, para aferir os riscos de cupom cambial, de índice de preços e de taxa de juros, conforme estabelecem os normativos do Banco Central. Já para mensurar o risco de juros da carteira bancária (Rban), utiliza-se metodologia própria, observando-se o impacto das oscilações das taxas de juros (indexadores) na receita líquida de juros (Net Interest Income) para o período de 1 ano. Os testes de estresse utilizados na Rban são os regulamentares.

O BNDES segue uma estratégia de baixa exposição em moedas estrangeiras, sendo os limites monitorados diariamente. Através da contratação de swaps e futuros, o Banco mantém sua exposição líquida abaixo de 5% do Patrimônio de Referência, resultando em parcela de capital regulamentar para risco de câmbio (PCAM) igual a zero[1]. As parcelas de risco de commodities (PCOM) e de risco de ações (PACS) também são iguais a zero, devido ao fato de o Banco não possuir exposições diretas em commodities e da totalidade de sua carteira de ações estar classificada como "Disponível para a Venda", uma vez que o foco da atuação do BNDES é o fomento ao mercado de capitais.

Dentre as atividades desenvolvidas pelo Departamento de Gestão de Risco de Mercado e Liquidez do BNDES no exercício de 2010, pode-se destacar: a aprovação da Política Corporativa de Classificação de Operações na Carteira de Negociação, na forma da Resolução n.º 1.981 de 03/08/2010 e a revisão da Política Corporativa de Gestão de Risco de Mercado e liquidez, aprovada pela Resolução n.º 2.021 de 09/11/2010; o relatório de descasamento por fator de risco, que acompanha mensalmente as posições líquidas do BNDES; as notas explicativas mensais; os informes trimestrais de risco de mercado; e o início da implantação a ser finalizada em 2011 do software de gestão de risco de mercado, contratado junto à empresa MAPS Soluções e Serviços, conforme contrato OCS 08/2010, firmado pela Diretoria do BNDES em 26/02/2010.

- **Risco de Crédito**

O risco de crédito é o risco associado à possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas nas renegociações e aos custos de recuperação. Desse modo, a gestão do risco de crédito no BNDES permeia todo o processo de concessão, monitoramento, cobrança e recuperação de créditos, englobando a atuação de diversas áreas.

A política corporativa de gestão de risco de crédito, aprovada durante o exercício de 2010, formalizou o processo de gestão do risco de crédito do BNDES e de suas subsidiárias, estabelecendo responsabilidades, princípios, diretrizes, processos e procedimentos necessários à identificação, mensuração, monitoramento, controle e mitigação dos riscos aos quais o BNDES está exposto. A formalização da política, bem como a estrutura de gerenciamento do risco de crédito no BNDES, cumpre as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 3.721/2009.

Com relação à apuração do capital regulamentar, as exposições ponderadas por fator de ponderação de risco (PEPR) são mensalmente calculadas e incorporadas ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) conforme os procedimentos determinados pela Circular nº 3.360/2007 do Banco Central do Brasil. Cabe destacar que, além da carteira de créditos da instituição, estão inseridos na parcela PEPR outros ativos como títulos e valores mobiliários, swaps e operações compromissadas. A apuração do Patrimônio de Referência Exigido é parte integrante do Documento de Limites Operacionais (DLO) enviado mensalmente ao Banco Central do Brasil.

Por outro lado, o BNDES também realiza a apuração de outros limites regulamentares internos e externos. Os limites de exposição por cliente e ao setor público, estabelecidos respectivamente por meio das Resoluções CMN nº 2.844/2001 e nº 2.827/2001, e suas alterações posteriores, são monitorados e inseridos em informes periódicos de distribuição interna. De modo semelhante, são monitorados os limites setoriais definidos pela Diretoria do BNDES e apurados diversos indicadores relacionados à carteira do BNDES como inadimplência e créditos baixados como prejuízo, qualidade da carteira e provisionamento, concentração por grupo econômico e por setor de atividade, entre outros. Os indicadores produzidos são analisados e inseridos no Informe de Gestão de Risco de Crédito, enviado mensalmente ao Comitê de Gestão de Riscos.

Adicionalmente, o BNDES elabora estimativas para os diferentes componentes do risco da carteira de créditos, com vistas a avaliar potenciais perdas financeiras. A probabilidade de inadimplência por faixa de risco é estimada com base na freqüência histórica, e as taxas de recuperação são calculadas a partir dos fluxos de recebimentos identificados para os contratos inadimplentes. Matrizes de migração de estados são estimadas para horizontes diversos e o valor em risco para a carteira de créditos é atualmente estimado com a utilização do modelo CreditRisk+.

Dentre as atividades desenvolvidas pelo Departamento de Gestão de Risco de Crédito durante o exercício de 2010, podem ser destacadas as seguintes:

a) aquisição de software específico para a gestão do risco de crédito, cuja implementação deverá ser concluída até o final do exercício de 2011;

b) aprovação da Política Corporativa de Gestão de Risco de Crédito;

c) elaboração trimestral do Relatório de Gestão de Risco de Crédito com o objetivo de prover um conjunto de informações e indicadores de modo a subsidiar o processo decisório da Alta Administração do BNDES;

d) Elaboração da Política Corporativa de Reavaliação de Garantias Reais.

35. Evento subsequente

A Presidência da República, por meio do Decreto n.º 7.439, de 16 de fevereiro de 2011, autorizou aumento de capital social no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no montante de até R$ 6.400.000 mil, sem emissão de ações, mediante a transferência de até 223.597.798 ações (ON) da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, excedentes à manutenção do controle acionário da União.

[1] A PCAM atual não considera instrumento conversível em BDR. A inclusão desse instrumento, embora altere a exposição cambial, não mudaria o valor da parcela regulamentar, uma vez que a exposição em 31/12/2010 continuaria sendo inferior a 5% do PR. Foi realizada consulta formal ao Banco Central para averiguar a necessidade de sua inclusão na exposição cambial.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100128

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

36. Informações complementares

Essa nota tem por objetivo relatar a correlação entre as contas patrimoniais e as contas de resultado.

R$ mil

	BNDES				
	Em 31 de dezembro				
	2010			2009	
	Balanço Patrimonial	Resultado 2º semestre	Resultado Acumulado	Balanço Patrimonial	Resultado Acumulado
BALANÇO PATRIMONIAL E RESULTADO		6.342.696	9.913.322		6.735.169
ATIVOS / RECEITAS	520.854.166	16.085.949	36.320.764	379.279.940	13.320.610
DISPONIBILIDADES	8.009	-	-	2.972	-
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	10.113.958	410.320	540.356	2.006.817	529.625
Aplicações - carteira de câmbio	1.689.615	164	265	991	279
Aplicações em operações compromissadas	24.343	6.011	15.069	5.826	98.624
Aplicações em Depósitos interfinanceiros	8.400.000	404.145	525.022	2.000.000	430.722
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	39.160.457	2.921.782	7.435.473	41.999.109	4.078.449
Fundo BB Extramercado	1.825.135	61.603	111.373	1.762.632	165.746
Debêntures	6.672.597	-	-	2.776.275	203.965
Debêntures disponíveis para venda	2.718.869	143.402	297.599	1.401.878	98.141
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	2.304.844	146.442	237.650	14.970.121	863.179
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	-	-	12.657.494	1.689.993
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	9.180.961	551.423	1.472.909	5.640.619	171.402
Títulos de renda fixa no exterior	7.563.684	783.176	2.159.365	-	-
CVS	5.954.840	567.855	887.832	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - ativo	833	40.657	925.621	90.976	479.719
Notas Promissórias	-	-	-	50.794	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.938.694	634.747	1.358.006	2.648.320	414.363
Outros títulos públicos	-	(31)	(31)	-	-
Outras receitas/despesas com TVM	-	(7.492)	(14.851)	-	(8.059)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO E RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	370.443.572	7.303.218	18.973.888	287.634.093	3.972.990
Créditos vinculados	25	-	-	26	-
Operações de Repasse	193.486.376	4.551.013	8.696.060	130.584.665	3.894.671
Operações de Crédito	176.957.171	2.752.205	10.277.828	157.049.402	78.319
PROVISÃO PARA RISCO DE CRÉDITO	(3.337.194)	831.335	3.032.063	(4.309.725)	(21.587)
Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito - debêntures	(2.670)	(23)	78.782	(81.451)	(74.497)
Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito - repasses	(702.841)	296.613	264.620	(967.460)	1.122.374
Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito - operações de crédito	(2.629.389)	569.863	611.259	(3.240.648)	(1.228.477)
Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito - Direitos Recebíveis	(2.294)	16.894	17.718	(20.011)	(12.513)
Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito - Venda a prazo de TVM	-	24	156	(155)	26
Baixas como prejuízo fiscal	-	(108.099)	(139.966)	-	(235.705)
Recuperações de crédito	-	56.063	2.199.494	-	407.205
OUTROS CRÉDITOS	12.317.657	1.419.165	2.235.847	8.089.048	676.960
Direitos Recebíveis	1.060.315	63.774	139.741	1.050.379	125.729
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	-	152	237	5.177	-
Créditos perante o tesouro nacional	1.784.273	861.745	1.364.791	409.483	405.094
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações	160.066	-	-	4.823	77
Créditos tributários	668.126	-	-	538.175	-
Antecipação de Dividendos/Juros s/ Capital Próprio	-	-	-	1.165.804	-
Operações da carteira de câmbio - ativo	1	49.859	99.934	1	59.018
Dividendos e bonificações em dinheiro a receber	997.577	105.351	138.000	965.961	36.884
Rendas a receber	772	-	-	601	-
Direitos a receber – Eletrobrás	7.172.194	-	-	3.500.000	-
Devedores por depósitos em garantia	139.679	-	-	136.583	-
Pagamentos a ressarcir	78.192	-	-	60.564	-
Incentivos fiscais	191.596	(4.700)	12.284	174.490	32.152
Diversos	64.866	342.984	480.860	77.007	18.006
OUTROS VALORES E BENS	284.376	(19.785)	(11.698)	245.687	(56.449)
Outros valores e bens	10.934	-	-	11.707	-
Despesas antecipadas	273.442	(19.785)	(11.698)	233.980	(56.449)
INVESTIMENTOS	91.724.009	3.227.644	4.129.525	43.503.563	4.155.716
Participações - equivalência patrimonial	-	3.153.165	4.054.643	-	4.155.579
Participações - dividendos	-	52	437	-	126
Participações - juros sobre o capital próprio	-	74.427	74.445	-	11
Participações - provisões	-	-	-	-	-
IMOBILIZADO DE USO	98.488	-	-	95.756	-
DIFERIDO	40.834	-	-	12.620	-
Depreciações	-	(7.730)	(14.690)	-	(15.094)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100129

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

R$ mil

	BNDES				
	Em 31 de dezembro				
	2010			2009	
	Balanço Patrimonial	Resultado 2º semestre	Resultado Acumulado	Balanço Patrimonial	Resultado Acumulado
PASSIVO E PATRIMÔNIO LíQUIDO / DESPESAS	520.854.166	(9.743.253)	(26.407.442)	379.279.940	(6.585.441)
DEPÓSITOS	21.573.906	(705.660)	(1.447.844)	26.229.927	(1.959.460)
Depósitos especiais - FAT	21.573.637	(705.660)	(1.353.073)	22.970.880	(1.563.518)
Depósitos Interfinanceiros	-	-	(94.771)	3.258.834	(394.105)
Depósitos vinculados	-	-	-	-	-
Depósitos a prazo - CDB	-	-	-	-	(1.837)
Depósitos Diversos	269	-	-	213	-
CAPTAÇÕES NO MERCADO	-	(43.981)	(758.137)	13.740.763	(325.128)
Obrigações por operações compromissadas	-	(43.981)	(758.137)	13.740.763	(325.128)
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	10.025	-	-	409	-
OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES	6.727.156	(230.867)	(446.595)	6.960.022	(462.026)
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	268.143.974	(3.424.484)	(11.057.522)	157.659.225	4.805.868
Empréstimos no país	5.474.293	(161.303)	(309.585)	5.776.856	(329.334)
Empréstimos no exterior	7.255.171	209.906	(204.874)	4.428.609	798.920
Empréstimos no exterior - bônus	7.255.171	209.906	(204.874)	4.428.609	798.920
Repasses no país	242.891.559	(4.192.707)	(10.655.541)	135.418.903	746.864
Repasses no país - Tesouro Nacional	234.798.923	(4.026.424)	(10.260.048)	127.277.372	978.898
Repasses no país - Controladas	981.914	(180.836)	(386.930)	2.888.919	(204.577)
Repasses no país - FMM	7.076.244	15.951	(5.809)	5.213.762	76.934
Repasses no país - Outros	34.478	(1.398)	(2.754)	38.850	(104.391)
Repasses no exterior	12.522.951	719.620	112.478	12.034.857	3.589.418
OUTRAS OBRIGAÇÕES	34.576.516	(2.400.113)	(6.094.706)	35.146.578	(4.274.709)
Operações da carteira de câmbio - passivo	-	(75.247)	(115.200)	-	(187.941)
Impostos e contribuições sobre o lucro	-	(567.697)	(2.397.764)	462.097	(1.063.457)
Outros impostos e contribuições	59.676	(193.120)	(381.331)	68.535	(391.296)
Vinculadas ao Tesouro Nacional	6.523	(2.104)	(4.157)	2.366	(3.932)
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	31.400.472	195.351	406.434	30.633.511	430.536
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis	120.157	16.925	22.536	145.385	642.356
Dividendos e Juros s/ capital próprio a pagar	-	(69.577)	(176.464)	1.589.345	(1.344.643)
Obrigações com mutuários	44	-	-	(1.399)	-
Contas a pagar - FAPES	540.635	(57.052)	(74.964)	520.924	(68.314)
Instrumentos financeiros derivativos - passivo	234.305	(914.067)	(2.073.673)	237.273	(1.060.591)
Passivo atuarial - FAMS	615.103	(41.075)	(120.684)	506.012	(73.464)
Provisão para programa de desligamento de funcionários	66.137	17.138	28.692	94.829	12.021
Impostos e contruibuições diferidos	206.580	-	-	134.194	-
Obrigações por depósitos a apropriar	881.923	-	-	381.774	-
Diversas	444.961	(709.588)	(1.208.131)	371.732	(1.165.984)
INSTRUMENTOS HIBRÍDOS DE CAPITAL E DÍVIDA	13.234.016	(642.739)	(1.283.521)	12.388.916	(677.636)
Secretaria do Tesouro Nacional	13.234.016	(642.739)	(1.283.521)	12.388.916	(677.636)
DÍVIDAS SUBORDINADAS	110.689.308	(2.295.409)	(5.319.117)	99.526.056	(3.692.350)
FAT - Recursos Constitucionais	110.689.308	(2.295.409)	(5.319.117)	99.526.056	(3.692.350)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	65.899.265	-	-	27.628.044	-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100130

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

R$ mil

	Consolidado				
	Em 31 de dezembro				
	2010			2009	
	Balanço Patrimonial	Resultado 2º semestre	Resultado Acumulado	Balanço Patrimonial	Resultado Acumulado
BALANÇO PATRIMONIAL E RESULTADO		6.342.696	9.913.322		6.735.169
ATIVOS / RECEITAS	549.019.962	21.079.984	43.308.998	386.633.271	17.299.214
DISPONIBILIDADES	15.897	-	-	4.750	-
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	10.113.958	410.320	540.356	2.006.817	529.625
Aplicações em carteira de câmbio	1.689.615	164	265	991	279
Aplicações em operações compromissadas	24.343	6.011	15.069	5.826	98.624
Aplicações em Depósitos interfinanceiros	8.400.000	404.145	525.022	2.000.000	430.722
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	145.932.886	6.141.233	10.870.259	54.546.803	5.137.520
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	5.954.840	576.860	896.837	5.640.619	171.402
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	9.180.960	555.274	1.328.817	14.970.121	851.970
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	7.563.685	779.325	2.303.457	12.657.494	1.701.202
Debêntures	3.777.312	1.048.835	1.477.778	8.774.616	659.069
Debêntures disponíveis para venda	14.064.760	146.442	237.650	3.667.158	98.141
Fundo BB Extramercado	3.965.698	175.614	310.572	4.397.662	315.534
Ações, certificados de ações e bônus de subscrição	95.907.607	61.999	61.999	69.159	-
Cotas de fundos de investimento	2.022.829	22.515	(122.084)	1.579.884	454.179
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros - ativo	833	40.657	925.621	90.976	479.719
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável - ativo	555.668	2.106.488	2.106.488	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.938.694	634.747	1.358.006	2.648.320	414.363
Notas Promissórias	-	-	-	50.794	-
Outras receitas/despesas com TVM	-	-	-	-	(8.059)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO E RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	365.789.955	7.227.439	19.316.186	288.321.843	4.588.081
Créditos vinculados	25	(2)	(1)	26	(3)
Operações de Repasse	181.321.049	4.888.364	9.019.771	122.856.700	7.213.892
Operações de Crédito	184.468.881	2.339.077	10.296.415	165.465.117	(2.625.808)
PROVISÃO PARA RISCO DE CRÉDITO	(4.267.310)	916.027	2.851.777	(4.974.295)	(5.702)
Reversão(constituição) de provisão para risco de créd - debêntures	(3.331)	167.140	262.596	(265.926)	(120.267)
Reversão(constituição) de provisão para risco de créd - repasses	(1.083.836)	242.289	152.211	(1.236.047)	1.082.214
Reversão(constituição) de provisão para risco de créd - operações de crédito	(3.131.101)	509.660	283.874	(3.414.975)	(1.173.297)
Reversão(constituição) de provisão para risco de créd - Direitos Recebíveis	(38.785)	(16.050)	(12.269)	(26.517)	(3.524)
Reversão(constituição) de provisão para risco de créd - Venda prazo de TVM	(10.257)	1.133	20.573	(30.830)	6.401
Baixas como prejuízo fiscal	-	(109.308)	(141.212)	-	(235.783)
Recuperações de crédito	-	121.163	2.286.004	-	438.554
OUTROS CRÉDITOS	19.441.674	2.685.753	3.956.855	12.379.549	3.136.131
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	1.279.922	55.030	136.246	1.107.525	257.786
Direitos Recebíveis	2.721.725	70.152	146.846	1.069.946	133.508
Operações da carteira de câmbio - ativo	1	49.859	99.934	1	59.018
Dividendos e bonificações em dinheiro a receber	1.909.393	194.191	279.651	2.132.277	2.046.836
Créditos perante o tesouro nacional	3.547.589	1.978.651	2.761.538	785.813	495.439
Créditos tributários	1.362.244	-	-	1.503.136	-
Antecipação de dividendos /Juros s/ capital Próprio	-	-	-	1.165.804	-
Devedores por depósitos em garantia	471.148	-	-	151.478	-
Incentivos fiscais	462.695	(7.356)	46.619	405.394	111.955
Pagamentos a ressarcir	18.846	-	-	19.343	-
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações	422.025	1.874	4.198	453.022	13.307
Direitos a receber – Eletrobrás	7.172.194	-	-	3.500.000	-
Diversos	73.892	343.352	481.823	85.810	18.282
OUTROS VALORES E BENS	285.459	(19.785)	(11.698)	296.497	(56.449)
Outros valores e bens	10.934	-	-	11.707	-
Despesas antecipadas	274.525	(19.785)	(11.698)	284.790	(56.449)
INVESTIMENTOS	11.568.121	3.730.534	5.807.187	33.942.932	3.989.865
Participações - equivalência patrimonial	-	301.147	439.393	-	778.115
Participações - dividendos	-	116.006	635.639	-	1.307.168
Participações - juros sobre o capital próprio	-	1.003.570	1.638.110	-	1.119.280
Participações - resultado com transações	-	2.349.786	3.238.442	-	1.158.801
Participações - prêmios e comissões	-	-	(2)	-	50
Participações - provisões	-	(39.975)	(144.395)	-	(373.549)
IMOBILIZADO DE USO	98.488	-	-	95.756	-
INTANGÍVEL	40.834	-	-	12.619	-
Depreciações	-	(11.537)	(21.924)	-	(19.860)

(continuação)

R$ mil

	Consolidado				
	Em 31 de dezembro				
	2010			2009	
		Resultado			
	Balanço Patrimonial	2º semestre	Resultado Acumulado	Balanço Patrimonial	Resultado Acumulado
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO / DESPESAS	549.019.962	(14.737.288)	(33.395.676)	386.633.271	(10.564.045)
DEPÓSITOS	-	-	-	26.229.927	(1.959.460)
Depósitos vinculados	-	-	-	-	-
Depósitos especiais - FAT	21.573.637	(705.660)	(1.353.073)	22.970.880	(1.563.518)
Depósitos Interfinanceiros	-	-	(94.771)	3.258.834	(394.105)
Depósitos a prazo - CDB	-	-	-	-	(1.837)
Depósitos Diversos	269	-	-	213	-
CAPTAÇÕES NO MERCADO	-	(43.981)	(758.137)	13.740.763	(325.128)
Obrigações por operações compromissadas	-	(43.981)	(758.137)	13.740.763	(325.128)
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	10.025	-	-	409	-
Recursos em trânsito de terceiros	10.025	-	-	409	-
OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES	12.726.922	(477.430)	(937.687)	10.559.270	(728.987)
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	272.186.665	(4.487.790)	(13.130.508)	159.317.381	2.934.690
Empréstimos no país	5.474.293	(161.303)	(309.585)	5.776.856	(329.334)
Empréstimos no exterior	7.255.171	209.906	(204.874)	4.428.609	798.920
Empréstimos no exterior - bônus	7.255.171	209.906	(204.874)	4.428.609	798.920
Repasses no país	246.934.250	(5.256.013)	(12.728.527)	137.077.059	(1.124.314)
Repasses no país - Tesouro Nacional	239.823.527	(4.390.451)	(10.955.589)	131.824.447	593.474
Repasses no país - FMM	7.076.244	15.951	(5.809)	5.213.762	76.934
Repasses no país - Outros	34.479	(881.513)	(1.767.129)	38.850	(1.794.722)
Repasses no exterior	12.522.951	719.620	112.478	12.034.857	3.589.418
OUTRAS OBRIGAÇÕES	52.699.855	(6.084.279)	(10.518.862)	37.242.505	(6.115.174)
Operações da carteira de câmbio - passivo	-	(75.247)	(115.200)	-	(187.941)
Dividendos e Juros sobre o capital próprio a pagar	-	(69.577)	(176.464)	1.589.345	(1.344.643)
Impostos e contribuições sobre o lucro	551.960	(2.002.901)	(4.286.305)	1.371.711	(2.236.550)
Outros impostos e contribuições	110.111	(338.114)	(594.446)	105.258	(545.785)
Provisão para Imposto de renda diferido	15.667.263	-	-	154.603	-
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	31.406.440	195.339	406.393	30.633.518	429.449
Vinculadas ao Tesouro Nacional	128.862	(25.984)	(66.621)	62.241	(112.112)
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis	661.568	5.126	26.436	692.900	584.812
Obrigações com mutuários	44	-	-	(1.399)	-
Credores vinculados liquidação operação	96.265	-	-	107.005	-
Contas a pagar - FAPES	702.450	(74.460)	(102.368)	677.511	(88.944)
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros - passivo	234.305	(2.669.209)	(3.828.815)	237.273	(1.060.591)
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável - passivo	483.569	-	-	-	-
Passivo atuarial - FAMS	777.818	(50.109)	(135.208)	680.398	(89.600)
Provisão para programa de desligamento de funcionários	95.143	26.443	42.061	137.204	11.560
Obrigações por depósitos a apropriar	881.923	-	-	381.774	-
Diversas	902.134	(1.005.586)	(1.688.325)	413.163	(1.474.829)
INSTRUMENTOS HIBRÍDOS DE CAPITAL E DÍVIDA	13.234.016	(642.739)	(1.283.521)	12.388.916	(677.636)
Secretaria do Tesouro Nacional	13.234.016	(642.739)	(1.283.521)	12.388.916	(677.636)
DÍVIDAS SUBORDINADAS	110.689.308	(2.295.409)	(5.319.117)	99.526.056	(3.692.350)
FAT - Recursos Constitucionais	110.689.308	(2.295.409)	(5.319.117)	99.526.056	(3.692.350)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	65.899.265	-	-	27.628.044	-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100132

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Miguel Jorge – Presidente
Luciano Galvão Coutinho – Vice-Presidente
Alessandro Golombiewski Teixeira
Carlos Roberto Lupi
Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira
Artur Henrique da Silva Santos
Paulo Bernardo Silva
Luiz Eduardo Melin de Carvalho e Silva
Pedro Luiz Carneiro de Mendonça

CONSELHO FISCAL
Reginaldo Braga Arcuri
Carlos Eduardo Esteves Lima
André Luiz Barreto de Paiva Filho
Clayton Campanhola – Suplente
Francisco Moreira da Cruz Filho – Suplente
Eduardo Coutinho Guerra – Suplente

COMITÊ DE AUDITORIA
João Paulo dos Reis Velloso
Attilio Guaspari
Paulo Roberto Vales de Souza

DIRETORIA
Luciano Galvão Coutinho – Presidente
Armando Mariante Carvalho Junior – Vice-Presidente
João Carlos Ferraz
Elvio Lima Gaspar
Eduardo Rath Fingerl
Maurício Borges Lemos
Wagner Bittencourt de Oliveira
Luiz Fernando Linck Dorneles

SUPERINTENDÊNCIA DA ÁREA FINANCEIRA
Selmo Aronovich

CHEFIA DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
Vânia Maria da Costa Borgerth - CRC-RJ 064.817/4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Acionista e Administradores do
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES
Rio de Janeiro – RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa nº 15, as demonstrações financeiras de certas sociedades coligadas, nas quais a controlada BNDES Participações S.A. – BNDESPAR possui investimentos em 31 de dezembro de 2010, no valor de R$3.921.961 mil e cujo ganho líquido apurado pelo método de equivalência patrimonial totaliza R$528.064 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, utilizadas para fins de avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, foram elaboradas com base nas normas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009. Não foi possível quantificar os efeitos, caso essas demonstrações financeiras tivessem sido preparadas com base nas normas contábeis com vigência para 2010.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, com exceção dos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES em 31 de dezembro de 2010, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2010, individual e consolidada, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração não é obrigatória para o Banco, sendo uma informação suplementar, a qual foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 27 de janeiro de 2010, que não conteve nenhuma modificação. As normas de auditoria anteriormente vigentes permitiam divisão de responsabilidade, portanto, as demonstrações financeiras de empresas coligadas em que a controlada BNDES Participações S.A. - BNDESPAR possuía investimentos em 31 de dezembro de 2009 no valor de R$8.306.612 mil, que representava 2,15% do total dos ativos consolidados e 30,07% do patrimônio líquido e cujo ganho líquido apurado pelo método de equivalência patrimonial totalizava R$528.321 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foram examinadas por outros auditores independentes, cujos pareceres não continham ressalva. Nossa opinião no que se refere aos valores desse investimento e do correspondente resultado de equivalência patrimonial foi baseada nos pareceres daqueles outros auditores.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2011.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Marcelo Cavalcanti Almeida
Contador
CRC 1RJ 036.206/O-5

PARECER N.º 01 / 2011 – CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 22 do Estatuto do BNDES, c/c Art. 163, VI e VII da Lei Nº 6.404/76, examinou o Relatório de Administração, bem como as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício encerrado em 31/12/10 e, com base em seu exame e no Parecer dos Auditores Externos DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES, de 18/2/11, é de opinião que os referidos documentos societários representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BNDES, em 31/12/10, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado às operações, correspondentes ao exercício encerrado naquela data, e estão de acordo com as práticas contábeis previstas na legislação societária e com a Circular 2.990, de 28/6/2000, expedida pelo Banco Central do Brasil.

Na mesma ocasião, o Conselho Fiscal também examinou a proposta de destinação do lucro acumulado no exercício (R$ 10.144.769.811,88) já contemplada nas demonstrações contábeis, com a qual concorda, a seguir discriminada:

a) 5%, correspondente ao valor de R$ 507.238.490,59 (quinhentos e sete milhões, duzentos e trinta e oito mil, quatrocentos e noventa reais e cinqüenta e nove centavos), para a constituição da Reserva Legal;
b) R$ 20.184.420,30 (vinte milhões, cento e oitenta e quatro mil, quatrocentos e vinte reais e trinta centavos) correspondentes ao total de incentivos fiscais registrados no exercício, para constituição da Reserva de Incentivos Fiscais;
c) 25%, após constituição da Reserva Legal e da Reserva de Incentivos Fiscais, a título de dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R$ 2.404.336.725,25 (dois bilhões, quatrocentos e quatro milhões, trezentos e trinta e seis mil, setecentos e vinte e cinco reais e vinte e cinco centavos), cujo pagamento já foi realizado com base no balanço de 30/6/10;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100133

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

d) R$ 1.072.924.172,66 (um bilhão, setenta e dois milhões, novecentos e vinte e quatro mil, cento e setenta e dois reais e sessenta e seis centavos) a título de dividendos complementares, cujo pagamento já foi realizado com base no balanço de 30/6/10;
e) 15%, após constituição da Reserva Legal e da Reserva de Incentivos Fiscais, no valor de R$ 1.442.602.035,15 (um bilhão, quatrocentos e quarenta e dois milhões, seiscentos e dois mil, trinta e cinco reais e quinze centavos) para a constituição de Reserva para Futuro Aumento de Capital; e
f) R$ 4.697.483.967,93 (quatro bilhões, seiscentos e noventa e sete milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, novecentos e sessenta e sete reais e noventa e três centavos), equivalente ao saldo remanescente do lucro acumulado no exercício, para a constituição de Reserva de Margem Operacional.

Rio de Janeiro (RJ), 16 de março de 2011

Reginaldo Braga Arcuri
Carlos Eduardo Esteves Lima
André Luiz Barreto de Paiva Filho

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

1- INTRODUÇÃO

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social, por meio do Decreto nº 5.212, de 22 de setembro de 2004, teve o seu Estatuto Social alterado para o fim de instituir o Comitê de Auditoria. Posteriormente, por meio do Decreto nº 6.322, de 21 de dezembro de 2007, alterou novamente seu Estatuto Social para adaptar a composição do Comitê de Auditoria ao que estabelece a Resolução nº 3.416, de 24 de outubro de 2006, do Conselho Monetário Nacional.

Conforme faculta o *caput* do artigo 11, da Resolução n° 3.198, do Banco Central do Brasil, de 27 de maio de 2004, foi adotado o formato de comitê único para as empresas que compõem o Sistema BNDES.

O Comitê reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, tem independência no exercício de suas atribuições e sua atuação é permanente. Atualmente é composto por três membros, sendo que o seu coordenador atualmente é membro do Conselho de Administração da BNDESPAR, já tendo exercido diversos mandatos em Conselhos de Administração das empresas do Sistema BNDES.

O Comitê reúne-se ordinariamente, uma vez por trimestre, e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Para as avaliações que requerem maior grau de aprofundamento, bem como análise de documentação e de procedimentos, um de seus membros realiza esse trabalho de campo e depois reporta aos demais membros do Comitê.

2- ATIVIDADES

Durante o exercício de 2010, ocorreram reuniões do Comitê de Auditoria, ou de um de seus membros, com executivos e dirigentes do Sistema BNDES, seja para tratar de aspectos gerais relacionados a controles internos, seja para tratar de questões específicas.

Entre as matérias tratadas destacam-se:

- evolução e desenvolvimento das atividades relacionadas à Gestão de Risco, para as quais foi criada uma unidade específica, denominada de Área de Gestão de Risco, bem como há um Comitê de Gestão de Riscos constituído por membros da Diretoria do Sistema BNDES;
- desenvolvimento de projeto de reformulação operacional conjunta com a da plataforma de Tecnologia de Informação, que objetiva obter uma maior integração entre processos e tecnologia; aumentar a flexibilidade, com segurança; e favorecer a eficiência e agilidade operacional. Esse projeto, de Gestão Integrada de Recursos, denominado de AGIR, é conduzido por uma secretaria executiva, e conta com o suporte de uma consultoria externa;
- atividades no âmbito da unidade de Tecnologia de Informação e Processo;
- atividades da Ouvidoria, que passou por um processo de reformulação e aprimoramento;
- procedimentos relacionados à migração da contabilidade para as normas internacionais, *International Financial Reporting Standards* (IFRS);
- avaliação e acompanhamento das medidas tomadas no âmbito do Sistema BNDES para aprimorar o controle das operações de crédito agrícola, conduzidas por agentes financeiros, quando das alterações de sua condições contratuais (renegociações) por conta de decisões emanadas pelo Conselho Monetário Nacional;
- acompanhamento da evolução de processos judiciais relevantes; e
- política do Sistema no apoio ao fortalecimento e internacionalização do setor frigorífico.

O Comitê de Auditoria reuniu-se também com os representantes da auditoria independente, Delloite Touche Tohmatsu Auditores Independentes (Deloitte), para analisar e discutir os relatórios e pareceres emitidos pela empresa de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, suas subsidiárias a BNDES Participações S/A – BNDESPAR e a Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME e dos fundos administrados pelo BNDES.

As reuniões ocorreram tanto quando da análise das demonstrações trimestrais (primeiro e terceiro trimestres), como quando da análise das demonstrações do primeiro semestre e do exercício de 2010.

As demonstrações da BNDESPAR e do consolidado do Sistema BNDES, a partir do exercício de 2010, inclusive, passam a ser apresentadas segundo os critérios do *International Financial Reporting Standards* - IFRS, em atenção ao que dispõem as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e de conformidade com as normas e procedimentos contábeis aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Com relação às demonstrações do BNDES, suas normas são estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, que ainda não homologou todos os pronunciamentos contábeis, que regulamentam as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para as instituições financeiras. Não obstante, a Administração do BNDES optou por já incorporar todos os aspectos desses pronunciamentos que não sejam conflitantes com as normas bancárias, de forma a reduzir as diferenças de práticas contábeis.

A adoção do IFRS, no âmbito do Sistema BNDES, teve como reflexo mais significativo a mudança do critério de contabilização do investimento em participações societárias, que não se caracterizem como investimentos em coligadas. Esses investimentos passaram a ser classificados como instrumentos financeiros disponíveis para venda, registrados em conta de Títulos e Valores Mobiliários e sua contabilização passou a ser pelo método do valor justo. O impacto bruto dessa alteração foi um acréscimo de R$ 43,3 bilhões, no Ativo Total, que correspondeu a 82% do valor anterior da carteira. O impacto líquido no Patrimônio Líquido, descontada a provisão para o Imposto de Renda a ser pago quando da monetização desses ativos, foi de R$ 29,4 bilhões

O parecer emitido pela Deloitte, referente ao exercício de 2010, apresentou uma ressalva decorrente do fato de que duas empresas coligadas, do setor de energia, não apresentaram suas demonstrações financeiras segundo os critérios do IFRS. As empresas do setor elétrico, em virtude de indefinições sobre alguns procedimentos básicos para adequação às novas normas, vinham adotando os critérios contábeis vigentes até 31 de dezembro de 2009. Dessa forma, a parcela do resultado dessas duas empresas, incorporada aos resultados do Sistema BNDES por equivalência patrimonial, foi apurada com base nos critérios anteriores à adoção do IFRS.

Afora essa ressalva, o parecer atesta que as demonstrações financeiras do BNDES, de suas subsidiárias e dos fundos por ele administrados foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A carteira de participações, que teve expressiva recuperação, após a crise financeira que se iniciou no segundo semestre de 2008, foi responsável por significativa parcela do resultado do Sistema. Em 2010 esse resultado foi de R$ 6,2 bilhões, contra R$ 4,0 bilhões em 2009. Desses resultados, a alienação de ativos foi responsável por R$ R$ 3,2 bilhões em 2010, sendo que em 2009 a alienação gerou um resultado de R$ 1,2 bilhão.

A carteira de empréstimos e financiamentos continua apresentando uma posição saudável, com 98,5% de seus créditos classificados entre os níveis AA e C, considerados de baixo risco, contra uma média de 92,6% no Sistema Financeiro Nacional.

No exercício de 2010, além da implementação das normas do IFRS nas demonstrações financeiras, destacam-se os seguintes aspectos.

a) o ingresso de recursos oriundos do Tesouro Nacional, sob a forma de empréstimo, no valor de R$ 104,7 bilhões, que vêm se somar aos R$ 100,0 bilhões, originários da mesma fonte, que ingressaram em 2009;
b) a recuperação de Créditos em Liquidação, decorrente da renegociação da dívida da Southern Eletric do Brasil, SEB, agora sob novo controle acionário. Essa recuperação gerou uma receita com reversão de Provisão para Risco de Crédito de R$ 2,1 bilhões;
c) aporte de capital do BNDES, pela União, de R$ 7,2 bilhões, sendo R$ 4,5 bilhões mediante a transferência de ações da Petrobrás e R$ 2,7 bilhões mediante a transferência de direitos decorrentes de adiantamentos para futuro aumento de capital na Eletrobrás; e
d) aquisição de ações da Petrobrás, no valor de R$ 24,7 bilhões, sendo R$ 22,4 bilhões pela BNDESPAR e R$ 2,3 bilhões pelo BNDES;

Como fato subseqüente, destaque para o Decreto nº 7.439, de 16 de fevereiro de 2011, que entre outras providências autorizou o aumento de capital do BNDES, de até R$ 6,4 bilhões, mediante a transferência de ações da Petrobrás.

Com relação aos índices operacionais prudenciais, estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, o Sistema BNDES encontra-se confortavelmente enquadrado, conforme o demonstrado a seguir: índice de Basiléia de 18,6%, quando o mínimo é 11%; Índice de Exposição Cambial de 0,6%, quando o teto máximo é de 30%; índice de Exposição ao Setor Público de 19,3% contra um limite superior de 45%; e, finalmente, Índice de Imobilização de 0,4%, sendo que o limite máximo é 50%.

Foi constatado que os exames das auditorias, tanto a interna como a independente, não registraram ocorrências que pudessem caracterizar descumprimento dos dispositivos legais, regulamentares e normativos aplicáveis ao Sistema BNDES. A esse respeito, vale registrar que a Secretaria Federal de Controle Interno, da Controladoria-Geral da União, emitiu, em 18 de junho de 2008, Certificado de Auditoria considerando Regular, Sem Ressalvas, a gestão dos administradores do Sistema BNDES durante o exercício de 2007. Em 2008, o Tribunal de Contas da União, TCU, julgou as contas de todas as empresas do Sistema BNDES, e fundos administrados, relativas ao exercício de 2006. Todas as contas foram aprovadas como Regulares, sendo a maioria Sem Ressalvas. No exercício de 2009, o TCU julgou regulares com ressalvas as contas do Fundo de Garantida para a Promoção da Competitividade, FGPC, relativa ao exercício de 2007, e do BNDES, relativa ao exercício de 2005.

Em 2010, o TCU julgou regulares as contas do BNDES, FINAME e BNDESPAR referentes a 2007 e 2008. O julgamento relativo às contas de 2007 se deu em 24 de setembro; e o relativo às contas de 2008 se deu em 19 de outubro.

Com base nos esclarecimentos prestados durante as reuniões e na análise dos documentos recebidos, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração que se manifeste favoravelmente à aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2010.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2011.

João Paulo dos Reis Velloso
Coordenador

Paulo Roberto Vales de Souza
Membro

Attilio Guaspari
Membro

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100134

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. – BNDESPAR
CNPJ: Nº. 03.383.281/0001-09
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Senhor acionista e demais interessados:

Apresentamos o Relatório da Administração e as informações financeiras anuais da BNDES Participações S.A. relativas exercício findo em 31 de dezembro de 2010. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e, quando aplicável, em consonância com as normas seguidas pelo seu acionista controlador, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

I. CENÁRIO MACROECONÔMICO

A recente situação fiscal dos países da Zona do Euro vem se consolidando como um ponto vulnerável da recuperação da economia mundial. O expressivo crescimento dos déficits fiscais a partir de 2007-2008, cuja intenção seria combater os efeitos recessivos da crise internacional, gerou forte elevação do endividamento público como proporção do PIB na Europa, em especial de Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha. Essa combinação vem desencadeando uma aguda desconfiança nos mercados internacionais, elevando os custos não apenas de novas emissões de dívida soberana por esses países, mas também de rolagem/refinanciamento dos compromissos vigentes. Mesmo com a adoção de um pacote de financiamento à região no valor de € 750 bilhões, arquitetado pelas principais economias da Zona do Euro, os *spreads* de CDS – *Credit Default Swap* (uma medida de risco) dos países em situação fiscal mais frágil continuam em níveis elevados.

Ao longo do segundo semestre de 2010, a principal novidade na economia internacional foi o novo ciclo de quantitative easing (QE2) levado a cabo pelo FED, banco central americano. Essa política, de expansão monetária com compra de títulos visava a estimular a retomada da economia americana. Os principais efeitos, porém, fizeram-se sentir nos mercados cambiais, de commodities e financeiros. Diversos países viram suas moedas se valorizarem perante o dólar nesse período. Em reunião do G-20, chegou-se a cunhar a expressão "Guerra Cambial" para caracterizar o momento. Outro mercado que foi profundamente afetado pelo QE2 foi o de commodities, cujos preços já recuperaram ou até mesmo ultrapassaram os recordes observados em 2007. Esse movimento levou a um aumento na inflação em diversos países, no Brasil inclusive. A China, que mantém sua moeda relativamente atrelada ao dólar, e que tem um peso relevante de alimentos na composição de sua inflação, já iniciou um ciclo de aperto monetário.

No Brasil, o cenário econômico, ao final de 2010, mostrou-se benigno no que diz respeito ao crescimento econômico. O PIB a preços de mercado registrou, no terceiro trimestre de 2010, crescimento de 6,7% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Esse resultado deveu-se, basicamente, à formação bruta de capital fixo, que cresceu 21,2% no terceiro trimestre de 2010 em relação ao mesmo período do ano passado. O consumo das famílias - crescimento de 5,9% no mesmo período -.já apresenta sinais de desaceleração na margem enquanto o investimento mantém o crescimento marginal robusto.

Com relação ao balanço de pagamentos, as transações correntes apresentaram um déficit de US$ 11,4 bilhões (2,3% do PIB em 12 meses), saldo ligeiramente superior ao observado no mesmo período de 2009 (1,17% do PIB em 12 meses). As exportações do terceiro trimestre de 2010 foram 11,3% superiores àquelas do período equivalente em 2009, ao passo que as importações sofreram aumento de 40,9%. O déficit em transações correntes pode ser explicado pela desvalorização do dólar frente ao real, resultado deficitário de serviços e rendas (US$ 50,5 bilhões acumulados de janeiro até setembro de 2010 contra US$ 35,8 bilhões no mesmo período de 2009), assim como o crescente déficit de viagens internacionais (US$ 3 bilhões no terceiro trimestre de 2010 contra US$ 1,7 bilhões no mesmo trimestre de 2009). O resultado líquido da conta de capitais avançou 52%, passando de US$ 205 milhões para US$ 312 milhões entre 2009 e 2010.

No que diz respeito à inflação, o IPCA apresentou variação de 5,9% em 12 meses. Alimentos e bebidas foram os principais responsáveis por este resultado, por apresentarem alta nos preços de itens específicos como carnes, açúcar e trigo. Para 2011, as expectativas apontam para uma inflação acima do centro da meta. No entanto, é de se esperar que o ciclo de expansão dos preços das commodities arrefeça, reduzindo, assim, as pressões inflacionárias no médio prazo.

Para 2011, espera-se que a economia brasileira siga crescendo, porém a uma taxa mais próxima de 4,5%, novamente impulsionada pela expansão da demanda doméstica. O destaque é a forte retomada dos investimentos. O crescimento do Brasil em 2011, acima da média mundial, virá acompanhado de maior déficit em transações correntes.

II. A EMPRESA

A BNDESPAR é uma sociedade por ações, constituída em 1982, subsidiária integral do BNDES. Sua atuação é pautada pelas diretrizes estratégicas formuladas em conjunto com o BNDES e direcionada a apoiar o processo de capitalização e o desenvolvimento de empresas nacionais. A BNDESPAR atua principalmente através de participações societárias de caráter minoritário e transitório, buscando oferecer apoio financeiro às empresas brasileiras sob a forma de capital de risco e, simultaneamente, estimular o fortalecimento e a modernização do mercado de valores mobiliários.

Visando a possibilidade de negociar títulos de sua emissão em mercado, desde 1998 a BNDESPAR possui registro de empresa aberta junto a Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Desde 2001 as atividades operacionais da BNDESPAR estão totalmente integradas ao BNDES, sendo executadas principalmente por meio da Área de Mercado de Capitais (AMC) e da Área de Capital Empreendedor (ACE). Estas áreas reúnem profissionais especializados na análise de investimento e desinvestimento em ações, debêntures e fundos.

A AMC concentra as atividades de investimento, desinvestimento e acompanhamento da carteira de renda variável relacionada a grandes empresas, enquanto a ACE responde pelas atividades de renda variável relacionadas a operações diretas com pequenas e médias empresas e operações indiretas por meio de fundos fechados de investimentos. Esta segregação tem como objetivo intensificar as operações da BNDESPAR e melhor administrar os seus ativos.

III. ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/10

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

R$ milhões, exceto percentuais

Resultado	2010	2009	Evolução %	4° TRIM/10	4° TRIM/09	Evolução %
Resultado com Participações Societárias (RPS)	5.860	6.575	(10,9)	1.248	835	49,5
Resultado com Operações Financeiras	(275)	(597)	(53,9)	135	(208)	(164,9)
Outras receitas (despesas) operacionais	(380)	1.646	(123,1)	(189)	1.861	(110,2)
Tributação sobre o Lucro	(1.490)	(1.831)	(18,6)	(323)	(661)	(51,1)
Participação dos Empregados no Lucro	(46)	(17)	170,6	(46)	(17)	170,6
Lucro Líquido (LL)	3.669	5.776	(36,5)	825	1.810	(54,4)
Resultado líquido da marcação a valor justo das debêntures e dos derivativos ligados a participações acionárias	**2010**	**2009**	**Evolução %**	**4° TRIM/10**	**4° TRIM/09**	**Evolução %**
Resultado com Participações Societárias (RPS)	5.509	6.679	(17,5)	1.664	1.557	6,9
Tributação sobre o Lucro	(1.371)	(1.866)	(26,6)	(464)	(906)	(48,8)
Lucro Líquido (LL)	3.437	5.845	(41,2)	1.100	2.287	(51,9)
Balanço Patrimonial	**DEZ/10**	**DEZ/09**	**Evolução %**	**DEZ/10**	**SET/10**	**Evolução %**
Ativo Total (AT)	125.823	108.753	15,7	125.823	121.335	3,7
Títulos e Valores Mobiliá [1/]	16.523	12.420	33,0	16.523	15.314	7,9
Outros Créditos	6.410	6.981	(8,2)	6.410	4.416	45,2
Participações Societárias [1/] (PS)	102.890	89.352	15,2	102.890	101.605	1,3
Obrigações por emissão de debêntures	6.000	3.599	66,7	6.000	3.821	57,0
Obrigações por empréstimos	14.276	9.232	54,6	14.276	29.928	(52,3)
Outras Obrigações	19.045	22.567	(15,6)	19.045	17.534	8,6
Patrimônio Líquido (PL)	86.502	73.355	17,9	86.502	70.052	23,5
	2010	**2009**		**4° TRIM/10**	**4° TRIM/09**	
Patrimônio Líquido/Ativo Total (PL/ AT)	68,75%	67,45%		68,75%	67,45%	
Participações Societárias/ Ativo Total (PS / AT)	81,77%	82,16%		81,77%	82,16%	
Retorno s/ Ativos (LL/ AT médio) [3]	3,13%	6,74%		0,67%	1,78%	
Retorno s/ PL (LL/ PL médio) [4]	4,59%	11,11%		1,05%	2,79%	
Result. de Partic. Societ./ Participações Societária [4/]	6,10%	9,39%		1,22%	0,98%	

[1/] Sem o total das participações em não coligadas
[2/] Inluir participações em coligadas (investimentos) e não coligada
[3/] Atmédio = (AT inicial + AT final) / 2
[4/] PLmédio = (PL inicial + PL final) / 2
[5/] PSmédio = (PS inicial + PS final) / 2

Em 2010 a BNDESPAR aplicou todos os Pronunciamentos Contábeis e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Os principais efeitos destas aplicações estão evidenciados na Nota Explicativa nº 3 às Demonstrações Contábeis de 31/12/10, e encontram-se resumidos a seguir:

a) a marcação a valor justo dos investimentos em companhias não-coligadas, os quais passaram a ser classificadas como títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e não mais como outros investimentos, avaliados pelo custo de aquisição. O ajuste a valor justo desta carteira é contabilizado em contrapartida a conta específica de patrimônio líquido denominada ajuste de avaliação patrimonial;

b) a reversão da provisão para risco de crédito registrada com base na Resolução CMN 2.682/99 aplicada pelo Banco Central às instituições financeiras e até então adotada pela BNDESPAR de forma a estar alinhada com as práticas de seu controlador, o BNDES. O registro da provisão passou a ser efetuado com base em indicadores de perda incorrida e não mais perda esperada;

c) o registro e a marcação a valor justo dos derivativos embutidos em debêntures que apresentem cláusulas de conversibilidade ou permuta; e

d) o registro e marcação a valor justo de derivativos isolados vinculados a participações societárias.

Os ajustes a valor justo dos derivativos citados nos itens c) e d) acima são contabilizados no ativo/passivo com contrapartida no resultado de participações societárias. O quadro acima apresenta o resultado com participações societárias, a tributação sobre o lucro líquido e lucro líquido sem estes efeitos. Entretanto, ressalta-se que representa um resultado econômico cuja realização financeira depende de eventos futuros.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100135

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

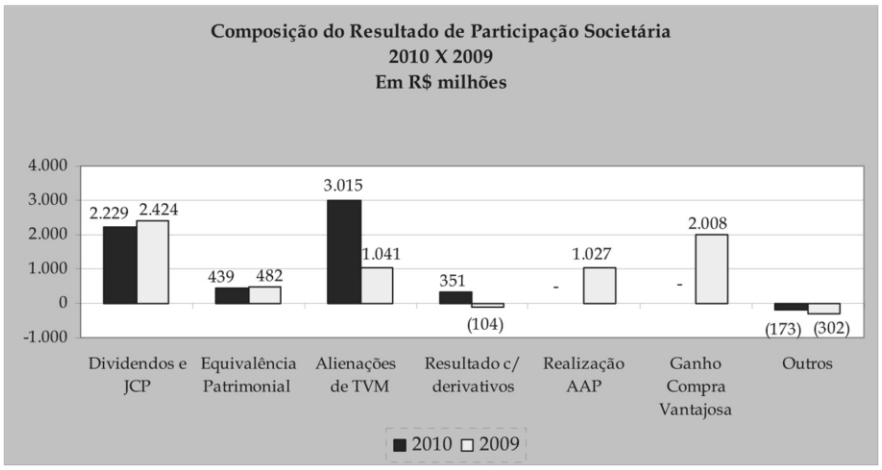
A seguir apresenta-se a análise do resultado de 2010 contemplando na íntegra a aplicação das normas contábeis em vigor.

RESULTADO

A BNDESPAR apurou lucro líquido de R$ 3.670 milhões no exercício de 2010, o que representa uma redução de 36,5% em relação ao exercício de 2009. Na formação deste resultado destaca-se o decréscimo do resultado de participações societárias e das outras receitas (despesas) operacionais. A redução expressiva deste grupo, de 123,1%, deve-se ao registro excepcional de atualização monetária de dividendos declarados pela Eletrobrás em dezembro de 2009, relativos aos exercícios de 1979 a 1998. Este e outros serão apresentados com mais detalhes na análise do resultado a seguir .

Resultado de Participações Societárias

A composição do resultado com participações societárias está demonstrada no gráfico a seguir. Observa-se que o resultado de alienações juntamente com a receita de dividendos e JCP foram os valores que mais contribuíram na formação do resultado de participações societárias de 2010. Em 2009, destacaram-se os impactos do ganho por compra vantajosa em operações de reestruturação societária em que a BNDESPAR participou e a realização de ajuste de avaliação patrimonial por conta de mudança no critério de avaliação de investimentos de "TVM disponível para venda", avaliado pelo valor justo, para "investimento em coligada" ,avaliado por equivalência patrimonial.



O resultado com alienações de TVM apresentou crescimento de 189,6% em comparação a 2009 devido às alienações de grande vulto realizadas neste exercício, a maior parte no 2º semestre. As principais operações realizadas em 2010 envolveram ações de Telemar Participações, Banco do Brasil, Petrobras, Rio Polímeros e Light, que juntas responderam por 68,2% deste resultado (R$ 2.056 milhões).

Em 2009, as principais alienações envolveram ações de CSN, Light e LLX, cujos resultados obtidos somaram R$ 876 milhões.

Historicamente, o resultado com alienações reflete a estratégia de giro da carteira de investimentos da BNDESPAR e visa contribuir com o orçamento de investimentos do Sistema BNDES, sempre aproveitando as oportunidades do mercado.

A receita com dividendos e juros sobre capital próprio apresentou ligeira redução de 8,0% entre 2009 e 2010. As empresas com maior participação na receita de dividendos e juros sobre capital próprio em 2010 foram: Petrobras (R$ 950 milhões), Vale (R$ 280 milhões), Light (R$ 177 milhões), Valepar (R$ 151 milhões), CPFL Energia (R$ 121 milhões) e Eletrobras (R$ 108 milhões), perfazendo um total de 80,2% da receita. Cabe ressaltar que estas empresas também foram destaques em 2009.

O resultado de equivalência patrimonial apurado no exercício de 2010 não apresentou variação relevante em comparação ao apurado no exercício de 2009 e reflete o desempenho das coligadas da BNDESP AR.

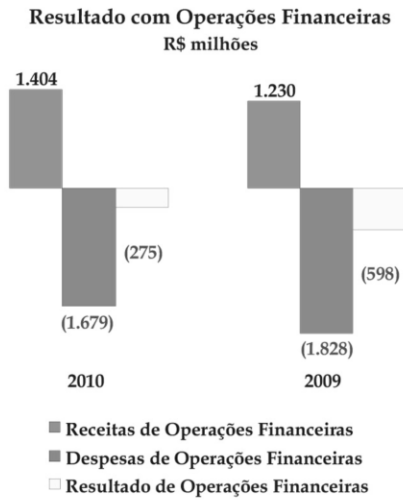
O resultado com derivativos reflete a variação no valor justo de instrumentos financeiros derivativos, os quais são divididos em dois grupos: derivativos isolados vinculados a participações societárias e derivativos embutidos em debêntures conversíveis ou permutáveis.

Resultado de Operações Financeiras

O resultado de operações financeiras da BNDESPAR em 2010 foi negativo em R$ 275 milhões, o que representa uma melhora em ralação aos R$ 597 milhões, também negativos, apurados em 2009.

As receitas de operações financeiras são compostas pela remuneração de títulos e valores mobiliários, com destaque para debêntures e recursos disponíveis aplicados, pela remuneração da carteira de venda de ações a prazo, dos créditos contra o BNDES, pela remuneração dos fundos de investimento e pela receita de comissões e prêmios.

As despesas financeiras representam os encargos financeiros oriundos dos empréstimos contraídos com o BNDES e com a STN, bem como os encargos sobre as debêntures emitidas nos últimos cinco anos e o registro da provisão para redução ao valor recuperável.



Receitas de Operações Financeiras

O aumento de 14,1% nas receitas financeiras reflete o crescimento da receita com debêntures e o crescimento da remuneração das disponibilidades aplicadas, ambas devido ao aumento do saldo médio.

Houve ainda uma receita extraordinária de R$ 522 milhões referente a prêmio recebido pela BNDESPAR em operação específica para postergação de prazo para conversão mandatória de debêntures, conforme previsto na escritura.

Estes efeitos foram parcialmente compensados pela redução no resultado com fundos de investimento, que passou de R$ 454 milhões positivos em 2009 para R$ 122 milhões negativos em 2010 devido à desvalorização das cotas dos fundos.

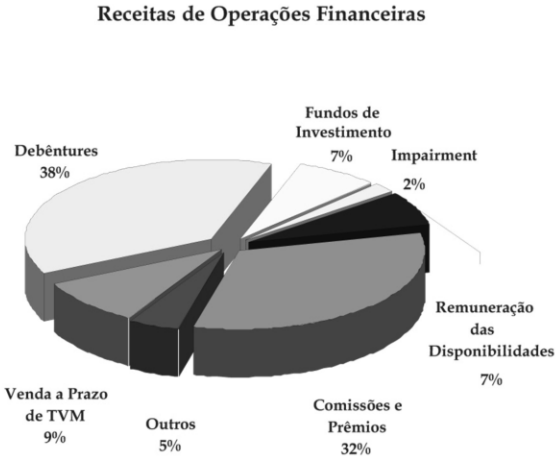
Despesas de Operações Financeiras

As despesas com operações financeiras apresentaram decréscimo de R$ 149 milhões em relação ao exercício de 2009, destacando-se a redução do serviço da dívida com o BNDES em R$ 360 milhões. Tal redução, por sua vez, decorreu da queda no saldo médio do passivo com o Banco em 33,9% por conta das capitalizações de mútuo realizadas em 2009 que totalizaram R$ 20,3 bilhões.

Em 2010 o incremento no saldo de mútuo ocorreu somente no final do 3º trimestre por conta do repasse de R$ 22.399 milhões utilizados pela BNDESPAR para integralização das ações adquiridas na capitalização da Petrobras. Em contrapartida, em dezembro de 2010 o BNDES aumentou o capital da BNDESPAR em R$ 15.600 milhões mediante conversão de mútuo, o que contrabalançou aquele efeito.

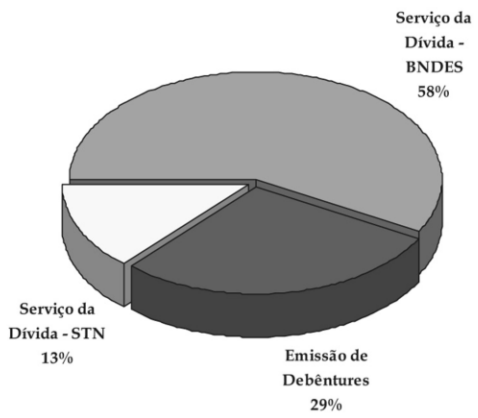
O aumento de R$ 224 milhões no serviço da dívida com emissão de debêntures decorreu da emissão de 1.250.000 debêntures simples realizada em dezembro de 2009 (R$ 1,25 bilhões) e da emissão de 2.025.000 debêntures realizada em dezembro de 2010 (R$ 2.025 milhões).

A proporção de cada grupo na composição do total das receitas e despesas com operações financeiras registradas em 2010 está ilustrada nos gráficos a seguir:



(continuação)

Despesas de Operações Financeiras



Outras Receitas (Despesas) Operacionais

As outras receitas (despesas) operacionais totalizaram uma despesa de R$ 380 milhões em 2010, o que representa uma redução de 123,1% em relação a 2009, quando foi registrada uma receita de R$ 1.646 milhões. Essa redução deveu-se à atualização monetária (SELIC) dos dividendos declarados pela Eletrobrás, relativos ao período de 1979 a 1998, no valor de R$ 1.985 milhões registrado em dezembro de 2009. É importante destacar que essa receita registrada em 2009 foi pontual e determinada por fato extraordinário. Em relação às despesas ordinárias, verificou-se aumento nas despesas com pessoal e com tributos de 51,3% e 23,6%, respectivamente. A despesa com pessoal é explicada pelo aumento do percentual de participação da BNDESPAR no sistema de rateio das despesas administrativas entre as empresas do Sistema BNDES (2009: 20% e 2010: 29%).

ESTRUTURA PATRIMONIAL

O ativo total da BNDESPAR atingiu R$ 125.823 milhões em 31 de dezembro de 2010, o que representou crescimento de 15,7% em relação a 31 de dezembro de 2009. Este aumento, por sua vez, é explicado principalmente pelo acréscimo de 47,3% da carteira de debêntures e de 15,2% da carteira de investimentos em participações societárias.

Principais Ativos

O principal ativo da BNDESPAR está representado pela carteira de ações que, em 31/12/10, totalizou R$ 102.890 milhões (81,8% do ativo total). Esta carteira encontra-se dividida de dois grupos: (i) investimentos em coligadas, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, no total de R$ 13.641 milhões em 31/12/10; e (ii) investimentos em não-coligadas, classificados como "TVM disponível para venda" e avaliados pelo valor justo, no total R$ 89.249 milhões na mesma data.

A BNDESPAR é uma importante fonte de apoio financeiro às empresas através de valores mobiliários e mantém seus investimentos por um prazo médio de cinco anos, raramente detendo mais do que 33% do capital total de uma empresa. Apesar de serem transitórios por natureza, alguns dos investimentos da BNDESPAR são feitos por períodos mais longos, dependendo essencialmente do tempo de maturação dos investimentos realizados. Adicionalmente, no início dos anos 80, houve integralização de capital do BNDES pelo Tesouro Nacional com ações de empresas estatais. Essas ações foram transferidas posteriormente para a BNDESPAR, constituindo atualmente parte expressiva do valor da carteira de participações societárias da Emissora.

Dessa forma, as decisões de investimentos da BNDESPAR são pautadas por uma visão de longo prazo, o que lhe confere uma certa blindagem quanto às flutuações e crises de curto prazo do mercado de capitais, configurando-se, assim, em uma fonte segura de recursos para as empresas nacionais.

O segundo maior ativo da BNDESPAR está representado pela carteira de debêntures no total de R$ 13.102 milhões (10,4% do ativo total) em 31/12/10. As debêntures são classificadas entre duas categorias: (a) debêntures designadas ao valor justo com contrapartida em resultado, avaliadas por modelos de precificação que consideram suas características; ou (b) empréstimos e recebíveis, avaliadas pelo custo amortizado.

As debêntures designadas são aquelas com cláusula de conversão, permuta ou que dispõem de bônus de subscrição e representam 91,9% do saldo da carteira de debêntures em 31/12/10.

O gerenciamento da carteira da BNDESPAR enfatiza a diversificação e o giro de ativos. Em 31 de dezembro de 2010, tal carteira compreendia títulos de emissão de 189 empresas (incluindo ações em 152 empresas) e de 38 fundos, com valores concentrados principalmente nos setores de petróleo e gás, mineração, energia elétrica, alimentos, papel/celulose e telecomunicações.

A distribuição setorial da Carteira de Investimentos da BNDESPAR, a valor justo em 31 de dezembro de 2010, encontra-se na tabela a seguir:

	Ações	Debêntures	Fundos	Derivativos Isolados	Total
Petróleo e Gás	41,2%	-	-	-	36,0%
Mineração	24,5%	9,8%	-	-	22,5%
Energia Elétrica	13,9%	0,0%	-	-	12,2%
Alimentos	4,7%	47,3%	-	-	9,1%
Papel e celulose	4,5%	0,1%	-	-	3,9%
Telecomunicações	2,0%	12,7%	-	15%	3,1%
Siderurgia	2,1%	0,0%	-	63%	2,0%
Metalurgia	0,2%	14,6%	-	-	1,8%
Transportes	1,5%	2,9%	-	-	1,6%
Fd. Priv. Equity-PIQ	-	0,0%	75,7%	-	1,3%
Outros	5,4%	12,6%	24,3%	22%	6,5%
Total	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Em 31 de dezembro de 2010, a BNDESPAR possuía representantes em 9 (nove) Conselhos Fiscais e 28 (vinte e oito) Conselhos de Administração no universo de 152 empresas em que mantinha participação acionária. Adicionalmente, possuía Acordo de Acionistas em 58 dessas empresas.

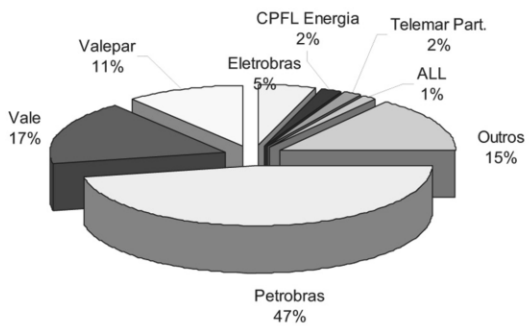
a) Carteira de Ações (Participações Societárias)

A carteira de participações societárias da BNDESPAR está dividida em dois grupos, conforme já mencionado: investimentos em coligadas e investimentos em não coligadas.

O saldo das participações em não-coligadas apresentou crescimento de 18,8% em 2010, passando de R$ 75.121 milhões para R$ 89.249 milhões. Cabe ressaltar que as mudanças no valor justo dessas participações correspondem a ganhos ou perdas econômicos não realizados, ou seja, sem efeito financeiro.

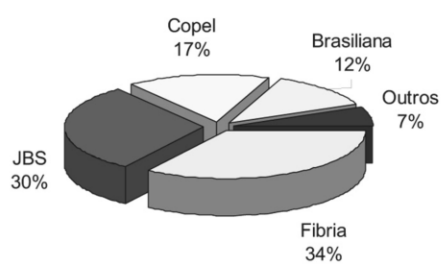
A principal operação de investimento realizada neste exercício foi a subscrição de 60.994.736 ações ON e 783.269.961 ações PN ações da Petrobras, no valor de R$ 22.408 milhões, adquiridas como parte da operação de capitalização da companhia realizada em setembro de 2010. Com este investimento a participação da Petrobras na carteira de não-coligadas na BNDESPAR atingiu 46,9%, conforme se observa no gráfico a seguir:

Participações Societárias em Não-Coligadas - Dez/10



Os investimentos em coligadas em 31/12/10 atingiram R$ 13.641 milhões, sem variação relevante em relação a 31/12/09. Segue composição destes investimentos em 31/12/10:

Participações Societárias em Coligadas - Dez/10



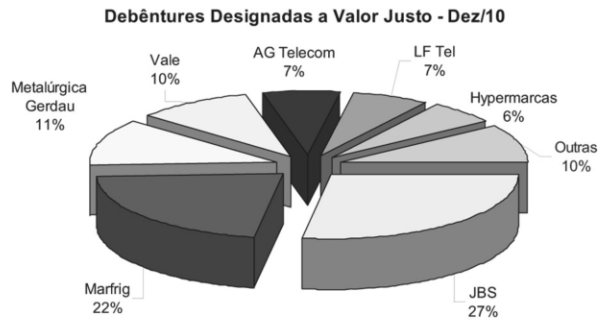
(continuação)

b) Debêntures

Conforme já mencionado, a carteira de debêntures da BNDESPAR está segregada em dois grupos: debêntures designadas a valor justo com contrapartida em resultado e empréstimos e recebíveis.

O valor contábil da carteira de debêntures alcançou R$ 13.102 milhões em 31/12/10, o que representa um crescimento de R$ 4.207 milhões em relação a 31/12/09. Este aumento decorreu principalmente das subscrições realizadas em 2010, no total de R$ 3.770 milhões, sendo as operações de Marfrig e Hypermarcas responsáveis por cerca de 95% deste total.

Do total da carteira de debêntures, a parcela avaliada pelo valor justo correspondia a 92,3% em 31/12/10. Eis gráfico demonstrando a composição percentual desta carteira.



O saldo de debêntures classificadas como empréstimos e recebíveis não apresentou variação relevante no exercício de 2010.

c) Outros Créditos

Compreendem os créditos a receber referentes à venda de Ações a Prazo, venda de debêntures a prazo, créditos com o BNDES e direitos recebíveis.

As operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários, líquidas da provisão para redução ao valor recuperável, totalizaram R$ 1.369 milhões. Este saldo caiu 59,0% em 2010 devido à liquidação de contrato de mútuo com o BNDES no valor de R$ 1,9 bilhões.

O saldo de direitos recebíveis, líquido da provisão para redução ao valor recuperável, totalizou R$ 1.647 milhões.

d) Outros Ativos

Compreende, principalmente, impostos a recuperar, créditos tributários, dividendos e juros sobre capital próprio a receber e incentivos fiscais.

Em 31/12/10 os dividendos a receber da Eletrobrás, relativos ao período de 1979 a 1998 e suportados por fato relevante publicado em 22/01/10, representavam 93,0% do saldo de R$ 1.909 milhões referente a dividendos e juros sobre capital próprio a receber.

Fontes de recursos

As principais fontes de recursos da BNDESPAR são provenientes dos retornos e rendimentos de seus investimentos em participações societárias e debêntures e eventuais desinvestimentos. Adicionalmente, a BNDESPAR tem como fonte de recursos complementar os contratos de mútuo firmados com o BNDES. As condições financeiras destes contratos usualmente espelham as condições de custos e prazos do BNDES junto à sua principal fonte de recursos, o Tesouro Nacional (TN). A gestão financeira da BNDESPAR é feita de forma integrada à gestão das demais empresas do Sistema BNDES (FINAME e BNDES), sendo política do BNDES suprir as suas subsidiárias com os recursos requeridos para a execução de suas atividades de apoio financeiro às empresas brasileiras.

a) Obrigações por Repasses

Em relação à estrutura de capital, o BNDES se apresenta como a principal fonte onerosa de financiamento da BNDESPAR, representando 9,3% do passivo total. O saldo do passivo com o BNDES em 31/12/10 era de R$ 1.691 milhões, 70,0% inferior ao registrado no final do exercício de 2009.

Destaca-se em 2010 o aumento do saldo do passivo em setembro de 2010 no valor de R$ 22.400 milhões devido ao repasse de 5.111.911 LFT´s pelo BNDES utilizados pela BNDESPAR para integralização das ações adquiridas na capitalização da Petrobras.

Já em dezembro de 2010, por outro lado, o saldo foi reduzido pela conversão de R$ 15.600 milhões do mútuo com o BNDES em capital social da companhia. Essa operação fez com que o patrimônio líquido da BNDESPAR representasse 68,75% das fontes de recursos em 31/12/10.

O quadro abaixo apresenta a composição do saldo das obrigações por repasses em 31/12/10 por moeda.

R$ milhões

	JUROS	DEZ/10
BNDES		**11.691**
TJLP	*2,0%*	10.881
UR – IGPM	*10,1%*	761
US$	*7,0%*	49
STN	Selic	**2.585**
Total		**14.276**

b) Obrigações por Emissão de Debêntures

As debêntures emitidas pela BNDESPAR correspondem hoje à segunda principal fonte onerosa de recursos da companhia. Referem-se às debêntures simples emitidas pela BNDESPAR, da espécie quirografária, realizadas no âmbito de três Programas de Emissão de Debêntures e cinco emissões realizadas. Estas emissões tem como objetivos principais:

- atrair pequenos investidores de renda fixa para um tipo de mercado até então acessado apenas por grandes instituições; e
- contribuir para o desenvolvimento do mercado secundário, propiciando liquidez aos papéis negociados.

Em dezembro de 2010 a BNDESPAR realizou sua quinta oferta de debêntures, a primeira no âmbito do Terceiro Programa de Distribuição. Foram emitidas três séries, uma prefixada (primeira série), uma com taxa flutuante trimestral (segunda série) e outra indexada ao IPCA (terceira série). Foram distribuídas 2.025.000 debêntures simples, quirografárias, com valor nominal total de R$ 2.025.000.000,00. Foram colocadas 500.000 debêntures da primeira série, 1.000.000 debêntures da segunda série e 525.000 debêntures da terceira série. A primeira e a segunda série têm vencimento em 1/1/14 e a terceira série tem vencimento em 15/1/17.

c) Outras Obrigações

No grupo de outras obrigações destaca-se o saldo de impostos diferidos, que representa 85,3% do total de R$ 19.046 milhões apurado em 31/12/10. Estes impostos diferidos tem origem substancialmente no ajuste a valor justo dos investimentos em não coligadas e das debêntures designadas a valor justo em contrapartida ao resultado. O saldo de impostos diferidos reduziu R$ 2.719 milhões no exercício.

Outros valores que se destacam neste grupo são: (i) os dividendos a pagar ao BNDES (acionista único) que totalizou R$ 983 milhões em 31/12/10, sem variação relevante em relação à 31/12/09; e (ii) o valor justo de instrumento financeiro derivativo passivo (opção de compra a favor de terceiros contra a BNDESPAR), que passou de R$ 894 milhões em 31/12/09 para R$ 484 milhões em 31/12/10.

d) Patrimônio Líquido

Em relação à estrutura de capital, o patrimônio líquido representa 68,7% do passivo total e apresentou crescimento de 17,9% em relação a 31/12/09, atingindo R$ 86.502 milhões. Esta variação resulta basicamente da capitalização ocorrida em dezembro de 2010 por meio da conversão de mútuo com BNDES no valor de R$ 15.600 milhões.

IV. RECURSOS HUMANOS

A última contratação de funcionários feita diretamente pela BNDESPAR ocorreu em 1987. Desde 1992, novas contratações são feitas exclusivamente pelo BNDES, mediante concurso público e alocados para atividades relacionadas às operações da BNDESPAR conforme a necessidade.

Em 31 de dezembro de 2010, a BNDESPAR possuía um quadro próprio, remanescente das contratações realizadas até 1987, de 129 profissionais (135 em 31/12/09). A AMC e a ACE, que desempenham atividades exclusivas da BNDESPAR, reuniam, em 31/12/10, 130 profissionais, sendo 109 de nível superior e 21 de nível médio.

V. INSTRUÇÃO CVM Nº 381 DE 14/01/2003

Em conformidade à Instrução CVM nº 381/03, a BNDESPAR vem declarar que não possui qualquer tipo de contrato de prestação de serviços de consultoria com seus auditores independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, caracterizando, assim, a inexistência de conflito de interesses ou o comprometimento da objetividade desses auditores em relação ao serviço contratado.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100138

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
ATIVO CIRCULANTE		5.122.574	7.304.291	2.907.805
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	6	1.126.479	1.944.890	584.025
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	7	2.375.801	1.768.675	1.085.123
Debêntures designadas	7.3	260	120.312	48.920
Ações e bônus de subscrição	7.1	81.464	68.479	-
Cotas de fundos de investimento	7.5	2.022.829	1.579.884	1.035.633
Instrumentos financeiros derivativos		271.248	-	-
Títulos públicos		-	-	570
OUTROS CRÉDITOS		1.619.211	3.539.916	1.238.657
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	8	236.147	2.381.179	377.460
Provisão para risco de crédito - Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	8.3	(541)	(3.403)	(2.393)
Direitos recebíveis	8	67.915	10.072	5.456
Provisão para risco de crédito - Direitos recebíveis	8.3	(1.219)	(2.931)	(1.532)
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	9	725.545	727.139	652.134
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações	13.1	261.359	414.230	189.682
Devedores para depósitos em garantias		328.097	11.563	14.815
Diversos		1.908	2.067	3.035
OUTROS VALORES E BENS		1.083	50.810	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE		120.700.848	101.448.925	59.769.872
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	7	102.269.829	83.827.232	48.683.402
Empréstimos e recebíveis - debêntures simples	7.3	1.058.443	420.582	91.431
Provisão para risco de crédito - debêntures simples	7.3.3	(342)	(76)	-
Debêntures designadas	7.3	12.044.076	8.354.605	5.248.046
Ações e bônus de subscrição	7.1	89.167.652	75.052.121	43.343.925
OUTROS CRÉDITOS		4.789.645	3.390.354	3.719.434
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	8	1.135.545	965.689	3.170.312
Provisão para risco de crédito - Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	8.3	(2.603)	(11.266)	(10.826)
Direitos recebíveis	8	1.608.348	9.495	15.334
Provisão para risco de crédito - Direitos recebíveis	8.3	(28.877)	(1.884)	(4.845)
Créditos tributários	13.2	651.140	820.192	423.558
Incentivos fiscais		242.244	202.990	125.901
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	9	1.183.848	1.405.138	-
INVESTIMENTOS	10.2	13.641.374	14.231.339	7.367.036
Participações em coligadas		13.641.374	14.231.339	7.367.036
TOTAL DO ATIVO		125.823.422	108.753.216	62.677.677

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
PASSIVO CIRCULANTE		3.201.312	3.177.753	4.075.740
OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES	12	306.224	62.012	168.088
OBRIGAÇÕES POR REPASSES	11	872.280	281.394	2.899.149
Repasses com o BNDES	11	872.280	281.394	2.899.149
OUTRAS OBRIGAÇÕES		2.022.808	2.834.347	1.008.503
Dividendos	15	983.048	917.865	780.399
Impostos e contribuições sobre o lucro	13.1	349.295	840.591	78.033
Outros impostos e contribuições		33.500	29.973	58.747
Provisões trabalhistas e cíveis	14	5.830	5.420	5.017
Passivo atuarial - FAMS	18	4.186	3.971	3.653
Credores vinculados a liquidação de operação		66.431	59.559	12.116
Contas a pagar - FAPES	18	5.326	4.472	3.943
Provisão para programa de desligamento de funcionários	20	7.531	18.725	12.928
Instrumentos financeiros derivativos	21	483.569	894.284	-
Diversas		84.092	59.487	53.667
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		36.120.164	32.220.954	27.937.081
OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES	12	5.693.542	3.537.237	2.134.349
OBRIGAÇÕES POR REPASSES	11	13.403.679	8.950.808	16.213.817
Repasses com o BNDES	11	10.819.150	6.596.289	14.072.360
Repasses com a Secretaria do Tesouro Nacional	11	2.584.529	2.354.519	2.141.457
OUTRAS OBRIGAÇÕES		17.022.943	19.732.909	9.588.915
Contas a pagar - FAPES	18	114.030	111.015	108.302
Passivo atuarial - FAMS	18	113.705	103.213	94.313
Provisão para programa de desligamento de funcionários	20	12.226	12.656	17.270
Provisões trabalhistas e cíveis	14	535.027	539.325	483.399
Tributos diferidos	13.2	16.247.955	18.966.700	8.885.631
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15	86.501.946	73.354.509	30.664.856
Capital social		46.304.356	30.704.356	12.775.266
Aumento de capital em curso		5.124.506	5.124.506	-
Reserva de capital		92.993	92.993	92.993
Reservas de lucros		5.776.729	947.372	666.457
Reserva legal		1.084.074	793.454	595.835
Incentivos fiscais		191.649	153.918	70.622
Reserva de compatibilização de práticas contábeis		1.551.864	-	-
Dividendos adicionais propostos		2.949.142	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial		29.203.362	34.341.912	16.810.420
Próprios		29.414.578	34.677.427	16.805.736
De coligadas		(211.216)	(335.515)	4.684
Lucros acumulados		-	2.143.370	319.720
TOTAL DO PASSIVO		125.823.422	108.753.216	62.677.677

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100139

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2010	2009
RECEITAS OPERACIONAIS		8.239.148	8.992.533
DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		6.835.684	7.761.901
Receita de equivalência patrimonial	10	1.240.776	1.293.566
Resultado com alienações de títulos de renda variável		3.014.903	1.041.475
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		351.346	(103.821)
Juros sobre o capital próprio		1.593.457	1.119.270
Dividendos		635.202	1.304.862
Deságio / Ganho por compra vantajosa		-	1.922.590
Comissões e taxas		-	1.979
Outras receitas com participações societárias		-	1.181.980
DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS		1.403.464	1.230.632
Receitas de operações de crédito		157.373	265.555
Títulos e valores mobiliários		819.440	484.291
Resultado com alienações de títulos de renda fixa		4.280	-
Resultado com fundos de investimentos		(122.084)	454.180
Comissões e prêmios		544.455	26.606
DESPESAS OPERACIONAIS		(2.654.275)	(3.014.321)
DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		(975.617)	(1.186.387)
Despesa de equivalência patrimonial	10	(801.427)	(811.918)
Constituição de provisão para perdas em investimentos		(174.188)	(372.540)
Despesas com aquisições de participações societárias		(2)	(1.929)
DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS		(1.678.658)	(1.827.934)
Encargos financeiros sobre obrigações:			
. Emissão de debêntures		(491.093)	(266.962)
. BNDES	12	(992.542)	(1.321.311)
. BNDES - recursos PIS/PASEP		-	(30.778)
. Secretaria do Tesouro Nacional		(230.010)	(213.062)
Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito	17	34.987	4.179
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(426.421)	1.629.010
Despesas com tributos		(167.046)	(135.142)
Remuneração da diretoria e conselheiros		(409)	(404)
Despesas com pessoal		(327.670)	(203.264)
Reversão (constituição) de provisão trabalhistas e cíveis		1.685	(60.161)
Recuperação de tributos		253	1.040
Atualização monetária líquida de ativos e passivos - SELIC		146.326	2.022.230
Despesas administrativas		(77.863)	(51.592)
Diversas		(1.697)	56.303
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		5.158.452	7.607.222
Imposto de renda	13	(958.430)	(1.052.023)
Contribuição social	13	(369.581)	(381.011)
Tributos diferidos	13	(161.406)	(398.162)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		3.669.035	5.776.026
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO		3.669.035	5.776.026

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Exercício 2010	Exercício 2009
Lucro líquido do exercício	3.669.035	5.776.026
Ajuste a valor justo de ações disponíveis para venda - próprias, líquido de efeitos tributários (1)	(4.078.820)	19.055.909
Ajuste a valor justo de ações disponíveis para venda - reflexo de coligadas, líquido de efeitos tributários	(149)	207
Realização do ajuste ao valor por venda de ações - própria (2)	(1.159.919)	(1.053.594)
Ajuste Acumulado de Conversão - reflexo de coligadas	(36.499)	(9.121)
Outros Resultados Abrangentes - reflexo de coligadas	335.285	(335.285)
Total do resultado abrangente do exercício	**(1.271.067)**	**23.434.142**

(1) R$ 2.101.210 mil em 2010 e R$ 9.816.680 em 2009
(2) R$ 597.534 mil em 2010 e R$ 542.761 mil em 2009

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Em milhares de reais)

			Reserva de capital	Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial			
	Capital social	Aumento de capital em curso	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para compatibilização de práticas contábeis	Dividendos adicionais propostos	Próprios	De coligadas	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2010	30.704.356	5.124.506	92.993	793.454	153.918	-	-	34.677.427	(335.515)	2.143.370	73.354.509
Aumento de capital (Nota 15)	15.600.000	-	-	-	-	-	-	-		-	15.600.000
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	(5.262.849)	124.299	-	(5.138.550)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.669.035	3.669.035
Destinação do resultado											
. Reserva legal	-	-	-	290.620	-	-	-	-	-	(290.620)	-
. Reserva para compatibilização de práticas contábeis	-	-	-	-	-	1.551.864	-	-	-	(1.551.864)	-
. Incentivos fiscais	-	-	-	-	37.731	-	-	-	-	(37.731)	-
. Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(983.048)	(983.048)
. Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	2.949.142	-	-	(2.949.142)	-
Em 31 de dezembro 2010	46.304.356	5.124.506	92.993	1.084.074	191.649	1.551.864	2.949.142	29.414.578	(211.216)	-	86.501.946
Mutações no exercício	15.600.000	-	-	290.620	37.731	1.551.864	2.949.142	(5.262.849)	124.299	(2.143.370)	13.147.437

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100140

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Em milhares de reais)

			Reserva de capital	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial			
	Capital social	Aumento de capital em curso	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Próprios	De coligadas	Lucros acumulados	Total
Saldo publicado em 1º de janeiro de 2009	10.404.356	2.370.910	92.993	595.835	70.622	-	4.684	-	13.539.400
Ajustes na implementação dos CPC (Nota 15)	-	-	-	-	-	16.805.736		319.720	17.125.456
Em 1º de janeiro de 2009	10.404.356	2.370.910	92.993	595.835	70.622	16.805.736	4.684	319.720	30.664.856
Aumento de capital (Nota 15)	20.300.000	2.753.596	-	-	-	-		(2.753.596)	20.300.000
Ajustes de avaliação patrimonial						17.871.691	(340.199)	-	17.531.492
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	5.776.026	5.776.026
Destinação do resultado									
. Reserva legal	-	-	-	197.619	-	-	-	(197.619)	-
. Juros s/ Capital Próprio declarados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Incentivos fiscais	-	-	-	-	83.296	-	-	(83.296)	-
. Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(917.865)	(917.865)
Em 31 de dezembro 2009	30.704.356	5.124.506	92.993	793.454	153.918	34.677.427	(335.515)	2.143.370	73.354.509
Mutações no exercício	20.300.000	2.753.596	-	197.619	83.296	17.871.691	(340.199)	1.823.650	42.689.653

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Exercício	
	2010	2009
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	3.669.035	5.776.026
Ajustes que não afetam o caixa	(1.211.146)	(2.337.021)
Constituição (reversão) da provisão para redução ao valor recuperável	(34.987)	(4.179)
Constituição (reversão) das provisões trabalhistas e cíveis	(1.685)	60.161
Resultado de participações em coligadas e controladas	(439.349)	(481.648)
Ajuste ao valor justo de títulos e valores mobiliários	330.618	(790.463)
Depreciação	6.358	3.972
Lucro na venda de investimentos	(1.056.349)	(76.797)
Ganho na compra vantajosa de investimentos	-	(1.922.590)
Constituição líquida de tributos diferidos	161.406	398.162
Constituição de provisão para perdas em investimentos	174.188	372.540
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(351.346)	103.821
Variação de ativos e obrigações	(6.290.653)	3.127.804
. Diminuição líquida em créditos por venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis	367.223	206.194
. (Aumento) líquido em títulos e valores mobiliários	(4.106.090)	(7.041.058)
. Diminuição (aumento) líquida nas demais contas do ativo	(747.248)	(1.265.984)
. Aumento (redução) líquido nas obrigações por empréstimos e repasses	(1.764.733)	10.419.236
. Aumento (redução) líquido nas demais contas do passivo	605.130	902.439
. Recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio de coligadas	495.108	495.727
. IR e CSLL pagos	(1.140.043)	(588.750)
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades operacionais	(3.832.764)	6.566.809
Atividades de investimentos		
. Venda de investimentos	1.565.129	178.935
. Compra de investimentos	(33.428)	(5.901.292)
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de investimentos	1.531.701	(5.722.357)
Atividades de financiamentos		
. Dividendos pagos	(917.865)	(780.399)
. Aumento líquido nas obrigações por emissões de debêntures	2.400.517	1.296.812
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	1.482.652	516.413
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(818.411)	1.360.865
Modificação na posição financeira		
Início do exercício	1.944.890	584.025
Saldo de caixa e equivalentes de caixa (1)	1.944.890	584.025
Final do exercício	1.126.479	1.944.890
Saldo de caixa e equivalentes de caixa (1)	1.126.479	1.944.890
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(818.411)	1.360.865
Transações no exercício sem efeito caixa (Nota 25)		
. Aumento de capital	15.600.000	20.300.000
. Aquisição financiada de títulos	22.408.490	-

(1) Inclui Disponibilidades e Cotas de fundos de investimento exclusivo do Banco do Brasil

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100141

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Exercício			
	2010		2009	
RECEITAS	4.951.014		6.173.299	
Intermediação financeira	1.072.847		3.048.280	
Outras receitas operacionais	3.843.180		3.120.840	
Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito	34.987		4.179	
DESPESAS	1.743.486		709.952	
Intermediação financeira	1.713.645		1.832.113	
Outras despesas operacionais	29.841		(1.122.161)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	205.268		416.746	
Materiais, energia e outros	10.443		8.121	
Serviços de terceiros	50.430		36.085	
Perda de valores ativos	144.395		372.540	
VALOR ADICIONADO BRUTO	3.002.260		5.046.601	
RETENÇÕES	6.358		3.972	
Depreciação	6.358		3.972	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	2.995.902		5.042.629	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	2.668.008		2.905.780	
Resultado de equivalência patrimonial	439.349		481.648	
Dividendos e juros sobre capital próprio	2.228.659		2.424.132	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	5.663.910		7.948.409	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	5.663.910	100,0%	7.948.409	100,0%
Pessoal e encargos	287.167	5,0%	179.748	2,3%
Impostos, taxas e contribuições	1.697.122	30,0%	1.989.219	25,0%
Aluguéis	10.586	0,2%	3.416	0,0%
Dividendos e juros sobre capital próprio	983.048	17,4%	917.865	11,5%
Lucros retidos	2.685.987	47,4%	4.858.161	61,2%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2010 e 2009

1. Contexto operacional

1.1 Histórico

A BNDESPAR é uma sociedade por ações, constituída em 1982, controlada integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Sua ação é pautada nas diretrizes estratégicas formuladas em conjunto com o BNDES e direcionada a apoiar o processo de capitalização e o desenvolvimento de empresas nacionais. Concretiza-se, principalmente, através de participações societárias de caráter minoritário e transitório e, ainda, pelo fortalecimento e modernização do mercado de valores mobiliários.

Em 13 de janeiro de 1998, a BNDESPAR obteve com a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, o registro de companhia aberta, o que permite à instituição negociar títulos de sua emissão no mercado de balcão organizado.

1.2 Objetivos atuais

- Fortalecer as estruturas de capital das empresas e apoiar novos investimentos na economia;
- Apoiar a reestruturação da indústria através de fusões e aquisições;
- Apoiar o desenvolvimento de empresas emergentes;
- Apoiar o desenvolvimento de pequenas e médias empresas;
- Desenvolver a indústria de fundos fechados de "*private equity*"; e
- Contribuir para o desenvolvimento do mercado de capitais.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras Padronizadas - Base de preparação e apresentação das informações financeiras – adoção das Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, e dos Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC

As Informações foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e de acordo com as normas emanadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM – e quando aplicável, em consonância com as normas seguidas pelo seu acionista controlador Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Demonstrações financeiras de 2009

Até 31 de dezembro de 2009, a BNDESPAR apresentava suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incorporavam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis n.º 11.638/2007 e 11.941/2009 complementadas pelos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC – e de normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM – até 31 de dezembro de 2008.

Conforme previsto pela Deliberação CVM nº 610, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC nº 43, a sociedade elaborou seu balanço de abertura em 01/01/2009. Dessa forma, as demonstrações financeiras originalmente divulgadas, foram ajustadas e estão apresentadas de acordo com as novas normas contábeis.

A comparação das demonstrações financeiras na data da adoção dos CPCs com os valores divulgados originalmente, está evidenciada na Nota 3.2.

As demonstrações financeiras padronizadas da BNDESPAR foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 18 de março de 2011.

Reapresentação das Informações Trimestrais de 31 de março, 30 junho e 30 de setembro de 2010

Em virtude da adoção dos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com vigência para 2010, a BNDESPAR esta reapresentando as Informações Trimestrais, em conjunto com as Demonstrações Financeiras Padronizadas, de 31 de março e de 30 de junho de 2010, conforme estabelecido na Instrução CVM n.º 480/2009. A BNDESPAR reapresentará também, as Informações Trimestrais de 30 de setembro de 2010, devido a inclusão da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros bem como, pela reclassificação entre linhas de resultado e do ajuste a valor de mercado dos títulos de renda variável que estava demonstrado na linha de Títulos e Valores Mobiliários.

3. Adoção dos novos padrões de contabilidade

Todas as normas e interpretações que entraram em vigor foram adotadas pela BNDESPAR em 2010.
As demonstrações financeiras estão em conformidade com os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC e cumprem todos os seus requisitos.

3.1 Transição das práticas contábeis

No balanço de adoção dos CPC, em 1º de janeiro de 2009, foram consideradas, quando aplicável, as isenções opcionais e as exceções obrigatórias, conforme previsto na IFRS 1 e no CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, a qual está apresentada a seguir:

Instrumentos Financeiros

- Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Nessa categoria são incluídos os ativos financeiros mantidos para negociação e aqueles que são designados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao valor justo através do resultado (*Fair value option*).

Os ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando são adquiridos principalmente com o objetivo de negociação no curto prazo (nessa categoria estão classificados principalmente títulos públicos e instrumentos financeiros derivativos); ou no reconhecimento inicial fizer parte integrante de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são administrados em conjunto e possuir padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou for um derivativo que não tenha sido designado como instrumento de "hedge" contábil.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100142

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

Um ativo financeiro além dos mantidos para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou

- O ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou

- Fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica "Outros ganhos e perdas", na demonstração do resultado.

A BNDESPAR fez a opção pela designação inicial a valor justo através do resultado para o seguinte instrumento financeiro:

Debêntures com opção de conversão ou permuta em ações

Parte da carteira de debêntures mantidas pela BNDESPAR possui derivativos embutidos (opção de conversão ou permuta em ações) que alteram de forma significativa seus fluxos de caixa.

Para as debêntures com opção de conversão, a BNDESPAR entende não ser possível a mensuração do derivativo embutido separadamente.

Nesse sentido, foi feita a opção pela designação no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado dessas debêntures como um todo, sem que os derivativos embutidos fossem segregados. Vide Nota 7.3.

3.2 Comparação das demonstrações financeiras ajustadas aos CPCs divulgadas

3.2.1) Balanço Patrimonial

R$ mil

ATIVO	Nota 3.2.6	01/01/2009 BR GAAP Anterior	01/01/2009 Ajustes	01/01/2009 BR GAAP Atual/CPC	31/12/2009 BR GAAP Anterior	31/12/2009 Ajustes	31/12/2009 BR GAAP Atual/CPC
CIRCULANTE		**3.052.918**	**(145.113)**	**2.907.805**	**7.522.699**	**(269.218)**	**7.253.481**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**583.708**	**-**	**583.708**	**1.944.862**	**-**	**1.944.862**
Disponibilidades		317	-	317	28	-	28
Fundos do Banco do Brasil		583.708	-	583.708	1.944.862	-	1.944.862
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		**1.061.721**	**23.402**	**1.085.123**	**1.764.368**	**4.307**	**1.768.675**
Cotas de fundos de investimento		1.035.633	-	1.035.633	1.579.884	-	1.579.884
Debêntures mantidas até o vencimento	a	28.488	(28.488)	-	117.725	(117.725)	-
Empréstimos e recebíveis - debêntures	a	-	48.920	48.920	-	-	-
Provisão para risco de crédito - Debêntures	a	(2.970)	2.970	-	(1.720)	1.720	-
Debêntures designadas	a	-	-	-	-	120.312	120.312
Títulos públicos		570	-	570	-	-	-
Ações, certificados de ações e bônus de subscrição		-	-	-	68.479	-	68.479
OUTROS CRÉDITOS		**1.407.172**	**(168.515)**	**1.238.657**	**3.813.441**	**(273.525)**	**3.539.916**
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários		377.460	-	377.460	2.381.179	-	2.381.179
(-) Provisão para risco de crédito		(3.942)	1.549	(2.393)	(21.823)	18.420	(3.403)
Direitos recebíveis		5.456	-	5.456	10.072	-	10.072
(-) Provisão para risco de crédito		(4.066)	2.534	(1.532)	(3.348)	417	(2.931)
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber		652.134	-	652.134	727.139	-	727.139
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações		189.682	-	189.682	414.230	-	414.230
Créditos tributários	b	172.598	(172.598)	-	292.362	(292.362)	-
Diversos		17.850	-	17.850	13.630	-	13.630
OUTROS VALORES E BENS		-	-	-	**50.810**	-	**50.810**
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**33.644.460**	**26.125.412**	**59.769.872**	**44.893.403**	**56.555.522**	**101.448.925**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**8.479.286**	**43.923.550**	**52.402.836**	**11.077.806**	**76.139.780**	**87.217.586**
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		**4.944.950**	**43.738.452**	**48.683.402**	**7.963.141**	**75.864.091**	**83.827.232**
Debêntures mantidas até o vencimento	a	5.080.685	(5.080.685)	-	5.880.616	(5.880.616)	-
Empréstimos e recebíveis - debêntures	a	-	91.431	91.431	-	420.582	420.582
Provisão para risco de crédito - Debêntures	a	(135.735)	135.735	-	(182.755)	182.679	(76)
Debêntures designadas	a	-	5.248.046	5.248.046	-	8.354.605	8.354.605
Debêntures Disponíveis para venda	a	-	-	-	2.265.280	(2.265.280)	-
Participações Societárias a valor justo	c	-	43.343.925	43.343.925	-	75.052.121	75.052.121
OUTROS CRÉDITOS		**3.534.336**	**185.098**	**3.719.434**	**3.114.665**	**275.689**	**3.390.354**
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários		3.170.312	-	3.170.312	965.689	-	965.689
(-) Provisão para risco de crédito - Outros créditos		(33.107)	22.281	(10.826)	(8.851)	(2.415)	(11.266)
Direitos recebíveis		15.334	-	15.334	9.495	-	9.495
(-) Provisão para risco de crédito		(11.428)	6.583	(4.845)	(3.157)	1.273	(1.884)
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber		-	-	-	1.405.138	-	1.405.138
Créditos tributários	b	267.324	156.234	423.558	543.361	276.831	820.192
Incentivos fiscais		125.901	-	125.901	202.990	-	202.990
INVESTIMENTOS		**25.165.174**	**(17.798.138)**	**7.367.036**	**33.815.597**	**(19.584.258)**	**14.231.339**
Participações em coligadas	c	7.637.318	(270.282)	7.367.036	11.999.177	2.232.162	14.231.339
Outras participações	c	17.527.856	(17.527.856)	-	21.816.420	(21.816.420)	-
TOTAL DO ATIVO		**36.697.378**	**25.980.299**	**62.677.677**	**52.466.912**	**56.286.304**	**108.753.216**

(continuação)

R$ mil

PASSIVO	Nota 3.2.1	01/01/2009 BR GAAP Anterior	01/01/2009 Ajustes	01/01/2009 BR GAAP Atual	31/12/2009 BR GAAP Anterior	31/12/2009 Ajustes	31/12/2009 BR GAAP Atual
PASSIVO CIRCULANTE		**4.075.740**	**-**	**4.075.739**	**2.296.460**	**881.293**	**3.177.753**
OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES		**168.088**	**-**	**168.088**	**62.012**	**-**	**62.012**
OBRIGAÇÕES POR REPASSES		**2.899.149**	**-**	**2.899.149**	**281.394**	**-**	**281.394**
Repasses com o BNDES		2.899.149	-	2.899.149	281.394	-	281.394
OUTRAS OBRIGAÇÕES		**1.008.503**	**-**	**1.008.502**	**1.953.054**	**881.293**	**2.834.347**
Dividendos / Juros sobre capital próprio a pagar		780.399	-	780.399	917.865	-	917.865
Impostos e contribuições sobre o lucro		78.033	-	78.033	840.591	-	840.591
Outros impostos e contribuições		58.747	-	58.747	29.973	-	29.973
Provisão para programa de desligamento de funcionários		12.928	-	12.928	18.725	-	18.725
Credores vinculados liquidação operação		12.116	-	12.116	59.559	-	59.559
Tributos diferidos	b	-	-	-	12.354	(12.354)	-
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis		5.017	-	5.017	5.420	-	5.420
Contas a pagar - FAPES		3.943	-	3.943	4.472	-	4.472
Passivo atuarial - FAMS		3.653	-	3.653	4.605	(634)	3.971
Instrumentos Financeiros derivativos	d	-	-	-	-	894.284	894.284
Diversas		53.667	-	53.666	59.490	(3)	59.487
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**19.082.238**	**8.854.844**	**27.937.082**	**13.285.789**	**18.935.165**	**32.220.954**
OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES		**2.134.349**	**-**	**2.134.349**	**3.537.237**	**-**	**3.537.237**
OBRIGAÇÕES POR REPASSES		**16.213.817**	**-**	**16.213.817**	**8.950.808**	**-**	**8.950.808**
Repasses com o BNDES		14.072.360	-	14.072.360	6.596.289	-	6.596.289
Repasses com a Sec. Tesouro Nacional		2.141.457	-	2.141.457	2.354.519	-	2.354.519
OUTRAS OBRIGAÇÕES		**734.072**	**8.854.844**	**9.588.916**	**797.744**	**18.935.165**	**19.732.909**
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis		483.399	-	483.399	539.325	-	539.325
Passivo atuarial - FAMS		117.047	(22.734)	94.313	126.694	(23.481)	103.213
Contas a pagar - FAPES		108.302	-	108.302	111.015	-	111.015
Provisão para programa de desligamento de funcionários		17.270	-	17.270	12.656	-	12.656
Tributos diferidos	b	8.054	8.877.577	8.885.631	8.054	18.958.646	18.966.700
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**13.539.400**	**17.125.456**	**30.664.856**	**36.884.663**	**36.469.846**	**73.354.509**
Capital social		12.775.266	-	12.775.266	35.828.862	-	35.828.862
Reservas de capital		92.993	-	92.993	92.993	-	92.993
Reservas de lucros		666.457	-	666.457	947.372	-	947.372
Reserva legal		595.835	-	595.835	793.454	-	793.454
Reserva de incentivos fiscais		70.622	-	70.622	153.918	-	153.918
Ajuste de avaliação patrimonial	e	4.684	16.805.736	16.810.420	15.436	34.326.476	34.341.912
Lucros acumulados	f	-	319.720	319.720	-	319.720	319.720
Resultado do exercício		-	-	-	-	1.823.650	1.823.650
TOTAL DO PASSIVO		**36.697.378**	**25.980.299**	**62.677.677**	**52.466.912**	**56.286.304**	**108.753.216**

3.2.2) Demonstração dos resultados

R$ mil

	Nota 3.2.6	31/12/2009 BR GAAP Anterior	31/12/2009 Ajustes	31/12/2009 BR GAAP Atual/CPC
RECEITAS BRUTAS DE VENDA E/OU SERVIÇOS		3.587.092	2.257.265	5.844.357
Dividendos		1.307.042	(2.180)	1.304.862
Juros sobre capital próprio		1.119.270	-	1.119.270
Resultado com alienações de títulos de renda variável		1.158.801	336.854	1.495.655
Comissões e taxas		1.979	-	1.979
Deságio/Ganho por compra vantajosa	g	-	1.922.591	1.922.591
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E/OU SERVIÇOS		3.587.092	2.257.265	5.844.357
RESULTADO BRUTO		3.587.092	2.257.265	5.844.357
(DESPESAS)/RECEITAS OPERACIONAIS		1.419.778	360.347	1.780.125
GERAIS ADMINISTRATIVAS		1.644.886	1.383	1.646.269
Provisão para contingências trabalhistas		(60.161)	-	(60.161)
Remuneração da diretoria e conselheiros		(404)	-	(404)
Despesas com Pessoal		(187.387)	1.383	(186.004)
Despesas com tributos		(134.102)	-	(134.102)
Atualização monetária de ativos - SELIC		2.022.230	-	2.022.230
Despesas Administrativas		(51.592)	-	(51.592)
Diversas		56.302	-	56.302
FINANCEIRAS		(627.745)	1.393.911	766.166
Receitas financeiras		1.230.631	1.363.469	2.594.100
Receitas de operações de crédito		265.555	-	265.555
Títulos e valores mobiliários	h	484.290	1.817.649	2.301.939
Resultado com fundo mútuo de investimentos		454.180	(454.180)	-
Comissões e prêmios		26.606	-	26.606
Despesas financeiras		(1.858.376)	30.442	(1.827.934)
Encargos financeiros ref. a emissão de debêntures		(266.962)	-	(266.962)
Encargos financeiros ref. a obrigações perante o BNDES		(1.321.311)	-	(1.321.311)
Encargos financeiros ref. a obrig. perante o BNDES - recursos PIS/PASEP		(30.778)	-	(30.778)
Encargos financeiros ref. a obrigações com a Sec. Tes. Nacional		(213.062)	-	(213.062)
Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito		(26.263)	30.442	4.179
OUTRAS (DESPESAS)/RECEITAS OPERACIONAIS		(375.478)	(738.480)	(1.113.958)
Despesas com aquisição de participações societárias		(1.929)	154.795	152.866
Provisão para perdas		(373.549)	1.009	(372.540)
Resultado com prêmio no mercado de opções	i	-	(894.284)	(894.284)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		778.115	(296.467)	481.648
Receita de equivalência patrimonial		1.293.566	-	1.293.566
Despesa de equivalência patrimonial		(515.451)	(296.467)	(811.918)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO		5.006.870	2.617.612	7.624.482
PROVISÃO PARA IR E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(1.433.034)	-	(1.433.034)
Provisão para Imposto de renda		(1.052.023)	-	(1.052.023)
Provisão para Contribuição Social		(381.011)	-	(381.011)
IR/CS DIFERIDOS	j	395.800	(793.962)	(398.162)
Participações/ Contribuições estatutárias		(17.260)	-	(17.260)
Participação dos empregados no lucro		(17.260)	-	(17.260)
LUCRO DO PERÍODO		**3.952.376**	**1.823.650**	**5.776.026**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100144

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

3.2.3) Reconciliação da demonstração dos fluxos de caixa

R$ mil

	Nota 3.2.6	31/12/2009 BR GAAP Anterior	Ajustes	BR GAAP Atual/CPC
Fluxo de caixa das atividades operacionais	k	10.376.369	(580.497)	9.795.872
Fluxo de caixa das atividades investimento	k	(8.235.105)	580.497	(7.654.608)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		(780.399)	-	(780.399)

3.2.4) Reconciliação do lucro

R$ mil

	Resultado Líquido do Período
Em 31 de dezembro de 2009	
Resultado acumulado de dezembro de 2009 anterior à adoção das novas práticas	**3.952.376**
Redução ao valor recuperável de ativos financeiros	30.442
Participações Societárias	2.689.607
Debêntures	790.463
Derivativos	(894.284)
Impostos diferidos	(793.962)
Benefícios a empregados	1.384
Ajustes das novas práticas em 31 de dezembro de 2009	**1.823.650**
Saldo em 31 de dezembro de 2009 com as novas práticas	**5.776.026**

3.2.5) Reconciliação do ativo, passivo e patrimônio líquido dos exercícios findos em 01/01/2009 e 31/12/2009

R$ mil

	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido
Balanço de abertura das novas práticas em 01 de janeiro de 2009			
Saldo anterior à adoção das novas práticas	36.697.378	23.157.978	13.539.400
Redução ao valor recuperável de ativos financeiros	171.652	-	171.652
Participações Societárias	25.545.787	-	25.545.787
Debêntures	279.224	-	279.224
Impostos diferidos	(16.364)	8.877.576	(8.893.940)
Benefícios a empregados	-	(22.733)	22.733
Ajustes das novas práticas em 01 de janeiro de 2009	25.980.299	8.854.843	17.125.456
Saldo em 01 de janeiro de 2009 com as novas práticas	62.677.677	32.012.821	30.664.856
Em 31 de dezembro de 2009			
Saldo anterior à adoção das novas práticas	52.466.912	15.582.249	36.884.663
Redução ao valor recuperável de ativos financeiros	202.094	-	202.094
Participações Societárias	55.030.053	-	55.030.053
Debêntures	1.069.688	-	1.069.688
Derivativos	-	894.284	(894.284)
Impostos diferidos	(15.531)	18.946.289	(18.961.820)
Benefícios a empregados	-	(24.115)	24.115
Ajustes das novas práticas em 31 de dezembro de 2009	56.286.304	19.816.461	36.469.843
Saldo em 31 de dezembro de 2009 com as novas práticas	108.753.216	35.398.707	73.354.509

3.2.6) Comentário aos ajustes das demonstrações financeiras a adoção inicial dos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.

Item	Descrição
a	As debêntures mantidas até o vencimento e disponíveis para venda foram reclassificadas da seguinte forma: 1) designadas ao valor justo por meio do resultado – àqueles que possuem derivativos embutidos; e 2) empréstimos e recebíveis – às debêntures simples.
b	Os tributos diferidos referente a diferenças temporárias de instrumentos financeiros, ganho por aquisição vantajosa de coligadas e baixa de deságios, classificados no longo prazo.
c	Participações societárias sem influência significativa foram reclassificadas da categoria de Investimentos para o subgrupo de Títulos e Valores Mobiliários do Ativo não Circulante.
d / i	Reconhecimento do resultado negativo com prêmio no mercado de opções.
e	Mensuração a valor justo de títulos e valores mobiliários, que foram classificados como títulos disponíveis para venda no Ativo não Circulante.
f	Efeito no resultado da adoção dos CPCs, referendados pela CVM, no exercício de 2009.
g	Realização de ágios e deságios de coligadas, no subgrupo de Investimentos, e de ações e bônus de subscrição, ambos do Ativo não Circulante.
h	Valor de mercado das debêntures designadas ao valor justo por meio do resultado e realizações de ajustes de avaliação patrimonial.
j	Realização de tributos diferidos referentes a instrumentos financeiros, ganho por aquisição vantajosa de coligadas e baixa de deságios.
k	Transferência de Ações das atividades de investimento para títulos e valores mobiliários das atividades operacionais.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável na data de transição sendo que os valores reconhecidos em excesso, calculados de acordo com práticas anteriores foram reclassificados para a conta de Lucros Acumulados no Patrimônio Líquido.

3.4 Benefícios a empregados

Em atendimento a Deliberação CVM nº 600, de 07/10/2009, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 33, a BNDESPAR reconheceu os efeitos da aplicação das novas práticas contábeis nas informações financeiras zerando o saldo na data de transição. A administração decidiu reconhecer no resultado os ganhos e perdas decorrentes da adoção do método do corredor a partir da data de transição.

4. Sumário das principais práticas contábeis

Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

4.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da BNDESPAR foram preparadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 de acordo com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC e referendados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM – aprovados até 31 de dezembro de 2010. A BNDESPAR apresentou antecipadamente as ITR de 30 de setembro de 2010 de acordo com os CPC's.

A reconciliação e a descrição dos efeitos da transição das práticas contábeis adotadas no Brasil para o CPC, relativas ao balanço patrimonial, patrimônio líquido, resultado e mutações do patrimônio líquido, estão demonstradas na Nota 3.2.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo através do resultado, que foram mensurados pelo valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com o CPC requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações financeiras, estão demonstradas na Nota 7.3 e 10.3.

4.2 Investimento em coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a BNDESPAR possui poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida, sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas. A influência significativa é presumida quando a BNDESPAR possui 20% ou mais do capital votante da investida. A presunção de influência é afastada quando a BNDESPAR não participa nas decisões da investida, mesmo que tenha 20% ou mais do capital votante.

A administração entende que certas participações acionárias detidas pelo BNDESPAR que representam mais de 20% do capital votante não conferem influência significativa sobre tais entidades, em função, principalmente, da não participação na elaboração das políticas operacionais e financeiras da investida. Por outro lado, a Administração julgou exercer influência significativa em entidades nas quais detém menos de 20% do capital votante por influenciar as políticas operacionais e financeiras de tais entidades.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de custo e o seu valor contábil será aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da BNDESPAR nas variações patrimoniais das investidas geradas após a aquisição. A participação da BNDESPAR nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação nos outros resultados abrangentes é reconhecida de forma reflexa diretamente no patrimônio liquido.

Quando a participação da BNDESPAR nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer ativos de longo prazo que, na essência constituam parte do investimento na coligada, a BNDESPAR não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da coligada.

As demonstrações financeiras das coligadas foram ajustadas, quando necessária, para assegurar consistência entre as práticas contábeis adotadas por esta e as adotadas pelo BNDESPAR.

Os ganhos e perdas por diluição ou por aumento de percentual de participação são reconhecidos no resultado do período em que ocorrerem.

O investimento em coligadas inclui o ágio apurado na aquisição, líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável (*impairment)*. O ágio é apurado pela diferença entre o valor pago (ou compromissos por pagar) e a participação sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos.

A compra vantajosa (deságio) apurada na aquisição de coligada é reconhecida no resultado na data da aquisição.

O sumário das informações financeiras de coligadas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial está apresentado na nota explicativa n.º 10.

Não há nenhuma restrição significativa que poderia limitar a capacidade das coligadas em transferir os fundos para a BNDESPAR na forma de dividendos ou efetuar os pagamentos de créditos e/ou adiantamentos.

4.3 Segmentos operacionais

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente ao relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, representado pela Administração.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100145

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

4.4 Conversão de saldos em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

As informações financeiras foram elaboradas com base na moeda funcional, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a BNDESPAR opera. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais que é a moeda funcional e de apresentação da Sociedade.

(b) Transações e Saldos

Transações em moeda estrangeira são contabilizadas, no seu reconhecimento inicial, na moeda funcional, aplicando-se, a taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira na data da transação.

As variações cambiais que surgem da liquidação de tais transações e da conversão dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira por taxas cambiais de fechamento são reconhecidas como ganho ou perda na demonstração do resultado.

4.5 Ativos financeiros

4.5.1) Classificação

A BNDESPAR classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial e reavalia esta classificação por ocasião dos balanços semestrais ou anuais.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Nessa categoria são incluídos os ativos financeiros mantidos para negociação e aqueles que são designados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao valor justo através do resultado (*Fair value option*).

Os ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando são adquiridos principalmente com o objetivo de negociação no curto prazo (Nessa categoria estão classificados principalmente títulos públicos e instrumentos financeiros derivativos); ou no reconhecimento inicial fizer parte integrante de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são administrados em conjunto e possuir padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou for um derivativo que não tenha sido designado como instrumento de "hedge" contábil.

Um ativo financeiro além dos mantidos para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou

- O ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da BNDESPAR, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou

- Fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica "Outros ganhos e perdas", na demonstração do resultado.

A BNDESPAR fez a opção pela designação a valor justo através do resultado para o seguinte instrumento financeiro:

Debêntures com opção de conversão em ações

Parte da carteira de debêntures mantidas pela BNDESPAR possui derivativos embutidos (opção de conversão ou permuta em ações) que alteram de forma significativa seus fluxos de caixa. Para determinadas debêntures com opção de conversão ou permuta, a BNDESPAR entende não ser possível a mensuração do derivativo embutido separadamente.

Nesse sentido, foi feita a opção pela designação na data de transição e no reconhecimento inicial, quando aplicável, como ao valor justo por meio do resultado dessas debêntures como um todo, sem que os derivativos embutidos fossem segregados.

(b) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. A receita de juros é reconhecida com a aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, caso em que o reconhecimento dos juros seja imaterial. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, que são classificados como ativos não circulantes.

Os empréstimos e recebíveis da BNDESPAR compreendem as vendas a prazo de títulos e valores mobiliários, direitos recebíveis e debêntures simples.

Na BNDESPAR, as operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários, direitos recebíveis e debêntures simples representam apoio financeiro e são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores.

(c) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Administração tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento.

Investimentos mantidos até o vencimento são registrados ao valor de custo amortizável utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável, sendo a receita reconhecida com base na remuneração efetiva.

(d) Ativos financeiros disponíveis para venda

São ativos financeiros não derivativos mantidos por um período indefinido, que podem ser vendidos em resposta à necessidade de liquidez ou à mudança de taxa de juros, taxa de câmbio ou preços de ações. São incluídos em ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

Incluem-se nessa categoria, principalmente, títulos públicos, cotas de fundos de investimento e ações de companhias abertas.

Os ganhos e as perdas oriundos de mudanças no valor justo são reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados na conta "Ajuste de avaliação patrimonial" líquidos dos efeitos tributários, com exceção da perda por redução ao valor recuperável, juros calculados pelo método de juros efetivos e ganhos e perdas cambiais calculados sobre ativos monetários, que são reconhecidos diretamente no resultado. Quando o investimento é alienado ou apresenta problemas de recuperação, o ganho e a perda acumulados anteriormente reconhecidos na conta "Ajuste de avaliação patrimonial" são reclassificados para o resultado.

Os dividendos de instrumentos de patrimônio disponíveis para venda são reconhecidos no resultado quando é estabelecido o direito da BNDESPAR de recebê-los.

4.5.2) Reconhecimento e mensuração inicial

Os Ativos financeiros são reconhecidos quando a BNDESPAR se torna parte ativa das disposições contratuais do Instrumento.

Todos os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da transação, na qual a BNDESPAR se compromete a comprar ou vender o instrumento, exceto para empréstimos, adiantamentos e transações regulares de compra e venda que requerem a entrega em data estabelecida por convenção de mercado a qual é reconhecida como a data de liquidação.

Os ativos financeiros classificados na categoria de mensurados pelo valor justo através do resultado são inicialmente mensurados ao valor justo, sendo os respectivos custos de transação e receitas de originação reconhecidos diretamente na demonstração do resultado. Os demais ativos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, acrescidos dos custos de transação e das receitas de originação.

4.5.3) Mensuração subsequente

Ativos financeiros classificados nas categorias de disponíveis para venda e de mensurados ao valor justo através do resultado são subseqüentemente mensurados ao valor justo. Os ativos financeiros classificados nas categorias de empréstimos e recebíveis e de mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros.

O método da taxa efetiva de juros é utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alocar a receita ou a despesa de juros ao período de competência. A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que é aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros estimados ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, a BNDESPAR estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui os eventuais custos de transação, receitas de originação e outros prêmios ou descontos. Quando o valor de um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares for reduzido em decorrência de perda por redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida usando a taxa efetiva de juros, utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros para fins de mensuração da redução ao valor recuperável.

Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo dos ativos financeiros classificados na categoria de mensurados ao valor justo através do resultado são incluídos no resultado do período quando ocorrem.

Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo de ativos financeiros classificados na categoria de disponíveis para venda são reconhecidos diretamente em conta específica do patrimônio líquido até o ativo financeiro ser baixado ou provisionado por perda no seu valor recuperado.

Nesse caso, o ganho ou perda acumulado na conta específica do patrimônio líquido deve ser transferido para o resultado do período. Contudo, os juros calculados por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros e os ganhos e perdas de variação cambial de ativos monetários classificados na categoria de disponíveis para venda são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrem. Os dividendos de títulos patrimoniais classificados na categoria de disponíveis para venda são reconhecidos no resultado no momento em que é estabelecido o direito da entidade de recebê-los.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100146

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

4.5.4) Baixa

Ativos financeiros são baixados quando os direitos sobre o recebimento dos fluxos de caixa se expiram, ou quando a BNDESPAR transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro.

4.5.5) Reclassificações de ativos financeiros:

(a) De Disponíveis para venda para Mantidos até o vencimento

Não há condicionante desde que atenda os pré-requisitos para classificação na categoria de mantidos até o vencimento.

(b) De Mantidos até o vencimento para Disponíveis para venda

Em raras circunstâncias, por motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, ocorrido após a data da classificação.

Caso ocorra uma reclassificação, exceto nos casos acima mencionados, todos os instrumentos classificados na categoria de mantidos até o vencimento serão reclassificados para a categoria de disponíveis para venda. Além disso, novos instrumentos não serão classificados nesta categoria durante o exercício da referida reclassificação e nos dois exercícios subsequentes.

(c) De Mantidos para negociação para Mantidos até o vencimento

Em raras circunstâncias e somente nos casos de ativos que deixem de ter características de negociação e que atendam os pré-requisitos para classificação na categoria de mantidos até o vencimento.

(d) De Mantidos para Negociação para Disponíveis para Venda

Em raras circunstâncias e somente nos casos de ativos que deixem de ter características de negociação.

(e) De Mantidos para negociação para Empréstimos e recebíveis

Em raras circunstâncias e somente nos casos de ativos que deixem de ter características de negociação e que atendam os pré-requisitos para classificação na categoria de empréstimos e recebíveis.

(f) De Disponíveis para venda para Empréstimos e recebíveis

Em raras circunstâncias e somente nos casos de ativos que foram designados inicialmente para esta categoria e que atendam os pré-requisitos para classificação na categoria de empréstimos e recebíveis.

A BNDESPAR não reclassifica instrumentos financeiros de outras categorias para a categoria de mantidos para negociação, nem para designados ao valor justo através do resultado, assim como não reclassifica instrumentos financeiros designados inicialmente a valor justo através do resultado para outra categoria.

Não houve reclassificações de ativos financeiros no período.

4.5.6) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

(a) Ativos contabilizados pelo custo amortizado

A BNDESPAR avalia, em cada data de balanço, a existência de qualquer evidência objetiva de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros, contabilizados pelo custo amortizado, possam ser reduzidos ao valor recuperável.

Um ativo ou um grupo de ativos financeiros está reduzido ao valor recuperável e são incorridas perdas por redução ao valor recuperável caso exista a evidência objetiva de redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo ("evento de perda") e se esse evento (ou eventos) de perda tiver um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados que possa ser confiavelmente estimado.

A BNDESPAR considera os seguintes itens como evidências objetivas de redução ao valor recuperável:

- Inadimplemento igual ou maior que 90 dias;
- Falência ou concordata do cliente; e
- Recuperação judicial.

Além disso, os seguintes itens qualitativos devem ser monitorados, pois podem indicar uma evidência de redução ao valor recuperável:

- Deterioração de classificação de risco elaborada internamente;
- Fraude;
- Renegociação que afete o fluxo de caixa original da operação (redução);
- Perda das garantias contratuais.

O período estimado entre a ocorrência do evento de perda e sua identificação é definido pela Administração em função da relevância do crédito sendo de seis meses para créditos significativos e doze meses para créditos não significativos.

A BNDESPAR avalia primeiro se existe evidência objetiva de redução ao valor recuperável para ativos financeiros que sejam individualmente significativos. Se não houver evidência objetiva de redução ao valor recuperável, este é incluído num grupo de ativos financeiros com características semelhantes de risco de crédito e avaliado coletivamente. Os ativos que são individualmente avaliados e para os quais haja uma perda por redução ao valor recuperável não são incluídos na avaliação coletiva.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de ativo financeiro, para o qual exista garantia, reflete os fluxos de caixa que podem ser resultantes da execução da garantia, menos os custos para obter e vender a garantia, caso a execução da garantia seja provável ou não.

Para fins de avaliação coletiva de redução ao valor recuperável, os ativos financeiros são agregados com base em características semelhantes de risco de crédito.

Os fluxos de caixa futuros do grupo de ativos financeiros que são coletivamente avaliados para fins de redução ao valor recuperável são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência de perda histórica para os ativos com características de risco de crédito semelhantes. A experiência de perda histórica é ajustada para refletir os efeitos de condições correntes que não tenham afetado o período em que a experiência de perda histórica é baseada e para excluir os efeitos de condições no período histórico que não existem atualmente.

A metodologia e as premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixa futuros são revistas regularmente pela BNDESPAR para reduzir qualquer diferença entre estimativas de perda e a experiência de perda atual.

Se o montante de perda por redução ao valor recuperável for diminuído em um período subsequente, e a diminuição estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorra após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda reconhecida anteriormente é revertida com o ajuste na conta redutora. O montante de reversão é reconhecido na demonstração do resultado.

(b) Ativos categorizados como disponíveis para venda

A BNDESPAR avalia em cada data de balanço a existência de evidências objetivas de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros disponíveis para venda estejam reduzidos ao valor recuperável. Com relação aos títulos de dívida, a BNDESPAR utiliza os mesmos critérios definidos para Ativos Financeiros contabilizados pelo custo amortizado. No caso de títulos patrimoniais categorizados como disponível para venda, além dos critérios definidos para Ativos Financeiros contabilizados pelo custo amortizado, as evidencias objetivas de perdas no valor recuperável incluem também o declínio significativo ou prolongado no valor justo de um título abaixo do seu custo. Quando tal evidência objetiva existe para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada – que é mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo na data-base, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida anteriormente para esse mesmo ativo financeiro – é removida do patrimônio líquido e reconhecida no resultado do exercício. As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado para um investimento em um título patrimonial classificado como disponível para venda não são revertidas subsequentemente por meio do resultado, enquanto que, no caso de um título de dívida, se seu valor justo aumentar e o aumento for relacionado com um evento que ocorra após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, esta perda é revertida por meio do resultado.

4.6 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, adicionados os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Após o reconhecimento inicial, o saldo é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

4.6.1) Classificação

A BNDESPAR classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e mensurados ao custo amortizado.

Na categoria de mensurados ao valor justo através do resultado são incluídos basicamente instrumentos financeiros derivativos.

Na categoria de mensurados ao custo amortizado são incluídos obrigações por debêntures emitidas, empréstimos e repasses e outros valores a pagar.

4.6.2) Reconhecimento e mensuração inicial

Os passivos financeiros são reconhecidos quando a BNDESPAR se torna parte passiva das disposições contratuais do instrumento.

Os passivos financeiros classificados na categoria de mensurados pelo valor justo através do resultado são inicialmente mensurados ao valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos diretamente no resultado.

Os passivos financeiros classificados na categoria mensurados ao custo amortizado são inicialmente mensurados pelo valor justo, acrescidos/deduzidos dos custos de transação e de prêmios e descontos.

4.6.3) Mensuração subsequente

Passivos financeiros classificados na categoria de mensurados ao valor justo através do resultado são subsequentemente mensurados ao valor justo.

Os passivos financeiros classificados na categoria de mensurados ao custo amortizado são subseqüentemente mensurados pelo custo amortizado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros.

4.6.4) Baixa

Passivos financeiros são baixados quando suas obrigações são eliminadas, canceladas ou extintas.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100147

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

4.7 Apresentação de instrumentos financeiros pela posição líquida entre ativos e passivos

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido somente quando a BNDESPAR tem o direito legal e a intenção de compensar valores ativos com valores passivos e liquidar estes ativos e passivos por diferença ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.8 Instrumentos financeiros derivativos

A BNDESPAR, quando aplicável, utiliza derivativos com intuito de proteção, visando adequar sua composição de ativos e passivos financeiros, gerenciar o perfil de produtos e atender quaisquer outras finalidades alinhadas a seus objetivos institucionais, buscando a eficiência na gestão financeira. A BNDESPAR não utiliza derivativos para tomar posições de caráter especulativo, que gerem intencionalmente posições descobertas vinculadas a apostas direcionais.

A estratégia de proteção consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor justo ou de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo ou passivo financeiro.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da contratação e são posteriormente mensurados pelo valor justo no final de cada período de relatório. Eventuais ganhos e perdas são reconhecidos imediatamente no resultado.

Um derivativo com valor justo positivo é reconhecido como ativo, enquanto um derivativo com valor justo negativo é reconhecido no passivo. Um derivativo é apresentado como ativo ou passivo não corrente se o prazo de vencimento remanescente do instrumento for superior a 12 meses e não se espera que seja realizado ou liquidado em um período mais curto. Outros derivativos são apresentados com ativos e passivos correntes.

Adicionalmente, a BNDESPAR utiliza instrumentos financeiros que se enquadram na definição de derivativos embutidos, como parte de algumas operações de renda variável. Tais derivativos, por exemplo opções de conversão/permuta de debêntures em ações, encontram-se embutidos em instrumentos jurídicos ligados à carteira de títulos e valores mobiliários. Tais derivativos, quando aplicável, são segregados dos contratos principais e são também classificados na categoria de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado.

4.9 Classes de instrumentos financeiros

A BNDESPAR classifica seus instrumentos financeiros em classes de acordo com a natureza e características desses instrumentos. Vide abaixo as classes definidas:

A) <u>Ativos Financeiros</u>

A-1) Mensurados ao valor justo através do resultado:	
A-1.1) Mantidos para Negociação:	Cotas de fundos de investimentos; Títulos Públicos; Instrumentos financeiros derivativos;
A-1.2) Designado ao valor justo através do resultado:	Debêntures
A-2) Empréstimos e recebíveis:	Disponibilidades; Venda a prazo de TVM; Direitos recebíveis; Dividendos e JCP a receber; e Debêntures;
A-3) Mantidos até o vencimento:	Títulos Públicos
A-4) Disponíveis para venda:	Ações e Bônus de Subscrição; Cotas de fundos de investimentos; e Títulos Públicos.

B) <u>Passivos Financeiros</u>

B-1) Mensurados ao valor justo através do resultado: instrumentos financeiros derivativos

B-2) Mensurados ao Custo amortizado:

B-2.1) Captações:	Debêntures; Repasses BNDES e TN
B-2.2) Outros Passivos financeiros.	

4.10 Reconhecimento de Receita

(a) Receitas e despesas de juros

Receitas e despesas de juros para todos os instrumentos financeiros com incidência de juros são reconhecidos dentro de "receitas de operações financeiras" e "despesas de operações financeiras" na demonstração do resultado usando o método da taxa efetiva de juros, exceto daqueles mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

(b) Receita de honorários e comissões

Receita de honorários e comissões é geralmente reconhecida conforme o regime contábil de competência no período em que os serviços são prestados.

Entretanto, as receitas de comissões caracterizadas como receitas de originação de instrumentos financeiros classificados nas categorias de empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento são acrescidas ao valor justo inicial dos instrumentos financeiros relacionados e apropriadas ao resultado pelo método da taxa efetiva de juros, sendo reconhecidas nas respectivas contas de receitas e despesas de juros, conforme aplicável.

(c) Receita de dividendos

A receita de dividendos é reconhecida na demonstração do resultado quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

4.11 Redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros

Os ativos não financeiros que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de redução ao valor recuperável. Os ativos são revisados para a verificação de redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo sobre seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o seu valor justo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).O ágio apurado na aquisição de coligada é testado por redução ao valor recuperável juntamente com o investimento avaliado pela equivalência patrimonial.

O valor da provisão para redução ao valor recuperável sobre os ativos não-financeiros, exceto o ágio, é revisado para a análise de uma possível reversão na data de apresentação do relatório.

4.12 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa incluem disponibilidades , operações compromissadas de curto prazo e quaisquer outras aplicações de curto prazo que possuam alta liquidez, que sejam prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que não estejam sujeitas a um risco significante de mudança de valor.

As operações são consideradas de curto prazo quando possuem vencimentos em três meses ou menos a contar da data da aquisição.

4.13 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando atende aos três critérios elencados a seguir:

I - a entidade tiver uma obrigação presente (legal ou presumida) como consequência de um evento passado;

II - for provável que um fluxo de saída de recursos seja exigido para liquidar a obrigação;

III- puder ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se alguma dessas condições não for atendida, a obrigação não é contabilizada, somente divulgada (nota 14).

A BNDESPAR reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

A provisão reflete o valor presente dos desembolsos que se espera que sejam exigidos para liquidar tal obrigação quando o efeito do valor do dinheiro no tempo for relevante (mais de um ano).O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa de juros.

As contingências passivas são reavaliadas trimestralmente para determinar se a avaliação anterior continua válida.

4.14 Benefícios a empregados

(a) Plano de aposentadoria complementar

A BNDESPAR oferece plano de aposentadoria complementar. O plano é financiado por pagamentos a um fundo fiduciário, determinados por cálculos atuariais periódicos. O plano é de benefício definido.

Os ativos atuariais, determinados pelos atuários consultores, não são reconhecidos como ativo do patrocinador em função da impossibilidade de compensação de tais valores com contribuições futuras, conforme determinado no regulamento do fundo de pensão.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de ganhos ou perdas atuariais e de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o Método de Crédito Unitário Projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100148

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

As dívidas contratadas entre a BNDESPAR e o plano de pensão são consideradas na determinação de um passivo adicional referente a contribuições futuras que não serão recuperáveis.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, que excederem 10% do valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano, são debitados ou creditados ao resultado no período esperado de serviço remanescente dos funcionários.

(b) Plano de assistência médica

A BNDESPAR oferece benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e à conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que usada para os planos de pensão de benefício definido.

Os ganhos e as perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e na mudança das premissas atuariais que excederem 10% do valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano, são debitados ou creditados ao resultado no período esperado de serviço remanescente dos funcionários. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

(c) Benefícios de rescisão

A BNDESPAR reconhece os benefícios de rescisão quando está, de forma demonstrável, comprometida com a rescisão dos atuais empregados, de acordo com um plano formal detalhado, o qual não pode ser suspenso ou cancelado, ou o fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária. Os benefícios que vencem em mais de 12 meses após a data do balanço são descontados a seu valor presente.

(d) Participação nos lucros

A BNDESPAR reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados (apresentado no item "Participação dos Empregados no Lucro" na demonstração do resultado) com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuível ao acionista único, BNDES, após certos ajustes. A BNDESPAR reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

4.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são constituídos com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal, sobre o qual são aplicadas as alíquotas vigentes para o período de apuração. São calculados com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os tributos são determinados usando alíquotas (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto de renda e contribuição social diferido ativo for realizado ou quando o imposto de renda e contribuição social diferido passivo for liquidado.

As diferenças temporárias principais são decorrentes de reavaliação de certos ativos e passivos financeiros incluindo contratos de derivativos, provisões para planos de pensão e outras e benefícios pós-emprego; e em relação a aquisições a diferença entre valores justos de ativos líquidos adquiridos e suas bases contábeis. Entretanto, não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o patrimônio ou o resultado contábil, nem o lucro real ou o prejuízo fiscal/base negativa.

Os tributos diferidos também são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em coligadas e desde que seja provável que a diferença temporária não seja revertida em um futuro previsível.

Se resultarem ativos, o reconhecimento ocorre quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais possam ser usadas diferenças temporárias.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, quando relacionados com mensuração de valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda debitados ou creditados diretamente ao patrimônio líquido, são também creditados ou debitados ao patrimônio líquido, e subsequentemente são reconhecidos no resultado junto com os ganhos e as perdas que foram diferidos em outros resultados abrangentes quando de sua realização.

4.16 Capital social

Dividendos de ações ordinárias

A distribuição de dividendos para o acionista único é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no valor mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social da BNDESPAR. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelo Conselho de Administração.

5. Valor justo de ativos e passivos financeiros

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros a BNDESPAR utiliza a hierarquia a seguir:

Nível 1: preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
Nível 2: preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais, todos os *inputs* significativos são baseados nos dados de mercados observáveis.
Nível 3: técnicas de avaliação, para as quais, qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

Não houve transferência entre níveis.

A seguir encontra-se apresentada a mensuração ao valor justo no final dos exercícios:

R$ mil

	31/12/2010			
Ativos financeiros	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos e Valores Mobiliários				
Cotas de fundos de investimento exclusivo	-	1.126.473	-	1.126.473
Debêntures designadas	-	10.448.439	1.595.897	12.044.336
Ações	77.793.235	11.116.726	337.807	89.247.768
Cotas de fundos de investimento	-	2.022.829	-	2.022.829
Instrumentos financeiros derivativos				
Opções de compra	-	41.346	-	41.346
Opções de venda	-	229.902	-	229.902
Total	77.793.235	24.985.715	1.933.704	104.712.654

Passivos Financeiros	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Instrumentos financeiros derivativos				
Opções de compra	-	483.569	-	483.569
Total	-	483.569	-	483.569

R$ mil

	31/12/2009			
Ativos financeiros	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos e Valores Mobiliários				
Cotas de fundos de investimento exclusivo	-	1.944.862	-	1.944.862
Debêntures designadas	-	6.628.028	1.846.889	8.474.917
Ações	65.207.291	9.728.026	141.630	75.076.947
Cotas de fundos de investimento	-	1.579.884	-	1.579.884
Total	65.207.291	19.880.800	1.988.519	87.076.610

Passivos Financeiros	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Instrumentos financeiros derivativos				
Opções de compra	-	894.284	-	894.284
Total	-	894.284	-	894.284

R$ mil

	01/01/2009			
Ativos financeiros	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos e Valores Mobiliários				
Cotas de fundos de investimento exclusivo	-	583.708	-	583.708
Debêntures designadas	-	3.666.338	1.630.628	5.296.966
Ações	36.989.564	6.061.277	250.456	43.301.297
Cotas de fundos de investimento	-	1.035.633	-	1.035.633
Total	36.989.564	11.346.956	1.881.084	50.217.604

O total dos Ativos Financeiros não considera o valor das ações mensuradas ao custo de aquisição. Os saldos dessas ações representam em 31/12/2010 R$ 1.348 mil; em 31/12/2009 R$ 43.653 mil; e em 01/01/2009 R$ 42.628 mil.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é considerado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir da Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviços de precificação, ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em base puramente comerciais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos no Nível 1 compreendem, principalmente, ações de companhias abertas.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado em que está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100149

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

- o valor justo das debêntures que possuem opção de conversão/permuta em ações é calculado pela projeção do fluxo do crédito de acordo com as taxas contratadas, descontando-se o fluxo projetado a valor presente, descontada por uma taxa de desconto composta por: spread correspondente à taxa livre de risco + spread de risco de mercado.;

- o valor justo de opções do tipo européia cujos ativos objetos são negociados em bolsa de valores é calculado com base nos modelos:

(i) *Black-Scholes-Merton* sendo as principais premissas listadas abaixo:

a. Data inicial: refere-se à data da avaliação, ou seja, a data final de cada trimestre;

b. Data final: data de vencimento;

c. Preço do ativo: última cotação média do ativo objeto observada até o final da primeira quinzena do mês de referência;

d. Preço alvo/*strike price*: projeção do preço de exercício da opção na data final, de acordo com as condições contratuais;

e. Taxa livre de risco: taxa nominal pré-fixada de título público emitido pelo Tesouro Nacional que tiver prazo compatível ao do ativo sob avaliação;

f. *Dividend yield*: calculado caso a caso, mas geralmente, definido como a média dos últimos anos;

g. Volatilidade: adotou-se como padrão a volatilidade anualizada com base na oscilação diária do ativo-objeto ao longo dos últimos 4 anos.

(ii) Simulação de Monte Carlo;

a. o valor justo das demais opções/derivativos cujo ativo-objeto não é negociado em bolsa de valores e calculado pela apuração do valor justo da opção com base na diferença entre o valor econômico do ativo objeto - determinado a partir de modelos de precificação baseado em múltiplos ou em fluxo de caixa descontado – e o saldo devedor do contrato da debênture na data de referência.

b. o valor justo de opções do tipo americana cujos ativos objetos não são negociados em bolsa de valores é calculado com base em modelo de avaliação de *portfolio*.

6. Caixa e equivalentes de caixa

R$ mil

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Disponibilidades	6	28	317
Títulos e valores mobiliários			
Fundos exclusivos do Banco do Brasil *	1.126.473	1.944.862	583.708
	1.126.479	**1.944.890**	**584.025**

*Nota 7.4

7. Títulos e valores mobiliários

7.1 Composição por categoria, natureza e por emissor

R$ mil

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Instrumentos financeiros avaliados ao valor justo através do resultado			
a) Instrumentos financeiros designados ao valor justo			
Públicos:			
Debêntures	145.725	150.892	122.793
Privados:			
Debêntures	11.898.611	8.324.025	5.174.173
b) Instrumentos financeiros mantidos para negociação			
Públicos:			
Cotas de fundo de investimento exclusivo do Banco do Brasil	1.126.473	1.944.862	583.708
	13.170.809	**10.419.779**	**5.880.674**
Instrumentos financeiros disponíveis para venda			
Públicos:			
Ações (*)	48.230.144	33.888.683	21.878.813
Privados:			
Ações (*)	41.018.972	41.231.917	21.465.112
	89.249.116	75.120.600	43.343.925
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	2.022.829	1.579.884	1.035.633
	91.271.945	**76.700.484**	**44.379.558**
Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento			
Públicos:			
Títulos da dívida agrária – TDA	-	-	570
	-	-	**570**
Empréstimos e recebíveis			
Públicos:			
Debêntures	517.530	-	-
Privados:			
Debêntures	540.913	420.582	91.431
	1.058.443	**420.582**	**91.431**
Instrumentos financeiros derivativos	271.248	-	-
Provisão para redução ao valor recuperável – Debêntures – Setor privado	(342)	(76)	-
Total	**105.772.103**	**87.540.769**	**50.352.233**
Circulante	3.502.274	3.713.537	1.668.831
Não Circulante	102.269.829	83.827.232	48.683.402
Total	**105.772.103**	**87.540.769**	**50.352.233**

(*) A composição dessas ações estão descritas na Nota 10.3

R$ mil

Resumo por emissor	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Públicos	50.019.872	36.405.019	798.502
Privados	55.752.231	51.135.750	49.553.731
Total	**105.772.103**	**87.540.769**	**50.352.233**

(continuação)

7.2 Composição por prazo de vencimento

R$ mil

	31/12/2010							
	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total
Instrumentos financeiros avaliados ao valor justo através do resultado								
a) Instrumentos financeiros designados ao valor justo								
Públicos:								
Debêntures	-	-	-	145.725	-	-	-	145.725
Privados:								
Debêntures	-	260	-	1.396.492	3.356.050	2.611.252	4.534.557	11.898.611
b) Instrumentos financeiros mantidos para negociação								
Públicos:								
Cotas de fundo de investimento exclusivo do Banco do Brasil	1.126.473	-	-	-	-	-	-	1.126.473
	1.126.473	**260**	**-**	**1.542.217**	**3.356.050**	**2.611.252**	**4.534.557**	**13.170.809**
Instrumentos financeiros disponíveis para venda								
Públicos:								
Ações	48.230.144	-	-	-	-	-	-	48.230.144
Privados:								
Ações	41.018.972	-	-	-	-	-	-	41.018.972
	89.249.116	-	-	-	-	-	-	89.249.116
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	2.022.829	-	-	-	-	-	-	2.022.829
	91.271.945	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**91.271.945**
Empréstimos e recebíveis								
Público:								
Debêntures	-	-	-	-	47.554	469.976	-	517.530
Privados:								
Debêntures	-	-	-	-	540.913	-	-	540.913
	-	**-**	**-**	**-**	**588.467**	**469.976**	**-**	**1.058.443**
Instrumentos financeiros derivativos – setor Privado	271.248	-	-	-	-	-	-	271.248
Provisão para redução ao valor recuperável – Debêntures – setor privado								(342)
Total								**105.772.103**

R$ mil

	31/12/2009							
	Sem Vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total
Instrumentos financeiros avaliados ao valor justo através do resultado								
a) Instrumentos financeiros designados ao valor justo								
Público:								
Debêntures	-	-	-	-	150.892	-	-	150.892
Privados:								
Debêntures	1.138	119.174	-	277.852	1.516.417	2.964.835	3.444.609	8.324.025
b) Instrumentos financeiros mantidos para negociação								
Públicos:								
Cotas de fundo de investimento exclusivo do Banco do Brasil	1.944.862	-	-	-	-	-	-	1.944.862
	1.946.000	**119.174**	**-**	**277.852**	**1.667.309**	**2.964.835**	**3.444.609**	**10.419.779**
Instrumentos financeiros disponíveis para venda								
Públicos:								
Ações	33.888.683	-	-	-	-	-	-	33.888.683
Privados:								
Ações	41.231.917	-	-	-	-	-	-	41.231.917
	75.120.600							75.120.600
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	1.579.884	-	-	-	-	-	-	1.579.884
	76.700.484	-	-	-	-	-	-	**76.700.484**
Empréstimos e recebíveis								
Público:								
Debêntures	-	-	-	-	10.293	410.289	-	420.582
	-	**-**	**-**	**-**	**10.293**	**410.289**	**-**	**420.582**
Provisão para redução ao valor recuperável – Debêntures – setor privado								(76)
Total								**87.540.769**

R$ mil

	01/01/2009							
	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total
Instrumentos financeiros avaliados ao valor justo através do resultado								
a) Instrumentos financeiros designados ao valor justo								
Públicos:								
Debêntures	-	-	-	-	122.793	-	-	122.793
Privados:								
Debêntures	-	42.492	6.425	423.406	1.539.281	2.448.922	713.647	5.174.173
b) Instrumentos financeiros mantidos para negociação								
Públicos:								
Cotas de fundo de investimento exclusivo do Banco do Brasil	583.708	-	-	-	-	-	-	583.708
	583.708	**42.492**	**6.425**	**423.406**	**1.662.074**	**2.448.922**	**713.647**	**5.880.674**
Instrumentos financeiros disponíveis para venda								
Públicos:								
Ações	21.878.813	-	-	-	-	-	-	21.878.813
Privados:								
Ações	21.465.112	-	-	-	-	-	-	21.465.112
	43.343.925	-	-	-	-	-	-	43.343.925
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	1.035.633	-	-	-	-	-	-	1.035.633
	44.379.558	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**44.379.558**
Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento								
Público:								
Títulos da dívida agrária - TDA	-	570	-	-	-	-	-	570
	-	**570**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**570**
Empréstimos e recebíveis								
Público:								
Debêntures	-	-	-	-	-	91.431	-	91.431
	-	**-**	**-**	**-**	**-**	**91.431**	**-**	**91.431**
Provisão para redução ao valor recuperável – Debêntures – setor público e privado								-
Total								**50.352.233**

(continuação)

7.3 Debêntures

As debêntures que possuem derivativos embutidos foram classificadas como instrumento financeiro designado ao valor justo por meio do resultado e as debêntures simples foram classificadas como empréstimos e recebíveis, conforme a seguir:

R$ mil

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Instrumentos financeiros designados ao valor justo	12.044.336	8.474.917	5.296.966
Empréstimos e recebíveis	1.058.443	420.582	91.431
Valor bruto	13.102.779	8.895.499	5.388.397
Provisão para redução ao valor recuperável	(342)	(76)	-
Total	**13.102.437**	**8.895.423**	**5.388.397**
Circulante	260	120.312	48.920
Não Circulante	13.102.177	8.775.111	5.339.477
Total	**13.102.437**	**8.895.423**	**5.388.397**

7.3.1) Distribuição da carteira bruta por setor de atividade

R$ mil

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Setor Público	663.255	571.474	214.223
Setor Privado			
Indústria	6.428.836	6.032.663	3.133.865
Outros serviços	6.010.688	2.291.362	2.040.309
	12.439.524	8.324.025	5.174.174
Total	**13.102.779**	**8.895.499**	**5.388.397**

7.3.2) Distribuição da carteira bruta por vencimento

R$ mil

	31/12/2010
Vencido	-
A vencer:	
2011	260
2012	7.545
2013	1.534.673
2014	12.004
2015	3.932.513
Após 2015	7.615.784
Total	**13.102.779**

R$ mil

	31/12/2009
Vencido	1.138
A vencer:	
2010	119.174
2011	-
2012	277.852
2013	1.667.309
2014	10.293
Após 2014	6.819.733
Total	**8.895.499**

R$ mil

	01/01/2009
Vencido	-
A vencer:	
2009	48.920
2010	423.406
2011	-
2012	212.124
2013	1.449.950
Após 2013	3.253.997
Total	**5.388.397**

7.3.3) Conciliação da movimentação da redução ao valor recuperável

R$ mil

	31/12/2010	31/12/2009
Saldo no início do exercício	76	-
Constituição (reversão) *	266	76
Saldo no final do exercício	**342**	**76**

* O efeito no resultado está apresentado na Nota 17.

7.3.4) Carteira de Debêntures

A seguir estão listadas as principais debêntures por classificação e valor justo.

O valor justo das debêntures é calculado pela administração, utilizando premissas e julgamentos que, embora sejam revisados periodicamente, os valores reais podem divergir das estimativas calculadas.

R$ mil

Classificação	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Empréstimos e recebíveis			
Debêntures com características de concessão de crédito	1.058.443	420.582	91.431
Designadas ao valor justo através do resultado (Nota 21)			
Debêntures conversíveis / permutáveis em ações listadas em bolsa	10.448.439	6.628.028	3.666.338
Debêntures conversíveis / permutáveis em ações não listadas em bolsa	1.595.897	1.846.889	1.630.628
	12.044.336	8.474.917	5.296.966
Total de debêntures	13.102.779	8.895.499	5.388.397

7.4 Fundo de investimento exclusivo do Banco do Brasil

O Fundo está classificado como instrumento financeiro avaliado ao valor justo através do resultado mantido para negociação.

A carteira é composta basicamente por títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional e custodiados no Sistema de Liquidação e Custódia – SELIC

Apresenta-se a seguir a composição da carteira de títulos do Fundo:

R$ mil

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Fundo BB Extramercado Exclusivo			
ATIVO			
Disponibilidades	1.997	4.974	10.011
Operações compromissadas			
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	186.946	209.027	12.249
Títulos e valores mobiliários livres			
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	937.656	1.731.014	561.538
Outros	1	1	1
	1.126.600	1.945.016	583.799
PASSIVO			
Valores a pagar	(127)	(154)	(91)
	(127)	(154)	(91)
TOTAL	**1.126.473**	**1.944.862**	**583.708**

Composição dos títulos integrantes do ativo do Fundo por prazo de vencimento:

R$ mil

		31/12/2010					
	Quantidade	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Total
Fundo BB Extramercado Exclusivo							
Operações compromissadas							
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	41.636	186.946	-	-	-	-	186.946
Títulos e valores mobiliários livres							
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	208.468	1.565	62.677	289.966	541.978	41.470	937.656
		188.511	**62.677**	**289.966**	**541.978**	**41.470**	**1.124.602**

R$ mil

		31/12/2009					
	Quantidade	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Total
Fundo BB Extramercado Exclusivo							
Operações compromissadas							
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	51.083	209.027	-	-	-	-	209.027
Títulos e valores mobiliários livres							
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	442.449	293.124	-	267.688	1.010.398	159.804	1.731.014
		502.151	**-**	**267.688**	**1.010.398**	**159.804**	**1.940.041**

R$ mil

		01/01/2009					
	Quantidade	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Total
Fundo BB Extramercado Exclusivo							
Operações compromissadas							
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	3.294	12.249	-	-	-	-	12.249
Títulos e valores mobiliários livres							
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	150.746	-	34.838	-	50.015	476.685	561.538
		12.249	**34.838**	**-**	**50.015**	**476.685**	**573.787**

(continuação)

7.5 Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações

Estas aplicações são administradas por instituições financeiras privadas. As cotas destes fundos são avaliadas pelos valores das cotas divulgadas pelo respectivo administrador na data base do balanço.

Fundo	Administrador	31/12/2010	31/12/2009	R$ mil 01/01/2009
- PROT – Fundo de Investimento em Participações	Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos Mobiliários S.A.	668.473	867.574	462.808
- Brasil Energia – Fundo de Investimentos em Participações	Banco Bradesco S.A	315.427	258.875	118.485
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	Credit Suisse Brasil	298.196	-	-
- InfraBrasil – Fundo de Investimentos em Participações	Banco ABN Amro Real S.A.	151.751	95.789	67.756
- AG Angra Infra-Estrutura - Fundo de Investimento em Participações	Banco Bradesco S.A	82.253	63.351	38.011
- Fundo de Investimentos Cia. Paulista Trens Metropolitanos	Banco Bradesco S.A	55.412	67.851	79.164
- Logística Brasil – Fundo de Investimento em Participações	Banco Bradesco S.A.	56.889	30.600	13.564
- Fundo de Invest. Em Partic. Governança e Gestão – FIPGG	Governança & Gestão Investimentos	38.778	38.827	28.974
- Fundo de Investimento em Participações Caixa Modal Oleo e Gas	Caixa Econômica Federal	18.502	-	-
-FIP Terra Viva - Fundo de Investimento em Participações	DGF Gestão de Fundos Ltda	29.494	856	-
- Fundo Brascan de Petróleo e Gás	Banco Brascan S.A.	16.728	16.749	13.642
- Brasil Mezanino Infra-estr fdo. Inv. em Participações	Darby Stratus Administração de Investimentos Ltda	22.550	12.731	303
- Fundo Mútuo Invest em Empresas Emergentes CRIATEC	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A	22.803	13.603	7.873
- Fundo de Investimento em Participações Caixa Ambiental	Caixa Econômica Federal	31.522	2.673	3.149
- BR Educacional Fundo de Investimento em Participações	BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	36.074	15.000	-
- CRP VI Venture Fundo Mútuo de Invest. Empr. Emergentes	CRP Companhia de Participações S.A	12.203	10.506	4.180
- RB Cinema I – Fundo Financiamento Ind. Cinematográfica Nacional	Rio Bravo Investimentos S.A.	11.413	11.802	11.677
-Fundo Brasil Agronegócio - Fundo de Investimento em Participações	Banco Bradesco S.A	6.880	-	-
- Fire - Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes	BrasilPrivate Consultoria e Participações Ltda.	-	7.923	26.908
- Opportunity Equity Partners – FIA	Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos Mobiliários S.A.	4.713	4.850	104.698
- Brasil 21 – Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes	Dynamo Administradora de Recursos Ltda.	2.714	5.953	4.645
- Outros		140.054	54.371	49.796
Total		**2.022.829**	**1.579.884**	**1.035.633**

Os fundos mútuos de investimento em empresas emergentes Fire – Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes e Brasil 21 – Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes – foram constituídos sob a forma de condomínios fechados, tendo somente aportes da BNDESPAR, com prazo de duração de oito anos. Esses fundos estão em fase de desinvestimentos.

8. Venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis

As informações das operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis estão assim sumarizadas:

	31/12/2010	31/12/2009	R$ mil 01/01/2009
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	1.371.692	3.346.868	3.547.772
Provisão para redução ao valor recuperável	(3.144)	(14.669)	(13.219)
	1.368.548	**3.332.199**	**3.534.553**
Direitos recebíveis	1.676.263	19.567	20.790
Provisão para redução ao valor recuperável	(30.096)	(4.815)	(6.377)
	1.646.167	**14.752**	**14.413**
Circulante	302.302	2.384.917	378.991
Não Circulante	2.712.413	962.034	3.169.975
Total	**3.014.715**	**3.346.951**	**3.548.966**

8.1 Distribuição da carteira bruta das operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis por setor de atividade

	31/12/2010	31/12/2009	R$ mil 01/01/2009
Setor Público (*)	91.770	2.248.138	2.240.652
Setor Privado			
Indústria	1.264.567	1.082.499	1.274.265
Intermediação financeira	-	-	8.552
Outros serviços	1.691.618	35.798	45.093
	2.956.185	1.118.297	1.327.910
Total	**3.047.955**	**3.366.435**	**3.568.562**

(*) Inclui o valor de R$ 91.770 mil (R$ 2.244.520 mil em 31 de dezembro de 2009 e R$ 2.240.652 mil em 01 de janeiro de 2009) de operações com o controlador – BNDES, vide nota 16.

8.2 Distribuição da carteira bruta das operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis por vencimento

	R$ mil 31/12/2010
A vencer:	
2011	304.062
2012	290.038
2013	345.258
2014	464.221
2015	158.974
Após 2015	1.485.402
Total	**3.047.955**

	R$ mil 31/12/2009
A vencer:	
2010	2.391.251
2011	206.440
2012	190.670
2013	265.987
2014	311.010
Após 2014	1.077
Total	**3.366.435**

	R$ mil 01/01/2009
A vencer:	
2009	382.916
2010	2.217.543
2011	205.556
2012	190.436
2013	260.953
Após 2013	311.158
Total	**3.568.562**

8.3 Conciliação da movimentação da redução ao valor recuperável com crédito sobre operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis

a) Venda a prazo de títulos e valores mobiliários

	R$ mil 31/12/2010	31/12/2009
Saldo no início do exercício	14.669	13.219
Constituição (reversão) líquida	(11.525)	1.450
Saldo no final do exercício	**3.144**	**14.669**

b) Direitos recebíveis

	R$ mil 31/12/2010	31/12/2009
Saldo no início do exercício	4.815	6.377
Constituição (reversão) líquida	25.281	(1.562)
Saldo no final do exercício	**30.096**	**4.815**

O efeito no resultado está apresentado na Nota 17.

9 Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber

Em 22 de janeiro de 2010, o Conselho de Administração da Eletrobrás aprovou a quitação do saldo da reserva especial relativa a dividendos obrigatórios não distribuídos, provenientes de lucros apurados no período compreendido entre 1979 e 1998, no total de R$ 10.284.915 mil. Em fevereiro de 2010, a Eletrobrás pagou antecipadamente a primeira das quatro parcelas, que venceria em junho de 2010. Os pagamentos restantes serão efetuados em três parcelas anuais a partir de junho de 2011.

	31/12/2010	31/12/2009	R$ mil 01/01/2009
Dividendos a receber – Eletrobrás (1)	591.924	468.379	-
Outras empresas	133.621	258.760	652.134
Circulante	725.545	727.139	652.134
Dividendos a receber – Eletrobrás (1)	1.183.848	1.405.138	-
Outras empresas	-	-	-
Não Circulante	1.183.848	1.405.138	-
Dividendos a receber – Eletrobrás (1)	1.775.772	1.873.517	-
Outras empresas	133.621	258.760	652.134
Total	**1.909.393**	**2.132.277**	**652.134**

(1) Valor líquido de efeito tributário e atualizados a taxa Selic

(continuação)

10. Participações Societárias

A carteira de participações societárias é composta por empresas coligadas, sobre as quais a BNDESPAR exerce influência significativa, e por outras empresas em que não existe influência.

Até a adoção integral dos Pronunciamentos Técnicos CPC, essa carteira era apresentada no Balanço Patrimonial no subgrupo de Investimentos do Ativo Não Circulante, com exceção daqueles investimentos com manifestada intenção de realização no curto prazo, apresentados no Ativo Circulante. Com a aplicação dos CPC, os Investimentos se restringiram à carteira de coligadas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. As outras participações societárias, que passaram a ser avaliadas pelo método do valor justo, estão sendo apresentadas no Balanço Patrimonial no subgrupo de Títulos e Valores Mobiliários, na rubrica "Ações e bônus de subscrição", do Ativo Não Circulante, na categoria definida pelo CPC 38 como "Disponível para Venda".

Os componentes da carteira de participações societárias da BNDESPAR – coligadas e instrumentos financeiros disponíveis para venda – são decorrentes de operações de apoio financeiro do Sistema BNDES, cujo foco em geral corresponde à perspectiva de longo prazo.

A fim de demonstrar esses ativos sob a mesma ótica com que são administrados, apresentamos a seguir a composição desses investimentos como uma carteira de participações societárias, o que também permite a comparabilidade com as divulgações anteriores.

10.1 Composição dos saldos

R$ mil

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Investimentos – Coligadas avaliadas pelo método da equivalência patrimonial	13.641.374	14.231.339	7.367.036
Títulos e Valores Mobiliários – Empresas avaliadas a valor justo (Disponíveis para Venda) – Ativo Circulante	81.464	68.479	-
Títulos e Valores Mobiliários – Empresas avaliadas a valor justo (Disponíveis para Venda) – Ativo Não Circulante	89.167.652	75.052.121	43.343.925
Total dos investimentos	**102.890.490**	**89.351.939**	**50.710.961**

10.2 Investimentos - Coligadas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

As empresas nas quais a BNDESPAR possui o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais, sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas (influência significativa) são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

10.2.1) Carteira de Coligadas

R$ mil

Empresas investidas	Data base	Capital Social	Quantidade (mil) de ações possuídas Ordinárias	Preferenciais	% participação no capital	Resultado de equivalência patrimonial 31/12/2010	31/12/2009	Valor patrimonial investimento	Ágio Prov. perdas	a b	Valor contábil 31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Bertin						-	94.683	-	-		-	-	2.371.805
Brasiliana	31.10.2010	2.960.709	300.000	50.000	53,85	320.733	343.708	1.646.789	-		1.646.789	1.740.854	1.702.464
COPEL	31.10.2010	6.910.000	38.299	27.282	23,96	207.331	253.092	2.275.172	-		2.275.172	2.107.461	1.919.212
Fibria	31.10.2010	8.379.397	142.360	-	30,45	109.389	93.866	4.703.324	-		4.703.324	4.868.234	-
JBS	31.10.2010	18.046.067	437.102	-	17,54	22.628	-	3.235.358	848.219	a	4.083.577	4.152.472	-
Rio Polímeros						(231.412)	(3.936)	-	-		-	295.807	291.666
Telemar Participações						(68.782)	(50.332)	-	-		-	228.928	391.560
				Subtotal		359.887	731.081	11.860.643	848.219		12.708.862	13.393.756	6.676.707
Outras empresas						79.762	(249.433)	825.461	107.051		932.512	837.583	690.329
									195.966	a			
									(88.915)	b			
				Total		**439.349**	**481.648**	**12.686.104**	**955.270**		**13.641.374**	**14.231.339**	**7.367.036**

- A data-base indica a data do patrimônio líquido da investida que serviu de base para o cálculo da última equivalência efetuada. Foram reconhecidos os efeitos decorrentes de eventos relevantes subseqüentes à data-base, bem como os efeitos da aplicação da Lei n.º 11.638/07 e dos Pronunciamentos Técnicos CPC nas demonstrações financeiras das coligadas. Os efeitos de mudança relativa de participação nas coligadas foram reconhecidos no resultado; as informações sobre as coligadas descritas no item 8.2.2 abaixo já contemplam esses efeitos.
- As empresas concessionárias de serviços públicos não adotaram integralmente os CPC até a data-base utilizada para equivalência patrimonial, especialmente a Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, bem como não retratam possíveis efeitos da aplicação da OCPC 05 – Contratos de Concessão, aprovada pela Deliberação CVM nº 657/10, de 28 de dezembro de 2010.
- A Bertin foi incorporada pela JBS em dezembro/2009.
- Embora detenha diretamente somente 17,54% do capital votante da JBS, a BNDESPAR exerce influência significativa na empresa em razão de participação indireta através do Fundo Prot Fip (3,6%). Além disso, a BNDESPAR é signatária de acordo de acionistas e de acordo de investimento, o que permite sua representação no Conselho de Administração da JBS.
- Os investimentos em coligadas foram objeto de teste de recuperabilidade em conformidade com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. O valor recuperável é o maior entre o valor de mercado e o valor em uso.

10.2.2) Informações sobre as Coligadas

Empresas Investidas	Valor Contábil - R$ mil – Data base: 31/10/2010 (1) Ativos	Passivos	Patrimônio Líquido	Receitas	Resultado	Valor Justo da Participação em Coligadas com Ações Listadas 31/12/2010
Brasiliana (2)	4.143.658	1.085.334	3.058.324	969.894	800.089	-
COPEL	10.624.802	1.130.973	9.493.829	1.177.106	866.282	2.577.730
Fibria	29.061.717	13.613.355	15.448.362	8.318.417	14.400	3.700.790
JBS	36.850.071	18.399.380	18.450.691	9.771.034	(221.609)	3.134.023
Subtotal	80.680.248	34.229.042	46.451.206	20.236.451	1.459.162	9.412.543
Outras empresas	27.974.556	15.356.811	12.617.745	3.455.719	130.232	511.929
Total	**108.654.804**	**49.585.853**	**59.068.951**	**23.692.170**	**1.589.394**	**9.924.472**

(1) Valores contábeis ajustados para o cálculo da equivalência patrimonial.
(2) Empresa com ações não listadas.

10.2.3) Reconciliação dos saldos de Investimentos em Coligadas

	31/12/2009	31/12/2008
Saldo publicado na data-base	**11.999.177**	**7.637.318**
Reclassificação para carteira de Participações Societárias - TVM Disponíveis para Venda	(1.239.616)	(1.239.616)
Reclassificação da carteira de Participações Societárias - TVM Disponíveis para Venda	683.316	651.898
Parcela do ajuste a valor justo das debêntures convertidas	262.994	-
Outros Resultados Abrangentes das Coligadas - aplicação do CPC 18	(335.285)	-
Resultado de equivalência patrimonial	(612.035)	(315.568)
Baixas de deságios (*)	602.947	602.947
Reclassificação de Outros investimentos parcela do Valor Justo	1.027.185	-
Efeitos por aquisição de coligadas - valor justo e ganho por compra vantajosa (*)	1.923.341	-
Outros	(80.685)	30.057
Saldo Investimentos em coligadas ajustado	**14.231.339**	**7.367.036**

(*) Inclui deságios apurados antes de 2009 e ganho por compra vantajosa de coligadas. A BNDESPAR apurou em 2009 o total de R$ 2.018.581 de ganho com compra vantajosa, computado no resultado para fins comparativos, nas aquisições de sociedades coligadas, em função dos valores justos proporcionais dos ativos líquidos dessas coligadas serem superiores às contraprestações transferidas em troca das ações dessas sociedades investidas.

10.3 Títulos e Valores Mobiliários – Investimentos em empresas avaliadas ao valor justo (Disponíveis para Venda)

Os Pronunciamentos Técnicos aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários, alinhados às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS, prescrevem que as participações societárias em entidades que não sejam controladas, controladas em conjunto ou coligadas devem ser tratadas como instrumento financeiro, aplicando-se o conceito de valor justo como base de avaliação.

Quando inicialmente reconhecidas, a BNDESPAR classifica as participações societárias em outras empresas na categoria "Disponível para Venda" e mensura o investimento pelo valor justo na data da negociação, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do instrumento. Após o reconhecimento inicial, esses investimentos são mensurados pelos seus valores justos sem nenhuma dedução dos custos de transação em que possa incorrer na venda ou em outra alienação. As mudanças no valor justo das participações societárias em outras empresas são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido da BNDESPAR, na conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial. Essas mudanças no valor justo correspondem a ganhos ou perdas econômicos ainda não realizados, registrados no âmbito da demonstração do resultado abrangente.

Ao determinar e divulgar o valor dos investimentos em participações societárias classificadas como "Disponível para Venda", a BNDESPAR utiliza a hierarquia a seguir:

- Nível 1: aplicado para empresas cujas ações são listadas em bolsa, para as quais o valor justo é baseado no preço médio de fechamento do último pregão em que houve negociação do título, no mês de referência, ajustado por baixa liquidez, se for o caso;
- Nível 2: aplicado para empresas de participações (holding) cujas ações não são listadas em bolsa, mas o principal ativo é representado por ações de empresas listadas em bolsa, para as quais o valor justo é baseado no preço médio de fechamento do último pregão em que houve negociação das ações integrantes do ativo da empresa, ajustado pelos demais ativos, passivos e por baixa liquidez, se for o caso;
-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100154

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

- Nível 3: aplicado para empresas cujas ações não são listadas em bolsa, para as quais o valor justo é determinado, na data de referência, a partir de modelos de precificação baseados em múltiplos ou em fluxo de caixa descontado;
- Valor de Custo: aplicado para empresas cujas ações não são listadas em bolsa e que apresentam um intervalo amplo de valores justos possíveis de serem aceitos para a data de referência no âmbito do esforço de avaliação estabelecido no Nível 3, sem que se possa determinar a probabilidade associada às estimativas que compõem tal intervalo, para as quais é atribuído o custo de aquisição.

10.3.1) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários – Investimento em Ações Disponíveis para Venda

R$ mil

EMPRESAS INVESTIDAS		Quantidade (mil) de ações possuídas		% participação no capital	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
		Ordinárias	Preferenciais				
NÍVEL 1 – Empresas Listadas							
AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. - ALL		83.940	-	12,18	1.270.009	1.949.287	737.087
BANCO DO BRASIL S.A.		235	-	0,01	7.352	1.834.223	928.082
BRADESCO		-	9.368	0,25	305.196	282.576	-
BRASIL FOODS		22.242	-	2,55	609.657	442.619	33.756
BRASKEM S.A.		-	44.317	5,53	903.633	391.089	145.992
CEG	(1)	17.944.799	-	34,56	789.571	717.792	493.482
CEMIG		-	11.147	1,70	310.601	328.200	266.731
CESP		-	18.697	5,71	505.190	445.734	278.770
CIA SIDERÚRGICA NACIONAL		31.774	-	2,14	848.988	1.069.911	828.183
CPFL		40.527	-	8,42	1.686.318	1.430.189	904.199
ELETROBRÁS		190.758	18.691	18,50	4.742.631	7.525.213	3.477.707
EMBRAER		39.762	-	5,37	470.390	378.141	334.468
GERDAU		35.917	14.162	3,50	923.975	1.206.173	639.291
IOCHPE		6.419	-	10,50	153.164	260.732	102.022
ITAÚ UNIBANCO HOLDING		-	11.259	0,25	445.071	435.500	-
KLABIN		-	108.422	11,81	634.267	979.481	620.772
LIGHT		30.632	-	15,02	780.192	1.272.295	1.523.312
LLX LOGÍSTICA		20.833	-	3,00	97.083	209.375	-
MARFRIG		48.201	-	13,89	738.919	910.996	274.218
PARANAPANEMA		54.986	-	17,23	278.230	365.108	142.964
PDG REALTY		24.718	-	2,23	251.633	213.937	-
PETROBRAS	(2)	173.400	1.341.349	11,61	41.865.559	25.091.175	15.645.974
REDE ENERGIA	(1)	-	67.643	21,00	408.564	463.714	476.778
TELE NORTE LESTE		775	5.627	0,01	161.236	241.145	212.839
TOTVS		1.658	-	5,27	281.730	238.562	75.070
TRACTEBEL		6.225	-	0,95	169.760	335.565	256.564
USIMINAS		1.005	17.544	1,83	354.521	454.474	230.622
VALE		218.386	68.276	5,34	15.434.023	13.679.910	5.967.614
Subtotal Nível 1					**75.427.463**	**63.153.116**	**34.596.497**
Outras empresas - Nível 1					2.365.772	2.054.175	2.393.067
Total Nível 1					**77.793.235**	**65.207.291**	**36.989.564**
NÍVEL 2 – Empresas *holdings* não listadas					**11.116.726**	**9.728.026**	**6.061.277**
NÍVEL 3 – Empresas não listadas (Valor Justo)					**337.807**	**141.630**	**250.456**
Custo – Empresas não listadas (Valor de Custo)					**1.348**	**43.653**	**42.628**
TOTAL					**89.249.116**	**75.120.600**	**43.343.925**

(1) Embora o percentual de participação alcance 20% do capital, não há influência significativa na Administração dessas investidas.
(2) Houve aquisição de ações nos anos de 2009 e 2010.

10.3.2) Reconciliação dos saldos da Carteira de Investimentos em Ações Disponíveis para Venda

R$ mil

	31/12/2009	31/12/2008
Saldo publicado na data-base		
- Ações Disponíveis para Venda - CP	68.479	-
- Participações em Outras Empresas	21.816.419	17.527.856
Total	**21.884.898**	**17.527.856**
Empresas reclassificadas para carteira de coligadas	(683.316)	(651.898)
Empresas reclassificadas da carteira de coligadas	1.239.616	1.239.616
Ajuste ao valor justo das ações em carteira	54.585.368	25.228.351
Ajuste ao valor justo pela conversão de debêntures	174.814	-
Baixas por venda	(1.053.595)	-
Transferência do valor justo das empresas reclassificadas para a carteira de coligadas	(1.027.185)	-
Saldo Investimentos em Títulos e Valores Mobiliários – Empresas avaliadas ao valor justo (Disponíveis para Venda) ajustado	**75.120.600**	**43.343.925**

11. Obrigações por repasses

11.1 Composição

R$ mil

	31/12/2010		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
BNDES	11.642.000	49.430	11.691.430
STN	2.584.529	-	2.584.529
Total	**14.226.529**	**49.430**	**14.275.959**
Circulante			872.280
Não Circulante			13.403.679
Total			**14.275.959**

R$ mil

	31/12/2009		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
BNDES	6.814.107	63.576	6.877.683
STN	2.354.519	-	2.354.519
Total	**9.168.626**	**63.576**	**9.232.202**
Circulante			281.394
Não Circulante			8.950.808
Total			**9.232.202**

R$ mil

	01/01/2009		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
BNDES	16.876.578	94.931	16.971.509
STN	2.141.457	-	2.141.457
Total	**19.018.035**	**94.931**	**19.112.966**
Circulante			2.899.149
Não Circulante			16.213.817
Total			**19.112.966**

As obrigações por repasses perante o BNDES estão sujeitas à atualização monetária com base na variação da TJLP, variação cambial ou IGP-M acrescida de juros de até 10,09% ao ano. O prazo máximo de vencimento está estipulado para o ano de 2018.

As obrigações perante a Secretaria do Tesouro Nacional estão sujeitas à atualização monetária com base na variação da SELIC, cujo prazo máximo de vencimento está estipulado para dezembro de 2017.

11.2 O vencimento das obrigações por repasses com BNDES e a Secretaria do Tesouro Nacional – STN

R$ mil

	31/12/2010
A vencer:	
2011	872.280
2012	15.183
2013	1.431.261
2014	2.678.716
2015	2.674.920
Após 2015	6.603.599
Total	**14.275.959**

R$ mil

	31/12/2009
A vencer:	
2010	281.394
2011	682.131
2012	15.866
2013	505.566
2014	1.650.149
Após 2014	6.097.096
Total	**9.232.202**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100155

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

	R$ mil
	01/01/2009
A vencer:	
2009	2.899.149
2010	1.776.820
2011	2.151.188
2012	1.379.151
2013	2.256.048
Após 2013	8.650.610
Total	**19.112.966**

12. Emissão de debêntures

Em dezembro de 2006, a BNDESPAR emitiu 600.000 debêntures simples, da forma nominativa, escritural, não conversíveis em ações, em série única, da espécie sem garantia e sem preferência (quirografária), com valor nominal unitário de R$ 1.000,00, na data da emissão, perfazendo o montante de R$ 600.000 mil.

Esta distribuição pública foi realizada no âmbito do Primeiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures da Emissora, arquivado na Comissão de Valores Mobiliários, em 19 de dezembro de 2006, sob o número CVM/SRE/PRO/2006/0011.

As debêntures foram subscritas e integralizadas ao preço de R$ 898,33, cada uma, correspondente ao valor nominal unitário de R$ 1.000,00 ajustado por deságio de 10,167%, apurado em processo de coleta de intenções de investimento.

As debêntures terão o seu valor nominal unitário atualizado a partir da data de subscrição e integralização, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, sendo o produto da atualização incorporado a este automaticamente, de acordo com as fórmulas previstas na escritura de emissão, e pagam juros de 6% a.a., incidentes sobre o valor nominal unitário atualizado da debênture, devidos ao final de cada período de capitalização. O primeiro e o segundo pagamentos de juros foram realizados em 15 de janeiro de 2009 e 2010, respectivamente, e os demais ocorrerão em 15 de janeiro de 2011 e 15 de janeiro de 2012, conforme detalhado na escritura de emissão. A amortização será em uma única parcela, na data do vencimento, 15 de janeiro de 2012.

Na segunda distribuição do Primeiro Programa, ocorrida em julho de 2007, a BNDESPAR realizou a emissão de 1.350.000 debêntures simples, da forma nominativa, escritural, não conversíveis em ações, em duas séries, sendo 550.000 debêntures da Primeira Série e 800.000 debêntures da Segunda Série, da espécie sem garantia e sem preferência (quirografária), com valor nominal unitário de R$ 1.000,00, na data de emissão, perfazendo o montante de R$ 1.350.000 mil. As debêntures foram subscritas e integralizadas pelo valor nominal unitário.

Em dezembro de 2009, já no âmbito do Segundo Programa de Distribuição, arquivado na CVM em 29 de julho de 2008 sob o n.º CVM/SER/PRO/2008/007, foi concluída a quarta oferta pública de debêntures simples de emissão da BNDESPAR. Foram emitidas 1.250.000 debêntures simples, da mesma forma e espécie das emissões anteriores, em duas séries, sendo 640.000 debêntures da Primeira Série e 610.000 debêntures da Segunda Série, com valor nominal unitário de R$ 1.000,00, na data de emissão, perfazendo o montante de R$ 1.250.000 mil. As debêntures também foram subscritas e integralizadas pelo valor nominal unitário.

O valor nominal unitário das debêntures da Primeira Série das duas últimas distribuições não será atualizado e incidirão apenas juros prefixados, conforme indicado na tabela a seguir. A remuneração, assim como a amortização, será paga integralmente nas respectivas datas de vencimento, de acordo com a tabela a seguir.

O valor nominal unitário das debêntures da Segunda Série das emissões de 2007 e 2009 será atualizado pela variação do IPCA, divulgado pelo IBGE, sendo o produto da atualização incorporado a esta automaticamente, de acordo com a fórmula prevista no Suplemento Definitivo.

Sobre o valor nominal unitário das debêntures da Segunda Série das emissões de 2007 e 2009, atualizado monetariamente, incidem juros prefixados, desde a data de subscrição e integralização ou a data do pagamento anterior dos Juros da Segunda Série, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento. Os juros da Segunda Série de ambas as emissões serão calculados de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão.

O primeiro e o segundo pagamentos de juros da Segunda Série da emissão de 2007 ocorreu em 17 de agosto de 2009 e 16 de agosto de 2010, respectivamente e os demais serão realizados em 15 de agosto de 2011, 15 de agosto de 2012 e na data de vencimento, 15 de agosto de 2013, quando será amortizada em parcela única. Os pagamentos de juros da Segunda Série da emissão de 2009 ocorrerão anualmente a partir de 15 de janeiro de 2012 até 15 de janeiro de 2015, quando será amortizada em parcela única.

Em dezembro de 2010, foi realizada a quinta oferta pública de debêntures da BNDESPAR, sendo a primeira no âmbito do Terceiro Programa de Distribuição. Foram emitidas três séries, uma prefixada (Primeira Série), uma com taxa flutuante trimestral (Segunda Série) e outra indexada ao IPCA (Terceira Série). A primeira, segunda e terceira séries foram aprovadas e registradas na CVM em 10 de dezembro de 2010 sob os n.º CVM/SRE/DEB/2010/033, CVM/SRE/DEB/2010/034, e CVM/SRE/DEB/2010/035, respectivamente.

A oferta foi encerrada em 17 de dezembro de 2010, tendo sido distribuídas 2.025.000 debêntures simples, da forma nominativa e escritural, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor nominal total de R$ 2.025.000 mil. Foram colocadas 500.000 debêntures da Primeira Série, 1.000.000 debêntures da Segunda Série e 525.000 debêntures da Terceira Série.

O valor nominal unitário das debêntures da Primeira e da Segunda Séries não serão atualizados e incidirão apenas juros prefixados (Primeira Série) e flutuantes trimestralmente (Segunda Série). A remuneração de ambas as séries, assim como a amortização, será paga integralmente nas respectivas datas de vencimento. As taxas de juros e as datas de vencimento estão indicadas na tabela a seguir.

A Segunda Série terá remuneração flutuante, com uma taxa fixa de três meses redefinida trimestralmente com base na sobretaxa de 0,30% ao ano a ser adicionada à taxa de juros dos contratos futuros de DI (negociados na BM&FBOVESPA) aplicáveis à cada período de capitalização trimestral. Os períodos de capitalização e a fórmula de cálculo dos juros da Terceira Série estão previstos na Escritura de Emissão.

O valor nominal unitário das debêntures da Terceira Série dessa última emissão será atualizado pela variação do IPCA, sendo o produto da atualização incorporado a esta automaticamente, de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão. Sobre esse valor nominal unitário atualizado monetariamente, incidem juros prefixados, desde a data de subscrição e integralização ou a data do pagamento anterior dos juros da Terceira Série, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento. Os juros da Terceira Série serão calculados de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão.

Os pagamentos de juros da Terceira Série da emissão de 2010 ocorrerão anualmente a partir de 15 de janeiro de 2013 até 15 de janeiro de 2017, quando a série será amortizada em parcela única.

O montante atualizado da obrigação pela emissão de debêntures, as datas de vencimento e os juros correspondentes a cada série estão demonstrados a seguir:

				R$ mil
	Vencimento	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
1º distribuição - Primeiro Programa	15.01.2012			
Principal corrigido (IPCA)		734.784	694.078	665.811
Juros provisionados (6% a.a)		42.109	39.606	83.333
Deságio		(61.002)	(61.002)	(61.002)
Amortização acumulada do deságio [1]		48.211	36.404	24.597
		764.102	709.086	712.739
2º distribuição	01.01.2011			
1ª série				
Principal		550.000	550.000	550.000
Juros provisionados (11,2% a.a)		240.141	160.858	89.799
2ª série	15.08.2013			
Principal corrigido (IPCA)		954.766	901.872	865.143
Juros provisionados (6,8% a.a)		23.975	22.406	84.756
		1.768.882	1.635.136	1.589.698
1º distribuição – Segundo Programa				
1ª série	01.01.2013			
Principal		640.000	640.000	-
Juros provisionados (12,74% a.a)		84.288	2.747	-
2ª série	15.01.2015			
Principal corrigido (IPCA)		656.901	610.952	-
Juros provisionados (7,078% a.a)		47.833	1.328	-
		1.429.022	1.255.027	-
1º distribuição – Terceiro Programa				
1ª série	01.01.2014			
Principal		500.000	-	-
Juros provisionados (12,51% a.a)		3.384	-	-
2ª série	01.01.2014			
Principal		1.000.000	-	-
Juros provisionados (DI Futuro 3 meses + 0,30% a.a)		5.571	-	-
3ª série	15.01.2017			
Principal corrigido (IPCA)		527.269	-	-
Juros provisionados (6,2991% a.a)		1.536	-	-
		2.037.760	-	-
Total		**5.999.766**	**3.599.249**	**2.302.437**
Circulante		306.224	62.012	168.088
Não Circulante		5.693.542	3.537.237	2.134.349
Total		**5.999.766**	**3.599.249**	**2.302.437**

[1] A amortização do deságio é calculada pelo método custo amortizado pelo prazo compreendido entre dezembro de 2007 e janeiro de 2012.

13. Impostos e contribuições sobre o lucro

13.1 Corrente

A BNDESPAR adota o regime de cálculo do imposto de renda e da contribuição social na modalidade de lucro real anual, estando sujeita a pagamentos mensais sobre uma base estimada, caso não se aplique à suspensão/redução dos recolhimentos, como facultam os artigos 27 a 35 da Lei n.º 8.981/95 e demais legislações pertinentes.

Em 31 de dezembro de 2010, a BNDESPAR constituiu provisões para pagamento de contribuição social (alíquota de 9%) e de imposto de renda (alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%). Essas provisões foram calculadas sobre o lucro, antes de deduzidas as despesas de contribuição social e de imposto de renda.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100156

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

A demonstração do cálculo do encargo com imposto de renda e contribuição social está evidenciada a seguir:

R$ mil

	Acumulado			
	31/12/2010		31/12/2009	
	Imposto de renda	Contribuição Social	Imposto de renda	Contribuição Social
Resultado antes da tributação	5.204.651	5.204.651	7.624.482	7.624.482
Participação dos empregados no lucro	(46.199)	(46.199)	(17.260)	(17.260)
Base para cálculo dos tributos	5.158.452	5.158.452	7.607.222	7.607.222
Encargo (crédito) total de imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%	1.289.613	464.261	1.901.805	684.650
Efeito das adições (exclusões) no cálculo dos tributos:				
• Provisão para risco de crédito (Res. BACEN n.º 2.682/99)	(43.561)	(15.682)	7.602	2.737
• Passivo Atuarial – FAMS	2.677	964	2.650	954
• Dividendos de investimentos	(158.801)	(57.168)	(326.760)	(117.634)
• Créditos baixados como prejuízo	3.941	1.419	356	128
• Equivalência patrimonial	(109.837)	(39.541)	(194.532)	(70.031)
• Permuta de títulos e valores mobiliários	(11.001)	(3.960)	226.986	81.715
• Amortização de ágio, líquida de realização	4.039	2.000	-	-
• Provisão para desvalorização de títulos	20.414	7.349	86.977	31.312
• Provisões trabalhistas e cíveis	(972)	(350)	14.082	5.070
• Programa de desligamento planejado de funcionários	(2.906)	(1.046)	296	106
• Subvenções – Incentivos Fiscais	(9.433)	(3.396)	(18.514)	(6.665)
• JSCP – Investimento (-)	12.385	4.459	-	-
• Diferimento de tributação sobre venda de Ativo Permanente	(52.164)	-	-	-
• Realização da amortização do deságio	29.374	10.574	-	-
• Efeito ajustes CPC´s (RTT)	(11.212)	(4.036)	(654.402)	(235.585)
• Outras adições e exclusões líquidas	(8.414)	2.483	6.451	4.626
Imposto de renda e contribuição social do período	954.142	368.330	1.052.997	381.383
Ajuste das provisões para IRPJ e CSLL de períodos anteriores	4.288	1.251	(974)	(372)
Imposto de renda e contribuição social acumulado	**958.430**	**369.581**	**1.052.023**	**381.011**

A alíquota efetiva é a seguinte:

R$ mil

	31/12/2010	31/12/2009
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	5.158.452	7.607.222
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.328.011	1.433.034
Imposto de renda e contribuição social diferidos	161.406	398.162
Total	1.489.417	1.831.196
Alíquota efetiva	**28,87%**	**24,07%**

O saldo a pagar está assim demonstrado:

R$ mil

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Impostos e contribuições sobre o lucro:			
. Provisão			
Imposto de renda	954.142	1.052.997	1.036.520
Contribuição social	368.330	381.383	377.109
	1.322.472	1.434.380	1.413.629
. Antecipações			
Imposto de renda	(698.543)	(434.921)	(979.163)
Contribuição social	(274.634)	(158.868)	(356.433)
	(973.177)	(593.789)	(1.335.596)
Imposto e contribuição a recolher	**349.295**	**840.591**	**78.033**

Os impostos e contribuições a recuperar e antecipações são os seguintes:

R$ mil

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
IRPJ/CSLL pagos a maior em anos anteriores	-	404	-
IRRF sobre renda fixa	120.935	313.112	45.820
IRRF sobre renda variável	112	12.602	622
IRRF – Juros sobre o capital próprio	132.968	81.800	137.383
Antecipações – Incentivo Audiovisual	6.072	5.040	4.200
Outros	1.272	1.272	1.657
Total	**261.359**	**414.230**	**189.682**
Circulante	261.359	414.230	189.682
Não-Circulante	-	-	-
Total	**261.359**	**414.230**	**189.682**

13.2 Créditos tributários

R$ mil

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
. Composição do crédito diferido (posição ativa) :			
Amortização de ágio	58.044	79.254	71.243
Créditos baixados como prejuízo	13.313	28.375	27.891
Provisão para despesas médicas - FAMS	7.631	-	-
Provisão para desvalorização de títulos	201.823	208.508	142.558
Provisões trabalhistas e cíveis	183.490	184.614	166.062
Permuta de títulos e valores mobiliários	-	302.903	218
Provisão para participação dos empregados no lucro	15.708	5.868	5.319
Programa de desligamento planejado de funcionários	6.718	10.670	10.267
Derivativos – Opções	164.413	-	-
Total	**651.140**	**820.192**	**423.558**

R$ mil

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
. Composição dos impostos diferidos: (posição passiva)			
Amortização de deságio	(8.054)	(8.054)	(8.054)
Ganho de capital s/venda de ativo permanente a longo prazo	(52.164)	-	-
Ajuste a valor de mercado - Instrumentos Financeiros	(155.427)	(214.838)	(94.936)
Ganho por compra vantajosa	(349.928)	(402.602)	-
Baixa de deságio (CPC)	(437.344)	(477.293)	(205.002)
Derivativos - Opções	(92.224)	-	-
Sub-total	**(1.095.141)**	**(1.102.787)**	**(307.992)**
Obrigações diferidas sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:			
IRPJ e CSLL	(15.152.814)	(17.863.913)	(8.577.639)
Sub-total	(15.152.814)	(17.863.913)	(8.577.639)
Total das obrigações diferidas	**(16.247.955)**	**(18.966.700)**	**(8.885.631)**

De acordo com a Deliberação CVM n.º 599/09 foram constituídos ativos e passivos fiscais diferidos sobre as adições e exclusões temporárias que serão futuramente dedutíveis e tributáveis nas bases de cálculo de imposto de renda e contribuição social. Até esta data, a Sociedade tem orçamentos e expectativas de geração de lucros tributáveis apenas para o futuro previsível. Não existe previsibilidade de compensação de ativos/passivos após 5 anos. Em 31 de dezembro de 2010 a contrapartida das provisões de imposto de renda e contribuição social diferido foi:

R$ mil

	Acumulado	
	31/12/2010	31/12/2009
Imposto de Renda	(132.890)	(292.766)
Contribuição Social	(28.516)	(105.396)
Total	**(161.406)**	**(398.162)**

Basicamente os créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, têm a seguinte origem:

a) Créditos baixados como prejuízo: referem-se à provisão constituída em operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis que estão inadimplentes há mais de 360 dias ou que tiveram seus contratos declarados vencidos antecipadamente por falta de atendimento às cláusulas contratuais. Tais créditos podem estar em cobrança amigável pela área de recuperação de créditos ou, em caso de insucesso, em cobrança judicial.

b) Provisões trabalhistas e cíveis: referem-se às ações trabalhistas (Nota 14.a) e cíveis (Nota 14.b).

c) Provisão sobre a desvalorização de títulos: participações acionárias avaliadas pelo custo de aquisição ou pelo método de equivalência patrimonial.

d) Amortização de ágios: ágio decorrente da subscrição de ações em dinheiro, conversão de debêntures ou permuta de ações ou créditos.

e) Permuta de títulos e valores mobiliários: refere-se ao crédito tributário constituído para compensar o efeito do imposto de renda e contribuição social pagos sobre o ganho não realizado entre o valor de mercado e o valor contábil, proveniente da operação de permuta de títulos e valores mobiliários. A realização destes créditos está vinculada à alienação dos respectivos títulos.

f) Programa de desligamento planejado de funcionários: estimativa de custos com plano para incentivar a aposentadoria de funcionários ativos que atendam as condições para aposentadoria por tempo de serviço (Nota 20).

g) Derivativos – Opções: refere-se ao valor justo de opções atreladas à ações pertencentes à carteira de investimentos.

h) Provisão para despesas médicas – FAMS: refere-se à provisão para despesas com assistência médica, contabilizada conforme Deliberação CVM Nº 600/09.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100157

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

Em relação às obrigações tributárias diferidas, decorrentes de diferenças temporárias, têm origem, basicamente, de:

a) Ajuste a valor de mercado – Instrumentos Financeiros: refere-se à marcação a mercado de debêntures, de títulos classificados como disponíveis para venda e de outros investimentos em coligadas cuja influência foi perdida;
b) Ganho por compra vantajosa: receita reconhecida na aquisição de coligadas em função dos valores justos proporcionais dos ativos líquidos dessas coligadas serem superiores às contraprestações transferidas em troca das ações dessas sociedades investidas;

c) Baixa do deságio – CPC: deságios apurados antes de 2009 e baixados em decorrência da adoção inicial dos CPC´s.

Os créditos tributários e obrigações tributárias sobre adições e exclusões temporárias são realizados quando do pagamento, utilização, reversão, alienação ou baixa das diferenças relacionadas. A demonstração dos valores constituídos e baixados no período está evidenciada a seguir:

R$ mil

	31/12/2009	Constituição	Realização	31/12/2010
Créditos tributários:				
.Provisão para desvalorização de títulos	208.508	49.094	(55.779)	201.823
.Créditos baixados como prejuízo	28.375	5.871	(20.933)	13.313
.Amortização de ágios	79.254	10.130	(31.340)	58.044
.Provisão para despesas médicas – FAMS	-	7.631	-	7.631
.Provisões trabalhistas e cíveis	184.614	2.539	(3.663)	183.490
.Provisão para participação dos empregados no lucro	5.868	15.708	(5.868)	15.708
.Programa de desligamento planejado de funcionários	10.670	-	(3.952)	6.718
.Permuta de títulos e valores mobiliários	302.903	-	(302.903)	-
.Derivativos - Opções	-	164.413	-	164.413
	820.192	**255.386**	**(424.438)**	**651.140**
Obrigações tributárias:				
.Amortização de deságio	(8.054)	-	-	(8.054)
. Ganho de capital s/venda de ativo permanente à longo prazo	-	(52.164)	-	(52.164)
.Ajuste a valor de mercado de debêntures – Instrumentos Financeiros	(214.838)	(537.337)	596.748	(155.427)
.Ganho por compra vantajosa	(402.602)	-	52.674	(349.928)
.Baixa de Deságio (CPC)	(477.293)	-	39.949	(437.344)
.Derivativos - Opções	-	(92.224)	-	(92.224)
Sub-total	**(1.102.787)**	**(681.725)**	**689.371**	**(1.095.141)**
Obrigações diferidas sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:				
IRPJ e CSLL	(17.863.913)	-	2.711.099	(15.152.814)
Sub-total	**(17.863.913)**	-	**2.711.099**	**(15.152.814)**
Total	**(18.966.700)**	**(681.725)**	**3.400.470**	**(16.247.955)**

O montante de créditos tributários não registrados em 31 de dezembro de 2010 totalizou R$ 104.728 mil (R$ 73.695 mil em 31 de dezembro de 2009). Este valor refere-se, basicamente, à créditos baixados como prejuízo e à provisão para despesas médicas – FAMS.

A seguir apresenta-se a expectativa de realização dos créditos e das obrigações tributárias:

R$ mil

	2011	2012	2013	2014	2015	Após 2015	Total
. Créditos tributários							
Provisão para desvalorização de títulos	173.551	822	6.755	7.586	7.585	5.524	201.823
Créditos baixados como prejuízo	9.851	-	3.075	-	387	-	13.313
Amortização de ágios	11.471	814	538	1.052	9.214	34.955	58.044
Programa de desligamento planejado de funcionários	2.561	4.157	-	-	-	-	6.718
Provisão para participação dos empregados no lucro	15.708	-	-	-	-	-	15.708
Provisão para despesas médicas – FAMS	1.423	1.463	1.536	1.583	1.626	-	7.631
Provisões trabalhistas e cíveis	1.982	856	613	205	179.834	-	183.490
Derivativos – Opções	-	-	-	164.413	-	-	164.413
	216.547	**8.112**	**12.517**	**174.839**	**198.646**	**40.479**	**651.140**
. Obrigações Tributárias (posição passiva):							
Amortização de deságios	-	-	-	-	-	(8.054)	(8.054)
Ganho de capital s/ venda de ativo permanente à Longo Prazo	-	-	-	-	-	(52.164)	(52.164)
Ajuste a valor de mercado de debêntures – Instrumentos Financeiros	-	-	-	-	-	(155.427)	(155.427)
Ganho por compra vantajosa	-	-	-	-	-	(349.928)	(349.928)
Baixa de Deságio (CPC)	-	-	-	-	-	(437.344)	(437.344)
Derivativos - Opções	-	-	-	-	-	(92.224)	(92.224)
Sub-total						**(1.095.141)**	**(1.095.141)**
. Obrigações diferidas sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:							
IRPJ / CSLL	(16.418)	-	-	-	-	(15.136.396)	(15.152.814)
Sub-total	**(16.418)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(15.136.396)**	**(15.152.814)**
Total das obrigações diferidas	**(16.418)**					**(16.231.537)**	**(16.247.955)**

14. Provisões trabalhistas e cíveis

A BNDESPAR é parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas e cíveis decorrentes do curso normal de suas atividades.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 e na Deliberação CVM nº 594/09, as quais aprovaram o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Basicamente, o Pronunciamento requer o seguinte com relação aos Ativos e Passivos Contingentes, bem como à Provisão para processos trabalhistas e cíveis:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, deixando o ativo de ser contingente, requerendo-se assim o seu reconhecimento.

- Passivos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, devendo ser divulgada, para cada classe de passivo contingente, uma breve descrição de sua natureza e quando praticável: (i) a estimativa do seu efeito financeiro, (ii) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de saída de recursos, e (iii) a possibilidade de qualquer desembolso. Os passivos contingentes para os quais a possibilidade de uma saída de recursos para liquidá-los seja remota não são divulgados.

- Provisão: São obrigações presentes, reconhecidas como passivo, desde que possa ser feita uma estimativa confiável e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco: máximo, médio e mínimo, levando-se em conta a possibilidade de ocorrência de perda, tendo como base a opinião de assessores jurídicos internos e externos.

Conforme a expectativa de perda, a política adotada para a classificação das ações é a seguinte:

Risco Mínimo – são classificadas nesta categoria todas as ações em primeira instância e também, de acordo com a matéria impugnada no recurso, todas as que possuem decisão favorável em primeira ou em segunda instância.

Risco Médio – são classificadas nesta categoria as ações que possuem decisão desfavorável em primeira ou em segunda instância, mas, de acordo com a matéria impugnada no recurso, existe a possibilidade de reversão do resultado.

Risco Máximo – são classificadas nesta categoria as ações que possuem decisão desfavorável, em primeira ou em segunda instância, e outras que, de acordo com a matéria impugnada no recurso, dificilmente poderão ter sua decisão revertida.
Com a finalidade de alinhamento da política adotada pelo Banco com as normas descritas anteriormente, tem-se o seguinte:

Critérios Jurídicos	Possibilidade de Perda	Consequência Contábil
Risco mínimo	Remota	N/A
Risco médio	Possível	Divulgar
Risco máximo	Provável	Provisionar 100%

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis da BNDESPAR, sendo divulgados apenas quando a administração possui garantias de sua realização ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos ou a probabilidade da entrada de benefícios econômicos é alta.

A provisão constituída foi avaliada pela Administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas.

As provisões constituídas, segregadas por natureza, são as seguintes:

R$ mil

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Processos trabalhistas	10.681	10.040	7.474
Processos cíveis	530.176	534.705	480.942
Total	**540.857**	**544.745**	**488.416**
Circulante	5.830	5.420	5.017
Não Circulante	535.027	539.325	483.399
Total	**540.857**	**544.745**	**488.416**

a) Processos trabalhistas

As provisões trabalhistas refletem a classificação de risco de perda provável sobre 19 processos judiciais em andamento, que se referem, basicamente, a processos relativos à horas extras pré-contratadas (extinta quando do advento da Lei n.º 10.566/2002) e à Lei de Anistia (Reforma Administrativa do Collor).

A seguir demonstra-se a movimentação das provisões trabalhistas no período:

R$ mil

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Saldo no início do exercício	10.040	7.474	6.320
Pagamentos	(2.204)	(3.832)	(626)
Constituição (reversão) líquida	2.845	6.398	1.780
Saldo no final do exercício	**10.681**	**10.040**	**7.474**

Em 31 de dezembro de 2010, existem 3 processos judiciais em andamento, classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R$ 640 mil (R$ 622 mil em 31 de dezembro de 2009).

b) Processos cíveis

As provisões cíveis refletem a classificação de risco de perda provável sobre 2 processos , sendo que os principais pleitos versam sobre indenizações referentes a alienações do controle de empresas no âmbito do Programa Federal de Desestatização ou privatizações efetuadas pelo Governo Federal e implementadas pelo BNDES enquanto gestor do PND, além daquelas acerca de questões contratuais.

Um dos principais pleitos refere-se a uma ação ajuizada em 1995, decorrente de um leilão de privatização ocorrido em 1989, onde a sentença de 1º grau em favor da BNDESPAR foi reformada, estando pendente o julgamento dos recursos interpostos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100158

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

A movimentação na rubrica de provisões cíveis foi a seguinte:

R$ mil

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Saldo no início do exercício	534.705	480.942	454.137
Constituição (reversão) líquida	(4.529)	53.763	26.805
Saldo no final do exercício	**530.176**	**534.705**	**480.942**

Em 31 de dezembro de 2010, existem 6 processos judiciais em andamento, classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R$ 572.168 mil (R$ 461.989 mil em 31 de dezembro de 2009) .

15. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2010, o capital social subscrito e integralizado é de R$ 46.304.356 mil, e está representado por uma única ação ordinária nominativa, sem valor nominal, pertencente ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

A Diretoria do BNDES, por meio da Decisão n.º 2.111/2010, de 30 de dezembro de 2010, aprovou o aumento de capital no montante de R$ 15.600.000 mil e por meio da conversão em capital de créditos detidos pelo BNDES contra a BNDESPAR. Em 2009, a Diretoria do BNDES, por meio das Decisões n.º 690/2009, de 11 de agosto de 2009, e n.º 1.534/2009, de 10 de novembro de 2009, aprovou o aumento de capital nos montantes de R$ 8.300.000 mil e R$ 12.000.000 mil, respectivamente, por meio da conversão em capital de créditos detidos pelo BNDES contra a BNDESPAR.

Está em curso um aumento de capital proveniente da destinação do lucro líquido dos exercícios de 2009 e 2008, nos valores de R$ 2.753.596 mil e R$ 2.341.196 mil respectivamente; e dos lucros acumulados remanescentes de exercícios anteriores de R$ 29.714 mil, totalizando R$ 5.124.506 mil. A incorporação ao capital será efetivada após ter sido aprovada pelo Ministério da Fazenda e publicada no Diário Oficial da União, nos termos do Decreto n.º 2.673 de 16 de julho de 1998.

A destinação dos resultados de 2010 e 2009 está descrita a seguir:

R$ mil

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Resultado do exercício	3.669.035	3.952.376
Ajuste de exercícios anteriores (1)	2.143.370	-
Valores destinados	5.812.405	3.952.376
Destinações		
Reserva legal - 5% (2)	290.620	197.619
Reserva de incentivos fiscais	37.731	83.296
Reserva para compatibilização de práticas contábeis	1.551.864	-
Dividendo mínimo obrigatório - 25% (3)	983.048	917.865
Dividendos complementares / Incorporação ao capital (4)	2.949.142	2.753.596

(1) Ajuste decorrente da aplicação de pronunciamentos do CPC.
(2) Limitado a 20% do capital social, ou , a critério do BNDES, quando o saldo desta reserva somado às reservas de capital atingir 30% do capital social.
(3) 25% do lucro líquido ajustado após a constituição da reserva legal, da reserva de incentivos fiscais e da reserva para compatibilização de práticas contábeis.
(4) Parcela adicional ao dividendo mínimo obrigatório, registrado na rubrica "Dividendos adicionais propostos" no patrimônio líquido, conforme ICPC 08.

Os dividendos do exercício de 2009, equivalentes a R$ 917.865 mil, foram pagos em março de 2010.

Os incentivos fiscais, com a edição da Lei n.º 11.638/07, passaram a transitar pelo resultado e a serem destinados como reserva de lucros. Em 2010, para esta reserva a BNDESPAR constituiu R$ 37.731 mil.

Reserva para Compatibilização de Práticas Contábeis

Foi constituída Reserva para Compatibilização de Praticas contábeis, no montante dos lucros ou ajustes de exercícios anteriores originados pela aplicação de padrões contábeis daqueles utilizados pelo acionista único – BNDES, conforme previsto no Item III, art 25 do Estatuto da Companhia.

Ajustes de avaliação patrimonial

São contabilizadas as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, líquidas de efeitos tributários, em decorrência de sua avaliação a valor justo. A composição dos ajustes encontra-se a seguir:

R$ mil

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Mensuração a valor justo de títulos e valores mobiliários classificados como títulos disponíveis para venda (1)	29.414.578	34.676.967	16.805.736
Ajuste acumulado de conversão de coligadas	(81.281)	230	4.684
Outros resultados abrangentes	(129.935)	(335.285)	-
Total	**29.203.362**	**34.341.912**	**16.810.420**

(1) Ajuste ao valor de mercado da carteira de participações acionárias classificadas como disponível para venda conforme pronunciamento contábil n.º 38, emitido pelo CPC e recepcionado pelos normativos do Banco Central do Brasil através das Circulares n.º 3.068/2001 e 3.082/2002.

As empresas concessionárias de serviços públicos, não adotaram integralmente os CPC até a data-base utilizada para equivalência patrimonial, especialmente a Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, bem como não retratam possíveis efeitos da aplicação da OCPC 05 – Contratos de Concessão, aprovada pela Deliberação CVM nº 657/10, de 28 de dezembro de 2010.

16. Partes Relacionadas

A BNDESPAR tem relacionamento e transações com entidades consideradas partes relacionadas, conforme Pronunciamento Técnico n.º 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Deliberação n.º 560/08 da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

16.1 Transações com o controlador

As operações realizadas com o controlador estão resumidas a seguir e as condições descritas na nota 11.1:

R$ mil

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ativo			
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários			
Moeda nacional	91.770	2.244.520	2.240.652
Passivo			
Operações de repasses			
Moeda nacional	11.642.000	6.814.107	16.876.578
Moeda estrangeira	49.430	63.576	94.931
	11.691.430	6.877.683	16.971.509

R$ mil

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Receitas:			
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários			
Moeda nacional	38.931	152.129	203.995
Despesas:			
Operações de repasses			
Moeda nacional	(990.696)	(1.340.253)	(982.458)
Moeda estrangeira	(1.846)	18.942	(33.057)
	(992.542)	(1.321.311)	(1.015.515)

16.2 Transações com o Tesouro Nacional – acionista único do BNDES

As condições das transações estão descritas na nota 10 e estão resumidas a seguir:

R$ mil

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Passivo			
Operações de repasses	2.584.529	2.354.519	2.141.457

R$ mil

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Despesas:			
Operações de repasses	(230.010)	(213.062)	(237.458)

16.3 Transações com outras Entidades Governamentais

Além das operações com o seu acionista único, a BNDESPAR mantém transações com outras entidades governamentais, portanto sob controle comum, no curso de suas operações, como Banco do Brasil, Eletrobrás e Petrobras.

Os saldos das transações significativas com estas entidades estão resumidos a seguir:

R$ mil

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ativos			
Fundos e debêntures	1.345.022	3.950.650	675.138
Provisões	-	(2)	-

16.4 Transações com a Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES

As transações com o Plano de aposentadoria e pensões e com o Fundo de Assistência Médica e Social, administrado pela FAPES, resumidas a seguir, encontram-se detalhadas na nota 18:

R$ mil

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Passivo			
Contas a pagar - FAPES – Previdência	119.356	115.487	112.245
Passivo atuarial - FAMS – Assistência	117.891	107.184	120.700

R$ mil

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Despesas:			
Plano de Previdência	(21.260)	(15.211)	(17.402)
Plano de Assistência	(10.708)	(10.599)	(12.220)

16.5 Transações com coligadas

A BNDESPAR possui investimentos em empresas coligadas, conforme detalhado na nota 10.2. Além dos aportes de capital nas investidas e o recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio, o BNDES e suas subsidiárias têm outras operações de concessão de crédito com essas empresas.

R$ mil

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Transações com coligadas	-	24.621	-
Provisões	-	(7)	-

Essas operações com as investidas têm as mesmas condições daquelas operações realizadas com outras entidades, não produzindo efeitos diferentes, em relação às demais, nos resultados e na posição financeira da Sociedade.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100159

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

16.6 Remuneração de empregados e dirigentes

A BNDESPAR não concede empréstimos ao pessoal-chave da gestão – diretores, membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

A BNDESPAR também não possui remuneração baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios para seu pessoal-chave da Administração. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da empresa.

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da gestão da BNDESPAR são apresentados como segue:

R$ mil

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Benefícios de curto prazo:			
Salários e encargos	500,73	500,48	452,81

Estão destacadas abaixo as remunerações pagas a administradores e empregados:

R$ mil

	No ano					
	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
	Administração	Empregados	Administração	Empregados	Administração	Empregados
Maior Salário (*)	4,95	41,21	4,60	38,34	4,32	36,00
Menor Salário (*)	4,60	1,69	4,32	5,94	3,95	4,60
Salário (*) Médio	4,72	20,57	4,42	21,22	4,07	18,36

(*) remuneração contratual

17. Resultado para perda com crédito

Composição da receita com reversão de provisão para risco de crédito:

R$ mil

	31/12/2010	31/12/2009
Reversão (constituição) líquida sobre debêntures	(266)	(76)
Reversão (constituição) líquida sobre venda a prazo de títulos e valores mobiliários	11.525	(1.450)
Reversão (constituição) sobre direitos recebíveis	(25.281)	1.562
Recuperação de créditos baixados do ativo	49.009	4.143
Despesa líquida apropriada	**34.987**	**4.179**

18. Obrigações de benefícios de aposentadoria

As obrigações registradas no balanço patrimonial relativas aos planos de aposentadoria complementar e de assistência médica estão representadas a seguir:

R$ mil

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Contas a pagar - FAPES	119.356	115.487	112.245
Passivo atuarial - FAMS	117.891	107.184	97.967
Total	237.247	222.671	210.212
Circulante			
Contas a pagar - FAPES	5.326	4.472	3.943
Passivo atuarial - FAMS	4.186	3.971	3.653
	9.512	8.443	7.596
Não Circulante			
Contas a pagar - FAPES	114.030	111.015	108.302
Passivo atuarial - FAMS	113.705	103.213	94.313
	227.735	214.228	202.615

18.1 Plano de aposentadoria complementar

A FAPES (Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES) é uma entidade fechada de previdência privada. Seu principal objetivo é complementar os benefícios previdenciários, concedidos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, para os funcionários de seus patrocinadores: BNDES, FINAME, BNDESPAR e a própria FAPES.

A FAPES tem plano de benefícios definidos e no dimensionamento de suas provisões foi admitido o regime financeiro de capitalização.

Os patrocinadores devem assegurar à FAPES, quando necessário, recursos destinados à cobertura de eventuais insuficiências técnicas reveladas pela reavaliação atuarial, conforme estabelecido no estatuto da Fundação, consoante legislação vigente.

O compromisso atuarial foi avaliado por atuário independente, pelo Método de Crédito Unitário Projetado. Para a atualização dos valores para as datas específicas foram usados juros atuariais equivalentes a Notas do Tesouro Nacional, série B (NTN-B).

A seguir, os resultados da avaliação atuarial do plano de aposentadoria complementar:

R$ mil

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Valor presente das obrigações atuariais	1.147.360	969.476	838.062
Valor justo dos ativos do plano	(1.049.754)	(993.927)	(768.192)
Valor presente das obrigações não fundeadas / (excesso de cobertura)	97.606	(24.451)	69.870
Ganhos (Perdas) atuariais não reconhecidos	(98.843)	37.183	-
(Ativo) / Passivo atuarial	(1.237)	12.732	69.870
Limite dos ativos	1.237	-	-
Passivo atuarial antes da Interpretação A (*)	-	-	
Passivo adicional - Interpretação A (*)	119.356	102.755	42.375
Passivo líquido	119.356	115.487	112.245

(*) A Interpretação A (Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Fundamento Mínimo e sua Interação), que corresponde ao IFRIC 14 do IASB, é parte do integrante do Pronunciamento CPC 33 (Deliberação 600/2009).

Passivo adicional

O passivo adicional refere-se a contratos de confissão de dívida celebrados com os patrocinadores, com prazo fixo de amortização, através de pagamentos mensais, totalizando treze parcelas a cada ano, calculadas pelo Sistema Price e com incidência de juros anuais correspondentes à taxa atuarial de 6% mais a taxa de custeio administrativo e atualização monetária, que ocorre nas mesmas épocas e proporções em que é concedido o reajuste ou modificação geral dos salários dos empregados dos patrocinadores. Portanto, a divida contratada é reconhecida como um passivo adicional na apuração do passivo líquido.

O saldo dessas dívidas está assim representado:

R$ mil

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Contratos de 2002 (a)	87.484	82.915	79.109
Contratos de 2004 (b)	31.872	32.572	33.136
Total	119.356	115.487	112.245
Circulante	5.326	4.472	3.943
Não Circulante	114.030	111.015	108.302
Total	119.356	115.487	112.245

(a) Refere-se ao acordo entre as empresas do sistema BNDES e seus empregados, envolvendo o reconhecimento da alteração da jornada de trabalho, em face da Lei nº 10.556, de 13 de novembro de 2002, que resultou em um acréscimo de 16,67% nos salários de participação dos participantes, e impactou diretamente nas provisões matemáticas do plano de benefícios. Para cobertura parcial do acréscimo provocado naquelas provisões, no exercício de 2002, foram firmados contratos que prevêem a amortização da dívida em 390 parcelas. O pagamento teve início em janeiro de 2003.

(b) Refere-se à conversão dos valores das provisões matemáticas a constituir (em atendimento à recomendação do Banco Central do Brasil - BACEN), que vinham sendo amortizadas mensalmente desde novembro de 1998, através de contribuições extraordinárias, em dívida reconhecida pelos patrocinadores, a vencer em novembro de 2018. O pagamento da primeira parcela foi efetuado em dezembro de 2004

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

R$ mil

	31/12/2010	31/12/2009
Saldo no início do período	969.476	773.319
Custo do serviço corrente	8.375	9.980
Custo de juros	95.860	99.208
Perdas (ganhos) atuariais não reconhecidos	135.402	146.069
Benefícios pagos	(61.753)	(59.100)
Saldo no final do período	1.147.360	969.476

As mudanças no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

R$ mil

	31/12/2010	31/12/2009
Saldo no início do período	993.927	757.406
Retorno esperado dos ativos do plano	99.465	92.025
Ganhos (perdas) atuariais não reconhecidos	(624)	183.252
Contribuições recebidas do empregador	15.755	17.107
Contribuições recebidas dos participantes do plano	2.984	3.237
Benefícios pagos	(61.753)	(59.100)
Saldo no final do período	1.049.754	993.927

A BNDESPAR espera contribuir com o plano de pensão de aposentadoria complementar, para o próximo ano, em aproximadamente R$ 18.919 mil.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são assim demonstrados:

R$ mil

	Acumulado	
	31/12/2010	31/12/2009
Custo do serviço corrente	8.375	9.980
Custo de juros	95.860	99.208
Retorno esperado dos ativos do plano	(99.465)	(92.024)
Ganhos (Perdas) atuariais (*)	-	-
Total	4.770	17.164

(*) Não houve reconhecimento no resultado do período de ganho ou perda atuarial em virtude do saldo de 31 de dezembro de 2009 situar-se dentro do corredor.

O rendimento esperado do ativo do plano foi determinado com base nas mesmas expectativas de atualização do passivo, utilizando juros atuariais equivalentes a Notas do Tesouro Nacional, série B (NTN-B). As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

Em (%)

	31/12/2010	31/12/2009
Fundos multimercados	80,2	81,6
Ações	5,6	5,6
Investimentos imobiliários	5,7	6,2
Outros	8,5	6,6
Total	100,0	100,0

A resolução CGPC nº 28/2009, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, aprovou anexos que tratam da planificação contábil padrão, modelos e instruções de preenchimento das demonstrações financeiras. Tais modificações afetaram a forma de apresentação dos ativos do plano, e por essa razão, as principais categorias de ativos do plano foram apresentadas dessa forma. A resolução CGPC nº 28/2009 entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2010.

O retorno real sobre os ativos do plano acumulado em 31 de dezembro de 2010 foi de R$ 98.841 mil (R$ 275.276 mil em 31 de dezembro de 2009).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100160

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar em 31 de dezembro de 2010 para os próximos três anos:

	R$ mil
2011	78.525
2012	82.058
2013	85.751

18.2 Plano de assistência médica

A BNDESPAR, na qualidade de subsidiária integral do BNDES, patrocina o FAMS (Fundo de Assistência Médica e Social), criado com a finalidade precípua de oferecer aos seus participantes e dependentes benefícios complementares ou similares aos do INSS. Tais benefícios, que incluem assistência médico-hospitalar e odontológica nos sistemas de escolha dirigida ou livre escolha, são assegurados aos empregados desde 1976 e amparados pela Resolução nº 933/98 da Diretoria do BNDES, extensiva às suas subsidiárias.

Os participantes beneficiários do FAMS são empregados ativos e aposentados do BNDES e de suas subsidiárias, e seus respectivos dependentes; tendo ainda, o dependente, após o falecimento do participante, direito ao benefício por um período de até 24 meses.

O FAMS recebe dotação de recursos da BNDESPAR para a consecução dos seus objetivos. Estes recursos são administrados pela FAPES - Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES, que também é responsável pela elaboração do orçamento anual e detalhamento dos custos operacionais necessários ao FAMS.

O FAMS não está coberto por ativos garantidores. A antecipação do pagamento dos benefícios é efetuada pela BNDESPAR com base nos orçamentos apresentados pela FAPES que presta contas dos custos incorridos mensalmente, através de Demonstrativo de Prestação de Contas.

Em 31 de dezembro de 2010, com base na atualização da avaliação atuarial efetuada por atuário externo, foi contabilizado o valor da obrigação atuarial com participantes assistidos, bem como dos participantes ativos pelo prazo médio de tempo laborativo futuro.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes

		R$ mil
	31/12/2010	31/12/2009
Valor presente das obrigações não fundeadas	162.079	130.380
Perdas atuariais não reconhecidas	(44.188)	(23.196)
Passivo líquido	117.891	107.184

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

		R$ mil
	31/12/2010	31/12/2009
Saldo no início do período	130.380	97.967
Custo do serviço corrente	1.448	1.416
Custo de juros	13.006	11.772
Perdas (ganhos) atuariais não reconhecidos	23.252	23.196
Benefícios pagos	(6.007)	(3.971)
Saldo no final do período	162.079	130.380

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

		R$ mil
	31/12/2010	31/12/2009
Custo do serviço corrente	1.448	1.416
Custo de juros	13.006	11.772
Ganhos (Perdas) atuariais líquidos reconhecidos	2.260	-
Total	16.714	13.188

A BNDESPAR espera contribuir com o plano de assistência médica, para o próximo ano, em aproximadamente R$ 7.298 mil.

A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

		R$ mil
	Aumento de um ponto percentual	Redução de um ponto percentual
Efeito sobre o agregado do custo do serviço corrente e do custo de juros	2.259	(1.852)
Efeito sobre a obrigação de benefício definido	24.832	(20.409)

18.3 Hipóteses atuarias e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, entre outros. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Benefícios considerados	Todos os benefícios regulamentares	Todos os benefícios regulamentares
Método de avaliação atuarial	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Tábua de mortalidade de válidos	AT 2000	AT 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 agravada em 100%	AT 49 agravada em 100%
Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Índice de aumento real esperado para os salários dos ativos	Grupo técnico (2,9546%a.a.) e Grupo de apoio (2,4426%a.a.)	Grupo técnico (2,9546%a.a.) e Grupo de apoio (2,4426%a.a.)
Taxa de desconto nominal	10,4909% a.a	11,1828% a.a
Taxa de inflação	4,5% a.a.	4,5% a.a.
Retorno esperado sobre os ativos do plano de aposentadoria complementar	10,4909% a.a	11,1828% a.a
Taxa real de tendência dos custos médicos	5% a.a.	5% a.a.

19. Outros benefícios a empregados

A BNDESPAR concede aos seus empregados ativos os seguintes benefícios:

			R$ mil
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Vale-transporte	79	50	71
Vale-refeição	7.223	3.599	1.250
Assistência Educacional	2.195	1.237	39
Total	**9.497**	**4.886**	**1.360**

20. Programa de desligamento planejado de funcionários

Após a decisão do STF, que determinou que a aposentadoria espontânea do empregado não extingue automaticamente o contrato de trabalho, verificou-se que um grande contingente de empregados permaneceu no Banco mesmo em percepção do benefício de aposentadoria, comprometendo, assim, a esperada renovação do quadro funcional.

Objetivando esta renovação do quadro de pessoal, sem prejuízo da transmissão de suas experiências para os demais, foi aprovado no âmbito do Acordo Coletivo de Trabalho, o Programa de Desligamento Planejado que incentiva a saída dos empregados que atendem as condições para a aposentadoria por tempo de serviço, integral ou antecipada.

Segundo estimativa da FAPES, até dezembro de 2012, 230 empregados estarão aptos a aderir ao Programa, o que corresponde, aproximadamente, a 7,8% do efetivo de pessoal próprio do Sistema BNDES, atual.

O desembolso estimado restante, em 31 de dezembro de 2010, como consequência da implementação do programa é de aproximadamente R$ 19.757 mil. Para os próximos 12 meses estima-se um desembolso de R$ 7.531 mil.

21. Instrumentos financeiros: derivativos embutidos, derivativos simples

Em razão da execução do objetivo social da BNDESPAR, são estruturadas operações de investimentos em participações societárias que resultam na geração de derivativos embutidos nos contratos de debêntures. Esses derivativos não têm finalidade de proteção patrimonial (hedge) e nem são instrumentos financeiros derivativos especulativos. Estes derivativos são opções de conversão ou permuta dessas debêntures em ações. Portanto esses derivativos não oferecem nenhum risco de perda a BNDESPAR. Foram aplicados os pronunciamentos técnicos do CPC emitidos em 2009, que tratam da matéria, em conformidade com a Deliberação CVM nº 603/2009. Dessa forma, foram aplicados o CPC nº 38 (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração), o CPC nº 39 (Instrumentos Financeiros: Apresentação) e o CPC nº 40 (Instrumentos Financeiros: Evidenciação), os quais requerem a mensuração e o registro, destes derivativos, a valor justo. Essas debêntures foram designadas ao valor justo através do resultado (Nota 7.3.4).

			R$ mil
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Debêntures conversíveis / permutáveis em ações listadas em bolsa	10.448.439	6.628.028	3.666.338
Debêntures conversíveis / permutáveis em ações não listadas em bolsa	1.595.897	1.846.889	1.630.628
Total	12.044.336	8.474.917	5.296.966

A BNDESPAR é signatária de contratos de opções estruturadas nas operações de investimentos em renda variável conforme demonstrado a seguir:

					R$ mil
Derivativos	Tipo	Metodologia de precificação	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Opção de compra de ações (passivo)	Opção americana	Black-Scholes / Merton	(483.569)	(894.284)	-
Opções de venda de ações (ativo)	Opção européia	Black-Scholes / Merton	229.902	-	-
Opções de resgate de ações (ativo)	Opção européia	Black-Scholes / Merton	41.346	-	-
			271.248	-	-

A Administração não identificou nenhuma operação de risco de mercado considerada relevante que pudesse gerar prejuízos materiais para a Sociedade.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100161

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

22. Gerenciamento de risco e análise de sensibilidade

Gerenciamento de risco

Um adequado gerenciamento de riscos e um eficaz sistema de controles internos são essenciais para que a BNDESPAR possa cumprir sua missão com eficiência, em conformidade com os normativos internos e externos e de acordo com os objetivos estabelecidos pela Alta Administração.

Por constituir subsidiária integral, a gestão dos riscos da BNDESPAR é realizada no âmbito do Sistema Consolidado BNDES, além da gestão gerencial dos riscos da própria empresa. Sendo o Sistema Consolidado BNDES uma Instituição Financeira, a gestão obedece aos critérios e exigências do Banco Central do Brasil.

O monitoramento regulamentar do risco da BNDESPAR inclui: 1) o acompanhamento valor de mercado de toda a sua carteira, para fins do "Demonstrativo de Risco de Mercado" (DRM); 2) a constituição de parcela de capital regulamentar para fazer frente aos riscos de crédito, mercado e operacional, no "Demonstrativo de Limites Operacionais" (DLO); 3) o monitoramento das exposições cambias e do risco de juros, presentes no "Demonstrativo Diário de Acompanhamento das Parcelas de Requerimento de Capital e dos Limites Operacionais" (DDR); e 4) a avaliação do Risco de Liquidez, através do "Demonstrativo de Risco de Liquidez" (DRL). O monitoramento do capital regulamentar do Sistema BNDES é feito em unidade específica, segmentada de atividades operacionais, denominada Área de Gestão de Riscos – AGR.

A AGR é composta pelos Departamentos de Controles Internos, Gestão de Risco de Crédito, Gestão de Risco de Mercado, Gestão de Risco Operacional e uma Gerência Executiva Jurídica que responde, em linhas gerais, pelas seguintes atribuições:

- Definir e propor ao Conselho de Administração as diretrizes gerais de gestão de riscos e controles internos para o BNDES e suas subsidiárias;
- Monitorar os níveis de exposição a riscos;
- Analisar e monitorar os requerimentos de capital regulatório;
- Analisar a evolução das provisões para devedores duvidosos e os seus impactos no resultado do BNDES e de suas subsidiárias;
- Avaliar a qualidade dos controles internos existentes no Sistema BNDES, a definição de responsabilidades, a segregação de funções, os riscos envolvidos e a conformidade dos processos aos normativos internos e externos, propondo medidas para o seu aprimoramento; e
- Disseminar cultura de controles internos e de gestão de riscos no âmbito do Sistema BNDES;

Adicionalmente, cabe destacar o papel exercido pelo Comitê de Gestão de Riscos – CGR. Trata-se de um colegiado composto pelo Presidente, Vice-Presidente e Diretores do BNDES, que se reúne mensalmente e tem como atribuição avaliar e se posicionar a respeito de questões que envolvam a gestão de riscos e os controles internos.

Risco de mercado e liquidez

O risco de mercado é o risco de ocorrência de perdas financeiras resultantes da alteração nos valores de mercado de posições ativas e passivas detidas pela Instituição, dentre as quais se incluem os riscos das operações sujeitas à variação da cotação de moeda estrangeira, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O risco de liquidez é a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis – 'descasamentos' entre pagamentos e recebimentos – que possam afetar a capacidade de pagamento da Sociedade, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A Política Corporativa de Gestão de Riscos de Mercado e Liquidez do BNDES e de suas subsidiárias define o conjunto de metodologias, procedimentos, limites, instrumentos e responsabilidades aplicáveis no controle permanente dos processos da instituição, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A gestão de risco de mercado monitora a parcela de requerimento de capital resultante da carteira de negociação e de não negociação, de modo a garantir a adequação dos riscos inerentes a essas operações em níveis compatíveis com o padrão de risco a ser assumido pela instituição.

A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com a intenção de negociação ativa e freqüente ou destinadas a hedge e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à (i) revenda; (ii) obtenção de benefício dos movimentos de preços, efetivos ou esperados; ou (iii) realização de arbitragem.

A carteira de negociação da BNDESPAR é formada por fundos de investimentos geridos pela distribuidora de títulos e valores mobiliários do Banco do Brasil (BBDTVM) e por recursos aplicados diretamente junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. A carteira de negociação tem como maior parte, em sua composição, títulos públicos, com rentabilidade atrelada ao percentual do DI, o que se traduz em parcelas de risco de mercado com valores relativamente baixos, quando comparado às demais parcelas que compõe o Patrimônio de Referência Exigido da Sociedade.

A carteira não designada para negociação corresponde, basicamente, às operações de financiamento realizadas pela Sociedade, suas captações, títulos públicos e títulos privados. Essa carteira inclui riscos de taxa de juros e câmbio. Além disso, existe risco de ações decorrentes dos investimentos do Sistema BNDES em renda variável.

Técnicas de mensuração do risco de mercado

As técnicas de mensuração utilizadas para medir e controlar o risco de mercado são descritas a seguir:

(a) Valor em Risco ("*Value at Risk*")

O VaR é uma métrica de risco baseada em estatística de perdas potenciais para as carteiras de investimento, devido a mudanças adversas nas variáveis do mercado. Ele expressa o valor máximo que a BNDESPAR pode perder, levando em conta um nível de confiança de 99%. Existe, portanto, uma probabilidade de 1% de que as perdas reais possam ser maiores do que a estimativa baseada no VaR. Este modelo pressupõe um período de manutenção das posições de 10 dias. Além disto, pressupõe também que a movimentação ocorrida ao longo deste período seguirá um padrão similar ao das movimentações que tenham ocorrido ao longo de períodos de 10 dias anteriores. O VaR é utilizado para a mensuração de risco das operações financeiras da carteira de negociação sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em real.

(b) "*Maturity Ladder*"

A "*Maturity Ladder*" é uma métrica de mensuração de risco que consiste em dividir os prazos dos fluxos financeiros em uma série de vértices, agrupadas em zonas de maturidade. Esses vértices e zonas são assim selecionados para que sejam apuradas diferenças de sensibilidade e volatilidade das taxas perante as diferentes maturidades. A "*Maturity Ladder*" é utilizada para mensurar o risco de mercado das operações financeiras da carteira de negociação sujeitas à variação das taxas dos cupons de moedas estrangeiras e à variação das taxas dos cupons de índices de preços.

(c) "*Net Interest Income*"

A variação da "*Net Interest Income*" (NII) é uma medida de risco que consiste na apuração da possibilidade de perdas esperadas na receita líquida de juros da instituição. Para tanto, é utilizado um "GAP" para a carteira não classificada para negociação, nos registros de operações da BNDESPAR. A análise de GAP mensura a exposição a risco de taxa de juros aplicável estritamente às operações com instrumentos de renda fixa. Esta metodologia consiste na apuração das perdas esperadas na receita líquida de juros utilizando-se análise de GAP e choques nos fatores de risco da carteira para holding period de 1 ano.

(d) Testes de estresse

Os Testes de estresse proporcionam uma indicação do volume potencial de perdas que poderia surgir em situações extremas de mercado. Para a carteira de negociação, os testes de estresse são realizados pelo Gestor dos Fundos (BB DTVM), em que a BNDESPAR tem participação e são monitorados pelo Departamento de Risco de Mercado. Para a carteira não designada para negociação, são realizados, mensalmente, testes de estresse para risco de taxa de juros.

Análise de sensibilidade sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução Normativa da CVM n.º 475/08 e Deliberação CVM n.º 604/09.

Apresentamos, nesta nota, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros constantes nas operações da BNDESPAR, incluindo os derivativos, que descreve os riscos inerentes a estas operações, e que podem gerar perdas financeiras para a Companhia.

Os ativos constantes nos registros contábeis da BNDESPAR compreendem, principalmente: as operações de renda fixa da carteira bancária cujo objetivo é a manutenção até os respectivos vencimentos e as operações de renda variável, que em sua maioria estão classificadas como disponíveis para venda. As operações do passivo encontram-se na carteira bancária e se resumem a captações em renda fixa cujo objetivo é a manutenção até os respectivos vencimentos.

Na elaboração da análise de sensibilidade, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas nas normas supracitadas:

i) identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia;
ii) definição de um cenário provável, nos termos da Deliberação CVM n.º 604/09, do comportamento do risco que é referenciado por fonte externa independente para o prazo de 1 ano;
iii) definição de dois cenários adicionais, nos termos da Instrução da CVM n.º 475/08, com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários II e III);
iv) apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia e seus reflexos no resultado e no patrimônio líquido; e
v) O cenário provável e os de estresse (I e II) foram comparados com o cenário atual para cada tipo de instrumento financeiro.

Para o cálculo da análise de sensibilidade das operações em renda fixa e de taxa de câmbio, o cenário provável, avaliado internamente, considera a expectativa de comportamento das taxas nos próximos 12 meses, podendo ocasionar ganhos ou perdas para a instituição. Os cenários II e III aplicam os choques de 25 e de 50% (na direção da perda) sobre dados de mercado, com posição em 31/12/2010.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100162

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

O cenário provável para as operações de renda variável (ações) foi calculado com base no beta da carteira e em avaliações internas para determinação da taxa livre de risco de um ano e do prêmio de risco de mercado, utilizando para tal o modelo CAPM (Capital Asset Pricing Model). O valor da carteira de ações em 31/12/2010 foi utilizado como base do cenário atual. Foram excluídas da análise as ações que são avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial.

Vale ressaltar que, as metodologias adotadas para cumprimento da Deliberação CVM n.º 604/09 e da Instrução da CVM n.º 475/08 são distintas daqueles observados nas práticas de gestão de risco de mercado utilizadas pela BNDESPAR.

A companhia possui, ainda, em sua carteira de instrumentos financeiros debêntures com derivativos embutidos que foram designadas ao valor justo. Para estas debêntures com derivativos embutidos a administração entende que as perdas potenciais indicadas nos exercícios de deterioração da variável de risco considerada na análise de sensibilidade, em atendimento à Instrução CVM n 475/2008, não refletem adequadamente a gestão dos riscos de mercado adotada pela BNDESPAR, não correspondem a possíveis ônus financeiros sobre o fluxo de caixa da Companhia, nem representam impactos possíveis de ocorrer no resultado da companhia, tendo em vista que:

- Os cenários utilizados para elaboração do quadro de análise de sensibilidade devem, necessariamente, utilizar situações de deterioração de, pelo menos, 25% e 50% por variável de risco considerada isoladamente, inviabilizando a análise conjunta de resultados de choques simultâneos;

- No que tange às debêntures conversíveis/permutáveis, no caso de não exercício da opção de conversão/permuta, a BNDESPAR permanecerá com a renda fixa das debêntures, recebendo a remuneração e/ou retorno do principal advindo de tal título;

- Os derivativos objeto da presente análise de sensibilidade, se considerados isoladamente ao longo de todo período de sua existência, produzem impacto nulo a longo prazo no resultado, uma vez que, no momento inicial, quando da subscrição das debêntures ou das ações a eles vinculadas, possuem valor justo igual a zero, sem qualquer desembolso correspondente a título de prêmio (o valor desembolsado é totalmente atribuído na ocasião ao instrumento principal adquirido) e, ao longo dos períodos que se sucedem, geram uma ”receita”, à medida em que seu valor justo aumenta, e uma “despesa”, à medida em que seu valor justo diminui, até tornar-se novamente nulo, pelo seu eventual não exercício, ou ser baixado na íntegra, pelo seu exercício, de maneira que a perda apurada em determinado período não representa perda financeira, da mesma forma que o ganho não representa ingresso de recursos;

- No que se refere às opções de venda detidas e opções de compra de ações cedidas pela BNDESPAR, os impactos das exposições financeiras não representam potencial prejuízo para a Companhia, uma vez que, sob o ponto de vista econômico, a deterioração do valor de tais opções é compensada pela apreciação do valor de mercado das respectivas ações subjacentes já presentes na carteira da BNDESPAR, constituindo uma espécie de “hedge natural”;

- Os derivativos existentes na carteira da BNDESPAR não representam risco de mercado relevante para a Companhia, haja vista que essas posições são originadas naturalmente no âmbito das operações de apoio financeiro do Banco por intermédio de instrumentos de renda variável.

Os seguintes critérios foram definidos para a elaboração da presente análise, para fins da divulgação do risco de mercado dos instrumentos supracitados, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Considerando que:

- Dentre os riscos de mercado que podem impactar o valor justo das debêntures designadas a valor justo via resultado e dos derivativos ligados a participações acionárias da BNDESPAR (como taxa livre de risco, volatilidade, preço à vista), o risco de preço do ativo subjacente a tais instrumentos financeiros pode ser considerado como o mais relevante, cuja variação pode responder pela maior parcela de alteração do valor justo desses instrumentos de renda variável em determinado período;

- No caso das debêntures que possuem opção de conversão/permuta, pela característica híbrida que apresentam, apenas o componente derivativo que integra parte do valor justo global da debênture é passível de ser considerado na análise de sensibilidade. Portanto, a análise de sensibilidade não é aplicável à parcela de renda fixa da debênture, cujo principal risco associado é o de crédito, e não de mercado;

- A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros supracitados procurou ilustrar a exposição dos resultados da companhia ao valor justo dos mesmos, assumindo que tal exposição está predominantemente relacionada à oscilação dos preços à vista dos respectivos ativos-subjacentes.

Para fins do CPC 40 e da Instrução CVM nº 475/08, na presente análise de sensibilidade foi considerado como cenário provável o próprio valor justo já registrado, uma vez que esse valor já reflete a expectativa da administração correspondente à situação considerada provável e se baseia em fontes externas de dados acerca das variáveis de risco que fazem parte dos modelos de precificação adotados para o cálculo do valor justo. Esse cenário foi base para os cenários de deterioração de 25% e 50% da principal variável de risco considerada, que foi o preço à vista da ação objeto, conforme mencionado.

Para os cenários de deterioração, a análise de sensibilidade realizada considerou os potenciais efeitos de aumentos e de reduções nos preços dos ativos-subjacentes, conforme o caso, principalmente aqueles listados na BM&F Bovespa. Para tanto, foram realizadas duas precificações separadas daquela que produziu o valor justo que foi efetivamente registrado no balanço, considerando, em relação a esta última, os efeitos de choques no preço à vista do ativo subjacente à razão de 25% e de 50%, para fins da instrução nº. 475/2008 da CVM.

Apresentamos, a seguir, o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para as operações com instrumentos financeiros que geram impactos no Resultado e no Patrimônio Líquido da Sociedade:

Instrumento	Risco	Impacto	Cenário provável	Cenário II deterioração de 25%	Cenário III deterioração de 50%
Selic / DI	Alta da Selic / DI	Resultado	(11)	(736)	(1.226)
TJLP	Alta da TJLP	Resultado	(11.789)	(44.846)	(89.691)
IGPM	Alta do IGPM	Resultado	(3.801)	(6.002)	(12.004)
IPCA	Alta do IPCA	Resultado	(898)	(2.784)	(5.568)
TR	Alta na TR	Resultado	(275)	(1.237)	(2.475)
USD	Queda do câmbio BRL/USD	Resultado	1.032	(4.865)	(8.108)
Debêntures conversíveis/permutáveis	Queda no preço das ações	Resultado	0	(752.055)	(1.486.335)
Opções de venda detidas	Queda no preço das ações	Resultado	0	(113.245)	(183.258)
Opções de venda emitidas	Alta no preço das ações	Resultado	0	(223.836)	(466.272)
Ações	Queda no preço das ações	Patrimônio Líquido	9.957.335	(14.342.676)	(28.685.352)

A análise de sensibilidade considerou o efeito tributário da alíquota de 34% incidente sobre o lucro/prejuízo das operações de renda fixa ou variável.

Risco de câmbio e de taxa de juros

A BNDESPAR está exposta aos efeitos de flutuação nas taxas de câmbio decorrentes de operações em moedas estrangeiras, para as quais o risco de câmbio é monitorado diariamente através da apuração da exposição cambial. Esta atividade é controlada para o Consolidado do BNDES, que integra as posições da BNDESPAR, através da atuação nos mercados de derivativos cambiais.

O risco de taxa de juros em fluxos de caixa decorre da potencial variação nas taxas de juros do mercado. O Comitê de Gestão de Risco (CGR) estabelece limites sobre o nível de descasamento de indexadores que pode ser assumido no balanço da BNDESPAR, bem como no Consolidado.

Risco de ações

A área de Gestão de Riscos do BNDES acompanha os números relativos às participações societárias da BNDESPAR em companhias abertas listadas na Bovespa, empresas fechadas e nos fundos de investimentos em participações, realizando a marcação a mercado da carteira de ações das companhias abertas. A evolução do risco de ações é monitorada com o auxílio de indicadores, dentre eles o VaR paramétrico que é mensurado por empresa e/ou por setor, com uso de análise de VaR incremental para todo o portfólio.

Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos.

Para fins do gerenciamento regulamentar do risco operacional são monitorados os seguintes eventos:

I- Fraudes internas;
II- Fraudes externas;
III- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
IV- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
V- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição;
VI- Eventos que acarretem a interrupção das atividades da instituição;
VII- Falhas em sistemas de tecnologia da informação; e
VIII- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades na instituição.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100163

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

O risco legal também está incluído no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Além desses, a gestão de continuidade de negócios também está incluída no risco operacional e está associada a ações de prevenção e resposta efetiva a interrupções nos negócios sob circunstâncias adversas com vistas a salvaguardar os interesses das partes envolvidas, a reputação e a marca da organização, bem como reduzir as possíveis perdas decorrentes da concretização dessas ameaças.

O trabalho da unidade responsável pela Gestão do Risco Operacional segue os preceitos constantes da Política Corporativa de Gestão de Risco Operacional, que estabelece o conjunto de princípios, ações, papéis e responsabilidades relativos ao tema, aplicáveis a BNDESPAR, BNDES e Finame.

No que se refere ao capital regulamentar exigido pelo Banco Central, o Balanço da BNDESPAR é incorporado nos documentos pertinentes ao Sistema BNDES Consolidado. Para isso, utiliza atualmente a Abordagem do Indicador Básico como a metodologia de cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente ao risco operacional (POPR). Essa parcela vem sendo apurada periodicamente e informada ao BACEN como parte integrante do Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO).

Tendo em vista o cronograma do Banco Central do Brasil (BACEN) para a utilização de abordagens avançadas, baseadas em modelos internos de gestão de risco para apuração de requerimento de capital, o BNDES iniciou, em 2009, um processo de captura de informações referentes às perdas decorrentes de risco operacional. Além disso, a implantação de uma solução de software para gestão de risco operacional está prevista como um módulo do Sistema ERP, que está sendo adquirido pelo Banco.

Visando disseminar a cultura de riscos operacionais na instituição, consta do programa de capacitação de novos funcionários, módulo específico sobre o tema, que vem sendo regularmente ministrado aos novos empregados. Também estão disponíveis informações sobre Riscos Operacionais para o público interno, na intranet.

Risco de Crédito

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas nas renegociações e aos custos de recuperação.

O objetivo primordial da gestão de risco de crédito no BNDES é a mensuração adequada do risco de perdas financeiras na carteira da instituição. Atualmente é utilizada a metodologia padronizada para o cálculo do Capital Regulamentar conforme normativos emitidos pelo Conselho Monetário Nacional. De modo semelhante ao tratamento aplicado à carteira de ativos do BNDES, também os ativos da BNDESPAR, incluindo derivativos, provisionam capital regulamentar, respeitando as regras definidas na Circular BACEN 3360/07.

A unidade responsável pela gestão do risco de crédito do Sistema BNDES já realiza estimativas para os diferentes componentes do risco da carteira de créditos com vistas a implementação futura do modelo avançado conforme diretrizes de Basiléia. Desse modo, o risco da carteira de financiamentos diretos e repasses é avaliado por meio da obtenção de estimativas para as seguintes componentes: (i) a probabilidade de inadimplência do tomador ou contraparte (PD); (ii) a exposição com o tomador ou contraparte no momento da inadimplência (EAD); e (iii) as perdas decorrentes da inadimplência (LGD).

Entretanto, merece ser destacado que para a obtenção de estimativas em conformidade com as diretrizes de Basiléia as mensurações devem refletir as perspectivas de perdas (modelo de perdas esperadas), enquanto que as estimativas com vistas ao atendimento do CPC 38 devem evidenciar perdas incorridas. Por esta razão, a unidade responsável pela gestão do risco de crédito trabalha atualmente com bancos de dados e análises segregadas para Basiléia e CPC. Particularmente em relação às estimativas exigidas pelos novos padrões contábeis, são efetuadas diversas segmentações e tratamentos específicos, entre os quais se encontram o cálculo e a análise dos parâmetros de risco verificados isoladamente para a carteira da BNDESPAR.

Risco de liquidez

A BNDESPAR, pela sua própria natureza de instituição voltada para o fomento de capitais, possui baixo risco de liquidez. A gestão do risco de liquidez da empresa é controlada através do Consolidado BNDES, analisando-se quantitativamente os instrumentos financeiros constantes nos ativos negociáveis ou passivos exigíveis, para os prazos de 30, 60 e 90 dias.

Controles Internos

Controles Internos são procedimentos presentes em todos os níveis da Instituição que visam proporcionar adequada segurança quanto ao alcance dos objetivos, contribuir para a exatidão das informações financeiras e proteger os ativos, sempre em conformidade às normas externas e internas.

A BNDESPAR busca promover o contínuo aprimoramento dos controles internos, com base nos fundamentos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2554/98 e pela Política Corporativa de Controles Internos, que define os princípios e responsabilidades necessários à manutenção de controles internos adequados a Instituição. Neste intuito, são realizadas atividades de avaliação dos riscos e controles internos existentes nos processos de trabalho, bem como da conformidade aos normativos internos e externos. Os relatórios contendo as conclusões dessas avaliações são submetidos ao Comitê de Gestão de Riscos e à Alta Administração.

A atividade permanente de disseminação da cultura de controles internos é baseada em um processo de comunicação, pautado pela ética e transparência. Além da divulgação da Política Corporativa de Controles Internos e a disponibilização de informações relacionadas ao tema na intranet, são realizadas palestras para novos funcionários no processo corrente de renovação do quadro funcional, com o objetivo de destacar a importância do tema controles internos.

23. Contragarantias prestadas

A Sociedade ofereceu em caução 7.744.038 ações preferenciais nominativas de emissão da Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS (posteriormente desdobradas em 61.952.304 ações preferenciais) e 28.083.251.230 ações ordinárias nominativas de emissão da Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRAS (posteriormente grupadas em 56.166.502 ações ordinárias), em contragarantia ao Tesouro Nacional, por conta de aval e empréstimos, no montante de US$ 600 milhões, captados no exterior pelo seu acionista único - BNDES. Do montante dessas ações, 61.952.304 ações preferenciais de emissão da Petrobras e 1.510.070 ações ordinárias de emissão da Eletrobrás continuam bloqueadas nas entidades de custódia.

24. Informações por segmento

O relatório de Informações por Segmento de Negócios é apresentado de modo consistente ao relatório interno fornecido ao "principal gestor das decisões operacionais", responsável pela busca e alocação de recursos, além da avaliação de desempenho dos segmentos operacionais. O conceito de "principal gestor das decisões operacionais", contido no Pronunciamento Contábil CPC 22, abrange o exercício da gestão por seus diretores, de forma colegiada. representando assim a administração da companhia.

A BNDESPAR efetua a análise de seu negócio principalmente sob a ótica do apoio financeiro através de instrumentos de renda fixa (segmento de renda fixa) e instrumentos de renda variável (segmento de renda variável). É considerado apoio financeiro através de instrumentos de renda fixa as operações de aquisição de debêntures, mesmo as conversíveis ou permutáveis, desde que não tenham cotação em mercado ativo e as de venda a prazo de títulos e valores mobiliários. O apoio financeiro através de instrumentos de renda variável engloba a aquisição de participações societárias, sejam em coligadas (sobre as quais existe influência significativa) ou em outras empresas mensuradas ao valor justo. Esse tipo de apoio tem seu funding principal baseado em seu capital próprio, sendo eventual insuficiência suprida por recursos do acionista único, através de contratos de mútuo.

As políticas contábeis adotadas na apuração das informações por segmentos operacionais são consistentes com as políticas contábeis adotadas na apuração das demonstrações contábeis. A BNDESPAR avalia o desempenho desses segmentos com base no lucro operacional líquido. O imposto de renda é monitorado de forma centralizada e, portanto, não foi alocado a qualquer segmento. As receitas operacionais são totalmente oriundas de clientes externos e dessa forma não há operações entre os segmentos operacionais.

As informações por segmento de negócios foram analisadas e são demonstradas a seguir:

Informação referente ao período findo em 31 de dezembro de 2010:

R$ mil

	2010				
	Renda Fixa	Renda Variável	Outros Segmentos	Não alocado	Totais
RECEITAS OPERACIONAIS	**1.338.147**	**6.775.598**	**125.403**	**-**	**8.239.148**
Receitas de juros	792.565	-	125.403	-	917.968
Resultado com alienação de títulos renda variável	-	2.892.819	-	-	2.892.819
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	-	2.228.659	-	-	2.228.659
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	351.346	-	-	351.346
Receita de Equivalência patrimonial	-	1.240.776	-	-	1.240.776
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários		61.998	-	-	61.998
Resultado com alienações de títulos de renda fixa	4.280	-	-	-	4.280
Outras Receitas	541.302	-	-	-	541.302
DESPESAS OPERACIONAIS	(687.962)	(1.966.313)	-	-	(2.654.275)
Despesa de juros	(702.261)	(990.696)	-	-	(1.692.957)
Despesa de Equivalência Patrimonial	-	(801.427)	-	-	(801.427)
Perda pela redução ao valor recuperável	34.987	(144.395)	-	-	(109.408)
Outras Despesas	(20.688)	(29.795)	-	-	(50.483)
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	88	159.625	-	(539.935)	(380.222)
Atualização monetária líquida de ativos e passivos	-	159.625	-	(13.299)	146.326
Reversão (constituição) para contingências trabalhistas e cíveis	-	-	-	1.685	1.685
Despesas com Pessoal	-	-	-	(281.471)	(281.471)
Depreciação e amortização	-	-	-	(6.358)	(6.358)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	88	-	-	(240.492)	(240.404)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	650.273	4.968.910	125.403	(539.935)	5.204.651
Tributos sobre o Lucro				(1.489.417)	(1.489.417)
Participações nos Lucros				(46.199)	(46.199)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	**650.273**	**4.968.910**	**125.403**	**(2.075.551)**	**3.669.035**
ATIVOS	**3.534.105**	**119.677.009**	**1.126.479**	**1.485.825**	**125.823.422**
Investimentos em coligadas (MEP)	-	13.641.374	-	-	13.641.374

(continuação)

Informação referente ao período findo em 31 de dezembro de 2009:

R$ mil

	2009				
	Renda Fixa	Renda Variável	Outros Segmentos	Não alocado	Totais
RECEITAS OPERACIONAIS	**720.667**	**7.034.102**	**55.784**	**-**	**7.810.553**
Receitas de juros	716.098	-	55.784	-	771.882
Resultado com alienação de títulos renda variável	-	1.495.655	-	-	1.495.655
Deságio/Ganho por compra vantajosa	-	1.922.590	-	-	1.922.590
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	-	2.424.132	-	-	2.424.132
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(103.821)	-	-	(103.821)
Receita de equivalência patrimonial	-	1.293.566	-	-	1.293.566
Outras Receitas	4.569	1.980	-	-	6.549
DESPESAS OPERACIONAIS	(802.856)	(2.950.536)	-	-	(3.012.392)
Despesa de juros	(812.080)	(1.025.078)	-	-	(1.837.158)
Despesa de Equivalência Patrimonial	-	(811.918)	-	-	(811.918)
Perda pela redução ao valor recuperável	4.179	(372.540)	-	-	(368.361)
Outras Despesas	5.045	-	-	-	5.045
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	-	3.218.093	-	(391.772)	2.826.321
Atualização monetária líquida de ativos e passivos	-	2.038.042	-	(15.812)	2.022.230
Despesas com aquisições de participações societárias	-	1.180.051	-	-	1.180.051
Reversão (constituição) para contingências trabalhistas e cíveis	-	-	-	(60.161)	(60.161)
Despesas com Pessoal	-	-	-	(186.005)	(186.005)
Depreciação e amortização	-	-	-	(3.972)	(3.972)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-	-	-	(125.822)	(125.822)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	(82.189)	8.042.569	55.784	(391.772)	7.624.482
Tributos sobre o Lucro				(1.831.196)	(1.831.196)
Participações nos Lucros				(17.260)	(17.260)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	**(82.189)**	**7.252.196**	**55.784**	**(2.240.228)**	**5.776.026**
ATIVOS	**12.242.374**	**93.064.100**	**1.944.891**	**1.501.851**	**108.753.216**
Investimentos em coligadas (MEP)	-	14.231.339	-	-	14.231.339

O formato de apresentação das informações por segmentos demonstradas acima já inclui a reconciliação dos valores de itens (receitas, despesas, resultados, ativos, etc.) dos segmentos operacionais divulgados com os valores respectivos totais divulgados nas demonstrações financeiras, sendo apresentado na coluna "não alocado".

25. Transações não envolvendo caixa

Durante o exercício de 2010 e 2009, a BNDESPAR realizou atividades de financiamentos não envolvendo caixa, conforme abaixo; portanto não está refletida na demonstração dos fluxos de caixa.

Conforme Nota 15, a diretoria do BNDES aprovou o aumento de capital no valor de R$ 15.600.000 mil e R$ 20.300.000 mil por meio da conversão em capital de créditos detidos pelo BNDES, para os anos de 2010 e 2009, respectivamente.

Aquisição financiada de títulos por meio de mútuo com o BNDES no valor de R$ 22.408.490 mil em 2010.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MIGUEL JORGE
LUCIANO GALVÃO COUTINHO
IVAN JOÃO GUIMARÃES RAMALHO
JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO
ROBERTO TEIXEIRA DA COSTA
MARTIN RAMOS CAVALCANTI

CONSELHO FISCAL

CLEBER UBIRATAN DE OLIVEIRA
RICARDO SCHAEFER
CLÁUDIO DE ALMEIDA NEVES
ANDRÉ PROITE – Suplente
FÁBIO ESTORTI DE CASTRO – Suplente
JORGE KALACHE FILHO – Suplente

DIRETORIA

LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Diretor- Presidente
ARMANDO MARIANTE CARVALHO JUNIOR – Diretor Superintendente
JOÃO CARLOS FERRAZ – Diretor
ELVIO LIMA GASPAR – Diretor
EDUARDO RATH FINGERL – Diretor
MAURÍCIO BORGES LEMOS – Diretor
WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – Diretor
LUIZ FERNANDO LINCK DORNELES – Diretor

SUPERINTENDÊNCIA DA ÁREA FINANCEIRA

SELMO ARONOVICH

CHEFIA DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

VÂNIA MARIA DA COSTA BORGERTH - CRC-RJ 064.817/4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Acionista e Administradores da
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR
Rio de Janeiro – RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100165

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa nº 10, as demonstrações financeiras de certas sociedades coligadas, nas quais a BNDES Participações S.A. – BNDESPAR possui investimentos em 31 de dezembro de 2010, no valor de R$3.921.961 mil e cujo ganho líquido apurado pelo método de equivalência patrimonial totaliza R$528.064 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, utilizadas para fins de avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, foram elaboradas com base nas normas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009. Não foi possível quantificar os efeitos, caso essas demonstrações financeiras tivessem sido preparadas com base nas normas contábeis com vigência para 2010.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, com exceção dos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e ao balanço patrimonial de abertura em 1° de janeiro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 27 de janeiro de 2010, que não conteve nenhuma modificação. As normas de auditoria anteriormente vigentes permitiam divisão de responsabilidade, portanto, as demonstrações financeiras de sociedades coligadas onde a Companhia possuía investimentos em 31 de dezembro de 2009 no valor de R$8.306.612 mil (R$4.474.381 mil em 1° de janeiro de 2009), que representava 15,8% do total do ativo (12,2% em 1° de janeiro de 2009) e 22,5% do patrimônio líquido (33,05% em 1° de janeiro de 2009) e cujo ganho líquido apurado pelo método de equivalência patrimonial totalizava R$528.321 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foram examinadas por outros auditores independentes, cujos pareceres não continham ressalva. Nossa opinião no que se referia aos valores desses investimentos e dos correspondentes resultados de equivalência patrimonial foi baseada nos pareceres daqueles outros auditores. Adicionalmente, os ajustes retrospectivos dessas sociedades coligadas não foram auditados por outros auditores.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Marcelo Cavalcanti Almeida
Contador
CRC 1RJ 036.206/O-5

PARECER N.º 01 / 2011 – CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, consoante o artigo 23 do Estatuto Social, c/c Art. 163, VI e VII da Lei Nº 6.404/76, no exercício de suas atribuições legais, examinou o Relatório da Administração bem como as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício encerrado em 31/12/10 e, com base em seu exame e no Parecer dos Auditores Independentes DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES, de 18/2/11, é de opinião que os referidos documentos societários representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira BNDESPAR, em 31/12/10, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado às operações, correspondentes ao exercício encerrado naquela data, e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na mesma ocasião, o Conselho Fiscal também examinou e manifestou-se favoravelmente à seguinte proposta de destinação do lucro acumulado no exercício (R$ 5.812.404.425,27), já contemplada nas demonstrações contábeis:

a) **Reserva Legal:** 5%, correspondente ao valor de R$ 290.620.221,26 (duzentos e noventa milhões, seiscentos e vinte mil, duzentos e vinte e um reais e vinte e seis centavos);

b) **Reserva de Incentivos Fiscais:** R$ 37.731.230,65 (trinta e sete milhões, setecentos e trinta e um mil, duzentos e trinta reais e sessenta e cinco centavos), referentes ao total de incentivos fiscais registrados no exercício;

c) **Reserva para Compatibilização de Práticas Contábeis:** R$ 1.551.863.661,54 (um bilhão, quinhentos e cinqüenta e um milhões, oitocentos e sessenta e três mil, seiscentos e sessenta e um reais e cinquenta e quatro centavos), para constituição da Reserva para Compatibilização de Práticas Contábeis;

d) **Dividendos Mínimos**: 25%, após constituição da Reserva Legal, da Reserva de Incentivos Fiscais e da Reserva para Compatibilização de Práticas Contábeis, a título de dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R$ 983.047.327,95 (novecentos e oitenta e três milhões, quarenta e sete mil, trezentos e vinte e sete reais e noventa e cinco centavos); e

e) **Dividendos Complementares:** 75%, após constituição da Reserva Legal, da Reserva de Incentivos Fiscais e da Reserva para Compatibilização de Práticas Contábeis, correspondente a R$ 2.949.141.983,87 (dois bilhões, novecentos e quarenta e nove milhões, cento e quarenta e um mil, novecentos e oitenta e três reais e oitenta e sete centavos), a título de dividendos complementares.

Rio de Janeiro (RJ), 15 de março de 2011

Cleber Ubiratan de Oliveira
Ricardo Schaefer
Cláudio de Almeida Neves

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100166

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL – FINAME
CNPJ: Nº. 33.660.564/0001-00
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Senhor acionista e demais interessados:

Apresentamos o Relatório da Administração e as informações financeiras da Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) relativos ao trimestre e exercício encerrados em 31 de dezembro de 2010, os quais seguem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e as normas do Banco Central do Brasil (BACEN).

I. PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

O quadro abaixo apresenta e compara os principais indicadores da FINAME nos exercícios e trimestre encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

II. RESULTADO

O **resultado** apurado pela FINAME no 4T10 de 2010 foi um lucro de R$ 299 milhões, o que representa um aumento de 564,4% em relação ao resultado obtido no mesmo trimestre de 2009. Por sua vez, o resultado acumulado no exercício de 2010 apresentou-se 70,0% inferior ao apurado em 2009.

R$ milhões, exceto percentuais

Resultado	2010	2009	Evolução %	4°TRIM/10	4°TRIM/09	Evolução %
Resultado com Operações Financeiras	910	384	137,0	520	163	219,0
Provisão para Risco de Crédito	(404)	42	(1.061,9)	23	(23)	200,0
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(116)	(87)	(33,3)	(56)	(30)	(86,7)
Tributação sobre o Lucro	(329)	(136)	(141,9)	(188)	(65)	(189,2)
Lucro (prejuízo) Líquido (LL)	61	203	(70,0)	299	45	564,4
Balanço Patrimonial	DEZ/10	DEZ/09	Evolução %	DEZ/10	SET/10	Evolução %
Ativo Total (AT)	99.505	69.802	42,6	99.505	91.136	9,2
Títulos e Valores Mobiliários	1.015	691	46,9	1.015	1.135	(10,6)
Operações de Créditos e Repasses Interfinanceiros	96.648	68.532	41,0	96.648	88.616	9,1
Outros Ativos	1.842	579	218,1	1.842	1.385	33,0
Empréstimos e Repasses	92.043	62.958	46,2	92.043	84.525	8,9
Outras Obrigações	923	353	161,5	923	357	158,5
Patrimônio Líquido (PL)	6.539	6.491	0,7	6.539	6.254	4,6
Índices Financeiros %	DEZ/10	DEZ/09	Evolução %	DEZ/10	SET/10	Evolução %
Inadimplência / Carteira Total [1]	0,39%	0,00%	0,39	0,39%	0,47%	(0,08)
PDD / Carteira Total [1]	0,91%	0,64%	0,27	0,91%	1,01%	(0,10)
PDD / Créditos Inadimplentes [1]	2,31	-	2,31	2,31	2,12	0,19
	2010	2009	Evolução %	4°TRIM/10	4°TRIM/09	Evolução %
Patrimônio Líquido/Ativo Total (PL/AT)	6,57%	9,30%	(2,71)	-	-	-
Retorno s/ Ativos (LL/AT médio) [3]	0,07%	0,29%	(0,22)	0,31%	0,07%	0,25
Retorno s/ PL (LL/PL médio) [4]	0,94%	3,93%	(3,00)	4,67%	0,69%	3,98

[1] Inclui Operações de Crédito e Repasses Interfinanceiros
[2] Inclui Despesas Administrativas e Despesas com Pessoal.
[3] ATmédio = (AT inicial + AT final) / 2.
[4] PLmédio = (PL inicial + PL final) / 2.

Os principais fatos ocorridos no 4T10 de 2010 foram: (i) o reprocessamento de parcela da carteira agrícola, objeto de renegociações sucessivas autorizadas pelo Governo Federal desde 2007, que gerou um ajuste positivo na receita de intermediação financeira da ordem de R$ 256 milhões, integralmente registrado mês de dezembro, e (ii) redução de meio ponto percentual nos *spreads* praticados pelo BNDES em operações de mútuo com a Finame, cujo saldo em 31/12/10 é de R$ 82 bilhões, gerando economia de R$ 50 milhões em relação ao 3T10. A despesa de intermediação financeira da FINAME no 4T10 seria cerca de R$ 100 milhões superior caso fosse mantido o nível de spread praticado de 1,0% a.a..

No acumulado do exercício, soma-se ao efeito acima o crescimento da carteira média da FINAME, fruto dos expressivos desembolsos no exercício, notadamente no âmbito do PSI – Programa de Sustentação do Investimento, os quais foram parcialmente absorvidos pela despesa com provisão para risco de crédito de R$ 404 milhões, ocasionada pelo crescimento da carteira da FINAME e pela mudança na classificação de risco de operações específicas de empresa em fase de recuperação judicial.

Quanto à despesa com IR e CSLL, em 2010 ela reduziu o resultado da FINAME em R$ 329 milhões. Em 2009 esta despesa totalizou R$ 136 milhões. O aumento está diretamente relacionado ao crescimento do resultado com operações financeiras.

III. ESTRUTURA PATRIMONIAL

Em relação à **estrutura de capital**, em 31/12/10, o BNDES e a Secretaria do Tesouro Nacional consistiam nas únicas fontes onerosas de financiamento da FINAME, representando juntas 92,5% do passivo total. O **patrimônio líquido** respondia por 6,6% do passivo total.

O **ativo total** da FINAME atingiu R$ 99.505 milhões no 4T10, representando um aumento de cerca 9,2% em relação ao trimestre anterior. Este incremento reflete basicamente o crescimento nas operações de crédito e repasses, rubrica esta que representa 97,1% do ativo total. O crescimento em operações de crédito e repasses, por sua vez, decorreu principalmente da grande demanda de operações contratadas sob o PSI – Programa de Sustentação do Investimento, destinadas ao estímulo da produção, aquisição e exportação de bens de capital e a inovação tecnológica.

O saldo da carteira bruta de **operações de crédito e repasses interfinanceiros** em 31/12/10 era de R$ 97.531 milhões. A provisão para risco de crédito somou R$ 883 milhões (R$ 900 milhões em 30/9/10) o que perfaz 0,91% da carteira total em 31/12/10 (1,01% em 30/9/10).

Em 31 de dezembro de 2010, a FINAME apresentava créditos inadimplentes da ordem de R$ 382 milhões, equivalentes a 0,39% de sua carteira. Destaca-se a ótima qualidade da carteira comparativamente à média apresentada pelo Sistema Financeiro Nacional (SFN). Em 31/12/10, a FINAME concentrava 99,6% de seus créditos entre os níveis "AA" e "C", ao passo que, na média, as instituições financeiras no sistema financeiro nacional* concentravam 92,6% (posição provisória para 31/12/10) de seus créditos entre tais níveis, considerados de baixíssimo risco.

O crescimento das **obrigações por empréstimos e repasses** de 8,9% no 4T/10 acompanha o crescimento da carteira de crédito. Por fim, o **patrimônio líquido** aumentou 4,6% em relação à 30/9/10, refletindo o lucro de R$ 299 milhões apurado no trimestre.

*Fonte: Banco Central

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2010	2009
ATIVO CIRCULANTE		27.414.315	21.357.231
DISPONIBILIDADES		1	39
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	5	1.014.771	690.848
Cotas de Fundos de Investimento do Banco do Brasil		1.014.091	690.168
Ações		680	680
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	6	25.138.052	19.466.200
Repasses interfinanceiros		25.244.898	19.552.919
Provisão para risco de crédito		(106.846)	(86.719)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6	1.228.654	1.068.419
Operações de crédito		1.316.590	1.091.019
Provisão para risco de crédito		(87.936)	(22.600)
OUTROS CRÉDITOS		32.837	131.725
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações	8.1	600	33.970
Créditos tributários	8.2	21.602	87.093
Diversos		10.635	10.662
ATIVO NÃO CIRCULANTE		72.090.258	48.443.943
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		72.090.258	48.443.943
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	6	64.500.418	40.824.586
Repasses interfinanceiros		64.774.567	41.006.454
Provisão para risco de crédito		(274.149)	(181.868)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6	5.781.344	7.172.968
Operações de crédito		6.195.120	7.324.695
Provisão para risco de crédito		(413.776)	(151.727)
OUTROS CRÉDITOS		1.808.496	446.389
Créditos tributários	8.2	16.326	42.145
Direitos vinculados ao Tesouro Nacional	16	1.763.316	376.330
Incentivos fiscais		28.854	27.914
TOTAL DO ATIVO		99.504.573	69.801.174

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100167

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2010	2009
PASSIVO CIRCULANTE		7.518.284	2.038.063
OBRIGAÇÕES POR REPASSES	7	6.684.850	1.773.969
Repasses com o BNDES		4.244.775	1.705.221
Repasses com a Secretaria do Tesouro Nacional		2.440.075	68.748
OUTRAS OBRIGAÇÕES		833.434	264.094
Passivo atuarial - FAMS	13,2	1.283	1.368
Créditos vinculados a liquidação de operação		29.834	47.446
Dividendos a pagar	10	14.529	48.096
Impostos e contribuições sobre o lucro	8.1	202.665	69.024
Outros impostos e contribuições		16.935	6.518
Contas a pagar - FAPES	13.1	1.915	1.608
Provisão para programa de desligamento de funcionários	15	4.624	5.561
Vinculadas ao Tesouro Nacional	16	122.339	59.875
Depósitos a apropriar		398.613	-
Diversas		40.697	24.598
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		85.447.706	61.273.256
OBRIGAÇÕES POR REPASSES	7	85.358.443	61.183.842
Repasses com o BNDES		85.358.443	59.060.034
Repasses com a Secretaria do Tesouro Nacional		-	2.123.808
OUTRAS OBRIGAÇÕES		89.263	89.414
Contas a pagar - FAPES	13.1	40.544	39.492
Provisões trabalhistas e cíveis	9	554	2.770
Passivo atuarial - FAMS	13.2	43.540	41.719
Provisão para programa de desligamento de funcionários	15	4.625	5.433
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	6.538.583	6.489.855
Capital social		5.994.062	5.994.062
Aumento de capital em curso		504.864	461.276
Reservas de lucros		39.657	34.517
Reserva legal		26.464	23.301
Reserva de incentivos fiscais		13.193	11.216
TOTAL DO PASSIVO		99.504.573	69.801.174

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO SEMESTRE FINDO 30 DE DEZEMBRO DE 2010 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2º semestre 2010	2010	2009
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		3.131.017	5.975.695	1.613.021
Operações de crédito e repasses interfinanceiros				
. Moeda nacional		2.331.039	4.345.569	3.976.018
. Moeda estrangeira		(364.127)	150.578	(2.547.347)
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional		1.116.906	1.396.746	90.346
Rendas de títulos e valores mobiliários		47.199	82.802	94.004
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		(2.394.110)	(5.470.331)	(1.186.722)
Empréstimos do BNDES e da STN				
. Moeda nacional		(2.702.854)	(4.967.490)	(3.810.509)
. Moeda estrangeira		408.835	(98.535)	2.582.140
Outras despesas de captação		(437)	(768)	(500)
Provisão/(Reversão) para risco de crédito	12	(99.654)	(403.538)	42.147
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		736.907	505.364	426.299
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(78.346)	(109.643)	(83.615)
Reversão/(constituição) de provisões trabalhistas e cíveis		(15)	2.216	2.617
Despesas tributárias		(37.882)	(44.135)	(20.207)
Atualização monetária de dividendos e juros sobre o capital próprio - SELIC		-	(895)	(1.999)
Despesas com pessoal		(21.542)	(39.078)	(36.519)
Despesas administrativas		(10.266)	(15.376)	(12.564)
Despesas de retenções contratuais		(336)	(336)	-
Outras despesas operacionais		(8.346)	(14.626)	(18.803)
Outras receitas operacionais		41	2.587	3.860
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		658.561	395.721	342.684
Imposto de renda	8.1	(137.835)	(147.846)	(56.281)
Contribuição social	8.1	(83.154)	(89.016)	(33.547)
Impostos diferidos (constituição)/reversão	8.2	(85.121)	(91.310)	(46.031)
RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO SOBRE O LUCRO		352.451	67.549	206.825
Participação dos empregados no lucro		(6.372)	(6.372)	(3.452)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO		346.079	61.177	203.373
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO POR AÇÃO		0,586992	0,103764	0,344945

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100168

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Em milhares de reais)

			Reservas de lucros			
	Capital social	Aumento de capital em curso	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2010	5.994.062	461.276	23.301	11.216	-	6.489.855
Ajuste de exercícios anteriores (Nota 10)	-	-	-	-	2.080	2.080
Aumento de capital (Nota 10)	-	43.588	-	-	(43.588)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	61.177	61.177
Destinação do resultado (Nota 10)						
. Reserva legal	-	-	3.163	-	(3.163)	-
. Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	1.977	(1.977)	-
. Dividendos	-	-	-	-	(14.529)	(14.529)
Em 31 de dezembro de 2010	5.994.062	504.864	26.464	13.193	-	6.538.583
Mutações no exercício	-	43.588	3.163	1.977	-	48.728

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Em milhares de reais)

			Reservas de lucros			
	Capital social	Aumento de capital em curso	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Lucros acumulados	Total
Em 1º de julho de 2010	5.994.062	461.276	23.301	11.216	(284.902)	6.204.953
Ajuste de exercícios anteriores (Nota 10)	-	-	-	-	2.080	2.080
Aumento de capital (Nota 10)	-	43.588	-	-	(43.588)	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	346.079	346.079
Destinação do resultado (Nota 10)						
. Reserva legal	-	-	3.163	-	(3.163)	-
. Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	1.977	(1.977)	-
. Dividendos	-	-	-	-	(14.529)	(14.529)
Em 31 de dezembro de 2010	5.994.062	504.864	26.464	13.193	-	6.538.583
Mutações no semestre	-	43.588	3.163	1.977	284.902	333.630

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Em milhares de reais)

			Reservas de lucros			
	Capital social	Aumento de capital em curso	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2009	3.494.062	316.988	13.132	10.396	-	3.834.578
Aumento de capital (Nota 10)	2.500.000	144.288	-	-	(144.288)	2.500.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	203.373	203.373
Destinação do resultado (Nota 10)						
. Reserva legal	-	-	10.169	-	(10.169)	-
. Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	820	(820)	-
. Dividendos	-	-	-	-	(48.096)	(48.096)
Em 31 de dezembro de 2009	5.994.062	461.276	23.301	11.216	-	6.489.855
Mutações no exercício	2.500.000	144.288	10.169	820	-	2.655.277

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100169

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	2º semestre de 2010	Exercícios 2010	2009
Atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre/exercício	346.079	61.177	203.373
Despesas (receitas) que não afetam as disponibilidades	185.251	493.508	2.062
Constituição (reversão) da provisão para risco de crédito	99.654	403.538	(42.147)
Constituição (reversão) das provisões trabalhistas e cíveis	45	(2.216)	(2.617)
Depreciação e amortização	461	876	795
Realização líquida de créditos tributários	85.121	91.310	46.031
Variação de ativos e obrigações	(579.132)	(182.704)	(2.924.150)
. (Aumento) líquido em créditos por financiamento	(14.737.981)	(28.519.833)	(1.146.243)
. (Aumento) líquido nas demais contas do ativo	(961.523)	(1.355.404)	(61.772)
. Aumento/(Redução) líquido nas obrigações por empréstimos e repasses	14.610.932	29.085.482	(1.475.553)
. Aumento/(Redução) líquido nas demais contas do passivo	514.706	655.690	(220.598)
. IR e CSLL pagos	(5.266)	(48.639)	(19.984)
Caixa líquido gerado/(aplicado) nas atividades operacionais	(47.802)	371.981	(2.718.715)
Atividades de financiamentos			
. Aumento de capital	-	-	2.500.000
. Dividendos pagos	-	(48.096)	(59.777)
Caixa líquido gerado/ (consumido) nas atividades de financiamentos	-	(48.096)	2.440.223
Aumento/(Redução) de caixa e equivalente de caixa	(47.802)	323.885	(278.492)
Modificação na posição financeira			
Início de semestre / exercício	1.061.894	690.207	968.699
Saldo de caixa + equivalente caixa (1)	1.061.894	690.207	968.699
Final de semestre / exercício	1.014.092	1.014.092	690.207
Saldo de caixa + equivalente caixa (1)	1.014.092	1.014.092	690.207
Aumento/(Redução) de caixa e equivalente de caixa	(47.802)	323.885	(278.492)

(1) Inclui Disponibilidades e Cotas de fundos de investimento exclusivo do Banco do Brasil

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	2º semestre de 2010		Exercício 2010		2009	
RECEITAS	3.031.404		5.574.744		1.659.028	
Intermediação financeira	3.131.017		5.975.695		1.613.021	
Outras receitas operacionais	41		2.587		3.860	
Reversão (Provisão) para devedores duvidosos	(99.654)		(403.538)		42.147	
DESPESAS	2.303.153		5.080.434		1.247.054	
Intermediação financeira	2.294.456		5.066.793		1.228.869	
Outras despesas operacionais	8.697		13.641		18.185	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	8.527		12.657		10.724	
Materiais, energia e outros	826		1.609		1.833	
Serviços de terceiros	7.701		11.048		8.891	
VALOR ADICIONADO BRUTO	719.724		481.653		401.250	
RETENÇÕES	461		876		795	
Depreciação e amortização	461		876		795	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	719.263	100,0%	480.777	100,00%	400.455	100,0%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	719.263	100,0%	480.777	100,0%	400.455	100,0%
Pessoal e encargos	24.641	3,4%	40.190	8,4%	35.548	8,9%
Impostos, taxas e contribuições	347.467	48,3%	377.950	78,6%	160.850	40,1%
Aluguéis	1.076	0,1%	1.460	0,3%	684	0,2%
Dividendos	14.529	2,0%	14.529	3,0%	48.096	12,0%
Lucros retidos	331.550	46,2%	46.648	9,7%	155.277	38,8%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2010 e 2009

1. Contexto operacional

1.1) Histórico

A Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, controlada integral do BNDES, foi instituída pelo Decreto n.º 59.170, de 2 de setembro de 1966, e pelo Decreto-Lei n.º 45, de 18 de novembro de 1966, para gerir o fundo criado pelo Decreto n.º 55.275, de 22 de dezembro de 1964. Posteriormente, com o advento da Lei n.º 5.662, de 21 de junho de 1971, foi transformada em empresa pública.

1.2) Objetivos e atuação

Com o objetivo de promover o desenvolvimento, a consolidação e a modernização do parque brasileiro produtor de bens de capital, mediante financiamento à comercialização, no Brasil e no exterior, de máquinas e equipamentos fabricados no país, a FINAME atua através de repasse de seus recursos a uma extensa rede de instituições financeiras credenciadas.

Suas operações caracterizam-se pela capilaridade, simplicidade e agilidade operacional, atendendo aos clientes de praticamente todos os segmentos produtivos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100170

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

A FINAME atende a seus mutuários por intermédio de quatro programas operacionais:

a) FINAME – apóia a aquisição de máquinas e equipamentos destinados ao mercado interno, dando condições de financiamento mais favorecidas para micro-empresas e empresas de pequeno porte, concorrência internacional e programas de desenvolvimento regional.

b) FINAME Agrícola – tem por finalidade apoiar especificamente a aquisição de máquinas e equipamentos novos voltados para a produção agropecuária. Sua maneira de atuação busca incentivar a mecanização agrícola e o aumento da produtividade no campo.

c) BNDES - EXIM – o Programa de Crédito ao Comércio Exterior dedica-se às indústrias brasileiras exportadoras desses bens. Começou a operar em 1990 com o financiamento pré-embarque, que corresponde a um adiantamento de recursos ao fabricante para fazer frente aos custos correntes da produção voltada ao mercado externo. A partir de 1991, entrou em operação a modalidade pós-embarque, refinanciando o exportador, mediante desconto de títulos cambiais ou cessão de direitos de cartas de crédito. Em 1997, começou a operar o pré-embarque especial, que se destina a financiar, na fase pré-embarque, a produção de bens a serem exportados, sem vinculação com o embarque específico.

d) FINAME LEASING – tem por finalidade financiar por intermédio de agentes financeiros a aquisição de máquinas e equipamentos nacionais destinados a operações de arrendamento mercantil.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras – adoção das Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas do Banco Central do Brasil - BACEN e estão sendo apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, apesar da homologação para tornar-se instituição financeira estar em processo.

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei n.º 11.638/07 e em 27 de maio de 2008, a Lei n.º 11.941/09, que alteram, revogam e introduzem novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976), notadamente em relação ao capítulo XV que trata de matéria contábil.

Embora o Banco Central do Brasil não tenha ainda se manifestado a respeito das alterações introduzidas pela referida Lei, até a adequação completa das normas no COSIF, a Administração decidiu adotar, a partir de dezembro de 2008, as Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, optando pela data de transição em 1º de janeiro de 2008, com base no § 1º do art. 186 da Lei n.º 6.404/76 e subsidiariamente as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, não conflitantes com as regulamentações do Banco Central.

As demonstrações financeiras da FINAME foram aprovadas pela Junta de Administração em 15 de março de 2011.

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1) Regime de apuração do resultado

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As demais receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério "pro-rata" dia para as de natureza financeira.

A apreciação de 25% da moeda brasileira em relação ao dólar norte-americano no exercício de 2009 provocou significativo impacto na demonstração do resultado, entre eles, o fato de que a receita de operações de crédito e repasses em moeda estrangeira apresenta-se negativa (perda) enquanto que a despesa de captação de empréstimos e repasses, denominados em moeda estrangeira, principalmente dólar norte-americano, encontra-se positiva (ganho).

3.2) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular n.º 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

a) títulos para negociação;
b) títulos disponíveis para venda;
c) títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados como para negociação e disponíveis para venda são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados para negociação são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período, quando da efetiva realização, por meio da venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários.

As aplicações em fundos de investimentos são valorizadas diariamente e, portanto, já estão ajustadas a valor de mercado, sendo as contrapartidas registradas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a FINAME não apresentava saldos de operações realizadas no mercado de derivativos financeiros.

3.3) Operações de crédito, repasses interfinanceiros e provisão para risco de crédito

As operações de crédito e os repasses interfinanceiros são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução n.º 2.682 do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito e repasses interfinanceiros, vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H", se inadimplentes, permanecem nessa classificação por até seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existentes e controladas, por no mínimo cinco anos em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de créditos e repasses interfinanceiros que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, segue os critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

3.4) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do período.

3.5) Benefícios a empregados

a) Plano de aposentadoria complementar

A FINAME oferece plano de aposentadoria complementar. O plano é financiado por pagamentos a um fundo fiduciário, determinados por cálculos atuariais periódicos. O plano é de benefício definido.

Os ativos atuariais, determinados pelos atuários consultores, não são reconhecidos como ativo do patrocinador em função da impossibilidade de compensação de tais valores com contribuições futuras, conforme determinado no regulamento do fundo de pensão.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de ganhos ou perdas atuariais e de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o Método de Crédito Unitário Projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

As dívidas contratadas entre a FINAME e o plano de pensão são consideradas na determinação de um passivo adicional referente a contribuições futuras que não serão recuperáveis.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, que excederem 10% do valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano, são debitados ou creditados ao resultado no período esperado de serviço remanescente dos funcionários.

b) Plano de assistência médica

A FINAME oferece benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e à conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que usada para os planos de pensão de benefício definido.

Os ganhos e as perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e na mudança das premissas atuariais que excederem 10% do valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano, são debitados ou creditados ao resultado no período esperado de serviço remanescente dos funcionários. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

c) Benefícios de rescisão

A FINAME reconhece os benefícios de rescisão quando está, de forma demonstrável, comprometido com a rescisão dos atuais empregados de acordo com um plano formal detalhado, o qual não pode ser suspenso ou cancelado, ou o fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária. Os benefícios que vencem em mais de 12 meses após a data do balanço são descontados a seu valor presente.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100171

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

d) Participação nos lucros

A FINAME reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados (apresentado no item "Participação dos Empregados no Lucro" na demonstração do resultado). A FINAME reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

3.6) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal pela alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10%, sobre bases tributáveis que excedam R$ 120 mil no semestre (R$ 240 mil no exercício) de acordo com a legislação em vigor. A contribuição social foi constituída à alíquota de 9% até abril de 2008 e 15% a partir de maio (Lei n.º 11.727/08).

O imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos tributários", de acordo com a Resolução BACEN n.º 3.059/02.

3.7) Estimativas contábeis

A elaboração das Demonstrações Financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas regulamentares do Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários, requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem notadamente a provisão para risco de crédito, provisão para contingências, provisão para impostos e contribuições e realização de créditos tributários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

4. Caixa e equivalentes de caixa

R$ mil

	31/12/2010	31/12/2009
Disponibilidades	1	39
Títulos e valores mobiliários		
Fundos exclusivos do Banco do Brasil *	1.014.091	690.168
	1.014.092	**690.207**

*Nota 5.3

5. Títulos e valores mobiliários

Em atendimento ao estabelecido pela Circular n.º 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários constantes da carteira foram classificados, segundo a intenção da Administração com relação à frequência de negociação ou manutenção em carteira até a data de seu vencimento.

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a carteira de títulos e valores mobiliários, classificada de acordo com as categorias estabelecidas na regulamentação anteriormente mencionada, estava assim composta:

5.1) Composição por natureza e por emissor

R$ mil

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Títulos para negociação:		
Público:		
Cotas de fundo de investimento exclusivo do Banco do Brasil	1.014.091	690.168
Títulos disponíveis para venda:		
Privado:		
Ações	680	680
Total	**1.014.771**	**690.848**
Curto prazo	1.014.771	690.848
Longo prazo	-	-
Total	**1.014.771**	**690.848**

R$ mil

	Em 31 de dezembro	
Resumo por emissor	2010	2009
Públicos	1.014.091	690.168
Privados	680	680
Total	**1.014.771**	**690.848**

5.2) Composição por prazo de vencimento

R$ mil

	Em 31 de dezembro 2010							
	Sem Vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total
Títulos para negociação								
Públicos:								
Cotas de fundo de investimento exclusivo do Banco do Brasil	1.014.091	-	-	-	-	-	-	1.014.091
Títulos disponíveis para venda								
Privados:								
Ações	680	-	-	-	-	-	-	680
Total	**1.014.771**							**1.014.771**

R$ mil

	Em 31 de dezembro 2009							
	Sem Vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total
Títulos para negociação								
Públicos:								
Cotas de fundo de investimento exclusivo do Banco do Brasil	690.168	-	-	-	-	-	-	690.168
Títulos disponíveis para venda								
Privados:								
Ações	680	-	-	-	-	-	-	680
Total	**690.848**	-	-	-	-	-	-	**690.848**

5.3) Fundo de investimento exclusivo do Banco do Brasil

O Fundo está classificado, de acordo com a Circular n.º 3.068, de 8 de novembro de 2001 do Banco Central do Brasil, como títulos para negociação.

A carteira é composta basicamente por títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional e custodiados no Sistema de Liquidação e Custódia – SELIC.

Apresenta-se a seguir a composição da carteira de títulos do Fundo:

R$ mil

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Fundo BB Urano 2		
ATIVO		
Disponibilidades	2.008	5.004
Operações compromissadas		
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	715.236	684.270
Títulos e valores mobiliários livres		
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	296.856	901
Outros	1	2
	1.014.101	690.177
PASSIVO		
Valores a pagar	(10)	(9)
	(10)	(9)
TOTAL	**1.014.091**	**690.168**

Composição dos títulos integrantes do ativo do Fundo por prazo de vencimento:

R$ mil

		Em 31 de dezembro 2010					
	Quantidade	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Total
Fundo BB Urano 2							
Operações compromissadas							
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	159.360	-	715.236	-	-	-	715.236
Títulos e valores mobiliários livres							
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	66.000	-	-	13.494	274.367	8.995	296.856
	225.360	**-**	**715.236**	**13.494**	**274.367**	**8.995**	**1.012.092**

R$ mil

		Em 31 de dezembro 2009					
	Quantidade	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Total
Fundo BB Urano 2							
Operações compromissadas							
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	807.205	684.270	-	-	-	-	684.270
Títulos e valores mobiliários livres							
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	220	-	-	-	901	-	901
		684.270	**-**	**-**	**901**	**-**	**685.171**

De acordo com a circular do BACEN n.º 3.068, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante independentemente dos seus vencimentos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100172

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

6. Operações de crédito e repasses interfinanceiros

6.1) Composição das operações

R$ mil

	Em 31 de dezembro 2010	Em 31 de dezembro 2009
Operações de crédito	7.511.710	8.415.714
Provisão para risco de crédito	(501.712)	(174.327)
	7.009.998	**8.241.387**
Repasses interfinanceiros	90.019.465	60.559.373
Provisão para risco de crédito	(380.995)	(268.587)
	89.638.470	**60.290.786**
Total	**96.648.468**	**68.532.173**
Curto prazo	26.366.706	20.534.619
Longo prazo	70.281.762	47.997.554
Total	**96.648.468**	**68.532.173**

6.2) Distribuição da carteira bruta por setor de atividade

R$ mil

	Em 31 de dezembro 2010	Em 31 de dezembro 2009
Setor Público (*)	16.820.224	10.096.078
Setor Privado		
Intermediação financeira	73.199.241	50.569.189
Outros serviços	7.511.710	8.309.820
	80.710.951	58.879.009
	97.531.175	**68.975.087**
Provisão para risco de crédito	(882.707)	(442.914)
Total	**96.648.468**	**68.532.173**

(*) Inclui R$ 890.144 mil de repasses com o BNDES.

6.3) Distribuição da carteira bruta por vencimento

R$ mil

	Em 31 de dezembro 2010
Vencidas	381.780
A vencer:	
2011	26.005.422
2012	22.463.896
2013	17.227.393
2014	12.089.831
2015	6.587.420
Após 2015	12.775.433
Total	**97.531.175**

R$ mil

	Em 31 de dezembro 2009
A vencer:	
2010	20.643.938
2011	16.867.898
2012	12.078.722
2013	7.294.144
2014	3.525.047
Após 2014	8.565.338
Total	**68.975.087**

6.4) Concentração da carteira bruta

R$ mil, exceto percentuais

	Em 31 de dezembro 2010	%	2009	%
10 maiores clientes	68.382.449	70,1	44.761.231	64,9
50 seguintes maiores clientes	28.404.272	29,1	23.469.503	34,0
Demais clientes	744.454	0,8	744.353	1,1
Total	**97.531.175**	**100,0**	**68.975.087**	**100,0**

6.5) Composição da carteira e da provisão para risco de crédito por nível de risco

Conselho Monetário Nacional, através da Resolução n.º 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Banco Central do Brasil, estabeleceu a sistemática para a constituição da provisão para risco de crédito. A regra, estipulando classes de risco para créditos em situação de adimplência e de inadimplência e respectivos percentuais, entrou em vigor a partir de março de 2000.

Assim, as provisões para créditos adimplentes e inadimplentes relativas a operações de crédito e repasses interfinanceiros foram as seguintes:

a) Repasses interfinanceiros

R$ mil

Nível de Risco	Situação	Repasses interfinanceiros Em 31 de dezembro 2010	Repasses interfinanceiros Em 31 de dezembro 2009	% Provisão	Provisão Em 31 de dezembro 2010	Provisão Em 31 de dezembro 2009
AA	Adimplente	23.013.359	15.438.261	0,00	-	-
A	Adimplente	60.281.644	40.725.727	0,50	301.407	203.628
B	Adimplente	6.520.783	4.320.299	1,00	65.208	43.203
C	Adimplente	183.161	19.110	3,00	5.495	573
D	Adimplente	-	38.659	10,00	-	3.866
E	Adimplente	16.012	-	30,00	4.804	-
F	Adimplente	850	-	50,00	425	-
H	Adimplente	3.656	17.317	100,00	3.656	17.317
Total		**90.019.465**	**60.559.373**		**380.995**	**268.587**
Curto prazo		25.244.898	19.552.919		106.846	86.719
Longo prazo		64.774.567	41.006.454		274.149	181.868
Total		**90.019.465**	**60.559.373**		**380.995**	**268.587**

b) Operações de crédito

R$ mil

Nível de Risco	Situação	Operações de crédito Em 31 de dezembro 2010	Operações de crédito Em 31 de dezembro 2009	% Provisão	Provisão Em 31 de dezembro 2010	Provisão Em 31 de dezembro 2009
AA	Adimplente	2.819.006	2.904.216	0,00	-	-
A	Adimplente	190.466	266.539	0,50	952	1.333
B	Adimplente	253.557	732.313	1,00	2.536	7.323
C	Adimplente	3.865.970	4.079.902	3,00	115.978	122.397
D	Adimplente	-	432.744	10,00	-	43.274
F	Adimplente	931	-	50,00	466	-
H	Inadimplente	381.780	-	100,00	381.780	-
Total		**7.511.710**	**8.415.714**		**501.712**	**174.327**
Curto prazo		1.316.590	1.091.019		87.936	22.600
Longo prazo		6.195.120	7.324.695		413.776	151.727
Total		**7.511.710**	**8.415.714**		**501.712**	**174.327**

6.6) Movimentação da provisão sobre operações de crédito e repasses interfinanceiros

R$ mil

	Em 31 de dezembro 2010 Operações de crédito	Repasses interfinanceiros	Total
Saldo no início do exercício	174.327	268.587	442.914
Constituição (reversão) líquida	327.423	112.408	439.831
Baixas contra provisão	(38)	-	(38)
Saldo no final do exercício	**501.712**	**380.995**	**882.707**

R$ mil

	Em 31 de dezembro 2009 Operações de crédito	Operações de repasse	Total
Saldo no início do exercício	229.507	228.427	457.934
Constituição (reversão) líquida	(55.153)	40.160	(14.993)
Baixas contra provisão	(27)	-	(27)
Saldo no final do exercício	**174.327**	**268.587**	**442.914**

O efeito no resultado está apresentado na Nota 12.

(continuação)

7. Obrigações por repasses

7.1) Composição

R$ mil

	Em 31 de dezembro					
	2010			2009		
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
BNDES	82.405.006	7.198.212	89.603.218	51.970.968	8.794.287	60.765.255
STN	2.440.075	-	2.440.075	2.192.556	-	2.192.556
Total	**84.845.081**	**7.198.212**	**92.043.293**	**54.163.524**	**8.794.287**	**62.957.811**
Curto prazo			6.684.850			1.773.969
Longo prazo			85.358.443			61.183.842
Total			**92.043.293**			**62.957.811**

As obrigações por repasses perante o BNDES em moeda nacional estão sujeitas à atualização monetária com base na variação da TJLP e juros de até 2% a.a. e prazo máximo de vencimento estipulado para 2019. Os repasses em moeda estrangeira são atualizados com base na variação cambial do dólar americano ou da UMBNDES e juros de até 6,23% ao ano e prazo máximo de vencimento estipulado para o ano de 2024.

As obrigações perante a Secretaria do Tesouro Nacional - STN estão sujeitas à atualização monetária com base na variação do IGP-M e juros de 10,09% ao ano cujo prazo máximo de vencimento está estipulado para março de 2011. Essa dívida tem origem em cessão de crédito do BNDES com encargos originais equivalentes a TJLP + 2,0% ao ano. A diferença entre IGP-M + 10,09% ao ano e TJLP + 2,0% ao ano é objeto de equalização pelo BNDES.

7.2) Vencimento das obrigações por repasses

R$ mil

	Em 31 de dezembro
	2010
A vencer:	
2011	6.684.850
2012	4.128.032
2013	4.120.212
2014	13.986.315
2015	14.645.808
Após 2015	48.478.076
Total	**92.043.293**

R$ mil

	Em 31 de dezembro
	2009
A vencer:	
2010	1.773.969
2011	4.478.866
2012	1.307.403
2013	1.049.052
2014	11.112.599
Após 2014	43.235.922
Total	**62.957.811**

8. Imposto de renda e contribuição social

8.1) Corrente

A FINAME adota o regime de cálculo do imposto de renda e da contribuição social na modalidade de lucro real anual, estando sujeita a pagamentos mensais sobre uma base estimada, caso não se aplique à suspensão/redução dos recolhimentos, como facultam os artigos 27 a 35 da Lei n.º 8.981/95 e demais legislações pertinentes.

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a FINAME constituiu provisões para pagamento de contribuição social à alíquota de 15% e de imposto de renda à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%. Essas provisões foram calculadas sobre o lucro, antes de deduzidas as despesas de contribuição social e de imposto de renda.

A demonstração do cálculo do encargo com imposto de renda e contribuição social está evidenciada a seguir:

R$ mil

	2º semestre de 2010		Em 31 de dezembro			
			2010		2009	
	Imposto de renda	Contribuição Social	Imposto de renda	Contribuição Social	Imposto de renda	Contribuição Social
Resultado antes da tributação	658.561	658.561	395.721	395.721	342.684	342.684
Participação dos empregados no lucro	(6.372)	(6.372)	(6.372)	(6.372)	(3.452)	(3.452)
Base para cálculo dos tributos	652.189	652.189	389.349	389.349	339.232	339.232
Encargo (crédito) total de imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%	163.047	97.828	97.337	58.402	84.808	50.885
Efeito das adições (exclusões) no cálculo dos tributos:						
• Provisão para risco de crédito (Resolução BACEN nº 2.682/99)	28.631	17.179	109.948	65.969	(3.755)	(2.253)
• Créditos baixados como prejuízo	4.653	2.792	4.458	2.675	(1.030)	(618)
• Passivo Atuarial – FAMS	451	270	954	572	1.384	830
• Provisões trabalhistas e cíveis	4	2	(554)	(332)	(663)	(398)
• Programa de desligamento planejado de funcionários	(220)	(132)	(436)	(262)	(181)	(108)
• Passivo atuarial – Reserva técnica - FAPES	(172)	(103)	-	-	-	-
• Outras adições e exclusões líquidas	821	956	(184)	142	(146)	(414)
Encargos antes das compensações	**197.215**	**118.792**	**211.523**	**127.166**	**80.417**	**47.924**
• Compensação prejuízo fiscal e base negativa	(59.380)	(35.638)	(63.677)	(38.150)	(24.136)	(14.377)
Imposto de renda e contribuição social	**137.835**	**83.154**	**147.846**	**89.016**	**56.281**	**33.547**

O saldo a pagar está assim demonstrado:

R$ mil

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Impostos e contribuições sobre o lucro:		
• **Provisão**		
Imposto de renda	147.846	56.281
Contribuição social	89.016	33.547
	236.862	89.828
• **Antecipações**		
Imposto de renda	(23.535)	(14.493)
Contribuição social	(10.662)	(6.311)
	(34.197)	(20.804)
Imposto e contribuição a recolher	**202.665**	**69.024**

Os impostos e contribuições a recuperar são os seguintes:

R$ mil

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
IRPJ/CSLL pagos a maior em anos anteriores	-	33.150
Antecipação Incentivo Atividade Audiovisual	600	820
Total	**600**	**33.970**
Curto prazo	600	33.970
Longo prazo	-	-
Total	**600**	**33.970**

8.2) Créditos tributários

R$ mil

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
• **Composição do crédito diferido:**		
Créditos baixados como prejuízo	24.247	17.114
Provisões trabalhistas e cíveis	222	216
Participação dos empregados no lucro	2.549	1.381
Programa de desligamento planejado de funcionários	3.699	4.397
Provisão para despesas médicas – FAMS	2.908	-
Prejuízo fiscal	2.345	66.022
Base negativa de Contribuição Social	1.958	40.108
Total	**37.928**	**129.238**
Curto prazo	21.602	87.093
Longo prazo	16.326	42.145
Total	**37.928**	**129.238**

De acordo com a Resolução BACEN n.º 3.059/02, foi constituído crédito fiscal diferido sobre adições temporárias, que serão futuramente dedutíveis nas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, e sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, que serão compensados com lucros tributáveis futuros.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100174

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

A contrapartida dos valores de imposto de renda e contribuição social diferidos foi:

R$ mil

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Imposto de Renda	(57.104)	(28.835)
Contribuição Social	(34.206)	(17.196)
Total	**(91.310)**	**(46.031)**

Basicamente, os créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, têm a seguinte origem:

a) Créditos baixados como prejuízo: referem-se à provisão constituída sobre operações de crédito ou repasses interfinanceiros as quais estão inadimplentes há mais de 360 dias ou que tiveram seus contratos declarados vencidos antecipadamente por falta de atendimento às cláusulas contratuais. Tais créditos podem estar em cobrança amigável pela área de recuperação de créditos ou, em caso de insucesso, em cobrança judicial;

b) Provisões trabalhistas e cíveis: referem-se às ações trabalhistas (Nota 9.a) e cíveis (Nota 9.b);

c) Programa de desligamento planejado de funcionários: estimativa de custos com plano para incentivar a aposentadoria de funcionários ativos que atendam as condições para aposentadoria por tempo de serviço (Nota 15);

d) Provisão para despesas médicas – FAMS: refere-se à provisão para despesas com assistência médica, contabilizada conforme Deliberação CVM Nº 600/09.

Os créditos tributários sobre adições temporárias são realizados quando do pagamento, utilização ou reversão das provisões relacionadas. Os créditos decorrentes da apuração de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, são compensáveis com o lucro tributável futuro, limitado a 30% em cada período.

A demonstração dos valores constituídos e baixados no exercício está evidenciada a seguir:

R$ mil

	31/12/2009	Constituição	Realização	31/12/2010
Créditos baixados como prejuízo	17.114	7.133	-	24.247
Provisões trabalhistas e cíveis	216	6	-	222
Participação dos empregados no lucro	1.381	2.549	(1.381)	2.549
Programa de desligamento planejado de funcionários	4.397	-	(698)	3.699
Provisão para despesas médicas - FAMS	-	2.908	-	2.908
Prejuízo fiscal	66.022	-	(63.677)	2.345
Base negativa de Contribuição Social	40.108	-	(38.150)	1.958
Total	**129.238**	**12.596**	**(103.906)**	**37.928**

R$ mil

	31/12/2008	Constituição	Realização	31/12/2009
Créditos baixados como prejuízo	23.684	3	(6.573)	17.114
Provisões trabalhistas e cíveis	98	130	(12)	216
Participação dos empregados no lucro	2.158	1.381	(2.158)	1.381
Programa de desligamento planejado de funcionários	4.686	-	(289)	4.397
Prejuízo fiscal	90.159	-	(24.136)	66.022
Base negativa de Contribuição Social	54.485	-	(14.378)	40.108
Total	**175.270**	**1.514**	**(47.546)**	**129.238**

O montante de créditos tributários não registrados em 31 de dezembro de 2010 totalizou R$ 384.392 mil. Este valor refere-se basicamente à provisão para risco de crédito (Resolução BACEN n.º 2.682/99) e à provisão para desvalorização de títulos oriundos de incentivos fiscais – FINOR – (somente no caso de CSLL), sobre os quais não são reconhecidos créditos tributários em função de ausência de expectativa de realização dos mesmos. Após a Resolução BACEN n.º 3.059/02, somente podem ser constituídos créditos tributários sobre a parcela realizável em até 5 anos, intervalo que foi alterado para 10 anos pela Resolução BACEN n.º 3.355/06. Entretanto, conservadoramente, manteve-se o horizonte de 5 anos para realização dos créditos tributários e aqueles valores serão realizados em período superior a este prazo, ou não há expectativa de realização.

A seguir apresenta-se a expectativa de realização dos créditos tributários:

R$ mil

	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Créditos baixados como prejuízo	12.387	2.894	3.115	2.958	2.893	24.247
Provisões trabalhistas e cíveis	-	2	218	-	2	222
Provisão para participação dos empregados no lucro	2.549	-	-	-	-	2.549
Programa de desligamento planejado de funcionário	1.849	1.850	-	-	-	3.699
Provisão despesas médicas – FAMS	514	560	592	615	627	2.908
Prejuízo fiscal	2.345	-	-	-	-	2.345
Base negativa de Contribuição Social	1.958	-	-	-	-	1.958
Total	**21.602**	**5.306**	**3.925**	**3.573**	**3.522**	**37.928**

O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação, totalizou R$ 33.668 mil.

O Art. 5º da Resolução 3.059/02 obriga a baixa do ativo correspondente à parcela dos créditos tributários quando os valores efetivamente realizados em dois períodos consecutivos forem inferiores a 50% (cinquenta por cento) dos valores previstos para igual período no estudo técnico preparado pela Agência. O disposto neste artigo não se aplica aos créditos tributários constituídos anteriormente à data da entrada em vigor desta Resolução. Em 31 de dezembro de 2010, não foram realizadas baixas desta natureza.

O montante de créditos tributários constituídos após a entrada em vigor desta resolução totalizou R$ 27.103 mil.

9. Provisões trabalhistas e cíveis

A FINAME é parte em processos judiciais de naturezas trabalhista e cível decorrentes do curso normal de suas atividades.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 e na Deliberação CVM nº 594/09, as quais aprovaram o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Basicamente, o Pronunciamento requer o seguinte com relação aos Ativos e Passivos Contingentes, bem como à Provisão para processos trabalhistas e cíveis:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, deixando o ativo de ser contingente, requerendo-se assim o seu reconhecimento.

- Passivos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, devendo ser divulgada, para cada classe de passivo contingente, uma breve descrição de sua natureza e quando praticável: (i) a estimativa do seu efeito financeiro, (ii) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de saída de recursos, e (iii) a possibilidade de qualquer desembolso. Os passivos contingentes para os quais a possibilidade de uma saída de recursos para liquidá-los seja remota não são divulgados.

- Provisão: São obrigações presentes, reconhecidas como passivo, desde que possa ser feita uma estimativa confiável e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco: máximo, médio e mínimo, levando-se em conta a possibilidade de ocorrência de perda, tendo como base a opinião de assessores jurídicos internos e externos.

Conforme a expectativa de perda, a política adotada para a classificação das ações é a seguinte:

Risco Mínimo – são classificadas nesta categoria todas as ações em primeira instância e também, de acordo com a matéria impugnada no recurso, todas as que possuem decisão favorável em primeira ou em segunda instância.

Risco Médio – são classificadas nesta categoria as ações que possuem decisão desfavorável em primeira ou em segunda instância, mas, de acordo com a matéria impugnada no recurso, existe a possibilidade de reversão do resultado.

Risco Máximo – são classificadas nesta categoria as ações que possuem decisão desfavorável, em primeira ou em segunda instancia, e outras que, de acordo com a matéria impugnada no recurso, dificilmente poderão ter sua decisão revertida.

Com a finalidade de alinhamento da política adotada pela FINAME com as normas descritas anteriormente, tem-se o seguinte:

Critérios Jurídicos	Possibilidade de Perda	Consequência Contábil
risco mínimo	remota	N/A
risco médio	possível	divulgar
risco máximo	provável	Provisionar 100%

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados apenas quando a Administração possui garantias de sua realização ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos ou a probabilidade da entrada de benefícios econômicos é alta.

A provisão constituída foi avaliada pela Administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas.

As provisões constituídas, segregadas por natureza, são as seguintes:

R$ mil

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Processos trabalhistas	550	2.767
Processos cíveis	4	3
Total	**554**	**2.770**
Curto prazo	-	-
Longo prazo	554	2.770
Total	**554**	**2.770**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100175

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

a) Processos trabalhistas

As provisões trabalhistas refletem a classificação de risco de perda provável sobre 8 processos judiciais em andamento que se referem, principalmente, à Lei de Anistia (Reforma Administrativa do Collor) e a horas extras pré-contratadas.

A seguir demonstra-se a movimentação das provisões trabalhistas no período:

R$ mil

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Saldo no início do exercício	2.767	5.385
Pagamento	-	(33)
Constituição (reversão) líquida	(2.217)	(2.585)
Saldo no final do exercício	**550**	**2.767**

Em 31 de dezembro 2010, existem 3 processos judiciais em andamento, classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R$ 108.560 mil.

b) Processos cíveis

As provisões cíveis refletem a classificação de risco de perda provável sobre 1 processo que versa sobre questões contratuais.

A seguir demonstra-se a movimentação das provisões cíveis no período:

R$ mil

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Saldo no início do exercício	3	35
Constituição (reversão) líquida	1	(32)
Saldo no final do exercício	**4**	**3**

Em 31 de dezembro de 2010, existem 3 processos judiciais em andamento, classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R$ 38.265 mil.

10. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, o capital social subscrito da FINAME está representado por 589.580.236 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

A destinação dos resultados de 2010 e de 2009 está descrita a seguir:

R$ mil

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Resultado do exercício	61.177	203.373
Ajuste de exercícios anteriores (1)	2.080	-
Valores destinados	63.257	203.373
Destinações:		
Reserva legal - 5% (2)	3.163	10.169
Reserva de incentivos fiscais	1.977	820
Dividendo mínimo obrigatório - 25% (3)	14.529	48.096
Incorporação ao capital	43.588	144.288

(1) Ajuste decorrente da aplicação do pronunciamento CPC n.º 33 sobre a obrigação atuarial - assistência médica (FAMS)
(2) Limitado a 20% do capital social, ou , a critério do BNDES, quando o saldo desta reserva somado às reservas de capital atingir 30% do capital social.
(3) 25% do lucro líquido ajustado após a constituição da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais

Está em curso um aumento de capital no montante de R$ 504.864 mil referentes a lucros remanescentes, sendo R$ 43.588 mil do exercício de 2010, R$ 144.288 mil do exercício de 2009, R$ 179.332 mil referentes ao exercício de 2008 e R$ 137.656 mil referentes ao exercício de 2006. A incorporação ao capital será efetivada após ter sido aprovada pelo Ministério da Fazenda e publicada no Diário Oficial da União, nos termos do Decreto n.º 2.673 de 16 de julho de 1998.

Os incentivos fiscais, com a edição da Lei n.º 11.638/07, passaram a transitar pelo resultado e a serem destinados como reserva de lucros. Em 2010, para esta reserva a FINAME constituiu R$ 1.977 mil (R$ 820 mil em 2009).

11. Partes Relacionadas

A FINAME tem relacionamento e realiza transações com entidades consideradas partes relacionadas, conforme Pronunciamento Técnico n.º 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução n.º 3.750/09 do Banco Central do Brasil – BACEN.

11.1) Transações com o controlador - BNDES

As operações realizadas com o controlador estão resumidas a seguir e as condições descritas na nota 7.1:

R$ mil

		BNDES	
		Em 31 de dezembro	
	2º semestre de 2010	2010	2009
Ativo			
Operações de repasses			
Moeda nacional		890.144	644.399
Passivo			
Operações de repasses			
Moeda nacional		82.405.006	51.970.968
Moeda estrangeira		7.198.212	8.794.287
		89.603.218	60.765.255
Receitas			
Operações de repasses			
Moeda nacional	176.168	347.998	52.448
Despesas			
Operações de repasses			
Moeda nacional	(1.563.723)	(2.675.407)	(1.869.828)
Moeda estrangeira	408.835	(98.535)	2.582.141
	(1.154.888)	(2.773.942)	712.313

11.2) Transações com o Tesouro Nacional – acionista único do BNDES

As condições das transações estão descritas na nota 7.1 e 16 e estão resumidas a seguir:

R$ mil

		Em 31 de dezembro	
	2º semestre de 2010	2010	2009
Ativo			
Outros créditos com STN		1.763.316	376.330
Passivo			
Operações de repasses		2.440.075	2.192.556
Outras obrigações com STN		122.339	59.875
Resultado:			
Receitas com outros créditos – equalização	1.116.906	1.396.746	76.271
Despesas com operações de repasses	(235.122)	(465.532)	(172.362)
Despesas com outras obrigações – equalização	(23.880)	(62.463)	(108.179)

11.3) Transações com outras Entidades Governamentais

Além das operações com o seu acionista único, a FINAME mantém transações com outras entidades governamentais, portanto sob controle comum, no curso de suas operações, como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste e o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC.

Os saldos das transações significativas com estas entidades estão resumidos a seguir:

R$ mil

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Ativos		
Fundos, operações de crédito e repasses	14.777.026	8.722.808
Provisão para risco de crédito	(1.048)	(149)

11.4) Transações com a Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES

As transações com o Plano de aposentadoria e pensões e com o Fundo de Assistência Médica e Social, administrado pela FAPES, resumidas a seguir, encontram-se detalhadas na nota 13:

R$ mil

		Em 31 de dezembro	
	2º semestre de 2010	2010	2009
Passivo			
Contas a pagar – FAPES – Previdência		42.459	41.100
Passivo atuarial – FAMS – Assistência		44.823	43.087
Despesas			
Plano de Previdência	(4.507)	(6.618)	(5.419)
Plano de Assistência	(772)	(3.815)	(5.537)

11.5) Remuneração de empregados e dirigentes

A FINAME não concede empréstimos ao pessoal-chave da gestão – diretores e membros da Junta de Administração. Essa prática é proibida a todas as instituições financeiras sob regulamentação do Banco Central do Brasil.

A FINAME também não possui remuneração baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios para seu pessoal-chave da Administração. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da empresa.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100176

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da gestão da FINAME são apresentados como segue:

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	No trimestre	Acumulado	No trimestre	Acumulado
Benefícios de curto prazo:				
Salários e encargos	112,43	469,93	111,12	444,49

Estão destacadas abaixo as remunerações pagas a administradores e empregados:

R$ mil

	Em 31 de dezembro de 2010			
	No Trimestre		Acumulado	
	Administração	Empregados	Administração	Empregados
Maior Salário (*)	4,95	41,21	4,95	41,21
Menor Salário (*)	4,95	1,81	4,60	1,69
Salário (*) Médio	4,95	18,96	4,72	18,15

R$ mil

	Em 31 de dezembro de 2009			
	No Trimestre		Acumulado	
	Administração	Empregados	Administração	Empregados
Maior Salário (*)	4,60	38,34	4,60	38,34
Menor Salário (*)	4,60	5,21	4,32	4,89
Salário (*) Médio	4,60	17,22	4,41	16,30

(*) remuneração contratual

12. Resultado de provisão para risco de crédito

Composição da receita com reversão e despesa de provisão para risco de crédito:

R$ mil

		Em 31 de dezembro	
	2º semestre de 2010	2010	2009
Reversão (constituição) líquida sobre operações de crédito	(60.217)	(327.423)	55.153
Reversão (constituição) líquida sobre operações de repasses interfinanceiros	(54.323)	(112.408)	(40.160)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	14.886	36.293	27.154
Receita (despesa) líquida apropriada	**(99.654)**	**(403.538)**	**42.147**

13. Obrigações de benefícios de aposentadoria

As obrigações registradas no balanço patrimonial relativas aos planos de aposentadoria complementar e de assistência médica estão representadas a seguir:

R$ mil

	31/12/2010	31/12/2009
Contas a pagar - FAPES	42.459	41.100
Passivo atuarial - FAMS	44.823	43.087
Total	87.282	84.187
Curto prazo		
Contas a pagar - FAPES	1.915	1.608
Passivo atuarial - FAMS	1.283	1.368
Total	3.198	2.976
Longo prazo		
Contas a pagar - FAPES	40.544	39.492
Passivo atuarial - FAMS	43.540	41.719
Total	84.084	81.211

13.1) Plano de aposentadoria complementar

A FAPES (Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES) é uma entidade fechada de previdência privada. Seu principal objetivo é complementar os benefícios previdenciários, concedidos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, para os funcionários de seus patrocinadores: BNDES, FINAME, BNDESPAR e a própria FAPES.

A FAPES tem plano de benefícios definidos e no dimensionamento de suas provisões foi admitido o regime financeiro de capitalização.

Os patrocinadores devem assegurar à FAPES, quando necessário, recursos destinados à cobertura de eventuais insuficiências técnicas reveladas pela reavaliação atuarial, conforme estabelecido no estatuto da Fundação, consoante legislação vigente.

O compromisso atuarial foi avaliado por atuário independente, pelo Método de Crédito Unitário Projetado. Para a atualização dos valores para as datas específicas foram usados juros atuariais equivalentes a Notas do Tesouro Nacional, série B (NTN-B).

A seguir, os resultados da avaliação atuarial do plano de aposentadoria complementar:

R$ mil

	31/12/2010	31/12/2009
Valor presente das obrigações atuariais	411.827	342.994
Valor justo dos ativos do plano	(376.793)	(351.644)
Valor presente das obrigações não fundeadas / (excesso de cobertura)	35.034	(8.650)
Ganhos (Perdas) atuariais não reconhecidos	(35.380)	12.698
(Ativo) / Passivo atuarial	(344)	4.048
Limite dos ativos	344	-
Passivo atuarial antes da Interpretação A (*)	-	4.048
Passivo adicional - Interpretação A (*)	42.459	37.052
Passivo líquido	42.459	41.100

(*) A Interpretação A (Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Fundeamento Mínimo e sua Interação), que corresponde ao IFRIC 14 do IASB, é parte do integrante do Pronunciamento CPC 33 (Deliberação CVM 600/2009).

Passivo adicional

O passivo adicional refere-se a contratos de confissão de dívida celebrados com os patrocinadores, com prazo fixo de amortização, através de pagamentos mensais, totalizando treze parcelas a cada ano, calculadas pelo Sistema Price e com incidência de juros anuais correspondentes à taxa atuarial de 6% mais a taxa de custeio administrativo e atualização monetária, que ocorre nas mesmas épocas e proporções em que é concedido o reajuste ou modificação geral dos salários dos empregados dos patrocinadores. Portanto, a divida contratada é reconhecida como um passivo adicional na apuração do passivo líquido.

O saldo dessas dívidas está assim representado:

R$ mil

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Contratos de 2002 (a)	30.883	29.270
Contratos de 2004 (b)	11.576	11.830
Total	**42.459**	**41.100**
Curto prazo	1.915	1.608
Longo prazo	40.544	39.492
Total	**42.459**	**41.100**

(a) Refere-se ao acordo entre as empresas do sistema BNDES e seus empregados, envolvendo o reconhecimento da alteração da jornada de trabalho, em face da Lei nº 10.556, de 13 de novembro de 2002, que resultou em um acréscimo de 16,67% nos salários de participação dos participantes, e impactou diretamente nas provisões matemáticas do plano de benefícios. Para cobertura parcial do acréscimo provocado naquelas provisões, no exercício de 2002, foram firmados contratos que prevêem a amortização da dívida em 390 parcelas. O pagamento teve início em janeiro de 2003.

(b) Refere-se à conversão dos valores das provisões matemáticas a constituir (em atendimento à recomendação do Banco Central do Brasil - BACEN), que vinham sendo amortizadas mensalmente desde novembro de 1998, através de contribuições extraordinárias, em dívida reconhecida pelos patrocinadores, a vencer em novembro de 2018. O pagamento da primeira parcela foi efetuado em dezembro de 2004

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

R$ mil

	31/12/2010	31/12/2009
Saldo no início do período	342.994	290.295
Custo do serviço corrente	4.436	4.205
Custo de juros	34.037	34.485
Perdas (ganhos) atuariais não reconhecidos	49.731	48.610
Benefícios pagos	(19.371)	(18.445)
Ajuste de exercício anterior	-	(16.156)
Saldo no final do período	411.827	342.994

As mudanças no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

R$ mil

	31/12/2010	31/12/2009
Saldo no início do período	351.644	266.094
Retorno esperado dos ativos do plano	35.371	32.195
Ganhos (perdas) atuariais não reconhecidos	1.653	61.309
Contribuições recebidas do empregador	5.961	6.508
Contribuições recebidas dos participantes do plano	1.535	1.627
Benefícios pagos	(19.371)	(18.445)
Ajuste de exercício anterior	-	2.356
Saldo no final do período	376.793	351.644

A FINAME espera contribuir com o plano de pensão de aposentadoria complementar, para o próximo ano, em aproximadamente R$ 7.170 mil.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são assim demonstrados:

R$ mil

	31/12/2010	31/12/2009
Custo do serviço corrente	4.436	4.204
Custo de juros	34.037	34.485
Retorno esperado dos ativos do plano	(35.370)	(32.194)
Ganhos (Perdas) atuariais (*)	-	-
Total	3.103	6.495

(*) Não houve reconhecimento no resultado do período de ganho ou perda atuarial em virtude do saldo de 31 de dezembro de 2009 situar-se dentro do corredor.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100177

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

O rendimento esperado do ativo do plano foi determinado com base nas mesmas expectativas de atualização do passivo, utilizando juros atuariais equivalentes a Notas do Tesouro Nacional, série B (NTN-B). As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	Em percentuais	
	31/12/2010	31/12/2009
Fundos multimercados	80,7	81,7
Ações	5,6	5,6
Investimentos imobiliários	5,7	6,2
Outros	8,0	6,5
Total	100,0	100,0

A resolução CGPC nº 28/2009, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, aprovou anexos que tratam da planificação contábil padrão, modelos e instruções de preenchimento das demonstrações financeiras. Tais modificações afetaram a forma de apresentação dos ativos do plano, e por essa razão, as principais categorias de ativos do plano foram apresentadas dessa forma. A resolução CGPC nº 28/2009 entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2010.

O retorno real sobre os ativos do plano acumulado em 31 de dezembro de 2010 foi de R$ 37.024 mil (R$ 93.502 mil em 31 de dezembro de 2009).

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar em 31 de dezembro de 2010 para os próximos três anos:

	R$ mil
2011	24.609
2012	25.717
2013	26.874

13.2) Plano de assistência médica

A FINAME, na qualidade de subsidiária integral do BNDES, patrocina o FAMS (Fundo de Assistência Médica e Social), criado com a finalidade precípua de oferecer aos seus participantes e dependentes benefícios complementares ou similares aos do INSS. Tais benefícios, que incluem assistência médico-hospitalar e odontológica nos sistemas de escolha dirigida ou livre escolha, são assegurados aos empregados desde 1976 e amparados pela Resolução nº 933/98 da Diretoria do BNDES, extensiva às suas subsidiárias.

Os participantes beneficiários do FAMS são empregados ativos e aposentados da FINAME, e seus respectivos dependentes; tendo ainda, o dependente, após o falecimento do participante, direito ao benefício por um período de até 24 meses.

O FAMS recebe dotação de recursos da FINAME para a consecução dos seus objetivos. Estes recursos são administrados pela FAPES - Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES, que também é responsável pela elaboração do orçamento anual e detalhamento dos custos operacionais necessários ao FAMS.

O FAMS não está coberto por ativos garantidores. A antecipação do pagamento dos benefícios é efetuada pela FINAME com base nos orçamentos apresentados pela FAPES que presta contas dos custos incorridos mensalmente, através de Demonstrativo de Prestação de Contas.

Em 31 de dezembro de 2010, com base na atualização da avaliação atuarial efetuada por atuário externo, foi contabilizado o valor da obrigação atuarial com participantes assistidos, bem como dos participantes ativos pelo prazo médio de tempo laborativo futuro.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	R$ mil	
	31/12/2010	31/12/2009
Valor presente das obrigações não fundeadas	54.287	45.762
Perdas atuariais não reconhecidas	(9.464)	(2.675)
Passivo líquido	44.823	43.087

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	R$ mil	
	31/12/2010	31/12/2009
Saldo no início do período	45.762	37.390
Custo do serviço corrente	734	674
Custo de juros	4.594	4.491
Perdas (ganhos) atuariais não reconhecidos	4.734	4.755
Benefícios pagos	(1.537)	(1.548)
Saldo no final do período	54.287	45.762

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	R$ mil	
	31/12/2010	31/12/2009
Custo do serviço corrente	734	674
Custo de juros	4.594	4.491
Ganhos (Perdas) atuariais líquidos reconhecidos	25	-
Total	5.353	5.165

A FINAME espera contribuir com o plano de assistência médica, para o próximo ano, em aproximadamente R$ 2.023 mil.

A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	R$ mil	
	Aumento de um ponto percentual	Redução de um ponto percentual
Efeito sobre o agregado do custo do serviço corrente e do custo de juros	917	(739)
Efeito sobre a obrigação de benefício definido	9.128	(7.381)

13.3) Hipóteses atuarias e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, entre outros. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	31 de dezembro de 2010	**31 de dezembro de 2009**
Benefícios considerados	Todos os benefícios regulamentares	Todos os benefícios regulamentares
Método de avaliação atuarial	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Tábua de mortalidade de válidos	AT 2000	AT 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 agravada em 100%	AT 49 agravada em 100%
Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Índice de aumento real esperado para os salários dos ativos	Grupo técnico (2,9546%a.a.) e Grupo de apoio (2,4426%a.a.)	Grupo técnico (2,9546%a.a.) e Grupo de apoio (2,4426%a.a.)
Taxa de desconto nominal	10,4909% a.a	11,1828% a.a
Taxa de inflação	4,5% a.a.	4,5% a.a.
Retorno esperado sobre os ativos do plano de aposentadoria complementar	10,4909% a.a	11,1828% a.a
Taxa real de tendência dos custos médicos	5% a.a.	5% a.a.

14. Outros benefícios a empregados

A FINAME concede aos seus empregados ativos os seguintes benefícios:

	R$ mil	
	31/12/2010	31/12/2009
Vale-transporte	11	1
Vale-refeição	996	611
Assistência Educacional	302	337
Total	1.309	949

15. Programa de desligamento planejado de funcionários

Após a decisão do STF, que determinou que a aposentadoria espontânea do empregado não extingue automaticamente o contrato de trabalho, verificou-se que um grande contingente de empregados permaneceu no Banco mesmo em percepção do benefício de aposentadoria, comprometendo, assim, a esperada renovação do quadro funcional.

Objetivando esta renovação do quadro de pessoal, sem prejuízo da transmissão de suas experiências para os demais, foi aprovado no âmbito do Acordo Coletivo de Trabalho, o Programa de Desligamento Planejado que incentiva a saída dos empregados que atendem as condições para a aposentadoria por tempo de serviço, integral ou antecipada.

Segundo estimativa da FAPES, até dezembro de 2012, 230 empregados estarão aptos a aderir ao Programa, o que corresponde, aproximadamente, a 7,8% do efetivo de pessoal próprio do Sistema BNDES, atual.

O desembolso estimado restante, em 31 de dezembro de 2010, como consequência da implementação do programa é de aproximadamente R$ 9.249 mil. Para os próximos 12 meses estima-se um desembolso de R$ 4.624 mil.

16. Operações vinculadas ao Tesouro Nacional

16.1) Operações Ativas – são valores a receber do Tesouro Nacional a título de equalização da remuneração de programas incentivados pelo Governo Federal (Pronaf, Revitaliza e Agrícolas) com taxa fixa menor que a TJLP, para TJLP + 1%. O saldo a receber, em 31 de dezembro de 2010, é de R$ 1.763.316 mil (R$ 376.330 mil em 31 de dezembro de 2009).

16.2) Operações Passivas – São valores a pagar ao Tesouro Nacional a título de equalização da remuneração de programas incentivados pelo Governo Federal (Modermaq e Moderfrota) com taxa fixa superior à TJLP. Isto é, programas cuja taxa fixa seja superior a TJLP, deverá ter o excesso em relação à TJLP devolvido ao Tesouro Nacional, face a edição da Lei n.º 11.775/08. O saldo a pagar, em 31 de dezembro de 2010, é de R$ 122.339 mil (R$ 59.875 mil em 31 de dezembro de 2009).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100178

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

17. Informações complementares:

Essa nota tem por objetivo relatar a correlação entre as contas patrimoniais e as contas de resultado.

R$ mil

	Em 31 de dezembro				
	2010			2009	
	Balanço Patrimonial	Resultado 2º semestre	Resultado Acumulado	Balanço Patrimonial	Resultado Acumulado
BALANÇO PATRIMONIAL E RESULTADO		346.079	61.177		203.373
ATIVOS / RECEITAS	99.504.573	3.031.016	5.572.888	69.801.174	1.655.884
DISPONIBILIDADES	1	-	-	39	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	1.014.771	47.200	82.803	690.848	94.004
Fundo BB Extramercado	1.014.091	47.199	82.802	690.168	94.004
Ações de Cias Abertas	680	1	1	680	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO E RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	97.531.175	1.966.912	4.496.147	68.975.087	1.428.671
Repasses Interfinanceiros	90.019.465	2.415.094	4.512.728	60.559.373	4.132.796
Operações de crédito	7.511.710	(448.182)	(16.581)	8.415.714	(2.704.125)
PROVISÃO PARA RISCO DE CRÉDITO	(882.707)	(99.654)	(403.538)	(442.914)	42.148
Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito - repasses	(380.995)	(54.323)	(112.408)	(268.587)	(40.161)
Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito - operações de crédito	(501.712)	(60.203)	(327.385)	(174.327)	55.180
Baixas como prejuízo fiscal		(14)	(38)		(26)
Recuperações de crédito		14.886	36.293		27.155
OUTROS CRÉDITOS	1.841.333	1.116.558	1.397.476	578.114	91.061
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações	600	-	420	33.970	2.951
Créditos tributários	37.928	-	-	129.238	-
Incentivos fiscais	28.854	(389)	120	27.914	(2.325)
Direitos vinculados Tesouro Nacional	1.763.316	1.116.906	1.396.746	376.330	90.346
Outros	10.635	41	190	10.662	89

R$ mil

	Em 31 de dezembro				
	2010			2009	
	Balanço Patrimonial	Resultado 2º semestre	Resultado Acumulado	Balanço Patrimonial	Resultado Acumulado
PASSIVO E PATRIMÔNIO LíQUIDO / DESPESAS	99.504.573	(2.684.937)	(5.511.711)	69.801.174	(1.452.511)
OBRIGAÇÕES POR REPASSES	92.043.293	(2.270.576)	(5.004.330)	62.957.811	(1.120.689)
Repasses com o BNDES	89.603.218	(2.035.455)	(4.538.799)	60.765.255	(948.327)
Repasses com o STN	2.440.075	(235.121)	(465.531)	2.192.556	(172.362)
OUTRAS OBRIGAÇÕES	922.697	(414.361)	(507.381)	353.508	(331.822)
Impostos e contribuições sobre o lucro	202.665	(306.111)	(328.173)	69.024	(135.859)
Dividendos / Juros s/ capital próprio a pagar	14.529	-	(895)	48.096	(1.999)
Provisões trabalhistas e cíveis	554	(15)	2.216	2.770	2.617
Outros impostos e contribuições	16.935	(40.042)	(46.323)	6.518	(20.387)
Credores vinculados liquidação operação	29.834	-	-	47.446	-
Passivo atuarial - FAMS	44.823	(1.802)	(3.815)	43.087	(5.537)
Diversas	40.697	(39.356)	(63.527)	24.598	(57.781)
Contas a pagar - FAPES	42.459	(4.033)	(6.144)	41.100	(5.419)
Vinculadas ao Tesouro Nacional	122.339	(23.881)	(62.465)	59.875	(108.179)
Provisão para programa de desligamento de funcionários	9.249	879	1.745	10.994	722
Depósito a apropriar	398.613				
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.538.583			6.489.855	

JUNTA DE ADMINISTRAÇÃO

LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Presidente
MAURÍCIO BORGES LEMOS – Presidente-Substituto
EDUARDO EUGENIO GOUVÊA VIEIRA – Membro da Junta
GABRIEL JORGE FERREIRA – Membro da Junta
MARIA LUISA CAMPOS MACHADO LEAL – Membro da Junta
LUIZ CLÁUDIO PORTELA FERREIRA – Membro da Junta
LUIZ AUBERT NETO – Membro da Junta
FRANCISCO DE ASSIS CREMA – Membro da Junta
HELENA KERR DO AMARAL – Membro da Junta
ROBERTO SMITH – Membro da Junta

SUPERINTENDÊNCIA DA ÁREA FINANCEIRA:
SELMO ARONOVICH

CHEFIA DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE:
VÂNIA MARIA DA COSTA BORGERTH - CRC-RJ 064.817/4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionista e Administradores da
Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME
Rio de Janeiro – RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME ("Agência"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração da Agência é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Agência para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Agência. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

(continuação)

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Marcelo Cavalcanti Almeida
Contador
CRC 1RJ 036.206/O-5

DECISÃO DA JUNTA DE ADMINISTRAÇÃO

Decisão nº JA- 01 /2011 - FINAME Reunião de 17 de março de 2011

Interessada: **AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME**
C.N.P.J.: 33.660.564/0001-00
Avenida República do Chile, 100 - parte
20139-900 - Rio de Janeiro - RJ

Assunto: Demonstrações Contábeis referentes ao exercício encerrado em 31/12/10 e destinação do lucro acumulado no exercício.

Referência: INFORMAÇÃO PADRONIZADA AF/DEPCO - 06/11 de 16/2/11, e PARECER DE DELOITTE TOUCHE TOHMATSU - AUDITORES INDEPENDENTES, de 11/2/11.

Endossando o parecer do Relator, a Junta de Administração da FINAME decidiu, por unanimidade, após examinar o Parecer dos Auditores Externos DELOITTE TOUCHE TOHMATSU – AUDITORES INDEPENDENTES S/S, manifestar-se favoravelmente à aprovação:

I) das Demonstrações Contábeis da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME referentes ao exercício encerrado em 31/12/10, e encaminhá-las à deliberação do seu acionista único, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, na forma da legislação em vigor; e

II) da seguinte destinação do lucro acumulado no exercício de R$ 63.257.314,46 (sessenta e três milhões, duzentos e cinqüenta e sete mil, trezentos e catorze reais e quarenta e seis centavos), já contemplada nas demonstrações contábeis:

a) 5%, correspondente ao valor de R$ 3.162.865,72 (três milhões, cento e sessenta e dois mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e setenta e dois centavos), para a constituição da Reserva Legal;

b) R$ 1.977.488,05 (hum milhão, novecentos e setenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e cinco centavos), referentes ao total de incentivos fiscais reconhecidos no exercício, para a constituição de Reserva de Incentivos Fiscais;

c) 25%, após deduzidas a Reserva Legal e a Reserva de Incentivos Fiscais, no montante de R$ 14.529.240,17 (catorze milhões, quinhentos e vinte e nove mil, duzentos e quarenta reais e dezessete centavos), na forma de dividendos;

d) 75%, após deduzidas a Reserva Legal e a Reserva de Incentivos Fiscais, no montante de R$ 43.587.720,52 (quarenta e três milhões, quinhentos e oitenta e sete mil, setecentos e vinte reais e cinquenta e dois centavos), para capitalização imediata.

LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Presidente
MAURÍCIO BORGES LEMOS – Presidente-Substituto
EDUARDO EUGENIO GOUVÊA VIEIRA
GABRIEL JORGE FERREIRA
MARIA LUISA CAMPOS MACHADO LEAL
LUIZ CLÁUDIO PORTELA FERREIRA
LUIZ AUBERT NETO
FRANCISCO DE ASSIS CREMA
HELENA KERR DO AMARAL
ROBERTO SMITH

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL

PORTARIA Nº 138, DE 17 DE MARÇO DE 2011

Consulta Pública. Requisitos Gerais de Etiquetagem com demonstração da Eficiência através do Mecanismo de Certificação

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, no inciso I do artigo 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do artigo 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n° 6.275, de 28 de novembro de 2007, resolve:

Art. 1º Disponibilizar, no sitio www.inmetro.gov.br, a proposta de texto da Portaria Definitiva e a dos Requisitos Gerais de Etiquetagem com demonstração da Eficiência através do Mecanismo de Certificação - RGCE.

Art. 2º Declarar aberto, a partir da data da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, o prazo de 60 (sessenta) dias para que sejam apresentadas sugestões e críticas relativas aos textos propostos.

Art. 3º Informar que as críticas e sugestões a respeito dos textos supramencionados deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro
Diretoria da Qualidade - Dqual
Divisão de Programas de Avaliação da Conformidade - Dipac
Rua da Estrela, 67 - 2º andar - Rio Comprido
CEP 20251-900 - Rio de Janeiro - RJ, ou
- E-mail: dipac.consultapublica@inmetro.gov.br

Art. 4º Estabelecer que, findo o prazo estipulado no artigo 2º desta Portaria, o Inmetro se articulará com as entidades que tenham manifestado interesse na matéria, para que indiquem representantes nas discussões posteriores, visando à consolidação do texto final.

Art. 5º Publicar esta Portaria de Consulta Pública no Diário Oficial da União, quando iniciará a sua vigência.

JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

PORTARIA Nº 11, DE 18 DE MARÇO DE 2011

Altera os critérios para alocação da cota para importação estabelecida pelo art. 1º da Resolução CAMEX nº 70, de 14 de setembro de 2010.

A SECRETÁRIA DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 15 do Anexo I ao Decreto nº 7.096, de 4 de fevereiro de 2010, tendo em consideração as Resoluções CAMEX nº 70, de 14 de setembro de 2010, e nº 13, de 14 de março de 2011, resolve:

Art. 1º O inciso XXI do Anexo "B" da Portaria SECEX nº 10, de 24 de maio de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"XXI - Resolução CAMEX nº 70, de 14 de setembro de 2010, publicada no D.O.U. de 15 de setembro de 2010; e Resolução CAMEX nº 13, de 14 de março de 2011, publicada no D.O.U. de 16 de março de 2011:

.....

d) a quota mencionada somente poderá ser distribuída às indústrias do segmento têxtil para utilização em seu processo industrial e para as empresas comerciais exportadoras de que trata o Decreto-Lei nº 1.248, de 29 de novembro de 1972; e

....."(NR)

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TATIANA LACERDA PRAZERES

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RESOLUÇÃO DE 24 DE FEVEREIRO DE 2011

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SUFRAMA, na sua 249ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de fevereiro de 2011, em Manaus/AM, aprovou a seguinte Resolução: N.º 043/11 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de IMPLANTAÇÃO da empresa S.G. NUNES INDÚSTRIA PLÁSTICA E SERVIÇOS EPP, na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto nº 033/2011-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de PEÇAS PLÁSTICAS MOLDADAS POR INJEÇÃO e PARTES E PEÇAS INJETADAS PLÁSTICAS PARA CICLOMOTORES, MOTONETAS, MOTOCICLETAS, TRICICLOS E QUADRICICLOS, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 3º e 9º do Decreto-Lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece.

FLÁVIA SKROBOT BARBOSA GROSSO
Superintendente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

INTERNET www.in.gov.br

Ministério do Meio Ambiente

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
SUPERITENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 69, DE 14 DE MARÇO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência que lhe foi atribuída por meio da Portaria nº 84, de 12 de dezembro de 2002, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA em sua 394ª Reunião Ordinária, realizada em 14 de março de 2011, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, resolveu outorgar à:

L.B. Construções Ltda., rio Tacutu, Município de Bonfim/Roraima, mineração.

O inteiro teor da Resolução, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

FRANCISCO LOPES VIANA

RESOLUÇÃO Nº 70, DE 14 DE MARÇO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência que lhe foi atribuída pela Portaria nº 84, de 12 de dezembro de 2002, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 394ª Reunião Ordinária, realizada em 14 de março de 2011, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, resolveu indeferir o pedido de outorga de direito de uso dos recursos hídricos à:

Tilápia do Agreste Criação e Comércio de Peixes Ltda., Açude Engº Antônio Gouveia Neto/Jucazinho (rio Capibaribe), Município de Riacho das Almas/Pernambuco, aquicultura.

O inteiro teor da Resolução, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

FRANCISCO LOPES VIANA

RESOLUÇÕES 15 DE MARÇO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência que lhe foi atribuída por meio da Portaria nº 84, de 12 de dezembro 2002, torna público que o Diretor João Gilberto Lotufo Conejo, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, com base na Delegação que lhe foi conferida por meio da Resolução nº 006, de 1º/02/2010, publicada no DOU de 03/02/2010, resolveu emitir as outorgas preventivas de uso dos recursos hídricos à:

Nº 89 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba - CODEVASF, rio Parnaíba, Município de Duque Bacelar/Maranhão, esgotamento sanitário.

Nº 100 - Roberto Lobo, Reservatório da UHE de Paraibuna/Paraitinga (rio Paraíba do Sul), Município de Natividade da Serra/São Paulo, aquicultura.

Nº 101 - BTS 2 Empreendimentos SPE Ltda., rio Itabapoana, Município de São Francisco do Itabapoana/Rio de Janeiro, indústria.

Nº 105 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba - CODEVASF, rio Parnaíba, Município de Barão de Grajaú/Maranhão, esgotamento sanitário.

Nº 106 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba - CODEVASF, rio Parnaíba, Município de Benedito Leite/Maranhão, esgotamento sanitário.

O inteiro teor das Resoluções, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência que lhe foi atribuída por meio da Portaria nº 84, de 12 de dezembro de 2002, torna público que o Diretor João Gilberto Lotufo Conejo, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, com base na Delegação que lhe foi conferida por meio da Resolução nº 006, de 1º/02/2010, publicada no DOU de 03/02/2010, resolveu outorgar a:

Nº 73 - Álvaro Lima Paim Filho, rio São Francisco, Município de Casa Nova/Bahia, irrigação.

Nº 74 - Agropecuária Campo do Gavião Ltda., Açude Público Anagé (rio Gavião), Município de Belo Campo/Bahia, irrigação.

Nº 75 - Jorge Rosini Filho, rio Mogi-Guaçu, Município de Porto Ferreira/São Paulo, irrigação.

Nº 76 - Tirrena Participações Ltda., rio São Francisco, Município de Petrolina/Pernambuco, irrigação.

Nº 77 - Joaquim Alcebíades Paulino, rio Preto, Município de Unaí/Minas Gerais, irrigação.

Nº 78 - Joeider Pacífico Cordeiro de Campos, Reservatório da UHE de Três Marias (rio São Francisco), Município de Morada Nova de Minas/Minas Gerais, irrigação.

Nº 79 - Hazenclever Lopes Cançado Júnior, Reservatório da UHE de Sobradinho (rio São Francisco), Município de Casa Nova/Bahia, irrigação.

Nº 80 - Miguel Maria de Oliveira, ribeirão Cana Brava, Município de Unaí/Minas Gerais, irrigação.

Nº 81 - Delvo Candido Alves, rio Preto, Município de Unaí/Minas Gerais, irrigação.

Nº 82 - Silvio Caliani, Reservatório da UHE de Sobradinho (rio São Francisco), Município de Casa Nova/Bahia, irrigação.

Nº 83 - Dalfran Samleo Sampaio Leão, ribeirão Santana, Município de Cidade Ocidental/Goiás, irrigação.

Nº 84 - Carlos Oberto Correa da Costa, rio Bezerra, Município de Cabeceira Grande/Minas Gerais, irrigação.

Nº 85 - Edson Dias Valadares, ribeirão Roncador, Município de Unaí/Minas Gerais, irrigação.

Nº 86 - Iguatemi Empreendimentos e Participações Ltda., rio São Francisco, Município de Iguatama/Minas Gerais, irrigação.

Nº 87 - Lar dos Meninos Dom Orione, Reservatório da UHE de Três Marias (rio São Francisco), Município de Morada Nova de Minas/Minas Gerais, dessedentação animal.

Nº 88 - Gilberto Antenor Appelt, rio São Francisco, Município de Buritizeiro/Minas Gerais, irrigação.

Nº 90 - Companhia Pernambucana de Saneamento - COPASA, Barragem de Tapacurá (rio Tapacurá), Município de São Lourenço da Mata, com a finalidade de abastecimento público dos Municípios de Vitória de Santo Anão, Moreno (Povoado Bonança) e Pombos/Pernambuco.

Nº 91 - Companhia Pernambucana de Saneamento - COPASA, rio São Francisco, Município de Santa Maria da Boa Vista/Pernambuco, abastecimento público.

Nº 92 - João de Araújo Melo Neto, Reservatório da UHE de Itaparica (rio São Francisco), Município de Glória/Bahia, irrigação.

Nº 93 - Manoel Carlos Hernandes, Reservatório da UHE de Água Vermelha (rio Grande), Município de Cardoso/São Paulo, irrigação.

Nº 94 - Luiz Carlos Matos, rio Preto, Município de Unaí/Minas Gerais, irrigação.

Nº 95 - Túlio Marcio Rosa Roriz, rio São Francisco, Município de Juazeiro/Bahia, irrigação.

Nº 96 - Karla Patricia Rosa Roriz, rio São Francisco, Município de Juazeiro/Bahia, irrigação.

Nº 97 - Thiago Martinez Rosa Roriz, rio São Francisco, Município de Juazeiro/Bahia, irrigação.

Nº 98 - Wolmar Dias Torres, rio São Francisco, Município de Curaçá/Bahia, irrigação.

Nº 99 - Wilton dos Reis Braga, rio Paranaíba, Município de Patos de Minas/Minas Gerais, irrigação.

Nº 102 - Alexandre Araújo do Carmo, Açude Público de Orós (rio Jaguaribe), Município de Iguatu/Ceará, irrigação.

Nº 103 - Manoel Elias Gasparini, Córrego Dourado, Município de Pedro Canário/Espírito Santo, irrigação.

Nº 104 - Luciano Júnior Costa, Reservatório da UHE de Furnas (rio Grande), Município de Formiga/Minas Gerais, irrigação.

Nº 107 - Alcides Brandão da Silva, rio São Francisco, Município de Muquém do São Francisco/Bahia, irrigação.

O inteiro teor das Resoluções, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

FRANCISCO LOPES VIANA

Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 490, DE 18 DE MARÇO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº 5.063, de 3 de maio de 2004, alterado pelo Decreto nº 6.341, de 3 de janeiro de 2008, e Decreto nº 7.015, de 24 de novembro de 2009, resolve:

Art. 1º Desativar a Agência Regional em Presidente Venceslau, vinculada administrativamente à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no estado de São Paulo

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ROBERTO LUPI

DESPACHOS DO CHEFE DE GABINETE
Em 23 de fevereiro de 2011

O Chefe de Gabinete do Ministro do Trabalho e Emprego, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Nota Técnica nº. 11/2011/DICNES/CGRS/SRT/MTE RESOLVE retificar a publicação do despacho de Concessão de Alteração Estatutária do Sindicato do Comércio Varejista de Passo Fundo, RS, n°. 46000.018235/2002-29, CNPJ 92.049.030/0001-00, publicado no Diário Oficial da União, em 14/12/2009, seção I, n. 238, página 86, para que onde se lê: Base Territorial: Passo Fundo, Marau, Arvorezinha, Camargo, Casca, Coxilha, Ernestina, Guaporé, Itapuca, Mato Castelhano, Montauri, Nicolau Vergueiro, Nova Alvorada, Passo Fundo, Pontão, Santo Antônio do Palma, São Domingos do Sul, Serafina Corrêa, Sertão, União da Serra, Vanini e Vila Maria -RS, leia-se Base Territorial: Passo Fundo, Marau, Arvorezinha, Camargo, Casca, Coxilha, Ernestina, Guaporé, Itapuca, Mato Castelhano, Montauri, Nicolau Vergueiro, Nova Alvorada, Pontão, Santo Antônio do Palma, São Domingos do Sul, Serafina Corrêa, Sertão, União da Serra, Vanini e Vila Maria -RS e onde se lê: Categoria Profissional: Econômicas do 2º Grupo - comércio varejista, com exceção das categorias econômicas: "comércio varejista de gêneros alimentícios", "comércio de vendedores ambulantes", "comércio varejista de feirantes", "estabelecimentos de serviços funerários", "comércio varejista de produtos farmacêuticos", "empresas de garagens, estacionamento e de limpeza e conservação de veículos", "comércio varejista de derivados de petróleo", "empresas distribuidoras de gás combustível e querosene" no município de Passo Fundo, e das categorias econômicas integrantes do 2º Grupo - comércio varejista, com exceção das categorias econômicas: "comércio varejista de gêneros alimentícios", comércio varejista de veículos, comércio varejista de peças e acessórios para veículos", "comércio de vendedores ambulantes", "comércio varejista de feirantes", "comércio varejista de material óptico, fotográfico e cinematográfico", "estabelecimento de serviços funerários", "comércio varejista de produtos farmacêuticos", "empresas de garagens, estacionamento e de limpeza e conservação de veículos", "comércio varejista de derivados de petróleo", "empresas distribuidoras de gás liqüefeito e petróleo, e "transportador-revendedor-retalhista de óleo diesel, óleo combustível e querosene", nos municípios de Marau, Arvorezinha, Camargo, Casca, Coxilha, Ernestina, Guaporé, Itapuca, Mato Castelhano, Montauri, Nicolau Vergueiro, Nova Alvorada, Passo Fundo, Pontão, Santo Antônio do Palma, São Domingos do Sul, Serafina Corrêa, Sertão, União da Serra, Vanini e Vila Maria, leia-se: Categoria: Econômicas do 2º Grupo - comércio varejista, com exceção das categorias econômicas: "comércio varejista de gêneros alimentícios", "comércio de vendedores ambulantes", "comércio varejista de feirantes", "estabelecimentos de serviços funerários", "comércio varejista de produtos farmacêuticos", "empresas de garagens, estacionamento e de limpeza e conservação de veículos", "comércio varejista de derivados de petróleo", "empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo"; e "transportador-revendedor-retalhista de óleo diesel, óleo combustível e querosene" no município de Passo Fundo, e das categorias econômicas integrantes do 2º Grupo - comércio varejista, com exceção das categorias econômicas: "comércio varejista de gêneros alimentícios", comércio varejista de veículos, comércio varejista de peças e acessórios para veículos", "comércio de vendedores ambulantes", "comércio varejista de feirantes", "comércio varejista de material óptico, fotográfico e cinematográfico", "estabelecimento de serviços funerários", "comércio varejista de produtos farmacêuticos", "empresas de garagens, estacionamento e de limpeza e conservação de veículos", "comércio varejista de derivados de petróleo", "empresas distribuidoras de gás liqüefeito e petróleo, e "transportador-revendedor-retalhista de óleo diesel, óleo combustível e querosene", nos municípios de Marau, Arvorezinha, Camargo, Casca, Coxilha, Ernestina, Guaporé, Itapuca, Mato Castelhano, Montauri, Nicolau Vergueiro, Nova Alvorada, Passo Fundo, Pontão, Santo Antônio do Palma, São Domingos do Sul, Serafina Corrêa, Sertão, União da Serra, Vanini e Vila Maria- RS.

Registro Sindical.

O Chefe de Gabinete do Ministro do Trabalho e Emprego, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria 186, publicada em 14 de abril de 2008, e na Nota Técnica Nº. 98/2011/DIAN/CGRS/SRT/MTE, ARQUIVAR a impugnação n°. 46000.018680/2010-07, nos termos do art. 10, inciso VII e VIII da Portaria 186/2008; e CONCEDER o Registro ao Sindicato dos Empregados no Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios, Supermercados, Hipermercados e Mercearias da Região do Entorno do Distrito Federal, processo n°. 46208.007502/2009-82, CNPJ: 10.902.595/0001-24, para representar a categoria dos empregados no comércio varejista de gêneros alimentícios, supermercados, hipermercados e mercearias da Região do Entorno do Distrito Federal, compreendidos na função de açougueiro, entregador, balconista, auxiliar de escritório, motorista, repositor, auxiliar de depósito, operadora de caixa, empacotador, fiscal de caixa, padeiro, confeiteiro, empilhador, conferente, gerente de setor, gerente geral, faxineiro, vigia, auxiliar administrativo, auxiliar de tesouraria, supervisor de caixa com abrangência intermunicipal e base territorial nos municípios de Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Cristalina, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás- GO. Para fins de Anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve EXCLUIR da representação do sindicato abaixo: a) SECOM - Sindicato dos Empregados no Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios no Estado de Goiás - CNPJ: 74.104.621/0001-51, Processo: 46000.010382/2001-70, excluindo de sua representação a categoria dos empregados no comércio varejista de gêneros alimentícios, supermercados, hipermercados e mercearias compreendidos na função de açougueiro, entregador, balconista, auxiliar de escritório, motorista, repositor, auxiliar de depósito, operadora de caixa, empacotador, fiscal de caixa, padeiro, confeiteiro,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

empilhador, conferente, gerente de setor, gerente geral, faxineiro, vigia, auxiliar administrativo, auxiliar de tesouraria e supervisor de caixa nos Municípios de Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Cristalina, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás, no Estado de Goiás, conforme determina o art. 25 da portaria 186/2008.

Em 16 de março de 2011

Registro de Alteração Estatutária.

O Chefe de Gabinete do Ministro do Trabalho e Emprego, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria 186, publicada em 14 de abril de 2008, e na Nota Técnica Nº. 100/2011/DIAN/CGRS/SRT/MTE, resolve ARQUIVAR a impugnação n° 46000.020536/2010-22, nos termos do art. 10, inciso V da Portaria 186/2008; e CONCEDER o registro de alteração estatutária ao Sindicato dos Empregados no Comércio de Joinville e Região, n° 46220.007527/2008-37, CNPJ 84.714.237/0001-24, para representar a categoria Empregados no comércio atacadista e varejista de produtos agrícolas e congêneres, carnes frescas e congeladas, carvão vegetal e lenha, gêneros alimentícios (supermercados, mini-mercados, hipermercados, shopping centers, mercearias e congêneres), tecidos, vestuários, armarinhos, calçados, louças, tintas, ferragens, ferramentas, maquinários em geral, matérias de construção, madeiras, materiais elétricos e hidráulicos, artigos sanitários, produtos químicos, drogas e medicamentos (farmácias) álcool e bebidas em geral, gás sacarias, pedras preciosas, jóias, relógios, vidros e cristais, couros e peles, aparelhos e materiais óticos, fotográficos e cinematográficos, sucatas de ferro, vidro, papel e assemelhados, bijuterias, material médico hospitalar e científico, aparelhos eletrodomésticos, veículos, peças e acessórios (incluindo os empregados nas concessionárias de veículos automotores - vendedores, mecânicos, almoxarifes, pessoal administrativo e demais atividades profissionais na empresa), verduras, frutas, legumes, plantas e flores, serviços funerários, papel, papelão, livros e materiais de escritório e papelarias, aparelhos e equipamentos eletrônicos (som, imagem e informática, incluindo os trabalhadores das oficinas), empregados em cooperativas, revenda e recapagens de pneus e artefatos de borracha, postos de vendas das indústrias, incluindo todos os trabalhadores da área administrativa e depósitos das empresas de comercialização dos produtos mencionados; e das empresas de contabilidade., com abrangência intermunicipal nos municípios de Araquari, Balneário Barra do Sul, Barra Velha, Garuva, Itapoá, Joinville, São Francisco do Sul e São João do Itaperiú- SC.

MARCELO PANELLA

Em 18 de março de 2011

Cancelamento de Registro de Alteração.

O Chefe de Gabinete do Ministro do Trabalho e Emprego - Substituto, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nas Portarias nº 64, de 05 de maio de 2006 e na Portaria 186, publicada no DOU em 14 de abril de 2008 e Nota Técnica nº 30/2011/AIJ/SRT/MTE, resolve cancelar o registro de alteração estatutária do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis - GO, processo administrativo nº. 24210.002063/90-12, CNPJ nº. 01.056.811/0001-77, em cumprimento à decisão judicial proferida pelo d. juízo da 4ª Vara Cível da Comarca de Anápolis., nos autos do processo n.º 511/90.

ALEX SANDRO GONÇALVES PEREIRA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 35, DE 18 DE MARÇO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições legais conferidas pelo Regimento Interno da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais, aprovado pela Portaria nº 153, de 12/02/09, Anexo I, publicada no D.O.U. de 13/02/09, Seção I, tendo em vista a Portaria Ministerial nº 3.118, publicada no D.O.U. de 05/04/89, e considerando ainda o exposto nos documentos anexados aos Processos 46211.001058/2006-90 e 47740.000458/2008-24, resolve:

Art. 1º - Renovar a autorização concedida pela Portaria nº 54, de 16/06/09, publicada no D.O.U. de 02/07/09, por mais um período de (2) dois anos, tendo o início de sua vigência em 03/07/2011 até 03/07/2013, para a empresa STEPAN QUÍMICA LTDA., CNPJ 01.898.598/0002-21, estabelecida na Avenida das Nações Unidas, 2448, Bairro Industrial, município de Vespasiano, no Estado de Minas Gerais, para trabalhar aos domingos e feriados civis e religiosos em regime ininterrupto.

Art. 2º - A presente autorização poderá ser cancelada caso a Fiscalização do Trabalho constate não estarem sendo cumpridas as condições constantes nos processos supracitados.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor em 03/07/11.

ALYSSON PAIXÃO DE OLIVEIRA ALVES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO PARANÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 16 de março de 2011

O Superintendente Regional do Trabalho e Emprego, no Estado do Paraná, Substituto, usando da competência que lhe foi delegada pela Portaria SRT nº 02, de 25 de maio de 2006, publicada na seção 2 do DOU de 30.05.2006, alterada pela Portaria SRT nº 05, de 20/11/2008 e pela Portaria SRT nº 06, de 26/01/2010 e tendo em vista o que consta no processo nº 46212.013232/2010-13, HOMOLOGA o Plano de Cargos e Carreira do Corpo Técnico Administrativo da FACULDADE CAMPO REAL, sediada no município de Guarapuava, no Estado do Paraná, ficando expresso que qualquer alteração a ser feita no Quadro, dependerá de prévia aprovação desta Superintendência.

O Superintendente Regional do Trabalho e Emprego, no Estado do Paraná, Substituto, usando da competência que lhe foi delegada pela Portaria SRT nº 02, de 25 de maio de 2006, publicada na seção 2 do DOU de 30.05.2006, alterada pela Portaria SRT nº 05, de 20/11/2008 e pela Portaria SRT nº 06, de 26/01/2010 e tendo em vista o que consta nos processos nº 46212.009352/2010-16 e 46212.015151/2010-58, HOMOLOGA o Plano de Cargos e Carreira do Corpo Docente da Faculdade de Tecnologia de Curitiba-FATEC, sediada no município de Curitiba, no Estado do Paraná, ficando expresso que qualquer alteração a ser feita no Quadro, dependerá de prévia aprovação desta Superintendência.

ELIAS MARTINS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 30, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Superintendente Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul, tendo em vista o que consta no processo n.º 46272.002588/2010-17, nos termos do despacho exarado no processo em epígrafe e usando da competência delegada pela Portaria SRT/N.º 02, de 25 de maio de 2006, publicada na Seção II do Diário Oficial da União, de 30 de maio de 2006, alterada pela Portaria N.º 05, de 20 de novembro de 2008 e pela Portaria N.º 06, de 26 de janeiro de 2010, HOMOLOGA o Plano de Cargos e Salários da Casci Distribuidora de Bebidas Ltda., inscrita no CNPJ sob n.º 00.166.937/0001-31, situada à Rua Anchieta, n.º 550, Bairro Operário, em Carazinho - RS, ficando expresso que qualquer alteração a ser feita no Quadro dependerá de prévia aprovação desta Superintendência.

HERON DOS SANTOS OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 119, DE 18 DE MARÇO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais deste órgão, aprova nos termos da Portaria nº 2, de 25/05/2006, da Secretaria de Relações do Trabalho/MTE e, em conformidade com a documentação constante no processo nº. 46472.002281/2010-60 às fls. 01,09 a 44, 49, 50 e 57, homologa O QUADRO DE CARREIRA do Corpo Docente da Educação Infantil I e II, ensino médio e ensino profissionalizante da União Social Camiliana, inscrita nos seguintes CNPJ/MF Nº 58.250.689/0001-92 São Paulo - SP, 58.250.689/0010-83 Salvador - BA, 58.250.689/0013-26 Cachoeiro do Itapemirim - ES, 58.250.689/0019-11 Brasília-DF, 58.250.689/0026-40 Pinhais - PR, 58.250.689/0028-02 Belo Horizonte - MG, 58.250.689/0034-50 São Paulo - SP, 58.250.689/0036-12 Cariacica - ES, 58.250.689/0017-50 Porto Alegre - RS, 58.250.689/0037-01 São Paulo - SP.

JOSÉ ROBERTO DE MELO.

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

DESPACHO DO DIRETOR
Em 18 de março de 2011

O Diretor do Departamento de Segurança e Saude no Trabalho, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Portaria SIT nº 125, de 12 de novembro de 2009, resolve SUSPENDER a utilização e comercialização do lote 05/10 do Certificado de Aprovação nº 14.108, concedido à empresa LEDAN Indústria e Comércio Ltda, CNPJ nº 59.677.708/0001-24, tendo em vista o disposto na Nota Informativa nº10/2011/DSST/SIT.

RINALDO MARINHO COSTA LIMA

Ministério dos Transportes

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE NAVEGAÇÃO INTERIOR

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 17 de março de 2011

Nº 23 - O SUPERINTENDENTE DE NAVEGAÇÃO INTERIOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo regimento interno e em conformidade como o que consta do Processo Administrativo Contencioso Simplificado nº 50306.000743/2010-01 e na NOTE nº 0004-2011-GFI, que corroboram o entendimento de que a empresa cumpriu as recomendações e providências estabelecidas no Procedimento de Fiscalização nº 000015-2010-UARMN, em relação à comunicação de alteração da frota em operação, resolve:

Acolher integralmente o recurso imposto pela empresa F. H DE OLIVEIRA PEIXOTO de forma a não aplicar a penalidade de multa de R$ 3.000,00 (três mil reais) imposta pela Autoridade Julgadora no PAS, por não haver a comprovação material de prática de infração pela empresa, bem como pelo arquivamento do Processo Administrativo Contencioso Simplificado.

JOSÉ ALEX BOTÊLHO DE OLIVA

UNIDADE ADMINISTRATIVA REGIONAL DE MANAUS

DESPACHO DO CHEFE
Em 17 de fevereiro de 2011

Nº 2 - O CHEFE DA UNIDADE ADMINISTRATIVA REGIONAL DE MANAUS-UARMN DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 6º da Resolução 635-ANTAQ de 20 de setembro de 2006 e com fundamento no art. 64 inciso V do Regimento Interno, à vista dos elementos constantes do Processo nº 50306.000743/2010-01, resolve:

1. Aplicar a penalidade de MULTA, de R$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais) a empresa H M NOGUEIRA GOMES NAVEGAÇÃO-ME CNPJ nº 08.157.036/0001-95 com sede na Rua Nonato Queiroz, 22 Bairro Santa Etelvina - Manaus-AM na forma do inciso I, do art. 78-A, da Lei 10.233, de 05 de junho de 2001, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001, considerando o art. 66 inciso I e art.68 da Resolução nº 987-ANTAQ, de 14 de fevereiro de 2008, por infringência aos incisos XXIII e XXIV da Resolução 912-ANTAQ de 23 de novembro de 2007

2. Esta Penalidade entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

AGLAIR CRUZ DE CARVALHO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
DIRETORIA

RESOLUÇÃO Nº 3.648, DE 16 DE MARÇO DE 2011

Altera a Resolução nº 3632, de 9 de fevereiro de 2011, que altera o anexo da Resolução nº 420, de 12 de fevereiro de 2004, que aprova as Instruções Complementares ao Regulamento do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DG - 012/11, de 16 de março de 2011 e no que consta do Processo nº 50500.047515/2010-91, resolve:

Art. 1º Os artigos 1º e 2º da Resolução ANTT nº 3.632/11, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º.....

5.2.1.6.2 As dimensões da simbologia apresentada na Figura 5.1 devem ser, no mínimo:"

"Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, estabelecendo-se o prazo de 180 dias para que os agentes econômicos e usuários dos serviços possam se adequar às alterações."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BERNARDO FIGUEIREDO
Diretor-Geral

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Conselho Nacional do Ministério Público

SECRETARIA-GERAL

SESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DE PROCESSOS

SESSÃO: 784 DATA:14/03/2011 HORA:14:10
RELATÓRIO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

Processo : 0.00.000.000362/2011-61
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : Assis/SP
Relator : Maria Ester Henriques Tavares
Processo : 0.00.000.000359/2011-48
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : Acará/PA
Relator : Claudia Maria de Freitas Chagas
Processo : 0.00.000.000360/2011-72
Tipo Proc: Pedido de providências - PP
Origem : Poços de Caldas/MG
Relator : Taís Schilling Ferraz
Processo : 0.00.000.000361/2011-17
Tipo Proc: Pedido de providências - PP
Origem : Fortaleza/CE
Relator : Cláudio Barros Silva

DANIELA NUNES FARIA
Coordenadora Processual-SG/CNMP

SESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DE PROCESSOS

SESSÃO: 785 DATA:15/03/2011 HORA:14:22
RELATÓRIO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

Processo : 0.00.000.000364/2011-51
Tipo Proc: Proposta de Emenda Regimental - PER
Origem : Brasília/df
Relator : Cláudio Barros Silva
Processo : 0.00.000.001918/2010-56
Origem : Salvador/BA
Relator : Taís Schilling Ferraz

DANIELA NUNES FARIA
Coordenadora Processual-SG/CNMP

RETIFICAÇÃO

Na Pauta da 3ª Sessão Ordinária do CNMP, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 10/03/2011, pág. 61, onde se lê:

"43) Processo: 0.00.000.001144/2010-63 (Revisão de Processo Disciplinar)
Requerentes: Arnaldo Alves Soares - Promotor de Justiça
Elias Paulo Cordeiro - Procurador de Justiça
Márcio Gomes de Souza - Procurador de Justiça
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Assunto: Revisão de procedimento disciplinar administrativo instaurado através da Portaria Nº 09/2007 - CGMP-MG.
Relator(a): Cons. Taís Schilling Ferraz
Origem: Minas Gerais"

Leia-se:

"43) Processo: 0.00.000.001144/2010-63 (Revisão de Processo Disciplinar)
Requerentes: Arnaldo Alves Soares - Promotor de Justiça
Elias Paulo Cordeiro - Procurador de Justiça
Márcio Gomes de Souza - Procurador de Justiça
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Advogado: Luis Carlos Parreiras Abritta - OAB/MG 58.400
Assunto: Revisão de procedimento disciplinar administrativo instaurado através da Portaria Nº 09/2007 - CGMP-MG.
Relator(a): Cons. Taís Schilling Ferraz
Origem: Minas Gerais"

PLENÁRIO

DESPACHO DE 17 DE MARÇO DE 2011

PROCESSO: PCA Nº 0.00.000.002231/2010-38
RELATOR: Conselheiro Mario Luiz Bonsaglia
REQUERENTE: Dioneles Leone Santana Filho
REQUERIDO: Ministério Público do Estado da Bahia

Fls. 489/494: Lilian Santos Veloso, uma das requerentes no procedimento em apenso (2369/2010-37), vem aos autos pleitear a retirada deste feito da pauta da sessão a se realizar em 22/03, sendo-lhe facultado acesso aos documentos do referido procedimento e prazo para apresentação de manifestação sobre tais documentos.

Explica a peticionária que ela e os demais postulantes do PCA 2369/2010-37 não foram intimados do apensamento daquele feito a este, nem de outros atos posteriores. Entende que, no caso, não perderam a qualidade de parte, devendo ser intimados de todos os atos do procedimento precedente, podendo inclusive se manifestar para influir na formação do juízo de convencimento pela procedência de seus pedidos, em prestígio ao princípio do contraditório.

(...)

Ante o exposto, indefiro o pedido da peticionária de fls. 489/494, ressalvando apenas a necessidade de intimação dos requerentes quanto ao despacho de apensamento (fls. 55/56) - intimação essa realizada nesta data, pelo Diário Oficial da União.

Excepcionalmente, intime-se a subscritora de fls. 489/494, por fax, do presente despacho.

MARIO LUIZ BONSAGLIA
Relator

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO SUPERIOR

SESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS

SESSÃO: 9/2011 DATA: 17/03/2011 HORA: 17:00
PROCESSOS DISTRIBUÍDOS AUTOMATICAMENTE
CSMPF: 1.00.001.000035/2011-44
Assunto: RES. CSMPF 104/IMPLEMENTAÇÃO
Origem: PR/SP
Relator(a): Cons. ALCIDES MARTINS
Interessado(s): Dr. José Roberto Pimenta Oliveira
Tutela Coletiva/Cível - PR/SP
CSMPF: 1.00.001.000036/2011-99
Assunto: AFASTAMENTO
Origem: PR/SP
Relator(a): Cons. AURELIO VIRGILIO VEIGA RIOS
Interessado(s): Dra. Zélia Luiza Pierdoná
CSMPF: 1.00.001.000037/2011-33
Assunto: DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS
Origem: PRR/2ª REGIÃO
Relator(a): Cons. SANDRA VERONICA CUREAU
Interessado(s): Dr. Mário Ferreira Leite

DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITTO PEREIRA
Presidente do Conselho
Em exercício

PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

PORTARIA Nº 125, DE 10 DE MARÇO DE 2011

P.A. N.º 1.30.012.000032/2011-42. INTERESSADO: MINISTÉRIO DA SAÚDE e HUGG. ASSUNTO: HOSPITAL UNIVERSITÁRIO GAFREE GUINLE - HUGG - DEFICIÊNCIA - MÉDICOS ALERGISTAS.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, considerando que é sua função promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública na defesa dos interesses difusos e coletivos, nos termos do artigo 129, III, da Constituição Federal de 1988 e do artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85, na forma da LC n.º 75/93, da Resolução n.° 23, de 17.09.2007 do CNMP e das Resoluções n.º 87 de 3.8.2006 e n.º 106 de 6.4.2010, do CSMPF, considerando os elementos constantes no presente procedimento administrativo, converte o procedimento n.º 1.30.012.000032/2011-42 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, pelo prazo de 1 ano, com a finalidade de apurar as razões do baixo número de médicos alergistas no Hospital Universitário Grafrée Guinle , determinando as seguintes diligências:

(1) Oficie-se ao representante requisitando que informe se conseguiu atendimento em um dos Hospitais indicados pelo Hospital Universitário Gaffrée e Guinle - HUGG;

(2) Oficie-se à DGH requisitando que informe se há previsão para o aumento do número de alergistas no HUGG, considerando as fls. 03, 07 e 10, cujas cópias seguirão em anexo;

(3) Remeta-se cópia desta Portaria à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

(4) À Divisão de Tutela Coletiva da PRRJ para os registros necessários.

JAIME MITROPOULOS
Procurador da República

PORTARIA Nº 16, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por seu Procurador da República infra assinado, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e:

a) considerando as funções institucionais do Ministério Público Federal previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição da República c/c Lei Complementar n. 75/93;

b) considerando que cabe ao Ministério Público Federal instaurar inquérito civil para apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumbam defender (art. 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85 c/c art. 1º da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público);

c) considerando que o prazo para instrução do Procedimento Administrativo Cível já se encontra exaurido, sem que tenha havido a conclusão das investigações necessárias ao arquivamento ou à propositura de ação civil pública (art. 4º, §§ 1º e 4º da Resolução n. 106/2010 do Conselho Nacional do Ministério Público);

d) considerando as peças de informação contidas no Procedimento Administrativo n. 1.22.006.000273/2010-61, cujo objeto é apuração de notícia de que a Secretaria de Educação Superior (MEC) promoveu o descredenciamento da Faculdade da Cidade de João Pinheiro em desacordo com os princípios constitucionais de Direito.

e) considerando, portanto, que a investigação realizada neste Procedimento Administrativo ainda necessita ser finalizada, de modo a dar cumprimento às atribuições do Parquet; Resolve: converter o PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO CÍVEL, com fundamento nos dispositivos legais referidos, em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com continuidade do objeto em análise.

Diante do exposto, DETERMINO: (a) proceda-se à autuação, no sistema ARP, como Inquérito Civil Público; (b) comunique-se a aludida conversão à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão por correio eletrônico, com cópia desta Portaria para a correspondente publicação em veículo oficial; (c) Após, tornem-se os autos conclusos para análise.

ONÉSIO SOARES AMARAL

PORTARIA N° 4, DE 2 DE MARÇO DE 2011

Peça Informativa protocolada sob o n. 827/2010. Assunto: Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. Requerente: PRDC. Requeridos: Municípios da área de atribuição da PRM/São Miguel. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, e

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público Federal, entre outras, zelar pelo efetivo respeito aos direitos e interesses sociais e individuais indisponíveis assegurados na Constituição da República de 1988, promovendo, para tanto, e se necessário, o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública (art. 129, inciso III, da Carta Magna e artigo 5º, III, alínea "e", da Lei Complementar n. 75/1993);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais (artigo. 127, caput e artigo 5º, I, da Lei Complementar n. 75/1993);

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público Federal a proteção dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos (art. 129, inciso III, da Carta Magna e artigo 6º, VII, alínea "c" e "d", da Lei Complementar n. 75/1993);

CONSIDERANDO que a Lei nº 11.124/2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de interesse Social - SNHIS, tem por princípio a moradia digna como direito e vetor de inclusão social;

CONSIDERANDO o art. 12, inciso III da referida lei que dispõe: "Art. 12 - Os recursos serão aplicados de forme descentralizada, por intermédio dos Estados, Distrito Federal e Municípios, que deverão: III - apresentar Plano Habitacional de Interesse Social, considerando as especificidades do local e da demanda;

CONSIDERANDO o prazo fixado até 31 de dezembro de 2010, estabelecido pelo Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social, através da Resolução nº 24, de 18 de fevereiro de 2009, para que todos os municípios cumprissem as obrigações decorrentes dos Termos de Adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, apresentado o Plano Habitacional de Interesse Social;

CONSIDERANDO a recomendação n. 36/2009, encaminhada aos municípios catarinenses que firmaram Termo de Adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social para que observassem as obrigações e os prazos estipulados pela legislação citada, bem como a necessidade de relacionar o Plano Habitacional de Interesse Social com o Plano Diretor do município, a fim de concretizarem sua inclusão na política habitacional federal;

CONSIDERANDO que somente alguns municípios da área de abrangência da PRM/São Miguel do Oeste/SC responderam à recomendação referida;

CONSIDERANDO a necessidade de colher maiores elementos de convicção sobre os fatos noticiados, requisitando informações ou documentos, nos termos previstos no art. 129, VI, da Constituição da República

O Procurador da República no Município de São Miguel do Oeste/SC, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 129, inc. II, III e VI da CF/88; art. 8º, § 1º da Lei n. 7.347/85; art. 6º, inc. VII, art. 7º, inc. I e art. 8º, todos da Lei Complementar n. 75/93; art. 1º, caput, art. 4º, inc. II e 5º, todos da Resolução n. 87/2006, do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público Federal e art. 2º e art. 4º da Resolução n. 23/2007, do Egrégio Conselho Nacional do Ministério Público), resolve:

instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o objetivo de apurar eventual omissão dos municípios afetos à PRM-São Miguel do Oeste/SC no que tange à participação na Política Nacional de Habitação de Interesse Social, determinando a adoção das seguintes medidas:

a) Registro da presente Portaria de Instauração, que deverá, também, ser autuada como a primeira folha do presente procedimento, nos termos da Resolução n. 87/2006 do CSMPF e da Resolução n. 23/2007 do CNMP;

b) Expedição de cópia da presente Portaria de Instauração à Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, por meio eletrônico, no prazo de 10 (dez) dias, para fins do disposto nos artigos 6º e 16 da Resolução n. 87/2006 e, nos artigos 4º e 7º da Resolução n. 23/2007 do CNMP, procedendo-se à juntada aos autos da comprovação do envio do documento.

No mais, a fim de dar andamento ao presente Inquérito Civil Público e diante da recomendação n. 36/2009, expedida pela Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, oficie-se à Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades para que informe:

a) Quais municípios abrangidos pela PRM-São Miguel do Oeste/SC encaminharam o Plano de Habitação de Interesse Social conforme exigências do SNHIS a fim de integrar a política habitacional federal, no prazo estipulado;

b) Quais os municípios referidos e que apresentaram o referido plano estão aptos a receber os recursos federais atinentes ao programa.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Por fim, proceda-se às anotações no sistema de acompanhamento processual do Ministério Público Federal (ÚNICO).

Sem prejuízo, acaso ainda não encerrado este Inquérito Civil no prazo de um (01) ano, sejam os autos conclusos para análise da necessidade de prorrogação.

ANDREI MATTIUZI BALVEDI

PORTARIA Nº 65, DE 16 DE MARÇO DE 2011

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO 1.29.007.000040/2011-89. Objeto: "Verificar o atendimento aos direitos dos portadores de deficiência visual, especificamente quanto a prestação de informações sobre medicamentos (dosagem e a data de validade) nas suas embalagens, pelo sistema Braille." Câmara: PFDC

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por este Procurador da República, no uso de suas atribuições legais, em face do disposto nos arts. 2º, II, 4º, II, e 5°, todos da Resolução CSMPF n.º 87/2010 e,

Considerando a representação enviada por Cristian Evandro Sehnem, a qual refere dificuldade na manipulação de medicamentos, por possuir deficiência visual e por não haver nas embalagens identificação pelo sistema Braille, em especial informações relativas a data de validade e dosagem;

Considerando que a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil (art. 3º, inciso IV, CF/88);

Considerando que a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, introduzida em nosso ordenamento por meio do Decreto 186/2008, com status constitucional, nos termos do art. 5º, § 3º, da CF/88 (EC 45/2004), tem como propósito promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade (art. 1º);

Considerando que a referida Convenção reconhece expressamente a importância, para as pessoas com deficiência, de sua autonomia e independência individuais, inclusive da liberdade para fazer as próprias escolhas, e da acessibilidade aos meios físico, social, econômico e cultural, à saúde, à educação e à informação e comunicação, para possibilitar às pessoas com deficiência o pleno gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais;

Considerando que a Lei nº 7.853/89 objetiva garantir às pessoas portadoras de deficiência as ações governamentais necessárias ao seu cumprimento e das demais disposições constitucionais e legais que lhes concernem, afastadas as discriminações e os preconceitos de qualquer espécie, e entendida a matéria como obrigação nacional a cargo do Poder Público e da sociedade (art. 1º, § 2º); cabendo ao Poder Público e seus órgãos assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico (art. 2º);

Considerando que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária tem por finalidade promover a proteção da saúde da população por intermédio do controle sanitário da produção e da comercialização de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos e das tecnologias a eles relacionados;

Considerando que compete ao Ministério Público Federal a defesa dos direitos individuais indisponíveis, difusos e coletivos, de acordo com o artigo 6.º, VII, letras "c" e "d", da Lei Complementar n.º 75/93;

Considerando que o inquérito civil é procedimento investigatório, instaurado e presidido pelo Ministério Público, destinado a apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumba defender, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais (art. 1° da Resolução CSMPF n° 87/2010);

Considerando que o inquérito civil poderá ser instaurado de ofício, motivado por qualquer meio, ainda que informal, pelo qual o órgão do Ministério Público venha a tomar conhecimento dos fatos, em face de requerimento ou representação de qualquer pessoa ou de comunicação de outro órgão do Ministério Público, da autoridade judiciária, policial ou qualquer outra autoridade, por determinação da CCRMPF ou da PFDC (art. 2°, inc. I, II, III e § 1º da Resolução CSMPF n° 87/2010);

Considerando que incumbe ao Ministério Público da União, sempre que necessário ao exercício de suas funções institucionais, instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos correlatos, podendo, para o exercício de suas atribuições funcionais, nos procedimentos de sua competência e na condução das investigações, ouvir pessoas, requisitar informações, exames periciais e documentos de autoridades, órgãos e entidades da Administração Pública direta ou indireta, da União, do Estado e dos Municípios, fazer ou determinar vistorias e inspeções, acompanhar buscas e apreensões, designar e presidir audiências, bem como expedir notificações e requisições, a qualquer pessoa, órgão ou autoridade, nos limites de sua atribuição funcional, intimações necessárias aos procedimentos e inquéritos que instaurar (arts. 7º, I e 8°, II e VII da Lei Complementar 75/93 e art. 9° da Resolução CSMPF n° 87/2010); Resolve:

Determinar a instauração de INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com a tomada das seguintes providências:

1. Registro e autuação desta, juntamente com as presentes peças de informação, pelo Setor Administrativo, nos sistemas de informação adotados pelo Ministério Público Federal, como "Inquérito Civil Público", vinculado à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, registrando-se como seu objeto: "verificar o atendimento aos direitos dos portadores de deficiência visual, especificamente quanto a prestação de informações sobre medicamentos (dosagem e a data de validade) nas suas embalagens, pelo sistema Braille."

2. Nomeação do servidor Régis Zanchi Flores, ocupante do cargo de Analista Processual, como Secretário deste Inquérito Civil, nos termos do art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007 e do art. 5°, V, da Resolução CSMPF nº 87/2010;

3. Remessa , no prazo de 10 (dez) dias, de cópia da presente portaria à PFDC, por meio eletrônico, nos termos do art. 6º da Resolução CSMPF nº 87/2010, solicitando-lhe a sua publicação (art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23/2007 e art. 16, §1º, inciso I, da Resolução CSMPF nº 87/2010);

4. Afixação da presente Portaria, pelo prazo de 10 (dez) dias, no quadro de avisos da recepção da Procuradoria da República no Município de Santa Cruz do Sul (art. 4º, VI, da Resolução CNMP nº 23/2006).

Como providências investigatórias iniciais, determino: (a) a juntada aos autos da Resolução RDC nº 47/2009 e da Resolução RDC nº 71/2009; (b) a expedição de ofício a Agência Nacional de Vigilância Sanitária solicitando que se manifeste sobre a representação protocolada nesta Procuradoria da República, em especial sobre a existência e o cumprimento de regulamento que exija a prestação de informações sobre medicamentos (dosagem e a data de validade) nas suas embalagens, pelo sistema Braille.

FABIANO DE MORAES

PORTARIA Nº 90, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e na alínea "b" do inciso III do artigo 5º da Lei Complementar nº75/93,

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção de interesses difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando a obrigação do Ministério Público Federal de resguardar a máxima efetividade dos direitos fundamentais dos cidadãos, sobretudo aqueles tutelados pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana;

Considerando o dever da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão de defender os direitos constitucionais dos cidadãos em face da atuação ou omissão indevidas da Administração Pública Direta e Indireta;

Considerando ter sido incumbido o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana da tarefa de acompanhar a criação, em Mato Grosso, de programa estadual de proteção de vítimas e de testemunhas de crimes, assim como de defensores dos direitos humanos;

Considerando que o princípio da dignidade humana assegura para todo ser humano o direito ao mínimo existencial, significando os meios que possibilitem a vida com segurança, paz e dignidade;

Considerando, ainda, o dever do Ministério Público Federal e, mais especialmente, da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão de contribuir para o respeito à dignidade humana e aos direitos humanos;

Considerando a designação pelo Exmo. Procurador-Geral da República da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão em Mato Grosso para presentar o MPF no Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e da nomeação contida no Ato n°8.999/2008 da Secretaria de Administração (DOE de 26/11/2008, páginas 10 e 11);

Considerando a necessidade de acompanhamento das atividades do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, bem como a colheita de informações específicas acerca de eventuais desrespeitos aos direitos humanos da esfera de atribuição do MPF em Mato Grosso, permitindo uma atuação ministerial que defenda adequadamente os interesses indisponíveis;

Por derradeiro, considerando a observância dos prazos estipulados pelo §1º do artigo 4º da Resolução nº106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para "acompanhar as atividades do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana". Autue-se como vinculado à PRDC/MT, indicando na ementa o texto indicado entre aspas neste parágrafo.

Comunique-se à combativa Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

GUSTAVO NOGAMI

PORTARIA Nº 1, DE 17 DE MARÇO DE 2011

Ref. Procedimento Administrativo nº 1.34.001.001684/2010

O Procurador da República no Município de São Bernardo do Campo STEVEN SHUNITI ZWICKER, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, com fundamento nos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal, no artigo 6º, inciso VII, alínea "b", da Lei Complementar nº 75/93, no artigo 8º, parágrafo 1º, da Lei nº 7.347/85 e no disposto na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e, ainda:

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público Federal promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, conforme inteligência do artigo 129, inciso III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a Lei 10.216/01 que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e fornece novas diretrizes para o modelo assistencial em saúde mental;

CONSIDERANDO que há notícias que a referida lei pode não estar sendo devidamente cumprida no Município de São Caetano do Sul; Resolve:

1 - Instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar o atendimento médico e psicossocial disponibilizado aos portadores de transtornos mentais na rede hospitalar e extra-hospitalar no Município de São Caetano do Sul;

2 - Sejam adotadas, POR ORA, as seguintes providências:

I - Converta-se o procedimento administrativo nº 1.34.001.001684/2010 em Inquérito Civil Público;

II - Oficie-se a Secretaria da Saúde do Município de São Caetano do Sul para que informe qual o andamento das obras do Plano Municipal de Saúde 2010/2013;

IV - Comunique-se a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão da instauração do presente inquérito civil, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, a teor do preconizado pelo artigo 6º da Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

V - Publique-se o inteiro teor da presente portaria no Diário Oficial da União e portal do Ministério Público Federal, nos moldes do determinado pelo artigo 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Para o eficaz andamento do presente Inquérito Civil, NOMEIO a Sra. ADRIANA VIEIRA, servidora deste Ministério Público Federal, para o cumprimento das diligências que se fizerem necessárias.

Cumpra-se.

STEVEN SHUNITI ZWICKER

PORTARIA Nº 1, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e CONSIDERANDO:

que é função institucional do Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, da saúde pública e de outros interesses difusos e coletivos (CF, art. 129, III e Lei Complementar n° 75/93, art. 5º, II, "d" e art. 6º, VII);

que incumbe ao Ministério Público Federal, sempre que necessário ao exercício de suas funções institucionais, instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos correlatos (Lei Complementar nº. 75/93, art. 7º, I), podendo, para o exercício de suas atribuições, nos procedimentos de sua competência, requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades da Administração Pública direta e indireta, bem como expedir notificações e intimações necessárias aos procedimentos e inquéritos que instaurar (Lei Complementar nº. 75/93, arts. 7º, I e 8º, II);

o narrado no Inquérito Civil instaurado pelo ministério público Estadual que noticia irregularidades na administração e gestão da Santa Casa de Misericórdia de Santana do Livramento;

que as referidas irregularidades consistiriam em desvios de verbas públicas destinadas à saúde, cobranças ilegais em atendimentos feitos através do SUS, falta de leitos hospitalares, dentre outras;

os notórios problemas no atendimento em saúde recorrentes neste município, o que requer atuação ministerial incisiva no sentido de fiscalizar a utilização das verbas públicas federais repassadas ao município; Resolve:

Converter o Procedimento Administrativo nº 1.29.009.000216/2003-72 em INQUÉRITO CIVIL com o fim de averiguar possíveis irregularidades na administração e gestão da Santa Casa de Misericórdia de Santana do Livramento, bem como, fiscalizar a utilização das verbas públicas federais disponibilizadas ao município de Santana do Livramento/RS.

De imediato, DETERMINO:

a) autue-se a Portaria;

b) encaminhe-se correio eletrônico à PFDC comunicando a instauração do presente Inquérito Civil, anexando cópia desta Portaria.

c) Oficie-se à Santa Casa de Misericórdia de Santana do Livramento a fim de que informe o total de leitos disponíveis, discriminando a quantidade de leitos destinados a atendimentos particulares e atendimentos pelo SUS.

d) Oficie-se às secretarias municipal e estadual da Saúde a fim de que informem acerca dos repasses de verbas públicas à Santa Casa de Misericórdia deste município.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

e) Oficie-se à 10ª Coordenadoria Regional da Saúde do Rio Grande do Sul a fim de que informe acerca de irregularidades porventura constadas na gestão da Santa Casa de Misericórdia desta cidade.

CÍCERO AUGUSTO PUJOL CORRÊA

PORTARIA Nº 105, DE 4 DE MARÇO DE 2011

PR-SP-00013836/2011. Autos nº 1.34.001.001091/2011-18

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por este Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO que o artigo 129, inciso III, da Constituição Federal estabelece ser função institucional do Ministério Público "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos";

CONSIDERANDO que o artigo 6º, inciso VII, da Lei Complementar nº 75/93 estabelece competir ao Ministério Público da União "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para proteção: i) dos direitos constitucionais; ii) do patrimônio público e social, do meio ambiente, dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; iii) dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, relativos às comunidades indígenas, à família, à criança, ao adolescente, ao idoso, às minorias étnicas e ao consumidor; e v) outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos";

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 1º, inciso IV, da Resolução nº 104/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal: "A repartição de atribuições entre membros do MPF deverá observar: (...) IV - o órgão do Ministério Público Federal somente poderá instaurar procedimentos relativos a matérias concernentes a sua área de atuação, que obrigatoriamente deverão ser submetidos à livre distribuição, respeitadas as hipóteses de prevenção, nos termos da legislação processual vigente. Em se tratando de matéria diversa, o membro do Ministério Público Federal deverá formular representação ao Procurador-distribuidor, que procederá à livre distribuição";

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 4º, parágrafo único, da Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público: "O inquérito civil será instaurado por portaria, numerada em ordem crescente, renovada anualmente, devidamente registrada em livro próprio e autuada, contendo: (...) Parágrafo único. Se, no curso do inquérito civil, novos fatos indicarem necessidade de investigação de objeto diverso do que estiver sendo investigado, o membro do Ministério Público poderá aditar a portaria inicial ou determinar a extração de peças para instauração de outro inquérito civil, respeitadas as normas incidentes quanto à divisão de atribuições";

CONSIDERANDO que na manifestação pelo arquivamento do Procedimento Administrativo nº 1.34.001.006235/2007-46 fora decidido pela instauração de procedimento próprio e apartado, a partir de cópias extraídas dos autos dos anexos não concluídos, para a fiscalização do cumprimento dos Decretos nºs 5.296/2004 e 5.626/2006 pelos entes da Administração Pública Direta, Indireta e Fundacional.

CONSIDERANDO o não cumprimento do disposto nos Decretos nºs 5.296/2004 e 5.626/2006, que estabelecem percentual mínimo de 5% dos servidores públicos capacitados para uso e capacitação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no quadro efetivo dos entes da Administração Pública Direta Indireta e Fundacional, conforme promoção de arquivamento do Procedimento Administrativo nº 1.34.001.006235/2007-46 e documentos que o instruíram, havendo assim violação aos direitos dos deficientes auditivos.

Resolve, com base no artigo 6º, inciso VII, alínea "d", da Lei Complementar nº 75/93, e no exercício de suas funções institucionais, INSTAURAR, através da presente PORTARIA, diante do que preceituam os artigos 4º e 12, da Resolução nº 23, do Conselho Nacional do Ministério Público, INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO tendo por objeto acompanhar o cumprimento pela Administração Pública dos dispositivos dos Decretos nº 5.296/2004 e 5.626/2006, em especial, este último que estabelece percentual mínimo de 5% dos servidores públicos capacitados para uso e interpretação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

figurando como INTERESSADOS os responsáveis legais do(a):

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO;
DEPARTAMENTO DA POLÍCIA FEDERAL;
ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO; E
BANCO CENTRAL.

FICA DETERMINADO, ainda:

a) seja oficiado à Divisão de Tutela Coletiva, solicitando a instauração e distribuição a esta PRDC. Para tanto sugere-se como ementa: "PRDC. Pessoa surda ou com deficiência auditiva. Decretos nº s 5.296/2004 e 5.626/2006. Administração Pública Federal. Exigência de 5% de servidores capacitados para uso e interpretação da libras. Autos originados como Inquérito Civil, conforme Portaria nº 105/2006, de 04 de março de 2011.

b) sejam providenciadas as anotações pertinentes, notadamente no Sistema Único nos autos registrado sob o nº 1.34.001.001091/2011-18, cujos atos ficam ratificados e incorporados;

c) a comunicação à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para os fins dos artigos 6º e 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF nº 87/2006, acerca da presente instauração de Inquérito Civil Público;

d) a juntada das cópias do volume I e dos anexos II, III, IV, V e VII dos autos do procedimento 1.34.001.006235/2007-46 aos autos do procedimento nº 1.34.001.001091/2011-18;

e) a designação dos servidores José Rubens Plates, Analista Processual, como Secretário e Marcos Antonio Mancuso, Técnico Administrativo, como Assessor, para fins de auxiliarem na instrução do presente ICP;

Publique-se também na forma do que preceitua o artigo 4º, inciso VI e artigo 7º, § 2º, incisos I e II, da Resolução nº 23, de 17 setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público.

Registre-se.

JEFFERSON APARECIDO DIAS
Procurador Regional dos Direitos do Cidadão

PORTARIA Nº 106, DE 11 DE MARÇO DE 2011

PR-SP-00013852/2011. Autos nº 1.34.001.001103/2011-12

O Ministério Público Federal, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República e:

CONSIDERANDO que o artigo 129, inciso III, da Constituição Federal estabelece ser função institucional do Ministério Público "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos";

CONSIDERANDO que o artigo 6.º, inciso VII, da Lei Complementar nº 75/93 estabelece competir ao Ministério Público da União "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para proteção: i) dos direitos constitucionais; ii) do patrimônio público e social, do meio ambiente, dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; iii) dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, relativos às comunidades indígenas, à família, à criança, ao adolescente, ao idoso, às minorias étnicas e ao consumidor; e v) outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos";

CONSIDERANDO que o mesmo artigo 6.º acima citado estabelece, em seu inciso XIV, competir ao Ministério Público da União: "XIV - promover outras ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais, em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, especialmente quanto: (...) c) à ordem social";

CONSIDERANDO o êxito e a eficácia social havidos com o Projeto intitulado Mutirão da Cidadania, realizado pela Procuradoria da República no Município de Marília, mostra-se oportuno estendê-lo à população dos demais municípios do Estado de São Paulo";

CONSIDERANDO o sucesso dos 3 (três) Mutirões da Cidadania do Ministério Público Federal no Município de São Paulo realizados nos dias 15 de maio e 24 de julho de 2010, e no dia 12 de fevereiro de 2011, os quais totalizaram 33.599 (trinta e três mil quinhentos e noventa e nove) atendimentos prestados;

CONSIDERANDO que na região da Vila Sabrina, em São Paulo, possui grande número de pessoas carentes, necessitando dos mais elementares serviços públicos;

CONSIDERANDO que a Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão em parceria com outros órgãos públicos e privados promoverá no dia 30 de abril de 2011, o 4º Mutirão da Cidadania em São Paulo, denominado Mutirão da Cidadania e da Saúde da Vila Sabrina, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Enéas de Carvalho Aguiar, situada na Rua Francisco Franco Machado nº 74, na Vila Sabrina, em São Paulo/SP.

CONSIDERANDO que as diversas reclamações, denúncias e consultas recebidas da população, em especial de pessoas necessitadas, acabam por exigir providências dos Poderes Públicos, razão pela qual faz-se necessária a completa documentação de todos os atos do Mutirão;

Resolve, com base no art. 6.º, inciso VII, alínea "d", da Lei Complementar nº 75/93, e no exercício de suas funções institucionais, INSTAURAR, através da presente PORTARIA, diante do que preceituam os artigos 4.º e 12, da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO tendo por objeto acompanhar as atividades referentes ao 4º Mutirão da Cidadania do Ministério Público Federal no Município de São Paulo a ser realizado no dia 30 de abril de 2011 na Vila Sabrina.

FICA DETERMINADO, ainda:

a) seja oficiado à Divisão de Tutela Coletiva, solicitando a instauração e distribuição a esta PRDC. Para tanto, sugere como ementa: "CIDADANIA. 4º MUTIRÃO DA CIDADANIA E DA SAÚDE DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Acompanhamento das atividades referente ao 4º Mutirão da Cidadania e da Saúde da Vila Sabrina. Parceria. Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão e outros órgãos";

b) sejam providenciadas as anotações pertinentes, notadamente no Sistema ARP, em razão do quanto deliberado na presente Portaria;

c) a comunicação à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para os fins dos artigos 6.º e 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF nº 87/2006, acerca da presente instauração de Inquérito Civil Público;

d) a designação dos servidores Marcos Antonio Mancuso, Técnico Administrativo - Assessor Nível I, e José Rubens Plates, Analista Processual - Secretário, para fins de auxiliarem na instrução do presente ICP;

Publique-se também na forma do que preceitua o artigo 4º, inciso VI e artigo 7.º, § 2.º, incisos I e II, da Resolução nº 23, de 17 setembro de 2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

Registre-se.

JEFFERSON APARECIDO DIAS

PORTARIA Nº 13, DE 15 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente de outros interesses difusos e coletivos, consoante dicção do artigo 129, III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a atribuição prevista no art. 6º, VII, da Lei Complementar n.º 75/93;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução n.º 23, de 17 de setembro de 2006, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução n.º 87, de 3 de agosto de 2007, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO os elementos constantes no presente procedimento administrativo;

CONSIDERANDO o vencimento do prazo de 90 (noventa) dias para conclusão do procedimento administrativo (§1º do art. 4º da Resolução CSMPF nº 87, de 06.04.2010); Resolve:

I. Converter o presente procedimento administrativo em Inquérito Civil Público para a apuração dos fatos, procedendo-se ao registro e autuação.

II. Determinar ao Setor Jurídico da Procuradoria da República em Eunápolis/BA:

a) Registrar e autuar a presente Portaria com os documentos que a instruem como "Saúde", vinculando-o à PFDC;

b) Comunicar à PFDC, no prazo de 10 (dez) dias, a instauração do apuratório;

c) Incluir esta Portaria na Base de dados das CCR's/PFDC na intranet da Procuradoria Geral da República e no Sistema Único;

d) Remeter cópia desta Portaria para publicação (art. 5º, VI, da Resolução CSMPF nº 87, de 06.04.2010);

e) Designar como secretário, mediante termo de compromisso, a servidora Larissa de Andrade leal (art. 5º, V, da Resolução CSMPF nº 87, de 06.04.2010);

III. Determinar o cumprimento das seguintes providências:

a) juntada de toda a documentação pertinente;

b) registro no Sistema Único, mantendo-se o mesmo número do Procedimento Administrativo (§3º do art. 4º da Resolução CSMPF nº 87 de 06.04.2010), aperfeiçoando-se o registro do resumo, que deve ser o mais completo possível;

c) registro no Sistema Único das partes, tema, município, informações complementares, prazo de um 01 (um) ano para término do ICP e prazo para resposta aos ofícios;

d) reiteração de ofícios sem resposta, informando das consequências do descumprimento das requisições ministeriais, por até duas vezes, conforme modelo disponibilizado;

e) conclusão dos autos, cumpridas as determinações supra.

FERNANDO ZELADA

PORTARIA Nº 14, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2011

REF.: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N° 1.24.000.000718/2007-93

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República signatário, no uso da atribuição estabelecida pela Lei Complementar n° 75/93, art. 6°, VII, "b", com fulcro no art. 5° da Resolução CSMPF n° 87/2006, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como na Resolução CNMP n° 23, de 17 de setembro de 2007, e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, inciso III da CF/88);

CONSIDERANDO que o art. 21, inciso XIX da Constituição Federal determina que "compete à União instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso";

CONSIDERANDO o preceituado no artigo 2º da Lei Complementar n° 75/93, que estabelece que "incumbem ao Ministério Público as medidas necessárias para garantir o respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição Federal";

CONSIDERANDO o teor do artigo 5º, inciso II, alínea d e inciso III, alínea b, da Lei Complementar nº 75/93, que atribui ao Ministério Público Federal a função de "zelar pela observância dos princípios constitucionais relativos (...) ao meio ambiente" e defender o patrimônio público e social;

CONSIDERANDO o que preceitua o artigo 6°, inciso VII, alíneas b e d, da mencionada lei, que determina que "compete ao Ministério Público da União (...) promover o inquérito civil e a ação civil pública para (...) a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente (…) e outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos";

CONSIDERANDO o artigo 11 da supracitada lei, que estabelece que "a defesa dos direitos constitucionais do cidadão visa à garantia do seu efetivo respeito pelos Poderes Públicos e pelos prestadores de serviços de relevância pública" ;

CONSIDERANDO que o direito ao acesso à água é difuso, transindividual, indivisível, tendo como titular pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato;

CONSIDERANDO que o art. 1º, inciso I da Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997 prescreve que "a água é um bem de domínio público";

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSIDERANDO que é atribuição do Ministério Público Federal atuar no presente procedimento, uma vez que versa sobre o acesso à água em açudes construídos em terras particulares com verbas públicas federais;

CONSIDERANDO que alguns proprietários de terras, onde existem tais açudes, ainda insistem em impedir o livre acesso das populações a suas águas, através de cercas e outros obstáculos;

CONSIDERANDO que a competência para fiscalizar o uso da água em mananciais localizados no território paraibano é da AESA - Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba, segundo a Lei estadual nº 7.779/2005;

CONSIDERANDO que a AESA informou que, apesar de ter notificado vários proprietários de terras onde havia cercas, impedindo o acesso à água, nenhum deles retirou os obstáculos e que está tomando as providências para tal;

Resolve converter o mencionado Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público - ICP.

Para tanto, DETERMINO:

1. Registre-se e autue-se esta portaria;

2. Expeça-se ofício à AESA para que informe quais as providências adotadas para a retirada dos mencionados obstáculos;

3. Comunique-se à PFDC, em observância ao art. 6° da resolução n°87/2006;

JOSÉ GUILHERME FERRAZ DA COSTA
Substituto

PORTARIA Nº 15, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011

REF.: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 1.24.000.00508/2010-09

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República signatário, no uso da atribuição estabelecida pela Lei Complementar nº 75/93, art. 6º, VII, "b", com fulcro no art. 5º da Resolução CSMPF nº 87/2006, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como na Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, inciso III da CF/88);

CONSIDERANDO o preceituado no artigo 5º, inciso V, alínea a, da Lei Complementar n° 75/93, que atribui ao Ministério Público Federal a função de "zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos da União e dos serviços de relevância pública quanto (...) aos direitos assegurados na Constituição Federal relativo às ações e aos serviços de saúde e à educação" e o que preceitua o artigo 6º, inciso VII, alínea d, da mencionada lei, que determina que "compete ao Ministério Público da União (…) promover o inquérito civil e a ação civil pública para (…) outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos";

CONSIDERANDO que, de acordo com o Art. 3º da lei nº 7.353/1989, cabe ao Ministério Público legitimidade para promover a "proteção de interesses coletivos ou difusos das pessoas portadoras de deficiência (…)";

CONSIDERANDO o teor do artigo 2º, da lei nº 10.436/2002 que "dispões sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras (...)";

CONSIDERANDO que o Decreto nº 5.626/2005 determina, em seu Art. 23, que "as instituições federais de ensino, de educação básica e superior, devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de Líbras - Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação";

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhar a implantação da disciplina de Libras nos cursos de graduação da UFPB;

Resolve converter o mencionado Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público - ICP.

Para tanto, DETERMINO:

1. Registre-se e autue-se esta portaria;

2. Oficie-se à UFPB para que informe a data prevista para a inclusão da disciplina de Libras nos cursos que ainda não a incluíram. Quanto aos demais, que informe se há professor disponível. Em ambos os casos, que alerte para o atendimento dos prazos estabelecidos;

3. Comunique-se à PFDC, em observância ao art. 6º da resolução nº 87/2006;

JOSÉ GUILHERME FERRAZ DA COSTA
Substituto

PORTARIA Nº 16, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011

REF.: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 1.24.000.001126/2009-51

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República signatário, no uso da atribuição estabelecida pela Lei Complementar nº 75/93, art. 6º, VII, "b", com fulcro no art. 5º da Resolução CSMPF nº 87/2006, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como na Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, inciso III da CF/88);

CONSIDERANDO o que estabelece o artigo 5º, inciso LXXVI, alínea a, da Constituição Federal que afirma que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...)", sendo gratuito "(...) para os reconhecidamente pobres, na forma da lei (…) o registro civil de nascimento";

CONSIDERANDO o preceituado no artigo 5º, inciso V, alínea a, da Lei Complementar n° 75/93, que atribui ao Ministério Público Federal a função de "zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos da União e dos serviços de relevância pública quanto (...) aos direitos assegurados na Constituição Federal relativo às ações e aos serviços de saúde e à educação" e o que preceitua o artigo 6º, inciso VII, alínea d, da mencionada lei, que determina que "compete ao Ministério Público da União (…) promover o inquérito civil e a ação civil pública para (…) outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos";

CONSIDERANDO que, de acordo com o Art. 70 da lei nº 8069/1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, "é dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente";

CONSIDERANDO o teor do artigo 7º, parágrafo primeiro, da Convenção sobre os Direitos da Criança (adotada pela resolução nº L 44 da Assembleia Geral das Nações Unidas, ratificada pelo Brasil em 20 de setembro de 1990) que estabelece que "a criança será registrada imediatamente após o seu nascimento e terá, desde o seu nascimento, direito a um nome, a uma nacionalidade e, na medida do possível, direito de conhecer seus pais e ser cuidada por eles";

CONSIDERANDO que o Decreto nº 6.289/2007 "estabelece o Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica, institui o Comitê Gestor Nacional do Plano Social Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica e a Semana Nacional de Mobilização para o Registro Civil de Nascimento e a Documentação Básica";

CONSIDERANDO a necessidade, de atuação conjunta das esferas federal e estadual, no sentido de se tomar medidas para a redução dos altos índices de sub-registro civil de nascimento na área de atuação desta PR/PB;

Resolve converter o mencionado Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público - ICP.

Para tanto, DETERMINO:

1. Registre-se e autue-se esta portaria;

2. Expeça-se ofício à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano, solicitando que informe sobre as providências concretas que estão sendo tomadas para reduzir os índices de sub-registro civil de nascimento;

3. Comunique-se à PFDC, em observância ao art. 6º da resolução nº 87/2006;

JOSÉ GUILHERME FERRAZ DA COSTA
Substituto

PORTARIA Nº 25, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011

REF.: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N° 1.24.000.000060/2004-77

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República signatário, no uso da atribuição estabelecida pela Lei Complementar n° 75/93, art. 6°, VII, "b", com fulcro no art. 5° da Resolução CSMPF n° 87/2006, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como na Resolução CNMP n° 23, de 17 de setembro de 2007, e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, inciso III da CF/88);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 6º estabelece que o direito a Saúde é inerente à pessoa humana, definindo-o como sendo um direito social;

CONSIDERANDO que o artigo 196 do mencionado Diploma legal preleciona que: "a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação";

CONSIDERANDO que as ações e serviços de saúde são de relevância pública, competindo ao Ministério Público zelar pelo seu efetivo respeito, conforme determina a Constituição Federal em seus arts. 197 e 129, II, respectivamente;

CONSIDERANDO o preceituado no artigo 5º, inciso V, alínea a, da Lei Complementar n° 75/93, que atribui ao Ministério Público Federal a função de "zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos da União e dos serviços de relevância pública quanto (...) aos direitos assegurados na Constituição Federal relativo às ações e aos serviços de saúde e à educação" e o que preceitua o artigo 6º, inciso VII, alínea d, da mencionada lei, que determina que "compete ao Ministério Público da União (…) promover o inquérito civil e a ação civil pública para (…) outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos";

CONSIDERANDO que a CF/88, em seu art. 198, preceitua que "as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único (...)";

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 199, da CF/88, "A assistência à saúde é livre à iniciativa privada (…)". E, em seu § 1º, que "As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste (...)".

CONSIDERANDO que, pela a análise da documentação acostada aos presentes autos, vislumbra-se uma situação de crise na prestação de serviços de diálise, por unidades credenciadas, neste Estado, junto ao SUS, pois que, à exceção da entidade credenciada na cidade de Cajazeiras/PB, todas as demais unidades apresentaram irregularidades na prestação do alusivo serviço, situação essa que pode agravar a saúde dos pacientes que fazem uso dele, sendo que, o quadro mais grave se deu nas cidades de Sousa e de Patos, as quais ficaram sem essas unidades, não se sabendo, ao certo, como ficou sendo feito o atendimento aos usuários dessas localidades;

CONSIDERANDO que, não obstante a Secretaria Municipal de João Pessoa tenha assegurado que essa crise não pôs em risco a saúde dos pacientes, a verdade é que, na situação como está, possivelmente a incidência de risco se dará de forma bem mais iminente;

CONSIDERANDO que tanto a Secretaria Estadual de Saúde como a Secretaria Municipal de João Pessoa, sobretudo esta, vem, de certo modo, demonstrando algum interesse em amenizar tal impasse, e que a crise ora verificada é por si só complexa, ante a dificuldade de se encontrar entidade qualificada e a crescente demanda de pacientes que procuram esses serviços, tudo isso aliado ao fato de não ser viável, neste momento, proceder-se à interdição imediata dessas unidades, sob pena de se estabelecer o caos neste seguimento de serviço;

Resolve converter o mencionado Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público - ICP.

Para tanto, DETERMINO:

1. Registre-se e autue-se esta portaria;

2. Expeça-se ofício ao Secretário da SES/PB, indagando-o, de imediato, acerca dos fatos abaixo arrolados, pelo menos até enquanto não se regulariza tal situação: 1) informar como ficou sendo feito o atendimento dos usuários dos serviços de diálise, das cidades de Sousa e de Patos, considerando que as irregularidades constatadas pela GOAUD/SES-Gerência Operacional de Auditoria dessa SES/PB, inabilitou as unidades credenciadas, nas referidas cidades, para prestar tais serviços, o que, certamente, dificultou a situação dos pacientes residentes nesses domicílios; 2) informar o que será feito, de concreto, pela SES/PB, para acabar com a crise verificada na prestação de serviços de diálise, a cargo dessa Secretaria; e 3) esclarecer por que motivo o próprio Estado não assume a responsabilidade de implantar os serviços de diálises nos hospitais públicos da rede estatal, sem precisar socorrer-se da iniciativa privada, para tanto, até porque a experiência com essas entidades vem-se mostrando totalmente inviável;

3. À SMS/JPA, expeça-se ofício, questionando-a dos fatos abaixo: 1) informar sobre o credenciamento do Hospital AMIP, para prestar serviços de diálise nesta Capital; 2) dizer se há previsão de criação de novas unidades de diálise, nos hospitais públicos, em especial no Hospital Universitário Lauro Wanderley (HU) e no Gal. Edson Ramalho, uma vez que essa Secretaria já sinalizou contatos com tais entidades; 3) esclarecer se há processo licitatório para qualificar novos serviços. Se houver, dizer como está o processo de habilitação das entidades; 4) informar se o Instituto Walfredo Guedes Pereira ainda continua credenciado a prestar tais serviços; 5) dizer as últimas informações sobre a criação do Centro Municipal de Terapia Renal substitutiva;

4. Comunique-se à PFDC, em observância ao art. 6° da resolução n°87/2006;

JOSÉ GUILHERME FERRAZ DA COSTA
Substituto

PORTARIA Nº 26, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011

REF.: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N° 1.24.000.001608/2009-19

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República signatário, no uso da atribuição estabelecida pela Lei Complementar n° 75/93, art. 6°, VII, "b", com fulcro no art. 5° da Resolução CSMPF n° 87/2006, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como na Resolução CNMP n° 23, de 17 de setembro de 2007, e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, inciso III da CF/88);

CONSIDERANDO que a CF/88 prega, em seu Art. 144 que: "A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (...)";

CONSIDERANDO que o Decreto nº 6.044/2007, aprovou a Política Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos - PNPDDH, cuja finalidade seria a de estabelecer princípios e diretrizes de proteção e assistência à pessoa física ou jurídica, grupo, instituição, organização ou movimento social que promove, protege e defende os Direitos Humanos, e, em função de sua atuação e atividade nessas circunstâncias, encontra-se em situação de risco ou vulnerabilidade;

CONSIDERANDO que a Resolução 75 - PROTEÇÃO AOS DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS, oriunda do XIV Encontro Nacional de Procuradores dos Direitos do Cidadão, recomenda que os PDCs deverão: a) solicitar a ampliação da rede de proteção de defensores de DH; b) acompanhar e monitorar as medidas protetivas do defensor do DH; c) propor maior celeridade nos processos envolvendo defensores de DH; e d) ter assento nos Conselhos Estaduais dos Programas de Proteção aos Defensores de DH;

CONSIDERANDO que, em reunião realizada nesta Procuradoria, no dia 22/07/2010 (fls. 09/11), com os membros da coordenação nacional do Programa de Proteção aos Defensores de Di-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

reitos Humanos, ficou esclarecido que a instalação do Programa de Defensores dos Direitos Humanos, neste Estado, dependeria sobretudo de iniciativa do governo estadual, a partir da apresentação de proposta formal e oneração de parte mínima das despesas decorrentes da implantação desse projeto (o governo federal arcaria com 80%, aproximadamente, das despesas);

CONSIDERANDO que, de acordo com informações prestadas pelo antigo Secretario da Segurança e da Defesa Social do Estado da Paraíba, havia interesse do governo estadual em aderir ao Programa Nacional de Proteção a Defensores de Direitos Humanos, mas que, no momento, não dispunha de estrutura apropriada para efetivar tal intento;

Resolve converter o mencionado Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público - ICP.

Para tanto, DETERMINO:

1. Registre-se e autue-se esta portaria;

2. Expeça-se ofício ao novo Secretário da SEDS, indagando-o acerca da possibilidade de implantação do Programa Nacional de Proteção a Defensores de Direitos Humanos neste Estado.

3. Comunique-se à PFDC, em observância ao art. 6° da resolução n°87/2006;

JOSÉ GUILHERME FERRAZ DA COSTA
Substituto

PORTARIA N° 46, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2011

REF.: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N° 1.24.000.001793/2009-33

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República signatário, no uso da atribuição estabelecida pela Lei Complementar n° 75/93, art. 6°, VII, "b", com fulcro no art. 5° da Resolução CSMPF n° 87/2006, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como na Resolução CNMP n° 23, de 17 de setembro de 2007, e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, inciso III da CF/88);

CONSIDERANDO que o direito à vida é o mais fundamental de todos os direitos, já que se constitui em pré-requisito à existência e exercício de todos os demais direitos, razão por que a Constituição Federal do Brasil declara, em seu art. 5º, caput, que o direito à vida é inviolável ("Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida...")(grifamos);

CONSIDERANDO que, já no seu art. 1º, III, a CF/88 preconiza a dignidade da pessoa humana como um de seus princípios fundamentais;

CONSIDERANDO que o art. 4º, II, da CF/88 dispõe que a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: (…) III - prevalência dos direitos humanos;

CONSIDERANDO que a Convenção Americana sobre Direitos Humanos - Pacto de São José da Costa Rica, em vigor no Brasil, por força do Decreto 678/1992, prevê, em seu artigo 4º, que: "Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida. Esse direito deve ser protegido pela lei, em geral, desde o momento da concepção. Ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente" ;

CONSIDERANDO que o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 226, de 12.12.1991 e promulgado pelo Decreto n.º 592, de 6.7.1992, reza, em seu art. 6º, § 1º, que: "O direito à vida é inerente à pessoa humana. Este direito deverá ser protegido pela lei, ninguém poderá ser arbitrariamente provado de sua vida";

CONSIDERANDO que o art. 34, VII, "b", da Constituição Federal assegura que: "A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para: (…) VII - assegurar a observância dos seguintes se princípios constitucionais: (…) b) direitos da pessoa humana";

CONSIDERANDO que a CF/88 prega, em seu Art. 144 que: "A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (...)";

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público Federal acompanhar a política de segurança pública, tendo em vista o recebimento de verbas públicas federais, e a necessidade de esforços conjuntos das instituições para o combate à atuação de grupos de extermínio no Estado;

CONSIDERANDO o precedente lançado pela federalização de crimes praticados por grupos de extermínio, no IDC-02 (Caso Manoel Mattos);

CONSIDERANDO a atuação de grupos de extermínio no Estado da Paraíba, e sua possível implicação nas execuções de apenados e albergados, bem como outros egressos do sistema prisional do Estado da Paraíba, em especial em Santa Rita/PB e em outros estabelecimentos penais da Paraíba (fls. 09/11);

CONSIDERANDO que a SEDS/PB - Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social - não prestou, a esta Procuradoria, todas as informações solicitadas por meio do Ofício 490/2010-PRDC, através das quais se poderiam fazer um juízo de valor acerca dos fatos ora abordados;

Resolve converter o mencionado Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público - ICP.

Para tanto, DETERMINO:

1. Registre-se e autue-se esta portaria;

2. Expeça-se ofício ao novo Secretário da SEDS, solicitando que apresente resposta complementar aos questionamentos feitos por meio do Ofício nº 490/2010, e que foram respondidos de forma incompleta, ao tempo em que deve, também, responder aos itens faltantes, do citado expediente, no prazo de 20 dias.

3. Comunique-se à PFDC, em observância ao art. 6° da resolução n°87/2006;

DUCIRAN VAN MARSEN FARENA

PORTARIA Nº 57, DE 3 DE MARÇO DE 2011

REF. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N° 1.24.000.001218/2010-74

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República signatário, no uso da atribuição estabelecida pela Lei Complementar n° 75/93, art. 6°, VII, "b", com fulcro no art. 5° da Resolução CSMPF n° 87/2006, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como na Resolução CNMP n° 23, de 17 de setembro de 2007, e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, inciso III da CF/88);

CONSIDERANDO que, já no seu art. 1º, III, a CF/88 preconiza a dignidade da pessoa humana como um de seus princípios fundamentais e que esse princípio inclui, necessariamente, o respeito e proteção da integridade física e psíquica de toda pessoa, sem distinção de qualquer natureza;

CONSIDERANDO que a CF/88, em seu artigo 6º estabelece que o direito à saúde é inerente à pessoa humana, definindo-o como sendo um direito social e que deve ser garantido pelo Estado;

CONSIDERANDO que o art. 196 do mencionado Diploma legal preleciona que: "a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação";

CONSIDERANDO que o Sistema Único de Saúde (SUS) foi criado para atender os anseios da população, garantindo os meios e condições necessários à prevenção e assistência para recuperação da saúde;

CONSIDERANDO que as ações e serviços de saúde são de relevância pública, competindo ao Ministério Público zelar pelo seu efetivo respeito, conforme determina a Constituição Federal em seus arts. 197 e 129, II, respectivamente;

CONSIDERANDO que a denúncia feita à fl. 02, por alguns pacientes transplantados, tem certa pertinência, pois que tais cidadãos necessitam, de fato, de atendimento diferenciado e preferencial, sobretudo por conta da condição de imunodepressão presentes nas pessoas que se submetem a esse tipo de intervenção, situação essa reconhecida pela própria Secretaria Municipal desta Capital (fl. 09);

CONSIDERANDO a afirmação dos pacientes transplantados, no sentido de que a Secretaria Estadual de Saúde, embora tenha melhorado o atendimento dispensado a eles, ainda deve fazer muita coisa em prol dessas pessoas;

CONSIDERANDO que em reunião realizada nesta Procuradoria, no dia 28/02/2011, ficou deliberado, à fl. 30, que: "O ESTADO DA PARAÍBA (SES-PB) apresentará em 60 (sessenta) dias, projeto de implantação de um centro de referência ou setor de atendimento 24 (vinte e quatro horas) aos transplantados em hospital público da rede estadual, com isolamento de outros pacientes com doenças infecciosas";

Resolve converter o mencionado Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público - ICP.

Para tanto, DETERMINO:

1. Registre-se e autue-se esta portaria;

2. Aguarde-se resposta da Secretaria Estadual de Saúde da Paraíba até o dia 28/04/2011, oportunidade em que essa Secretaria deverá fazer juntada do projeto de implantação de um centro de referência ou setor de atendimento 24h, para os transplantados, em hospital público da rede estadual, com isolamento de outros pacientes portadores de doenças infecciosas;

3. Comunique-se à PFDC, em observância ao art. 6º da resolução n°87/2006;

DUCIRAN VAN MARSEN FARENA

PORTARIA Nº 58, DE 2 DE MARÇO DE 2011

REF.: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N° 1.24.000.000887/2008-12

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República signatário, no uso da atribuição estabelecida pela Lei Complementar n° 75/93, art. 6°, VII, "b", com fulcro no art. 5° da Resolução CSMPF n° 87/2006, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como na Resolução CNMP n° 23, de 17 de setembro de 2007, e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, inciso III da CF/88);

CONSIDERANDO que o direito à vida é o mais fundamental de todos os direitos, já que se constitui em pré-requisito à existência e exercício de todos os demais direitos, razão por que a Constituição Federal do Brasil declara, em seu art. 5º, caput, que o direito à vida é inviolável ("Todos são igual perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida...")(grifamos);

CONSIDERANDO que, já no seu art. 1º, III, a CF/88 preconiza a dignidade da pessoa humana como um de seus princípios fundamentais e que esse princípio inclui, necessariamente, o respeito e proteção da integridade física e psíquica de toda pessoa, sem distinção de qualquer natureza;

CONSIDERANDO que o art. 4º, II, da CF/88 dispõe que a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: (…) III - prevalência dos direitos humanos;

CONSIDERANDO que a Convenção Americana sobre Direitos Humanos - Pacto de São José da Costa Rica, em vigor no Brasil, por força do Decreto 678/1992, prevê, em seu artigo 4º, que: "Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida. Esse direito deve ser protegido pela lei, em geral, desde o momento da concepção. Ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente" ;

CONSIDERANDO que o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 226, de 12.12.1991 e promulgado pelo Decreto n.º 592, de 6.7.1992, reza, em seu art. 6º, § 1º, que: "O direito à vida é inerente à pessoa humana. Este direito deverá ser protegido pela lei, ninguém poderá ser arbitrariamente provado de sua vida" e em seu art. 10.1 que "toda pessoa privada de liberdade deverá ser tratada com humanidade e respeito à dignidade inerente à pessoa humana";

CONSIDERANDO que o art. 5º III da CF/88 dispõe que: "ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante";

CONSIDERANDO que o art. 5º, XLIX da CF;88 explicitou que também os presos custodiados pelo Estado devem ter sua integridade física e moral respeitadas;

CONSIDERANDO que o GT Sistema Prisional, da PFDC, deliberou pelo cumprimento de normas internacionais de direitos humanos, referentes ao sistema prisional e à aplicação da Lei de Execução Penal;

CONSIDERANDO que o Brasil se submete às Regras Mínimas para o Tratamento dos Reclusos (1955), de sorte que as condições dos estabelecimentos de privação de liberdade devem respeitar a dignidade da pessoa humana;

CONSIDERANDO que o objeto destes autos é acompanhar o cumprimento das metas previstas no Plano Diretor do Sistema Penitenciário do Estado da Paraíba, por meio do qual se pretende amenizar/combater realidades como: superlotação de pessoas, problemas no atendimento à saúde dos encarcerados, dentre outras indignidades advindas do encarceramento;

CONSIDERANDO que a liberação de recursos financeiros geridos pelo Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN estará condicionada à elaboração do Plano Diretor do Sistema Carcerário, pelos Estados da Federação, e consequente cumprimento das metas previstas naquele instrumento;

CONSIDERANDO que o Plano Diretor do Sistema Penitenciário da Paraíba, apresentado pelo Estado em 25/02/2008, encontra-se, praticamente, com o seu cronograma descumprido, notadamente no que pertine as seguintes questões: ausência de patronato, ausência de ouvidoria, ausência de corregedoria, ausência de conselhos disciplinares, ausência de estatuto e de regimento do sistema penitenciário, ausência de bibliotecas, ausência de assistência à família do preso, ausência de projetos para egressos e mulher presa egressa, etc;

CONSIDERANDO que em inspeção realizada pelo Ministério Público Federal e pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos da Paraíba, no Presídio do Róger, em 20/05/2009, constatou-se não só a violação dos direitos mais elementares dos presos, mantidos em pavilhões deteriorados, amontoados em condição de superlotação e degradação humana;

Resolve converter o mencionado Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público - ICP.

Para tanto, DETERMINO:

1. Registre-se e autue-se esta portaria;

2. Expeça-se ofício ao novo Secretário da SECAP/PB, solicitando que apresente resposta complementar aos questionamentos feitos por meio do Ofício nº 673/2010, e que foram respondidos de forma incompleta, ao tempo em que deve, também, responder aos itens faltantes, do citado expediente. Prazo de 20 (vinte) dias.

3. Oficie-se, também, ao DEPEN, solicitando desse órgão informações atualizadas acerca dos convênios firmados com o Estado da Paraíba, para viabilizar o cumprimento de metas previstas no Plano Diretor do Sistema Carcerário. Prazo de 20 (vinte) dias.

4. Comunique-se à PFDC, em observância ao art. 6° da resolução n°87/2006;

DUCIRAN VAN MARSEN FARENA

PORTARIA Nº 62, DE 11 DE MARÇO DE 2011

REF.: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 1.24.000.0001195/2010-06

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República signatário, no uso da atribuição estabelecida pela Lei Complementar nº 75/93, art. 6º, VII, "b", com fulcro no art. 5º da Resolução CSMPF nº 87/2006, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como na Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, inciso III da CF/88);

CONSIDERANDO o preceituado no artigo 5º, inciso V, alínea "a", da Lei Complementar n° 75/93, que atribui ao Ministério Público Federal a função de "zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos da União e dos serviços de relevância pública quanto (...)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

aos direitos assegurados na Constituição Federal relativo às ações e aos serviços de saúde e à educação" e o que preceitua o artigo 6º, inciso VII, alínea "d", da mencionada lei, que determina que "compete ao Ministério Público da União (…) promover o inquérito civil e a ação civil pública para (…) outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos";

CONSIDERANDO que, de acordo com o Art. 3º da lei nº 7.353/1989, cabe ao Ministério Público legitimidade para promover a "proteção de interesses coletivos ou difusos das pessoas portadoras de deficiência (…)";

CONSIDERANDO que a CF/88 prevê em seu Art. 227, §1º, II, "criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental";

CONSIDERANDO que a Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência, a qual foi aprovada nos termos do § 3º do art. 5º da Constituição Federal, dispôs, em seu Art. 1º, que: "O propósito da presente Convenção é promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente".

CONSIDERANDO que a Lei nº 10.098/2000 estabeleceu, em seu Art. 19, que "Os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens adotarão plano de medidas técnicas com o objetivo de permitir o uso da linguagem de sinais ou outra subtitulação, para garantir o direito de acesso à informação às pessoas portadoras de deficiência auditiva, na forma e no prazo previstos em regulamento".

CONSIDERANDO que o Decreto nº 5.296/2004 determina, em seu Art. 53, § 2º que "A ANATEL regulamentará, no prazo de doze meses a contar da publicação deste Decreto, os procedimentos a serem observados para implementação do plano de medidas técnicas previsto no art. 19 da Lei nº 10.098, de 2000 (...). §2º A regulamentação de que trata o caput deverá prever a utilização, entre outros, dos seguintes sistemas de reprodução das mensagens veiculadas para as pessoas portadoras de deficiência auditiva e visual: I - a substituição por meio de legenda; II - a janela com intérprete de LIBRAS; e III - a descrição e narração em voz de cenas e imagens (...)";

CONSIDERANDO que a Norma Complementar nº 01/2006, expedida com a Portaria nº 310, de 27 de junho de 2006, do Ministério das Comunicações, determina, no item 7.1. que "Os recursos de acessibilidade objeto desta Norma deverão ser veiculados na programação exibida pelas pessoas jurídicas que detenham concessão para explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens e pelas pessoas jurídicas que detenham permissão ou autorização para explorar o serviço de retransmissão de televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, de acordo com o seguinte cronograma: (…) c) no mínimo, três horas, na programação veiculada no horário compreendido entre 8 (oito) e 14 (quatorze) horas, e três horas na programação veiculada no horário compreendido entre 18 (dezoito) e 2 (duas) horas, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) meses, contado a partir da data de publicação desta Norma;"

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhar a implantação das regras de acessibilidades na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão na área de atuação desta Procuradoria;

Resolve converter o mencionado Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público - ICP.

Para tanto, DETERMINO:

1) Registre-se e autue-se esta portaria;

2) Expeça-se ofício ao Gerente-Geral de Fiscalização da ANATEL, solicitando informação sobre o cumprimento da Norma 01/2006, expedida com a Portaria MC nº 310, de 27 de junho de 2006, especificamente no que se refere à legenda oculta e à janela de LIBRAS, por parte das emissoras executantes dos serviços de radiodifusão de sons e imagens, além de retransmissoras de televisão, do Estado da Paraíba;

3) Comunique-se à PFDC, em observância ao art. 6º da resolução nº 87/2006;

JOSÉ GUILHERME FERRAZ DA COSTA
Substituto

PORTARIA Nº 63, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2011

REF.: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 1.24.000.000040/2004-04

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República signatário, no uso da atribuição estabelecida pela Lei Complementar nº 75/93, art. 6º, VII, "b", com fulcro no art. 5º da Resolução CSMPF nº 87/2006, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como na Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, inciso III da CF/88);

CONSIDERANDO o preceituado no artigo 5º, inciso V, alínea "a", da Lei Complementar n° 75/93, que atribui ao Ministério Público Federal a função de "zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos da União e dos serviços de relevância pública quanto (...) aos direitos assegurados na Constituição Federal relativo às ações e aos serviços de saúde e à educação" e o que preceitua o artigo 6º, inciso VII, alínea "d", da mencionada lei, que determina que "compete ao Ministério Público da União (…) promover o inquérito civil e a ação civil pública para (…) outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos";

CONSIDERANDO que, de acordo com o Art. 3º da lei nº 7.353/1989, cabe ao Ministério Público legitimidade para promover a "proteção de interesses coletivos ou difusos das pessoas portadoras de deficiência (…)";

CONSIDERANDO que a CF/88 prevê em seu Art. 227, §1º, II, "criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental (…) e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos", e, no § 2º, que "A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público (…), a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência";

CONSIDERANDO que consta da CF/88, em seu Art. 244 que: "A lei disporá sobre a adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público (…), a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadores de deficiência, conforme o disposto no art. 227, §2º".

CONSIDERANDO que a Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência, a qual foi aprovada nos termos do § 3º do art. 5º da Constituição Federal, dispôs, em seu Art. 1º, que: "O propósito da presente Convenção é promover, proteger e assegurar o exercício pleno e eqüitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente".

CONSIDERANDO, ainda, que a Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência, em seu Art. 1º assim dispôs: "1. A fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, (…), a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público (…). Essas medidas, que incluirão a identificação e a eliminação de obstáculos e barreiras à acessibilidade, serão aplicadas, entre outros, (…); 2. Os Estados Partes também tomarão medidas apropriadas para: a) Desenvolver, promulgar e monitorar a implementação de normas e diretrizes mínimas para a acessibilidade das instalações e dos serviços abertos ao público ou de uso público; b) Assegurar que as entidades privadas que oferecem instalações e serviços abertos ao público ou de uso público levem em consideração todos os aspectos relativos à acessibilidade para pessoas com deficiência";

CONSIDERANDO que a lei nº 10.048/2000 dispôs em seu Art. 4º que "Os logradouros e sanitários públicos, bem como os edifícios de uso público, terão normas de construção, para efeito de licenciamento da respectiva edificação, baixadas pela autoridade competente, destinada a facilitar o acesso e uso desses locais pelas pessoas portadores de deficiência";

CONSIDERANDO que a Lei nº 10.098/2000 estabeleceu, em seu Art. 11, que "a construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser executadas de modo que seja ou se tornem acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida";

CONSIDERANDO que o Decreto nº 5.296/2004 determina, em seu Art. 11, §§ 1º, 2º e 3º que "A construção, reforma ou ampliação de edificações de uso público ou coletivo, ou a mudança de destinação para estes tipos de edificação, deverão ser executadas de modo que seja ou se tornem acessíveis à pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. § 1º as entidades de fiscalização profissional das atividades de Engenharia, Arquitetura e correlatas, ao anotarem a responsabilidade técnica dos projetos, exigirão a responsabilidade profissional declarada do atendimento às regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT (…); 2º Para a aprovação ou licenciamento ou emissão de certificado de conclusão de projeto arquitetônico ou urbanístico deverá ser atestado o atendimento às regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT (…); 3º O Poder Público, após certificar a acessibilidade de edificação ou serviço, determinará a colocação, em espaços ou locais de ampla visibilidades, do "Símbolo Internacional de Acesso", na forma prevista nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT e na Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985";

CONSIDERANDO que a Resolução 6, oriunda do XVI Encontro Nacional de Procuradores - ENPDC determina que"O PRDC/PDC utilizará, na medida do possível, normas internacionais de direitos humanos como um dos fundamentos de suas atuações";

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhar a implantação das regras de acessibilidades na sede dos órgãos públicos federais situados na jurisdição desta Procuradoria;

Resolve converter o mencionado Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público - ICP.

Para tanto, DETERMINO:

1) Registre-se e autue-se esta portaria;

2) Elabore-se minuta de Termo de Mútua Cooperação Técnica, Científica e Operacional, para firmado com o CREA/PB, visando estabelecer um mecanismo de ação conjunta e eficiente de fiscalização dos órgãos públicos federais, no tocante à questão da acessibilidade de pessoas portadores de deficiência;

3) Comunique-se à PFDC, em observância ao art. 6º da resolução nº 87/2006;

JOSÉ GUILHERME FERRAZ DA COSTA
Substituto

PORTARIA Nº 15, DE 1º DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, representado pela Procuradora da República no Município de Resende /RJ, no cumprimento das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, inciso III, da CRFB, pelo art. 1º, inciso I, c/c art. 8º, § 1º, ambos da Lei nº 7.347/85 e pelo art. 6º, inciso VII, alínea b, c/c art. 7º, inciso I, ambos da Lei Complementar nº 75/93, e

CONSIDERANDO ser o Ministério Público, nos termos do art. 129, inciso III, da CRFB, instituição permanente incumbida de promover o inquérito civil e a ação civil pública para a defesa do patrimônio público e de interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que a Procuradoria da República em Volta Redonda/RJ encaminhou, em declínio de atribuição, a esta procuradoria da república, o ofício PRT1ª/OFVR/Nº 31180/2011 (Protocolo MPF/VR nº 1.30.910.000206/2011-43), por meio do qual a Procuradoria do Trabalho no Município de Volta Redonda/RJ remete cópias do Inquérito Civil nº 0784/2006-102, para a apuração de eventuais irregularidades relacionadas ao uso da Rodovia Presidente Dutra (BR-116), como "pista de testes", pelas montadoras VOLKSWAGEN CAMINHÕES E ÔNIBUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS COMERCIAIS LTDA e/ou MAN LATIN AMERICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA (que teria adquirido a VOLKSWAGEN CAMINHÕES E ÔNIBUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS COMERCIAIS LTDA), bem como por parte de empresas parceiras/fornecedoras, como a PROJECTO ASSESSORIA E SERVIÇOS LTDA, todas sediadas no município de Resende/RJ;

CONSIDERANDO que eventual uso indevido da Rodovia Presidente Dutra (BR-116), como "pista de testes", poderia expor a risco a integridade física e patrimonial dos usuários da Rodovia Presidente Dutra (BR-116), além dos empregados/motoristas das referidas empresas;

CONSIDERANDO que, em 14 de janeiro de 2006, um acidente fatal, ocorrido da Rodovia Presidente Dutra (BR-116), com um dos veículos testados pelas referidas empresas, causou o óbito de um de seus empregados/motoristas;

CONSIDERANDO que o eventual uso indevido da Rodovia Presidente Dutra (BR-116), como "pista de testes", pelas montadoras VOLKSWAGEN CAMINHÕES E ÔNIBUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS COMERCIAIS LTDA e/ou MAN LATIN AMERICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, bem como por parte de empresas parceiras/fornecedoras, pode estar relacionado a eventuais condutas omissivas e/ou irregulares por parte das entidades e/ou órgãos responsáveis pela fiscalização da segurança dos veículos e do trânsito nas rodovias federais;

CONSIDERANDO ser necessário o aprofundamento das investigações acerca dos fatos acima descritos;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com a finalidade de apurar o possível uso indevido da Rodovia Presidente Dutra (BR-116), como "pista de testes", pelas montadoras VOLKSWAGEN CAMINHÕES E ÔNIBUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS COMERCIAIS LTDA e/ou MAN LATIN AMERICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, e por parte de empresas parceiras/fornecedoras, bem como apurar eventuais condutas omissivas e/ou irregulares por parte das entidades e/ou órgãos responsáveis pela fiscalização da segurança dos veículos e do trânsito nas rodovias federais;

Desde já, adotem-se as seguintes providências:

a) Registre-se e autue-se, com a seguinte ementa: "INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO - DIREITOS DO CIDADÃO - SEGURANÇA NO TRÂNSITO - POSSÍVEL USO INDEVIDO DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA (BR-116) COMO PISTA DE TESTES DE VEÍCULOS - VOLKSWAGEN CAMINHÕES E ÔNIBUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS COMERCIAIS LTDA - MAN LATIN AMERICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA - EVENTUAIS EMPRESAS PARCEIRAS/FORNECEDORAS - SUPOSTO risco a inTEGRIDADE física e patrimonial dos usuários da Rodovia Presidente Dutra (BR-116) - EVENTUAIS OMISSÕES E/OU IRREGULARIDADES PRATICADAS POR PARTE DAS ENTIDADES/ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELA FISCALIZAÇÃO DA SEGURANÇA DOS VEÍCULOS E DO TRÂNSITO EM RODOVIAS FEDERAIS".

b) Comunique-se a instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, remetendo-se extrato desta Portaria, e solicitando que providenciem a publicação no Diário Oficial da União.

c) Publique-se esta Portaria no átrio desta Procuradoria.

d) Junte-se aos autos as cópias anexas de trechos da Lei nº 9.503/98 (Código de Trânsito Brasileiro), que tratam "Da Segurança dos Veículos" e das "placas de experiência", bem como da Resolução CONTRAN nº 493/75 (Regulamenta o uso da placa de "experiência" e dá outras providências), da Resolução CONTRAN nº 793/75 (Dispõe sobre o uso de placa de "fabricante") e da Resolução CONTRAN nº 14/98 (Estabelece os equipamentos obrigatórios para a frota de veículos em circulação e dá outras providências) com sua posteriores alterações.

e) Oficie-se à Diretoria do DENATRAN e à Presidência do DETRAN/RJ requisitando que, no prazo de 15 (quinze) dias: 1) encaminhem cópia(s) do(s) ato(s) normativo(s) que disciplina(m) as formas, requisitos e competências para o fornecimento de "placas de fabricante" e de "placas de experiência" aos fabricantes ou montadoras de veículos automotores e aos estabelecimentos onde se executam reformas, recuperação, compra, venda, montagem e desmontagem de veículos, para a realização de testes em vias, estradas e rodovias públicas, destinados ao aprimoramento de seus produtos; 2) informem se os veículos objetos de testes, autorizados a trafegarem em vias, estradas e rodovias públicas, são obrigados, pela legislação, a atenderem todos os requisitos e condições de segurança exigidos para os veículos já aprovados para serem disponibilizados ao mercado consumidor; 3) informem como é realizada a fiscalização e a com-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

provação de que os veículos objetos de testes em vias, estradas e rodovias públicas, atendem aos requisitos mínimos de segurança exigidos, como forma de não colocarem em risco a integridade física e patrimonial dos demais usuários das vias, estradas e rodovias públicas, bem como dos próprios empregados/motoristas dos fabricantes, montadoras e demais estabelecimentos responsáveis pelos testes.

f) Oficie-se à Diretoria-Geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal requisitando que, no prazo de 15 (quinze) dias: 1) informe (indicando eventuais atos normativos pertinentes) se os veículos com "placas de fabricante" e de "placas de experiência", objetos de testes em rodovias federais, por parte dos fabricantes ou montadoras de veículos automotores e dos estabelecimentos onde se executam reformas, recuperação, compra, venda, montagem e desmontagem de veículos, são obrigados pela legislação a atenderem todos os requisitos e condições de segurança exigidos para os veículos já aprovados para serem disponibilizados ao mercado consumidor; 2) informe (indicando eventuais atos normativos pertinentes) como é realizada a fiscalização e a comprovação de que os veículos com "placas de fabricante" e de "placas de experiência", objetos de testes em rodovias federais, atendem aos requisitos mínimos de segurança exigidos como forma de não colocarem em risco a integridade física e patrimonial dos demais usuários das rodovias federais, bem como dos próprios empregados/motoristas dos fabricantes e montadoras e demais estabelecimentos responsáveis pelos testes.

g) Oficie-se à Presidência do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial) requisitando que, no prazo de 15 (quinze) dias: 1) informe (indicando eventuais atos normativos pertinentes) se os veículos com "placas de fabricante" e de "placas de experiência", objetos de testes em em vias, estradas e rodovias públicas, por parte dos fabricantes ou montadoras de veículos automotores e dos estabelecimentos onde se executam reformas, recuperação, compra, venda, montagem e desmontagem de veículos, são obrigados pela legislação a atenderem todos os requisitos e condições de segurança exigidos para os veículos já aprovados para serem disponibilizados ao mercado consumidor; 2) informe (indicando eventuais atos normativos pertinentes) como é realizada a fiscalização e a comprovação de que os veículos com "placas de fabricante" e de "placas de experiência", objetos de testes em vias, estradas e rodovias públicas, atendem aos requisitos mínimos de segurança exigidos como forma de não colocarem em risco a integridade física e patrimonial dos demais usuários das vias, estradas e rodovias públicas, bem como dos próprios empregados/motoristas dos fabricantes e montadoras e demais estabelecimentos responsáveis pelos testes.

h) Oficie-se à Procuradoria do Trabalho no Município de Volta Redonda/RJ solicitando que informe qual o desfecho do Inquérito Civil nº 0784/2006-102, sobretudo, se foi comprovado que as montadoras VOLKSWAGEN CAMINHÕES E ÔNIBUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS COMERCIAIS LTDA e/ou MAN LATIN AMERICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA (que teria adquirido a WOLKSWAGEN CAMINHÕES E ÔNIBUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS COMERCIAIS LTDA), e eventuais empresas parceiras/fornecedoras, submetiam/submetem seus empregados/motoristas responsáveis pelos testes dos veículos na Rodovia Presidente Dutra (BR-116), a jornadas e condições de trabalho inadequadas, de modo a expô-los a riscos não toleráveis, conforme a legislação trabalhista.

i) Oficie-se à Gerência Regional do Trabalho e Emprego em Volta Redonda/RJ requisitando que, no prazo de 15 (quinze) dias, informe se, a partir da investigação do acidente de trabalho que vitimou JOÃO CARLOS ROSA DE ALMEIDA, enquanto fazia testes na Rodovia Presidente Dutra (BR-116), com veículo experimental da montadora VOLKSWAGEN CAMINHÕES E ÔNIBUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS COMERCIAIS LTDA (adquirida pela MAN LATIN AMERICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA), foi comprovado que as referidas montadoras, e eventuais empresas parceiras/fornecedoras, submetiam/submetem seus empregados/motoristas, responsáveis pelos testes dos veículos na Rodovia Presidente Dutra (BR-116), a jornadas e condições de trabalho inadequadas, de modo a expô-los a riscos não toleráveis, conforme a legislação trabalhista.

j) Oficie-se à 94ª Delegacia de Polícia Civil de Piraí/RJ requisitando que, no prazo de 15 (quinze) dias, encaminhe cópia do procedimento ou inquérito policial referente ao Registro de Ocorrência nº 023/2006, instaurado para apurar eventual responsabilidade criminal pelo óbito de JOÃO CARLOS ROSA DE ALMEIDA, enquanto fazia testes na Rodovia Presidente Dutra (BR-116), com veículo experimental da montadora VOLKSWAGEN CAMINHÕES E ÔNIBUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS COMERCIAIS LTDA (adquirida pela MAN LATIN AMERICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA).

l) Oficie-se à Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Resende/RJ solicitando que informe se tramita na referida unidade procedimento preparatório, inquérito civil público ou ação civil pública ajuizada, referente ao possível uso indevido da Rodovia Presidente Dutra (BR-116), como "pista de testes", pelas montadoras VOLKSWAGEN CAMINHÕES E ÔNIBUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS COMERCIAIS LTDA e/ou MAN LATIN AMERICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA (que teria adquirido a VOLKSWAGEN CAMINHÕES E ÔNIBUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS COMERCIAIS LTDA), bem como por parte de empresas parceiras/fornecedoras, expondo a risco a integridade física e patrimonial dos usuários da referida rodovia.

IZABELLA MARINHO BRANT

PORTARIA Nº 17, DE 1º DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, representado pela Procuradora da República no Município de Resende /RJ, no cumprimento das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, inciso III, da CRFB, pelo art. 1º, inciso I, c/c art. 8º, § 1º, ambos da Lei nº 7.347/85, pelo art. 6º, inciso VII, alínea b, c/c art. 7º, inciso I, ambos da Lei Complementar nº 75/93 e pelos arts. 2º, II, e 4º, II, da Resolução CSMPF nº 87/2006 e,

CONSIDERANDO ser o Ministério Público, nos termos do art. 129, inciso III, da CRFB, instituição permanente incumbida de promover o inquérito civil e a ação civil pública para a defesa do patrimônio público e de interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que foi protocolizada, nesta Procuradoria da República no Município de Resende, representação anônima solicitando providências a fim de que seja instalada unidade da Defensoria Pública da União no município de Resende, de modo a garantir o acesso à justiça à população de baixa renda;

CONSIDERANDO a inexistência de núcleo da Defensoria Pública da União (DPU) nos 4 (quatro) municípios abrangidos pela Subseção Judiciária de Resende/RJ, ensejando verdadeiro óbice à prestação jurisdicional para os economicamente hipossuficientes, em assuntos da competência exclusiva da Justiça Federal;

CONSIDERANDO que a Defensoria Pública da União (DPU) é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados (art. 1º da Lei Complementar nº 80/94, com a redação conferida pela Lei Complementar nº 132/2009);

CONSIDERANDO ser também notório que os advogados nomeados como defensores dativos na Justiça Federal, além de poucos, não fazem atendimento inicial nem ajuizamento de demandas, atuando apenas no curso de feitos já ajuizados, especialmente de natureza criminal;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar aos necessitados da Subseção Judiciária de Resende o efetivo exercício do direito constitucional de acesso à justiça (art. 5º, XXXV, LIV e LV, da Constituição Federal), e do direito à assistência jurídica integral e gratuita, igualmente de matriz constitucional (inciso LXXIV do mesmo artigo 5º), prioritariamente prestado pela Defensoria Pública da União;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com a finalidade de apurar as condições da prestação da assistência jurídica integral e gratuita no âmbito da Subseção Judiciária de Resende/RJ, bem como a necessidade de instalação de núcleo da Defensoria Pública da União na região, para garantia de acesso à Justiça Federal dos necessitados.

Desde já, adotem-se as seguintes providências:

a) Registre-se e autue-se, com a seguinte ementa: INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO - DIREITOS DO CIDADÃO - ACESSO À JUSTIÇA - condições da prestação da assistência jurídica integral e gratuita no âmbito da Subseção Judiciária de Resende/RJ - necessidade de instalação de núcleo da Defensoria Pública da União (DPU) na região.

b) Comunique-se a instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, remetendo-se extrato desta Portaria, e solicitando que providenciem a publicação no Diário Oficial da União.

c) Publique-se esta Portaria no átrio desta Procuradoria.

d) Expeça-se ofício à Defensoria Pública-Geral da União, solicitando que seja informado: a) o número de Defensores Públicos da União em exercício no Estado do Rio de Janeiro e no no país; b) se existe um cronograma de implantação de núcleos da DPU no interior do Estado do Rio de Janeiro, especialmente no que diz respeito aos municípios da Subseção Judiciária de Resende/RJ; c) quando foi realizado o último concurso público para Defensor Público, quantos candidatos foram aprovados e se há candidatos aprovados para serem nomeados; d) qual a unidade da DPU responsável pelos municípios da Subseção Judiciária de Resende/RJ; e) caso inexista qualquer previsão de implantação de um núcleo da DPU nos municípios da Subseção Judiciária de Resende/RJ, qual a possibilidade de que um Defensor Público da União, ainda que lotado em outra cidade (Volta Redonda, por exemplo), atue de forma itinerante para prestar atendimento, por alguns dias da semana, nos municípios da Subseção Judiciária de Resende/RJ.

e) Oficie-se à direção do foro da Subseção Judiciária da Justiça Federal em Resende, solicitando que seja informado o número de feitos judiciais em trâmite, tanto na Vara Federal quanto no Juizado Especial Federal (JEF), inclusive os que se encontram em grau de recurso nos tribunais.

IZABELLA MARINHO BRANT

PORTARIA Nº 165, DE 14 DE MARÇO DE 2011

O Procurador da República signatário, em exercício no Ofício da Defesa dos Direitos dos Cidadãos, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com amparo nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, Lei Complementar nº 75/93, Resolução CSMPF nº 87/2010 e ainda:

CONSIDERANDO a Peça de Informação nº 1.36.000.000253/2011-36, instaurada com base no Relatório de Fiscalização 01666, executado pela Controladoria-Geral da União no município de São Bento do Tocantins/TO;

CONSIDERANDO que foi constatado no item 5.1.1 do referido relatório que o Telecentro para Acesso a Serviços Públicos não possui um Conselho Gestor, o qual teria a função de acompanhar e observar as atividades realizadas e sugerir melhorias na organização e utilização da unidade, bem assim tal telecentro encontra-se totalmente desativado;

CONSIDERANDO que uma das funções institucionais do Ministério Público é zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, conforme determina o art. 129, II da CR/88;

Resolve:

Instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar irregularidades no Telecentro do Município de São Bento/TO, que se encontra inativo e sem Conselho Gestor; e

Determinar a realização das seguintes providências iniciais:

1) encaminhe-se a presente Portaria à COORJU, acompanhada da PI 1.36.000.000253/2011-36, para autuação e cadastro;

2) encaminhe-se cópia da presente à Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos, solicitando sua publicação;

3) oficie-se à Prefeitura de São Bento, requerendo informações a respeito do Telecentro;

4) publique-se no mural desta PR/TO pelo prazo de 10 (dez) dias;

5) designo o servidor GUSTAVO LAGE DUARTE para secretariar os trabalhos;

6) Após o cumprimento das diligências anteriormente determinadas, voltem-me os autos conclusos ao Procurador oficiante.

VICTOR MANOEL MARIZ

PORTARIA Nº 166, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2011

O Procurador da República signatário, em exercício no Ofício da Defesa dos Direitos dos Cidadãos, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com amparo nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, Lei Complementar nº 75/93, Resolução CSMPF nº 87/2010 e ainda:

CONSIDERANDO a Peça de Informação nº 1.36.000.000282/2011-06, instaurada para apurar possíveis crimes de grilagem de terra na fazenda Capelina, localizada no município de Barra do Ouro/TO;

CONSIDERANDO que a Comissão Pastoral da Terra informou que a Fazenda Capelinha é uma área pertencente à União, estando em processo de criação de Assentamento pelo INCRA;

CONSIDERANDO, ainda, que os trabalhadores rurais do acampamento da Fazenda Capelinha, localizada no município de Barra do Ouro/TO, denunciaram que há pistoleiros armados ameaçando-os para saírem das terras;

CONSIDERANDO possível omissão por autoridades locais em solucionar os conflitos existentes;

CONSIDERANDO que uma das funções institucionais do Ministério Público é zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, conforme determina o art. 129, II da CR/88; Resolve:

Instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para acompanhar as medidas tendentes a solucionar os conflitos que têm ocorrido no acampamento da Fazenda Capelinha, localizada no município de Barra do Ouro/TO, bem como fiscalizar as possíveis práticas de grilagem de terras no local.

Determinar a realização das seguintes providências iniciais:

1) encaminhe-se a presente Portaria à COORJU, acompanhada da PA 1.36.000.000282/2011-06, para autuação e cadastro;

2) encaminhe-se cópia da presente à Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos, solicitando sua publicação;

3) oficie-se a Secretaria Estadual de Segurança Pública, requerendo adoção de medidas eficazes no caso apontado;

4) oficie-se ao delegado de polícia Civil da Comarca, requerendo informações;

5) Oficie-se ao Ministério Público Estadual para que acompanhe as diligências realizadas;

6) publique-se no mural desta PR/TO pelo prazo de 10 (dez) dias;

7) designo o servidor GUSTAVO LAGE DUARTE para secretariar os trabalhos;

8)Após o cumprimento das diligências anteriormente determinadas, voltem-me os autos conclusos ao Procurador oficiante.

VICTOR MANOEL MARIZ

PORTARIA Nº 2, DE 10 DE MARÇO DE 2011

Procedimento Administrativo nº 1.35.000.000185/2010-61. Assunto: Apurar os problemas decorrentes da implantação do sistema de cotas como forma de acesso aos cursos de graduação da Universidade Federal de Sergipe.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador Regional dos Direitos do Cidadão Substituto, com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal, no art. 5º, II "d", da Lei Complementar nº 75/93, no art. 25, IV, "a", da Lei 8.625/93, no art. 8º, § 1º da Lei 7.345/85, e nos termos do artigo 2º, inciso I, da Resolução nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, de 03 de agosto de 2006; e do artigo 2º, inciso I, da Resolução nº 23, do Conselho Nacional do Ministério Público, de 17 de dezembro de 2007:

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do art. 127, caput, da Constituição Federal;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando que a Lei Complementar nº 75/1993, em seu artigo 5º, inciso I, 'c', dispõe ser função institucional do Órgão Ministerial da União promover o cumprimento dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, dentre os quais se destaca a redução das desigualdades sociais (art. 3º, III, da CF/88), que se busca alcançar através da adoção de cotas étnicas e sociais, no âmbito das ações afirmativas implementadas pelas universidades públicas brasileiras;

Considerando que, nos termos do art. 39, incisos II e III, da Lei Complementar nº 75/93, compete ao Ministério Público Federal exercer a defesa dos direitos constitucionais do cidadão, sempre que se cuidar de lhes garantir o respeito pelos órgãos da administração pública federal direta ou indireta e pelos concessionários e permissionários de serviço público federal, além de ser também função institucional do MPF o zelo pela observância dos princípios constitucionais relativos à educação (art. 5º, II, d, e V, a, da LC nº 75/1993);

Considerando que o ensino é livre à iniciativa privada, desde que atendido o cumprimento às normas gerais da educação nacional e a autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público (art. 210, CF);

Considerando que a promoção de arquivamento do presente procedimento administrativo (fls. 18/25), formulada pelo Procurador da República Pablo Coutinho Barreto, não foi integralmente acolhida pela Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, tendo aquela determinado o retorno dos autos "para realização de diligências visando a apuração das notícias de fraude ao sistema de cotas instituído pela UFS" (fls. 108/108-verso), devido à propaganda veiculada por alguns colégios particulares segundo a qual alguns de seus alunos vestibulandos foram aprovados como cotistas (fls. 54/56 e 94/95);

Considerando que o presente procedimento administrativo foi instaurado há mais de 180 (cento e oitenta) dias (art. 4º, §1º, da Resolução nº 87/2006 do CSMPF, com redação dada pela Resolução nº 106/2010 CSMPF, e art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007 CNMP), sem que tenham sido finalizadas as apurações, as quais, todavia, devem ser complementadas;

Resolve CONVERTER, nos termos do art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007 CNMP e do art. 4º, §1º, da Resolução nº 87/2006 do CSMPF (com redação dada pela Resolução nº 106 do CSMPF, de 06/04/2010), o presente procedimento administrativo em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando-se:

1. Registro e autuação da presente Portaria juntamente com as peças informativas nº 1.35.000.000185/2010-61, pela Secretaria de Acompanhamento em Tutela Coletiva (SETC), nos sistemas de informação adotados pelo Ministério Público Federal, como "Inquérito Civil Público", vinculado à Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, registrando-se como seu objeto: "Apuração de possível burla às regras do programa de ações afirmativas (sistema de cotas) implantado pela Universidade Federal de Sergipe, consistente na aprovação de estudantes de escolas particulares como cotistas"; e como possíveis responsáveis: "Colégio Master" e "Colégio Ideal";

2. Nomeação, mediante termo de compromisso nos autos, da servidora Maria de Lourdes Miranda Lauria, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nos termos do art. 4º, da Resolução nº 23/2007 - CNMP e do art. 5º, V, da Resolução nº 87/2006 do CSMPF (com redação dada pela Resolução nº 106 do CSMPF, de 06/04/2010), para funcionar como Secretária; a qual será substituída, em suas ausências, pelos demais servidores em exercício no 3º Ofício da Tutela Coletiva;

3. Remessa, no prazo de 10 (dez) dias, de cópia da presente portaria à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, inclusive por meio eletrônico (para o endereço pfdc@pgr.mpf.gov.br), nos termos do art. 6º, da Resolução nº 87 do CSMPF, solicitando-lhe a sua publicação (art. 4º, VI, Resolução nº 23 CNMP e art. 16, §1º, I, Resolução nº 87 CSMPF);

4. Afixação da presente portaria, pelo prazo de 15 (quinze) dias, no quadro de avisos da recepção da Procuradoria da República no Estado de Sergipe (art. 4º, VI, Resolução nº 23 CNMP).

Como providências investigatórias necessárias à continuidade da instrução do feito, determino:

1. Expedição de ofícios ao "Colégio Master" e ao "Colégio Ideal", requisitando-lhes, no prazo de 10 (dez) dias, manifestação pormenorizada sobre a situação relatada nas mensagens eletrônicas de fls. 54/56 e 83/84, esclarecendo, especialmente, quais as justificativas para a aprovação de alguns de seus alunos no vestibular da Universidade Federal de Sergipe entre as vagas destinadas aos cotistas;

2. Expedição de ofício ao Reitor da Universidade Federal de Sergipe (UFS), requisitando-lhe, no prazo de 10 (dez) dias, manifestação pormenorizada sobre a situação relatada nas mensagens eletrônicas de fls. 54/56 e 83/84, esclarecendo, especialmente, quais as justificativas para a aprovação de alguns dos alunos dos Colégios Master e Ideal no vestibular da Universidade Federal de Sergipe entre as vagas destinadas aos cotistas.

A fim de serem observados o art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, deve a Secretaria de Acompanhamento em Tutela Coletiva (SETC) realizar o acompanhamento de prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

JOSÉ RÔMULO SILVA ALMEIDA

PORTARIA Nº 21, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que subscreve, considerando que, no curso do Procedimento nº 1.33.005.000296/2010-01, foi excedido o prazo estabelecido no art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007, do CNMP, resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL, indicando, em cumprimento do art. 4º da referida portaria:

a) Fundamento legal: art. 129, III e VI da Constituição Federal e art. 8º, II, e § 5º da Lei Complementar nº 75/93 ;

b) Descrição do fato: negativa do SUS em fornecer o medicamento Undecanoato de Testosterona para pacientes com Síndrome de Kallmann. Paciente: Rafael Schultz.

c) Nome e qualificação da pessoa a quem o fato é atribuído: UNIÃO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na rua XV de Novembro, nº. 780, 2º andar, Centro, Joinville; ESTADO DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede no Palácio do Governo, na Rua José da Costa Moelmann, n.° 193, Centro, Florianópolis/SC; MUNICÍPIO DE JOINVILLE, pessoa jurídica de direito público, com sede em sua Prefeitura Municipal, na Rua Hermann August Lepper, n.º 10, em Joinville/SC.

d) Nome e qualificação do autor da representação: Ana Maria Schultz, divorciada, técnica de enfermagem, nascida em 20/09/1965, portadora do RG nº 1.549.021-1, CPF nº 674.214.319-34, residente à Rua Cidade de Servilha, 805, Ririú, CEP 89.277-184, Joinville/SC.

Ficam determinadas, por ora, as seguintes diligências:

1) Comunicação à PFDC e encaminhamento da presente portaria para publicação.

TIAGO ALZUGUIR GUTIERREZ

PORTARIA Nº 26, DE 10 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, III, da Constituição Federal, nos arts. 6º, VII, 7º, I e 39, da LC nº 75/93 e no art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85, bem como considerando o disposto nas Resoluções nºs 87/06/CSMPF e 23/07/CNMP, determina a conversão da presente Peça Informativa Cível de nº 1.25.002.000438/2011-12 em

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

para apurar a situação de oferta e disponibilidade do medicamento LUCENTIS, em regime de gratuidade, à paciente ASTROGILDA BARREIROS FELIX, que se encontra em tratamento de Degeneração Macular Relacionada à Idade - tipo exsudativo, e não dispõe de recursos para custear o remédio prescrito pelo médico que o acompanha.

Proceda-se ao registro e autuação da presente. Comunique-se à Procuradoria Federal do Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, por meio eletrônico, para fins de publicação oficial desta Portaria, nos termos do art. 7º, da Resolução 23/07/CNMP. Acompanhe-se o prazo inicial de 1 (um) ano, a partir desta data, para conclusão do inquérito civil, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

MONIQUE CHEKER
Procuradora da República

PORTARIA Nº 27, DE 14 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, III, da Constituição Federal, nos arts. 6º, VII, 7º, I e 39, da LC nº 75/93 e no art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85, bem como considerando o disposto nas Resoluções nºs 87/06/CSMPF e 23/07/CNMP, determina a conversão do presente Procedimento Administrativo de nº 1.25.002.000252/2009-31 em

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

para fiscalizar o cumprimento, pelos Hospitais destinados à aprendizagem em Cascavel, da Portaria Interministerial MEC/MS n° 2.400 de 02 de Outubro de 2007, a qual dispõe sobre os critérios para credenciamento dos Hospitais de Ensino.

Proceda-se ao registro e autuação da presente. Comunique-se à Procuradoria Federal do Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, por meio eletrônico, para fins de publicação oficial desta Portaria, nos termos do art. 7º, da Resolução 23/07/CNMP. Acompanhe-se o prazo inicial de 1 (um) ano, a partir desta data, para conclusão do inquérito civil, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

MONIQUE CHEKER
Procuradora da República

PORTARIA Nº 47, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2011

O Ministério Público Federal, no uso das funções constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e considerando:

a) o rol de atribuições elencadas no artigo 6° da Lei Complementar n° 75/1993;

b) a incumbência prevista no artigo 1°, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) o disposto na Resolução n° 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

DETERMINA A CONVERSÃO DOS AUTOS DAS PEÇAS INFORMATIVAS Nº 1.16.000.000086/2011-16 EM INQUÉRITO CIVIL e, ainda, a adoção das seguintes providências:

1 - Registro no sistema, adotando-se os seguintes elementos designativos do Inquérito Civil:

ASSUNTO - APURAÇÃO DE SUPOSTA IRREGULARIDADE NA DISTRIBUIÇÃO E/OU OCUPAÇÃO DE CARGOS COMISSIONADOS NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.

REPRESENTANTE: IDENTIDADE PRESEVADA POR SIGILO

REPRESENTADO: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA

2 - a publicação da presente Portaria, na forma estabelecida pela Coordenação Cível desta Procuradoria e envio de cópia por e-mail à Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos - PFDC/PGR.

3 - aguardar por 90 (noventa) dias resposta do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Passado o período, oficiar novamente ao MAPA.

CARLOS HENRIQUE MARTINS LIMA
Procurador da República

PORTARIA Nº 49, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2011

O Ministério Público Federal, no uso das funções constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e considerando:

a) o rol de atribuições elencadas no artigo 6° da Lei Complementar n° 75/1993;

b) a incumbência prevista no artigo 1°, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) o disposto na Resolução n° 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

DETERMINA A CONVERSÃO DOS AUTOS DAS PEÇAS INFORMATIVAS Nº 1.16.000.006157/2010-11 EM INQUÉRITO CIVIL e, ainda, a adoção das seguintes providências:

1 - Registro no sistema, adotando-se os seguintes elementos designativos do Inquérito Civil:

ASSUNTO - EDUCAÇÃO. PROCESSO SELETIVO. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO. CURSO DE MESTRADO EM ECOLOGIA - 1º SEMESTRE/2011. SUPOSTA IRREGULARIDADE EM NOTA DE CANDIDATOS QUE REALIZARAM PROVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA. SUPOSTA NEGATIVA DA COORDENAÇÃO EM DAR VISTAS DAS PROVAS AOS CANDIDATOS, FATO QUE, EM TESE, PREJUDICA NA ELABORAÇÃO DE POSSÍVEIS RECURSOS.

REPRESENTANTE: RICARDO BRAIL CHOUERI

REPRESENTADO: CESPE - CENTRO DE SELEÇÃO E DE PROMOÇÃO DE EVENTOS.

2 - a publicação da presente Portaria, na forma estabelecida pela Coordenação Cível desta Procuradoria e envio de cópia por e-mail à Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos - PFDC/PGR.

3 - verificar se há resposta ao Ofício nº 521/2010/PR/DF/BCA, de 15/12/2010. Em caso negativo, reiterar.

CARLOS HENRIQUE MARTINS LIMA
Procurador da República

PORTARIA Nº 50, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2011

O Ministério Público Federal, no uso das funções constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e considerando:

a) o rol de atribuições elencadas no artigo 6° da Lei Complementar n° 75/1993;

b) a incumbência prevista no artigo 1°, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) o disposto na Resolução n° 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

DETERMINA A CONVERSÃO DOS AUTOS DAS PEÇAS INFORMATIVAS Nº 1.16.000.003761/2010-88 EM INQUÉRITO CIVIL e, ainda, a adoção das seguintes providências:

1 - Registro no sistema, adotando-se os seguintes elementos designativos do Inquérito Civil:

ASSUNTO - CAIXA ECONÔMICA FEDERA - CEF. POSSÍVEL IRREGULARIDADE EM EXIGÊNCIAS ESTATUÍDAS PELA CEF PARA CONCESSÃO DO FUNDO DE FINANCIAMENTO AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR - FIES.

REPRESENTANTE: MICHAEL GONÇALVES OLIVERIA

REPRESENTADO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

2 - a publicação da presente Portaria, na forma estabelecida pela Coordenação Cível desta Procuradoria e envio de cópia por e-mail à Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos - PFDC/PGR.

3 - a expedição de ofício ao Presidente da Caixa Econômica Federal, reiterando os termos do Ofício nº 273/2010 GAB/EPR/PRDF, de 04/11/2010.

CARLOS HENRIQUE MARTINS LIMA
Procurador da República

PORTARIA Nº 80, DE 14 DE MARÇO DE 2011

O Ministério Público Federal, no uso das funções constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e considerando:

a) o rol de atribuições elencadas no artigo 6° da Lei Complementar n° 75/1993;

b) a incumbência prevista no artigo 1°, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) o disposto na Resolução n° 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

DETERMINA:

1 - A CONVERSÃO DOS AUTOS DAS PEÇAS INFORMATIVAS Nº 1.16.000.003283/2009-72 EM INQUÉRITO CIVIL e Registro no sistema, adotando-se os seguintes elementos designativos do Inquérito Civil:

PROIBIDA A REPRODUÇÃO PARA FINS COMERCIAIS

ASSUNTO - INFRAÇÃO AMBIENTAL. OBRAS EM ESTRADA. supostas irregularidades ambientais praticadas pelo departamento de estradas e rodagem do distrito federal - der/df. indícios de danos causados à reserva biológica da contagem por meio de movimentação de sedimentos e supressão de vegetação no interior da unidade de conservação. estrada de acesso à vila basevi - df 001. auto de infração n° 001481a - mma.

2 - a publicação da presente Portaria, na forma estabelecida pela Coordenação Cível desta Procuradoria e envio de cópia por e-mail à Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos - PFDC/PGR.

3 - Tendo em vista a resposta dos ofícios às fls. 85/6, faço concluso os presentes autos nesta data.

CARLOS HENRIQUE MARTINS LIMA
Procurador da República

PORTARIA Nº 106, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2011

Procedimento Preparatório nº 1.16.000.002521/2008-41.

O Ministério Público Federal, por meio do Procurador da República signatário, no uso das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

Considerando o rol de atribuições elencadas no art. 6.º da Lei Complementar nº 75/95;

Considerando a incumbência prevista no 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

Considerando que, para a adoção de eventual providência judicial pelo Ministério Público Federal, ainda se fazem necessários atos instrutórios tendentes a apurar responsabilidades pelos fatos mencionadas no âmbito do procedimento, não cabendo, neste momento, seu arquivamento;

Considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Determino:

1. a conversão deste procedimento preparatório em inquérito civil público com o seguinte objeto: FUNAI. ASSÉDIO MORAL CONTRA O SERVIDOR WAGNER SALLES TRAMM EM RAZÃO DA DENÚNCIA DE VÁRIAS IRREGULIDADES NO ÓRGÃO. Investigado: PRESIDENTE DA FUNAI E COORDENADORA-GERAL DE PATRIMÔNIO INDÍGENA E MEIO AMBIENTE. Interessados: WAGNER SALLES TRAMM.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

2. a publicação da presente portaria como de praxe (art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP n.º 23, de 17 de setembro de 2007);

3 - a comunicação à Procuradoria Federal do Direito do Cidadão.

MARCUS MARCELUS GONZAGA GOULART

1ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DE DISTRIBUIÇÃO DE 16 DE MARÇO DE 2011

Nos termos da Resolução 04/06 de 02 maio de 2006, procedeu-se a distribuição dos seguintes procedimentos administrativos:

Wagner de Castro Mathias Netto
1.23.002.000017/2011-58 1.28.000.000622/2010-81
Aurea Maria Etelvina Nogueira Lustosa Pierre
1.18.000.002752/2010-03
Francisco Xavier Pinheiro Filho
1.28.000.000768/2009-93 1.16.000.000869/2011-08
1.28.000.001232/2010-29
1.18.000.001111/2010-23
Total de procedimentos distribuídos: 007

WAGNER DE CASTRO MATHIAS NETTO
Subprocurador-Geral da República
Coordenador da 1ª CCR

4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 4, DE 10 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente de outros interesses difusos e coletivos, consoante dicção do artigo 129, III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a atribuição prevista no art. 6º, VII, da Lei Complementar n.º 75/93;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução n.º 23, de 17 de setembro de 2006, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução n.º 87, de 3 de agosto de 2007, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO os elementos constantes no presente procedimento administrativo;

CONSIDERANDO o vencimento do prazo de 90 (noventa) dias para conclusão do procedimento administrativo (§1º do art. 4º da Resolução CSMPF nº 87, de 06.04.2010); resolve:

I. Converter o presente procedimento administrativo em Inquérito Civil Público para a apuração dos fatos, procedendo-se ao registro e autuação.

II. Determinar ao Setor Jurídico da Procuradoria da República em Eunápolis/BA:

a) Registrar e autuar a presente Portaria com os documentos que a instruem como "Meio Ambiente", vinculando-o à 4ª CCR;

b) Comunicar à 4ª CCR, no prazo de 10 (dez) dias, a instauração do apuratório;

c) Incluir esta Portaria na Base de dados da 4ª CCR's/PFDC na intranet da Procuradoria Geral da República e no Sistema Único;

d) Remeter cópia desta Portaria para publicação (art. 5º, VI, da Resolução CSMPF nº 87, de 06.04.2010);

e) Designar como secretário, mediante termo de compromisso, o(a) servidor(a) Alessandra Lima de Oliveira (art. 5º, V, da Resolução CSMPF nº 87, de 06.04.2010);

III. Determinar o cumprimento das seguintes providências:

a) juntada de toda a documentação pertinente;

b) registro no Sistema Único, mantendo-se o mesmo número do Procedimento Administrativo (§3º do art. 4º da Resolução CSMPF nº 87 de 06.04.2010), aperfeiçoando-se o registro do resumo, que deve ser o mais completo possível;

c) registro no Sistema Único das partes, tema, município, informações complementares, prazo de um 01 (um) ano para término do ICP e prazo para resposta aos ofícios;

d) reiteração de ofícios sem resposta, informando das consequências do descumprimento das requisições ministeriais, por até duas vezes, conforme modelo disponibilizado;

e) conclusão dos autos, cumpridas as determinações supra.

FERNANDO ZELADA

PORTARIA Nº 5, DE 10 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente de outros interesses difusos e coletivos, consoante dicção do artigo 129, III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a atribuição prevista no art. 6º, VII, da Lei Complementar n.º 75/93;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução n.º 23, de 17 de setembro de 2006, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução n.º 87, de 3 de agosto de 2007, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO os elementos constantes no presente procedimento administrativo;

CONSIDERANDO o vencimento do prazo de 90 (noventa) dias para conclusão do procedimento administrativo (§1º do art. 4º da Resolução CSMPF nº 87, de 06.04.2010); resolve:

I. Converter o presente procedimento administrativo em Inquérito Civil Público para a apuração dos fatos, procedendo-se ao registro e autuação.

II. Determinar ao Setor Jurídico da Procuradoria da República em Eunápolis/BA:

a) Registrar e autuar a presente Portaria com os documentos que a instruem como "Meio Ambiente", vinculando-o à 4ª CCR;

b) Comunicar à 4ª CCR, no prazo de 10 (dez) dias, a instauração do apuratório;

c) Incluir esta Portaria na Base de dados da 4ª CCR' na intranet da Procuradoria Geral da República e no Sistema Único;

d) Remeter cópia desta Portaria para publicação (art. 5º, VI, da Resolução CSMPF nº 87, de 06.04.2010);

e) Designar como secretário, mediante termo de compromisso, o(a) servidor(a) Alessandra Lima de Oliveira (art. 5º, V, da Resolução CSMPF nº 87, de 06.04.2010);

III. Determinar o cumprimento das seguintes providências:

a) juntada de toda a documentação pertinente;

b) registro no Sistema Único, mantendo-se o mesmo número do Procedimento Administrativo (§3º do art. 4º da Resolução CSMPF nº 87 de 06.04.2010), aperfeiçoando-se o registro do resumo, que deve ser o mais completo possível;

c) registro no Sistema Único das partes, tema, município, informações complementares, prazo de um 01 (um) ano para término do ICP e prazo para resposta aos ofícios;

d) reiteração de ofícios sem resposta, informando das consequências do descumprimento das requisições ministeriais, por até duas vezes, conforme modelo disponibilizado;

e) conclusão dos autos, cumpridas as determinações supra.

FERNANDO ZELADA

PORTARIA Nº 9, DE 14 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente de outros interesses difusos e coletivos, consoante dicção do artigo 129, III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a atribuição prevista no art. 6º, VII, da Lei Complementar n.º 75/93;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução n.º 23, de 17 de setembro de 2006, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução n.º 87, de 3 de agosto de 2007, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO os elementos constantes no presente procedimento administrativo;

CONSIDERANDO o vencimento do prazo de 90 (noventa) dias para conclusão do procedimento administrativo (§1º do art. 4º da Resolução CSMPF nº 87, de 06.04.2010); resolve:

I. Converter o presente procedimento administrativo em Inquérito Civil Público para a apuração dos fatos, procedendo-se ao registro e autuação.

II. Determinar ao Setor Jurídico da Procuradoria da República em Eunápolis/BA:

a) Registrar e autuar a presente Portaria com os documentos que a instruem como "Meio Ambiente", vinculando-o à 4ª CCR;

b) Comunicar à 4ª CCR, no prazo de 10 (dez) dias, a instauração do apuratório;

c) Incluir esta Portaria na Base de dados da 4ª CCR na intranet da Procuradoria Geral da República e no Sistema Único;

d) Remeter cópia desta Portaria para publicação (art. 5º, VI, da Resolução CSMPF nº 87, de 06.04.2010);

e) Designar como secretário, mediante termo de compromisso, o(a) servidor(a) Renan Souza Miranda (art. 5º, V, da Resolução CSMPF nº 87, de 06.04.2010);

III. Determinar o cumprimento das seguintes providências:

a) juntada de toda a documentação pertinente;

b) registro no Sistema Único, mantendo-se o mesmo número do Procedimento Administrativo (§3º do art. 4º da Resolução CSMPF nº 87 de 06.04.2010), aperfeiçoando-se o registro do resumo, que deve ser o mais completo possível;

c) registro no Sistema Único das partes, tema, município, informações complementares, prazo de um 01 (um) ano para término do ICP e prazo para resposta aos ofícios;

d) reiteração de ofícios sem resposta, informando das consequências do descumprimento das requisições ministeriais, por até duas vezes, conforme modelo disponibilizado;

e) conclusão dos autos, cumpridas as determinações supra.

FERNANDO ZELADA

PORTARIA Nº 10, DE 14 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente de outros interesses difusos e coletivos, consoante dicção do artigo 129, III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a atribuição prevista no art. 6º, VII, da Lei Complementar n.º 75/93;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução n.º 23, de 17 de setembro de 2006, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução n.º 87, de 3 de agosto de 2007, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO os elementos constantes no presente procedimento administrativo;

CONSIDERANDO o vencimento do prazo de 90 (noventa) dias para conclusão do procedimento administrativo (§1º do art. 4º da Resolução CSMPF nº 87, de 06.04.2010), resolve:

I. Converter o presente procedimento administrativo em Inquérito Civil Público para a apuração dos fatos, procedendo-se ao registro e autuação.

II. Determinar ao Setor Jurídico da Procuradoria da República em Eunápolis/BA:

a) Registrar e autuar a presente Portaria com os documentos que a instruem como "Meio Ambiente", vinculando-o à 4ª CCR;

b) Comunicar à 4ª CCR, no prazo de 10 (dez) dias, a instauração do apuratório;

c) Incluir esta Portaria na Base de dados da 4ª CCR na intranet da Procuradoria Geral da República e no Sistema Único;

d) Remeter cópia desta Portaria para publicação (art. 5º, VI, da Resolução CSMPF nº 87, de 06.04.2010);

e) Designar como secretário, mediante termo de compromisso, o(a) servidor(a) Renan Souza Miranda (art. 5º, V, da Resolução CSMPF nº 87, de 06.04.2010);

III. Determinar o cumprimento das seguintes providências:

a) juntada de toda a documentação pertinente;

b) registro no Sistema Único, mantendo-se o mesmo número do Procedimento Administrativo (§3º do art. 4º da Resolução CSMPF nº 87 de 06.04.2010), aperfeiçoando-se o registro do resumo, que deve ser o mais completo possível;

c) registro no Sistema Único das partes, tema, município, informações complementares, prazo de um 01 (um) ano para término do ICP e prazo para resposta aos ofícios;

d) reiteração de ofícios sem resposta, informando das consequências do descumprimento das requisições ministeriais, por até duas vezes, conforme modelo disponibilizado;

e) conclusão dos autos, cumpridas as determinações supra.

FERNANDO ZELADA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 16, DE 16 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente de outros interesses difusos e coletivos, consoante dicção do artigo 129, III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a atribuição prevista no art. 6º, VII, da Lei Complementar n.º 75/93;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução n.º 23, de 17 de setembro de 2006, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução n.º 87, de 3 de agosto de 2007, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO os elementos constantes no presente procedimento administrativo;

CONSIDERANDO o vencimento do prazo de 90 (noventa) dias para conclusão do procedimento administrativo (§1º do art. 4º da Resolução CSMPF nº 87, de 06.04.2010), resolve:

I. Converter o presente procedimento administrativo em Inquérito Civil Público para a apuração dos fatos, procedendo-se ao registro e autuação.

II. Determinar ao Setor Jurídico da Procuradoria da República em Eunápolis/BA:

a) Registrar e autuar a presente Portaria com os documentos que a instruem como "Meio Ambiente", vinculando-o à 4ª CCR;

b) Comunicar à 4ª CCR, no prazo de 10 (dez) dias, a instauração do apuratório;

c) Incluir esta Portaria na Base de dados da 4ª CCR na intranet da Procuradoria Geral da República e no Sistema Único;

d) Remeter cópia desta Portaria para publicação (art. 5º, VI, da Resolução CSMPF nº 87, de 06.04.2010);

e) Designar como secretário, mediante termo de compromisso, o(a) servidor(a) Renan Souza Miranda (art. 5º, V, da Resolução CSMPF nº 87, de 06.04.2010);

III. Determinar o cumprimento das seguintes providências:

a) juntada de toda a documentação pertinente;

b) registro no Sistema Único, mantendo-se o mesmo número do Procedimento Administrativo (§3º do art. 4º da Resolução CSMPF nº 87 de 06.04.2010), aperfeiçoando-se o registro do resumo, que deve ser o mais completo possível;

c) registro no Sistema Único das partes, tema, município, informações complementares, prazo de um 01 (um) ano para término do ICP e prazo para resposta aos ofícios;

d) reiteração de ofícios sem resposta, informando das consequências do descumprimento das requisições ministeriais, por até duas vezes, conforme modelo disponibilizado;

e) conclusão dos autos, cumpridas as determinações supra.

FERNANDO ZELADA

PORTARIA Nº 14, DE 16 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente de outros interesses difusos e coletivos, consoante dicção do artigo 129, III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a atribuição prevista no art. 6º, VII, da Lei Complementar n.º 75/93;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução n.º 23, de 17 de setembro de 2006, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução n.º 87, de 3 de agosto de 2007, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO os elementos constantes no presente procedimento administrativo;

CONSIDERANDO o vencimento do prazo de 90 (noventa) dias para conclusão do procedimento administrativo (§1º do art. 4º da Resolução CSMPF nº 87, de 06.04.2010); resolve:

I. Converter o presente procedimento administrativo em Inquérito Civil Público para a apuração dos fatos, procedendo-se ao registro e autuação.

II. Determinar ao Setor Jurídico da Procuradoria da República em Eunápolis/BA:

a) Registrar e autuar a presente Portaria com os documentos que a instruem como "Meio Ambiente", vinculando-o à 4ª CCR;

b) Comunicar à 4ª CCR, no prazo de 10 (dez) dias, a instauração do apuratório;

c) Incluir esta Portaria na Base de dados das CCR's/PFDC na intranet da Procuradoria Geral da República e no Sistema Único;

d) Remeter cópia desta Portaria para publicação (art. 5º, VI, da Resolução CSMPF nº 87, de 06.04.2010);

e) Designar como secretário, mediante termo de compromisso, a servidora Larissa de Andrade Leal (art. 5º, V, da Resolução CSMPF nº 87, de 06.04.2010);

III. Determinar o cumprimento das seguintes providências:

a) juntada de toda a documentação pertinente;

b) registro no Sistema Único, mantendo-se o mesmo número do Procedimento Administrativo (§3º do art. 4º da Resolução CSMPF nº 87 de 06.04.2010), aperfeiçoando-se o registro do resumo, que deve ser o mais completo possível;

c) registro no Sistema Único das partes, tema, município, informações complementares, prazo de um 01 (um) ano para término do ICP e prazo para resposta aos ofícios;

d) reiteração de ofícios sem resposta, informando das consequências do descumprimento das requisições ministeriais, por até duas vezes, conforme modelo disponibilizado;

e) conclusão dos autos, cumpridas as determinações supra.

FERNANDO ZELADA

PORTARIA Nº 15, DE 16 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente de outros interesses difusos e coletivos, consoante dicção do artigo 129, III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a atribuição prevista no art. 6º, VII, da Lei Complementar n.º 75/93;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução n.º 23, de 17 de setembro de 2006, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução n.º 87, de 3 de agosto de 2007, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO os elementos constantes no presente procedimento administrativo;

CONSIDERANDO o vencimento do prazo de 90 (noventa) dias para conclusão do procedimento administrativo (§1º do art. 4º da Resolução CSMPF nº 87, de 06.04.2010); resolve:

I. Converter o presente procedimento administrativo em Inquérito Civil Público para a apuração dos fatos, procedendo-se ao registro e autuação.

II. Determinar ao Setor Jurídico da Procuradoria da República em Eunápolis/BA:

a) Registrar e autuar a presente Portaria com os documentos que a instruem como "Meio Ambiente", vinculando-o à 4ª CCR;

b) Comunicar à 4ª CCR, no prazo de 10 (dez) dias, a instauração do apuratório;

c) Incluir esta Portaria na Base de dados das CCR's/PFDC na intranet da Procuradoria Geral da República e no Sistema Único;

d) Remeter cópia desta Portaria para publicação (art. 5º, VI, da Resolução CSMPF nº 87, de 06.04.2010);

e) Designar como secretário, mediante termo de compromisso, a servidora Larissa de Andrade Leal (art. 5º, V, da Resolução CSMPF nº 87, de 06.04.2010);

III. Determinar o cumprimento das seguintes providências:

a) juntada de toda a documentação pertinente;

b) registro no Sistema Único, mantendo-se o mesmo número do Procedimento Administrativo (§3º do art. 4º da Resolução CSMPF nº 87 de 06.04.2010), aperfeiçoando-se o registro do resumo, que deve ser o mais completo possível;

c) registro no Sistema Único das partes, tema, município, informações complementares, prazo de um 01 (um) ano para término do ICP e prazo para resposta aos ofícios;

d) reiteração de ofícios sem resposta, informando das consequências do descumprimento das requisições ministeriais, por até duas vezes, conforme modelo disponibilizado;

e) conclusão dos autos, cumpridas as determinações supra.

FERNANDO ZELADA

PORTARIA Nº 23, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2011

O Ministério Público Federal, pelo Procurador da República que subscreve, considerando que, nos autos de nº 1.33.005.000189/2010-74, foi excedido o prazo estabelecido no art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007, do CNMP, resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL, indicando, em cumprimento ao art. 4º da referida portaria:

a) Fundamento legal: art. 127 e 129, VI, da Constituição; art. 8º da Lei Complementar nº 75/93.

b) Descrição do fato: Meio Ambiente - Empresa Marina Porto da Barra Ltda., localizada na Avenida Jaraguá do Sul, 26, Balneário Barra do Sul/SC - ausência de licença ambiental.

c) Nome e qualificação da pessoa a quem o fato é atribuído: Empresa MARINA PORTO DA BARRA LTDA., Rua Jaraguá do Sul, 26, Centro, Balneário Barra do Sul/SC, CEP 89.247-000.

d) Nome e qualificação do autor da representação: prejudicado.

Ficam determinadas as seguintes diligências:

1) Expeça-se ofício ao IBAMA a fim de que informe se já foi apresentada defesa e se já houve decisão no processo administrativo nº 02026.000306/2010-83.

2) Expeça-se ofício a Laerte da Silva (Rua Amandio Cabral, 80, Centro, Balneário Barra do Sul/SC, CEP 89.247-000) e a Mara Lucia Ferreira Alberti (Rua Carlos Post, s/nº, Centro, Balneário Barra do Sul/SC, CEP 89.247-000) para que informem qual empresa exerceu atividade no terreno situado à Rua Jaraguá, 26, Balneário Barra do Sul/SC.

3) Comunicação à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão e encaminhamento da presente portaria para publicação.

TIAGO ALZUGUIR GUTIERREZ

PORTARIA Nº 38, DE 10 DE MARÇO DE 2011

O Ministério Público Federal, pelo Procurador da República que subscreve, considerando que, nos autos de nº 1.33.005.000126/2008-01, foi excedido o prazo estabelecido no art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007, do CNMP, resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL, indicando, em cumprimento ao art. 4º da referida portaria:

a) Fundamento legal: art. 129, inciso III, da Constituição; art. 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85; art. 6º, inciso VII, e art. 8º, da Lei Complementar nº 75/93.

b) Descrição do fato: Coletiva Seletiva Solidária. Decreto nº 5.940/2006. Implementação nos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta.

c) Nome e qualificação da pessoa a quem o fato é atribuído: prejudicado.

d) Nome e qualificação do autor da representação: 4ª Câmara de Coordenação e Revisão.

Ficam determinadas as seguintes diligências:

1) Registros de praxe.

2) Expedição de memorando à Coordenadoria Administrativa desta Procuradoria da República no Município de Joinville visando à implantação das determinações constantes no Decreto nº 5.940/2006.

3) Comunicação à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão e encaminhamento da presente portaria para publicação.

TIAGO ALZUGUIR GUTIERREZ

PORTARIA Nº 36, DE 16 DE MARÇO DE 2011

O Ministério Público Federal, por meio da Procuradora da República signatária, com base no que preceitua o art. 129, II, da Constituição Federal, o art. 6º, VII, alíneas "a" a "d", da Lei Complementar nº 75/93, o art. 5º da Resolução CSMPF nº 87/2006, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o art. 4º da Resolução CNPM nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e

Considerando que compete ao Ministério Público instaurar inquérito civil para a proteção do patrimônio histórico e cultural e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos da legislação supra;

Considerando a alteração nos arts. 4º e 5º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, promovida pela Resolução CSMPF nº 106/2010;

Considerando que o presente procedimento administrativo foi instaurado há mais de 180 (cento e oitenta) dias (art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007 CNMP c/c o art. 4, § 1º, da Resolução nº 87/2006 do CSMPF), sem que tenham sido finalizadas as apurações;

Considerando que os elementos até então colhidos apontam a necessidade de aprofundar as investigações, com a realização de outras diligências;

Resolve converter o presente procedimento administrativo nº 1.26.000.001578/2010-00 em inquérito civil, determinando:

a) registro e autuação da presente portaria juntamente com o procedimento administrativo em epígrafe, mantida a numeração original, assinalando como objeto do Inquérito Civil: Apurar ocorrência de possíveis danos decorrentes de reforma irregular no imóvel localizado na rua Jenner de Souza, nº 24, Bairro do Carmo, Olinda/PE, o qual está situado em área protegida por lei tombada no Sítio Histórico de Olinda/PE;

b) remessa de cópia da presente portaria à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, nos termos do art. 6º, da Resolução nº 87 do CSMPF, solicitando-lhe a sua publicação no Diário Oficial da União (art. 4º, VI, Resolução nº 23 CNMP e art. 16, §1º, I, Resolução nº 87 CSMPF), bem como afixação de cópia desta Portaria no local de costume.

Como providencia instrutória, determino a expedição de ofício à Secretaria de Controle Urbano e Ambiental de Olinda, para reiterar os termos dos ofícios nº 3735/2010 e 5285/2010 - PR-PE/Gab/MLDI, este último entregue nesta Secretaria em 11/11/2010, conforme informação dos correios.

A fim de serem observados o art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, deve a Divisão de Apoio à Tutela Coletiva Cível (DTCC) realizar o acompanhamento do prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil, cuja data de encerramento deverá ser anotada na capa dos autos, mediante certidão após o seu transcurso.

MONA LISA DUARTE ABDO AZIZ ISMAIL

PORTARIA Nº 45, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais, e CONSIDERANDO:

a) o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;1. o disposto na Resolução do Conselho Superior do Ministério Público Federal nº 87, de 3 de agosto de 2006, a qual preceitua a necessidade da descrição do fato objeto da presente investigação;

e) o Relatório nº 04, elaborado pela Fundação do Meio Ambiente - FATMA, sobre a Balneabilidade do Litoral Catarinense,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

onde constam a Lagoa de Barra Velha, nas imediações da Rua Dr. Plácido Gomes de Oliveira, nº 336, em Barra Velha/SC, e a Praia de Barra Velha (Ponto 3), nas imediações da Rua Anntônio R. Da G. Moura como impróprias para banho;

f) a necessidade de apurar as causas que levaram referidas áreas a serem classificadas, em sua balneabilidade, como impróprias;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o fim de investigar os fatos noticiados.

Para tanto determino:

1) a autuação da presente portaria e da peça de informação que a acompanha como inquérito civil.

2) a expedição de ofício à FATMA para que, no prazo de 10 (dez) dias:

2.1) encaminhe cópia do procedimento administrativo que embasou o Relatório nº 4, sobre a Balneabilidade do Litoral Catarinense, no que tange às praias situadas no município de Barra Velha/SC;

2.2) realize nova vistoria nos locais classificados como impróprios localizados em Barra Velha/SC.

3) a expedição de ofício à Prefeitura de Barra Velha/SC, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, preste detalhadas informações sobre a coleta e o tratamento de esgoto no município, pontuando os locais atendidos, percentual de residências abrangidas e, nos locais onde não é feita a coleta, informe qual a destinação dos resíduos.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

MÁRIO SÉRGIO GHANNAGÉ BARBOSA

PORTARIA Nº 49, DE 2 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais, e CONSIDERANDO:

a) o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) o disposto na Resolução do Conselho Superior do Ministério Público Federal nº 87, de 3 de agosto de 2006, a qual preceitua a necessidade da descrição do fato objeto da presente investigação;

e) a constatação de emissão de efluentes no Rio Vermelho e Rio do Braço por parte de diversas empresas da região do Distrito Industrial, sendo que em uma primeira vistoria, realizada pela FATMA, foi constatada a variação da coloração dos rios.

f) as constantes chuvas ocorridas no período de vistoria da Polícia Ambiental, que deixaram o rio "barrento", o que pode ter mascarado a coloração vermelha registrada anteriormente pela FATMA.

f) que expirou o prazo contido no § 1º do art. 4º, da Resolução do Conselho Superior do Ministério Público Federal nº 87, de 3 de agosto de 2006, para a conclusão dos presentes autos;

g) a necessidade de ainda se realizarem diligências para apurar se são liberados efluentes tóxicos nos rios Vermelho e Braço, tendo em vista a ausência de elementos que permitam a imediata adoção de quaisquer das medidas previstas nos incisos I e IV do artigo 4º da Resolução do Conselho Superior do Ministério Público Federal nº 87;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o fim de investigar os fatos noticiados.

Para tanto determino a autuação da presente portaria e do Procedimento Administrativo nº 1.33.005.000158/2008-07 como Inquérito Civil.

Oficie-se ao IBAMA e à Polícia Militar Ambiental, requisitando vistoria na região do Rio do Braço e Rio Vermelho, no trecho que compreende o Distrito Industrial, e elaboração de relatório técnico sobre o lançamento de produtos químicos nos rios.

Publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

MÁRIO SÉRGIO GHANNAGÉ BARBOSA

5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 1, DE 4 DE MARÇO DE 2011

5º Ofício do NCC. Peça de Informação n° 1.28.000.000269/2011-11. Conversão em inquérito civil

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais (artigo 127, caput e artigo 129 da Constituição Federal), legais (artigos 1° e 2°, 5° a 7°, 38 e 41 da Lei complementar n° 75/93) e administrativas (Resolução do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF n° 87/2006, alterada pela Resolução CSMPF n° 106 e Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP n° 23/2007); e:

CONSIDERANDO que a peça de informação traz notícia de possível irregularidade no contrato de repasse n. 2640.0200545-02/2006, firmado entre o Ministério do Turismo, representado pela Caixa Econômica Federal, e o Município de Angicos-RN, cujo objeto é a construção de uma praça.

CONSIDERANDO que a adoção de medidas instrutórias, como a expedição de notificações e requisição de documentos ou informações e tomada de depoimentos pressupõe a existência de um procedimento administrativo e/ou inquérito civil formal e regularmente instaurado, consoante dispõe o artigo 129, inciso VI da Constituição Federal, bem como o artigo 8°, caput da LC n° 75/93;

Resolve converter a presente peça de informação em INQUÉRITO CIVIL, com base nas razões e fundamentos expressos na presente Portaria, para a regular e formal coleta de elementos destinados a auxiliar a formação de convicção ministerial acerca dos fatos, autuando-a e publicando-a no sítio oficial desta Procuradoria da República.

Proceda-se ao registro da presente conversão na capa dos autos e no sistema informatizado de cadastro (Único) desta Procuradoria da República.

O técnico do MPU lotado neste gabinete secretariará a tramitação do feito, fazendo conclusão para eventual prorrogação até 05 (cinco) dias antes do vencimento do prazo de 01 (um) ano.

Como PROVIDÊNCIAS, determino seja oficiado:

a) A Prefeitura Municipal de Angicos-RN, requisitando cópia integral do processo licitatório referente ao contrato de repasse n. 2640.0200545-02/2006, firmado entre o Ministério do Turismo, representado pela Caixa Econômica Federal, e o Município de Angicos-RN, cujo objeto é a construção de uma praça. Informar, também, se o objeto já foi integralmente executado, fazendo prova da afirmação. Assinalar 20 dias úteis.

b) Oficiar ao Ministério do Turismo, por intermédio de sua secretaria executiva, requisitando informação e documentos quanto à devida prestação de contas referente ao contrato de repasse n. 2640.0200545-02/2006, firmado entre o Ministério do Turismo, representado pela Caixa Econômica Federal, e o Município de Angicos-RN, cujo objeto é a construção de uma praça. Assinalar 20 dias úteis.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

RONALDO PINHEIRO DE QUEIROZ

PORTARIA Nº 3, DE 1º DE MARÇO DE 2011

Procedimento Preparatório de Inquérito Civil n. 1.33.012.000355/2009-18. Assunto: Apurar possíveis irregularidades em detrimento do SUS. Representante: Viviani Favretto Boff. Representado: Hospital e Maternidade Vitória Missen e Vilson Watte. Quinta Câmara de Coordenação e Revisão - Patrimônio Público e Social e Probidade Administrativa

O Procurador da República no Município de São Miguel do Oeste/SC, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 129, inc. II, III e VI da CF/88; art. 8º, § 1º da Lei n. 7.347/85; art. 6º, inc. VII, art. 7º, inc. I e art. 8º, todos da Lei Complementar n. 75/93; art. 1º, caput, art. 4º, inc. II e 5º, todos da Resolução n. 87/2006, do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público Federal e art. 2º e art. 4º da Resolução n. 23/2007, do Egrégio Conselho Nacional do Ministério Público)

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público Federal a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da CF);

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros direitos difusos e coletivos, nos termos do artigo 129, inciso III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público da União promover outras ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais, especialmente quanto à probidade administrativa (art. 6º, inciso XIV, f, da Lei Complementar n. 75/93);

CONSIDERANDO que o presente procedimento preparatório de inquérito civil público foi instaurado com a finalidade de investigar a possível ocorrência de irregularidades em detrimento do SUS;

CONSIDERANDO a necessidade de colher maiores elementos de convicção sobre os fatos noticiados, expedindo notificações e requisitando informações ou documentos, nos termos previstos no art. 129, VI, da Constituição da República, resolve:

converter o presente procedimento preparatório de inquérito civil em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO a fim de dar continuidade à apuração de possíveis irregularidades ocorridas na cobrança de Autorização De Internação Hospitalar - AIH pelo Hospital e Maternidade Vitória T. Missen, referente cirurgia realizada pelo médico Vilson Watte na paciente Viviane Favretto Boff.

ANDREI MATTIUZI BALVEDI

PORTARIA Nº 3, DE 3 DE MARÇO DE 2011

Autos nº 1.14.000.000182/2003-29.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e, especialmente, com espeque nos arts. 127, caput e 129, inciso III da Constituição da República, e artigos 5º e 6º, inciso VII, "b" da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993 respaldado, ainda, pelos artigos 2º e 5º da Resolução CSMPF nº 87, de 14 de setembro de 2004 alterados pela Resolução CSMPF nº 106 de 06 de abril de 2010 e art. 2º e 4º da Resolução do CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007 e,

CONSIDERANDO que a Constituição Federal Pátria de 1988 elevou o Ministério Público à categoria de instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, do patrimônio público e social, conforme os artigos 129, inciso III da Constituição Federal, artigo 1º, inciso IV da Lei nº 7.347/85 e os artigos 5º, III, "b" e 6º, inciso VII, "b" da Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO que foi instaurado, em 18/03/2003, nesta Procuradoria da República, procedimento administrativo afeto à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, visando apurar as construções irregulares em terrenos acrescidos da marinha na localidade de Porto Baixo, em Praia do Forte/BA, notadamente os empreendimentos Praia do Forte Ecoresort, atual Tivoli, Condomínio Solar dos Arcos, Apart Hotel Garcia Dávila e parte do Loteamento Porto das Baleias;

CONSIDERANDO a necessidade de apuração dos fatos e, nos termos da legislação que regulamenta a atividade deste Órgão Ministerial, mister que seja este convertido em Inquérito Civil Público;

CONSIDERANDO a necessidade de regularização dos feitos em trâmite nesta unidade e que pende, para o devido encerramento do feito, diligências imprescindíveis; resolve:

instaurar Inquérito Civil Público, para apurar as questões mencionadas, determinando:

1. Comunique-se à 5ª CCR para conhecimento com cópia desta portaria, solicitando que seja providenciada a devida publicação, além de afixação desta na sede desta Procuradoria da República;

2. Notifique-se os representantes da GRPU, Prefeitura Municipal de Mata de São João, através do Secretário Municipal de Planejamento e Meio Ambiente e os responsáveis pelos empreendimentos Tívoli, Condomínio Solar dos Arcos, Apart Hotel Garcia Dávila e Condomínio Residencial Loteamento Porto das Baleias, para que compareçam à sede desta Procuradoria da República, de acordo com a agenda, para tratar acerca do assunto relacionado a este apuratório.

Prazo inicial: 1 (um) ano.

FERNANDO ZELADA

PORTARIA Nº 8, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2010

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por seu representante ao final assinado, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e

Considerando o teor do expediente em anexo, produzido a partir da extração de cópia integral dos Autos nº 0000642-87.2010.403.6115 (Pedido de Prisão Preventiva), nº 2009.61.15.000957-8 (Inquérito Policial nº 213/09), nº 3423.2010.000126-5 (Inquérito Policial nº 17-0394/10), nº 3423.2010.000127-7 (Inquérito Policial nº 17-0395/10) e nº 3423.2010.000130-7 (Inquérito Policial nº 17-0398/10), em trâmite pela Delegacia de Polícia Federal em Araraquara/SP e, em parte, distribuídos ao Juízo da 2ª Vara Federal local;

Considerando que os fatos ali noticiados caracterizam, em tese, a prática de atos de improbidade administrativa por FELICIANO GONÇALVES DA MOTA, auditor-fiscal do Trabalho lotado na Gerência Regional do Trabalho em São Carlos/SP, e sua esposa ANA MARIA MORAES PAIVA, conforme o disposto no art. 37, § 4º, da Constituição da República, e nos arts. 9º, 10 e 11 da Lei nº 8.429/92;

Considerando que o ato de improbidade administrativa, pela especial gravidade que o envolve, constitui ilícito político-administrativo e pluriofensivo, desencadeando, em regra, a responsabilidade nas órbitas civil, administrativa (disciplinar) e penal;Considerando que a corrupção é um dos grandes males que atingem o Poder Público, contribuindo para a carência e pobreza no País, além de corroer a dignidade do cidadão, contaminar os indivíduos, deteriorar a convivência social, comprometer a qualidade de vida das presentes e futuras gerações e retirar a credibilidade depositada pelo povo nos integrantes do serviço público em geral. Ou, numa linguagem figurada, um tumor a ser extirpado radicalmente do organismo da Administração Pública, como medida imprescindível à permanente construção de uma sociedade justa e equilibrada; e

Considerando a necessidade da realização de outras diligências que permitam o conhecimento mais preciso e detalhado das condutas atribuídas a FELICIANO GONÇALVES DA MOTA e, de ordinário, configuradas pelo achaque contra empresários, com o propósito de obter vantagem econômica indevida ("propina") em troca da não autuação de empresas por infrações administrativo-trabalhistas, ou mitigação de suas consequências;

Resolve, com espeque no art. 129, III, da Constituição da República, arts. 5º, I, h, III, b, e V, b, e 6º, VII, b, e XIV, f, da Lei Complementar nº 75/93, e art. 17, caput, da Lei nº 8.429/92.

Instaurar inquérito civil para apurar, com mais vagar, a prática de atos de improbidade administrativa por FELICIANO GONÇALVES DA MOTA, na qualidade de agente público, e sua cônjuge ANA MARIA MORAES PAIVA, na condição de terceira pessoa concorrente e/ou beneficiária.

Observem-se as formalidades instituídas pela Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Designa-se, como secretário e responsável pela execução dos trabalhos, o servidor José Luiz Gaiato.

Determinam-se como providências inaugurais:

1. Autuação, registro e distribuição a minha pessoa, em nome da racionalidade do serviço público e da maior eficiência no exercício da atividade-fim desenvolvida nesta Procuradoria da República, conforme consenso estabelecido entre os membros aqui lotados;

2. Juntada do expediente em anexo, composto por cópia integral dos Autos nº 0000642-87.2010.403.6115 (Pedido de Prisão Preventiva), nº 2009.61.15.000957-8 (Inquérito Policial nº 213/09), nº 3423.2010.000126-5 (Inquérito Policial nº 17-0394/10), nº 3423.2010.000127-7 (Inquérito Policial nº 17-0395/10) e nº 3423.2010.000130-7 (Inquérito Policial nº 17-0398/10);

3. Expedição de ofício à Receita Federal do Brasil solicitando, nos termos do art. 8º, II, da Lei Complementar nº 75/93, a remessa, no prazo de 10 (dez) dias úteis, de cópia das 05 (cinco) últimas declarações de imposto de renda - pessoa física (IRPF) em nome de FELICIANO GONÇALVES DA MOTA e ANA MARIA MORAES PAIVA;

4. Expedição de ofício ao Juízo da 2ª Vara do Trabalho de São Carlos/SP, solicitando, nos termos do art. 8º, II, da Lei Complementar nº 75/93, a remessa de cópia das principais peças (petição inicial, contestação, atas de audiência de instrução e sentença) da Reclamação Trabalhista nº 031-2008-106-15-00-0, envolvendo FELICIANO GONÇALVES DA MOTA;

5. Expedição de ofício à presidência da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar nº 46264.001227/2010-52, nos termos do art. 8º, II, da Lei Complementar nº 75/93, para que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, preste informações acerca do andamento do feito disciplinar e dos elementos mais relevantes já obtidos em desfavor do referido servidor público, sem prejuízo da remessa dos documentos que entender pertinentes;

6. Agendamento de reunião com o Gerente Regional do Trabalho em São Carlos/SP, a ser realizada na sede desta Procuradoria da República, para melhor compreensão das irregularidades atribuídas a FELICIANO GONÇALVES DA MOTA e do perfil psicológico ostentado pelo servidor federal no seu cotidiano funcional; e

7. Realização de pesquisa nos sistemas (a) CNIS/Dataprev, com o objetivo de verificar os vínculos de emprego de FELICIANO GONÇALVES DA MOTA e ANA MARIA MORAES PAIVA, além dos dados mais relevantes de cada anotação de trabalho formal ali contida (datas de admissão e rescisão, remuneração etc.); e (b) Plenus/Dataprev, com o intuito de saber se eles vêm recebendo ou já receberam benefício da Previdência Social.

RONALDO RUFFO BARTOLOMAZI
Procurador da República

PORTARIA Nº 23, DE 10 DE MARÇO DE 2011

Referente ao Procedimento Administrativo nº 1.24.001.000179/2010-88

A Dra. Acácia Soares Peixoto Suassuna, Procuradora da República, lotada na PRM/Campina Grande/PB, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do CSMPF, bem como na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP, resolve:

Instaurar o competente Inquérito Civil, com vistas a investigar supostas irregularidades na construção de unidades habitacionais destinadas ao Município de Barra de Santa Rosa por intermédio do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH, no ano de 2007.

Expedida a presente, sejam inicialmente tomadas as seguintes providências:

I. Registre-se e autue-se, conforme o artigo 5º da Resolução n.º 87/2006 - CSMPF;

II. Proceda-se à comunicação da instauração do presente Inquérito Civil Público à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, através de correspondência eletrônica, no prazo máximo de 10 (dez) dias, em observância ao art. 6º da Resolução nº 87/2006 e ao Ofício-Circular nº 30/2008/5ªCCR/MPF, enviando cópia desta Portaria, a fim de que lhe seja dada a devida publicidade, nos termos do art. 16 da Resolução nº 87/2006;

III. Proceda-se à comunicação da instauração deste inquérito Civil à ASCOM da Procuradoria da República no Estado da Paraíba, enviando-lhe cópia desta portaria por meio do e-mail atosmpf@prpb.mpf.gov.br, a fim de que lhe seja dada a devida publicidade, nos termos do art. 7º da Resolução nº 23/2007 do CNMP e do art. 16 da Resolução nº 87/2006 do CSMPF;

IV. Reitere-se o ofício nº 1721/2010, encaminhado ao Ministério das Cidades para requisitar toda a documentação relativa à execução do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH, no município de Barra de Santa Rosa/PB por meio da instituição financeira Banco Paulista, como, por exemplo, cópias da prestação de contas, datas e valores das prestações liberadas, do procedimento licitatório, do relatório de fiscalização, bem como os dados referentes à conta bancária;

V. Obedeça-se, para a conclusão deste Inquérito Civil Público, o prazo de 01 (um) ano, consoante estabelecido no art. 9º da Resolução nº 23/2007 - CNMP e art. 15 da Resolução nº 87/2006 - CSMPF.

ACÁCIA SOARES PEIXOTO SUASSUNA

PORTARIA Nº 24, DE 10 DE MARÇO DE 2011

Referente ao Procedimento Administrativo nº 1.24.001.000002/2010-81

A Dra. Acácia Soares Peixoto Suassuna, Procuradora da República, lotada na PRM/Campina Grande/PB, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do CSMPF, bem como na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP, resolve:

Instaurar o competente Inquérito Civil, com vistas a investigar supostas irregularidades nos procedimentos licitatórios concernentes à Carta Convite nº 43/2008 e a Carta Convite nº 18/2007, celebrados pelo Município de Esperança/PB.

Expedida a presente, sejam inicialmente tomadas as seguintes providências:

I. Registre-se e autue-se, conforme o artigo 5º da Resolução n.º 87/2006 - CSMPF;

II. Proceda-se à comunicação da instauração do presente Inquérito Civil Público à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, através de correspondência eletrônica, no prazo máximo de 10 (dez) dias, em observância ao art. 6º da Resolução nº 87/2006 e ao Ofício-Circular nº 30/2008/5ªCCR/MPF, enviando cópia desta Portaria, a fim de que lhe seja dada a devida publicidade, nos termos do art. 16 da Resolução nº 87/2006;

III. Proceda-se à comunicação da instauração deste inquérito Civil à ASCOM da Procuradoria da República no Estado da Paraíba, enviando-lhe cópia desta portaria por meio do e-mail atosmpf@prpb.mpf.gov.br, a fim de que lhe seja dada a devida publicidade, nos termos do art. 7º da Resolução nº 23/2007 do CNMP e do art. 16 da Resolução nº 87/2006 do CSMPF;

IV. Expeça-se ofício ao Prefeito do Município de Esperança para que informe a origem dos recursos utilizados na execução do objeto da Carta Convite nº 43/2008, indicando o número do convênio e o órgão com o qual foi firmado. Caso existam recursos federais envolvidos, devem ser remetidos, prontamente, cópia do procedimento licitatório, e dos documentos relacionados à execução das obras (boletins de medição dos serviços, notas fiscais, notas de empenho, cheques e recibos);

V. Expeça-se ofício à FUNASA para requisitar o parecer técnico final referente à prestação de contas final apresentada pela Edilidade quanto ao Convênio nº 1494/06.

ACÁCIA SOARES PEIXOTO SUASSUNA

PORTARIA Nº 43, DE 4 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso de suas atribuições constitucionalmente definidas nos artigos 127, caput e 129, III da Constituição da República de 1988, e com fulcro ainda no artigo 6º, VII da Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o teor do ofício encaminhado a esta Procuradoria pelo Procurador-Chefe Regional da 1ª Região, encaminhando ofício oriundo da Controladoria Geral da União, o qual comunica a conclusão de relatório de Sindicância Patrimonial que teve servidor do ex-território de Roraima como investigado;

CONSIDERANDO que o referido procedimento é de cunho sigiloso e trata acerca de evolução patrimonial de servidor público federal;

CONSIDERANDO que o presente procedimento exige maior apuração em razão de seu grau de complexidade; resolve:

1. Converter as presentes Peças de Informação em Inquérito Civil Público de caráter SIGILOSO, conforme o disposto no art. 4º, §4º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, na redação dada pela Resolução CSMPF nº 106/2010, objetivando a regular e legal coleta de elementos para posterior adoção das providências necessárias ao esclarecimento e sanação da irregularidade acima apontada, bem como subsidiar eventuais ações judiciais e extrajudiciais que se revelarem necessárias, nos termos da lei.

2. Nomear os servidores lotados junto a este Ofício para atuar como Secretários no presente.

3. À Secretaria de Acompanhamento em Tutela Coletiva (SETC) para registro e autuação como INQUÉRITO CIVIL, devendo o feito ser iniciado por meio desta Portaria. Havendo novos documentos pertinentes, deverão ser juntados independentemente de novo despacho. Cadastrar o presente inquérito civil sob a rubrica: "Evolução Patrimonial suspeita de servidor do Ex-Território de Roraima lotado na Delegacia de Pacaraima-RR apontada em procedimento investigativo de cunho sigiloso realizado pela CGU". À Secretaria de Gabinete, para a confecção da Portaria de instauração;

Após, adotem-se as seguintes providências:

1.Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, encaminhando-lhe cópia da presente portaria.

3. Após, devolvam-me conclusos para proceder à pesquisa na ASSPA

4. Solicite-se a publicação da presente portaria (art. 7º, IV da Res. 20/96);

RODRIGO GOLIVIO PEREIRA
Procurador da República

PORTARIA Nº 44, DE 4 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso de suas atribuições constitucionalmente definidas nos artigos 127, caput e 129, III da Constituição da República de 1988, e com fulcro ainda no artigo 6º, VII da Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o teor do ofício encaminhado a esta Procuradoria pelo TCU, através do qual foi enviada cópia do Acórdão n° 5530/2010, referente à Tomada de Contas Especial (TC - 003.831/2009-8), instaurada pelo Ministério das Relações Exteriores em desfavor de Rubens de Lima Jorge, ex-vice-Cônsul do Brasil em Santa Elena de Uairén, em razão de utilização indevida de valores provenientes de arrecadações relativas a emolumentos consulares;

CONSIDERANDO os documentos juntados (fl.20-63), encaminhados pelo TCU e diante das irregularidades perpetradas e comprovadas através do relatório apresentado, bem como dos fortes indícios de cometimento de ato de improbidade administrativa;

CONSIDERANDO o objeto da investigação é complexo, exigindo a realização de muitas diligências, razão pela qual já se vislumbra a impossibilidade de conclusão do procedimento no prazo de mais 90 dias; resolve:

1. Converter as presentes Peças de Informação em Inquérito Civil Público, conforme o disposto no art. 4º, §4º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, na redação dada pela Resolução CSMPF nº 106/2010, objetivando a regular e legal coleta de elementos para posterior adoção das providências necessárias ao esclarecimento e sanação da irregularidade acima apontada, bem como subsidiar eventuais ações judiciais e extrajudiciais que se revelarem necessárias, nos termos da lei.

2. Nomear os servidores lotados junto a este Ofício para atuar como Secretários no presente.

3. À Secretaria de Acompanhamento em Tutela Coletiva (SETC) para registro e autuação como INQUÉRITO CIVIL, devendo o feito ser iniciado por meio desta Portaria. Havendo novos documentos pertinentes, deverão ser juntados independentemente de novo despacho. Cadastrar o presente inquérito civil com o resumo que lhe fora dado quando da formação do procedimento preparatório;

Após, adotem-se as seguintes providências:

1.Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, encaminhando-lhe cópia da presente portaria.

2.À Secretaria para que oficie à AGU, com cópia do CD de fl.16, a fim de que a mesma providencie a cobrança judicial do valor contido no título executivo, caso ainda não o tenha feito, nos termos do art. 28, II, da Lei 8443/1992, referente ao Acórdão 5530/2010 - 1ª Câmara - TC 003.831/2009-8 contra o Sr. Rubens de Lima Jorge, no prazo de 60 dias, remetendo-nos cópia protocolada da ação executória.

3. Após, venha o procedimento concluso para deliberação.

4. Solicite-se a publicação da presente portaria (art. 7º, IV da Res. 20/96);

RODRIGO GOLIVIO PEREIRA
Procurador da República

PORTARIA Nº 53, DE 2 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO incluir-se dentre as funções institucionais do Ministério Público, previstas no artigo 129 da Constituição Federal, precipuamente a de promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO constituir atribuição do Ministério Público da União, a proteção dos direitos constitucionais, compreendidos entre eles o patrimônio público e social, o meio ambiente, os bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 6º, inciso VII, e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93; o artigo 8º, parágrafo 1º da Lei n° 7.347/85; a Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e a Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, que regulamentam a instauração e tramitação do inquérito civil no âmbito do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de uniformizar o procedimento do inquérito civil público em vista dos princípios que regem a Administração Pública e dos direitos e garantias individuais;

CONSIDERANDO que tramita, desde 28 de setembro de 2005, o Procedimento Administrativo 1.11.000.000632/2005-57, instaurado para acompanhamento das políticas públicas desenvolvidas pelo município de Igaci/AL para efetivação do direito á alimentação escolar, e para, especialmente, verificar a regularidade e a eficiência da aplicação da verbas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) repassadas ao município;

CONSIDERANDO que, em desconformidade com o art. 2º, §§ 6º e 7º, da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, e com o art. 4ª, §1º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, o citado procedimento extrapolou o prazo estabelecido para as investigações preliminares;

Resolve, o signatário, nos termos do artigo 2°, inciso II, da Resolução n° 23/2007 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, em como do art. 5º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, converter o presente procedimento administrativo nº 1.11.000.000488/2006-30 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando a autuação da presente portaria, bem como a adoção das seguintes diligências:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

a) Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão a instauração do presente inquérito civil público, consoante determinação do art. 6º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

b) Altere-se as informações da autuação no Sistema Único de Informações do MPF, fazendo constar como Inquérito Civil Público;

c) Mantenham-se os presentes autos apensos aos do procedimento nº 1.11.000.000488/2006-30, retornem conclusos junto a estes com o cumprimento do determinado nos itens anteriores.

JOSÉ GODOY BEZERRA DE SOUZA

PORTARIA Nº 59, DE 4 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e legais;

CONSIDERANDO a sua atribuição da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, atuando na defesa dos direitos difusos e coletivos (arts. 127 e 129, III, da CF/88);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal impõe à administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, caput);

CONSIDERANDO que é sua função institucional zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, bem como promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, da probidade administrativa e de outros interesses difusos e coletivos (Constituição Federal, art. 129, incisos II e III);

CONSIDERANDO o Procedimento Administrativo nº 1.27.000.000483/2009-90, instaurado a partir de representação, noticiando possíveis irregularidades na gestão do ex-presidente da Comissão Permanente de Vestibular da Universidade Federal do Piauí - COPEVE, Prof. Saulo Cunha de Serpa Brandão;

CONSIDERANDO que foi requisitada à Controladoria Regional da União no Estado do Piauí a realização de auditoria para averiguação dos fatos noticiados na representação;

CONSIDERANDO que a controladoria Regional da União no Piauí solicitou, em 07/12/2010, o prazo de 90 (noventa) dias para conclusão do Relatório de Demandas Especiais nº 00216.000176/2009-82;

CONSIDERANDO a expiração do prazo de conclusão do procedimento administrativo e a ausência de elementos para adoção de qualquer das medidas elencadas no artigo 4º, da Resolução CSMPF nº 87/2006;

Resolve, com base no artigo 6º, inciso VII, alínea "b", da Lei Complementar nº 75/93, no artigo 5º da Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e no exercício de suas funções institucionais:

1 - CONVERTER o Procedimento Administrativo Nº 1.27.000.000483/2009-90, em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo por objeto apurar possíveis irregularidades na gestão do ex-presidente da Comissão Permanente de Vestibular da Universidade Federal do Piauí - COPEVE, Prof. Saulo Cunha de Serpa Brandão;

2 - DETERMINAR a comunicação à 5ª CCR/MPF, para os fins dos artigos 6º e 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF nº 87/2006, acerca da presente instauração de Inquérito Civil Público.

Autue-se, registre-e e publique-se.

WELLINGTON LUIS DE SOUSA BONFIM

PORTARIA Nº 61, DE 9 DE MARÇO DE 2011

O Ministério Público Federal, com fundamento:

a) nos incisos III e VI do art. 129 da Constituição Federal;

b) no art. 5º, inciso II, alínea "b", e inciso III, alínea "b", da Lei Complementar 75/93;

c) no art. 6º, inciso VII, alínea "b", e inciso XIV, alínea "f", também da Lei Complementar 75/93;

d) no § 1º do art. 8º da Lei 7.347/1985; e, ainda,

e) na Resolução 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF), de 03 de agosto de 2006, bem como na Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), de 17 de setembro de 2007;

e CONSIDERANDO o que consta no Procedimento Administrativo MPF/PR/PI nº 1.27.000.001725/2008-22, em especial o Relatório de Auditoria nº 7364 do Departamento Nacional de Auditoria do SUS (DENAUS), elaborado a requerimento do Ministério Público Federal, que aponta irregularidades e impropriedades na gestão de verbas públicas do SUS praticadas por administradores da Prefeitura de Santa Rosa do Piauí/PI, nos exercícios de 2006 a 2007, inclusive com danos ao erário decorrentes de despesas sem comprovação ou incompatíveis com as finalidades fixadas pela legislação;

decide converter o aludido feito em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, na forma prevista no §4º do art. 4º da Resolução nº 87/2006 do CSMPF.

Objeto: danos ao patrimônio público e ofensa a princípios da Administração Pública na gestão de recursos do SUS pela Prefeitura de Santa Rosado Piauí/PI nos exercícios de 2006 e 2007, com despesas não comprovadas e despesas irregulares realizadas em desacordo com a legislação específica, conforme Relatório de Auditoria nº 7364 do DENASUS.

Supostos responsáveis: Maria Telma Tenório Pinheiro, Prefeita de Santa Rosa do Piauí/PI (2005-2008 e 2009-2012); Edgar Castelo Branco, Secretário de Saúde do Município de Santa Rosa do Piauí/PI em 2006 e 2007; outros a identificar.

Origem das peças de informação: o Procedimento Administrativo MPF/PR/PI nº 1.27.000.001725/2008-81, ora convertido em inquérito civil público com o objeto acima especificado, foi instaurado na Procuradoria da República no Estado do Piauí por força de desmembramento interno, determinado com vistas a apurar nestes autos parte das irregularidades apontadas em representação formulada por Vereadores de Santa Rosa do Piauí/PI (irregularidades referentes ao SUS).

2. Para instruir o inquérito civil, determino que se oficie ao DENASUS/PI, com cópia dos documentos de fls. 37/72, bem como desta portaria, para requisitar:

2.1. o envio de todos os anexos, de todos os documentos eventualmente copiados/coletados pela auditoria para fundamentar as suas constatações e conclusões, bem como outros documentos porventura existentes referentes ao Relatório de Auditoria nº 7364 (Município de Santa Rosa do Piauí/PI, exercícios de 2006 e 2007);

2.2. informar se os ressarcimentos determinados no relatório foram efetivados.

3. A assessoria deste gabinete se encarregará de secretariar as apurações do inquérito civil, dispensado compromisso específico.

4. Enviar cópia desta portaria à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para comunicar a instauração do inquérito civil e solicitar a publicação na imprensa oficial (arts. 6º e 16 da Resolução CSMPF nº 87/2006 e art. 4º, VI, da Resolução nº 23/2007 do CNMP).

5. Autuar, registrar e publicar nesta Procuradoria da República no Estado do Piauí.

MARCO AURÉLIO ADÃO
Procurador da República

PORTARIA Nº 62, DE 9 DE MARÇO DE 2011

O Ministério Público Federal, com fundamento:

a) nos incisos III e VI do art. 129 da Constituição Federal;

b) no art. 5º, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar 75/93;

c) no art. 6º, inciso VII, alínea "b", e inciso XIV, alínea "f", também da Lei Complementar 75/93;

d) no § 1º do art. 8º da Lei 7.347/1985; e, ainda,

e) na Resolução 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF), de 03 de agosto de 2006, bem como na Resolução 23 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), de 17 de setembro de 2007;

e CONSIDERANDO o que consta no Procedimento Administrativo MPF/PR/PI nº 1.27.000.000335/2008-94, em especial o Relatório de Demandas Especiais nº 00216.000188/2008-26 da Controladoria-Geral da União (CGU), recebido nesta Procuradoria da República no ano de 2010, elaborado a requerimento do Ministério Público Federal, que aponta irregularidades no Processo Licitatório nº 042-2939/2007 (Pregão Presencial n. 065/2007) da Secretaria Municipal de Educação do Município de Teresina/PI, e em contratações decorrentes desse certame;

decide converter o aludido feito em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, na forma prevista no §4º do art. 4º da Resolução nº 87/2006 do CSMPF.

Objeto: supostas irregularidades no Processo Licitatório nº 042-2939/2007 (Pregão Presencial n. 065/2007) da Secretaria Municipal de Educação do Município de Teresina/PI, e em contratações decorrentes desse certame - revogação irregular do contrato celebrado com a empresa vencedora do lote IX; recomposição irregular de preços nos contratos referentes a alguns dos itens contratados; descumprimento de contrato e aquisição de leite sem licitação.

Supostos responsáveis: a apurar.

Origem das peças de informação: o Procedimento Administrativo MPF/PR/PI nº 1.27.000.000335/2008-94, ora convertido em inquérito civil público com o objeto acima especificado, foi instaurado na Procuradoria da República no Estado do Piauí para providências no que concerne ao Ofício n. 456/2008/GAB/SEMEC, que noticiava denúncias anônimas acerca de irregularidades no referido pregão presencial.

2. Para instruir o inquérito civil, determino que se oficie:

2.1 - à CGU/PI, solicitando cópias de eventuais documentos arquivados que fundamentaram o Relatório de Demandas Especiais nº 00216.000188/2008-26;

2.2 - à Prefeitura de Teresina/PI, requisitando o envio, no prazo de 10 (dez) dias úteis, de cópias integrais dos seguintes procedimentos administrativos daquele órgão: Processo Licitatório nº 042-2939/2007; Pregão Presencial n. 065/2007; Processo nº 047.06337/07; Processo nº 44.0809/08; Processo 44.4324/08; Processo 44.3806/08; e Processo n. 048-0340/08;

2.3 - à Diretoria de Ações Educacionais do FNDE, comunicando a instauração do inquérito civil, em resposta ao expediente de fl. 198 (Ofício n. 182/2010-DIRAE/FNDE).

3. A assessoria deste gabinete se encarregará de secretariar as apurações do inquérito civil, dispensado compromisso específico.

4. Enviar cópia desta portaria à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para comunicar a instauração do inquérito civil e solicitar a publicação na imprensa oficial (arts. 6º e 16 da Resolução CSMPF nº 87/2006 e art. 4º, VI, da Resolução nº 23/2007 do CNMP).

5. Autuar, registrar e publicar nesta Procuradoria da República no Estado do Piauí.

MARCO AURÉLIO ADÃO
Procurador da República

PORTARIA Nº 63, DE 9 DE MARÇO DE 2011

1. O Ministério Público Federal, considerando o que consta nas peças de informação MPF/PR/PI nº 1.27.000.000403/2011-11, e com fundamento:

a) nos incisos III e VI do art. 129 da Constituição Federal;

b) no art. 5º, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar 75/93;

c) no art. 6º, inciso VII, alínea "b", e inciso XIV, alínea "f", também da Lei Complementar 75/93;

d) no art. 1º e art. 10, inciso X, da Lei 8.429/1992; e, ainda,

e) na Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), de 17 de setembro de 2007; bem como na Resolução nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF), de 03 de agosto de 2006;

instaura INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Objeto: possíveis lesão ao patrimônio público e desrespeito a princípios da Administração Pública, com ofensa a interesse público federal, praticados pela Prefeitura de Ribeiro Gonçalves/PI, em decorrência dos fatos que ensejaram a Representação Fiscal para Fins Penais nº 10384.005666/2009-97 e o lançamento, pela Receita Federal, de créditos tributários contra o Município - repercussões cíveis (improbidade administrativa).

Supostos responsáveis: Agamenon Pinheiro Franco, prefeito do Município de Ribeiro Gonçalves/PI.

Origem das peças de informação: o procedimento MPF/PR/PI 1.27.000.000403/2011-11 foi instaurado na Procuradoria da República no Estado do Piauí de ofício, para análise de possível repercussão de fatos relatados em peças de informação criminais (representação fiscal para fins penais) no âmbito cível.

2. Para a instrução do inquérito civil, determino que se oficie à Receita Federal e à Procuradoria da Fazenda Nacional para requisitar informar, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a atual situação dos créditos tributários nº 37.248.990-7, nº 37.248.972-9, nº 37.248.973-7, nº 37.248.986-9, nº 37.248.987-7, nº 37.248.991-5, nº 37.248.992-3, nº 37.248.993-1 e nº 37.248.989-3, que ensejaram a Representação Fiscal para Fins Penais nº 10384.005666/2009-97.

3. A assessoria deste gabinete se encarregará de secretariar as apurações do inquérito civil, dispensado compromisso específico.

4. Enviar cópia desta portaria à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para comunicar a instauração do inquérito civil e solicitar a publicação na imprensa oficial (art. 4º, VI da Resolução nº 23/2007 do CNMP e arts. 6º e 16 da Resolução CSMPF nº 87/2006).

5. Autuar, registrar e publicar nesta Procuradoria da República no Estado do Piauí.

MARCO AURÉLIO ADÃO
Procurador da República

PORTARIA Nº 64, DE 9 DE MARÇO DE 2011

O Ministério Público Federal, com fundamento:

a) nos incisos III e VI do art. 129 da Constituição Federal;

b) no art. 5º, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar 75/93;

c) no art. 6º, inciso VII, alínea "b", e inciso XIV, alínea "f", também da Lei Complementar 75/93;

d) no § 1º do art. 8º da Lei 7.347/1985; e, ainda,

e) na Resolução 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF), de 03 de agosto de 2006, bem como na Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), de 17 de setembro de 2007;

e CONSIDERANDO o que consta no Procedimento Administrativo MPF/PR/PI nº 1.27.000.001017/2009-21, em especial a notícia, em petição encartada nos autos do Mandado de Segurança n. 2009.40.00.004003-8 da Seção Judiciária do Piauí, de que foram concedidos indevidamente parcelamentos de contribuições em atraso a corretores de imóveis com vistas a obter votos na eleição de 2009 para a renovação da diretoria do 23º Conselho Regional de Corretores de Imóveis, Seccional Piauí (CRECI-PI);

decide converter o aludido feito em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, na forma prevista no §4º do art. 4º da Resolução nº 87/2006 do CSMPF.

Objeto: supostos danos ao patrimônio público e ofensa a princípios da Administração Pública na eleição de 2009 do CRECI-PI, por meio da concessão indevida de parcelamento de contribuições em atraso.

Supostos responsáveis: a apurar.

Origem das peças de informação: o Procedimento Administrativo MPF/PR/PI nº 1.27.000.001017/2009-21, ora convertido em inquérito civil público com o objeto acima especificado, foi instaurado na Procuradoria da República no Estado do Piauí de ofício, para providências em relação a fatos alegados pelas partes no Mandado de Segurança n. 2009.40.00.004003-8 da Seção Judiciária do Piauí.

2. Para instruir o inquérito civil, determino que se oficie ao CRECI-PI para requisitar relação informando os parcelamentos de contribuições em atraso concedidos pela entidade no ano de 2009, indicando a data de cada um.

3. A assessoria deste gabinete se encarregará de secretariar as apurações do inquérito civil, dispensado compromisso específico.

4. Enviar cópia desta portaria à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para comunicar a instauração do inquérito civil e solicitar a publicação na imprensa oficial (arts. 6º e 16 da Resolução CSMPF nº 87/2006 e art. 4º, VI, da Resolução nº 23/2007 do CNMP).

5. Autuar, registrar e publicar nesta Procuradoria da República no Estado do Piauí.

MARCO AURÉLIO ADÃO
Procurador da República

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 113, DE 10 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República infra-assinado, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127 e 129, incisos II e III, da Constituição Federal, bem como no artigo 5o, inciso I, alínea "h"; inciso III, alínea "b", inciso V, alínea "b"; artigo 6o, inciso VII, alíneas "a", "b" e "c", inciso XIV, alínea "f"; e artigo 7o, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e também na Lei nº 7.347/85;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público Federal a defesa da ordem jurídica, assegurando a observância dos princípios que devem reger os atos da administração pública;

CONSIDERANDO que é também função institucional do Ministério Público Federal a defesa dos direitos e interesses difusos e coletivos, podendo, para tanto, promover as medidas necessárias à sua garantia;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público Federal zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos da União e dos serviços de relevância pública quanto aos direitos assegurados na Constituição Federal relativos aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade administrativa e da eficiência;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público federal, bem como promover outras ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais, em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO ser atribuição do Ministério Público Federal "expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo para a adoção das providências cabíveis", consoante o disposto no artigo 6º, inciso XX, da Lei Complementar número 75, de 20 de maio de 1993;

CONSIDERANDO que o disposto nos §§ 1º e 4º artigo 4º, da Resolução n 87/2006 do CSMPF, com a redação dada pela Resolução CSMPF nº 106, de 6 de abril de 2010, que fixou o prazo máximo de duração do Procedimento Administrativo em 180 dias;

CONSIDERANDO que tramita nesta Procuradoria o Procedimento Administrativo MPF/PR/RJ nº 1.30.012.000813/2010-56, instaurado visando apurar possíveis irregularidades no âmbito do Tribunal Marítimo.

CONSIDERANDO a necessidade da continuidade do presente Procedimento para apurar as possíveis irregularidades apontadas;

Resolve converter em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, o Procedimento Administrativo MPF/PR/RJ nº 1.30.012.000813/2010-56 com a finalidade de apurar a responsabilidade pelos fatos aqui apontados.

Dessa forma, após autuação desta, proceda-se o seguinte:

1) Comunique-se a conversão e instauração do inquérito civil público à 5a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, e

2) publique-se a presente portaria de conversão e instauração no Diário Oficial e no portal do Ministério Público Federal, conforme o disposto no artigo 16, § 1º, I da Resolução nº 87, 03 de agosto de 2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

CARLOS ALBERTO BERMOND NATAL
Procurador da República

PORTARIA Nº 133, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2010

Procedimento Administrativo nº 1.24.000.0001944/2010-97

Aos 26 de agosto de 2010, proferi despacho nos seguintes termos:

"Cuida-se da Representação Fiscal para Fins Penais nº 14751.000046/2010-21, por meio da qual a Receita Federal noticiou ao Ministério Público Federal que a empresa J. R. PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. (CNPJ nº 04.828.552/0001-43) teria sido constituída em nome dos "laranjas" Damiana da Silva Andrade (CPF nº 037.749.094-66), Edvaldo Araújo Lima (CPF nº 576.237.084-49) e Paulo Roberto da Silva (CPF nº 008.839.114-00), constando do contrato social, inclusive, informações inverídicas quanto aos endereços destes e falsas assinaturas de supostas testemunhas do ato de constituição da empresa.

Os verdadeiros responsáveis pela condução da empresa seriam JURANDIR RONALDO DA SILVA (CPF nº 618.309.924-49), ADELAIDO MARCELINO PEREIRA (CPF nº 160.458.074-72), SAULO JOSÉ DE LIMA (CPF nº 078.530.504-10) e JOSÉ ROBERTO MARCELINO PEREIRA (CPF nº 568.300.504-30).

Teriam praticado, assim, o crime de falsidade de documento particular, tipificado no art. 298 do Código Penal, e já há elementos suficientes a autorizar o oferecimento de denúncia em virtude desse fato (fls. 05/35, 119/126, 128, 137/145, 148/149, 158, 162, 167, 176, 180, 234/243, 251/260, 291, 300, 307/309, 388/393, 407/408, 423/453, 459/465). Antes disso, todavia, é preciso que se verifique, junto à Receita Federal, se não teria havido constituição de crédito tributário contra a referida empresa ou os responsáveis de fato acima mencionados, uma vez que isso pode ter repercussões na tipificação penal - o crime poderia passar a ser algum dos plasmados na Lei nº 8.137/90.

Ademais, observo que a empresa J. R. PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA., representada por estes últimos, foi contratada por vários municípios paraibanos para realizar obras e/ou fornecer materiais valendo-se de recursos oriundos de convênios federais. Foram eles: a) Alagoa Grande - Contrato de Repasse nº 0159497-45 (SIAFI nº 492665) (fls. 36/167); b) Conde - Contrato de Repasse nº 0159509-82 (SIAFI nº 492749) (fls. 168/260); c) Ingá - "possivelmente" o Convênio nº EP 1359/03 (SIAFI nº 489107) (fls. 261/263); d) SaIgadinho - "possivelmente" o Convênio nº 1216/02 (SIAFI nº 475933) (fls. 264/364); e e) Solânea - Contrato de Repasse nº 0147576-52 (SIAFI nº 468922) (fls. 365/372).

É preciso, assim, que também se investigue se não teria havido malversação de dinheiro público na execução de tais convênios, uma vez que, por ter sido constituída em nome de interpostas pessoas - artifício que, quase que invariavelmente, se presta a ocultar operações escusas através da pessoa jurídica - é possível que a empresa J. R. PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. só existisse no papel, não realizando, por isso, as obras para as quais teria sido contratada pelos referidos municípios.

Sendo assim, determino:

a) a expedição de ofício à Receita Federal em João Pessoa/PB, solicitando-lhe que nos informe se, em razão das constatações alcançadas na Representação Fiscal para Fins Penais nº 14751.000046/2010-21, teria havido constituição de crédito tributário contra a empresa J. R. PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. (CNPJ nº 04.828.552/0001-43) e/ou contra as pessoas físicas de JURANDIR RONALDO DA SILVA (CPF nº 618.309.924-49), ADELAIDO MARCELINO PEREIRA (CPF nº 160.458.074-72), SAULO JOSÉ DE LIMA (CPF nº 078.530.504-10) e JOSÉ ROBERTO MARCELINO PEREIRA (CPF nº 568.300.504-30), os quais se constatou que seriam responsáveis de fato pela mesma;

b) a expedição de ofício à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego na Paraíba (SRTE/PB - Praça Venâncio Neiva, nº 11, Centro, João Pessoa/PB, CEP 58011-020), solicitando do seu Superintendente que nos informe, em 10 dias, se havia funcionários registrados em nome da empresa J. R. PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. (CNPJ nº 04.828.552/0001-43) nos anos de 2002 a 2007, enviando-nos, se afirmativo, a respectiva relação;

c) quanto ao Contrato de Repasse nº 0159497-45 (SIAFI nº 492665), firmado entre o Município de Alagoa Grande/PB e a União/Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal em 22/12/2003, no valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), destinado à implantação ou melhoria de infra-estrutura urbana e equipamentos comunitários:

- expeça-se ofício ao Secretário Executivo do Ministério das Cidades, Sr. Rodrigo José Pereira-Leite Figueiredo (Setor de Autarquias Sul, Quadra 01, lote 01/06, bloco "H", Ed. Telemundi II, 12º Andar, Brasília/DF, CEP 700700-10), solicitando-lhe que nos informe, em 10 dias, se foram prestadas contas e, se afirmativo, se as mesmas foram aprovadas, encaminhando-nos, em qualquer caso, cópia da respectiva prestação;

- requisite-se do Gerente da agência da Caixa Econômica Federal de Areia/PB (nº 1100-2, Rua Professor Xavier Júnior, nº 265, Areia/PB) que nos remeta, em 10 dias, as cópias microfilmadas dos cheques emitidos contra a conta nº 1320, aberta com a finalidade específica de movimentação dos recursos do convênio;

d) quanto ao Contrato de Repasse nº 0159509-82 (SIAFI nº 492749), firmado entre o Município do Conde e a União/Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal em 24/12/2003, no valor de R$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais), destinado à implantação ou melhoria de infra-estrutura urbana e equipamentos comunitários:

- expeça-se ofício ao Secretário Executivo do Ministério das Cidades, Sr. Rodrigo José Pereira-Leite Figueiredo (Setor de Autarquias Sul, Quadra 01, lote 01/06, bloco "H", Ed. Telemundi II, 12º Andar, Brasília/DF, CEP 700700-10), solicitando-lhe que nos informe, em 10 dias, se foram prestadas contas e, se afirmativo, se as mesmas foram aprovadas, encaminhando-nos, em qualquer caso, cópia da respectiva prestação;

- requisite-se do Gerente da agência da Caixa Econômica Federal de Cruz das Armas, João Pessoa/PB (nº 1033-2, Av. Cruz das Armas, nº 516, João Pessoa/PB) que nos remeta, em 10 dias, as cópias microfilmadas dos cheques emitidos contra a conta nº 3087, aberta com a finalidade específica de movimentação dos recursos do convênio;

e) quanto ao Convênio nº EP 1359/03 (SIAFI nº 489107), firmado entre o Município de Ingá e a União/Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde em 22/12/2003, no valor de R$ 99.629,64 (noventa e nove mil, seiscentos e vinte e nove reais e sessenta e quatro centavos), destinado a "ações de saneamento básico", expeça-se ofício à Secretária Executiva do Ministério da Saúde, Dra. Márcia Bassit Lameiro da Costa Mazzoli (Esplanada dos Ministérios, Bl. "G", 3º andar, sala 305, Brasília-DF, CEP 70058-900), solicitando-lhe que nos informe, em 10 dias, se foram prestadas contas e, se afirmativo, se as mesmas foram aprovadas, encaminhando-nos, em qualquer caso, cópia da respectiva prestação;

f) quanto ao Convênio nº 1216/02 (SIAFI nº 475933), firmado entre o Município de Salgadinho/PB e a União/Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde em 17/12/2002, no valor de R$ 149.985,00 (cento e quarenta e nove mil, novecentos e oitenta e cinco mil reais), destinado à "execução de sistema de abastecimento de água":

- expeça-se ofício à Secretária Executiva do Ministério da Saúde, Dra. Márcia Bassit Lameiro da Costa Mazzoli (Esplanada dos Ministérios, Bl. "G", 3º andar, sala 305, Brasília-DF, CEP 70058-900), solicitando-lhe que nos informe, em 10 dias, se foram prestadas contas e, se afirmativo, se as mesmas foram aprovadas, encaminhando-nos, em qualquer caso, cópia da respectiva prestação;

- requisite-se do Gerente da agência do Banco do Brasil de Taperoá/PB (nº 991-1, Rua Epitácio Pessoa, nº 56, Centro, Taperoá/PB) que nos remeta, em 10 dias, as cópias microfilmadas dos cheques emitidos contra a conta nº 9.950-3, aberta com a finalidade específica de movimentação dos recursos do convênio;

g) quanto ao Contrato de Repasse nº 0147576-52 (SIAFI nº 468922), firmado entre o Município de Solânea e a União/Ministério dos Esportes/Caixa Econômica Federal em 26/11/2002, no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), destinado à "implantação de infra-estrutura esportiva em comunidades carentes", expeça-se ofício ao Secretário Executivo do Ministério dos Esportes, Sr. Waldemar Manoel Silva de Souza (Esplanada dos Ministérios, Bl. "A", Brasília-DF, CEP 70054-906), solicitando-lhe que nos informe, em 10 dias, se foram prestadas contas e, se afirmativo, se as mesmas foram aprovadas, encaminhando-nos, em qualquer caso, cópia da respectiva prestação.

Junte-se aos autos os documentos que ora apresento.

Voltem-me os autos sempre que quaisquer das informações solicitadas aportarem nesta Procuradoria e forem a ele juntadas."

Pois bem. Da análise das respostas enviadas a este Órgão Ministerial, verifico que:

a) a Receita Federal em João Pessoa/PB, por meio do ofício de fl. 619 (Volume III), enviou a Representação Fiscal para Fins Penais nº 14751.000045/2010-86, que retrata crimes contra a ordem tributária praticado pelos responsáveis de fato pela empresa J. R. PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. (CNPJ nº 04.828.552/0001-43), estando hospedada nos Anexos I, II e III;

b) a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego na Paraíba, por meio do ofício de fl. 659/666 (Volume III), que a empresa J. R. PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. (CNPJ nº 04.828.552/0001-43) possuía 14 empregados no ano de 2002, 06 em 2003 e nenhum entre 2004 a 2007;

c) sobre o Contrato de Repasse nº 0159497-45 (SIAFI nº 492665), firmado entre o Município de Alagoa Grande/PB e a União/Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal em 22/12/2003, no valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), destinado à implantação ou melhoria de infra-estrutura urbana e equipamentos comunitários:

- a Caixa Econômica Federal, por meio do ofício de fl. 554, encaminhou-nos os documentos de fls. 555/588;

- o Gerente da agência da Caixa Econômica Federal de Areia/PB, por meio do ofício de fl. 669, nos remeteu as cópias microfilmadas dos cheques emitidos contra a conta nº 1320, aberta para a movimentação dos recursos do convênio (fls. 670/688, Volume III, e fls. 689/820, Volume IV);

d) quanto ao Contrato de Repasse nº 0159509-82 (SIAFI nº 492749), firmado entre o Município do Conde e a União/Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal em 24/12/2003, no valor de R$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais), destinado à implantação ou melhoria de infra-estrutura urbana e equipamentos comunitários:

- a Caixa Econômica Federal, por meio do ofício de fl. 589, encaminhou-nos os documentos de fls. 590/618;

- o Gerente da agência da Caixa Econômica Federal de Cruz das Armas, João Pessoa/PB (nº 1033-2, Av. Cruz das Armas, nº 516, João Pessoa/PB), não nos remeteu as cópias microfilmadas dos cheques emitidos contra a conta nº 3087, aberta com a finalidade específica de movimentação dos recursos do convênio;

e) quanto ao Convênio nº EP 1359/03 (SIAFI nº 489107), firmado entre o Município de Ingá e a União/Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde em 22/12/2003, no valor de R$ 99.629,64 (noventa e nove mil, seiscentos e vinte e nove reais e sessenta e quatro centavos), destinado a "ações de saneamento básico", a Procuradoria Federal Especializada da FUNASA, por meio do ofício de fl. 631, encaminhou-nos os documentos de fls. 632/641 e 656;

f) quanto ao Convênio nº 1216/02 (SIAFI nº 475933), firmado entre o Município de Salgadinho/PB e a União/Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde em 17/12/2002, no valor de R$ 149.985,00 (cento e quarenta e nove mil, novecentos e oitenta e cinco mil reais), destinado à "execução de sistema de abastecimento de água":

- a Procuradoria Federal Especializada da FUNASA, por meio do ofício de fl. 631, encaminhou-nos os documentos de fls. 642/654 e 657/658;

- o Gerente da agência do Banco do Brasil de Taperoá/PB, por meio do ofício de fl. 667, nos remeteu as cópias microfilmadas dos cheques emitidos contra a conta nº 9.950-3, aberta com a finalidade específica de movimentação dos recursos do convênio (fls. 668/668-C);

g) quanto ao Contrato de Repasse nº 0147576-52 (SIAFI nº 468922), firmado entre o Município de Solânea e a União/Ministério dos Esportes/Caixa Econômica Federal em 26/11/2002, no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), destinado à "implantação de infra-estrutura esportiva em comunidades carentes", o Chefe de Gabinete do Secretário Executivo do Ministério dos Esportes, por meio do ofício de fl. 623, encaminhou-nos os documentos de fls. 624/630.

É o relatório. Decido.

Os elementos constantes nos autos, em especial as Representações Fiscais para Fins Penais nº 14751.000046/2010-21 e 14751.000045/2010-86, já permitem o ajuizamento de ação penal por crimes contra a ordem tributária praticados pelos responsáveis de fato pela empresa J. R. PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA.

O mesmo não se pode dizer, todavia, quanto convênios federais mencionados acima, que demandam maiores diligências.

Essa circunstância evidencia a necessidade de desmembramento destes autos, de modo que se possa oferecer a referida ação penal e, simultaneamente, possam ser investigados aqueles convênios.

Quanto a estes últimos, nada obstante, entendo ser impossível desenvolver um bom trabalho de análise, investigação e eventual ajuizamento de ações no bojo de um único procedimento administrativo. Com efeito, cada um dos fatos supostamente ilícitos noticiados, em cada um dos convênios, demanda diligências, exames e providências autônomas. Não há condições de deles se cuidar como se fossem uma coisa só.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Do contrário, a gama imensa de irregularidades noticiadas, das mais variadas espécies, e o calhamaço de documentos a elas relativos - existentes e por serem trazidos aos autos - certamente poderia dificultar a imprescindível delimitação de seu objeto e, consequentemente, a adoção de medidas pormenorizadas.

Mister, portanto, que, a par da extração destes autos dos documentos relativos às Representações Fiscais para Fins Penais nº 14751.000046/2010-21 e 14751.000045/2010-86 - que instruirão a ação penal por crimes contra a ordem tributária praticados pelos responsáveis de fato pela empresa J. R. PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. - fracionemos o objeto restante em 05 (cinco) inquéritos civis públicos, sendo um para cada um dos convênios reportados.

Diante do exposto, determino:

a) extraiam-se 5 cópias dos documentos de fls. 04/35, do Volume I, 537/540 e 659/666 do Volume III e 01/10 do Anexo I;

b) extraiam-se dos autos, fisicamente, os documentos de fls. 04/35 e os que formam dos Anexos I a III, encaminhando-os, em seguida, à Justiça Federal com denúncia que ora apresento;

c) converta-se este procedimento administrativo em inquérito civil público, nos termos do art. 4º, § 4º, da Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, mantida a mesma numeração, passando o seu objeto a ser, única e exclusivamente, o exame das "irregularidades constatadas no Contrato de Repasse nº 0159497-45 (SIAFI nº 492665), firmado entre o Município de Alagoa Grande/PB e a União/Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal em 22/12/2003, no valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), destinado à implantação ou melhoria de infra-estrutura urbana e equipamentos comunitários", devendo as expressões acima negritadas constar em resumo na sua capa e devendo permanecer nestes autos apenas os seguintes documentos:

- como primeira peça, o despacho complementar que ora apresento em separado, seguido do presente despacho para fins de compreensão do porquê das medidas ora determinadas;

- os documentos de fls. 36/167, 554/588, 670/820 e uma das 5 cópias mencionadas na alínea "a";

d) a instauração de um novo inquérito civil público, cujo objeto será, única e exclusivamente, o exame das "irregularidades constatadas no Contrato de Repasse nº 0159509-82 (SIAFI nº 492749), firmado entre o Município do Conde e a União/Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal em 24/12/2003, no valor de R$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais), destinado à implantação ou melhoria de infra-estrutura urbana e equipamentos comunitários", devendo as expressões acima negritadas constar em resumo na sua capa e devendo compor esse inquérito apenas os seguintes documentos:

- como primeira peça, o despacho complementar que ora apresento em separado, seguido do presente despacho para fins de compreensão do porquê das medidas ora determinadas;

- os documentos de fls. 168/260, 589/618 e uma das 5 cópias mencionadas na alínea "a";

e) a instauração de um novo inquérito civil público, cujo objeto será, única e exclusivamente, o exame das "irregularidades constatadas no Convênio nº EP 1359/03 (SIAFI nº 489107), firmado entre o Município de Ingá e a União/Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde em 22/12/2003, no valor de R$ 99.629,64 (noventa e nove mil, seiscentos e vinte e nove reais e sessenta e quatro centavos), destinado a ações de saneamento básico", devendo as expressões acima negritadas constar em resumo na sua capa e devendo compor esse inquérito apenas os seguintes documentos:

- como primeira peça, o despacho complementar que ora apresento em separado, seguido do presente despacho para fins de compreensão do porquê das medidas ora determinadas;

- os documentos de fls. 261/263, 631/641, 656 e uma das 5 cópias mencionadas na alínea "a";

f) a instauração de um novo inquérito civil público, cujo objeto será, única e exclusivamente, o exame das "irregularidades constatadas no Convênio nº 1216/02 (SIAFI nº 475933), firmado entre o Município de Salgadinho/PB e a União/Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde em 17/12/2002, no valor de R$ 149.985,00 (cento e quarenta e nove mil, novecentos e oitenta e cinco mil reais), destinado à "execução de sistema de abastecimento de água", devendo as expressões acima negritadas constar em resumo na sua capa e devendo compor esse inquérito apenas os seguintes documentos:

- como primeira peça, o despacho complementar que ora apresento em separado, seguido do presente despacho para fins de compreensão do porquê das medidas ora determinadas;

- os documentos de 631/654, 657/658, 668/668-C e uma das 5 cópias mencionadas na alínea "a";

g) a instauração de um novo inquérito civil público, cujo objeto será, única e exclusivamente, o exame das "irregularidades constatadas no Contrato de Repasse nº 0147576-52 (SIAFI nº 468922), firmado entre o Município de Solânea e a União/Ministério dos Esportes/Caixa Econômica Federal em 26/11/2002, no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), destinado à implantação de infra-estrutura esportiva em comunidades carentes", devendo as expressões acima negritadas constar em resumo na sua capa e devendo compor esse inquérito apenas os seguintes documentos:

- como primeira peça, o despacho complementar que ora apresento em separado, seguido do presente despacho para fins de compreensão do porquê das medidas ora determinadas;

- os documentos de 365/372, 623/630 e uma das 5 cópias mencionadas na alínea "a".

KLEBER MARTINS DE ARAÚJO
Procurador da República

PORTARIA Nº 134, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2010

Procedimento Administrativo nº 1.24.000.0001945/2010-31

Aos 26 de agosto de 2010, proferi despacho nos seguintes termos:

"Cuida-se da Representação Fiscal para Fins Penais nº 14751.000046/2010-21, por meio da qual a Receita Federal noticiou ao Ministério Público Federal que a empresa J. R. PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. (CNPJ nº 04.828.552/0001-43) teria sido constituída em nome dos "laranjas" Damiana da Silva Andrade (CPF nº 037.749.094-66), Edvaldo Araújo Lima (CPF nº 576.237.084-49) e Paulo Roberto da Silva (CPF nº 008.839.114-00), constando do contrato social, inclusive, informações inverídicas quanto aos endereços destes e falsas assinaturas de supostas testemunhas do ato de constituição da empresa.

Os verdadeiros responsáveis pela condução da empresa seriam JURANDIR RONALDO DA SILVA (CPF nº 618.309.924-49), ADELAIDO MARCELINO PEREIRA (CPF nº 160.458.074-72), SAULO JOSÉ DE LIMA (CPF nº 078.530.504-10) e JOSÉ ROBERTO MARCELINO PEREIRA (CPF nº 568.300.504-30).

Teriam praticado, assim, o crime de falsidade de documento particular, tipificado no art. 298 do Código Penal, e já há elementos suficientes a autorizar o oferecimento de denúncia em virtude desse fato (fls. 05/35, 119/126, 128, 137/145, 148/149, 158, 162, 167, 176, 180, 234/243, 251/260, 291, 300, 307/309, 388/393, 407/408, 423/453, 459/465). Antes disso, todavia, é preciso que se verifique, junto à Receita Federal, se não teria havido constituição de crédito tributário contra a referida empresa ou os responsáveis de fato acima mencionados, uma vez que isso pode ter repercussões na tipificação penal - o crime poderia passar a ser algum dos plasmados na Lei nº 8.137/90.

Ademais, observo que a empresa J. R. PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA., representada por estes últimos, foi contratada por vários municípios paraibanos para realizar obras e/ou fornecer materiais valendo-se de recursos oriundos de convênios federais. Foram eles: a) Alagoa Grande - Contrato de Repasse nº 0159497-45 (SIAFI nº 492665) (fls. 36/167); b) Conde - Contrato de Repasse nº 0159509-82 (SIAFI nº 492749) (fls. 168/260); c) Ingá - "possivelmente" o Convênio nº EP 1359/03 (SIAFI nº 489107) (fls. 261/263); d) SaIgadinho - "possivelmente" o Convênio nº 1216/02 (SIAFI nº 475933) (fls. 264/364); e e) Solânea - Contrato de Repasse nº 0147576-52 (SIAFI nº 468922) (fls. 365/372).

É preciso, assim, que também se investigue se não teria havido malversação de dinheiro público na execução de tais convênios, uma vez que, por ter sido constituída em nome de interpostas pessoas - artifício que, quase que invariavelmente, se presta a ocultar operações escusas através da pessoa jurídica - é possível que a empresa J. R. PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. só existisse no papel, não realizando, por isso, as obras para as quais teria sido contratada pelos referidos municípios.

Sendo assim, determino:

a) a expedição de ofício à Receita Federal em João Pessoa/PB, solicitando-lhe que nos informe se, em razão das constatações alcançadas na Representação Fiscal para Fins Penais nº 14751.000046/2010-21, teria havido constituição de crédito tributário contra a empresa J. R. PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. (CNPJ nº 04.828.552/0001-43) e/ou contra as pessoas físicas de JURANDIR RONALDO DA SILVA (CPF nº 618.309.924-49), ADELAIDO MARCELINO PEREIRA (CPF nº 160.458.074-72), SAULO JOSÉ DE LIMA (CPF nº 078.530.504-10) e JOSÉ ROBERTO MARCELINO PEREIRA (CPF nº 568.300.504-30), os quais se constatou que seriam responsáveis de fato pela mesma;

b) a expedição de ofício à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego na Paraíba (SRTE/PB - Praça Venâncio Neiva, nº 11, Centro, João Pessoa/PB, CEP 58011-020), solicitando do seu Superintendente que nos informe, em 10 dias, se havia funcionários registrados em nome da empresa J. R. PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. (CNPJ nº 04.828.552/0001-43) nos anos de 2002 a 2007, enviando-nos, se afirmativo, a respectiva relação;

c) quanto ao Contrato de Repasse nº 0159497-45 (SIAFI nº 492665), firmado entre o Município de Alagoa Grande/PB e a União/Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal em 22/12/2003, no valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), destinado à implantação ou melhoria de infra-estrutura urbana e equipamentos comunitários:

- expeça-se ofício ao Secretário Executivo do Ministério das Cidades, Sr. Rodrigo José Pereira-Leite Figueiredo (Setor de Autarquias Sul, Quadra 01, lote 01/06, bloco "H", Ed. Telemundi II, 12º Andar, Brasília/DF, CEP 700700-10), solicitando-lhe que nos informe, em 10 dias, se foram prestadas contas e, se afirmativo, se as mesmas foram aprovadas, encaminhando-nos, em qualquer caso, cópia da respectiva prestação;

- requisite-se do Gerente da agência da Caixa Econômica Federal de Areia/PB (nº 1100-2, Rua Professor Xavier Júnior, nº 265, Areia/PB) que nos remeta, em 10 dias, as cópias microfilmadas dos cheques emitidos contra a conta nº 1320, aberta com a finalidade específica de movimentação dos recursos do convênio;

d) quanto ao Contrato de Repasse nº 0159509-82 (SIAFI nº 492749), firmado entre o Município do Conde e a União/Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal em 24/12/2003, no valor de R$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais), destinado à implantação ou melhoria de infra-estrutura urbana e equipamentos comunitários:

- expeça-se ofício ao Secretário Executivo do Ministério das Cidades, Sr. Rodrigo José Pereira-Leite Figueiredo (Setor de Autarquias Sul, Quadra 01, lote 01/06, bloco "H", Ed. Telemundi II, 12º Andar, Brasília/DF, CEP 700700-10), solicitando-lhe que nos informe, em 10 dias, se foram prestadas contas e, se afirmativo, se as mesmas foram aprovadas, encaminhando-nos, em qualquer caso, cópia da respectiva prestação;

- requisite-se do Gerente da agência da Caixa Econômica Federal de Cruz das Armas, João Pessoa/PB (nº 1033-2, Av. Cruz das Armas, nº 516, João Pessoa/PB) que nos remeta, em 10 dias, as cópias microfilmadas dos cheques emitidos contra a conta nº 3087, aberta com a finalidade específica de movimentação dos recursos do convênio;

e) quanto ao Convênio nº EP 1359/03 (SIAFI nº 489107), firmado entre o Município de Ingá e a União/Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde em 22/12/2003, no valor de R$ 99.629,64 (noventa e nove mil, seiscentos e vinte e nove reais e sessenta e quatro centavos), destinado a "ações de saneamento básico", expeça-se ofício à Secretária Executiva do Ministério da Saúde, Dra. Márcia Bassit Lameiro da Costa Mazzoli (Esplanada dos Ministérios, Bl. "G", 3º andar, sala 305, Brasília-DF, CEP 70058-900), solicitando-lhe que nos informe, em 10 dias, se foram prestadas contas e, se afirmativo, se as mesmas foram aprovadas, encaminhando-nos, em qualquer caso, cópia da respectiva prestação;

f) quanto ao Convênio nº 1216/02 (SIAFI nº 475933), firmado entre o Município de Salgadinho/PB e a União/Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde em 17/12/2002, no valor de R$ 149.985,00 (cento e quarenta e nove mil, novecentos e oitenta e cinco mil reais), destinado à "execução de sistema de abastecimento de água":

- expeça-se ofício à Secretária Executiva do Ministério da Saúde, Dra. Márcia Bassit Lameiro da Costa Mazzoli (Esplanada dos Ministérios, Bl. "G", 3º andar, sala 305, Brasília-DF, CEP 70058-900), solicitando-lhe que nos informe, em 10 dias, se foram prestadas contas e, se afirmativo, se as mesmas foram aprovadas, encaminhando-nos, em qualquer caso, cópia da respectiva prestação;

- requisite-se do Gerente da agência do Banco do Brasil de Taperoá/PB (nº 991-1, Rua Epitácio Pessoa, nº 56, Centro, Taperoá/PB) que nos remeta, em 10 dias, as cópias microfilmadas dos cheques emitidos contra a conta nº 9.950-3, aberta com a finalidade específica de movimentação dos recursos do convênio;

g) quanto ao Contrato de Repasse nº 0147576-52 (SIAFI nº 468922), firmado entre o Município de Solânea e a União/Ministério dos Esportes/Caixa Econômica Federal em 26/11/2002, no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), destinado à "implantação de infra-estrutura esportiva em comunidades carentes", expeça-se ofício ao Secretário Executivo do Ministério dos Esportes, Sr. Waldemar Manoel Silva de Souza (Esplanada dos Ministérios, Bl. "A", Brasília-DF, CEP 70054-906), solicitando-lhe que nos informe, em 10 dias, se foram prestadas contas e, se afirmativo, se as mesmas foram aprovadas, encaminhando-nos, em qualquer caso, cópia da respectiva prestação.

Junte-se aos autos os documentos que ora apresento.

Voltem-me os autos sempre que quaisquer das informações solicitadas aportarem nesta Procuradoria e forem a ele juntadas."

Pois bem. Da análise das respostas enviadas a este Órgão Ministerial, verifico que:

a) a Receita Federal em João Pessoa/PB, por meio do ofício de fl. 619 (Volume III), enviou a Representação Fiscal para Fins Penais nº 14751.000045/2010-86, que retrata crimes contra a ordem tributária praticado pelos responsáveis de fato pela empresa J. R. PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. (CNPJ nº 04.828.552/0001-43), estando hospedada nos Anexos I, II e III;

b) a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego na Paraíba, por meio do ofício de fl. 659/666 (Volume III), que a empresa J. R. PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. (CNPJ nº 04.828.552/0001-43) possuía 14 empregados no ano de 2002, 06 em 2003 e nenhum entre 2004 a 2007;

c) sobre o Contrato de Repasse nº 0159497-45 (SIAFI nº 492665), firmado entre o Município de Alagoa Grande/PB e a União/Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal em 22/12/2003, no valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), destinado à implantação ou melhoria de infra-estrutura urbana e equipamentos comunitários:

- a Caixa Econômica Federal, por meio do ofício de fl. 554, encaminhou-nos os documentos de fls. 555/588;

- o Gerente da agência da Caixa Econômica Federal de Areia/PB, por meio do ofício de fl. 669, nos remeteu as cópias microfilmadas dos cheques emitidos contra a conta nº 1320, aberta para a movimentação dos recursos do convênio (fls. 670/688, Volume III, e fls. 689/820, Volume IV);

d) quanto ao Contrato de Repasse nº 0159509-82 (SIAFI nº 492749), firmado entre o Município do Conde e a União/Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal em 24/12/2003, no valor de R$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais), destinado à implantação ou melhoria de infra-estrutura urbana e equipamentos comunitários:

- a Caixa Econômica Federal, por meio do ofício de fl. 589, encaminhou-nos os documentos de fls. 590/618;

- o Gerente da agência da Caixa Econômica Federal de Cruz das Armas, João Pessoa/PB (nº 1033-2, Av. Cruz das Armas, nº 516, João Pessoa/PB), não nos remeteu as cópias microfilmadas dos cheques emitidos contra a conta nº 3087, aberta com a finalidade específica de movimentação dos recursos do convênio;

e) quanto ao Convênio nº EP 1359/03 (SIAFI nº 489107), firmado entre o Município de Ingá e a União/Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde em 22/12/2003, no valor de R$ 99.629,64 (noventa e nove mil, seiscentos e vinte e nove reais e sessenta e quatro centavos), destinado a "ações de saneamento básico", a Procuradoria Federal Especializada da FUNASA, por meio do ofício de fl. 631, encaminhou-nos os documentos de fls. 632/641 e 656;

f) quanto ao Convênio nº 1216/02 (SIAFI nº 475933), firmado entre o Município de Salgadinho/PB e a União/Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde em 17/12/2002, no valor de R$ 149.985,00 (cento e quarenta e nove mil, novecentos e oitenta e cinco mil reais), destinado à "execução de sistema de abastecimento de água":

- a Procuradoria Federal Especializada da FUNASA, por meio do ofício de fl. 631, encaminhou-nos os documentos de fls. 642/654 e 657/658;

- o Gerente da agência do Banco do Brasil de Taperoá/PB, por meio do ofício de fl. 667, nos remeteu as cópias microfilmadas dos cheques emitidos contra a conta nº 9.950-3, aberta com a finalidade específica de movimentação dos recursos do convênio (fls. 668/668-C);

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

g) quanto ao Contrato de Repasse nº 0147576-52 (SIAFI nº 468922), firmado entre o Município de Solânea e a União/Ministério dos Esportes/Caixa Econômica Federal em 26/11/2002, no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), destinado à "implantação de infra-estrutura esportiva em comunidades carentes", o Chefe de Gabinete do Secretário Executivo do Ministério dos Esportes, por meio do ofício de fl. 623, encaminhou-nos os documentos de fls. 624/630.

É o relatório. Decido.

Os elementos constantes nos autos, em especial as Representações Fiscais para Fins Penais nº 14751.000046/2010-21 e 14751.000045/2010-86, já permitem o ajuizamento de ação penal por crimes contra a ordem tributária praticados pelos responsáveis de fato pela empresa J. R. PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA.

O mesmo não se pode dizer, todavia, quanto convênios federais mencionados acima, que demandam maiores diligências.

Essa circunstância evidencia a necessidade de desmembramento destes autos, de modo que se possa oferecer a referida ação penal e, simultaneamente, possam ser investigados aqueles convênios.

Quanto a estes últimos, nada obstante, entendo ser impossível desenvolver um bom trabalho de análise, investigação e eventual ajuizamento de ações no bojo de um único procedimento administrativo. Com efeito, cada um dos fatos supostamente ilícitos noticiados, em cada um dos convênios, demanda diligências, exames e providências autônomas. Não há condições de deles se cuidar como se fossem uma coisa só.

Do contrário, a gama imensa de irregularidades noticiadas, das mais variadas espécies, e o calhamaço de documentos a elas relativos - existentes e por serem trazidos aos autos - certamente poderia dificultar a imprescindível delimitação de seu objeto e, consequentemente, a adoção de medidas pormenorizadas.

Mister, portanto, que, a par da extração destes autos dos documentos relativos às Representações Fiscais para Fins Penais nº 14751.000046/2010-21 e 14751.000045/2010-86 - que instruirão a ação penal por crimes contra a ordem tributária praticados pelos responsáveis de fato pela empresa J. R. PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. - fracionemos o objeto restante em 05 (cinco) inquéritos civis públicos, sendo um para cada um dos convênios reportados.

Diante do exposto, determino:

a) extraiam-se 5 cópias dos documentos de fls. 04/35, do Volume I, 537/540 e 659/666 do Volume III e 01/10 do Anexo I;

b) extraiam-se dos autos, fisicamente, os documentos de fls. 04/35 e os que formam dos Anexos I a III, encaminhando-os, em seguida, à Justiça Federal com denúncia que ora apresento;

c) converta-se este procedimento administrativo em inquérito civil público, nos termos do art. 4º, § 4º, da Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, mantida a mesma numeração, passando o seu objeto a ser, única e exclusivamente, o exame das "irregularidades constatadas no Contrato de Repasse nº 0159497-45 (SIAFI nº 492665), firmado entre o Município de Alagoa Grande/PB e a União/Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal em 22/12/2003, no valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), destinado à implantação ou melhoria de infra-estrutura urbana e equipamentos comunitários", devendo as expressões acima negritadas constar em resumo na sua capa e devendo permanecer nestes autos apenas os seguintes documentos:

- como primeira peça, o despacho complementar que ora apresento em separado, seguido do presente despacho para fins de compreensão do porquê das medidas ora determinadas;

- os documentos de fls. 36/167, 554/588, 670/820 e uma das 5 cópias mencionadas na alínea "a";

d) a instauração de um novo inquérito civil público, cujo objeto será, única e exclusivamente, o exame das "irregularidades constatadas no Contrato de Repasse nº 0159509-82 (SIAFI nº 492749), firmado entre o Município do Conde e a União/Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal em 24/12/2003, no valor de R$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais), destinado à implantação ou melhoria de infra-estrutura urbana e equipamentos comunitários", devendo as expressões acima negritadas constar em resumo na sua capa e devendo compor esse inquérito apenas os seguintes documentos:

- como primeira peça, o despacho complementar que ora apresento em separado, seguido do presente despacho para fins de compreensão do porquê das medidas ora determinadas;

- os documentos de fls. 168/260, 589/618 e uma das 5 cópias mencionadas na alínea "a";

e) a instauração de um novo inquérito civil público, cujo objeto será, única e exclusivamente, o exame das "irregularidades constatadas no Convênio nº EP 1359/03 (SIAFI nº 489107), firmado entre o Município de Ingá e a União/Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde em 22/12/2003, no valor de R$ 99.629,64 (noventa e nove mil, seiscentos e vinte e nove reais e sessenta e quatro centavos), destinado a ações de saneamento básico", devendo as expressões acima negritadas constar em resumo na sua capa e devendo compor esse inquérito apenas os seguintes documentos:

- como primeira peça, o despacho complementar que ora apresento em separado, seguido do presente despacho para fins de compreensão do porquê das medidas ora determinadas;

- os documentos de fls. 261/263, 631/641, 656 e uma das 5 cópias mencionadas na alínea "a";

f) a instauração de um novo inquérito civil público, cujo objeto será, única e exclusivamente, o exame das "irregularidades constatadas no Convênio nº 1216/02 (SIAFI nº 475933), firmado entre o Município de Salgadinho/PB e a União/Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde em 17/12/2002, no valor de R$ 149.985,00 (cento e quarenta e nove mil, novecentos e oitenta e cinco mil reais), destinado à "execução de sistema de abastecimento de água", devendo as expressões acima negritadas constar em resumo na sua capa e devendo compor esse inquérito apenas os seguintes documentos:

- como primeira peça, o despacho complementar que ora apresento em separado, seguido do presente despacho para fins de compreensão do porquê das medidas ora determinadas;

- os documentos de 631/654, 657/658, 668/668-C e uma das 5 cópias mencionadas na alínea "a";

g) a instauração de um novo inquérito civil público, cujo objeto será, única e exclusivamente, o exame das "irregularidades constatadas no Contrato de Repasse nº 0147576-52 (SIAFI nº 468922), firmado entre o Município de Solânea e a União/Ministério dos Esportes/Caixa Econômica Federal em 26/11/2002, no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), destinado à implantação de infra-estrutura esportiva em comunidades carentes", devendo as expressões acima negritadas constar em resumo na sua capa e devendo compor esse inquérito apenas os seguintes documentos:

- como primeira peça, o despacho complementar que ora apresento em separado, seguido do presente despacho para fins de compreensão do porquê das medidas ora determinadas;

- os documentos de 365/372, 623/630 e uma das 5 cópias mencionadas na alínea "a".

KLEBER MARTINS DE ARAÚJO
Procurador da República

PORTARIA Nº 135, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2010

Procedimento Administrativo nº 1.24.000.0001948/2010-75

Aos 26 de agosto de 2010, proferi despacho nos seguintes termos:

"Cuida-se da Representação Fiscal para Fins Penais nº 14751.000046/2010-21, por meio da qual a Receita Federal noticiou ao Ministério Público Federal que a empresa J. R. PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. (CNPJ nº 04.828.552/0001-43) teria sido constituída em nome dos "laranjas" Damiana da Silva Andrade (CPF nº 037.749.094-66), Edvaldo Araújo Lima (CPF nº 576.237.084-49) e Paulo Roberto da Silva (CPF nº 008.839.114-00), constando do contrato social, inclusive, informações inverídicas quanto aos endereços destes e falsas assinaturas de supostas testemunhas do ato de constituição da empresa.

Os verdadeiros responsáveis pela condução da empresa seriam JURANDIR RONALDO DA SILVA (CPF nº 618.309.924-49), ADELAIDO MARCELINO PEREIRA (CPF nº 160.458.074-72), SAULO JOSÉ DE LIMA (CPF nº 078.530.504-10) e JOSÉ ROBERTO MARCELINO PEREIRA (CPF nº 568.300.504-30).

Teriam praticado, assim, o crime de falsidade de documento particular, tipificado no art. 298 do Código Penal, e já há elementos suficientes a autorizar o oferecimento de denúncia em virtude desse fato (fls. 05/35, 119/126, 128, 137/145, 148/149, 158, 162, 167, 176, 180, 234/243, 251/260, 291, 300, 307/309, 388/393, 407/408, 423/453, 459/465). Antes disso, todavia, é preciso que se verifique, junto à Receita Federal, se não teria havido constituição de crédito tributário contra a referida empresa ou os responsáveis de fato acima mencionados, uma vez que isso pode ter repercussões na tipificação penal - o crime poderia passar a ser algum dos plasmados na Lei nº 8.137/90.

Ademais, observo que a empresa J. R. PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA., representada por estes últimos, foi contratada por vários municípios paraibanos para realizar obras e/ou fornecer materiais valendo-se de recursos oriundos de convênios federais. Foram eles: a) Alagoa Grande - Contrato de Repasse nº 0159497-45 (SIAFI nº 492665) (fls. 36/167); b) Conde - Contrato de Repasse nº 0159509-82 (SIAFI nº 492749) (fls. 168/260); c) Ingá - "possivelmente" o Convênio nº EP 1359/03 (SIAFI nº 489107) (fls. 261/263); d) SaIgadinho - "possivelmente" o Convênio nº 1216/02 (SIAFI nº 475933) (fls. 264/364); e e) Solânea - Contrato de Repasse nº 0147576-52 (SIAFI nº 468922) (fls. 365/372).

É preciso, assim, que também se investigue se não teria havido malversação de dinheiro público na execução de tais convênios, uma vez que, por ter sido constituída em nome de interpostas pessoas - artifício que, quase que invariavelmente, se presta a ocultar operações escusas através da pessoa jurídica - é possível que a empresa J. R. PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. só existisse no papel, não realizando, por isso, as obras para as quais teria sido contratada pelos referidos municípios.

Sendo assim, determino:

a) a expedição de ofício à Receita Federal em João Pessoa/PB, solicitando-lhe que nos informe se, em razão das constatações alcançadas na Representação Fiscal para Fins Penais nº 14751.000046/2010-21, teria havido constituição de crédito tributário contra a empresa J. R. PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. (CNPJ nº 04.828.552/0001-43) e/ou contra as pessoas físicas de JURANDIR RONALDO DA SILVA (CPF nº 618.309.924-49), ADELAIDO MARCELINO PEREIRA (CPF nº 160.458.074-72), SAULO JOSÉ DE LIMA (CPF nº 078.530.504-10) e JOSÉ ROBERTO MARCELINO PEREIRA (CPF nº 568.300.504-30), os quais se constatou que seriam responsáveis de fato pela mesma;

b) a expedição de ofício à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego na Paraíba (SRTE/PB - Praça Venâncio Neiva, nº 11, Centro, João Pessoa/PB, CEP 58011-020), solicitando do seu Superintendente que nos informe, em 10 dias, se havia funcionários registrados em nome da empresa J. R. PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. (CNPJ nº 04.828.552/0001-43) nos anos de 2002 a 2007, enviando-nos, se afirmativo, a respectiva relação;

c) quanto ao Contrato de Repasse nº 0159497-45 (SIAFI nº 492665), firmado entre o Município de Alagoa Grande/PB e a União/Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal em 22/12/2003, no valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), destinado à implantação ou melhoria de infra-estrutura urbana e equipamentos comunitários:

- expeça-se ofício ao Secretário Executivo do Ministério das Cidades, Sr. Rodrigo José Pereira-Leite Figueiredo (Setor de Autarquias Sul, Quadra 01, lote 01/06, bloco "H", Ed. Telemundi II, 12º Andar, Brasília/DF, CEP 700700-10), solicitando-lhe que nos informe, em 10 dias, se foram prestadas contas e, se afirmativo, se as mesmas foram aprovadas, encaminhando-nos, em qualquer caso, cópia da respectiva prestação;

- requisite-se do Gerente da agência da Caixa Econômica Federal de Areia/PB (nº 1100-2, Rua Professor Xavier Júnior, nº 265, Areia/PB) que nos remeta, em 10 dias, as cópias microfilmadas dos cheques emitidos contra a conta nº 1320, aberta com a finalidade específica de movimentação dos recursos do convênio;

d) quanto ao Contrato de Repasse nº 0159509-82 (SIAFI nº 492749), firmado entre o Município do Conde e a União/Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal em 24/12/2003, no valor de R$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais), destinado à implantação ou melhoria de infra-estrutura urbana e equipamentos comunitários:

- expeça-se ofício ao Secretário Executivo do Ministério das Cidades, Sr. Rodrigo José Pereira-Leite Figueiredo (Setor de Autarquias Sul, Quadra 01, lote 01/06, bloco "H", Ed. Telemundi II, 12º Andar, Brasília/DF, CEP 700700-10), solicitando-lhe que nos informe, em 10 dias, se foram prestadas contas e, se afirmativo, se as mesmas foram aprovadas, encaminhando-nos, em qualquer caso, cópia da respectiva prestação;

- requisite-se do Gerente da agência da Caixa Econômica Federal de Cruz das Armas, João Pessoa/PB (nº 1033-2, Av. Cruz das Armas, nº 516, João Pessoa/PB) que nos remeta, em 10 dias, as cópias microfilmadas dos cheques emitidos contra a conta nº 3087, aberta com a finalidade específica de movimentação dos recursos do convênio;

e) quanto ao Convênio nº EP 1359/03 (SIAFI nº 489107), firmado entre o Município de Ingá e a União/Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde em 22/12/2003, no valor de R$ 99.629,64 (noventa e nove mil, seiscentos e vinte e nove reais e sessenta e quatro centavos), destinado a "ações de saneamento básico", expeça-se ofício à Secretária Executiva do Ministério da Saúde, Dra. Márcia Bassit Lameiro da Costa Mazzoli (Esplanada dos Ministérios, Bl. "G", 3º andar, sala 305, Brasília-DF, CEP 70058-900), solicitando-lhe que nos informe, em 10 dias, se foram prestadas contas e, se afirmativo, se as mesmas foram aprovadas, encaminhando-nos, em qualquer caso, cópia da respectiva prestação;

f) quanto ao Convênio nº 1216/02 (SIAFI nº 475933), firmado entre o Município de Salgadinho/PB e a União/Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde em 17/12/2002, no valor de R$ 149.985,00 (cento e quarenta e nove mil, novecentos e oitenta e cinco mil reais), destinado à "execução de sistema de abastecimento de água":

- expeça-se ofício à Secretária Executiva do Ministério da Saúde, Dra. Márcia Bassit Lameiro da Costa Mazzoli (Esplanada dos Ministérios, Bl. "G", 3º andar, sala 305, Brasília-DF, CEP 70058-900), solicitando-lhe que nos informe, em 10 dias, se foram prestadas contas e, se afirmativo, se as mesmas foram aprovadas, encaminhando-nos, em qualquer caso, cópia da respectiva prestação;

- requisite-se do Gerente da agência do Banco do Brasil de Taperoá/PB (nº 991-1, Rua Epitácio Pessoa, nº 56, Centro, Taperoá/PB) que nos remeta, em 10 dias, as cópias microfilmadas dos cheques emitidos contra a conta nº 9.950-3, aberta com a finalidade específica de movimentação dos recursos do convênio;

g) quanto ao Contrato de Repasse nº 0147576-52 (SIAFI nº 468922), firmado entre o Município de Solânea e a União/Ministério dos Esportes/Caixa Econômica Federal em 26/11/2002, no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), destinado à "implantação de infra-estrutura esportiva em comunidades carentes", expeça-se ofício ao Secretário Executivo do Ministério dos Esportes, Sr. Waldemar Manoel Silva de Souza (Esplanada dos Ministérios, Bl. "A", Brasília-DF, CEP 70054-906), solicitando-lhe que nos informe, em 10 dias, se foram prestadas contas e, se afirmativo, se as mesmas foram aprovadas, encaminhando-nos, em qualquer caso, cópia da respectiva prestação.

Junte-se aos autos os documentos que ora apresento.

Voltem-me os autos sempre que quaisquer das informações solicitadas aportarem nesta Procuradoria e forem a ele juntadas."

Pois bem. Da análise das respostas enviadas a este Órgão Ministerial, verifico que:

a) a Receita Federal em João Pessoa/PB, por meio do ofício de fl. 619 (Volume III), enviou a Representação Fiscal para Fins Penais nº 14751.000045/2010-86, que retrata crimes contra a ordem tributária praticado pelos responsáveis de fato pela empresa J. R. PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. (CNPJ nº 04.828.552/0001-43), estando hospedada nos Anexos I, II e III;

b) a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego na Paraíba, por meio do ofício de fl. 659/666 (Volume III), que a empresa J. R. PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. (CNPJ nº 04.828.552/0001-43) possuía 14 empregados no ano de 2002, 06 em 2003 e nenhum entre 2004 a 2007;

c) sobre o Contrato de Repasse nº 0159497-45 (SIAFI nº 492665), firmado entre o Município de Alagoa Grande/PB e a União/Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal em 22/12/2003, no valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), destinado à implantação ou melhoria de infra-estrutura urbana e equipamentos comunitários:

- a Caixa Econômica Federal, por meio do ofício de fl. 554, encaminhou-nos os documentos de fls. 555/588;

- o Gerente da agência da Caixa Econômica Federal de Areia/PB, por meio do ofício de fl. 669, nos remeteu as cópias microfilmadas dos cheques emitidos contra a conta nº 1320, aberta para a movimentação dos recursos do convênio (fls. 670/688, Volume III, e fls. 689/820, Volume IV);

d) quanto ao Contrato de Repasse nº 0159509-82 (SIAFI nº 492749), firmado entre o Município do Conde e a União/Ministério

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

das Cidades/Caixa Econômica Federal em 24/12/2003, no valor de R$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais), destinado à implantação ou melhoria de infra-estrutura urbana e equipamentos comunitários:

- a Caixa Econômica Federal, por meio do ofício de fl. 589, encaminhou-nos os documentos de fls. 590/618;

- o Gerente da agência da Caixa Econômica Federal de Cruz das Armas, João Pessoa/PB (nº 1033-2, Av. Cruz das Armas, nº 516, João Pessoa/PB), não nos remeteu as cópias microfilmadas dos cheques emitidos contra a conta nº 3087, aberta com a finalidade específica de movimentação dos recursos do convênio;

e) quanto ao Convênio nº EP 1359/03 (SIAFI nº 489107), firmado entre o Município de Ingá e a União/Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde em 22/12/2003, no valor de R$ 99.629,64 (noventa e nove mil, seiscentos e vinte e nove reais e sessenta e quatro centavos), destinado a "ações de saneamento básico", a Procuradoria Federal Especializada da FUNASA, por meio do ofício de fl. 631, encaminhou-nos os documentos de fls. 632/641 e 656;

f) quanto ao Convênio nº 1216/02 (SIAFI nº 475933), firmado entre o Município de Salgadinho/PB e a União/Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde em 17/12/2002, no valor de R$ 149.985,00 (cento e quarenta e nove mil, novecentos e oitenta e cinco mil reais), destinado à "execução de sistema de abastecimento de água":

- a Procuradoria Federal Especializada da FUNASA, por meio do ofício de fl. 631, encaminhou-nos os documentos de fls. 642/654 e 657/658;

- o Gerente da agência do Banco do Brasil de Taperoá/PB, por meio do ofício de fl. 667, nos remeteu as cópias microfilmadas dos cheques emitidos contra a conta nº 9.950-3, aberta com a finalidade específica de movimentação dos recursos do convênio (fls. 668/668-C);

g) quanto ao Contrato de Repasse nº 0147576-52 (SIAFI nº 468922), firmado entre o Município de Solânea e a União/Ministério dos Esportes/Caixa Econômica Federal em 26/11/2002, no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), destinado à "implantação de infra-estrutura esportiva em comunidades carentes", o Chefe de Gabinete do Secretário Executivo do Ministério dos Esportes, por meio do ofício de fl. 623, encaminhou-nos os documentos de fls. 624/630.

É o relatório. Decido.

Os elementos constantes nos autos, em especial as Representações Fiscais para Fins Penais nº 14751.000046/2010-21 e 14751.000045/2010-86, já permitem o ajuizamento de ação penal por crimes contra a ordem tributária praticados pelos responsáveis de fato pela empresa J. R. PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA.

O mesmo não se pode dizer, todavia, quanto convênios federais mencionados acima, que demandam maiores diligências.

Essa circunstância evidencia a necessidade de desmembramento destes autos, de modo que se possa oferecer a referida ação penal e, simultaneamente, possam ser investigados aqueles convênios.

Quanto a estes últimos, nada obstante, entendo ser impossível desenvolver um bom trabalho de análise, investigação e eventual ajuizamento de ações no bojo de um único procedimento administrativo. Com efeito, cada um dos fatos supostamente ilícitos noticiados, em cada um dos convênios, demanda diligências, exames e providências autônomas. Não há condições de deles se cuidar como se fossem uma coisa só.

Do contrário, a gama imensa de irregularidades noticiadas, das mais variadas espécies, e o calhamaço de documentos a elas relativos - existentes e por serem trazidos aos autos - certamente poderia dificultar a imprescindível delimitação de seu objeto e, consequentemente, a adoção de medidas pormenorizadas.

Mister, portanto, que, a par da extração destes autos dos documentos relativos às Representações Fiscais para Fins Penais nº 14751.000046/2010-21 e 14751.000045/2010-86 - que instruirão a ação penal por crimes contra a ordem tributária praticados pelos responsáveis de fato pela empresa J. R. PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. - fracionemos o objeto restante em 05 (cinco) inquéritos civis públicos, sendo um para cada um dos convênios reportados.

Diante do exposto, determino:

a) extraiam-se 5 cópias dos documentos de fls. 04/35, do Volume I, 537/540 e 659/666 do Volume III e 01/10 do Anexo I;

b) extraiam-se dos autos, fisicamente, os documentos de fls. 04/35 e os que formam dos Anexos I a III, encaminhando-os, em seguida, à Justiça Federal com denúncia que ora apresento;

c) converta-se este procedimento administrativo em inquérito civil público, nos termos do art. 4º, § 4º, da Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, mantida a mesma numeração, passando o seu objeto a ser, única e exclusivamente, o exame das "irregularidades constatadas no Contrato de Repasse nº 0159497-45 (SIAFI nº 492665), firmado entre o Município de Alagoa Grande/PB e a União/Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal em 22/12/2003, no valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), destinado à implantação ou melhoria de infra-estrutura urbana e equipamentos comunitários", devendo as expressões acima negritadas constar em resumo na sua capa e devendo permanecer nestes autos apenas os seguintes documentos:

- como primeira peça, o despacho complementar que ora apresento em separado, seguido do presente despacho para fins de compreensão do porquê das medidas ora determinadas;

- os documentos de fls. 36/167, 554/588, 670/820 e uma das 5 cópias mencionadas na alínea "a";

d) a instauração de um novo inquérito civil público, cujo objeto será, única e exclusivamente, o exame das "irregularidades constatadas no Contrato de Repasse nº 0159509-82 (SIAFI nº 492749), firmado entre o Município do Conde e a União/Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal em 24/12/2003, no valor de R$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais), destinado à implantação ou melhoria de infra-estrutura urbana e equipamentos comunitários", devendo as expressões acima negritadas constar em resumo na sua capa e devendo compor esse inquérito apenas os seguintes documentos:

- como primeira peça, o despacho complementar que ora apresento em separado, seguido do presente despacho para fins de compreensão do porquê das medidas ora determinadas;

- os documentos de fls. 168/260, 589/618 e uma das 5 cópias mencionadas na alínea "a";

e) a instauração de um novo inquérito civil público, cujo objeto será, única e exclusivamente, o exame das "irregularidades constatadas no Convênio nº EP 1359/03 (SIAFI nº 489107), firmado entre o Município de Ingá e a União/Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde em 22/12/2003, no valor de R$ 99.629,64 (noventa e nove mil, seiscentos e vinte e nove reais e sessenta e quatro centavos), destinado a ações de saneamento básico", devendo as expressões acima negritadas constar em resumo na sua capa e devendo compor esse inquérito apenas os seguintes documentos:

- como primeira peça, o despacho complementar que ora apresento em separado, seguido do presente despacho para fins de compreensão do porquê das medidas ora determinadas;

- os documentos de fls. 261/263, 631/641, 656 e uma das 5 cópias mencionadas na alínea "a";

f) a instauração de um novo inquérito civil público, cujo objeto será, única e exclusivamente, o exame das "irregularidades constatadas no Convênio nº 1216/02 (SIAFI nº 475933), firmado entre o Município de Salgadinho/PB e a União/Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde em 17/12/2002, no valor de R$ 149.985,00 (cento e quarenta e nove mil, novecentos e oitenta e cinco mil reais), destinado à "execução de sistema de abastecimento de água", devendo as expressões acima negritadas constar em resumo na sua capa e devendo compor esse inquérito apenas os seguintes documentos:

- como primeira peça, o despacho complementar que ora apresento em separado, seguido do presente despacho para fins de compreensão do porquê das medidas ora determinadas;

- os documentos de 631/654, 657/658, 668/668-C e uma das 5 cópias mencionadas na alínea "a";

g) a instauração de um novo inquérito civil público, cujo objeto será, única e exclusivamente, o exame das "irregularidades constatadas no Contrato de Repasse nº 0147576-52 (SIAFI nº 468922), firmado entre o Município de Solânea e a União/Ministério dos Esportes/Caixa Econômica Federal em 26/11/2002, no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), destinado à implantação de infra-estrutura esportiva em comunidades carentes", devendo as expressões acima negritadas constar em resumo na sua capa e devendo compor esse inquérito apenas os seguintes documentos:

- como primeira peça, o despacho complementar que ora apresento em separado, seguido do presente despacho para fins de compreensão do porquê das medidas ora determinadas;

- os documentos de 365/372, 623/630 e uma das 5 cópias mencionadas na alínea "a".

KLEBER MARTINS DE ARAÚJO
Procurador da República

PORTARIA Nº 136, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2010

Procedimento Administrativo nº 1.24.000.0001950/2010-44

Aos 26 de agosto de 2010, proferi despacho nos seguintes termos:

"Cuida-se da Representação Fiscal para Fins Penais nº 14751.000046/2010-21, por meio da qual a Receita Federal noticiou ao Ministério Público Federal que a empresa J. R. PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. (CNPJ nº 04.828.552/0001-43) teria sido constituída em nome dos "laranjas" Damiana da Silva Andrade (CPF nº 037.749.094-66), Edvaldo Araújo Lima (CPF nº 576.237.084-49) e Paulo Roberto da Silva (CPF nº 008.839.114-00), constando do contrato social, inclusive, informações inverídicas quanto aos endereços destes e falsas assinaturas de supostas testemunhas do ato de constituição da empresa.

Os verdadeiros responsáveis pela condução da empresa seriam JURANDIR RONALDO DA SILVA (CPF nº 618.309.924-49), ADELAIDO MARCELINO PEREIRA (CPF nº 160.458.074-72), SAULO JOSÉ DE LIMA (CPF nº 078.530.504-10) e JOSÉ ROBERTO MARCELINO PEREIRA (CPF nº 568.300.504-30).

Teriam praticado, assim, o crime de falsidade de documento particular, tipificado no art. 298 do Código Penal, e já há elementos suficientes a autorizar o oferecimento de denúncia em virtude desse fato (fls. 05/35, 119/126, 128, 137/145, 148/149, 158, 162, 167, 176, 180, 234/243, 251/260, 291, 300, 307/309, 388/393, 407/408, 423/453, 459/465). Antes disso, todavia, é preciso que se verifique, junto à Receita Federal, se não teria havido constituição de crédito tributário contra a referida empresa ou os responsáveis de fato acima mencionados, uma vez que isso pode ter repercussões na tipificação penal - o crime poderia passar a ser algum dos plasmados na Lei nº 8.137/90.

Ademais, observo que a empresa J. R. PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA., representada por estes últimos, foi contratada por vários municípios paraibanos para realizar obras e/ou fornecer materiais valendo-se de recursos oriundos de convênios federais. Foram eles: a) Alagoa Grande - Contrato de Repasse nº 0159497-45 (SIAFI nº 492665) (fls. 36/167); b) Conde - Contrato de Repasse nº 0159509-82 (SIAFI nº 492749) (fls. 168/260); c) Ingá - "possivelmente" o Convênio nº EP 1359/03 (SIAFI nº 489107) (fls. 261/263); d) Salgadinho - "possivelmente" o Convênio nº 1216/02 (SIAFI nº 475933) (fls. 264/364); e e) Solânea - Contrato de Repasse nº 0147576-52 (SIAFI nº 468922) (fls. 365/372).

É preciso, assim, que também se investigue se não teria havido malversação de dinheiro público na execução de tais convênios, uma vez que, por ter sido constituída em nome de interpostas pessoas - artifício que, quase que invariavelmente, se presta a ocultar operações escusas através da pessoa jurídica - é possível que a empresa J. R. PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. só existisse no papel, não realizando, por isso, as obras para as quais teria sido contratada pelos referidos municípios.

Sendo assim, determino:

a) a expedição de ofício à Receita Federal em João Pessoa/PB, solicitando-lhe que nos informe se, em razão das constatações alcançadas na Representação Fiscal para Fins Penais nº 14751.000046/2010-21, teria havido constituição de crédito tributário contra a empresa J. R. PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. (CNPJ nº 04.828.552/0001-43) e/ou contra as pessoas físicas de JURANDIR RONALDO DA SILVA (CPF nº 618.309.924-49), ADELAIDO MARCELINO PEREIRA (CPF nº 160.458.074-72), SAULO JOSÉ DE LIMA (CPF nº 078.530.504-10) e JOSÉ ROBERTO MARCELINO PEREIRA (CPF nº 568.300.504-30), os quais se constatou que seriam responsáveis de fato pela mesma;

b) a expedição de ofício à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego na Paraíba (SRTE/PB - Praça Venâncio Neiva, nº 11, Centro, João Pessoa/PB, CEP 58011-020), solicitando do seu Superintendente que nos informe, em 10 dias, se havia funcionários registrados em nome da empresa J. R. PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. (CNPJ nº 04.828.552/0001-43) nos anos de 2002 a 2007, enviando-nos, se afirmativo, a respectiva relação;

c) quanto ao Contrato de Repasse nº 0159497-45 (SIAFI nº 492665), firmado entre o Município de Alagoa Grande/PB e a União/Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal em 22/12/2003, no valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), destinado à implantação ou melhoria de infra-estrutura urbana e equipamentos comunitários:

- expeça-se ofício ao Secretário Executivo do Ministério das Cidades, Sr. Rodrigo José Pereira-Leite Figueiredo (Setor de Autarquias Sul, Quadra 01, lote 01/06, bloco "H", Ed. Telemundi II, 12º Andar, Brasília/DF, CEP 700700-10), solicitando-lhe que nos informe, em 10 dias, se foram prestadas contas e, se afirmativo, se as mesmas foram aprovadas, encaminhando-nos, em qualquer caso, cópia da respectiva prestação;

- requisite-se do Gerente da agência da Caixa Econômica Federal de Areia/PB (nº 1100-2, Rua Professor Xavier Júnior, nº 265, Areia/PB) que nos remeta, em 10 dias, as cópias microfilmadas dos cheques emitidos contra a conta nº 1320, aberta com a finalidade específica de movimentação dos recursos do convênio;

d) quanto ao Contrato de Repasse nº 0159509-82 (SIAFI nº 492749), firmado entre o Município do Conde e a União/Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal em 24/12/2003, no valor de R$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais), destinado à implantação ou melhoria de infra-estrutura urbana e equipamentos comunitários:

- expeça-se ofício ao Secretário Executivo do Ministério das Cidades, Sr. Rodrigo José Pereira-Leite Figueiredo (Setor de Autarquias Sul, Quadra 01, lote 01/06, bloco "H", Ed. Telemundi II, 12º Andar, Brasília/DF, CEP 700700-10), solicitando-lhe que nos informe, em 10 dias, se foram prestadas contas e, se afirmativo, se as mesmas foram aprovadas, encaminhando-nos, em qualquer caso, cópia da respectiva prestação;

- requisite-se do Gerente da agência da Caixa Econômica Federal de Cruz das Armas, João Pessoa/PB (nº 1033-2, Av. Cruz das Armas, nº 516, João Pessoa/PB) que nos remeta, em 10 dias, as cópias microfilmadas dos cheques emitidos contra a conta nº 3087, aberta com a finalidade específica de movimentação dos recursos do convênio;

e) quanto ao Convênio nº EP 1359/03 (SIAFI nº 489107), firmado entre o Município de Ingá e a União/Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde em 22/12/2003, no valor de R$ 99.629,64 (noventa e nove mil, seiscentos e vinte e nove reais e sessenta e quatro centavos), destinado a "ações de saneamento básico", expeça-se ofício à Secretária Executiva do Ministério da Saúde, Dra. Márcia Bassit Lameiro da Costa Mazzoli (Esplanada dos Ministérios, Bl. "G", 3º andar, sala 305, Brasília-DF, CEP 70058-900), solicitando-lhe que nos informe, em 10 dias, se foram prestadas contas e, se afirmativo, se as mesmas foram aprovadas, encaminhando-nos, em qualquer caso, cópia da respectiva prestação;

f) quanto ao Convênio nº 1216/02 (SIAFI nº 475933), firmado entre o Município de Salgadinho/PB e a União/Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde em 17/12/2002, no valor de R$ 149.985,00 (cento e quarenta e nove mil, novecentos e oitenta e cinco mil reais), destinado à "execução de sistema de abastecimento de água":

- expeça-se ofício à Secretária Executiva do Ministério da Saúde, Dra. Márcia Bassit Lameiro da Costa Mazzoli (Esplanada dos Ministérios, Bl. "G", 3º andar, sala 305, Brasília-DF, CEP 70058-900), solicitando-lhe que nos informe, em 10 dias, se foram prestadas contas e, se afirmativo, se as mesmas foram aprovadas, encaminhando-nos, em qualquer caso, cópia da respectiva prestação;

- requisite-se do Gerente da agência do Banco do Brasil de Taperoá/PB (nº 991-1, Rua Epitácio Pessoa, nº 56, Centro, Taperoá/PB) que nos remeta, em 10 dias, as cópias microfilmadas dos cheques emitidos contra a conta nº 9.950-3, aberta com a finalidade específica de movimentação dos recursos do convênio;

g) quanto ao Contrato de Repasse nº 0147576-52 (SIAFI nº 468922), firmado entre o Município de Solânea e a União/Ministério dos Esportes/Caixa Econômica Federal em 26/11/2002, no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), destinado à "implantação de infra-estrutura esportiva em comunidades carentes", expeça-se ofício ao Secretário Executivo do Ministério dos Esportes, Sr. Waldemar Manoel Silva de Souza (Esplanada dos Ministérios, Bl. "A", Brasília-DF, CEP 70054-906), solicitando-lhe que nos informe, em 10 dias, se foram prestadas contas e, se afirmativo, se as mesmas foram aprovadas, encaminhando-nos, em qualquer caso, cópia da respectiva prestação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Junte-se aos autos os documentos que ora apresento.

Voltem-me os autos sempre que quaisquer das informações solicitadas aportarem nesta Procuradoria e forem a ele juntadas."

Pois bem. Da análise das respostas enviadas a este Órgão Ministerial, verifico que:

a) a Receita Federal em João Pessoa/PB, por meio do ofício de fl. 619 (Volume III), enviou a Representação Fiscal para Fins Penais nº 14751.000045/2010-86, que retrata crimes contra a ordem tributária praticado pelos responsáveis de fato pela empresa J. R. PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. (CNPJ nº 04.828.552/0001-43), estando hospedada nos Anexos I, II e III;

b) a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego na Paraíba, por meio do ofício de fl. 659/666 (Volume III), que a empresa J. R. PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. (CNPJ nº 04.828.552/0001-43) possuía 14 empregados no ano de 2002, 06 em 2003 e nenhum entre 2004 a 2007;

c) sobre o Contrato de Repasse nº 0159497-45 (SIAFI nº 492665), firmado entre o Município de Alagoa Grande/PB e a União/Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal em 22/12/2003, no valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), destinado à implantação ou melhoria de infra-estrutura urbana e equipamentos comunitários:

- a Caixa Econômica Federal, por meio do ofício de fl. 554, encaminhou-nos os documentos de fls. 555/588;

- o Gerente da agência da Caixa Econômica Federal de Areia/PB, por meio do ofício de fl. 669, nos remeteu as cópias microfilmadas dos cheques emitidos contra a conta nº 1320, aberta para a movimentação dos recursos do convênio (fls. 670/688, Volume III, e fls. 689/820, Volume IV);

d) quanto ao Contrato de Repasse nº 0159509-82 (SIAFI nº 492749), firmado entre o Município do Conde e a União/Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal em 24/12/2003, no valor de R$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais), destinado à implantação ou melhoria de infra-estrutura urbana e equipamentos comunitários:

- a Caixa Econômica Federal, por meio do ofício de fl. 589, encaminhou-nos os documentos de fls. 590/618;

- o Gerente da agência da Caixa Econômica Federal de Cruz das Armas, João Pessoa/PB (nº 1033-2, Av. Cruz das Armas, nº 516, João Pessoa/PB), não nos remeteu as cópias microfilmadas dos cheques emitidos contra a conta nº 3087, aberta com a finalidade específica de movimentação dos recursos do convênio;

e) quanto ao Convênio nº EP 1359/03 (SIAFI nº 489107), firmado entre o Município de Ingá e a União/Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde em 22/12/2003, no valor de R$ 99.629,64 (noventa e nove mil, seiscentos e vinte e nove reais e sessenta e quatro centavos), destinado a "ações de saneamento básico", a Procuradoria Federal Especializada da FUNASA, por meio do ofício de fl. 631, encaminhou-nos os documentos de fls. 632/641 e 656;

f) quanto ao Convênio nº 1216/02 (SIAFI nº 475933), firmado entre o Município de Salgadinho/PB e a União/Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde em 17/12/2002, no valor de R$ 149.985,00 (cento e quarenta e nove mil, novecentos e oitenta e cinco mil reais), destinado à "execução de sistema de abastecimento de água":

- a Procuradoria Federal Especializada da FUNASA, por meio do ofício de fl. 631, encaminhou-nos os documentos de fls. 642/654 e 657/658;

- o Gerente da agência do Banco do Brasil de Taperoá/PB, por meio do ofício de fl. 667, nos remeteu as cópias microfilmadas dos cheques emitidos contra a conta nº 9.950-3, aberta com a finalidade específica de movimentação dos recursos do convênio (fls. 668/668-C);

g) quanto ao Contrato de Repasse nº 0147576-52 (SIAFI nº 468922), firmado entre o Município de Solânea e a União/Ministério dos Esportes/Caixa Econômica Federal em 26/11/2002, no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), destinado à "implantação de infra-estrutura esportiva em comunidades carentes", o Chefe de Gabinete do Secretário Executivo do Ministério dos Esportes, por meio do ofício de fl. 623, encaminhou-nos os documentos de fls. 624/630.

É o relatório. Decido.

Os elementos constantes nos autos, em especial as Representações Fiscais para Fins Penais nº 14751.000046/2010-21 e 14751.000045/2010-86, já permitem o ajuizamento de ação penal por crimes contra a ordem tributária praticados pelos responsáveis de fato pela empresa J. R. PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA.

O mesmo não se pode dizer, todavia, quanto convênios federais mencionados acima, que demandam maiores diligências.

Essa circunstância evidencia a necessidade de desmembramento destes autos, de modo que se possa oferecer a referida ação penal e, simultaneamente, possam ser investigados aqueles convênios.

Quanto a estes últimos, nada obstante, entendo ser impossível desenvolver um bom trabalho de análise, investigação e eventual ajuizamento de ações no bojo de um único procedimento administrativo. Com efeito, cada um dos fatos supostamente ilícitos noticiados, em cada um dos convênios, demanda diligências, exames e providências autônomas. Não há condições de deles se cuidar como se fossem uma coisa só.

Do contrário, a gama imensa de irregularidades noticiadas, das mais variadas espécies, e o calhamaço de documentos a elas relativos - existentes e por serem trazidos aos autos - certamente poderia dificultar a imprescindível delimitação de seu objeto e, consequentemente, a adoção de medidas pormenorizadas.

Mister, portanto, que, a par da extração destes autos dos documentos relativos às Representações Fiscais para Fins Penais nº 14751.000046/2010-21 e 14751.000045/2010-86 - que instruirão a ação penal por crimes contra a ordem tributária praticados pelos responsáveis de fato pela empresa J. R. PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. - fracionemos o objeto restante em 05 (cinco) inquéritos civis públicos, sendo um para cada um dos convênios reportados.

Diante do exposto, determino:

a) extraiam-se 5 cópias dos documentos de fls. 04/35, do Volume I, 537/540 e 659/666 do Volume III e 01/10 do Anexo I;

b) extraiam-se dos autos, fisicamente, os documentos de fls. 04/35 e os que formam dos Anexos I a III, encaminhando-os, em seguida, à Justiça Federal com denúncia que ora apresento;

c) converta-se este procedimento administrativo em inquérito civil público, nos termos do art. 4º, § 4º, da Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, mantida a mesma numeração, passando o seu objeto a ser, única e exclusivamente, o exame das "irregularidades constatadas no Contrato de Repasse nº 0159497-45 (SIAFI nº 492665), firmado entre o Município de Alagoa Grande/PB e a União/Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal em 22/12/2003, no valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), destinado à implantação ou melhoria de infra-estrutura urbana e equipamentos comunitários", devendo as expressões acima negritadas constar em resumo na sua capa e devendo permanecer nestes autos apenas os seguintes documentos:

- como primeira peça, o despacho complementar que ora apresento em separado, seguido do presente despacho para fins de compreensão do porquê das medidas ora determinadas;

- os documentos de fls. 36/167, 554/588, 670/820 e uma das 5 cópias mencionadas na alínea "a";

d) a instauração de um novo inquérito civil público, cujo objeto será, única e exclusivamente, o exame das "irregularidades constatadas no Contrato de Repasse nº 0159509-82 (SIAFI nº 492749), firmado entre o Município do Conde e a União/Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal em 24/12/2003, no valor de R$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais), destinado à implantação ou melhoria de infra-estrutura urbana e equipamentos comunitários", devendo as expressões acima negritadas constar em resumo na sua capa e devendo compor esse inquérito apenas os seguintes documentos:

- como primeira peça, o despacho complementar que ora apresento em separado, seguido do presente despacho para fins de compreensão do porquê das medidas ora determinadas;

- os documentos de fls. 168/260, 589/618 e uma das 5 cópias mencionadas na alínea "a";

e) a instauração de um novo inquérito civil público, cujo objeto será, única e exclusivamente, o exame das "irregularidades constatadas no Convênio nº EP 1359/03 (SIAFI nº 489107), firmado entre o Município de Ingá e a União/Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde em 22/12/2003, no valor de R$ 99.629,64 (noventa e nove mil, seiscentos e vinte e nove reais e sessenta e quatro centavos), destinado a ações de saneamento básico", devendo as expressões acima negritadas constar em resumo na sua capa e devendo compor esse inquérito apenas os seguintes documentos:

- como primeira peça, o despacho complementar que ora apresento em separado, seguido do presente despacho para fins de compreensão do porquê das medidas ora determinadas;

- os documentos de fls. 261/263, 631/641, 656 e uma das 5 cópias mencionadas na alínea "a";

f) a instauração de um novo inquérito civil público, cujo objeto será, única e exclusivamente, o exame das "irregularidades constatadas no Convênio nº 1216/02 (SIAFI nº 475933), firmado entre o Município de Salgadinho/PB e a União/Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde em 17/12/2002, no valor de R$ 149.985,00 (cento e quarenta e nove mil, novecentos e oitenta e cinco mil reais), destinado à "execução de sistema de abastecimento de água", devendo as expressões acima negritadas constar em resumo na sua capa e devendo compor esse inquérito apenas os seguintes documentos:

- como primeira peça, o despacho complementar que ora apresento em separado, seguido do presente despacho para fins de compreensão do porquê das medidas ora determinadas;

- os documentos de 631/654, 657/658, 668/668-C e uma das 5 cópias mencionadas na alínea "a";

g) a instauração de um novo inquérito civil público, cujo objeto será, única e exclusivamente, o exame das "irregularidades constatadas no Contrato de Repasse nº 0147576-52 (SIAFI nº 468922), firmado entre o Município de Solânea e a União/Ministério dos Esportes/Caixa Econômica Federal em 26/11/2002, no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), destinado à implantação de infra-estrutura esportiva em comunidades carentes", devendo as expressões acima negritadas constar em resumo na sua capa e devendo compor esse inquérito apenas os seguintes documentos:

- como primeira peça, o despacho complementar que ora apresento em separado, seguido do presente despacho para fins de compreensão do porquê das medidas ora determinadas;

- os documentos de 365/372, 623/630 e uma das 5 cópias mencionadas na alínea "a".

KLEBER MARTINS DE ARAÚJO
Procurador da República

PORTARIA Nº 191, DE 10 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador Regional da República que esta subscreve, com lastro nos arts. 127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art. 6º, VII, da Lei Complementar 75/93;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal instaurou o Procedimento Administrativo (PA) nº 0.15.000.001259/2004-87, cujo objeto cinge-se em apurar a ocupação irregular da orla marítima da Praia da Caponga por barraqueiros. Ausência de espaço para banhistas.

CONSIDERANDO que o prazo para encerramento do citado Procedimento Administrativo, de acordo com as normas de regência, já expirou;

CONSIDERANDO a necessidade de continuar nas investigações, com o intuito de carrear aos autos mais elementos de convicção, DETERMINA:

1. Converter o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, mantendo-se sua ementa, número de autuação e o ofício para o qual distribuído.

2. Comunicar o fato à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva.

3. A publicação em meio eletrônico e na imprensa oficial, considerando o disposto nos artigos 4º, VI, parte final, e 7º, §2º, I, da Resolução nº 23 do CNMP, assim como no artigo 16, § 1º, I, da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

4. Que a SOTC anote a vinculação do presente ICP ao PA anterior, para fins de recebimento de ofícios ainda pendentes de resposta.

5. Após, voltem conclusos para deliberações.

FRANCISCO DE ARAÚJO MACEDO FILHO

6ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 2, DE 15 DE MARÇO DE 2011

RICARDO GRALHA MASSIA, Procurador Regional dos Direitos do Cidadão, no uso de suas atribuições legais, contidas, entre outros, nos artigos 127 e 129, da Constituição Federal de 1988, e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93, e

CONSIDERANDO que o Promotor de Justiça no Município de Cruzeiro do Sul/AC, Dr. Rodrigo Fontoura de Carvalho, informou que os índios que habitam naquela região vem enfrentando dificuldades para registrar seus filhos nos registros civis das pessoas naturais, pois que os servidores de cartórios se negam a proceder registros de nascimento com nomes tradicionalmente indígenas, ocasião em que, segundo informou, sugerem sejam feitos os registros com nomes não indígenas;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal elencou em seu artigo 1º, incisos II e III, como princípios fundamentais do Estado Democrático de Direito, a cidadania e a dignidade da pessoa humana;

CONSIDERANDO que são reconhecidos aos índios, nos termos do art. 231 da Constituição Federal, sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, promulga a Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, a qual prevê, em seu artigo 2º, que é dever dos governos promover a plena efetividade dos direitos sociais, econômicos e culturais desses povos, respeitando a sua identidade social e cultural, os seus costumes e tradições, e as suas instituições;

CONSIDERANDO que devem ser incluídas nesta ação medidas que assegurem aos membros dos povos indígenas o gozo, em condições de igualdade, dos direitos e oportunidades que a legislação nacional outorga aos demais membros da população, bem como a plena efetividade dos direitos sociais, econômicos e culturais desses povos, respeitando a sua identidade social e cultural, os seus costumes e tradições, e as suas instituições;

CONSIDERANDO que na aplicação da legislação nacional aos povos indígenas deve-se considerar seu direito consuetudinário e garantir a esses povos o direito de conservar seus costumes e instituições próprias, desde que eles não sejam incompatíveis com os direitos fundamentais definidos pelo sistema jurídico nacional nem com os direitos humanos internacionalmente reconhecidos, conforme expõe o art. 8º do Decreto nº 5.051;

CONSIDERANDO que cumpre à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos do art. 2º, inciso X da Lei 6.001/73 (Estatuto do Índio), a proteção das comunidades indígenas e a preservação dos seus direitos, garantindo aos índios o pleno exercício dos direitos civis e políticos que em face da legislação lhes couberem;

CONSIDERANDO que ao povo indígena é assegurado, no artigo 12 do Estatuto do Índio, o registro de acordo com a legislação comum, dos nascimentos e óbitos, e dos casamentos civis dos índios não integrados, atendidas as peculiaridades de sua condição quanto à qualificação do nome, prenome e filiação.

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público Federal a proteção dos direitos constitucionais (Lei Complementar n. 75/1993, artigo 6º, inciso VII, alínea "c"); relativos às comunidades indígenas, à família, à criança, ao adolescente, ao idoso, às minorias étnicas e ao consumidor;

CONSIDERANDO que as violações descritas acima demandam uma atuação imediata dos órgãos públicos, de modo a evitar que ocorram, no Estado do Acre, fatos dessa natureza; resolve,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Instaurar inquérito civil público visando averiguar e sanar eventuais irregularidades e deficiências nos serviços de registro de nascimento, em particular no que se refere ao registro de índios com nomes tradicionais indígenas

DETERMINANDO:

a) que se inclua em pauta reunião para tratar do tema, juntamente com os representantes das lideranças indígenas, com os delegatários de cartórios na Região do Alto Juruá, com o Diretor do Foro e juízes das Varas Cíveis da Comarca de Cruzeiro do Sul/AC, com o Ministério Público Estadual e órgãos de defesa dos direitos dos índios.

RICARDO GRALHA MASSIA

PORTARIA Nº 5, DE 10 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição Federal, e

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

Considerando, também, ser função institucional do Ministério Público Federal, dentre outras, promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

Considerando que a Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público determina que o procedimento administrativo deverá ser concluído no prazo máximo de 180 dias;

Considerando, por fim, que ainda faltam diligências para compor referido procedimento,

A Procuradoria da República do Município de Concórdia/SC, no uso de suas atribuições legais (arts. 6º, VII, "b" e 7º, ambos da Lei Complementar nº 75/93; arts. 2º, II, 4º, II e 5º, todos da Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal; e art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85), resolve:

CONVOLAR o presente Procedimento Administrativo nº 1.33.002.000155/2009-76 em Inquérito Civil Público, colimando apurar, cabal e celeremente, os fatos, bem assim subsidiar futuras e eventuais medidas judiciais ou extrajudiciais.

NOMEAR a Sra. Cibele Maciel Martins, Técnica Administrativa, matrícula 17.829-2, para funcionar como Secretária, a qual será substituída, em suas ausências, pelos demais servidores que integram a PRM de Concórdia/SC; devendo a secretária e quem a substituir, oportunamente e por termo nos autos, prestar compromisso de bem e fielmente se desvencilhar do encargo.

DETERMINAR, como diligências preliminares, as seguintes:

a) Autuação e registro da presente Portaria de Instauração, no termos da Resolução nº 87/2006, do CSMP;

b) Dê-se ciência da presente instauração, no prazo de 10 (dez) dias à Egrégia 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, encaminhando cópia, por meio eletrônico, da presente Portaria, inclusive para fins do disposto nos arts. 6º e 16, da Resolução nº, 87/2006, do CSMP, procedendo-se a juntada aos autos da comprovação do envio do documento;

c) Outras diligências que se fizerem necessárias.

ANDREI MATTIUZI BALVEDI

PORTARIA Nº 6, DE 4 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

1. Considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

2. Considerando a incumbência prevista no art. 6º, inc. VII, c, e art. 7º, inc. I, da Lei Complementar nº 75/1993;

3. Considerando que da instrução do procedimento administrativo de nº 1.23.001.000011/2010-18 observou-se que o Estado do Pará, a partir da Portaria nº 039/2010-GAB/DIDEM/PC, de 26 de novembro de 2010, começou a aceitar apenas as certidões originais de nascimento e/ou casamento para expedição de carteira de identidades, em detrimento de entendimento anterior de aceitar, também, o RANI - Registro Administrativo de Nascimento Indígena, o que facilitava a obtenção do documento público pelos indígenas;

4. Considerando a necessidade de levantamento, junto à FUNAI, acerca de eventuais outros prejuízos que a autarquia e a comunidade indígena vêm sofrendo para obtenção de registros de nascimento e outros documentos públicos;

5. Considerando que estas informações podem ensejar a adoção de ação civil pública para tutela dos direitos ligados à cultura indígena, cuja defesa constitui uma das atribuições do Ministério Público Federal;

6. Considerando o vencimento do prazo do art. 4º, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o quanto estabelecido no §4º do mesmo artigo;

7. Considerando a necessidade de novas diligências para elucidação dos fatos investigados;

Instaure-se INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO a partir dos documentos que compõem o Procedimento Administrativo nº 1.23.001.000011/2010-18, a fim de se promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanham como inquérito civil.

Determino, ainda, que:

a) seja oficiada as gerências da FUNAI sobre atribuição desta Procuradoria para que informem sobre a expedição do RANI (Registro Administrativo de Nascimento do Índio), indicando quais os procedimentos necessários para sua emissão, quais os locais disponíveis para sua obtenção pelo indígena, quantos registros foram expedidos no último ano, se existe alguma taxa sendo cobrada para tal fim, se existe alguma limitação ou indicação dos possíveis nomes a serem registrados. Solicitar, ainda, que informem sobre a existência de algum tipo de "carteira de identidade indígena", sendo expedida diretamente pela FUNAI. Requerer, por fim, que informem se existe algum registro de reclamação de lideranças indígenas quanto a dificuldades encontradas para a obtenção de registro civil em cartórios do Estado (solicitar que indiquem quais cartórios);

b) dê-se ciência ao antropólogo desta Procuradoria para que verifique eventual reclamação já existente pelas lideranças indígenas, bem como para que nos contatos que tiver com tais líderes busque maiores dados sobre o objeto do presente procedimento;

c) aguarde-se resposta do e-mail expedido ao GT Registro Civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANDRÉ CASAGRANDE RAUPP

PORTARIA Nº 10, DE 10 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

1. Considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

2. Considerando a incumbência prevista no art. 6º, inc. VII, c, e art. 7º, inc. I, da Lei Complementar nº 75/1993;

3. Considerando que os documentos que instruem o procedimento administrativo de nº 1.23.001.000310/2002-34 apontam que a obrigação existente no art. 3º, letra 'e', da Resolução nº 331 do Senado Federal, de 05 de dezembro de 1986, que concedeu o direito real de uso sobre a gleba onde situada o empreendimento de Ferro na Serra dos Carajás, previa uma obrigação do empreendedor, VALE S/A, em "promover amparo das populações indígenas existentes às proximidades da área concedida e na forma do que dispuser convênio com a Fundação Nacional do Índio - FUNAI ou quem suas vezes fizer";

4. Considerando que estudo de influência do empreendimento realizada para concessão de empréstimo junto ao Banco Mundial elencava como comunidades atingidas no Pará as existentes nas TI Sororó, Xicrin, Mãe Maria e Bacajá;

5. Considerando que a VALE possui convênio de amparo junto aos Xicrin e às comunidades da TI Mãe Maria;

6. Considerando que a VALE prestou amparo a TI Sororó, comunidade indígena Suruí, entre 2002 e 2008, a partir do Acordo de Cooperação nº 001/2002, que vigeu durante o ano de 2002, e do Acordo de Cooperação nº 002/2003, cuja vigência abrangeu o período de 2003 à 2008;

7. Considerando que o amparo não foi renovado pela VALE por ter alegado "impossibilidade de proceder com a renovação do acordo em face da conjuntura econômica mundial", em que pese ter continuado a atividade de extração mineral na Serra de Carajás, obtendo lucro com a atividade, e ter permanecido ocupando a terra concedida pela União na Resolução nº 331 de 1986;

8. Considerando que o empreendedor é responsável pelos impactos diretos e indiretos decorrentes da atividade que explora;

9. Considerando que a negativa da VALE em amparar a TI Sororó implica em ofensa à direito coletivo relativo à comunidade indígena Suruí, cuja defesa constitui uma das atribuições do Ministério Público Federal;

10. Considerando o vencimento do prazo do art. 4º, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o quanto estabelecido no §4º do mesmo artigo;

11. Considerando a necessidade de novas diligências para elucidação dos fatos investigados;

Instaure-se INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO a partir dos documentos que compõem o Procedimento Administrativo nº 1.23.001.000310/2002-34, a fim de se promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanham como inquérito civil.

Determino, ainda, que:

a) seja oficiada a FUNAI, setor CGGAM, em Brasília, a fim de que: i. Forneçam relatório indicando os acordos, termos de compromisso e/ou convênios que foram firmados com a VALE S/A em decorrência do dever da empresa estabelecida na Resolução 331 do Senado Federal, de 05 de dezembro de 1986, especificando o objeto pactuado; ii. Informem quais as terras indígenas e comunidades que foram abarcadas pelo Convênio mencionado no art. 3º, letra 'e', dessa Resolução, encaminhando-nos cópia dos primeiros convênios firmados; iii. Esclareçam quais as medidas efetivadas pela FUNAI para continuidade dos Convênios; iv. Apontem quais os amparos que ainda são promovidos pela VALE; v. Especifiquem se a comunidade Suruí, localizada na TI Sororó, está abarcada pela obrigação da VALE, especificando os motivos pelos quais foi incluída ou não nos convênios firmados; vi. Forneçam cópia de estudos antropológicos existentes acerca dos impactos do empreendimento Ferro Carajás e da Estrada de Ferro Carajás sobre as comunidades indígenas do sul do Pará, em especial sobre a Suruí; vii. Informem se há, atualmente, algum convênio ou termo de cooperação firmado com a VALE que beneficie a TI Sororó;

b) oficie-se à VALE S/A, a fim de que: i. Informem quais as medidas que efetivaram especificamente em decorrência da obrigação existente na Resolução 331 do Senado Federal, de 05 de dezembro de 1986, especificamente quanto ao art. 3º, letra 'e'; ii. Forneçam cópia de estudos antropológicos que possuem referente a impactos em terras indígenas decorrentes do Projeto Ferro Carajás e da Estrada de Ferro Carajás; iii. Apontem qual o amparo atualmente desenvolvido para a TI Sororó em decorrência da Resolução retro mencionada; iv. Promovam, em trinta dias, termo de cooperação com a comunidade indígena da TI Sororó, especialmente patrocinando projetos que visem a autossustentabilidade perdida com a pressão social promovida na reserva indígena, ou apresentem, por escrito, em igual prazo, os motivos para não elaboração do termo de cooperação;

c) oficie-se ao Registro de Imóveis de Parauapebas a fim de que forneçam cópia do registro imobiliário da área referida na Resolução 331 do Senado Federal, de 05 de dezembro de 1986, bem como cópia do ato concessivo, que explicitou os direitos e deveres da concessionária, mencionado no art. 3º, caput, do ato normativo.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANDRÉ CASAGRANDE RAUPP

PORTARIA Nº 11, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, representado pela Procuradora da República no Município de Resende /RJ, no cumprimento das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, inciso III, da CRFB, pelo art. 1º, inciso I, c/c art. 8º, § 1º, ambos da Lei nº 7.347/85 e pelo art. 6º, inciso VII, alínea b, c/c art. 7º, inciso I, ambos da Lei Complementar nº 75/93, e

CONSIDERANDO ser o Ministério Público, nos termos do art. 129, inciso III, da CRFB, instituição permanente incumbida de promover o inquérito civil e a ação civil pública para a defesa do patrimônio público e de interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que encontra-se em trâmite no âmbito da Procuradoria da República do Município de Resende/RJ, o Procedimento Administrativo nº 1.30.008.000107/2003-44 (08120.000906/99-38) instaurado objetivando o acompanhamento dos procedimentos cabíveis, na esteira do art. 68 da ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), relativos a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pela "Comunidade Remanescente do Quilombo Santana", localizada no município de Quatis/RJ;

CONSIDERANDO que, com espeque no art. 14, inciso IV, alínea 'c', da Lei nº 9.649/98 (com redação dada pela Medida Provisória nº 2.049-23/00) c/c a Portaria nº 447/99 do Ministério da Cultura e, posteriormente, com base no art. 2º, inciso III, da Lei nº 7.668/88 (com redação dada pela Medida Provisória nº 2.049-26/00) c/c Decreto Federal nº 3.912/01, a FCP (Fundação Cultural Palmares), após o Procedimento Administrativo nº 01420.000102/95-14, concedeu, em 14 de julho de 2000, o Título de Reconhecimento de Domínio nº 013/2000, à "Comunidade Remanescente do Quilombo Santana", com área territorial de aproximadamente 828,12 ha;

CONSIDERANDO que, sobreveio o Decreto Federal nº 4.887/01, transferindo ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) a competência para promover "a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competências concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios", restando a FCP apenas competência "para subsidiar os trabalhos técnicos quando houver contestação ao procedimento de identificação e reconhecimento";

CONSIDERANDO que, à luz da novel legislação e da Recomendação nº 07/2005 do Ministério Público Federal, o INCRA iniciou novo procedimento - autuado sob o nº 54180.001113/2004-12 - visando a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pela "Comunidade Remanescente do Quilombo Santana";

CONSIDERANDO que, segundo última informação do INCRA, "o conjunto Decreto Quilombola, conforme Nota Técnica Conjunta DF/DT/nº 01/08, está na Casa Civil da Presidência da República, com fins de edição do Decreto Presidencial de Interesse Social do território";

CONSIDERANDO que, não obstante a última informação da referida autarquia, há questões não devidamente esclarecidas, verificadas no bojo do Procedimento Administrativo nº 08120.001113/2004-12, mormente a nova delimitação da área territorial da "Comunidade Remanescente do Quilombo Santana" - 722,8845 há -, que é inferior à área anteriormente delimitada pela FCP - cerca de 822,12 ha;

Resolve transformar o PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO nº 1.30.008.000107/2003-44 (08120.000906/99-38) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com a finalidade de acompanhar e apurar eventuais irregularidades no procedimento de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pela "Comunidade Remanescente do Quilombo Santana", localizada no município de Quatis/RJ, na forma do art. 68 da ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias);

Desde já, adotem-se as seguintes providências:

a) Registre-se e autue-se, com a seguinte ementa: "INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO - ÍNDIOS E MINORIAS - ART. 68 DO ADCT - PROCEDIMENTO DE identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dE terras - COMUNIDADE REMANESCENTE DO QUILOMBO SANTANA - QUATIS/RJ";

b) Comunique-se a instauração à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, remetendo-se extrato desta Portaria, e solicitando que providenciem a publicação no Diário Oficial da União;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

c) Publique-se esta Portaria no átrio desta Procuradoria;

d) Oficie-se à Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro requisitando que, no prazo de 10 (dez) dias: a) preste informações atualizadas acerca do andamento do procedimento administrativo nº 54180.001113/2004-12, relativo a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pela "Comunidade Remanescente do Quilombo Santana", localizada no município de Quatis/RJ, mormente se já foi emitido o Decreto Presidencial de Interesse Social do território, bem como se já foi concluido o estudo da cadeia dominial do imóveis inseridos no território a ser titularizado; b) informe se existem (especificando nº do processo e autor) ações judiciais propostas por supostos proprietários/possuidores de imóveis inseridos no território delimitado para a "Comunidade Remanescente do Quilombo Santana", ou outros interessados, contestando as conclusões do procedimento administrativo nº 54180.001113/2004-12 ;

e) Encaminhe-se cópia do Ofício/INCRA/SR-07/G/nº 863/2010 (fls. 1171/1175), ao Núcleo Pericial - Setor de Perícias em Antropologia da PR/RJ solicitando que seja efetuada análise das respostas apresentadas pelo INCRA aos questionamentos levantados no Relatório Informativo nº 016/2009 (fls. 1144/1154). Cópia do Relatório Informativo nº 016/2009 (fls. 1144/1154) e do ofício PRM/RES/GAB/MPOM/598/2010 (fls. 1163/1165) também deverão seguir anexos.

f) Promova-se nova consulta no sítio eletrônico da Justiça Federal acerca do andamento atualizado da Ação Cautelar nº 2008.51.01.028081-6 e de eventuais processos a este vinculados, juntando-se aos autos os respectivos extratos, bem como cópias de eventuais decisões ou manifestações relevantes (no caso de serem processos virtuais).

IZABELLA MARINHO BRANT

PORTARIA Nº 11, DE 10 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

1. Considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

2. Considerando a incumbência prevista no art. 6º, inc. VII, c, e art. 7º, inc. I, da Lei Complementar nº 75/1993;

3. Considerando que os documentos que instruem as peças de informação nº 1.23.001.000007/2008-27 apontam possível invasão de terra indígena Sororó promovida por fazendeiro vizinho à área, que ao marcar os limites da sua fazenda com uma cerca poderia ter adentrado na terra demarcada;

4. Considerando que a FUNAI esteve no local e que a localização da referida cerca foi acordada entre a comunidade indígena e o fazendeiro, sendo que foram extraídos 9 pontos geo-referencias para confirmar se o local da cerca não estava adentrando a área da terra indígena;

5. Considerando que até o presente momento não houve resposta dos ofícios expedidos visando confirmar se os pontos geo-referenciais estão situados na terra indígena, mas em diligência preliminar constatou-se, por cruzamento de dados no sistema Google Earth, que a cerca estaria entre 50 a 70 metros dos limites legais da TI Sororó, adentrando na área protegida;

6. Considerando que tal invasão prejudica os direitos coletivos da comunidade indígena, além de se caracterizar ilícito em prejuízo ao bem da União, bens jurídicos cuja defesa constitui atribuições do Ministério Público Federal;

7. Considerando o vencimento do prazo do art. 4º, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o quanto estabelecido no §4º do mesmo artigo;

8. Considerando a necessidade de novas diligências para elucidação dos fatos investigados;

Instaure-se INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO a partir dos documentos que compõem as peças de informação nº 1.23.001.000007/2008-27, a fim de se promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e as peças de informação que a acompanham como inquérito civil.

Determino, ainda, que:

a) seja oficiado o IMAZON a fim de que informem se os pontos geo-referenciais elencados no ofício da FUNAI (fl. 1) estão localizados dentro da terra indígena, especificando a que distância adentraram na TI Sororó;

b) seja oficiado, nos mesmos termos, à FUNAI;

c) seja oficiado à FUNAI a fim de que identifiquem o proprietário da fazenda SERRA AZUL, de 38 alqueires, encaminhando cópia dos documentos dos autos, a fim de que identifiquem o responsável pela possível invasão da TI Sororó.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANDRÉ CASAGRANDE RAUPP

PORTARIA Nº 12, DE 10 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

1. Considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

2. Considerando a incumbência prevista no art. 6º, inc. VII, c, e art. 7º, inc. I, da Lei Complementar nº 75/1993;

3. Considerando que os documentos que instruem o procedimento administrativo de nº 1.23.001.000048/2006-51 apontam que a Terra Indígena Sororó, localizada em São João do Araguaia/PA, foi demarcada pelo Decreto nº 88.648/1983 com área de 26.257 hectares quando estudos antropológicos realizados ainda em 1987 demonstram que a área tradicionalmente ocupada pelos Suruí-Aikewar era de 50.280 hectares;

4. Considerando que a área de 50.280 hectares foi reconhecida por informação técnica nº 140 da Coordenaria de Terras Indígenas do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), após trabalhos realizados entre os anos de 1985 e 87 que resultou no documento de fl. 35 à 54, bem como mapa de folha 58;

5. Considerando que em 1988 ações do Estado do Pará promoveram ocupação de área que estava sendo objeto de revisão da demarcação;

6. Considerando que em 18.02.1992 a Superintendência de Assuntos Fundiários da FUNAI enviou ofício ao INCRA informando da intenção de rever os limites oficiais da TI Sororó, sendo que mesmo após tal comunicação foram criados Projetos de Assentamentos na área que se pleiteava para a comunidade indígena;

7. Considerando que em 1996 foi realizado novo Grupo de Trabalho pela FUNAI para estabelecer os limites da terra indígena, organizado pela antropóloga IARA FERRAZ, e em 1997 iniciaram-se negociações entre o INCRA e a FUNAI para promover levantamento fundiário da área que era tradicionalmente ocupada pelos Suruí-Aikewar, sendo que até a presente data não houve conclusão dos trabalhos;

8. Considerando que a omissão da FUNAI em promover a revisão da demarcação da TI Sororó implica em ofensa à direito coletivo relativo à comunidade indígena Suruí, cuja defesa constitui uma das atribuições do Ministério Público Federal;

9. Considerando o vencimento do prazo do art. 4º, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o quanto estabelecido no §4º do mesmo artigo;

10. Considerando a necessidade de novas diligências para elucidação dos fatos investigados;

Instaure-se INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO a partir dos documentos que compõem o Procedimento Administrativo nº 1.23.001.000048/2006-51, a fim de se promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanham como inquérito civil.

Determino, ainda, que:

a) seja oficiada a FUNAI, a fim de que: i. Informe sobre a situação atual do processo de revisão dos limites da TI Sororó; ii. Apontem quais foram as últimas diligências empreendidas pelo Órgão a fim de promover a retificação da área reconhecida aos Suruí-Aikewar; iii. Indiquem em quê a atuação do INCRA estaria eventualmente impedindo que a FUNAI promovesse eficazmente os estudos necessários para determinar a área de vivência dos suruí; iv. Forneçam cópia do último estudo antropológico existente na autarquia acerca da real extensão da TI Sororó, fornecendo-nos mapas que apontem a área demarcada oficialmente e a área que a revisão aponta como devida à comunidade indígena; v. Apontem o nome dos integrantes de eventual Grupo de Trabalho em atividade para efetivar estudos na Terra Indígena com fins de revisão territorial; vi. Forneçam cópia do último estudo promovido na área pela antropóloga Iara Ferraz;

b) oficie-se ao INCRA, a fim de que: i. Informem sobre eventuais estudos/trabalhos sendo realizados pela autarquia acerca dos impactos que a revisão da TI Sororó provocará em áreas de projetos de assentamentos; ii. Apontem eventuais grupos de trabalhos que servidores da autarquia integraram juntamente com a FUNAI acerca da revisão territorial da TI Sororó.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANDRÉ CASAGRANDE RAUPP

PORTARIA Nº 13, DE 10 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

1. Considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

2. Considerando a incumbência prevista no art. 6º, inc. VII, c, e art. 7º, inc. I, da Lei Complementar nº 75/1993;

3. Considerando que os documentos que instruem as peças de informação nº 1.23.001.000139/2007-78 apontam deficiências estruturais no imóvel em que é prestado ensino municipal à comunidade indígena Suruí, na TI Sororó, sendo constatado por fotos que banheiros estão inutilizáveis, infiltrações diversas, forro destruído, entre outros;

4. Considerando a necessidade já reconhecida pela Secretaria Estadual de implantar-se na comunidade o ensino médio, a qual informou em 2008 que estaria implantando o referido colégio;

5. Considerando que não há informações atualizadas acerca do ensino da referida Terra Indígena;

6. Considerando que tais irregularidades prejudicam direito coletivo da comunidade indígena, cuja defesa constitui uma das atribuições do Ministério Público Federal;

7. Considerando o vencimento do prazo do art. 4º, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o quanto estabelecido no §4º do mesmo artigo;

8. Considerando a necessidade de novas diligências para elucidação dos fatos investigados;

Instaure-se INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO a partir dos documentos que compõem as peças de informação nº 1.23.001.000139/2007-78, a fim de se promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e as peças de informação que a acompanham como inquérito civil.

Determino, ainda, que:

a) seja oficiado a FUNAI a fim de que preste informação detalhada, com visita na aldeia indígena, do sistema de ensino disponibilizado pelo Município e pelo Estado do Pará aos Suruí, na TI Sororó, informando-nos: i. Sobre a atual situação das escolas lá existentes (com foto, se possível); ii. Se há ensino médio sendo prestado pelo Estado; iii. Se houve reformas pelo Município nos prédios das escolas; iv. O nome do indígena responsável pela escola; v. Se está sendo distribuído merenda escolar para a comunidade e material didático; vi. Quantas pessoas estariam cursando ensino fundamental e médio na comunidade;

b) seja oficiado à Prefeitura de São Geraldo do Araguaia a fim de que informe a atual situação da escola municipal localizada na TI Sororó, ou seja, se está em condições de proporcionar ambiente adequado ao aprendizado, informando-nos o nome dos professores que lá prestam serviços, bem como se está havendo correta distribuição de merenda escolar e de materiais didáticos para os alunos;

c) seja oficiada a Secretaria de Educação do Estado a fim de que informe sobre o oferecimento de ensino médio à comunidade Suruí, na TI Sororó.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANDRÉ CASAGRANDE RAUPP

PORTARIA Nº 14, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2011

Determina a conversão, em Inquérito Civil Público, de feito administrativo no âmbito da PRM Paulo Afonso-BA. Feito Adm. Nº 1.14.006.000003/2009-99

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, da Constituição da República c/c art. 6º, VII e XIV, e 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções nº 87/06-CSMPF e nº 23/07-CNMP, resolve CONVERTER o presente procedimento administrativo (nº 1.14.006.000003/2009-99), que apura as consequências da passagem de linhas de transmissão da CHESF nas terras indígenas Kantaruré e Pankararé, ambas localizadas no município de Glória/BA, em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, ao tempo em que se decide prorrogá-lo por mais 01 (um) ano, tendo em vista a necessidade de continuar a sua instrução.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, consoante determinação do art. 6º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, inclusive para fins de publicação em Diário Oficial.

Percebe-se pelo ofício de fl. 24 que a linha de transmissão da CHESF, de fato, passa por terra indígena no município de Glória/BA. Desta forma é necessário elaboração de estudo que aponte os danos causados pela implantação das linhas de transmissão para que se procedam as tratativas para elaboração de possível Termo de Ajustamento de Conduta - TAC.

Neste contexto, é necessário questionar à FUNAI qual foi o mecanismo para se chegar às indenizações relacionadas no TAC - FULNIÔ (fls. 28/36), com o intuito de requisitar que se elabore estudos do caso em tela, como referenciado no parágrafo anterior. É possível, por exemplo, que a CGPIMA/FUNAI - Coordenação Geral de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente da FUNAI, possa realizar tal estudo.

Outrossim, visando continuar a instrução do presente, determina-se, também, as seguintes providências:

1. Contate-se por telefone ou oficie-se à FUNAI para buscar informações de como se obteve o valor da indenização da servidão administrativa relacionada à linha de transmissão que corta a área indígena Kantaruré e Pankararé, na mesma esteira do ocorrido no Termo de Ajustamento de Conduta celebrando entre a CHESF e a comunidade indígena Fulniô. Prazo: 30 (trinta) dias.

2. Após a resposta ou no decorrer dela, inicie-se a elaboração do Termo de Ajustamento de Conduta nos moldes do celebrando com a comunidade Fulniô e a CHESF;

3. Após a resposta ao item 1 e no decorrer do cumprimento do item 2, agende-se reunião com a CHESF para tratar do Termo de Ajustamento de Condutas sobre as Linhas de Transmissão que passam pelas terras das etnias Kantaruré e Pankararé no município de Glória/BA.

4. Não se conseguindo chegar a um ajustamento de conduta, proceda-se a minuta de ACP nos moldes do processo nº 2007.33.06.001800-7 (cópia da ACP no apenso do ICP nº 1.14.006.000079/2008-33).

Com as respostas, ou esgotado prazo razoável sem elas, façam-me conclusos.

MARCIAL DUARTE COÊLHO
Procurador da República

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 17, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2011

Determina a conversão, em Inquérito Civil Público, de feito administrativo no âmbito da PRM Paulo Afonso-BA. Feito Adm. Nº 1.14.006.000075/2007-74

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, da Constituição da República c/c art. 6º, VII e XIV, e 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções nº 87/06-CSMPF e nº 23/07-CNMP, resolve CONVERTER o presente procedimento administrativo (nº 1.14.006.000075/2007-74), que apura irregularidades na administração regional da FUNAI-Paulo Afonso, denunciadas pelos caciques das tribos Kaimbé, Pankararé, Kantaruré e Kiriri, em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, ao tempo em que decide-se por prorrogá-lo por mais 01 (um) ano, tendo em vista a necessidade de continuar a sua instrução.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, consoante determinação do art. 6º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, inclusive para fins de publicação em Diário Oficial.

Percebe-se que a FUNAI respondeu às fls. 45/99 o ofício nº 129/2007/PRM-PAF, demonstrando como as despesas referente aos Memorandos nº 050/GAB/AER/PAF e nº 316/GAB/AER/PAF ocorreram.

Em relação ao memorando nº 050/GAB/AER/PAF, verifica-se que a servidora Sônia Elizabeth Lima Santana efetivamente foi para evento "promoção das Atividades Tradicionais das Mulheres Indígenas", bem como algumas índias, como se confirma nos recibos de passagem de fls. 60/80. Ademais o valor liberado foi de R$3.545,33 (fls. 47/49) e não R$57.000,00, como é relatado no termo de declarações de fls. 02/03.

No tocante ao memorando nº 316/GAB/AER/PAF o valor repassado foi de R$ 4.160,00 (o solicitado foi R$ 30.000,00) para compra de sementes e serviços técnicos profissionais (fls. 88/89). Deste valor, R$3.930,00 foi gasto com sementes de milho e feijão, conforme se verifica na nota fiscal de fl. 96, o restante do valor R$160,00 foi acrescido a um saldo anterior de R$165,00 perfazendo o valor de R$ 285,00 que foi pago a Aristides Pedro da Silva por serviços técnicos no sistema de irrigação (fl. 98).

Assim apenas resta confirmar se os 30 sacos de feijão e os 46 sacos de milho (fls. 97) foram entregues para os índios Kiriris de Mirandela e Araçás. Outrossim, deve ser apresentado o porquê de apenas ter sido contemplada a comunidade indígena Kiriris, visto que o memorando nº 316/GAB/AER/PAF (fl. 88) trata dos indígenas Kantaruré, Pankararé, Kiriri e Kaimbé/Massacará.

Outrossim, visando continuar a instrução do presente, determina-se, também, as seguintes providências:

1. Oficie-se à FUNAI requisitando os recibos de entrega das sementes referentes ao memo nº 372/GAB/AER-PAF, cópia em anexo. Requisita-se, ainda, informações do porquê apenas foram repassadas as sementes para os indígenas Kiriris de Mirandela e Araçás, visto que o memorando nº 316/GAB/AER/PAF, em anexo trata dos indígenas Kantaruré, Pankararé, Kiriri e Kaimbé/Massacará. Prazo de 30 dias. Encaminhe-se fls. 88, 89 e 97.

2. Oficie-se ao representado, Sr. João Vasconcelos Valadares (ex-administrador regional da FUNAI em Paulo Afonso), encaminhando-lhe cópia das fls. 02 a 39, e abrindo o prazo de 30 (trinta) dias para, se desejar, apresentar defesa em razão dos supostos fatos de improbidade e/ou criminais aos quais foi imputado pelas comunidades indígenas locais. À Secretaria, sugere-se localizar seu endereço atual através da FUNAI local ou mesmo utilizando-se o sistema INFOSEG.

Com as respostas, ou esgotado prazo razoável sem elas, façam-me conclusos.

MARCIAL DUARTE COÊLHO
Procurador da República

PORTARIA Nº 21, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2011

Determina a conversão, em Inquérito Civil Público, de feito administrativo no âmbito da PRM Paulo Afonso-BA. Feito Adm. Nº 2004.1742 - 2004.1495

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, da Constituição da República c/c art. 6º, VII e XIV, e 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções nº 87/06-CSMPF e nº 23/07-CNMP, resolve CONVERTER o presente procedimento administrativo (nº 2004.1742 - 2004.1495), que acompanha as ações do Programa Fome Zero entre os povos indígenas da região de atribuição da PRM/Paulo Afonso, em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, ao tempo em que decide-se por prorrogá-lo por mais 01 (um) ano, tendo em vista a necessidade de continuar a sua instrução.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, consoante determinação do art. 6º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, inclusive para fins de publicação em Diário Oficial.

Trata-se de procedimento de acompanhamento das medidas tomadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome utilizando-se do Programa Fome Zero para melhoria das condições dos índios na região de atribuição da PRM/Paulo Afonso.

Em linhas gerais, como se verifica no procedimento, o Programa Fome Zero entre os Povos Indígenas se baseia em três pilares:

1) Distribuição de Cestas Básicas de Alimentos à população indígena em situação de insegurança alimentar, operacionalizada pela SESAN (Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) em parceria com a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) e FUNAI (Fundação Nacional do Índio), também chamado de Programa de Distribuição Gratuita de Alimentos a Grupos Específicos;

2) Carteira de Projeto ou Carteira Indígena (parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério do Meio Ambiente) que se pauta no financiamento de projetos de organizações indígenas ou indigenistas/socioambientalistas para o desenvolvimento sustentável e a segurança alimentar, com o foco na produção sustentável de alimentos, do agroextrativismo e do artesanato. É operacionalizada pela SESAN (Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional);

3) Programa Bolsa Família para as comunidades indígenas será operacionalizado pela SENARC (Secretaria Nacional de Renda e Cidadania) em conjunto com a FUNASA.

Ainda neste contexto, no documento de fl. 10/12 verifica-se uma ação de qualificação da merenda escolar indígena por meio de parceria entre o MESA (Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome) e o MEC/FNDE.

Desta forma, é necessário oficiar à FUNAI, à FUNASA, à SESAN e à SENARC requisitando informações atualizadas sobre o Programa Fome Zero entre os Povos Indígenas da região de atribuição da PRM/Paulo Afonso.

Outrossim, visando continuar a instrução do presente, determina-se, também, as seguintes providências:

1. Oficie-se à FUNAI requisitando informações atualizadas sobre as comunidades indígenas que estão recebendo cestas de alimentos da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional/SESAN/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDSCF (parceria com a CONAB, Companhia Nacional de Abastecimento e FUNAI) e se estão prestando as devidas informações para a SESAN das comunidades necessitadas. Prazo de 30 dias. Assunto: Programa Fome Zero.

2. Oficie-se à FUNASA (coordenação regional) requisitando informações atualizadas sobre as comunidades indígenas que estão inseridas no Programa Bolsa Família vinculadas à Secretaria Nacional de Renda e Cidadania/SENARC/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDSCF (parceria com a FUNASA) e se estão prestando as devidas informações para a SENARC das comunidades necessitadas. Prazo de 30 dias. Assunto: Programa Fome Zero.

3. Oficie-se à SESAN requisitando informações atualizadas sobre a distribuição de cestas de alimentos e sobre os projetos da carteira indígena (carteira de projetos) para as comunidades indígenas nos municípios de atribuição desta Procuradoria da República no Município de Paulo Afonso, conforme lista dos municípios em anexo. Requisite-se, ainda, informações se ainda continua o convênio entre o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (antigo MESA - Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome) e o MEC/FNDE referente à qualificação da merenda escolar indígena. Prazo de 30 dias. Encaminhe-se a lista dos municípios de atribuição da PRM/Paulo Afonso. Assunto: Programa Fome Zero.

4. Oficie-se à SENARC requisitando informações atualizadas sobre o Programa Bolsa Família para as comunidades indígenas nos municípios de atribuição desta Procuradoria da República no Município de Paulo Afonso, conforme lista dos municípios de atribuição em anexo. Prazo de 30 dias. Encaminhe-se a lista dos municípios de atribuição da PRM/Paulo Afonso. Assunto: Programa Fome Zero.

5. RETIFIQUE-SE os dados cadastrais do presente ICP, para fazer constar:

a) como REQUERIDOS: FUNAI, FUNASA, SESAN E SENARC.

b) como EMENTA: ACOMPANHA AS AÇÕES DO PROGRAMA FOME ZERO ENTRE OS POVOS INDÍGENAS DA REGIÃO DE ATRIBUIÇÃO DA PRM/PAULO AFONSO. DISTRIBUIÇÃO DE CESTAS DE ALIMENTOS, CARTEIRA INDÍGENA, PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E QUALIFICAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR INDÍGENA.

Com as respostas, ou esgotado prazo razoável sem elas, façam-me conclusos.

MARCIAL DUARTE COÊLHO
Procurador da República

PORTARIA Nº 19, DE 4 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por seu Procurador da República infra assinado, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e:

a) considerando as funções institucionais do Ministério Público Federal previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição da República c/c Lei Complementar n. 75/93;

b) considerando que cabe ao Ministério Público Federal instaurar inquérito civil para apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumbam defender (art. 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85 c/c art. 1º da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público);

c) considerando que ainda não houve a conclusão das investigações necessárias ao arquivamento ou à propositura de ação civil pública (art. 4º, §§ 1º e 4º da Resolução n. 106/2010 do Conselho Nacional do Ministério Público);

d) considerando as peças de informação contidas no Procedimento Administrativo n. 1.22.006.000299/2010-18, cujo objeto é a apuração das irregularidades constadas no Relatório de atualização das informações a respeito dos impactos sócio-ambientais causados pela Rio Paracatu Mineração S/A aos quilombolas de São Domingos elaborado pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA/MG, a fim de de tutelar os direitos das Comunidades de Remanescentes de Quilombos;

e) considerando, portanto, que a investigação realizada neste Procedimento Administrativo ainda necessita ser finalizada, de modo a dar cumprimento às atribuições do Parquet; Resolve: converter o PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO CÍVEL, com fundamento nos dispositivos legais referidos, em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com continuidade do objeto em análise.

Diante do exposto, DETERMINO: (a) proceda-se à autuação, no sistema ARP, como Inquérito Civil Público; (b) comunique-se a aludida conversão à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal por correio eletrônico, com cópia desta Portaria para a correspondente publicação em veículo oficial; (c) Após, tornem-se os autos conclusos para análise.

ONÉSIO SOARES AMARAL

PORTARIA Nº 83, DE 14 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República no Estado do Piauí infra assinado, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, com fulcro nos artigos 127 e 129, III da CF/88, bem como as previsões inscritas nos artigos 5º, inciso III, "d" e inciso V, "a", e 6º, VII, b, da Lei Complementar nº 75/93 (Estatuto do Ministério Público da União), e

CONSIDERANDO a insuficiência de elementos que permitam a imediata adoção de qualquer das medidas elencadas no artigo 4º, da Resolução CSMPF nº 87/2006 no âmbito do Procedimento Administrativo nº 1.27.000.001125/2007-32, instaurado a partir de representação da Associação Estadual das Comunidades Quilombolas do Piauí - Quilombos; resolve:

INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL para dar continuidade à apuração relativa ao reconhecimento, demarcação e titulação de terras remanescentes de quilombos das Comunidades de Olho D'Água dos Negros, Macacos, Sítio Velho, Fazenda Nova, Imburana, Morrinhos e Volta de Campo Grande.

Convertam-se os elementos de informação existentes no procedimento administrativo nº 1.27.000.001125/2007-32 em Inquérito Civil Público.

Comunique-se a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão para os fins do artigo 6º da Resolução nº 87/CSMPF.

Encaminhe-se a Portaria para publicação no Diário Oficial, conforme artigo 16, §1º, I da Resolução nº 87/CSMPF.

Dê-se ciência aos demais Procuradores da PR/PI.

Após, conclusos ao meu gabinete.

KELSTON PINHEIRO LAGES

PORTARIA Nº 105, DE 14 DE MARÇO DE 2011

A Procuradoria da República no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão, no exercício de suas funções institucionais e...

Considerando a previsão inserta no art. 129, III, da Constituição da República;

Considerando o que dispõe o art. 6º, VII, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993;

Considerando a incumbência prevista no art. 7º, I, da aludida Lei Complementar;

Considerando que o objeto desta investigação insere-se no rol de atribuições do Ministério Público Federal com atuação no Município de Imperatriz - MA;

Considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17.09.2007, alterada pela Resolução nº 35, de 23.03.2009, ambas editadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;

Considerando o disposto na Resolução nº 87, de 03.08.2006, alterada pela Resolução nº 106, de 06.04.2010, ambas editadas pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF...

Converte o Procedimento Administrativo nº 1.19.001.000183/2007-19 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, e no art. 5º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

1) Descrição resumida dos fatos investigados: Procedimento instaurado em razão de representação formulada pelo Conselho Indigenista Missionário - CIMI, dando conta de elevado número de óbitos, no ano de 2007, entre crianças indígenas da etnia Guajajara, na TI Araribóia.

2) Possível(is) responsável(is) pelo(s) fatos(s) investigado(s): A apurar.

3) Autor(es) da representação: Conselho Indigenista Missionário - CIMI.

Designa, para atuar como secretário do inquérito civil público, o seguinte servidor, desnecessária a colheita de termo de compromisso: Natanne Lira de Morais, Matrícula MPF nº 2155-1.

Estabelece, a título de diligências iniciais: Conclusão dos autos ao gabinete para análise.

Determina a publicação desta Portaria, pelo prazo de 15 (quinze) dias, no mural de avisos da Procuradoria da República no Município de Imperatriz - MA, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, IV, ambos da Resolução CNMP nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, IV, ambos da Resolução CSMPF nº 87/2006.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, § 2º, I e II, ambos da Resolução CNMP nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, § 1º, I, ambos da Resolução CSMPF nº 87/2006.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático, assim como alterada a capa da investigação, para que passe a constar o termo "inquérito civil público".

FLAUBERTH MARTINS ALVES

PORTARIA Nº 164, DE 9 DE MARÇO DE 2011

O Ministério Público Federal, no uso das funções constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e considerando:

a) o rol de atribuições elencadas no artigo 6° da Lei Complementar n° 75/1993;

b)a incumbência prevista no artigo 1°, inciso I, da referida Lei Complementar;

c) o disposto na Resolução n° 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

DETERMINA A CONVERSÃO DOS AUTOS DAS PEÇAS INFORMATIVAS Nº 1.16.000.002998/2010-41 EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO e, ainda, a adoção das seguintes providências:

1 - Registro no sistema Único, adotando-se os seguintes elementos designativos do Inquérito Civil:

ASSUNTO - CRIANÇA XAVANTE. DENÚNCIA ENVIADA POR MARIA ELENIR NEVES COROAIA, REPRESENTANTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA. ÉRICA MARIA PEROIWE TSIHO A AWE, CRIANÇA INDÍGENA DA ALDEIA NOVA DIAMANTINA/MT. INDÍCIOS DE QUE A CRIANÇA SERÁ OFERECIDA COMO SACRIFÍCIO HUMANO POR INTEGRANTES DA ALDEIA.

REPRESENTANTE: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA

REPRESENTADO: A APURAR

2 - a publicação da presente Portaria, na forma estabelecida pela Coordenação Cível desta Procuradoria da República e envio de cópia, via ofício ou via correio eletrônico ("e-mail"), à 6ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MPF.

PETERSON DE PAULA PEREIRA

PORTARIA Nº 167, DE 9 DE MARÇO DE 2011

Procedimento Preparatório nº 1.36.000.000347/2010-24

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República infra-assinado, em exercício no Ofício da Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultura, Índios e Minorias, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e tendo em vista o teor da Resolução CSMPF nº 87/2010 e

Considerando o que consta do procedimento preparatório em epígrafe, instaurado para investigar eventual interferência das mineradoras Itafós Fertilizantes e BUNGE no território quilombola reivindicado pela comunidade "Lagoa da Pedra";

Considerando a confirmação de existência de projeto de Exploração e Beneficiamento de Fosfato na Região de Arraias - TO, sob a responsabilidade da Itafós Mineração Ltda. e a necessidade de análise dos respectivos Estudos de Impacto Ambiental;

Considerando que é atribuição do Ministério Público Federal zelar pela proteção do Patrimônio Cultural e pelos direitos das minorias étnicas, onde se inclui as comunidades quilombolas;

Considerando, ainda, que não há elementos suficientes para permitir a imediata definição quanto à medida a ser adotada; resolve:

1- Instaurar INQUÉRITO CIVIL, tendente a apurar os fatos noticiados, em toda sua extensão, com os seguintes elementos:

REPRESENTANTE: Comunidade Quilombola Lagoa da Pedra;

INTERESSADOS: Itafós Mineração Ltda., INCRA e NATURATINS;

OBJETO: Verificar a regularidade da instalação do Projeto de Exploração e Beneficiamento de Fosfato em Arraias - TO, sob a responsabilidade da Itafós Mineração Ltda.

FUNDAMENTO: Arts 5º, III, c) e d) e 6º, inciso VII, letra c), da Lei Complementar nº 75/93

2- Determinar a realização das seguintes providências:

- Encaminhem-se os autos ao analista perito em antropologia da PR/TO para cumprimento do despacho de f. 37-verso..

3- Encaminhe-se cópia da presente à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF para publicação;

4- Publique-se no mural desta PR/TO.

ÁLVARO LOTUFO MANZANO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIAS REGIONAIS
3ª REGIÃO

PORTARIA Nº 11, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e institucionais conferidas pelos artigos 127 e 129, incisos II e III, da Constituição da República de 1988, pelos artigos 83 e 84, da Lei Complementar n.º 75/1993, pelo art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/1985, e pela Resolução n.º 69/2007 do CSMPT, e

CONSIDERANDO o teor dos fatos relatados no Procedimento Preparatório n.º 000239.2011.03.004/0, instaurado em face de Representação formulada pela Vara do Trabalho de Unaí/MG, tendo como temas: "CTPS e registro de empregados", "FGTS", "Gratificação de Natal", "Jornada de trabalho", "Períodos de repouso" e "Férias", em que se apura possível desrespeito à legislação protetiva do trabalho;

CONSIDERANDO que em função de norma constitucional prevista no art. 129, III, da CR/1988, foi conferido ao Ministério Público a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO ser atribuição do Ministério Público do Trabalho promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos (art. 83, III, da LC n.º 75/93), resolve:

INSTAURAR o INQUÉRITO CIVIL N.° 000239.2010.03.004/0 junto à Procuradoria do Trabalho no Município de Patos de Minas, em face de CLEUZA BRAZ DA SILVA MOURA E CIA LTDA - CASA MOURA, inscrita no CNPJ sob o n.º 71.410.245/0001-35, com endereço na Av. Governador Valadares, n.° 1.000, Bairro Centro, Unaí/MG, CEP 38.610-000, BRAZ E MOURA LTDA - CASA MOURA, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.659.638/0001-90, com endereço na Rua Canabrava, n.° 29, Bairro Centro, Unaí/MG, CEP 38.610-000 com fulcro no art. 129, inciso III, da CR/1988, art. 84 e incisos da Lei Complementar n.º 75/1993, art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/1985 e Resolução n.º 69/2007 do CSMPT, para apuração dos fatos em toda a sua extensão, visando à adoção das medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis à espécie.

PAULO GONÇALVES VELOSO

PORTARIA Nº 12, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e institucionais conferidas pelos artigos 127 e 129, incisos II e III, da Constituição da República de 1988, pelos artigos 83 e 84, da Lei Complementar n.º 75/1993, pelo art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/1985, e pela Resolução n.º 69/2007 do CSMPT, e

CONSIDERANDO o teor dos fatos relatados no Procedimento Preparatório n.º 000209.2011.03.004/8, instaurado em face de Representação formulada pela Vara do Trabalho de Unaí/MG, tendo como temas: "Jornada de trabalho", "Horas excedentes", "Horas extras" e "Salário", em que se apura possível desrespeito à legislação protetiva do trabalho;

CONSIDERANDO que em função de norma constitucional prevista no art. 129, III, da CR/1988, foi conferido ao Ministério Público a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO ser atribuição do Ministério Público do Trabalho promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos (art. 83, III, da LC n.º 75/93), resolve:

INSTAURAR o INQUÉRITO CIVIL N.° 000209.2010.03.004/8 junto à Procuradoria do Trabalho no Município de Patos de Minas, em face de BRAZ E MOURA LTDA - CASA MOURA, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.659.638/0001-90, com endereço na Rua Canabrava, n.° 29, Bairro Centro, Unaí/MG, CEP 38.610-000 com fulcro no art. 129, inciso III, da CR/1988, art. 84 e incisos da Lei Complementar n.º 75/1993, art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/1985 e Resolução n.º 69/2007 do CSMPT, para apuração dos fatos em toda a sua extensão, visando à adoção das medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis à espécie.

PAULO GONÇALVES VELOSO

PORTARIA Nº 13, DE 18 DE MARÇO DE 2011

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e institucionais conferidas pelos artigos 127 e 129, incisos II e III, da Constituição da República de 1988, pelos artigos 83 e 84, da Lei Complementar n.º 75/1993, pelo art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/1985, e pela Resolução n.º 69/2007 do CSMPT, e

CONSIDERANDO o teor dos fatos relatados no Procedimento Preparatório n.º 000202.2010.03.004/3, tendo como temas: "PCMSO", "Jornada de Trabalho", "Hora Noturna", "Adicional Noturno", "Períodos de Repouso" e "Intervalo Intrajornada", em que se apura possível desrespeito à legislação protetiva do trabalho;

CONSIDERANDO que em função de norma constitucional prevista no art. 129, III, da CR/1988, foi conferido ao Ministério Público a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO ser atribuição do Ministério Público do Trabalho promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos (art. 83, III, da LC n.º 75/93), resolve:

INSTAURAR o INQUÉRITO CIVIL N.° 000202.2010.03.004/3 junto à Procuradoria do Trabalho no Município de Patos de Minas, em face de VIAÇÃO CONTINENTAL TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 21.642.756/0001-4, com endereço na Rua Maranhão, n.° 166, Bairro Cônego Getúlio, Patos de Minas/MG, CEP 38.700-204 com fulcro no art. 129, inciso III, da CR/1988, art. 84 e incisos da Lei Complementar n.º 75/1993, art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/1985 e Resolução n.º 69/2007 do CSMPT, para apuração dos fatos em toda a sua extensão, visando à adoção das medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis à espécie.

PAULO GONÇALVES VELOSO

PORTARIA Nº 19, DE 17 DE MARÇO DE 2011

A Procuradora do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e institucionais conferidas pelos artigos 127 e 129, incisos II e III, da Constituição da República de 1988, pelos artigos 83 e 84, da Lei Complementar n.º 75/1993, pelo art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/1985, e pela Resolução n.º 69/2007 do CSMPT, e

CONSIDERANDO o teor dos fatos relatados na Representação n.º 000045.2011.03.010/0, instaurada em face de representação formulada por Paulo José de Oliveira, tendo como tema "Fraude à Relação de Emprego", em que se apura possível desrespeito à legislação protetiva do trabalho;

CONSIDERANDO que em função de norma constitucional prevista no art. 129, III, da CR/1988, foi conferido ao Ministério Público a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO ser atribuição do Ministério Público do Trabalho promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos (art. 83, III, da LC n ° 75/93), resolve:

INSTAURAR o INQUÉRITO CIVIL N.° 000045.2011.03.010/0, junto à Procuradoria do Trabalho no Município de Divinópolis, em face de Santa Casa de Caridade de Formiga , inscrita no CNPJ sob o nº 20.499.893/0001-79, localizada na Rua Dr. Teixeira Soares, 335, Bloco 1, Centro, Formiga/MG CEP 35570-000, com fulcro no art. 129, inciso III, da CR/1988; art. 84 e incisos da Lei Complementar n.º 75/1993; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/1985 e Resolução n.º 69/2007 do CSMPT, para apuração dos fatos em toda a sua extensão, visando à adoção das medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis à espécie.

FERNANDA BRITO PEREIRA

7ª REGIÃO

PORTARIA Nº 37, DE 10 DE MARÇO DE 2011

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o julgamento do Recurso de Revista no processo n° 0050200-10.2000.5.07.0028, pelo egrégio Tribunal Superior do Trabalho,

Considerando o seu retorno à instância originária, tendo em vista que contra aquela decisão não houve interposição de recurso,

Considerando o art. 1º da Resolução nº 86/2009, de 27/08/2009, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, que determina que as ações que tramitem perante o primeiro grau de jurisdição, serão distribuídas aos Procuradores do Trabalho,

RESOLVE designar a Excelentíssima Senhora Procuradora do Trabalho Doutora MARIANA FÉRRER CARVALHO ROLIM para acompanhar a aludida ação por pertencer à área de abrangência da Procuradoria do Trabalho no Município de Juazeiro do Norte.

Revogam-se as disposições em contrário.

Esta portaria entra em vigor na data encimada.

NICODEMOS FABRÍCIO MAIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 17, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, por seu Promotor de Justiça em ofício na 2ª Promotoria de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social, no uso das atribuições conferidas pelos artigos 129, III, da Constituição Federal; 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/1993 e 19 da Resolução Normativa- PGJ n.º 90/2009; CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover a proteção do patrimônio social (Constituição Federal, artigo 129, III, e Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993, artigo 6º, VII, b), em cujo âmbito se inserem as entidades de interesse social; CONSIDERANDO que o Ministério Público fiscaliza as entidades de interesse social; CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento do Ministério Público a prática de supostas irregularidades no âmbito da entidade INSTITUTO NAIR VALADARES - INAV, no que se refere à aplicação de recursos financeiros; CONSIDERANDO que esgotou o prazo de tramitação do presente procedimento de investigação preliminar e existem outras diligências complementares a serem realizadas, resolve CONVOLAR o Procedimento de Investigação Preliminar n.º 08190.022365/10-34 em INQUÉRITO CIVIL relativamente ao INSTITUTO NAIR VALADARES, com o fito de continuar a apuração das possíveis irregularidades, para tanto, determinando, de início: 1. Autuar, registrar e publicar esta Portaria, mantendo-se os autos sob sigilo, nos termos do despacho inaugural; 2. Comunicar à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível deste MPDFT a instauração deste Inquérito Civil Público; 3. Após, conclusos.

MOZAR LUIZ MARINO DE SOUSA
Adjunto

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

EXTRATO DA PAUTA Nº 9(ORDINÁRIA)
Sessão em 23 de março de 2011, às 14h30min

Resumo dos processos incluídos em pauta, para apreciação e julgamento pelo Plenário, na Sessão Ordinária, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 15, 94, 97, 105, 130, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, com alterações promovidas pela Resolução nº 195/2006.

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator, Ministro VALMIR CAMPELO

TC-005.943/2010-8
Apenso: TC 016.529/2006-6 (REPRESENTAÇÃO)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Carlos Felício Afonso (211.136.708-78); Fundação Aplicações de Tecnologias Críticas (01.710.917/0001-42); José Roberto de Moraes Rego Paiva Fernandes (001.871.003-49); Sheila Maria Reis Ribeiro (237.142.983-04); Tania Azeredo Casagrande (334.193.531-20); Kim Bolduc (743.903.681-68); Waldson Alves Pereira Junior (094.425.528-05); Francisco Shozho Sato (013.667.828-95)
Órgão/Entidade: Secretaria de Gestão - MP
Advogados constituídos nos autos: José Roberto Manesco, OAB/SP 61.471; Eduardo Augusto de Oliveira Ramires, OAB/SP 69.219; Marcos Augusto Perez OAB/SP 100.075; Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto, OAB/SP 112.208; Ane Elisa Perez, OAB/SP 138.128; Tatiana Matiello Cymbalista, OAB/SP131.662; Fábio Barbalho Leite (OAB/SP 168.881-B; Luis Justiniano Arantes Fernandes, OAB/SP 119.324 e OAB/DF 2193-A

TC-009.831/2004-4
Natureza: Prestação de Contas Simplificada -
Exercício: 2003
Responsáveis: Ademar Brumatti (343.330.537-49) e outros
Órgão/Entidade: Senai - Departamento Regional/ES - MTE
Advogado constituído nos autos: Rodrigo Loureiro Martins, OAB/ES 1.322

TC-027.583/2009-3
Natureza: Representação
Interessado: Marinus Eduardo de Vries Marsico (606.705.847-20
Órgão/Entidade: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro UBIRATAN AGUIAR

TC-031.117/2007-6
Apenso: TC 028.948/2007-4 (SOLICITAÇÃO)
Natureza: Monitoramento
Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU
Entidade: Agência Nacional de Aviação Civil - Anac/ Md
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro AUGUSTO NARDES

TC-003.572/2011-0
Natureza: Consulta
Interessado: Instituto Brasileiro de Turismo - MTUR (33.741.794/0001-01)
Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro de Turismo - MTUR.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.496/2006-9
Apensos: TC 004.724/2007-6 (Solicitação); TC 012.072/2008-8 (Relatório de Levantamento de Auditoria); TC 007.978/2007-1 (Relatório de Levantamento de Auditoria).
Natureza: Relatório de Levantamento de Auditoria
Responsáveis: Alexandre de Oliveira (737.967.786-15); ARG Ltda. (20.520.862/0001-52); Egesa Engenharia S.A. (17.186.461/0001-01); Gelson Cunha (080.110.876-49); Hugo Sternick (296.677.716-87); João de Sousa Freitas (104.715.101-49); Sebastião de Abreu Ferreira (044.253.596-15); Álvaro Campos de Carvalho (013.034.732-91).
Interessados: Congresso Nacional; Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (04.892.707/0001-00).
Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.789/2006-4
Natureza: Monitoramento
Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU
Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - MT
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.533/2006-6
Natureza: Monitoramento
Responsável: Cássio Rodrigues da Cunha Lima (427.874.324-68)
Interessados: Caixa Econômica Federal - MF (00.360.305/0001-04); Instituto Brasileiro de Turismo - MtUR (33.741.794/0001-01); Ministério da Integração Nacional (03.353.358/0001-96); Prefeitura Municipal de Campina Grande - PB (08.991.812/0001-58).
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Campina Grande - PB
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

TC-003.329/2008-4
Natureza: Tomada de contas especial
Responsáveis: Paulo Sidney Gomes Silva, ex-superintendente regional (CPF 897.342.034-87), Vinícius Ferreira de Araújo, ex-superintendente regional adjunto (CPF 322.833.774-04), Marcos Antônio de Oliveira Morais, agente administrativo (CPF 113.285.332-04), Francisco Carlos Lago Picado, ex-chefe do Serviço de Infraestrutura (CPF 127.427.214-49), Eulália Alves da Rocha, ex-engenheira civil do Serviço de Infraestrutura (CPF 000.713.134-86), e Construtora Serra Verde Ltda. (CNPJ 12.981.205/0001-84)
Entidade: Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado do Rio Grande do Norte - Incra/RN
Advogado constituído nos autos: Pedro Luiz Viana Lopes (OAB/RN 5.114), Antônio Pereira de Macêdo Neto (OAB/RN 3.586), Armando Roberto Holanda Leite (OAB/RN 532) e André Augusto de Castro (OAB/RN 3.898)

TC-005.034/2009-5
Natureza: Pedido de reexame
Recorrentes: Valmir José da Costa (CPF 075.010.804-53), ex-prefeito, e Valdenício José da Costa (CPF 338.727.404-15), Sebastião Paulino da Rocha (CPF 791.848.804-06) e Maria da Piedade da Silva (CPF 522.809.264-15), ex-membros da comissão permanente de licitação municipal
Unidade: Prefeitura de Tibau do Sul - RN
Advogado constituído nos autos: não há

TC-009.118/2009-5
Natureza: Representação
Responsáveis: Leslie de Albuquerque Aloan (185.241.507-00); Sandra da Silva Azevedo Pinho (409.733.607-04)
Entidades: Hospital dos Servidores do Estado - HSE/RJ e Hospital Geral de Bonsucesso - HGB
Advogado constituído nos autos: não há

TC-020.503/2004-0
Natureza: Embargos de declaração (TCE)
Recorrente: José Vieira Lins (005.707.452-68)
Unidade: Prefeitura do Município de Bacabal/MA
Advogados constituídos nos autos: Antonio Glaucius de Morais (OAB/DF 15.720), Emanuel Cardoso Pereira (OAB/DF 18.168), José Jerônimo Duarte Júnior (OAB/MA 5.302), Gleyson Gadelha Melo (OAB/MA 5.280), Liégina Aparecida Carvalho Praseres (OAB/MA 7122), Luís Guilherme Cardoso Meirelles Pinto (OAB/MA 5.924), e Franciso Rodolfo Furtado Vieira (OAB/MA 6180)

TC-032.032/2010-2
Natureza: Representação
Interessado: Secex/AL
Unidades: Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (Senasp/MJ) e Secretaria de Estado da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos no Estado de Alagoas (SEMCDH/AL)
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

TC-003.553/2011-6
Natureza: Representação
Interessado: Omni do Brasil Empreendimentos Tecnológicos Ltda.
Unidade: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.100/2009-5
Natureza: Denúncia
Interessado: Milton Teruo Takano (520.524.359-72)
Unidade: Ministério do Desenv., Indústria e Comércio Exterior (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.688/2008-8
Natureza: Representação
Responsáveis: Ana Lucia Leitão Nunes (339.526.397-53); e outros
Interessado: Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios, Telégrafos e Similares (03.659.034/0001-80).
Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT); Ministério das Comunicações (MC) (vinculador).
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

TC-012.075/2010-8
Natureza: Relatório de Auditoria
Responsáveis: Alberto Gomes Morais (203.920.797-04); Arysson Siqueira Silva (678.235.057-20); Luiz Alberto Paixão (449.032.867-20); Luiz Antonio Pagot (435.102.567-00); Marcelo Cotrim Borges (866.943.407-53)
Entidade: Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - Dnit/MT
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras 2 (Secob-2)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.047/2009-1
Natureza: Monitoramento
Interessada: Secretaria de Controle Externo no Espírito Santo/ES (00.414.607/0005-41)
Entidade: Companhia Docas do Espírito Santo S.A. - CODESA
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - ES (Secex-ES)
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

TC-009.808/2008-9
Natureza: Representação
Responsáveis: José Ronildes dos Santos Souza (CPF 163.736.262-53), Elisângela Ayres dos Santos Souza (CPF 432.800.052-72), Miguel Ribeiro Cruz (CPF 175.073.912-72), Gilmar Gonçalves Vales (CPF 179.847.342-91)
Unidade: Prefeitura Municipal de Macapá
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

TC-350.275/1996-3
Apensos: TC 008.237/2000-8 (RELATÓRIO DE AUDITORIA); TC 003.161/1997-8 (REPRESENTAÇÃO)
Natureza: Relatório de Auditoria
Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
Interessados: Maria Rita da Silva Valente (CPF 112.176.003-10) e Francisco Mavignier Cavalcante França (CPF 071.588.313-53).
Órgão/Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A. - Mf
Advogado constituído nos autos: José Diogenes Roha Silva, OAB/CE 6702.

- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

TC-002.580/2011-0
Natureza: Consulta.
Entidade: Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina - CRC/SC.
Interessado: Sérgio Faraco, Presidente do CRC/SC.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.051/2011-4
Natureza: Solicitação.
Entidade: Município de Santa Terezinha do Progresso/SC.
Interessado: Itacir Detofol.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.182/2008-0
Natureza: Representação.
Entidade: Município de Santa Cruz Cabrália/BA.
Interessado: Coordenador da Comissão de Transição do Fundeb/FNDE Vander Oliveira Borges.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.727/2009-7
Natureza: Monitoramento.
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região - TRT/18ª/GO.
Interessada: Secretaria de Controle Externo em Goiás - Secex/GO.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.227/2009-3
Natureza: Monitoramento.
Unidade: Secretaria de Estado da Saúde em Goiás - SES/GO.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.624/2010-7
Natureza: Monitoramento.
Entidade: Município de Boa Vista/RR.
Interessada: Secretaria de Controle Externo em Roraima - Secex/RR.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.607/2010-5
Natureza: Monitoramento.
Unidade: Secretaria de Infraestrutura do Estado de Santa Catarina.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Interessada: Secretaria de Controle Externo em Santa Catarina - Secex-SC.

Advogado constituído nos autos: não há.

PROCESSOS UNITÁRIOS

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Classe IV - Tomadas e Prestações de Contas

TC-011.987/2005-0

Apensos: TC 008.390/2006-0, TC 007.187/2005-0. PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO (Pedido de Vista - art.119 do R.I.)

Natureza: Tomada de Contas.

REVISOR: Ministro JOSÉ JORGE (ATA 38/2010)

Órgão: Secretaria Executiva do Ministério dos Esportes e órgãos agregados.

Exercício: 2004.

Responsáveis: Americo Jose Luz Romeu (157.566.290-68); André Almeida Cunha Arantes (083.293.598-08); Cleone José Garcia (199.899.704-91); Eduardo Martins Costa (042.326.741-87); Francisco Claudio Monteiro (153.359.841-04); Gerêncio Nelcyr de Bem (239.594.281-20); Hamilton Ubiratan da Silva (114.355.261-04); Heloisa Barbosa Cabilo de Santana (144.884.261-15); Henrique Voigt Figueiredo (038.283.601-49); Jorge Adalberto Abdala (094.439.166-49); Jorge Eduardo Levi Mattoso (010.118.868-47); Jose Trindade Neto (144.470.701-97); José Lincoln Daemon (315.031.017-20); José Ribamar Miranda da Silva (072.683.601-00); Júlio César Soares da Silva (160.307.612-34); Lilian Cristina Cavallare Vieira (121.852.992-04); Lino Castellani Filho (531.812.718-53); Luciana Marotto Homrich (696.869.040-34); Marco Aurélio de Alencar Lima (185.973.867-20); Maria da Conceição Menezes Simões (043.138.602-15); Mauricio Borges Guimaraes (595.980.777-72); Orlando Silva de Jesus Júnior (565.244.555-68); Rafael de Aguiar Barbosa (286.988.354-49); Raimundo Ferreira de Miranda (184.086.801-53); Ricardo Garcia Cappelli (024.320.407-83); Ricardo Leyser Gonçalves (154.077.518-60).

Interessado: Secretaria Executiva do Ministério dos Esportes.

Advogados constituídos nos autos: Teresa Amaro Campelo Bezerra (OAB-DF 3.037); Paulo Marcelo de Carvalho (OAB-DF 15.115); Vilson Marcelo Malchow Vedana (OAB-DF 20.488); Bruna Carneiro Tavares Nunes (OAB-RJ 127.680); Tatiana Assao Garcia (OAB-DF 17.747); Antonio Carlos Ferreira (OAB-SP 69.878); Ademir Fernandes Cleto (OAB-PR 10.795); Alexandre Wagner Vieira da Rocha (OAB-DF 16.510); Ana Carolina Balbino (OAB-MG 84.261); Anna Maria Marques de Almeida Leôncio Junior (OAB-DF 4.045); Augusto Silveira de Almeida Junior (OAB-DF 13.297); Beatriz Engelmann Soares (OAB-PR 18.268); Bernardo Soares Cruz (OAB-MG 83.818); Carlos Antonio Silva (OAB-DF 10.293); Cláudia Lourenço Midosi May (OAB-DF 7.833); Eder Pessoa da Costa (OAB-SP 186.327); Edson Pereira da Silva (OAB-DF 5.100); Eduardo Pereira (OAB-MG 82.932); Elisia Sousa Xavier (OAB-DF 6.591); Eloiza Marques Bartholomeu (OAB-DF 14.106); Emilio Puchades Galvez (OAB-SP 162.271); Estanislau Luciano de Oliveira (OAB-MG 62.564); Fernando José Azalim Piantavini (OAB-PR 31.254); Francisco Ivo Ferro Neto (OAB-CE 12.967); Francisco Vicente de Moura Castro (OAB-SP 109.712); Fredian Bartel (OAB-PR 27.446); Geraldo Alvin Dusi Junior (OAB-MG 81.426); Guilherme Lopes Mair (OAB-PR 32.417); Helena Discini Silveira (OAB-MG 75.285); Helio Soutinho Peixoto (OAB-RJ 821-B); Isabela Gomes Machado (OAB-DF 10.482); Zanon da Silveira (OAB-RJ 77.366); José Carlos Izidro Machado (OAB-SC 7.396); Caño de Andrade (OAB-SP 137.187); Marcio de Assis Borges (OAB-DF 916-A); Maria de Fátima Vieira de Vasconcelos (OAB-DF 9.253); Maria Isabel da Cruz (OAB-DF 7.216); Mario Machado (OAB-DF 4.848); Marisa Alves Dias Mezezes (OAB-SP 124.320); Marta Bufaiçal Cobocci (OAB-DF 7.292); Marta Faustínio Porfírio Nobre (OAB-GO 11.735); Neiva Pereira (OAB-MG 56.865); Paulo Eduardo Chagas de Freitas Balsamão (OAB-MG 73.695); Paulo Roberto dos Santos (OAB-MS 5.707-A); Paulo Ricardo Vijande Pedrozo (OAB-RS 18.417); Roberta Muratori Athayde (OAB-MG 83.991); Rogério Netto Andrade (OAB-MG 80.107); Samir Nacim Francisco (OAB-DF 1.640-A); Satiro Lazaro da Cunha (OAB-DF 5.286); Shandor Portella Lourenço (OAB-DF 17.941).

- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-029.248/2010-8

REABERTURA DE DISCUSSÃO (Pedido de Vista - art. 112 do R.I.)

Natureza: Relatório de Inspeção

REVISOR: Ministro JOSÉ JORGE (ATA 5/2011)

Interessado: Congresso Nacional

Unidade: Eletrobrás Termonuclear S.A. (Eletronuclear)

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.249/2010-4

REABERTURA DE DISCUSSÃO (Pedido de Vista - art. 112 do R.I.)

Natureza: Relatório de Inspeção

REVISOR: Ministro JOSÉ JORGE (ATA 5/2011)

Interessado: Congresso Nacional

Unidade: Eletrobrás Termonuclear S.A. (Eletronuclear)

Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro VALMIR CAMPELO

Classe I - Recursos

TC-011.368/2003-6

Natureza: Embargos de Declaração (em recurso de revisão)

Embargante: Vitóriagas - Gases Industriais Ltda. - ME (00.702.637/0001-20)

Advogado constituído nos autos: Ronaldo Faustini (OAB/ES 3.618)

Classe IV - Tomadas e Prestações de Contas

TC-026.745/2006-4

Natureza: Tomada de Contas Especial

Entidade: Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER (extinto), sucedido pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

Responsáveis: Maurício Hasenclever Borges (CPF 006.996.756-34), ex-Diretor-Geral do extinto DNER; Francisco Augusto Pereira Desideri (CPF 310.929.347-15), ex-chefe da Divisão de Construção do extinto DNER; Roberto Borges Furtado da Silva (CPF 490.589.751-34), ex-Chefe Substituto da Divisão de Construção do extinto DNER; Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A (CNPJ 61.522.512/0001-02); Construtora Andrade Gutierrez S/A (CNPJ 17.262.213/0001-94); CBPO Engenharia Ltda. (CNPJ 61.156.410/0001-10); Iguatemi - Consultoria e Serviços de Engenharia Ltda. (CNPJ 83.256.172/0001-58).

Advogados constituídos nos autos: Alexandre Aroeira Salles (OAB/MG 71.947), Patrícia Guercio Teixeira (OAB/MG 90.459), Marina Hermeto Corrêa (OAB/MG 75.173), Francisco de Freitas Ferreira (OAB/MG 89.353), Renata Aparecida Ribeiro Felipe (OAB/MG 97.826), Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/MG 101.379), Érlon André de Matos (OAB/MG 103.096), Nayron Sousa Russo (OAB/MG 106.011), Flávia da Cunha Gama (OAB/MG 101.817), Cynthia Póvoa de Aragão (OAB/DF 22.298).

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-033.794/2010-3

Natureza: Representação

Órgão: Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (MP)

Interessada: Empresa Clip & Clipping Comunicação Ltda.

Advogados constituídos nos autos: Diego Ricardo Marques (OAB/DF nº 30.782); Marcos de Araújo Cavalcanti (OAB

- Relator, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Classe I - Recursos

TC-008.875/2009-5

Natureza: Pedido de Reexame (Relatório de Levantamento).

Órgão: Secretaria dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente do Estado do Tocantins SRHMA/TO.

Responsáveis: Amanda da Rosa Lena; Anizio Costa Pedreira; Claudio Manoel Barreto; Claudio Manoel Barreto Vieira; Elielma Oliveira Bezerra; Jose Edmar Brito Miranda; João Reis Santana Filho; Luiz Alberto Osório de Castro; Manoel José Pedreira

Interessado: Congresso Nacional.

Advogados constituídos nos autos: Dina Oliveira de Castro Alves (OAB/DF 17.343), Eduardo Talamini (OAB/PR 19.920), Aline Lícia Klein (OAB/PR 29.615).

TC-009.768/2002-2

Natureza: Recurso de Revisão (Tomada de Contas Simplificada -

Exercício: 2001)

Órgão: Delegacia Regional do Trabalho e Emprego no Estado da Bahia.

Interessado: Norma Maria Nascimento Pereira, Delegada Regional do Trabalho na Bahia.

Advogado constituído nos autos: não há

TC-926.323/1998-9

Natureza: Recurso de Reconsideração (Prestação de Contas)

Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A. - MF

Responsáveis: Alberto de Almeida Pais; André Siegfried Gruenbaum; Antonio Arnaldo de Menezes; Antônia Rubenita Tavares de Lima; Avelino de Almeida Neto; Byron Costa de Queiroz; Carlos Augusto Torres Nobre; Carmem Souza Lobo Leite; Ernani José Varela de Melo; Francisco Carlos Cavalcanti; Jefferson Cavalcante Albuquerque; Joaquim dos Santos Barros; Julio Cesar Gonçalves Correa; Luiz Fernando Julio; Marco Aurélio de Melo Vieira; Maria Rita da Silva Valente; Martus Antônio Rodrigues Tavares; Mauro Sérgio Bogéa Soares; Mônica Clark Nunes Cavalcante; Nilton Moreira Rodrigues; Odair Lucietto; Osmar Nelson Frota; Osmundo Evangelista Rebouças; Otair de Faria; Paulo Oscar França; Pedro Paulo Monteiro Vieira; Pedro Wilson Carrano Albuquerque; Raimundo Nonato Carneiro Sobrinho; Sonia Maria Oliveira de Queiroz; Sônia Maria Oliveira de Queiroz e Tarcízio Santos Murta

Advogado constituído nos autos: José Diógenes Rocha Silva (OAB/CE 6.702)

- Relator, Ministro UBIRATAN AGUIAR

Classe I - Recursos

TC-000.919/2011-0

Natureza: Embargos de Declaração em Relatório de Acompanhamento Órgão/Entidades: Ministério da Integração Nacional, Estado do Rio de Janeiro; Municípios de Areal, Bom Jardim, Nova Friburgo, Petrópolis, Sumidouro, São José do Vale do Rio Preto e Teresópolis, todos do Estado do Rio de Janeiro

Interessada: União, representada pela Advocacia-Geral da União

Advogados constituídos nos autos: Rafaelo Abritta (AGU/PR), Valdemar Carvalho Junior (Advogado da União) e Ana Flavia Lopes Braga (OAB/DF n° 13.511)

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-016.774/2010-8

Natureza: Auditoria

Entidades: Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e Banco Central do Brasil (Bacen)

Responsáveis: Alexandre Antonio Tombini (CPF 308.444.361-00) e Arno Hugo Augustin Filho (CPF 389.327.680-72)

Advogado constituído nos autos: não há

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-025.993/2010-0

Natureza: Representação

Entidade: Município de Itabaiana/SE

Responsáveis: André Luiz Andrade Maciel (CPF 973.984.705-68); Luciano Bispo de Lima (CPF 077.316.555-04); e Maria Vieira de Mendonça (CPF 068.166.655-20)

Advogados constituídos nos autos: Gilberto Vieira Leite Neto (OAB/SE nº 3.865) e Nilton Cesar dos Santos Barros (OAB/SE 4.029)

- Relator, Ministro AUGUSTO NARDES

Classe I - Recursos

TC-017.219/2006-8

Natureza: Pedido de Reexame.

Unidades: Fundo Nacional de Saúde, Fundação Nacional de Saúde e Governo do Estado do Piauí.

Recorrentes: José Menezes Neto, ex-Diretor-Executivo do Fundo Nacional de Saúde (CPF 182.714.131-04), Paulo de Tarso Lustosa da Costa, (ex-Diretor-Presidente da Fundação Nacional de Saúde (CPF 000.445.123-68), Andreza Gonçalves Ferreira, Enfermeira do Ministério da Saúde (CPF 717.284.651-68).

Advogados constituídos nos autos: José Carlos Fonseca, OAB/DF 1.495-A; Walter Costa Porto, OAB/DF 6.098; Antônio Perilo Teixeira, OAB/DF 21.359; Henrique Araújo Costa, OAB/DF 21.989; Plínio Clerton Filho, Procurador Geral do Estado do Piauí, OAB/PI 2.206; João Batista de Freitas Júnior, OAB/PI 2.167; Keila Martins Paz Leal, OAB/PI 2.451; Álvaro Fernando da Rocha Mota, OAB/PI 131; Antônio Ribeiro Soares Filho, OAB/PI 2.010; Raimundo Alves Ferreira Gomes Filho, OAB/PI 1.838; Raimundo Nonato Varanda, OAB/PI 1.537; José Coelho, OAB/PI 747; Francisco Borges Sampaio Júnior, OAB/PI 2.217; Irapuan Potiguara de Carvalho Carmo, OAB/PI 2.675; Francisco das Chagas Vaz Ferreira, OAB/PI 2.071; Carlos Eduardo da Silva Belfort de Carvalho, OAB/PI 3.179; Luiz Gonzaga Soares Viana Filho, OAB/PI 3.238; Luis Soares de Amorim, OAB/PI 2.838; Cláudia Elita Nogueira Marques, OAB/PI 2.930; Paulo Ivan da Silva Santos, OAB/PI 2.433; Agapito Machado Júnior, OAB/PI 266/2000-B; Celso Barros Coelho Neto, OAB/PI 2.688; Cid Carlos Gonçalves Coelho, OAB/PI 2.802; João Emílio Falcão Costa Neto, OAB/PI 2.844; Christianne Arruda Castelo Branco, OAB/PI 9.593; Márcia Maria Macêdo Franco, OAB/PI 2.901/97; Ana Cecília Elvas Bohn Araújo, OAB-PI 2.802/97; Cláudia Virginia de Santana Ribeiro, OAB/PI 268/2000-B; Danilo e Silva de Almendra Freitas, OAB/PI 2.816; Fernando do Nascimento Rocha, OAB/PI 3.552; Flávio Coelho de Albuquerque, OAB/3.563; Leonardo Gomes Ribeiro Gonçalves, OAB/CE 13.747; e Vanessa Melo Oliveira, OAB/PI 3.137.

TC-033.490/2008-0

Natureza: Pedido de Reexame.

Entidade: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Recorrente: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Advogado constituído nos autos: Alexandre Coelho Neto, OAB/RJ nº 100.659.

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-020.064/2010-1

Natureza: Representação.

Entidade: Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Interessado: Betron Tecnologia Em Segurança Ltda. (03.229.363/0001-91).

Responsáveis:

Responsáveis: Paulo Roberto Rocha Krüger (CPF 510.359.799-34) e Maria da Silva Rocha (CPF 479.352.609-82).

Advogados constituídos nos autos: Aluísio Coutinho Guedes Pinto, OAB/SC 3.899; Antonio Gomes Moreira Filho, OAB/PR

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

40.197; Bruno Condini, OAB/SC 29.236; Diogo Machado Ulisses Figueiredo, OAB/SC 30.037; Felipe Cordella Ribeiro, OAB/PR 41.289; Gabriela Steffens Sperb, OAB/SC 12.013; Levy Lima Lopes Neto, OAB/PR 35.909; Lucyanna Joppert Lima Lopes Fatuche, OAB/PR 24.484; Luiz Eduardo Tesserolli Abreu, OAB/SC 22.445; Luiz Gustavo de Souza Parente, OAB/SC 20.695; Mariana Linhares Waterkemper, OAB/SC 24.324; Roberta Volpato Hanoff, OAB/SC 24.268; e Rodrigo de Abreu, OAB/SC 14.820.

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

Classe I - Recursos

TC-007.903/1999-5
Apenso: TC 928.083/1998-5
Natureza: Recurso de Reconsideração.
Unidade: Fundação Universidade Federal do Acre - UFAC/MEC.
Exercício: 1998.
Recorrente: Francisco Carlos da Silveira Cavalcanti (037.733.532-00);
Interessada: Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária no Acre (04.071.106/0001-37).
Advogado constituído nos autos: Vicente Aragão Prado Júnior (OAB-AC 1.619).

TC-008.530/2005-4
Natureza: Embargos de Declaração.
Unidade: Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Acre.
Recorrentes: Fidens Engenharia Ltda. (05.468.184/0001-32); Sérgio Yoshio Nakamura (004.641.628-58); Domingos Sávio de Medeiros (161.643.504-68).
Interessados: Congresso Nacional; Departamento de Polícia Federal - MJ (00.394.494/0014-50); Procuradoria da República/AC - MPF/MPU (26.989.715/0006-17)
Advogados constituídos nos autos: Alexandre Aroeira Salles (OAB-MG 71.947); Patrícia Guercio Teixeira (OAB-MG 90.459); Lara Maria de Araújo Barreira (OAB-MG 126.039); Nayron Sousa Russo (OAB-MG 106.011).

TC-012.872/2003-0
Natureza: Recurso de Revisão.
Recorrente: Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.
Responsáveis: Rubens Armando Brustolin (falecido), ex-presidente (CPF 000.199.509-00), e Amauri Ribas de Oliveira, ex-gestor financeiro (CPF 110.373.509-87).
Unidade: Serviço Social do Comércio - Administração Regional no Estado do Paraná - Sesc-PR.
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe IV - Tomadas e Prestações de Contas

TC-008.968/2009-6
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Unidade: Gerência Executiva do INSS em Imperatriz/MA.
Responsáveis: George Ferraz Campos (CPF 175.381.065-53), Luís Carlos Silva (CPF 094.897.543-15), El-Berite Construções e Empreendimentos Ltda. (CNPJ 07.100.462/0001-20), Conceição de Maria Barros Carvalho (CPF 275.048.403-00), Francisco Valdileme Ribeiro Mota (CPF 251.743.983-49), George Ferraz Campos (CPF 175.381.065-53) e Jacy Azevedo Pacheco de Souza (CPF 042.134.243-91).
Advogados constituídos nos autos: Fernando Gragnanin (OAB/MA 6.471) e Karennina Gomes Ferraz (OAB/MA 9.116).

TC-026.925/2006-2
Apenso: TC-013.756/2003-6.
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Unidade: Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais - DER/MG.
Responsáveis: Róscio Silva de Souza, ex-diretor geral (CPF 057.469.140-53), Flávio Góes Menicucci, ex-diretor geral (CPF 468.921.686-04), espólio de Maurício Guedes de Mello, ex-diretor geral (CPF 098.183.166-49), Milton Carneiro Teixeira, ex-diretor de construção (CPF 133.679.516-68), e Construtora Barbosa Mello S.A. (CNPJ 17.185.786/0001-61).
Advogados constituídos nos autos: Alexandre Aroeira Salles (OAB/MG 71.947), Patrícia Guércio Teixeira (OAB/MG 90.459), Marina Hermeto Corrêa (OAB/MG 75.173), Renata Aparecida Ribeiro Felipe (OAB/MG 97.826), Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154), Érlon André de Matos (OAB/MG 103.096), Nayron Sousa Russo (OAB/MG 106.011), Mariana Barbosa Miraglia (OAB/MG 107.162), Carolina Feitosa Dolabela Chagas (OAB/MG 96.205), Cristiano Nascimento e Figueiredo (OAB/DF 101.334), Flávia da Cunha Gama (OAB/MG 101.817), Luciana Menicucci de Miranda (OAB/MG 63.477), Cristiano Nascimento e Figueiredo (OAB/MG 101.334), Flávia da Cunha Gama (OAB/MG 101.817) e Cynthia Póvoa de Aragão (OAB/DF 22.298).

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-012.194/2002-1
(com 11 volumes e 11 anexos).
Apensos: TC 021.417/2003-6 e TC 005.891/2003-6 (este último com 1 volume).
Natureza: Representação.
Unidade: Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp.
Responsáveis: Amaury Pio Cunha (CPF: 183.286.107-44); Arnaldo de Oliveira Barreto (CPF: 595.901.068-20); Fernando Lima Barbosa Vianna (CPF: 261.242.117-34); Francisco Vilardo Neto (CPF: 781.774.058-53); Frederico Victor Moreira Bussinger (CPF: 634.224.768-49); Jose Carlos Mello Rego (CPF: 005.192.947-34); Marcelo de Azeredo (CPF: 028.264.018-58); Paulo Fernandes do Carmo (CPF: 351.371.008-97); Sergio Alcides Antunes (CPF: 133.419.448-34).
Advogados constituídos nos autos: Renata Barbosa Fontes (OAB/DF nº 8.203), Gleuton Maciel Gonçalves (OAB/DF nº 17.724), Hugo Damasceno Teles (OAB/DF nº 17.727), Bruno Diniz Vasconcelos (OAB/DF nº 17.508), Advocacia Fontes Advogados Associados S.S. (OAB/DF nº 615/00), Marconni Chianca Toscano da Franca (OAB/DF nº 20.772), Benjamin Gallotti Beserra (OAB/DF nº 13.568), Benjamin Caldas Gallotti Beserra (OAB/DF nº 14.967), Fábio Viana Fernandes da Silveira (OAB/DF nº 20.757), Bruno Guerra Neves da Cunha Frota (OAB/DF nº 29.405), Bruno Wider (OAB/DF nº 15.467), Rafael Freitas Machado (OAB/DF nº 20.737), Manuel Luis (OAB/SP nº 57.055) e Luciana Fátima Venturi Falabella (OAB/SP nº 88.271).

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-018.701/2004-9
Natureza: Levantamento de Auditoria
Unidades: Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde; Secretaria Executiva do Ministério da Saúde
Responsáveis: Antonio Alves de Souza (114.302.901-10); Arionaldo Bonfim Rosendo (182.782.991-53); Barjas Negri (611.264.978-00); Gastão Wagner de Sousa Campos (116.419.161-68); José Agenor Alvares da Silva (130.694.036-20); José Menezes Neto (182.714.131-04); Otávio Azevedo Mercadante (041.394.618-53); Reginaldo Muniz Barreto (056.947.605-49); Sady Carnot Falcao Filho (066.738.211-91).
Advogados constituídos nos autos: Arnoldo Wald (OAB/SP 46.560-A), Alexandre de Mendonça Wald (OAB/SP 107.872-A), Arnoldo Wald Filho (OAB/SP 111.491-A), Mariana Tavares Antunes (OAB/SP 154.639), Marina Gaensly (OAB/SP 229.618-A), Rodrigo Ribeiro Fleury (OAB/SP 176.286), Júlia Schledom de Camargo (OAB/SP 173.203), Lívia Santos Mathiazi (OAB/SP 261.067), Maria Eugenia Previtalli Cais (OAB/SP 273.166), Gabriel Grubba Lopes (OAB/SP 270.869), Eduardo Cezar Chad (OAB/SP 286.527), Bernardo Cavalcanti Freire (OAB/SP 291.471), José Arnaldo da Fonseca (OAB/DF 303), Daniela Rodrigues Teixeira (OAB/DF 13.121), Marcus Vinícius Vita Ferreira (OAB/GO 17.648), Evandro Catunda de Clodoaldo Finto (OAB/DF 10.759), Bruno Bittar (OAB/DF 16.512), Felipe Adjuto de Melo (OAB/DF 19.752), Cristina Drummond Mascarenhas (OAB/DF 26.495), Mayta Versiani Cardoso (OAB/DF 26.827), Érico Joaquim da Silva Júnior (OAB/DF 23.529), Bernardo de Mello Lombardi (OAB/DF 33.124) e Jackeline Couto Canhedo (OAB/DF 33.135)

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-003.868/2011-7
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf
Interessados: Deputados Federais Antonio Imbassahy, Jutahy Júnior, Antônio Carlos Magalhães Neto e Arnaldo Jardim.
Advogado constituído nos autos: não há

TC-004.199/2011-1
Natureza: Administrativo (Proposta de Fiscalização)
Interessada: 1ª Secretaria de Controle Externo - 1ª Secex
Entidade: Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM
Advogado constituído nos autos: não há

TC-017.225/2006-5
Apenso: TC 023.181/2006-4
Natureza: Representação
Entidades: Manaus Energia S/A - MESA; Companhia de Energia do Amazonas - CEAM; Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobrás, Petrobrás Distribuidora S/A
Responsáveis: Silas Rondeau Cavalcante Silva (CPF 044.004.963-68), Aloísio Marcos Vasconcelos (CPF 011.136.156-72), Marcos Spagnol (CPF 373.995.517-15), Lúcia de Oliveira Ribeiro (CPF 732.843.197-00), Willamy Moreira Frota (CPF 077.141.652-00), Luiz Henrique Hamann (CPF 302.332.599-53), Camilo Gil Cabral (CPF 048.310.968-14), Fábio Gino Francescutti (CPF 109.447.707-97), Anselmo de Santana Brasil (CPF 749.779.467-15).
Advogados constituídos nos autos: Jefferson Rodrigues Bellomo (OAB/DF 16.404), Carlos André Viana Coutinho (OAB/DF 19.423), Gustavo Machado Di Tommaso Bastos (OAB/DF 16.318), Leila Dutra Eing Lafeta (OAB/DF 15.193), Roberta Léocadie Caldas Marques Fernandes (OAB/PE 12.144), Adriana Wirthmann Gonçalves Ferreira (OAB/GO 27.383), Clotilho de Matos Filgueiras Sobrinho (OAB/DF 19.809), Kleper Antony Neto (OAB/AM 6.027), Carlos Anzoategui Neto (OAB/MS 11.673), Julian Davis de Santa Rosa (OAB/MT 6.998), Valdeir de Queiroz Lima (OAB/DF 10.524), Namir Rosane Costa de Freitas (OAB/PA 10.151), Mariana Araújo Becker (OAB/DF nº 14.675) e Gerson Alves de Oliveira Júnior (OAB/DF nº 9.339)

TC-027.841/2010-3
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES/MDIC
Responsável: Bndes (33.657.248/0001-89)
Interessado: 9ª Secretaria de Controle Externo
Advogados constituídos nos autos: André Carvalho Teixeira (OAB/DF 18.135); Henri Wataru Koga (OAB/SP 202.617); Hugo Ribeiro Ferreira (OAB/RJ 58.426); André Luiz Bastos (OAB/RJ 140.295); Raoni da Cruz Chaves (OAB/RJ 108.845); Adriana Diniz de Vasconcellos Guerra (OAB/SP 191.390-A); Nelson Alexandre Paloni (OAB/SP 136.989); Amaro de Oliveira Filho (OAB/RJ 95.156); Arnaldo Cordeiro Pacheco de Medeiros Montenegro (OAB/SP 51.099); Bruno Ferreira Motta Teixeira (OAB/RJ 113.066); Bruno Machado Eiras (OAB/RJ 112.579); Carlos Eduardo Gabina de Medeiros (OAB/RJ 77.775); Clery Jezus da Silveira (OAB/RJ 113.245); Cristiano Caldas Pinto (OAB/RJ 129.593); Eduardo Pontieri (OAB/SP 234.635); Fátima Luiza de Faria Costa Dias (OAB/RJ 46.777); Felipe Fernandes de Christo (OAB/RJ 120.614); Filipe Machado Guedes (OAB/RJ 150.032); Gabriela Mattos Gonçalves (OAB/RJ 129.385); Jorge Fernando Schettini Bento da Silva (OAB/RJ 56.920); Juliana Souto de Noronha (OAB/RJ 108.106); Juliana Calixto Pereira (OAB/RJ 130.070); Leonardo Foster (OAB/SP 209.708-B); Luciana Vilela Gonçalves (OAB/SP 160.544); Luiz Carlos da Rocha Messias (OAB/RJ 31.460); Luiz Cláudio Lima Amarante (OAB/SP 156.859); Luiz Roberto Paranhos de Magalhães (OAB/DF 5.735); Mara Rocha Aguilar (OAB/RJ 52.897); Marcelo Lipcovitch Quadros da Silva (OAB/RJ 46.807); Marcelo Sampaio Vianna Rangel (OAB/RJ 90.412); Marcos Vinicius Noronha da Silva (OAB/RJ 95.440); Maria Carolina Pina Correia de Melo (OAB/RJ 99.297); Melissa Cordeiro Dutra (OAB/RJ 116.569); Nelson Luiz Machado Lamego (OAB/RJ 82.542); Rogério Fraga Mercadante (OAB/SP 152.926); Paula Saldanha Jaolino Fonseca (OAB/RJ 95.457); Paulo Kubrusly Soares Terra (OAB/RJ 109.813); Paula Souza de Menezes (OAB/RJ 109.716); Paulo Surreaux Strunck Vasques de Freitas (OAB/RJ 25.384); Patrice Gilles Paim Lyard (OAB/RJ 121.558); Raquel Cristina de Carvalho e silva (OAB/RJ 133.596); Renato Costa Gannef Ribeiro (OAB/RJ 134.314); Renato Goldstein (OAB/RJ 57.135); Rita de Cássia Amaral Marques de Souza (OAB/RJ 39.435); Romero Paes Barreiro de Albuquerque (OAB/PE 23.683); Thécio Clay de Souza Amorim (OAB/PE 20.223); Yara Coelho Martinez (OAB/RJ 134.443)

- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

Classe I - Recursos

TC-011.412/1999-2
(com 1 volume e 13 anexos)
Natureza: Pedido de Reexame
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 13ª Região - TRT/PB
Interessados: Alessandra Troccoli Carvalho de Negreiros (768.987.924-15); Alexandre Magno Franco de Aguiar (518.753.224-34); Ana Tereza de Araújo Baracuhy (602.009.284-49); Anadir Chianca Fernandes de Carvalho (219.060.334-04); Aryoswaldo José Brito Espíndola (436.918.034-15); Aurora Maia Dantas (206.935.914-04); Baltazar Pequeno (025.279.954-20); Caio Júlio César da Silva Mendonça (840.493.674-91); Catarina Vilar Viana (824.141.817-53); Danielle Cavalcanti Sarmento Batista (569.153.654-00); Danielle Godoy Franca (02.372.652/0001-82); Diógenes Luna Chaves (610.017.914-87); Dulcinea Rodrigues Borges (040.584.231-70); Eliane Lira Barros Almeida de Sousa (141.952.674-04); Francisco Antonio de Moura (005.678.504-63); Francisco Arnaud Diniz (008.290.804-49); Gerlândia Queiroga Estrela Maia Paiva (569.915.504-00); Germano Guedes Pereira (160.565.904-53); Giovanna Teixeira de Carvalho (738.439.624-72); Isabelle Costa Cavalcanti Pedroza (468.413.774-00); Ivan Y Plá Trevas (059.768.044-20); Ivanildo Quirino dos Santos (147.896.714-53); Ivo Sérgio Correia Borges da Fonsêca (018.180.234-15); Ivone Nóbrega Vilar (884.744.704-63); Josalbo Licarião Romão (151.287.174-53); José Antônio Severino (486.180.394-20); Luciana Guedes Pereira Arnaud (584.053.054-91); Luiza Lucia de Farias (112.252.464-15); Maria Elizabete Oliveira da Silva (139.414.534-91); Maria de Lourdes Oliveira de Figueiredo (131.826.174-00); Max Frederico Feitosa Guedes Pereira (425.022.764-20); Nara Lúcia Ellen Pedrosa de Mendonça (219.872.544-49); Nilsanete Feitosa Meira (839.939.404-15); Raquel Montenegro de Oliveira Lara Rocha (854.764.984-00); Ricardo Sérgio Coutinho Nóbrega (203.610.334-00); Roberto Durand Ramalho (675.101.674-34); Rosállia Navarro de Almeida Ferreira (236.751.794-00); Secex-pb (----); Suzana Olimpia Souto de Amorim (206.090.514-15); Sônia Maria de Araújo Gomes (160.601.724-15); Vera Maria Brito Silva Cal Munhos (436.565.874-34); Vânia Maria Jurema Coutinho (086.337.384-49)
Advogados constituídos nos autos: José Dionízio de Oliveira (OAB/PB 1.521), Roberta Montenegro de Oliveira (OAB/PB 11.028), Aluisio da Silva (OAB/PB 2468),Luiz Bezerra Cavalcanti (OAB/PB 1376), Isabelle Costa Cavalcanti Pedroza (OAB/PB 6.684), Antônio Alves de Sousa (OAB/PB 7479), Rogério Magnus Varela Gonçalves (OAB/PB 9359), Felipe Augusto Forte de Negreiros Deodato (OAB/PB 8596), Marcelo Weick Pogliese (OAB/PB 11.158) e Gustavo Gadelha (OAB/PB 12.312).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-016.753/2010-0
Natureza: Relatório de Auditoria
Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Bacabal/MA
Interessado: Tribunal de Contas da União
Advogado constituído nos autos: não há

TC-017.012/2010-4
Natureza: Relatório de Levantamentos
Interessado: Tribunal de Contas da União.
Entidade: Prefeitura Municipal de Boa Vista - RR
Responsável: Robério Bezerra de Araújo (061.219.262-87)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.831/2010-9
Natureza: Relatório de Auditoria
Entidades: Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, Secretaria Municipal de Saúde de Salvador, Secretaria Municipal de Saúde de Jequié, Secretaria Municipal de Saúde de Jitaúna.
Responsáveis: Jorge José Santos Pereira Solla (195.307.735-87); José Carlos Raimundo Brito (123.973.935-49); Luciene dos Santos (892.178.705-44); Stela dos Santos Souza (479.868.167-91).
Interessados: Congresso Nacional e Tribunal de Contas da União
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia - SECEX-BA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.070/2008-6
Natureza: Relatório de Auditoria
Entidade: Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes - PE
Responsável: Newton D'emery Carneiro (000.764.814-68)
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-000.916/2011-0
Natureza: Representação.
Interessado: Tribunal de Contas da União.
Entidade: Município de Itajaí - SC.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Classe I - Recursos

TC-007.393/2002-4
(com 6 volumes e 3 anexos)
Natureza: Recurso de Revisão (em Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Ministério Público junto ao TCU - MP/TCU
Responsável: Ronald Fernandes Bluhm, ex-Presidente do CROMB/CE (CPF 024.572.613-68)
Unidade: Conselho Regional da Ordem dos Músicos do Brasil no Estado do Ceará - CROMB/CE
Advogado constituído nos autos: Galdino Madeira (OAB/CE 10.047).

TC-014.600/2002-1
(com 13 volumes e com 4 anexos)
Apensos: TCs: 009.506/2007-0, 016.210/2007-6, 002.788/2003-1 e 009.997/2004-1
Natureza: Pedido de Reexame
Recorrentes: Antônio Juarez Fernandes Machado, ex-Coordenador-Geral de Serviços Gerais do MAPA (CPF: 128.878.621-20), e Antônio Vieira de Souza, ex-Coordenador de Administração Financeira, Material e Patrimônio do MAPA (CPF: 067.950.561-04)
Unidades: Coordenação Geral de Serviços Gerais (CSG) e Coordenação Geral de Modernização e Informática (CMI) do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
Advogado constituído nos autos: Elenauro Batista dos Santos (OAB/DF 10319)

TC-575.659/1993-9
(com 17 volumes e 4 anexos)
Apensos: TCs 575.122/1996-0 e 575.124/1996-2
Natureza: Recurso de Revisão (em Tomada de Contas Especial)
Recorrentes: Antonieta Ceres Valiante Cruz, na condição de viúva de Haroldo Carvalho Cruz (CPF 679.252.517-00), Guilherme de Carvalho Cruz (CPF 015.370.407-15), Leandro Álvaro Chaves (CPF 015.337.897-20), Féres Osrraia Nader (CPF 083.774.487-34) e Sociedade Barramansense de Ensino Superior (CNPJ 28.674.489/0001-04)
Unidade: Ministério da Ação Social (extinto) e Ministério da Educação e Cultura
Advogado constituído nos autos: Mauro Sérgio Barbosa (OAB/DF 21.259)

Classe IV - Tomadas e Prestações de Contas

TC-011.086/2007-0
(com 2 volumes e 1 anexo)
Natureza: Tomada de Contas Anual (exercício de 2006)
Responsáveis: Mauro Moreira Barbosa (CPF 271.056.871-34), Sérgio Freitas de Almeida (CPF 172.493.414-72), Secretários-Gerais de Administração, Adilson Souza Gambati (CPF 905.640.737-68), Adriano de Barros Verino (CPF 388.365.562-72), Adriano de Souza César (CPF 473.414.405-20), Alexandre José Caminha Walraven (CPF 165.667.343-68), Alexandre Valente Xavier (CPF 296.249.831-00), Alina dos Passos (CPF 009.226.158-29), Amauri Pereira dos Santos (CPF 329.273.555-68), Amoque Benigno de Araújo (CPF 520.992.616-87), Ana Beatriz B. Oliveira de Albuquerque (CPF 203.076.404-34), Ana Célia Vasconcelos Chaves Ribeiro (CPF 420.488.263-34), Ângela Maria Moura Nonato Vieira (CPF 343.395.077-68), Antônio Araujo da Silva (CPF 169.307.543-15), Antônio José Bezerra de Lima (CPF 308.241.762-00), Antônio Olimpio de Oliveira Filho (CPF 140.030.154-87), Antônio França da Costa (CPF 980.506.216-34), Ariadne Haickel de Oliveira (CPF 143.766.361-34), Arildo da Silva Oliveira (CPF 163.961.462-15), Arnaldo Tregilio da Silva (CPF 094.751.488-09), Arthur Cyrino dos Santos Neto (CPF 338.989.521-34), Ary Fernando Beirão (CPF 772.322.407-91), Ary Reis (CPF 150.833.069-72), Avanete Fernandes de Oliveira (CPF 989.638.308-10), Carlos Alberto Lellis (CPF 215.508.670-91), Carlos Fernando de Souza Fagundes (CPF 112.297.480-91), Carlos Wellington Leite de Almeida (CPF 905.631.407-63), Carmem Lúcia Rodrigues da Silva (CPF 335.685.020-20), Carmen Teresa de Souza Gama (CPF 119.853.801-53), Celton Menor Vasconcelos (CPF 835.897.084-68), Claudesi Vieira Nunes (CPF 521.255.139-00), Cláudio Augusto Prates Thomas (CPF 342.229.950-53), Cláudio Fernandes de Almeida (CPF 416.479.471-20), Cláudio Pires dos Santos (CPF 073.784.927-44), Clea Farias Nery (CPF 221.286.541-49), Cleber da Silva Menezes (CPF 905.674.557-34), Clezia Freitas dos Santos Araújo (CPF 351.438.601-30), Cosme Henrique Galiaço Reis (CPF 057.510.358-28), Cíntia Aires Santos Portugues (CPF 645.867.821-53), Deisy da Cunha Theodoro (CPF 500.102.639-34), Desirèe Dias Dantas (CPF 340.753.131-15), Deuzelina Pereira Veiga (CPF 400.301.216-04), Dione Mary de Cerqueira Barbosa (CPF 362.954.183-68), Dirce Teresinha dos Santos (CPF 363.601.710-15), Dorival Izidoro Angelo (CPF 164.098.099-72), Edmur Baida (CPF 033.394.728-23), Eduardo Amorim Studart Gurgel (CPF 322.116.603-63), Eduardo Carneiro Ferreira (CPF 377.046.801-53), Eduardo Choi (CPF 772.732.146-04), Eliana Maria Campos (CPF 044.618.432-20), Evaldo José da Silva Araujo (CPF 388.911.744-91), Fabrício Narcizo Leal Costa (CPF 014.431.217-46), Fernanda Maria Pinto Perrelli (CPF 208.400.204-49), Fernando Luiz Souza da Eira (CPF 343.894.581-91), Fernando Silveira Camargo (CPF 445.143.101-82), Francimar de Araújo Medeiros (CPF 342.029.604-59), Francisco Carlos Ribeiro de Almeida (CPF 315.357.207-00), Francisco Furtado Costa (CPF 057.688.702-10), Francisco de Assis Martins Lima (CPF 254.882.103-00), Fábio Williams Pelaes de Avis (CPF 341.787.832-20), Getumil dos Santos Lisboa Filho (CPF 142.430.401-68), Ideusana de Vasconcelos Sepeda Lima (CPF 207.879.952-15), Jackson Luiz Araújo Souza (CPF 264.841.535-15), Janete Saraiva de Azevedo (CPF 078.219.722-15), Jaqueline Vils Lomando (CPF 016.353.397-07), Jeff Chandle da Silva Taveira (CPF 443.994.482-53), Jerson Lima de Brito (CPF 350.899.382-53), Jerônimo Mariz de Medeiros (CPF 656.998.908-15), João Batista do Rosário (CPF 358.083.499-15), João Correa da Silva (CPF 149.512.901-20), João Germano Lima Rocha (CPF 110.531.943-15), João Manoel da Silva Dionisio (CPF 882.422.347-87), Joel Martins Brasil (CPF 088.570.403-72), Joel da Cunha Silva (CPF 382.162.052-87), Jorge Luiz de Moraes Fonseca (CPF 843.989.737-53), José Djailson Ferreira de Barros (CPF 082.721.584-34), José Domingos Coelho (CPF 330.185.296-34), José Elioma Oliveira Albuquerque (CPF 386.128.791-91), José Maria Araujo Lima (CPF 116.885.801-15), José Pereira de Carvalho Filho (CPF 245.598.733-72), José Reinaldo da Motta (CPF 209.533.806-53), José Ricardo Tavares Louzada (CPF 374.543.400-59), José Ulisses Rodrigues Vasconcelos (CPF 241.213.983-00), Josué Romero (CPF 028.958.648-88), José Cláudio Santos Lira (CPF 023.459.178-14), José Gomes Neto (CPF 243.781.783-20), João Batista Diniz Capanema (CPF 300.813.276-68), João Walraven Junior (CPF 210.513.993-00), Jussara Ferreira Cajazeira Lommez (CPF 716.425.106-10), Leandro Santos de Brum (CPF 632.676.910-87), Leomar Lustosa de Oliveira (CPF 216.163.452-68), Lidia Fernandes de Mello (CPF 494.938.921-15), Lucia Helena Teixeira Braga (CPF 381.671.236-34), Lucia de Fátima Ferreira (CPF 300.889.093-87), Luis Carlos Alves dos Santos (CPF 309.853.231-91), Luis Hatajima (CPF 596.807.768-91), Luiz Akutsu (CPF 026.037.148-30), Luiz Augusto Iamassaki Fiorentini (CPF 023.004.338-00), Luiz Henrique Mota Fernandes (CPF 214.814.581-91), Luiz José Adão (CPF 621.433.106-25), Luiz Roberto Vitoriano (CPF 151.482.971-15), Lúcio Flavio Ferraz (CPF 266.979.801-25), Magaly Cardoso Peixoto (CPF 169.641.102-59), Manoel José dos Passos Fernandes Junior (CPF 285.024.501-15), Marcello Maia Soares (CPF 021.483.807-29), Marcelo Álvaro Tezeli (CPF 273.466.411-91), Marcelo Alvim Ferreira (CPF 088.783.448-50), Marcelo Assis da Silva (CPF 778.965.641-49), Márcia Dias Cardoso Carvalho (CPF 483.047.511-00), Marcio Emmanuel Pacheco (CPF 063.024.668-81), Marco Antônio Mota da Silva (CPF 752.515.314-00), Marcone Silva Bezerra (CPF 515.910.574-34), Marcus Vinícius de Castro Reis (CPF 402.440.405-91), Maria Aparecida dos Santos (CPF 996.524.558-49), Maria Elizabeth de Melo Pontes Frascino (CPF 187.093.971-91), Maria Emília de Fátima Reis e Silva (CPF 078.335.983-72), Maria José Pedroli (CPF 174.465.971-00), Maria Salete Fraga Silva Palma (CPF 214.136.901-06), Maria da Graça Silva Deuner (CPF 346.064.670-53), Maria do Socorro e Silva (CPF 175.744.554-49), Marilene Nascimento Pitangui (CPF 915.885.107-00), Mario Junior Bertuol (CPF 405.108.831-68), Marione de Almeida Nóbrega (CPF 288.295.064-00), Marta Fabiana de Melo Aragão (CPF 449.951.724-91), Mavania Rodrigues Morais de Sousa (CPF 563.709.031-91), Miguel Ofir Leitão Junior (CPF 213.985.693-72), Miriam Pinheiro Menezes (CPF 144.219.335-20), Mário Audifax Pinto Ribeiro (CPF 221.213.581-53), Natália Cesar Alecrim (CPF 053.449.562-15), Nazaré do Socorro G. do Rosário Zuardi (CPF 219.414.242-87), Nazian Sales de Souza (CPF 321.175.662-00), Nestor Luiz Arosteguy de Carvalho (CPF 067.835.031-00), Neusa Coutinho Affonso (CPF 222.917.256-53), Octavio José Pessoa Ferreira (CPF 029.251.332-15), Osmar Jacobsen Filho (CPF 457.501.309-91), Patrícia de Oliveira Coelho (CPF 525.987.806-04), Paulo Henrique Nogueira (CPF 478.912.541-68), Paulo Nogueira de Medeiros (CPF 235.935.203-20), Paulo Sérgio Correia de Oliveira (CPF 553.577.507-00), Paulo Sérgio de Bittencourt Amarante (CPF 042.243.102-87), Pedro José Suffredini (CPF 124.687.035-53), Pedro Lacerda Neto (CPF 224.526.991-87), Pedro Lopes de Oliveira (CPF 185.997.701-44), Pedro Martins de Sousa (CPF 055.014.901-53), Pedro Tadeu Oliveira da Silva (CPF 146.117.161-04), Phaedra Câmara da Motta (CPF 292.671.535-87), Rafael Blanco Muniz (CPF 098.382.281-68), Raimundo José Guanabara Campos (CPF 981.851.877-20), Raimundo Nonato Demétrio Gaia (CPF 070.232.782-49), Rainério Rodrigues Leite (CPF 358.563.864-34), Renê Fortaleza Rocha (CPF 605.969.101-34), Ricardo Eustáquio de Souza (CPF 418.151.491-91), Ricardo Fahr Pessoa (CPF 797.013.617-68), Roberto Eiji Sakaguti (CPF 367.621.051-49), Romualdo Cezar Ferreira (CPF 685.777.454-49), Ronaldo Saldanha Honorato (CPF 930.893.094-91), Rosa Maria Barros de Miranda (CPF 044.740.153-04), Rosangela Célia Barbosa de Andrade Souza (CPF 361.539.664-20), Rosélia Penha Mendonca de Souza (CPF 471.845.231-72), Rosângela de Souza Magalhães (CPF 196.918.312-87), Rozana Chim Soriano (CPF 674.631.857-53), Sandra Cavalcante Lins (CPF 416.340.201-20), Sandra Rosane Clausen Sigwalt (CPF 302.294.309-10), Sérgio Borges Cunha (CPF 343.273.551-00), Silvanir Pereira dos Santos Batista (CPF 355.345.591-87), Sílvio Carlos Pereira Moraes (CPF 173.514.052-04), Simone Maria Barbosa Ferreira (CPF 541.576.766-53), Sônia Regina Coutinho (CPF 521.087.169-04), Teobaldo Torres Cavalcante Sobrinho (CPF 223.963.301-87), Terezinha Luiza Cardoso Mendes (CPF 093.208.811-20), Ticiana Gomes Coêlho de Albuquerque (CPF 263.121.073-53), Trifonio Silva Fontinele (CPF 412.269.337-34), Valdecy Rocha Bandeira (CPF 092.412.211-00), Valdir Figueredo Chaves (CPF 212.355.971-72), Valeria Galgariny de Magalhaes Melo (CPF 301.681.471-49), Vera Lúcia Paulino de Souza (CPF 097.039.774-72), Vicente Paulo Croisfelt (CPF 765.547.598-91), Vilmar Agapito Teixeira (CPF 410.790.941-72), Virgilius de Albuquerque (CPF 848.555.337-34), Waldir Braga Leite (CPF 289.683.281-53), Walker Antônio Xavier Santos (CPF 287.181.001-04), Washington Reis Cardoso Sousa (CPF 206.025.372-15), William Aguiar da Silva (CPF 746.422.867-72), Wilson Julio da Luz Santos (CPF 292.916.400-00), Wilson Lopes Curvina (CPF 042.652.621-04) e Zenaide Fernandes da Silva (CPF 034.710.392-87)
Unidade: Tribunal de Contas da União (TCU)
Advogado constituído nos autos: não há

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-010.490/2010-8
(com 1 volume e 2 anexos)
Natureza: Monitoramento (em Relatório de Levantamento de Auditoria)
Interessado: Congresso Nacional
Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-021.809/2008-7
Natureza: Representação
Unidade: Comando do Exército da Terceira Região Militar
Interessada: Secretaria de Fiscalização de Pessoal/Sefip
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

Classe I - Recursos

TC-008.658/2006-9
Natureza: Embargos de Declaração.
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região - TRT/MG.
Embargante: Associação dos Servidores do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região - ASTTTER.
Advogado constituído nos autos: Tiago Cardoso Penna, OAB/MG n. 83.514.

Classe IV - Tomadas e Prestações de Contas

TC-016.898/2005-1
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional no Estado de São Paulo - CREFITO-3.
Responsáveis: Ana Paula Naves Britto, CPF n. 099.377.198-01; Atílio Mauro Suarti, CPF n. 009.615.608-27; Carlos Ruiz da Silva, CPF n. 074.865.058-00; Cid Bianchi, CPF n. 905.292.788-04; Dilcilene do Socorro Dorabiato, CPF n. 461.124.302-82; Éber Emanoel Viana Serafim Araújo, CPF n. 501.545.754-53; Eliane Maria Fragoso, CPF n. 011.292.598-70; Fábio Horvat, CPF n. 279.001.108-79; Fábio Linaldo dos Santos, CPF n. 902.090.605-49; Heráclides Moreira da Silva, CPF n. 768.010.558-87; Jorge Ferreira Lima, CPF n. 694.829.264-04; José Benites Penha Torres, CPF n. 119.764.621-34; Lucia Rienzo Varella, CPF n. 941.784.708-25; Lúcia de Fátima da Cunha Nery, CPF n. 642.764.228-68; Maria Aparecida Bevilacqua, CPF n. 085.824.698-88; Maria Mabel da Costa Palácio Miranda, CPF

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

n. 255.876.504-30; Regina Aparecida Rossetti Heck, CPF n. 105.836.958-09; Regina Celi Nascimento, CPF n. 444.702.074-20; Ricardo Silva Brunialti, CPF n. 126.833.488-00; Rodolfo Hazelman Cunha, CPF n. 007.771.698-19; Zenildo Gomes da Costa, CPF n. 038.520.404-34.

Advogados constituídos nos autos: Arthur Jorge dos Santos, OAB/SP n. 134.769, Angelita Monique de Andrade Santos, OAB/SP n. 189.753, Aldo Varella Tognini, OAB/SP n. 42.947; Édina Versutto, OAB/SP n. 132.269; Fábio João Bassoli, OAB/SP n. 109.568, Adelson Naves Britto, OAB/SP n. 194.897; Edson de Toledo, OAB/SP n. 111.777; Thaís Ramos Rocha, OAB/TO n. 337; Maria Eugênia Ferreira da Silva, OAB/SP n. 131.204; Carlos Alberto Ferreira, OAB/SP n. 27.990; Luciana da Cunha Campos Diana, OAB/SP n. 129.707; Átila Gonçalves de Carvalho, OAB/SP n. 187.320; Nilton Mendes Camparim, OAB/SP n. 103.098; Daniela Stefani Amaral, OAB/SP n. 172.881 e Luciana Zioli, OAB/SP n. 186.488.

TC-020.054/2008-4
Natureza: Tomada de Contas Simplificada, exercício de 2007.
Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Acre - TRE/AC.
Responsáveis: Samoel Martins Evangelista (CPF n. 044.986.662-91); Arquilau de Castro Melo (CPF n. 021.993.782-68); Izaura Maria Maia de Lima (CPF n. 045.755.802-44); Pedro Ranzi (CPF n. 020.279.922-00); Carlos Venícius Ferreira Ribeiro (CPF n. 216.100.022-53); Wendelson Mendonça da Cunha (CPF n. 694.090.302-00); Rutemberg Gomes Botelho (CPF n. 288.062.201-87); Erivan Oliveira da Silva (CPF n. 578.567.452-15); Antônia Geanne Araújo de Sousa (CPF n. 392.289.673-15); José Alderlândio de Aaújo Dantas (CPF n. 618.142.962-40); Wendelson Mendonça da Cunha (CPF n. 694.090.302-00); Normandes de Oliveira Santos (CPF n. 648.155.361-04); Ronaldo Braga de Paula (CPF n. 307.812.722-20); Maria Vanda de Moura (CPF n. 095.883.292-72); Altamiro Dantas Cruz (CPF n. 138.792.602-06); Francisca Djenane Marinho Marques (CPF n. 369.807.143-68).
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-010.510/2010-9
Natureza: Representação.
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/CE.
Interessado: Tribunal de Contas da União.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

Classe IV - Tomadas e Prestações de Contas

TC-002.234/2007-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Comissão Geral da Feira Nacional do Arroz e Exposição Agropecuária, Industrial e Comercial - Fenarroz
Responsáveis: Ilmo Ivo Pfüller (CPF 045.545.740-91) e Comissão Geral da Feira Nacional do Arroz e Exposição Agropecuária e Industrial (CNPJ 87.769.402/0001-33)
Advogado constituído nos autos: Nilton Luís Silva dos Santos (OAB/RS 21.563)

TC-024.167/2007-8
Apensos: TC-001.864/2006-5, TC-002.064/2001-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Governo do Estado do Mato Grosso do Sul; Ministério do Trabalho e Emprego (vinculador)
Responsáveis: Alcione Nogueira da Fonseca Boniatti (CPF 250.457.171-20); Augusto Maurício da Cunha e Menezes Wanderley (CPF 004.197.451-49); Estado do Mato Grosso do Sul (CNPJ 15.412.257/0001-28); João José de Souza Leite (CPF 105.165.301-00); João Pereira da Silva (CPF 002.182.861 04); Lourival Ângelo Ponchio (CPF 141.609.948-49); Luiz Yoshiharu Yoshimura (CPF 069.970.151-15); Márcia Josepha Corral Tacaci Garcia do Amaral (CPF 049.560.988-98); Mônica Régis Wanderley Crivellente (CPF 445.949.761-15); Paulo Roberto Capiberibe Saldanha (CPF 068.268.901-78); Roberto Mitio Harada (CPF 148.302.998-00); Selma Regina Rodrigues de Melo (CPF 068.701.878-19)
Advogados constituídos nos autos: Aldivino Antônio de Souza Neto, OAB/MS 7.828; Álvaro de Barros Guerra Filho, OAB/MS 8.367; Divoncir Schreiner Maran Júnior, OAB/MS 10.026; Edmilson Oliveira Nascimento, OAB/MS 6.503; Gilson Gomes da Costa, OAB/MS 6.109; Gustavo Romanowski Pereira, OAB/MS 7.460; Lucilene Guedes Soares, OAB/MS 13.704; Marco Aurélio Afonso de Almeida, OAB/MS 5.802; Maria Aparecida Coutinho Machado, OAB/MS 9.986; Newley Alexandre da Silva Amarilla, OAB/MS 2.921; Rodrigo Marques Moreira, OAB/SP 105.210 OAB/MS 5.104-A; Rosangela Damiani, OAB/MS 7.232; Silmara Domingues Araújo, OAB/MS 7.696; Tânia Conceição Bataglin Brum, OAB/MS 4.518; e Vladmir Rossi Lourenço OAB/MS 3.674

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-001.594/2007-6
Apensos: TC-010.434/2009-8; TC-021.104/2009-0; TC-008.944/2010-5 e TC-027.945/2010-3
Natureza: Representação
Entidade: Município de Cachoeiro de Itapemirim/ES
Responsáveis: Alex Sandre Rodrigues Rangel (017.142.387-92); CHF Comércio de Produtos Hospitalares Ltda. (05.968.894/0001-21); Elisângela Portella Sobreira (017.027.247-86); Felipe Buffa Souza Pinto (080.799.307-75); George Macedo Vieira (042.058.947-32); Jorge Luiz Gava (342.631.527-00); Luciara Botelho Moraes (005.214.407-00); Luvamed Comercial Ltda. (05.544.639/0001-51); Lílian de Souza Barbosa (077.876.617-98); Magda Aparecida Gasparini (828.141.047-72); Roberto Valadão Almokdice (195.883.997-34); Sérgio de Mory Pezzim (560.636.287-20); Shalon Adonai Comércio e Serviços Ltda. (05.604.929/0001-43); W. A. Silva & Cia Ltda. (27.350.941/0001-01)
Interessada: Procuradoria da República no Município de Cachoeiro de Itapemirim/ES
Advogados constituídos nos autos: Jardel Fávero Júnior (OAB/ES 9.644); Marcos Sérgio Espíndula Fernandes (OAB/ES 9.472); Cláudia Reis Rosa (OAB/ES 7.836)

TC-003.314/2011-1
Natureza: Representação
Entidade: Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA
Interessada: Sigma Dataserv Informática S/A
Advogados constituídos nos autos: Luis Eduardo Coimbra de Manuel, OAB/PR nº 56.600, Fernando Vernalha Guimarães, OAB/PR nº 20.738 e Silvio Felipe Guidi, OAB/PR nº 36.503

TC-030.510/2008-0
Apenso: TC-032.564/2008-0
Natureza: Representação
Entidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado do Paraná
Interessado: Secex/PR
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro-substituto WEDER DE OLIVEIRA

Classe IV - Tomadas e Prestações de Contas

TC-015.431/2009-9
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 14ª Região/AC -RO - JT.
Responsável: Maria Goretti de Oliveira Andrade (221.952.462-00).
Interessado: Tribunal Regional do Trabalho 14ª Região/AC-RO - JT (00.509.968/0015-43).
Advogado constituído nos autos: não há.

Secretaria das Sessões, 18 de março de 2011.
MARCIA PAULA SARTORI
Subsecretária do Plenário

EXTRATO DA PAUTA Nº 9(EXTRAORDINÁRIA RESERVADA)
Sessão em 23 de março de 2011, às 14h30min

Resumo dos processos incluídos em Pauta, para apreciação e julgamento pelo Plenário, na Sessão Extraordinária Reservada, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 15, 94, 97, 105, 130, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, com alterações promovidas pela Resolução nº 195/2006.

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

TC-004.991/2011-7
Natureza: Administrativo
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.495/2011-3
Natureza: Administrativo
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.052/2010-2
Natureza: Administrativo
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro UBIRATAN AGUIAR

TC-003.320/2011-1
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há

TC-025.591/2008-8
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

TC-021.284/2009-7
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há

TC-026.105/2010-1
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

TC-003.414/2010-8
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.998/2010-0
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

TC-002.763/2011-7
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.946/2010-8
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.444/2010-1
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.869/2010-0
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

TC-004.696/2011-5
Natureza: Denúncia.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.511/2007-6
Natureza: Denúncia.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto WEDER DE OLIVEIRA

TC-026.977/2010-9
Natureza: Denúncia.
Advogado constituído nos autos: não há.

PROCESSOS UNITÁRIOS

- Relator, Ministro VALMIR CAMPELO

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-000.658/2011-1
Apenso: TC-003.926/2011-7
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há

TC-032.772/2010-6
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-005.821/2011-8
Natureza: Representação
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.616/2007-1
Natureza: Representação
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro UBIRATAN AGUIAR

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-014.156/2010-5
Natureza: Aposentadoria
Advogado constituído nos autos: não há

TC-032.972/2010-5
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro AUGUSTO NARDES

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-004.871/2011-1
Natureza: Administrativo.
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-006.007/2011-2
Natureza: Administrativo
Advogado constituído nos autos: não há

PROIBIDA A IMPRENSA NACIONAL
PROIBIDA DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-028.847/2010-5
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-000.185/2008-9
(com 2 anexos, o anexo 1 com 1 volume (sigiloso))
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: Marcos Alessandro Coutinho Passos Lobo, OAB/MA 5.166.

TC-016.391/2009-6
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-005.271/2011-8
Natureza: Administrativo.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.281/2011-3
Natureza: Administrativo.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.381/2011-8
Natureza: Representação.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.607/2006-2
Natureza: Administrativo.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto WEDER DE OLIVEIRA

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-004.918/2011-8
Natureza: Administrativo.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.947/2011-8
Natureza: Administrativo.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.629/2010-9
Natureza: Administrativo.
Advogado constituído nos autos: não há.

Secretaria das Sessões, 18 de março de 2011.
LUIZ HENRIQUE POCHYLY DA COSTA
Secretário das Sessões

ATA Nº 8, DE 16 DE MARÇO DE 2011
(Sessão Ordinária)

Presidente: Ministro Benjamin Zymler
Representante do Ministério Público: Procurador-Geral, em exercício, Lucas Rocha Furtado
Secretário das Sessões: AUFC Luiz Henrique Pochyly da Costa
Subsecretária do Plenário: AUFC Marcia Paula Sartori

À hora regimental, com a presença dos Ministros Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Jorge e José Múcio Monteiro, dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado para substituir o Ministro Ubiratan Aguiar), André Luís de Carvalho (convocado para substituir o Ministro Raimundo Carreiro) e Weder de Oliveira e do representante do Ministério Público, Procurador-Geral, em exercício, Lucas Rocha Furtado, a Presidência registrou a ausência, em férias, dos Ministros Ubiratan Aguiar e Raimundo Carreiro e do Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa e declarou aberta a sessão ordinária do Plenário.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Tribunal Pleno homologou a ata nº 7, da sessão ordinária realizada em 2 de março corrente (Regimento Interno, artigo 101).

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

COMUNICAÇÕES (v. inteiro teor no Anexo I a esta Ata)

Da Presidência:

Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Cleny Maria Nardes;

Preenchimento em apenas uma semana de 2880 vagas de treinamento à distância para capacitação e aprimoramento dos gestores públicos e início do Programa de Aprimoramento Profissional em Auditoria (Proaudi), com o curso de Inteligência de Controle;

Visita às obras do Estádio do Maracanã, em função do processo de acompanhamento dos preparativos para a realização da Copa do Mundo no Brasil, às obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) e às instalações do Centro de Pesquisa da Petrobras; e

Realização de exposições sobre o panorama econômico nacional e internacional, com a participação do Ministro da Fazenda, da Ministra do Planejamento e do Presidente do Banco Central, com intuito de subsidiar o capítulo que trata do "Desempenho da Economia Brasileira" no Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas de Governo.

Do Ministro Valmir Campelo:

Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Cleny Maria Nardes.

Do Ministro José Múcio:

Participação da 10ª Reunião do Comitê Diretivo do Grupo de Auditoria Ambiental da Intosai (WGEA).

MEDIDA CAUTELAR REVOGADA (v. inteiro teor no Anexo II a esta Ata)

O Plenário referendou, nos termos do disposto no § 1º do art. 276 do Regimento Interno deste Tribunal, a revogação da medida cautelar exarada no processo nº TC-000.658/2011-1, pelo Ministro Valmir Campelo, para suspensão da Concorrência Internacional nº 010/2010 da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero).

SORTEIO ELETRÔNICO DE RELATOR DE PROCESSOS

De acordo com o parágrafo único do artigo 28 do Regimento Interno e nos termos da Portaria da Presidência nº 9/2011, foi realizado sorteio eletrônico dos seguintes processos:

Data do sorteio: 03/03/2010

Processo: 005.686/1998-9
Interessado: GRUPO EXECUTIVO PARA EXTINÇÃO DO DNER - MT (EM LIQUIDAÇÃO), Sebastião da Silva Luna dos Santos
Motivo do sorteio: Impedimento - Arts. 111 e 151, Inciso II do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro JOSÉ JORGE

Processo: 014.087/2010-3
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro JOSÉ JORGE

Processo: 015.028/2010-0
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Processo: 015.291/2009-6
Interessado: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - JE
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro AUGUSTO NARDES

Processo: 018.267/2007-8
Interessado: SECEX-PE/SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO NO ESTADO
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara
Relator sorteado: Ministro UBIRATAN AGUIAR

Processo: 028.696/2009-1
Interessado: CICERO VAGNER RIBEIRO
Motivo do sorteio: Recurso de Revisão ao Plenário contra Decisão
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro AUGUSTO NARDES

Data do sorteio: 10/03/2010

Processo: 005.459/2006-1
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Revisão de ofício - questão de ordem - Ata 33/2006-P
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara
Relator sorteado: Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Processo: 020.225/2007-5
Interessado: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - MEC
Motivo do sorteio: Impedimento - Arts. 111 e 151, Inciso II do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro JOSÉ JORGE

Data do sorteio: 15/03/2010

Processo: 001.353/2008-0
Interessado: /MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Processo: 001.827/2009-6
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro VALMIR CAMPELO

Processo: 002.342/2005-7
Interessado: UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - MEC
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Processo: 004.779/2005-8
Interessado: FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - MS
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Processo: 005.840/2011-2
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Processo Administrativo - Art. 28, inciso XIV do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro JOSÉ JORGE

Processo: 006.454/2010-0
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara
Relator sorteado: Ministro VALMIR CAMPELO

Processo: 007.433/2004-8
Interessado: CONGRESSO NACIONAL
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro VALMIR CAMPELO

Processo: 007.472/2007-0
Interessado: Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte - CE
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro AUGUSTO NARDES

Processo: 008.175/2009-7
Interessado: CONGRESSO NACIONAL
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro UBIRATAN AGUIAR

Processo: 008.950/2008-3
Interessado: JOSE APARECIDO NUNES PIRES, SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Processo: 010.902/2010-4
Interessado: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (VINCULADOR)
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Processo: 016.175/2010-7
Interessado: LILIANE ANDREA DE ARAUJO BEZERRA
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro AUGUSTO NARDES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo: 025.131/2009-6
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro JOSÉ JORGE

Processo: 031.328/2007-0
Interessado: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (VINCULADOR), VÁLDENER BORGES SOARES
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro AUGUSTO NARDES

Processo: 033.400/2008-2
Interessado: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - MS
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara
Relator sorteado: Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Processo: 279.036/1995-7
Interessado: Prefeitura Municipal de Érico Cardoso - BA, Arno Hugo Augustin Filho
Motivo do sorteio: Recurso de Revisão ao Plenário contra Acórdão
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 567 a 582.

RELAÇÃO Nº 10/2011 - Plenário
Relator - Ministro VALMIR CAMPELO

ACÓRDÃO Nº 567/2011 - TCU - Plenário

Vistos, relacionado e discutidos estes autos que versam sobre recurso de revisão interposto pela ETEC - Empresa de Terraplanagem e Construções Ltda., contra o Acórdão nº 364/2005, mantido em seus termos pelos Acórdãos nºs 340/2006, 526/2008, 2519/2009 e 708/2010, todos do Plenário. Considerando que, à vista dos elementos contidos nos autos não foram atendidos os requisitos específicos de admissibilidade estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 8.443/1992;

Considerando que a recorrente em nenhum momento comprovou a execução do objeto do Convênio nº 749/SNH/92;

Considerado que a exceção do documento de fl. 16 (anexo 4), todos os demais documentos já constavam dos autos (conf. fls. 150, 173/4 e 365, v.p.), no entanto, o referido documento não é apto a comprovar a realização do objeto do convênio com os recursos federais repassados, razão pela qual não tem qualquer eficácia sobre a prova produzida (art. 35, III, da Lei nº8.443/1992);

Considerando que a recorrente limita-se a manifestar sua insatisfação com as conclusões obtidas por esta Corte, com base em alegações eminentemente jurídicas, e apresentar declarações que não tem o condão de comprovar a boa e regular aplicação dos recursos federais transferidos à Municipalidade por meio do referido convênio;

Considerando os pareceres uniformes da Serur e do Ministério Público junto ao TCU pelo não conhecimento do recurso, por não atender os requisitos de admissibilidade previstos para a espécie;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, ante as razões expostas pelo Relator, por unanimidade, em não conhecer do presente recurso de revisão, por não preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art.35 da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 266 do RI/TCU, dando-se ciência desta deliberação à recorrente, acompanhada de cópia do exame de admissibilidade de fls. 20/23.

1. Processo TC-350.210/1995-0 - RECURSO DE REVISÃO (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 014.063/1993-0 (SOLICITAÇÃO)
1.2. Recorrente: ETEC - Empresa de Terraplanagem e Construções Ltda. (23.695.091/0001-22)
1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São José de Ribamar/MA
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MA(SECEX-MA)
1.5. Advogados constituídos nos autos: Manoel Ximenes Neto, OAB/MA 6.229; Licia Ramos Cavalcante, OAB/MA 8.376; Fabrício de Castro Oliveira, OAB/BA 15.055, Israel Matos Aguiar, OAB/MA 2.173; Joaquim José Santiago Cabral, OAB/MA 5.326; Maria da Gloria Costa Gonçalves Aquino, OAB/RJ 105.640 e OAB/MA 6.399-A
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 568/2011 - TCU - Plenário

Considerando que o Banco do Nordeste do Brasil, por meio do Ofício-Gapre 2011/0048, datado de 10.1.2011, enviou a este Tribunal Ofício nº 809-01, do Ambiente de Análise e Acompanhamento de Crédito/Coordenação do Projeto Transnordestina Logística S.A., órgão do BNB, no qual são prestadas informações a respeito do cumprimento de determinações do inseridas no Acórdão nº 2.297/2010 - TCU - Plenário, solicitando prorrogação de prazo para atendimento das determinações constantes dos subitens 9.4.4, 9.4.5 e 9.4.6 do referido acórdão.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "e" do Regimento Interno, em autorizar a prorrogação de prazo, na forma solicitada:

1. Processo TC-002.215/2010-1 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Interessados: Banco do Nordeste do Brasil S.A. (07.237.373/0001-20); Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (09.263.130/0001-91)
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A. - MF; Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PE(SECEX-PE)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 8/2011 - Plenário
Data da Sessão: 16/3/2011 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 10/2011 - Plenário
Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 569/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão ordinária de Plenário e tendo em vista estes autos de tomada de contas especial em desfavor de José Maria Cardoso, ex-prefeito de Pugmil/TO, em decorrência da omissão no dever de prestar contas dos recursos federais repassados ao mencionado município em 1998, por força do Convênio 55.208/1998, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, objetivando suprir as necessidades nutricionais dos alunos da educação pré-escolar e/ou do ensino fundamental, matriculados em escolas públicas da municipalidade, mediante a garantia de pelo menos uma refeição diária, com cerca de 350 quilocalorias e 09 gramas de proteínas;

Considerando que, pelo Acórdão 94/2006-TCU-1ª Câmara, as contas foram julgadas irregulares e em débito o responsável, além de lhe ser aplicada multa;

Considerando que o responsável interpôs, em 31/01/2011, Recurso de Revisão (fl. 2, Anexo 1);

Considerando que o recurso de revisão, conforme estatuído no art. 35, incisos I, II e III, da Lei 8.443/92, deve ser fundado em erro de cálculo; falsidade ou insuficiência de documentos em que se tenha fundamentado o acórdão recorrido; e na superveniência de documentos novos com eficácia sobre a prova produzida;

Considerando que o interessado não mencionou em qual das hipóteses descritas no dispositivo supracitado está fundamentando a sua peça recursal;

Considerando os pareceres uniformes da Secretaria de Recursos e do Ministério Público, no sentido do não conhecimento do recurso;

ACORDAM, com fundamento no art. 35 da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 288, do Regimento Interno do TCU, em não conhecer do Recurso de Revisão, por não atender aos requisitos específicos de admissibilidade, e dar ciência ao recorrente do teor deste Acórdão.

1. Processo TC-001.067/2003-9 (RECURSO DE REVISÃO EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 004.068/2006-4 (COBRANÇA EXECUTIVA); 004.062/2006-0 (COBRANÇA EXECUTIVA)
1.2. Interessado: Jose Maria Cardoso (037.200.637-04);
1.3. Entidade: Município de Pugmil/TO.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - TO (SECEX-TO)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 570/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão ordinária de Plenário e tendo em vista estes autos de tomada de contas especial, de responsabilidade do Sr. Antônio Roque Bálsamo, ex-Prefeito Municipal de Dumont - SP, instaurada em decorrência da omissão no dever de prestar contas do Convênio 5.296/1996, celebrado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e a referida municipalidade, no valor de R$ 40.000,00, objetivando a reforma de escola no mencionado Município;

Considerando que, pelo Acórdão 429/2002-TCU-1ª Câmara (fls. 164/165, v.p), mantido pelos Acórdãos 367/2005 (Recurso de Reconsideração - fl. 55, v. 1) e 2.347/2005 (Embargos de Declaração - fl. 9, Anexo 1), as contas foram julgadas irregulares e em débito o responsável;

Considerando que o Sr. Antônio Roque Balsamo interpôs Recurso de Revisão contra o Acórdão 2.347/2005-1ª Câmara em 9/12/2010 (fl. 2, Anexo 3); o qual extrapola o prazo quinquenal estipulado pelo caput do art. 35 da Lei 8.443/92, já que o termo final para interposição do referido recurso foi o dia 18/11/2010, contados da data da publicação no Diário Oficial da União do Acórdão 2.347/2005-1ª Câmara (13/10/2005);

Considerando que o recurso de revisão, conforme estatuído no art. 35, incisos I, II e III da Lei 8.443/92, deve ser fundado em erro de cálculo, falsidade ou insuficiência de documentos em que se tenha fundamentado o acórdão recorrido, e na superveniência de documentos novos com eficácia sobre a prova produzida;

Considerando que o recorrente se limita, em sua peça recursal, a rediscutir questões que já foram apreciadas por este Tribunal;

Considerando os pareceres uniformes da Secretaria de Recursos e do Ministério Público, no sentido do não conhecimento do recurso;

ACORDAM, com fundamento no art. 35 da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 288, do Regimento Interno do TCU, em não conhecer do Recurso de Revisão, por ser intempestivo e não atender aos requisitos específicos de admissibilidade, e dar ciência ao recorrente do teor deste Acórdão.

1. Processo TC-014.519/1999-2 (RECURSO DE REVISÃO EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 022.081/2006-4 (COBRANÇA EXECUTIVA)
1.2. Interessado: Antonio Roque Balsamo (549.396.588-72)
1.3. Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - MEC
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SP (SECEX-SP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 571/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão ordinária de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, 41, da Lei 8.443/92, c/c arts. 1º, inciso II, 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso IV, todos do Regimento Interno, em determinar o arquivamento dos presentes autos, uma vez que cumpriu o objetivo para o qual foi constituído.

1. Processo TC-010.927/2004-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessados: José Herculano de Siqueira (014.311.536-72); Ovande Carlos Soares Pereira (003.841.279-91); Secretaria de Fiscalização de Pessoal; Sindicato dos Trabalhadores Em Saúde e Previdência do Serviço Público Federal (78.267.143/0001-51); Sônia Rosa Andrade (311.975.079-49)
1.2. Órgão: Secretaria de Recursos Humanos - MP
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 572/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão ordinária de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, "a", e 232, § 2º, do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da presente solicitação de realização de fiscalização, por falta de legitimidade da requerente, promovendo-se, em seguida, o seu arquivamento, sem prejuízo de encaminhar ofício de resposta e cópia desta deliberação à interessada, de acordo com o parecer da Secex/PB:

1. Processo TC-032.614/2010-1 (SOLICITAÇÃO)
1.1. Interessada: Iracema Nélis de Araújo Dantas, prefeita de São José do Sabugi - PB
1.2. Entidade: Prefeitura Municipal de São José do Sabugi - PB
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PB (SECEX-PB)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 573/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão ordinária de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, "a", e 232, § 2º, do Regimento Interno/TCU, em não conhecer das presentes solicitações de realização de fiscalização, por falta de legitimidade dos requerentes, adotar a seguinte medida, promovendo-se, em seguida, o seu arquivamento, sem prejuízo de encaminhar ofício de resposta e cópia desta deliberação ao Sr. Johnson Gonçalves de Abrantes, de acordo com o parecer da Secex/PB:

1. Processo TC-033.364/2010-9 (SOLICITAÇÃO)
1.1. Interessados: Municípios de Frei Martinho/PB, Sossego/PB, São José do Sabugi/PB e São José de Caiana/PB, representados pelo Sr. Johnson Gonçalves de Abrantes;
1.2. Entidade: Prefeitura Municipal de Frei Martinho - PB; Prefeitura Municipal de São José do Sabugi - PB; Prefeitura Municipal de Sossêgo - PB
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PB (SECEX-PB)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Medida: orientar os interessados no sentido de que as providências necessárias ao restabelecimento das condições para recebimento de recursos federais devem ser comunicados aos órgãos responsáveis pela inclusão dos municípios no cadastro de inadimplentes do Sistema SIAFI.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ata n° 8/2011 - Plenário
Data da Sessão: 16/3/2011 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 7/2011 - Plenário
Relator - Ministro AUGUSTO NARDES

ACÓRDÃO Nº 574/2011 - TCU - Plenário

Considerando que o recurso de revisão, conforme estatuído no art. 35, incisos I, II e III, da Lei nº 8.443/1992, deve ser fundado em erro de cálculo; falsidade ou insuficiência de documentos em que se tenha fundamentado o acórdão recorrido; e na superveniência de documentos novos com eficácia sobre a prova produzida.

Considerando, dessa maneira, que o presente recurso não está fundado em nenhuma das hipóteses descritas no dispositivo supracitado.

Considerando que o presente recurso de revisão foi interposto de forma intempestiva, conforme análise da Serur em fls. 41/46 dos autos.

Considerando os pareceres uniformes da unidade técnica e do Ministério Público junto ao TCU pugnando pelo não conhecimento do presente recurso de Revisão;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado**,** ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 35, II e III da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 288, do Regimento Interno do TCU, e, de acordo com os pareceres uniformes emitidos nos autos, em não conhecer do recurso de Revisão e determinar o seu arquivamento, após comunicação ao recorrente, do teor deste acórdão, bem como do exame de admissibilidade de fls. 41/46 dos autos.

1. Processo TC-017.678/2000-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 026.643/2007-2 (SOLICITAÇÃO); 007.947/2007-5 (COBRANÇA EXECUTIVA); 007.946/2007-8 (COBRANÇA EXECUTIVA); 007.945/2007-0 (COBRANÇA EXECUTIVA).
1.2. Responsáveis: Construtora Ltda. (16.494.596/0001-20); Luiz Fernando de Fabinho Araújo Lima (110.346.295-49).
1.3. Órgão/Entidade: Prefeituras Municipais do Estado da Bahia (417 Municípios).
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da BA (SECEX-BA).
1.5. Ministro que alegou impedimento na sessão: Aroldo Cedraz.
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 575/2011 - TCU - Plenário

Considerando que o recurso de revisão, conforme estatuído no art. 35, incisos I, II e III, da Lei nº 8.443/1992, deve ser fundado em erro de cálculo; falsidade ou insuficiência de documentos em que se tenha fundamentado o acórdão recorrido; e na superveniência de documentos novos com eficácia sobre a prova produzida.

Considerando que as argumentações não possuem o condão de satisfazer materialmente o inciso II, art. 35, da Lei 8.443/92.

Considerando os pareceres uniformes da unidade técnica e do Ministério Público junto ao TCU pugnando pelo não conhecimento do presente recurso.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado**,** ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 35 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 288, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres uniformes emitidos nos autos, em não conhecer do recurso e determinar o seu arquivamento, após comunicação ao recorrente, por meio de seu procurador e aos interessados do teor deste acórdão, bem como do exame de admissibilidade de fls. 27/30 dos autos.

1. Processo TC-375.295/1992-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 013.853/1992-9 (SOLICITAÇÃO)
1.2. Responsáveis: Alberto Vieira Júnior (010.645.926-00); Benedito Nugnesi de Jesus (602.471.348-72); Djalma Tavares da Cunha Mello Neto (406.551.057-00); João Bosco de Freitas (203.819.137-91); Lindolpho Alves Mansur (002.077.726-49); Marco Túlio Fleury de Carvalho (246.844.906-10); Martiniano Lauro Amaral de Oliveira (002.760.496-91); Paulo César Chiarelli Fonseca (031.475.847-04).
1.3. Órgão/Entidade: Superintendência Regional da Reffsa Em Belo Horizonte - (privat.).
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 576/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento o art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em autorizar a prorrogação de prazo solicitada pelos responsáveis, às fls. 210/214, 218/219 e 220/221 dos autos, concedendo-lhes mais 15 (quinze) dias para apresentar justificativas aos questionamentos do Acórdão nº 2.585/2010-TCU - Plenário, e determinar o encaminhamento dos autos à Secex/AP para análise das mesmas.

1. Processo TC-011.274/2010-7 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Responsáveis: Aguinaldo de Lima Rodrigues (060.017.342-91); Demétrio Celestino Pinheiro da Costa (096.892.061-68); Evan Carlos da Costa de Albuquerque (302.936.182-91); Fabrício Benevides dos Santos (584.417.192-68); Francisco Antônio Mendes (011.023.543-68); Giorgio Gonçalves Quintas (602.524.482-00); Helielson Alain do Nascimento Ribeiro (431.998.792-68); Ivaneide da Paixão Nonato (630.697.412-15); Josiane Andréia Soares Ferreira (900.579.102-00); Luciana Lima Marialves de Melo (415.108.282-49); Marcos José Reategui de Souza (107.440.962-00); Maurício Melo Ribeiro (089.313.212-87); Raimundo Alex Gomes da Silva (152.236.632-68); Ricardo de França Costa (376.024.383-53); Sandra Santos de Oliveira (768.257.444-53).
1.2. Interessado: Congresso Nacional
1.3. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF; Entidades/órgãos do Governo do Estado do Amapá; Ministério das Cidades (vinculador).
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras 3 (SECOB-3)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

ACÓRDÃO Nº 577/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quando ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, incisos III e V, alínea "**a**", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em arquivar o presente processo, nos termos propostos pela Sefip em instrução de fls. 483/487 dos autos.

1. Processo TC-017.017/2005-4 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Interessados: Armando Everton Lima (130.701.187-04); Eliana Marques (004.837.881-04); Milton Monçores Velloso (688.119.007-78); Tribunal Regional Federal 2ª Região (rj-es) (32.243.347/0001-51).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal 2ª Região (RJ-ES)
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 8/2011 - Plenário
Data da Sessão: 16/3/2011 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 11/2011 - Plenário
Relator - Ministro JOSÉ JORGE

ACÓRDÃO Nº 578/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea **e**, e 183, inciso I, alínea **d**, do Regimento Interno, em conceder cópia das planilhas eletrônicas em formato Excel elaboradas pela equipe de fiscalização ao Sr. Sérgio dos Santos Arantes, bem como autorizar a prorrogação do prazo por 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, para atendimento à audiência determinada pelo Acórdão nº 2703/2010-TCU-Plenário, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.836/2010-1 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Responsáveis: José Sérgio Gabrielli de Azevedo (042.750.395-72); Nilo Carvalho Vieira Filho (302.450.287-49); Sérgio dos Santos Arantes (335.417.367-04)
1.2. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A. - MME
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras 3(SECOB-3)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 8/2011 - Plenário
Data da Sessão: 16/3/2011 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 13/2011 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 579/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V; 169, inciso IV, e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em arquivar o presente processo, sem prejuízo de fazer o seguinte alerta e a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.207/2010-0 (MONITORAMENTO)
1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.
1.2. Órgão/Entidade: Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins - Sesau/TO.
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - TO (Secex-TO).
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Alertar a Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins que o 9º Termo Aditivo ao Contrato nº 390/2005, firmado com a empresa Litucera Limpeza e Engenharia Ltda., não permite a utilização de recursos federais em sua execução.
1.6. Determinar à Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins que, em caso de previsão de uso de recursos federais para nova contratação dos serviços objeto do Contrato nº 390/2005, firmado com a empresa Litucera Limpeza e Engenharia Ltda., adote providências tempestivas para observância do subitem 9.2 do Acórdão nº 2.023/2009 - TCU - Plenário.

ACÓRDÃO Nº 580/2011 - TCU - Plenário

Considerando que os presentes autos tratam de solicitação de auditoria nos convênios/contratos firmados entre o Ministério do Turismo e a Associação Brasileira das Empresas de Transporte Aéreo Regional (Abetar), apresentada a este Tribunal pelo Exmo. Sr. Deputado Federal Vanderlei Macris;

Considerando que o solicitante não se enquadra no rol taxativo dos legitimados pelo § único do art. 62 da Resolução-TCU 191/2006 a apresentarem tal demanda;

Considerando, ainda, que a documentação apresentada não trouxe indícios consistentes de irregularidades nas avenças questionadas, razão pela qual a peça não foi autuada como Representação;

Considerando, por fim, que em pesquisa realizada no Portal da Transparência, todos os convênios firmados entre o MTur e a mencionada entidade constam como adimplentes;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, 232, § 2º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em não conhecer da presente Solicitação, por não preencher os requisitos de admissibilidade, e fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.649/2010-6 (SOLICITAÇÃO)
1.1. Interessado: Deputado Federal Vanderlei Macris.
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Turismo (vinculador).
1.3. Unidade Técnica: 5ª Secretaria de Controle Externo (Secex-5).
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinar à 5ª Secex que:
1.5.1. encaminhe cópia desta deliberação, acompanhada de cópia da instrução técnica, ao nobre Deputado Federal Vanderlei Macris;
1.5.2. arquive os presentes autos, sem prejuízo de acompanhar os fatos apontados pelo respeitável Deputado Federal e de promover a devida inclusão da matéria no Plano de Fiscalização do TCU, caso sobrevenham novos elementos que corroborem os indícios iniciais apresentados ao Tribunal.

Ata n° 8/2011 - Plenário
Data da Sessão: 16/3/2011 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 3/2011 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

ACÓRDÃO Nº 581/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, com fundamento no art. 27 da Lei nº 8.443/1992, e na forma do art. 218 do RI/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em dar quitação ao responsável Sr. Paulo Jorge Diniz Costa, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi imputada por meio do Acórdão TCU nº 003/2000 - Plenário:

Valor original da multa: R$ 1.500,00 Data de origem da multa: 19/1/2000
Valor recolhido: R$ 2.832,30 Data do recolhimento: 23/11/2010

1. Processo TC-500.251/1996-7 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 1995)
1.1. Apensos: 500.088/1995-0 e 017.933/1995-1
1.2. Responsáveis: Antonio Alves de Araujo Neto (168.013.181-87); Clodoaldo da Silva Torres Filho (047.088.224-72); Eugenio Manoel do Nascimento Morais (148.883.944-15); Joao Pereira de Menezes Filho (397.004.458-87); Jose Inacio Maia Rufino (002.403.894-68); Paulo Jorge Diniz Costa (084.847.404-04)
1.3. Entidade: Telecomunicações de Pernambuco S.A. - Telpe (Privatizada)
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Pernambuco (Secex-PE)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 582/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, no sentido de que seja feita a correção, mediante apostilamento, com fundamento no art. 143, V, 'd', do RI/TCU, ante a constatação de inexatidão material, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, o Acórdão TCU nº 259/2011 - Plenário, prolatado na Sessão Ordinária do Plenário de 9/2/2011, de modo que onde se lê, no item "9.9. ....caso não seja efetivado o procedimento mencionado no item 9.9.2....," leia-se 9.9. ....caso não seja efetivado o procedimento mencionado no item 9.8.2....., mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-023.803/2006-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: 030.402/2007-5

1.2. Responsáveis: Aloísio Teixeira (385.691.087-53); Rodrigo Sobral Rollemberg (245.298.501-53); Sylvia da Silveira Mello Vargas (004.360.707-15); Universidade Federal do Rio de Janeiro (42.429.480/0001-50)

1.3. Interessados: Receita Federal do Brasil (RFB), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Sindicato Nacional dos Oficiais de Marinha Mercante (Sindmar)

1.4. Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - (UFRJ)

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Rio de Janeiro (Secex-RJ)

1.6. Advogados constituídos nos autos: Joelson Dias (OAB/DF nº 10.441); Donne Pisco (OAB/DF nº 22.812); Juliana Fernandes da Silva (OAB/RJ nº 107.867); Enoque Alves da Silva (OAB/RJ nº 101.086); Gabriela G. Rollemberg (OAB/DF nº 25.157); Pedro Bannwart Costa (OAB/DF nº 26.798); Ubiratan Menezes da Silveira (OAB/DF nº 26.442); Rodrigo da Silva Pedreira (OAB/DF 29.627); Andreive Ribeiro de Sousa (OAB/DF 31.072); João Batista dos Santos (OAB/RJ nº 16.281); Aldelina Lopes Monteiro (OAB/RJ nº 45.493); Ana Cláudia de Lemos Santos (OAB/RJ nº 101.045); Hélio Henrique Bastos Machado (OAB/RJ nº 48.648); Tânia Amaral Gomes Gonçalves (OAB/RJ nº 83.676); Ígor Miranda (OAB/DF nº 25.158).

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 8/2011 - Plenário
Data da Sessão: 16/3/2011 - Ordinária

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário proferiu os Acórdãos de nºs 583 a 609, a seguir transcritos e incluídos no Anexo III desta Ata, juntamente com os relatórios e votos em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 583/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.304/2005-0.

2. Grupo II - Classe IV - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Caixa Econômica Federal - CEF (00.360.305/0001-04).

3.2. Responsáveis: José Maria Nardeli Pinto, CPF 183.002.781-68; Fábio Luís Rezende de Carvalho Alvim, CPF 247.667.551-20; Valnei Batista Alves, CPF 288.956.816-49; João Carlos Monteiro, CPF 184.000.190-91; Henrique Costábile, CPF 378.352.468-72, Ana Cristina Ribeiro da Cunha, CPF 444.117.151-04, Aguinaldo Guidi Júnior, CPF 791.492.278-15, Alexandre Melillo Lopes dos Santos, CPF 244.936.191-04, José Luiz Trevisan Ribeiro, CPF 462.802.359-04, Marcus Antônio Tofanelli, CPF 198.779.196-72, Oswaldo Serrano de Oliveira, CPF 627.672.917-53, Fernando Manuel Teixeira Carneiro, CPF 824.903.177-68, Mário Ferreira Neto, CPF 010.141.058-11, Telma de Castro, CPF 125.658.811-34, Márcio Tancredi, CPF 462.916.106-63, João Aldemir Dornelles, CPF 148.914.410-20, Leopoldo Silveira Furtado, CPF 462.890.626-20.

4. Entidade: Caixa Econômica Federal - CEF.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin e Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado (manifestação oral).

7. Unidade: 2ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-2).

8. Advogados constituídos nos autos: Juliana Tavares Almeida, OAB/DF 12794; Mauro Porto, OAB/DF 12878; Emanuelle Dias Weiler, OAB/DF 26208; Guilherme Lopes Mair, OAB/SP 241701; Aline Lisboa Naves Guimarães, OAB/DF 22400; Cristiana Meira Monteiro, OAB/DF 20249; Fernando de Assis Gomes, OAB/DF 20896; Túlio Fretas do Egito Coelho, OAB/DF 4111; Flávia Pereira Viana, OAB/DF 22320; Luís Carlos Alcoforado, OAB/DF 7202; Lívia Rodrigues da Fonseca, OAB/DF 27824.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada contas especial, instaurada por conversão de processo de representação sobre irregularidades na execução de contratos, celebrados mediante dispensa de licitação fundamentada no art. 24, inciso XIII, da Lei 8666/1993, entre a Caixa Econômica Federal - CEF e a Associação Brasileira dos Bancos Estaduais e Regionais - Asbace,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. retornar o processo à sua natureza original de Representação para, no mérito, julgá-la procedente.

9.2. aplicar, individualmente, a José Maria Nardeli Pinto, Fábio Luís Rezende de Carvalho Alvim, Valnei Batista Alves e João Carlos Monteiro a multa prevista no inciso II do art. 58 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), fixando-lhes prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento das multas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente da data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. caso não atendidas as notificações, determinar à Caixa Econômica Federal, com fundamento no art. 28, inciso I, da Lei 8.443/92, que efetue o desconto das multas na remuneração ou proventos dos responsáveis José Maria Nardeli Pinto, Fábio Luís Rezende de Carvalho Alvim, Valnei Batista Alves e João Carlos Monteiro, observados os limites definidos na legislação pertinente;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/92, caso não atendidas as notificações e não for possível fazer desconto em folha de pagamento;

9.5. acolher as alegações de defesa Henrique Costábile, Ana Cristina Ribeiro da Cunha, Aguinaldo Guidi Júnior, Alexandre Melillo Lopes dos Santos, José Luiz Trevisan Ribeiro, Marcus Antônio Tofanelli, Oswaldo Serrano de Oliveira, Fernando Manuel Teixeira Carneiro, Mário Ferreira Neto, Telma de Castro, Márcio Tancredi, João Aldemir Dornelles e Leopoldo Silveira Furtado.

10. Ata n° 8/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 16/3/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0583-08/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 584/2011 - TCU - Plenário

1. Processo: TC-004.669/2004-8 (com 2 volumes e 6 anexos).

Apenso: TC 016.132/2008-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto I - Embargos de Declaração

3. Embargante: José Alves Vieira Guedes (CPF 855.270.418-87).

4. Entidade: Município de Porto Velho/RO.

5. Relator: Ministro Valmir Campelo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Valmir Campelo.

6. Representante do Ministério Público: (não atuou).

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelo Sr. José Alves Vieira Guedes, ex-prefeito do município de Porto Velho/RO, contra o Acórdão nº 1.696/2010 - Plenário, que julgou recurso de revisão interposto contra o Acórdão 2.427/2006 - Segunda Câmara, o qual não conheceu o recurso interposto pelo embargante, por não atender os requisitos de admissibilidade aplicáveis à espécie.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, com fundamento nos arts. 32, inciso II, 34, §§ 1° e 2°, da Lei n° 8.443/92 c/c os arts. 277, inciso III, e 287, §§ 1°, 2° e 3°, do RI/TCU, para, no mérito, rejeitá-los, mantendo-se inalterados os termos do acórdão embargado;

9.2. levar ao conhecimento do embargante e ao Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE o inteiro teor desta deliberação, bem como do Relatório e Voto que a fundamentam.

10. Ata n° 8/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 16/3/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0584-08/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo (Relator), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 585/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC-024.200/2010-7

2. Grupo I - Classe VII - Representação

3. Interessados: Procuradoria da República no Estado do Amazonas e Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas

4. Entidade: Estado do Amazonas

5. Relator: Ministro Valmir Campelo

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Controle Externo no Amazonas (Secex/AM), Secretaria Adjunta de Planejamento e Procedimentos (Adplan) e 4ª Secretaria de Fiscalização de Obras

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos relativos a representação formulada pela Secretaria de Controle Externo no Amazonas - Secex/AM a partir de expedientes conjuntos encaminhados pela Procuradoria da República no Amazonas e pela Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no interesse do Inquérito Civil Público nº 1.13.000.001793/2009-17, dando ciência a este Tribunal de recomendação feita à Superintendência Regional do Amazonas da Caixa Econômica Federal, para que não aprovasse o financiamento ao Governo do Estado do Amazonas para construção de um monotrilho, obra de infraestrutura preparatória para Copa de 2014, na subsede de Manaus, tendo em vista que o projeto básico não atendia aos requisitos do artigo 6º, inciso IX da Lei nº 8.666/93.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, visto que preenche os requisitos de admissibilidade previstos no inciso VI do art. 237 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União;

9.2. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam e da análise procedida pela Secob-4 (fls. 31/37), à Procuradoria da República no Amazonas, ao Ministério Público do Estado do Amazonas, à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, ao Governo do estado do Amazonas, ao Ministério do Esporte, ao Coordenador do Grupo de Trabalho "Copa do Mundo" da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, à Controladoria-Geral da União e à Caixa Econômica Federal, para a adoção das providências que lhes forem cabíveis, bem assim ao Tribunal de Contas do Amazonas - TCE/AM, para o exercício de sua competência fiscalizatória, em observância, também, ao Protocolo de Cooperação firmado com o Tribunal de Contas da União em 11 de maio de 2010, devendo a Corte de Contas estadual representar ao TCU a qualquer tempo, tão logo sejam detectadas irregularidades na aplicação de recursos públicos federais, assegurada a sua jurisdição e responsabilidade em relação à fiscalização dos recursos públicos estaduais;

9.3. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 8/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 16/3/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0585-08/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo (Relator), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 586/2011 - TCU - Plenário

1. Processo: TC-018.944/2008-0 c/ 1Volume e 11Anexos (anexo 1 c/2 vols., anexo 2 c/2 vols., anexo 3 c/10 vols., anexo 5 c/2 vols.)

2. Grupo (I) - Classe de Assunto (I) - Embargos de Declaração (Representação)

3. Embargante: Construssati Serviços e Construções Ltda. (CNPJ: 06.012.051/0001-10)

4. Entidade: Governo do Estado do Tocantins - Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano - CEHAB)

5. Relator: Ministro Valmir Campelo

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado

7. Unidade Técnica: SERUR

8. Advogados constituídos nos autos: Emerson Barbosa Maciel, OAB/DF n°12.318; Luiz Henrique Alves Sobreira Machado, OAB/DF n° 28.512; Pedro Martins Aires Júnior, OAB/TO n°2.389; Solano Donato Carnot Damacena, OAB/TO n° 2.433

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação formulada por membro do MP/TCU apontando indícios de irregularidades envolvendo a construção de 255 unidades habitacionais do PAC no Setor Taquari, em Palmas/TO, em fase de apreciação de embargos de declaração opostos contra o Acórdão n° 1432/2010 - TCU - Plenário, que, dentre outras medidas, declarou, com fulcro no art. 46 da Lei nº 8.443/1992, a inidoneidade da firma Construssati Serviços e Construções Ltda., para participar, por até cinco anos, de licitação na Administração Pública Federal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer, com fulcro nos arts. 32, inciso II, e 34, *caput* e §§ 1° e 2°, da Lei 8.443/92, dos embargos de declaração, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. determinar a restituição dos autos à Serur para realizar o exame de admissibilidade dos Pedidos de Reexame objeto dos anexos 6, 7, 8, 10 e 11;

9.3. dar ciência à embargante, empresa Construssati Serviços e Construções Ltda. do inteiro teor deste acórdão bem como do relatório e voto que o fundamentam.

10. Ata n° 8/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 16/3/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0586-08/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo (Relator), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 587/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC- 021.543/2010-0.

2. Grupo II, classe de assunto VII - representação.

3. Interessadas: Consultoria Jurídica (Conjur) e Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

4. Órgão: Tribunal de Contas da União.

5. Relator: Ministro Valmir Campelo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado (manifestação oral).

7. Unidades técnicas: Consultoria Jurídica (Conjur) e Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela Conjur, com base no art. 237, inciso VI, do Regimento Interno, tendente a justificar a necessidade de a Corte de Contas assegurar a oportunidade do uso do direito ao contraditório e à ampla defesa por parte dos interessados, dado o transcurso de lapso temporal superior a cinco anos, quando da apreciação, para fins de registro, da legalidade de atos de pessoal, em face da recente alteração da jurisprudência do STF acerca da matéria, a partir das decisões nesse sentido adotadas pelo Colegiado Pleno da Excelsa Corte, nos autos do MS-25.116 e do MS-25.403, relatados pelo Ministro Ayres Britto, bem assim dos julgamentos monocráticos de mérito na mesma linha, conforme faculdade atribuída aos relatores pelo Regimento Interno da Corte Máxima de Justiça do País (art. 205), a exemplo dos proferidos nos autos do MS-25.343 e do MS-27.296, de relatoria da Ministra Ellen Gracie, quando Sua Excelência, não obstante discordar dos Ministros que votaram a favor do juízo hoje prevalecente, adotou decisão monocrática com idêntico desfecho, em respeito ao princípio da colegialidade.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, uma vez atendidos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 237, inciso VI, do Regimento Interno, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. reconhecer que o TCU, diante de constatação que possa levar à negativa de registro de ato de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, deve assegurar ao(s) interessado(s)/beneficiário(s) a oportunidade do uso das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, sempre que transcorrido lapso temporal superior a cinco anos quando da apreciação, sem prejuízo do encaminhamento previsto no item 9.6 deste acórdão;

9.3. deixar assente que o prazo de cinco anos, ao término do qual deve ser instaurado o contraditório, é contado a partir da entrada do ato no TCU, observada a orientação contida no item 9.6 da presente deliberação;

9.4. esclarecer que o procedimento previsto no item 9.2 acima incide inclusive sobre os processos em curso;

9.5. determinar a utilização dos seguintes critérios por parte da Secretaria de Fiscalização de Pessoal, para fins de aplicação do procedimento ordenado no item 9.2 supra:

9.5.1. compete ao próprio titular da unidade técnica promover a oitiva do(s) interessado(s)/beneficiário(s), o que deve ocorrer imediatamente após a constatação da ilegalidade, salvo se não utilizada a faculdade prevista no § 1º do art. 157 do Regimento Interno pelo relator (delegação de competência), hipótese em que a este deve ser submetida a proposta de encaminhamento do processo;

9.5.2. os atos alcançados pela regra estabelecida no item 9.2 desta deliberação podem ser agrupados, na forma atualmente adotada pela Sefip para os atos de admissão e de concessão em geral, desde que atendidos os pressupostos para essa medida (situações semelhantes e ocorridas em órgão de origem comum), bem assim que o número de interessados não supere o razoável, permitindo que a defesa de cada um seja adequadamente examinada;

9.5.3. cabe à Sefip, uma vez detectada a ilegalidade do ato e não transcorrido o prazo quinquenal, promover a abertura imediata de processo e a sua tramitação preferencial, para apreciação do Tribunal antes de decorrido esse tempo;

9.6. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) e à Consultoria Jurídica (Conjur) que acompanhem o avanço dos debates e da jurisprudência no âmbito do STF sobre as questões objeto destes autos, submetendo à Presidência do Tribunal, tão logo consolidado o entendimento daquela Corte a respeito do tema, os estudos necessários à definição do assunto nesta Casa, inclusive, se for o caso, anteprojeto de norma que contemple a incorporação, na Resolução-TCU nº 206/2007, dos preceitos que se fizerem necessários à regulamentação definitiva da matéria, sem prejuízo das medidas cabíveis junto à Comissão de Jurisprudência, para que seja atualizada a redação da Súmula-TCU nº 256, afora as providências de normatização a que se referem os itens 72 a 82 do voto que fundamenta esta deliberação;

9.7. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que adote as seguintes providências, com a urgência requerida:

9.7.1. implemente procedimento de avaliação sistemática quanto ao cumprimento dos prazos de alimentação do sistema Sisac, previstos nos arts. 7º e 11 da Instrução Normativa-TCU nº 55/2007, representando ao Tribunal, para as medidas cabíveis, nos casos de atrasos recorrentes e mais significativos;

9.7.2. promova ações de capacitação e treinamento, via Instituto Serzedello Correa (ISC), tendentes a permitir a adequada utilização do Sisac por seus usuários, examinando a possibilidade de a Controladoria-Geral da União assumir parte dessa tarefa;

9.8. determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) que avalie as condições de funcionamento da Sefip, à vista das razões expendidas nos itens 46 a 71 do voto condutor da presente deliberação, de forma a verificar a compatibilidade da atual capacidade operacional daquela unidade técnica com os encargos que resultarão dos procedimentos ora determinados, promovendo a continuidade dos estudos realizados nos autos do TC-007.718/2005-6, por grupo de trabalho instituído pela OS/Sepres nº 4/2005, e submetendo posteriormente a matéria à Presidência do TCU, para possível tomada de decisão;

9.9. cientificar o Presidente do Supremo Tribunal Federal e os demais Ministros da Excelsa Corte sobre os entendimentos firmados nos itens 9.2 e 9.3 deste acórdão e quanto à providência determinada no seu item 9.6, enviando àquelas autoridades cópia da documentação pertinente (relatório, voto e acórdão);

9.10. encaminhar cópia das mesmas peças (relatório, voto e acórdão) aos órgãos de controle interno dos três poderes da União, para conhecimento e divulgação aos responsáveis pelos setores competentes das diversas unidades jurisdicionadas, considerando o disposto no art. 7º, §3º, e no art.11, §4º, da Instrução Normativa-TCU nº 55/2007, sobre a possibilidade de aplicação, por parte do TCU, da multa prevista na Lei nº 8.443/1992, ante o descumprimento injustificado dos prazos estabelecidos nos referidos dispositivos regulamentares;

9.11. dar ciência, ainda, do relatório, voto e acórdão ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público, com vistas ao controle que lhes cabe da atuação administrativa e do cumprimento dos deveres funcionais, em face da inobservância, pelos responsáveis, dos prazos estipulados nos arts. 7º e 11 da aludida Instrução Normativa-TCU nº 55/2007;

9.12. enviar, finalmente, cópia dos mencionados documentos (relatório, voto e acórdão) ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de cuja estrutura faz parte a Secretaria de Recursos Humanos, órgão central do Sistema de Pessoal Civil do Poder Executivo (SIPEC) e também gestor do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), para que esta exerça sua função orientadora e fiscalizadora perante as unidades integrantes dos referidos sistemas, objetivando igualmente o cumprimento, pelos responsáveis, dos prazos estabelecidos nos arts. 7º e 11 da citada Instrução Normativa-TCU nº 55/2007.

10. Ata n° 8/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 16/3/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0587-08/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo (Relator), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 588/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 007.608/2010-1.
2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Representação.
3. Interessado: Tribunal de Contas da União (TCU).
4. Órgão/Entidade: Armazém Avenida Ltda., CNPJ 11.513.751/0001-28.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: Secretaria Adjunta de Planejamento e Procedimento (Adplan).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de irregularidades praticadas por empresa que indevidamente participou de licitações públicas na condição de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), contrariando a Lei Complementar nº 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte) e o Decreto nº 6.204/2007,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 46 da Lei nº 8.443/92, no art. 88, inciso III, da Lei nº 8.666/93 e art. 237, inciso VI, do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer da representação e considerá-la procedente;

9.2. declarar a empresa Armazém Avenida Ltda., CNPJ 11.513.751/0001-28, inidônea para participar de licitação na Administração Pública Federal, por seis meses;

9.3. remeter cópia do acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam:

9.3.1. à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para as providências necessárias à atualização do registro da empresa Armazém Avenida Ltda., CNPJ 11.513.751/0001-28, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf);

9.3.2. ao Ministério Público Federal, à Secretaria da Receita Federal do Brasil/MF e à Secretaria de Direito Econômico/MJ, para as ações nas respectivas áreas de competência;

9.4. com fundamento nos arts. 33 e 34 da Resolução-TCU nº 191/2006, apensar definitivamente o presente processo ao TC-027.230/2009-3.

10. Ata n° 8/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 16/3/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0588-08/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 589/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 027.116/2008-0.
2. Grupo I - Classe I - Assunto: Pedido de Reexame (Relatório de Auditoria).
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessada: Isabel Maria Magalhães Freitas (142.995.183-49).
3.2. Responsáveis: Isabel Maria Magalhães Freitas (142.995.183-49); Liana Rangel Borges (461.340.853-91); Maria Iêda Dantas (241.373.403-15); Maria de Fátima Carvalho Pontes (358.442.993-53); Nazário Gomes Neto (845.054.603-63); Paulo Sérgio de Queiroz Rodrigues (546.225.303-68); Ritelza Cabral Demétrio (107.931.943-34); Tarciana Vasconcelos Carvalho (626.844.773-53).
4. Órgão: Município de Aquiraz - CE.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: Secex-CE e Serur.
8. Advogado constituído nos autos: Leonardo Wandemberg L. Batista, OAB/CE 20623; Wilson da Silva Vicentino, OAB/CE 12844.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 1982/2010 - TCU - Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 286 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame e negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência à interessada.

10. Ata n° 8/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 16/3/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0589-08/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 590/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº 012.095/2005-8 (c/ 21 volumes e 10 anexos)
1.1. Apenso: TC 014.980/2005-3
2. Grupo II - Classe I - Assunto: Pedido de Reexame.
3. Interessado/Recorrentes:
3.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.
3.2. Recorrentes: Banco do Brasil S.A.; Roberto Bocorny Messias (343.047.891-04); Fabrício Gonçalves Costa (491.889.761-49) e Carlos Alberto Reis Figueiredo (433.567.457-00).
4. Órgãos/Entidades: Banco do Brasil S.A. e Banco Popular do Brasil S.A.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Advogados constituídos nos autos: Acélio Jacob Roehrs (OAB/RJ 114.104), Agnaldo Garcia Campos (OAB/SP 130.036), Alberto Lemos Giani (OAB/DF 10.801), Alexandre Pocai Pereira (OAB/SC 8.652), Amir Vieira Sobrinho (OAB/GO 15.235), Ana Carolina Reis Magalhães (OAB/DF 17.700), Ana Diva Teles Ramos Ehrich (OAB/CE 4.149), Ângelo Altoé Neto (OAB/BA 7.410), Ângelo Aurélio Gonçalves Pariz (OAB/SP 74.864), Antônio Carlos Seabra (OAB/MG 49.635), Antônio Fernando Monteiro Garcia (OAB/SC 12.943), Antônio Jonas Madruga (OAB/SC 12.195), Antônio Mendes Pinheiro (OAB/CE 7.226), Antônio Pedro da Silva Machado (OAB/DF 1.739-A), Augusto César Machado (OAB/DF 12.836), Cláudio Roberto Marinho Campos Filho (OAB/PE 24.476), Edino Cézar Franzio de Souza (OAB/SP 113.937), Eneida de Vargas e Bernardes (OAB/SP 135.811-B), Érika Cristina Frageti Santoro (OAB/SP 128.776), Flávio Márcio Firpe Paraíso (OAB/DF 4.866), Gilberto Eifler Moraes (OAB/RS 13.637), Helvécio Rosa da Costa (OAB/DF 12.679), Herbert Leite Duarte (OAB/DF 14.949), Hortência Maria de Medeiros e Silva (OAB/DF 3.744), Irineu Batista (OAB/GO 5.222), Jefferson Luís Mathias Thomé (OAB/DF 20.666), Jorge Luiz Correia (OAB/PE 10.059), Leonardo Gauland de Magalhães Bortoluzzi (OAB/DF 18.056), Luciene Cristina Bascheira Sakuma (OAB/SP 155.829), Luiz Antônio Borges Teixeira (OAB/DF 18.452), Luiz Carlos Kader (OAB/RS 46.088), Luiz de França Pinheiro Torres (OAB/DF 8.523), Luzimar de Souza (OAB/GO 7.680), Magda Montenegro (OAB/DF 8.055), Marcelo Vicente de Alkmim Pimenta (OAB/MG 62.949), Marco Aurélio Aguiar Barreto (OAB/BA 8.755), Mário Eduardo Barbéris (OAB/GO 18.359-A), Mauro Borges Loch (OAB/RS 29.214), Mayris Fernandez Rosa (OAB/DF 5.451), Nelson Buganza Júnior (OAB/SP 128.870), Nivaldo Pellizzer Júnior (OAB/RS 17.904), Orival Grahl (OAB/SC 6.266), Pedro Afonso Bezerra de Oliveira (OAB/DF 5.098), Sérgio Henrique Peixoto Machado (OAB/PE 20.876), Sólon Mendes da Silva (OAB/RS 32.356), Vítor Augusto Ribeiro Coelho (OAB/DF 3.364), Wilderson Botto (OAB/MG 66.037) e Zacarias Carvalho Silva (OAB/MG 44.701).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam pedidos de reexame interpostos contra o Acórdão nº 2.070/2007-TCU-Plenário - ao qual foi dada nova redação pelo Acórdão nº 235/2009-TCU-Plenário - pelo Banco do Brasil S.A. (anexo 7) e pelos Srs. Roberto Bocorny Messias (anexo 8), Fabrício Gonçalves Costa (anexo 9) e Carlos Alberto Reis Figueiredo (anexo 10),

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48 da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 277, inciso II, e 286 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. não conhecer dos recursos interpostos pelos Srs. Roberto Bocorny Messias, Fabrício Gonçalves Costa e Carlos Alberto Reis Figueiredo;

9.2. conhecer do pedido de reexame interposto pelo Banco do Brasil S.A., para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, de modo a tornar insubsistentes os subitens 9.2.5 e 9.2.12 do Acórdão nº 2.070/2007-Plenário;

9.3. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e voto, aos recorrentes.

10. Ata n° 8/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 16/3/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0590-08/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 591/2011 - TCU - Plenário

1. Processo: TC-022.689/2006-5 (c/ 1 volume e 8 anexos).
2. Grupo: II - Classe de assunto; I - Embargos de Declaração.
3. Embargante: Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - Dnit.
4. Entidade: Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - Dnit.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade técnica: não atuou.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração opostos contra os Acórdãos nºs 749/2010-Plenário e 100/2011-Plenário, versando sobre a forma de aplicação do limite de 25% para alterações contratuais, previsto no art. 65, § 1º, da Lei 8.666/1993,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 287 do Regimento Interno deste Tribunal, conhecer dos presentes embargos de declaração para, no mérito, dar-lhes provimento parcial, dando à determinação contida no subitem 9.2 do Acórdão nº 749/2010 - plenário, a seguinte redação;

"*9.2. determinar ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes que, para efeito de observância dos limites de alterações contratuais previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/1993, passe a considerar as reduções ou supressões de quantitativos de forma isolada, ou seja, o conjunto de reduções e o conjunto de acréscimos devem ser sempre calculados sobre o valor original do contrato, aplicando-se a cada um desses conjuntos, individualmente e sem nenhum tipo de compensação entre eles, os limites de alteração estabelecidos no dispositivo legal*";

9.2. dar ciência desta deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamenta, à entidade embargante.

10. Ata n° 8/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 16/3/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0591-08/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 592/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC 019.052/2010-3
2. Grupo I - Classe V - Relatório de Auditoria.
3. Responsável: Elias Fernandes Neto, diretor-geral (CPF 019.792.054-34).
4. Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará - Secex/CE.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de auditoria realizada para avaliar controles gerais de tecnologia da informação no Dnocs.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com base nos arts. 42, §1º, e 43, I, da Lei 8.443/1992, e nos arts. 245, §1º, e 250, inciso III, do Regimento Interno, em:

9.1. determinar ao Dnocs que:

9.1.1. em atenção ao Decreto 4.553/2002, art. 6º, § 2º, inciso II e art. 67, crie critérios de classificação das informações, a fim de que possam ter tratamento diferenciado conforme seu grau de importância, criticidade e sensibilidade, observando o item 7.2 da NBR ISO/IEC 27002;

9.1.2. em atenção à Instrução Normativa GSI/PR 1/2008, art. 5º, VI, c/c a Norma Complementar 03/IN01/DSIC/GSIPR, item 5.3.7.3, institua Comitê de Segurança da Informação e Comunicações, observando as práticas contidas na NBR ISO/IEC 27002, item 6.1.2 Coordenação de segurança da informação;

9.1.3. em atenção à Instrução Normativa 4/2008 - SLTI/MPOG, art. 4º, IV, implante Comitê de Tecnologia da Informação que envolva as diversas áreas do Dnocs, que se responsabilize por alinhar os investimentos de tecnologia da informação com os objetivos institucionais e por apoiar a priorização de projetos a serem implantados, considerando as diretrizes do Cobit 4.1, PO4.2 - Comitê estratégico de TI e PO4.3 - Comitê diretor de TI;

9.1.4. em atenção à Instrução Normativa GSI/PR 1/2008, art. 5º, V, institua equipe de tratamento e resposta a incidentes em redes computacionais, observando as práticas contidas na Norma Complementar 05/IN01/DSIC/GSIPR;

9.1.5. em atenção à Instrução Normativa GSI/PR 1/2008, art. 5º, IV e art. 7º, c/c a Norma Complementar 3/IN01/DSIC/GSIPR, item 5.3.7.2, nomeie Gestor de Segurança da Informação e Comunicações, observando as práticas contidas na NBR ISO/IEC 27002, item 6.1.3 Atribuição de responsabilidade para segurança da informação;

9.1.6. em atenção à Norma Complementar 4/IN01/DSIC/GSIPR, item 5.2.1, estabeleça procedimento de inventário de ativos de informação, de maneira a que todos os ativos de informação sejam inventariados e tenham um proprietário responsável, observando as práticas contidas no item 7.1 da NBR ISO/IEC 27002;

9.1.7. em atenção ao Decreto 5.707/2006, art. 5º, 2º, c/c a Portaria MP 208/2006, art. 2º, I e art. 4º, elabore Plano Anual de Capacitação, com definições dos temas e das metodologias de capacitação a serem implementadas, bem como das ações de capacitação voltadas à habilitação de seus servidores;

9.1.8. em atenção à Instrução Normativa GSI/PR 1/2008, art. 5º, VII, implante Política de Segurança da Informação e Comunicações, observando as práticas contidas na Norma Complementar 03/IN01/DSIC/GSIPR;

9.1.9. em atenção à Norma Complementar 4/IN01/DSIC/GSIPR, implemente processo de gestão de riscos de segurança da informação a fim de, entre outros objetivos, avaliar regularmente a probabilidade e o impacto dos riscos identificados, utilizando métodos qualitativos e quantitativos e observando as práticas contidas no Cobit 4.1, processo PO9 - Avaliar e gerenciar riscos de TI e na NBR 27005 - Gestão de Riscos de Segurança da Informação;

9.1.10. em atenção à Lei 8.666/1993, art. 6º, inc. IX, e à Instrução Normativa 4/2008 -SLTI/MPOG, art. 12, II, defina um processo de software previamente às futuras contratações de serviços de desenvolvimento ou manutenção de software, vinculando o contrato com o processo de software, sem o qual o objeto não estará precisamente definido;

9.1.11. em atenção ao princípio constitucional da eficiência e ao Decreto-Lei 200/67, art. 6º, inciso I, e à Instrução Normativa 4/2008 - SLTI/MPOG, art. 3º, implante, na área de tecnologia da informação, processo de planejamento estratégico de TI que organize estratégias, ações, prazos e recursos financeiros, humanos e materiais, tendo como produto a elaboração e aprovação de um Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI, observando as diretrizes constantes da Instrução Normativa 4/2008 - SLTI/MPOG, art. 4, III, e as práticas contidas no Cobit 4.1, processo PO1 - Planejamento Estratégico de TI.

9.1.12. em atenção à Instrução Normativa GSI/PR 1/2008, art. 5º, VI c/c a Norma Complementar 03/IN01/DSIC/GSIPR, item 5.3.7.3, institua Comitê de Segurança da Informação e Comunicações, observando as práticas contidas na NBR ISO/IEC 27002, item 6.1.2 Coordenação de segurança da informação;

9.1.13. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência deste acórdão; plano de ação para implementação das medidas determinadas por esta Corte:

a) para cada determinação, o prazo e o responsável (nome, cargo e CPF) pelo desenvolvimento das ações;

b) para cada recomendação cuja implementação seja considerada conveniente ou oportuna, justificativa da decisão.

9.2. recomendar ao Dnocs que, em atenção ao princípio constitucional da eficiência:

9.2.1. promova ações para que a auditoria interna apoie a avaliação da TI, observando as orientações contidas no Cobit 4.1, ME2 - Monitorar e avaliar os controles internos;

9.2.2. estabeleça processo de avaliação da gestão de TI, observando as orientações contidas no Cobit 4.1, itens ME1.4 - Avaliação de desempenho, ME1.5 Relatórios gerenciais, ME1.6 Ações corretivas e ME2 - Monitorar e avaliar os controles internos;

9.2.3. em atenção ao Decreto 5707/2006, art. 1º, inciso III, elabore estudo técnico de avaliação qualitativa e quantitativa do quadro da área de TI, com vistas a fundamentar futuros pleitos de ampliação e preenchimento de vagas de servidores efetivos devidamente qualificados, objetivando melhor atendimento das necessidades institucionais, observando as práticas contidas no Cobit 4.1, PO4.12 - Pessoal de TI;

9.2.4. implemente controles que promovam a regular gestão contratual e que permitam identificar se todas as obrigações do contratado foram cumpridas antes da atestação do serviço;

9.2.5. implemente controles que promovam o cumprimento do processo de planejamento previsto na Instrução Normativa 4/2008 - SLTI/MPOG;

9.2.6. implante estrutura formal de gerência de projetos, observando as orientações contidas no Cobit 4.1, processo PO10.2 - Estruturas de Gerência de Projetos e do PmBok, dentre outras boas práticas de mercado;

9.2.7. em atenção ao Decreto Lei 200/1967, art. 6º, inciso I, e art. 7º, elabore Plano Estratégico Institucional, considerando o previsto no critério de avaliação nº 2 do Gespública;

9.2.8. implemente processo de gestão de configuração de serviços de tecnologia da informação, à semelhança das orientações contidas no Cobit 4.1, processo DS9 - Gerenciar configuração.

9.2.9. implemente processo de gestão de incidentes de serviços de tecnologia da informação, à semelhança das orientações contidas no Cobit 4.1, processo DS8 - Gerenciar a central de serviços e incidentes e de outras boas práticas de mercado (como a NBR 26.000 e a NBR 27.002);

9.2.10. estabeleça procedimentos formais de gestão de mudanças, de acordo com o item 12.5.1 da NBR ISO/IEC 17799:2005, à semelhança das orientações contidas no Cobit 4.1, processo AI6 - Gerenciar mudanças;

9.3. encaminhar cópia deste acórdão, do relatório e do voto que o subsidiaram e do relatório de auditoria ao Ministério da Integração Nacional e à Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional.

10. Ata n° 8/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 16/3/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0592-08/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 593/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC 019.728/2009-8.
2. Grupo I - Classe V - Monitoramento
3. Interessado: Congresso Nacional.
4. Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: Secretaria de Fiscalização de Obras 2 (Secob-2).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de monitoramento determinado pelo item 9.1.1 do Acórdão 1.884/2009 - TCU - Plenário, referente às obras de construção da BR-487/PR, trecho Porto Camargo - Campo Mourão, nas quais foram constatados indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação do aludido empreendimento.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar saneadas as Irregularidades Graves com Recomendação de Paralisação - IGP - referentes ao Contrato PG-171/98, tendo em vista a anulação desse contrato pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes;

9.2 encaminhar cópia desta deliberação à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, informando-a que, relativamente às obras de construção da BR-487/PR, trecho: Porto Camargo - Campo Mourão, os documentos acostados aos autos, que comprovam a rescisão do Contrato PG-171/98, recomendam a sua exclusão da lista de objetos com irregularidades graves.

10. Ata n° 8/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 16/3/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0593-08/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 594/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC 022.488/2010-3
2. Grupo I - Classe V - Relatório de Auditoria.
3. Responsável: Daniel Silva Balaban, presidente (CPF 408.416.934-04).
4. Unidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: 6ª Secretaria de Controle Externo - Secex/6.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de auditoria realizada para avaliar controles gerais de tecnologia da informação no FNDE.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com base nos arts. 42, §1º, e 43, I, da Lei 8.443/1992, e nos arts. 245, §1º, e 250, inciso III, do Regimento Interno, em:

9.1. determinar ao FNDE que, no prazo de 30 (trinta) dias:

9.1.1. em conformidade com o princípio da legalidade, com o art. 7º do Decreto-Lei 200/1967 e com o art. 4º, IV, do Decreto 2.271/97, faça cessar a utilização de empregados terceirizados em cargos com papéis sensíveis da área de TI, especialmente quanto à responsabilidade pelas funções de suporte à área de TI, gerência de projetos e atendimento e relacionamento com o cliente, haja vista que tais funções devem ser exercidas apenas por servidores públicos;

9.1.2. em atenção à Instrução Normativa GSI/PR 1/2008, art. 5º, IV, e art. 7º, c/c a Norma Complementar 3/IN01/DSIC/GSIPR, item 5.3.7.2, nomeie servidor para a função de Gestor de Segurança da Informação e Comunicações, observando as práticas contidas na NBR ISO/IEC 27002:2005 , item 6.1.3 - Atribuição de responsabilidade para segurança da informação;

9.1.3. apresente a este Tribunal cópia dos seguintes documentos:

9.1.3.1. comprovante de recolhimento do valor de R$ 8.938,18 (oito mil novecentos e trinta e oito reais e dezoito centavos) pela empresa signatária do contrato 211/2009, em razão do equívoco na retenção de tributos relativa ao pagamento referente à nota fiscal 2010/38;

9.1.3.2. termos de sigilo e responsabilidade assinados por todos os técnicos contratados no âmbito do contrato 48/2009, firmado com a empresa Poliedro, em cumprimento ao art. 20, inciso I, b.1, da IN 04/2008 SLTI/MPOG, ao inciso VII da Cláusula Sétima do referido contrato e ao item VI, **g**, do termo de referência;

9.2. alertar ao FNDE que:

9.2.1. a ausência de classificação de informações conforme níveis de segurança contraria o item 2.1 da Norma de Segurança NS-003-2002-SEXEC;

9.2.2. a ausência ou incompletude dos artefatos de planejamento, a falta de alinhamento da contratação à estratégia institucional e a falta de verificação de diferentes soluções de TI que possam atender as necessidades da organização, a exemplo do ocorrido nos contratos 2/2010 e 211/2009, firmados com as empresas CTIS e Synos, respectivamente, contrariam a IN 4/2008-SLTI/MPOG;

9.2.3. a ausência de apuração da não manutenção de proposta pela licitante, a exemplo do ocorrido no pregão 22/2009, contraria o art. 7º da Lei 10.520/2002;

9.2.4. a fixação da quantidade de postos de trabalho sem justificativa, a exemplo do observado no contrato 2/2010, afronta o art. 14, § 2º, da IN 04/2008 SLTI/MPOG;

9.2.5. a inexistência, nos autos do processo do contrato 48/2009, de termos de sigilo e responsabilidade assinados por todos os técnicos contratados representa descumprimento do inciso VII da Cláusula Sétima do contrato 48/2009 e do item VI, alínea **g**, do termo de referência, além de estar em desacordo com o art. 20, inciso I, b.1, da IN 4/2008 SLTI/MPOG;

9.2.6. a prorrogação do contrato 48/2009 sem realização de pesquisa de preços para assegurar vantagem para a Administração na manutenção da contratação vigente descumpriu o art. 30, § 2º, da IN 2/2008 SLTI/MPOG;

9.2.7. a liquidação de despesas relativas ao contrato 48/2009 no subelemento genérico 79, natureza de despesa 339039 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, previsto no Plano de Contas da Administração Pública Federal, não se coaduna com a transparência e com a correção das informações contábeis, relativamente ao objeto pago pela Administração, conforme estabelece o art. 36, § 1º, alínea **a**, do Decreto 93.872/1986;

9.2.8. a substituição de profissionais referida no relatório final do projeto previsto no contrato 211/2009 sem a correspondente menção a respeito nos autos do respectivo processo ocasiona dúvidas sobre a manutenção das condições de habilitação e qualificação e configura descumprimento do item I da Cláusula Sétima do aludido contrato 211/2009;

9.3. determinar ao FNDE que, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência deste acórdão, encaminhe plano de ação para implementação das medidas contidas nos itens 9.4 e 9.5 a seguir, contendo:

9.3.1. para cada determinação, o prazo e o responsável (nome, cargo e CPF) pelo desenvolvimento das ações;

9.3.2. para cada recomendação cuja implementação seja considerada conveniente e oportuna, o prazo e o responsável (nome, cargo e CPF) pelo desenvolvimento das ações;

9.3.3. para cada recomendação cuja implementação não seja considerada conveniente ou oportuna, justificativa da decisão;

9.4. determinar ao FNDE que:

9.4.1. em atenção ao Decreto-Lei 200/67, art. 6º, inciso I, e à IN 4/2008 - SLTI/MPOG, art. 3º, institua processo de Planejamento Estratégico de TI, de maneira que o Plano Diretor de Tecnologia da Informação esteja em conformidade com as diretrizes da IN 4/2008-SLTI/MPOG, art. 4º, III, e com as práticas do Cobit 4.1, processo PO1 - Planejamento Estratégico de TI, especialmente no que se refere à aprovação e à publicação do plano;

9.4.2. estabeleça processo de elaboração do orçamento de TI, de maneira a que solicitações de orçamento das despesas de TI estejam baseadas em ações previstas no PDTI, observando as práticas do Cobit 4.1, processo PO5.3 - Orçamentação de TI, e do Gespública, critério de avaliação 7.3, atendendo também à Lei 12.017/2009 (LDO 2010), art. 9º, II, c/c Anexo II, XVIII, e das que vierem a sucedê-la;

9.4.3. em atenção à IN GSI/PR 1/2008, art. 5º, VII, atualize a Política de Segurança da Informação e Comunicações;

9.4.4. em atenção à IN GSI/PR 01/2008, art. 5º, VII, c/c a Norma Complementar 04/IN01/DSIC/GSIPR, item 5.2.1, estabeleça procedimento de inventário de ativos de informação, de maneira a que todos os ativos de informação sejam inventariados e tenham um proprietário responsável, observando as práticas contidas no item 7.1 da NBR ISO/IEC 27002:2005 e no item 1 da Norma de Segurança do FNDE NS-003-2002-SEXEC;

9.4.5.em atenção à IN GSI/PR 1/2008, art. 5º, VII, c/c a Norma Complementar 04/IN01/DSIC/GSIPR, implemente processo de gestão de riscos de segurança da informação;

9.4.6. em atenção à IN GSI/PR 1/2008, art. 5º, VI, e art. 6º, assegure o funcionamento do Comitê de Segurança da Informação e Comunicações, especialmente no tocante ao monitoramento da segurança corporativa, à expedição de normas de segurança da informação, à realização de reuniões periódicas, com registro de deliberações em ata, e a outras atribuições correlatas constantes da mencionada IN;

9.4.7. em atenção à IN GSI/PR 1/2008, art. 5º, V, reformule a atuação da equipe de tratamento e resposta a incidentes em redes computacionais, de maneira a atender às Normas Complementares 5/IN/01/DSIC/GSIPR e 8/IN/01/DSIC/GSI/PR, especialmente quanto à designação formal dos integrantes e ao tratamento de resposta a incidentes;

9.5. recomendar ao FNDE que:

9.5.1. em atenção ao princípio da eficiência consagrado na Constituição Federal, art. 37, **caput**, e ao Decreto-Lei 200/1967, art. 6º, I, e art. 7º, elabore Plano Estratégico Institucional, considerando o critério de avaliação 2 do Gespública;

9.5.2. em atenção ao princípio da eficiência consagrado na Constituição Federal, art. 37, **caput**, aperfeiçoe o processo de planejamento estratégico de TI, observando as práticas do Cobit 4.1, processo PO1 - Planejamento Estratégico de TI, contemplando, entre outros, o desdobramento do PDTI em planos de ação de médio e curto prazos, o envolvimento das áreas de negócio nas ações relativas ao PDTI, divulgação dos planos de ação para os servidores da instituição e avaliação do PDTI;

9.5.3. em atenção ao princípio da eficiência consagrado na Constituição Federal, art. 37, **caput**, aperfeiçoe a atuação do Comitê de Tecnologia da Informação, no sentido de assegurar o cumprimento efetivo de suas atribuições, considerando as diretrizes do Cobit 4.1, PO4.2 - Comitê Estratégico de TI e PO4.3 - Comitê Diretor de TI;

9.5.4. faça constar de seus normativos internos, a exemplo do Regimento Interno, as atribuições e responsabilidades da área de TI, observando as do Cobit 4.1, PO4.6 - Estabelecimento de papéis e responsabilidades;

9.5.5. em atenção ao princípio da eficiência consagrado na Constituição Federal, art. 37, **caput**, elabore estudo técnico de avaliação qualitativa e quantitativa do quadro da área de TI, com vistas a fundamentar futuros pleitos de ampliação e preenchimento de vagas de servidores efetivos devidamente qualificados, objetivando melhor atendimento das necessidades institucionais e observando as práticas do Cobit 4.1, PO4.12 - Pessoal de TI;

9.5.6. em atenção ao princípio da eficiência consagrado na Constituição Federal, art. 37, **caput**, aperfeiçoe o processo de gestão de configuração de serviços de tecnologia da informação, considerando as orientações do Cobit 4.1, processo DS9 - Gerenciar configuração, e de outras boas práticas de mercado, como a NBR ISO/IEC 20000:2008;

9.5.7. em atenção ao princípio da eficiência consagrado na Constituição Federal, art. 37, **caput**, estabeleça processo de avaliação da gestão de TI, observando as orientações do Cobit 4.1, itens ME1.4 - Avaliação de desempenho, ME1.5 Relatórios gerenciais, ME1.6 - Ações corretivas e ME2 - Monitorar e avaliar os controles internos.

10. Ata n° 8/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 16/3/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0594-08/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 595/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC 028.098/2007-7
2. Grupo II - Classe I - Embargos de Declaração.
3. Embargantes: Elda Coelho de Azevedo Bussinguer (CPF 578.744.097-87), Erly Euzébio dos Anjos (CPF 364.476.177-91) e Janete Magalhães Carvalho (CPF 173.911.217-20).
4. Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo - UFES.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Advogados constituídos nos autos: Evandro de Castro Bastos (OAB/ES 5.696-D) e Gabriela Fardim Perim Bastos (OAB/ES 14.518).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração interpostos pelos professores da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES acima arrolados contra o acórdão 72/2011 - Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 32 e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração e negar-lhes provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação aos embargantes e à UFES.

10. Ata n° 8/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 16/3/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0595-08/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 596/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC-018.495/2010-9
2. Grupo II - Classe V - Assunto: Relatório de Auditoria
3. Interessado: Tribunal de Contas da União
4. Entidade: Município de Castanhal/PA
5. Relator: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex-PA).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Auditoria de conformidade realizada no Município de Castanhal/PA, integrante de Fiscalização de Orientação Centralizada - FOC, destinada a verificar a regularidade da aplicação dos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), transferidos fundo a fundo pela União ao mencionado ente federativo, no exercício de 2009.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. alertar o Município de Castanhal/PA, na pessoa de seu representante legal, quanto às seguintes ocorrências, cuja reincidência injustificada poderá ensejar a imposição de sanções aos responsáveis em futuras ações de controle a serem empreendidas por esta Corte de Contas:

9.1.1. realização de pagamentos a prestadores de serviços de saúde sem a comprovação de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS por parte dos mesmos, a teor das disposições constantes dos arts. 195, § 3º, da Constituição Federal, e 29, inciso III, da Lei nº 8.666/93;

9.1.2. ausência de movimentação dos recursos relativos à contrapartida municipal em conta bancária específica, a teor do estabelecido nos arts. 3º e 5º da Portaria GM/MS nº 204/2007 (alterada pela Portaria GM/MS nº 1497/2007);

9.1.3. formalização das Autorizações de Internação Hospitalar (AIH) em dissonância com as diretrizes estabelecidas pelo Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações Hospitalares do Ministério da Saúde/Sistema Único de Saúde, a teor do constante no Relatório nº 10158 do DENASUS/PA;

9.1.4. ausência de elaboração do Relatório Anual de Gestão de aplicação dos recursos da saúde, instrumento básico do Sistema de Planejamento do SUS, na forma definida na Portaria GM/MS nº 3.332/2006;

9.1.5. realização de pagamentos com finalidade diversa da destinação especificada para os recursos do componente de média e alta complexidade, em desacordo com os arts. 5º, 6º e 14 da Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007;

9.1.6. ausência de apuração de possível superávit financeiro ao término do exercício e a sua aprovação como crédito orçamentário;

9.1.7. falta de adesão dos hospitais filantrópicos ao Programa de Reestruturação e Contratualização, obstacularizando uma melhor prestação de serviços de saúde aos usuários SUS por parte desses estabelecimentos;

9.1.8. inexistência de Plano Operativo para os prestadores privados de saúde, relativos ao componente teto média e alta complexidade, para fins de organizar a rede e justificar a necessidade de complementaridade dos serviços de saúde com contratação de estabelecimentos privados, bem como planejar a contratação de prestadores privados para suprir as necessidades identificadas na PPI e levantar a capacidade instalada da rede pública, a teor do preconizado no art. 199, §1º, da CF/88 c/c art. 4º, §2º, da Lei 8.080/90 e o art. 2º, §2º, da Portaria MS nº 3.277 de 22/12/2006;

9.1.9. inexistência de comissão de acompanhamento dos contratos e convênios firmados entre o Município e os prestadores privados de serviços de saúde;

9.1.10. divulgação deficiente de suas licitações e contratos, em inobservância ao princípio da publicidade, insculpido na Lei nº 8.666/93;

9.1.11. ausência de controle quantitativo e qualitativo sobre a produção dos serviços de saúde prestados pelos estabelecimentos filantrópicos e privados, possibilitando a ocorrência de distorções entre o quantitativo pago e o efetivamente realizado;

9.1.12. descumprimento das normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde para a cobrança dos procedimentos realizados no âmbito do SUS, verificadas no Hospital Francisco Magalhães e no Hospital São José, conforme as constatações nºs 103233; 103226 e 103229 do Relatório nº 10158 e as de nºs 110295; 106558; 106580; 106590; 106594; 106559; 106568; 106600 e 106596 do Relatório nº 10161, ambos do DENASUS/PA;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.1.13. ausência de atualização dos registros das entidades privadas prestadoras de serviços de saúde contratadas ou conveniadas, em descumprimento do art. 8º, inciso I, da Portaria GM/MS nº 3.277/2006;

9.1.14. falta de apuração do superávit financeiro do orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Castanhal/PA, ao término de cada exercício financeiro;

9.2. determinar ao Denasus/PA que, relativamente às constatações arroladas nos Relatórios de Auditoria nºs 103233, 103226, 103229, 10158, 110295, 106558, 106580, 106590, 106594, 106559, 106568, 106600, 106596 e 10161, elaborados por esse órgão, dê prosseguimento aos procedimentos administrativos regulares de sua competência, sem prejuízo de também verificar o possível desvio de finalidade na utilização dos recursos do média e alta complexidade, descritas no item 3.3 do relatório integrante desta deliberação;

9.3. informar ao Tribunal de Contas do Pará que, durante o exercício de 2009, não houve repasse da contrapartida estadual à conta específica do Fundo Municipal de Saúde de Castanhal/PA;

9.4. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam à Prefeitura do Município de Castanhal/PA, bem como ao Conselho Municipal de Saúde, à Câmara dos Vereadores, ao Gestor do Fundo Municipal de Saúde e ao Denasus/PA;

9.5. Arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 8/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 16/3/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0596-08/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Jorge (Relator) e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 597/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 018.529/2010-0 (com 1 anexo)
2. Grupo II - Classe V - Assunto: Relatório de Auditoria
3. Interessado: Tribunal de Contas da União.
4. Entidade: Município de Itacoatiara - AM.
5. Relator: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - AM (SECEX-AM).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria que objetivou avaliar a regularidade da aplicação dos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), repassados pela União, na modalidade fundo a fundo, para o Município de Itacoatiara/AM, no exercício de 2009.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1 alertar o Município de Itacoatiara/AM quanto às seguintes ocorrências, cuja reincidência injustificada poderá ensejar a imposição de sanções aos responsáveis em futuras ações de controle a serem empreendidas por esta Corte de Contas:
9.1.1 não apuração, ao final do exercício financeiro, do déficit/superávit dos recursos do Fundo Municipal de Saúde, o que implicou ofensa ao contido no art. 50, incisos I e II, da Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000;
9.1.2 gestão dos recursos do Fundo Municipal de Saúde por unidade distinta da Secretária Municipal de Saúde ou órgão equivalente, o que implicou em ofensa aos arts. 198, I, da Constituição da República e 9º, III, da Lei nº 8.080/1990;
9.1.3 a não contemplação, na Lei Municipal nº 21, de 3 de dezembro de 1997, que instituiu o Fundo Municipal de Saúde de Itacoatiara, das transferências constitucionais vinculadas, destinadas ao financiamento das despesas com saúde pública, como receitas integrantes do Fundo Municipal de Saúde, está em desacordo com os arts. 10, *caput*, da Lei 8.080/1990 e artigo 2º, inciso IV, da Lei 8.132/1990;
9.2 determinar à Secex/AM que adote as providências pertinentes, inclusive com a realização de inspeção, se necessário, à apuração de eventual malversação de recursos públicos referentes ao Fundo Municipal de Saúde de Itacoatiara, cujos indícios foram levantados no presente processo de auditoria (ausência dos processos de pagamentos relativos ao período de out/2009 a fev/2010; e transferências de valores das contas-específicas do referido fundo, no mesmo período);
9.3 encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, ao Município de Itacoatiara/MA, ao Conselho Municipal de Saúde, à Câmara dos Vereadores e ao Denasus/AM.

10. Ata n° 8/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 16/3/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0597-08/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Jorge (Relator) e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 598/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 020.149/2010-7.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Relatório de Auditoria.
3. Interessado: Tribunal de Contas da União.
4. Entidade: Prefeitura Municipal de Santa Rita - PB.
5. Relator: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - PB (SECEX-PB).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria que objetivou avaliar a regularidade da aplicação dos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), repassados pela União, na modalidade fundo a fundo, para o Município de Santa Rita/PB.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. alertar o município de Santa Rita/PB quanto às seguintes ocorrências, cuja reincidência injustificada poderá ensejar a imposição de sanções aos responsáveis em futuras ações de controle a serem empreendidas por esta Corte de Contas:
9.1.1. carência no atendimento hospitalar infantil no município e da necessidade de se buscar soluções alternativas com a contratação de um novo prestador de serviço privado ou a implantação de hospital público de pequeno porte;
9.1.2. Ausência de setor de planejamento capaz de coordenar a elaboração de projetos de investimentos, considerando uma estratégia de substituir a dependência do setor privado na prestação de serviços de saúde essenciais, especialmente, em relação à implantação de um hospital infantil no município, em conformidade com o Plano Estadual de Saúde (PES), Plano Diretor de Regionalização (PDR) e Plano Diretor de Investimento (PDI);
9.1.3. Dificuldades interpostas à atuação do Conselho Municipal de Saúde pelo não atendimento às solicitações de informações e relatórios e pela não disponibilização de recursos para o custeio de atividades, em descumprimento ao art. 1°, §2º, da Lei 8.142, de 1990, art. 12 da Lei 8.689, de 1993 e a Diretriz 4ª da Resolução do Conselho Nacional de Saúde;
9.1.4. Não conformidade do Relatório de Gestão, exercício de 2009, com o art. 6º, § 3º, inciso I, do Decreto 1651, de 1995, e art. 4º, inciso 3º, da Portaria 3332, de 2006 do Ministério da Saúde, (substituídos pelo art. 31, § 2º, do anexo da Portaria nº 2.048/2009), em especial, a informação sobre a execução financeira e orçamentária do Fundo Municipal de Saúde.
9.2. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam à Prefeitura Municipal de Santa Rita/PB, ao Gestor do Fundo Municipal de Saúde, ao Conselho Municipal de Saúde de Recife/PE, à Câmara de Vereadores de Recife/PE e ao Denasus/PE; e
9.3. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 8/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 16/3/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0598-08/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Jorge (Relator) e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO N.º 599/2011 - TCU - Plenário

1. Processo n° TC-032.518/2010-2
2. Grupo: II; Classe de Assunto: I - Agravo.
3. Interessada: Telemont Engenharia de Telecomunicações S/A
4. Entidade: Telecomunicações Brasileiras S/A - Telebrás
5. Relator: Ministro José Jorge
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: não atuou
8. Advogados constituídos nos autos: Paulo Roberto Roque Antônio Khouri (OAB/DF nº 10.671), Thiago Figueiredo de Lima (OAB/DF nº 27.734) e Maria Amélia Costa Pinheiro Sampaio (OAB/DF nº 26.945)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação formulada pela empresa Telemont Engenharia de Telecomunicações S/A, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, contra procedimentos adotados no âmbito do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 80/2010-TB, deflagrado pela empresa Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebrás, com vistas à contratação de solução de infraestrutura básica, com fornecimento de contêineres, gabinetes e materiais, necessária para o funcionamento e proteção dos equipamentos ópticos, rádio e IP, a serem utilizados na rede nacional de telecomunicações, visando a implantação do Programa Nacional de Banda Larga - PNBL, em diversos estados do País, em que se examina Agravo interposto pela representante contra o despacho de 16/12/2010, por meio do qual o Relator conheceu da Representação, para, no mérito considerá-la improcedente, e arquivou os autos.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. não conhecer do presente Agravo, com fundamento no art. 289 do Regimento Interno;
9.2. dar ciência da presente deliberação à Telebrás e à interessada;
9.3. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 8/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 16/3/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0599-08/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Jorge (Relator) e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 600/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 033.647/2010-0.
2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Representação
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessada: TCI BPO - Tecnologia, Conhecimento e Informação S/A (03.311.116/0001-30).
3.2. Responsáveis: José Luiz Martins Durço (220.702.061-49) e Orlando Flores de Miranda (114.162.541-53).
4. Órgão: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, do Ministério das Comunicações - Spoa/MC.
5. Relator: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: 1ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-1).
8. Advogado constituído nos autos: Leonardo Estevam Maciel Campos Marinho (OAB/DF nº 23.119).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação formulada pela TCI BPO - Tecnologia, Conhecimento e Informação S/A, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/93, em virtude de indícios de irregularidades na condução do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 34/2010, no âmbito do Ministério das Comunicações, tendo por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de *"serviços de tratamento técnico arquivístico do acervo documental"* daquele órgão.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1 conhecer da representação, porquanto presentes os requisitos previstos no art. 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno deste Tribunal, c/c o art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/93, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;
9.2 revogar a cautelar concedida em 28/12/2010, que suspendeu a execução do Contrato nº 35/2010-MC, firmado entre o Ministério das Comunicações e a empresa Kasahara Indústria e Comércio de Mobiliários para Escritório Ltda., resultante do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 34/2010;
9.3 alertar o Ministério das Comunicações acerca da não exigência, no edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 34/2010, da comprovação, para fim de qualificação técnico profissional, da existência de vínculo formal entre o responsável técnico e a empresa licitante, o qual poderá ser atestado não apenas por meio de relação empregatícia, via Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), mas também mediante a apresentação de contrato de prestação de serviços, consoante jurisprudência desta Corte (Acórdãos nºs 2.297/2005, 361/2006, 291/2007, 597/2007, 1.097/2007 e 103/2009, todos do Plenário);
9.4 encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Voto e do Relatório que o fundamentam, à representante e ao Ministério das Comunicações;
9.5 arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 8/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 16/3/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0600-08/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Jorge (Relator) e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 601/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 033.958/2010-6.
2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Representação.
3. Interessada: Associação Brasileira de Consultores de Engenharia (ABCE).
4. Entidade: Companhia Docas do Pará (CDP).
5. Relator: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: 4ª Secretaria de Fiscalização de Obras.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela Associação Brasileira de Consultores de Engenharia (ABCE) contra o edital do Pregão Eletrônico CDP nº 78/2010, destinado à contratação de empresa com vistas à elaboração de estudos e projetos para: (i) construção de nova portaria; (ii) centro administrativo; (iii) urbanização das vias; (iv) rampa rodofluvial; (v) terminal de múltiplo uso 2 (TMU 2); e (vi) serviços de inspeção, análise e projeto executivo de recuperação/reforço/ampliação estrutural do Píer 100 (TMU 1), no Porto de Santarém/PA.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 rejeitar os argumentos apresentados pela Companhia Docas do Pará (CDP) em sede de oitiva;

9.2 com base no art. 71, IX, da Constituição Federal, c/c o art. 45 da Lei nº 8.443/92, determinar à CDP que:

9.2.1 adote, no prazo de quinze dias, as providências necessárias à anulação do Pregão Eletrônico CDP nº 78/2010, suspenso por medida cautelar, tendo em vista a escolha de modalidade licitatória inadequada em face dos serviços licitados, os quais não se enquadram na categoria de serviços comuns de engenharia;

9.2.2 encaminhe, no prazo de trinta dias, documentação que comprove a anulação do Pregão Eletrônico CDP nº 78/2010;

9.3 encaminhar cópia deste acórdão, bem como do voto e do relatório que o fundamentam, à representante e à CDP;

9.4 arquivar os autos.

10. Ata n° 8/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 16/3/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0601-08/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Jorge (Relator) e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 602/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº 003.093/2001-1

2. Grupo I - Classe I - Embargos de Declaração em Tomada de Contas Especial

3. Recorrentes: Wigberto Ferreira Tartuce (CPF 033.296.071-49) e Marise Ferreira Tartuce (CPF 225.619.351-91)

4. Unidade: Secretaria de Trabalho e Renda do Distrito Federal - Seter/DF

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidades Técnicas: 5ª Secex e Serur

8. Advogados constituídos nos autos: Luciana Ferreira Gonçalves (OAB/DF nº 15.038), Any Ávila Assunção (OAB/DF nº 7.750), Eduardo Stênio Silva Sousa (OAB/DF nº 20.327), Henrique de Souza Vieira (OAB/DF nº 12.913), Herman Ted Barbosa (OAB/DF nº 10.001), Jacques Maurício Ferreira Veloso de Melo (OAB/DF nº 13.558), Kelen Lemos Pereira (OAB/DF nº 22.283), Ulisses Borges de Resende (OAB/DF nº 4.595) e Viviane Pimentel Veloso (OAB/DF nº 20.791)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de embargos de declaração opostos contra o Acórdão nº 565/2010-TCU-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 31, 32, inciso II, e 34 da Lei nº 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, para, no mérito, negar-lhes provimento, mantendo em seus exatos termos o acórdão recorrido;

9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes.

10. Ata n° 8/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 16/3/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0602-08/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Jorge e José Múcio Monteiro (Relator).

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Valmir Campelo.

13.3. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

13.4. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 603/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC-011.632/1999-2 (com 8 anexos e 26 volumes)

2. Grupo I - Classe I - Recurso de Reconsideração

3. Recorrentes: Abílio Thomaz de Freitas, ex-Vice-Presidente do CRA/RJ (CPF 008.559.607-87); Wagner Huckleberry Siqueira, ex-Presidente do CRA/RJ (CPF 032.298.747-49), Leonardo Ribeiro Fuerth, ex- Diretor Executivo do CRA/RJ (CPF 766.864.937-91), Vanessa Huckleberry Portela Siqueira, ex-servidora do CRA/RJ (CPF 034.039.527-38) e Adolpho da Silva Oliveira, ex-servidor do CRA/RJ (CPF 013.010.987-87)

4. Unidade: Conselho Regional de Administração do Estado do Rio de Janeiro (CRA/RJ)

5. Relator Ministro José Múcio Monteiro

5.1 Relator da deliberação recorrida: Ministro Ubiratan Aguiar

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

7. Unidades Técnicas: Secex/RJ e Serur

8. Advogados constituídos nos autos: Marly Fernandes de Arká (OAB/DF 100.808) e Aníbal Sérgio Corrêa de Souza (OAB/RJ 66.899)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, em que se examina nesta fase recursos de reconsideração contra o Acórdão nº 1833/2008-TCU-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33, da Lei nº 8.443/1992, em:

9.1 conhecer dos recursos de reconsideração, para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2 notificar os recorrentes da presente deliberação.

10. Ata n° 8/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 16/3/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0603-08/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Jorge e José Múcio Monteiro (Relator).

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Valmir Campelo.

13.3. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

13.4. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 604/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC-009.883/2004-0 (com três volumes)

2. Grupo I, Classe IV - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Benedito Dias Lopes (CPF nº 491.671.547-00), Oswaldo Valadão Silveira (CPF nº 101.248.027-53), Maria Felícia Valadão Silveira (CPF nº 101.102.587-71), Miguel Jorge Batista Santos (CPF nº 013.351.847-75), F. Q. Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. (CNPJ nº 40.326.217/0001-00) e Serpub-Serviços de Publicidade e Assessoria Administrativa Ltda. (CNPJ nº 73.475.360/0001-13)

4. Unidade: Caixa Econômica Federal (Caixa)

5. Relator: Ministro José Mucio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

7. Unidade Técnica: Secex/RJ

8. Advogados constituídos nos autos: Roberto A. Reis (OAB/RJ nº 15.147) e Paulo R. Souza e Silva (OAB/RJ nº 56.098)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal/RJ devido a irregularidades ocorridas nas agências Rio Sul/RJ e Barra da Tijuca/RJ, causando prejuízo aos cofres da entidade, em face da inobservância de normativos internos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 12, § 3º, 16, inciso III, alínea "d", 19, caput, 23, inciso III, 57 e 60 da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno em:

9.1. acolher as alegações de defesa apresentadas por Miguel Jorge Batista dos Santos, excluindo-o, em consequência, da relação processual;

9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas por Benedito Dias Lopes e Oswaldo Valadão Silveira;

9.3. considerar revéis Maria Felicia Valadão Silveira, a empresa F. Q. Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. e a empresa Serpub - Serviços de Publicidade e Assessoria Administrativa Ltda.;

9.4. julgar as presentes contas irregulares e condenar solidariamente os responsáveis indicados abaixo ao pagamento das quantias a seguir discriminadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas aos cofres da Caixa Econômica Federal, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

9.4.1. responsáveis: Benedito Dias Lopes, solidariamente com a empresa F.Q. Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., Oswaldo Valadão Silveira. e Maria Felícia Valadão Silveira

Valores históricos:

Data	Valor (R$)
02/09/94	9.522,22
28/07/94	7.103,21
26/08/94	6.806,55
13/12/94	3.982,10
13/12/94	3.743,39
13/12/94	4.190,87
13/12/94	1.056,93
13/12/94	3.508,24
13/12/94	983,37
13/12/94	3.682,89
13/12/94	926,41
16/12/94	2.984,81
16/12/94	3.278,03
16/12/94	3.390,80
16/12/94	2.721,66
19/12/94	3.713,26
19/12/94	2.475,51
19/12/94	3.988,49
19/12/94	1.058,62
19/12/94	3.749,39
20/12/94	4.834,32
20/12/94	1.456,37
20/12/94	4.393,46
20/12/94	4.899,36
20/12/94	4.373,36
20/12/94	2.577,42
20/12/94	5.196,18
23/12/94	6.599,36
23/12/94	7.156,79
26/12/94	3.621,91
26/12/94	3.576,16
26/12/94	4.559,79
27/12/94	5.226,94
27/12/94	5.814,41

9.4.2. responsáveis**:** Benedito Dias Lopes, solidariamente com a empresa Serpub - Serviços de Publicidade e Assessoria Administrativa Ltda. e com Oswaldo Valadão Silveira e Maria Felícia Valadão Silveira

Data	Valor (R$)
29/08/94	16.241,15

9.4.3. responsáveis: Benedito Dias Lopes, solidariamente com Oswaldo Valadão Silveira

Data	Valor (R$)
05/09/94	8.218,55

9.4.4. responsável**:** Benedito Dias Lopes

Data	Valor (CR$)
19/05/94	492.747,71
30/06/94	1.642.791,67

9.5 aplicar a Benedito Dias Lopes, Oswaldo Valadão Silveira, Maria Felícia Valadão Silveira, F. Q. Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. e Serpub-Serviços de Publicidade e Assessoria Administrativa Ltda. multas no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), R$ 10.000,00 (dez mil reais), R$ 60.000,00 (sessenta mil reais) e R$ 10.000,00 (dez mil reais), respectivamente, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.7. declarar Benedito Dias Lopes inabilitado para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal, pelo período de cinco anos; e

9.8. encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada do relatório e voto que a fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, para as providências que entender cabíveis.

10. Ata n° 8/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 16/3/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0604-08/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Jorge e José Múcio Monteiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 605/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 024.101/2009-2.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Levantamento.

3. Interessado: 8ª Secex.

4. Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: 8ª Secex.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de levantamento realizado no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, no período de 5/4 a 14/5/2010, com vistas a avaliar os riscos no exercício da atividade institucional da entidade para o alcance de seus resultados, assim como a ampliar o conhecimento sobre o seu funcionamento, de modo a aprimorar o acompanhamento de sua gestão.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar à Presidência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama que:

9.1.1. no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da notificação, encaminhe proposta de regimento interno a ser aprovado pelo Ministro de Estado do Meio Ambiente, consoante prescreve o art. 4º do Decreto nº 6.099, de 26 de abril de 2007, com vistas a compatibilizar a realidade fática de sua estrutura com o arranjo institucional normatizado no regimento interno, informando a este Tribunal acerca do cumprimento desta medida;

9.1.2. no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da notificação, apresente plano de ação contendo cronograma de adoção de medidas necessárias à instituição do Relatório de Qualidade do Meio Ambiente - RQMA, definindo prazos e responsabilidades por tais medidas, em cumprimento ao art. 9º, X, da Lei nº 6.938, de 1981, c/c o art. 2º, XIX, do Decreto nº 6.099, de 2007;

9.2. recomendar ao Ibama que:

9.2.1. conclua a elaboração de seu planejamento estratégico no âmbito de sua adesão ao Gespública;

9.2.2. inclua, quando da aprovação de seu novo regimento interno, unidade responsável por supervisionar, regulamentar e orientar a execução e implementação das ações de educação ambiental e sua internalização nos programas e projetos operacionais do órgão, a exemplo da Coordenação Geral de Educação Ambiental prevista no regimento interno instituído pela Portaria MMA nº 230/2002;

9.3. recomendar ao Ministério do Meio Ambiente que auxilie o Ibama nas tarefas de articulação institucional entre os diversos atores do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e nas demais ações que forem necessárias, com vistas à instituição do Relatório de Qualidade do Meio Ambiente, em cumprimento ao art. 9º, X, da Lei nº 6.938/1981;

9.4. determinar à Controladoria Geral da União que apresente no Relatório de Auditoria de Gestão do Ibama do próximo exercício os resultados da auditoria realizada no Centro de Triagem de Animais Silvestres - CETAS e as medidas adotadas pelo Ibama com relação às falhas detectadas;

9.5. determinar à Segecex que, quando da elaboração da decisão normativa que regulamentará os relatórios de gestão dos próximos exercícios, inclua as seguintes informações a serem apresentadas pelo Ibama em seu relatório de gestão:

9.5.1. grau de avanço no desenvolvimento e implementação do Gespública, por meio da apresentação de um resumo das ações já desenvolvidas (normativos, manuais, relatórios, cursos de capacitação, entre outros) e de plano de ação para as demais medidas necessárias à sua implementação, com definição de prazos e responsáveis por tais medidas;

9.5.2. grau de avanço na implementação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, por meio da apresentação de resumos das ações já desenvolvidas e de um plano de ação para demais medidas necessárias à sua implementação, com definição de prazos e responsáveis por tais medidas;

9.5.3. grau de avanço no desenvolvimento e implementação do Sistema de Licenciamento das Atividades Florestais - LAF, por meio da apresentação de um resumo das ações já desenvolvidas e de um plano de ação para as demais medidas necessárias à sua implementação, com definição de prazos e responsáveis por tais medidas;

9.5.4. grau de avanço no desenvolvimento e implementação do Sistema Nacional de Gestão da Fauna - Sisfauna, por meio da apresentação de um resumo das ações já desenvolvidas e de um cronograma de ação para as demais medidas necessárias à sua implementação, com definição de prazos e responsáveis por tais medidas;

9.6. determinar à 8ª Secex que avalie incorporar no planejamento de suas fiscalizações a proposta apresentada no Apêndice 14.5 do presente relatório de levantamento;

9.7. enviar cópia deste Acórdão e do presente relatório de levantamento (fls. 5/69) ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis, à Casa Civil da Presidência da República, à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, ao Ministério do Meio Ambiente, ao Ministério da Pesca e Aquicultura, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Conselho Nacional do Meio Ambiente, à Controladoria Geral da União e à 4ª Câmara do Ministério Público Federal.

9.8. arquivar, com amparo no art. 169, inciso IV, do Regimento Interno do TCU, os presentes autos, sem prejuízo de, nos termos do art. 250, II, do RITCU, determinar à 8ª Secex que monitore o cumprimento das medidas constantes do presente Acórdão.

10. Ata n° 8/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 16/3/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0605-08/11-P.
13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 606/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 025.323/2006-0.
2. Grupo II - Classe V - Assunto: Relatório de Auditoria.
3. Interessado/Responsáveis:

3.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.

3.2. Responsáveis: Carlinda Marques Dias Pires (CPF 759.778.267-53); Malvina Tania Tuttman (CPF 151.271.507-78); Roberto de Souza Salles (CPF 434.300.237-34).

4. Órgão/Entidades: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/RJ - JE, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Unirio, Universidade Federal Fluminense.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades Técnicas: Sefip e Secex/RJ.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria de conformidade realizada a distância no Tribunal Eleitoral Regional - TRE/RJ, no período de 1º/11/2006 a 9/3/2007, por força do Acórdão 1.798/2007 - Plenário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher parcialmente as razões de justificativas apresentadas pelos Srs. Roberto de Souza Salles, Carlinda Marques Dias Pires e Malvina Tania Tuttman;

9.2. deferir o pedido de habilitação da Sra. Vânia Gomes Rios nos autos, nos termos do arts. 144, § 2º, e 146 do RITCU;

9.3. recomendar ao Tribunal Regional Eleitoral - TRE/RJ, com base no art. 43, I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 250, II, do Regimento Interno do Tribunal, que instaure, caso ainda não o tenha feito, os procedimentos previstos pelo art. 133 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em face da Sra. Regina Célia Nogueira Campos, tendo em conta a acumulação irregular pela servidora do cargo de técnico judiciário nesse órgão e de técnico em enfermagem na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Unirio, em afronta art. 37, XVI, da Constituição Federal, informando a este Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da notificação, as medidas adotadas;

9.4. determinar à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro que:

9.4.1. com base no art. 43, I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 250, II, do Regimento Interno do Tribunal, apure, caso ainda não o tenha feito, os indícios de que a Sra. Regina Célia Nogueira Campos desempenhou suas atividades laborais como técnica em enfermagem nessa instituição em conflito de horários com a atividade desempenhada pela mesma servidora no Tribunal Regional Eleitoral - TRE/RJ, no período de 1º/11/2006 a 9/3/2007, em face das informações prestadas pelo TRE/RJ de que a servidora, no referido período, cumpriu regularmente sua jornada de trabalho naquele órgão, correspondente ao turno das 11h às 19h, exceto no período de 20/12/2006 a 31/1/2007, ocasião em que o turno de trabalho circunscreveu-se entre 13h e 18h;

9.4.2. adote, com base no art. 46 da Lei nº 8.112, de 1990, as medidas de ressarcimento do erário, caso reste comprovado dano ao erário, consubstanciado em percepção de remuneração sem a correspondente contrapartida laboral, informando a este Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da notificação, as medidas adotadas;

9.5. determinar à Universidade Federal Fluminense, com base no art. 43, I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 250, II, do Regimento Interno do Tribunal, que adote as medidas de ressarcimento do erário, previstas pelo art. 46 da Lei nº 8.112, de 1990, caso, no Processo Administrativo Disciplinar nº 23069.004422/07-40, instaurado por essa instituição para esclarecer a situação de acúmulo de cargos da Sra. Vânia Gomes Rio, reste comprovado dano ao erário, consubstanciado em percepção de remuneração sem a correspondente contrapartida laboral, informando a este Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da notificação, as medidas adotadas;

9.6. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamenta ao:

9.6.1. Tribunal Regional Eleitoral - TRE/RJ, à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e à Universidade Federal Fluminense, para subsidiar as providências determinadas neste Acórdão;

9.6.2. Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e ao Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, para conhecimento;

9.7. arquivar os presentes autos, sem prejuízo de, nos termos do art. 250, II, do RITCU, determinar à Secex/RJ que monitore o cumprimento das medidas contidas neste Acórdão, adotando as medidas cabíveis no caso de seu descumprimento.

10. Ata n° 8/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 16/3/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0606-08/11-P.
13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 607/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 002.128/2008-1.
1.1. Apensos: TC-012.847/2010-0 e TC-017.034/2009-8.
2. Grupo II - Classe VII - Assunto: Representação.
3. Interessado/Responsáveis:

3.1. Interessado: Câmara Municipal de Marataízes/ES (01.618.430/0001-34).

3.2. Responsáveis: Angelica de Almeida Marvila (099.579.277-10); Antônio Bitencourt (114.273.537-00); Felipe Meleipe (096.580.357-01); Geovana Santana Rohor (094.785.547-51); Kelly Figueiredo Soares (081.977.557-60); Marco Cesar Nunes de Mendonça (575.725.187-53); Petruska Veiga Soares Quinteiro (008.518.137-47); Weslene Batista Gomes (022.832.257-01).

4. Entidade: Município de Marataizes/ES.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: Secex/ES.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação formulada, com amparo no art. 237, inciso IV, do Regimento Interno deste Tribunal, pela Câmara Municipal de Marataízes/ES, com base nos trabalhos realizados por Comissão Parlamentar de Inquérito, informando sobre irregularidades praticadas pelo Sr. Antônio Bitencourt, prefeito municipal na gestão 2005-2008, na aplicação de recursos oriundos do Contrato de Repasse nº 0141741-29/2002/SEDU/CAIXA (Siafi n° 459069), firmado entre a Caixa Econômica Federal e o município.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, vez que foram atendidos os requisitos de admissibilidade previstos no artigo 237, inciso IV, do Regimento Interno deste Tribunal, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. acolher as razões de justificativa apresentadas pelas res-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ponsáveis Geovana Santana Rohror, Petruska Veiga Soares Quinteiro, Angélica de Almeida Marvila e Kelly Figueiredo Soares;

9.3. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis Antônio Bitencourt, Marco Cesar Nunes de Mendonça, Felipe Meleipe e Weslene Batista Gomes, de modo a aplicar-lhes, individualmente, a multa prevista no inciso II do art. 58 da Lei n° 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o inciso II do art. 268 do Regimento Interno, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), ao Sr. Antônio Bitencourt, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) aos Srs. Marcos César Nunes de Mendonça e Felipe Meleipe, e no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) à Sra. Weslene Batista Gomes, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma da legislação em vigor; e

9.5. com fundamento no art. 60 da Lei nº 8.443, de 1992, considerar grave a infração cometida e inabilitar o Sr. Antônio Bitencourt (CPF 114.273.537-00) para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública federal, pelo período de 5 (cinco) anos;

9.6. encaminhar cópia deste Acórdão ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, para as devidas providências visando ao cumprimento do item 9.5;

9.7. determinar à Secex/ES que autue apartado por cópia, com fulcro nos arts. 36, 37 e 38 da Resolução TCU nº 191, 21 de junho de 2006, como processo de representação da unidade técnica, em razão das discussões tratadas no item 65 da Proposta de Deliberação, juntando ao novo processo cópias dos documentos que julgar necessários, para apreciação da participação da empresa Square Construtora Ltda. nas irregularidades verificadas neste processo, de modo a promover a devida instrução e o saneamento desses novos autos, que tendem a examinar possível fraude à licitação cometida pela aludida empresa; e

9.8. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamenta, à Câmara Municipal de Marataízes/ES e à Procuradoria da República no Município de Cachoeiro de Itapemirim/ES, para fins de instrução do Procedimento Administrativo 1.17.001.000018/2008-12, em atenção aos Ofícios nºs 742-PRM/CIT/ES, de 14/7/2009 (fl. 2 do TC 017.034/2009-8) e 568-PRM/CIT/ES, de 5/5/2010 (fl. 1 do TC 012.847/2010-0), apensos aos presentes autos.

10. Ata n° 8/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 16/3/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0607-08/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 608/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 020.598/2010-6.
2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Representação.
3. Interessada: 5ª Secretaria de Controle Externo.
4. Entidade: Instituto Brasileiro de Turismo - Embratur.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: 5ª Secex.
8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela 5ª Secex, em razão de possíveis irregularidades na condução da Concorrência nº 1/2010 promovida pelo Instituto Brasileiro de Turismo - Embratur, cujo objeto é a contratação de serviços de consultoria e execução de relações públicas e assessoria de imprensa, para divulgar o Brasil no exterior como destino turístico.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro no art. 237, inciso VI, do Regimento Interno do TCU, conhecer da presente Representação, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. com amparo no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, determinar ao Instituto Brasileiro de Turismo que:

9.2.1. adote providências, na execução dos contratos celebrados a partir da Concorrência nº 1/2010, com vistas a alterar o modelo de ordem de serviço, de forma que sejam incluídos todos os campos definidos no art. 15, inciso IV, da IN-SLTI/MP nº 2, de 2008, em especial os referentes ao detalhamento do grau de qualidade exigido em relação aos serviços e à prévia estimativa da quantidade de horas, justificando quando não for possível ou necessária a inclusão de algum desses campos;

9.2.2. durante a execução dos contratos resultantes da Concorrência nº 1/2010, evite o pagamento de injustificado custo de intermediação;

9.2.3. ao demandar a contratação de artistas, atletas ou qualquer personalidade (serviços previstos no item 12.1.7 do projeto básico da Concorrência nº 1/2010), demonstre, previamente à autorização para a formalização do contrato, a relação do serviço pretendido com o objeto do referido certame e explicite as razões pelas quais os serviços demandados não poderiam ser realizados sem a intermediação da empresa vencedora;

9.3. alertar ao Instituto Brasileiro de Turismo que a realização de novo processo licitatório para a contratação de serviços de consultoria e relações públicas deve observar as seguintes orientações:

9.3.1. abstenha-se de incluir no edital a exigência de equipe mínima com dedicação exclusiva e defina a estimativa de pessoal necessário para execução dos serviços, com a devida e indispensável qualificação;

9.3.2. inclua no critério de julgamento da proposta de preço os valores das diárias e o percentual dos honorários de subcontratação, de forma a assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa;

9.3.3. ao realizar a prévia pesquisa de preços, exija que as propostas sejam datadas e assinadas, bem como rubricadas em todas as folhas, e encaminhe para as empresas cópia do projeto básico do objeto a ser licitado, de modo a propiciar adequada cotação dos preços;

9.3.4. utilize o histórico de serviços realizados no âmbito de contratações anteriores com o mesmo objeto, para subsidiar os estudos preliminares inerentes à elaboração de projetos básicos de novas contratações de serviços de consultoria e execução de relações públicas, estimando a quantidade de serviços necessários para atender o Instituto, de modo a permitir a elaboração da estimativa dos gastos do futuro contrato, e fornecendo todos os elementos necessários para a formulação das propostas de preços por parte das empresas interessadas em participar do certame, em especial com relação às condições de prestação dos serviços, ao grau de qualidade exigido e à forma de pagamento;

9.3.5. defina no edital, de forma clara, de quem é a responsabilidade por disponibilizar as instalações e os equipamentos necessários para a execução do contrato;

9.3.6. abstenha-se de incluir serviços com definição genérica, ampliando de forma desarrazoada o objeto da contratação, como verificado no item 12.1.7 do projeto básico da Concorrência nº 1/2010, que estabeleceu como item passível de subcontratação a "aquisição de produtos e/ou serviços acessórios e necessários à realização do objeto e que não estejam previstos no rol de serviços a serem prestados diretamente pela contratada";

9.3.7. observe o comando expresso no art. 40, § 2º, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, fazendo constar dos editais de licitação, ou de seus anexos, demonstrativo do orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários;

9.3.8. faça constar como anexo ao edital o modelo da ordem de serviço que deverá ser utilizado para encaminhamento formal de demandas pelo gestor do contrato à contratada, em observância ao disposto o art. 15, inciso IV, da IN nº 2/2008 da SLTI/MP;

9.3.9. estabeleça o percentual máximo aceitável de subcontratação parcial, conforme art. 72 da Lei nº 8.666, de 1993;

9.4. recomendar ao Instituto Brasileiro de Turismo que verifique a viabilidade de ajustar o inciso IV da cláusula segunda dos Contratos nºs 26/2010, 27/2010, 28/2010 e 02/2011, a fim de adequar a aquisição de passagens aéreas aos padrões da Administração Pública, a exemplo da Portaria nº 505, de 2009, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em especial no que se refere à aquisição pelo menor preço e a definição de prazo de antecedência para a solicitação do deslocamento;

9.5. indeferir o pedido da empresa CDN Comunicação Corporativa Ltda. para ingresso no processo como parte interessada;

9.6. arquivar os presentes autos, sem prejuízo de, nos termos do art. 250, II, do RITCU, determinar à 5ª Secex que monitore a execução dos contratos originários da Concorrência nº 1/2010 e o cumprimento das determinações constantes do item 9.2 deste Acórdão, representando a este Tribunal, caso constatado o seu descumprimento ou, ainda, caso verificada a ocorrência de irregularidades que possam justificar a realização de novo certame, ao término da vigência anual dos referidos contratos.

10. Ata n° 8/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 16/3/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0608-08/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 609/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 007.588/2009-2
2. Grupo II - Classe V - Assunto: Relatório de Auditoria
3. Interessado/Responsável: não há
4. Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade: 8ª Secretaria de Controle Externo (Secex-8)
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de auditoria que teve como objetivo identificar as causas das deficiências apontadas no Tema de Maior Significância TMS-5/2007 e eventuais oportunidades de melhoria, para, dentre outros, aumentar a segurança quanto à qualidade e ao acesso dos dados, e dar celeridade os processos de desenvolvimento de software no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), conforme consignado pela equipe de auditoria às fl. 51.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com o objetivo de induzir o Incra a aprimorar controles e corrigir falhas em seus processos de trabalho, ante as razões expostas pelo Relator,

9.1. alertar ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária que:

9.1.1. não está institucionalizada a Metodologia de Desenvolvimento de Sistema (MDS) e o *framework* de gerenciamento de projetos específicos, baseada nos termos da NBR ISO/IEC 12207:1998, e que a inexistência dessa metodologia acarreta as impropriedades identificadas no item 16 da proposta de deliberação;

9.1.2. não está institucionalizada a política de segurança da informação (PSI), conforme estabelecido na NBR ISO/IEC 27002:2005, e que a inexistência dessa estrutura acarreta as impropriedades identificadas no item 17 da proposta de deliberação;

9.1.3. não está institucionalizada a política de controle de acesso (PCA), conforme estabelecido na NBR ISO/IEC 27002:2005, e que a inexistência dessa estrutura acarreta as impropriedades identificadas no item 17 da proposta de deliberação;

9.1.4. não estão institucionalizados procedimentos para gestão de ativos, conforme estabelece a NBR ISO/IEC 27002:2005 (item 7), e que a inexistência dessa estrutura acarreta as impropriedades identificadas no item 24;

9.1.5. não estão institucionalizados procedimentos para gerenciamento das operações e comunicações, conforme estabelece a NBR ISO/IEC 27002:2005, e que a inexistência dessa estrutura acarreta as impropriedades identificadas no item 27 da proposta de deliberação;

9.1.6. não estão padronizados os formulários e rotinas de coleta de dados, de forma a propiciar a conferência entre a conformidade da base documental com a base eletrônica de informações (a exemplo do que já é feito no sistema SNCR), principalmente no que se refere ao sistema que faz o controle das informações sobre beneficiários e projetos de assentamento (Sipra) ou SIR, e que a inexistência dessas rotinas acarreta as impropriedades identificadas nos itens 32 e 33 da proposta de deliberação;

9.1.7. para a necessidade de, nas contratações de soluções de tecnologia da informação, observar o disposto na Instrução Normativa SLTI nº 4/2010;

9.1.8. eventuais irregularidades que decorram da não adoção de providências para a correção das falhas apontadas poderão dar ensejo à apenação dos responsáveis, em futuras ações de controle externo;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.2. recomendar ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária que realize pesquisas de satisfação periódicas com os usuários dos principais sistemas de informática da autarquia, nas diversas unidades de negócio;

9.3. determinar ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária que remeta a esta Corte, em 180 dias, informações sobre a adoção e implementação de medidas tendentes à correção das falhas descritas no item 9.1 deste acórdão, bem como do atendimento à recomendação formulada no item 9.2;

9.4. determinar à 8ª Secex que:

9.4.1. monitore a presente deliberação;

9.4.2. incorpore ao estudo que vem sendo empreendido no âmbito daquela unidade proposta no sentido de incluir nos anteprojetos de decisões normativas anuais sobre relatório de gestão e contas ordinárias do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária obrigações de:

9.4.2.1. o gestor informar sobre a adoção e implementação de medidas tendentes à correção das falhas descritas no item 9.1 deste acórdão, bem como do atendimento à recomendação formulada no item 9.2;

9.4.2.2. a Controladoria-Geral da União avaliar a implementação de medidas tendentes à correção das falhas descritas no item 9.1 deste acórdão, bem como do atendimento à recomendação formulada no item 9.2;

9.5. dar conhecimento desta deliberação ao Ministro do Desenvolvimento Agrário para fins de supervisão ministerial;

9.6. encerrar o processo e arquivar os autos.

10. Ata n° 8/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 16/3/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0609-08/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

SUSTENTAÇÃO ORAL

Na apreciação do processo nº TC-012.304/2005-0, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues, a Dra. Cristiana Meira Monteiro produziu sustentação oral em nome do Sr. João Carlos Monteiro e outro.

PEDIDOS DE VISTA

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, foi adiada a discussão dos processos nºs:

TC-014.539/2005-5, cujo relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti. Por este motivo, os Drs. Diogo Dias e Marcos César da Silva e a Dra. Tânia Vainsencher não produziram as sustentações orais que haviam requerido.

TC-004.735/2010-2, cujo relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em função de pedido de vista formulado pelo Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado. Por este motivo, o Sr. Edgar da Silva Fagundes Filho não produziu sustentação oral, em seu próprio nome, que havia requerido.

TC-011.627/2006-4, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em função de pedido de vista formulado pelo Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta os processos nºs:

TC-016.905/2002-3, cujo relator é o Ministro Valmir Campelo;

TC-002.081/2002-4, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes;

TC-024.902/2009-3, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz;

TC-015.282/2006-2, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti; e

TC-020.054/2008-4 e TC-010.510/2010-9, cujo relator é o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

PROCESSOS ORIUNDOS DE SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE CARÁTER RESERVADO

Fazem parte desta Ata, ante o disposto no parágrafo único do artigo 133 do Regimento Interno, os acórdãos nºs 615 e 616, a seguir transcritos, proferidos na Sessão Extraordinária de Caráter Reservado realizada nesta data.

ACÓRDÃO Nº 615/2011 - TCU - Plenário

VISTOS, relatados e relacionados estes autos de denúncia acerca de possíveis irregularidades no âmbito da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Alagoas - SRTE/AL, à qual foi apensada comunicação, dirigida ao Secretário Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE por chefes de fiscalização da STRE/AL, também a respeito de problemas na unidade em tela,

Considerando que, em função de preencher os requisitos de admissibilidade previstos no *caput* do art. 235 do Regimento Interno, a documentação em tela pode ser conhecida como denúncia, passando-se ao exame de seu mérito;

Considerando a identificação, por parte da Secex/AL, de que, das possíveis irregularidades delatadas, teriam a ver com a área de atuação deste Tribunal: (a) a falta de controle de uso dos veículos do órgão, (b) a não regularização da situação de veículos e (c) as deficiências na manutenção das instalações físicas;

Considerando que, das ocorrências mencionadas no item precedente, a unidade técnica apenas não identificou a adoção de providências efetivas no que se refere à falta de adequado controle de uso dos veículos da STRE/AL (fls. 74);

Considerando a ponderação da unidade técnica em prol da necessidade de, em relação à situação referida no item anterior, estabelecer-se determinação;

Considerando, ainda, a ponderação adicional a respeito da conveniência de remeter-se cópia dos autos, em meio digital, à CGU/AL, com vistas a viabilizar o acompanhamento das providências adotadas no âmbito da SRTE/AL (fls. 74);

Considerando o registro da unidade técnica de que a SRTE/AL, não selecionada para apresentar tomada de contas anual relativa ao exercício de 2009, está indicada, da DN/TCU 110/2010, para fazê-lo em relação ao exercício de 2010;

Considerando as conclusões da Secex/AL e o encaminhamento por ela proposto (fls. 74/5);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, em:

a) conhecer da presente denúncia, uma vez satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no *caput* do art. 235 do Regimento Interno, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

b) determinar à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Alagoas - SRTE/AL que, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da ciência deste Acórdão, implemente o controle de veículos de que tratam a IN 3, de 15/5/2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SLTI/MP e a Norma Operacional 1, de 9/9/2008, do Ministério do Trabalho e Emprego, em especial no que se refere à implantação e regular utilização do Sistema de Transportes - Sistran;

c) determinar à Controladoria-Geral da União em Alagoas - CGU/AL que, no relatório de auditoria da tomada de contas da SRTE/AL atinente ao exercício de 2010 (ou em adendo a tal peça, caso sua elaboração já haja sido concluída), inclua informes acerca da situação do controle do uso de veículos, sobre a regularização da situação de veículos - tanto patrimonial quanto junto ao departamento de trânsito - e a respeito das medidas adotadas pela Administração para a solução dos problemas estruturais de suas instalações físicas;

d) determinar o encaminhamento de cópia integral destes autos, em meio digital, à CGU/AL;

e) determinar o encaminhamento de cópia deste Acórdão, bem como da instrução constante às fls. 69/75, à SRTE/AL e à Secretaria Executiva do Ministério do Trabalho e Emprego;

f) retirar a chancela de sigilo que recai sobre estes autos, e

g) arquivar o presente processo.

1. Processo TC-022.487/2010-7 (DENÚNCIA) (Sigiloso) (com 1 anexo)

1.1. Interessado: Identidade preservada.

1.2. Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Alagoas - SRTE/AL.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secex/AL.

1.6. Advogado constituído nos autos: não atuou.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 616/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 1º, inciso XVI, da Lei 8.443/92, c/c arts. 1º inciso XXIV, 15, inciso I, alínea "p", 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso III, 234 e 235, todos do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da denúncia, pelos motivos expostos pela unidade técnica, para, no mérito, considerá-la procedente, fazer os alertas e determinações propostos e arquivar os autos, retirando a chancela de sigilo aposta ao processo.

1. Processo TC-026.624/2009-3 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.3. Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Técnicos Em Radiologia

1.4. Unidade Técnica: 8ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-8)

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. alertar o Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia - Conter quanto às seguintes impropriedades constatadas, informando que a reincidência dessas ocorrências pode ensejar aplicação de sanção aos responsáveis, inclusive com apenação de multa, nos termos do art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992:

1.6.1.1. pagamento de diárias sem o efetivo deslocamento dos Diretores do Conselho à sede, decorrente do descumprimento da o art. 2º, § 4º da Resolução Conter 13, de 22/09/2005 e, consequentemente, do art. 2º Decreto 5.992/2006;

1.6.1.2. reembolsos de despesas de combustível sem o respaldo de notas fiscais, contrariando o art. 2º da Portaria Conter nº 30, de 20/08/2007, para os quais deve ser exigido documento comprobatório das despesas com combustível, fazendo anexar tal documentação ao devido processo, uma vez que será utilizada para cálculo das concessões de diárias e controle do período de efetivo deslocamento do beneficiário da cidade de origem para Brasília para o cumprimento de atividades inerentes ao cargo exercido;

1.6.1.3. celebração de Termo de Parceria com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Econômico e Social - IBDES para organização de evento, contrariando o disposto na Lei 9.790/1999, tendo em vista o entendimento deste Tribunal sobre a necessidade de realização de procedimento licitatório com vistas à contratação de empresa para a organização de eventos (Acórdãos TCU 931/1999 - Plenário e 2876/2008 - 2ª Câmara), uma vez que tal ação não objetiva o fomento ou a execução de atividades de interesse público previstas no art. 3º da Lei 9.790/1999;

1.6.2. determinar, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/92 c/c art. 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ao Conter que:

1.6.2.1. tendo em vista que os valores a princípio apurados encontram-se abaixo do estipulado para a instauração de TCEs (art. 11 da Instrução Normativa TCU 56/2007), faça levantamento com vistas a verificar possíveis diárias concedidas de forma irregular, incluindo as já constatadas pagas aos Diretores do Conselho referentes ao período de junho a setembro de 2008, atentando para as datas de efetivo deslocamento dos beneficiários e, posteriormente, tome as providências necessárias com vistas ao ressarcimento das diárias indevidamente pagas, informando a este Tribunal, no prazo de 180 dias a adoção das medidas propostas, e

1.6.2.2. estabeleça, no prazo de 180 dias, controles adequados para a comprovação do efetivo deslocamento pelos servidores beneficiados com passagens aéreas e diárias, com a inclusão dos correspondentes canhotos de cartões de embarque ou recibo do passageiro nos casos de realização de *check in* pela internet, em conformidade com o art. 4º da Portaria/MP nº 505/2009, de modo a subsidiar as concessões de diárias das informações necessárias ao regular pagamento do benefício, informando a esta Corte as providências adotadas.

1.7. determinar à 8ª Secex que, com base na análise dos elementos indicados no item 1.6.2 acima, avalie a necessidade de representar a este Tribunal.

Ata n° 8/2011 - Plenário

Data da Sessão: 16/3/2011 - Extraordinária de Caráter Reservado

ENCERRAMENTO

Às 16 horas e 18 minutos, a Presidência convocou Sessão Extraordinária de Caráter Reservado para ser realizada a seguir e encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

MARCIA PAULA SARTORI
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 18 de março de 2011

BENJAMIN ZYMLER
Presidente

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Poder Judiciário

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 23, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições e com base no artigo 57 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010; no artigo 4º da Lei nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011; e na Portaria nº6/SOF/MP, de 28 de fevereiro de 2011, resolve:

Art. 1º Abrir crédito suplementar no valor global de R$ 824.000,00 (oitocentos e vinte e quatro mil reais) ao Orçamento Fiscal do Conselho Nacional de Justiça, para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos compensatórios necessários à execução do disposto no art. 1º provêm de cancelamento de dotações, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. CEZAR PELUSO

ANEXO I

ÓRGÃO : 17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
UNIDADE : 17101 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
		1389 - CONTROLE DA ATUAÇÃO ADMNISTRATIVA E FINANCEIRA NO PODER JUDICIÁRIO							824 . 000
		ATIVIDADE							
02 032	1389 2B65	APRECIAÇÃO E JULGAMENTO DE PROCESSOS DISCIPLINARES							675.000
02 032	1389 2B65 0001	APRECIAÇÃO E JULGAMENTO DE PROCESSOS DISCIPLINARES - NACIONAL	F	1	1	90	0	100	675.000
02 122	1389 09HB	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS							149.000
02 122	1389 09HB 0001	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS - NACIONAL	F	1	0	91	0	100	149.000
		TOTAL - FISCAL							824 . 000
		TOTAL - SEGURIDADE							
		TOTAL - GERAL							824 . 000

ANEXO II

ÓRGÃO : 17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
UNIDADE : 17101 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
		1389 - CONTROLE DA ATUAÇÃO ADM I NISTRATIVA E FINANCEIRA NO PODER JUDICIÁRIO							824.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS / ATIVIDADE							
02 122	1389 0C04	CRIAÇÃO E/OU PROVIMENTO DE CARGOS E FUNÇ ÕES E REESTRUTURAÇÃO DE CARGOS, CARREIRAS E REVISÃO DE REMUNERAÇ ÕES - PESSOAL ATIVO							675.000
02 122	1389 0C04 0001	CRIAÇÃO E/OU PROVIMENTO DE CARGOS E FUNÇÕES E REESTRUTURAÇÃO DE CARGOS, CARREIRAS E REVISÃO DE REMUNERAÇÕES - PESSOAL ATIVO - NACIONAL	F	1	1	90	0	100	675.000
02 122	1389 2 0 AK	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DECORRENTE DA CRIAÇÃO E/OU PROVIMENTO DE CARGOS E FUNÇÕES E REESTRUTURAÇÃO DE CARGOS E CARREIRAS E REVISÃO DE REMUNERAÇÕES							149.000
02 122	1389 20AK 0001	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DECORRENTE DA CRIAÇÃO E/OU PROVIMENTO DE CARGOS E FUNÇÕES E REESTRUTURAÇÃO DE CARGOS E CARREIRAS E REVISÃO DE REMUNERAÇÕES - NACIONAL	F	1	0	91	0	100	149.000
		TOTAL - FISCAL							824.000
		TOTAL - SEGURIDADE							
		TOTAL - GERAL							824.000

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
SECRETARIA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
Em 18 de março de 2011

Ratifico, na forma do Art. 26, da Lei 8.666/93 e do Art. 63, inciso XII, alínea p, do Regulamento Geral da Secretaria do Tribunal, a contratação da empresa Master Restaurante Ltda., para preparo e fornecimento de 1.080 refeições a serem servidas aos alunos-juízes participantes do 10º Curso de Formação Inicial da ENAMAT, no período de 21/março/2011 a 15/abril/2011, no valor total de R$ 26.892,00 (vinte e seis mil, oitocentos e noventa e dois reais), por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, *caput*, da Lei n.º 8.666/93.

GUSTAVO CARIBÉ DE CARVALHO

CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

ATO CONJUNTO Nº 5, DE 18 DE MARÇO DE 2011

Abre ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor dos Tribunais Regionais do Trabalho da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 15ª, 16ª, 17ª, 18ª, 19ª, 20ª, 21ª, 22ª, 23ª e 24ª Região, crédito suplementar no valor global de R$ 691.938.961,00 para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO E DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando os termos do art. 57 da Lei n.º 12.309/10, de 9 de agosto de 2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2011) c/c com o art. 4º da Lei n.º 12.381, de 9 de fevereiro de 2011 (Lei Orçamentária Anual - LOA 2011), assim como as disposições contidas na Portaria SOF/MP n.º 6, de 28 de fevereiro de 2011, e no Ato Conjunto TST/CSJT nº 4, de 11 de março de 2011, resolve:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor dos Tribunais Regionais do Trabalho da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 15ª, 16ª, 17ª, 18ª, 19ª, 20ª, 21ª, 22ª, 23ª e 24ª Região, crédito suplementar, tipo 401 com compensação, no valor global de R$ 691.938.961,00 para atender às programações constantes do Anexo I deste Ato.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, até o limite autorizado na Lei Orçamentária Anual, conforme indicado no Anexo II deste Ato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Min. JOÃO ORESTE DALAZEN

ANEXOS

Órgão: 15000 - Justiça do Trabalho

Unidade: 15102 - Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							51.676.756
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	Pagamento de Aposentadorias e Pensões							51.676.756
09 272	0089 0396 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Nacional							51.676.756
			S	1	1	90	0	156	2.873.960
			S	1	1	90	0	169	48.802.796
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							58.192.573
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							57.711.199
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							57.711.199
			F	1	1	90	0	100	57.711.199
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	0571 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							481.374
02 122	0571 09HB 0033	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio de Janeiro							481.374
			F	1	0	91	0	100	481.374
TOTAL - FISCAL									58.192.573
TOTAL - SEGURIDADE									51.676.756
TOTAL - GERAL									109.869.329

Órgão: 15000 - Justiça do Trabalho

Unidade: 15103 - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							52.470.385
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	Pagamento de Aposentadorias e Pensões							52.470.385
09 272	0089 0396 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Nacional							52.470.385
			S	1	1	90	0	169	52.470.385
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							34.807.099
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							33.097.553
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							33.097.553
			F	1	1	90	0	100	33.097.553
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	0571 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.709.546
02 122	0571 09HB 0035	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de São Paulo							1.709.546
			F	1	0	91	0	100	1.709.546
TOTAL - FISCAL									34.807.099
TOTAL - SEGURIDADE									52.470.385
TOTAL - GERAL									87.277.484

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Órgão: 15000 - Justiça do Trabalho

Unidade: 15104 - Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							34.090.406
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	Pagamento de Aposentadorias e Pensões							34.090.406
09 272	0089 0396 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Nacional							34.090.406
			S	1	1	90	0	169	34.090.406
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							62.090.333
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							61.143.220
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							61.143.220
			F	1	1	90	0	100	61.143.220
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	0571 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							947.113
02 122	0571 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais							947.113
			F	1	0	91	0	100	947.113
TOTAL - FISCAL									62.090.333
TOTAL - SEGURIDADE									34.090.406
TOTAL - GERAL									96.180.739

Órgão: 15000 - Justiça do Trabalho

Unidade: 15105 - Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							14.151.924
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	Pagamento de Aposentadorias e Pensões							14.151.924
09 272	0089 0396 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Nacional							14.151.924
			S	1	1	90	0	169	14.151.924
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							25.943.130
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							25.943.130
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							25.943.130
			F	1	1	90	0	100	25.943.130
TOTAL - FISCAL									25.943.130
TOTAL - SEGURIDADE									14.151.924
TOTAL - GERAL									40.095.054

Órgão: 15000 - Justiça do Trabalho

Unidade: 15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região - Bahia

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							18.036.009
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	Pagamento de Aposentadorias e Pensões							18.036.009
09 272	0089 0396 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Nacional							18.036.009
			S	1	1	90	0	169	18.036.009
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							16.180.563
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							13.857.186
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							13.857.186
			F	1	1	90	0	100	13.857.186
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	0571 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							2.323.377
02 122	0571 09HB 0029	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Bahia							2.323.377
			F	1	0	91	0	100	2.323.377
TOTAL - FISCAL									16.180.563
TOTAL - SEGURIDADE									18.036.009
TOTAL - GERAL									34.216.572

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Órgão: 15000 - Justiça do Trabalho

Unidade: 15107 - Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região - Pernambuco

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							13.497.793
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	Pagamento de Aposentadorias e Pensões							13.497.793
09 272	0089 0396 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Nacional							13.497.793
			S	1	1	90	0	169	13.497.793
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							12.555.827
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							12.555.827
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							12.555.827
			F	1	1	90	0	100	12.555.827
TOTAL - FISCAL									12.555.827
TOTAL - SEGURIDADE									13.497.793
TOTAL - GERAL									26.053.620

Órgão: 15000 - Justiça do Trabalho

Unidade: 15108 - Tribunal Regional do Trabalho da 7a. Região - Ceará

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.954.320
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	Pagamento de Aposentadorias e Pensões							3.954.320
09 272	0089 0396 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Nacional							3.954.320
			S	1	1	90	0	169	3.954.320
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							4.095.624
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							3.879.094
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							3.879.094
			F	1	1	90	0	100	3.879.094
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	0571 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							216.530
02 122	0571 09HB 0023	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Ceará							216.530
			F	1	0	91	0	100	216.530
TOTAL - FISCAL									4.095.624
TOTAL - SEGURIDADE									3.954.320
TOTAL - GERAL									8.049.944

Órgão: 15000 - Justiça do Trabalho

Unidade: 15109 - Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região - Pará/Amapá

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							17.724.277
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	Pagamento de Aposentadorias e Pensões							17.724.277
09 272	0089 0396 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Nacional							17.724.277
			S	1	1	90	0	169	17.724.277
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							13.682.780
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							13.364.483
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							13.364.483
			F	1	1	90	0	100	13.364.483
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	0571 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							318.297
02 122	0571 09HB 0015	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Pará							318.297
			F	1	0	91	0	100	318.297
TOTAL - FISCAL									13.682.780
TOTAL - SEGURIDADE									17.724.277
TOTAL - GERAL									31.407.057

Órgão: 15000 - Justiça do Trabalho

Unidade: 15110 - Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							6.540.692
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	Pagamento de Aposentadorias e Pensões							6.540.692
09 272	0089 0396 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Nacional							6.540.692
			S	1	1	90	0	169	6.540.692
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							32.177.535
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							32.177.535
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							32.177.535
			F	1	1	90	0	100	32.177.535
TOTAL - FISCAL									32.177.535
TOTAL - SEGURIDADE									6.540.692
TOTAL - GERAL									38.718.227

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Órgão: 15000 - Justiça do Trabalho

Unidade: 15111 - Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.787.391
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	Pagamento de Aposentadorias e Pensões							3.787.391
09 272	0089 0396 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Nacional							3.787.391
			S	1	1	90	0	169	3.787.391
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							11.705.396
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							11.528.877
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							11.528.877
			F	1	1	90	0	100	11.528.877
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	0571 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							176.519
02 122	0571 09HB 0053	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal							176.519
			F	1	0	91	0	100	176.519
TOTAL - FISCAL									11.705.396
TOTAL - SEGURIDADE									3.787.391
TOTAL - GERAL									15.492.787

Órgão: 15000 - Justiça do Trabalho

Unidade: 15112 - Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							5.458.451
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	Pagamento de Aposentadorias e Pensões							5.458.451
09 272	0089 0396 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Nacional							5.458.451
			S	1	1	90	0	169	5.458.451
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							7.508.178
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							6.432.222
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							6.432.222
			F	1	1	90	0	100	6.432.222
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	0571 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.075.956
02 122	0571 09HB 0013	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Amazonas							1.075.956
			F	1	0	91	0	100	1.075.956
TOTAL - FISCAL									7.508.178
TOTAL - SEGURIDADE									5.458.451
TOTAL - GERAL									12.966.629

Órgão: 15000 - Justiça do Trabalho

Unidade: 15113 - Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							10.323.746
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	Pagamento de Aposentadorias e Pensões							10.323.746
09 272	0089 0396 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Nacional							10.323.746
			S	1	1	90	0	169	10.323.746
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							36.378.516
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							28.679.656
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							28.679.656
			F	1	1	90	0	100	28.679.656
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	0571 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							7.698.860
02 122	0571 09HB 0042	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Santa Catarina							7.698.860
			F	1	0	91	0	100	7.698.860
TOTAL - FISCAL									36.378.516
TOTAL - SEGURIDADE									10.323.746
TOTAL - GERAL									46.702.262

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Órgão: 15000 - Justiça do Trabalho

Unidade: 15114 - Tribunal Regional do Trabalho da 13a. Região - Paraíba

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.934.935
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	Pagamento de Aposentadorias e Pensões							2.934.935
09 272	0089 0396 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Nacional							2.934.935
			S	1	1	90	0	169	2.934.935
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							10.497.067
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							9.650.040
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							9.650.040
			F	1	1	90	0	100	9.650.040
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	0571 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							847.027
02 122	0571 09HB 0025	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Paraíba							847.027
			F	1	0	91	0	100	847.027
TOTAL - FISCAL									10.497.067
TOTAL - SEGURIDADE									2.934.935
TOTAL - GERAL									13.432.002

Órgão: 15000 - Justiça do Trabalho

Unidade: 15115 - Tribunal Regional do Trabalho da 14a. Região - Rondônia/Acre

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.939.117
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	Pagamento de Aposentadorias e Pensões							4.939.117
09 272	0089 0396 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Nacional							4.939.117
			S	1	1	90	0	169	4.939.117
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							11.524.571
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							11.524.571
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							11.524.571
			F	1	1	90	0	100	11.524.571
TOTAL - FISCAL									11.524.571
TOTAL - SEGURIDADE									4.939.117
TOTAL - GERAL									16.463.688

Órgão: 15000 - Justiça do Trabalho

Unidade: 15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região - Campinas/SP

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							8.490.984
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	Pagamento de Aposentadorias e Pensões							8.490.984
09 272	0089 0396 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Nacional							8.490.984
			S	1	1	90	0	169	8.490.984
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							44.117.910
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							44.117.910
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							44.117.910
			F	1	1	90	0	100	44.117.910
TOTAL - FISCAL									44.117.910
TOTAL - SEGURIDADE									8.490.984
TOTAL - GERAL									52.608.894

Órgão: 15000 - Justiça do Trabalho

Unidade: 15117 - Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.318.661
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	Pagamento de Aposentadorias e Pensões							1.318.661
09 272	0089 0396 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Nacional							1.318.661
			S	1	1	90	0	169	1.318.661
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							3.967.612
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							3.831.366
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							3.831.366
			F	1	1	90	0	100	3.831.366

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100227

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	0571 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							136.246
02 122	0571 09HB 0021	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Maranhão	F	1	0	91	0	100	136.246
TOTAL - FISCAL									3.967.612
TOTAL - SEGURIDADE									1.318.661
TOTAL - GERAL									5.286.273

Órgão: 15000 - Justiça do Trabalho

Unidade: 15118 - Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito Santo

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.214.991
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	Pagamento de Aposentadorias e Pensões							3.214.991
09 272	0089 0396 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Nacional	S	1	1	90	0	169	3.214.991
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							11.738.589
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							11.488.740
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional	F	1	1	90	0	100	11.488.740
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	0571 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							249.849
02 122	0571 09HB 0032	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Espírito Santo	F	1	0	91	0	100	249.849
TOTAL - FISCAL									11.738.589
TOTAL - SEGURIDADE									3.214.991
TOTAL - GERAL									14.953.580

Órgão: 15000 - Justiça do Trabalho

Unidade: 15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.729.712
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	Pagamento de Aposentadorias e Pensões							2.729.712
09 272	0089 0396 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Nacional	S	1	1	90	0	169	2.729.712
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							6.568.908
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							6.372.670
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional	F	1	1	90	0	100	6.372.670
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	0571 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							196.238
02 122	0571 09HB 0052	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Goiás	F	1	0	91	0	100	196.238
TOTAL - FISCAL									6.568.908
TOTAL - SEGURIDADE									2.729.712
TOTAL - GERAL									9.298.620

Órgão: 15000 - Justiça do Trabalho

Unidade: 15120 - Tribunal Regional do Trabalho da 19a. Região - Alagoas

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							248.255
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	Pagamento de Aposentadorias e Pensões							248.255
09 272	0089 0396 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Nacional	S	1	1	90	0	169	248.255
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							5.011.303
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							4.290.859
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional	F	1	1	90	0	100	4.290.859
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	0571 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							720.444
02 122	0571 09HB 0027	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Alagoas	F	1	0	91	0	100	720.444
TOTAL - FISCAL									5.011.303
TOTAL - SEGURIDADE									248.255
TOTAL - GERAL									5.259.558

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Órgão: 15000 - Justiça do Trabalho

Unidade: 15121 - Tribunal Regional do Trabalho da 20a. Região - Sergipe

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							603.535
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	Pagamento de Aposentadorias e Pensões							603.535
09 272	0089 0396 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Nacional							603.535
			S	1	1	90	0	169	603.535
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							6.732.570
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							6.456.519
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							6.456.519
			F	1	1	90	0	100	6.456.519
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	0571 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							276.051
02 122	0571 09HB 0028	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Sergipe							276.051
			F	1	0	91	0	100	276.051
TOTAL - FISCAL									6.732.570
TOTAL - SEGURIDADE									603.535
TOTAL - GERAL									7.336.105

Órgão: 15000 - Justiça do Trabalho

Unidade: 15122 - Tribunal Regional do Trabalho da 21a. Região - Rio Grande do Norte

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.160.640
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	Pagamento de Aposentadorias e Pensões							1.160.640
09 272	0089 0396 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Nacional							1.160.640
			S	1	1	90	0	169	1.160.640
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							5.896.291
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							4.900.540
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							4.900.540
			F	1	1	90	0	100	4.900.540
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	0571 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							995.751
02 122	0571 09HB 0024	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Norte							995.751
			F	1	0	91	0	100	995.751
TOTAL - FISCAL									5.896.291
TOTAL - SEGURIDADE									1.160.640
TOTAL - GERAL									7.056.931

Órgão: 15000 - Justiça do Trabalho

Unidade: 15123 - Tribunal Regional do Trabalho da 22a. Região - Piauí

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							603.262
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	Pagamento de Aposentadorias e Pensões							603.262
09 272	0089 0396 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Nacional							603.262
			S	1	1	90	0	169	603.262
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							4.652.091
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							3.682.322
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							3.682.322
			F	1	1	90	0	100	3.682.322
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	0571 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							969.769
02 122	0571 09HB 0022	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Piauí							969.769
			F	1	0	91	0	100	969.769
TOTAL - FISCAL									4.652.091
TOTAL - SEGURIDADE									603.262
TOTAL - GERAL									5.255.353

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Órgão: 15000 - Justiça do Trabalho

Unidade: 15124 - Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.229.073
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	Pagamento de Aposentadorias e Pensões							1.229.073
09 272	0089 0396 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Nacional							1.229.073
			S	1	1	90	0	169	1.229.073
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							2.504.421
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							2.399.408
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							2.399.408
			F	1	1	90	0	100	2.399.408
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	0571 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							105.013
02 122	0571 09HB 0051	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso							105.013
			F	1	0	91	0	100	105.013
TOTAL - FISCAL									2.504.421
TOTAL - SEGURIDADE									1.229.073
TOTAL - GERAL									3.733.494

Órgão: 15000 - Justiça do Trabalho

Unidade: 15125 - Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							916.926
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	Pagamento de Aposentadorias e Pensões							916.926
09 272	0089 0396 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Nacional							916.926
			S	1	1	90	0	169	916.926
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							3.307.833
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							3.307.833
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							3.307.833
			F	1	1	90	0	100	3.307.833
TOTAL - FISCAL									3.307.833
TOTAL - SEGURIDADE									916.926
TOTAL - GERAL									4.224.759

Órgão: 15000 - Justiça do Trabalho

Unidade: 15101 - Tribunal Superior do Trabalho

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							691.938.961
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0901 00FB	Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço) ¿ Aposentadorias e Pensões							260.102.241
28 846	0901 00FB 0001	Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço) ¿ Aposentadorias e Pensões - Nacional							260.102.241
			S	1	1	90	0	156	2.873.960
			S	1	1	90	0	169	257.228.281
28 846	0901 00FK	Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço) ¿ Pessoal Ativo							412.392.760
28 846	0901 00FK 0001	Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço) ¿ Pessoal Ativo - Nacional							412.392.760
			F	1	1	90	0	100	412.392.760
28 846	0901 00FO	Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço)							19.443.960
28 846	0901 00FO 0001	Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço) - Nacional							19.443.960
			F	1	0	91	0	100	19.443.960
TOTAL - FISCAL									431.836.720
TOTAL - SEGURIDADE									260.102.241
TOTAL - GERAL									691.938.961

SIOP Formalização nº

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

VOCÊ SABIA QUE...



Réplica da nau Medusa, que está em exposição no Museu da Imprensa.

...os primeiros prelos da Impressão Régia vieram nos porões da nau Medusa, quando da transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, trazendo à colônia inestimáveis benefícios, dentre os quais, a criação de uma Imprensa Oficial?

SIG, Quadra 6, Lote 800,
Brasília - DF
CEP 70610-460

www.in.gov.br
ouvidoria@in.gov.br

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011032100231

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.


IMPRENSA NACIONAL
1808
Informações Oficiais